

LUÍS ANTONIO GROppo

**UMA ONDA MUNDIAL DE REVOLTAS.  
Movimentos estudantis nos anos 1960.**

Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas sob a orientação do Prof. Dr. Octavio Ianni.

Este exemplar corresponde à redação final da tese defendida e aprovada pela Comissão Julgadora em 23/11/2000

**BANCA**

Prof. Dr. Octavio Ianni



Profa. Dra. Carmen Silvia de Alvarenga Junqueira



Prof. Dr. João Roberto Martins Filho



Prof. Dr. Marcelo Siqueira Ridenti



Prof. Dr. Renato José Pinto Ortiz



UNICAMP  
BIBLIOTECA CENTRAL  
SEÇÃO CIRCULANTE

Vol. 1

200102478

UNIDADE Bo  
N.º CHAMADA:  
I/Unicamp  
99112  
V. 01 Ex.  
TOMBO BC/ 43884  
PROC. 16-392107  
C  D   
PREC. R\$ 11,00  
DATA 22/02/07  
N.º CPD

CM-00149599-0

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA  
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP

**G 911 o**      **Groppo, Luís Antonio**  
**Uma onda mundial de revoltas: movimentos estudantis nos anos 1960 / Luís Antonio Groppo. - - Campinas, SP : [s. n.], 2000.**

**Orientador: Octavio Ianni.**  
**Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.**

**1. Movimentos estudantis, 1960. 2. Movimento da juventude. 3. Globalização. 4. Nova Esquerda (Ciência Política). 5. Contracultura. I. Octavio Ianni. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.**



### Resumo

Os movimentos estudantis dos anos 1960, em destaque o ano de 1968, podem ser considerados uma “onda mundial de revoltas”. Analisados do ponto de vista de uma ampla e heterogênea frente de rebeliões, os movimentos apresentam o componente “juvenil” de seus membros como o principal denominador comum desta onda mundial. A onda mundial de revoltas foi ao mesmo tempo um movimento eclético possível pelas transformações advindas com o globalismo e uma reação contra o sentido predominante delineado por esta “civilização global”. Rebelava-se certamente contra a ideologia dominante, da globalização, que ainda se esboçava. Os movimentos propunham uma miríade de outros valores, práticas, idéias e ideologias advindas das mais diversas fontes, de vários tempos e espaços (aglutinados no que considera-se aqui como terceiro mundismo, novas esquerdas e contraculturas). Conquistaram vitórias no campo dos comportamentos, principalmente, que foram somatizadas em certo sentido pelas instituições do capitalismo e do mercado. Mesmo “derrotada”, a onda mundial deixou severas marcas na civilização que continuaria a se construir. Ela colaborou, em certo sentido, para uma “limpeza” de valores tradicionais que, no seio da nova civilização esboçada, emperravam o estilo de vida consumista, a lógica da razão instrumental e os controles das tecnocracias. Mas não se resumiu a isto. Procurara ir além do que o globalismo dominante propunha: qualidade em vez de quantidade, novos estados de consciência e de racionalidade em vez do racionalismo prático, experiências reais do alternativo em vez do contentamento com simulacros seguros, heterodoxias em vez da rígida bipolarização ideológica da Guerra Fria, liberdade ampla de comportamento e criação em vez da liberdade de consumo e da cultura de massas produzida pela grande mídia etc. Ao mesmo tempo, porém, esta onda mundial continha em seu próprio seio flagrantes limites, dilemas e contradições que ajudaram a gestar a sua própria dispersão – limites que eram ao mesmo tempo a sua riqueza, como a heterogeneidade, o idealismo, o ativismo resolutivo, a juvenildade e a relação experimental para com a realidade.

### Abstract

The student movements of 1960's, 1968 in special, can be considered a “worldwide wave of revolts”. Analyzing in point of view of a broad and heterogeneous front of rebellions, the movements show the “young” component of their members with the principal common denominator of this worldwide wave. The worldwide wave of revolts was, in the same time, an multiple movement possible for changes caused by globalization and a reaction against the way prevailing delineate for this “global civilization”. It rebelled against the dominant ideology, a globalization even in groundwork, certainly. The movements propose a miscellany of other values, skills, ideas and ideologies coming of the many fonts, times and spaces (agglutinated in the ideologies of the Third-world, new lefts and contracultures). The movements won over victories in the field of the behavior, chiefly, that capitalism and market's institutions absorbed. Maybe “beaten”, the worldwide wave inscribed severe impressions in the new civilization. It collaborated to a cleanliness of traditional values that, in the heart of the new civilization in groundwork, jammed the consumerist style of life, the logical of the instrumental reason and the controls of the technocracies. The wave looked for more what the dominant globalization proposed: quality, new ways of consciences and rationality, real experiences of the alternative, heterodoxics and liberty for the behavior and creation *versus* quantity, pragmatism, simulacrum of the alternative, bipolarization ideological of Cold War, free market and mass culture from great media. But, in the same time, this worldwide wave had in its heart strong limits, dilemmas and contradictions that help to make its own dispersion – limits that were in the same time your richness: heterogeneity, idealism, resolute activism, juvenility and experimental relation with the reality.

À minha filha, Beatriz...

... que em sua juventude possa ajudar a construir um outro mundo, diferente do que ela passou a conhecer há tão pouco tempo, mesmo que sejam tão magras as migalhas de sonhos que estamos deixando para a sua geração.

UNICAMP  
BIBLIOTECA CENTRAL  
SEÇÃO CIRCULANTE

## Agradecimentos

Ao Professor Doutor Octavio Ianni, por sua preciosa orientação.

À minha esposa, Simone Alessandra Bacheга Groppo, por sua incrível paciência durante estes anos de pesquisa.

Ao meu irmão Edielson José Groppo, que revisou o texto original.

Aos meus pais, Hermogenes Ediel Groppo e Clarice Vitti Groppo, a quem devo a vida e o apoio imprescindível durante toda minha trajetória de estudo. Também à minha querida irmã, Fabiana Maria Groppo.

À Maria Helena do Valle, que emprestou-me valiosos documentos estudantil brasileiros.

Aos funcionários do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, especialmente da Secretaria de Pós-Graduação.

Ao Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq), pelo financiamento deste projeto.

## ÍNDICE

### Capítulo 1: Uma onda mundial de revoltas, 11

- Juventude, 12
- Fatores histórico, 24
- 1968 como expressão de novas realidades sociais, 48

### Capítulo 2: Os jovens e o Terceiro Mundo, 57

- Terceiro Mundo e "ocidentalização", 59
- Descolonização, 69
- Terceiro-mundismo, 79
- Terceiro Mundo e movimentos estudantis, 85

### Capítulo 3: Movimentos estudantis no Terceiro Mundo e o caso do México, 101

- Estudantes na Ásia, África e América Latina, 101
- México, 119
  - A constituição do novo regime, 121
  - A repressão aos movimentos sociais, 130
  - A Universidade, 133
  - Estudantes em revolta, 138
  - 1968, 143
  - Os principais eventos de 1968, 146
  - A organização do movimento, 155
  - Formas de ação, 164
  - Idéias do movimento estudantil, 173
  - Populismo, 180
  - Estado e estudantes em 1968, 190
  - A Noite de Tlatelolco, 196
  - Depois do massacre, 204

### Capítulo 4: O caso do Brasil, 215

- Do populismo ao regime militar, 215
- Novas e velhas esquerdas, 224
- Movimento estudantil antes de 1968, 241
- As classes médias, 258
- Universidade, 270
- Os jovens e as artes, 286
- 1968, 301
- Idéias e formas de ação, 330
  - Luta de massa *versus* luta específica, 343
  - O povo e os operários, 349
  - Formas de ação, 357
- Comportamento e valores, 363
- A violência, 372
  - A repressão e a direção estudantil, 372
  - Práxis da violência no movimento estudantil, 380

Rumo à luta armada, 385  
 Depois de 1968, 392

### **Capítulo 5: Juventude e socialismo, 395**

Δ heterodoxia, 404  
 Revolução Cultural Chinesa, 409  
   Comunismos asiáticos, 409  
   Interpretações, 411  
   Eventos, 416  
   Revolução Cultural e a onda mundial de revoltas, 448  
 Revolução Cubana e Foquismo, 454  
   Δ Revolução Cubana, 455  
   Juvenildade da Revolução Cubana, 460  
   O mito do Che, 464  
   Foquismo, 467

### **Capítulo 6: Leste Europeu e a Primavera de Praga, 475**

Revoltas e cismas, 481  
 Movimentos estudantis, 490  
   Polônia, 493  
   Iugoslávia, 497  
 A Primavera de Praga, 502  
   Δ Antes da Primavera, 508  
   Δ Primavera, 511  
   Intervenção soviética, 521  
   Δ “normalização”, 525

### **Capítulo 7: Alemanha, França e Estados Unidos, 533**

Movimentos estudantis no Primeiro Mundo, 533  
 Alemanha, 540  
 França, 553  
 Estados Unidos, 574

### **Capítulo 8: Contraculturas e movimentos estudantis, 603**

Movimento *hippie*, 614  
 Δ As drogas, 620  
 Místicos e esotéricos, 631  
 Sexualidade, 635  
 Yippies, cultura e política, 637  
 Arte, cotidiano e comportamento nos movimentos estudantis, 642  
   Universidade, 653  
 Mídia, sociedade e contracultura, 661

**Conclusão, 675**

**Bibliografia, 683**

## Capítulo 1

# UMA ONDA MUNDIAL DE REVOLTAS

Os movimentos estudantis e a Contracultura dos anos 1960 foram amplamente investigados pelas Ciências Sociais, transformados em roteiros literários e cinematográficos, esquadrihados por serviços de inteligência de governos de países capitalistas e comunistas, julgados não só pelos tribunais judiciários mundo afora mas pelos mais diversos atores e grupos sociais. A cada ano, em maio, reencenam-se homilias ao movimento de Paris. 1978, 88 e 98 reviveram 1968 como epopéia...

De certo modo, é claro, esta tese passeia sobre um terreno já bastante pisado. Porém, sua reavaliação de 1968 parte de aspectos fundamentais que só a distância no tempo parece poder revelar melhor: a juventude como agente de transformação social; o cosmopolitismo ou internacionalismo da onda de revoltas em 1968; a complexidade da estrutura social da modernidade.

Em primeiro lugar, esta tese investe na juventude como ponto de referência para refletir sobre 1968. Somente a juventude une os diversos movimentos que abalaram as convicções e as certezas nos anos 60: movimentos estudantis, *beatniks*, *hippies*, culto às drogas, misticismos orientais e contracultura, juventude dos guerrilheiros em movimentos socialistas, de liberação nacional ou simplesmente anti-imperialistas no Terceiro Mundo, juvenildade expressa na valorização da coragem guerrilheira e da opção pela luta armada, organizações estudantis na Primavera de Praga, revoltas estudantis na Iugoslávia e Polônia, constante menção de solidariedade aos movimentos do Terceiro Mundo em movimentos estudantis no Primeiro Mundo etc.

1968 legitimou um agente social que despontara desde pelo menos as Revoluções Burguesas da virada do século XVIII ao XIX, mas que sempre teve pouca atenção do liberalismo vitorioso ou do socialismo de viés marxista: a juventude. E na esteira de um agente social tido antes como secundário, tanto politicamente quanto para a compreensão da estrutura social da modernidade, outras forças estruturantes despontaram na denúncia de relações sociais injustas e na proposição de relações alternativas, como as mulheres, minorias étnicas, veteranos de guerra, sub-proletariado urbano e rural e povos do Terceiro Mundo. Outras lutas sociais, baseadas em pressupostos então "alternativos", emergiram também: ecologismo, novos movimentos pacifistas, lutas étnicas, feminismo, luta pela liberdade sexual, luta dos homossexuais etc. Novos aspectos da vida social, principalmente da vida privada são (re)politizados: faixas etárias (passagens entre as "idades da vida"),

sexualidade, gênero, etnicidade, espiritualidade, alimentação, hábitos de consumo etc. Novas propostas “ideológicas” e filosóficas retornam ou surgem com força: maoísmo, trotskismo, Teologia da Libertação, *Pop Art*, culturas juvenis de consumo, psicanálise, Existencialismo, homeopatia, medicinas alternativas, vegetarianismo, foquismo, Nova Esquerda, ecologismo, africanismos, indigenismos, orientalismos, misticismos, drogas alucinógenas, feminismo, *Black Power*, anarquismos e ideais libertários, comunitarismo *hippie* etc. – eventos, culturas, forças sociais e categorias estruturantes todas muito díspares e, no geral, dificilmente combináveis entre si num movimento único e organizado. Historicamente, entretanto, observou-se um improvável processo de fermentação de revoltas que se fundamentaram, real e conscientemente, em categorias sociais consideradas secundárias na prática institucional oficial (dos partidos, sindicatos, Estado, ciências sociais etc.). Mais que improvável, 1968 não era passível de cooptação política através dos procedimentos formais dados tradicionalmente, assim como de compreensão pelos conceitos científicos então predominantes.

Na verdade, 1968 foi fruto de uma variada gama de eventos e causas, que revelaram, estimularam ou possibilitaram agentes sociais a mostrarem suas faces diversas, alternativas, novas ou por muito tempo escamoteadas no “mundo moderno”. Mundo este que perde de vez a possibilidade de se definir com univocidade, e torna-se um caleidoscópio múltiplo de encontros (geralmente não harmoniosos) entre culturas, contraculturas, gêneros, estilos de vida, etnias, opções sexuais, categorias etárias etc. – e não apenas de classes sociais definidas pela infra-estrutura econômica. A modernidade passa a ser vista como contendo faces fortes e historicamente relevantes não apenas na vida econômica da produção industrial (capitalista ou socialista) ou na vida política (na luta de classes), mas também na vida que se passa dentro das relações privadas, íntimas, sexuais, etárias e culturais.

### Juventude

Os movimentos de contestação, não apenas em 1968, mas durante todos os anos 1960, tiveram na condição juvenil a principal – talvez a única – categoria social estruturante comum. Movimentos de contestação, muitas vezes tidos como heterogêneos demais para serem analisados como um processo único (movimentos estudantis nos três mundos, contraculturas, novos movimentos de minorias, movimentos de guerrilha, feminismo, ecologismo etc.), têm como denominador comum a “juventude” real, presumida ou assumida de seus integrantes, da fonte de seus *slogans* ou da sua motivação.

A juventude trata-se de uma categoria social “estruturante” gerada pela modernidade. Historicamente, observam-se ensaios de uma juventude moderna desde o

Renascimento europeu, junto aos nascentes projetos de escolarização universal e disciplinarização dos costumes.<sup>1</sup> A história da modernidade tem sido também a história da criação de uma estrutura de faixas etárias (entre as quais, a juventude) sob princípios universalistas e “naturais”, baseados na cronologização do curso da vida (o tempo do crescimento físico-psíquico medido em anos). A cronologização do curso da vida tornou-se instrumento jurídico para determinar responsabilidades criminais, direitos comerciais e de propriedade, códigos civis e regras de casamento, direitos políticos, leis trabalhistas de proteção a “menores” e direitos especiais da infância e adolescência. A primeira criação visível desta cronologização foi a infância moderna, com todos os cuidados considerados necessários a esta fase do curso da vida: preparação dos pais, médicos, escolarização fundamental, legislações e instituições específicas. Hoje em dia, dados sobre mortalidade infantil, trabalho infantil e crianças fora da escola são utilizados para auferir o Índice de Desenvolvimento Humano – uma espécie de “grau de civilização” – atingido por uma coletividade.

A correlação entre infância protegida e “civilização” (ou modernidade) é uma realidade histórica e sociológica, não exatamente nos termos de direitos “naturais” respeitados ou leis positivas obedecidas por uma coletividade de cidadãos conscientes, mas pelo fato de serem as categorias etárias e a cronologização do curso da vida elementos “estruturantes” das sociedades consagradas como “modernas”.

Quanto às juventudes, podemos constatar que, na virada do século XIX ao XX, houve uma “explosão” de projetos que visavam construí-las e controlá-las. Surge daí a chamada “Era da Adolescência”.<sup>2</sup> Na verdade, trata-se do processo mesmo que constituiu as juventudes modernas. Tais projetos, propostas, esboços e práticas efetivas constituíram o solo, base, cimento ou fundamento social – ou categoria estruturante – que chamo juventude. Estrutura forte e fundamental a partir de então na vida social moderna mas, assim como todas as demais categorias sociais da modernidade, nunca ausente de contradições, ambigüidades, formas alternativas, contra-projetos de autonomia e superação.

Karl Mannheim levou a sério esta constatação de que a juventude e a experiência comum de uma geração possuem papéis estruturantes na configuração das sociedades modernas. Seu equívoco, no entanto, foi o de considerar o fundamento comum da

<sup>1</sup> Jean Delumeau. “A criança e a instrução” e “A educação, a mulher e o humanismo”, in. A civilização do Renascimento. Vol. II, Lisboa: Estampa, Imprensa Universitária, 1984, cap. XII e XIII.

<sup>2</sup> Segundo definição de John Gillis. Youth and History. Tradition and change in European age relations. 1770-present, Nova York/ Londres: Academic Press, Expanded Student Edition, 1981.



experiência juvenil ou geracional como algo apenas “natural”.<sup>3</sup> Ao comparar a unidade de geração (ou o sentimento de pertencer à juventude) com a consciência de classe, Mannheim nos leva a considerar a segunda como uma situação social oriunda de outra situação social (indivíduos convivendo nas mesmas estruturas econômicas e de poder), enquanto a primeira seria uma situação social derivada de uma condição dada natural ou biologicamente. Mas a juventude também é uma situação social derivada de condições igualmente sociais e históricas. Justamente esta concepção fisiológica, naturalista ou biológica acabou limitando as análises das Ciências Sociais sobre as categorias etárias e a juventude. As Ciências Sociais mostraram grandes dificuldades em se desvincular das concepções objetivistas que visavam descobrir as “leis naturais” da sociedade, do ser humano e da natureza. Na verdade, as próprias Ciências Sociais tiveram seu papel no processo de constituição social (e não natural) da juventude. Podemos tomar como exemplo, uma série de pesquisas de campo sobre a juventude delinquente que se estende da Escola de Chicago (e sua Ecologia Humana, nos anos 1920) à Sociologia Funcionalista norte-americana, em meados do nosso século.<sup>4</sup>

Por outro lado, a juventude só existe na realidade social, e assim deve figurar na análise sociológica, em combinação com outras categorias estruturantes da sociedade moderna. Acaba tomando-se realmente estéril uma análise sociológica da juventude que não considere este princípio: a existência, na *práxis* social, de juventudes<sup>5</sup>, nunca de uma juventude isolada das outras experiências sociais e das outras categorias modernas. Ao analisar a *práxis* social, o cientista, o político ou o cidadão se deparam com a “juventude” vivida diferentemente pelos indivíduos. Diferencia e complexifica a vivência juvenil, a classe social, o gênero, a condição urbana ou rural, a etnia, a filiação religiosa, a nacionalidade, a disparidade Norte/Sul, capitalismo/socialismo, desenvolvimento/subdesenvolvimento etc. Uma análise que não leve em conta a diversidade real ou possível

<sup>3</sup> Karl Mannheim. “O problema sociológico das gerações”, in: Marialice M. Foracchi (org.). *Mannheim*, São Paulo: Ática, Coleção Grandes Cientistas Sociais-25, 1982, pp. 67-95.

<sup>4</sup> Nesta série podemos incluir obras como: Ernest Burgess and Donald Bogue. “The delinquency research of Clifford R. Shaw and Henry McKay and associates”, in: E. Burgess and D. Bogue (orgs.). *Contributions to Urban Sociology*, Chicago/ Londres: The Universidad of Chicago Press, 1964; William Foot-White. *La sociedad de las esquinas*, México: Diana, 1971; Nathan Goldman. “The disposition of juvenile arrests by urban police”, in: E. Burgess and D. Bogue (orgs.). *op. cit.*, pp. 577-590; David Matza. “As tradições ocultas da juventude”, in: S. Brito (org.). *Sociologia da Juventude*, vol. III, Rio de Janeiro: Zahar, 1968, pp. 81-106; John Barrow Mays. *Growing up in the city: a study of juvenile delinquency in an urban neighbourhood*, Liverpool: Liverpool University Press, 1956; Paul W. Tappan. *Juvenile Delinquency*, Mc Graw Hill Book Cia., 1949; Frederic Milton Trasher. “The gang: a study for 1,313 gangs in Chicago”, in: E. Burgess and D. Bogue (orgs.). *op. cit.*, pp. 655-662.

<sup>5</sup> Cláudia Barcellos Rezende. “Identidade. O que é ser jovem?”, *Tempo e Presença*, CEDI, n. 240, 1989, pp. 4-5.

das vivências da “juventude”, corre o perigo de tornar-se pouco explicativa ou pouco fecunda.

Voltemos à “Era da Adolescência”, na virada do século XIX ao século XX, quando organizações de caridade, instituições filantrópicas e estatais, legislações, tribunais, polícias e políticas de Estado, partidos (do comunismo soviético ao nazismo), igrejas, movimentos revolucionários, reacionários, reformistas, utópicos e socialistas, ciências, medicina, psiquiatrias, psicologias, pedagogias e criminologias organizaram ou ajudaram a organizar grupos juvenis sob sua tutela. Destacam-se num primeiro momento as escolas (públicas, privadas ou religiosas), que estendem-se ao período da “adolescência”, bem como às classes pequeno-burguesas, proletárias e camponesas (e, na segunda metade do século XX, através da popularização das universidades, às juventudes das classes médias). Num segundo momento, partindo da insatisfação de muitos adultos para com os resultados obtidos pela escolarização ampliada, criam-se grupos juvenis controlados por adultos paralelos às escolas. Estes grupos adquirem uma multiplicidade de formas e princípios ideológico-políticos: orfanatos, instituições para adolescentes infratores e drogados, brigadas juvenis, escoteiros, *kibbutz* israelenses, juventudes ligadas a Igrejas, movimentos políticos ou partidos políticos diversos, *Komsomol* e ramificações deste no partido comunista soviético e organizações juvenis fascistas – oficiosas, como a *Orilla Izquierda* da Ação Francesa, ou oficiais, na Itália de Mussolini ou a Juventude Hitlerista na Alemanha após 1933.

Ao mesmo tempo, paralela ou em conjunção aos projetos institucionais, ramos do saber científico e disciplinar – como as ciências médicas e psicológicas – criam concepções sobre a “juventude” e “adolescência”, concepções que se querem fazer descrições exatas e científicas das leis naturais da evolução do indivíduo – da infância à maturidade, sendo a juventude-adolescência esta fase intermediária.

Em contraposição aos projetos e concepções acima citados, desde o início da modernidade – mas crescendo justamente quando aumenta a institucionalização da juventude –, surgem os grupos juvenis semi-independentes, autônomos, informais, livres, paralelos ou alternativos às escolas e grupos controlados por adultos. Desde a origem das juventudes, instala-se uma contradição análoga às das demais categorias sociais geradas pela modernidade: projetos oficiais, concepções institucionais, fundamentos ideológicos, construções jurídico-legais, ciências legitimadoras e políticas públicas constroem, recriam ou reorganizam grupos e/ou coletividades sociais; prévia, paralela ou postumamente, os objetos (de quem se esperava passividade) passam a elaborar, propor ou criar práticas de

sociabilidade e valoração alternativas, ambíguas em relação às propostas oficiais, resistentes e até “revolucionárias”, tornando-se, deste modo, também sujeitos da ação social. Na verdade, no caso da juventude, a contradição também é fruto da diversidade ou falta de unidade dos múltiplos projetos advindos das instituições oficiais ou dos “adultos” – se concordavam todos com a necessidade da tutela da juventude, longe estavam do acordo em relação aos objetivos visados e às práticas corretas.<sup>6</sup>

Um estudo de Stephen Humphrics, além de demonstrar os bons resultados de uma pesquisa que combina o caráter infanto-juvenil de um fenômeno com seu caráter de classe (operária), ainda exemplifica como dos processos de institucionalização “moderna” e “burguesa” surgem não apenas as categorias “estudante” e “adolescente”, mas muitas vezes grupos juvenis (neste caso, também infantis) em revolta. Contra o caráter repressivo das escolas inglesas, no início deste século, em que a universalização do ensino também se tomava uma estratégia de dominação de classe, segundo Humphrics, greves, protestos e projetos alternativos (algumas vezes apoiados pelos pais dos estudantes) se deram. Foram ações como a formação de escolas alternativas na vila de Burston (Suffolk), em 1914, protestos contra os castigos físicos (principalmente entre 1889 e 1911), greves escolares nacionais (a primeira em outubro de 1889, a segunda em setembro de 1911) – acontecimentos freqüentemente esquecidos ou omitidos pelas histórias oficiais das escolas e muitas vezes descobertos apenas por entrevistas e histórias de vida. As revoltas aconteciam devido à arbitrariedade das autoridades governamentais em sua ânsia de regular o comportamento das classes populares, desrespeitando feriados tradicionais, tradições locais de lazer, aumentando o tempo de permanência e a idade de saída da escola (gerando, por exemplo, uma revolta de alunos e pais na vila de Bedworth em 1914). Também, tentativas de “racionalização” da distribuição das séries e níveis entre as escolas geravam dificuldades a muitos alunos que eram obrigados a freqüentar escolas muito longe de suas casas, o que causou várias revoltas em distritos rurais e áreas urbanas entre 1914 e 1938, o que, às vezes, levava à formação de escolas independentes, as *strike school*, que eram controladas pela comunidade. Algumas revoltas aconteceram na defesa de professores em luta por melhores salários (como em Herefordshire, em 1914): “A revolta escolar foi essencialmente um gesto de protesto das crianças da classe operária e seus pais contra a autoritária, burocrática e centralizada estrutura de ensino que progressivamente tirou o

---

<sup>6</sup> Luís Antonio Groppo. Juventude. Ensaios sobre sociologia e história das juventudes modernas, Rio de Janeiro: Difel, 2000.

controle da educação da comunidade local e organizou-se para atender as demandas de um Estado capitalista”.<sup>7</sup>

Estas e outras contradições da juventude moderna são quase que formuladas por S. N. Eisenstadt, no clássico trabalho sobre os grupos juvenis *De geração a geração*. Eisenstadt começa considerando as sociedades modernas como os casos extremos de sociedades universalistas, ou seja, sociedades organizadas a partir de critérios opostos aos particularismos (típicos das comunidades organizadas em torno do parentesco). Nas sociedades universalistas surgem esferas de ação social cujos valores são diferentes dos valores familiares, valores que independem das particularidades dos indivíduos. Entre estas esferas, temos a economia, mercado profissional, política, Direito, Arte, Ciência e religião. Seus valores são chamados de “universalistas”. As sociedades universalistas tendem a desenvolver grupos etários homogêneos – reunindo indivíduos da mesma idade – em oposição aos grupos etários heterogêneos – que misturam as idades, como os grupos de parentesco. Entre os grupos homogêneos, destacam-se os juvenis, justamente aqueles que desenvolvem as funções de preparação dos indivíduos para as esferas de ação independentes da vida familiar. A juventude moderna, em semelhança à juventude de outras sociedades universalistas, possui também estas funções. Mas a juventude moderna possui pelo menos três características próprias: a) ela é ainda mais abrangente e geral – devido à radicalidade do universalismo na modernidade; b) ao mesmo tempo, ela é menos “funcional” – devido aos contraditórios projetos modernizantes de tutela da juventude e, principalmente, ao extremo grau de especialização que se desenvolve dentro de cada esfera social; c) finalmente, ela é caracterizada pela proliferação de grupos juvenis informais.<sup>8</sup>

Pensando historicamente, os grupos juvenis “desviantes” ou informais em relação aos projetos oficiais, têm duas fases diferenciadas. Na primeira fase, mais ou menos até meados do século XIX, temos grupos juvenis “desviantes” ainda controlados por adultos, com projetos alternativos em relação aos rumos tomados pelas Revoluções Burguesas: projetos revolucionários e nacionalistas (adolescentes doutrinados pela *École de Mars* jacobina, carbonários, Juventudes de Mazzinni, barricadas estudantis de 1830 e 1848, ex-estudantes atuando nas Manufaturas Nacionais de Paris em 1848, estudantes blanquistas e os populistas russos), projetos de socialistas utópicos (crianças de Saint-Simon e Legiões Juvenis de Fourier) e até projetos reacionários (os *muscadins* girondinos, a Guarda Móvel na Revolução de 1848 e grupos estudantis na Alemanha desde o início do século – sociedades

<sup>7</sup> Stephen Humphries. “School strikes”, in *Hooligans or rebels? An oral history of working-class childhood and youth. 1889-1939*, Oxford/ Nova York: Basil Blackwell, 1984, cap. 3, p. 92.

<sup>8</sup> S. N. Eisenstadt. *De geração a geração*, São Paulo: Perspectiva, 1976.

ginastas e o *Burschenschaften*).<sup>9</sup> Pode-se citar como característica desta “fase”, também, a Boêmia parisiense – um convívio social de jovens artistas e intelectuais, rebeldes políticos, conspiradores e cultivadores de estilos de vida amorais e anárquicos.

Numa “segunda fase”, temos os grupos mais caracteristicamente informais que, se já apareciam em pequeno número desde a Renascença europeia, multiplicam-se na virada do século XIX ao XX – paralelamente à *praxis* oficial da “juvenilização” disciplinadora dos indivíduos considerados “jovens”. Para Eisenstadt, em sua maioria, tais grupos informais acabam complementando a função integradora/socializadora dos jovens dentro das esferas oficiais universalistas da economia, trabalho e política – tarefa deixada ainda incompleta pelos grupos controlados por adultos –, enquanto uma minoria destes grupos descamba para a boêmia, radicalismo ou a mera delinqüência. Numa versão menos generosa, segundo Matza, os grupos juvenis “marginais” são atraídos por tradições anti-sociais, forças ocultas ou verdadeiros vírus sociais, que têm nos indivíduos jovens ingênuos suas melhores vítimas e portadores: tradições boêmias, mundo do crime e radicalismo político.<sup>10</sup> Numa versão menos preconceituosa, que defendo, os grupos juvenis contestadores ou “desviantes” fazem parte do mesmo processo gerador dos grupos informais aparentemente “integrados” à modernidade iluminista. Todos estes grupos possuíam um grau, ao menos mínimo, de inconsistência diante do caráter da sociedade capitalista “concorrencial”, calcada na ética do trabalho disciplinado, de fundo puritano. E, de modo pouco consciente, lento mas eficaz, os grupos juvenis tornaram-se a maior fonte criativa, foco publicitário e mercado consumidor das novas instituições geradas pelo (ou integradas no) capitalismo “monopolista”: meios de comunicação de massa, cultura de mercado, lazer e turismo modernos, valores hedonísticos, universidades “de massa” etc.<sup>11</sup>

Ou seja, os grupos juvenis modernos e informais foram agentes nas transformações da sociedade moderna durante o século XX. Mas isto não significa que os grupos juvenis possuíam em sua totalidade projetos claros ou que, no caso de os possuírem, seus projetos tenham sido realizados por uma espécie de “alta modernidade” ou uma sociedade pós-industrial e pós-moderna. Pelo contrário, assim como outras categorias sociais fundamentadas pela modernidade – classe operária, classes médias, outras classes cárias (em destaque a “Terceira Idade”), o gênero mulher na sociedade moderna etc. –, a

<sup>9</sup> John Gillis. *Op. cit.*; Luzzatto, Sergio. “Jovens rebeldes e revolucionários: 1789-1917”, in: Giovanni Levi e Jean-Claude Schmitt (orgs.). *História dos jovens-2. A época contemporânea*, São Paulo: Cia. das Letras, 1996, pp. 195-258.

<sup>10</sup> David Matza. “As tradições ocultas da juventude”, In: S. Brito (org.). *op. cit.*, vol. III, pp. 81-106.

juventude foi portadora de múltiplos projetos sociais, com conteúdos potencial ou realmente alternativos aos rumos tomados pelas sociedades modernas nos dias atuais. Um ponto forte destes projetos foi o ano de 1968.

Mas, antes dos anos 1960, as juventudes esboçaram movimentos alternativos autônomos ou semi-autônomos, em contraste com os grupos juvenis politizados do século XIX, ainda controlados por adultos. Também durante o século XX, movimentos juvenis foram construídos a partir de identidades propriamente “juvenis”, manifestando claramente sua condição de “jovem” ou estudante – em contraste com a Boêmia, em que era fraca a identidade juvenil professada, apesar da juventude presumida da maioria dos seus membros. O primeiro, e talvez o mais importante destes movimentos antes dos anos 1960, foi o Movimento Juvenil Alemão, uma série de grupos formados prioritariamente por jovens alemães (e em menor medida, austríacos e suíços) do sexo masculino, que dispndiam seu tempo livre em passeios a pé pelos campos, florestas, regiões montanhosas e aldeias rurais, uma *práxis* que retomava os ideais românticos da evasão na natureza e da valorização do “autenticamente” popular. O primeiro destes grupos chamou-se Pássaro Emigrante (*Wandervogel*), formado por estudantes do Ginásio de Steglitz, próximo de Berlim, em 1896. Grupos semelhantes multiplicaram-se pela Alemanha e, numa segunda fase, ocorreram tentativas frustradas de formação de “federações” ou centrais organizadoras destes grupos – como as concorrentes *Alt-Wandervogel* e *Steglitzer Wandervogel*. Pululam, entretanto, grupos e propostas as mais díspares, derivados da projeto romântico/juvenil original. Alguns deles aproximaram-se dos valores que futuramente comporiam a Juventude Hitlerista e o próprio Nazismo: misoginia, totalitarismo, arianismo e nacionalismo radical. O Movimento Juvenil Alemão, apesar das suas características únicas em toda a história da juventude, demonstra que a “rebeldia” juvenil, quando acontece, não toma “naturalmente” um rumo político/social de caráter esquerdista, democrático ou progressista – a revolta juvenil contém possibilidades políticas variadas, que dependem de muitos fatores sociais, históricos e conjunturais. Em alguns dos seus momentos mais criativos, grupos do Movimento Juvenil Alemão professaram radicalmente a identidade juvenil, de uma forma que só se repetiria na Contracultura nos anos 1960: “Companheiros! Estamos unidos no ódio às instituições desta vida e destes tempos. Nós nos perguntamos: Quem é responsável por esta vida, por estas instituições, por esta cultura? Quem tem na

---

<sup>11</sup> Conforme discuto em minha tese de mestrado: Luís Antonio Groppo. O rock e a formação do mercado de consumo cultural juvenil, dissertação de mestrado em Sociologia, Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, 1996.

consciência estes Estados, estas Igrejas, esta política, esta imagem e tantas outras coisas? Os adultos”.<sup>12</sup>

No final dos anos 1910, irrompem lutas estudantis nas universidades, agora na América Latina. Não será sempre do presumido centro da história da modernidade “ocidental”, Europa e Estados Unidos, que surgirão os movimentos e momentos “fortes” da juventude do século XX. O próprio Movimento Juvenil Alemão surge em um país que, então, apenas ingressava no curso das grandes nações industrializadas. E, enquanto o Movimento Juvenil possui certa analogia com o movimento *hippie* – na valorização radical da juvenildade –, os movimentos estudantis latino-americanos do início do século XX lançam temas, palavras de ordem e práticas de protesto que seriam retomados pelas revoltas dos universitários nos anos 1960. Estes movimentos se iniciam em 1918, na Universidade de Córdoba, Argentina. Seu Movimento de Reforma Universitária inspirou outros em toda a América Latina.

Os anos do Entre-Guerras, a partir da Europa, foram marcados por movimentos e regimes fascistas – cujas ideologias invadiram, incentivaram ou formaram grupos juvenis, de caráter totalitário e ultra-nacionalista, que usavam métodos truculentos contra os inimigos declarados (scmitas, comunistas ou democratas). Grupos como a *Orilla Izquierda* (fundada em 1920 por estudantes ativistas da Ação Francesca), “vanguardas estudantis” do fascismo italiano (reorganizadas, durante o governo de Mussolini, na *Opera Nazionale Balilla* [ONB], transformada em 1937 na *Juventù Italiana del Littorio* [GIL]) e a Juventude Hitlerista (na qual, depois da tomada do poder pelo nazismo, todo adolescente alemão “ariano” era obrigado a inscrever-se). Uma intrincada rede de fatores explica o porquê desta aproximação do radicalismo juvenil com ideologias, movimentos e valores nazi-fascistas – frustração de Alemanha e Itália com os resultados da Primeira Guerra Mundial, a Grande Depressão, ondas de desemprego e inflação, a atuação de grupos paramilitares de direita desde o fim da Primeira Guerra, a propaganda criativa e idealista dos partidos de extrema direita para com adolescentes e jovens etc. Na verdade, não apenas os jovens, mas sociedades inteiras, ou considerável parte delas, deixaram-se arrastar então por idéias de pureza racial, chauvinismo, anti-semitismo, anti-comunismo e totalitarismo.

No final dos anos 50, como que antecipando os anos 1960 e o novo radicalismo juvenil, voltou a se destacar a participação política de jovens e/ou estudantes. Outra vez isto se deu principalmente fora da Europa e Estados Unidos. Foram os movimentos de libertação nacional ou socialistas no Terceiro Mundo e a Revolução Cubana, todos com

<sup>12</sup> Circular do Congresso do Movimento em 1919, cit. in. S. Valitutti, “Uma Revolução Juvenil”, in. S. Brito.

importante participação de estudantes e jovens guerrilheiros. Também, estudantes e jovens participam então de revoltas e protestos em toda a América Latina, no Japão, Turquia e Coreia do Sul. Era uma espécie de pontapé que dava início à década radical.

Com os novos movimentos estudantis, os novos radicalismos e as contraculturas, os anos 1960, destacando 1968, são um desafio à interpretação. Enquanto temos uma nova institucionalização atingindo as juventudes (os jovens de classe média indo à universidade, que é obrigada a se “democratizar”), estas mesmas juventudes, em diversos graus, sublevam-se em lutas por mais autonomia (na criação de contraculturas e movimentos estudantis). De certo modo, repetem-se processos de institucionalização e lutas já observados desde a Revolução Industrial. No entanto, 1968 alcançou uma visibilidade que, no meu entender, não foi nem superficial, nem limitou-se a um mero produto da mídia – conforme denunciaram críticos de direita e esquerda. Trata-se de uma visibilidade política e uma legitimidade sociocultural pela primeira vez conquistadas por movimentos de juventude, contrastando com os movimentos juvenis do século XIX (nacionalistas, revolucionários, utópicos ou reacionários), tidos como secundários pela maioria dos movimentos “classistas” e relegados à poeira da História.

1968 teve tanta força e legitimidade que gerou o que chegou a ser chamado de crise da civilização moderna. Talvez, pelo menos, uma crise de modelos que se acreditavam universais de modernidade, fundados no racionalismo, no cientificismo mecanicista e na tecnocracia. Modelos da sociedade “industrial” – capitalista ou socialista –, ocidentalizante e nacional. Certamente, 1968 foi uma séria ameaça – e, em grande parte, uma vitória – contra os valores de base “puritana” que pregavam uma sobrevalorização do trabalho, a renúncia dos prazeres materiais ou sensuais (ou o contentamento para com um mínimo de confortos domésticos) e a limitação dos impulsos, desejos e expressões do indivíduo por instituições e tradições não totalmente solapadas pela modernização (família, escola, ética do trabalho etc.).

Acima, mostrei que a modernidade conteve, entre tantas outras contradições, uma contradição que envolvia os projetos, práticas e instituições oficiais modernizantes e as juventudes informais e “não-funcionais” (juventudes que são, ao mesmo tempo criações e ameaças aos projetos oficiais). Seria a visibilidade da juventude, em 1968, fruto de um momento em que a contradição da juventude moderna se “resolveu”? Teria se resolvida esta contradição (mas não necessariamente as demais contradições modernas) com a auto-reciclagem da sociedade moderna em uma sociedade de consumo, pós-industrial ou pós-



moderna? Na sociedade atual – que, na minha avaliação, vive sob uma ética de consumo, ao mesmo tempo que mundializa suas referências culturais e globaliza seus padrões de sociabilidade –, teria a juventude transformado seu papel estruturante, perdendo seus conteúdos contestadores e metamorfoseando-se em uma categoria mais integrada?

Ou, simplesmente, em 1968 a juventude foi o carro-chefe de uma nova onda revolucionária (ondas antes encabeçadas pela classe operária)? 1968 não seria apenas mais um dos pontos altos do ciclo de revoluções “anti-modernas” (visando o futuro ou o alternativo) que se inicia em 1848? Aqui, a lógica dialética-materialista de Karl Marx poderia ajudar-nos a esboçar possíveis respostas. A obra de Marx contém o projeto de uma onda internacional de revoltas, a partir de uma situação sócio-econômica de generalização da classe proletária e da condição assalariada, do desenvolvimento de partidos e associações operárias, da construção de uma nova consciência de classe e do desencadecamento de uma crise econômica que levaria os antagonismos de classe a um ponto crítico, desencadecendo-se lutas revolucionárias que fundariam uma nova configuração social oposta ao capitalismo. As revoltas operárias de 1848, 1905 e 1917 parecem ter esbarrado em condições materiais e sociais incompletas e foram derrotadas no tocante à organização de uma nova sociedade oposta à capitalista (incluindo-se aí a Revolução Russa). O que eu gostaria de questionar aqui é a possibilidade deste arcabouço lógico-dialético da revolução de Marx ter se repetido em 1968, através da generalização de uma categoria social moderna (a juventude em vez ou, no caso da Itália e França, ao lado do proletariado), bem como das condições políticas que criaram organizações combativas relativamente integradas mundialmente (associações estudantis e Nova Esquerda), da formação de uma “consciência” de si bem delineada<sup>13</sup> e a configuração de uma situação de crise (não da economia, mas das universidades e, principalmente, da legitimidade do cenário bipolar da Guerra Fria). Também surgiram, em analogia às revoluções proletárias, propostas sociais alternativas, mesmo que não exatamente opostas ao capitalismo – propostas muito heterogêneas entre si, mas que visavam a superação da sociedade industrial vigente ao menos em um dos seus aspectos, como nas relações geracionais, pedagógicas, de gênero ou étnicas, entre outras.

Se levarmos em conta as propostas de George Katsiaficas, 1968, 1917, 1905 e 1848 fazem parte de um mesmo conjunto cíclico de levantes contra os rumos da modernização “iluminista”, tecnicista, racionalista e criadora de desigualdades entre os indivíduos e

<sup>13</sup> Radicalizada na frase de Mario Savio: “Não confie em ninguém com mais de 30 anos” (cit. in. Marialice M. Foracchi. A juventude na sociedade moderna, São Paulo, Livraria Pioneira/ Editora da Universidade de São Paulo, 1972, p. 31).

grupos.<sup>14</sup> Cada novo ciclo revolucionário acrescenta novos pontos aos programas contestadores, bem como novos desejos para a recriação do ser humano integral. Sobre 1968, Marcuse considera que

“a originalidade do movimento é ter produzido uma *nova definição de revolução* colocando-a em relação com novas possibilidades de liberdade, novas potencialidades do desenvolvimento socialista, ao mesmo tempo produzidas e bloqueadas pelo capitalismo avançado. Novas dimensões abriram-se assim para a transformação da sociedade. De agora em diante, essa transformação não pode ser apenas uma subversão econômica e política, isto é, o estabelecimento de um outro modo de produção e de novas instituições; trata-se antes de tudo de subverter o sistema dominante de necessidades e suas possibilidades de satisfação”.<sup>15</sup>

Mas, não seria possível ver 1968 como uma combinação destes dois processos – um momento crítico da contradição entre juventude e instituições modernas; uma nova onda de revoltas “anti-sistema” (contra os rumos tomados pela sociedade moderna)? Não teria vindo justamente deste encontro a força de 1968 e sua capacidade de, ao legitimar o protesto de um outra categoria social (a juventude), fomentar uma complexidade de novas lutas sociais, encabeçadas por diversas categorias sociais e contra injustiças dadas no âmbito do cotidiano, do privado e do cultural? De certo modo, a heterogeneidade de 1968 pode ser vista também como a retomada de um arsenal de propostas de emancipação humana, não apenas daquelas já esboçadas anteriormente, mas também daquelas que foram reprimidas. Propostas reprimidas muitas vezes dentro dos próprios movimentos revolucionários, que pediam aos emancipacionistas do gênero e das etnias “paciência”, pois tudo resolveria-se após a resolução da contradição principal, advinda do conflito de classes. É claro que em 1968 não foi o legitimador de todos os projetos dos movimentos sociais que pulularam mais caracteristicamente a partir dos anos 70 – e as feministas procuraram criar seus próprios grupos alegando, entre outros pontos, restrições dentro da Nova Esquerda. Mas, 1968, ou os anos 1960 no seu conjunto, tomaram possível e motivaram a revelação quase que triunfal de desconfortos preexistentes, propostas alternativas, resistências e lutas ocultas, como nunca antes se fez. Também, este período “revolucionário” retomou, revelou e inclusive fez uso das mais diversas táticas de luta, resistência, protesto e ação social – dos *sit-ins* do Movimento pelos Direitos Civis dos

<sup>14</sup> George Katsiaficas. The Imagination on the New Left. A global analysis of 1968, Boston: South End Press, 1987.

<sup>15</sup> Cit. in, Marco Aurélio Garcia e Maria Alice Vieira (orgs.). Rebeldes e contestadores. 1968: Brasil, França e Alemanha, São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999, pp. 7-20, p. 16.

negros norte-americanos às guerrilhas de Che Guevara, da ingênua promiscuidade nas noites de ocupação das universidades às aberturas provocações da moralidade pública feita pelos *yippies*, da tradicional campanha eleitoral ao uso da arte vanguardista (como o teatro de guerrilha).

Além de sua complexidade e heterogeneidade, ou seja, o fato de ter se tornado um calcidoscópio de lutas, bandeiras e estratégias para a emancipação humana, as revoltas do ano de 1968 possuem uma perturbadora dimensão que ainda não foi suficientemente decifrada: 1968 intriga teoricamente aqueles que vislumbram sua ocorrência mundial.

Sem colorir completamente o mapa-múndi, mas, ao menos, distribuindo-se dentro ou próximo de todos os setores geopolíticos do globo, o arco-íris das revoluções juvenis nos interroga: por que 1968? por que a juventude? por que os estudantes? por que em quase todas as grandes cidades do mundo - capitalistas, “subdesenvolvidas” ou socialistas, de todos os continentes - pulularam os movimentos estudantis, com um sem número de semelhanças que desmentem qualquer hipótese de coincidência?

Na continuidade deste capítulo, procuro construir um “mapa” que orientará a busca, nesta tese, de possíveis respostas para as questões acima formuladas. Ver-se-á que acredito ser necessário privilegiar uma discussão sobre a quebra dos paradigmas sociológicos, caros ao século XX, da sociedade de limites nacionais e composta de classes sociais. 1968 deve ser apresentada menos como a grande responsável pelas transformações sociais que superaram estes paradigmas, e mais como uma revelação de que importantes forças sociais moviam-se aquém das classes sociais e além dos limites do Estado Nação.

### **Fatores Históricos**

Para responder à questão do internacionalismo de 1968, é necessário encontrar fatores históricos de caráter supranacional e, inclusive, não limitados aos países capitalistas desenvolvidos. Isto, é claro, deve-se ao fato de que importantes movimentos estudantis deram-se em países de capitalismo não desenvolvido (como México e Brasil) e em países socialistas (como as antigas Checoslováquia e Iugoslávia). Os fatores históricos a serem levados em conta devem ter atuado em todos os locais do mundo onde surgiram movimentos estudantis radicais. Podemos separar em três grupos estes fatores:

- a) Geopolíticos: Guerra Fria; descolonização e movimentos anti-imperialistas no Terceiro Mundo.
- b) Sócio-econômicos: o *boom* econômico mundial do pós-guerra e a ascensão das novas classes médias.
- c) Político-culturais: a questão da universidade, o novo radicalismo (ou Nova Esquerda), a Contracultura, a mídia e a indústria cultural.

Se há causas que pareçam mais genéricas e, portanto, aparentemente explicativas, ver 1968 como um fenômeno de reação instantânea e inconsciente a partir de um ou alguns processos generalizantes seria perder de vista o caráter revolucionário do fenômeno. Seria um retorno à mera surpresa, seguida da incapacidade de sair do lugar comum, o que proliferou nas análises sobre 1968. O desafio também é pensar 1968, em primeiro lugar, não isoladamente dos fatos que o antecederam e os precederam – que foram os movimentos juvenis de contestação e de criação cultural no Pós-Segunda Guerra Mundial. Em segundo lugar, pensar os eventos de 1968 em conjunção com uma miríade muito extensa de outros eventos, processos, permanências, retrocessos e avanços sociais, econômicos, culturais e políticos que penetravam-se reciprocamente. Ou, na verdade, eventos e processos que só se podem entender nas relações recíprocas, uns com os outros. “Objetos” de investigação social cuja análise, mesmo nos seus pormenores, remete-nos ao todo intrincado de relações e contradições. Em terceiro lugar, esta defesa de uma visão “sistêmica” de 1968 não deve incorrer justamente no que é a limitação do paradigma sistêmico-estruturalista, ou seja, o desconhecimento das evidências e profundidades contraditórias da vida social, contradições que movimentam as “estruturas” aparentemente bem ajustadas, assim como sociedades, classes, grupos e indivíduos, produzindo novas contradições e um todo sempre incompleto na sua integração.

Cada um dos fatores históricos que parecem explicar 1968, devem ser compreendidos como estando em inter-relação com os demais – inter-relação da qual se originam os movimentos de contestação que, por sua vez, vão também fazer parte desta “galáxia” complexa de relações. A imagem de 1968 como uma “eletrostática” de eventos contestatórios, categorias sociais em rebelião e valores culturais em ebulição parece ser mais interessante e forte que a de um conjunto mecânico de causas únicas e conseqüências diretas. Ao mesmo tempo, porém, tal visão complexa do fenômeno dificulta uma conclusão definitiva, ou que se crê detentora absoluta da realidade. Como pelo menos desde Max Weber se demonstrou, mais que descobrir a “essência” da realidade, o que pode fazer uma interpretação é iluminar a contento uma miríade das relações, ou conexões, que produzem a realidade – e uma interpretação que queira se manter no limites da compreensão, sempre será menos complexa que a realidade.<sup>16</sup>

Como se viu, esta tese procura desvendar 1968 a partir de seu aspecto juvenil, mas não tem a pretensão de considerar este aspecto como a “essência” ainda não revelada do

evento. Na verdade, parto da consideração que a condição juvenil é mais uma situação social (por si mesma, um complexo conjunto das relações sociais que geraram a juventude) que deve ser levada em conta no complexo rol de eventos históricos e relações sociais que explicam 1968.

Diversas são as teses que procuraram ou ainda tentam dar conta da surpresa de 1968. Uma delas, bastante usada por governos dos países capitalistas, foi a do “complô comunista”<sup>17</sup> ou, no caso de revoltas nos países comunistas, do complô “capitalista” ou “anti-revolucionário” – no México, declarações do governo acusaram tanto os comunistas quanto a CIA ?! Tais teses são insustentáveis, mesmo que se reconheçam intensos esforços políticos procurando atuar sobre os movimentos – como a KGB, serviço secreto soviético, que se enraizou numa associação estudantil internacional criada por Moscou; ou a CIA, similar norte-americano da KGB, que tentou criar uma “anti-universidade” em São Domingo, em 1967.<sup>18</sup> Mas a vontade de mobilizar não é suficiente para explicar o sucesso e a amplitude da mobilização.

Já a tese do mal estar em relação ao capitalismo parece válida, mas é insuficiente, levando-se em conta que também em alguns países socialistas surgiram movimentos estudantis. Também, definir o objetivo das revoltas como uma denúncia do capitalismo seguida pela opção ao modelo oposto, o socialismo real existente no mundo sob a égide da União Soviética, seria um absurdo. Na Checoslováquia, em 1967, diante de protestos estudantis e violentos choques com a polícia, um alto funcionário do Comitê Central do Partido Comunista do país parecia espantado, diante de uma realidade que não cabia dentro da “tese do complô”, divulgada oficialmente pelo seu próprio partido: “Pela primeira vez na história de nossa República, crianças nascidas e criadas sob o regime, não tendo recebido nenhuma influência além da educação socialista, foram espancadas pela polícia e exibiam *slogans* hostis ao governo e ao partido”.<sup>19</sup>

Quanto à hipótese da revolta geracional, de que em 1968 os filhos revoltaram-se contra seus pais, que os jovens se revoltaram contra os adultos, parece também ser interessante. Andres Garrigó traz dois dados relevantes, neste sentido. Realizara-se no final dos anos 60 uma pesquisa na Inglaterra, que perguntava aos adultos sobre seu grau de

<sup>16</sup> Weber, Max. “A ‘objetividade’ do conhecimento nas ciências sociais”, in: Gabriel Cohn (org.). *Weber*, Coleção Grandes Cientistas Sociais, n. 13, São Paulo: Ática, 1979, pp. 79-127.

<sup>17</sup> Segundo Alfredo Sirkis, o jornal *O Globo* desde o início das passeatas de 1968, no Brasil, atribuiu a autoria delas a “estudantes profissionais a soldo de Moscou” (*Os carbonários. Memórias da guerrilha perdida*, São Paulo: Global, 1984, p. 37).

<sup>18</sup> George Katsiaficas. *Op. cit.*

simpatia em relação aos estudantes (incluindo os que não protestavam): entre os que tinham 55 anos ou mais, apenas 23% declararam simpatia; e 77% do total de adultos (acima de 21 anos) achavam que as autoridades deviam tomar medidas duras contra estudantes que participavam de manifestações, como a expulsão de líderes, revogação de bolsas de estudo, multas, prisões e suspensões. Garrigó também conta um caso em que o pai radicalizou a discordância com seu filho:

“Na madrugada do 9 de maio de 1968, depois da ‘noite vermelha’ em que foram queimadas dezenas de veículos na luta das barricadas, um ‘filho de papai’ regressava para casa em seu automóvel. O ‘papai’, que havia acompanhado os combates pelo rádio, ao vê-lo chegar extenuado, e com provas evidentes de haver participado na batalha, não pode conter sua irritação: correu à rua e pôs fogo no automóvel de seu filho...”<sup>20</sup>

Mas esta tese do conflito entre gerações tem que ser reavaliada em um contexto sociológico, considerando as gerações, coortes ou estágios da vida (como a juventude) criações socioculturais sustentadas por valores e instituições sociais. Não se deve considerar a juventude como “naturalmente” propensa à revolta, assim como não se deve conceber a maturidade biologicamente propensa ao conformismo. Esta contradição momentânea, jovens revoltados *versus* adultos conformistas, que se observou realmente em 1968, passou a sustentar um mito da relação jovem/adulto que é ainda hoje presente. Contudo, esta contradição era fruto de contextos sócio-econômicos e culturais definidos. A experiência geracional dos que eram adultos em meados dos anos 1960, principalmente os das classes médias, criou expectativas e visões de mundo muito diferenciadas das interpretações construídas pelos jovens universitários. Enquanto os adultos viveram a Guerra Fria como uma experiência traumática e de terror, os jovens a sentiam – ainda que com certo temor – como uma contingência irracional. Enquanto os adultos concebiam o *boom* econômico enquanto dádiva dos novos tempos, como recompensa pelo esforço nos anos duros que antecederam a “Era de Ouro”, os jovens rejeitavam a defasagem entre a liberalidade material e o conservadorismo moral e sociocultural.

Parceira bastante sugestiva a tese de Wallerstein de que as revoltas de 1968 expressaram um clima geral de mal estar, sentido principalmente pelas novas gerações, causado pelos contextos globais da Guerra Fria.<sup>21</sup> Este clima de mal estar certamente se observa como elemento constante no Primeiro, Segundo e Terceiro Mundos. Numa

<sup>19</sup> Cit. in Pierre Broué, *A primavera dos povos começa em Praga*, São Paulo: Kairós, 1979, p. 47.

<sup>20</sup> Andres Garrigó. *La rebeldia universitaria*, Madrid: Guadarrama, 1970, p. 156.

<sup>21</sup> Immanuel Wallerstein. “1968, Revolution in the world-system. Theses and queries”, in. *Theory and Society*, n. 18, Holanda: Kluwer Academic Press, 1989, pp. 431-449.

primeira cnquetc, o impacto da Guerra Fria aparece como o grande denominador comum das revoltas estudantis. Ao menos indiretamente, todas as revoltas juvenis “radicais” dos anos 60 tiveram como objeto algum elemento que compunha a ordem determinada pela bipolarização mundial.

A insistente menção dos movimentos estudantis contra o imperialismo norte-americano mostra que a vida dos homens e mulheres, em praticamente todo o globo, durante o período conhecido como Guerra Fria, foi afetado grandemente pelas ramificações ideológicas, culturais e políticas do conflito entre os dois sistemas pretensamente opostos. A bipolarização mundial assemelhou-se a uma espada afiada e ameaçadora, pairando sob a cabeça de todos os cidadãos do globo durante um período considerável da história do século XX: “We have been made to live as no other generation has on the edge of the world's doom”.<sup>22</sup> Se na década de 1950 a resposta das massas se adequou à propaganda ideológica – principalmente no lado norte-americano –, quando elas, as massas, tenderam ao conformismo amedrontado, nos anos 60 os jovens universitários, principalmente, lideraram uma série de revoltas que transformaram o mal estar em inconformismo. Nascidos após o fim da Segunda Guerra Mundial, os filhos do *baby boom* não possuíam os mesmos padrões de resposta à corrida armamentista compartilhados por seus pais e irmãos mais velhos, que vivenciaram os anos da Depressão (no Entreguerras) ou do terror de fato (a Segunda Guerra).

Outro fator que explica a diferente resposta ao mal estar da Guerra Fria pelos jovens de classe média e universitários, nos anos 1960, deriva da própria lógica da Guerra Fria, que vivia então o período conhecido como *Detente*, em que a URSS declarava a “convivência pacífica” do socialismo com o capitalismo. A Guerra Fria põe a nu, com isto, todo seu caráter de aberrante divisão desigual do mundo entre as duas superpotências. A divisão geopolítica de forças e territórios já há tempos colocara movimentos, ideologias, partidos e práticas políticas sob a batuta do jogo do poder entre União Soviética e Estados Unidos. Nos anos 60, esta lógica geopolítica – em que interesses externos interferem autoritariamente contra ideologias e práticas políticas emancipatórias, inclusive em movimentos de esquerda no Primeiro e Terceiro Mundo – torna-se cada vez mais descaradamente escusa.

“O sistema da Guerra Fria é altamente funcional para as superpotências, e é por isso que ele persiste... A Guerra Fria fornece um arcabouço em que cada uma das

<sup>22</sup> “Nós temos sido obrigados a viver, como nenhuma outra geração teve, sob o gume da ruína do mundo” (David Horowitz, cit. In Milton Cantor. *The divided left. American radicalism, 1900-1975*, Nova York: Hill and Wang, Toronto: McGraw-Hill, American Century Series, 1978, p. 183).

superpotências pode usar a força e a violência para controlar seus próprios domínios contra os que buscam um grau de independência no interior dos blocos – apelando à ameaça da superpotência inimiga, para mobilizar sua própria população e a de seus aliados”.<sup>23</sup>

Além disto, a *Detente* viu-se acompanhada de um relativo relaxamento da perseguição política interna nas duas superpotências, com o fim do macarthismo e do stalinismo. Alguns anos de relativa liberdade ideológica permitiram um acesso momentâneo, nas duas superpotências e nas áreas sob seu controle, a idéias, doutrinas e obras pouco tempo antes expressamente perseguidas pelos seus sistemas políticos. Na Europa Ocidental, paralelamente, surgia a “Nova Esquerda”<sup>24</sup> e popularizava-se uma série de intelectuais esquerdistas não-ortodoxos, que tornaram-se influentes em todo o Primeiro Mundo e, relativamente, no Terceiro Mundo, como Herbert Marcuse.

O mundo pós-Segunda Guerra passa a ser sentido cada vez mais como uma divisão brutal de dois blocos, contrapostos mais pela geopolítica do que pela ideologia. As populações universitárias, jovens de classe média, tiveram um mesmo sentimento de fundo e desenvolveram ou contataram mensagens muito semelhantes, que denunciavam uma condição irracional e da qual os jovens não deveriam se sentir responsáveis. No Segundo Mundo, a mensagem contra o mal-estar voltou-se contra os dominadores do Partido Comunista local ou, principalmente no caso da Tchecoslováquia, contra os interventores russos. No Terceiro Mundo, como se demonstrará, o mal-estar alimentou um importante sentimento nacionalista atuante nos seus movimentos juvenis.

O outro fator geopolítico, que também envolveu diretamente os interesses dos blocos socialista e capitalista e, ao menos indiretamente, suas populações, foi a descolonização da Ásia e da África após o fim da Segunda Guerra Mundial. Reações juvenis/estudantis em todo o mundo contra o papel intervencionista das superpotências (principalmente dos Estados Unidos) estão na origem de movimentos estudantis pré-1968. Os exemplos de movimentos precursores de 1968, da Universidade Livre de Berlim Ocidental (cidade controlada pela Alemanha Ocidental, mas incrustada no território socialista da Alemanha Oriental) e do *campus* da Universidade da Califórnia em Berkeley (Los Angeles, Estados Unidos), iniciados em 1964, demonstram que a denúncia da ação do

<sup>23</sup> Noam Chomsky, *cit. in.* Ricardo de Moura Faria, Adhemar Martins Marques e Flávio Costa Berutti, *História*, Belo Horizonte: Lê, 1989, p. 195.

<sup>24</sup> Cujas origens, segundo Birbaun, pode ser datado em 1959, com a fusão de dois jornais de esquerda ingleses (existentes desde 1956) no *New Left Review* (Norman Birbaun, “O colosso que vacila”, *in.* Henri Lefebvre et al., *A insurreção. A revolta dos jovens na sociedade industrial: causas e efeitos*, *L'homme et la société*, Revista Internacional de Pesquisas e Sínteses Sociológicas, São Paulo: Documentos, 1968, pp. 170-201). Segundo Katsiaficas (*op. cit.*), a expressão surgiu para auto-denominar um movimento de esquerda alternativo na França, em 1957.



imperialismo norte-americano no Terceiro Mundo foi o tema “estopim” da criação de um novo ideário de ação e protesto estudantil “radical”. Em ambos, a denúncia da violência da ação militar norte-americana no Vietnã foi o momento que marcou a passagem das reivindicações limitadas à vida universitária para uma tentativa maior de interferência nos acontecimentos sociais mais amplos da nação e do globo, imersos na Guerra Fria. A Guerra Fria passa a ser sentida pelos estudantes universitários cada vez mais como um processo não apenas amedrontador (o simples medo que gerara, nos anos 50, somente o conformismo), mas principalmente irracional. O mal-estar da Guerra Fria passa a ser traduzido em prosa política e ação provocatória estudantil a partir da denúncia das intervenções dos Estados Unidos no Vietnã.

Antecedendo mesmo Berlim e Berkeley, entretanto, a Revolução na Argélia já criara um sentimento de mal-estar correlato na sociedade francesa – que acabou sendo muito bem expresso pela mobilização dos estudantes universitários, através da União Nacional dos Estudantes da França (UNEF). Em Berlim Ocidental, ainda antes de 1968, houveram protestos de estudantes universitários contra a visita do xá do Irã à Alemanha e contra o apoio do governo alemão ocidental a um regime ditatorial que liquidara fisicamente sua oposição. Protestos estes, em junho de 1967, que foram reprimidos com violência pela polícia alemã.

Nas revoltas estudantis no Bloco Soviético, o material encontrado revela uma menor importância da denúncia do imperialismo norte-americano. Contudo, em nenhum momento os protestos estudantis cogitaram apoiar a passagem para uma sociedade de tipo capitalista. Em geral, seu ideário coincidia com o de muitos indivíduos e movimentos dissidentes do mundo socialista, antes e depois de 1968, que apregoavam a necessidade de reformas políticas no socialismo a partir de uma maior defesa da democracia e dos direitos humanos.<sup>25</sup> Já a Revolução Cultural Chinesa tratou-se de um caso muito particular.

No Terceiro Mundo, como no Brasil, a denúncia do imperialismo norte-americano referia-se mesmo à situação interna de cada país, na qual a interferência da política, diplomacia e a ameaça do uso da força norte-americana influenciavam grandemente a vida de todos. O imperialismo norte-americano era denunciado como a principal causa da dependência econômica e das dificuldades de emancipação política ou de formação plena de cada nação dos países do Terceiro Mundo. Percebe-se que é justamente no Terceiro Mundo que a mobilização estudantil restringe-se material e ideologicamente mais às fronteiras do Estado e da nação. Uma das causas da menor emancipação destes

---

<sup>25</sup> Pierre Broué, *Op. cit.*

movimentos, em relação aos limites da nacionalidade, é justamente o fato do mal-estar causado pela Guerra Fria ser sentido, no Terceiro Mundo, como uma interferência do imperialismo norte-americano ao desenvolvimento econômico, à liberdade política e à justiça social da “Nação”. Porém, o nacionalismo maior dos movimentos estudantis do Terceiro Mundo não impediu a troca de informações, experiências e mensagens de solidariedade entre estes movimentos e outros, principalmente do Primeiro Mundo. Inclusive porque, no Primeiro Mundo, os universitários “radicais” fizeram da defesa da autonomia das nações do Terceiro Mundo um tema mobilizador de suma importância para seus movimentos, muitas vezes mais que a denúncia do atraso da universidade ou da irracionalidade dos valores da sociedade “tecnocrática”.

A partir da Revolução Cubana, as regiões não desenvolvidas do globo, em luta contra a interferência das superpotências, passaram não apenas a motivar noções de solidariedade dos movimentos estudantis, mas também a influenciar o rol de novas idéias, temáticas e símbolos das “novas esquerdas”. As novas teorias revolucionárias possibilitavam ao movimento estudantil, ao mesmo tempo, criticar o capitalismo e discordar da opção pelo socialismo soviético – que passa a ser considerado “burocrático”, stalinista, conservador, estatizante etc. pelas novas esquerdas. A resistência cubana e vietnamita contra o imperialismo norte-americano gerou socialismos heterodoxos e combativos, como o foquismo, e o mito de Che Guevara. O mito do “Che” gerou sonhos e saturou a *práxis* terrorista de romantismo e juvenildade idealista – prática que tornar-se-ia cada vez mais comum dentro da Nova Esquerda, após 1968, mas que tinha seus defensores desde o início das revoltas estudantis.

Por outro lado, o comunismo vietnamita alinhara-se à China, cuja teoria revolucionária, o maoísmo, destoava do socialismo cada vez mais comedido da União Soviética. O maoísmo, assim como o trotskismo, encontrou importantes espaços no mundo capitalista através dos movimentos estudantis. Os movimentos estudantis foram afetados por estes socialismos heterodoxos devido à influência de suas idéias, mitos e atuação direta de suas organizações. Reforçava a opção pelos socialismos heterodoxos, além da desilusão em relação à convivência soviética com a divisão desigual do globo durante a Guerra Fria, o impacto da Revolução Cultural Chinesa, a partir de 1966, e, em meio ao tumultuado ano de 1968, a embaraçosa intervenção soviética na Primavera de Praga, na Checoslováquia.

A Revolução Cultural Chinesa foi lida imediatamente pelos novos esquerdistas como uma ação revolucionária, conduzida pelas próprias massas operárias e camponesas,

contra a burocratização excessiva do Partido Comunista Chinês e contra camadas intelectuais e dirigentes que estariam sobrepondo-se aos interesses destas massas. Imediatamente, a violenta ação contra os quadros do Partido que discordavam de Mao e, principalmente, a repressão que o próprio Mao conduzirá contra massas que continuariam agitadas mesmo após ser decretada a sua desmobilização, eram difíceis de ser avaliadas. Apesar disto, a Revolução Cultural não deixou de ter o caráter de uma revolta juvenil contra os adultos, apesar do caráter não autônomo desta mobilização juvenil que seguia Mao Zedong. A impressão que a Revolução Cultural transmitia para os movimentos juvenis e as novas esquerdas, mesmo para aqueles que discordavam do maoísmo, era de uma rebelião jovial e criativa.

Mas o golpe final contra a hegemonia do socialismo ortodoxo soviético nos movimentos esquerdistas fixados no mundo capitalista, foi a invasão russa da Tchecoslováquia, que encerrou violentamente a “Primavera de Praga”. O impacto imediato da invasão veio, para parte substancial do movimento estudantil e da Nova Esquerda, reforçar a certeza de que o comunismo soviético não era uma opção real ao “sistema” vigente no Primeiro e Terceiro Mundo. Além da Primavera de Praga, em 1967 e 1968 outros movimentos universitários que desejavam transformações no socialismo se deram no Leste Europeu, sofrendo forte repressão dos aparelhos de Estado e Partido.

Num aspecto mais cultural, a denúncia do Terceiro Mundo invadido militar e economicamente, ou sufocado culturalmente, pelas duas versões contemporâneas do “ocidentalismo” (o capitalismo e o socialismo), levou os movimentos juvenis (de universitários e a Contracultura) a legitimarem reivindicações, lutas e expressões culturais não-ocidentais que, desde o início da ocidentalização do mundo – de certo modo, desde as Grandes Navegações da Era Moderna –, foram abafadas.

Curiosamente, um dos primeiros exemplos deste tipo de legitimação do que não correspondia ao padrão “ocidental” se deu dentro da realidade social de uma superpotência. Tratou-se do Movimento pelos Direitos Civis dos negros norte-americanos que teve grande impacto nos movimentos estudantis dos Estados Unidos. Na verdade, é o movimento dos negros que suscita a mobilização dos universitários “brancos” – mobilização que seria utilizada pelos ativistas negros para legitimar ainda mais suas reivindicações. Em Berkeley, em 1964, o movimento estudantil teve suas raízes no impacto da luta dos negros norte-americanos pelos direitos civis, liderada por Martin Luther King. Muitos estudantes voluntários juntaram-se a organizações ligadas ao Movimento pelos

Direitos Civis, outros abriram as portas do *campus* para coletas que beneficiariam os movimentos negros ou para realizarem palestras e trocas de experiências com ativistas negros. Isto, antes mesmo do movimento de Berkeley (assim como outros movimentos universitários dos Estados Unidos) voltar sua atenção mais à Guerra do Vietnã. Esta aproximação dos novos radicalismos com minorias étnicas e grupos marginalizados pela sociedade “da abundância”, bem como das contraculturas com práticas culturais alternativas, tem nos poetas do Movimento *Beat* a sua “pré-história”. Os *beats*, nos anos 1950, foram solitários opositores à sociedade conformista norte-americana dos tempos do macarthismo. Manifestaram sua recusa da identidade social que lhes era oferecida pelo sistema do *american way of life* (estilo de vida americano), não em ações públicas e políticas (como fariam os jovens nos anos 1960), mas principalmente em ira literária:

“Num entardecer lilás caminhei com todos os músculos doloridos entre as luzes da 27ª com a Welton no bairro negro de Denver desejando ser um negro, sentindo que o melhor que o mundo branco tinha a me oferecer não era êxtase bastante para mim, não era vida o suficiente, nem alegria, excitação, escuridão, música, não era noite o suficiente... Desejava ser um mexicano de Denver, ou mesmo um pobre japonês sobrecarregado de trabalho, qualquer coisa menos aquilo que eu tão tristemente era, um ‘branco’ desiludido”.<sup>26</sup>

No caso da Contracultura, um extremo desta “legitimação” do não-ocidental, os jovens *hippies* adotaram uma gama ampla de misticismos, esoterismos, exotismos, formas religiosas e musicais de raízes orientais, africanas, indígenas, afro-americanas etc. No caso dos movimentos estudantis, muitas vezes a denúncia do “ocidentalismo” resumia-se à crítica de sua forma exploradora – ou seja, não se negava enfaticamente a necessidade da “ocidentalização”, desde que esta não significasse a degradação social e a exploração econômica da região por ela alcançada. Entre os extremos do contato juvenil com o “outro”, ao menos, produziu-se uma motivação para que muitos indivíduos, grupos ou movimentos adotassem total ou parcialmente formas culturais locais, regionais, orientais, africanas etc. que resultaram em uma complexidade de produções culturais, como, por exemplo: na música, a adoção de estilos negros no *pop-rock* (e durante os anos 60, também o *ragga* indiano) e a preferência dos universitários brasileiros pela música de protesto (em que múltiplos ritmos regionais nativos acompanhavam letras politizadas); nos movimentos sociais, a valorização crescente, pelos negros norte-americanos, das raízes africanas, inclusive da África muçulmana; na Contracultura, a busca, por muitos jovens *hippies* (e até

de alguns ídolos da música *pop*), das fontes originais dos misticismos que adotavam, viajando para a Índia e outros locais do “Oriente”.

Passemos agora aos fatores sócio-econômicos. Os anos 1950 e 1960 foram interpretados por diversos historiadores e economistas como a “Era de Ouro”, os “Anos Dourados”, o surgimento da “sociedade afluyente” etc. Tais termos visam definir outro fator histórico genérico, que afetou tanto o mundo capitalista – desenvolvido e subdesenvolvido –, quanto o comunista: o grande *boom* econômico mundial dos anos 50 e 60. É claro que tratou-se de um desenvolvimento muito mais característico dos países desenvolvidos capitalistas. Mas, durante os anos 50, o desenvolvimento econômico do mundo socialista conseguiu acompanhar de perto os números e as realizações do mundo capitalista desenvolvido – o socialismo só é superado definitivamente nos anos 60. Já o Terceiro Mundo observou nestes anos um enorme aumento populacional, uma ausência de fome endêmica, um aumento da produção de alimentos e a elevação da expectativa de vida. Nos três Mundos, houve um avanço gigantesco da industrialização, atingindo regiões ainda não-industrializadas do mundo capitalista desenvolvido, países socialistas caracteristicamente agrários (Bulgária e Romênia) e países do Terceiro Mundo que passam a ser considerados como “em desenvolvimento” (caso do Brasil).<sup>27</sup>

Nos anos 50, uma série de fatores explica o fato deste *boom* econômico não ter sido percebido imediatamente, segundo Hobsbawn: nos EUA o *boom* foi proporcionalmente menor que nos outros países desenvolvidos, e apenas deu continuidade a um processo anterior à Segunda Guerra; a Europa tinha como desafios recuperar-se da destruição causada pela Segunda Guerra e evitar crises econômicas e sociais como as do Entreguerras; só nos anos 1960 os benefícios materiais tornaram-se mais visíveis, ampliando-se para larga margem populacional.<sup>28</sup> Nos anos 1950, portanto, vivia-se não apenas um período de terror de massas diante de um possível holocausto nuclear, mas também a lembrança presente das dificuldades materiais dos anos precedentes. Só a geração nascida após a Segunda Guerra – nos EUA, chamados de *baby boomers* –, puderam sentir a afluência material como padrão normal de vida e não como uma benevolência dos novos tempos. A crítica dos movimentos estudantis contra o conformismo que a maior parte da população – os adultos – exprimia, explica-se justamente por esta diferente experiência de vida dos jovens de classe

<sup>26</sup> Trecho de Jack Kerouac em *On the Road*, cit. in. Dóris Lieth Nunes Peçanha. *Movimento Beat. Abordagem literária, sócio-histórica e psicanalítica*, Petrópolis: Vozes, 1988, p. 17.

<sup>27</sup> Eric Hobsbawn. “Os Anos Dourados”, in. *Era dos Extremos. O breve século XX. 1914-1991*, São Paulo: Cia. das Letras, 1995, cap. 9, pp. 253-281.

<sup>28</sup> *Ibid.*

média, imersos na afluência material do pós-guerra. Foi principalmente nos centros urbanos do mundo capitalista desenvolvido, apesar de importantes ressonâncias nos centros urbanos dos países “em desenvolvimento”, que se construiu uma crítica estudantil, geralmente baseada em obras preexistentes ou contemporâneas de marxistas não-ortodoxos ou de pensadores liberais, contra a sociedade “industrial”, “alter-dirigida”<sup>29</sup>, “organizada”<sup>30</sup>, “da abundância”<sup>31</sup>, “unidimensional”<sup>32</sup> e “tecnocrática”.

De acordo com os estudantes radicais, esta sociedade impediria a manifestação criativa, livre e diferenciada do ser humano, ao fornecer um ambiente inquestionável em que todos os desejos eram, antes mesmo de virem à consciência, satisfeitos. Antes da Nova Esquerda e dos anos 60, estabelecera-se quase que um consenso entre os intelectuais, mesmo os marxistas, sobre a dificuldade e até a impossibilidade de surgir qualquer tipo de contestação a esta sociedade tecnocrática e da “abundância”, que teria resolvido os problemas básicos dos povos. Falava-se sobre um recolhimento – alguns até declararam a morte – das “ideologias” na sociedade industrial. Segundo um intelectual socialista, “não tínhamos suficiente confiança na capacidade que tem o homem de recusar a humilhação, a privação ..., mesmo quando estas últimas são infringidas sob formas apuradas e veladas”.<sup>33</sup> Segundo o mesmo autor, teria vindo dos estudantes, justamente aqueles que não eram considerados “pontos fortes” da sociedade capitalista pelo marxismo oficial, a inesperada rebelião contra a sociedade “unidimensional”: “aqueles a quem a sociedade industrial oferecia perspectivas de um futuro assegurado voltaram-lhes as costas e procuraram avançar para o desconhecido: para uma hipotética comunidade de justiça, de razão e de alegria”.<sup>34</sup>

Uma interpretação possível, apesar de menos otimista, pode considerar que a insatisfação dos estudantes dirigia-se somente contra a defasagem “moral” da sociedade do pós-guerra, ou seja, visava superar éticas e concepções de mundo ligadas ao período crítico do Entreguerras. Estas éticas e concepções não mais se adaptavam à economia afluente então vigente em boa parte do globo, mas, devido à própria velocidade das transformações sócio-econômicas, mantinham-se como padrão cultural das gerações mais velhas, dos adultos. Diferente do Entreguerras, quando os movimentos juvenis mais importantes

<sup>29</sup> David Riesman, N. Glazer e R. Denney. A multidão solitária. Um estudo da mudança do caráter americano, São Paulo: Perspectiva, 1971.

<sup>30</sup> Paul Goodman. Problemas de la juventude en la sociedade organizada, Barcelona: Península, 1971.

<sup>31</sup> John Kenneth Galbraith. O novo Estado Industrial, São Paulo: Pioneira, 1977.

<sup>32</sup> Herbert Marcuse. One-dimensional man. Studies in the ideology of advanced industrial society, Boston: Beacon Press, 1968.

<sup>33</sup> Norman Birnbaum, op. cit., p.171.

<sup>34</sup> Ibid., p. 195.

expressaram visões de mundo conservadoras e até reacionárias – sob a égide do Nazi-Fascismo –, os fatores acima expostos levaram aos novos movimentos juvenis perseguirem visões de mundo mais progressistas, lutando contra concepções defasadas e desestimuladoras da integração “sem culpa” ao novo mundo do consumismo.<sup>35</sup>

A Era Dourada e o surgimento de uma sociedade de afluência, da opulência e do consumismo foram muito mais características dos países do Primeiro Mundo, nos quais a elevação do nível de vida da população em geral foi mais explícita. Entretanto, nos centros urbanos do Terceiro Mundo houve uma elevação dos padrões de vida e a adoção de estilos consumistas semelhantes aos do Primeiro Mundo, principalmente pelas classes médias, que aí cresceram numericamente e em importância política.

Os anos 50 e 60 proporcionaram a ascensão numérica e do nível de vida material das classes médias, massivamente no mundo capitalista desenvolvido, mais restritamente nos grandes centros urbanos do Terceiro Mundo (como São Paulo, Rio de Janeiro e Cidade do México). As “novas classes médias” aparecem como uma decorrência social das transformações do capitalismo planejado e de “bem-estar” desenvolvido no Pós-guerra. No capitalismo ascendente, o papel planejador do Estado e sua política social de “bem-estar” funcionaram, pelo menos até o início dos anos 70, como uma proteção contra crises econômicas e convulsões sociais (mas não evitando 1968). Alterações no processo industrial, com a tecnologia (ciência aplicada) multiplicando a capacidade criadora das forças de produção, minimizaram a necessidade da energia humana no processo de produção – apesar de que apenas nos anos 1980 se iniciaria o decréscimo numérico do operariado. Transforma-se a necessidade da intervenção da força de trabalho humana no ciclo econômico da produção/circulação/consumo, com o incremento do chamado “setor de serviços” ou terciário e com a crescente importância no processo industrial de funções técnicas, especializadas, gerenciais, administrativas e burocráticas – setor e funções, justamente, que seriam ocupados pelas “novas classes médias”. Por outro lado, justamente esta classe, a nova classe média, seria a mais importante para o processo de expansão dos mercados consumidores, necessários para o capitalismo ascendente do Pós-guerra.

Nos anos 50, estas “novas classes médias” já tinham sido flagradas nos Estados Unidos por C. Wright Mills<sup>36</sup> que, assim como a maioria dos analistas destas classes, considerou-as politicamente acomodadas e ideologicamente pouco propensas a

<sup>35</sup> Eric Hobsbawm. “Revolução cultural”, *in. op. cit.*, pp. 314-336.

<sup>36</sup> C. Wright Mills. *A nova classe média (White Collar)*, Rio de Janeiro: Zahar, 1969.

radicalismos. Em geral, buscavam imitar os padrões dos “olimpianos” da publicidade dos grandes oligopólios, segundo Edgar Morin.<sup>37</sup>

Apesar da atuação política análoga à da antiga “pequena burguesia”, termo extremamente pejorativo no ideário da “velha esquerda”, as novas classes médias encontravam ainda obstáculos a uma participação mais atuante nos universos cultural e político. Havia uma sensação de que, em diversos locais do mundo capitalista, as novas classes médias não tinham uma participação político-cultural equivalente à sua importância numérica e econômica.

Os jovens de classe média, estrato social do qual provinha a maioria dos estudantes universitários, ao mesmo tempo que expressaram esta ansiedade “pequeno-burguesa” pela participação no poder e pela visibilidade cultural, também voltaram-se contra seus próprios progenitores e, portanto, contra sua própria classe social, criticando a mesquinhez de quem se conforma com os padrões impostos pelo “sistema” e procura apenas aproximar-se mais do estilo de vida das “elites” burguesas. Haveria então “uma rebelião moral, um protesto da classe média contra a classe média”.<sup>38</sup>

À condição estudantil universitária e à origem social nas “novas classes médias”, características comuns a praticamente todos os participantes dos movimentos estudantis de 1968, deve-se acrescentar sua origem urbana. Os movimentos atuaram nas grandes cidades modernas. Se o palco de 1968 não foi exatamente o “mundo”, certamente foram os grandes centros urbanos de uma parcela importante de países do Primeiro, Segundo e Terceiro Mundos. Cidades importantes, primeiro, nacionalmente, como centros econômicos, industriais, políticos ou administrativos. Cidades importantes, segundo, como componentes de uma incipiente rede de cidades “mundiais” que tornar-se-ia mais característica nas décadas seguintes: uma rede de caráter financeiro, comercial e industrial, mas também de incipientes relações sociais desfocadas da nacionalidade e trocas culturais desenraizadas do local. Curiosamente, 1968 é uma das primeiras revelações desta nascente “sociedade global”<sup>39</sup> ou, ao menos, de uma cultura mundializada<sup>40</sup> – porém, relativamente, à margem das instituições que hoje são hegemônicas nestes processos. Principalmente no início dos anos 1960, menos depois, ao expressarem ideologias políticas heterodoxas, ao recuperarem culturas étnicas ou orientais e ao difundirem idéias libertárias e práticas

<sup>37</sup> Edgar Morin. Cultura de massas no século XX. O espírito do tempo 1. Neurose, Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.

<sup>38</sup> Milton Cantor. *op. cit.*, p. 185.

<sup>39</sup> Octavio Ianni. A sociedade global, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1992.



alternativas (da liberdade sexual ao uso de drogas alucinógenas), os movimentos de juventude não se valeram diretamente das corporações transnacionais de comunicação e cultura.

É uma discussão importante, e proposta desde os anos 1960, analisar como e por quê a grande mídia e a indústria cultural passaram a focar com mais insistência o conteúdo destes movimentos. Também, analisar a repercussão desta exposição pela mídia na sociedade e nos próprios movimentos. Hobsbawm destaca que a descoberta do “mercado juvenil” revolucionara a indústria musical nos Estados Unidos e a indústria da moda na Europa, já nos anos 1950. Nos Estados Unidos a venda de discos subira de 277 milhões de dólares, em 1955, para 600 milhões, em 1959, (durante o auge do *rock and roll*, a primeira música juvenil de mercado) e, depois, para 2 bilhões, em 1973: “cada membro do grupo etário de cinco a dezenove anos, nos EUA, gastava pelo menos cinco vezes mais em discos em 1970 do que em 1955”.<sup>41</sup> A mídia e a indústria cultural passaram a utilizar até mesmo as revoltas estudantis e as contraculturas como fonte produtora de produtos e símbolos para o crescente mercado juvenil, segundo relato de Steve Weisman, um líder do SDS (*Students for a Democratic Society* – Estudantes por uma Sociedade Democrática, grupo novo-esquerdista dos EUA): “o esquerdismo ... converteu-se em um bem de consumo. Comercializaram a revolução; servem-se dela para vender discos, revistas, vestidos de moda... O mesmo tem ocorrido com a cultura *hippie*, que tem se convertido em mercadoria que produz dividendos; o mesmo com as drogas ou a pornografia, uma indústria muito rentável”.<sup>42</sup> No início dos anos 1970, Theodore Roszak denunciava que vendiam-se em lojas de Londres jaquetas ao estilo do exército chinês por “apenas” 68 dólares.<sup>43</sup>

Apesar destes dados, na verdade, surgiram contradições até mesmo nesta relação dos jovens com a indústria cultural e a mídia que lhes ofereciam, cada vez mais, novos sonhos de consumo. A denúncia da indústria cultural e da mídia sempre esteve presente nos protestos estudantis, como num panfleto em Paris, durante o Maio de 1968: “Você está sendo intoxicado: rádio, televisão, jornal, mentira”.<sup>44</sup> Já Cohn-Bendit, um dos líderes em Paris, ao lançar seu primeiro livro, afirmava acreditar que a exposição dos movimentos da Nova Esquerda pela mídia teria como efeito uma maior publicização dos lemas das revoltas, de modo que a mídia capitalista – num efeito contraditório – gestaria sua própria superação:

<sup>40</sup> Renato Ortiz. *Mundialização e cultura*, São Paulo: Brasiliense, 1994.

<sup>41</sup> Eric Hobsbawm. “Revolução cultural”, *ibid.*, p. 321-2.

<sup>42</sup> *Cit. in.* Andres Garrigó, *op. cit.*, p. 182.

<sup>43</sup> *Op. cit.*

<sup>44</sup> *Cit. in.* Olgária Matos. *As barricadas do desejo*, São Paulo: Brasiliense, Coleção Tudo é História, 1981, p. 147.

“Neste sistema mercantil... os capitalistas estão dispostos a preparar sua própria morte (enquanto capitalistas...) divulgando as idéias revolucionárias, sempre que estas lhes rendam dinheiro a curto prazo. Por isto pagam-me graciosamente ..., apesar de saber que este dinheiro servirá para fabricar coquetéis Molotov...”<sup>45</sup>

Relacionada diretamente com as transformações sócio-econômicas do Pós-Guerra, está a questão da universidade. A crise universitária dos anos 60 é, na verdade, o confronto entre um modelo tradicional/elitista de universidade (formador de elites intelectuais, baseado em relações pedagógicas autoritárias e com uma concepção contemplativa do saber e da ciência) e um novo modelo tecnicista/profissionalizante (formador de técnicos especializados em dadas áreas de ciência aplicada, baseado em uma pedagogia que valoriza a ciência no seu aspecto tecnológico e instrumental). Ao mesmo tempo, a universidade é invadida por multidões de estudantes das novas classes médias, jovens que esperavam, com o diploma universitário, ascender socialmente para além do que conseguiram seus pais.<sup>46</sup> Na verdade, a própria família de classe média apostava na ascensão econômica e social de seus filhos, investindo grandes recursos durante um longo prazo para mantê-los na universidade. Entretanto, o que logo se percebeu é que o graduado não alcançava imediatamente o topo social, ou seja, a universidade não era mais uma produtora instantânea de elites dirigentes. A universidade se tornava cada vez mais uma produtora de mão-de-obra especializada, qualificada e técnica. Segundo Cohn-Bendit “a maior parte dos estudantes terá que executar funções obscuras de mandos intermediários, entre milhões de outros homens que trabalham, cumprir funções limitadas e precisas, sem nenhuma possibilidade de decidir sobre sua função, seu trabalho e – finalmente – sobre sua vida. As profissões chamadas liberais o serão cada vez menos”.<sup>47</sup>

Os estudantes passam a expressar em palavras de ordem, manifestos e ações sua insatisfação contra o rumo das transformações na universidade. Um panfleto divulgado na Itália, em 1968, aprofunda a denúncia acima em sua dramaticidade: “A universidade produz um tipo particular de mercadoria: o *homem*, considerado como mercadoria, como força de trabalho qualificado ou em vias de qualificação, como diplomado ou candidato ao

<sup>45</sup> Cit. In. Andres Garrigó, *op. cit.*, p. 184.

<sup>46</sup> “Antes da Segunda Guerra Mundial, mesmo a Alemanha, França e Grã-Bretanha, três dos maiores países, mais desenvolvidos e instruídos, com uma população total de 150 milhões, não tinham juntos mais que aproximadamente 150 mil universitários, um décimo de 1% de suas populações somadas”. No final dos anos 80 “os estudantes eram contados aos milhões na França, República Federal da Alemanha, Espanha e URSS..., isso sem falar no Brasil, Índia, México, Filipinas e, claro, EUA, que tinham sido pioneiros na educação universitária de massa”. (Eric Hobsbawm. “A revolução social. 1945-90”, *in. op. cit.*, pp. 282-313, p. 290).

diploma”.<sup>48</sup> A Internacional Situacionista, formada por estudantes de Estrasburgo, publicou o manifesto “Miséria do Meio Estudantil”, parodiando a *Miséria da Filosofia* de Marx. Abaixo, cito um trecho deste manifesto de 1966, que se tornou um dos mais divulgados na época:

“A famosa ‘crise da universidade’, detalhe de uma crise mais geral do capitalismo moderno, permanece o objeto de um diálogo de surdos entre diferentes especialistas. Ela traduz simplesmente as dificuldades de um ajustamento tardio desse setor especial da produção a uma transformação do conjunto do aparelho produtivo. Os resíduos da velha ideologia da universidade liberal burguesa se banalizam no momento em que sua base social desaparece. A universidade podia se tomar por um poder autônomo à época do capitalismo de livre troca e de seu Estado liberal, que lhe dava uma certa liberdade marginal. Ela dependia, de fato, estreitamente das necessidades desse tipo de sociedade: dar à minoria privilegiada a cultura geral adequada (...). De onde o ridículo desses professores nostálgicos, irritados por terem perdido sua antiga função de cães de guarda dos futuros mestres por aquela, muito menos nobre, de cães pastores, conduzindo, segundo os desejos planejados do sistema econômico, as formadas de ‘colarinhos brancos’ rumo a suas usinas e seus respectivos escritórios”.<sup>49</sup>

As reformas universitárias propostas – como o Plano Fouchet, introduzido no final de 1967 na França, ou as diversas tentativas de reforma universitária no Brasil, desde antes do Golpe de 1964 –, muitas vezes, visavam simplesmente adaptar as universidades a esta nova realidade. Os estudantes, de modo geral, não apenas no Primeiro Mundo, mas também no Terceiro Mundo (caso de São Paulo e Rio de Janeiro) e até nas universidades do mundo socialista (principalmente na Iugoslávia), viram-se em meio a um processo contraditório de reforma e “democratização” da universidade, da qual nem sempre puderam compreender a natureza. No entanto, a produção de textos, manifestos e revoltas contra a política universitária (tanto nos casos em que se propunham mudanças, quanto nos casos em que procurava-se conservar a universidade elitista) estiveram na origem de grande parte das mobilizações estudantis que, mais tarde, adiriam a temas mais amplos. O processo de crítica à universidade observou um dramático, mas irrisistível, dilema: à ciência contemplativa e ao elitismo tradicional da instituição, os estudantes conclamavam o papel social e político da ciência e a popularização da universidade; à ciência tecnológica aplicada

<sup>47</sup> Cit. In. Andres Garrigó, *op. cit.*, p. 203.

<sup>48</sup> Cit. In. Helena Singer. *República das crianças. Uma investigação sobre experiências escolares de resistência*. São Paulo: HUCITEC, 1997, p. 146.

<sup>49</sup> Cit. In. *Folha de S. Paulo*, 10/05/1998, p. 5-9.

c à produção massiva de mão-de-obra especializada, os movimentos propunham um modelo de “anti-universidade” ou universidades livres, nas quais o saber retornava às suas origens de despertar da consciência crítica dos cidadãos de um novo mundo. Na Alemanha Ocidental, a SDS (Liga Estudantil Socialista), publicou uma resolução sobre a universidade, em sua Conferência de 1967, que ilustra o dilema:

“A exigência de democratização da produção científica nas universidades não é uma proposta ao serviço da maior eficácia ou a melhor planificação de incrementos do rendimento. O desencadamento de forças produtivas a que aspira nossa exigência de democratização da universidade está em contradição com o conceito de aumento da produtividade na forma degenerada que este conceito tem tomado como moral do rendimento estabilizadora do sistema. Pois o desencadamento das forças produtivas que desejamos não consiste em um ulterior aumento de uma vazia capacidade de rendimento, mas sim na emancipação da viva força produtiva Homem, para que determine todo o processo de produção de sua vida e se aproprie dela”.<sup>50</sup>

Como os próprios líderes estudantis mostraram na época estarem conscientes, e como perceberemos na análise dos casos selecionados nesta tese, dos protestos contra a situação universitária os movimentos estudantis ampliaram seu rol de atuação de modo a incluir praticamente todos os problemas da sociedade. Era como se os estudantes se auto-elegessem porta-vozes de uma sociedade que se calava diante das suas contradições, e até sentissem-se responsáveis por intervenções de cunho imperialista de seu país contra povos do Terceiro Mundo. Como exemplo, vale a pena citar o Plano de Ação para os anos de 1966 e 67 da UNE (União Nacional dos Estudantes), central estudantil brasileira considerada, então, ilegal pelo regime militar:

“1) Lutamos pela reforma universitária, pela revogação do acordo MEC-USAID<sup>51</sup>, contra a transformação das universidades federais em fundações particulares, pela escola pública gratuita, pela alfabetização de todo o povo, em todos os níveis.

2) Lutamos por um ensino secundário voltado para a formação profissional.

3) Lutamos pela revogação da Lei Suplicy.

4) Lutamos contra a política econômico-financeira do atual governo...

5) Lutamos pela revogação da Lei de Greve...

6) Lutamos pela revogação dos Atos Institucionais...

7) Lutamos contra a Lei do Arrocho.

8) Lutamos pela anistia geral aos presos políticos.

<sup>50</sup> Cit. In. Uwe Bergmann et. al. *La rebelión de los estudiantes*, Barcelona: Ariel, 1976, p. 167.

- 9) Lutamos pela reforma agrária...
- 10) Lutamos pela mais ampla liberdade de organização política e filiação partidária...
- 11) Lutamos contra a farsa eleitoral...
- 14) Lutamos pela retirada completa das forças de ocupação de São Domingos, denunciando a tentativa de converter o Exército brasileiro em força auxiliar do imperialismo norte-americano...
- 15) Lutamos contra a invasão do Vietnã ...
- 16) Lutamos contra os auxílios de guerra fornecidos pelo Governo Brasileiro...
- 17) Lutamos pela igualdade internacional, pelo respeito à autodeterminação dos povos.”<sup>52</sup>

Da mesma UNE, um dos seus documentos preparatórios ao XXX Congresso, cujo título em si já é muito revelador (“Combate intransigente à ditadura e ao imperialismo yanque”), revela, após apontar o “grande inimigo” (os Estados Unidos), um sentimento internacionalista do movimento estudantil, a solidariedade às lutas dos povos do Terceiro Mundo e, após a invasão soviética na Checoslováquia, a desilusão em relação ao comunismo oficial. É uma espécie de resumo geral das motivações mundiais dos movimentos estudantis de 1968:

“Nossa solidariedade deve ser dada também aos que lutam em todo o mundo contra o inimigo comum dos povos – o imperialismo norte-americano. Nas primeiras linhas dessa luta encontra-se o valente povo vietnamita. Suas ações heróicas despertam o entusiasmo e servem de exemplo aos que se empenham em libertar seus países da reação e do domínio estrangeiro. Saudamos os estudantes que, na França, Alemanha, Espanha, Estados Unidos, México, Colômbia, Uruguai, Argentina e muitos outros países, se erguem para combater as forças retrógradas e exigem a transformação radical da Universidade. Estamos ao lado dos povos que lutam contra as tiranias e para acabar com o sistema imperialista. Defendemos o princípio da autodeterminação dos povos e por isso condenamos a invasão da Checoslováquia e exigimos a retirada das tropas soviéticas e de seus aliados do Pacto de Varsóvia daquele país”.<sup>53</sup>

<sup>51</sup> Acordo entre o Ministério da Educação e Cultura do Brasil e a agência norte-americana USAID.

<sup>52</sup> UNE, 28º Congresso Nacional dos Estudantes, Belo Horizonte, Sala das Sessões, 27 de julho de 1966, *Cit. In.* Artur José Poerner, *O poder jovem. História da participação política dos estudantes brasileiros*, 2ª ed., Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979, p. 252-4.

<sup>53</sup> “Contribuição ao XXX Congresso da UNE. Combate intransigente à ditadura e ao imperialismo yanque”, *mimeo*, 1968.

Outros fatores político-culturais, a serem levados em conta, podem ser definidos como a penetração no universo juvenil e universitário de ideologias e práticas culturais não hegemônicas e marginais. Neste leque de novidades, há tanto os esquerdismos “não oficiais” (maoísmo, foquismo, trotskismo, socialismo cristão e anarquismos), quanto exotismos culturais (*beatniks*, *hippies*, misticismos, orientalismos etc.). A virada dos anos 50 aos 60 dá origem a uma grande fermentação de idéias políticas e culturais. Esta multiplicidade de esquerdismos e exotismos que, subliminarmente, ganhavam espaço, teriam sua aplicação mais visível nos movimentos estudantis de meados da década de 1960 e na Contracultura.

A Contracultura foi um fenômeno cultural contemporâneo aos movimentos estudantis “radicais”. A avaliação de seu papel nos movimentos estudantis tem sido polêmica, com a maior parte dos teóricos não envolvidos com a Contracultura procurando minimizar sua importância nos movimentos estudantis. Este parece ser o caso de Wallerstein, que define a Contracultura como parte da euforia revolucionária de 1968, porém sem maior importância ou centralidade política.<sup>54</sup>

Porém, se a participação da Contracultura foi menor nos movimentos do Terceiro Mundo (em que, como no movimento estudantil brasileiro, até enfrentou certa rejeição) e no mundo socialista, ela é incalculável nos países desenvolvidos – suscitando invasões de *beatniks* e *hippies* nos movimentos estudantis, o que foi denunciado diversas vezes por ativistas estudantis com certo engajamento político/partidário. É o caso do ativista do movimento pela liberdade de expressão em Berkeley, Hal Draper, socialista da “velha guarda” que critica a participação dos *beatniks* e *hippies* neste movimento que, na sua opinião, era uma participação inconstante e pouco consciente. Também critica as táticas de protesto propostas por eles que, na visão de Draper, procuram apenas o escândalo e o uso de drogas alucinógenas como formas de revolução “pessoal”. No contexto de 1965, quando o movimento *hippie* é apenas incipiente, Draper procura minimizar o papel deles em Berkeley – inclusive para se defender dos ataques vindos de professores extremamente críticos ao movimento estudantil, como Lewis Feuer, que procurava maximizar o papel dos “*beatniks*” em Berkeley.<sup>55</sup> Também Bernd Rabehl, um líder radical alemão critica a Contracultura e procura certificar-nos que havia uma fratura mais ou menos grande entre os líderes radicais e a Contracultura, apesar da mídia, na sua opinião, tentar aproximar os dois. Sua crítica, que mais parece vinda de um “adulto conservador”, demonstra quão grandes não foram também as contradições dentro dos movimentos juvenis dos anos 60:

---

<sup>54</sup> Immanuel Wallerstein. Op. cit.

“Essa juventude ofuscada pelo *beat*, esses *hippies* embriagados de LSD, estes ‘gamberros’ ansiosos de vida e estes fanáticos *provos* políticos acabam catalogados como ‘amigos’ da juventude, baseando-se numa selvagem explosão psíquica sem objetivos, fruto da acumulação do instinto de agressão nos adolescentes”.<sup>56</sup>

Por outro lado, a Contracultura interessou autores como Theodore Roszak pelo fato de conter propostas alternativas à razão instrumental, de fundo tecnicista e oriunda do Iluminismo. Aquela razão técnica que, segundo Adorno e a Escola de Frankfurt, aplicava, no domínio dos seres humanos, as mesmas estratégias científicas e tecnológicas utilizadas para o controle dos recursos naturais. Esta razão iluminista gestou, no século XX, segundo outro importante expoente da Escola de Frankfurt, Herbert Marcuse, uma sociedade unidimensional em que o domínio dos seres humanos atinge, além do corpo físico, a vontade humana. Ou, segundo Roszak, criara uma sociedade tecnocrática, uma “forma social na qual uma sociedade industrial atinge o ápice de sua integração organizacional.”<sup>57</sup> Os movimentos contraculturais e os *hippies* repuseram em sua *práxis*, inspirados pelo Movimento *Beat* e pelo estilo de vida dos *beatniks*, esta crítica à sociedade moderna racionalista, tecnocêntrica e consumista. É claro que a crítica à razão iluminista e, num limite, à própria racionalidade, apareceu em diversos graus em todos os movimentos estudantis e nas novas esquadras. Porém, as contraculturas levaram ao máximo esta crítica, principalmente no terreno das ações sociais alternativas. Se a *práxis hippie*, em parte, é voltada a um passado onírico e comunitário, ou a um “Oriente” idealizado, ou ainda ao uso de drogas alucinógenas para alterar o estado mental e obter sensações próximas ao êxtase (numa busca pela verdade que seguia o caminho inverso proposto pela razão instrumental), sua “panca” de experiências culturais conteve propostas potenciais de superação da vida social “moderna”. Vida “moderna” baseada na razão técnica e vivida nas esferas sociais construídas a partir de princípios “universalistas” e impessoais. Vida social imune às suas próprias contradições, devido aos prazeres materiais oferecidos pelo estilo “consumista” que se generaliza no Pós-Segunda Guerra. No discurso de muitos *hippies*, o estilo de vida consumista legitimava e produzia as guerras:

“Sabem, nossos pais trabalharam muito duro para nos dar o que nos deram. Trabalharam tão duro, para construir... nada, exceto cimento e máquinas... Sempre tem havido guerras, desde que o homem começou a edificar cidades...”

<sup>55</sup> Hal Draper. *Berkeley: The new student revolt*, New York: Grove/Black Cat, 1965; Lewis Feuer. *Op. cit.*

<sup>56</sup> Bernd Rabehl, “Del movimiento antiautoritario a la oposición socialista”, In: Uwe Bergmann et al., *op. cit.*, pp.265-313, p. 268.

<sup>57</sup> Theodore Roszak. *Op. cit.*, p. 19.

“Tudo o que faz a cultura deste país é apaziguar os desejos da população. Mantém as pessoas em estado infantil. Lhes dá dinheiro... E, como verdadeiras crianças, sempre escolheram as coisas más. Por isto ocorrem todas estas lutas e guerras e tudo mais. Porque noventa e nove por cento das coisas que você pretende conseguir não são necessárias”.<sup>58</sup>

A crítica à racionalidade também apareceu nos movimentos estudantis, aprofundando a crítica à universidade e à ciência. Um panfleto distribuído em Paris em 1968 dizia: “Não queremos mais ser governados passivamente pelas leis da *ciência* como também pelas da economia ou os *imperativos* da técnica. Recusemos o imperialismo mistificante da ciência, a caução de todos os abusos e recuos... para substituí-la pela escolha real entre os possíveis que ela nos oferece”.<sup>59</sup> Na mesma Paris, um estudante por trás das barricadas teria ido ainda mais longe: “Não somos razoáveis porque não queremos ser. A burguesia está carregada de razões; a razão tem sido sua arma de exploração dos deserdados. Nós lhe propomos batalha em um campo onde não tem defesa: fora da razão”.<sup>60</sup>

A adoção de novas visões de mundo pelos movimentos juvenis aparece também dentro dos cursos ministrados nas Anti-Universidades ou Universidades “Livres”, “Críticas” e “Abertas”, criadas no furor dos anos 1960. Garrigó traz uma lista de exemplos de cursos ministrados em uma universidade livre em Stanford, nos Estados Unidos: pensamento hassídico (ala renegada do judaísmo); curso sobre cultura científica (com conceitos advindos de fora da cultura ocidental); nova religião (fusão de mensagens da fenomenologia, existencialismo, empirismo lógico etc.); fórum mitológico (estudos de Huxley, Campbell, Jung, Frazer etc.), Magia, Einstein e Deus; Meditação transcendental; A filosofia pessoal e social de uma mística existencialista (cuja bibliografia inclui Ortega y Gasset, Ghandi, Camus e Watts); Astro-Psicologia ou a busca da identidade interior (estudo de astrologia e artes psicológicas do Oriente); Introdução aos caminhos espirituais do Oriente (conferências sobre *Zen* Budismo, *Mahayana*, Budismo tibetano, Islamismo, Sufismo, *Vedanta* e Ioga); Educação metafísica (relações entre plano físico, etéreo, astral, mental e espiritual, à luz da magia, religião, teoria do campo e da ótica); O todo e cada coisa (destruição de todas as crenças dos participantes); Estudo tibetano; Loucura da nova onda (experiências psicodélicas, pontos positivos da paranóia e esquizofrenia, drogas etc.); Bruxaria; A verdade dos assassinatos dos Kennedy; Poderes negros, panteras negras, nacionalismo negro; Especulação (curso que ensina a ganhar dinheiro pela especulação); A

<sup>58</sup> Cit. In. Andres Garrigó. *Op. cit.*, p. 111-2 e 123.

<sup>59</sup> Cit. In. Helena Singer. *Op. cit.*, p. 146.

<sup>60</sup> Cit. In. Andres Garrigó. *Op. cit.*, p. 32.



classe dirigente; Jogos de paz – um exército em defesa não violenta (táticas da não violência); História da Nova Esquerda; McLuhan, tecnologia e educação; Guerra termonuclear, ou porque esta geração não crescerá nunca; Fome mundial, superpopulação, ignorância e enfermidade; Comunidade medieval e moderna (sobre possível viabilidade de uma comunidade medieval hoje); *Hata* ioga; Fatos e falácias da comida; Conversação consigo mesmo; Isto é (determinação livre do próprio estilo de vida e busca do seu potencial humano); Aqui e agora (reunião em grupo em que cada um só pode falar de sentimentos e pensamentos instantâneos); O som do silêncio (encontros em que o grupo fica em silêncio na primeira parte e, depois, discute-se o que cada um sentiu); A busca do *Dolphin* (ritos de batismo e imersão em água, com aulas ao redor de uma piscina); Sarcasmo no caminho (aprender a moderar e usar positivamente nossa capacidade de sarcasmo); Confiança, tato e ternura (trabalho em grupo sobre como expandir a sensibilidade e compartilhar os valores); Criação de abelhas *Zem*; Coisas mecânicas (exame e desmonte de relógios, máquinas de escrever etc.); *Batik* (arte decorativa tradicional da Índia); Cozinha macrobiótica; Fabricação de sandálias; Dança.<sup>61</sup>

Os anos 1960 contiveram, e não apenas nas contraculturas, críticas e até propostas alternativas à sociedade moderna como um todo – contra suas versões capitalista e socialista. Dentro dos movimentos estudantis, podemos observar temas como a democracia direta, relações geopolíticas mais harmoniosas e menos injustas, pacifismo e, talvez sua grande contribuição para os movimentos sociais das décadas seguintes, a integração entre o político e o pessoal. Comentando sobre a descoberta, na prática, de táticas de reunião e dispersão, diante da repressão policial, um líder estudantil alemão conclui: “Estas ações são políticas porque nos transformam intimamente”.<sup>62</sup> Foi pichado nos muros de Paris, em maio de 1968: “Aquele que fala da revolução sem mudar a vida cotidiana tem na boca um cadáver”.<sup>63</sup> Principalmente nas contraculturas, foram construídas visões mais místicas de mundo seguidas de fortes críticas ao consumismo, suscitando movimentos de liberação sexual e de uso de drogas alucinógenas. Paralela ou postumamente, múltiplas denúncias e propostas sociais buscaram sua legitimidade baseando-se em visões alternativas ao racionalismo iluminista e “ocidentalizante” outrora hegemônico – denúncias expostas nos movimentos anti-imperialistas e de libertação nacional no Terceiro Mundo, nas lutas dos negros norte-americanos e outras minorias étnicas, no feminismo, nos movimentos homossexuais etc.;

<sup>61</sup> Andres Garrigó. *Op. cit.*

<sup>62</sup> Rudi Dutschke, “Los estudiantes antiautoritarios y las contradicciones del capitalismo tardío”, *In* Uwe Bergmann et al., *op. cit.*, pp. 57-163, p. 133.

<sup>63</sup> *Cit. In* Helena Singer. *op. cit.*, p. 150.

propostas as mais variadas, como o islamismo e outros orientalismos, africanismos, medicina voltada à mulher, discursos de libertação sexual, psicanálises alternativas, esoterismos de diversas origens, vegetarianismo, naturismo etc.

Procurando sistematizar os apontamentos deste item, podemos elencar uma série de configurações e contradições sociais que atravessam e determinam o Movimento Estudantil nos anos 60, cujo ápice foi 1968. Como configurações sociais, ou seja, condições determinadas socialmente e que estiveram presentes nas causas dos movimentos estudantis, em menor ou maior grau, temos:

- A condição juvenil
- A condição estudantil
- O novo universo político/ideológico (socialismos heterodoxos, Nova Esquerda etc.)
- O novo universo cultural (*beatniks*, contracultura etc.)
- A condição das novas classes médias no *boom* econômico do pós-guerra
- A condição urbana
- A questão universitária
- A influência da mídia e da indústria cultural.

Tais configurações ajudam-nos também a elencar, abaixo, o que pode ser apontado como algumas das contradições sociais que ajudam a explicar os rumos de 1968. As primeiras parecem observar-se nos três Mundos (capitalista desenvolvido, socialista e subdesenvolvido). As demais, observaram-se principalmente no Primeiro Mundo mas, em diversos graus, ocorreram também em outros pontos do globo, influenciando suas revoltas estudantis:

- Relações conflituosas e acordos de caráter geopolítico entre capitalismo e socialismo, representados por Estados Unidos e União Soviética.
- O capitalismo e o socialismo ascendentes do pós-guerra *versus* a falta de autonomia política e econômica dos povos do Terceiro Mundo.
- As diferentes experiências geracionais dos adultos em relação aos jovens que nasceram a partir do fim da Segunda Guerra Mundial.
- O confronto entre teorias e práticas político-culturais não hegemônicas e “marginais” que penetraram o universo juvenil/universitário nos anos 60 *versus* práticas e ideologias políticas hegemônicas (liberalismo, democracia formal e socialismo “oficial”).

- Visões de mundo alternativas ou novas *versus* racionalismo “iluminista”, instrumental, tecnicista e/ou “ocidentalista”.
- Abundância material do pós-guerra *versus* éticas e concepções de mundo ligadas ao período do capitalismo do Entreguerras ou tradicionais.
- Ascensão material das novas classes médias *versus* a participação não equivalente destas classes na esfera política e cultural.
- A cultura de mercado produzida pela mídia e indústria cultural *versus* criações culturais alternativas e contraculturais.
- A contradição entre o modelo tradicional da universidade elitista *versus* o processo de “democratização” da universidade e, derivada desta, a contradição entre a concepção humanista/erudita da universidade *versus* a concepção tecnicista.

Em cada país, cidade, universidade e grupo juvenil, estas condicionantes e contradições estiveram presentes, com diferentes graus de influência real ou expressão manifesta, em múltiplas combinações e entrelaçamentos. Os movimentos estudantis de 1968 – “objeto” principal desta tese – são reconhecidamente fenômenos de um processo complexo de fermentação social e cultural. Se cada movimento teve sua autonomia enquanto prática, assim como possuiu particularidades na sua detonação, entretanto, há uma articulação maior entre eles, uma “atmosfera” de energias liberadas, auto-multiplicadoras, semi-articuladas e em constante mudança. Cada novo movimento, cada simples decisão, era afetada por este conjunto maior – mesmo que não consciente ou manifestamente –, assim como afetava o todo ao inscrever nele novos interesses, desejos, possibilidades, táticas, desafios, dilemas, dificuldades ou limitações.

### **1968 como expressão de novas realidades sociais**

Dois outros aspectos podem e devem ser levados em conta ainda. Ao não se apresentarem como revoltas explicadas pelo contexto nacional – suas características foram, basicamente, as mesmas em quase todos os lugares –, e por não serem lideradas por ou representando uma dada “classe social”, as revoltas estudantis/juvenis e mundiais de 1968 podem ser consideradas como o momento de explosão de novas lutas sociais, lutas que permitem repensar paradigmas como a teoria clássica das lutas de classe e a concepção da sociedade nacional.

Uma interpretação teórica das causas e da importância de 1968 deve, ao meu ver, levar em conta uma recuperação crítica e, se for o caso, uma superação da teoria clássica da

luta de classes e da perspectiva da sociedade e Estado nacionais. Sob o questionamento do quanto a perspectiva da luta de classes e da sociedade nacional não puderam dar conta do que foi 1968, significados consistentes sobre as rupturas causadas pelos movimentos estudantis dos anos 1960 podem ser revelados.

A Revolução Mundial Juvenil e Estudantil de 1968 constitui-se numa nova modulação das lutas sociais, que passam a expressar não mais simplesmente os antagonismos econômicos e políticos das classes presentes no modo de produção capitalista, antagonismos tradicionalmente representados pela dualidade burguesia *versus* trabalhadores. É claro que revoltas estudantis já eram comuns no mundo moderno, inclusive porque a própria concepção “juventude” é uma criação tipicamente moderna – assim como a classe operária. No entanto, as tendências majoritárias das Ciências Sociais associaram as revoltas juvenis às lutas de classe, mostraram os estudantes como aliados de alguma classe social ou, ainda, concebê-los como micro prenúncio das revoltas da classe operária. Mesmo em Maio de 1968 esta tendência reapareceu com certa força, inclusive nos discursos de importantes líderes do movimento, procurando associar o movimento estudantil a uma luta por uma sociedade socialista em conjunção com a classe operária. Reccio afirmar que 1968 deve muito do seu reconhecimento pelos cientistas sociais ao fato de ter conseguido, em alguns casos, a conjunção do movimento estudantil com o movimento operário. Por exemplo, à Greve Geral, irrompida graças à atuação original dos universitários, o Maio Parisiense de 1968 deve muito de seu impacto nas Ciências Sociais e na mitologia político-cultural. Porém, mesmo entre os que passaram a dar importância ao movimento estudantil somente após a eclosão de greves operárias por ele motivadas, foi necessário repensar o primado da classe social e do economicismo na definição das estruturas sociais, bem como na explicação das lutas sociais.

Do mesmo modo, 1968 constitui-se num novo modo de revolução social, dado seu caráter meta-nacional, transnacional, mundial ou global. É claro que as lutas de classe e as revoluções operárias sempre apareceram em ondas que abarcavam amplas porções do planeta, em movimentos que podiam ser considerados internacionais. Em 1830 e 1848, o caráter internacional do movimento nacionalista e popular foi muito evidente, com a eclosão simultânea de revoluções na Europa. Contudo, as revoltas e lutas de classe anteriores a 1968 se limitaram muito mais, cada qual, aos seus limites nacionais – o fato de serem detonadas revoluções simultâneas expressa o caráter internacional destas ondas revolucionárias (a ocorrência de revoluções em diversas nações que possuíam os mesmos problemas políticos e econômicos), não seu caráter transnacional.

Ou seja, as causas da onda revolucionária de 1968 devem ser procuradas em elementos que transcendem as realidades nacionais dos países ou locais em que se deram. Se nas revoluções sociais anteriores, podiam ser percebidas causas estruturais semelhantes nos diversos países onde elas se deram simultaneamente, em 1968 as características próprias de cada nação (capitalista, socialista ou “subdesenvolvida”) não bastam para explicar a emergência da onda mundial de revoltas estudantis.

Do mesmo modo, 1968 não pode ser explicado a contento apenas pela lógica da luta de classes, no sentido tradicional ou político-econômico do termo. Classicamente, a teoria da luta de classes estabelece como critério de definição de uma dada classe social os aspectos econômicos: nas relações de produção, em dado sistema sócio-econômico, que posição, papel ou função indivíduos determinados ocupam? Esta posição, relativa às relações de produção, define, determina ou estabelece uma dada classe social. No marxismo e aos intérpretes do marxismo, a posição de classe pode vir ou não acompanhada da consciência de classe – mas é a posição econômica da classe que determina as condições sociais e de vida dos indivíduos desta classe. A sociedade define-se aí como um amplo campo de antagonismos, contradições, conflitos velados e lutas abertas entre classes ou frações de classes sociais determinadas por sua posição nas relações de trabalho do modo de produção que aí impera. Toda revolução, revolta, confronto ou crise, assim como seus opostos, a contra-revolução, conformismo, pactos sociais e estabilidade, foram passíveis de serem analisados pelos critérios de classe social acima expostos.

Do mesmo modo, principalmente depois da “Era das Revoluções” (1789-1848)<sup>64</sup>, as revoltas – definidas como lutas de classe – puderam ser analisadas nos limites da sociedade nacional: a sociedade, como campo de lutas de classe, tinha como fronteiras o território controlado pelo Estado Nacional. Mesmo as revoluções de cunho internacional, de caráter burguês, popular e/ou nacionalista, de 1830 a 1848, puderam ser reconduzidas aos seus limites nacionais no momento de sua reinterpretação social, política ou científica.

Fixados estes padrões mais genéricos, estes paradigmas, que funcionaram quase que como “senso comum” aos intérpretes da sociedade moderna, pode-se compreender o quanto a Revolução Juvenil e Estudantil de 1968 foi incômoda e desafiadora. Inclusive porque os critérios de classe e os limites do Estado Nacional funcionavam amplamente, como organizadores da interpretação de mundo, não apenas aos cientistas sociais, mas também para os agentes efetivos do mundo social. Enfim, eram o principal recurso genérico de interpretação e vivência social no mundo pelo menos até 1968.

<sup>64</sup> Segundo definição de Eric Hobsbawm. *A era das revoluções. 1789-1848*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

Recursos hegemônicos para a concepção da vida e das relações sociais, o caráter economicista de classe e os limites da nação, eram também características reais observáveis como elementos, instituições e recursos materiais e humanos para a construção do edifício da sociedade moderna “ocidental”. A concepção hegemônica da vida social, determinada pela classe e pela nacionalidade, refletia caminhos, escolhas, processos e relações sociais efetivamente implantadas e primordiais nas sociedades modernas.

É claro que interpretações de mundo e vida social não coincidiam, e, dificilmente, podem coincidir, mas os termos essenciais postos em ambos eram a classe social e o Estado Nacional. Ambos os termos – classe social e nacionalidade – restringiam, suprimiam ou abafavam outras realidades socioculturais que explodiriam em visibilidade após 1968: relações geracionais, de gênero, étnicas, realidades regionais, locais etc. Dimensões sociais e culturais encerradas à dimensão cotidiana, adquirem a partir de então visibilidade e importância. Seus movimentos passam a se basear no princípio de que suas reivindicações, em si, são válidas, não precisando necessariamente subordinar-se a movimentos de classe ou nacionais. 1968 está no ponto de partida dos inúmeros movimentos sociais e culturais que inundam as décadas de 1970 e 1980: novos movimentos feministas, étnicos, regionais, locais, homossexuais, estudantis, juvenis, da Terceira Idade e aposentados etc. Estes movimentos passam a reivindicar a validade e a legitimidade de seus pontos de vista mais ou menos independentes da análise classista ou nacional.

Quanto aos intérpretes da sociedade moderna, esta mesma sociedade passa a ser analisada menos do ponto de vista do conflito social e da nacionalidade e mais sob o ângulo da complexidade, da multiplicidade sociocultural e da globalização.

Para Wallerstein, 1968 foi a queda ideológica do papel de liderança do proletariado industrial dos movimentos “anti-sistema”.<sup>65</sup> Na “velha esquerda”, era considerado primordial a defesa dos interesses da classe operária ou, no caso dos movimentos nacionalistas, da nação oprimida. Outras necessidades e interesses, considerados secundários, como a desigualdade racial, de gênero, geracional etc., seriam resolvidos imediata ou instantaneamente após atingirem-se os objetivos primários. Em 1968, cristaliza-se o reconhecimento da relevância das realidades diversas do mundo social e das minorias para a ação política dos movimentos de contestação ou “anti-sistema”. As considerações feitas até agora parecem-me ir ao encontro da tese de Wallerstein.

---

<sup>65</sup> Immanuel Wallerstein. *Op. cit.*

Entretanto, 1968 não significou o fundamento das lutas de classe – mesmo daquelas definidas pelo modo de produção capitalista –, muito menos o fim dos movimentos operários. Inclusive, os movimentos de 1968 trouxeram novos temas e formas de ação que foram (re)utilizados por movimentos operários. O tema da “autogestão”, lançado como lema que pretendia estreitar a união do movimento operário com o estudantil no Maio Francês de 1968, é um exemplo. Na mesma França, a greve na fábrica de relógios Lip, na qual os operários apropriaram-se do produto criado pela sua força de trabalho, foi considerada uma espécie de “1968 dos operários”, dado a ruptura com as formas tradicionais de greve.

“É em abril de 73 que os trabalhadores da fábrica de relógios Lip tomam conhecimento de que a sua fábrica tem de ser fechada. Perante a ameaça de desemprego, ocupam a empresa, voltam a pô-la em funcionamento a montagem de relógios e apropriam-se do estoque. O famoso ‘produz-se, vende-se, paga-se’ deu um conteúdo concreto ao sonho autogestionário, nascido em boa parte em Maio de 1968”.<sup>66</sup>

Na verdade, o movimento estudantil, assim como os demais novos movimentos “anti-sistema” (étnicos, feministas, ecológicos etc.), vieram crescer-se e complexificar as lutas de classe nas sociedades modernas. Ainda melhor, a realidade da opressão social exercida no mundo cotidiano – relações de gênero, étnicas, geracionais etc. –, ou de outras reivindicações transcendentais ao protesto proletário ou nacionalista – como o movimento ecológico – já há tempos eram parte da realidade social da modernidade, senão da própria sociedade humana. O que 1968 ajudou a fazer, deste modo, foi revelar politicamente e justificar ideologicamente a validade de protestos e lutas contra a opressão existentes nestas realidades sociais.

Wallerstein afirma que 1968 foi uma revolução no e do sistema-mundo.<sup>67</sup> Aquém de discutir o conceito sistema-mundo, gostaria de reter aqui que, com isto, o autor aponta a validade da sugestão de que 1968 exprime uma nova realidade social que transbordava as fronteiras territoriais e culturais das nações.

“Falar hoje em globalização chega a incomodar, tal é a repetição do termo nos meios de comunicação e na vida cotidiana. Em 1968, esta palavra era pouco utilizada. Mas, com sentido diferente do que é utilizado hoje, ocorreu uma globalização da busca de renovação política, cultural e econômica em todo o mundo. Por meio da imprensa escrita, falada e televisada, dos livros e mesmo do cinema, as mulheres, os negros e os jovens de

<sup>66</sup> Daniel Cohn-Bendit, *1968. A revolução que tanto amámos*, Lisboa: Dom Quixote, 1988, p. 76.

várias nações criavam um espaço comum de luta contra o racismo, o machismo, o imperialismo, as ditaduras capitalistas ou do 'socialismo real'. Críticas ao *status quo*, novos projetos e utopias comunicavam-se.”<sup>68</sup>

De certo modo, os movimentos de 1968 são uma das primeiras manifestações culturais da globalização material e espiritual própria da segunda metade do século XX. Mas é uma manifestação atípica, dado que feita à margem das ou “piratcando” as instituições socioculturais que iniciaram o gerenciamento desta transculturação. A própria estrutura universitária em fase de transnacionalização foi o principal meio de comunicação global dos movimentos juvenis. As universidades, com o seu avassalador processo de “democratização”, reunindo “massas de rapazes e moças e seus professores, contadas aos milhões ou pelo menos centenas de milhares em todos os Estados... constituíam um novo fator na cultura e na política. Eram transnacionais, movimentando-se comunicando idéias e experiências através de fronteiras com facilidade e rapidez”.<sup>69</sup> Tomando proveito da estrutura universitária e de suas redes mundiais de comunicação, os estudantes construíram uma rede própria de contatos e solidariedade que também deve ser levada em conta para explicar a semelhança de idéias e temáticas dos seus movimentos radicais.

“Para além de formais federações internacionais de estudantes que parecem ser de pouca importância para os... estudantes radicais, há uma espontânea e desorganizada, ou melhor, informal, unidade de simpatia do movimento estudantil que forma uma ponte através dos limites nacionais. Em 1968, movimentos estudantis radicais parecem estar sincronizados através dos diferentes países e uniformes em conteúdo e técnica”.<sup>70</sup>

Os movimentos estudantis mostraram uma série de elementos comuns que ficaram “acima” de culturas, fronteiras, governos ou configurações nacionais, regionais ou locais. Também estavam estes elementos acima de uma configuração própria de um sub-contidente, continente, hemisfério, estágio de desenvolvimento industrial ou sistema econômico.

“Parece evidente que os jovens tinham objetivos específicos em cada país, os sistemas educacionais eram bastante diversos, os governos variavam enormemente e as sociedades atingidas iam desde o capitalismo avançado aos sistemas ‘comunistas’. Todavia, é impossível negar que houve em 1968 uma linguagem comum: símbolos, idiomas e

<sup>67</sup> Immanuel Wallerstein. *Op. cit.*

<sup>68</sup> Margarida Luiza de Matos Vieira, “68: os estudantes mineiros e o desejo de um novo mundo”, In José Roberto Martins Filho (org.), *1968 faz 30 anos*, Campinas: Mercado de Letras, São Carlos: Editora da Universidade Federal de São Carlos, pp. 77-93, p. 89.

<sup>69</sup> Eric Hobsbawm, “A Revolução Social. 1945-90”, In *Op. cit.*, p. 292.

<sup>70</sup> Edward Shills, *Cit. In.* George Katsiaficas, *Op. cit.*, p. 41.



acontecimentos históricos que cruzavam as fronteiras dos estados. Não por acaso, as atuais festas 'Anos 60' são parecidas em várias partes do mundo".<sup>71</sup>

Primeiro, há uma quase constante na caracterização social dos participantes das revoltas: foram sobretudo movimentos da juventude universitária, com origem social nas classes médias, principalmente no que era então designado como "novas classes médias". Segundo, também tiveram precedência, na irrupção das revoltas, os centros políticos e econômicos dos países envolvidos, fossem eles capitalistas desenvolvidos, socialistas ou subdesenvolvidos (São Francisco, Washington, Nova Iorque, Berlim, Paris, São Paulo, Rio de Janeiro, Cidade do México, Praga etc.). Finalmente, os temas comuns. Uma simples pesquisa sobre os textos, manifestos e publicações das organizações estudantis da época revela que os estudantes tinham a tendência de falar de tudo, o que evidencia a sua auto percepção como porta-vozes da consciência dos problemas sociais da época (o que, inclusive, levou-os a entrar em atrito com as organizações tradicionais de esquerda). Apesar disto, justamente os temas comuns sempre foram os mais recorrentes nos manifestos estudantis e sempre tiveram o papel de aglutinadores de cada movimento: crítica à universidade, denúncia do imperialismo no Terceiro Mundo, crítica ao socialismo soviético, valorização de idéias de origem esquerdista não-ortodoxa, penetração de valores não-ocidentais (trazidos pela Contracultura ou através do contato com realidades do Terceiro Mundo) etc.

Octavio Ianni, em suas análises sobre a formação de uma "sociedade global", indica-nos um possível caminho para o entendimento das relações entre este aspecto da multiplicidade sociocultural, redescoberta em 1968, e o processo correlato da globalização. Ianni nos mostra uma relação pluricausal entre os dois fenômenos, apesar de reter-se mais na tese de que a globalização, ao romper e colocar em causa as fronteiras da Nação e o poder do Estado Nacional, cria brechas nas quais aspectos da multiplicidade social e cultural pretensamente suprimidos, mas, na realidade, apenas abafados, ganham súbita visibilidade e força: "o vasto e complexo processo de globalização revela a pluralidade dos modos de ser no mundo".<sup>72</sup>

O declínio do Estado Nação, o fenômeno das transnacionais e a maior concentração e centralização do capital com o mercado financeiro global provocam, entre outros fatores, a rearticulação das sociedades nacionais e das múltiplas realidades socioculturais em uma sociedade global que se anuncia. A relação entre o todo e as particularidades parece querer assumir uma nova dimensão na sociedade global. Durante o

<sup>71</sup> João Roberto Martins Filho. Rebelião estudantil: 1968 - México, França e Brasil, Campinas: Mercado de Letras, 1996, p. 15.

<sup>72</sup> Octávio Ianni. A sociedade global, *ibid.*, p. 78.

seu processamento, a globalização da sociedade cria como efeito imediato uma potencialização das tendências já existentes de desterritorialização e desenraizamento sociocultural, nas quais os valores, símbolos, ícones, movimentos, identidades e estilos de ser passam cada vez menos a buscar integração ou legitimação pela (agora enfraquecida) sociedade nacional.

As desigualdades, hierarquias e diferenças sociais estabelecidas dentro ou à margem das sociedades nacionais (em que ocorriam lutas sociais que, em muitos casos, antes dos anos 1960, não tinham espaços legítimos de expressão) são repostas e realocadas na emergente sociedade global. Neste interstício, enquanto a globalização ainda é um processo recente, segundo minha interpretação, uma miríade de realidades e lutas sociais outrora não reconhecidas – inclusive pelos movimentos sociais que Wallerstein chama de “anti-sistema” – foram “descobertas” pela opinião pública, pelos partidos políticos e pelos cientistas sociais.

É possível pensar que os movimentos juvenis dos anos 60, à frente de outros tantos movimentos sociais de contestação, ao construírem ou mediarerem meios de comunicação e interconexão, valores e símbolos, *slogans* e estratégias articulados em escala mundial, tenham sido também mais uma força ativa na globalização. Não tanto, talvez, pelos conteúdos que estes movimentos tentaram acrescentar para a modulação da “sociedade global” – conteúdos, em sua grande parte, derrotados, esquecidos ou cooptados. Mas, principalmente, como força de contestação contra certos fundamentos da sociedade moderna que, desde então, resistiam aos processos de globalização e mundialização, fundamentos como o Estado, sociedade, cultura e mercado “nacionais”. Por outro lado, os movimentos juvenis ajudaram a dar voz a realidades sociais, supra ou sub-nacionais que teriam cada vez mais expressão na Era do Globalismo. Ao buscarem espaço acima das barreiras da “sociedade nacional”, os movimentos juvenis enfrentaram desde então, a partir dos anos 1960, forças sociais que até hoje resistem à globalização. Os anos 60 seriam o início de um processo complexo, em que grupos e movimentos, cujas identidades são forjadas independentemente ou contra a sociedade nacional, também colaboram com a globalização ao combaterem esta sociedade.

De todo modo, devemos, ao menos, observar e refletir sobre o encaminhamento efetivo das reivindicações e lutas destes movimentos sociais em uma sociedade global que se afigura, dada a sua abrangência, como excepcionalmente múltipla e complexa.

## Capítulo 2

# OS JOVENS E O TERCEIRO MUNDO

Os movimentos estudantis no chamado “Terceiro Mundo” não foram simplesmente um reflexo ou cópia, nem mesmo pura consequência, dos seus análogos na Europa e Estados Unidos. Nada tiveram a ver com uma imitação grotesca de modelos produzidos no Primeiro Mundo, ao contrário de uma visão irônica sobre 1968, citada abaixo, que diz que no Brasil

“como em outros países, a ‘revolução estudantil’ pipocou nos principais centros universitários, em tudo imitando, com um toque tropicalista, o padrão da Sorbonne: ocupação de edifícios, destituição dos reitores, estabelecimento de um soviete de professores, estudantes e funcionários..., sapateando sobre a escrivania de reitores, defenestrando papalada administrativa nos gramados”.<sup>1</sup>

Longe desta visão limitada sobre 1968, dados demonstram que as relações entre os movimentos estudantis dos países desenvolvidos e subdesenvolvidos foram muito ricas, nunca imitadoras ou “pipocadeiras”. Ainda que bastante reativas, sempre foram criativas. Em maio de 1968, murais da Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade de São Paulo, na rua Maria Antonia, falavam sobre Paris: “Paris, moderação não convence estudantes; a bandeira vermelha da revolução continua na manhã de hoje na cúpula da Sorbonne convertida pelos estudantes em universidade autônoma e popular, enquanto prossegue nas outras universidades francesas a agitação estudantil” – o panfleto motiva os estudantes a manterem sua brigada na rua Maria Antonia, construída com pneus e pedaços de pau, prontos para mais um conflito contra membros do Comando de Caça aos Comunistas alojados na Universidade Mackenzic.<sup>2</sup>

Na verdade, as relações entre os diferentes movimentos foram muito mais complexas que uma causalidade unívoca, assim como distantes do isolamento recíproco. A influência se dava apesar da inconsciência de muitos dos seus principais participantes. O líder estudantil Vladimir Palmeira conta que, anos depois de 1968, exilado, trabalhava na Bélgica como garçom em um bar de refugiados chilenos:

“Apareceu lá um sujeito bigodudo, atarracado, que me olhava e dizia: ‘Garçom, cerveja’. E lá eu ia servi-lo. Então, na terceira cerveja, ele olhou para mim e disse: ‘Oh, Vladimir, que diferença, hein? Em 1968, eu fazia passeata em Montevideu pela sua liberdade; agora você me serve cerveja. Como o mundo gira.’... Ou seja, também não

<sup>1</sup> Benedicto Ferri de Barros. “A tragicômica revolução estudantil”, *Jornal da Tarde*, 09/05/1998, p. 2.

tínhamos dimensão sobre a repercussão internacional. Claro, vinha TV de fora, fazia matérias, mas nós não ligávamos muito, não se tinha noção do peso que ganhara o movimento estudantil”.<sup>3</sup>

Normalmente, analisam-se as revoltas juvenis dos anos 1960 no Terceiro Mundo após às do Primeiro Mundo – subentendo-se sempre que os movimentos dos países desenvolvidos foram determinantes, sobreinfluentes ou, ao menos, paradigmáticos. Pode-se questionar isto e, numa prática analítica, demonstrar que aspectos significativos dos acontecimentos no mundo capitalista desenvolvido ilustram-se melhor sob a luz do mundo “subdesenvolvido”.

Há um poder contestador que irrompe no Terceiro Mundo, uma miríade de forças de oposição aos rumos que a modernização do século XX estava tomando, uma rede de anti-matéria contra os caminhos ditados pela nova ocidentalização do mundo (liderada notadamente pelos Estados Unidos, com a conivência do modelo soviético). Num primeiro momento, esta contestação advinda do Terceiro Mundo é o crescimento e, afinal, a vitória dos movimentos de libertação nacional na Ásia e na África, cujos reflexos não deixariam de chegar à América Latina – gerando a Revolução Cubana e alguns aspectos do populismo latino-americano. Num segundo momento, a frustrada tentativa de união entre os países “não alinhados” – gerando-se o significado original do rótulo Terceiro Mundo. No final dos anos 1950 e nos anos 60, os rumos da descolonização e do antiimperialismo chocavam-se com a lógica da Guerra Fria: da anti-reação de países como França e, principalmente, Estados Unidos, geram-se a Guerra da Coreia, Guerra da Indochina, Guerra da Argélia, Guerra do Vietnã, a invasão da Baía dos Porcos (em Cuba), o apoio político-militar norte-americano ao Golpe Militar de 1964 no Brasil e na Indonésia em 1965 etc. Em contrapartida, novos modelos de socialismo e revolução socialista pareciam ganhar força no Terceiro Mundo, gerando novos focos de tensão: China, Coreia, Vietnã e Cuba. O socialismo no “Terceiro Mundo” gerou ideologias e teorias revolucionárias que seriam marcantes nas novas esquerdas e nos movimentos universitários: o foquismo em Cuba, o maoísmo chinês, os mitos de Mao, Che e Ho Chi Minh.

A reação em cadeia do “Terceiro Mundo” e a anti-reação das superpotências será quase sempre o fermento que fará as revoltas estudantis ultrapassarem as fronteiras da universidade, levando-as a contestar todos os aspectos da vida política, econômica e cultural da sua sociedade e no âmbito mundial. Mas não se limita a isto a influência do

<sup>2</sup> Cit. in. *Folha de S. Paulo*, “Mais feijão, menos canhão”, 10/05/1968, p. 5.6.

<sup>3</sup> Vladimir Palmeira, “Os valores de 1968”, in. Marco Aurélio Garcia e Maria Alice Vieira (orgs.). *Rebeldes e contestadores. 1968: Brasil, França e Alemanha*, São Paulo: Perseu Abramo, 1999, pp. 117-128, p. 117.

Terceiro Mundo e de suas revoltas no detonar das revoltas estudantis no Primeiro Mundo. Vemos que o ciclo de movimentos juvenis e estudantis ganha força, em certo sentido, primeiro nos países do Terceiro Mundo. Desde o início da descolonização, após a Segunda Guerra Mundial, são os jovens a maioria dos militantes dos movimentos de libertação nacional, assim como são em grande parte jovens os revolucionários socialistas na Ásia e em Cuba. E os jovens universitários do Terceiro Mundo não precisaram esperar aviso algum das universidades européias ou norte-americanas para se mobilizar: o ciclo de revoltas estudantis e juvenis dos anos 1960 se iniciaria em locais inesperados – no Terceiro Mundo e num Japão que ainda se recuperava da Segunda Guerra. Locais em que a retórica das “condições objetivas” veria apenas incipiência: incipiência na formação das classes médias, da industrialização, da urbanização, da expansão do ensino universitário e mesmo do ensino em geral etc. Locais em que esta mesma “incipiência” gerou reações não programadas por parte de seus povos, justamente do setor em que isto era menos esperado: a categoria jovem e/ou estudantil.

Tanto os jovens, de um modo geral, quanto os povos do Terceiro Mundo assemelhavam-se no tocante à relação ainda inicial ou “experimental” com a “maturidade” (social para os jovens, “histórica” para os povos) oferecida pelas fontes legítimas consagradas do correto e do moderno. Jovens, em todo o mundo, e povos do Terceiro Mundo têm em comum o fato de sentirem ou perceberem melhor as contradições de uma Era da economia e política mundiais. Portanto, não é à toa terem sido os jovens e o Terceiro Mundo os agentes e o local em que a onda mundial de revoltas dos anos 1960 se iniciou.

### **Terceiro Mundo e “ocidentalização”**

Pode-se considerar o Pós-Segunda Guerra como um novo momento de “ocidentalização” do mundo, mais especificamente de uma modernização capitaneada pelos Estados Unidos para grande parte do mundo “subdesenvolvido” e, de certo modo, para a Europa Ocidental e o Japão destruídos pela guerra. Trata-se de uma nova roupagem da modernização concebida como “progresso”, como uma necessária e irresistível “ocidentalização” do mundo, que divide os países em Primeiro, Segundo e Terceiro Mundos, centrais e periféricos, modernos e arcaicos, desenvolvidos e subdesenvolvidos, de acordo com o afastamento ou proximidade do país em relação ao modelo ideal de civilização moderna. A própria Organização das Nações Unidas (ONU) trabalha com esta concepção de modernização, inclusive em atos extremamente positivos, como a redefinição (e a ampliação) da Declaração dos Direitos do Homem, que se tornam uma nova

“Declaração Universal”, em que valores liberais e democráticos “ocidentais” ainda se vêem como “leis naturais” a serem possibilitadas em toda parte. Novamente, a modernização do mundo aparece como a difusão dos valores socioculturais predominantes na Europa e nos Estados Unidos: princípios de liberdade e igualdade pressupondo contratos entre proprietários, processos de industrialização, mercantilização, secularização e individualização, proposição da personalidade ideal “individualista”, o capitalismo como processo civilizatório superior e inexorável etc. A modernização sustentada pelas potências ocidentais encontrou desde o início uma multiplicidade de sociedades e situações diferentes do que se observava nas sociedades “ocidentais”, mas sempre acreditou ser possível e necessário levar a todo lugar o “desenvolvimento” e o “progresso”, instituindo, com o apoio das elites nativas dos povos dominados, processos de secularização, individuação, mercantilização e industrialização. O produto real, aquém dos desejos de homogeneidade dos projetos “modernizadores”, é na verdade um complexo de diversidades, desigualdades e convivências entre temporalidades distintas.<sup>4</sup>

Ao mesmo tempo que o Terceiro Mundo é receptor de práticas que têm como lastro este fundo modernizador e ocidentalizante, também é foco de resistências e contestações a princípios civilizatórios que se dizem universais. Tudo, é claro, permeado por intensas contradições e paradoxos: valores ocidentais que legitimam formas de dominação e exploração perversas, projetos modernizadores que desejam manter estruturas arcaicas de desigualdade entre povos e estratos sociais, movimentos nacionalistas e antiimperialistas que apregoam de modo redimido valores de liberdade e igualdade iluministas, misturas intrigantes de ocidentalismo, nacionalismo e “tribalismos” nas propostas dos movimentos de oposição, bem como nos defensores da situação.

Os paradoxos da nova ocidentalização do mundo continuam na proposta norte-americana de erradicar o velho colonialismo da dominação formal e direta, substituindo-o pela manutenção informal da influência econômica e ingerência política da antiga metrópole, influência sustentada por elites nativas comprometidas. Com isto, os Estados Unidos acreditavam poder evitar o risco da radicalização das lutas nacionais, o que poderia permitir o crescimento do Bloco Soviético. O confronto entre velho colonialismo e novo imperialismo (um dos seus emblemas seria a Guerra de Suez), revela que a própria concepção de modernização ou “ocidentalização” não era monolítica. As diferentes matrizes contemporâneas da “ocidentalização” também possuíam pontos em discordância – mesmo se não levarmos em consideração ainda as diferenças entre capitalismo e

<sup>4</sup> Octávio Ianni. “A ocidentalização do mundo”, in *Teorias da Globalização*, Rio de Janeiro: Civilização

socialismo soviético. Após a década de 1950, que gerou o Plano Marshall, a criação da ONU, o início da corrida armamentista e o historicismo da Guerra Fria, o complexo e contraditório enfrentamento dos valores modernizadores, capitalistas e “ocidentais” pelos movimentos nacionais, antiimperialistas e socialistas do Terceiro Mundo, e logo de seus estudantes universitários, migrou e encontrou novas ressonâncias no coração do Primeiro Mundo, ajudando a gerar a onda mundial de revoltas juvenis nos anos 1960.

O Pós-Segunda Guerra Mundial, com o processo de mundialização, o terceiro-mundismo, novas revoluções socialistas na Ásia e Cuba e o início da globalização, levou a um fundamento do imperialismo “clássico”, ou seja, o domínio formal dos povos não-ocidentais pelas potências colonialistas. A descolonização foi um processo avassalador, conturbado e contraditório, que teve enormes efeitos, inclusive psicossociais, nas populações das antigas potências colonizadoras (principalmente entre os jovens). Uma parte importante destes efeitos se materializaria nas motivações dos protestos e se inscreveria nos manifestos estudantis ao longo da onda mundial de revoltas juvenis.

“Na véspera da Primeira Grande Guerra (1914), o mundo estava, em sua quase totalidade, dominado, animado e organizado pela Europa. No entanto, trinta anos depois, no fim da Segunda Guerra, já se podia escutar o sopro ardente dos continentes colonizados varrendo os dominadores e forçando a entrada no palco das relações internacionais daqueles que antes, como colônias, só figuravam no cenário como objetos. No final da década de 60, centenas de milhões de seres humanos, como resultado de uma ação coletiva e determinada de mudar o sistema de dominação já haviam se tornado atores no processo de decisão de poder. E a história das relações internacionais passou a ser influenciada pela emancipação dos povos colonizados.”<sup>5</sup>

A arte “ocidental”, por sua vez, vê-se invadida por motivos africanos, latino-americanos, indígenas, asiáticos etc. Tudo isto apesar do processo civilizatório capitalista e ocidental ser predominante em relação aos demais, que sobrevivem ou esboçam-se como alternativos. Desde logo, o Terceiro Mundo criou ou revelou a possibilidade de formas alternativas aos projetos monolíticos de ocidentalização, propondo uma apropriação crítica dos valores do ocidentalismo.<sup>6</sup> Os povos do Terceiro Mundo sempre foram capazes de mobilizar elementos das antigas potências colonizadoras e desenvolver formas próprias de auto-afirmação e resistência:

---

Brasileira, 1995, cap. V, pp. 75-92.

<sup>5</sup> Leticia Bicalho Canêdo. *A descolonização da Ásia e da África*, São Paulo: Atual, Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1986, p. 5.

<sup>6</sup> Octávio Ianni. “A ocidentalização do mundo”, in *A sociedade global*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1992, cap. IV, pp. 69-88.

“O primeiro fator foi a assimilação por asiáticos e africanos das idéias, técnicas e instituições ocidentais, que podiam ser aproveitadas contra as potências ocupantes – um processo em que eles demonstraram ser mais aptos que a maioria dos europeus tinha previsto. O segundo foi a vitalidade e capacidade de auto-renovação de sociedades que europeus tinham, com excessiva facilidade, considerado estagnadas, decrépitas ou moribundas. Foram esses fatores, em conjunto com a formação de uma elite que sabia como explorá-los, que resultaram no final do domínio europeu”.<sup>7</sup>

“A seleção das contribuições estrangeiras, sua assimilação e adaptação foram as três características da cultura indiana ao longo da história. Enfrentou – e superou – períodos de crise e de incertezas, e hoje, na era da ciência e da tecnologia, vê-se diante de novos desafios que exigem novas adaptações. O problema que se impõe aos intelectuais, artistas e escritores da Índia é como salvaguardar os elementos de valor durável de uma tradição espiritual e estética que sobreviveu cinquenta séculos, e como interpretá-la de modo a que se adapte ao contexto atual. A evolução cultural indiana vai depender da capacidade de enfrentar esse desafio com sabedoria e audácia.”<sup>8</sup>

O colonialismo dos séculos XIX e XX, que tentou realizar a ocidentalização do mundo, enquanto efetivamente implantou um complexo processo de transculturação, seria interrompido por uma onda irresistível de descolonização no pós-Segunda Guerra. Se pensarmos também no irromper de outras lutas antiimperialistas nos países “subdesenvolvidos” já independentes, incluiremos nesta vaga inexorável não apenas a África e a Ásia, mas também a América Latina. E se abirmos ainda mais a noção de povos subalternos, também as lutas dos negros, chicanos e pobres norte-americanos tornam-se parte deste complexo antiimperialista.

Porém, acredito que se poderia ver a descolonização também como um processo que ajudou a criar o novo ciclo capitalista, a Era da globalização. Criam-se circuitos econômicos, políticos, culturais e sociais que atravessam muito mais povos que outrora, que tornam-se bem mais inclusivos que antes. No entanto, o próprio caráter desta “civilização capitalista”, deste processo civilizador da modernidade, transformou-se: deixa de ter caráter estritamente “ocidental”, europeu ou anglo-saxão, branco, masculino e adulto, e torna-se ainda mais complexo culturalmente, incluindo múltiplas etnias, religiosidades, tradições culturais, valores, símbolos, costumes e relações, construindo

<sup>7</sup> Geoffrey Barraclough, *cit. in.* Octávio Ianni. A era do globalismo, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997, p. 34.

<sup>8</sup> Vishwanath S. Naravane. “Como um grande rio”, *in.* O Correio da Unesco, Rio de Janeiro, ano 17, n. 4, abril de 1989, pp. 4-9.



formas reais e gerando possibilidades inúmeras de combinações. Movimentos nacionalistas do Terceiro Mundo, populismos latino-americanos, políticas de industrialização nos países “subdesenvolvidos” e socialismos heterodoxos asiáticos e cubano fazem parte deste processo de gestação de um novo ambiente cultural, na verdade “transcultural”, na era da globalização. De modo algum está se dizendo aqui que o atual complexo sociocultural prima pela igualdade das etnias, pela liberdade das manifestações, pela ausência de perversas hierarquias culturais ou pela derrota de simbioses artificiais entre moderno e tradicional. Na verdade, defende-se que o mundo da cultura, talvez agora sim realmente próximo de uma “cultura mundial”, mudou completamente sua face, redefinindo a posição dos valores “ocidentais” diante de outras realidades culturais, construindo redes de globalização (baseando-se em padrões como moda global, mercado financeiro, língua inglesa, mídias etc.) no interior de países outrora tidos como “atrasados”, criando focos de marginalização mesmo nos países tidos como “desenvolvidos”, produzindo formas culturais extremamente diversas, com combinações múltiplas entre ocidentalismo, orientalismos, africanismos, indigenismos, exotismos e esoterismos (na música *pop*, no cinema, na televisão, no teatro, nas artes plásticas, na literatura etc.). Vogas de esoterismo oriental, novas ondas de drogas que alteram a percepção, literaturas do Terceiro Mundo, mergulho em novas formas de música, dança e artes plásticas com origens múltiplas (como a *world music* e a *new age*) e, até mesmo, o renascimento das artes africanas: “Hoje, a arte, a música e a dança na África não são apenas ensinadas em todos os tipos de estabelecimentos educativos: estão em pleno florescimento e começam a ser reconhecidas na Europa.”<sup>9</sup>

Os movimentos juvenis e estudantis, as juventudes, em todos os locais do mundo em que se deram, também foram participantes deste processo: jovens em movimentos de libertação nacional ou em lutas pelo socialismo no Terceiro Mundo; movimentos estudantis que utilizaram as lutas no Terceiro Mundo como inspiração, fonte de indignação, de protestos e de manifestos ou até mesmo como modelos a serem seguidos; produções culturais, em diversos níveis de politização e comercialismo, direcionadas ou produzidas por jovens que realizaram, conscientemente ou não, um diálogo com as mais diversas fontes (no rock, na *Pop Art*, nos cinemas novos, nas músicas de protesto, no tropicalismo brasileiro, nas produções contraculturais em todo o mundo etc.).

Trata-se de um novo momento deste processo imenso e múltiplo de transculturação, análogo a algumas vogas “orientalistas” nos meios artísticos europeus no

<sup>9</sup> Albert Adu Boahen. “O legado do colonialismo”, in: *O Correio da Unesco*, Rio de Janeiro, ano 12, n. 7, julho

fim do século XVIII e início do século XIX.<sup>10</sup> A descolonização, de certo modo, inverte o fluxo de influências culturais que predominou após a conquista da Ásia e África pelas potências capitalistas. Ao serem vencidos pelas forças colonialistas, os povos africanos e asiáticos iriam buscar dentro do próprio Ocidente, na Europa do século XIX, a principal ideologia que os animaria a resistir, o nacionalismo. Muitos líderes dos movimentos nacionalistas foram instruídos pelas nações conquistadoras: Nehru na Índia, Dato Onn Bingaafar na Malásia, Nkhrumah na Costa do Ouro, Burguiba na Tunísia, Forhat Abbas na Nigéria etc. Eles entraram em contato com o nacionalismo nas escolas, pela imprensa, nas prisões das potências ocidentais e através dos partidos políticos ocidentais. Se, inicialmente, este nacionalismo não causara maiores problemas às potências colonizadoras, ele entraria depois em uma explosiva fusão com idéias advindas do marxismo-leninismo, durante as Revoluções proletárias do começo do século XX. A Revolução Russa, Lenin e os demais bolchevistas ajudaram a espalhar a concepção de que o imperialismo era “parasita por natureza”, colocando a luta do colonizado contra o colonizador ao lado da luta do proletariado contra a burguesia. Mais do que a ajuda do *Komintern* (assembléia dos Partidos comunistas internacionais, que se compromete, a partir de 1919, a auxiliar todas as lutas revolucionárias nos países colonizados), a influência das idéias e as propostas de prática política antiimperialista seriam muito importantes. Graças ao antiimperialismo, dentro das colônias criaram-se ideologias nacionalistas mais revolucionárias e preocupadas em realizar mobilizações de massas.<sup>11</sup> A influência do pensamento antiimperialista iria atravessar várias décadas e diferentes movimentos – uma frase de Bukarin de 1921 seria citada em um jornal estudantil alemão em 1964, dizendo que “o principal fator da desintegração do sistema capitalista é a dissolução dos vínculos entre os estados imperialistas e suas numerosas colônias”.<sup>12</sup>

O jogo do “feitiço que vira contra o feiticeiro” não deixaria de ter também a vingança do feiticeiro: conquistada a independência, os povos da Ásia e África se submetem ao modelo do Estado Nacional, que volta seus poderes contra sua própria população. Uma população fatalmente dividida, na maioria dos casos, por diferenças religiosas, étnicas e culturais, que não forma uma verdadeira Nação. É claro que há uma grande incapacidade dos países recém-formados pela descolonização conseguirem desvincular-se do modelo “em que o Ocidente foi pioneiro, visto como o de sociedades

---

de 1984, pp. 32-38, p. 38.

<sup>10</sup> Edward W. Said. *Orientalismo. O Oriente como invenção do Ocidente*, São Paulo: Cia. das Letras, 1990.

<sup>11</sup> Letícia Bicalho Canêdo. *op. cit.*

<sup>12</sup> *cit. in.* Rudi Dutschke, “Los estudiantes antiautoritarios y las contradicciones del capitalismo tardío”, *in.* Uwe Bergmann et. al. *La rebelión de los estudiantes*, Barcelona: Ariel, 1976, pp. 57-163, p. 110.

que geram progresso, e a forma de poder e cultura da riqueza, com o desenvolvimento tecno-científico, numa variante capitalista ou socialista. Não havia outro modelo operacional além da ‘ocidentalização’ ou ‘modernização’, ou o que se queira chamá-lo.”<sup>13</sup> Mas devemos lembrar-nos que, apesar de muitos dos dirigentes das ex-colônias defenderem a modernização e os valores “progressistas”, introduziram-se versões, visões e, principalmente, práticas bastante diferentes do “padrão” europeu ou norte-americano. Na verdade, talvez tenha sido, mais do que ninguém, a própria modernidade dos países “desenvolvidos”, com seus projetos de ocidentalização e progresso, a maior vítima do turbilhão de revoltas, descontentamentos e projetos alternativos iniciado com a descolonização.

Nosso pensamento pode ser tentado a conceber a história ideal do Terceiro Mundo, após a descolonização, como o “desvirtuamento” de um progresso paulatino à modernidade, progresso que deveria seguir estágios análogos àquels passados pelos países europeus e os Estados Unidos. Mesmo porque este ânimo desenvolvimentista está presente em quase todos os textos, discursos e políticas da época, da ONU aos governos das novas nações. Posturas muitas vezes bem intencionadas, mas que desde logo motivaram reações contrárias:

“A África entra na era do mimetismo trágico. Esta atitude mental vem do fato de que, depois de considerarem deplorável e mesmo combaterem o regime colonial, os africanos são repossuídos por ele. Ele governa através dos modelos de desenvolvimento e progresso. O homem a ser imitado é o branco.”<sup>14</sup>

Porém, talvez só o desenvolvimento econômico-industrial, em alguns poucos países onde obteve sucesso, tenha realizado aquela expectativa de “progresso”. Nos demais países e nos terrenos da cultura, política e relações sociais, nos aspectos da religiosidade, da arte, das relações internacionais etc., o “desenvolvimento” não seguiu supostos estágios evolutivos. Tratou-se, antes, de um processo de transformação e criação histórica complexo e múltiplo, envolvendo as mais inesperadas e diversas simbioses e transculturações, terríveis desastres sociais, guerras civis, ciclos anômicos etc. Temos exemplos destas combinações múltiplas e de resultados inesperados no tocante à educação, exemplo muito importante numa reflexão sobre a juventude. Antes da descolonização, no terreno da educação, exerceram-se tentativas de domínio e controle dos povos

<sup>13</sup> Eric Hobsbawm. “O fim dos impérios”, in. *Era dos Extremos. O breve século XX. 1914-1991*, São Paulo: Cia. das Letras, 1995, Cap. VII, pp. 198-219, p. 202.

<sup>14</sup> A. Tevoedjre, do Daomé, em 30/11/1966, cit. in. Fernand Oury e Aïnda Vasquez. “Problèmes de L’Éducation dans les pays du Tiers Monde”, in. *Les Temps Modernes*, Paris, n. 264, maio-junho de 1968, pp. 1961-1976, p. 1966.

colônizados, como denunciou Jean-Paul Sartre em 1961:

“A elite europeia procurou fabricar um indigênto de elite; selecionavam-se adolescentes que tinham sobre a testa, marcados a ferro, os princípios da cultura ocidental e a boca recheada de mordanças sonoras, belas palavras pastosas que se colavam aos dentes; após uma breve estada na metrópole eram enviados de volta, truncados. Mentiras ambulantes, nada mais tinham a dizer aos seus irmãos”.<sup>15</sup>

No entanto, era a mesma educação que, contraditoriamente, colaborou no advento do nacionalismo africano e asiático. Após a descolonização, o tema da educação voltaria a ser polêmico. Novamente, os modelos ocidentais pareciam-se fazer onipresentes. Conferências e documentos da ONU trazem propostas de ampla alfabetização e escolarização nos países do Terceiro Mundo. E, realmente, grande parte destes países aplicaram políticas públicas que efetivaram a educação de massa. No entanto, na adoção de modelos, padrões e expectativas adaptados a contextos ocidentais, urbanos e industriais, produziram-se resultados muito adversos, estatisticamente visíveis em taxas absurdas de evasão escolar na África e América Latina, ainda nos anos 1960.

“Eles não concebem outra forma de resolver as dificuldades, as incoerências, as lacunas, ao testemunhar os absurdos atuais, a não ser orientar em direção a uma ‘adaptação’ dos programas europeus, como preconizam diferentes *experts* estrangeiros próximos aos governantes africanos. A única solução real, a única que devemos aceitar para nossos países, encontra-se na reorganização efetiva do sistema educacional atual, de modo diferente do que eles propõem.”<sup>16</sup>

Assim como a educação de massas no Terceiro Mundo, outros processos trágicos análogos já foram bastante descritos, mas talvez ainda não totalmente compreendidos nas Ciências Sociais, a não ser dentro de esquemas do “dever ser” que perversidades humanas impediram de ser seguidos. As chaves da globalização, da mundialização da cultura e da multiplicidade sociocultural, talvez, nos ajudem a redesenhar os caminhos tomados e perceber sua lógica – por mais terríveis e desumanos que tenham sido os seus feitos, por mais imoral que seja seu atual resultado. Também ajudará o enfoque sobre os movimentos juvenis e as juventudes, que foram ao mesmo tempo agentes e objetos fundamentais nestes processos de transculturação (inclusive fora do Terceiro Mundo). Nos anos 1960, foram as juventudes mobilizadas, talvez, os mais importantes agentes sociais na reconstrução das sociedades pós-colonização, atores políticos em movimentos de libertação nacional, socialistas e nacionalistas, produtores e consumidores de criações culturais múltiplas etc.

<sup>15</sup> *cit. in.*, Elza Nadai e Joana Neves. História Geral, São Paulo: Saraiva, 1993, p. 290.

Mas o Primeiro Mundo também sofreu desde logo os efeitos da descolonização, um processo que afetou o interior das antigas potências colonizadoras, despertando uma consciência crítica contra o colonialismo em muitos setores das populações das metrópoles, que passaram a criticar o desenvolvimento à custa da exploração violenta de outros povos. Também dentro das potências colonizadoras foi importante o pensamento antiimperialista criado pelo socialismo, que criticava o colonialismo como uma maneira de reforçar o capitalismo. Líderes políticos e intelectuais surgiram na Europa defendendo a liberdade e o direito de auto-determinação dos povos colonizados, como o citado Jean-Paul Sartre. Durante o processo da descolonização, antigas potências como a França, que resistiam ao fim de seus impérios, observaram no interior de sua sociedade movimentos contestadores – como os protestos de estudantes franceses contra a Guerra da Argélia.

Todavia, logo a insatisfação de setores sociais do Primeiro Mundo em relação à condição dos povos do Terceiro Mundo teria de redirecionar seu discurso. Estava-se diante de uma nova forma de dominação “imperialista”, indireta, econômica e de intervenções políticas. Também, a lógica da Guerra Fria impunha uma divisão internacional do poder que gerou artificialismos absurdos no estabelecimento de fronteiras e na moldagem de sociedades nacionais. Estes artificialismos iriam implodir dramaticamente após a Queda do Muro de Berlim, em 1989, que findaria a Guerra Fria. Mas, desde sempre, os frutos da divisão pretendida pela bipolarização renderam conflitos e revoltas. O momento em que este artificialismo revelou-se absurdo para um maior contingente de pessoas em todo o mundo, o momento em que a *práxis* antiimperialista sofreria uma inesperada mutação, tomando-se uma das principais bandeiras dos movimentos estudantis e das novas esquerdas, foi a Guerra do Vietnã, que explodiu em 1961.

A Guerra do Vietnã revela com mais cores o modo arbitrário e agressivo que os Estados Unidos desenvolviam sua política internacional. A CIA (Agência Central de Inteligência), criada para centralizar os serviços de inteligência das Forças Armadas dos Estados Unidos, em 1947, empregava centenas de milhares de pessoas, que colhiam direta ou indiretamente dados, com um custo anual de US\$ 5 bilhões. Estes dados referiam-se principalmente aos países estrangeiros (aliados ou não) e eram utilizados em missões para “confundir o inimigo”. A CIA criou também departamentos para operações secretas e guerras psicológicas em países estrangeiros. O “trabalho sujo” incluía a deposição de chefes de governo nacionalistas ou simpáticos à União Soviética e a imposição de sangrentas ditaduras na Ásia, África e América Latina. Influências mais ou menos diretas dos Estados

---

<sup>16</sup> A. Moumouin, *cit. in* Fernand Oury e Aínda Vasquez., *op. cit.*, p. 1972.

Unidos estão presentes na deposição do primeiro ministro iraniano, Mohamed Mossadegh, em agosto de 1953 (por causa de sua tentativa de nacionalizar a Companhia Petrolífera Anglo-Americana e sua oposição ao xá Reza Pahlevi, francamente favorável aos norte-americanos). O golpe arquitetado pela CIA deu oportunidade para o xá instaurar uma ditadura militar extremamente sangrenta. Logo seria a vez da América Latina, que voltava a ser foco de ingrências norte-americanas. Em 1954, é deposto o presidente da Guatemala, Jacobo Arbenz, que realizara um programa de reforma agrária e exercia um governo com forte conotação nacionalista – a gota d’água teria sido a expropriação de terras da companhia americana *United Fruit*. O golpe na Guatemala teve ajuda do ditador da Nicarágua, Anastasio Somoza, e da CIA, que armou alguns generais rebeldes. A sangrenta ditadura instalada duraria quatro décadas.<sup>17</sup>

A União Soviética, de Krushev, ao declarar a intenção de uma “coexistência pacífica” com os Estados Unidos, teria motivado ainda mais a livre ação do imperialismo norte-americano, no entender do crescente número de insatisfeitos com o jogo das relações internacionais. Depois de enviar cada vez mais tropas ao Vietnã, os Estados Unidos bombardearam o Vietnã do Norte e fomentaram golpes militares no Brasil (1964), Indonésia (1965) e São Domingos (1965). Principalmente entre os estudantes mais “radicais”, esta dinâmica era sentida do seguinte modo: “enquanto o campo socialista fazia a paz, o imperialismo fazia a guerra.”<sup>18</sup> Nos anos 1960, o antiimperialismo assume formas mais drásticas de crítica, não apenas ao capitalismo colonialista, mas também ao comedido socialismo soviético. O antiimperialismo torna-se o inspirador de lutas que podem ser chamadas de “anti-modernas”, que põem em causa os limites e as contradições da modernização em seus princípios mesmo.

Nos anos 1960, o Terceiro Mundo ainda não aparecia tanto como “problema populacional” (ou de super-população) ou como “subdesenvolvimento” (imagem que lhe seria mais cara a partir dos anos 1970). No imaginário dos movimentos sociais, até 1968 pelo menos, o Terceiro Mundo era visto como povos em luta ou por sua independência ou por sua auto-determinação (o que incluía, então, a América Latina). Lutas que inspiraram os negros dos Estados Unidos, jovens, mulheres, ecologistas e vários outros a rebelarem-se contra aqueles que os oprimiam dentro de suas próprias sociedades.

<sup>17</sup> José Arbex Jr. *Guerra Fria. Terror de Estado, política e cultura*, São Paulo: Moderna, 1997.

<sup>18</sup> Emir Sader. “O Che, depois do Che”, in: Flávio Koutzii e José Corrêa Leite. *Che 20 anos depois. Ensaios e testemunhos*, São Paulo: Busca Vida, 1987, pp. 141-166, p. 52.

## Descolonização

Nunca o Imperialismo ou Neo-colonialismo edificou novas colônias sem resistências das populações nativas. Mesmo vitoriosos, os colonizadores logo enfrentaram movimentos populares contra sua dominação, na Indochina e África no final do século XIX, nas lutas dos achantis e dos zulus e em resistências religiosas com caráter nacionalista no Irã, Indonésia, Egito, Birmânia, Camboja e Índia. De certo modo, o processo de descolonização era anterior à Segunda Guerra Mundial, remetendo-se pelo menos aos conflitos anti-colonialistas no Oriente Médio, Sudeste Asiático e Norte da Europa durante o Entre-Guerras. Destaca-se o Oriente Médio, com revoltas nacionais no Egito (1919), Palestina (1935-9), Síria e Líbano (1925-7 e 1943-5), além de inúmeros distúrbios e motins nestas áreas e também no Iraque e Curdistão iraquiano. Outros levantes coloniais importantes se deram no Afeganistão (que tem reconhecida sua independência em 1919), Rif (em Marrocos, 1921-6), Cirenaica (na Líbia, 1914-32), Índia (1919-41), Índias Orientais Holandesas (1926) e Indochina (1930, com greves urbanas e rebelião rural já organizadas em sua grande parte pelo Partido Comunista de Ho Chi Minh). Na África subsaariana, Caribe e outros locais da Ásia, a oposição só é mais efetiva a partir dos anos 1930, quando começam a transparecer insatisfações. Alguns dos líderes nacionalistas passaram a radicalizar mais suas ações e criar formas de maior participação popular nas revoltas, como Ho Chi Minh na Indochina, Azikiwe na África Ocidental, Nehru na Índia, Sukarno na Indonésia e Bourguiba na Tunísia.

Um primeiro ciclo importante da descolonização inicia-se em 1939. Três das potências coloniais, Grã-Bretanha, França e Holanda, já punham em prática a proposta da Liga das Nações de dar autonomia às suas colônias. No caso da Grã-Bretanha, havia projetos prevendo a evolução da autonomia para a independência. Estados Unidos, União Soviética e até mesmo a Alemanha nazista criticavam o imperialismo tradicional mantido. Apesar disto, outras potências colonialistas europeias (Bélgica, Espanha e Portugal) não trabalhavam nem mesmo no sentido de dar autonomia para suas colônias. Conflitos surgem de diversos modos: colonos europeus que resistem às diferentes formas de autonomia, tensões internas entre etnias, contradições entre valores “civilizados” ocidentais e nativos, influências externas (como de União Soviética, China e Japão) em prol da resistência etc.

E é justamente a Segunda Guerra Mundial a aceleradora de um processo que começava a entrar em ebulição. O desenrolar das invasões e batalhas no interior da Europa, depois no Pacífico, reflete-se nas colônias europeias. Há no mundo colonizado um jogo

complexo que envolve a invasão das colônias dos inimigos de guerra (ingleses ocupam colônias italianas na África), a tomada de colônias de um aliado derrotado (Grã-Bretanha e Estados Unidos assumem a direção das colônias francesas no Oriente Médio e norte da África, após a capitulação da França), o incentivo de revoltas nas colônias da metrópole inimiga ou a cessão de sua independência (o Japão expulsa potências ocidentais no Sudeste Asiático e cria governos baseados nos movimentos nacionalistas locais) etc.<sup>19</sup>

Com o fim da Segunda Guerra, e a criação da ONU, há formalmente novos princípios nas relações internacionais que, em tese, condenavam o colonialismo. Já em 1941, vários países ocidentais assinaram a “Carta do Atlântico”, aceitando nas relações entre os povos: “- a renúncia a qualquer aquisição de terras sem o prévio consentimento das suas respectivas populações; - o direito à autodeterminação dos povos; - o acesso de todos os Estados ao comércio internacional; - a liberdade dos mares”.<sup>20</sup> Winston Churchill, primeiro ministro inglês, manifestou-se de imediato contra a perda das colônias britânicas. Mas a Conferência de Moscou (1943) fixou o “princípio da internacionalização das antigas colônias e a organização de um sistema de tutela para os chamados territórios autônomos”,<sup>21</sup> e a Conferência de São Francisco (1945) previu o encaminhamento para a independência das colônias, sob controle de uma Assembléia das Nações. Finalmente, surge a Carta da Organização das Nações Unidas (ONU), na qual seus membros comprometiam-se a criar um sistema internacional que assegurasse a paz no mundo e protegesse os direitos humanos.

Na Ásia, a maioria das colônias se liberta entre 1945-1954. Em grande parte, o processo é acelerado durante a Segunda Guerra pelo Japão que, como citamos, rapidamente ocupou a Malásia, Singapura, Filipinas, Indonésia, Birmânia e chegou às portas da Índia. Estes locais, após a Segunda Guerra, receberam os vencedores já com governos locais advindos de forças revolucionárias anticolonialistas, com forte influência soviética na Indochina, Malásia e Indonésia. Advém, então, a inesperada proclamação da independência do Vietnã em Hanói, em 2 de setembro de 1945 por Ho Chi Minh – a França tenta resistir até ser derrotada em 1954. Britânicos esmagam uma revolta comunista na Malásia (sustentada por minoria chinesa) e entregam a independência para as camadas dominantes muçulmanas (as lutas duram entre 1948 e 1960). Em Sri Lanka (ex-Ceilão) os ingleses concedem auto-governo ao país, que entra na Comunidade Britânica. Mas a Birmânia recusa-se a entrar na Comunidade Britânica (diferente de Paquistão, Índia e Sri Lanka). A

<sup>19</sup> Geoffrey Parker (ed.). *Atlas da história do mundo*, Folha de S. Paulo, São Paulo: Folha da Manhã, 1995.

<sup>20</sup> *cit. in.* Elza Nadai e Joana Neves. *op. cit.*, p. 291.

<sup>21</sup> Letícia Bicalho Canêdo, *op. cit.*, p. 39.



Indonésia, em guerra de guerrilhas, liberta-se da Holanda em 1949. A Índia vence os ingleses pela exaustão, em 1947, mas não consegue evitar a cisão do seu território em dois Estados, Índia (com maioria hindu) e Paquistão (maioria muçulmana), nem evitar ondas de sangrentos conflitos que se seguiram à independência – Gandhi, que tentava impedir os conflitos entre muçulmanos e hindus, é assassinado em 1948. Colônias europeias do Oriente Médio, ocupados por Grã-Bretanha e Estados Unidos durante a Segunda Guerra, também conseguem logo sua independência (Líbano em 1945, Síria e Jordânia em 1946).<sup>22</sup>

O mundo africano começa seu processo de descolonização a partir da independência de Gana em 1957, concedida pela Inglaterra. A mesma Inglaterra tentou manter um elo com o mundo árabe, estimulando a formação da Liga Árabe e o Pacto de Bagdá (aliança militar entre Estados Unidos, Grã-Bretanha, Paquistão e outros Estados do Oriente Médio), mas fracassa, devido à reação árabe contra a formação do Estado de Israel (1948), à tomada do poder por Nasser no Egito (1956) e aos resultados da Guerra de Suez. 1960 seria o “Ano da África”, com 18 países conseguindo sua independência (Camarões, Congo Francês, Congo Belga, Gabão, Chade, República Centro Africana, Togo, Costa do Marfim, Daomé, Alto Volta, Níger, Nigéria, Senegal, Mali, Madagascar, Somália, Mauritânia e Suazilândia).<sup>23</sup>

Algumas destas lutas pela independência e alguns dos processos de descolonização devem ser destacados, devido à sua influência nos movimentos juvenis dos anos 1960. Um conflito foi importante não só pelas reações que despertou entre estudantes ingleses (contrários à atitude de seu governo), mas principalmente por revelar as novas características do imperialismo dentro da lógica da Guerra Fria: a Guerra do Canal de Suez. Em 1956, após os primeiros conflitos entre árabes e israelenses, uma nova questão esquentou o Oriente Médio, a posse do Canal de Suez. Nasser, político carismático e nacionalista, havia ajudado a depor a monarquia egípcia em 1952 e criado um governo que defendia abertamente o pan-arabismo. Com base nesta proposta, Nasser decreta a nacionalização do Canal de Suez, desafiando abertamente interesses de franceses e britânicos, e proíbe o tráfego de navios israelenses pelo Canal. Israel, França e Inglaterra organizam uma ação militar conjunta contra o Egito. Se não fosse a intervenção dos Estados Unidos e União Soviética, o Egito perderia a guerra: enquanto a Moscou não interessava a vitória de aliados de Washington, já que mantinha laços de amizade com Nasser, a Washington não interessava começar uma disputa com a União Soviética por este motivo, além do fato de que os Estados Unidos apoiavam uma campanha contra a forma

<sup>22</sup> Geoffrey Parker (ed.). *op. cit* e Leticia Bicalho Canêdo. *op. cit*

tradicional de colonialismo que França e Inglaterra por vezes insistiam em manter. Como resultado da guerra, em troca da nacionalização do Canal, Nasser deveria oferecer passagem livre a todas as nações.

Ainda mais importante, porém, seria o processo de independência das colônias francesas na África árabe, ou o Maghreb, principalmente a Guerra da Argélia. O Maghreb é um conjunto geográfico entre o Saara e o Mediterrâneo, com população islâmica e dialetos árabes (instalados a partir do século VIII, com a invasão pelos árabes da Tunísia e depois Marrocos, marginalizando a população original de berberes). A França oficializou a região como seu protetorado em 1921, dividindo-a em Marrocos e Tunísia (com Estados dependentes mas reconhecidos), além da Argélia (tratada como um departamento francês). Na Argélia fez-se a implantação de muitos colonos franceses agricultores, promovendo forte espoliação da sociedade argelina: cerca de um milhão de proprietários, em geral franceses (os *pied noir*), tinham as melhores terras da planície (em que cultivavam vinhas, apesar do vinho ser proibido pelo islamismo), os melhores empregos e cargos públicos. Introduziu-se arbitrariamente a língua e a cultura francesas, impedindo-se por lei os argelinos de estudarem o árabe nas escolas públicas. Mas seria justamente das escolas francesas que saíram os líderes da libertação. As primeiras reações na Argélia aconteceram já em 1847, obrigando a França a uma constante mobilização “pacificadora” na região. Nos anos 1930, surgem movimentos nacionalistas de cunho religioso e partidos políticos bem ativos: no Marrocos, o Partido da Independência (*Istiqlal*) e na Tunísia o Partido da Constituição (*Destour*, ressurgido como *Neo-Destour* após a Segunda Guerra, liderado por intelectuais formados nas universidades francesas, como Habib Bourguiba). Em 1956, eclodiu na Tunísia um movimento. Em 1956, a França, após tentativas de manter suas antigas colônias no Maghreb, deu a elas independência completa, procurando assim manter seus interesses econômicos.

Mas faltava a Argélia. O movimento argelino foi legalista e reformista até 1954, quando se criou a Frente de Libertação Nacional (FLN), que passou a liderar o movimento como luta armada, promovendo uma série de atentados na Argélia em novembro de 1954. A guerra, exercida nas cidades e também com apoio dos camponeses, só passou a preocupar mais os franceses em 1957, que responderam com a “batalha de Argel”, uma violenta repressão francesa que levou a FLN a recuar para o interior da Argélia e sua direção refugiar-se na Tunísia. Os camponeses, após 1957, assumiram sozinhos a luta, mas grande parte dos dois milhões de camponeses reagrupados na FLN foram dizimados pelos

<sup>23</sup> *Ibid.*

franceses em 1959. Mas o movimento voltou de novo às cidades com grande vigor. A guerra da Argélia havia levantado a opinião pública mundial em favor dos argelinos, o que contribuiu muito para a retirada francesa. A Guerra da Argélia terminou com os acordos de Évian, em março de 1962, e com a saída da população francesa do país. A França mobilizara no total 1,7 milhão de soldados, sendo que 24.300 deles morreram na guerra. O uso de violência terrorista e tortura por parte do colonialismo francês, tentando deter o processo de independência de sua colônia, foi um dos grandes escândalos da época. A luta dos argelinos e a repressão francesa estenderam-se à própria Paris, na “Noite da Vergonha”: em 17 de outubro de 1961, trinta mil argelinos manifestavam-se nas ruas da capital francesa pela independência da Argélia, quando foram violentamente reprimidos – na época, oficialmente, reconheceram-se menos de dez mortos, apesar de testemunhas afirmarem que foram centenas os mortos pela polícia.<sup>24</sup> Na Argélia, membros do exército francês chegaram ao extremo de sangrar o pescoço de torturados até a morte, algo que recentemente foi recriado por facções do fundamentalismo islâmico em luta entre si e contra o governo na Argélia. Na verdade, a própria FLN utilizou este e outros expedientes já nos anos 1960, contra simpatizantes da organização adversária, a MNA (Movimento Nacional Argelino), que acabou eliminada.<sup>25</sup> A triste história argelina pós-independência, em que muitas das esperanças depositadas em todo mundo se viram desvanecidas, é uma outra história – e bem atual, vide os terríveis massacres recentes na luta entre governo e fundamentalistas.<sup>26</sup>

Outros conflitos dentro dos novos Estados africanos se observaram devido à artificialidade de sua criação – as antigas potências, tentando manter sua influência nas ex-colônias, negociavam o processo de modo a preservar as antigas fronteiras do mundo colonial, fronteiras que não respeitavam quaisquer diferenças étnicas, culturais, lingüísticas e religiosas. A Guerra de Biafra, de 1967 a 1970, seria um dos resultados da forma como as potências europeias dividiram o território africano, um conflito que aumentaria a revolta moral de movimentos juvenis em todo o mundo contra a lógica perversa das relações internacionais. A Nigéria aglutinava tribos com cultura muito conflitantes, os haussas (nômades e muçulmanos) ao norte, iorubas a oeste e ibos a leste, além de mais seis grupos étnicos, 284 dialetos e três grandes grupos religiosos. As divergências entre as principais

<sup>24</sup> Recentemente os arquivos da polícia sobre a “Noite da Vergonha” foram abertos, revelando pelo menos dezenas de mortos. A polícia na época era comandada por Maurice Papon, depois ministro de Estado e condenado, em 1998, a dez anos de prisão por ter colaborado com a deportação de judeus para campos de concentração na Segunda Guerra. (*Folha de S. Paulo*, 05/05/1998, p. 1.15; *O Estado de S. Paulo*, 18/10/1997, p. A-15).

<sup>25</sup> Bóris Fausto. “Decepções do século”, in: *Folha de S. Paulo*, 01/02/1999, p. 1.2.

tribos explodiram após independência, principalmente dos ibos, a leste, contra os demais grupos – os ibos tentaram separar-se e formar a República de Biafra. O novo país obteve algumas vitórias de início, com o apoio da França e Portugal, enquanto tropas fiéis a Nigéria eram apoiadas por Inglaterra e União Soviética (numa confusa composição de forças). O Biafra não conseguiu manter-se, com a vitória do governo nigeriano, numa guerra que impôs uma grande onda de fome em Biafra, com quase um milhão de mortos.

Ainda nos anos 1960, seria a vez do processo de independência do Congo Belga. Constituíram-se a Associação do Baixo Congo (ABAKO, presidida por J. Kasawubu, de tendência moderada) e o Movimento Nacional Congolês (liderada por Patrice Lumumba, mais radical). Após Congresso Pan-Africano de Accra, em 1959, precipitaram-se os acontecimentos, com graves distúrbios na capital, Leopoldville. A Bélgica decidiu preparar a independência do Congo, organizando uma mesa-redonda em Bruxelas com líderes congolêses, chefes tribais e políticos e juristas belgas. Foram marcadas eleições, vencidas pela ABAKO só na capital, enquanto o partido de Lumumba predominou no resto do país. Foi proclamada a independência em 30 de junho de 1960, com Kasawubu empossado como presidente e Lumumba como primeiro ministro. Porém, logo surgiram problemas, com a tentativa de separação da província de Katanga (apoiada por forças imperialistas), incentivando outros movimentos separatistas. Instalou-se, com ajuda da desorganização econômica, o caos no Congo. Tropas belgas ocuparam cidades e a ONU interveio. Enquanto isto, ocorria um confronto indireto entre União Soviética e Estados Unidos, com os Estados Unidos apoiando o afastamento de Lumumba e a União Soviética dando ajuda militar ao primeiro ministro para que evitasse a secessão em Katanga. No final, Kasawubu e Lumumba, os dois líderes da independência, acabaram depostos, durante a terrível guerra civil. O coronel Mobutu, que tomaria o poder, prendeu e assassinou Lumumba em 1961 (em obscuras circunstâncias). Nasce o Zaire em 1965, sob a presidência de Mobutu e com a ONU condenando o separatismo de Katanga.<sup>27</sup>

Mas as lutas do Terceiro Mundo mais influentes na onda mundial de revoltas juvenis viriam do Vietnã. O Vietnã foi influente de dois modos nos movimentos estudantis: suas propostas de socialismo e de revolução, derivada do maoísmo; sua luta pela libertação nacional, que surge no contexto da descolonização pós-Segunda Guerra e penetra nos meandros da Guerra Fria (Guerra Fria cujos mecanismos tentaram e, em sua maior parte, conseguiram “congelar”, segundo um modelo prescrito, o mapa mundi e as relações internacionais). É neste segundo ponto que o Vietnã será aqui tratado, não tanto pelo seu

<sup>26</sup> Leúcia Bicalho Canêdo. *op. cit.*

socialismo heterodoxo ou o conteúdo de sua revolução, mas pela resistência de uma colctividade contra a lógica perversa da Guerra Fria em sua decisão sobre a Indochina. Resistência justamente contra os Estados Unidos: “Meio milhão de soldados e bilhões de dólares da nação do mundo mais avançada tecnologicamente não conseguiram refrear simples aspirações de uma nação camponesa pela independência”.<sup>28</sup>

De muitas maneiras o Vietnã é o grande símbolo das lutas do Terceiro Mundo: sua não accitação da lógica da Guerra Fria; seu não alinhamento; sua capacidade de enfrentar a grande super-potência mundial (e, ao final, vencê-la pelo cansaço); as imagens transmitidas para todo o mundo das atrocidades cometidas pelo governo do Sul e pelas Forças Armadas dos Estados Unidos; a recusa de muitos jovens norte-americanos em lutar nesta guerra (ainda que muitos por inconveniência ou medo, mas também por não concordarem moralmente com a guerra); e a denúncia, mundo afora, através dos movimentos juvenis e das novas esquerdas, das justificativas falaciosas de governos e instituições capitalistas sobre aquela guerra (bem como contra a posição passiva dos partidos comunistas ortodoxos). A Guerra do Vietnã levou os jovens a protestarem e porem-se até numa atitude “pedagógica” em relação ao resto da sociedade, tentando explicar o porquê de ser aquela uma guerra injusta, através de panfletos, manifestos, passeatas, grupos de estudo, confrências, congressos, nas roupas, músicas e outras formas de arte.

Os movimentos contra o colonialismo na Indochina começaram em 1918, com uma série de revoltas desencadeadas por sociedades secretas, que esperavam conseguir reformas da França, que não aconteceram. Destas sociedades surgiram partidos nacionalistas clandestinos, inclusive o comunista, dirigido por Ho Chi Minh (que havia estudado na França). Nos anos 1930, o Partido Comunista Vietnamita (o *Viet-Minh*) mobiliza, nos moldes de Mao Zedong na China, massas camponesas. Em 1941, durante a ocupação japonesa, grupos nacionalistas do Vietnã organizaram-se em território chinês e fundaram a Liga das Organizações Revolucionárias do Vietnã, lutando tanto contra japoneses quanto franceses. O principal grupo desta Liga era o *Viet-Minh*, que disseminava uma ideologia baseada no marxismo-leninismo e no nacionalismo para os camponeses.

Em 1945, com o fim da Segunda Guerra, Ho Chi Minh proclamou a independência do Vietnã. A França inicialmente reconheceu o novo Estado, mas voltou atrás, violando tratados ao bombardear Hayphong. O governo de Ho Chi Minh entrou então na clandestinidade e preparou a resistência nos moldes da “Guerra Popular Prolongada” do

---

<sup>27</sup> *Ibid.*

<sup>28</sup> George Katsiaficas. *The Imagination on the New Left. A global analysis of 1968*, Boston: South End Press, 1987, p. 29.

maoísmo, discriminando guerrilheiros pela população camponesa solidária. Contudo, a luta no Vietnã passaria do âmbito do antigo imperialismo para o da Guerra Fria. O Vietnã tornou-se um pião da Guerra Fria no entender dos Estados Unidos, que passaram a auxiliar com material de guerra os franceses, temendo o caráter socialista da guerrilha. Apesar disto, em maio de 1954, na batalha de Dien-Bien-Phu ocorreu a derrota total francesa.<sup>29</sup>

Após acordo em Genebra, além de se criarem os Estados de Laos e Camboja, o Vietnã foi dividido em duas partes pelo paralelo 17: ao norte, a República Democrática do Vietnã, com capital em Hanói e governada por Ho Chi Minh; ao sul, o Vietnã do Sul, com capital em Saigon e governado por Bao-Daí (imperador do Anã). O acordo firmava que a separação era provisória e seria decidida através de eleições gerais a serem convocadas para 1956 sob o controle de uma comissão internacional, mas isto não ocorreu, por decisão do primeiro ministro do Vietnã do Sul, Ngo Dinh Dien, católico e anti-comunista que, ajudado pelos Estados Unidos, destronou o rei Bao-Daí e proclamou a República do Vietnã do Sul, tornando-se seu presidente. Os comunistas do Sul resistiram, criando a Frente de Libertação Nacional (FLN) e, em 1961, o Exército de Libertação Nacional, o *Vietcong*. O *Vietcong* era auxiliado pelas tropas do Vietnã do Norte de Ho Chi Minh (que viria a falocar em 1969). Iniciava-se, então, a Guerra do Vietnã.

Os Estados Unidos estavam preocupados com o crescimento do comunismo na Ásia: no Vietnã em 1945, na Coreia do Norte em 1948, na China em 1949 e agora o movimento do *Vietcong*, todos próximos de pontos estratégicos para o Bloco Capitalista, como o Japão. Desde o fim da Segunda Guerra, os Estados Unidos buscaram reforçar sua presença militar nesta região, assinando acordos bilaterais de proteção com o Japão, Filipinas, Coreia do Sul e Formosa, fazendo pactos militares com a Austrália e Nova Zelândia, e criando a Organização do Tratado do Sudeste Asiático (*Seato*, conforme sigla em inglês) junto com o Vietnã do Sul, Laos, Camboja, França e Inglaterra – uma espécie de “cordão sanitário” contra a expansão do socialismo na Ásia.

Finalmente, os Estados Unidos decidiram interferir na Guerra do Vietnã, após vitórias sucessivas da guerrilha vietcongue no Vietnã do Sul, auxiliada pelos camponeses e pela ineficácia do corrupto governo do Sul. Parecia inevitável a vitória dos comunistas e a unificação do Vietnã. Para evitá-las, o presidente norte-americano John Kennedy mandou centenas de assessores militares e agentes secretos para auxiliar o governo do Sul. Em 1965, já eram 184 mil o número de soldados norte-americanos em guerra; seriam 485 mil em 1967 e 536 mil em 1968. Bombardeiros norte-americanos despejavam bombas até mesmo

<sup>29</sup> Leticia Bicalho Canêdo. *op. cit.*

contra aldeias com crianças e velhos, a partir de 1964. Utilizaram-se bombas químicas que desmataram florestas, poluíram os rios e o solo.

Em 30 de janeiro de 1968 começou a Ofensiva do *Tet*, um ataque conjunto de guerrilheiros e das tropas do Vietnã do Norte, atingindo até mesmo a capital do Sul, Saigon – causando profundo abalo psicológico nos Estados Unidos e aumentando os protestos dos jovens norte-americanos (e do mundo) contra a guerra. A ofensiva causou a morte de 500 soldados dos Estados Unidos só no seu primeiro dia, e quase 4 mil em dois meses. A guerrilha chegou a atacar a recém-construída embaixada dos Estados Unidos em Saigon, tomou a rádio da capital e atacou o palácio presidencial – a luta em Saigon estendeu-se por uma semana. Na batalha de Hué, antiga capital imperial no centro do Vietnã (local de revoltas de estudantes budistas em 1963 e 66), os Estados Unidos conseguem uma “vitória”, após bombardeios que destruíram 18 mil das 20 mil casas da cidade<sup>30</sup>, enquanto os comunistas massacraram 3 mil pessoas (inclusive todos os funcionários públicos).<sup>31</sup>

Percebendo que a guerrilha conquistava a opinião pública mundial, a Ofensiva *Tet* não atacou estações de rádio, telefones, telégrafos e a imprensa, de modo que as notícias puderam ser transmitidas normalmente. A Ofensiva *Tet* foi a primeira superbatalha televisionada. A forte reação de movimentos de apoio ao Vietnã em todo mundo, e principalmente dentro do próprio Estados Unidos, não foi algo totalmente espontâneo: documentos da Frente Nacional de Libertação revelam que ela tinha consciência a respeito do possível impacto da ofensiva durante um ano eleitoral nos Estados Unidos. Até os estudantes do Vietnã do Sul foram envolvidos na Ofensiva, pois ela coincidia com o aniversário do ataque surpresa de Hanoi, em 1789, contra invasores chineses (liderados pelo vitorioso Quang Trung): estudantes do Vietnã do Sul, através da Associação Geral de Estudantes na Universidade de Saigon, comemoravam a data em uma assembléia com milhares de pessoas que entoaram cantos e ouviram discursos com tom anti-americano.<sup>32</sup>

Com o fim da Ofensiva *Tet*, os Estados Unidos tentaram clamar sua vitória. Mas os ataques guerrilheiros continuavam. Foram pedidas mais tropas e aventou-se uso de armas nucleares. Talvez, principalmente graças aos protestos nos Estados Unidos e em todo o mundo, não se utilizaram armas nucleares e os Estados Unidos decidiram retirar-se do conflito. A opinião mundial tinha se colocado contra a potência americana, inclusive, instalando-se em novembro de 1967, na Dinamarca, um tribunal internacional para julgar

<sup>30</sup> George Katsiaficas. *op. cit.*

<sup>31</sup> Pierre Rigoulot e Jean-Louis Margolin, “Coréia do Norte, Vietnã e Laos: a semente do Dragão”, in Stéphane Courtois et al., *O livro negro do comunismo. Crimes, terror e repressão*, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999, pp. 650-685.

<sup>32</sup> *Ibid.*

os crimes de guerra no Vietnã, o Tribunal Bertrand Russel.

Em maio de 68, começaram negociações entre Washington e Vietnã do Norte em Paris, em conversas que depois envolveriam também o Vietnã do Sul e a FLN, mas que se arrastaram por muito tempo sem solução. Em 1970, divulgou-se massacre da aldeia de My Lai, com a morte de pelo menos 102 civis sul-vietnamitas. Mas, ainda em 1970, Nixon ampliou o conflito e bombardeou o Camboja, com o pretexto de eliminar redutos comunistas (motivando uma onda de revoltas estudantis nos Estados Unidos ainda maior que a de 1968). Tropas dos Estados Unidos, em 1972, atacaram Hanói, em represália à tomada de Quang Tri pelos comunistas. Mas os guerrilheiros e os comunistas resistiram e, em 1973, foi assinado um acordo em Paris, cessando os bombardeios americanos em 15 de janeiro. Neste mesmo ano, as forças dos Estados Unidos saíram do país, organizaram-se eleições no Vietnã do Sul e prisioneiros foram libertos.

No final, o total de poder de fogo usado pelos Estados Unidos e aliados contra a Indochina superaria a soma de todas as guerras juntas. O Pentágono contou 57.661 americanos mortos e cerca de 300 mil feridos. Estima-se um número mínimo de 1 milhão e talvez até 3 milhões de vietnamitas mortos e 5 milhões ou mais de feridos ou refugiados. A guerra continuaria entre 1973 e 1975, entre os vietnamitas, com o norte finalmente dominando todo o sul. Saigon foi ocupada em 1975, reunificando-se o país como República Socialista do Vietnã. Depois de tantas lutas pela unificação, o Vietnã ainda teria muitos problemas internos e conflitos militares com seus vizinhos (com o Camboja em 1977, a China em 1979 e a Tailândia em 1980).

Também importantes como resistência à superpotência, Cuba e Che Guevara serviram como influência ideológica e prática com seu socialismo heterodoxo, principalmente na segunda metade dos anos 1960, propondo o ativismo e a criação de focos revolucionários. Curiosamente, a Revolução Cubana de 1959 não era ainda portadora de uma ideologia socialista, nem descobriria no decorrer da guerrilha a “superioridade do comunismo”. Em 1959, e pelo menos até a frustrada invasão patrocinada pela CIA em 1961, o regime castrista ainda não assumira-se como “socialista”. No imaginário das novas esquerdas era apenas, o que não é desprezível, o exemplo de um povo que revoltava-se contra formas brutais de dominação interna e exploração externa, um povo que lutava por sua auto-determinação. Cuba passaria a excitar com mais força o imaginário dos jovens mundo afora, ao lado do Vietnã, quando tornou-se um “foco” da resistência latino-americana às ingerências norte-americanas, somado ao fato de assumir-se socialista – em parte uma estratégia de resistência, em parte um modo de legitimar a ajuda soviética, em



parte um fruto do próprio caráter idealista e juvenil da Revolução Cubana. O socialismo e a revolução aos moldes cubanos, o mito do Che e a proposta do foquismo serão melhor discutidos à frente, ainda que possamos citá-los neste capítulo em exemplos da influência das lutas do Terceiro Mundo nos movimentos juvenis. Afinal, os socialismos asiáticos e o cubano não deixaram de ser uma modalidade radical do terceiro-mundismo.

### **Terceiro-mundismo**

É claro que hoje fica relativamente mais fácil criticar as teorias terceiro-mundistas desenvolvidas nos anos 1950 e 60. Mesmo em sua época, não era difícil perceber nelas propostas contraditórias aglutinadas e programas ora por demais amplos, ora por demais superficiais, tentando abarcar realidades muito diversas, expectativas múltiplas e interesses conflitantes. Também, sempre se perceberam os limites que a geopolítica da Guerra Fria impunha aos projetos terceiro-mundistas, através de ameaças econômicas, interferências políticas e intervenções diretas ou indiretas nas novas nações que ousassem destoar das decisões das superpotências.

Nos anos 1950, o terceiro-mundismo assumiu-se majoritariamente como uma proposta de “não alinhamento”, esboçando a criação de um bloco de países independente dos blocos soviético e capitalista. Este Terceiro Bloco, ou Terceiro Mundo, reunia países que desejavam o auxílio mútuo nas relações internacionais, projetos econômico-sociais baseados na auto-determinação e medidas de impacto social. O não alinhamento, apregoado por governos de alguns importantes novos países, estimulou processos de independência de povos ainda colonizados e influenciou o pan-africanismo dos anos 1960 e 70.

Quando surgiu, o termo Terceiro Mundo se referia a um conjunto de mais de cem países que afirmavam não fazer parte nem do Primeiro nem do Segundo Mundo, em geral países da África e Ásia, mais tarde da América Latina (após Revolução Cubana em 1959). O termo consagrou-se na Conferência Afro-Asiática, ou Conferência de Bandung, na Indonésia, em 1955. Nesta Conferência, 29 países da Ásia e África reuniram-se por iniciativa da Birmânia, Índia, Ceilão, Indonésia e Paquistão. Buscavam uma identidade à parte da bipolarização da Guerra Fria, baseada na consciência de que possuíam interesses, problemas e situações sócio-econômicas e político-ideológicas distintos daqueles apregoados pelas duas superpotências. Também, demonstrava-se a consciência do fato de ser ele mesmo, o Terceiro Mundo, alvo destas superpotências. Em seu discurso, o presidente da Indonésia, Ahmed Sukarno, proclamou o compromisso de colaboração

mútua entre todos os países ali reunidos contra agressões imperialistas. Esta Conferência revelou a possibilidade, e a realidade, de uma dissociação não mais apenas entre as ideologias socialista e capitalista, mas também uma clara divisão mundial causada pela defasagem nas condições econômicas e de vida das populações do Terceiro Mundo em relação aos demais blocos. Também, revelavam-se as dificuldades de afirmação, pelos países do Terceiro Mundo, de uma independência de fato em relação às nações desenvolvidas.

Em 1964 realizou-se a Segunda Conferência Afro-Asiática, com 47 países participantes e 10 observadores. Os novos Estados africanos aderiram em massa. Estavam presentes também muitos delegados dos movimentos que ainda lutavam pela libertação de seus povos. Nesta Conferência enfatizou-se mais ainda os problemas econômicos, mas também propôs um Programa para a Paz e a Cooperação Internacional, reconhecendo a coexistência pacífica União Soviética/Estados Unidos como único meio de reforçar a paz, exigindo o fim das bases estrangeiras nos países não-alinhados e a ampliação do Tratado de Moscou (que limitava as experiências nucleares). Uma nova reunião, em 1972, em Georgetown, criou um Comitê Permanente, sediado em Nova Iorque (onde é a sede da ONU). Em 1972, o movimento parecia estar em seu auge, contando inclusive com um discurso mais radical, participando dele quase todos os países da África e Ásia (inclusive todos os exportadores de petróleo) e 15 países da América Latina.

Os inspiradores do “não-alinhamento” eram ex-revolucionários coloniais radicais, como Jawaharlal Nehru na Índia, Sukarno da Indonésia, o coronel Gamal Abdel Nasser do Egito e o dissidente comunista presidente Tito, da Iugoslávia. Estes líderes diziam que seus governos eram socialistas, mas de um modo diferente do modelo soviético, apesar de demonstrarem simpatias pela União Soviética ou, pelo menos, estarem dispostos a aceitar sua ajuda econômica e militar. Os Estados Unidos parecem então despertar, redefinindo sua política anti-colonialista e, sem impedir novas descolonizações, procuraram aliar-se às forças mais conservadoras, “anticomunistas” ou anti-progressistas existentes no interior das sociedades do Terceiro Mundo. Com o Iraque (antes da revolução de 1958), Turquia, Paquistão e o Irã do xá, os Estados Unidos formaram a Organização do Tratado Central (CENTO em inglês), completando com o já citado SEATO o sistema militar anti-soviético, que tinha seu pilar na OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte, reunindo os Estados Unidos e países da Europa Ocidental). Um dos grandes animadores da primeira Conferência Afro-Asiática, Sukarno da Indonésia, sofreria um golpe militar orquestrado pelos Estados Unidos em 1965 – apesar dele, bem como os líderes dos principais países

que se reuniram na Conferência de Bandung, nunca terem tencionado confrontar diretamente as superpotências. Na verdade, os Estados Unidos e a União Soviética nunca deixaram de manter a linha de frente quanto aos desígnios políticos do Terceiro Mundo.

Já nos anos 1960, seria mais característico – ao menos mais influente nos movimentos estudantis – o terceiro-mundismo que emergiu dos socialismos heterodoxos da Ásia (China e Vietnã) e América Latina (Cuba), ou melhor, o socialismo que emergiu da *práxis* antiimperialista e tercciro-mundista destas regiões. Mas os anos 1960 tiveram também a ascensão do pan-africanismo, em mcio ao veloz processo de descolonização da África.

O pan-africanismo remonta suas origens pelo menos aos movimentos de valorização da negritude, nos anos 1930. Nos anos 1930, a África negra ainda não se agitara tanto assim em comparação com as colônias da Ásia e África do Norte, mas já surgia nas cidades uma classe insatisfeita de africanos urbanos com educação superior, que criaram, em meados desta década, uma imprensa política. As influências destes líderes nacionalistas da África Negra iam das idéias do movimento negro dos Estados Unidos às do movimento comunista, muitas delas circulando através da União dos Estudantes da África Ocidental.<sup>33</sup> Os africanos que foram estudar na Europa não tornaram-se todos simples repetidores do ocidentalismo (como denunciara Sartre), ao contrário, criaram, por exemplo, um movimento de idéias em Paris chamado “negritude”. Eram Léopold Senghor, Aimé Cesaire e David Dion, reunidos na revista *Présence Africaine*, que proclamavam a consciência do “eu negro” e a reação contra o racismo e os complexos de inferioridade negra imputados pelos brancos:

“Eu vos agradeço meu Deus, por me ter criado Negro  
 por ter feito de mim  
 a sorna de todas as dores  
 colocado sobre minha cabeça o Mundo.  
 Eu a tirei do Centauro  
 E eu carrego o Mundo desde a primeira manhã.  
 O branco é uma cor de circunstância.  
 O negro, a cor de todos os dias,  
 E eu carrego o Mundo desde a primeira tarde.

Eu estou contente

<sup>33</sup> Eric Hobsbawn “O fim dos Impérios”, in. *Era dos Extremos. O breve século XX*, op. cit.

Com a forma de minha cabeça,  
 Feita para carregar o Mundo.  
 Satisfeito  
 Com a forma do meu nariz,  
 Que deve aspirar todo o vento do Mundo.  
 Feliz  
 Com a forma das minhas pernas,  
 Prontas para correr todas as etapas do Mundo.  
 Eu vos agradeço, meu Deus, por me ter criado Negro".<sup>34</sup>

Um dos maiores incentivadores do pan-africanismo foi Kwame Nkrumah. Sua história ilustra as esperanças e os dramas de outra ilusão perdida. Nkrumah graduara-se nos Estados Unidos, onde entrou pela primeira vez em contato com o movimento pan-africanista. Com 35 anos, vai para Londres e depois Paris, conhecendo lideranças africanas. De volta à Costa do Ouro, rompe com o partido moderado e funda o Partido da Convenção do Povo (CPP), direcionado para a população mais ampla e jovem com o *slogan* "*Self-Government Now* (Auto-governo já)". O CPP baseava-se na desobediência civil e buscava estar acima de diferenças étnicas, tribais e religiosas. Nkrumah, após eleições triunfais, tornou-se chefe do governo provisório instalado por ingleses, em um fato muito significativo para a África negra: desde o início do imperialismo, era o primeiro negro a chefiar seu próprio país. Ele fazia uma série de concessões aos ingleses para conseguir a independência definitiva, oficializada em 1957, renomeando o país como Gana. Organizou um Congresso Pan-Africano em 1958, em Accra, com muito sucesso e mais de 80 mil pessoas representando 50 organizações sindicais, cooperativas e centros culturais. Mas, daí em diante, Nkrumah colecionaria derrotas em sua luta pelo pan-africanismo, assim como no projeto de desenvolvimento industrial acelerado e de teor socializante em seu país — logo, o Partido Único de Gana seria dominado pela burguesia que, afinal, derrubaria Nkrumah em 1966.

Apesar desta e outras derrotas, até hoje persiste o sonho do pan-africanismo, a criação de uma identidade comum africana ou, ao menos, uma estratégia de defesa de interesses geopolíticos em comum dos Estados africanos contra ataques imperialistas. Em 1963, realizou-se a Conferência de Addis-Abeba, que instituiu a Organização da Unidade Africana (OUA). Várias outras Conferências africanas se realizaram desde então, em tentativas que passaram muito longe de resolver os problemas econômicos e políticos da

África. Em setembro de 1999, quando programava-se para Trípoli (Líbia) uma reunião da OUA, o ditador líbio, Muammar Gaddafi, há 30 anos no poder, fez soar de novo uma velha utopia, a criação dos “Estados Unidos da África”.<sup>35</sup>

Também o sonho de uma coletividade negra para além da África teve momentos importantes durante os anos 1960, quando criaram-se conexões internacionais entre movimentos africanos e afro-norte-americanos. Movimentos da África teriam influenciado o início da mobilização de estudantes negros nos Estados Unidos: ativistas afro-americanos vieram fazer palestras sobre a independência dos países africanos para os estudantes negros. Alguns destes estudantes foram até mesmo enviados para conhecer de perto os movimentos africanos. A guerra do Vietnã também levaria Martin Luther King, líder do Movimento pelos Direitos Civis dos negros norte-americanos, a fazer uma declaração em que se associava luta antiimperialista, luta étnica e a busca de um sistema social mais justo:

“Nós devemos unir nosso ardor pelo movimento dos direitos civis com o movimento pela paz. Nós devemos demonstrar, ensinar, pregar e organizar até que as principais fundações de nossa nação estejam sacudidas... Nós estamos engajados em uma guerra que está tentando quebrar a maré da história que perpetua o colonialismo branco... Na verdade, as esperanças de uma grande sociedade têm sido assassinadas nos campos de batalha do Vietnã... As bombas para o Vietnã estão explodindo em nosso próprio país”.<sup>36</sup>

Há ainda uma outra importante fonte “terceiro-mundista”, tanto para o Movimento de Martin Luther King, quanto para outros rebeldes dos anos 1960. Principalmente em suas fases iniciais, parte importante dos movimentos juvenis nos anos 1960 deixaram-se influenciar pelas propostas de desobediência civil e pacifismo, disseminadas por Gandhi, líder “espiritual” da independência da Índia. Gandhi propunha aos indianos, durante o domínio britânico:

“A primeira coisa, portanto, é dizer-vos a vós mesmos: *Não aceitarei mais o papel de escravo. Não obedecerei às ordens como tais, mas desobedecerei quando estiverem em conflito com a minha consciência.* O assim chamado patrão poderá surrar-vos e tentar forçar-vos a servi-lo. Dizeis: *Não, não vos servirei por vosso dinheiro ou sob ameaça.* Isso poderá implicar sofrimentos. Vossa prontidão em sofrer acenderá a tocha da liberdade que não pode jamais ser apagada”.<sup>37</sup>

Certamente, a proposta de não-violência teria maior expressão nos estudantes dos Estados Unidos, dada a influência do Movimento pelos Direitos Civis dos negros, que

<sup>34</sup> Bernard Dadié, *cit. in.* Elza Nadai e Joana Neves, *op. cit.*, p. 290.

<sup>35</sup> *Folha de S. Paulo*, 21/08/1999, p. 1.14.

<sup>36</sup> *Cit. in.* George Katsiaficas, *op. cit.*, p. 33.

<sup>37</sup> Letícia Bicalho Canédo. *op. cit.*, p. 45.

haviam assumido esta postura. Mas em todo o mundo sentiremos a presença dos princípios propostos por Gandhi, princípios que enfrentariam uma convivência paradoxal, no interior das ideologias dos movimentos juvenis, com as propostas de violência e luta armada. Nos múltiplos movimentos juvenis dos anos 1960 nem mesmo a crença aparentemente ingênua de Gandhi, de que se poderia realizar a transformação social e política a partir do espiritual, seria descartada.

O pan-africanismo e a “desobediência civil” inscrevem-se numa sequência de movimentos de valorização das etnias marginalizadas em todo o mundo, destacando-se os movimentos dos povos e grupos negros. Os Estados Unidos iriam eles próprios ser testemunhas disto, com o Movimento pelos Direitos Civis. Se o movimento de Martin Luther King inspirava-se nas máximas da não violência e da desobediência civil de Mahatma Gandhi, outro movimento negro norte-americano preferiria os modelos da luta armada e da guerrilha oferecidos pelo Vietnã e outros movimentos da própria África – os “Panteras Negras”. Os movimentos dos afro-americanos também enfrentariam, assim como os movimentos juvenis em 1968, o dilema da violência.

A “não violência” logo deixaria de ser a face mais influente do terceiro-mundismo sobre os jovens nos anos 1960. O terceiro-mundismo assumiria, com o tempo, algumas faces mais radicais, defendendo o uso da violência. Um dos seus expoentes seria Frantz Fanon, psicólogo caribenho participante da Guerra da Argélia. Em seu mais famoso livro, *Os deserdados da Terra*, o terceiro-mundismo chegou à tese oposta de Gandhi e de Martin Luther King, ao fazer o “elogio da violência como uma forma de libertação espiritual para os oprimidos”.<sup>38</sup> Para Enzensberger, Fanon é mais um exemplo de pensadores terceiro-mundistas que, se têm dificuldades para expressar que tipo de sociedade queriam,

“tanto mais nítidos e claros são... quando falam sobre o caminho que decidiram seguir. Neste ponto, Mao Zedong e Patrice Lumumba, Franz Fanon e Sékou Touré, Ho Chi Minh e Kwame Nkrumah, concordam perfeitamente: todos estão convencidos de que só pela violência atingirão suas metas. A violência é por assim dizer o tema central, em torno do qual gira seu pensamento. Cada conversa com um líder negro americano, um estudante persa, um comunista chinês cedo ou tarde se dirigirá para esse ponto.” (Todas as teses e doutrinas evocadas) “descambam na frase: ‘só violência leva ao fim da violência’”.<sup>39</sup>

A retórica da violência revolucionária provocada pelas injustiças sofridas pelos povos do Terceiro Mundo generalizaria-se nos anos 1960, seduzindo principalmente os

<sup>38</sup> Eric Hobsbawm. *op. cit.*, p. 431.

<sup>39</sup> Hans Magnus Enzensberger. “Periferia européia”, In: Com raiva e paciência. Ensaios sobre literatura política e colonialismo, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985, pp. 227-244, p. 237.

mais jovens. O mexicano Carlos Fuentes, então um jovem escritor, preparou um texto para um debate que faria na televisão com o Secretário Assistente dos Estados Unidos para Assuntos Latino-americanos, que não ocorreu porque a Embaixada dos Estados Unidos no México recusou dar o visto para Fuentes. Um dos trechos dizia:

“Revolução? Sim, porque como o México e Cuba demonstraram, somente a revolução armada pode destruir para sempre os exércitos de casta, protetores da velha ordem... Revolução! Vocês gritam aos céus, torcem as mãos, choram frente à violência e ao derramamento de sangue. Sim. Infelizmente, jamais foi possível, até agora, convencer as classes dominantes de um país feudal que sua hora chegou... Porfirio Diaz e Fulgêncio Batista só se convenceram sob a mira do revólver. É essa a única forma pela qual os latifundiários peruanos, os militaristas argentinos e os latifundiários colombianos serão convencidos. Sangue? Sim, os atraso histórico é pago com sangue. A injustiça é paga com sangue... De Espártaco a Fidel Castro, passando pelas Revoluções Protestante, Inglesa, Francesa, Americana, Mexicana e Russa, todas as revoluções foram realizadas pela violência. Mickey Mouse não faz revoluções. Estas são feitas por homens famintos, valentes, irados, desesperados.”<sup>40</sup>

### **Terceiro Mundo e movimentos estudantis**

“A imagem de guerrilheiros de pele escura em meio a uma vegetação tropical era parte essencial, talvez a principal inspiração, de radicalização do Primeiro Mundo na década de 1960”.<sup>41</sup>

A frase acima parece ser justificada pelo roteiro de *Se...*, um filme realizado em 1968, sobre jovens rebeldes em uma escola tradicional inglesa. Este filme tem uma cena simbólica. O personagem principal, um inconformado estudante, mostra ao seu colega uma foto de um guerrilheiro negro portando uma metralhadora. “Coloquemos esta bem no centro” eles dizem, e o guerrilheiro africano toma lugar de destaque na parede do quartinho secreto deles, entre inúmeros outros ícones dos jovens inconformados de 1968.<sup>42</sup>

Mas a posição dos jovens rebeldes sobre as lutas antiimperialistas, nos anos 1960, não foi, em geral, a mesma dos adultos. Parece que a perspectiva geracional, em alguns casos mais que a ideologia política, teve influência determinante na opinião dos habitantes

<sup>40</sup> Carlos Fuentes. “As razões da América Latina: palavras aos norte-americanos”, in: Paul M. Sweezy et. Al., *Perspectivas da América Latina*, Rio de Janeiro: Zahar, 1964, pp.49-65, p. 59.

<sup>41</sup> Eric Hobsbawn. “Terceiro Mundo e Revolução”, in: *Era dos Extremos: o breve século XX. 1914-1991*, op. cit., cap. 15, pp. 421-446, p. 424 e 431.

do Primeiro Mundo sobre as lutas do Terceiro Mundo, como podemos inferir de um texto de 1965 de Enzensberger. Enzensberger, retrata adultos bem esclarecidos, a maioria esquerdistas ou ao menos “progressistas”, dando suas opiniões sobre as situações do Congo, China e Vietnã, durante um bate-papo informal. Um social-democrata alemão chegaria ao limite do ranço imperialista, somado a uma perspectiva que leva em conta apenas sua geração: “Eu não me preocupo; não tenho filhos; em mais ou menos 15 anos estarei morto; mas até lá ainda iremos certamente mantê-los (os povos do Terceiro Mundo) debaixo do tacão”.<sup>43</sup> Apesar de estar nos limites do caricatural, segundo o autor, este tipo de frase poderia ser facilmente ouvido em situações cotidianas e conversas informais, independente dos interlocutores serem políticos cristãos, intelectuais liberais, trabalhadores, empresários e até funcionários do Partido Comunista. Entre os adultos, pelo menos, existia uma espécie de acordo tácito que separava “nós” (civilizados, europeus, antigos colonizadores) e “eles” (agora independentes politicamente, mas ainda sob tutela). Misturasse, também, uma visão de curto prazo que escondia o medo do hecatombe ou de uma situação ainda mais explosiva no futuro. Não apenas, mas pensando principalmente sobre o apoio dos americanos adultos ao seu governo na Guerra do Vietnã, diria o autor: “Diante do perigo ‘amarelo’ ou ‘negro’, ou de qualquer outra cor, manifesta-se uma solidariedade que vai dos grandes bancos até o último dos funcionários de um sindicato”.<sup>44</sup> Por outro lado, as jovens gerações iriam desenvolver, ainda que tateando em suas próprias contradições, uma opinião muito diferente. Do Terceiro Mundo, seria justamente o Vietnã a principal influência para os movimentos juvenis nos anos 1960, influência que atingiu o máximo dentro do próprio Estados Unidos, praticamente dividindo o país entre os que eram a favor ou contra a guerra, divisão que quase se confundiu com um conflito entre gerações jovem e adulta.

A Guerra da Argélia, já tinha antecipado na França, ainda que em menor grau, este conflito de gerações que se misturava a lutas estudantis, a defesa de teorias antiimperialistas e o surgimento de novos esquerdismos. Esta guerra fora responsável pela queda da IV República e por conspirações (de grupos contrários à independência da Argélia) endereçadas à V República de De Gaulle. Intelectuais como Jean-Paul Sartre, de modo tímido os operários e de forma ainda incipiente os estudantes, defendiam os argelinos em seu desejo de emancipação. Em abril de 1960, 3/4 dos delegados do Congresso da UNEF

<sup>42</sup> No final do filme, indo às vias de fato, estes jovens partiram para a ação direta. Postados no alto de um prédio, atiram fogo no teatro da escola (durante sisuda cerimônia) e atiram granadas e metralham aqueles que fogem (pais e mães dos alunos, professores, diretores, o reitor e até um general).

<sup>43</sup> Hans Magnus Enzensberger. *op. cit.*, p. 227.



(União Nacional dos Estudantes Francescs) aprovou menção a favor do início das negociações com a Frente de Libertação Nacional da Argélia. A própria UNEF realizou, em Lausana, reuniões com representantes da União Geral de Estudantes Muçulmanos da Argélia. Alguns dias depois disto, o governo anunciou a supressão do subsídio anual da UNEF. Ainda em 1960, em outubro, a UNEF organizou, junto com alguns sindicatos e a Federação de Educação Nacional, “uma manifestação nacional a favor de uma paz negociada em Argélia”. A manifestação reuniu cerca de 14 mil pessoas em Paris e “muitos trabalhadores cumpriram uma greve simbólica de uma hora de duração”.<sup>45</sup> Em uma declaração do presidente da UNEF, surgiria um tema que seria central entre os jovens americanos no seu protesto contra a Guerra do Vietnã: “A guerra se decide pelos maiores, porém são os mais jovens os que devem lutar na frente; isto é um escândalo”.<sup>46</sup>

Semelhante ao caso da Guerra da Argélia, em Portugal no ano de 1962, protestos estudantis são convocados para a comemoração do Dia Internacional dos Estudantes (apesar da proibição pelo governo salazarista), motivados também contra a tentativa de Portugal manter Angola como sua colônia. Até mesmo os estudantes ingleses, que estariam entre os mais calmos durante os anos 1960, mas nunca desmobilizados, já tinham expressado insatisfações em relação à Guerra do Canal de Suez em 1956, bem como contra o regime de segregação da África do Sul, uma ex-colônia inglesa (mas não conseguiriam impedir a aprovação de leis apresentadas pelo governo sul-africano que, em 28 de março de 1968, culminariam no *apartheid*).

Mas foram os estudantes de Berlim Ocidental, mobilizados desde o final dos anos 1950, mas principalmente após 1961, quem primeiro e mais longe levaram, no âmbito dos movimentos juvenis, a questão do Terceiro Mundo. Os estudantes alemães realizaram protestos contra o apoio de seu governo a certos líderes do Terceiro Mundo que se aliavam ao imperialismo, por ocasião de visitas dos mesmos à Alemanha (o presidente do Senegal, vaiado por ter reprimido estudantes em seu país; o primeiro ministro do Congo Belga que substituiu Lumumba; e o xá do Irã). Mas os principais protestos aconteceram contra ações do governo e da sociedade “adulta” alemã em apoio aos Estados Unidos na Guerra do Vietnã. A questão do Terceiro Mundo foi essencial para o movimento berlinense, apesar da Alemanha não possuir mais colônias nem ter se envolvido profundamente em conflitos e choques contra o imperialismo e nem, como os Estados Unidos, França e Portugal,

---

<sup>44</sup> *ibid.*, p. 235.

<sup>45</sup> Lewis S. Feuer. El cuestionamiento estudiantil del establishment. En los países capitalistas y socialistas. Buenos Aires: Paidós, 1971, p. 36.

<sup>46</sup> Pierre Gaudez, *cit. in.* Lewis S. Feuer. *Op. Cit.*, p. 35.

obrigado muito de seus jovens a lutarem numa guerra considerada por muitos deles como absurda.

Segundo Bernd Rabehl, a partir de 1961 teria se desenvolvido em pequenos grupos estudantis em Berlim e Munique um “pensamento antiautoritário”, influenciado não apenas pela fase da “coexistência pacífica” da Guerra Fria, mas também por diversas lutas no Terceiro Mundo, como a Revolução Cubana, o início da Guerra do Vietnã, as lutas no Congo e a revolução na Argélia. Estas lutas tornaram-se os verdadeiros pontos de referência e orientação para a Nova Esquerda alemã. Estes primeiros grupos apostavam em *slogans* idealistas como “clareza de espírito” e “felicidade da alma” e tiveram em suas primeiras e tímidas ações o motivo terceiro-mundista interpretado de modo paternalista: recolher dinheiro para refugiados da Argélia ou contra o racismo na África do Sul.<sup>47</sup> Os estudantes denunciavam as condições da maioria dos novos Estados independentes e a continuidade disfarçada do imperialismo: “As guerras de liberação nacional obrigaram na maioria dos casos os antigos senhores coloniais a abandonar o domínio visível... Mas mantiveram a força econômica dissimulada, que segue mantendo em dependência os novos estados”.<sup>48</sup>

Obras sobre o imperialismo, a revolta contra regimes opressores no Terceiro Mundo e a guerra de guerrilhas impressionavam os grupos de estudantes alemães e seus movimentos:

“Nesta época (em 1966) estávamos já estudando o livro de Frantz Fanon, nos reconhecíamos nos artigos de Che Guevara sobre a guerra de guerrilhas e o homem e o socialismo em Cuba e estudávamos os *Kursbücher* editados por Hans Magnus Enzensberger... Também resultaram muito importantes os cadernos de *Argument* (c)... o livro de Jürgen Horlemann e Peter Gäng sobre o Vietnã.”<sup>49</sup>

Relatos dos estudantes alemães demonstram que os rebeldes no Terceiro Mundo logo passaram não mais a serem vistos de modo paternal. Suas lutas não eram mais apenas causas a serem caridosamente auxiliadas. Rebeldes e lutas terceiro-mundistas, na verdade, tornavam-se exemplos para as lutas dos estudantes alemães no interior de sua sociedade: “A vitoriosa luta da Frente de Liberação Nacional (do Vietnã) era muito importante para nós, inclusive no sentido que nos deu atrevimento para adotar, por fim, uma atitude ativa

<sup>47</sup> Bernd Rabehl, “Del movimiento antiautoritario a la oposición socialista”, in: Uwe Bergmann et al. *op. cit.*, pp. 265-313.

<sup>48</sup> Jornal *Anschlag*, de um grupo de estudantes berlineses, julho de 1964, cit. in: Rudi Dutschke “Los estudiantes antiautoritarios y las contradicciones del capitalismo tardío”, in: Uwe Bergmann et al. *op. cit.*, pp. 265-313., pp. 57-163, p. 110.

<sup>49</sup> Rudi Dutschke, *ibid.*, p. 126.

de resistência frente ao sistema de domínio de nosso mundo e para proceder contra a polícia.”<sup>50</sup>

Foram os estudantes quem organizaram a primeira grande manifestação esquerdista independente de partidos na Alemanha, desde a Segunda Guerra Mundial. Aconteceu em 18 de dezembro de 1964, durante a visita do novo primeiro-ministro do Congo a Berlim Ocidental, Moisés Chombé, tido como responsável pela morte de Patricio Lumumba. O carro de Chombé terminaria coberto de tomates jogados pelos estudantes.

Em reação a uma campanha dos jornais berlinenses em homenagem aos soldados norte-americanos mortos no Vietnã (as “Campanhas da Liberdade”), organizou-se uma contra-campanha através da jocosa organização “*Neuss-Deutschland*”:

“Leitores de jornais! Logrados! Abaixo do desgastado rugido da berlinense Campanha da Liberdade, se concentra o rebanho dos jornais berlinenses para um cínico avanço publicitário. Organizaram um metafísico regalo de Natal para os dedos dos mortos americanos produzidos pela guerra americana do Vietnã. Nós vamos organizar um regalo humanista de Natal para os trabalhadores das manufaturas de porcelana que têm que fabricar as campanhas para os americanos em luto, com os donativos da população de Berlim Ocidental. *Neuss-Deutschland* vai completar a convocação dos jornais berlinenses: pedimos donativos para os dedos dos soldados norte-americanos que caíram em luta contra a Alemanha hitlerista”.<sup>51</sup>

Em 5 de fevereiro de 1966, uma manifestação atirou ovos contra a fachada da Embaixada dos Estados Unidos em Berlim. Mas antes, em 3 e 4 de fevereiro, estudantes de Munique e Berlim colaram cartazes durante a noite, como se fossem os próprios guerrilheiros vietnamitas, causando apreensão na população. Notem que o regime soviético é cada vez menos uma “alternativa” levada em conta pelas novas esquerdas:

“Os povos da Ásia, da África e da América Latina lutam contra a fome, a morte e a desumanização. Os antigos escravos querem fazer-se homens. Cuba, o Congo, o Vietnã: a resposta dos capitalistas é a guerra. Com a violência das armas se mantém o antigo domínio. A conjuntura se consolida mediante uma economia de guerra. O Leste e o Oeste se põem sempre de acordo à custa dos países economicamente subdesenvolvidos... O futuro é para eles revolução... *Yanquis*, fora do Vietnã! Frente Internacional de Libertação”.<sup>52</sup>

<sup>50</sup> *ibid.*, p. 131.

<sup>51</sup> *cit. in. ibid.*, p. 118.

<sup>52</sup> *cit. in. ibid.*, p. 119.

O Vietnã serviu para tentar justificar ações ainda mais contundentes. Panfletos da organização alemã *Kommune I*, em maio de 1967, diziam sobre os terroristas que atearam fogo em uma loja de Bruxelas (com cerca de 300 mortos) que, deste modo, permitiram que a população de Bruxelas experimentasse o que era uma guerra como a do Vietnã:

“Se houver incêndio em algum lugar nos próximos dias, se em algum lugar uma caserna explodir, se em algum lugar uma tribuna desmoronar sobre um estádio, por favor, não fiquem surpresos. Não menos surpresos do que quando os americanos transpõem a linha de demarcação, quando o centro de Hanói é bombardeado, ou quando os *marines* fazem incursões na China. Bruxelas deu a única resposta: *Burn, ware house, burn!*”<sup>53</sup>

Quanto à própria Alemanha, a visita do xá do Irã, Reza Pahlavi, a Berlim em 2 de julho de 1967, serviria para acelerar e radicalizar ainda mais o movimento estudantil, bem como a oposição da sociedade “adulta” aos seus estudantes. Protestos contra o apoio do governo alemão a um regime que massacrara seus opositores tinham aumentado após os domicílios de vários estudantes iranianos, na Alemanha, terem sido invadidos pela polícia alemã em conjunto com a polícia secreta do xá. Os estudantes resolveram “receptionar” Reza Pahlavi em frente à Ópera de Berlim, sendo atacados pela polícia, novamente com ajuda de agentes do xá. Um estudante foi assassinado a tiros por um policial.

Em Berlim Ocidental, em 17 de fevereiro de 1968, com muitas dificuldades, os estudantes realizaram um “Congresso Internacional de Solidariedade com a Revolução Vietnamita”. Muitos estudantes franceses, ativos no Maio de 68 em Paris, estiveram presentes nesta conferência de Berlim. Durante a manifestação, panfletos conclamavam um movimento antiimperialista de âmbito internacional:

“Nós clamamos ao movimento de resistência antiimperialista... que continue a criar demonstrações de massa unificadas contra o imperialismo norte-americano e seus ajudantes na Alemanha Ocidental. No curso desta luta unificada, o trabalho de unidade política e organizacional entre os movimentos revolucionários na Europa Ocidental devem ser intensificados e uma Frente Unida deve ser construída”.<sup>54</sup>

As revoltas antiimperialistas no Terceiro Mundo ajudaram a radicalização política e o avanço das idéias do movimento estudantil alemão num sentido diferente do que se esperaria segundo a lógica da Guerra Fria. É que os estudantes esquerdistas alimentavam idéias que se contrapunham também ao socialismo soviético. Eles experimentavam formas

<sup>53</sup> *cit. in.* Serge Bosc e Jean-Marceau Bouguereau, “O movimento dos estudantes berlinenses - um precedente?”, *in.* Serge Bosc, J. M. Bouguereau e Philippe Gavi, *A crise europeia: revolta ou revolução*, Rio de Janeiro: Degrau, 1968, pp. 15-78, p. 47.

<sup>54</sup> Panfleto do SDS alemão, *cit. in.* George Katsiaficas. *op. cit.*, p. 51.

de ação independentes da tutela de Partidos Comunistas orientados por Moscou. O movimento descobria na *prática* de suas lutas e discussões um protesto diferente contra a bipolarização mundial e a sociedade capitalista do pós-guerra. De modo algum isto quer dizer que o pensamento socialista de extração soviética era jogado fora, pelo contrário, sempre citaram-se e discutiram-se, de modo muito respeitoso mas quase nunca dogmático, as idéias de Lenin, Bukarin, Trotsky, Rosa Luxemburgo etc. Certamente, o que aconteceu com os estudantes berlineses iria se repetir em quase todos os movimentos estudantis dos anos 1960, através de formas análogas, ainda que muitas vezes seguindo um caminho próprio em cada caso.

Os Estados Unidos talvez sejam o principal exemplo da diversidade dos novos radicalismos. Vemos que foram sede de movimentos muito diferenciados – por classe, etnia, gênero, ideologia, regionalmente e até etariamente, apesar do papel aglutinador exercido pela categoria juvenil. Estes movimentos produziram na prática, no contato entre eles, nos seus acordos, nos seus diálogos, nos conflitos e nas diferentes relações com setores conservadores da sociedade norte-americana, uma multiplicidade de discursos, afirmações, postulados e posições políticas. Mas todos os movimentos partiam de uma das duas questões a seguir, às vezes das duas em conjunto, mas principalmente da segunda: a situação dos afro-americanos e outras populações pobres norte-americanas; a política internacional dos Estados Unidos, principalmente em relação ao Vietnã. A citação abaixo, de índole bastante liberal e comedida, consegue ser reflexo destas duas preocupações que encontrariam entre os estudantes as respostas mais combativas:

“Em muitos países do mundo subdesenvolvido, só a atividade revolucionária salvará a população da sua interminável miséria. Os Estados Unidos têm combatido sistematicamente os tipos de ação revolucionária que poderiam dar início a essa operação de salvamento. Assim, a verdadeira tragédia das próximas décadas não é que a ação revolucionária seja necessária, mas que é provável que ela tenha um amargo sabor anti-americano devido à nossa má vontade em permitir que as forças do desenvolvimento econômico tomem seu rumo essencial... Tanto a favela como as áreas subdesenvolvidas sofrem as restrições da dominação absentéista. Conhecemos o ressentimento do negro ‘radical’ contra as lojas de propriedade branca. Muito maior é o ressentimento do asiático, africano ou latino-americano radical contra a propriedade estrangeira dos principais instrumentos de produção em seu país.”<sup>55</sup>

<sup>55</sup> Robert L. Heilbroner. *cit. in.* Elza Nadai e Joana Neves, *op. cit.*, p. 283.

Os Estados Unidos foram um dos casos máximos da influência de eventos do Terceiro Mundo nas suas revoltas estudantis. Não minimiza o caso, o fato dos jovens estarem defendendo suas próprias vidas – não queriam ser convocados para uma guerra da qual discordavam e, certamente, não estavam preparados. Pelo contrário, torna-o mais importante. Os jovens sentiam que o “sistema” obrigava-os a uma guerra injusta muito longe de suas terras, em que um outro povo tentava tomar seus próprios rumos. Diferente de outras intervenções dos Estados Unidos no exterior (antes do Vietnã e inclusive atualmente), a Guerra do Vietnã não conseguiu o convencimento de uma parcela importante da sociedade, justamente daquela que estava sendo convocada para a luta. A guerra, num caso raro, principalmente em se tratando dos Estados Unidos, não uniu o país em torno de uma causa, mas o dividiu e provocou uma profunda crise.<sup>56</sup>

Até 1964 existia nos Estados Unidos um importante movimento pacifista, mantido por vários grupos “anti-guerra” e “anti-nucleares”, mas que recavam assumir uma posição em relação ao Vietnã. O mais influente grupo anti-guerra até início dos anos 1960 foi o SANE (*Committee for a Sane Nuclear Policy* – Comitê para uma Política Nuclear Sã, fundado em 1957). Moderados, com certo cunho moral e cautelosos quanto aos temas da esquerda, impediam a introdução do assunto Vietnã nas suas passeatas e comícios. Mas no final de 1964, o SDS (*Students for a Democratic Society* – Estudantes por uma Sociedade Democrática), uma organização universitária que contava então com apenas 2500 membros e 41 seções, mas com crescente reconhecimento, decidiu convocar uma passeata nacional na capital, Washington, para 17 de abril de 1965, admitindo a participação até mesmo dos comunistas, banidos nos atos do SANE e de outros grupos moderados.

O tom cauteloso foi abandonado de vez quando o Mobe (Comitê de Mobilização Nacional para o Fim da Guerra no Vietnã), organização criada a partir das manifestações do SDS, convocou atos para 15 de abril de 1967. A direção do movimento assumiu uma direção mais clara nesta convocatória:

“Nós marchamos para dramatizar a ampla esperança mundial de que os Estados Unidos removam suas tropas do Vietnã do mesmo modo que o Vietnã possa determinar seu próprio futuro à sua maneira... Nós convocamos para que o alistamento dos homens, dinheiro e recursos sejam usados para manter a máquina militar em um luta contra os reais inimigos do homem – fome, desesperança, ignorância, ódio, discriminação e

<sup>56</sup> Chegando, em determinado momento, a dividir ao meio a própria população adulta. Em agosto de 1968, uma pesquisa do Gallup mostrou que 53% dos adultos norte-americanos consideravam que mandar tropas ao Vietnã era um erro. Em 1966, a proporção era de apenas 25%. David R. Farber. *Chicago '68*, Chicago: The University of Chicago Press, 1994.

desigualdade.”<sup>57</sup>

Inicialmente, o movimento estudantil americano deixou-se atrair mais pelas lutas dos negros em prol dos direitos civis, mas logo mudaria seu foco para a Guerra do Vietnã, problema que unia a luta dos povos do Terceiro Mundo com os problemas das juventudes norte-americanas (no mínimo, pelo fato de serem os jovens os convocados para a guerra). O Movimento pela Palavra de Berkeley (*campus* universitário da Califórnia, local de um dos mais importantes movimentos estudantis norte-americanos) é um exemplo desta mudança, criando o “Comitê do Dia do Vietnã” que ostentava em uma de suas faixas: “Devemos construir uma nova América do Norte e unir-nos aos povos que na Ásia, África e América Latina constroem um novo mundo.”<sup>58</sup> Semelhante ao movimento da Alemanha, os estudantes identificam-se com os povos oprimidos do Terceiro Mundo.

Após a Ofensiva *Tet*, dezenas de milhares de manifestantes passaram a agir regularmente nas ruas mundo afora. Para Katsiafikas, o Vietnã criou em 1968 nos Estados Unidos um “efeito eros” (segundo conceito de Herbert Marcuse) e, talvez, ajudou a expandir este efeito para todo o mundo. O sucesso da Ofensiva *Tet* criou uma verdadeira base para a unidade da onda mundial de revoltas em 1968. As manifestações aconteceram em todo o Estados Unidos, em Paris, na Espanha e até no Bloco Soviético (em Praga, durante sua famosa Primavera). Em centenas de cidades, em 1968, a bandeira da Frente Nacional de Libertação do Vietnã do Sul foi carregada. Mesmo na calma Inglaterra, sob o impacto das notícias do Vietnã, 30 mil manifestantes confrontaram policiais em *Grosvenor Squad*, em frente à embaixada dos Estados Unidos, com 246 presos e 117 policiais hospitalizados. Três mil pessoas atacaram a embaixada dos Estados Unidos em Roma.<sup>59</sup> Muitas vezes o *slogan* era o mesmo: “*Ho Ho Ho Chi Minh, NLF is going to win!* (Ho Ho Ho Chi Minh, a FLN irá vencer)” e “2, 3, muitos Vietnãs” (derivado da frase de Che Guevara).<sup>60</sup>

Mesmo após a Guerra da Argélia, o tema do Terceiro Mundo, também com destaque ao Vietnã, continuou tendo presença nos movimentos franceses. Já citamos que lideranças estudantis estiveram presentes na Congresso Internacional de Solidaridade, em Berlim, em fevereiro de 1968. Até o nome escolhido pelo principal grupo estudantil de

<sup>57</sup> *Cit. in. ibid.*, p. 69.

<sup>58</sup> *Cit. in.* Lewis S. Feuer. *op. cit.*, p. 262.

<sup>59</sup> “Como na Alemanha... o movimento na Itália nasceu de uma combinação do descontentamento frente à estrutura universitária e de interesses pelos problemas do Terceiro Mundo. A luta do Terceiro Mundo... tem criado entre os estudantes a viva exigência de um novo estilo de ação revolucionária. Guevara e sua palavra de ordem ‘dois, três, muitos Vietnã’, e ‘o dever de um revolucionário é fazer a revolução’ tiveram uma grande influência”. (John y Barbara Ehrenreich, outubro de 1968, *cit. in.* Jorge Carrion *et. al.* *Tres culturas en agonía*, Cidade do México: Nuestro Tiempo, 1969, p.66-67, nota 70.

Nanterre (unidade universitária onde começou o movimento francês de 1968), “22 de Março”, apesar de se referir à data em que se iniciaram os confrontos mais sérios em Nanterre, era uma provocativa alusão ao movimento 26 de Março (que fez a Revolução Cubana de 1959). O protesto de 22 de março de 1968, em Nanterre, inclusive, era contra a presença dos Estados Unidos no Vietnã. E as grafites em Paris, durante o Maio de 68, não esqueceriam o Vietnã: “A obscenidade não é mais uma mulher nua que exhibe o púbis, mas o general que exhibe a medalha ganha no Vietnã”.<sup>61</sup> Um dos principais líderes do movimento de Maio, Jacques Sauvagot (presidente da UNEF – União Nacional dos Estudantes Franceses) utilizaria uma retórica antiimperialista e de solidariedade que iremos rever em outros documentos estudantis:

“O movimento estudantil é em si internacional... O combate que se trava em diferentes países é o mesmo... Eu creio que ela (nossa luta) se insere nesta luta antiimperialista. Entre os estudantes há muita sensibilidade ao caráter imperialista do capitalismo e muitos apoiam os movimentos da América Latina e do Terceiro Mundo.”<sup>62</sup>

Mesmo os movimentos estudantis latino-americanos, onde foi muito maior a tendência de tratar dos problemas internos, movimentos que foram muito mais objetos que sujeitos da interconexão mundial das rebeldias juvenis, nunca deixaram de falar de modo global sobre o tema “Terceiro Mundo”. Inclusive, porque seus países eram parte deste mundo onde crescia o desejo do “não-alinhamento” e da auto-determinação. Também, porque as lutas antiimperialistas estavam acontecendo – ou estavam sendo preparadas – na sua própria terra, ou ocorriam em países vizinhos. Finalmente, as lutas pelo Terceiro Mundo afora eram exemplos a legitimar os próprios movimentos juvenis, muitas vezes a estimular sua entrada em movimentos políticos institucionalizados ou em grupos de luta armada. Se os movimentos “anti-sistema” eram vistos como uma grande unidade, também os inimigos de cada movimento eram denunciados como um todo a ser combatido. No Brasil, estas relações eram anteriores a 1968, como atestamos lendo a Declaração de Princípios do 28º Congresso da UNE (União Nacional dos Estudantes), ocorrido em julho de 1966 na cidade de Belo Horizonte:

“Mais uma vez a União Nacional dos Estudantes assume a vanguarda do povo na luta contra as forças da opressão... Sabemos que enfrentamos não apenas um grupo de militares que usurpou o poder... O imperialismo, o latifúndio e a burguesia que se uniram

<sup>60</sup> *Cit. in.* George Katsiaficas, *op. cit.*, p. 34.

<sup>61</sup> *Cit. in.* Maria Helena Simões Paes, *A década de 60. Rebelião, contestação e repressão política*, Série Princípios-221, São Paulo: Ática, 1992, p. 28.

<sup>62</sup> *Cit. in.* D. Cohn-Bendit *et. al.* *A revolta estudantil*, Rio de Janeiro: Laudes, 1968, p. 82.



em abril, sob o comando da casta militar, para instalar a tirania no País, são as mesmas forças que assassinam a população do Vietnã; são as mesmas forças que ocupam a República Dominicana; tentam invadir Cuba... Afirmamos que só a união do povo poderá destruir essas forças, pois, na medida direta em que as forças populares se organizam, adquirem possibilidades de conduzir o processo de libertação nacional... Assim, a luta dos universitários brasileiros deve ser encaminhada para uma aliança estreita com as forças populares, vinculando a defesa da cultura e o combate ao terror e ao obscurantismo.”<sup>63</sup>

Já em 20 de fevereiro de 1968, numa das primeiras ações estudantis do ano, realizou-se um comício de estudantes, na Central do Brasil, cidade do Rio de Janeiro, em solidariedade ao povo do Vietnã.<sup>64</sup> No Rio de Janeiro, em setembro de 1968, aconteceu a VIII Conferência dos Exércitos Americanos, cujos participantes discutiam um esforço conjunto para reprimir o “avanço do comunismo” na América Latina. Os estudantes organizaram então uma semana de protestos, reclamando principalmente da presença de William Wetmoreland, general norte-americano que comandara tropas no Vietnã. Durante a Semana de Protesto, foram realizados vários comícios-relâmpago, pequenas passeatas, distribuição de panfletos, palavras de ordem do movimento estudantil foram pichadas em numerosos muros da cidade e uma passeata deslocou-se pela Avenida Rio Branco. A semana culminou no que os estudantes chamaram retoricamente de “ocupação política” do bairro Madureira, em que cerca de 800 estudantes, durante quarenta minutos, distribuíram panfletos e realizaram debates com populares.<sup>65</sup>

Os documentos estudantis brasileiros contém alguns dos melhores desenvolvimentos dos temas terceiro-mundistas, conjugando antiimperialismo, anti-norte-americanismo, nacionalismo, populismo e identificação dos estudantes rebeldes com as populações oprimidas dentro e fora do Brasil, numa retórica que se radicalizaria cada vez mais no decorrer de 1968. Ao final, também o terceiro-mundismo e os exemplos de povos que pegaram em armas para lutar por sua auto-determinação, principalmente os vietnamitas, serviriam para ilustrar a opção pela “luta armada”. Por exemplo, a Carta Política da UNE, escrita em São Paulo durante julho e agosto de 1967, realiza uma reflexão sobre a “Situação Internacional”. Após identificar as lutas dos povos oprimidos com a luta contra o capitalismo, a Carta coloca os movimentos estudantis mundo afora ao lado da luta

<sup>63</sup> Cit. in. Artur José Poemer. O poder jovem. História da participação política dos estudantes brasileiros, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, Col. Retratos do Brasil-vol.68, 2ª ed., 1979 (1ª ed. 1968), p. 355-357.

<sup>64</sup> Fernando Perrone, Relato de guerra: Praga, São Paulo, Paris, São Paulo: Busca Vida, 1988, p. 149.

<sup>65</sup> Jornal do DCE, Universidade Federal do Rio de Janeiro, n. 0, outubro de 1968, p. 6.

destes povos e, ao final, exorta a criação de uma entidade supranacional estudantil que realmente represente estas lutas:

“Pela necessidade mesma do capitalismo... de manter a grande maioria da população afastada das conquistas da humanidade..., no plano internacional o que verificamos é que quando este sistema chega a uma forma superior – a do capitalismo monopolista – esta necessidade reflete-se na manutenção de povos inteiros sob a dominação dos capitais dos países mais desenvolvidos. Se a princípio esta dominação mostrou-se de forma rudimentar – conquistas de colônias – com o decorrer da história e o aumento progressivo de resistência destes povos essa dominação sofreu transformações; porém, na realidade a subjugação econômica e política subsistiram. Porém, mais dia menos dia, a libertação desses povos teria de chegar. A história nos reservou a presença destas lutas pela auto-determinação dos povos. E é importante acrescentar que estas lutas desenrolam-se pondo a descoberto a sua essência, a luta pela destruição de todas as formas de exploração do homem pelo homem. Os três continentes, Ásia, África, América Latina são o palco destas lutas. Pelo fato de lutarem contra o mesmo inimigo, contra um mesmo sistema, e pelos mesmos objetivos, os povos desses continentes se dão as mãos, tomando este fato, em uma unidade sólida, em uma solidariedade ativa. Em todas as sociedades em que se têm travado lutas contra a exploração do homem pelo homem... os estudantes têm desempenhado um papel importante e uma presença ativa nessas lutas. Hoje, em todos os continentes, o movimento estudantil se faz presente nas lutas das classes exploradas. E, exatamente, nos continentes onde a exploração imperialista se faz de forma mais aberta e mais desumana – Ásia, África e América Latina – os estudantes têm se caracterizado pela sua disposição de luta, pela defesa dos direitos dos povos oprimidos, e pelo caminho que trilham em direção com a história. No Vietnã, em Angola, na Bolívia etc., o movimento estudantil encontra-se na frente de luta ao lado dos povos oprimidos e das classes exploradas... E à medida em que se verifica a solidariedade e união dos povos oprimidos, expressa-se cada vez mais a necessidade de uma entidade internacional que pudesse verificar e representar como uma só força os estudantes de todos os países.”<sup>66</sup>

Em documento preparatório para o XXX Congresso da UNE em 1968, a crítica aos Estados Unidos e a declaração de solidariedade ao Vietnã se relacionam à luta contra a ditadura militar:

<sup>66</sup> “Carta Política da UNE”, in: *Revisão*, Grêmio da Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo, São Paulo, n. 5, setembro de 1967, pp. 18-28, p. 22-24.

“Ao lado da opressão sobre o povo brasileiro, a ditadura colabora decididamente com a política de agressão e de rapina do imperialismo norte-americano sobre todos os povos e principalmente com a política de agressão sobre o heróico povo do Vietnã..

Na luta contra o imperialismo, devemos ter presente que esta é a luta de todos os povos. O imperialismo americano, por sua política de agressão e de tentar impor seu poder sobre todos os povos, tornou-se o inimigo principal de todos os povos. E nesta luta, a frente principal no momento se encontra na luta de libertação do povo do Vietnã..

A tarefa de solidariedade ao povo do Vietnã é uma das mais importantes em nossa luta. O nosso apoio efetivo é travar na prática a luta contra o imperialismo em nosso próprio país, é denunciar constantemente as ações assassinas sobre todo o povo vietnamita e divulgar constantemente a luta deste povo pela libertação...

Ao lado desta tarefa, devemos toda a solidariedade à luta dos negros americanos contra o imperialismo em sua própria pátria e às lutas desenvolvidas com maior intensidade recentemente pelos operários e estudantes na Europa. As lutas de libertação dos povos na Ásia, África, América Latina não têm fronteiras, são partes de uma só luta contra o opressor comum, inimigo principal de todos os povos, o imperialismo ianque.”<sup>67</sup>

Outro documento estudantil, após o fracasso do Congresso da UNE em Ibiúna, reafirmaria o conteúdo antiimperialista da rebeldia universitária:

“EXPANDE-SE A LUTA DOS POVOS CONTRA OS OPRESSORES IANQUES. Uma das características de nossa época é o extraordinário ascenso da luta das massas pela liberdade, a independência e contra o neocolonialismo.

Os povos vêm assestando potentes golpes no imperialismo norte-americano. Crescem impetuosamente as forças revolucionárias. Em toda parte, avançam as correntes antiimperialistas, englobando não somente a classe operária e os camponeses, como os mais diversos setores sociais.

Expressão mais elevada da luta das nações oprimidas é a guerra popular dos vietnamitas contra os invasores norte-americanos e seus legados. O heróico povo do Vietnã está na primeira linha da grande batalha mundial contra o barbarismo dos monopolistas estadunidenses.

Na Ásia, África e América Latina têm lugar os grandes choques que debilitam seriamente o imperialismo norte-americano e acabarão por levá-lo à derrota.

A contradição predominante no mundo contemporâneo é a que se verifica entre os imperialistas, tendo à frente os Estados Unidos, e os povos oprimidos dos três continentes.

Os imperialistas não podem existir sem a exploração e o saque de extensas regiões do globo. Por outra parte a luta dos povos da Ásia, África e América Latina contra o imperialismo norte-americano é um oxigênio essencial e inadiável para que seus países se desenvolvam e se transformem em nações verdadeiramente independentes. Esta contradição não será resolvida sem que os imperialistas e seus agentes sejam completamente derrotados”.<sup>68</sup>

Até mesmo os negros norte-americanos foram lembrados pelos movimentos brasileiros. Mais que isto, um dos cartazes dos estudantes paranaenses em manifestação em Curitiba, contra a morte de Edson Luís, em março de 1968 dizia: “Nos EUA Negros! Aqui, estudantes!” Deste modo, estudantes reprimidos pelo governo militar brasileiro se identificavam aos negros norte-americanos em luta por sua dignidade.<sup>69</sup>

Finalmente, no movimento do México, em 1968, percebemos também a influência da luta mais geral do Terceiro Mundo, apesar da repressão violenta do governo mexicano impedir que adquirisse uma maior abertura de temas e ações para além dos problemas nacionais. No movimento dos estudantes da Cidade do México, entre as diversas temáticas terceiro-mundistas evocadas, destacou-se um verdadeiro “culto amoroso” a Che Guevara.<sup>70</sup> Mesmo algumas tentativas de mobilizações no México antes de 1968 demonstraram estas características. Atos de apoio à Revolução Cubana, em 1961, e ao Vietnã, em 1965, tinham sido reprimidos pelo governo.<sup>71</sup>

Assim, como no Brasil, desde as origens do seu movimento estudantil de 1968 o México observou os temas terceiro-mundistas. Como vimos, a Revolução Cubana e Che Guevara interessavam ainda mais que o Vietnã. Em 26 de julho, dois atos simultâneos foram convocados pelos estudantes: um protesto contra a invasão da polícia em uma escola secundária e uma festa simbólica em homenagem à Revolução Cubana. Uma nova intervenção policial precipitaria o movimento dos estudantes mexicanos na sua dramática história. Em uma das mais importantes manifestações, em 13 de agosto, com 300 mil participantes, os jovens traziam emblemas que associavam a Revolução Mexicana do início do século com a Revolução Cubana: retratos de Juárez, Villa, Zapata, Hidalgo e do Che.<sup>72</sup>

<sup>67</sup> “O povo na luta derrota a ditadura e expulsa a ditadura”, proposição para o XXX Congresso da UNE, mimeo, 1968, p. 2, 17 e 18.

<sup>68</sup> Cit. in. *Despertador*, ano 2, n. 5, novembro de 1968, p. 3.

<sup>69</sup> Cit. in. Rafael Rosa Hagemeyer. “1968: ano da derubada do ensino pago no Paraná”, In. José Roberto Martins Filho (org.). *1968 faz 30 anos*. Campinas: Mercado de Letras, São Carlos: Editora da Universidade Federal de São Carlos, 1998, pp. 95-128, p. 111.

<sup>70</sup> Jorge Carrion et al. *op. cit.*

<sup>71</sup> Elena Poniatowska, *La noche de Tlatelolco. Testimonios de historia oral*, Cidade do México: Era, 1987.

<sup>72</sup> *ibid.*

Estes são apenas alguns exemplos da influência dos temas terceiro-mundistas nas revoltas estudantis dos anos 1960. Como alguns exemplos já demonstraram, a preocupação com o Terceiro Mundo se misturava a outras tantas preocupações, algumas de caráter global, outras de caráter mais local. Mas os estudantes do Terceiro Mundo não tiveram apenas o papel de fornecer temas, questões e idéias que movimentos juvenis de todo o globo utilizaram e que ajudaram a onda mundial de revoltas dos anos 1960 adquirir suas feições tão próprias. Também foram um dos detonadores, talvez os primeiros, desta onda mundial.

## Capítulo 3

# MOVIMENTOS ESTUDANTIS NO TERCEIRO MUNDO E O CASO DO MÉXICO

### Estudantes na Ásia, África e América Latina

Desde os primeiros sinais do que seria a descolonização, durante os anos da Grande Depressão, manifestaram-se descontentamentos estudantis nas colônias europeias na Ásia e África. A causa não era tanto uma politização mais acentuada, ou uma consciência anti-imperialista mais desenvolvida das populações colonizadas, mas principalmente uma reação contra a crise econômica que se alastrava dos países centrais para as colônias. Nos anos 1930, a abrupta queda dos produtos primários no mercado internacional fez as classes populares e os setores médios das colônias (entre os quais, os estudantes) sentirem pela primeira vez seriamente os efeitos nocivos da sua dependência às grandes economias mundiais: “Os estudantes se amotinaram no Cairo, Rangun e Jacarta, não porque sentissem que algum milênio político estava ao alcance, mas porque a Depressão derrubara de repente os esteios que tinham tornado o colonialismo tão aceitável para a geração de seus pais.”<sup>1</sup>

Após a descolonização, em meados do século XX, tanto nas regiões recém-descolonizadas da África e Ásia quanto na América Latina, a educação superior – e, muitas vezes, qualquer grau de instrução – passou a ser visto como um acesso garantido à elite política ou social. Mesmo as pessoas mais simples passaram a reconhecer esta correlação e as vantagens da educação superior, e onde os súditos viam o Estado como usurpador de recursos a “educação significava um posto, muitas vezes um posto garantido, no funcionalismo público, com sorte uma carreira, que possibilitava aos homens extorquir subornos e comissões e arranjar empregos para a família e amigos.”<sup>2</sup> Em muitos países da África, mas não apenas, os mais altos salários eram pagos aos funcionários públicos – em Uganda, na década de 1960, um funcionário público recebia um salário 112 vezes maior que a média do resto da população. Sobre educação superior na América Latina, o mesmo Hobsbawm afirmaria:

“A sede de conhecimento explica muito da espantosa migração em massa da aldeia para a cidade que esvaziou o campo do continente sul-americano, a partir da década de 1950.

<sup>1</sup> R. F. Holland, cit. in. Eric Hobsbawm, Era dos Extremos. O breve século XX – 1914-1991, São Paulo: Cia. das Letras, 1995, p. 211-2.

<sup>2</sup> Eric Hobsbawm “O Terceiro Mundo”, in. Era dos Extremos, op. cit., pp. 337-362, cap. 12, p. 340.

Pois todas as pesquisas concordam em que a atração estava não menos nas melhores oportunidades de educação e formação para as crianças. Lá, elas 'podiam se tornar outra coisa'.<sup>3</sup>

Não é sem motivos que se poderia esperar que durante os anos da "democratização" e massificação das universidades, processo que se daria também no Terceiro Mundo a partir dos anos 1960, gerassem muitas contradições. Primeiro, o fato de que, se muitos predispunham-se a graduar-se, nem todos os graduados iriam ascender mais imediatamente à elite política e social – esta "perda dos privilégios" seria muitas vezes a raiz dos descontentamentos universitários, inclusive levando os estudantes a criar formulações mais críticas sobre a realidade social. Mais ainda que no Primeiro Mundo, as universidades e faculdades do mundo "subdesenvolvido" viviam em situações contraditórias: não apenas o conflito entre ensino tradicional *versus* ensino tecnocrático, entre elitismo e democratização, mas também contradições nos pretensos papéis que teriam as universidades dentro dos países pobres, injustos e desiguais nas oportunidades dadas às diferentes classes sociais. Talvez antes do Primeiro Mundo, os universitários no Terceiro Mundo, dentro das primeiras faculdades a esboçarem uma "democratização" no seu ingresso e uma tecnocratização no ensino, formularam os temas da crítica à universidade – temas que aí, certamente, não podiam separar-se da questão do imperialismo e do subdesenvolvimento.

No final dos anos 1950, como que antecipando os anos 1960 e o novo radicalismo juvenil, voltou a se destacar a participação política de jovens e/ou estudantes, novamente fora da Europa e Estados Unidos. Principalmente a Revolução Cubana, uma revolta endereçada não só dos campos em direção às cidades, dos oprimidos contra o imperialismo norte-americano, das classes trabalhadoras contra os grandes proprietários, mas, segundo o relato entusiasmado de Sartre, dos jovens contra as instituições adultas.<sup>4</sup> Na mesma virada dos anos 50 aos 60, torna-se notável também a presença de jovens e estudantes nos movimentos de libertação nacional ou socialistas no Terceiro Mundo: "A recente história política dos países em que o capitalismo começa a desenvolver-se exhibe nitidamente uma participação cada vez mais accentuada desse segmento da população. No Brasil, em Cuba, na Venezuela, no Equador,

---

<sup>3</sup> *Ibid.*, p. 346.

<sup>4</sup> Jean-Paul Sartre. *Furacão sobre Cuba*, Rio de Janeiro: Editora do Autor, 1960.

no Egito, em Angola, os movimentos políticos radicais encontram nos jovens muitos dos seus líderes e grande parte dos seus agentes”.<sup>5</sup>

C. Wright Mills, um importante inspirador das novas esquerdas, realizou uma pequena enquete sobre os movimentos estudantis que anteciparam a explosão da década de 1960, todos com forte conotação anti-norte-americana. Em 1958, o então vice-presidente dos Estados Unidos, Nixon realizou uma desastrosa viagem pela América do Sul, graças à recepção dada por estudantes ou protestos com importante participação deles. Nixon recebeu cuspos e pedras em Lima (Peru), hostilidades no Uruguai, Argentina, Paraguai e Bolívia e, de novo, pedras em Caracas (Venezuela), numa manifestação dissolvida pelo Exército. Em 1959, estudantes de esquerda protestaram violentamente em Buenos Aires contra um programa de ajuda dos Estados Unidos às universidades da Argentina, conseguindo cancelar este programa. Em Okinawa, Japão, cidade com base militar dos Estados Unidos, estudantes organizados pela combativa *Zengakuren* (associação dos estudantes japoneses) protestaram durante a visita do presidente norte-americano Eisenhower, realizando a “dança da cobra” e gritando “vá embora, vá embora” – 12 mil soldados americanos dominavam a multidão, enquanto o presidente ia de helicóptero ao aeroporto, desistindo de sua viagem. No Japão, duraria mais algumas semanas a agitação estudantil, até a derrubada do primeiro ministro Kishi, colocando em questão um novo tratado militar com os Estados Unidos. Em 1960, na Turquia, movimentos estudantis levaram à criação de uma Junta Militar que depôs o anti-comunista Menderes. Na Coreia do Sul, estudantes ajudaram a derrubar o regime de um aliado dos Estados Unidos, Syngman Rhee.<sup>6</sup> Ainda antes das lamentações que seriam típicas das falas conservadoras do Primeiro Mundo sobre a onda mundial de revoltas estudantis, o inconformismo dos jovens no Terceiro Mundo produziu desabafos contundentes, como o do vice-presidente de uma importante universidade da Índia: “Tiramos dezenas de milhares de jovens das ruas... e, em vez de deixar que se tornem delinquentes, nós os transformamos em comunistas”.<sup>7</sup>

Japão, Cuba e outros movimentos nacionalistas e/ou socialistas no Terceiro Mundo são, em 1959 e 1960, uma espécie de pontapé inicial da década radical que se iniciava. Com certeza, o jovem estudante radical do Terceiro Mundo é um dos expoentes deste ciclo de

<sup>5</sup> Octávio Ianni. “O jovem radical”, in: S. Britto (org.), *Sociologia da juventude*, vol. I, Rio de Janeiro: Zahar, 1968, pp. 225-242, p. 225.

<sup>6</sup> C. Wright Mills. *A verdade sobre Cuba*, Rio de Janeiro: Zahar, 1961, pp. 37-39.

<sup>7</sup> Cit. in: Seymour Martin Lipset. “Alternativas para as atividades estudantis”, in: Sulamita Britto (org.) *op. cit.*, vol. IV, pp. 47-59, p. 48.



rebeliões juvenis. Ele é, desde pelo menos os anos 1950, o foco principal de uma série de contradições que resultariam numa crise da modernidade: arbitrariedades da geopolítica da Guerra Fria, a soberba da “ocidentalização” diante das culturas e formas de vida nativas, os desencontros da economia capitalista mundial na sua (re)absorção do Terceiro Mundo, processos tortuosos de industrialização, urbanização acelerada e êxodo rural, efeitos colaterais do “nacionalismo” após as vitórias dos movimentos anti-imperialistas (como a artificialidade das fronteiras do Estado nacional), as dificuldades (e muitos fracassos) dos planos de educação de massa, os dilemas das universidades do mundo “em desenvolvimento” diante da sua popularização, sua tecnificação e da relação ambígua com a diversidade sociocultural e a desigualdade econômica de seu país etc.

Antes de analisar em pormenor os movimentos estudantis de 1968 eleitos para tanto, pode ser útil uma descrição breve de algumas revoltas estudantis ocorridas no Terceiro Mundo durante a onda mundial dos anos 1960. O produto desta exposição irá desmentir várias teses sobre 1968, como aquelas que afirmam que os estudantes nos países “subdesenvolvidos” simplesmente imitaram seus colegas do Primeiro Mundo – adotando temas fora de suas realidades, ideologias meramente importadas e sem sentido, práticas políticas insensatas etc. Teses que identificaram muito mecanicamente os temas gerais dos movimentos juvenis com a realidade do “Ocidente” desenvolvido, que não consideraram nem a precocidade dos movimentos juvenis terceiro-mundistas, nem as contribuições essenciais que estes deram aos movimentos do mundo desenvolvido.

Por outro lado, não é raro encontrar, entre os analistas de 1968 provenientes do Terceiro Mundo, uma dificuldade em aceitar que os movimentos juvenis em todos os “Mundos” tinham uma unidade fundamentada em causas, temas e desejos em comum. Octávio Paz, mesmo reconhecendo a “universalidade do protesto juvenil”, não vê identidade nas questões que animam os diversos movimentos:

“O movimento juvenil nos Estados Unidos e na Europa contém... perguntas implícitas e não formuladas que dizem respeito aos próprios fundamentos da idade moderna e ao que, desde o século XVIII, constitui seu princípio reitor. Estas perguntas aparecem muito diluídas nos países da Europa oriental e não aparecem de todo, exceto como *slogans* vazios, na América Latina. A razão é clara: os norte-americanos e os europeus são os únicos que realmente têm

uma experiência completa do que é e significa o progresso”.<sup>8</sup>

Contra a conclusão de Paz, que nos levaria a pensar que apenas o envolvimento completo com a sociedade tecnológica pode gerar rebeliões contra os princípios da modernidade, procurou-se mostrar que justo o início de um contato com o “progresso” oferecido pelo sistema capitalista mundial gerou uma reação destas sociedades do Terceiro Mundo e dos seus jovens. A revolta estudantil e juvenil no Terceiro Mundo também é uma revolta contra o sentido tomado pela modernidade e seus desígnios em relação aos povos “subdesenvolvidos”, e esta revolta começou antes das ações juvenis mais contundentes no Primeiro Mundo que, na verdade, fizeram do Terceiro Mundo um tema central.

Ao estudarmos os dois principais movimentos estudantis de 1968 na América Latina – Brasil e México, movimentos que talvez excedam em importância a muitos dos movimentos mais celebrados no mundo desenvolvido –, veremos que eles podem ser explicados com certa autonomia em relação às revoltas da Europa e Estados Unidos. Mas esta autonomia dos movimentos estudantis do Terceiro Mundo não significa o isolamento destes movimentos, que estes escapem da corrente mundial de revoltas de 68. Significa que os movimentos estudantis no Terceiro Mundo, e na América Latina em especial, tinham desenvolvido já uma certa “tradição” de lutas estudantis e juvenis, lutas que há certo tempo já estavam politizadas. Lutas que até podem ser consideradas como uma das causas do ciclo revolucionário dos anos 60 – cujo “epicentro” seria 1968. Esta autonomia significa também que suas lutas inserem-se em contextos específicos à política e ao desenvolvimento sócio-econômico do Terceiro Mundo no século XX: por um lado, a luta pela autodeterminação econômica e política, contra diversas formas de colonialismo; por outro lado, a luta contra regimes políticos de exceção, pró-imperialistas, antipopulares, autoritários, despóticos ou distanciados da sociedade civil.

Entretanto, os movimentos estudantis terceiro-mundistas não deixaram de trabalhar com temas, propostas, projetos, formas de ação, *slogans*, textos, pensadores, ideologias políticas e produções culturais (e contraculturais) advindos do Primeiro e do Segundo Mundo. Inclusive, os movimentos latino-americanos e do Terceiro Mundo utilizaram muitas formas das quais foram os “inventores” e que estudantes dos outros países “reciclaram”. Houve muita troca de material, apoio e solidariedade. Congressos, encontros de “delegados” e observadores, visitantes, envio de textos, tradução de manifestos e troca de experiências. Cada movimento

---

<sup>8</sup> Octávio Paz. “Olimpíada e Tlatelolco”, in: *O labirinto da solidão e Post-Scriptum*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984, 3ª ed.

normalmente analisava não só a situação de seu país, mas criava análises, visíveis nos seus textos e panfletos, em que seus militantes eram uma espécie de centro da grande onda de transformações, revoltas, vitórias, derrotas, avanços e retrocessos da qual fazia parte não só seu país, seu continente, seu bloco, mas o mundo todo.

Dados citados por Katsiaficas mostram uma grande quantidade de manifestações estudantis na África durante 1968.<sup>9</sup> Na Nigéria um movimento estudantil, em maio de 68, solicitava o direito dos estudantes universitários poderem se reunir na forma de assembleias. A universidade nacional foi fechada por três semanas, durante as quais os colegiais juntaram-se à revolta que acabou vitoriosa. Em 29 de maio, estudantes ocuparam a Universidade de Dakar, no Senegal, protestando contra redução das bolsas de estudo – foram atacados pela polícia, seguindo-se dez dias de lutas nas ruas, um estudante morto, 25 feridos e 900 presos; quando sindicatos começaram a fazer greves em apoio aos estudantes, o presidente mandou fechar a universidade e instalou o estado de emergência nacional. Em fevereiro, universitários egípcios protestaram contra a derrota militar do país em 1967 (na Guerra com Israel) e ocuparam cinco universidades. Mais tarde, ainda no Egito, aconteceram novos protestos em Alexandria e no Cairo, agora contra os regulamentos universitários, sendo que em Alexandria, em 25 de novembro, uma batalha entre a polícia (com cassetetes, gás lacrimogêneo e armas de fogo) e estudantes resultou na morte de 60 pessoas.<sup>10</sup> Outros países africanos que tiveram revoltas estudantis em 1968 foram: Argélia, Marrocos, Mauritânia, Camarões, Congo, Daomé, Gana, África do Sul, Zaire, Gana, Quênia, Sudão, Etiópia e Zimbábue.

Em 1968, na Ásia, as revoltas alcançaram grande importância em alguns países. No Vietnã os estudantes tinham papel importante nos movimentos urbanos desde 1949, quando já protestavam contra o envolvimento dos Estados Unidos nas suas lutas pela independência nacional. Na parte depois definida como Sul, os estudantes ajudaram a organizar uma greve geral em Hue junto com budistas, em janeiro de 1965. Os estudantes participaram de novas greves gerais, de março a maio de 1966 e de novo na primavera de 1970, esta com a participação de mais de 60 mil estudantes.<sup>11</sup>

No Paquistão, em destaque a parte que formaria depois Bangladesh, ocorreu uma

<sup>9</sup> George Katsiaficas. *The Imagination on the New Left. A global analysis of 1968*, Boston: South End Press, 1987. Ver especialmente mapa na p. 38-39 e dados do jornal *Le Monde* sobre a incidências de protestos estudantis entre o último trimestre de 1967 e junho de 1968 (p. 44-5).

<sup>10</sup> João Roberto Martins Filho, *Rebelião estudantil: 1968 - México, França e Brasil*, Campinas: Mercado de Letras, 1996.

<sup>11</sup> George Katsiaficas, *op. cit.*

revolta estudantil em outubro de 1968, contra as restrições do governo às atividades políticas no meio universitário – as lutas estenderam-se por dois meses, sem qualquer ajuda dos partidos de esquerda do país. Em 6 de novembro, o governo fechou todas as escolas e prendeu (e depois executou) o Ministro do Exterior (Zulfikar Ali Bhutto), acusado de incitar os estudantes à revolta. Após cinco dias de manifestações, em dezembro, os estudantes convocaram uma greve geral, recebendo apoio de operários em muitas cidades (principalmente no atual Bangladesh, com destaque à cidade de Dacca). Estudantes e trabalhadores enfrentaram a polícia e o exército pelo controle das fábricas, até que o presidente Ayub Khan acatasse muitas reivindicações estudantis e entrasse em negociação com os partidos de oposição – dado o caráter espontâneo do movimento, estas negociações objetivavam (por parte de governo e oposição partidária) disciplinar a revolta. Mas as revoltas sociais, encabeçadas pelos estudantes, recomeçariam menos de um ano depois. Em reação, o exército paquistanês tomou para si o controle do governo e invadiu Bangladesh: centenas de milhares de pessoas foram mortas, inclusive 500 estudantes da Universidade de Dacca durante a primeira noite de lutas.<sup>12</sup>

No Sri Lanka, a Nova Esquerda local produziria uma insurreição em 1971, contando com a participação importante, mas não exclusiva, de estudantes universitários. A insurreição foi derrotada, com 1200 mortos e mais de 10 mil presos, em sua maioria jovens.<sup>13</sup> Na Coreia do Sul, em 7 de fevereiro de 1968, estudantes protestaram em Seul contra a presença de tropas norte-americanas no país.<sup>14</sup>

Outros movimentos importantes se deram no Japão. Se hoje o Japão é considerado um país central no capitalismo mundial, nos anos 1950 e 60 era ainda uma nação que se recuperava da destruição econômica e dos traumas políticos causados pela Segunda Guerra. Era um país com uma ambígua proteção norte-americana, assim como geograficamente próximo de países que tiveram revoluções populares comunistas, China, Vietnã e Coreia do Norte. As temáticas e as formas tomadas pelo movimento estudantil japonês justificam também a identificação das revoltas estudantis do Japão com outras lutas terceiro-mundistas. Desde os anos 1950, o movimento estudantil japonês usava a militância radical e a violência aliados a uma disciplinada organização pela forte central estudantil japonesa, o *Zengakuren*. O *Zengakuren* seria o primeiro importante movimento estudantil a rejeitar tanto o capitalismo quanto o comunismo soviético, bem como a denunciar ao mesmo tempo Estados Unidos e União Soviética – no que seria

---

<sup>12</sup> *Ibid.*

<sup>13</sup> *Ibid.*

seguido mais tarde pelos estudantes de Berlim Ocidental, cidade, assim como o Japão, encurralada entre os imperialismos capitalista e comunista. Já no final dos anos 1940, declararia um porta-voz do *Zengakuren* que os governos capitalistas e comunistas eram “inimigos da paz, democracia e liberdade estudantil” e que o “bom senso inato das pessoas comuns poderia tornar possível obter um controle mínimo do governo”.<sup>15</sup> O Japão teve uma rápida expansão da educação superior: de 47 universidades no país em 1940, para 236 universidades em 1960. Em 1948, representantes de cerca de 300 mil estudantes de 145 universidades criaram o *Zengakuren* (como seria mais conhecida a Federação de Associações Estudantis Auto-Governadas de Todo o Japão) – responsável pela organização de confrontos com a polícia, defendendo-se os estudantes com lutas marciais, capacetes, lanças e escudos. Em 1966, 12 mil estudantes na Universidade de Keio, Tóquio, decidiram por unanimidade lutar pela “democratização do *campus*” e formar a Comuna de Keio. Mas, no fim de 1966, a nova esquerda japonesa, representada principalmente pelos estudantes, se radicalizaria sob a influência da Revolução Cultural Chinesa bem como pela escalada da intervenção dos Estados Unidos no Vietnã – movimento e guerra muito próximos do Japão, o que por si só justificaria a atenção despertada. Os estudantes se mobilizaram e atacaram bases americanas no Japão e confrontaram-se com o primeiro ministro Sato (em duas ocasiões, na tentativa deste viajar a Saigon e na sua visita aos Estados Unidos). Em 21 de outubro de 1968, mais de 700 mil estudantes e operários japoneses protestaram contra a Guerra do Vietnã e contra os Estados Unidos.<sup>16</sup> O movimento atingiria o seu auge de radicalização em janeiro de 1969, durante três dias de sangrenta batalha contra milhares de policiais.<sup>17</sup>

Na Ásia, em 1968, outras revoltas se deram no Turquia, Líbano, Síria, Israel, Palestina, Irã, Iraque, Tailândia, Afeganistão, Índia, Birmânia, Tailândia e Malásia.<sup>18</sup> Revoltas estudantis, em geral, identificadas com ideologias das novas esquerdas, ideários progressistas e anti-imperialistas ou, ao menos, em luta pela “reforma universitária”. Os anos 1960 viram principalmente movimentos estudantis e juvenis com este caráter “esquerdista”. No entanto, mesmo nestes anos, um outro movimento juvenil de importância na Ásia teve uma conotação política diferente. Tratam-se dos grupos anticomunistas estudantis da Indonésia que, junto a

<sup>14</sup> In. Fernando Perrone, *Relato de guerra: Praga*. São Paulo, Paris, São Paulo: Busca Vida, 1988, p. 149.

<sup>15</sup> Nobua Aruga, cit. in. George Katsifacas, *op. cit.*, p. 57.

<sup>16</sup> George Katsifacas, *op. cit.*, p. 157.

<sup>17</sup> *Ibid.*, e Olgária C. F. Matos. *Paris 1968. As barricadas do desejo*. Coleção Tudo é História-9, São Paulo: Brasiliense, 1981.

outras organizações anticomunistas, grandes proprietários, tropas pára-militares e Forças Armadas, massacraram cerca de meio milhão de comunistas (e supostos comunistas) em 1965, após um forjado golpe pró-comunista – numa das maiores carnificinas políticas da história da humanidade. O verdadeiro golpe, militar e de direita, de 1965 e a “Revolução” que se seguiu, com ajuda da CIA e apoio dos Estados Unidos, mobilizou de modo maciço os estudantes universitários indonésios. A “Revolução” procurou reverter nas medidas socializantes (tomadas pela proclamada “via indonésia ao socialismo”) de Sukarno, além de retirá-lo do poder, com o crescimento político do chefe das Forças Armadas, general Suharto. Em março de 1966, estudantes anticomunistas (que formaram o KAMI – *Kesatuan Aksi Mahasiswa Indonesia* – Frente de Ação dos Estudantes Indonésios) apoiaram Suharto numa nova investida para manter a ordem e “garantir segurança pessoal do presidente”. Sukarno, pressionado pelo Exército, cedeu novamente e continuou a perder todas as suas prerrogativas, até ser afastado totalmente do governo indonésio. O novo regime enterrou as pretensões terceiro-mundistas de Sukarno, reaproximou a Indonésia dos países capitalistas ocidentais, realizou desnacionalizações e retornos à propriedade privada, restituiu propriedades confiscadas de companhias estrangeiras e reprimiu violentamente forças progressistas internas.<sup>19</sup>

Na Indonésia, no entanto, os anos 1980 e 90 viram novas explosões estudantis, agora justamente contra o governo de Suharto, que se mantinha no poder desde o golpe militar de 1965. As novas gerações universitárias passaram a ver o regime de Suharto, que os estudantes outrora legitimaram, como corrupto, retrógrado e injusto. Após uma grave crise econômico-financeira, inesperada depois de muitos anos de expansão econômica (que escondeu a repressão política e étnica, a corrupção e os desmandos no poder), protestos populares e estudantis, aliados à pressão internacional e à perda do apoio das Forças Armadas, levaram à queda do presidente Suharto, em 1998. Na onda de protestos populares e estudantis em março e abril de 1998, fotos mostraram estudantes vestidas totalmente de branco, cor que estava também nos seus rostos pintados e nas flores de papel que ofereciam para policiais em Jacarta<sup>20</sup> (lembrando os estudantes que colocavam flores nos canos das armas dos soldados, quando do cerco ao Pentágono em Washington, em 1967). Outras fotos nos lembram momentos dramáticos e contraditórios dos protestos estudantis dos anos 1960: uma estudante

<sup>18</sup> George Katsiaficas, *op. cit.* (mapa na p. 38-39 e dados do jornal *Le Monde* [p. 44-5]).

<sup>19</sup> Eric Hobsbawm. “Terceiro Mundo e Revolução”, *op. cit.* ; Philippe Gavi. “Contre-Révolution en Indonésie”, in *Les Temps Modernes*, Paris, n. 271, janeiro de 1969, pp. 1153 a 1212.

<sup>20</sup> *Folha de S. Paulo*, 23/04/1998, p. 2.14.

ajoelha-se diante da tropa de choque da polícia<sup>21</sup> e estudantes atiram pedras em policiais na Universidade Muluwarman.<sup>22</sup> Em 4 de maio de 1998, recomeçaram com violência os distúrbios sociais, após o governo anunciar aumentos nos preços de combustíveis e tarifas de transporte, seguindo recomendação do FMI (Fundo Monetário Internacional). A crise terminaria com a retirada de Suharto da presidência do país.

Há ainda na Ásia um outro exemplo contundente de que os movimentos estudantis não aderem “naturalmente” aos programas de “esquerda” ou “progressistas” – assim como, uma vez aderindo a ideários “reacionários”, os estudantes não necessariamente irão congelar sua posição ou não deixarão de opor-se a um regime que considerarem incorreto, ainda que no passado tenham ajudado a pô-lo no poder. Trata-se da Revolução Islâmica no Irã, em 1979. Apesar de ser um exemplo bem longe da onda mundial de revoltas dos anos 1960, a derrubada do xá do Irã em 1979 é ilustrativa tanto da busca por parte dos povos do Terceiro Mundo de respostas próprias (ainda que tenham os seus equívocos) para a solução de seus problemas, quanto da mobilização juvenil como uma “reação” contra processos de institucionalização sentidos como repressivos (ainda que esta institucionalização seja a responsável pela convivência num mesmo espaço de muitos indivíduos jovens, o que torna possível o surgimento de identidades juvenis). A Revolução Islâmica foi uma resposta contra o desastrado programa de modernização e industrialização relâmpago do xá do Irã, baseando-se nas divisas obtidas com o petróleo e apoiando-se nos Estados Unidos e na polícia secreta do xá. A “reforma agrária” transformou muitos meeiros e arrendatários em trabalhadores desempregados que migraram para as cidades (Teerã passou de 1,8 milhão de habitantes, em 1960, para 6 milhões em 1979), enquanto a introdução do agricomércio com alta tecnologia criou ainda mais desemprego sem aumentar a produtividade agrícola. As indústrias surgidas revelaram-se ineficientes e a urbanização também exigiu o aumento das importações estrangeiras, gerando-se inflação alta e queda do nível de vida. A modernização cultural também se voltou contra o xá: a melhoria da condição da mulher mobilizou os fundamentalistas contra as mudanças realizadas; a alfabetização em massa e a expansão do ensino universitário criou um grande corpo de estudantes e intelectuais “revolucionários”. Mesmo fundamentalista e “anti-modernista”, o movimento não veio do campo, mas sim das massas urbanas, liderado pelo aiatolá Ruholá Khomeini – que, no exílio, denunciava a

<sup>21</sup> *Folha de S. Paulo*, 5/05/1998, p. 2.12.

<sup>22</sup> *Folha de S. Paulo*, 8/05/1998, p. 1.1

república do xá como não islâmica, pregava uma forma de governo islâmico total e o dever do clero de rebelar-se. A Revolução teria início depois que jovens estudantes religiosos em Qum, em 1978, foram metralhados durante uma manifestação. Seguiram-se manifestações de luto pelos mártires, repetidas a cada quarenta dias – seriam cada vez maiores e numerosas, chegando no final do ano a reunir milhões de pessoas nas ruas. Guerrilheiros voltaram a entrar em ação, enquanto trabalhadores fecharam campos de petróleo e lojas. A Revolução venceu com a fuga do xá em janeiro de 1979.<sup>23</sup>

Em 1978, os estudantes iranianos foram uma das pontas de lança da Revolução Islâmica, que foi uma mistura complexa de luta estudantil (os estudantes tiveram papel fundamental para derrubar o xá), antiimperialismo (contra a intromissão política e econômica dos Estados Unidos), guerrilha (nas lutas revolucionárias), terrorismo (na invasão da Embaixada dos Estados Unidos em Teerã, fazendo muitos reféns norte-americanos) e fundamentalismo islâmico. Contudo, a mobilização estudantil não se encerrou com a fuga do xá. Em 1979, no *campus* da Universidade de Teerã reuniam-se diariamente multidões para fazer orações em agradecimento à vitória, que eram transmitidas ao vivo para todo o país. Em novembro de 1979, estudantes sob liderança de Mohamad Khomeini ocuparam a Embaixada dos Estados Unidos, demonstrando que a massa estudantil ainda estava mobilizada. Mas, nem sempre os estudantes seguiram os rumos preferidos pelos religiosos da linha dura que acabaram assumindo o controle do Irã. Ainda em 1979, religiosos da linha dura fizeram campanhas para impor um estrito controle islâmico nas universidades do país. Após a queda do presidente Bani Sadr, em 1981, no auge dos expurgos nas universidades, os protestos estudantis (agora contra os excessos do fundamentalismo) foram sufocados. Daí em diante, a entrada na universidade estaria sujeita a veto religioso e milícias foram colocadas nos *campi* para impedir qualquer ativismo político.

Muitos anos depois, surgem novas reações contra os excessos do fundamentalismo xiita. Em 1997, após a eleição para a presidência do Irã do moderado Mohama Khatami (eleito com amplo apoio de mulheres e jovens, defendendo projetos de reformas sociais e políticas), renovou-se o ativismo estudantil e, vinte anos depois da Revolução Islâmica, estudantes iranianos em Teerã voltariam a se agitar, inicialmente buscando dar apoio ao presidente Khatami. Na verdade, os novos protestos estudantis foram uma reação contra os ataques dos conservadores (que ainda comandam o país, na figura do líder supremo religioso Ali

<sup>23</sup> Eric Hobsbawn. "Terceiro Mundo e Revolução", *op. cit.*



Khamenei, sucessor do aiatolá Khomeini). A crise se iniciou com o fechamento pelo governo do jornal *Salam*, cujo diretor-geral, Moussavi Khomeiny, era Conselheiro do Presidente Khatami. Protestos estudantis em 9 de julho de 1999 contra a ação foram reprimidos por forças páramilitares conservadoras, que invadiram, com ajuda da polícia, as moradias estudantis da Universidade de Teerã, causando a morte de pelo menos um estudante. O movimento estudantil espalhou-se rapidamente pelo país, a partir de Teerã, para cidades como Jorramabad, Jamedan, Yazd e Shahroud, pedindo liberdade de imprensa e criticando a repressão. Uma passeata com 10 mil pessoas foi reprimida no centro de Teerã em 12 de julho, além da polícia invadir a Universidade de Teerã e prender pelo menos 50 pessoas. Em 13 de julho ocorreu uma verdadeira batalha campal, depois que mais de 10 mil pessoas saíram às ruas de Teerã, na maior manifestação popular após a Revolução de 1979, e novamente enfrentaram a violência dos grupos páramilitares e da polícia.

Os ídolos destes estudantes iranianos não eram os mesmos dos jovens radicais dos anos 1960 (Che Guevara, Mao, Ho Chi Minh etc.) – nos dormitórios dos alojamentos atacados pela polícia vemos pôsteres de jogadores iranianos que venceram os Estados Unidos na Copa do Mundo em 1998 e até de Khatami. Porém, o Irã revelou a existência de uma grave crise geracional: metade da sua população tem menos de 20 anos e, portanto, nasceu depois da Revolução de 1979; há um crescente déficit de postos de trabalho para absorver os jovens que ingressam no mercado, ao mesmo tempo que se mantêm leis que dificultam o casamento (como a exigência do dote); e mesmo o consumo de drogas estava em crescimento. O analista iraniano Bijan Khajepour afirma que “há muita frustração entre os estudantes por causa da demora das reformas, da não-resolução do assassinato de intelectuais e da falta de trabalho para os graduados”.<sup>24</sup> O protesto estudantil também tem um certo caráter “feminista”, com as mulheres iranianas, principalmente as jovens, expressando seu descontentamento contra a desigualdade imposta pelo regime conservador. Em foto, vemos estudantes iranianas, vestidas de negro e com cabeça coberta (conforme normas tradicionais) protestando em frente à mesquita da Universidade de Teerã.<sup>25</sup>

Mas a reação “fundamentalista”, conservadora e “adulta” não tardaria a aparecer (assim como se viu em 1968). No dia 14 de julho de 1999, um “ato pró-governo enche ruas de Teerã”, dando início à volta da “ordem”: eram dezenas de milhares de manifestantes contra as

<sup>24</sup> *Folha de S. Paulo*, 13/07/1999, p. 1.1.

<sup>25</sup> *Folha de S. Paulo*, 14/07/1999, p. 1.9.

reformas e apoiando os conservadores. Os estudantes, pela primeira vez desde o começo das manifestações, não organizaram passcatas, ainda que alguns tentassem enfrentar a multidão (a polícia prendeu 50 deles). Em outras cidades também houveram tais manifestações pela “ordem”, engrossadas, assim como em Teerã, por militares e servidores públicos que foram forçados a participar (manobra que o governo mexicano também fazia uso em 1968, como vemos). Ao mesmo tempo, começava a ação de grupos extremistas islâmicos que atacaram os que ousassem desafiar as leis islâmicas. Forças de segurança, controladas pelos conservadores, iniciaram uma ampla operação para prender os envolvidos nos protestos estudantis, detendo logo centenas de pessoas, inclusive os líderes estudantis – todos ameaçados de serem condenados à morte por “traição” ao regime.<sup>26</sup>

Se as mobilizações estudantis no Irã nos fazem olhar para bem à frente de 1968, chegando a discutir eventos recentes, na América Latina temos de voltar pelo menos ao início do século atual – no Movimento de Reforma Universitária, na Universidade de Córdoba, Argentina, em 1918. Em ambos os casos, fazendo-nos procurar entender as especificidades dos movimentos estudantis nas terras do Terceiro Mundo, assim como seu complexo entrelaçamento ideológico com Primeiro e Segundo Mundos (seja para adotar valores “ocidentais”, seja para rechaçá-los ou, mais caracteristicamente, para combiná-los com elementos nativos).

Na Argentina, no início do século XX, crescia o peso da massa estudantil e a sua organização – na Universidade de Buenos Aires, surgiram centros estudantis para combater os arcaísmos das Academias (órgãos de “notáveis” que, mesmo estando fora da universidade, controlavam o poder universitário). Diante da insatisfação estudantil, o governo argentino accenou com um projeto de lei de reforma universitária em 1904, iniciando uma longa série de movimentos, comissões de estudo e projetos de lei que perseguiram a “Reforma Universitária” (uma demanda que se fazia presente também nos anos 1960). Tornava-se cada vez mais claro a necessidade de fmdar com as Academias, colocar o controle universitário nas mãos dos professores (e, na opinião dos movimentos estudantis, permitir a participação dos discentes no governo universitário), superar o arcaico corpo doutrinário que predominava nas universidades (congelado desde meados do século XIX) e atingir maiores níveis de excelência científica.

O fato de um movimento de Reforma Universitária da América Latina ter seu “epicentro” na Argentina não deve surpreender. A Argentina foi precursora no processo de

---

<sup>26</sup> *Falha de S. Paulo, SP, 16/07/1999, p. 1.11.*

extensão do ensino universitário às classes médias. As universidades argentinas, em comparação com outras da América Latina, eram menos elitizadas e mais massivas. Apesar de mobilizações prévias em Buenos Aires, o movimento de reforma universitária se iniciaria mesmo na cidade de Córdoba, a partir de um conflito entre intelectuais e a ortodoxia católica. A tensão estendeu-se contra a “ortodoxia” que dominava a Universidade de Córdoba. O movimento, que agitava-se desde os primeiros meses de 1918, atingiu o clímax em 15 de junho de 1918, quando uma multidão de estudantes invadiu a Assembleia Universitária e expulsou seus membros da sala em que se reuniam para empossar o novo reitor. A expansão do movimento para toda a América Latina não deixava de ser parte das intenções do movimento de Córdoba, que publicou um manifesto dirigido a todos os “homens livres da América do Sul”, em 21 de junho de 1918. Este manifesto, após lembrar a situação de Córdoba, “concluía exigindo a participação dos estudantes no governo mesmo da Universidade” baseando-se no papel renovador atribuído à presença estudantil.<sup>27</sup> Propunha-se em Córdoba a substituição dos velhos núcleos dirigentes universitários pelo núcleo de uma nova Universidade, em que se elaboraria uma nova “cultura” não mais para minorias, mas com disposição para apoiar as lutas dos povos oprimidos do continente.

Emerge, é claro, um nacionalismo populista ainda com ranços elitistas, porém estão presentes proposições mais revolucionárias, inclusive influências socialistas. Este “reformismo” conseguiu eco em toda a América Latina: “chefes de grandes movimentos populares, desde Víctor Raúl Haya de la Torre até Fidel Castro desenvolveram trajetórias não necessariamente coincidentes a partir de uma rebelião universitária, cujas exigências declaram manter em sua ação política sucedânea”.<sup>28</sup>

Mais fora que dentro da Argentina, o movimento de reforma universitária se transformou em bandeira de rebelião política – na Argentina, o movimento encontrou eco no governo eleito em 1916, de Yrigoyen. Com apoio do poder executivo nacional, mesmo enfrentando forte resistência das autoridades universitárias, receios da imprensa e a oposição de alguns governos provinciais (inclusive em Córdoba), a Reforma Universitária foi se implementando na Argentina – através de novos estatutos das Universidades, que cediam a direção das Faculdades aos professores, permitiam a participação dos estudantes no governo universitário, abriam mais a universidade para a sociedade, definiram a docência livre e

<sup>27</sup> Tulio Halperin Donghi. “Reforma” in. *Historia de la Universidad de Buenos Aires*, Buenos Aires: Eudeba, s.d., cap. III, pp. 104-146, p. 131.

permitiram o crescimento do número de estudantes.

Quando se afirma que o Movimento de Reforma Universitária de Córdoba inspirou movimentos em toda a América Latina, não devemos pensar em imitação. Ao contrário, em praticamente todos os países para onde se espalhou, a onda da Reforma encontrou eco junto a tradições locais de revolta universitária e, na verdade, junto a tradições próprias de lutas políticas, sociais e culturais. O Peru é um exemplo. A Guerra do Pacífico (1879-1884) com o Chile motivara um nascente nacionalismo que se uniu às influências positivistas de defesa do “progresso” e às primeiras propostas de participação estudantil no governo universitário, agitando as universidades e gerando várias greves estudantis. Formou-se em 1917 a Federação Nacional dos Estudantes do Peru (FEP), da qual Victor Raúl Haya de la Torre se destacaria como delegado estudantil, sendo eleito seu presidente em 1919. Haya adotaria, depois de visitar a Argentina, uma retórica intercontinental a favor da reforma, além de politizá-la e torná-la ponta de lança para seu crescimento político nacional, mas acabou sendo exilado após manifestações contra o governo que realizou em 1923, preparando o lançamento de sua campanha presidencial.<sup>29</sup>

No ano do exílio de Haya de la Torre, 1923, a agitação estudantil na Universidade de Havana, Cuba, lançava uma declaração logo no primeiro dia do ano. Nele se via uma proposta de autonomia universitária, protestos contra as intervenções costumeiras do governo na Universidade, assim como demandas por mais verbas, término de obras, condições melhores de aprendizado, reconhecimento das associações estudantis e participação delas na administração da Universidade.<sup>30</sup> Em março, diante da suspensão das aulas, os alunos proclamaram a “Universidad libre” e o prosseguimento das atividades acadêmicas com a abertura para o “povo em geral”. Reuniões e um Congresso Nacional Estudantil revelam a presença da retórica e valores nacionalistas, antiimperialistas, críticas à Emenda Platt (que dava aos Estados Unidos direitos de “proteção” à Cuba), defesa da unidade latino-americana e dos seus estudantes, propostas de reformas sociais e contatos com entidades operárias. Criava-se, no mesmo ano, a Universidad Popular “José Martí”, que dizia em seus estatutos: “a classe proletária cubana funda, professa e dirige a Universidad Popular José Martí”; “A Universidad Popular só reconhece dois princípios: o antidogmatismo científico, pedagógico e

<sup>28</sup> *Ibid.*, p. 132.

<sup>29</sup> Jesús Chavarría. “A communication on University Reform”, in *Latin American Research Review*, Nova York, volume III, n. 3, 1968, pp. 192-195.

<sup>30</sup> “Declaracion de la Federacion Estudiantil”, in *Pensamiento crítico*, Havana, n. 39, abril de 1970, p. 20.

político e a Justiça social.”<sup>31</sup> O movimento estudantil cubano, como no Peru, continuaria envolvendo-se nas disputas políticas de seu país. Em 1927, o Diretório Estudantil Universitário de Cuba foi formado após a ocupação militar da Universidade de Havana. Os estudantes protestavam contra o governo de Gerardo Machado, que apresentara uma Reforma Constitucional que o manteria legalmente no poder.<sup>32</sup> Juntamente com o Exército, o Diretório Estudantil iria derrubar o regime de Machado em 1933. Mas os estudantes se rebelariam novamente, agora contra o governo de Fulgencio Batista (instalado por um golpe militar apoiado pelos Estados Unidos em 1952). Contra Batista, os estudantes usaram formas de luta armada, assim como as manifestações – a greve estudantil nacional de 1955/6 seria brutalmente atacada a mando de Batista.<sup>33</sup>

Antes dos anos 1960, há um reconhecimento de que os estudantes da América Latina são portadores de uma “tradição iluminista” – e os fatos acima citados parecem comprovar isto. Mesmo antes do século XX, universitários da América Latina participaram em movimentos de massas, em grupos de pressão política, em lutas anti-oligárquicas etc. Durante todo o século XX, a universidade latino-americana seria também um foco de contestação em países com regimes políticos fechados ou autoritários. A universidade seria uma “brecha” para a liberdade relativa de pensamento e ação. Se até os anos 1920 ou 1930 o “iluminismo estudantil” caracteriza-se por um “populismo anti-oligárquico” (lutando contra a dominação de setores tradicionais oligárquicos e pela refundação da “nação” em novos termos), entre os anos 1930 e 50 define-se como “desenvolvimentista” – associando democracia e autonomia econômica/tecnológica do país.<sup>34</sup>

As lutas estudantis na América Latina ainda teriam, no início dos anos 1960, este caráter “desenvolvimentista”, mesclado a propostas populistas, nacionalistas e pró-democráticas. No entanto, a situação econômica geral e dos setores universitários em particular sofria, desde pelo menos os anos 1950, profundas transformações. A América Latina enfrentava um processo acelerado de modernização social, com a urbanização, a diminuição da importância do setor primário e da população camponesa, o aumento das ocupações técnicas e

<sup>31</sup> “Estatutos de la Universidad Popular ‘Jose Martí’”, in: *Pensamiento crítico*, Havana, n. 39, abril de 1970, p. 27.

<sup>32</sup> “Directorio Estudiantil Universitario contra la prorroga de poderes”, in: *Pensamiento crítico*, Havana, n. 39, abril de 1970, pp. 96-8.

<sup>33</sup> George Katsiaficas. *op. cit.*

<sup>34</sup> Helena Wendel Abramo. *Grupos juvenis dos anos 80 em São Paulo. Um estilo de atuação social*, dissertação de mestrado em Sociologia, São Paulo, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1992.

não manuais, a ampliação do assalariamento, o crescimento em número e importância das classes médias, a expansão da educação e o aumento do período de escolarização, o crescimento dos serviços sociais do Estado e dos meios de comunicação de massas. Entre os mais atingidos e ao mesmo tempo mais beneficiados com esta “modernização social” estão os jovens das classes médias urbanas – acessando a escola e permanecendo nela por períodos mais longos, integrando-se às novas profissões com novas exigências de formação técnica e universitária e consumindo novas formas de lazer e mercadorias advindas da industrialização e da cultura de massas.<sup>35</sup>

O meio universitário passava a constituir-se ele próprio um ambiente “de massas” – a plateia, a “massa” a agitar, não mais precisava necessariamente ser procurada fora da universidade. As universidades da América Latina haviam absorvido desde meados da década milhões de jovens de classe média baixa. O processo, que já é claro nos anos 1960, continuaria nas décadas seguintes. O número de matrículas universitárias dobraria na Argentina (onde já havia se estendido a educação universitária à classe média antes) entre 1960 e 1980, aumentaria quinze vezes no México (de 76 mil estudantes em 1960 para 247 mil em 1970 e 1,3 milhão em 1987), no Brasil (de 95 mil estudantes em 1960 para 430 mil em 1970 e 1,4 milhão em 1980) e no Peru (de 16 mil estudantes em 1950 para 246 mil em 1980). O Chile, com apenas 9 mil universitários em 1950, teria 120 mil em 1970.<sup>36</sup>

“A educação superior converteu-se num traço crucial para o desenvolvimento latino-americano desse período. As universidades regionais, em zonas onde haviam vegetado durante anos ou simplesmente não existiam, converteram-se em centro de atividade política e cultural e também em bases de poder e de participação no orçamento educacional. De Puebla a Sinaloa, no México, a Ayacucho e Concepción, no Peru e no Chile, elas logo se transformaram em sementeiras de ativismo político e radical”.<sup>37</sup>

Intelectuais, artistas e acadêmicos da esquerda latino-americana encontraram uma massa estudantil aberta às idéias que desenvolviam. Massa que ajudaria a consolidar as artes latino-americanas em formas próprias, bem como legitimar tópicos e novos heróis próprios do continente:

“Ao longo de um período de quase vinte anos, milhões de estudantes latino-

---

<sup>35</sup> *Ibid.*

<sup>36</sup> Jorge G. Castañeda. *Utopia desarmada. Intrigas, dilemas e promessas da esquerda latino-americana*, São Paulo: Cia. das Letras, 1994.

<sup>37</sup> *Ibid.*, p. 164.

americanos ingressaram no sistema universitário em busca de repostas às perguntas que seus pais não tinham sabido colocar, e encontraram muitas respostas satisfatórias nos ensinamentos, escritos e pregações dos teóricos da dependência, em romances e poemas dos escritores do *boom* literário, nas letras das canções de Violeta Parra e Víctor Jara, e nos ritmos de Caetano Veloso e da *Nueva Trova* Cubana.”<sup>38</sup>

Nos anos 1960 os movimentos estudantis latino-americanos observaram uma rápida transição. No início da década, ainda se caracterizavam por propostas de desenvolvimentismo, populismo, nacionalismo e democratização, através da inserção na política institucional dos universitários (que, em geral, logo estariam exercendo posições na elite política), através da realização de demonstrações de força como manifestações e greves e, eventualmente, a participação em “revoluções” e golpes de Estado com matrizes geralmente “progressistas”. De meados ao final da década, os movimentos estudantis caracterizaram-se por uma crescente radicalização política, temáticas mais fortemente voltadas ao igualitarismo social e ao antiumperialismo agressivo, ideários socialistas heterodoxos etc., enquanto suas práticas desenvolvem táticas de confrontação – das manifestações de rua com violentos choques com a polícia às ocupações das faculdades e, no limite, propostas e práticas de luta armada. O ano de 1968 marca este momento, não apenas na América Latina, mas em todos os lugares onde os jovens se mobilizaram. Adiante, faremos a análise mais detalhada de dois casos latino-americanos, Brasil e México. Neste momento, entretanto, cabe descrever sucintamente alguns eventos importantes que envolveram estudantes latino-americanos, no final dos anos 1960.

Amostras do radicalismo estudantil, inclusive armado, assim como da reação conservadora (ainda mais violenta) seriam dadas antes mesmo de 1968 na América Latina, continente com tradição de resolução brutal dos conflitos políticos. Ainda nos anos 1950, estudantes da Colômbia participaram da revolução popular que acabou com a ditadura de Rojas. Na mesma época, na Venezuela, com a saída de Pérez Jiménez, os estudantes formaram milícias para proteger a autonomia das universidades e a capital do país contra a reação de setores do Exército. Em 1966, centenas de paramilitares invadiram a Universidade da Venezuela, em Caracas: tanques, infantaria e polícia ocuparam por três meses a universidade. No Equador, em 1966, ações de universitários suscitaram uma greve geral contra a Junta Militar que governava o país. Argentina e Colômbia (além de Brasil e México) também tiveram, mesmo antes de 1968, forças policiais e tropas militares chamadas para reprimir estudantes que

<sup>38</sup> *Ibid.*, p. 165.

protestavam contra políticas educacionais e, a partir daí, contra o regime como um todo. Também antes de 1968, importantes protestos se deram no Panamá, Nicarágua e Uruguai.<sup>39</sup>

O ano de 1968 foi rico em eventos, desde manifestações estudantis nas ruas das grandes cidades até uma certa generalização das ações “terroristas”. A Argentina teria importantes protestos estudantis em sua capital: uma manifestação em 23 de março, outra em maio (com 23 estudantes mortos a tiros), a ocupação por 400 estudantes da Universidade de La Plata em 12 de junho (após a decretação de um greve estudantil no dia anterior) e uma nova grande manifestação em 25 de junho. No Uruguai, após um mês de revoltas dos estudantes, sindicatos convocaram uma greve geral para o início de julho. Mas o governo uruguaio decretou o estado de sítio em junho e a lei marcial em 14 de julho, tentando conter protestos estudantis e operários – entretanto, os conflitos não recrudesceram: em 7 de agosto o grupo guerrilheiro urbano Tupamaros seqüestrou o presidente da Empresa Estatal de Energia e Telefones; estudantes confrontaram policiais em Montevideo, primeiro em 13 de agosto (deixando mais de vinte feridos) e novamente em 21 de setembro (desta vez com várias mortes); no dia seguinte, o governo fechou todas as universidades e escolas secundárias por um mês. Em agosto, estudantes da Guatemala declararam uma greve geral estudantil. Na Venezuela, em 28 de março, o Exército ocupou a Universidade de Maracaibo, com 4 mortos e 300 feridos. Na Colômbia, estudantes ocuparam a Universidade de Bogotá em 26 de junho, protestando contra as condições do ensino no país. Um dia antes, 25 de junho, ocorreram protestos estudantis em Lima (Peru).<sup>40</sup> Dados revelam ações estudantis também na Bolívia, Chile, Equador, Paraguai, Guiana Francesa, Nicarágua, Panamá, República Dominicana, Honduras, Cuba, Guadalupe, Haiti, São Domingos e Porto Rico.<sup>41</sup>

## México

Os atores da tragédia que foi encenada no movimento estudantil de 1968, a todo momento, fizeram menção a outro evento trágico, a Revolução Mexicana do começo do século. Instintivamente até, faziam uma relação direta entre as duas situações de mobilização social – como se 1968 fosse uma redenção dos ideais perdidos das revoltas populares ou, na versão do partido oficial, como se 1968 ameaçasse os ideais e o regime constituído por esta

<sup>39</sup> George Katsiaficas. *op. cit.*

<sup>40</sup> João Roberto Martins Filho, *op. cit.*; Fernando Ferrone. *op. cit.*, pp. 150-156; George Katsiaficas. *op. cit.*; e *Folha de S. Paulo*, 10/05/1998, p. 5-7.



revolução. Em nenhum lugar, como no México, atores e analistas do movimento estudantil sentiram-se mais tentados a relacionar o evento com acontecimentos tão distantes assim no tempo. Há uma dimensão mítica na Revolução Mexicana, revoltas populares radicais que tiveram impressionantes vitórias, que avançaram espetacularmente no desenvolvimento de ideologias revolucionárias, ao mesmo tempo que esboçavam a união entre ícones genuinamente mexicanos (indígenas ou camponeses) e “ocidentais” (anarquistas, social-revolucionários, marxistas e bolchevistas) – dimensão captada pelos muralistas mexicanos, em que evocava-se igualmente astecas, zapotecas, Zapata, Villa, Marx, Lenin e símbolos correlatos. Por outro lado, há uma inacreditável gestação de contradições na Revolução Mexicana que intriga qualquer um, que parece dar um ar ainda mais “exótico” a esta Revolução: os massacres, a violência, os assassinatos recíprocos de líderes revolucionários, a repressão de movimentos populares por dirigentes elevados pela Revolução, a construção de um regime de partido único de fato e de uma burocracia estatal, recuos e avanços nas conquistas sociais, ciclos contraditórios de nacionalização e dependência à grande potência norte-americana e ao capital internacional, a oscilação entre cooptação e repressão de organizações opositoras ao partido oficial e um regime que ostenta a defesa da Constituição para logo em seguida ceder à lógica do terror diante de movimentos sociais.

Mas, de qualquer forma, a Revolução Mexicana dos anos 1910 e 1920 teve, assim como 1968, momentos heróicos, contradições e punições sanguinárias análogas. Apesar da atração emocional para com a Revolução Mexicana, não seria histórica e “cientificamente” forçado remontar a ela para entender o porquê do massacre de Tlatelolco. Da Revolução emergem muitas das características particulares do México no século XX, assim como, mais especificamente, da sua revolta estudantil e, finalmente, do massacre na Praça das Três Culturas.

No entanto, nem tudo estará explicado. Pois, apesar de todas as singularidades do México, mesmo em relação a outros países da América Latina, seu movimento estudantil, além de responder à lógica interna da política e das questões socioculturais mexicanas, também fez parte do que estamos chamando de onda mundial de revoltas juvenis dos anos 1960. Quase todos os eventos do movimento estudantil mexicano, ao menos os mais importantes, concentram-se no ano de 1968, justamente o pico da onda mundial. O movimento mexicano flertou com todas as ideologias, idéias, valores, práticas e *slogans* que pululavam nos

---

<sup>41</sup> George Katsiaficas, *op. cit.* (mapa na p. 38-39 e dados do jornal *Le Monde* na p. 44-5).

movimentos juvenis de então, mas nunca de forma artificial ou forçada. Apesar de seu centro ter sido o local mais modernizado e cosmopolita do país, a Cidade do México, o movimento estudantil mexicano, como todos os outros faziam, também adaptaram às suas condições locais o repertório amplo e heterogêneo da onda mundial. Os estudantes da capital mexicana, ao seu modo, falaram de Fidel Castro, do Che e da descolonização, enquanto rememoravam Zapata, Villa e movimentos populares do passado. Assim, o movimento mexicano ajudou a inflar ainda mais o repertório da onda mundial, sendo uma outra forte referência para os demais movimentos juvenis desta década, inesquecível tanto em sua beleza quanto em sua tragédia.

### **A constituição do novo regime**

Para muitos, o massacre dos estudantes em 1968 seria o marco de uma nova era da história do México. De certo modo, estavam certos. Nos anos seguintes, o regime assumiu de vez suas tendências oligárquicas, burocráticas, burguesas e de cooptação. Definitivamente, os ideais libertadores e populares da Revolução Mexicana viraram peça de retórica.

A Revolução Mexicana, iniciada nos anos 1910, assumiu características semelhantes às de outras revoluções do país: caráter confuso e caótico (que faz com que seus períodos revolucionários sejam muito extensos); estalos revolucionários não centrados na capital do país (e nem aí é que têm sua sorte decidida); caráter armado e belicoso (constituindo-se verdadeiras guerras); e a presença crucial de lideranças personalistas, caudilhos de individualismo absoluto.<sup>42</sup> O caráter belicoso e violento é confirmado pelo fato de a guerra civil ter ceifado, entre 1910 e 1920, cerca de um milhão de vidas. Também, adquiriu um caráter fratricida, em que os grandes líderes personalistas foram vitimados, assassinados a mando de concorrentes: Francisco Madero (1913), Emiliano Zapata (1919), Venustiano Carranza (1920), Pancho Villa (1923) e Alvaro Obregon (1927).

Apesar do caráter violento, auto-destrutivo e até anárquico, assumido em diversos momentos por esta Revolução, o imaginário sobre ela tornou-se um dos principais componentes da “cultura política” mexicana. Sobre ela haviam três interpretações principais cultivadas por este imaginário, referenciadas mesmo por obras de importantes analistas: “a idéia de que a Revolução se interrompeu porque não cumpriu suas promessas teóricas; a de que se cumpriu porque sua missão era afiar o desenvolvimento capitalista sustentado pela

promoção do Estado; e, finalmente, a de que não houve Revolução porque estamos muito longe da soberania nacional e muito perto dos Estados Unidos”.<sup>43</sup> Aparentemente destoantes, todas as interpretações parecem cultivar valores e expectativas que teriam sido lançadas pela Revolução da primeira metade do século, promessas para uns realizadas total ou parcialmente, para outros perdidas. Em 1921, um dos primeiros a analisar a Revolução afirmava que ela se instaurara contra diversos flagelos presentes na sociedade mexicana: o caciquismo (despotismo de autoridades locais), o peonismo (escravidão ou semi-escravidão do trabalhador rural), o fabriquismo (condições de semi-escravidão do operário de fábrica), o fazendismo (pressão da grande propriedade rural sobre a pequena, além dos privilégios da primeira), cientificismo (superioridade e pressão dos grandes negócios sobre os pequenos) e estrangeirismo (superioridade e facilidades dadas à atuação empresarial estrangeira no país).<sup>44</sup> Temas e problemas sócio-econômicos que seriam constantemente retomados na história política do México, inclusive durante o movimento estudantil de 1968 que, ao lado das exigências de abertura política, continha uma certa recuperação dos ideais revolucionários perdidos no tempo.

O presidente Porfirio Díaz ditara as regras do país entre 1876 e 1911 e, se modernizou em parte a economia mexicana (junto a assessores positivistas), manteve-se no poder pela fraude (ganhando todas as eleições presidenciais), roubou muito do dinheiro público para si, perseguiu opositores, realizou uma reforma agrária “ao contrário” para criar mão-de-obra assalariada, abriu a economia para os capitais norte-americanos (que se tornaram donos de empresas de exploração mineral e estradas de ferro) e constituiu um regime oligárquico (em benefício dos grupos econômicos e políticos em torno do presidente).

A Revolução começou efetivamente após uma nova vitória fraudulenta de Porfirio Díaz, em 1911. O povo, em armas, invadiu quartéis e batalhões inteiros passaram ao lado dos rebeldes. Porfirio Díaz fugiu para a França, levando consigo muito do dinheiro que roubou. A Francisco Madero, representante da burguesia liberal que assumiu a presidência, Porfirio deixara um bilhete profético: “Madero libertou o tigre. Quero ver agora se consegue cavalgá-lo”. Realmente, seguiram-se governos revolucionários instáveis, movimentos e exércitos

<sup>42</sup> Jan Bazant. “Tres Revoluciones mexicanas”, in *Revista Historia Mexicana*, Cidade do México: Colégio de México, outubro/dezembro de 1960, vol. X, n. 2, pp. 220-242.

<sup>43</sup> Luis Anaya Merchant. “La memoria y la revisión de la revolución”, in *Revista Historia Mexicana*, Cidade do México: Colégio de México, abril/junho de 1995, número 4, vol. XLIV, pp. 525-536.

<sup>44</sup> Luís Cabrera, em 1921, cit. in São Paulo (Estado) Secretaria da Educação. *Coletânea de documentos de história da América para o 2º Grau*, São Paulo: SE/CENP, 1985, p. 87.

camponeses se formaram e começaria a guerra civil. Quando o comandante Huerta invadiu o palácio presidencial, em 1913, assassinando Madero, em resposta os líderes camponeses Zapata e Villa reuniram seus exércitos populares enquanto que os generais Carranza e Obregón mobilizaram suas forças “constitucionalistas”. Começava a Guerra Civil.

Carranza consolidaria seu poder em 1917, quando elaborou-se uma nova Constituição e logo depois foi eleito presidente. Esta Constituição era uma das mais avançadas do mundo na época. Politicamente, era liberal e democrática (sufrágio universal, eleições presidenciais diretas, direitos individuais garantidos e proibição do trabalho servil), mas inovava nas leis trabalhistas (garantia a todos os trabalhadores de salários, jornada de 8 horas diárias e proibição do trabalho infantil), reconhecia os princípios da reforma agrária (e terras foram realmente distribuídas aos camponeses nos anos seguintes) e sacramentava ideais nacionalistas (as terras e o subsolo foram considerados propriedade da nação). Carranza acabaria assassinado por ordem do novo presidente, Obregón, em 1920. Mas a revolução já estava no seu fim.

Já em 1920 pode-se dizer que o governo de Carranza havia conseguido reconstituir o Estado e devolver-lhe parte do seu poder, apesar de ainda subsistirem certas zonas isoladas independentes (como parte da Huasteca, sob controle do general Manuel Peláez). A queda e assassinato de Carranza seria a última das mudanças de governo realizadas por rebeliões militares, apesar de tentativas posteriores derrotadas. Uma destas tentativas golpistas vitimou Obregón, que voltava à presidência em 1927, mas os rebeldes seriam logo derrotados. Calles, que se tornaria a partir de então o homem forte do regime, deu o poder a um presidente provisório e procurou criar um partido que pudesse agregar todas as diferentes facções da “Família Revolucionária”. Este partido seria uma instituição destinada não à competição em eleições, mas sim um conjunto de mecanismos para resolver pacificamente as controvérsias múltiplas existentes no interior dos grupos dirigentes. Nascia o Partido Nacional Revolucionário (PRN), inicialmente uma confederação dos principais líderes revolucionários, sob a liderança informal de Calles. Bem sucedido, logo o PRN absorveu partidos locais que apoiavam estes líderes, desaparecendo o multipartidarismo peculiar anterior.

Em relação às dificuldades econômicas enfrentadas pelo novo regime, o Estado começou a intervir mais na vida econômica, com a criação de uma rede bancária oficial e o financiamentos de vários projetos – preparava-se a radical reforma cardenista, que criaria um

Estado amplamente interventor no México.<sup>45</sup> Mas, já durante o predomínio de Obregón e Calles, constituíra-se uma nova classe social dominante, que se ligaria aos privilégios do Estado e da burocracia, “uma nova classe dirigente político-militar que, entre 1920 e 1930, criou as bases do sistema político-social moderno do México”, que se consolidaria durante a presidência de Lázaro Cárdenas (1935-1940). A nova elite mexicana tornaria-se não só a classe dirigente político-militar, mas também uma classe de fazendeiros, banqueiros, concessionários, comerciantes e industriais. Esta nova elite, nos anos 1920 e no início dos anos 1930, pôde impor seus próprios interesses econômicos e sociais, desfazendo-se mais da base popular da Revolução e relegando a um segundo plano a transformação social geral. Apesar da ideologia oficial, a prática real da nova elite dirigente, entre 1920 e 1935, foi a busca de “uma estabilização predominantemente conservadora com uma simultânea domesticação política das massas”.<sup>46</sup>

Tradicionalmente, considera-se a presidência do general Cárdenas, entre 1935 e 1940, como a culminância do novo modelo político. Em seu mandato realizaram-se uma série de reformas que institucionalizaram o novo regime, acentuando algumas características já manifestas, por um lado, alterando algumas, por outro. A obra política de Cárdenas foi a de constituição de um sistema político envolvente e autoritário, em que o partido oficial, rebatizado em 1938 como PRM (Partido da Revolução Mexicana) e, mais tarde, com o ambíguo título de PRI (Partido Revolucionário Institucional), seria dono efetivo do poder. O partido envolvia diversos setores sociais, cooptados através de instituições referendadas pelo Estado: os operários seriam organizados, em 1936, na Confederação dos Trabalhadores do México (CTM) e os camponeses, em 1938, na Confederação Nacional Camponesa (CNC). O PRM tentava ser ao mesmo tempo um partido de quadros e de massas, com quatro setores em seu interior: camponês (dominado pelo CNC), operário (domínio do CTM), militar (mais tarde eliminado, em concomitância com a perda de influência política das Forças Armadas) e “popular” (dominado pelos burocratas, através da Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores a Serviço do Estado [FSTSE]). Cárdenas também tentou organizar em seu favor o setor dos grandes e médios empresários, tomando a CONCAMIN (Confederação Nacional de Câmaras Industriais) e a CONCANACO (Confederação de Câmaras Nacionais de Comércio) em

<sup>45</sup> Lorenzo Meyer. “El Estado mexicano contemporáneo”, in *Revista Historia Mexicana*, Cidade do México: Colégio de México, abril/junho de 1974, número 4, vol. XXIII, pp. 722-752.

<sup>46</sup> Hans Werner Tobler. “La burguesía revolucionaria en México: su origen y su papel, 1915-1935”, in *Revista Historia Mexicana*, Cidade do México: Colégio de México, número 134, 1983, p. 213-237, p. 217 e 227.

organizações formais, destinadas a levar para o Estado demandas destes setores. “A forma como se manipulou aos grupos operários e camponeses, a facilidade com que seriam mudados seus líderes e linhas políticas seguindo os desejos presidenciais, provou a impossibilidade de sua ação independente dentro das estruturas oficiais”. E mesmo as organizações mais hostis ao novo regime, dos empresários, tinham que estar sob direção de empresários ligados ao regime ou, pelo menos, não inteiramente destoantes dele, pois, “do contrário, perdiam toda sua efetividade”.<sup>47</sup>

Com a atividade política a girar totalmente em torno do partido oficial e uma estrutura semi-corporativa, logo se veria a concentração excessiva do poder decisório nas mãos da elite política e principalmente no Presidente – o próprio partido, ainda que no princípio tivesse certas tendências à autonomia, já em 1940 estaria totalmente à mercê das lideranças principais. “Tratava-se... de uma estrutura em que a elite política tinha um caráter dominante e em que a relação entre os atores... só tinha lugar através da mediação dos dirigentes políticos.”<sup>48</sup> Qualquer organização política só poderia existir com aprovação destes líderes ou estaria condenada à dissolução ou impotência. Uma oposição efetiva e legítima não seria tolerada pelo regime. Até mesmo uma entidade estudantil oficial foi criada para disciplinar os estudantes, a Federação Nacional dos Estudantes Técnicos (FNET), com relativo poder e em grande parte controlada pelo PRI.

As reformas de Cárdenas, bem como os desenvolvimentos posteriores, reforçaram o que Anderson e Crockcroft descrevem como a “estrutura de objetivos” da política mexicana, ou seja, certos termos ou referências mais consensuais da política mexicana. Fazem parte desta estrutura: a estabilidade política (desejada após os convulsivos anos da Guerra Civil), o crescimento econômico (desejado após o caos econômico dos anos da Guerra Civil, com base em políticas de industrialização e modernização da agricultura), o bem-estar social (busca da elevação do nível material e cultural das massas, segundo o programa revolucionário, como a reforma agrária massiva, subsídios para moradia e alimentação de trabalhadores urbanos e certos benefícios às classes médias, especialmente os empregados em setores públicos), “mexicanização” (ou nacionalismo, ou seja, a política de manter-se o controle das principais atividades e companhias econômicas do país nas mãos de cidadãos mexicanos ou agências estatais, política levada ao máximo durante o governo de Cárdenas e a nacionalização da

<sup>47</sup> Lorenzo Meyer. “El Estado mexicano contemporáneo”, *op. cit.*, p. 738.

<sup>48</sup> *Ibid.*, p. 739.

indústria petrolífera; este nacionalismo defende também que o governo precisa centralizar em suas mãos o planejamento econômico e, para tanto, necessita controlar as principais decisões sobre investimentos e alocação de recursos).<sup>49</sup> No topo do governo federal, está o Presidente eleito para um mandato de seis anos não renovável. Ele, junto com a elite política que controla o PRI, exerce uma influência decisiva sobre os negócios e sobre as organizações agrárias e sindicatos. O presidente da República tem voz decisiva na escolha do candidato à sucessão presidencial pelo PRI e seleciona também o presidente do Comitê Nacional do PRI.<sup>50</sup> Evidencia-se no poder do presidente e do topo do PRI as duas principais tendências da política mexicana: o oligarquismo e a cooptação. Quanto à primeira tendência, há uma certa tolerância ao pluralismo político e até mesmo o incentivo para que grupos ocupacionais criem suas próprias organizações. Mas, se existem outros partidos além do PRI, havia um monopólio efetivo do poder pelo partido oficial – o pluralismo tolerado parece funcionar mais como uma proteção ao monopólio do PRI. Se cada um dos três setores que formavam o partido (operário, camponês e popular) tinham representação e voz nas decisões locais e gerais do partido, se interferiam nas nomeações dos secretários de governo e candidatos a deputado, senador e presidente (o nomeado pelo PRI para candidato era virtualmente o eleito), havia um controle efetivo das principais decisões e das nomeações pelo Comitê Executivo Nacional do PRI, a alta liderança do partido, que podia, por exemplo, vetar as indicações de candidaturas aos cargos eletivos. Na verdade, os grupos de interesse articulavam demandas, mas as decisões sobre a combinação e harmonização destas era feita pelo estreito círculo executivo do partido e governo. A consulta “às bases” buscava mais obter informações sobre seu ânimo e cooptação do que sugestões efetivas.

Quanto à cooptação, devemos recordar que o partido oficial foi criado por cima de uma heterogeneidade ideológica e social – debaixo da concordância formal com os princípios da “Revolução”, os membros podiam ser socialistas (inclusive marxistas), liberais ou mesmo não possuírem ideologia coerente. Com o tempo, os grupos mais fortemente orientados ideologicamente foram sendo afastados ou se afastando do partido. Nos anos 1940, inclusive, o líder do setor operário, Vicente Lombardo Toledano, formaria seu próprio partido (o PPS, Partido Popular Socialista) e se definiu como marxista. Formara-se também uma organização

---

<sup>49</sup> Bo Anderson & James D. Cockcroft. “Control and cooptation in Mexican politics”, in Irvign Louis Horowitz, Josué de Castro e John Gerassi (orgs.). Latin american radicalism. A documentary report on left and nationalist movements, Nova York: Vintage Books, Random House, 1969, pp. 366-389.

<sup>50</sup> Ibid.

camponesa independente (CCI, Central Camponesa Independente), com membros saídos do CNC, liderada pelo carismático Alfonso Garzón. PPS e CCI criticaram o oligarquismo do PRI e fizeram manifestações massivas em favor da reforma agrária radical. Muitos de seus líderes foram presos e o governo recorreu várias vezes à violência para “restaurar a ordem”. Também por causa da repressão, estes e outros grupos de oposição tiveram dificuldades para se consolidar como partidos seriamente rivais ao PRI. E, muitas vezes, apoiaram candidatos do PRI nas eleições, dando desta forma um qualificado suporte ao PRI (em 1964, o PPS apoiou a candidatura de Gustavo Díaz Ordáz à presidência). Um outro grupo dissidente foi formado pela junção de diversos grupos de esquerda, alguns saídos de dentro do PRI: seria o MLN (Movimento de Libertação Nacional) – apesar de muito crítico ao PRI, também o apoiou nas eleições de 1964. Além disto, certas concessões do PRI conseguiam efetivamente cooptar os grupos dissidentes políticos, permitindo certa influência deles, mas limitando-a a aspectos parciais. O mecanismo da cooptação remonta, no México, às políticas de acomodação dos diferentes poderes locais de “caudilhos” ou “caciques”, muitos com tropas armadas e crentes em serem os verdadeiros detentores dos ideais revolucionários. Na construção de uma política nacional, de um Estado unificado, o partido também adotou um ideário mais vago e pragmático, o que facilitou a acomodação de diversos grupos.

Mas, onde falhava a cooptação, usou-se (e usa-se) sem demora a violência, como o já citado assassinato de caudilhos locais e “caciques” e, ainda nos anos 1960, a prisão de militantes de grupos opositores (como, em 1965, contra a Frente Eleitoral do Povo, que lançou candidato próprio à presidência, o CCI e o Partido Comunista Mexicano). O mecanismo de cooptação/repressão é usado também para dissidentes ou caciques de “direita”, no passado e presente, assim como para diversos grupos conservadores e clericais que se opuseram à Revolução e não se deixaram cooptar pelo PRI - tolera-se mesmo um partido conservador de oposição, o Partido da Ação Nacional (PAN) que, apesar de certas vitórias locais, nunca conseguiu ser uma ameaça séria ao PRI até os anos 1960. Edward Shills considerava o regime mexicano como uma “democracia tutelada”. Outros, sem maiores concessões, definiam o sistema como autoritário.<sup>51</sup>

Quanto à economia mexicana, seria crucial para os anos seguintes as mudanças realizadas ou esboçadas pelo governo Cárdenas. Destaca-se a expropriação petrolífera de 1938 que, apesar de aumentar a oposição manifesta do setor empresarial ao regime e de baixar muito



as vendas de combustíveis e minerais ao exterior (pelo boicote de empresas norte-americanas), gestaria uma empresa estatal que, logo, seria uma das maiores da América Latina (a PEMEX). Deste modo, aumentaria ainda mais o poder do Estado e sua importância na economia – surgia o Estado ativo, que usou a maior parte dos gastos federais para obras de caráter econômico. A “fazenda” deixa de ser a instituição central da economia mexicana, também pelo fato da reforma agrária relativamente ampla de Cárdenas ter beneficiado quase a metade da população rural. Os operários melhoraram também sua posição e até tiveram a permissão de utilizar a greve, tendo várias de suas demandas sido apoiadas pelo governo. Cárdenas esboçou mesmo o projeto de uma “democracia dos trabalhadores”: planejava-se uma sociedade em torno de estrutura agrária comunal e com um complexo industrial destinado a servir suas necessidades, de preferência com empresas de caráter cooperativo. Contudo, apesar de balizar-se em antigas promessas e ideais da Revolução, “o projeto nunca chegou muito longe. As possibilidades deste ‘socialismo mexicano’, que pretendia erigir-se como uma alternativa ao capitalismo, ao fascismo e ao socialismo soviético, não foram muitas. Fortes pressões internas e externas contrárias surgiram desde o princípio, e se acentuaram depois da expropriação do petróleo em 1938, acabando por anular a alternativa”.<sup>52</sup>

O recuo no projeto social se evidenciaria a partir de 1940, quando começou a hegemonia da proposta do “crescimento econômico por todos os meios possíveis”.<sup>53</sup> Gerou-se uma economia ainda mais urbana e em que a indústria satisfaz demandas do exterior (em vez do mercado interno). O crescimento industrial foi grande principalmente durante os anos da Segunda Guerra Mundial, cerca de 7% ao ano, com as exportações crescendo em 100% e as manufaturas, pela primeira vez, tornando-se um importante setor de exportações. A incipiente classe empresarial mexicana aproveitou o momento favorável da guerra, transformando-se em uma “burguesia nacional moderna, em estreita cooperação com o Estado”, assumindo cada vez mais a direção do processo econômico. Nos anos 1960, esta situação já não seria tão clara. Paulatinamente, a economia mexicana passaria a depender do investimento estrangeiro – num primeiro momento, não tanto do seu capital, mas principalmente de sua tecnologia, “para poder satisfazer a demanda de bens de consumo exigidos pelos grupos urbanos”.<sup>54</sup>

---

<sup>51</sup> Ibid.

<sup>52</sup> Lorenzo Meyer. “El Estado mexicano contemporáneo”, op. Cit., p. 741.

<sup>53</sup> Ibid.

<sup>54</sup> Ibid.

O México caminhava para uma crise econômica que se evidenciaria no ano da revolta estudantil, 1968, e adentraria os anos 1970. Enquanto que no campo crescia uma camada marginal, evidenciada pelo fato de a maioria dos camponeses maiores de 18 anos estarem ocupados de maneira pouco eficiente, nas cidades se deu também um fenômeno semelhante de marginalização, principalmente na Cidade do México. O setor industrial moderno era incapaz de criar empregos para absorver a crescente população urbana: “Só uma camada relativamente pequena de trabalhadores empregados na grande indústria tem recebido os benefícios do crescimento econômico contemporâneo. Somente 35% da força de trabalho industrial está sindicalizada e neste setor se concentram os benefícios, por ser o mais capacitado para defender sua posição relativa na pirâmide social”.<sup>55</sup> Por outro lado, pela primeira vez na história do México, a classe média se constituía como relevante para o país – nos anos 1960, de 20 a 30% dos mexicanos podiam ser classificados como classe média, classe que era um verdadeiro “produto da expansão industrial e dos serviços do Estado”.<sup>56</sup>

Assim, apesar dos avanços e do desenvolvimento econômico do México, velhas promessas como a melhoria da vida das classes populares, terras aos camponeses e boas condições de trabalho aos operários estavam longe de ser totalmente cumpridas. Até mesmo os ideais nacionalistas, tão radicalmente expressos em dados momentos, justificáveis talvez pela presença de um vizinho tão poderoso, vinham sendo minados pela realidade da penetração dos capitais internacionais e a dependência do comércio exterior com os Estados Unidos. Decaía o crescimento econômico relativo do país – este não acompanhava, no mesmo ritmo que nos anos da Segunda Guerra, o crescimento demográfico. Dados ilustram que a vida das classes camponesas e operárias ainda tinha muitas dificuldades: analfabetismo (em 1960, 10 entre os 27 milhões de habitantes com mais de 6 anos eram analfabetos), queda do salário real médio, controle pelo PRI da CTM (cujos líderes foram cooptados com cargos políticos importantes, acomodando-se ao sistema, além do fato de atuar a favor prioritariamente de certos setores de trabalhadores, dividindo a classe trabalhadora) e trágica situação do campesinato, que formava 60% da população. Enfim, temos a crescente associação do capital mexicano ao estrangeiro (principalmente o norte-americano), a presença de multinacionais e o fato do comércio com os Estados Unidos representarem 72% das exportações e 64% das

---

<sup>55</sup> *Ibid.*, p. 745.

<sup>56</sup> *Ibid.*

importações mexicanas.<sup>57</sup> Às vésperas da revolta estudantil de 1968, um padre católico, Enrique Maza, descreveria o sistema político e social mexicano de modo muito negativo: fracasso da reforma agrária, continuidade dos problema do campo, injusta distribuição de riquezas, atraso educacional, falta de canais de representação da sociedade, existência de artigos do Código Penal violadores da Constituição (o famoso artigo 145), demagogia dos partidos, corporativismo das associações classistas, existência de sindicatos brancos, sem representatividade e ineficazes diante do problema do desemprego, aumento do número de marginalizados, cinturões de miséria e falta de liberdade de imprensa e opinião.<sup>58</sup>

### **A repressão aos movimentos sociais**

Dada a origem revolucionária do regime, a presença de organismos de representação de sectores populares (que, em tese, constituem a base do PRI), a retórica social-revolucionária empunhada tantas vezes ao longo da sua história, o forte nacionalismo, a planificação econômica, a participação decisiva do Estado na economia e a distribuição de recursos e subsídios para o bem-estar social, argumenta-se que, pelo menos ainda nos anos 1960, o Partido Revolucionário Institucional poderia ser classificado como um partido de esquerda ou, ao menos, como de nacionalismo esquerdizante. É o que nos leva a concluir Wallerstein, que aproveita o exemplo mexicano para, ao lado das revoltas estudantis nos países do Leste Europeu e a ruptura dos movimentos da Nova Esquerda com os tradicionais partidos de esquerda, concluir que a rebelião mundial de 1968 atentou também contra a “velha” esquerda – tanto a esquerda “social” quanto a nacionalista.<sup>59</sup> Caminho semelhante traça Octávio Paz, que compara a revolta mexicana de 1968, que enfrenta um Estado cuja retórica é a do bem-estar social, justamente com as revoltas estudantis no Leste Europeu. Jovens estariam protestando contra uma “velha esquerda” que passou a ostentar uma política conformista e não redentora, após assumir o poder, segundo Wallerstein, ou, segundo Octávio Paz, que afastou-se por demais das formas democráticas de política. Do mesmo modo, a revolta mexicana lutava contra um imperialismo – enquanto no Leste Europeu, o imperialismo a ser denunciado era o soviético, no México era o norte-americano. Também, jovens mexicanos e

<sup>57</sup> Christian Jelen. “Mexique: le sens d’une révolte”, in *Les Temps Modernes*, Paris, dezembro de 1968, n. 270, pp. 1080-1095.

<sup>58</sup> Jorge Carrión. “Biografía política del movimiento de julio” in Jorge Carrión et al. *Tres culturas en agonía*, Cidade do México: Nuestro Tiempo, 1969, pp. 9-78.

<sup>59</sup> Immanuel Wallerstein. “1968, Revolution in the world-system. Theses and queries”, in *Theory and Society*, n. 18, Holanda, Kluwer Academic Press, 1989, pp. 431-449.

europceus do Leste lutavam contra as burocracias dominantes do Estado: “nacionalismo, só que não contra a intervenção soviética, mas sim contra o imperialismo norte-americano; aspiração a uma reforma democrática; protesto, não contra as burocracias comunistas, mas contra as do Partido Revolucionário Institucional”.<sup>60</sup>

Mas há algo que intriga ainda mais que o fato de ter havido uma revolta contra um regime pretensamente revolucionário, ou do movimento estudantil esboçar uma revolução social usando ideais semelhantes à da revolução que construíra o sistema social vigente. Trata-se da violência infinita, se comparada à real ameaça golpista do movimento estudantil, utilizada pelo Estado mexicano. Esta violência revela as características pouco emancipatórias do regime construído pelos vitoriosos na Revolução Mexicana.

Mesmo porque não se tratava da primeira repressão brutal contra um movimento dissidente. O movimento estudantil de 1968 assemelhou-se mesmo aos movimentos sociais dissidentes que já tinham ocorrido no México, graças ao seu desafio ao autoritarismo crescente e logo institucionalizado de um regime que se dizia defensor da famosa Revolução. Camponeses, operários, professores e mesmo estudantes, desde os tempos da Guerra Civil, na verdade, revoltaram-se contra os rumos tomados pelos que se apoderaram do poder à custa da rebelião popular. Da influência decisiva nos rumos da Revolução – como os Exércitos de Zapata e Villa que combateram Huerta, ou os operários que formaram batalhões nas fileiras constitucionalistas –, movimentos camponeses e operários, como vimos, foram cooptados pela estrutura política do regime de partido único de fato ou, quando isto não foi possível, foram transpassados pelo crivo de uma violência estatal que passou por cima dos artigos da Constituição, ainda que alegasse estar defendendo a “Revolução”. Os movimentos camponeses dissidentes, especialmente, foram vítimas desta violência desmedida, que às vezes tomou caráter de terror social, jogando as Forças Armadas contra coletividades que, real ou supostamente, sustentavam rebeldes armados – dos camponeses seguidores de Zapata aos novos zapatistas de Chiapas, em pleno anos 1990, passando pela Cristiada dos anos 20 e 30.

Ao caráter oligárquico e cooptativo do regime mexicano, plenamente institucionalizado nos anos 1960, deve se acrescentar certamente a face da violência política, típica de regimes autoritários. Violência que se exerce inesperadamente, sem muitos avisos, geralmente depois de tentativas frustradas de cooptação, se o movimento adquiriu já certo vulto. Outras vezes, esta violência estatal, ao se exercer sobre uma pequena erupção social, desejando eliminá-la

---

<sup>60</sup> Octávio Paz, “Olimpíada e Tlatelolco”, *op. cit.*, p. 205.

rapidamente, é quem amplifica o movimento contestador – a repressão desmesurada está mesmo na origem de muitas revoltas sociais importantes, como a Cristiada e o movimento estudantil de 1968. Igualmente, a não ser que o movimento zapatista em Chiapas mude a história, a repressão militar quase infinita costuma encerrar tragicamente os movimentos que não se deixam cooptar – não há alternativa à cooptação, a não ser a supressão violenta.

A Cristiada, que iniciou-se espontaneamente em 1926, foi um complexo movimento camponês que partiu em defesa da Igreja Católica quando o Estado ameaçou impedir-lhe de manter livremente suas atividades religiosas. As tentativas de controle do movimento popular por setores da hierarquia católica e mesmo por proprietários de terra contrários à reforma agrária, na verdade, não conseguiram dirigir efetivamente o movimento ou findá-lo após a Igreja entrar em acordo com o Estado mexicano. Na verdade, foi a reação truculenta do governo, diante dos primeiros enfrentamentos entre camponeses e representantes oficiais, que acabou por “atiçar a fogueira da insurreição popular: detenções em massa, execuções sumárias, tentativas de desarme geral, roubos das igrejas e, sobretudo, a ameaçadora onipresença do exército e a crescente mobilização de agraristas (setores camponeses favoráveis ao regime) armados”.<sup>61</sup> Depois de um início espontâneo e popular o movimento constituiu guerrilhas em número crescente, que se reorganizaram após um primeiro revés no início de 1927. Outra ação do governo mostra o caráter violento do regime: para controlar os camponeses dispersos pelo território em que pululavam os grupos cristeros, o Estado obrigou a população camponesa a se agrupar em grandes “concentrações” vigiadas pelo Exército – deste modo, mesmo os indiferentes acabariam sendo envolvidos na revolta. O movimento, que chegou a instalar autogovernos em zonas liberadas, acabaria isolado após a Igreja entrar em acordo com o governo e conclamar a deposição de armas, ainda que sem conseguir garantia alguma para os rebeldes. A violenta ação repressiva, após o fim da revolta, com o assassinato dos líderes das guerrilhas apesar de deporem as armas, motivaria também uma segunda Cristiada, entre 1932 e 1940. Ainda que tenha sido menor, repetiram-se nela as mesmas cenas de violência vistas na primeira Cristiada.

Quanto aos operários, seria marcante a repressão do governo à greve dos ferroviários em março de 1959. A resposta governamental foi desmesurada novamente: em uma só ação repressiva, cinco mil pessoas foram presas pelo Exército e confinadas em campos militares

(antecipando uso similar que teriam após o massacre de Tlatelolco, em 1968), quinze mil ferroviários foram despedidos e se registrou ao menos o assassinato de um ferroviário em Monterrey. Também se evidenciou, ainda que não pela primeira vez, o caráter “anti-comunista” do regime e o desejo de atribuir a espiões de Moscou a responsabilidade pelas crises sociais: dezenas de membros do Partido Comunista Mexicano foram presos e alguns diplomatas soviéticos, acusados de responsabilidade pela greve, foram expulsos do país. O principal líder deste movimento dos ferroviários foi Demetrio Vallejo, que tentara criar um sindicalismo independente. Vallejo encontrava-se ainda preso quando aconteceu o movimento de 1968 – diante do presídio em que se encontrava, a passeata de 13 de agosto de 1968 entoaria: “Vallejo, Vallejo, Libertad!”. Também, um cartaz na Universidade Nacional ostentava em 1968: “Líder honesto é igual a preso político”.<sup>62</sup>

O governo de Díaz Ordáz, que seria o responsável pelo massacre de Tlatelolco em outubro de 1968, já havia demonstrado que assimilara a vocação repressiva no início de seu mandato. No final de 1964, médicos residentes e internos dos hospitais do Distrito Federal começaram a exigir melhores salários e condições de trabalho, formando a Associação Mexicana dos Médicos Residentes e Internos (AMMRI) e a Aliança de Médicos Mexicanos. Tomou-se um movimento de caráter nacional, apoiado pela grande maioria dos médicos e enfermeiros de todo o país. Suas últimas manifestações seriam agredidas por forças do governo – inclusive com *granaderos* (força de repressão social) tirando à força do hospital 20 de Novembro seus médicos e enfermeiros –, alguns militantes seriam presos e, após ameaças do próprio Presidente, 600 médicos foram despedidos e 200 foram realocados.<sup>63</sup> Também, como veremos a seguir, professores e estudantes já haviam enfrentando as garras brutais do regime antes de 1968.

## A Universidade

Também a universidade, em destaque a Universidade Nacional, sediada na Cidade do México, foi um importante foco de resistências ao regime instituído pela Revolução. É claro, também foi um foco dissidente sempre ambíguo pois, como em outras universidades latino-

<sup>61</sup> Armando Bartra. “Los campesinos contra el agrarismo hecho gobierno. La cristiada”, in Los herederos de Zapata. Movimientos campesinos posrevolucionarios en México. 1920-1980, Cidade do México: Era, s.d., pp. 36-57, cap. IV, p. 45.

<sup>62</sup> Cit. In. Elena Poniatowska. La noche de Tlatelolco. Testimonios de historia oral, Cidade do México: Era, 1987, p. 144.

americanas, os profissionais formados pela universidade provavelmente ascenderiam às altas carreiras liberais e burocráticas da sociedade e Estado, muitas vezes também aos altos cargos políticos e diretivos.

A Universidade Nacional foi criada no mesmo ano do início da Revolução Mexicana, em 1910, fazendo parte de um movimento de renovação cultural paralelo à revolução político-social.<sup>64</sup> Anos mais tarde, o governo criaria no mesmo Distrito Federal o Instituto Nacional Politécnico (IPN), antecipando a proposta que se generalizaria mais tarde, de um ensino mais tecnicista e voltado às necessidades produtivas da indústria moderna, além de funcionar como um contrapeso político à autônoma Universidade Nacional. Mas logo, assim como a Universidade Nacional, também o Instituto Politécnico seria foco de movimentos estudantis de contestação ao regime. Mais tarde, outras universidades, institutos e centros universitários seriam criados pelo governo federal e pelos Estados da Federação, tentando descentralizar o ensino superior. Relativamente pequena, por outro lado, até os anos 1960, seria a participação das escolas particulares no grau superior.

A Universidade Nacional Autônoma do México (UNAM) tornou-se desde logo o principal centro educacional e cultural do país. Ao mesmo tempo, desde o início da Revolução Mexicana, tornou-se um centro de poder de crucial importância na vida política nacional. A UNAM representou desde então uma dupla função diante do Estado: de um lado, era a principal instituição acadêmica a nutrir a alta burocracia revolucionária; por outro lado, era um centro de dissidência e luta contra o ímpeto expansionista do Estado revolucionário, mantendo uma posição de autonomia e sendo em diversas ocasiões sede de oposição política.<sup>65</sup>

Desde sua criação, acadêmicos e estudantes da UNAM lutaram pelo reconhecimento de sua “autonomia”. Em 1923, choques entre Universidade e Estado, levaram o reitor Antonio Caso a renunciar. Enquanto os estudantes apresentaram um projeto de autonomia, o governo decidiu criar um sistema de ensino secundário público, contra as pretensões da UNAM. Apesar

---

<sup>63</sup> Fernando Carmona, “Genealogia e atualidade da repressão”, in Jorge Carrion et al. *Tres culturas en agonía*, *op. cit.*, pp. 170-246.

<sup>64</sup> Luis Villoro, “La cultura mexicana de 1910 a 1960”, in *Historia Mexicana*, in *Revista Historia Mexicana*, Cidade do México: Colégio de México, outubro-dezembro de 1960, vol. X, número 2, pp. 196-219.

<sup>65</sup> Francisco Arce Gurza, “Examen de libros”, in *Revista Historia Mexicana*, Cidade do México: Colégio de México, n. 129, 1982, pp. 170-175.

disto, os estudantes consolidavam-se como uma organização e movimento “que não ocultava sua impaciência por intervir nos assuntos políticos do país”.<sup>66</sup>

Uma primeira vitória dos universitários, na questão da autonomia, se daria em 1929, após um amplo movimento estudantil iniciado com o protesto contra um projeto da reitoria relacionado à escola Preparatória. A greve estudantil, iniciada na faculdade de Direito, foi reprimida com certa violência pelas forças do governo, o que serviu para catalisar antigos ressentimentos universitários, generalizar o movimento e torná-lo a principal questão nacional do momento. Diferente de 1968, quando a resposta seria brutal, em 1929 o presidente Portes Gil outorgou a Lei da Autonomia, pretendendo assim terminar com o conflito, atendendo mesmo um antigo desejo que não fora então expresso, a autonomia. É claro que havia certas ambigüidades na Lei, como o direito de vigilância da universidade pela “opinião pública” e órgãos do governo e o fato de se manter a entidade como estatal – prevendo, como possibilidade futura, o fim do subsídio federal, que sempre foi responsável por quase todo o orçamento da UNAM. No fim, entretanto, mais que conciliador, o evento acabou despertando na Universidade desejos por uma independência ainda maior em relação ao Estado, principalmente entre os estudantes.

Em 1933, foi criada uma nova lei da autonomia, que complicou a situação da UNAM. Nestes anos a UNAM teve de enfrentar a animosidade do governo, a hostilidade dos grupos de esquerda, a forte redução das verbas (que mantinham a universidade em constante ameaça de falência) e um *status* jurídico incerto. A Universidade do México, diante da sua situação econômica crítica, procurou se reconciliar com o Estado e reconquistou em 1937 o direito ao subsídio federal parcial (após não receber nenhuma verba oficial entre 1933 e 1936), ainda que não conseguisse sair totalmente da precariedade.

O período que vai até 1945 mantém ainda os conflitos entre Universidade e Estado, assim como as mobilizações estudantis, que conseguiram algumas vitórias parciais. Em 1945, começou o chamado “período de paz”, que durou até 1961. Ele se iniciou com a terceira lei da autonomia, que fez a UNAM recuperar seu caráter “nacional” e o *status* de “organismo descentralizado do Estado”, reincorporando-se ao âmbito do planejamento federal da educação (dados indicam que, em 1961, quase todo o orçamento da UNAM provinha do governo federal). Apesar disto, durante este período, alguns reitores chegam a usar grupos de

<sup>66</sup> Porfirio Muñoz Ledo. “La educación superior”, in Jaime Torres Bodet et al., *México. Cincuenta años de Revolución*, vol. IV. *La Cultura*, Cidade do México: Fondo de Cultura Económica, s.d., pp. 105-136, cap. LIV,



choque para combater o ativismo estudantil em momentos perigosos. Ao mesmo tempo, durante estes anos, o governo rompeu com o monopólio da UNAM, ao abrir instituições alternativas como o Instituto Politécnico Nacional e regulamentar o ensino superior através do Conselho Nacional de Educação Superior.

Vários fatores contribuíram para a quebra do clima relativamente pacífico entre Universidade e Estado, nos anos 1960. Primeiro, devido ao processo acelerado de desenvolvimento sócio-econômico, a UNAM e as demais universidades do país começaram a adquirir dimensões gigantescas.<sup>67</sup> No início dos anos 1960, nota-se que o ensino superior no México entra em uma fase de crescimento vertiginoso: a Universidade do México, que tinha 9.622 alunos em 1924 (quase 6 mil nos cursos superiores, o resto em cursos sub-profissionais, livres, preparatórios e secundários), teria 67.092 estudantes em 1961 (quase 41 mil deles nos cursos profissionais superiores, 20 mil nos preparatórios, quase 4 mil nos secundários e cerca de 2 mil no sub-profissional).<sup>68</sup> Também houve uma expansão para o interior do país: em 1940, haviam apenas 6 universidades de província, em geral sediadas em cidades com antiga tradição cultural e apenas outras 5 foram criadas até o fim da década de 1940; mas, em 1961, haveriam 24 universidades. O México em 1961, tinha cerca de 90 mil estudantes em cursos superiores, quase 1/5 do total deste nível na América Latina (então com cerca de 500 mil alunos), superado apenas pelo Brasil. Destes, mais do que a metade estavam nas instituições federais, a maioria na UNAM e no IPN. Na verdade, o Distrito Federal continha 67% do total dos universitários, o que ajuda a explicar o fato das revoltas de 1968 terem sido quase que exclusivas ao Distrito Federal – centradas na UNAM e IPN.<sup>69</sup> Em 1970, a UNAM atingiria a marca de quase 100 mil alunos. Durante os anos 1960, foi fenomenal o crescimento da população universitária no México: em 1970 haviam cerca de 194 mil estudantes nos cursos superiores, um acréscimo de 66% em relação a 1964.

Os estabelecimentos de ensino superior também controlavam importantes setores dedicados a cursos preparatórios e semi-profissionalizantes (considerados como nível “médio-superior”). Em 1961, o México possuía cerca de 77 mil estudantes no estágio preparatório e quase 46 mil no sub-profissional. Dos alunos do nível preparatório, a UNAM possuía 20 mil em sua Escola Nacional Preparatória e o IPN mais de 7 mil. Do IPN também devemos

---

p. 113.

<sup>67</sup> Francisco Arce Guza, “Examen de libros”, *op. cit.*

<sup>68</sup> Porfirio Muñoz Ledo. “La educación superior”, *op. cit.*, tabela 1.

<sup>69</sup> *Ibid.*

destacar os mais de 8 mil alunos dos seus cursos “Pré-Vocacionais”.<sup>70</sup> O número de estudantes neste nível médio-superior aumentaria 77% entre 1964 e 1970, tendo um total de 310 mil alunos em 1970.

Os estudantes do nível médio-superior, ou pré-universitário, teriam papel destacado nos movimentos de 1968. Os eventos de 1968 começaram mesmo entre alunos de cursos preparatórios, alunos que estariam sempre presentes de modo maciço nas manifestações, brigadas estudantis e até na organização do movimento estudantil de 1968. Esta participação conjunta foi facilitada pelo fato destes cursos preparatórios serem ministrados nas mesmas instituições que ofereciam os cursos superiores. Na França, os estudantes dos Liceus foram fundamentais para o sucesso do movimento estudantil de Maio de 1968, ainda que não se reconheça, em geral, o papel deles. Veremos também a participação de pré-universitários, ainda que comparativamente menor, no Brasil em 1968. Na China, os estudantes não-universitários formariam mesmo a parte principal dos “Guardas Vermelhos” da Revolução Cultural. Portanto, o México apresentaria, como um dado diferencial de seu movimento, a participação mais integrada de estudantes pré-universitários junto aos universitários, ainda que o núcleo decisório do movimento tenha ficado mais entre os segundos.

Apesar das transformações abruptas no ensino superior, certos fatores existentes nas universidades mexicanas (principalmente na UNAM), nem todos específicos ao México, pareciam correr contra a radicalização estudantil que se observaria em 1968. Em primeiro lugar, em destaque a UNAM, as universidades no México foram tradicionais mantenedoras de valores liberais e até conservadores, valores que serviram como base da luta pela autonomia e contra o crescimento do Estado pós-revolucionário. Para alguns, o processo mesmo de cessão da autonomia à UNAM parece um tortuoso acordo entre os novos líderes revolucionários e focos liberais presentes na universidade. Por outro lado, agora beneficiando o radicalismo estudantil, a liberdade de cátedra e pesquisa da UNAM parece ter se estendido nos anos seguintes às demais instituições de ensino médio e superior – não se impedia que as aulas tratassem de problemas nacionais e havia liberdade para o estudo das mais diversas correntes filosóficas. Contudo, antes de 1968, os temas e problemas nacionais nunca tinham sido seriamente desenvolvidos pelo movimento estudantil ou nunca tinham saído do âmbito

---

<sup>70</sup> Ibid.

acadêmico e interno.<sup>71</sup> Tradicionalmente, os problemas mais importantes tratados pelos movimentos estudantis foram as relações entre a universidade e o poder, ou seja, a já citada luta e defesa da autonomia. Nos anos 1960, não havia em mente, diferente do Brasil, um projeto de privatização da educação superior, e até a economia do país parecia contar a favor dos que se formavam nas carreiras universitárias. A UNAM era freqüentada por filhos das classes médias e altas (só 16% dos alunos vinham de classes populares), enquanto o IPN, cuja composição costumava ser mais diversificada, tendeu a se aproximar à da UNAM.

No início dos protestos estudantis de 1968 os docentes se colocariam mais uma vez ao lado dos estudantes, docentes estes que sentiam-se incomodados por terem de trabalhar para o governo, além de estarem com seus salários em baixa. Havia se findado o “período de paz” entre Estado e Universidade. Voltavam a entrar em atrito, desde o início dos anos 1960, a UNAM, “santuário de cultura”, templo do saber e reservatório de elitismo e liberalismo, e o Estado, de origem revolucionária, populista, nacionalista e semi-oligárquico. A própria administração universitária colaboraria com os rebeldes da UNAM, permitindo, por exemplo, o uso de sua imprensa. Assim, por um lado, o movimento de 1968 revivia antigas lutas pela autonomia, colocando, lado a lado, estudantes entusiasmados e docentes moderados (que recuavam, em 1968, diante da ameaça de repressão): “Naquele momento, em defesa da autonomia, os interesses da comunidade acadêmica confluíram para uma luta comum.”<sup>72</sup>

Apesar das limitações em seu radicalismo e da ligação com o passado, havia algo de novo, mais adiante em relação às propostas de autonomia, diferentes das propostas liberais, mais além que a simples questão da relação da universidade com o Estado e para além de um movimento exclusivo da nação mexicana. Os novos fatores radicais, juvenis e globais presentes nos movimentos mexicanos se iniciaram, na verdade, antes mesmo de 1968, em revoltas que anunciavam a grande rebelião juvenil do México.

### **Estudantes em revolta**

Durante o movimento de 1968, um estudante da UNAM relacionou a sua revolta com outras revoltas estudantis antes realizadas e fracassadas graças à repressão estatal: “Ao marchar por todas as ruas, como fizemos, de certo modo vingávamos todos os estudantes da província que foram reprimidos antes que nos revoltássemos; aos estudantes de Puebla, de Tabasco, de

<sup>71</sup> Daniel Cazés. “Despolitización, movimiento estudiantil y politización en México”, in: Jorge Carrion et al., *op. cit.*, pp. 79-107.

<sup>72</sup> João Roberto Martins Filho. *op. cit.*, p. 76.

Chihuahua, de Sinaloa, de Guerrero, de Sonora e, de certo modo, os atropelos cometidos em Morelia, em Hermosillo e Monterrey”.<sup>73</sup>

O relato comprova que o movimento de 1968 foi precedido por tentativas anteriores, demonstrando que as causas da rebelião estudantil já vinham incomodando alunos e professores desde o início dos anos 1960. Por outro lado, tais revoltas se deram principalmente fora da capital do país, onde a população estudantil era menor, assim como a capacidade de atrair holofotes nacionais e internacionais também. Assim, pode-se dizer que o movimento estudantil crescia e se desenvolvia de modo “subterrâneo” e lento. O *timing* do movimento mexicano não se diferenciou muito do desenvolvimento da onda mundial de revoltas juvenis, pelo contrário. O México repetiu a seqüência e as datas de desenvolvimento, incubação e explosão da rebeldia juvenil, do início dos anos 1960 a 1968. Isto demonstra que a onda “subterrânea” tinha, ao lado dos componentes nacionais, outros mais gerais, ainda que os segundos nem sempre tenham sido conscientemente formulados.

A recordação dos movimentos precedentes a 1968 ilustram um verdadeiro crescente da revolta. Já em 1956, o Presidente da República, Adolfo Ruiz Cortines, ordenou que o Exército ocupasse o IPN e desalojasse os estudantes de seu internato para, em seguida, reformar a Lei Orgânica deste Instituto de modo conservador. Repressões deste tipo se dariam novamente na IPN e também na UNAM em cada ano entre 1957 e 1960, bem como nos atos de apoio à Revolução Cubana em 1961 e de solidariedade ao Vietnã em 1965.<sup>74</sup> Ainda em 1958, aconteceu um importante Movimento Magisterial, igualmente reprimido pelo governo.

Logo o movimento estudantil se ampliaria para as províncias, apesar de repetir-se a agitação no Distrito Federal durante a greve da UNAM em 1966. Além destes, houveram revoltas populares que contaram com importante participação dos estudantes em Puebla (1964), Morelia (1966), Sonora e Tabasco (1967).<sup>75</sup>

Morelia já havia realizado movimentos estudantis anteriores, em 1962 e 1963, assim como Puebla, que teve um movimento pela reforma universitária em 1962. O movimento de Morelia, em 1966, por sua coragem e pela repressão, foi considerado uma prévia de 1968. Começou com um fato trivial, um protesto estudantil contra o aumento das tarifas do transporte urbano pelo governo estadual, cuja repressão causou a morte de um estudante pelas

<sup>73</sup> Ernesto Hernández Pichardo, estudante da UNAM, *cit. in* Elena Poniatowska. La noche de Tlatelolco. Testimonios de historia oral, *op. Cit.*, p. 17.

<sup>74</sup> Fernando Carmona. “Genealogia e atualidade da repressão”, *op. cit.*

<sup>75</sup> Pablo Gómez, das Juventudes Comunistas, estudante da UNAM, *cit. in* Elena Poniatowska. *op. cit.*, p.18-9.

mãos de “policiais estudantes” locais (2/10/1966). A violência aqueceu o movimento, que cresceu espontaneamente e ganhou o apoio da população e até do Conselho Universitário da Universidade de Michoacana. Enquanto isto, ocorria uma intensa campanha de difamação pela imprensa local e, depois, pela imprensa nacional contra os estudantes. Ocorreram várias grandes manifestações, pacíficas mas decididas e politicamente heterogêneas, que sofreram provocações externas. Semelhante ao que o governo fizera com o movimento ferroviário de 1958, alegou-se a existência de uma “conjuração comunista, com participação de estrangeiros”.<sup>76</sup> Vários estudantes militantes do Partido Comunista foram presos e três professores estrangeiros (um guatemalteco, um porto-riquenho e um norte-americano) foram expulsos do país, enquanto a polícia seqüestrou um professor porto-riquenho e outro iugoslavo. A repressão pelo Exército utilizou baionetas e pára-quadristas, comandados pelo general José Hernández Toledo (que deveria ser o comandante do massacre de Tlatelolco em 1968). O Exército invadiu a universidade e seu reitor foi raptado por policiais federais e obrigado a renunciar. Trezentos estudantes e professores detidos foram mantidos em quartéis do exército (duzentos durante uma semana) e cem por policiais civis. Livros e revistas soviéticos, cubanos e chineses, retirados da biblioteca da universidade, foram apresentados como “prova” do complô comunista internacional. O governador do Estado e o presidente do país, que ordenaram a repressão, receberam manifestações de apoio das associações de empresários, dos dirigentes dos sindicatos oficiais e da imprensa. Coroando a repressão, a Lei Orgânica da Universidade foi modificada, suprimiram-se a Faculdade de Altos Estudos e os internatos estudantis e afastaram-se profissionais mais progressistas, enquanto a maioria dos diretores e muitos dos professores capitulavam.<sup>77</sup>

Na UNAM em 1966, diferente do movimento de 1968, estudantes e professores cindiram-se, justamente porque o objeto da revolta estudantil eram as condições acadêmicas. O movimento exigia uma reforma universitária, à semelhança do movimento de Puebla e de outros em todo o mundo (inclusive no Brasil, neste mesmo momento), em resposta aos dilemas que já apontamos aqui, envolvendo propostas de democratização, politização e tecnificação. Os eventos da UNAM em 1966 revelam que também no México funcionou o esquema da revolta estudantil originada de uma questão universitária, derivada dos dilemas que o ensino superior passou a enfrentar nos anos 1960. Em seguida, propostas de reforma

<sup>76</sup> *Cit in* Fernando Carmona. *op. cit.*, p. 193.

<sup>77</sup> Fernando Carmona. *op. cit.*

universitária e transformação estrutural do ensino e da ciência. Finalmente, por diversos motivos, a revolta se amplia, discutindo temas nacionais e internacionais e adquirindo vulto ou repercussão em todo o país (muitas vezes, para além das fronteiras da nação). A revolta estudantil pode então adquirir (como acontecerá no México em 1968) um caráter de ampla rebelião, tratando de aspectos políticos e sociais de interesse geral. Ao mesmo tempo, explícita ou implicitamente, são discutidas também questões culturais e comportamentais e vivenciadas formas alternativas de comportamento e arte – a conjugação entre o político e o cultural.

Em março de 1966, o movimento da UNAM começou com greves estudantis na Faculdade de Direito e na Escola Nacional de Economia, após a queda do reitor Ignacio Chavez. Em maio, houveram manifestações de apoio ao povo do Vietnã. Em junho, uma greve estudantil na Escola Nacional de Mestres.<sup>78</sup> O movimento tinha como fundo um ataque dos estudantes à aristocracia universitária, com a bandeira da reforma universitária, defendendo uma aproximação entre ensino, pesquisa e realidade nacional. O movimento acabaria, de uma certa forma, cooptado: autoridades acadêmicas tomaram dos estudantes sua bandeira e empreenderam uma reforma limitada, denunciada pelos estudantes como meras “mudanças nos nomes dos cursos, aperfeiçoamento da burocracia acadêmica e ampliação dos estacionamentos”.<sup>79</sup> Também, o principal dirigente do movimento, chefe da Central Estudantil independente, acabou sendo cooptado pelo regime, aceitando um importante cargo dentro da central estudantil oficial.

Ainda em 1966, em Chipacingo, estudantes lutaram contra a reeleição ilegal do reitor. Em Culiacán, estudantes se rebelaram contra a prisão de dirigentes estudantis. Em Tampico e Cidade Mader, houveram protestos contra o seqüestro de um professor do Instituto Tecnológico, além de lutas estudantis e repressões em Puebla, Guerrero, Coahuila, Veracruz e Durango.

Em 1967, novas greves estudantis ocorreram, não mais no Distrito Federal, mas em locais como Puebla, Tabasco, Yucatán, Guerrero, Sinaloa e Chihuahua. Também houveram movimentos estudantis em San Luis Potosí, Yucatan, Michoacán e Durango. Contra os estudantes, o governo utilizou não apenas a polícia, mas também milícias camponesas. O governo teve apenas um insucesso parcial em Chihuahua, onde ocorreu uma greve na Escola de Agricultura Hermanos Escobar. Esta greve gerou uma onda nacional de greves estudantis

---

<sup>78</sup> *Ibid.*

em escolas de agricultura, conseguindo ainda a solidariedade de estudantes dos cursos normais, da Escola Nacional de Chapingo e do IPN. Em Sonora e Tabasco, o Exército ocupou as universidades, enquanto a Universidade de Puebla foi apenas cercada.

Em Hermosillo se iniciaram grandes distúrbios populares depois que o PRI impôs um governador ao Estado, em maio de 1967. Automóveis foram incendiados, o comando político da cidade foi assaltado e casas de deputados e funcionários públicos foram atacadas. O Congresso local solicitou a presença do Exército, que liderou a repressão em conjunto com milícias camponesas e policiais disfarçados, utilizados como tropa de choque pelo governo local.

Em Villanerosa, ainda em 1967, os estudantes pediam melhorias econômicas para a Universidade Benito Juárez e, depois de nada conseguirem, iniciaram uma greve e ocuparam o edifício escolar. “Pistoleiros-estudantes” tentaram desalojar os invasores e um estudante morreu asfixiado durante os combates. Tropas de choque semelhantes às utilizadas em Hermosillo também estavam presentes. No entanto, o movimento ganhou apoio popular, crescendo a demanda pela renúncia do governador. Também, o movimento assumiu um caráter mais violento, em resposta a provocações e brutalidades da repressão governamental. O edifício da Escola de Belas Artes foi incendiado, assim como oficinas locais do PRI. Até que, na noite de 29 de julho, uma outra prévia da covardia de Tlateloco aconteceu: pistoleiros, policiais e talvez alguns soldados realizaram uma carnificina nas margens do rio Grijalva, onde muitos estudantes foram metralhados quando tentavam cruzar o rio a nado. Vários outros corpos apareceram mortos por golpes de espada. No dia seguinte, os mesmos repressores atiraram contra alunas da Escola Normal. Dezenas de presos deste movimento estudantil ainda seriam condenados, em maio de 1969, a muitos anos de prisão.<sup>80</sup>

As revoltas estudantis anteriores a 1968 já antecipavam quase todas as características da trágica revolta da capital mexicana. Nelas, vemos o início do movimento através de demandas universitárias, o crescer da revolta após respostas truculentas da repressão, tentativas (algumas bem sucedidas) de conjunção com movimentos populares, apoio frágil e indeciso de vários professores e autoridades acadêmicas, crescimento numérico e ideológico do movimento, proposição de outras demandas e questões para além da educação – contestando o âmago do sistema político autoritário e o sistema social injusto – e, finalmente, o findar das mobilizações

<sup>79</sup> *Cit in.* Daniel Cazés. “Despolitización, movimiento estudiantil y politización en México”, *in.* Jorge Carrion, *et al. op. cit.*, pp. 79-107, p. 91.

através de uma violência desmesurada e indiscriminada, utilizando-se o Estado de métodos que remontavam os da Guerra Civil (métodos que, como vimos, sempre foram retomados contra movimentos populares quando a cooptação falhava).

## 1968

Em 1968, o regime preparava no México a realização de uma Olimpíada. Os Jogos Olímpicos, mais uma vez, seriam somatizados politicamente pelo Estado hospedeiro. O governo mexicano pregava a paz interna durante as Olimpíadas, uma trégua que demonstraria o patriotismo do seu povo, enquanto esperava atrair a confiança de nações de todo o mundo com quem desejava estabelecer novas relações diplomáticas e comerciais. As Olimpíadas no México ilustravam o desejo de um país que se abrir ao mundo, política e comercialmente, após anos de uma retórica nacionalista deveras radical e uma economia muito concentrada no Estado. O governo do Díaz Ordáz em parte conquistou a almejada atração de capitais externos, mas não conseguiu evitar que o país, ainda no fim dos anos 1960, entrasse numa crise econômica que se estenderia pelas próximas décadas. Enfim, os Jogos Olímpicos de 1968, para quem a rebeldia estudantil fora eliminada a golpes de baioneta e tiros de metralhadora, acabariam sendo lembrados muito mais pelo gesto dos atletas negros norte-americanos que, ao receberem suas medalhas, ouviram o hino de seu país com o gesto desafiador dos Panteras Negras.

O próprio esforço do Estado Mexicano de elevar o país ao rol das nações civilizadas pareceu inútil depois do massacre de 2 de outubro de 1968, na Praça das Três Culturas em Tlatelolco, Cidade do México. Neste evento, e não na Olimpíada, se evidenciaram as contradições de um regime político e social *sui generis*, de partido único de fato e autoritário, sustentando uma crescente desigualdade social, incapaz de resolver problemas sociais que remontavam ao tempo do porfirismo (desemprego, baixa produtividade agrícola, analfabetismo, alimentação, vestuário etc.), a caminho de uma crise econômica (ao lado de todo o Terceiro Mundo) e incapaz de lidar com oposições indóceis, a não ser através da violência ilimitada.

Diante da importância que aos olhos do governo assumiu o evento Olimpíadas, os estudantes da capital, oponentes então do regime do PRI, oscilavam entre a ameaça de sabotar os Jogos e a promessa de não prejudicarem o evento esportivo – a segunda tendência, aliás,

---

<sup>80</sup> Fernando Carmona. *op. cit.*



sempre foi a mais forte e a oficial das organizações que lideraram a revolta, apesar de em algumas manifestações serem entoados *slogans* ambíguos como “Não queremos Olimpíada, queremos Revolução!”<sup>81</sup> O governo foi ficando cada vez mais nervoso diante da aproximação da Olimpíada. Além da tradicional ferocidade do regime no trato de rebeldias não cooptáveis, deve-se ver nisto um outro estímulo à repressão dispensada ao movimento estudantil, principalmente no massacre de Tlatelolco.

A revolta estudantil mexicana, assim como muitas outras em todo o mundo, em 1968, não logrou melhores resultados políticos – nem mesmo a médio prazo. No máximo, evidenciou o caráter autoritário e violento do regime de seu país, enquanto esvaziava-se em sangue ou no cárcere. Semelhante também a outras revoltas estudantis, o 1968 mexicano não teve melhores seqüências nas décadas seguintes entre os jovens de classe média. A própria classe média (não apenas a mexicana, mas em quase todos os países onde se revoltaram os seus jovens – o sector mais frágil desta camada social) logo reencontraria uma relação de equilíbrio com o sistema econômico e o regime político do qual fazia parte.

Assim como em muitos países em que se deu a onda mundial de revoltas juvenis, também no México veio dos jovens urbanos e da classe média, principalmente os universitários, a rebeldia que questionou todos os principais aspectos do sistema político e social vigente. Uma série de causas permitiu que isto se desse nos anos 1960, em destaque o ano chave de 1968. Causas, efeitos e retro-alimentações que envolviam fatores locais, ocasionais, efêmeros e nacionais, assim como internacionais, profundos, duradouros e globais.

Mas o México provoca o interesse especial de quem se debruça sobre os movimentos juvenis, por causa da tragédia quase incompreensível que selou sua sorte. Ao tomarmos contato mais sistemático com o universo das rebeldias de 1968, ficamos espantados pelo fato de se dar pequeno destaque relativo à sucursal mexicana da onda mundial de revoltas. A importância e a dramaticidade do caso mexicano contrastam muito com o relativo desconhecimento a respeito dele ou a pequena consideração a ele dispensada no mundo acadêmico e cultural. Um outro contraste se dá com o Maio de 1968 na França, que inundou este mesmo mundo cultural, no próprio mês em que se deu o evento, de publicações e estudos. É lógico que ao regime mexicano, pouco mudado desde 1968, não é interessante publicizar seu movimento estudantil – enquanto o mesmo não se dá na grande maioria dos outros países que tiveram movimentos importantes, nos quais estes eventos já fazem mesmo parte das suas

<sup>81</sup> Cit. in Elena Poniatowska. *op. cit.*, p. 21.

mitologias políticas. De certo modo, o 1968 mexicano ainda é vivo, justamente porque quiseram fazê-lo morrer no esquecimento total, justamente porque muitas das demandas que o animaram ainda não foram contempladas e porque ainda movimentos de oposição lutam por uma transformação do sistema político e social, como os guerrilheiros de Chiapas que revivem a saga de Zapata.

O silêncio relativo da opinião pública mundial – governos, imprensa, meios acadêmicos, artísticos etc. – e até de outros movimentos juvenis sobre o massacre de outubro de 1968 também espanta. Quanto à opinião pública, talvez isto se explique pelo fato do México, mesmo tão perto dos Estados Unidos, ser “subdesenvolvido” demais para merecer maiores considerações e reprimendas – e, talvez, alguns tenham silenciosamente saudado a “coragem” do governo mexicano. Quanto aos movimentos estudantis, a situação foi mais complexa. Não faltaram em manifestos linhas sobre o massacre ou improvisadas passeatas em frente a Embaixadas. Mas tudo pareceu muito pouco, principalmente porque o tema que neste momento tornava-se hegemônico entre as rebeldias juvenis era justamente o da violência. Talvez seja aí que resida a inanição e o repentino adormecer da costumeira solidariedade internacional-juvenil que tantas vezes se manifestara nos anos 1960. O massacre era por demais dilemático diante da defesa da violência como forma legítima de resistência, discurso (mais ainda que prática) que se tornava cada vez mais hegemônico entre as “novas esquerdas”: podia ilustrar a limitação de um movimento que tentou usar apenas o caminho das manifestações e a defesa da legalidade político-constitucional; podia representar a força da repressão do Estado, caso fosse necessário, diante de um perigo real de insurreição política.

Por tudo isto é mais do que necessário retomar o 1968 Mexicano – não só recordá-lo, mas também analisar as opiniões dos seus líderes e militantes, avaliar o significado de suas manifestações, organizações, demandas, formas de ação e palavras de ordem, identificar limites, inovações e potencialidades das idéias expressas e repensar o porque do seu brutal desaparecimento. Para este percurso de rememoração do que se quer esquecer, será utilizada principalmente a coletânea de relatos sobre o movimento mexicano de 1968 feita por Elcna Poniatowska.<sup>82</sup> Grande parte das citações e notas daqui em diante foram retiradas desta “história oral” do 1968 mexicano, que receberam aqui um tratamento mais analítico, tentando, a partir deste “inventário das cicatrizes”, construir uma explicação histórica e teórica sobre estes dramáticos acontecimentos.

## Os principais eventos de 1968

O movimento mexicano de 1968 se deu, na verdade, durante o segundo semestre deste ano, entre os meses de julho e outubro. Foram relativamente poucos os eventos centrais. O estopim do movimento foi a repressão policial contra uma simples briga entre alunos de escolas preparatórias rivais, assim como o ataque de forças policiais a duas passeatas estudantis, dias depois. Estudantes do IPL e UNAM logo formariam o Conselho Nacional de Greve, que se articulou em torno de seis demandas políticas. Em agosto e setembro aconteceram as grandes manifestações: a primeira em 13 de agosto (com cerca de 150 mil pessoas), a segunda em 27 de agosto (com 300 mil pessoas) e a terceira, conhecida como a “Marcha do Silêncio”, em 13 de setembro (também com 300 mil pessoas). Com a ocupação da Cidade Universitária pelo Exército, em 18 de setembro, o movimento passaria a se concentrar mais na região de Tlatelolco, onde realizou seus últimos grandes comícios – o derradeiro se deu justamente na noite de 2 de outubro, quando o Exército e forças pára-militares mataram centenas de pessoas e prenderam outras milhares.

Em 22 de julho de 1968, alunos da Escola Vocacional 2 (pertencente ao IPN) e da Preparatória Isaac Ochoterenca (incorporada à UNAM) se enfrentaram dentro da segunda escola, que sofreu alguns danos. Os *granaderos*, espécie de tropa de choque criada para conter protestos, greves e outras manifestações populares, acabaram interferindo de modo truculento na confusão, que se limitava a um conflito entre turmas rivais. A organização estudantil reconhecida pelo Estado, a FNET (Federação Nacional dos Estudantes Técnicos), devidamente autorizada pelo município, programou em 26 de julho um ato de protesto contra a intervenção policial do dia 22. No mesmo dia, também com autorização oficial, uma outra passeata havia sido convocada por uma organização estudantil de esquerda independente, o Centro Nacional dos Estudantes Democráticos (CNED), para comemorar o aniversário da fundação do grupo 26 de Julho (de Fidel Castro, que fizera a Revolução Cubana). Cinco mil estudantes dos cursos preparatórios abandonaram o ato da FNET e marcharam em direção à Praça da Constituição, juntando-se a eles no trajeto os universitários da segunda passeata. Mas, em uma esquina, os *granaderos* prepararam uma emboscada aos manifestantes – produziu-se um violento choque que se espalhou por todo o centro da capital. Os estudantes foram caçados e espancados mesmo nos prédios em que procuraram abrigo, enquanto outros ergueram

---

<sup>82</sup> Elena Poniatowska. La noche de Tlatelolco. Testimonios de historia oral, Cidade do México: Era, 1987.

barricadas. Estava encerrado o prelúdio do drama – segundo os estudantes, 200 pessoas foram presas, 500 feridos e 8 foram mortos nestes conflitos.

De modo espontâneo, quando se encontraram para marchar em direção ao centro da capital, dava-se início à primeira união entre estudantes do ensino médio-superior e superior, outra marca do movimento mexicano. Não só o movimento mexicano, de certo modo, começou como um conflito entre escolas preparatórias, mas também durante todo o ano de 1968 foi grande a participação de adolescentes pré-universitários nesta revolta. Um deles, um garoto de 11 anos, então no primeiro ano do ensino secundário, disse: “queremos o que diz a Constituição, que nos permitam protestar, que todos possam ir à escola, que se acabe com a pobreza, como a que se vê nos povoados que me leva minha mãe. Depois de Tlatelolco, meus amigos e eu vamos levar pedras e paus e se encontrarmos um *granadero* ou um soldado sozinho, o arrebetamos”.<sup>83</sup>

Quanto ao conflito de 26 de julho, o governo procurou atribuir culpa ao Partido Comunista Mexicano e, no dia seguinte, policiais e agentes invadiram oficinas do jornal do partido e prenderam alguns de seus dirigentes e militantes. Estava retomada a tese do complot comunista, destinada a convencer ao menos os setores conservadores sobre a má fé do movimento estudantil. Os conflitos entre estudantes, principalmente do nível médio-superior, e forças policiais recomeçaram em 29 de julho. Estudantes da Preparatória 7 bloquearam uma avenida e enfrentaram policiais. Os mesmos, no bairro Nonoalco-Tlatelolco, capturaram ônibus e bloquearam as principais avenidas. Como resposta, no dia seguinte, um disparo de bazuca na Escola Preparatória de Santo Ildefonso destruiu completamente a porta, uma obra-prima barroca. Em seguida, também a Escola Preparatória 2, a Vocacional 5 do IPN, a Vocacional 7 em Tlatelolco e a Preparatória 5 de Coapa foram ocupadas pelo exército ou forças policiais. Salas e laboratórios foram destruídos pelas tropas furiosas, que também humilharam os estudantes detidos, espancando-os, desnudando-os e cortando seus cabelos. Fontes afirmam que foram usados cerca de 10 mil homens pelas forças de repressão, entre 26 e 30 de julho. O número total de mortos é impreciso: oficialmente apenas um, mas a revista *Life* afirma que entre a Cruz Vermelha circularam boatos sobre um total de 11 mortos. Já eram 1500 os detidos pela polícia.<sup>84</sup>

---

<sup>83</sup> Cit. in. *ibid.*, p. 28.

<sup>84</sup> Fernando Carmona, *op. cit.*

Novamente, buscaram-se culpados entre esquerdistas radicais e pessoas externas às escolas. Luis Echeverría, secretário de governo, acusou a CNED (que organizou uma das passeatas em 26 de julho) como responsável pela confusão, por estar atentando contra “o caminho ascendente da Revolução Mexicana”. Já o regente da Cidade culpou “muitos elementos agitadores que não são estudantes” e que teriam se infiltrado entre os estudantes.<sup>85</sup> À violência, somavam-se respostas inócuas de autoridades no trato do movimento em ebulição.

Contra as respostas do governo, os professores começaram a defender os estudantes. A Coalizão dos Mestres, junto ao Conselho Nacional de Greve (CNH), em petição entregue à Justiça, demonstrou que altos funcionários do governo – inclusive o secretário de governo, Luis Echeverría – haviam violado artigos da Constituição quando requisitaram a intervenção do Exército nas escolas, como os artigos 29 (sobre requisitos necessários para suspender garantias constitucionais), 129 (sobre as funções do exército em tempos de paz) e 89 (apenas o presidente podia convocar o exército, para conservar a segurança interna, mas só depois de estarem de acordo o Conselho de Ministros e o Congresso).<sup>86</sup> Esta percepção de que o Estado não seguia as próprias leis, de que ignorava os mais básicos direitos civis contemplados pela Constituição, fez o movimento apresentar-se como um verdadeiro guardião dos direitos constitucionais – ao mesmo tempo que investiu contra o cinismo do regime, demonstrou as contradições dele e a verdadeira ausência de democracia política. De certa forma, o movimento adquiriu, principalmente nos manifestos e petições, muitos deles assinados também por organizações dos professores, certo cunho liberal e democrático contra um regime fechado e autoritário. Por outro lado, esta constatação de que o regime pouco se preocupava em conservar mínimos preceitos constitucionais, caso fossem usados para proteger dissidências e oposições, levou muitos dos estudantes e o movimento mesmo a caminhar rumo a uma contestação ainda mais radical do sistema político e social. Também, na prática cotidiana da rebelião, no desenvolvimento de ideários, formas de ação e na reavaliação de comportamentos e valores, os estudantes acabaram indo muito mais longe do que diziam os seus manifestos oficiais, frutos de coalizões. Mesmo os panfletos distribuídos pelas brigadas estudantis iam cada vez mais adiante na contestação sócio-política. Um deles, distribuído por uma brigada estudantil nas ruas da Cidade do México, em agosto de 1968, com o irônico título “Os

<sup>85</sup> *cit. in* Elena Poniatowska. *op. cit.*, p. 277.

<sup>86</sup> Jorge Carrión. *op. cit.*

estudantes injuriam as autoridades!”, assinado pelos Comitês de Greve da Faculdade de Ciências da UNAM e do Centro de Investigação e de Estudos Avançados do IPN, dizia, na linguagem dramática das declarações estudantis:

“Se você sofre um acidente de trânsito sem ter culpa, as autoridades o protegem? Se lhe roubam seu dinheiro, as autoridades lhe fazem justiça?... Se você apela a um ‘representante do povo’ (leia-se deputado) para conseguir um benefício social, pode você conseguir ser escutado...? Se seu irmão, seu filho ou seu amigo se atrevem a protestar publicamente contra atos injustos, não são eles espancados, perseguidos, martirizados e até assassinados por ‘autoridades’ especialmente treinadas...”<sup>87</sup>

Assim, a violência desmesurada, típica do regime autoritário, só veio fortalecer e, na verdade, constituir mesmo o movimento de 1968. Segundo um estudante da UNAM, “mais do que qualquer discurso político, o fato mesmo da repressão é que politizou a gente e levou à grande maioria a participar ativamente das assembléias”.<sup>88</sup> Para Octávio Paz, o movimento mexicano ganharia robustez e auto-consciência “à medida que aumentavam os rigores da repressão e crescia a hostilidade da imprensa, do rádio e da televisão, em sua quase totalidade entregues ao governo.”<sup>89</sup> Pois, desde logo, assim como se evidenciou no movimento estudantil de Morclia, em 1966, a imprensa posicionou-se – alguns veículos mais que outros – contra a dissidência. Por exemplo, à porta barroca destruída pelo Exército, a imprensa vendeu a falsa notícia, veiculada pelo Secretário da Defesa, de que ela fora derrubada por bombas molotov dos estudantes - mesmo diante de fotos que provavam o contrário.

Logo os universitários da UNAM e IPN tomariam lugar à frente do movimento, numa manobra até que natural, mas que também tentaria, ao lado de autoridades acadêmicas, controlar um pouco o ímpeto vingativo dos estudantes pré-universitários diante da repressão policial. Já em 28 de julho, na Escola Superior de Economia do IPN, surgiu o esboço do que seria o Conselho Nacional de Greve e as “seis demandas” (que sofreriam depois algumas alterações). As demandas eram: desaparecimento da organização estudantil oficial, a FNET, e do MURO (Movimento Universitário de Renovadora Orientação, uma organização de caráter fascista auspiciada por setores clericais conservadores e usada como grupo de choque); expulsão dos membros destes grupos da universidade e do PRI; indenização dos estudantes feridos e dos familiares dos mortos; libertação de todos os estudantes presos; desaparecimento

<sup>87</sup> *Cit. in.* Fernando Carmona, *op. cit.*, p. 199.

<sup>88</sup> Carolina Pérez Cicero, *cit. in* Elena Poniatowska. *op. cit.*, p. 16.

do corpo de *granaderos* e de outros grupos policiais de repressão; fim do artigo 145 do Código Penal (criado após o movimento ferroviário de 1959, que, em desacordo com a Constituição, segundo o movimento estudantil, permite a repressão de qualquer movimento grevista).

Em 31 de julho, na passeata dos estudantes também estavam presentes o reitor da UNAM, Javier Barros Sierra, e diretores das faculdades e institutos, que procuraram canalizar o movimento à luta pela “liberdade dos companheiros presos” e à defesa da autonomia universitária. O ato aconteceu dentro da Cidade Universitária, com mais de 20 mil estudantes. No dia seguinte, uma manifestação partiu da Cidade Universitária e atingiu uma rua relativamente próxima, retornando depois, seguindo diretivas do reitor e com permissão das autoridades. No entanto, apesar das tentativas de manter o movimento dentro dos limites da legalidade e do pacifismo, o Exército deu o seu recado, exibindo numa rua próxima a que passava a manifestação o seu equipamento pesado. Por outro lado, estudantes mais politizados traziam panfletos e palavras de ordem que iam além das diretivas do reitor, que encabeçou a passeata. Quatro mil estudantes que tentaram chegar à Praça da Revolução foram dispersados antes da Praça da Constituição.<sup>90</sup>

A participação de autoridades acadêmicas acabou dando uma maior legitimidade ao movimento estudantil, que começou também a angariar a simpatia de amplas parcelas populares no Distrito Federal. Mas, logo, o movimento demonstraria que seria difícil de ser manipulado. Tanto que, em 5 de agosto, o diretor do IPN dizia estar arrependido de ter aceito encabeçar a manifestação dos seus estudantes, após saber que seria feito em conjunto com os da UNAM. A passeata ocorreu assim mesmo, conseguindo reunir 125 mil estudantes do IPN, UNAM, Escolas Normais etc., além de centenas de professores.<sup>91</sup> Neste mesmo evento, que ocorreu sem conflitos, professores do IPN criaram o Comitê de Professores do IPN Pró-Liberdades Democráticas e sistematizaram as seis demandas, ou ofício petitorio dos “Seis Pontos”, assumidos dias depois por todo o movimento estudantil.

No dia 8 de agosto, formou-se o Conselho Nacional de Greve (CNH), com estudantes da UNAM, IPN, Escolas Normais, Colégio do México etc., que lançaram a campanha dos Seis Pontos:

- “1. Liberdade de todos os presos políticos
2. Revogação do artigo 145 do Código Penal Federal

<sup>89</sup> Octávio Paz. “Olimpíada e Tlatelolco”, *op. cit.*, p. 206.

<sup>90</sup> Jorge Carrión. *op. cit.*

3. Desaparição do corpo de *granaderos*
4. Destituição dos chefes policiais...
5. Indenização aos familiares de todos os mortos e feridos desde o início do conflito.
6. Atribuição de responsabilidades aos funcionários culpados pelos atos sanguinários”.<sup>92</sup>

A partir de então, o movimento estudantil parece livrar-se da tentativa de manipulação por políticos profissionais alojados em cargos acadêmicos e “o rio da rebeldia estudantil, por fim liberado, seguirá seu próprio curso”.<sup>93</sup> O movimento entra no que Pino, um dos líderes do movimento, considerou como sua “época de ouro” – entre 12 e 27 de agosto –, em que, além das grandes passeatas ao Zócalo, as ações das brigadas estudantis tiveram um bom respaldo popular.<sup>94</sup>

A segunda passeata massiva se daria em 13 de agosto. Mas ela superaria em muito a do dia 5 por ser a primeira manifestação de oposição, desde há muito tempo, que se dirigia ao centro do poder do Estado mexicano, o Zócalo. Eram 150 mil manifestantes, entre estudantes, professores e público em geral. Iniciada no Casco de Santo Tomás, era encabeçada pela Coalizão dos Mestres e se deu sem conflitos. Destacaram-se palavras de ordem em favor da libertação dos presos políticos, o primeiro dos Seis Pontos.

A passeata foi uma verdadeira quebra de tabu, um gesto típico das criativas faltas de compostura das rebeldias juvenis de então. O significado de se adentrar na Praça símbolo do regime revolucionário-institucional multiplicava o caráter político da manifestação. Segundo Pino, “a rua foi ganha quando entramos no Zócalo em 13 de agosto, porque um tabu foi quebrado... Todos diziam que nunca chegaríamos ao Zócalo... Tínhamos que chegar ao Zócalo. Tínhamos que dessacralizar o Zócalo, e o fizemos três vezes”.<sup>95</sup> Luís Gonzáles de Alba, delegado do CNH reafirmou a quebra deste tabu:

“Já havíamos feito uma manifestação do sul até o centro, outra do norte até o centro. Agora – nesta terceira manifestação – tínhamos que chegar ao coração mesmo da vida do país: o Zócalo. Tínhamos que entrar em uma das praças mais imponentes do mundo... e gritar embaixo do balcão, esse balcão onde aparece o presidente para se expor à pública veneração

<sup>91</sup> *Ibid.*

<sup>92</sup> *Cit. in* Elena Poniatowska. *op. cit.*, p. 59.

<sup>93</sup> Daniel Cazés, “Despolitización, movimiento estudiantil y politización en México”, *op. cit.*, p. 97.

<sup>94</sup> *Cit. in* Elena Poniatowska. *Op. Cit.*, p. 33.

<sup>95</sup> *Cit. in. Ibid.*, p. 31 e 40.



apenas em datas históricas. Tínhamos que gritar à figura paternal, ao doador da vida, ao grande Tlatoani, ao nosso paizinho, a Deus, todas as nossas exigências, toda a nossa indignação, todos os insultos que nos vinham à cabeça. Por que não?... Pela primeira vez uma multidão indignada, uma multidão de cidadãos conscientes de seus direitos, se fazia ouvir”.<sup>96</sup>

No dia 22, o secretário do governo propôs o diálogo. O CNH respondeu positivamente, mas exigiu que o debate fosse público, em frente à imprensa. Enquanto o diálogo é postergado, aconteceu a segunda grande manifestação ao Zócalo, em 27 de agosto, agora com 300 mil pessoas. Jovens traziam retratos de Juárez, Villa, Zapata, Hidalgo, Guevara e Vallejo. Enquanto o líder estudantil Sócrates Campos Lemus pedia diálogo público, uma bandeira vermelha e negra era hasteada no alto da matriz do Zócalo (motivo alegado pelo governo para a convocação de um ato de desagravo no dia seguinte) e os manifestantes ofenderam com palavrões, trocadilhos e ironias o Presidente da República Díaz Ordaz (bem em frente ao balcão em que comparecia a autoridade máxima do país em datas especiais). Os manifestantes decidiram ainda manter uma guarda de estudantes na praça – mas, a uma da madrugada, forças do Exército, polícia e bombeiros desalojaram os ocupantes da praça.

Então o governo partiu para uma ridícula encenação de patriotismo. No dia seguinte, 28 de agosto, uma multidão de 500 mil pessoas, em sua maioria burocratas e funcionários do governo, obrigados, compareceu ao Zócalo em um ato de desagravo à bandeira, a mando do Departamento do Distrito Federal. A imprensa havia dito que o Zócalo havia sido profanado por uma bandeira vermelha e negra fincada no mastro central da catedral, além de terem aceso as luzes da catedral e tocarem os sinos dela – padres, além de desmentirem que isto fosse um “sacrilégio”, afirmaram que os estudantes pediram permissão para tocar os sinos e a bandeira que havia sido colocada era bem esfarrapada e de algodão, não a bandeira nova e de cetim que apareceu de manhã.<sup>97</sup>

Num outro revés do movimento, em 9 de setembro, Barros Sierra, reitor da UNAM, após comparecer à Câmara dos Deputados e demonstrar apoio às críticas feitas ao movimento estudantil, pediu através de um comunicado que os estudantes retornassem às aulas, alegando que as demandas do Conselho Universitário haviam sido acatadas pelo governo no essencial.<sup>98</sup>

Assim, contra as denúncias de que o movimento descambava para a anarquia, foi proposta a “Marcha do Silêncio” pela Escola de Físico-Matemáticas, manifestação que tinha o

<sup>96</sup> Cit. in. *Ibid.*, p. 32.

<sup>97</sup> Cit. in. *Ibid.*, p. 52-3.

objetivo de mostrar a capacidade dos estudantes se manterem sob controle e disciplina. No dia 13 de setembro realizou-se esta fantástica passeata, quase surreal, em que centenas de milhares de pessoas percorreram no mais profundo silêncio as ruas do centro da capital até o Zócalo. Octávio Paz afirmou que a célebre manifestação silenciosa, com cerca de 400 mil pessoas, era até então “uma coisa nunca vista no México”.<sup>99</sup> Na convocatória desta passeata, a “Grande Marcha do Silêncio”, diria um comunicado do CNH:

“AO POVO

o Conselho Nacional de Greve convoca todos os operários, camponeses, professores, estudantes e o povo em geral para a

GRANDE MARCHA DO SILÊNCIO

Em apoio aos seis pontos de nossa petição (...)

Na qual exigiremos a solução imediata e definitiva por parte do Poder Executivo de nossas demandas.

Reiteramos que nosso Movimento é independente da celebração dos XIX Jogos Olímpicos e das festas cívicas comemorativas de nossa Independência, e que não é em absoluta intenção deste Conselho obstruir sua realização... Reafirmamos, além, disto, que toda negociação para a solução deste conflito deve ser pública.

A marcha partirá às 16 horas do dia de hoje, sexta-feira 13, do Museu Nacional de Antropologia e História, para culminar com um grande comício na Praça da Constituição.

Chegou o dia em que nosso silêncio será mais eloqüente que as palavras que as baionetas querem calar.”<sup>100</sup>

Durante a manifestação, panfletos foram distribuídos, como este: “Povo Mexicano. Podem ver que não somos uns vândalos nem uns rebeldes sem causa, como temos sido tachados com extraordinária freqüência. Podem dar-se conta pelo nosso silêncio”.<sup>101</sup> A população da capital ia engrossando a manifestação por onde ela passava. Antes do seu início, houveram muitas discussões dentro do CNH a respeito da plausibilidade desta manifestação. Alegavam alguns que seria impossível manter o silêncio total por tanto tempo: “Por isto os mais jovens colocaram esparadrapo na boca. Eles mesmo o fizeram: uns puseram nos outros o adesivo na boca para assegurar o seu silêncio...” O silêncio se fazia ainda mais impressionante

<sup>98</sup> Cit. in. *Ibid.*, p. 55.

<sup>99</sup> Octávio Paz. *op. cit.*, p. 206.

<sup>100</sup> Publicado no jornal *El Día* em 13/9/1968, cit. in. Elena Poniatowska. *op. cit.*, p. 59-60).

<sup>101</sup> Cit. in. *Ibid.*, p. 61.

que a multidão: “Parecia que estávamos pisotando toda a verborragia dos políticos, todos os seus discursos, sempre os mesmos, a demagogia, a retórica, o monte de palavras que os fatos jamais respaldavam... íamos varrendo tudo debaixo de nosso pés”.<sup>102</sup> Substituindo as palavras, predominaram na manifestação os dedos apontando o V de “venceremos”, um símbolo que nem o massacre sepultaria de imediato. Enquanto o governo esperava apenas 10 mil manifestantes e o CNH 150 mil, compareceram pelo menos 300 mil manifestantes.<sup>103</sup>

A resposta do governo não se fez esperar muito tempo, e não foi nada silenciosa como esta passeata. Em 18 de Setembro o Exército invadiu a Cidade Universitária. O Exército, ao invadir o *campus* da UNAM, passou a prender pessoas arbitrariamente: bailarinas que ensaiavam na UNAM, turistas franceses, curiosos que foram ver a movimentação dos tanques, funcionários e até autoridades universitárias. As prisões ficaram lotadas com estudantes e todos aqueles que um pouco amistoso exército considerou como “suspeitos”. A ocupação do Exército e uma campanha difamatória por imprensa e autoridades levou à renúncia do reitor da UNAM, Javier Barros Sierra, em 23 de setembro, e até o CNH circulou um panfleto defendendo o reitor demissionário.

Com a invasão da UNAM, o centro do movimento deslocou-se para a Unidade Nonoalco-Tlatelco e vizinhanças. No dia 7 de setembro, sábado, já havia sido realizado um importante comício aí, com a presença de 25 mil pessoas, incluindo a ativa participação dos moradores. Em 21 de setembro, um comício na Unidade Tlatelolco foi atacado pelos *granaderos* que, além de gás lacrimogêneo, fizeram muitos disparos com armas de fogo, deixando centenas intoxicados por gás e muitos feridos à bala. Enquanto estudantes e moradores resistiam, atacando com coquetéis molotov carros policiais que cercaram as escolas, um capitão ordenou que seus subordinados avançassem até mesmo contra curiosos nas ruas.<sup>104</sup> O Exército interferiria às duas da madrugada, ocupando o local do conflito com um batalhão de infantaria e nove carros blindados. Como saldo do conflito, 3 mortos, 20 policiais feridos, centenas de presos e 51 ônibus danificados, além de escolas metralhadas por pára-militares.<sup>105</sup> No dia 24 de setembro, novamente interveio o Exército, invadindo o Casco de Santo Tomás, depois de uma dura batalha campal entre estudantes e policiais, com numerosos mortos, feridos e

<sup>102</sup> Luis González de Alba, delegado do CNH, *cit. in. ibid.*, p. 60.

<sup>103</sup> *Cit. in. ibid.*, p. 63.

<sup>104</sup> Félix Lucio H. Gamudi, delegado do CNH, *Cit. in. ibid.*, 77.

<sup>105</sup> João Roberto Martins Filho. *op. cit.*

detidos. Os estudantes das escolas preparatórias reapareciam no centro da cena, assim como a brutalidade dos conflitos iniciais com as forças policiais:

“O ataque ao Casco de São Tomás, em 24 de setembro, não nos pegou, como se deu com os universitários, completamente desprevenidos, porque muitos dias antes havíamos tomado precauções. Armazenamos bombas molotov, morteiros, pedras, paus... – os improvisados rifles eram mesmo pequenas bazucas que não faziam dano algum, mas um grande barulho que assustava os *granaderos*. O combate só foi vencido pela repressão com a chegada do Exército, depois de horas de luta contra os *granaderos*. Exército e polícia montada dispararam contra os edifícios, que também foram atacados com gás lacrimogêneo, de onde fugiram muitas pessoas que foram presas.<sup>106</sup>

Em 27 de setembro, conflitos desta ordem, entre *granaderos* contra estudantes e populares repetiram-se em Tlatelolco. Os enfrentamentos brutais entre repressão e estudantes e seus aliados já rumavam para o trágico final em 2 de Outubro. No dia anterior, 1 de outubro, enquanto o Exército desocupava a Cidade Universitária, o CNH proclamou-se contrário ao retorno às aulas e anunciou um grande comício na Praça das Três Culturas, na Unidade Habitacional de Nonoalco-Tlatelolco. Estava pronto o cenário para o massacre.

O último suspiro do CNH e um dos últimos do movimento abortado brutalmente, foi no dia 9 de outubro, quando alguns dos poucos membros remanescentes do CNH, em conferência na UNAM, declararam a “Trégua Olímpica” entre 12 e 28 de outubro. Em 31 de outubro, ainda seria realizado um comício na UNAM, em que 7 mil pessoas ouviram a mãe de um estudante morto discursar. Em 4 de dezembro de 1968 haveria o retorno às aulas. Mesmo assim, a partir de 13 de dezembro, mais 500 pessoas seriam presas, principalmente líderes estudantis que não haviam sido detidos em Tlatelolco e políticos de oposição.

### **A organização do movimento**

Também aos estudantes, como vimos, o regime mexicano constituíra uma associação oficial, a Federação Nacional dos Estudantes Técnicos (FNET). A FNET tentou impor uma política conciliatória e mesmo dividir o movimento de 1968 e, ao lado de sua longa história de cooptação e corporativismo, isto logo motivou ao Movimento estudantil a elegê-la como um dos principais alvos da revolta, junto a outras entidades estudantis de extrema direita. “Temos

---

<sup>106</sup> Félix Lucio H. Gamudi, delegado do CNH, *cit in* Elena Poniatowska. *op. cit.*, p. 82.

que acabar com estes organismos apócrifos!”, dizia um agrônomo que se juntara aos estudantes.<sup>107</sup>

Logo após renegarem a FNET, estudantes das diversas faculdades do IPN e UNAM criaram os primeiros Comitês de Greve e, em 29 de julho, como vimos, levaram a público a primeira versão dos “Seis Pontos”. No dia 8 de agosto, os Comitês de Greve ao lado de outras instituições educacionais que se sublevavam, formariam o Conselho Nacional de Greve (CNH). O Conselho Nacional de Greve era composto por cerca de 250 representantes de 128 unidades educacionais, incluindo escolas, institutos e faculdades da UNAM e IPN, a Escola de Agricultura de Chapingo, escolas Normais, a Escola Nacional de Antropologia, o Colégio do México, escolas secundárias e Centros de Capacitação para o Trabalho Industrial. Também havia um certo número de delegados de escolas e universidades das províncias. O CNH tinha o objetivo de organizar e coordenar o trabalho diário dos estudantes rebeldes, principalmente das brigadas estudantis. Nas palavras de um estudante, o CNH

“tornou-se o único canal de expressão de todos os estudantes... o CNH rompeu com os moldes anteriores, com todas as formas de organização, que existiam até então – a FNET, por exemplo – e outras, e não rompeu apenas com as organizações estudantis corruptas, mas também com as antiquadas, com as múmias, as sociedades de alunos etc., com toda esta direção vertical que pesava sobre os estudantes – a famosa pirâmide que tanto se fala em economia se converteu em uma nova forma de organização em que os estudantes participavam sim... Fez-se tabula rasa da pirâmide... Todos os estudantes eram o CNH. Ademais, eles diziam: ‘nós somos o CNH!’<sup>108</sup>

O CNH combinaria princípios parlamentares e espontaneístas de decisão. Com isto, as decisões tomadas e as táticas assumidas eram muito mais fruto de posicionamentos e opiniões momentâneas. Se isto foi uma fonte de vários limites do Conselho, como a discussão infundável de assuntos muitas vezes distantes das decisões urgentes que precisavam ser tomadas, por outro lado, não só permitiria uma interessante democracia direta e o contato entre representantes das mais diferentes ideologias e posturas políticas, mas também foi uma arma contra a cooptação: “A corrupção não havia conseguido penetrar no Conselho... Enfrentava-se um movimento que não se podia corromper nem desvirtuar.”<sup>109</sup>

<sup>107</sup> *Cit. in. ibid.*, p. 44.

<sup>108</sup> Pablo Gómez, estudante de Economia da UNAM e membro das Juventudes Comunistas, *cit. in. ibid.*, p. 69.

<sup>109</sup> Luis G. Alba, *cit. in. ibid.*, p. 75.

O movimento estudantil chegou a ter suas lideranças carismáticas, suas vedetes, que faziam a fama entre a base dos estudantes, serviam como uma espécie de personificação da rebeldia para a sociedade e eram identificados como “conspiradores” pela imprensa. Destacaram-se Raúl Álvarez Garín (da Físico-Matemáticas do IPN), Sócrates Campos Lemus (da Economia do IPN), Marcelino Perelló e Gilberto Guevara Niebla (da Ciência da UNAM). Destes, segundo um dos delegados do CNH, Marcelino tornou-se logo mera vedete, enquanto Sócrates acabaria tomando-se, depois do massacre de 2 de outubro, colaborador das forças de repressão. Já os outros dois teriam se mantido firmes e coerentes até o fim.<sup>110</sup> Também se destacaram algumas lideranças-vedetes femininas, como a carismática “Tita” (Roberta Avendaño Martínez, delegada da Faculdade de Direito no CNH) que, segundo um poema a ela dedicado, “além de ser valente era gordinha”.<sup>111</sup>

Diferente de outros movimentos estudantis, como no Brasil e na França, entretanto, a força simbólica dos líderes carismáticos no México foi bem menor que a presença coletiva dos estudantes, não apenas nas suas passeatas-gigantes e nos comícios exaltados, mas também nas chamadas brigadas estudantis. As brigadas estudantis reuniam de 8 a 15 estudantes, com tarefas coordenadas pelo CNH, como coletar dinheiro entre os populares para sustentar o movimento e realizar pequenos comícios-relâmpagos nas ruas, ônibus, mercados, bairros operários e fábricas, com a finalidade de divulgar as mensagens e demandas do Movimento Estudantil. Houve também brigadas médicas para atender feridos e outras de caráter logístico, como aquelas que deviam suprir as necessidades dos delegados em suas prolongadas assembléias. Chegaram a funcionar mais de 800 brigadas<sup>112</sup>:

“Nas escolas nos organizávamos da seguinte forma: ao terminar as assembléias nos reuníamos em três salas e nos púnhamos de acordo sobre os lugares que devia se dirigir cada brigada, repartíamos os sacos para coletar o dinheiro e a propaganda que necessitávamos. É interessante assinalar que nestes dias se repartiam aproximadamente 600 mil panfletos diários e juntávamos de mil a dois mil pesos diários. Ademais, nos comícios relâmpagos, já não falávamos apenas nós, mas também convidávamos o povo a tomar a palavra”.<sup>113</sup>

---

<sup>110</sup> *Cit. in. ibid.*, p. 69.

<sup>111</sup> *Cit. in. ibid.*, p. 66.

<sup>112</sup> Jorge Carrión. *op. cit.*

<sup>113</sup> Salvador Martínez de la Roca, o Pino, *cit in* Elena Poniatowska. *op. cit.*, p. 33.

Para muitos, foram as brigadas estudantis, uma mistura de espontaneidade, entusiasmo, idealismo, ativismo, populismo e ingenuidade, a principal marca do movimento mexicano de 1968.

Ao lado dos estudantes, o 1968 mexicano teve a presença muito importante de outros setores sociais. Primeiro, pelo menos até a ocupação da Cidade Universitária pelo Exército, em 18 de setembro, de professores e autoridades acadêmicas. Segundo, quando o movimento migrou seu centro para o conjunto de Tlatelolco, os moradores deste bairro de classe média. Também organizações de artistas, algumas organizações sindicais independentes e até certas seções sindicais pertencentes à central oficial, deram apoio ao Movimento Estudantil:

“Em torno dos principais agonistas – os estudantes, seus comitês de greve... – se haviam agrupado professores, intelectuais, organizações de mulheres e profissionais, artistas e alguns mestres das escolas, faculdades..., algumas organizações sindicais que haviam conseguido conservar sua independência, seções sindicais – como algumas dos petroleiros e de eletricitistas... –, escritores e críticos, pintores e músicos, atores e estudantes de arte dramática e de dança”.<sup>114</sup>

Uma das principais entidades ao lado dos estudantes, que formaria com o CNH uma espécie de dupla em quase igualdade de condições até meados de setembro, foi a Coalizão de Mestres do Ensino Médio e Superior, criada um dia antes do CNH, em 7 de agosto. Em seu primeiro manifesto, assim se justificou a formação da entidade dos professores: “Nossa condição de mestres e cidadãos nos exige manter, por todos os meios ao nosso alcance, um clima de liberdade tanto na educação quanto na expressão das idéias”.<sup>115</sup> Nas declarações de alguns professores que participaram do movimento, percebe-se que sentiam uma espécie de “dever moral” de mobilizarem-se ao lado dos estudantes: “Abomino a passividade e indiferença, porque as identifico com cumplicidade e irresponsabilidade”.<sup>116</sup>

Após as grandes passeatas ao Zócalo, em agosto e início de setembro, o governo acreditou que a ocupação pelo Exército da Cidade Universitária seria capaz de dispersar o movimento. De certa forma, a intervenção conseguiu tirar um pouco do fôlego do Movimento: perdeu-se a principal base, até então, de reunião e organização dos estudantes; não se repetiram mais as grandes manifestações com centenas de milhares de participantes, envolvendo amplas camadas populares do Distrito Federal; também dificultou a continuidade

<sup>114</sup> Jorge Carrión. *op. cit.*, p. 55.

<sup>115</sup> *Cit. in. ibid.*, p. 44, nota 43.

do Movimento, a prisão de alguns dirigentes estudantis e professores, além da renúncia do reitor da UNAM; os alunos da Escola Nacional da Agricultura acabaram isolados em Chapingo, devolvendo a escola sem resistência; os brigadistas, a partir de então, também foram muito reprimidos; finalmente, a Coalizão dos Mestres desapareceu de cena (seu último documento público é de 24 de setembro), quebrando o binômio que até então liderava a mobilização social.<sup>117</sup>

Mas os estudantes conseguiram manter vivo o Movimento, apesar das dificuldades, contando com ajuda da vizinhança de Tlatelolco (onde moravam vários professores e muitos pais dos estudantes das escolas preparatórias deste bairro). Poderia ter ajudado também, não fosse o abrupto final em 2 de outubro, a divulgação internacional através de correspondentes estrangeiros que já chegavam para cobrir os Jogos Olímpicos – muitos jornalistas já estavam sendo atraídos para o novo centro da mobilização estudantil, em Tlatelolco.

A região de Nonoalco-Tlatelolco sofrera um recente processo de reurbanização e contava com a simbólica Praça das Três Culturas:

“Ali, em meio a um ambicioso projeto de reocupação da área antes decadente por conjuntos residenciais de classe média – 144 prédios... –, o símbolo do novo desenho urbano é a Praça das Três Culturas. O belo conjunto contém ruínas arqueológicas pré-colombianas, igreja e mosteiro coloniais e uma torre de repartições públicas. A igreja anexa ao mosteiro dá o outro nome à praça: Santa Cruz de Tlatelolco.”<sup>118</sup>

Próximo de Tlatelolco, haviam muitas escolas e faculdades. Uma verdadeira integração se deu entre os universitários, secundaristas e moradores (entre os quais também haviam funcionários públicos e vários outros trabalhadores). Segundo uma moradora: “Todos, a grande maioria, éramos gente que apoiava o Movimento.” No violento conflito do dia 21 de setembro, em Tlatelolco, jovens tomaram ônibus e interditaram ruas e avenidas para impedir a chegada das tropas, enquanto os moradores forneciam “munição” em forma de pratos, garrafas e água fervente que eram jogados contra os policiais, além de, do alto dos edifícios, informarem aos estudantes a posição das tropas ou, ainda, darem refúgio aos jovens em dificuldades. No dia 23 de setembro, o CNH distribuiu panfletos agradecendo a ajuda dos moradores. Diariamente os estudantes passavam por suas casas, deixavam panfletos e davam

<sup>116</sup> Doutor Fausto Trejo, *cit in*. Elena Poniatowska. *op. cit.*, p. 72.

<sup>117</sup> Fernando Carrona. *op. cit.*

<sup>118</sup> João Roberto Martins Filho. *op. cit.*, p. 61.



informações sobre a situação. Havia também uma organização de pais de família e vizinhos que apoiavam os estudantes e até os defendiam durante os ataques dos policiais e soldados.<sup>119</sup> Segundo outro morador, participavam até mesmo as crianças: “guris de 6, 7, 8, 9 anos que nas suas brincadeiras chegaram a marchar com um rifle de madeira..., e passavam marchando diante dos *granaderos* e soldados que desde antes de 2 de outubro estavam ali a postos”.<sup>120</sup>

Enquanto crescia a integração entre estudantes e habitantes de Nonoalco-Tlatelolco, forças da repressão consideravam que a nova investida devia atingir ambos os aliados – o que se faria em 2 de outubro. Segundo a antropóloga Mercedes Oliveira de Vázquez, apesar do governo temer que a Unidade Tlatelolco pudesse constituir um núcleo de guerrilha urbana, seus moradores, na verdade, não estavam em condição alguma de realizar isto. Contudo, o golpe planejado pelo governo contra Tlatelolco foi mortal para o movimento de 1968:

“O governo estava perfeitamente inteirado da participação efetiva do povo, não mais apenas de um grupo estudantil com relações de trabalho ou de estudo..., mas sim de um grupo da população do México que estava apoiando como tal um movimento de estudantes. Com este dado, o governo escolheu perfeitamente o lugar para derrotar o Movimento. Nós caímos na ratoeira mais perfeita de uma maneira irresponsável”.<sup>121</sup>

Um componente espontaneísta nos movimentos estudantis e certa participação de sectores populares, independentemente de filiações a partidos, grupos políticos, sindicatos e associações, pode ser observado em quase todos os principais movimentos estudantis dos anos 1960. Cada qual é claro, com suas especificidades. As do México, em 1968, foram a predominância deste carácter relativamente espontâneo e a participação “não ideológica” dos rebeldes no movimento (no sentido da filiação estrita a grupos políticos e ideologias). Tudo isto, apesar de grupos da Nova Esquerda, dissidências juvenis do Partido Comunista ou surgidas de modo independente, terem participado do Movimento de 1968 no México. A maioria dos grupos da Nova Esquerda presentes originaram-se da Juventude Comunista, organizada pelo Partido Comunista Mexicano, em grande parte influenciadas pela Revolução Cubana e o foquismo (que estimulava as dissidências em relação ao Partido pró-soviético). Estes estudantes, mais radicalizados politicamente que os demais, enfatizavam ações direccionadas às classes populares, principalmente aos operários. Deste modo, foram um grande

<sup>119</sup> Mercedes Oliveira de Vázquez, antropóloga, moradora da Unidade Nonoalco-Tlatelolco, *cit. in* Elena Poniatowska. *op. cit.*, p. 78.

<sup>120</sup> Lorenza González Solto, *cit. in. ibid.*, p. 90-91.

<sup>121</sup> *Cit. in. ibid.*, p. 92.

estímulo às brigadas estudantis. Também defendiam, no que foram menos felizes, o contato com os bairros populares da capital para criar uma frente rebelde em conjunção com operários e camponeses.

Mas, diferente do Brasil ou da França, o papel destas organizações juvenis da Nova Esquerda no México foi bastante eclipsado pela atuação “independente”, semi-espontânea e eufórica da maioria dos líderes estudantis, delegados do CNH e brigadistas, assim como da base estudantil e da massa popular que seguiu as grandes manifestações: “nenhum partido político conseguiu afinal impor sua liderança nos 68 dias que abalaram o México”.<sup>122</sup> No CNH

“havia de duzentos e dez a duzentos e quarenta delegados, para que não predominasse nenhum grupo político. Dez por cento era de militância política e noventa por cento era gente independente, e este grupo de gente era o que dava as características populares do Conselho, sua originalidade, sua força... O conteúdo político não se dava nas palavras, senão nas atitudes. Eu já não creio nas palavras”.<sup>123</sup>

Muitos líderes e estudantes não comprometidos com associações ou grupelhos esquerdistas, ainda que ostentassem posições esquerdistas ou, ao menos, progressistas e que adotassem símbolos como o Che e a Revolução Cubana, fizeram críticas à atuação da “esquerda ideológica” dentro do Movimento Estudantil Mexicano e do Conselho Nacional de Luta: “Em física, tudo está sujeito sempre à comprovação. Nenhuma teoria é jamais definitiva. E aqueles chatos ficavam dizendo mil coisas como se fossem verdades absolutas; ‘que estamos fazendo a Revolução’, ‘que a classe operária está conosco’, puras falácias em que ninguém acredita”.<sup>124</sup> É claro que esta relativa fraqueza das organizações ideológicas, como atestam alguns dos relatos acima, poderia levar o movimento aos riscos do espontaneísmo e da euforia idealista – e, talvez, a “ratoeira” armada em Tlatelolco tenha funcionado por causa disto.

Mas a distância entre o Movimento e os partidos da “Velha Esquerda”, que faziam oposição teórica ao PRI no México, foi ainda maior. O Partido Comunista Mexicano (PCM), mesmo após sofrer agressões gratuitas por forças policiais em 27 de julho, pedia moderação ao movimento estudantil, recomendando que ele respeitasse as liberdades democráticas e agisse com serenidade. Além disto, acusou os grupos dissidentes da Nova Esquerda de serem provocadores.<sup>125</sup> Apesar disto, o PCM integrou-se muito ao movimento estudantil, insistindo,

<sup>122</sup> João Roberto Martins Filho. *op. cit.*, p. 50.

<sup>123</sup> Raul A. Garín, do CNH, *cit in* Elena Poniatowska. *op. cit.*, p. 68-69.

<sup>124</sup> Pino, *cit in* Elena Poniatowska. *op. cit.*, p. 41.

<sup>125</sup> João Roberto Martins Filho. *op. cit.*

como vimos, na moderação e na abertura ao diálogo, mesmo após a ocupação da Cidade Universitária – enquanto vários militantes das novas esquerdas, ao lado de uma grande massa de secundaristas e universitários menos preocupados com posições ideológicas, já haviam decidido partir para o enfrentamento com as forças do governo nas ruas de Tlatelolco. Mas um estudante criticou a atuação dos comunistas na oposição ao regime que era, para ele, limitada, ritualística e conformada demais:

“Todo os anos, os PC’s... organizam duas manifestações sempre iguais: uma por Cuba e outra pelo Vietnã. Se reúnem em frente ao Teatro Xola, ou vão do Hemiciclo a Juárez, dão alguns gritos, uns tantos ‘vivas!’, uns poucos ‘Morras’, carregam suas três faixas e às oito da noite, com a mesma pontualidade com que começaram sua manifestação, dobram suas faixas... e regressam para suas casas. Não passam disto!”<sup>126</sup>

Apesar do movimento mexicano ter sido menos controlado pelas agremiações das Novas Esquerdas, o relato deste estudante, que também havia criticado estes grupos novo-esquerdistas, revela que o movimento havia absorvido, antes de tudo, o “espírito” juvenilizado na relação com as ideologias, valores, doutrinas e postulados políticos. O “Pino”, neste espírito da relação experimental com a política e ideologia, critica o caráter frio do contato dos comunistas com a causa defendida, a organização burocrática do protesto, a repetição, a monotonia, a rotina trazida para dentro da contestação e a inexistência de criatividade.

Havia ainda um outro partido de esquerda histórico no México, o PPS (Partido Popular Socialista), que então apoiava o governo e se posicionaria contra o movimento estudantil. Já no início do movimento, declararia o PPS: “Os estudantes são subjugados por teorias provenientes da Europa, particularmente da França... Estas teorias se situam fora das leis, elas representam uma fuga diante da realidade, elas negam nosso passado cultural e político que se apóia na ciência”.<sup>127</sup> Para convencer ainda mais o PPS e outros esquerdistas a se colocarem contra o movimento estudantil, o PRI e o governo usaram uma arma diferente daquela direcionada aos setores mais conservadores da sociedade. Se aos segundos pregou que havia um complô comunista internacional, aos primeiros orquestrou uma campanha, através de alguns funcionários, que denunciou supostas ingrcências da CIA dentro do movimento

<sup>126</sup> Pino, *cit in* Elena Poniatowska. *op. cit.*, p. 19-20.

<sup>127</sup> *Cit. In* Christian Jelen. “Mexique: le sens d’une révolte”, *op. cit.*, p. 1082.

estudantil. Ao lado do PPS, o próprio general Cárdenas (o famoso presidente mexicano nos anos 1930) participou de uma campanha nacionalista a favor de Díaz Ordáz.<sup>128</sup>

Como último apontamento sobre a organização do Movimento, ainda relacionado ao seu esquerdismo *sui generis*, deve-se lembrar que a Revolução Cubana e as teorias que emanavam dos ex-guerrilheiros de Fidel Castro, assim como o nascente mito Che Guevara, muito influenciavam os estudantes, participantes de grupos políticos ou não. A simpatia com a Cuba socialista já havia causado muitas dissidências dentro da Juventude Comunista – algo similar se daria no Brasil, nos setores estudantis do Partido Comunista Brasileiro –, e também se fazia presente em muitos outros círculos e grupos políticos no México. No entanto, dentro do movimento de 1968 no México, foi muito menor o desejo de formar movimentos guerrilheiros, tanto em comparação com a retórica do Maio Francês quanto a retórica e a prática do movimento brasileiro. Nas suas mobilizações, comícios e discursos, os estudantes pouco falavam de luta armada, guerrilha urbana ou rural, conquista violenta do poder do Estado, ditadura do proletariado ou guerra popular prolongada. A violência existiu durante o movimento, de forma reativa contra as brutalidades capitaneadas pelo regime. Mas ela não foi suficiente para criar de imediato grupos de luta armada – já no Brasil, e mesmo na França, a retórica em torno das grandes manifestações de rua privilegiava temas relacionados à violência revolucionária e armada, num intrigante paradoxo que não se deu no México.

Contudo, não seria correto desprezar a influência das idéias socialistas heterodoxas, notadamente os socialismos terceiro mundistas e, entre estes, o foquismo e o mito do Che. Primeiro, o coro da manifestação de 1 de agosto que, jocosamente, contrapôs Díaz Ordaz a Ho Chi Minh: “Ho-Ho-Ho-Chi-Minh, Díaz Ordaz, Chin, Chin, Chin, Ho-Ho-Ho”.<sup>129</sup> Do mesmo modo, em frente à Embaixada dos Estados Unidos, durante as semanas de revolta estudantil, teriam gritado estudantes: “*Fidel seguro, a los yanquis dales duro*”.<sup>130</sup> Quanto ao Che, seu nome foi gritado em coro na manifestação de 13 de agosto: “Che Che Che Guevara”.<sup>131</sup> Pintadas nos muros das faculdades, frases relacionaram o Movimento não apenas à Revolução Mexicana (“Juárez, o que fazemos?”), mas também a Che Guevara (“*Hay que odiar con amor revolucionario*”).<sup>132</sup>

<sup>128</sup> *Ibid.*

<sup>129</sup> Grito estudantil encabeçado por parte dos estudantes da UNAM, *cit in* Elena Poniatowska. *op. cit.*, p. 97.

<sup>130</sup> *Cit. in. ibid.*, p. 97.

<sup>131</sup> *Cit. in. ibid.*, p. 31.

<sup>132</sup> *Cit. in. ibid.*, p. 86.

Também não deixaram de haver guerrilhas no México. Segundo Castañeda, o movimento guerrilheiro mexicano nos anos 60 e 70 nunca realmente conseguiu decolar e foi pouco falado em sua época, mas ainda assim existiu. Houve a Liga 23 de Setembro, urbana e com base nos estudantes de classe média, que realizou seqüestros, assassinatos e assaltos a banco durante o governo de Luis Echeverría (que sucedeu Díaz Ordáz). Semelhante ao que ocorreria após a instalação do período mais duro do regime militar, no Brasil (a instalação do AI-5 em dezembro de 1968), também vários estudantes mexicanos desencantados com o movimento estudantil e indignados com a atitude do governo na noite de Tlatelolco partiram para a luta armada. Mas parece que a maioria dos que não se desmobilizaram após 1968 preferiram outras ações, que forneceriam bases para movimentos sociais populares urbanos nas décadas seguintes. Segundo Paco Iganacio Taibo:

“Nos meses seguintes ao fim do movimento, milhares de nós começamos a buscar um caminho, dentro e fora da universidade. Os mais revoltados uniram-se a um movimento guerrilheiro urbano que sangrou até morrer nos cinco anos seguintes, em uma guerra suja sem quartel. A maioria dos jovens foi aos bairros e fundou associações comunitárias, que nos vinte anos seguintes ofereceram uma esperança de resistência popular”.<sup>133</sup>

Paralelamente, continuaram a existir as guerrilhas no campo, velha tradição de lutas no México. Contudo, as guerrilhas urbanas (de inspiração foquista) e as rurais nunca conseguiram convergir, apesar de algumas raras tentativas fracassadas. Em um das poucas situações em que a *práxis* foquista talvez tivesse êxito, no México, faltou a pregada integração entre a “pequena burguesia” armada e os camponeses injustiçados. Faltou mesmo a ajuda financeira e militar de Cuba que, se interferira em quase todos os esboços guerrilheiros no continente, nunca se intrometeu nos problemas internos do México, entre outros motivos, para a manutenção das relações diplomáticas entre os dois países.<sup>134</sup>

### Formas de ação

O movimento estudantil mexicano desenvolveu formas de ação em que se destacaram a produção de pichações, panfletos e manifestos (da informalidade ilegal aos formais comunicados à imprensa), bem como as tentativas de “democracia direta” em intermináveis assembléias e o uso criativo da ironia, irreverência e festividade. Entre as querelas sobre a *práxis* do movimento,

<sup>133</sup> *Cit. in.* Jorge G. Castañeda. *op. cit.*, p. 409.

<sup>134</sup> *Ibid.*

tivemos a questão do diálogo público com o governo e a questão das formas pacíficas de ação *versus* violência. Nestas ações e questões, modos específicos de *praxis* conviveram com formas semelhantes ou análogas àquelas manifestadas globalmente, que também aqui foram copiadas, recicladas ou recriadas.

Como em quase todos os movimentos estudantis desta época, “as pinturas, os folhetos mimeografados e nossos pulmões foram nossa imprensa”.<sup>135</sup> Analistas afirmam que, em sua maior parte, o conteúdo dos inúmeros panfletos distribuídos em 1968 no México era frágil ou de qualidade razoável. Mais interessante, talvez, tenham sido os mecanismos para criar e fazer espalhar rapidamente os panfletos, uma gigantesca rede de informação paralela à imprensa oficial: “Toda a noite, estirado em um corredor na Cidade Universitária, onde dormia, ouvia o ruído do mimeógrafo imprimindo panfletos”.<sup>136</sup> Estudantes de Aeronáutica do IPN e de Ciências Químicas da UNAM conseguiram criar balões que, chegando à certa altura, explodiam e deixavam cair milhares de panfletos sobre a multidão.<sup>137</sup> Os cartazes também foram muito usados em 1968, como o que dizia durante a Marcha do Silêncio, em 13 de setembro: “Estes são os agitadores: ignorância, fome e miséria”.<sup>138</sup> Já a aventura da pichação noturna tornou-se cada vez mais perigosa, pois a polícia passou a reprimir e até atirar, para matar, em estudantes que tentavam pichar muros e paredes na capital. Ainda em novembro, um jornal mexicano noticiava que um estudante assim havia sido morto, demonstrando a disposição ainda terrorista do governo, mesmo após o Massacre de Tlatelolco, de silenciar o movimento estudantil.<sup>139</sup>

A capacidade de organização do movimento surpreendia o governo. A lógica parecia indicar aos governantes que havia financiamento exterior ao movimento, seja de supostos “comunistas”, seja de políticos dissidentes mexicanos. Assim, muitos dos militantes que foram presos após o 2 de outubro foram interrogados, vários deles também torturados, no sentido de confessarem quem fazia o financiamento do movimento. Relatos tentam deixar claro que todo o dinheiro utilizado vinha mesmo das arrecadações feitas pelas brigadas estudantis entre a população: “Nas coletas públicas que faziam as brigadas se juntava dinheiro aos montes. Ademais, as escolas não tinham mais gastos além de comprar papel e tinta e dar de comer às

<sup>135</sup> Ernesto H. Pichardo, da UNAM, *cit in* Elena Poniatowska. *op. cit.*, p. 66.

<sup>136</sup> Luis González de Alba, do CNH, *cit in. ibid.*, p. 90.

<sup>137</sup> *Cit in. ibid.*, p. 65

<sup>138</sup> *Cit in. ibid.*, p. 41.

<sup>139</sup> *Cit in. ibid.*, p. 39-40.

brigadas de guarda”.<sup>140</sup> Mesmo o papel, usado “às toneladas”, segundo relatos, vinha das unidades escolares, assim como a comida para os brigadistas vigilantes, fornecida pelas lanchonetes das escolas. Também os caminhões da IPN foram muito importantes: “Os caminhões da Poli serviram em muito ao Movimento. Em um caminhão da Poli você se sentia em casa”.<sup>141</sup> Bastava chegar um caminhão branco em um bairro para que, automaticamente, as pessoas se reunissem às centenas ao seu redor para ouvirem os comícios.<sup>142</sup>

O movimento estudantil mexicano, como já se disse, cultivou formas que seriam associadas à “democracia direta”. Para outros, incorreu nos equívocos do assembléismo. Assim como em outros movimentos juvenis desta década, a pretensão de se tomarem decisões através de um processo aberto, amplo e extenso de discussão, em que teoricamente qualquer um podia fazer uso da palavra, foi responsável por muitos dos momentos mais criativos do 1968 mexicano. Por outro lado, o que se constata pelos relatos é que a tentativa de uma “democracia direta” também permitiu seus piores momentos de pedantismo e indecisão. A Marcha Silenciosa faria um interessante contraste, dentro do movimento mexicano, com a verborragia estudantil das eternas assembléias, de modo que um delegado do CNH diria para um dos principais líderes estudantis, Luís Tomás Cervantes, mais conhecido como “Cabeça de Vaca”: “Veja, Cabeça. Por que não se cala como na Silenciosa? Fica meia hora falando da mesma coisa!”<sup>143</sup> Alguns se revoltaram ainda mais: “Todos dizem um monte de mentiras para aparecer. São mais longos que a quaresma”.<sup>144</sup>

Da liberdade da democracia direta permitida nas assembléias estudantis, segundo alguns relatos, teriam se aproveitado grupos esquerdistas, muitas vezes tentando mais marcar presença que levar verdadeiras soluções ao movimento. Outras vezes, encaminhando o Movimento para negociações políticas tradicionais com o governo. Tais são as críticas de jovens brigadistas aos militantes ideológicos, críticas que possuem, por outro lado, certo ranço anti-intelectualista ao lado de um ativismo exaltado. Segundo um deles, enquanto os “teóricos” falavam dos presos políticos, eles enfrentavam na pele a perseguição da repressão e, “nas assembléias, se aventavam querelas de mais de uma hora sobre Althusser, Marx e Lenin. Porém não se dizia o que a todos interessava: O que vamos fazer amanhã! Puras tolices.

<sup>140</sup> Estrella Sámano, da UNAM, *cit. in. ibid.*, p. 116.

<sup>141</sup> Félix Lucio H. Gamudi, do CNH, *cit. in. ibid.*, p. 78.

<sup>142</sup> *Cit. in. ibid.*, p. 80.

<sup>143</sup> *Cit. in. ibid.*, p. 63.

<sup>144</sup> Estudante da Universidade Lasalle, *Cit. in. ibid.*, p. 66.

Estavam derrotados desde o princípio porque eram teóricos e passavam o tempo explicando porque o governo não podia resolver o ofício petitorio”.<sup>145</sup>

Segundo outro militante, “o CNH era extremamente aborrecedor, se discutiam muitas coisas absurdas, porém haviam relampejos fantásticos. Por exemplo, os 210 ou 240 delegados e a base passavam horas e horas e horas discutindo se o Movimento Estudantil era revolucionário ou não; discussões promovidas pelos trotskistas e esquerdistas.” Cita o exemplo de uma proposta de se fazer uma paralisação de uma hora. Interessante, mas a hora proposta era justamente a do almoço. O proponente, diante da lembrança deste fato, disse que assim seria melhor, porque estava assegurado o êxito da paralisação...<sup>146</sup> Nas longas assembleias, muitas vezes ruídos e gritos eram feitos para acordar os que dormiam. “No CNH, quando chegava a vez de alguém falar – depois de uma espera de duas horas – e tomava a palavra, já havia até se esquecido o porquê de ter solicitado a palavra”.<sup>147</sup>

Na questão das assembleias, diferentes atitudes parecem dividir os universitários em duas tendências, “teóricos” *versus* “pragmáticos”. Em dado momento, parecem se opor os estudantes das Humanidades da UNAM (os “teóricos”) e os politécnicos (os “pragmáticos”). Segundo um delegado do CNH, enquanto os estudantes de Humanidades queriam falar de Lenin, Marcuse e “demonstrar que o governo era rígido, reacionário”, os politécnicos “queriam obter as satisfações de suas demandas, isto e nada mais”.<sup>148</sup>

Esta contradição parece incluir também, de um lado, militantes de grupos de esquerda, de outro, a base estudantil menos preocupada com a ideologia esquerdista. Há mesmo uma certa contradição entre propostas esquerdistas e propostas mais “pragmáticas” de democratização do regime. De certo modo, era a questão “revolução” *versus* “reforma”, em que as propostas pela reforma democrática, no caso do México, tiveram hegemonia, deixando muitas vezes as lideranças mais propensas aos esquerdismos sem muitos poderes ou maior controle sobre o movimento. Assim, numa certa discrepância entre as motivações e valores ideológicos das “lideranças” estudantis e a base do movimento, cresceu a heterogeneidade e até a imprevisibilidade do movimento mexicano e, por que não, sua riqueza no campo das experiências sociais e culturais, ainda que à custa de certa fraqueza política. Esta característica não foi exclusiva do movimento de 68 no México, ainda que aí pareça ter se exacerbado.

<sup>145</sup> Pino, *Cit. in. ibid.*, p. 35.

<sup>146</sup> Raúl Álvarez Garín, do CNH, *Cit. in. ibid.*, p. 68.

<sup>147</sup> Delegado do CNH, *Cit. in. ibid.*, p. 70.

<sup>148</sup> Gustavo Gordillo, *Cit. in. ibid.*, p. 38.



Um dos projetos dos novos esquerdismos e dos movimentos juvenis dos anos 1960 parece ter sido o da “democracia direta”. Projeto esboçado que conviveu contraditoriamente com outras propostas menos heterodoxas, como o “centralismo democrático” ou a “autogestão”. Projetos que, no geral, também se viram esvaecidos com o fim da onda mundial de revoltas. Visavam criticar as formas tradicionais do jogo político parlamentar, liberal e da democracia indireta ou representativa. Pensavam, nos seus momentos mais criativos, superar a concepção da política instrumental fundada no racionalismo tecnicista, que fazia da ação política uma prática profissional do “maquiavélico” (forte e astuto) ou, na versão tecnocrática, mera questão técnica a ser exercida pelas equipes de engenheiros sociais. Assim como as contraculturas, o tema da democracia direta alimentou um projeto filosófico mais amplo que visava superar a concepção ocidental da relação “sujeito-objeto”. A realidade, ou o objeto, deixava de ser algo externo ao indivíduo. O sujeito deixaria de ser mero detentor de conhecimentos e técnicas de domínio sobre o mundo externo. Sujeitos políticos e realidade social se imbricavam, faziam parte de um todo. As decisões “corretas” deixavam de ter um grau “científico” de certeza – elas se revelavam na livre assembléia em que todos e qualquer um podiam tomar livremente a palavra e, em certos momentos, a iniciativa da ação. Tais propostas, é claro, quase nunca foram sistematizadas nos anos 1960 – mas os esboços e experimentos da “democracia direta”, do assembleísmo, revelam estas possíveis conclusões. Trataram-se de um dos vários projetos da onda mundial de revoltas, ainda que atingindo grau apenas incipiente de formulação e reflexão. O México, apesar de seu curto período de grande ebulição da juventude estudantil, não deixou de realizar contribuições para estes projetos perdidos da grande rebelião dos anos 1960.

As propostas de democracia direta, na verdade, não eram exatamente inéditas. Mas atingiram um grau único de experimentação nos anos 1960. A mesma coisa se deu no que se refere ao uso da ironia, da irreverência e da festividade na prática política de oposição. Também os estudantes mexicanos foram audazes no uso do risível e do lúdico na prática da contestação. Nos gritos da multidão nas grandes manifestações, a irreverência e a ironia brincaram com os nomes do Presidente do México e o líder do Vietnã do Norte, na manifestação de 1 de agosto. Respondendo ao informe presidencial, quando Díaz Ordaz afirmou ter sua “mão estendida” aos estudantes, um grito estudantil desafiou-o durante uma

manifestação ao Zócalo: “Bocó, sai ao balcão, onde está sua mão estendida?”<sup>149</sup> Alguns cartazes e folhetos afirmavam: “*Vacune a su granadero!*” e “*Vivan las cubanas!*”. Na Cidade Universitária, a comemoração da independência foi realizada como grande festa popular típica do México, com venda de flores, cartões e a realização de casamentos de mentira.<sup>150</sup>

Um ponto diferencial do uso da ironia entre os estudantes mexicanos foi um certo teor mórbido adotado algumas vezes, principalmente em resposta à postura terrorista do Estado. Quando ocorreram as primeiras mortes nos confrontos entre estudantes e repressão, “os das Vocacionais, os da Preparatória 3 e outros caminhávamos contando: um, dois, três, quatro, cinco, seis... assim, até chegar a 25 ou 30 e ao final gritávamos: ‘Quem os matou?’... ‘Díaz Ordaaaaaaz’”.<sup>151</sup> Mesmo no período de desaparecimento do movimento, durante as Olimpíadas, após o Massacre de Tlatelolco, *slogans* foram criados e símbolos dos Jogos Olímpicos foram adaptados para se referir à repressão: “México, ganhador da medalha de ouro pela repressão”; “Bem vindo ao México, sede da matança Olímpica 1968”; cartazes com a pomba da paz olímpica com o peito ferido; os cinco círculos olímpicos formado com cinco granadas e a caricatura de um *granadero* correndo com a tocha olímpica.<sup>152</sup>

Outra forma de ação utilizada pelo movimento mexicano era conhecido nos Estados Unidos como *guerrilha theater* (teatro de guerrilha). Margarita Isabel, atriz, que entrara no movimento estudantil depois que *granaderos* invadiram arbitrariamente a Escola de Belas Artes e prenderam todos os que lá se encontravam, conta que se formou uma brigada de atores de teatro: “Nós decidimos recorrer ao que sabemos fazer: atuar... Então fomos à Lagunilla, ao Merced, a Jamica, a todo esse tipo de mercados, além de organizar brigadas nas praças e parques públicos.” Os artistas simulavam um bate-boca, entre um crítico e um defensor dos estudantes, que descambava para uma briga, de modo a atrair grande número de curiosos e conseguir, muitas vezes, que outras pessoas espontaneamente defendessem os estudantes (exatamente o que desejava a tática do “teatro de guerrilha”).<sup>153</sup>

Outra tática proposta, ainda que não tenha sido usada efetivamente, lembra também o movimento norte-americano contra a Guerra do Vietnã, mais especificamente a Manifestação em torno do Pentágono em 1967. No México, um membro do denominado Centro

<sup>149</sup> Grito estudantil encabeçado por parte dos estudantes da UNAM, *Cit. in. ibid.*, p. 97.

<sup>150</sup> *Cit. in. ibid.*, p. 76-7.

<sup>151</sup> Ana Ignacia Rodríguez, a Nacha, do Comitê de Luta da Faculdade de Leis da UNAM, *Cit. in. ibid.*, p. 98.

<sup>152</sup> Jorge Carrión. “Biografía política del movimiento de julio”, *op. cit.*

<sup>153</sup> *Cit. in* Elena Poniatowska. *op. cit.*, p. 29-30.

Universitário de Estudos Cinematográficos, propôs em assembléia, para a passcata de 13 de setembro: “Sabem como vamos retornar às ruas? Sabem como vamos enfrentar as agressões? Com flores, com amor e com flores... Em 13 de setembro estaremos de novo na Reforma, com flores companheiros; se nos reprimem lhes daremos flores, flores nos tanques... Se os soldados têm fuzis, nós temos amor e muitas flores” – mas a moção dele não foi aprovada.<sup>154</sup>

Uma das questões que envolveu o Movimento mexicano foi a proposta de diálogo com o governo. Temendo novos usos da cooptação, tão comuns no sistema criado pelo PRI, os delegados do CNH exigiram que o diálogo com o governo fosse público, transmitido pela imprensa e em local aberto. Na verdade, vários outros movimentos juvenis iriam fazer esta exigência aos seus governos. Outra vez, temos o esboço de uma nova prática política, em que as negociações deixariam de acontecer nos bastidores e se dariam à luz do dia, publicamente, reveladas pela grande imprensa, carregadas de sinceridade, ausentes de cooptação, ameaças, trocas de favores e arranjos espúrios.

Como vimos, a própria forma de organização do movimento mexicano, dispersa em grandes Conselhos estudantis e professorais, tomando decisões em assembléias abertas e críticas, dificultava manobras do Estado para cooptá-lo. Mesmo assim, o governo teria tentado ganhar tempo quando propôs diálogo com o Movimento, conseguindo mesmo criar sérias divergências no interior deste. No dia 9 de setembro, o reitor da UNAM afirmou estar satisfeito com as garantias à autonomia universitária dadas pelo Presidente.<sup>155</sup> Em uma declaração no dia 4 de setembro, por sua vez, o CNH dizia-se insatisfeito, que o espaço real de diálogo não fora realmente aberto pelo governo: “apesar do Poder Executivo, através do secretariado de Governo, ter se inteirado de nossas petições por meio de sua alocução do dia 22 de agosto, nossa proposição caiu no vazio e as condições específicas do diálogo não foram fixadas”. O CNH considerava como diálogo público “aquele em que o conteúdo das argumentações de ambas as partes seja conhecido por todos os estudantes, professores e povo em geral”. Para isto, numa série de propostas que soam mesmo como um esboço de uma nova forma de prática política, o CNH exigia que:

“a) as práticas estejam baseadas exclusivamente em nosso ofício petitorio...

b) o diálogo se desenrole entre os representantes do poder Executivo Federal e os do CNH.

<sup>154</sup> Cit. in. *ibid.*, p. 151-2.

<sup>155</sup> João Roberto Martins Filho. *op. cit.*

c) as práticas se iniciem na Unidade do Congresso do Centro Médico do IMSS, no dia 9 de setembro de 1968, às 5 da tarde.

d) o diálogo se efetue diante da presença de todo o CNH e da Coalizão dos Professores..., a imprensa nacional e a internacional e os assessores que ambas as partes considerem pertinentes.

e) as práticas sejam transmitidas pela Rádio Cadeia Nacional e pelo Telesistema Mexicano”.<sup>156</sup>

Em coro, a manifestação do dia 13 de agosto pedia: “Diálogo! Diálogo! Diálogo!”.<sup>157</sup> Segundo um estudante de Odontologia da UNAM, “o governo nunca quis o diálogo público, mas sim práticas políticas de recâmara. E nós não podíamos transigir: O DIÁLOGO TINHA QUE SER PÚBLICO. Por isto o Movimento Estudantil não podia ser corrompido pelo governo”.<sup>158</sup> Também por causa disto, desde logo o governo passou a preparar a repressão violenta ao Movimento, ao mesmo tempo que emitia sinais de que poderia dialogar. Mas a capacidade de dialogar pública e sinceramente parecia impossível ao Estado mexicano: “Fazem cinquenta anos que o governo monologa com o governo”.<sup>159</sup> No dia 2 de outubro, enquanto representantes dos estudantes reuniam-se com funcionários do governo para debater as condições de um possível diálogo público com as autoridades, forças do Exército e páramilitares cercavam a praça de Tlatelolco e realizavam o massacre.

A questão da violência ou pacifismo foi essencial em todos os movimentos juvenis dos anos 1960. No México, pelas características do seu movimento (com pouco controle por parte de organizações de esquerda e reunido em torno de demandas reformistas), predominaram as propostas de manifestação pacífica, convivendo paradoxalmente com respostas violentas mas instintivas de massas estudantis atacadas por forças da repressão. Diferente da maioria dos demais movimentos desta época, não avançaram muito as propostas e práticas de organização páramilitar da rebelião, nem a adoção de formas disciplinadas de enfrentamento ou ainda o uso regular de armas de fogo e a luta armada – apesar de, segundo Castañeda, o México possuir as melhores condições para pôr em prática as propostas do foquismo. Eduardo Valle Espinoza, o Búho, do CNH, nega que houvesse uma tendência mais radical, defensora da luta armada, dentro do CNH. Havia uma posição firme, “linha dura” no sentido do enfrentamento

<sup>156</sup> *Cit. in.* Jorge Carrión., *op. cit.*, p. 61.

<sup>157</sup> *Cit. in.* Elena Poniatowska. *op. cit.*, p. 20.

<sup>158</sup> *Cit. in. ibid.*, p. 76.

<sup>159</sup> Roberto Escudero, delegado do CNH, *Cit. in. ibid.*, p. 38.

ao governo e de não recuar, mesmo depois do 2 de outubro.

“Mas enfrentamento armado, ISTO NÃO. Não havia armas no Conselho, não se esperava a insurreição armada nem a rebelião... Quando o provocador Ajax Segura Garrido propôs que o Conselho adquirisse algumas características militarizadas, foi repudiado e se fez imediatamente suspeito aos olhos de todos, sem exceção... Nossas armas eram a Constituição, nossas idéias, nossas mobilizações legais e pacíficas, nossos panfletos e nossos periódicos. Eram duras estas armas? Claro que eram. Neste país, tudo o que signifique mobilização espontânea do povo e dos estudantes, organização popular independente e crítica real ao despótico governo que padecemos, é duro”.<sup>160</sup>

Estudantes negaram que preparavam uma sabotagem das Olimpíadas: “com o que faríamos? Com bombas Molotov?”.<sup>161</sup> Havia propostas de se aproveitar o evento Olimpíadas para publicizar mais o movimento, para mostrar que haviam vozes dissonantes diante da aparência de total apoio ao regime. Mas, afirma Vicente Saldaña Flores, do IPN, que entre sabotar o movimento e ser uma voz de protesto, havia uma grande diferença, e eles não queriam sabotar nada.<sup>162</sup>

Num dos poucos documentos produzidos em conjunto pelo CNH e a Coalizão dos Mestres, publicado em *El Día* e outros jornais como matéria paga, em 12 de agosto de 1968, o Movimento fazia a apologia do caráter pacífico de suas grandes manifestações: “As duas últimas manifestações realizadas na Cidade do México... demonstram à opinião pública que... jamais os estudantes têm sido os agressores, que a violência e agressão provêm da intervenção ilegal das forças policiais e militares e que uma manifestação sem policiais é uma manifestação pacífica”.<sup>163</sup> A mesma retórica pacifista estava presente nas manifestações. Na manifestação de 27 de agosto, diziam os cartazes: “Livros sim, baionetas não”; “O homem não se doma, educa-se”.<sup>164</sup> Dizia uma faixa na manifestação de 27 de agosto: “Nada com a força, tudo com a razão”.<sup>165</sup>

Contudo, expressões de violência por parte dos estudantes, mais ou menos espontâneas, usando “armas” improvisadas e em resposta à violência das forças do Estado, foram o outro lado do Movimento mexicano. Tais se deram, como vimos, nas semanas iniciais

<sup>160</sup> *Cit. in. ibid.*, p. 125.

<sup>161</sup> Enrique Hernández Alatrste, da faculdade de Odontologia da UNAM, *cit. in. ibid.*, p. 141.

<sup>162</sup> *Cit. in. ibid.*, p. 141.

<sup>163</sup> *Cit. in.* Fernando Carmona, *op. cit.*, p. 201.

<sup>164</sup> *Cit. in.* Elena Poniatowska, *op. cit.*, p. 33.

e finais do Movimento, em torno do período mais pacífico das grandes manifestações. Como afirmou um estudante, nestes momentos “as medidas repressivas se voltaram contra seus autores: a polícia. O governo havia acendido a chama e o fogo se espalhava”.<sup>166</sup> No dia 23 de setembro, estudantes se prepararam para receber a repressão no Casco de Santo Tomás (coletando munição, preparando vias de escape e posicionando ônibus como proteção). Quando chegaram os *granaderos*, os estudantes puseram fogo em 20 ônibus posicionados estrategicamente.<sup>167</sup> “Queimar ônibus sempre foi uma tradição nas lutas estudantis. É uma maneira de enfrentar o governo.”<sup>168</sup> “Atacamos porque é a única coisa que temos à mão... Além disto, os ônibus não são do povo, são dos permissionários”.<sup>169</sup> O ataque a veículos de transporte público, não só ônibus, mas também trens, bondes etc., faz parte de uma tradição dos motins populares urbanos na América Latina. Em diversos momentos, os alvos da fúria popular foram os símbolos mais imediatos da presença do Estado opressor, não apenas o transporte público, mas também a iluminação pública, prédios oficiais e até órgãos da imprensa favoráveis ao governo. As novidades das revoltas juvenis de 1968, portanto, não devem ocultar os elementos tradicionais de luta reutilizados então.

### **Idéias do movimento estudantil**

Como em todos os movimentos juvenis dos anos 1960, o conjunto de idéias, temas, ideologias, discursos, doutrinas e filosofias evocados, apesar de formar um todo mais ou menos articulado (individualmente, em cada movimento, e no conjunto da onda mundial de revoltas), deve ser visto como uma composição multifacetada. No caso mexicano, o esboço desta heterogeneidade por Carrión é até mesmo divertida. Segundo ele, nas suas manifestações festivas os estudantes mencionavam Che Guevara, Mao Zedong e até o bandoleiro Genaro Vázquez (que das montanhas, dirigiu uma carta de apoio aos estudantes). Em debates e panfletos, discutia-se sobre o imperialismo norte-americano e o aparato repressivo do Estado oligárquico ligado aos interesses norte-americanos. Já a Cidade Universitária parecia “um cartel multicolor” em que, ao lado de letreiros do Che, apareciam frases sobre a liberdade sexual (que, segundo Carrión, pareciam tomados de Henry Miller), “porque a liberdade, erótica ou política,

---

<sup>165</sup> *Cit. in. ibid.*, p. 46.

<sup>166</sup> Luis González de Alba, do CNH, *cit. in. ibid.*, p. 86.

<sup>167</sup> João Roberto Martins Filho. *op. cit.*

<sup>168</sup> Ernesto Ramírez Rubio, estudante do IPN, *Cit. in* Elena Poniatowska. *op. cit.*, p. 82.

<sup>169</sup> Eduardo Razo Velázquez, aluno secundarista da Vocacional 9, *cit. in. ibid.*, p. 82.

fala o mesmo idioma em Berkeley, Nanterre, Paris, Turim, Roma ou Berlim, Caracas ou Santiago do Chile.” Na mesma UNAM, “as salas de aula e os auditórios ostentavam oportunamente os nomes de Che, de Ho Chi Min, de Mao Zedong, de Fidel Castro e de Lenin, como que para provar a multifacetada integração do movimento que se internava ordenadamente no lastro legal das seis petições”.<sup>170</sup> Soltas no ar, muitas opiniões citavam de forma livre ensinamentos de Marcuse, Sartre, Cohn-Bendit, Che Guevara, Mao Zedong, Garudy, Giuseppe Boffa, Franz Fanon e até do Papa.<sup>171</sup>

A diversidade das idéias citadas livremente pelo movimento mexicano constitui um dos indicadores da sua juvenilidade, ou seja, de que se fazia o contato experimental com as ideologias. A busca experimental de idéias e formas de ação marcou todo o conjunto das revoltas juvenis dos anos 1960. Mais do que qualquer outra coisa, fez delas revoltas propriamente juvenis. Se o movimento mexicano talvez não possa ser caracterizado como “novo esquerdista” (dado a fraqueza relativa das associações socialistas heterodoxas e o fato do movimento ter se agrupado em torno de demandas políticas “reformistas”), certamente pode ser visto como uma mobilização “juvenilizada”.

Para Arguedas, mais que ideologias esquerdistas bem definidas, a tônica do movimento foi uma rejeição a tudo que era “velho, podre ou caduco”, além da desconfiança para com os adultos, como dizia um delegado do CNH: “Meus velhos são uns asnos solenes, e meus professores também”.<sup>172</sup> Os jovens estudantes pareciam rejeitar e pareciam querer construir um novo mundo a partir de suas livres experimentações. Para a mesma autora, tais desejos adquiriram dimensão mundial em 1968. Se a juventude deveria ser um “período de busca ansiosa e apaixonada de si mesmo e dos outros”, a sociedade moderna fazia desta busca um momento de grandes frustrações. A frustração juvenil internacionalizava os movimentos pois “a repulsa à ‘sociedade de consumo’ é a mesma na Sorbonne e na Universidade de Montevideú... Um estado de ânimo cobre todos aqueles que permanecem jovens... na Terra: asco”. Também a repressão aos ímpetos juvenis globaliza a rebelião, pois, “mais parecido que um policial de Chicago é um policial do México” e a defesa do “princípio de autoridade” se faz “com os mesmos métodos no Haiti, Alemanha, Paraguai e em toda parte.”<sup>173</sup>

<sup>170</sup> Jorge Carrión. *op. cit.*, p. 57-58.

<sup>171</sup> Sol Arguedas. “En torno a la ideología del movimiento estudiantil”, in: Jorge Carrión *et. al.* *Tres culturas en agonía*, Cidade do México: Nuestro Tiempo, 1969, pp. 108-169.

<sup>172</sup> Gustavo Gordillo, membro do CNH, *Cit in* Elena Poniatowska. *op. cit.*, p. 27.

<sup>173</sup> Sol Arguedas. *op. cit.*, p. 121.

Em alguns relatos, percebemos a participação emotiva dos estudantes, a alegria deles perceberem que muitos populares e adultos reconheciam o movimento e aplaudiam a passagem de suas manifestações massivas. Uma estudante diz que começou a chorar de alegria quando entraram, em manifestação, na Praça 5 de maio e os sinos da Catedral começaram a tocar.<sup>174</sup> Em outro relato, um estudante mistura populismo com juvenildade. Primeiro fala dos camponeses, operários e estudantes jovens “que têm poucas perspectivas dignas de vida, porque as frentes de trabalho se criam em benefício de interesses particulares e não da coletividade. Nos dizem continuamente: ‘Vocês são o futuro do país’. Porém nos negam sistematicamente qualquer oportunidade de atuar e participar nas decisões políticas do presente.” O final é todo juvenildade: “Nós queremos e PODEMOS participar agora, não quando tivermos 60 anos”.<sup>175</sup> Finalmente, ao contar a história de sua vida e da sua participação no movimento estudantil, um jovem operário e estudante do IPN tratou também do tema da alienação (e da sua superação): “Eu era um autômato do trabalho e da escola e fora deles nada me interessava.” Dois momentos despertam sua indignação: o retorno ao seu povoado natal, em que a situação de penúria não se modificara e a atuação do CTM na sua fábrica:

“Tudo isto me fez refletir e quando vi que o Movimento Estudantil tomava forma, disse: ‘Neste sim eu me envolvo... Oxalá se logre algo’. Eu não pensei que o Movimento fosse político, mas sim que ia mais além. Em primeiro lugar, todos eram jovens, todos tinham coragem e todos estavam dispostos a participar... Em segundo lugar, os conceitos eram distintos, se pediam coisas concretas e eu não senti que estava enganando a ninguém... Nunca senti que me movia em um ambiente de mentira ou de simulação como acontecia na fábrica, nas relações entre a CTM e os operários!”<sup>176</sup>

Também valores comportamentais foram questionados durante o movimento. Uma das frases mais pitorescas ouvidas nas manifestações foi “Encíclica, não! Pílula, sim!”<sup>177</sup> Referia-se, por um lado, ao forte conservadorismo católico presente no México, símbolo das inúmeras proibições e vetos no tocante à liberdade cotidiana. Por outro, à liberação sexual prometida pela pílula anticoncepcional, criada recentemente. O movimento não discutiu muito, na verdade, a função tradicional da Igreja Católica, instituição que, surpreendentemente, foi no México em grande parte favorável aos estudantes. A expressão “encíclica” dizia mais sobre o

<sup>174</sup> *Cit in* Elena Poniatowska. *op. cit.*, p. 49.

<sup>175</sup> Gustavo Gordillo, *cit in ibid.*, p. 19.

<sup>176</sup> Daniel Esparza Lepe, *cit in ibid.*, p. 79.

<sup>177</sup> *Cit. In.* Sol Arguedas. *op. cit.*, p. 121.



tradicionalismo vigente no campo dos comportamentos. Temas, na verdade, nunca teorizados profundamente no México – assim como nas revoltas do Terceiro e Segundo Mundos –, mas que não deixaram de estar presentes. A menção irreverente e provocativa à “pílula” expressava a existência de um desejo latente de mais liberdade no campo do comportamento e da sexualidade.

Também a presença de mulheres entre as lideranças do movimento estudantil, como “Tita”, “Nachá”, “Bertha” e Mari Carmen dão certo teor “feminista” à rebelião de 1968 mexicana. Em uma ocasião, organizou-se um grupo de estudantes na Cidade Universitária para verificar um possível ataque da polícia a outros estudantes. “Buho”, o líder, que conta esta história, tentou impedir que quatro moças os acompanhassem, o que as revoltou muito: “Indignadas, contestaram-me dizendo que o Che admitia mulheres na guerrilha e que eu fosse imediatamente ao inferno.” Elas acabaram indo junto com trezentos garotos. O mesmo Búho discursara na Marcha do Silêncio de modo infeliz: “Não choremos como mulheres o que não soubemos defender como homens.” No dia seguinte, duas brigadas de mulheres esperaram por ele, que tentou defender-se dizendo que a citação tinha sentido “metafórico”.<sup>178</sup>

As novas idéias no campo do comportamento suscitam, também no México, um conflito de gerações em potencial: “Meus ‘velhos’ consideram que seus princípios são imutáveis”.<sup>179</sup>

“Meu pai o tempo todo fica falando que eu era um filho muito bom, e outras coisas... Então, eu me ponho a pensar: Caramba! Seria eu um ser raro ou neurótico? Em seu afã de criar-nos arquétipos, os adultos nos apresentam umas formas abstratas totalmente perfeitas e ‘zás’, é cortada a comunicação... Por isto eu tenho má comunicação com meu pai, por mais que eu tente. Quando meu começa com ‘Eu, quando tinha a sua idade...’, me dá vontade de ir dormir”.<sup>180</sup>

O mesmo autor do relato acima também lamenta o preconceito dos adultos aos garotos que usavam cabelos compridos. Por outro lado, mães não aceitavam que suas filhas usassem mini-saia. Mas um curioso relato mostra uma mãe de família elogiando a busca de liberdade pela filha rebelde: “Nós éramos como mosquitinhos mortos... A vida transcorria entre fofocas, recadinhos... Tenho a sensação de ter vivido assim, às escondidas... Prefiro mil

<sup>178</sup> Eduardo Valle Espinoza, Búho, do CNH, *Cit in* Elena Poniatowska, *op. cit.*, p. 93-4.

<sup>179</sup> Gabriela Peña Valle, da Faculdade de Filosofia e Letras, *cit. in. ibid.*, p. 23.

<sup>180</sup> Gustavo Gordillo, *cit. in. ibid.*, p. 22.

vezes a vida de minha filha a que eu levo”.<sup>181</sup> Num outro relato, mais insólito, a filha diz não poder ir naquele momento ao supermercado com sua mãe porque estava rezando para Che Guevara. Ao ver o quadro de Che, a mãe diz: “Ah, que coisa horrível, esse homem tão sujo. Como colocar esse homem tão sujo no lugar dos santos?... Tira, troca-o, troca-o...”. A filha assim respondeu: “Veja, mamãe, que eu não me meto com teus santinhos que tem na sua cabeceira, esses que não têm cara de homens mas sim de afeminados... Têm caras horríveis teus santinhos”. De novo a mãe: “Ai não, que horror! Por que você trouxe isto?... E em suas barbas deve haver piolhos”. A filha, que narra o diálogo, conclui: “Minha mãe é o símbolo da maioria das mães da classe média, desgraçadamente. Têm horror ao comunismo. Quando lhe falei do Movimento Estudantil... eu não sei o que imaginou, porque me dizia: ‘Por que não os mandam a Moscou para que adorem o diabo?’”<sup>182</sup> Não sei se os mais característicos contos do realismo fantástico poderiam ter imaginado uma situação como esta. De qualquer forma, apesar do seu tom caricatural, a história consegue ilustrar o latente conflito de gerações presente no Movimento mexicano, assim como algumas das contradições presentes nas propostas comportamentais e culturais da juventude em 1968 – dogmas e santos dos pais são rejeitados em prol de novos santos e dogmas.

Quanto às idéias políticas, foram mais características no México posições que poderiam ser classificadas como “reformistas”. Por outro lado, desde suas origens, o movimento mexicano partiu às questões políticas, pulando a “fase” das reivindicações estudantis (ao contrário dos movimentos estudantis mexicanos anteriores a 1968). Após os primeiros conflitos entre secundaristas e *granaderos*, rapidamente se fizeram demandas políticas “reformistas”.

Para Octávio Paz, o movimento mexicano não propunha uma mudança violenta e revolucionária da sociedade. Foi antes reformista e democrático, “apesar de alguns de seus dirigentes pertencerem à extrema esquerda”.<sup>183</sup> Não seria difícil concluir o mesmo sobre a maioria dos movimentos juvenis no Segundo e Terceiro Mundos, inclusive no Brasil. Apesar de seu caráter oficial “reformista” e democrático, os movimentos estudantis do Brasil e México em 1968 foram inundados de uma vivência juvenilizada da política e ideologia, o que tornou estes movimentos imprevisíveis aos olhos das autoridades e dos próprios líderes de tendências esquerdistas. Líderes que, muitas vezes, puderam fazer o movimento mover-se muito menos radicalmente na política do que desejavam. Por outro lado, várias vezes estes movimentos

<sup>181</sup> Mãe de família, *cit. in. ibid.*, p. 26.

<sup>182</sup> Margarita Isabel, *cit. in. ibid.*, p. 88.

atreviam-se a ser mais profundos no campo da cultura e do comportamento do que desejavam seus líderes.

Num país de política autoritária e oligárquica, o México, a *práxis* reformista do movimento estudantil não tinha nada de ilógico. Não era pouco o que reivindicava a base dos militantes do movimento de 1968:

“Podc se falar de sólidas tradições democráticas quando, de fato, não existe mais do que um partido político, quando nas câmaras não se admitem candidatos de outros partidos ou só se accitam alguns para dar a enganosa aparência de uma oposição? E o que dizer da sólida tradição do ‘escondido’, ou seja, o mistério que o presidente no poder e seus conselheiros guardam até o último momento para anunciar através do Partido Oficial, o PRI, quem deve ser o candidato à presidência?... Se desperdiçam milhões de pesos nesta propaganda para que a massa ignorante e crédula engula as virtudes excepcionais do candidato proposto pelo PRI. Que podem fazer os partidos de oposição diante desta avalanche, diante das somas estratoféricas? Ou aliar-se, ou fazer uma modesta propaganda, alguns discursos que são levados pelo vento... Estes truques políticos, estas armadilhas são o que repugnam os jovens estudantes, que encontram frente a eles todas as portas fechadas e todos os postos assegurados para os políticos do PRI, a menos que se alienem e suportem a carga”.<sup>184</sup>

Nesta análise também se fala que os jovens rebelam-se contra a cooptação, contra a única alternativa oferecida pelo *establishment* que era a de renunciar os seus verdadeiros ideais e valores em troca de benefícios materiais. Se no caso do México a alienação denunciada é aquela que se faz em troca de cargos políticos, no Primeiro Mundo a retórica dos rebeldes fala principalmente contra as posições sociais confortáveis e o bem-estar material oferecido aos bem ajustados à sociedade de consumo. Novamente, um tema universal nas revoltas de 1968, no caso, a “alienação”, adquire uma significação relativamente particular, vinculando-se a aspectos próprios da situação sócio-política mexicana.

Daniel Cazés afirma que a petição dos seis pontos faz crítica principalmente às instituições mexicanas pretensamente democráticas: contra a existência de leis anticonstitucionais que são usadas pelo governo para perseguir seus adversários políticos potenciais; contra os corpos repressivos anticonstitucionais; contra a corrupção dos altos chefes da repressão; contra a atitude ditatorial dos altos funcionários que colocam em estado

<sup>183</sup> Octavio Paz. *op. cit.*, p. 206.

<sup>184</sup> M. Mayagorita, *cit. in.* Elena Poniatowska. *op. cit.*, p. 21.

de sítio a capital e outros locais sem seguir as formalidades constitucionais; contra as sérias responsabilidades do governo pela repressão e a necessidade de castigar os culpáveis; a demanda pela resolução direta dos problemas, sem desvios e burocracias – o diálogo em vez do monólogo governamental. No fundo, movimento e governo faziam uso da mesma linguagem, sedimentada na Constituição do México. Ambos referiam-se à Constituição instituída pela Revolução para se justificarem. Isto dava ao mesmo tempo força e fraqueza aos estudantes: por um lado, podiam aglutinar as mais diferentes insatisfações sociais e podiam denunciar o cinismo do regime; por outro lado, várias vezes o movimento repetiu aspectos vazios e esotéricos da retórica “revolucionária” oficial.<sup>185</sup>

Também o “reformismo” do movimento adquiriu certo tom nacionalista. Em dado momento, o CNH orientou os estudantes a substituírem símbolos esquerdistas por ícones revolucionários nacionais, em busca de um lastro mais nacionalista ao movimento, como se os estudantes estivessem recuperando o autêntico nacionalismo perdido da Revolução Mexicana: “Não mais frases injuriosas, deixem os insultos e a violência. Não levem bandeiras vermelhas. Não carreguem retratos do Che, nem de Mao! Agora, vamos levar as figuras de Hidalgo, de Morelos e de Zapata, para não reclamarem! São nossos heróis! Viva Zapata! Viva!”<sup>186</sup>

Mesmo após o Massacre da Noite de Tlateloco, o CNH ainda encontraria forças para reafirmar os lemas reformistas, democráticos e revolucionários (da Revolução Mexicana), como vemos em trechos do manifesto “2 de outubro” (publicado no jornal *El Dia* em 5/12/1968):

“O caráter antidemocrático das estruturas políticas do país, que se manifesta em sua incapacidade para resolver autênticas demandas populares, é resultado de práticas políticas obsoletas... A democracia no México é um mero conceito,... pois a política se faz à margem das grandes maiorias populares, de suas aspirações, interesses e exigências; as determinações são tomadas por um restrito núcleo de pessoas... A sistemática repressão de todo intento de organização política independente,... o encarceramento ou assassinato dos líderes mais honestos, a construção de marcos jurídicos que impedem por decreto toda participação organizada e a falta de informação nacional verídica, têm impedido e freado o surgimento e o desenvolvimento de organizações operárias, camponesas, estudantis e cidadãs, que possam participar livre, responsável e combativamente contra as medidas de opressão do governo... A

<sup>185</sup> Daniel Cazés. *op. cit.*

<sup>186</sup> *Cit in* Elena Poniatowska. *op. cit.*, p. 48.

organização estudantil deve concluir necessariamente pela organização popular que, opondo-se às travas que freiam o desenvolvimento histórico do México, converta em realidade o lema de nosso movimento: *Liberdades Democráticas*".<sup>187</sup>

O movimento estudantil rumou para uma repolitização da sociedade mexicana, quando foi brutalmente interrompido em 2 de outubro. Nos anos 1970 e 80, como em muitos outros países do Segundo e Terceiro Mundo, a sombra do autoritarismo continuou pairando no México. 1968 foi uma bela promessa que se tentou extinguir pelas raízes. Segundo uma estudante, muitas jovens que participariam do movimento estudantil eram da pequena burguesia, "gente que nunca teve problemas econômicos", mas que logo passou a colaborar com dinheiro, roupas, distribuindo panfletos etc., ou seja, foram se politizando: "Como havia um ambiente de discussão política, adquiriram uma visão distinta da relação entre governantes e governados. O movimento politizou muita gente."<sup>188</sup> Mas o México parece estar ainda precisando construir sua verdadeira democracia política:

"Depois de muitas experiências positivas, depois que a gente começava a sentir que podia influir na política, discutir decisões, participar, dar-se conta de que os acontecimentos podiam depender de sua ação e não simplesmente cair desde cima – como que do céu – veio o golpe brutal do 2 de outubro e houve um sentimento tremendo de impotência, de fracasso. Porém o saldo do movimento, com todos os mortos, a barbárie e o terror, é positivo, porque a gente começou a viver sabendo que TUDO é político e, ainda que as condições não permitam uma atividade política aberta, ainda há muitos que militam".<sup>189</sup>

## **Populismo**

Um tema que envolve tanto as questões práticas quanto teóricas destaca-se no movimento estudantil mexicano, o que explica o fato de ser tratado de modo especial. Trata-se da relação do movimento estudantil com as camadas sociais trabalhadoras – operárias e camponesas –, o populismo. Na verdade, esta questão foi fundamental em todos os movimentos estudantis dos anos 1960. E, em muitos casos, uma questão muito problemática, fonte mais de dilemas, desacordos e decepções que de bons resultados para a onda mundial de revoltas. No caso do México, se as grandes manifestações tiveram adesão de "massas"

<sup>187</sup> *Cit. in* Fernando Carmona. *op. cit.*, pp. 228 e 232 a 235.

<sup>188</sup> Carolina Pérez Cicero, estudante de Filosofia e Letras da UNAM, *Cit. in* Elena Poniatowska. *op. cit.*, p. 96.

<sup>189</sup> *Cit. in. ibid.*, p. 93.

populares, a relação do movimento estudantil com as camadas mais organizadas do operariado foi muito complicada, não apenas pela natural distância entre os comunicantes (que, no geral, pouco se entenderam), mas também pelo controle estatal dos principais sindicatos mexicanos – dada a estrutura corporativa da política mexicana.

O novo populismo esboçado pelo movimento estudantil, por um lado, insere-se na temática revolucionária mexicana. É uma outra ligação da nova revolução com a revolução mitológica. No mesmo viés, trata-se de uma iniciativa semelhante a de outros movimentos dissidentes no México, que tentaram criar organizações populares alternativas às oficiais.

Os estudantes, cheios de esperanças, buscaram ansiosamente o contato com o “povo”: “Povo, não nos abandones – uni-vos, povo!”<sup>190</sup> Mas também estavam cheios de paternalismo, com uma visão romântica, idealizada e elitista em relação às classes populares. Os discursos distantes das realidades populares, muitas vezes usando os costumeiros chavões “revolucionários” dos grandes líderes do PRI, contrastavam com o entusiasmo juvenil. E não sabemos até que ponto a atitude narrada por Pino foi generalizada:

“Logo notei que os companheiros, de Ciências Políticas, por exemplo... ao entrar em contato com a gente do povo, sobretudo no início, falavam de luta de classes, de bens de produção nas mãos da burguesia, a classe no poder e outros conceitos, e não eram entendidos. Não havia comunicação. Ao contrário, levantava-se um muro de desconfiança... Eu fui testemunha de que a linguagem foi mudando, ou melhor, de que fomos encontrando uma linguagem comum, e esta foi a experiência mais bonita que tive do Movimento... Pouco a pouco o povo nos ensinou seu modo de falar e os aplausos nos indicavam que nos entendiam. Começamos a conhecer o México e sua triste realidade. Tudo isto nós vivíamos diariamente nas brigadas.”<sup>191</sup>

Mas, se nem sempre a grande massa anônima das ruas parecia surda, os trabalhadores organizados em sindicatos controlados pelo PRI muitas vezes agiram com franca hostilidade. Como confirma o relato do delegado do CNH, parecia essencial ir em busca do apoio dos operários: “Diariamente se repetia aos brigadistas o lema ‘ir à classe operária’, porém, ao nos acercarmos dela, nos chocamos frontalmente com a muralha do sindicalismo pelego, que impedia a mobilização dos trabalhadores. Então, nos dispusemos a mudar esta realidade e

<sup>190</sup> Coro na manifestação de 13 de agosto de 1968, *cit. in. ibid.*, p. 59.

<sup>191</sup> Salvador Martínez de la Roca, o Pino, *cit. in. ibid.*, p. 29..

incentivar a organização dos operários e grêmios independentes”.<sup>192</sup> Até nas manifestações públicas, os estudantes rogavam o apoio dos operários e indicavam o caminho: “Operário, destrua seu sindicato pelego”.<sup>193</sup>

Mas, para muitos estudantes as dificuldades encontradas foram desencantadoras: “Não se pode romper com o controle governamental nas fábricas e sindicatos” (delegado do CNH); “Por que não dizer sinceramente que fracassamos com os operários?” (de Ciências Políticas da UNAM); “O que acontece é que os operários são bem reacionários” (da Filosofia e Letras da UNAM).<sup>194</sup> Um jovem operário, de 21 anos, que participou do movimento estudantil e acabou sendo preso, após ser capturado durante seu trabalho, ser torturado e assinar um documento em que declarava sua culpa, indica-nos em seu relato que este rancor operário era em grande medida artificialmente fabricado. Segundo ele, alguns operários iam, por iniciativa própria e de modo individual, aos eventos estudantis: “Muitos operários simpatizavam com o movimento, porém muitos não se atreviam a manifestar isto, com medo de represálias, por apatia, por comodismo ou porque saíamos muito cansados do trabalho, porém, sobretudo por medo de perder o emprego”.<sup>195</sup>

Enquanto os sindicatos oficiais mantinham os operários sob seu controle distantes do movimento estudantil, sindicatos independentes e até algumas raras seções ligadas aos sindicatos oficiais manifestaram ao menos alguma solidariedade. Nestes casos, temos os trabalhadores da Comissão Federal de Eletricidade, que publicaram um manifesto a favor do estudantes em 13 de setembro, assim como o Grupo de Sindicatos Independentes, no mesmo dia. Também teriam apoiado as demandas estudantis o Sindicato Revolucionário dos Trabalhadores da Fábrica de Louça “*El Ánfora*” e a Comissão Organizadora dos Telefonistas: “Todos eles patentearam uma ou outra forma de apoio ao movimento e, ainda que não se tenha conseguido chegar à grande massa operária, estas adesões constituíram de certo modo um triunfo dos estudantes de 1968”.<sup>196</sup> Aliás, a reação do governo e do PRI não se faria demorar, não apenas prendendo operários anônimos que participaram do movimento, mas também o líder do Sindicato da Fábrica Ánfora – junto com sua mulher, parecendo revelar que no México também por vezes se aplicava o perverso princípio da “responsabilidade

<sup>192</sup> Gilberto Guevara Niebla, *cit. in. ibid.*, p. 41.

<sup>193</sup> Faixa em manifestação de 27 de agosto de 1968, *cit. in. ibid.*, p. 46.

<sup>194</sup> *cit. in. ibid.*, p. 42.

<sup>195</sup> Operário de fábrica de chocolates, *cit. in. ibid.*, p. 43.

<sup>196</sup> Ernesto Olivera, professor da Preparatória 1 da UNAM, *cit. in. ibid.*, p. 47.

familiar”.<sup>197</sup>

Além da preocupação com os operários, os estudantes muitas vezes faziam a apologia retórica do povo oprimido do interior do país, principalmente os camponeses. Estas “massas” populares anônimas e sem representação sofriam desde há tempos um verdadeiro abandono por parte do regime mexicano. Segundo um professor de Matemáticas da Preparatória I da UNAM, haviam no México mais de 1 milhão de pessoas que só falavam dialetos indígenas, cerca de 2 milhões de camponeses sem terra, mais de 3 milhões de crianças entre 6 e 13 anos sem nenhuma educação, 4,6 milhões de trabalhadores que, entre 1948 e 1957, tentaram entrar ilegalmente nos Estados Unidos, cerca de 5 milhões de mexicanos que andavam descalços, cerca de 12,7 milhões que não usavam sapatos, mais de 8 milhões que não comiam carne, peixe, leite ou ovos, mais de 10 milhões que não comiam pão, quase 10 milhões de trabalhadores não sindicalizados e cerca de 11 milhões de analfabetos.<sup>198</sup> Foi com estes marginalizados que muitas vezes os estudantes desejaram estabelecer contato. A melhor e, talvez, a única experiência bem sucedida deste tipo se deu no povoado de Topilejo, próximo do Distrito Federal. Em agosto de 1968, um dos ônibus que fazia a ligação deste povoado com a Cidade do México sofreu um acidente, com vários mortos e feridos. A empresa queria pagar uma pequena indenização às famílias dos mortos. Os habitantes do vilarejo se indignaram e começaram a reter os carros desta empresa, exigindo a modernização destes veículos, a melhoria da estrada e uma maior indenização. O delegado do CNC (entidade ligada ao PRI), que até certo momento liderou o movimento, logo o traiu, fazendo conluio com a empresa. “Então o povo, reunido em assembléia, decidiu recorrer aos estudantes. Foram expor seu problema à Escola Nacional de Economia da UNAM e, ao invés de discuti-lo brevemente, os estudantes resolveram ajudar em tudo que fosse possível a Topilejo.”<sup>199</sup> Um ônibus da UNAM passou a refazer a linha interrompida pela empresa, enquanto estudantes de enfermagem, agricultura, serviço social e medicina foram ao povoado prestar serviços de orientação. Os camponeses do vilarejo formaram uma nova comissão para sua luta, com a participação de estudantes, fazendo a empresa recuar e prometer, primeiro, uma melhor indenização e, após a chegada de novas brigadas estudantis, também modernizar seus veículos. Enquanto isto, autoridades prometiam a melhoria da estrada. A frase do delegado do CNH dá idéia da importância “mítica” do sucesso de Topilejo: “Um anelo comum os aliava

<sup>197</sup> *Cit. in. ibid.*, p. 72-3.

<sup>198</sup> *Cit. in. ibid.*, p. 136-7.



(camponeses e estudantes): a luta contra as injustiças. Ao mesclar-se desta forma com a população, os estudantes reafirmaram sua fé na causa pela qual lutavam e se dispunham a trabalhar com ainda mais bríos para conseguir o triunfo”.<sup>200</sup> Porém, parece ter sido o único contato mais sério do movimento estudantil com a massa desprivilegiada de que tanto falavam.

Os momentos em que o populismo estudantil mas parece ter sido vitorioso ocorreram durante as grandes manifestações na capital mexicana. A participação da população anônima e indefinida da grande cidade parece ter sido mais espontânea que fruto dos desejos e estratégias dos organizadores das manifestações. Que equação misteriosa poderia definir o momento em que passeatas de numerosos estudantes se transformaram em gigantescas manifestações do povo anônimo do Distrito Federal? Octávio Paz argumenta que, apesar de toda a campanha difamatória da imprensa, sindicatos e até de partidos de oposição reconhecidos, o movimento estudantil teve suas manifestações engrossadas espontaneamente por populares dado terem, os estudantes, se tornado uma espécie de porta-vozes da consciência do povo em geral, ainda que não tivessem exatamente esta intenção.<sup>201</sup>

Outro momento nesta relação estudantes-população foram as manifestações e assembleias em Tlatelolco, em que uma população menos “popular” e mais perto das classes sociais de origem dos estudantes deu intenso apoio ao movimento estudantil, como vimos. Mas, mesmo nestes últimos momentos, os estudantes ainda conservavam o ideal que motivou a criação das brigadas estudantis. Durante todo o movimento mexicano, uma animação semelhante à enfrentada por todos os demais movimentos estudantis nestes anos foi freqüente: um desejo de conhecer o país “real” e profundo, de viver experiências diferentes da vida urbana e de classe média. Se na Revolução Cultural Chinesa, os Guardas Vermelhos de Pequim embarcaram em caminhões com destino ao interior do país (misturando política e turismo), e os *hippies* viajaram a regiões inóspitas de seus países e ao Oriente, os estudantes mexicanos imaginaram levar aos trabalhadores das periferias e bairros operários a “consciência”, a resposta simples a todos os problemas vividos pelo “povo” mexicano.

Contudo, por sua vez, o regime mexicano conseguiu trabalhar com certa eficiência com as diferenças entre as duas condições – trabalhadores *versus* estudantes. Através da manipulação da imprensa, sindicatos e opinião pública, ao lado de outras possíveis ações de cunho desonesto que foram perpetradas, o regime conseguiu em certos momentos fazer com que

<sup>199</sup> Gilberto Guevara, *cit. in. ibid.*, p. 45.

<sup>200</sup> Gilberto Guevara, *cit. in. ibid.*, p. 45-6.

aquela mesma população anônima, que engrossava as grandes manifestações, desenvolvesse opiniões negativas sobre os rebeldes juvenis. Entre os relatos críticos colhidos no seio da população, pela Revista da Universidade, em agosto de 1968, destaca-se a “denúncia” de que se gastava muito dinheiro com os estudantes, em vez de se aplicar este dinheiro com outras necessidades mais urgentes da população simples. Sobre este imaginário de rancor, move-se o diretor geral da Conasupo, o camponês Francisco Ambriz, ao dizer “que se os jovens não querem estudar, que se dê aos trabalhadores do campo os milhões de pesos que se investem em educação e que eles preferem desperdiçar, pois no campo o que faz muita falta é dinheiro para as obras”.<sup>202</sup> Outro argumento presente é a crítica ao “estudante profissional”, aquele que pretensamente é o único responsável pelos conflitos estudantis e que vive de fazer política nas escolas. Em seu relato, uma mãe de família parece mesmo generalizar a todos os estudantes a condição de “estudante profissional”: “Em todos os países do mundo, a juventude é uma etapa transitória, um lapso que só abarca alguns anos. Porém aqui se é jovem e se é ‘estudante’ segundo o desejo e decreto pessoal de cada indivíduo. Os privilégios do estudante não têm fim”.<sup>203</sup>

Além de trabalhar com elementos dormentes do imaginário popular sobre os supostos privilégios dos estudantes, muitos dos relatos que criticam o movimento estudantil denunciam o vandalismo que grupos de estudantes estariam fazendo. Cidadãos comuns atacados enquanto transitavam perto das escolas afirmavam que os estudantes “são uns selvagens!”. Outros reclamavam de grupos de estudantes arruaceiros que atacavam lojas e depredavam ônibus. Um cidadão que teve o ônibus da qual era passageiro depredado, vociferou: “Eu nunca recebi educação em escola alguma porque meus pais não puderam dar-me. Porém, se a educação que dão agora é a dos estudantes, então prefiro não ir à escola. Nunca vi gente mais desrespeitosa, mas grosseira e mais mal falada”.<sup>204</sup> Mas existem fortes suspeitas que por trás destes ataques estavam agentes disfarçados a mando do governo mexicano, a ponto de um comerciante que teve a vitrine de sua loja quebrada afirmar que não tinha certeza se os culpados eram estudantes ou agentes disfarçados. Gilberto Guevara, delegado do CNH, afirma categoricamente que estes arruaceiros eram contratados pela polícia que, antes de atacarem,

---

<sup>201</sup> Octávio Paz. *op. cit.*

<sup>202</sup> *Cit. in.* Elena Poniatowska. *op. cit.*, p. 47.

<sup>203</sup> *Cit. in. ibid.*, p. 81.

<sup>204</sup> *Cit. in. ibid.*, p. 83.

gritavam “Viva os estudantes!”. Segundo Guevara, não eram táticas inéditas, no sentido de jogar a opinião pública contra um movimento de oposição.<sup>205</sup>

A motivação populista, muitas vezes bela e idealista, tantas vezes ingênua e elitista, é uma dimensão que não deve ser desprezada na avaliação da onda mundial de revoltas. Nesta dimensão, residem muitos dos percalços vividos pelos militantes juvenis. Neste tema, o encontro entre trabalhadores e estudantes, vivem muitos dos preconceitos sociais e sociológicos que dificultaram o entendimento recíproco entre as diferentes categorias sociais, assim como uma melhor compreensão sobre a dimensão “juvenil” da onda mundial de 1968 – inclusive pelos próprios jovens e estudantes. Também no México, apesar do caráter menos ideológico da revolta estudantil, os militantes se viram diante do inevitável dilema derivado do âmbito teórico e retórico “revolucionário” em que se moviam: poderiam os estudantes, pertencentes à classe “pequeno burguesa”, fazer ou participar da “revolução”? Termos como pequena burguesia e até “revolução”, em um sentido mais estrito, muitas vezes serviram para engessar os movimentos juvenis dos anos 1960. Outras vezes, para forçar os rebeldes a uma desesperada busca do “povo”, como se fosse a única possibilidade de legitimar seus movimentos embasados, na prática, pela vivência juvenil. Como dizia uma analista do movimento mexicano, referendando esta limitação ontológica da rebeldia mexicana de 1968, os estudantes deveriam estar conscientes de que seu papel era apenas detonador ou de “simples levedura revolucionária”.<sup>206</sup> Não era difícil passar de uma constatação como esta para outra menos generosa, como a de um dono de um restaurante que não entendia os motivos da rebeldia dos estudantes de seu país: “Os universitários são os futuros burgueses da República Mexicana. Então, por que se traem?”<sup>207</sup> Ou, segundo um empresário:

“Aonde irão os estudantes quando se formarem? Aonde vão os da UNAM e os da Poli quando terminarem sua graduação? À iniciativa privada ou ao governo. Ou acaso vão a algum outro lugar? Então, o que demandavam aqueles que se manifestavam? O que pediam? Que querem, se de qualquer maneira, cedo ou tarde, passarão a formar parte do *establishment* a que se opõem?”<sup>208</sup>

<sup>205</sup> Cit. in. *ibid.*, p. 85.

<sup>206</sup> Sol Arguedas. *op. cit.*, p. 125.

<sup>207</sup> Cit. In. Elena Pomiatowska. *op. cit.*, p. 86.

<sup>208</sup> Heriberto Alarcón Pimentel, industrial, Cit. in. *ibid.*, p. 95.

A interpretação que trata a rebelião estudantil simplesmente como uma “auto-traição” dos estudantes em relação à sua classe social – a famigerada “pequena burguesia” – não é de todo incorreta. Mas ela enxerga, exposta deste modo, apenas um aspecto da onda mundial de revoltas. Mostra qual era a dimensão classista sobre a qual assentava-se a condição da maioria dos rebelados no final dos anos 1960, assim como as limitações advindas desta condição. Mas não abarca, explica ou reconhece todos os aspectos de 1968. Se valessem apenas os dados relativos à condição de classe em 1968, a onda mundial jamais teria irrompido. Outros fatores, condições, categorias, temáticas e motivações socioculturais e políticas devem ser levadas em conta. No México, como em outras revoltas juvenis dos anos 1960, contaram fatores múltiplos e globais, descritos no início deste trabalho. Fatores, incluindo a condição social “pequeno burguesa” ou de “classe média”, que tiveram em cada caso uma configuração particular.

Por outro lado, a desesperada e, às vezes, até artificial busca de um “povo” para legitimar a revolta assentada, na verdade, essencialmente sobre bases juvenis, pode ser explicada pelo fato destas revoltas moverem-se sobre um vocabulário, um horizonte teórico de oposição aos sistemas sociais vigentes, limitado em grande parte pelo discurso classista que acima vimos acionado. Discurso que poderia causar, como vimos, do lado dos estudantes, um amargurado sentimento de culpa (o de não pertencer à classe “revolucionária” ou “correta”). Quanto aos populares, criava críticas constrangedoras sobre a condição privilegiada do estudante e do jovem “pequeno burguês”.

Cabe ainda discutir sobre outros setores sociais, além dos mais “populares”, que estabeleceram relações consideráveis com o movimento estudantil do México. Primeiro, os chamados “intelectuais” – diversos importantes intelectuais mexicanos declararam, individual ou coletivamente, apoio ao movimento estudantil mexicano. Destaca-se o manifesto “Os estudantes defendem os direitos de todo o povo”, publicado no jornal *El Día*, da Cidade de México, em 12/08/1968, assinado por importante sociólogos, economistas e artistas, inclusive o pintor David Alfaro Siqueiros. O manifesto destaca e reforça o tom “reformista” da rebelião juvenil diante das estruturas políticas autoritárias do México, criticando o “ambiente de dirigentes operários e camponeses alienados e complacentes, de líderes burocráticos e cortesãos, de dóceis funcionários a quem só interessa obedecer e fazer carreira pessoal, e de deputados de partidos agradecidos ao presidente da República por suas designações e que nunca se resolvem romper o encanto da unidade nacional em torno do governo”, exaltando a

juventude como

“inconforme, são, nacionalista, que avança no processo de criar uma consciência política, que rompe com esquemas esdrúxulos e caducos, que estuda e observa, que exige a liberdade de Demetrio Vallejo... e de todos os presos políticos que lutam pela derrubada do chamado delito de ‘dissolução social’ e pela derrubada das classes privilegiadas que mantêm nosso povo no atraso e na miséria”.<sup>209</sup>

Até mesmo uma associação que se declarava apolítica, a União Nacional das Mulheres Mexicanas, criticou, em 2 de agosto de 1968, a violência exercida contra os estudantes e prometeu inclusive realizar uma manifestação pacífica “pelo respeito da Constituição e dos Direitos Humanos”.<sup>210</sup> Muitas vezes, a posição de setores intelectuais e de associações de classe média viam os jovens em uma justa revolta, mas necessitando de orientação. Percebemos isto no relato da diretora da Escola Nacional de Economia, em programa de TV, transmitido em 21/08/1968, propondo uma espécie de “canalização” da revolta estudantil – uma domesticação, reduzindo a insatisfação genérica apenas para a crítica de alguns setores e funcionários estatais que seriam culpados, preservando o sistema como um todo: “Um dos fatores no atual Movimento é o afã dos jovens por remediar injustiças. O problema deve ser atacado não com a repressão, mas sim com orientação e canalização do ímpeto juvenil. O movimento não está dirigido contra o governo, mas sim contra os atos de alguns funcionários que se excederam em suas funções”.<sup>211</sup>

Outras vezes, os intelectuais é que sentiram-se “educados” e orientados pelo movimento, como um professor que, preso por causa de sua participação na rebeldia, relatou: “Sempre tenho presente a pergunta que meu filho me fez momentos antes de uma das grandiosas manifestações do Movimento Estudantil: ‘por que você não vai com seus alunos para esta manifestação?’”<sup>212</sup>

O mais surpreendente apoio ao movimento estudantil veio da Igreja Católica mexicana, tida até então como a mais conservadora do continente sul-americano. No México, esta instituição era muito ligada à defesa das elites tradicionais e enfrentava dificuldades pelo seu estatuto semi-legal diante do Estado mexicano – o anticlericalismo foi um outro forte componente da Revolução Mexicana. Mas o apoio de setores clericais, principalmente dos

<sup>209</sup> *Cit. in.* “O Movimento Estudantil e os intelectuais”, *In.* Jorge Carrion et al. *op. cit.*, pp. 246-287, p. 254.

<sup>210</sup> *Cit. in.* Christian Jelen. “Mexique: le sens d’une révolte”, *op. cit.*

<sup>211</sup> Ifigenia M. de Navarrete, *cit. In.* Elena Poniatowska. *op. cit.*, p. 48.

<sup>212</sup> Doutor Tausto Trejo, da Coalizão dos Professores, *cit. in. ibid.*, p. 72.

jesuítas, ao 1968 mexicano antecipava a radicalização do catolicismo que se daria com mais força nos anos 1970 neste país. Para alguns, tratava-se de uma tentativa de manipular a seu favor o movimento estudantil (algo semelhante ao que já fizera com a Cristiada).<sup>213</sup> Destacou-se a atuação do bispo de Cuernavaca, Sergio A. Arceo, contra as arbitrariedades do governo. Em dezembro de 1969, ao tentar visitar os presos políticos feitos depois do Massacre de Tlatelolco, o bispo ouviu de seu interlocutor que estaria cometendo um delito. O bispo respondeu deste modo:

“Nunca soube que é delito visitar presos, homens privados de sua liberdade e submetidos a humilhações, vexações e sofrimentos... Celebrei uma missa ao 2 de outubro aos mortos de Tlatelolco, em Cuernavaca, e pedi que em 12 de dezembro, dia da Virgem de Guadalupe, se lesse uma homilia que enviei a todos os párocos falando sobre o acontecimento nacional da injustiça e a falta de compreensão que se comete para com os presos que estiveram envolvidos nos acontecimentos do movimento estudantil do ano passado”.<sup>214</sup>

Menos louvável foi a atuação da grande imprensa no México. A liberdade de opinião, aliás, era algo muito difícil diante do monopólio estatal do papel usado pelos jornais e revistas (através da PIPSA, Produtora e Importadora de Papel S/A). Além disto, os créditos oficiais à imprensa, a energia elétrica quase que gratuita aos jornais, o suborno e a corrupção de repórteres e redatores e a tradição de publicar artigos que eram verdadeiras cópias dos boletins oficiais dificultavam ainda mais uma atuação idônea da imprensa mexicana. Também, proprietários de grandes redes de jornais e da mídia eletrônica estavam entre as maiores fortunas do país, beneficiados pela proteção estatal.<sup>215</sup> Alguns jornais, por vezes, expressaram os pontos de vista dos participantes do movimento. Mas, após a noite de Tlatelolco, os órgãos da imprensa, por medo ou corrupção, deram crédito total às razões do governo. Muitas vezes, os jornalistas empregaram de modo brutal e perverso os recursos da retórica, fazendo uso de preconceitos populares contra os “privilégios” estudantis (o que já aludimos acima) e invertendo as posições, fazendo o governo se transformar no defensor da “justiça” e, os estudantes, os culpados pelas violências e desordens:

“O que irão pensar os camponeses, os operários e todos os assalariados, que ganham o pão com o suor do seu rosto, de seus estudantes que fazem perder tanto dinheiro e tempo do México... Os estudantes não possuem um programa. Eles não demandam melhores

<sup>213</sup> Sol Arguedas. *op. cit.*

<sup>214</sup> *Cit. In.* Elena Pomiatowska. *op. cit.*, p. 138.

professores, aumento de laboratórios ou de bibliotecas. Suas reivindicações são fundamentalmente anarquistas. Exigem que sejam libertados os delinquentes que os tribunais já julgaram e condenaram. Eles demandam que suas escolas se beneficiem de uma extra-territorialidade... Eles demandam as liberdades políticas que já são consagradas por nossa Constituição. Enfim, eles demandam que as famílias dos mortos inexistentes sejam indenizadas. Mas em realidade, todos estes absurdos derivam da mão dos agitadores profissionais que controlam o suposto movimento estudantil. Todos os manifestos da Liga Marxista Leninista que circulam, todos os retratos de Che Guevara são as provas irrefutáveis do complô”.<sup>216</sup>

### **Estado e estudantes em 1968**

Fazendo justiça às suas tradicionais táticas de cooptação e repressão, o regime mexicano fez novamente uso delas contra o movimento de 1968. Segundo Octávio Paz, as reações governamentais oscilaram entre a retórica “revolucionário-institucional” (“fórmulas que ninguém mais acredita”) e a força física, alternando entre o desejo de “técnicos”, que queriam salvar os resquícios da herança revolucionária, e a burocracia política, que queria impor a “mão firme”.<sup>217</sup>

Quanto às tentativas de cooptação, já vimos que desde logo o Conselho Nacional de Greve rechaçou-as e, na verdade, a própria organização estudantil dificultava qualquer tipo de ação cooptativa. Em 10 de agosto de 1968, o Conselho assim comentava a proposta do chefe do Departamento do Distrito Federal, feita ao diretor da IPN, de constituir uma comissão para averiguar eventuais responsabilidades de autoridades pelos atos violentos ocorridos:

“A proposição contida na carta... é parcial enquanto se refere apenas a um dos seis pontos..., contraditória em relação à atitude das autoridades... Os integrantes desta comissão estariam sujeitos a fortes pressões... Apesar das tergiversações e omissões de fatos nos órgãos informativos, é clara para a opinião pública a responsabilidade dos funcionários policiais... no que as destituições exigidas são indiscutíveis... Com a proposição do regente, se pretende desviar a atenção das petições fundamentais de nosso movimento..., se pretende ignorar a

---

<sup>215</sup> Jorge Carrión. *op. cit.*

<sup>216</sup> Juan Martínez de Leon, no jornal *Ultimas Noticias*, em 23/08/1968, *cit. in.* Christian Jelen. *op. cit.*, p. 1084.

<sup>217</sup> Octávio Paz. *op. cit.*, p. 208.

existência de um problema nacional que afeta aos universitários, politécnicos, normalistas e povo em geral, e o fato de que a luta dos estudantes se estende rapidamente”.<sup>218</sup>

Em 22 de agosto de 1968, o secretário de Governo, Luis Echeverría, acenava com a proposta de diálogo: “O governo da República está com a melhor disposição em receber os representantes dos professores e estudantes da UNAM, do IPN e de outros centros educativos vinculados ao problema existente, para trocar impressões com eles e conhecer de modo direto as demandas que formulem e as sugestões que façam, a fim de resolver em definitivo o conflito que tem vivido nossa capital nas últimas semanas”.<sup>219</sup> Como vimos, em resposta, os organizadores do movimento exigiram o diálogo público. Em seu idealismo e defesa franca da transparência, o movimento quebrava qualquer possibilidade de cooptação pelo regime do PRI.

O governo, ao lado da repressão policial (e, logo, de forças do Exército), começou a testar uma série de outras alternativas para derrotar o movimento. Primeiro, como se fizera outras vezes, espalhou a tese do complô internacional. Dado que, pouco antes, ocorrera o Maio de 68 em Paris, o regime colocou no ar a tese de que, por trás da rebelião juvenil, estavam forças externas. Dados oficiais fizeram com que cidadãos mexicanos com apelidos estrangeiros fossem destacados na lista de “agitadores” e chegou-se a registrar nomes de mexicanos com seu correspondente em francês, por exemplo, como Emile, Antoine etc.<sup>220</sup> Mais tarde, como vimos, também seriam criadas as teses do complô comunista (tentando convencer os mais direitistas) e do complô da CIA (para convencer a oposição oficial mais à “esquerda”).

Beirando a paródia e o realismo fantástico, consta entre as ações do regime a “Manifestação de Desagravo”, convocada para o dia seguinte à manifestação estudantil ao Zócalo de 27 de agosto. Na manhã do dia 28, 500 mil pessoas juntaram-se diante do Palácio Nacional, por ordem de seus superiores burocratas que, por sua vez, obedeciam o governo e o PRI. Tratava-se de desagravar a bandeira pretensamente ofendida na manifestação estudantil. O ato de desagravo convocou o público costumeiro das manifestações oficiais (que deveria comparecer sob risco de perder o salário do dia e até o emprego), algo tolerado com certo desgosto pelos trabalhadores. Mas nem todos os “burocratas” foram à manifestação oficial com a atitude que se esperava deles. Alguns deles saíram gritando dos ministérios: “Somos

<sup>218</sup> *Cit. in.* Jorge Carrión. *op. cit.*

<sup>219</sup> *Cit. in.* Elena Poniatowska. *op. cit.*, p. 37.



ovelhas, nos levam... Bé! Bé!. Não vamos, nos levam, não vamos, nos levam... Bé! Bé!". Em todas as ruas ouviam-se os irônicos berros imitando ovelhas.<sup>221</sup>

As formas de ação do Estado contra o movimento foram se diversificando ainda mais. Como vimos, a imprensa e a mídia audiovisual eram manipuladas contra o movimento estudantil, ao lado de informes aduladores e ações favoráveis ao governo feitos pelos sindicatos e confederações trabalhistas e patronais. A partir do dia 28 de agosto, a repressão seria mais sistemática contra as brigadas estudantis, foram usados até mesmo helicópteros para jogar panfletos desfavoráveis aos estudantes e, através do correio, espalhou-se uma propaganda caluniosa contra o movimento, pedindo aos pais que mandassem seus filhos de volta às aulas. A Secretaria da Educação, até então calada, ameaçou com a perda do ano escolar para os alunos da IPN e UNAM. Enquanto isto, na Escola Agrícola de Chipango, a Secretaria de Agricultura cortou os alimentos e suspendeu o serviço de restaurante.<sup>222</sup> Garantias constitucionais eram facilmente quebradas pelo governo. Ele não respeitou a liberdade de imprensa (confisca o jornal comunista *La Voix du Mexique*), suprimiu o direito de associação e reunião, impediu a livre circulação pelo país (proibindo os estudantes de Puebla, Queretaro e Morelia de irem à Cidade do México) e colocou estudantes e professores diante de tribunais militares.<sup>223</sup>

Em fins de agosto, enquanto preparava-se o golpe final contra o movimento, o governo mexicano recebeu a visita de Lincoln Gordon, não comunicada oficialmente. Gordon, que fora o ativo embaixador dos Estados Unidos no Brasil durante o golpe de 1964, era então reitor da Universidade John Hopkins e consultor do Departamento de Estado norte-americano. Além de Gordon, que pressionou o governo a resolver de uma vez por todas a perigosa rebeldia estudantil, a ação do Estado norte-americano se fez presente através da CIA, que estava por trás de alguns grupos de extrema direita, como o MURO (Movimento Universitário de Orientação Renovadora), criado por setores clericais mais intransigentes e usado pelo serviço secreto dos Estados Unidos como grupo de choque e provocação.<sup>224</sup>

Segundo Carrión, dados permitem supor que cresciam fora da Cidade do México atos em solidariedade ao movimento do Distrito Federal, em Jalapa, Monterrey, Cuernavaca e

<sup>220</sup> *Cit. in.* Jorge Carrión. *op. cit.*

<sup>221</sup> Gilberto Guevara Niebla, do CNH, *cit. in.* Elena Poniatowska. *op. cit.*, p. 53.

<sup>222</sup> Jorge Carrión. *op. cit.*

<sup>223</sup> Christian Jelen. *op. cit.*

Culiacán, inclusive com greves reprimidas pelos governos estaduais. Em Veracruz, entre as repressões também houve a prisão de estrangeiros, devidamente indicados como “responsáveis” pelas desordens. Na Universidade Benito Juárez, em Tabasco, falou-se em estado de sítio, mortos, feridos e desaparecidos. Desde meados de agosto, “a cada dia algum general declara que está terminantemente proibido realizar comícios, desfiles ou manifestações públicas em tal ou qual estado, nesta ou aquela aldeia”.<sup>225</sup>

O desenvolvimentos das ações repressivas indicam que se aproximava o dia da “solução final” pelo Estado mexicano contra a rebeldia juvenil. O presidente da República, ao lado de invectivas ao “diálogo”, também iria declarar em 1 de setembro:

“Temos sido tolerantes..., porém tudo tem um limite e não podemos permitir mais que se continue quebrando irremissivelmente a ordem jurídica, como está acontecendo diante dos olhos de todo o mundo... Não queremos nos ver na possibilidade de tomar medidas que não desejamos, porém que tomaremos se for necessário; o que seja necessário fazer, o faremos; até onde formos obrigados a chegar, chegaremos”.<sup>226</sup>

Até então, a força repressiva mais utilizada era o corpo de *granaderos*. Logo, apareceram agentes policiais e das Forças Armadas disfarçados, ao lado de soldados das próprias Forças Armadas. Também, se criaria o “Batalhão Olímpia”, corpo pára-militar com papel estratégico na repressão de 2 de outubro. O corpo de *granaderos* havia sido criado em 1944, pelo presidente Manuel Ávila Camacho, depois que o Exército interveio numa greve e causara a matança de operários numa fábrica de materiais de guerra. Caberia aos *granaderos*, a partir de então, a responsabilidade de controlar tumultos sociais, evitando que a antipatia popular se voltasse contra o Exército. Seriam eles que, nos dias 23, 24 e 25 de julho, invadiriam os edifícios das Vocacionais 2 e 5, destruindo móveis, golpeando cabeças, prendendo centenas de garotos e até mesmo atacando professores e empregados, dando origem mesmo ao movimento de 1968. Alguns *granaderos* chegaram a revelar que recebiam uma gratificação por cada estudante preso, gratificação maior caso o detido fosse um delegado do CNH. Disseram que havia entre eles certa resistência em atacar os estudantes (inclusive porque alguns eram pais de estudantes

<sup>224</sup> Jorge Carrión. *op. cit.* Confirma também a ajuda da CIA ao MURO o delegado do CNH, Gilberto Guevara (Cit. In. Elena Poniatowska. *Op. Cit.*, p. 84 e 89).

<sup>225</sup> Jorge Carrión. *op. cit.*, p. 54.

<sup>226</sup> Gustavo Díaz Ordaz, no Quarto Informe Presidencial de 1/9/1968, *Cit. In.* Elena Poniatowska. *op. cit.*, p. 256 e 52.

secundaristas). Mas a resistência era quebrada com a oferta de mais dinheiro, afora a necessidade de terem de sustentar suas famílias.<sup>227</sup>

Estas revelações e a constatação da condição de pobreza em que viviam os *granaderos* permitiu que, em dados momentos, o populismo estudantil fosse capaz de gestos generosos. Por outro lado, nas entrelinhas das citações abaixo pode-se ler um certo elitismo, de estudantes que consideram analfabetos e incultos os seus oponentes das lutas de rua. Enquanto uma faixa em manifestação de 12 de agosto dizia, “soldado, não dispare, você também é do povo”, outra oferecia “inscrições grátis para *granaderos* nos cursos de alfabetização”.<sup>228</sup> Uma canção estudantil improvisada em 27 de agosto dizia:

“Quando todo *granadero*  
souber ler e escrever  
México será mais grande  
Mais próspero e mais feliz”.<sup>229</sup>

Nem sempre os estudantes enfrentaram os *granaderos* apenas com generosidade ou ironia. Em 23 de setembro, *granaderos* foram cercados por estudantes após tentarem atacar a Vocacional de Tlateloco. Como os *granaderos* não contavam ainda com armas pesadas, foram dominados pela multidão de jovens que para lá acorreu. Enquanto apanhavam, pediam perdão: “Nós não temos culpa. Temos que cumprir com nosso trabalho”. Depois de desnudados, uma humilhação que outrora impuseram a outros estudantes, foram liberados e puderam levar seus calções, mas não suas armas e caminhões.<sup>230</sup>

Por outro lado, o Estado começou a mobilizar seu sistema de inteligência, além de preparar um sistema carcerário alternativo para o crescente número de presos advindos do movimento estudantil. Desde logo, líderes estudantis começaram a ser presos. Nos interrogatórios, como o que foi submetido Luis Jorge Pena (um suposto distribuidor de armas do CNH) e o líder estudantil “Cabeça de Vaca”, os agentes da repressão insistiam em saber quem seriam os ministros de Estado que financiavam o movimento, tentando relacionar o evento com políticos do PRI insatisfeitos.

Até antes de 2 de outubro, entretanto, pouco se fez uso das agressões e torturas durante os interrogatórios. Isto mudou depois da Noite de Tlateloco e, inclusive, as prisões

<sup>227</sup> Cit. in. *ibid.*, p. 80-81.

<sup>228</sup> Cit. in. *ibid.*, p. 17 e 54.

<sup>229</sup> Cit. in. *ibid.*, p. 97.

<sup>230</sup> Cit. in. *ibid.*, p. 91-2.

passaram a ser feitas sem mandato judicial. Mesmo estudantes interceptados na rua, em 2 de outubro ou depois, que não tinham relação nenhuma com o movimento, foram também presos, agredidos e torturados. A todos eram feitas as mesmas perguntas: “Quem os pagou para fazer o movimento? Quem os financia?”. Entre as torturas, se usaram choques elétricos, mergulhos na água até quase provocar o desmaio, torturas por cansaço muscular e crise nervosa, socos no estômago e outras formas de agressão.

Muitos estudantes ou simples curiosos que se aproximaram de Tlateloco em 2 de outubro foram presos e obrigados, sob tortura ou ameaça, a assinar uma declaração de culpa. Entre os casos, está o de um torneiro mecânico que, atraído pelos tiros em Tlateloco, acabou preso na rua com base apenas em sua aparência juvenil. Acabou sendo obrigado a assinar uma declaração – à qual se fizeram depois acréscimos – em que afirmava ter estado presente em Tlateloco e armado.<sup>231</sup> Podemos refletir sobre o significado desta arbitrariedade: o critério não convence muitos teóricos de que pode ser um índice sociológico e um aglutinador sociocultural e político importante; no entanto, o mesmo não aconteceu com governos atingidos pelos movimentos de 1968, ainda que isto tenha sido pervertido em casos como este – em que ser estudante e, até mesmo, aparentar ser jovem, torna-se motivo de culpabilidade. Por outro lado, o governo criava culpados que, na realidade, pertenciam às classes baixas, o que poderia causar menos mobilização e barulho dentro da sociedade mexicana – bodes expiatórios fora do verdadeiro grupo social rebelado (jovens estudantes de classe média) serviriam também para atestar que o movimento era mesmo “subversivo”.

Outros relatos comprovam que, em dados momentos, não apenas no México, o ser estudante e o ser jovem tornaram-se a identificação do novo inimigo social. Vemos isto no diálogo entre um estudante e um soldado, durante a Noite de Tlatelolco: “(O estudante:) Por que me prende, se já lhe mostrei minha credencial de estudante? (O soldado:) Mas é justamente por isto que te prendo, filho da puta”. E ainda ameaça atear fogo nos longos cabelos deste estudante: “Você, quando chegarmos, vamos queimar-lhe com gasolina”.<sup>232</sup> O relato do mesmo jovem nos leva a concluir que os soldados e *granaderos* foram mesmo estimulados a sentirem raiva dos estudantes, como o fato de terem de ficar dois meses aquartelados.

Sócrates, que fora um dos líderes do movimento, tornou-se depois de preso um informante da polícia, identificando entre os presos aqueles que eram líderes estudantis ou

<sup>231</sup> Cit. in. *ibid.*, p. 127.

<sup>232</sup> Ignacio Galván, Cit. in. *ibid.*, p. 225.

delegados do CNH. “Cabeça de Vaca” chegou a conversar com Sócrates na prisão, quando Sócrates tentou convencê-lo de que era verdadeira a história do financiamento externo ao movimento – o diálogo se fazia diante de um pelotão que supostamente iria fuzilar os dois. Cabeça nega tudo e aceita ser fuzilado, enquanto se ordena que retirem Sócrates. Seguem-se a execução simulada do Cabeça, a pistola colocada em sua têmpora e a ameaça de castração (após uma injeção anestésica nos seus testículos, foi feita a simulação com um corte no seu escroto). O Cabeça ainda ficaria durante 28 dias preso em uma solitária, incomunicável e em péssimas condições.<sup>233</sup>

Atitudes como a de Sócrates e de outros estudantes que assinam sua própria culpa, explicam-se pelas ameaças e torturas feitas pelos repressores. Sobre Sócrates, diria uma líder estudantil, Tita: “Eu não me atreveria a julgar a um companheiro a quem tenham torturado”.<sup>234</sup> Sócrates mesmo se defende, dizendo que não era o herói que esperavam que ele fosse, que teve medo e acabou possuído pelo terror.<sup>235</sup>

Tão ou mais terrível seria o terror de Estado usado naquela noite de 2 de Outubro. Governo mexicano e CIA (não menos que os governos de outros países que enfrentavam movimentos estudantis de grande envergadura) estavam atemorizados com a força da rebelião juvenil. Enquanto isto, aproximava-se a abertura da Olimpíada. Em relação à ela, governo e estudantes agiam contraditoriamente. Mas o primeiro nunca é verdadeiramente transparente. O CNH anunciou uma greve de fome de todos os presos políticos do país em coincidência com a Olimpíada e marcou um ato de protesto na Praça de Tlatelolco, no dia 2 de outubro. Ao mesmo tempo aceitou um convite oficial e enviou delegados estudantis para conversar com representantes diretos do Presidente na tarde do dia 2. O encontro realmente se deu, quando os representantes anunciaram que o governo estava disposto a encontrar uma saída e até elogiaram o rumo tomado pelas primeiras negociações. Tratava-se – não deve haver explicação melhor – de uma cínica simulação. Ao governo não havia mais tempo para investir novamente na tática da cooptação. No final desta mesma tarde, ocorreria o massacre de Tlatelolco.

### **A Noite de Tlatelolco**

Diversos relatos, de participantes do 1968 mexicano, de testemunhas ou de cidadãos pacatos, ajudam-nos a entender a extensão do terror e da ferida deixada no seio da sociedade

<sup>233</sup> *Cit. in. ibid.*, p. 116-117.

<sup>234</sup> Roberta Avendaño, Tita, delegada no CNH, *cit. in. ibid.*, p. 121.

mexicana na noite de 2 de outubro de 1968. Um médico afirma que não tinha simpatia alguma com o movimento e que considerava suas petições ingênuas, mas discordou da repressão brutal com que o regime o tratou: “A barbárie do castigo, a sana das autoridades contra os jovens, a desproporção absoluta entre a culpa e a repressão me fez mudar... O governo conseguiu agora convertê-los em heróis”.<sup>236</sup> Segundo uma professora primária, “um regime que insurge-se contra seus jovens, os mata, os encarcera, rouba-lhes horas, dias, anos de sua vida absolutamente irrecuperáveis, é um regime débil e covarde, que não pode subsistir”.<sup>237</sup> Outros professores dizem algo semelhante: “Matar um jovem é matar a esperança”<sup>238</sup>; “Um jovem é sempre uma incógnita. Matá-lo é matar a possibilidade do mistério, tudo o que poderia ter sido, sua extraordinária riqueza, sua complexidade”.<sup>239</sup>

Intelectuais também deram seu relato em tom aterrorizado, como Francisco Martinez de la Veja (“É necessário deixar constante nosso indignado assombro por essa noite de Tlatelolco, em que presidiram a barbárie, o primitivismo e o ódio dos impulsos mais sinistros”<sup>240</sup>), ou em tom desconfortado, como Octávio Paz, que resolveu demitir-se do seu cargo de embaixador após o massacre (“Em 2 de Outubro de 1968 terminou o movimento estudantil. Terminou também uma época da história do México”<sup>241</sup>). Pergunta-se Elena Poniatowska, que recolheu a maior parte dos relatos que aqui estamos usando: “Qual foi o mecanismo interno que desencadeou o massacre de Tlatelolco. O medo? A insegurança? A cólera? O terror em perder a fachada? O desprezo pelo jovem que se empenha em não guardar as aparências diante das visitas?”<sup>242</sup> Ou, segundo José Alvarado:

“Havia beleza e luz nas almas destes companheiros mortos. Queriam fazer do México a morada da justiça e da verdade... Acaso em alguns deles havia a semente de um sábio, de um professor, de um artista, um engenheiro, um médico. Agora são fisiologias interrompidas dentro de peles ultrajadas. Sua queda nos fere a todos e deixa uma horrível cicatriz na vida mexicana”.<sup>243</sup>

<sup>235</sup> Sócrates Amado Campos Lemus, delegado da Escola de Economia do IPN no CNH, *cit. in. ibid.*, p. 122.

<sup>236</sup> *Cit. in.* Elena Poniatowska. *op. cit.*, p. 108.

<sup>237</sup> Isabel S. de Barraza, professora primária, *cit. in. ibid.*, p. 153.

<sup>238</sup> Cristina Correa de Salas, professora primária, *cit. in. ibid.*, p. 156.

<sup>239</sup> José Soriano Muñoz, professor, *cit. in. ibid.*, p. 156.

<sup>240</sup> Em *El Día*, 8 de Outubro de 1968, *cit. in. ibid.*, p. 161.

<sup>241</sup> Octávio Paz. *op. cit.*, p. 208.

<sup>242</sup> Elena Poniatowska. *op. cit.*, p. 170.

<sup>243</sup> Em 16/10/1968, *cit. in. ibid.*, p. 254.

Testemunhas e militantes, que viram ou viveram o massacre pessoalmente, retêm imagens e palavras cheias de terror, trauma e sentimento de derrota:

“De madrugada, às vezes, quase ao romper o dia, me recordo de Tlatelolco, me recordo dos mortos. Repasso-os mentalmente – ao menos os que saíram nos jornais... Quem eram? Quem seriam agora? Que estariam fazendo se estivessem vivos?”<sup>244</sup>

“A partir de 26 de julho, tudo mudou... Eu não sou o mesmo; tomos nós somos outros. Há um México antes do movimento estudantil e outro depois de 1968. Tlatelolco é a cisão entre os dois Méxicos”<sup>245</sup>

“Não importa o tempo que eu viver, jamais esquecerei as horas de Tlatelolco”.<sup>246</sup>

“Tlatelolco me transtorna. Lembro-me como víamos da tribuna a praça convulsionada, as correntes humanas que tentavam fugir e não podiam, os redemoinhos que se faziam no centro da explanada, os muros de baionetas que eu não podia ver... Eu não entendia nada. Disparavam contra a tribuna.... Não gosto de falar de Tlatelolco... não posso com Tlatelolco... Aqui em Lecumberri falamos dele o menos possível, pela sanidade mental”.<sup>247</sup>

A Praça das Três Culturas era uma espécie de “centro de uma pequena cidade no seio da metrópole”, Tlatelolco, uma pequena urbe construída para 75 mil pessoas, mas em que viviam então apenas 60 mil pessoas, principalmente das classes médias. Destaca-se o conjunto habitacional de Nonoalco-Tlatelolco, cujos 12 mil habitantes em grande parte estavam envolvidos, de uma maneira ou outra, no movimento estudantil. Por muito tempo após o massacre, esta urbe, em especial o conjunto de Nonoalco-Tlatelolco, esteve submetido a uma espécie de cerco militar e policial, um estado de sítio semi-oficial.<sup>248</sup>

No final da tarde de 2 de outubro, em torno de 300 carros de assalto, jipes e caminhões militares e 10 mil soldados cercaram a Praça das Três Culturas, o conjunto de Nonoalco-Tlatelolco e seus arredores.<sup>249</sup> O alvo eram os participantes de uma assembléia que reunia entre 5 e 10 mil pessoas. O ataque começou depois da aparição de luzes de alerta no céu da Praça das Três Culturas, lançadas por helicópteros. Eram cerca de cinco e meia da tarde. Durante o comício, esta multidão, composta por estudantes, crianças, mulheres, idosos, vendedores

<sup>244</sup> Ceferino Chávez, das Juventudes Comunistas, preso em Lecumberri, *cit. in. ibid.*, p. 153.

<sup>245</sup> Luis González de Alba, *cit. in. ibid.*, p. 16.

<sup>246</sup> Luis Gutiérrez Lazo, estudante do IPN, *cit. in. ibid.*, p. 267.

<sup>247</sup> Gilberto Guevara Niebla, *cit. in. ibid.*, p. 153. Lecumberri era uma das prisões aonde foram levados militantes presos.

<sup>248</sup> Daniel Cazés. “Despolitización, movimiento estudiantil y politización en México”, *op. cit.*, p. 101.

<sup>249</sup> Christian Jelen. *op. cit.*

ambulantes e outros, ouviu os oradores do CNH, que falaram do terceiro andar do edifício Chihuahua. Apesar de perceberem a presença de policiais e soldados nos arredores, o ambiente da assembléia fora tranquilo. Os discursos falaram de temas corriqueiros ao movimento. Quando um estudante apelidado de Vega anunciava que não ia haver a marcha ao Casco de Santo Tomás, por causa da repressão que aumentava, surgiram as luzes de alerta e todos olharam para cima. Relatos também dizem que, naquele momento, se declarou o fim da assembléia e pediu-se a todos que saíssem calmamente. Depois das luzes, ouviram-se os primeiros disparos e todos se alarmaram, apesar dos delegados do CNH gritarem para que a multidão não corresse, alegando que eram apenas salvas. Mas não eram.

As luzes que iniciaram o ataque foram lançadas de helicópteros que, sobrevoando os manifestantes em fuga, também fizeram disparos de metralhadoras e causaram o incêndio do edifício Chihuahua. Logo nos primeiros disparos foi ferido o chefe das operações, o general Hernández Toledo, comandante dos pára-quedistas e que liderara outras operações militares contra movimentos estudantis no passado. Oficialmente, o general teria sido ferido por “franco-atiradores” do lado dos estudantes – na versão oficial, o Exército teria apenas reagido a um ataque terrorista. Realmente existiram franco-atiradores. Mas eles não estavam do lado dos estudantes, pelo contrário. Tratava-se do “Batalhão Olímpia”, a serviço da repressão.

O fogo cerrado, usando todo tipo de armamentos, durou 29 minutos. Outro relato fala em quase uma hora. Depois, os disparos diminuíram, mas nunca totalmente. Os tiros, inclusive de metralhadoras e outras armas pesadas, saíam de todas as direções, o que fez com que alguns “franco-atiradores” e soldados se matassem mutuamente. Estudantes procuravam refúgio nos apartamentos, desesperados – alguns moradores, mais corajosos, abriram suas portas e os acolheram.

Após as 22h30min, os soldados passaram a atacar com baioneta calada todo grupo com mais de dez pessoas. Vários testemunharam execuções combinando tiro e baioneta. À meia noite cessaram os tiros. Segundo um oficial, “aproximadamente quinze mil balas de diferentes calibres foram disparadas durante o acontecimento armado em Nonoalco-Tlatelolco”.<sup>250</sup> Apesar do general Hernández dizer que proibira o uso das armas de alto calibre, metralhadoras e até armas ainda mais pesadas foram usadas – tiros de bazucas e até dos canhões dos tanques foram testemunhados. Portas de elevadores arrebentadas denunciavam também o uso de armas com alto poder destrutivo. Enquanto isto, o Exército desalojava os edifícios. Muitas das



famílias foram evacuadas de seus apartamentos após serem registradas e passarem por uma rigorosa revista pelos soldados. Tornando ainda mais mórbida aquela terrível noite, chovera bastante durante uma parte dela.

Dados rapidamente revelam que a versão oficial, de que o Exército apenas reagira a um ataque terrorista, era mentirosa: “O que posso assegurar é que obviamente tudo estava preparado, o governo sabia o que ia acontecer. Tratava-se de impedir qualquer manifestação estudantil durante as Olimpíadas.”<sup>251</sup>

Entre os repressores, estavam os franco-atiradores, que formavam o Batalhão Olímpia, identificados com um pano branco no braço. Relatos contam que seus integrantes procuravam, no meio da confusão da matança, se comunicar pelo rádio com os soldados pedindo para que não se atirasse neles, identificando-se como “Batalhão Olímpia” (perversa menção ao objetivo do massacre, garantir a “tranquilidade” dos Jogos Olímpicos). Este grupo pára-militar era formado por jovens soldados e oficiais, advindos de várias polícias. Através da ação deles, também, foram presos quase todos os membros do CNH logo no início da operação militar. Relatos afirmam que os agentes do Batalhão Olímpia, assim como soldados, também roubaram suas vítimas e saquearam os edifícios.

O massacre foi ao mesmo tempo confuso e organizado. É possível suspeitar que parte da confusão foi mesmo planejada. Relatos nos levam a entender que a operação estava mais ou menos planejada com vários dias de antecedência, como prova o fato de um carcereiro dizer que dias antes do massacre foram desocupados dormitórios na prisão em que trabalhava.<sup>252</sup>

A operação previa a prisão, pelo Batalhão Olímpia, dos delegados do CNH, enquanto as tropas do exército desocupariam a praça. Mas aconteceu algo muito mal explicado: no início do ataque, um tiro, vindo não se sabe de onde, vitimou o general Hernández Toledo, que deveria comandar a invasão: “A bala, viu-se depois, proveio de um fuzil R-15, arma privativa das tropas americanas no Vietnã. Caído o general, a chefia das operações passa a uma figura sinistra: um coronel de nome Mendiola..., reiteradamente acusado pela esquerda por seus supostos contatos com a CIA.”<sup>253</sup>

Seguiu-se o horror desordenado:

<sup>250</sup> Elena Poniatowska. *op. cit.*, p. 242.

<sup>251</sup> Mercedes Olivera de Vásquez, antropóloga, *cit. in. ibid.*, p. 182.

<sup>252</sup> *Cit. in. ibid.*, p. 230.

<sup>253</sup> João Roberto Martins Filho. *op. cit.*, p. 96.

“O ruído dos fuzis e das metralhadoras, mesclado com os gritos da multidão e de nós mesmos, se fez ensurdecedor... O exército atirava em todas as direções. Dentro do apartamento era impossível caminhar em pé. As balas se incrustavam na parede depois de romper cristais e cortinas. Pedacos de gesso e de outros objetos choviam de todas as partes, atingindo-nos”.<sup>254</sup>

Houve um desordenado tiroteio, um verdadeiro fogo cruzado: “Os militares levaram a cabo... uma manobra envolvente que fez com que todos disparassem entre si”.<sup>255</sup> Relatos dos próprios militares subalternos parecem confirmar que os soldados foram jogados numa sinuca confusa de fogo cruzado.<sup>256</sup>

Segundo relatos, os tiros chegaram a atingir enfermeiros da Cruz Vermelha que socorriam os feridos em ruas próximas à Praça das Três Culturas. Além disto, *granaderos* e soldados atrapalharam os serviços da Cruz Vermelha, que também teve seu acesso a Tlatelolco impedido entre as 21h00min e 23h30min, por ordem da Chefatura do Estado Maior da Defesa Nacional.<sup>257</sup>

Sangue, chuva, balas, correria, angústia, incredulidade, terror e lágrimas povoam as narrativas dos que estiveram no meio da multidão amedrontada:

“Creio que os muros de Tlatelolco têm os poros cheios de sangue. Tlatelolco inteiro respira sangue”.<sup>258</sup>

“Não, isto não é verdade, é um filme, é apenas cinema! Não são balas de verdade!”<sup>259</sup>

“O sangue da minha filha se foi nos sapatos de todos os seus companheiros que corriam pela praça”.<sup>260</sup>

“A corrida angustiosíssima de seres indefesos que tentavam pôr-se a salvo das balas, o grito mudo das centenas de detidos, o heroísmo dos habitantes de Nonoalco-Tlatelolco, ajudando, dando cafés, fazendo curativos, protegendo os feridos ainda que à custa da própria vida e finalmente, de manhã, sem água..., com a noite de insônia em cima... uma mãe... uma mãe gritando: ‘Carlinhos!’,... soluçando em busca de seu filho e perguntando por ele.”<sup>261</sup>

<sup>254</sup> Pablo Gómez, estudante de Economia da UNAM, *Cit. in. Elena Poniatowska. op. cit.*, p. 237.

<sup>255</sup> Claude Kiejman, correspondente do *Le Monde*, *cit. in. ibid.*, p. 234.

<sup>256</sup> *Cit. in. ibid.*, p. 242.

<sup>257</sup> *Cit. in. ibid.*, p. 223.

<sup>258</sup> Margarita Nolasco, *cit. in. ibid.*, p. 171.

<sup>259</sup> Mãe de família, ao ver tiros sendo disparados do helicóptero, *cit. in. ibid.*, p. 174.

<sup>260</sup> Dolores V. de Solís, *cit. in. ibid.*, p. 195.

<sup>261</sup> María Luisa Mendoza, escritora e jornalista, moradora de Tlatelolco, *cit. in. ibid.*, p. 248.

“Lembro-me de ter ouvido – ou talvez o imaginei –: ‘Não chores, este momento não é para chorar, não é para lágrimas: é para gravar a fogo no mais profundo do coração e recordá-lo para os momentos em que tenha que pagar quem deva pagá-lo’... No trajeto (enquanto fugia), vi vários companheiros do CNH, tinham olhares estranhos. Não era terror, nem tampouco medo; era um brilho de ódio concentrado, unido ao suplício da impotência”.<sup>262</sup>

Uma jornalista italiana, que aproveitara a ida às Olimpíadas para cobrir um pouco da revolta estudantil mexicana, acabou entrando no terrível pesadelo: foi alvejada com um tiro, roubaram seu relógio, deixaram-na sangrando no chão por 45 minutos, misturada à água e ao seu próprio sangue, vendo balas incrustarem-se no piso ao seu redor e sendo-lhe negado o direito de se comunicar com sua Embaixada. Disse também que nem na Guerra do Vietnã, que cobrira, havia a inexistência de um lugar para se proteger (apesar de também anunciarem aí os ataques usando luzes de alerta) e que viu jovens sendo arrastados pelos cabelos.<sup>263</sup> Outros estudantes tiveram humilhação análoga, conduzidos nus pelos soldados até o transporte que os levaria à prisão.

Os dados sobre o total de mortos nunca foram precisos. Jornalistas europeus e norte-americanos falaram em mais de 400 mortos, enquanto o governo e a maioria dos jornais mexicanos reconheceram apenas cerca de 40 mortos.<sup>264</sup> Não apenas os estudantes foram vitimados na noite triste. Uma mãe, em busca de seu filho, viu em um necrotério os cadáveres de mais de 10 ferroviários – um grupo deles havia ido prestar solidariedade no último comício em Tlatelolco.<sup>265</sup>

As autópsias do Serviço Médico Forense mostraram que

“a grande maioria das vítimas morreu... em consequência de ferimentos por baioneta... Outros, por disparos de armas de fogo feitos a curta distância... Três casos chamaram a atenção dos médicos: um menino de aproximadamente dez anos que morreu em consequência de uma ferida de baioneta no crânio... O segundo, uma anciã que sucumbiu depois de receber um golpe de espada... O terceiro caso, uma adolescente que apresentava uma ferida de baioneta no costado esquerdo. A lesão nascia na axila e terminava na cadreira...”.<sup>266</sup>

<sup>262</sup> Eduardo Valle Espinoza, Búho, *cit. in. ibid.*, p. 180.

<sup>263</sup> Oriana Fallaci, correspondente de *L'Europeu*, *cit. in. ibid.*, p. 231.

<sup>264</sup> Jorge Carrión. *op. cit.* Dados do jornal inglês *The Guardian* consideravam mais provável a morte de 325 pessoas (segundo Octávio Paz. *op. cit.*).

<sup>265</sup> *Cit. in.* Elena Poniatowska. *op. cit.*, p. 250.

<sup>266</sup> Em *El Universal*, 4 de Outubro de 1968, *cit. in. ibid.*, p. 224.

Estas brutalidades refletiam outras historicamente realizadas pelas Forças Armadas, quando convocadas para reprimir movimentos sociais no México. Antes do massacre, uma faixa dos estudantes já antecipava o uso desta arma cruel, “a baioneta – arma para o invasor – quem ordenou seu uso contra nossos filhos?”.<sup>267</sup> Relatos afirmam que várias pessoas, principalmente crianças, também morreram por terem sido pisoteadas durante o tumulto.<sup>268</sup>

Os soldados impediam os fotógrafos de registrarem imagens dos corpos, durante a noite de 2 de outubro. Segundo o relato de mães, que não conseguiram encontrar o corpo de seus filhos, muitos cadáveres chegaram mesmo a desaparecer. Como se previssem o desconsolo dos dias seguintes, vários familiares recusavam-se a entregar o corpo dos seus mortos, em seu poder, para as ambulâncias após o término do massacre. Depois da tragédia, o calvário dos familiares dos presos e desaparecidos continuaria, nas desesperadas buscas em prol dos destinos dos seus entes queridos. Aglomerações humanas se viam todos os dias em hospitais, necrotérios e outros locais para o reconhecimento dos cadáveres, assim como diante de cadeias e quartéis, esperando por listas de detidos. Familiares tinham de enfrentar também o tratamento insolente por parte dos agentes policiais nas prisões. Também, relatos denunciaram que soldados e policiais vigiavam e interferiam o trabalho de identificação de feridos e mortos nos hospitais.

As forças da repressão organizaram um verdadeiro sistema concentracionário, preparando campos militares e prisões para receber os milhares de detidos na noite de 2 de outubro. Nos campos militares foram colocados juntos jovens, adultos, mulheres, crianças e, às vezes, até famílias inteiras detidas durante a ação militar. Aos poucos, os detidos foram sendo liberados. Mas, muitos daqueles identificados como líderes do movimento, juntamente com vários a quem falsas culpas foram atribuídas, acabaram sendo julgados e condenados. Estavam concentrados basicamente no campo de Lecumberri. Em 1971, segundo Poniatowska, haviam em Lecumberri cerca de 168 presos advindos do movimento de 1968.

Nos dias seguintes ao Massacre, o Exército tentou justificar sua ação mostrando à imprensa um arsenal supostamente recolhido em Tlatelolco. Um professor, Ajax Segura Garrido, reconheceu frente à imprensa algumas das armas como sendo pertencentes ao movimento. Ajax confidenciou depois que fizera aquilo porque o Exército ameaçou-lhe,

---

<sup>267</sup> Faixa da Vocacional 7 na manifestação de 27/8/68, *cit. in. ibid.*, p. 225.

<sup>268</sup> Daniel E. Lepe, *cit. in. ibid.*, p. 191.

mostrando a foto de sua família.<sup>269</sup> Segundo a imprensa, tentando comprovar também o auxílio externo para o suposto arsenal do movimento, a maior parte das armas confiscadas em 2 de outubro eram modelos usados na Europa comunista.

Sobre os franco-atiradores em Tlatelolco, a serviço do movimento, a única “prova” da sua existência pelo governo foi o tiro desferido contra o general Hernández, em condições estranhas. Provavelmente a bala veio do “Batalhão Olímpia”, o grupo de franco-atiradores a serviço da repressão. Enquanto isto, vários relatos confirmam que não se fez uso algum de arma de fogo entre os que foram atacados em Tlatelolco.

Menos incoerente, diante do que fizera sua corporação, um tenente do corpo de pára-quedistas pediu baixa do Exército após o Massacre, alegando que não sabia mais quando ou onde a violência iria parar.<sup>270</sup> Mas os chefes das Forças Armadas não pareciam ter se dado conta do dilema que enfrentou aquele tenente. Um comunicado do general Marcelino G. Barragán, secretário da Defesa Nacional, publicado pelo jornal *Excelsior* no dia seguinte ao massacre, parece mesmo uma nova ameaça aos pais dos estudantes: “Faço um apelo aos pais de família para que controlem seus filhos, com o fim de evitarem a tristeza de lamentarem mortes de ambas as partes; creio que os pais vão entender o apelo que fazemos a eles”.<sup>271</sup> Ou seja, caso necessário, outras noites de Tlatelolco poderiam se abater sobre os jovens rebeldes mexicanos.

### Depois do massacre

“Os empregados  
Municipais lavam o sangue  
na Praça dos Sacrificios”.<sup>272</sup>

Tlatelolco pode ser visto como um experimento de repressão aos movimentos estudantis massivos. Preparado cuidadosamente, talvez até em suas imperícias militares, o ataque aos estudantes deve ter sido também posteriormente estudado pelos vários governos e órgãos de inteligência que se ocupavam nestes dias, em todo o mundo, com a mobilização juvenil. Os efeitos negativos e “positivos” da ação de 2 de outubro, bem como as justificativas oficiais sobre o evento, devem ter sido objeto de reflexão por muitos dos organismos estatais e

<sup>269</sup> Cit. in. *ibid.*, p. 216-7.

<sup>270</sup> *Ibid.*, p. 242.

<sup>271</sup> Cit. in. *ibid.*, p. 228.

<sup>272</sup> Octávio Paz, cit. in. *ibid.*, p. 268.

agências internacionais interessadas em combater a onda mundial. Como vimos, em outros locais do Terceiro Mundo, movimentos estudantis também foram reprimidos com uma violência extrema – como na Alexandria (Egito, em 1967), no Paquistão Oriental (atual Bangladesh, em 1968) e Sri Lanka (em 1971). Mas, no caso do México, a violência foi infinita, bem maior que na Alexandria, ainda que menor que em Bangladesh e Sri Lanka – contudo, nestes dois últimos a rebeldia estudantil se deu em conjunto com uma insurreição popular armada. As “lições” de Tlatelolco devem ter mostrado aos que tinham por tarefa reprimir os movimentos estudantis que, tal grau de violência, deveria se dar apenas em último caso. Tlatelolco, por um lado, foi “eficiente” para calar o movimento mexicano. Por outro, não foi retomado em lugar nenhum mais neste teor – como ataque militar pesado, combinado com tropas pára-militares, contra uma manifestação massiva mas desarmada de estudantes. Outras ações de tipo “militar” de grande impacto se dariam nos Estados Unidos, entre 1968 e 1970, e mesmo no Brasil, na repressão do Congresso da UNE em Ibiúna em 1968 – mas não resultaram em massacres hediondos de jovens de classe média desarmados.

Outra fonte de lições no México, aos repressores, foi a articulação “eficiente” de Estado e imprensa para legitimar, diante da sociedade, o uso da força militar. O secretário de Governo, Luis Echeverría Álvarez, tentou no dia seguinte à noite de Tlatelolco justificar a repressão, dizendo que o Presidente já havia estabelecido o diálogo e respondido aos seis pontos estudantis, mas que esta tentativa de negociação não surtira efeitos.<sup>273</sup> Quase todos os componentes do regime do PRI “fecharam” em torno do seu governo: “O massacre de 2 de outubro foi ‘justificado’ por todos os setores governamentais, os mais impudicos com ruidosas declarações públicas e os outros com um profundo silêncio cúmplice. Não se ouviu nem uma voz oficial de protesto pelo assassinato de estudantes salvo, fora do país, a renúncia de Octávio Paz à Embaixada do México na Índia”.<sup>274</sup> No ano seguinte ao massacre, o presidente Díaz Ordaz foi aplaudido de pé no Congresso ao pronunciar que “por minha parte, assumo integralmente a responsabilidade... pelas decisões do governo com relação aos sucessos do ano passado”<sup>275</sup>

Como era de se esperar, também a imprensa mexicana “fechou” com o governo. As manchetes dos jornais em 3 de outubro de 1968 procuravam esconder ou minimizar toda a verdade sobre o massacre. Alguns, tentaram até caracterizar o evento como um enfrentamento

<sup>273</sup> *Cit. in. ibid.*, p. 262.

<sup>274</sup> Raul Álvarez Garín, do CNH, *cit. in. ibid.*, p. 264.

entre Exército e terroristas: *Excelsior*: “duro combate na dispersão pelo Exército de um comício de manifestantes. 20 mortos, 75 feridos, 400 presos”; *Novedades*: “Conflito entre Franco-atiradores e o Exército na Cidade Tlatelolco. Dados obtidos: 25 mortos e 87 feridos. O general Hernandez Toledo e outros 12 militares estão feridos.”; *El Universal*: “Tlatolco, campo de batalha. Durante várias horas terroristas e soldados mantiveram rude combate. 29 mortos e mais de 80 feridos em ambos os lados; mil detidos.”; *El Dia*: “Provocação criminosa no Comício de Tlatelolco causou sangrento combate...”; *El Sol de México*: “Mãos estranhas se empenham em desprestigiar o México. O objetivo: frustrar os XIX Jogos. Franco-atiradores abriram fogo contra a tropa em Tlatelolco”.; *El Nacional*: “O Exército teve que repelir os Franco-atiradores...”.<sup>276</sup> A já citada jornalista italiana ferida em Tlatelolco resumiu bem o que se deveria dizer sobre esta reação dos jornais do México: “Assombra-me também as notícias em seus jornais. Quão ruins são seus jornais..., que pouca capacidade de indignação!”<sup>277</sup> Tlatelolco só não foi totalmente deturpado como notícia por causa da presença de jornalistas estrangeiros no México, que tinham chegado dias antes do início das Olimpíadas. A presença dos jornalistas estrangeiros fez com que um dos jornais do México, *El heraldo de México*, além de afirmar no título da reportagem que “franco-atiradores dispararam contra o Exército”, demonstrasse preocupação sobretudo com o fato de correspondentes internacionais terem noticiado mundo afora o massacre, podendo causar “danos” à imagem do país.<sup>278</sup>

Outro fato revelador da cumplicidade da imprensa é que uma importante carta coletiva, assinada por 45 intelectuais, foi recusada, mesmo como matéria paga, por todos os jornais da capital. A carta, de 17 de outubro de 1968, tinha o título de “A liberdade dos presos políticos, condição essencial para resolver o conflito”.<sup>279</sup>

Tão terrível quanto o massacre, segundo vários relatos, foi constatar que após o mesmo, a cidade e o entorno de Tlatelolco agiam como se nada tivesse acontecido:

“A normalidade, a tranqüilidade da vida lá fora, foi para mim uma bofetada”<sup>280</sup>

“Ao sair de Tlatelolco, tudo era uma normalidade horrível, insultante. Não era possível que tudo seguisse calmamente... Então me dominou uma espécie de ataque histérico e comecei a gritar: ‘Estão massacrando pessoas em Tlatelolco!’”<sup>281</sup>

<sup>275</sup> João Roberto Martins Filho. *op. cit.*, p. 107.

<sup>276</sup> Elena Poniatowska. *op. cit.*

<sup>277</sup> Oriana Fallaci, *cit. in. ibid.*, p. 232.

<sup>278</sup> *Cit. in. ibid.*, p. 232.

<sup>279</sup> *Cit. in. Jorge Carrion et. al. op. cit.*, pp. 272-279.

“Eu senti-me em minha casa e pensei: Amanhã o povo se levanta em armas! Assim que saibam, começa a Revolução! E quando vi que tudo continuava do mesmo jeito, que nada se movia, foi o maior choque da minha vida”.<sup>282</sup>

Estado, imprensa e a própria rotina da vida cotidiana tentaram fazer com que a Noite de Tlatelolco simplesmente fosse apagada da memória coletiva. Tentara-se estabelecer uma espécie de amnésia coletiva, um esquecimento de Tlatelolco: “Mais irracional que a matança foi a intenção surgida de estabelecer que nada tinha acontecido, que não havia responsabilidades nem podia haver”.<sup>283</sup> No subconsciente nacional, porém, a seleção arbitrária do que a memória deve ou não registrar nem sempre é bem sucedida. Tlatelolco se tornou uma dívida da memória coletiva do México para consigo mesma, um fantasma do passado que se ignora, mas que não se conseguiu ainda exorcizar: “Nunca choramos tanto como nestes dias... Como se quiséssemos lavar com a força das lágrimas todas as imagens... Porém é mentira que as imagens se lavam com a força das lágrimas. Elas continuam na memória”.<sup>284</sup>

Oito dias depois, como que se tentasse extirpar o massacre com uma festa esportiva, começaram as Olimpíadas: “O que mais me chamou a atenção é que oito dias depois os Jogos Olímpicos se inauguraram como se nada houvesse em meio à calma aparente... Não entendo tampouco porque se guarda silêncio.”<sup>285</sup> Em artigo, um jornalista mexicano se questionou: “é necessário ao menos perguntar-se se há algum compromisso diplomático, se há evento esportivo que valha a morte de mexicanos; e se é possível realizar uma festa de pacifismo quando golpeou a violência cruel”.<sup>286</sup> Um atleta italiano também protestou: “Se estão matando estudantes para que haja a Olimpíada, melhor seria que esta não se realizasse, já que nenhuma Olimpíada, nem todas juntas, valem a vida de um estudante”.<sup>287</sup> Uma cidadã mexicana, após elogiar o cuidado com a preparação pelos mexicanos dos Jogos Olímpicos, lamentou: “Por isto dói, e dói muito, que os XIX Jogos Olímpicos estejam tingidos de sangue”.<sup>288</sup>

<sup>280</sup> Elvira B. de Concheiro, mãe, *cit. in.* Elena Poniatowska. *op. cit.*, p. 235.

<sup>281</sup> Margarita Nolasco, antropóloga, *cit. in. ibid.*, p. 235. Amedrontado, o taxista arrancou o carro e ameaçou expulsá-la.

<sup>282</sup> Enrique Vargas, estudante da IPN, *cit. in. ibid.*, p. 236.

<sup>283</sup> Carlos Monsiváis, em 14/10/1970, *cit. in. ibid.*, p. 236.

<sup>284</sup> Perla Vélez de Aguilera, mãe, *cit. in. ibid.*, p. 268.

<sup>285</sup> Claude Kiejman, correspondente do *Le Monde*, *cit. in. ibid.*, p. 265.

<sup>286</sup> Alberto Domingo, em *Siempre*, 16/10/68, *cit. in. ibid.*, p. 259.

<sup>287</sup> Em *Ovaciones*, em 3/10/1968, *cit. in. ibid.*, p. 259.

<sup>288</sup> *Cit. in. ibid.*, p. 259.



Quanto aos turistas que foram assistir as Olimpíadas, entrevistados por Elena Poniatowska, nem todos tiveram a mesma postura digna acima demonstrada por jornalistas, cidadãos e atletas. Um turista norte-americano defendeu com o seguinte argumento a repressão: “A roupa suja se leva em casa. Os estudantes queriam lavar a sua em frente aos delegados olímpicos do mundo todo e aproveitar sua presença para imiscuir-nos na política interna do país”.<sup>289</sup> Um francês disse que o governo mexicano estava certo, pois muitos na Europa já estavam cancelando suas reservas: “Os estudantes comprometiam com suas bravatas e comícios os Jogos Olímpicos, queriam aproveitar uma Olimpíada de caráter internacional para seus fins pessoais, suas petições absolutamente locais”.<sup>290</sup>

Mundialmente, porém, a Olimpíada do México não ficou marcada nem pelo massacre que a antecedeu, nem pela sua eficiente organização. Foi nesta Olimpíada que os atletas negros norte-americanos, Tommie Smith e John Carlos (primeiro e terceiro colocados nos 200 metros rasos), fizeram o gesto desafiador, típico dos Panteras Negras: ao serem premiados com suas medalhas, levantaram o punho e abaixaram a cabeça durante o hino dos Estados Unidos. “Os campeões negros ao usar seu triunfo no esporte como arma política impressionaram profundamente aos espectadores mexicanos e isto, ainda que em forma indireta, serviu ao nosso Movimento.”<sup>291</sup>

Apesar da cobertura pela imprensa internacional do Massacre, foi pequena a repercussão mundial contra o governo mexicano. A onda mundial de revoltas, embarcando no final de 1968 numa retórica (e algumas) práticas de radicalismo violento e armado, de certo modo já em decadência no seu aspecto internacionalista e fraternal, reagiu de modo medíocre, em comparação com gestos de solidariedade anteriormente feitos. O gesto mais expressivo se deu em Santiago do Chile, em que milhares de estudantes atacaram Embaixada dos Estados Unidos em 4 de outubro, declarando apoio não só aos estudantes do México, mas também aos do Uruguai.<sup>292</sup> Um exemplo dos gestos frágeis da onda mundial foi o Congresso do SDS (Estudantes por uma Sociedade Democrática, dos Estados Unidos) em outubro de 1968. Uma reunião acontecia no momento em que era anunciado o massacre na Praça das Três Culturas. Representantes mexicanos, presentes no Congresso, solicitaram um gesto de solidariedade, conseguindo a convocação de uma passeata para o dia seguinte, a se reunir em frente ao

<sup>289</sup> *Cit. in. ibid.*, p. 260.

<sup>290</sup> *Cit. in. ibid.*, p. 258.

<sup>291</sup> Samuel Bello Durán, estudante de Odontologia da UNAM, *cit. in. ibid.*, p. 153.

<sup>292</sup> George Katsiaficas. *op. cit.*,

Consulado mexicano. Em 3 de outubro, porém, apenas 30 dos 300 delegados do Congresso compareceram ao protesto que não valeu sequer uma nota nos jornais.<sup>293</sup> Por outro lado, poucos usaram o exemplo mexicano para refletir sobre a plausibilidade de usar a violência contra os detentores do monopólio da força. Um dos raros casos se deu durante uma assembléia de estudantes na Universidade de São Paulo, na discussão sobre o tema “violência”, quando o massacre mexicano foi lembrado para referendar posições pró e contra a “luta armada”. Primeiro, um estudante afirmou que “a repressão não existe por causa de nossa violência” e sim pelo medo da força estudantil. Outro líder estudantil, Luís Travassos, defendeu que não era possível, naquele momento, enfrentar diretamente a repressão, que a batalha devia se dar no terreno da política. No máximo, era possível atacar carros policiais:

“Querer levar armas em passeata, querer fazer guerra agora é idealismo e infantilidade. Vejam o México, por exemplo, onde os estudantes estão sendo metralhados. O que devemos fazer, agora, é preparar politicamente a grande luta do povo. Pode-se falar em luta armada nas passeatas, para explicar o sentido da guerra popular. Mas hoje, a polícia está no posto de comando”.<sup>294</sup>

A dispersão da onda mundial de revoltas também fez com que cada movimento refluisse muito para seus problemas nacionais. Isto fez com que, tanto fora quanto dentro do México, findo este movimento estudantil, as ações repressivas após o massacre fossem pouco denunciadas e analisadas.

Anúncios pagos por organizações a favor do movimento, desde o dia 3 de outubro, tentaram publicizar sua indignação contra o ocorrido. Mas poucas conseguiram agir e mesmo alguns informes foram negados pela imprensa. Destacaram-se os informes e ações do Bloco dos Trabalhadores dos Hospitais, uma das poucas respostas organizadas após a fadiga noite. O Bloco reunia funcionários e médicos dos hospitais mais importantes da capital. Contra ele se concentraria a repressão nos dias seguintes. Em 12 de outubro, o Bloco denunciou que a Secretaria da Saúde havia suspenso o pagamento do salário dos médicos que estavam em greve, enquanto a polícia perseguia os dirigentes do Bloco e já se registravam vários desaparecidos.<sup>295</sup>

<sup>293</sup> Andres Garrigó. *La rebeldia universitaria*, Madrid: Guadarrama, 1970.

<sup>294</sup> *Cit. in.* Maria Ribeiro do Valle. *O diálogo é a violência: movimento estudantil e ditadura militar em 1968*. Dissertação de mestrado em Educação, Campinas, Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, 1997, p. 127.

<sup>295</sup> Felix Lucio H. Gamundi, *cit. in.* Elena Poniatowska. *op. cit.*, p. 266.

Outras tentativas de manifestação, também sofrendo reprimendas, vieram dos moradores de Tlatelolco. Aliás, segundo denuncia a antropóloga Mercedes Olivera de Vázquez, depois do massacre, os habitantes de Tlatelolco passaram a receber mensagens, de origens suspeitas, para se manifestar contra os estudantes e para pedir que se fechassem as escolas ao redor do bairro, que seriam uma “ameaça à sociedade”.<sup>296</sup> A campanha parece não ter surtido efeito e os habitantes de Tlatelolco se mobilizaram sim em prol da celebração de uma missa em memória dos mortos e feridos pela repressão, que aconteceria em 2 de novembro. Temerosos, os padres da paróquia de Tlatelolco alegaram diversos motivos para negar a celebração. Mesmo o pedido de erguerem um altar aos mortos dentro da igreja foi negado. Também foi frustrada a tentativa dos moradores de fazer a imprensa publicar os nomes dos mortos (e só dos oficialmente reconhecidos, que eram então apenas 34), falando unicamente sobre a necessidade de recordar – nenhum jornal aceitou o encargo... Mesmo assim, os moradores se encheram de coragem e fizeram em 2 de novembro uma improvisada homenagem, erguendo na Praça das Três Culturas pequenos altares com flores e velas, expondo faixas com as palavras “aos mártires de Tlatelolco, criminosamente assassinados” e, por obra da União das Mulheres, montando uma cruz de ervas ao lado de uma grande cartolina com o desenho de uma mulher atravessada por uma baioneta.<sup>297</sup> A praça e seus arredores estavam repletos de *granaderos* e carros cheios de agentes aguardavam em frente ao Ministério das Relações Exteriores. No final da tarde, na mesma praça, cerca de 4 mil estudantes reuniram-se para realizar uma manifestação até o Casco de Santo Tomás. Apesar do clima de tensão entre estudantes e policiais à paisana, não ocorreram violências.<sup>298</sup>

Novas manifestações se fizeram anunciar para o dia 13 de novembro de 1968. Contudo, *granaderos* e Exército puseram-se de prontidão e a mínima ameaça de manifestação era reprimida. Até as linhas de ônibus para a Cidade Universitária foram suspensas neste dia.

No início de dezembro, remanescentes do CNH decidiram declarar a volta às aulas em um “Manifesto à Nação ‘2 de Outubro’” (publicado em *El Dia* em 5/12/1968). O CNH tentava um recuo estratégico. Mas o movimento e o próprio CNH já estavam muito combatidos com a repressão, a prisão da maioria dos delegados e líderes estudantis e o clima de terror ainda no ar:

---

<sup>296</sup> Cit. In. *ibid.*

<sup>297</sup> Margarita Nolasco, *cit. in. ibid.*, p. 270-2.

<sup>298</sup> *Cit. in. ibid.*, p. 272-3.

“Os estudantes foram acusados de intransigência, porém, nas distintas fases do movimento, tem se demonstrado disposição para solucionar o conflito. Deste modo, das exigências da resolução dos seis pontos, como condição para o retorno às aulas, passamos à exigência do cumprimento de apenas três pré-requisitos e, ao não obter uma resposta do governo e diante do perigo real que ameaça a subsistência de nossas instituições de educação superior, perigo ainda mais grave que a repressão às pessoas, posto que a perda da democracia em nossas instituições significaria a impossibilidade de continuar o presente movimento e de promover a Universidad e a Politécnica como verdadeiramente abertas ao povo..., decidimos o retorno às aulas.”<sup>299</sup>

Em janeiro de 1969, recomeçam efetivamente as aulas. O movimento estava derrotado, apesar das invectivas de um quase desaparecido CNH. Tanto que o México foi um dos poucos países da América Latina em que o emissário especial da Casa Branca, Nelson Rockefeller, não ouviu protestos estudantis em janeiro de 1969.

Enquanto isto, o regime continuava efetuando prisões e realizando processos judiciais. Cerca de metade dos que estavam presos formalmente foram liberados (cerca de 120), mas outros tantos considerados mais “perigosos” foram mantidos no cárcere. Novas prisões se fizeram entre outubro de 1968 e janeiro de 1969, vitimando delegados do CNH, professores e intelectuais. Também, dezenas de professores foram obrigados a renunciar, padres da diocese de León foram expulsos do país e a mãe de Marcellin Perelló Valls (líder estudantil), que estava na Espanha, recebeu a notícia de que estava proibida de voltar ao México. O governo ameaçou cortar subsídios para as Universidades Nacional, de Sinaloa e Puebla, além de tomar medidas contra o IPN.<sup>300</sup>

Foram formalmente acusados, no final, 250 pessoas por sua participação no movimento estudantil. Entre as acusações, supostos crimes de roubo, homicídio, lesões, associação delituosa, danos às vias de comunicação etc., com o agravante de serem realizados em “conspiração”. Vários acumulavam muitos delitos, às vezes mais do que 15. Para incriminar estes presos políticos, a Justiça “descobriu” ou forjou nada menos que 51 mil homicídios e quase 200 mil roubos.<sup>301</sup>

Na prisão de Lecumberri, os presos políticos realizaram motins em abril e maio de 1969, sendo duramente reprimidos. Muito esperançosos, desejando o recomeço da revolta

<sup>299</sup> *Cit. in.* Fernando Carmona. *op. cit.*, p. 228.

<sup>300</sup> *Cit. in.* Elena Poniatowska. *op. cit.*

estudantil, um 21 estudantes universitários, em sua maioria presos há pelo menos seis meses, fizeram a seguinte declaração pública em 10 de abril de 1969:

“Voltamos à Universidade, é certo, porém não é a mesma que conhecíamos, nem nós somos os mesmos. Entre os jovens que fomos antes de 26 de julho, e os que somos agora, se interpõem uns quantos meses que foram definitivos para todos nós, que nos transformaram e nos fizeram homens mais rapidamente... É natural que a confusão e o desalento pareceram render-nos depois das provas que passamos... Voltaram a nos perseguir porque colocamos em perigo uma maquinaria viciada, um sistema corrupto; a repressão se fará talvez mais violenta; porém somos uma geração que já demonstrou nas ruas, nas barricadas, na defesa de muitas escolas que não pode ser derrotada... E agora somos muitos mais. O porvir é nosso”.<sup>302</sup>

Em 10 dezembro de 1969, 90 presos políticos advindos do movimento de 1968, em Lecumberri, iniciaram uma greve de fome de mil horas, que deveria terminar em 20 de janeiro de 1970. Gilberto Guevara Niebla, em 18 de janeiro de 1970, leu um documento feito pelos grevistas. Nele, podemos notar maior resignação e menos esperança em comparação com a carta anterior:

“A única oposição real ao governo se encontra perseguida ou ‘aqui no cárcere’... O país tem mudado da democracia liberal de trinta anos atrás para formas de governo cada vez mais opressivas. O advogado do Tribunal de Haya, F. Jacoby, declarou ao chegar à França que as garantias individuais estavam seriamente ameaçadas no México e qualificou o governo de pré-fascista”.<sup>303</sup>

A denúncia de Guevara parecia uma triste profecia. Durante esta greve de fome, alguns presos por delito comum agrediram os presos políticos, de quem também roubaram os bens pessoais e queimaram livros. Testemunhas acusaram o subdiretor da prisão como responsável pelo incidente.<sup>304</sup>

Um novo movimento estudantil mexicano importante só iria acontecer em 1986. Deu-se no final do ano, na Cidade do México, quando centenas de milhares de jovens universitários e pré-universitários marcharam novamente ao Zócalo para protestar contra decisão do governo de impor cotas de inscrição e exames vestibulares para a UNAM: “Uma vez mais, os estudantes cativaram a imaginação da capital. Suas discussões com as autoridades acadêmicas

<sup>301</sup> Fernando Carmona. *op. cit.*, sobre declarações do criminalista Algonso Q. Cuarón, p. 113.

<sup>302</sup> *Cit in.* Fernando Carmona. *op. cit.*, p. 239.

<sup>303</sup> *Cit in.* Elena Poniatowska. *op. cit.*, p. 147.

<sup>304</sup> *Cit in. ibid.*, p. 147.

foram transmitidas ao vivo pelas rádios.”<sup>305</sup> Diferente de 1968, inclusive graças aos seus propósitos mais definidos e restritos ao “educacional” (diante de um regime que ainda mantinha-se intransigente quanto à abertura política), os estudantes foram vitoriosos. Segundo Katsiaficas, uma segunda onda mundial de revoltas estudantis se esboçou em 1986, quando também aconteceram movimentos na França, Espanha, Palestina, Coréia do Sul e China.<sup>306</sup>

Nos anos 1990, ainda se manteve a face autoritária e violenta do regime mexicano, quase que uma caricatura dos regimes pseudo-democráticos que substituíram, em outro lugares do continente da América Latina, os regimes militares. Depois dos estudantes, os excluídos do México “profundo” se rebelaram novamente, no exato momento em que o regime acreditava estar lançando seu país à “globalização”, à adesão definitiva à modernidade capitalista e ao mercado mundial. Em 1/1/1994, o Exército Zapatista de Libertação tomou várias cidades do estado de Chiapas, num conflito que deixou cerca de 140 mortos, oficialmente (estimativas de organizações internacionais falam em mais de 500 mortos). Era o mesmo dia em que começava a vigorar o Acordo de Livre Comércio da América do Norte (Nafta), acordo comercial entre México, Canadá e Estados Unidos. Os zapatistas inspiravam-se em Emiliano Zapata, outra lenda da Revolução Mexicana – cujos mitos até hoje também servem para tentar sustentar o regime do PRI. O movimento, composto por populações indígenas e camponeses sem acesso à terra no pobre estado de Chiapas, sul do México, tem como lema o velho ideal de “terra e liberdade”. Contra o movimento indígena-camponês, o regime usou as tradicionais armas – tropas do Exército, forças pára-militares, massacres e atribuição de culpa a estrangeiros que colaboram com as populações miseráveis da região. Em 1998, cerca de 60 mil soldados, um terço dos efetivos permanentes do Exército mexicano, ocupavam o Estado de Chiapas. Testemunhas denunciam que estes efetivos estavam lá não apenas para proteger as terras dos poderosos locais, mas também para treinar tropas pára-militares.

O movimento dos zapatistas coloca novamente diante de nossos olhos toda a parafernália mitológica e repressiva tão recorrente na história do povo mexicano e – por que não? – dos povos da América Latina. Velhos e novos sonhos também se retomam e se querem fazer reais, sonhos ora na boca dos estudantes ou de trabalhadores urbanos, ora na de camponeses e indígenas. Afinal, também o sub-comandante Marcos, líder dos zapatistas,

---

<sup>305</sup> Jorge Castañeda. *op. cit.*, p. 176.

<sup>306</sup> George Katsiaficas. *op. cit.*

expressou o desejo de construir “um mundo onde caibam muitos mundos, um mundo que seja uno e diverso”.<sup>307</sup>

---

<sup>307</sup> Cit. in José Saramago. “Chiapas, nome de dor e de esperança”, *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 7/6/1998, p. 1.25.

## Capítulo 4

# O CASO DO BRASIL

### Do populismo ao regime militar

O Brasil ostenta uma história complexa e contraditória que antecede seu movimento estudantil de 1968, do mesmo modo que o México. Mas, para compreender os condicionantes históricos atuantes no Brasil não será preciso retroceder ao início do século XX, como se fez com o México. É suficiente, e necessário, recordar os principais fatos da política nacional desde o ano de 1961, quando o presidente Jânio Quadros renunciou, instalando-se uma crise política. Também, é preciso retornar o fenômeno do populismo.

Em 1961, após a renúncia do presidente Jânio Quadros, inesperado e frustrado lance político do controvertido líder populista, os ministros militares de seu governo tentaram impedir que seu vice, João Goulart, assumisse. Goulart, o Jango, era um outro controvertido líder populista, mais afinado com o trabalhismo representado pelo Partido Trabalhista do Brasil (PTB). A favor de Jango, formou-se a “Rede da Legalidade”, apoiado por uma parte dos militares, vários sindicatos, entidades de classe, a UNE (União Nacional dos Estudantes) e os governadores Leonel Brizola (do Rio Grande do Sul) e Mauro Borges (de Goiás). Enfim, a solução negociada foi a adoção do parlamentarismo, que impediu um enfrentamento direto e até armado entre forças pró e contra a sucessão prevista pela Constituição. Havia acontecido, porém, uma espécie de ensaio geral do golpe militar que viria a acontecer realmente apenas em 1964.

Da renúncia de Jânio Quadros até janeiro de 1963, o Brasil viveu uma tentativa de parlamentarismo, com três gabinetes mal sucedidos diante de uma incontida crise econômica e problemas como dívida externa, desvalorização da moeda, inflação, alta do custo de vida e desemprego. Desde o momento que assumiu a presidência, Jango conclamou o retorno do presidencialismo, onde teria, logicamente, mais poderes. Conseguindo antecipar o plebiscito que decidiria o sistema de governo e vencendo a proposta presidencialista, Goulart acenaria com as “Reformas de Base”. O presidente parecia assumir uma frente reformista e progressista que preocupava os setores conservadores, ligados ao latifúndio e ao capitalismo norte-americano (e preocupava os próprios Estados Unidos). Para aumentar ainda mais o temor destes setores, cresciam no país organizações e movimentos de trabalhadores que pareciam cada vez menos controlados pela retórica populista – como os operários do PUA (Pacto



Unidade e Ação) e CGT (Comando Geral dos Trabalhadores) e os camponeses, que formavam sindicatos rurais, militavam no Movimento das Ligas Camponesas e criaram a Confederação Nacional dos Trabalhadores Agrícolas.

Apesar de seu governo de grandes oscilações e contradições, no início de 1964 Goulart parecia afinar-se mais fortemente aos setores “progressistas” da sociedade (inclusive ao Partido Comunista Brasileiro). No Comício de 13 de março de 1964, na Central do Brasil, Rio de Janeiro, João Goulart endossou valores nacionalistas, democráticos e reformistas. Entre as Reformas, propõe a Agrária, Eleitoral e Educacional. Anunciou neste mesmo comício a criação da Superintendência da Reforma Agrária e a encampação de todas as refinarias de petróleo particulares, além de prometer outras medidas de impacto social. Mesmo os estudantes foram tema do discurso do presidente: “Também está consignada na mensagem ao Congresso a reforma universitária, reclamada pelos estudantes brasileiros, pelos universitários, classe que sempre tem estado corajosamente na vanguarda de todos os movimentos populares e nacionalistas”.<sup>1</sup>

Encenava-se neste comício o último grande ato do período populista no Brasil, definido por Weffort como o “autoritarismo paternalista ou carismático dos líderes de massas da democracia do após-guerra”.<sup>2</sup> O populismo exprimia a crise da antiga oligarquia dominante e do liberalismo, assim como as debilidades políticas dos novos grupos dominantes urbanos (que tentavam substituir as oligarquias nos postos de poder) e a incontestável emergência na cena política das classes populares urbanas e industriais. Diversos líderes, entre eles presidentes da República e governadores, cada qual com um “estilo”, podem ser caracterizados como “populistas”. Com uma política pessoal pouco explícita e ideologia muitas vezes confusa, todos estes líderes buscaram, ao seu “estilo”, “a adesão popular nos centros mais urbanizados do País”. Se o populismo buscou ser a manipulação das massas, no entanto, esta nunca foi absoluta, o que torna mais complexo o fenômeno populista. Ele permitiu que grupos dominantes estruturassem seu poder, ao mesmo tempo que exprimiu a “emergência popular no processo de desenvolvimento industrial e urbano”.<sup>3</sup> Através dos mecanismos do populismo, ao mesmo tempo, os grupos dominantes exerciam seu poder e tinham seu poder posto sob ameaça.

<sup>1</sup> Cit. in. José Dantas Filho e Francisco Fernando Monteoliva Doratioto. *A república bossa-nova. A democracia populista (1954-1964)*, São Paulo: Atual, 1991, História em documentos, p. 64.

<sup>2</sup> Francisco C. Weffort. “O populismo na política brasileira”, *A crise do populismo*, São Paulo: Abril, 1977, pp. 61-78, p. 61.

Para Castañeda, entre outras características, o populismo caracterizou-se, quando no poder, pelas práticas reformistas apenas limitadas, a adoção de uma espécie de utopia da modernização possível sem maiores traumas sociais e a tendência a fazer o Estado incorporar os movimentos operários urbanos (com a criação de estruturas sindicais corporativistas e a legislação trabalhista). Já na oposição, na fase de declínio do populismo e diante da ameaça de golpes militares, os líderes populistas tendiam a assumir discursos e posições mais radicais: mais nacionalistas, progressistas, propondo reformas sociais de grande impacto e aliando-se mais estritamente a categorias e organizações populares.<sup>4</sup>

Para Gorender, no início dos anos 1960, no Brasil, os trabalhadores pareciam desenvolver práticas que ultrapassavam os limites do populismo aceitos pelas classes dominantes. A rejeição das classes dominantes, de forças conservadoras e mesmo “imperialistas” atingia grau especial em relação àquele tipo de populismo representado por Goulart, herdado do segundo governo Vargas, o trabalhismo. O governo de João Goulart seria também o ponto máximo das contradições do populismo, nacionalismo e desenvolvimentismo, culminando no Golpe de 1964.<sup>5</sup>

Se Jango, às vésperas do golpe de 1964, parecia patinar entre extremos ideológicos e perspectivas oportunistas, na visão dos militares que fizeram o golpe, seu governo preparava a instauração de uma “República Sindicalista”. E “as relações do Presidente Goulart com o sistema sindical e os grupos políticos nacionalistas e de esquerda eram encaradas como manifestações claras de um programa subversivo”. Mas, certamente, o populismo parecia estar pondo em ação autônoma, em vez de controlar, as classes trabalhadoras: “era a democracia populista atingindo desenvolvimentos inesperados para a classe dominante”.<sup>6</sup>

Em 19 de março de 1964, na cidade de São Paulo, ocorreu a famosa “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”. Os lemas da manifestação evocavam valores tradicionais, católicos e anti-comunistas, reunindo cerca de 500 mil pessoas contra o Governo Goulart. Era uma resposta ao comício de Jango na Central do Brasil. Alguns dias depois, outra Marcha da Família se daria no Rio de Janeiro, reunindo também centenas de milhares de pessoas. Os fatos se sucedem a partir de então rapidamente. Em 27 de março, ocorreu mais uma revolta dos marinheiros no Rio de Janeiro, apoiada pelo governo federal mas combatida pelas autoridades

<sup>3</sup> *Ibid.*, p. 62 e 63.

<sup>4</sup> Jorge G. Castañeda. *Utopia desarmada. Intrigas, dilemas e promessas da esquerda latino-americana*, São Paulo: Cia. das Letras, 1994.

<sup>5</sup> Jacob Gorender. *Combate nas trevas*, São Paulo: Ática, 1998, 5ª ed. Revisada e ampliada.

militares. Em 30 de março, o presidente Goulart foi à uma solenidade da Associação dos Sargentos e Suboficiais da Polícia Militar, no Automóvel Clube do Brasil, onde fez um explosivo discurso de improviso, que seria o estopim para o início do golpe militar. Em 31 de março, foi acionado um levante militar contra Goulart em Minas Gerais, a partir de comandantes do Exército e Aeronáutica deste Estado. Tropas se deslocaram de Minas para o Rio e Janeiro. Contra o levante, a CGT convocou, para o dia seguinte, uma greve geral.

Em 1 de abril, Jango deixou o Rio rumo à Brasília, enquanto fracassava a greve geral. Na capital carioca, grupos pará-militares de direita invadiram o prédio do jornal *Última Hora* (único jornal do Rio que não apoiou o golpe) e incendiaram a sede da UNE. No dia seguinte, Jango foi a Porto Alegre e o general Costa e Silva automeinou-se comandante-em-chefe do Exército e organizou um “Comando Supremo da Revolução”. Em 3 de abril, o Congresso, sob protestos de alguns deputados, declarou a presidência vaga e nomeou provisoriamente para o cargo o então presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzilli. Em 4 de abril, Goulart chegou ao Uruguai e o nome do Marechal Castelo Branco já era apontado para a sucessão presidencial, em reunião entre governadores que apoiaram o golpe. Em 9 de abril, o “Comando Supremo da Revolução” decretou um Ato Institucional, depois conhecido como AI-1. O AI-1 atingiria centenas de políticos, como os ex-presidentes Jânio Quadros, Goulart e Juscelino Kubitschek, seis governadores de Estado, deputados federais, deputados estaduais e vereadores. O AI-1 também reformou dezenas de oficiais das Forças Armadas, demitiu cerca de 10 mil funcionários públicos e perpetrou investigações que atingiram em torno de 40 mil pessoas. Em 11 de abril, o Congresso elegeu Castelo Branco como presidente da república, que foi empossado quatro dias depois.

Diversos setores civis apoiaram o golpe e conclamaram a continuidade da operação “limpeza” para “a erradicação do comunismo”, necessária, segundo eles, para que se pudesse voltar “à normalidade legal e à tranquilidade e segurança da vida democrática”.<sup>7</sup> Além dos políticos, oficiais e funcionários públicos apontados como adversários do novo regime, foram punidos também estudantes, artistas, jornalistas e diretores dos sindicatos de trabalhadores (substituídos por interventores), além da desmobilização dos diversos movimentos de cultura popular e de alfabetização de adultos. O golpe surpreendeu as forças e organizações de esquerda, e o governo militar logo dissolveu organizações como a UNE, CGT e PUA,

<sup>6</sup> Octavio Ianni. O colapso do populismo no Brasil, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, s.d., 4ª ed., p. 142.

declarou as greves ilegais e colocou em torno de 425 sindicatos sob intervenção. Tais medidas deviam satisfazer posições reacionárias como a de um deputado que apoiou o golpe de 1964, que enfiou num mesmo “saco de gatos” todos os setores identificados como “inimigos”:

“Se esta revolução foi catastrófica... não o será para os anticomunistas, porém, certamente, para os comunistas e todos os de sua linha auxiliar: ‘nacionalistas’, ‘esquerdistas’, inocentes úteis, ou, em menos palavras, os ‘agressivos’, ‘bossa-novistas... Esta justa e necessária revolução tem uma meta a atingir: a do extermínio desses agentes do comunismo internacional, materialista e ateu... E para que assim seja, os responsáveis por ela não podem nem devem consultar a quem quer que seja sobre os seus direitos e os seus deveres”<sup>8</sup>

Quanto aos militares que sustentaram a derrubada da democracia populista, muitos dos seus oficiais eram instruídos pela Doutrina de Segurança Nacional, criada na Escola Superior de Guerra (instituição que seguiu os moldes da *National War College* norte-americana), cujo maior ideólogo foi o general Golbery do Couto e Silva. A Doutrina que se quis fazer a ideologia oficial do regime implantado em 1964, assumia como primordial o conflito entre o Ocidente cristão e o Oriente Comunista, sendo os Estados Unidos uma espécie de guardião do Ocidente contra o inimigo comunista. Documentos da biblioteca do presidente Lyndon Johnson mostram que o governo dos Estados Unidos não apenas participou das articulações do golpe como enviou uma esquadra para o litoral do Espírito Santo “com instruções de apoiar com armas, munições, suprimentos e até tropas o levante militar”. Mas, praticamente não houve combates, nem se fez necessária a ajuda militar norte-americana. O apoio dos Estados Unidos à política econômica seguida pelo Brasil era tão escandaloso que estudantes escreviam nas paredes, referindo-se ao embaixador norte-americano no Brasil: “Basta de intermediários, Lincoln Gordon para presidente”<sup>9</sup>. Tais dados justificam conclusões como a de que o golpe de 64, “em boa parte, trata-se de uma operação político-militar destinada a limpar o terreno para a execução mais ampla e eficaz – isto é, ortodoxa – do modelo internacionalista” de desenvolvimento econômico.<sup>10</sup>

O regime autoritário no Brasil, que duraria até 1985, foi caracterizado por Jan Lima

<sup>7</sup> *O Estado de S. Paulo*, em 4/04/1964, cit. in. Maria Helena Simões Paes. *Em nome da segurança nacional. Do golpe de 64 ao início da abertura*, São Paulo: Atual, 1995, Col. História em documentos, p. 34.

<sup>8</sup> Entrevista do deputado Pedro Vidigal em *O Globo*, em 1964, cit. in., José Dantas Filho e Francisco Fernando Monteoliva Doratioto. *op. cit.*, p. 77-78.

<sup>9</sup> Cit. in. Márcio Moreira Alves. *68 mudou o mundo. A explosão dos sonhos libertários e a guinada conservadora num ano que valeu por décadas*, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993, 2ª ed., p. 69.

<sup>10</sup> Octavio Ianni. *O colapso do populismo no Brasil*, *op. cit.*, p. 126.

como uma “situação autoritária”, dado que, na verdade, foi uma ordem autoritária pouco institucionalizada, mantendo formas do sistema democrático, ainda que distorcidas (eleições, partidos, espaço para o Congresso, Assembléias Legislativas e Câmaras Municipais).<sup>11</sup> Tal indefinição foi menos característica nos “Anos de Chumbo”, a fase mais dura do regime militar, entre 1969 e 1974. Portanto, até a promulgação do Ato Institucional n. 5, em dezembro de 1968, o novo regime ainda não assumira totalmente a roupagem autoritária e repressiva (roupagem que tentaria modificar na terceira fase do regime, entre 1974 e 1985, a fase da “distensão”).

No pós-golpe, setores políticos e militares que derrubaram o governo Goulart logo entraram em desavença no tocante à duração do governo “revolucionário”. Primeiro, setores civis desejavam a restituição para breve da ordem constitucional e “democrática”, após o devido afastamento da arena política de seus principais adversários. Mas, a maioria dos oficiais militares logo expressou o desejo de se conservar mais tempo no poder que o esperado pelos civis que apoiaram a ação de 31 de março. Contudo, mesmo entre os militares que fizeram o golpe, surgiram lutas palacianas entre os “moderados” (ligados à Escola Superior de Guerra, como Castelo Branco e Ernesto Geisel, defensores da Doutrina de Segurança Nacional), a “linha dura” (tendo o general Costa e Silva como porta-voz) e àqueles que foram, aos poucos, discordando dos rumos tomados pela “revolução” (como os generais Peri Bevilacqua e Mourão Filho).<sup>12</sup>

Para Fernando Pedreira, os governos Castelo Branco e Costa e Silva caracterizaram-se por um duplo aparelho no poder, ou seja, haviam dois governos: “um, *secreto*, constituído pelo núcleo militar, por trás do outro, o governo ostensivo”. O núcleo militar definia-se como centro verdadeiro e secreto do poder, destacando-se nesta função órgãos como o Conselho de Segurança Nacional, os Estados Maiores das Forças Armadas e o SNI (Serviço Nacional de Informações), formados por gente saída da Escola Superior de Guerra e da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército – “representantes de uma *élite militar* funcionando no interior de um regime militarizado”.<sup>13</sup>

Portanto, de forma paulatina e semi-institucionalizada, entre tentativas de imprimir a si

<sup>11</sup> Maria Hermínia Tavares de Almedia e Luiz Weis. “Carro zero e pau-de-arara: o cotidiano da oposição de classe média ao regime militar”, in: Lília Moritz Schwarcz (org.). História da vida privada no Brasil – 4. Constrastes da intimidade contemporânea, São Paulo: Cia. das Letras, 1998, pp. 319-410, cap. 5.

<sup>12</sup> Maria Helena Simões Paes. *op. cit.*

<sup>13</sup> Fernando Pedreira, “O governo (secreto) do Brasil”, in: Brasil Política. 1964-1975, São Paulo: Difel, 1975, pp. 100-104, p. 100 e 103, artigo de 18/02/1968.

a legalidade através de Atos Institucionais e Constituições outorgadas, o novo regime foi se militarizando, contra as expectativas de grande parte das camadas dominantes e setores de classe média que deram apoio total ao golpe. Primeiro, apesar do protesto de grandes arautos civis do golpe, como Carlos Lacerda, o mandato de Castelo Branco foi estendido até março de 1967. Em outubro de 1965, após a oposição ter vencido em dois importantes Estados as eleições para governador (em Minas Gerais e Guanabara), o regime decretou o Ato Institucional n. 2, que extinguiu todos os partidos políticos, dava permissão para o Executivo fechar o Congresso, tornava indireta a eleição para presidente da República e estendeu ao civis a ação da Justiça Militar (sob a qual passarão a ser julgados os presos políticos desde então). Logo, um Ato Complementar permitiria o funcionamento de apenas dois partidos políticos, a ARENA (Aliança Renovadora Nacional, com os políticos que apoiavam o regime) e o MDB (Movimento Democrático Brasileiro, de oposição).

Novo Ato Institucional, o AI-3, em fevereiro de 1966, estabelecia que prefeitos das capitais e de municípios em área de “segurança nacional” seriam nomeados pelos governadores. Nas eleições indiretas para governador, em 3 de setembro, em doze Estados, venceram todos os candidatos apoiados pelo governo federal. Em 3 de outubro de 1966, o general Costa e Silva, candidato único, era eleito pelo Congresso, enquanto membros do MDB retiravam-se do plenário na hora da votação, em protesto. Logo, por desacordo em relação às eleições parlamentares de 15 de novembro, Castelo Branco decretou o recesso do Congresso entre 20 de outubro e 22 de novembro de 1966. Retomados os trabalhos do Congresso, ele teria de aprovar a nova Constituição elaborada pelo regime, em 24 de janeiro de 1967. No início do ano, o governo também instituía a Lei de Imprensa e a Lei de Segurança Nacional, inspiradas pela Doutrina de Segurança Nacional, com medidas que restringiam a liberdade de opinião, expressão e de reunião.

Em 1968, o regime ainda mantinha seu caráter “híbrido”, adotado desde a Constituição de 1967: “uma meia ditadura, um militarismo disfarçado que funciona mal e cujas brechas tendem a abrir-se diante da pressão dos acontecimentos”.<sup>14</sup> Segundo Pedreira, o governo Costa e Silva era inseguro, impopular e acreditava que a “repressão exagerada” faria reconquistar a confiança em si mesmo.<sup>15</sup> O próprio movimento estudantil percebera, desde seu início, a ambigüidade do governo Costa e Silva: “O governo Costa e Silva parece que oscila entre a

<sup>14</sup> Fernando Pedreira, “A noite dos coronéis”, *in. op. cit.*, pp. 104-108, artigo de 4/02/1968.

<sup>15</sup> Fernando Pedreira, “A um passo da ditadura”, *in. op. cit.*, pp. 108-111, p. 109, artigo de 6/04/1968.

linha dura das Forças Armadas e as campanhas propagandísticas de ‘liberalização’. Em todos os setores, a ditadura possui nova roupagem, mas tem as mesmas características do governo anterior”.<sup>16</sup> Durante o ano de 1968, como veremos, os episódios de resistência da sociedade civil (estudantes, intelectuais, artistas, jornalistas, operários etc.) ao Estado militarizado serviram para alimentar ainda mais a pressão dos setores da “linha dura” para a adoção de um regime ainda mais repressivo e ditatorial. A oscilação do governo Costa e Silva e do próprio regime militar seria resolvida em dezembro de 1968, com a decretação do Ato Institucional n. 5, o AI-5.

O estopim do AI-5 foi um discurso do deputado federal Márcio Moreira Alves (do MDB) na Câmara, em 3 de setembro, em reação contra a violenta invasão da Universidade de Brasília por forças policiais em 30 de agosto. Moreira Alves afirmou que as Forças Armadas tinham se tornado um “valhacouto (refúgio) de torturadores”, propôs um boicote popular às paradas de 7 de setembro e incitou “as mocinhas casadoiras a não dançarem com cadetes e jovens oficiais nos bailes da independência”. Se o discurso teve pouca evidência na própria imprensa, dias mais tarde ele seria publicizado entre irados meios militares. Em 10 de outubro, foi enviado ao Supremo Tribunal Federal pedido para processar o deputado por ofensa aos militares. Mas, em 12 de dezembro de 1968, a Câmara dos Deputados não autorizou o pedido de julgamento de Moreira Alves, requerido pelo Supremo. No dia seguinte, o AI-5 era decretado.<sup>17</sup>

O AI-5 dava poderes excepcionais ao Executivo: “poder de decretação de recesso do Congresso Nacional, das Assembleias Legislativas e das Câmaras de vereadores – e a conseqüente intervenção nos estados e municípios – e a suspensão dos direitos políticos de qualquer cidadão pelo prazo de 10 anos e das garantias de *habeas-corpus* nos casos de crimes políticos contra a segurança nacional”.<sup>18</sup> E o Congresso Nacional seria mesmo colocado em recesso então. Também se estabeleceu a censura prévia à imprensa e às artes. Invocando o AI-5, que foi revogado apenas em 1/01/1979, foram punidos 6 senadores, 110 deputados federais, 161 deputados estaduais e 22 prefeitos, 6 milhões de votos foram anulados e a

<sup>16</sup> Revista *Revisão*, do Grêmio da Filosofia da USP, setembro de 1967, cit. In. Maria Ribeiro do Valle. O diálogo é a violência: movimento estudantil e ditadura militar em 1968, Dissertação de mestrado em Educação, Campinas, Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, 1997, p. 9.

<sup>17</sup> *Folha de S. Paulo*, 6/12/1998, p. 1.12 e 21/5/2000, p. A-6.

<sup>18</sup> Elizabeth Fernandes Xavier Ferreira. Mulheres, militância e memória. Histórias de Vida, Histórias de sobrevivência, Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, s.d., p. 37.

censura atingiu 500 filmes, 450 peças, 200 livros e 500 canções.<sup>19</sup> A partir de 1969, também os métodos repressivos contra os grupos de luta armada seriam semi-institucionalizados na temível Operação Bandeirantes (Oban).

O recurso à luta armada foi apenas um dos métodos utilizados por aqueles que resistiram contra o regime militar. Apesar de algumas tentativas frustradas por grupos nacionalistas nos primeiros momentos do regime, ele atingiria seu auge depois do AI-5, entre grupos esquerdistas radicais.

Mas, durante toda a vigência do regime militar, outras formas de resistência estiveram presentes, outros setores sociais além de esquerdistas e nacionalistas radicais fizeram oposição. Formas e setores resistentes que se fariam influentes mesmo após a derrota da esquerda armada, após os “Anos de Chumbo”, na segunda metade dos anos 1970, sendo muito importantes para a transição ao sistema democrático.

Na oposição entre 1964 e 1968 é preciso citar o trabalho de alguns jornalistas, que utilizavam a própria imprensa para denunciar arbitrariedades dos governos militares. Um grande refúgio do jornalismo de oposição foi o humorismo. Em maio de 1964 já se criava a revista *Pif-Paf*, por Millôr Fernandes, mas a revista foi fechada logo no seu oitavo número, por ter publicado uma irreverente “Advertência”:

“Quem avisa amigo é: se o governo continuar deixando que certos jornalistas falem em eleições; se o governo continuar deixando que determinados jornais façam restrições à sua política financeira...; e, sobretudo, se o governo continuar deixando que circule esta revista, com toda sua irreverência e crítica, dentro em breve estaremos caindo numa democracia”.<sup>20</sup>

Entre os civis que apoiaram o golpe de 1964, mas que logo romperam com o regime instalado a seguir, estava Carlos Lacerda, que formaria em 1966 a Frente Ampla, buscando articular-se com os antigos desafetos e presidentes Juscelino Kubitschek e João Goulart. A Frente Ampla seria cassada em 5 de abril de 1968, em portaria do ministro da Justiça. Outra importante voz de oposição veio da Igreja Católica, instituição que também endossara o Golpe de 1964 e as Marchas da Família, mas que aos poucos entrou em atrito com os militares, num rompimento mais pronunciado durante os anos 1970. Mesmo os setores sindicais urbanos tentaram criar um movimento para se contrapor, de maneira moderada, à política salarial dos governos militares – era o MIA, Movimento Intersindical Antiarrocho, criado em São Paulo

<sup>19</sup> *Folha de S. Paulo*, 6/12/1998, p. 1.12.

<sup>20</sup> Em *Pif-Paf*, n. 8, 27/8/1964, cit. in. Maria Helena Simões Paes. *op. cit.*, São Paulo: Atual, p. 39.



em 1967. Outras importantes formas de resistência se deram no terreno das artes e da cultura, analisadas com mais cuidado à frente, em fenômenos como o teatro politizado (Teatro de Arena, Opinião, Oficina etc.), a música popular de protesto, o tropicalismo e o cinema novo. Mas no período destacado, entre 1964 e 1968, principalmente neste último ano, o principal foco de resistência ao regime instalado em março de 1964 veio do movimento estudantil.

Além do grande movimento social criado em 1968, entre os militantes do (e também no) movimento estudantil, renasceria outra importante fonte de resistência ao regime militar: os partidos e organizações da Nova Esquerda.

### **Novas e velhas esquerdas**

Com mais distância no tempo, é possível perceber o quanto em comum novas e velhas esquerdas brasileiras nos anos 1960 tinham no aspecto ideológico. Referências ao marxismo-leninismo, diversas palavras-chave, figuras da retórica e até mesmo concepções semelhantes a respeito do nacionalismo, o imperialismo e o papel da violência (praticada pela Nova Esquerda, considerada inadequada naquele momento pela velha). Deste modo, a caricatura construída pelo cronista Sérgio Porto, com pseudônimo de Stanislaw Ponte Preta, sobre um deputado de esquerda durante o governo Jango, parece estender-se à toda esquerda dos anos 1960:

“Cara – Os compromissos que assumimos para com o povo nos obrigam a combater as forças imperialistas, o capital colonizador, os grandes trustes, toda e qualquer opressão sobre o operariado e suas justas reivindicações.

Coroa – Deputado de esquerda”.<sup>21</sup>

O grande divisor de águas “ideológico” entre velha (especialmente o Partido Comunista Brasileiro) e novas esquerdas seria a questão da “luta armada”. Adotando a retórica e a prática em defesa da luta armada, as novas esquerdas acreditavam estar rompendo com o arsenal populista e reformista que, aos seus olhos, contaminara o PCB (Partido Comunista Brasileiro) e as velhas esquerdas, fazendo-os cair inertes diante do golpe militar de 1964. Mas, no tocante aos demais elementos da retórica das esquerdas, percebemos elementos comuns que remontam mesmo ao ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros). Renato Ortiz aponta o ISEB como a fonte originária do pensamento das esquerdas nos anos 1960, como origem de sua retórica social-revolucionária, nacionalista e anti-imperialista. Para Ortiz,

<sup>21</sup> Cit. in. José Dantas Filho e Francisco Fernando Monteoliva Doratioto. *op. cit.*, p. 71

enquanto o golpe de 1964 enterrava o ISEB enquanto instituição, sua ideologia encontrava ampla aceitação entre as novas esquerdas. Na verdade, a influência marcante do pensamento do ISEB se percebia entre as novas esquerdas desde o início dos anos 1960, com o Movimento de Cultura Popular, de Paulo Freire, no Recife, e o Centro Popular de Cultura da UNE. O fulcro do pensamento isebiano é a denúncia da “alienação” causada pelo colonialismo cultural, a frente espiritual da dominação imperialista norte-americana dos povos do Terceiro Mundo.<sup>22</sup>

Mas, enquanto as velhas esquerdas viveram a proximidade relativa com o poder, nos anos do populismo, as novas esquerdas surgiram justamente pela dificuldade de seus predecessores lidarem com a ditadura, com o total fechamento dos espaços políticos às tradicionais formas de ação permitidas pela democracia populista. A proximidade das velhas esquerdas com o poder na democracia populista, atingindo o auge justamente na fase mais crítica do populismo, o governo de João Goulart, no início dos anos 1960, fizera com que estas não conseguissem realmente escapar dos limites do populismo: “Como a esquerda se prende cada vez mais às técnicas, estilos e alvos da democracia populista, não consegue libertar-se a tempo, para propor e impor a sua alternativa. No convívio contínuo, crescente e profundo com a política de massas, acaba por inverter meios e fins, tática e estratégia, ideologia e realidade. Por isso abismou-se com o golpe”.<sup>23</sup>

O PCB, sigla para Partido Comunista do Brasil até 1961, quando passou a chamar-se Partido Comunista Brasileiro (numa frustrada tentativa de obter a legalidade contra a alegação de que era apenas uma seção da Internacional Comunista no Brasil), dispunha de quadros experientes e totalmente dedicados ao trabalho partidário, uma sólida radicação no movimento operário, ramificações no meio camponês e forte influência no movimento estudantil e em campanhas antiimperialistas: “Servia de referencial a todas as organizações de esquerda”.<sup>24</sup> Mas, após 1964, as organizações que seriam identificadas como novas esquerdas teriam como única idéia consensual a crítica ao reformismo do Partido Comunista Brasileiro (PCB), idéia mais forte ainda quanto a do caminho a ser seguido (da violência).<sup>25</sup> Dentro do movimento estudantil esta idéia também estaria fortemente presente. Um documento preparatório ao 30º Congresso da UNE, que seria realizado em outubro de 1968, critica a incapacidade do PCB de

<sup>22</sup> Renato Ortiz. *Cultura Brasileira e Identidade Nacional*, São Paulo: Brasiliense, 1985.

<sup>23</sup> Octavio Ianni. *O colapso do populismo no Brasil*, *op. cit.*, p. 124.

<sup>24</sup> Jacob Gorender. *op. cit.*, p. 22.

<sup>25</sup> Maria Hermínia Tavares de Almedia e Luiz Weis. *op. cit.*

resistir ao golpe de 64:

“A mais importante lição que se pode retirar daquele acontecimento é a da total incapacidade dos partidos comunistas burocratizados para analisarem concretamente a situação real em um país qualquer, conquistarem as massas operárias e dirigi-las na tomada do poder... No Brasil ficou evidenciado o erro do PC ao fazer ‘aliança’ com a ‘burguesia nacional’, totalmente impotente para se opor ao imperialismo”.<sup>26</sup>

Em primeiro lugar, o PCB, assim como outros partidos comunistas pró-soviéticos na América Latina e, na verdade, em todo o Terceiro Mundo, sofria não apenas com sua fraqueza relativa, mas também com as oscilações de Moscou, que tentava submeter o movimento comunista mundial aos seus interesses geopolíticos. A necessidade dos comunistas latino-americanos de se adaptarem constantemente às instruções soviéticas colocavam-nos, seguidamente, em situações paradoxais. Durante a Segunda Guerra Mundial o termo “browderismo” (relativo a Earl Browder) designou as práticas políticas dos comunistas neste período na América Latina. Browder foi dirigente do Partido Comunista dos Estados Unidos, além de representante da Internacional Comunista para os Partidos Comunistas da América Central. Browder pregava que os comunistas deviam apoiar ao máximo o governo no poder, desde que este estivesse ao lado dos Aliados na guerra, além de criar uma teoria que afirmava que a natureza do capitalismo norte-americano tornava desnecessário a existência de um partido comunista nos Estados Unidos. Não apenas buscavam os comunistas latino-americanos apagar todo vestígio de anti-imperialismo, mas principalmente (o que seria mantido depois desta fase) pregavam a “colaboração de classes”. Em 1947, com o fim da aliança entre Estados Unidos e União Soviética e o início efetivo da Guerra Fria, estavam os partidos comunistas bastante debilitados na América Latina. Apesar disto, continuaria sendo objetivos dos comunistas a revolução nacional-democrática, a reforma agrária e a aliança com as classes médias e a burguesia nacional. A principal diferença é que o arqui-inimigo declarado voltava a ser o imperialismo norte-americano.<sup>27</sup>

O PCB parecia seguir, no geral, esta tendência, como se atesta nesta resolução de 1961:

“A sociedade brasileira encerra duas contradições fundamentais que exigem solução radical na atual etapa histórica de seu desenvolvimento. A primeira é a contradição entre a Nação e o imperialismo norte-americano e seus agentes internos. A segunda é a contradição

<sup>26</sup> “A situação no Brasil e o movimento estudantil”, documento preparatório ao 30º Congresso da UNE, *mimeo*, p.1.

<sup>27</sup> Jorge G. Castañeda. *op. cit.*

entre as forças produtivas em crescimento e o monopólio da terra, que se expressa, essencialmente, como contradição entre os latifundiários e as massas camponesas.

A contradição antagônica entre o proletariado e a burguesia, inerente ao capitalismo, é também uma contradição fundamental da sociedade brasileira. Mas esta contradição não exige solução radical e completa na atual etapa da revolução, uma vez que, na presente situação do País, não há condições para transformações socialistas imediatas”.<sup>28</sup>

No início dos anos 1960 o PCB, apesar de sua hegemonia entre as esquerdas, havia adotado uma postura bem cautelosa em comparação com outros movimentos esquerdistas ou nacionalistas radicais, como as Ligas Camponesas do Nordeste e o populismo de Miguel Arraes e Leonel Brizola. O PCB parecia tornar-se cada vez mais conservador quanto mais influência e poder conquistava na sociedade e na democracia populista:

“Daí o paradoxo: no mesmo momento em que a política seduzia os jovens, os intelectuais e um setor da classe operária, os comunistas – tradicionalmente os defensores mais entusiastas da idéia da revolução – moderavam sua posição e falavam de uma aliança com o setor da burguesia e de uma via pacífica... Mas apesar do crescente questionamento de sua direção, o partido conservou sua hegemonia até o golpe”.<sup>29</sup>

Ao mesmo tempo, porém, o PCB servia como o fantasma capaz de unir setores sociais sensíveis ao “anti-comunismo”, como um “espantalho, unindo à direita as classes médias, o setor empresarial e a embaixada dos Estados Unidos numa frente temporariamente monolítica”. Se era forte como espantalho, o PCB acabou sendo fraco como organizador das esquerdas, incapaz de “unir a esquerda local, nacionalista e populista, os movimentos católicos de base, os movimentos estudantis, os sindicatos e os intelectuais em uma coalizão articulada e eficaz”, o que explica o fracasso do PCB no golpe de 1964.<sup>30</sup>

Um ano antes, em 1963, o PCB alcançava o momento de seu maior poderio na política nacional, mas adotava uma postura que Gorender chama de “reboquista”, ou seja, uma política conciliatória quase que incondicional com o presidente populista, em troca de importantes posições políticas. No início de 1964, segundo Gorender, Jango teria esboçado manobras com o PCB para articular um golpe que o levaria a um segundo mandato. Luís Carlos Prestes, em 17 de março de 1964, comentando o Comício da Central do Brasil, discursou: “Naquele dia, o

<sup>28</sup> Resolução Política da Convenção Nacional dos Comunistas, 1961, *cit. in.* Octávio Ianni. *O colapso do populismo no Brasil*, *op. cit.*, p. 105.

<sup>29</sup> Denis de Moraes, *cit. in.* Jorge Castañeda. *op. cit.*, p. 43.

<sup>30</sup> Jorge Castañeda. *op. cit.*, p. 43.

presidente João Goulart, com os atos que assinou e com as palavras que enunciou, disse ao povo brasileiro que quer assumir a liderança do processo democrático em desenvolvimento em nosso país”.<sup>31</sup> Quando o golpe veio, mas da direita, as forças que poderiam ter resistido (comunistas, Brizola, Arraes, Ligas Camponesas, generais nacionalistas e um Jango receoso em lutar) acabaram sofrendo uma desmoralizante derrota:

“1964 foi a derrota da democracia, foi a derrota do governo Jango, mas do ponto de vista da esquerda foi a derrota de uma política hegemônica pelo Partido Comunista, que até o último momento antes do golpe vendeu a idéia de que nós, as esquerdas, estávamos solidamente posicionados, e que qualquer tentativa de golpe de direita seria repelida no ato.

O problema de 1964 não foi apenas o fato de termos sido derrotados mas a maneira como fomos derrotados. Uma derrota sem luta... Foi uma derrota com vexame, uma derrota sem resistência, uma derrota que imediatamente precipitou a esquerda numa enorme crise de direção.”<sup>32</sup>

Após o golpe, o PCB parecia se deixar levar por um intenso debate interno sobre os erros que resultaram na sua derrota. Mas logo, Luís Carlos Prestes (presidente do PCB) e outros membros da direção nacional censuraram vários textos internos, que apontavam erros da própria direção. Na primeira reunião do Comitê Central do Partido após o golpe militar, em 1965, aprovaram-se as propostas de Prestes que acusavam o “desvio de esquerda” (ou seja, a superestimação das forças pró-comunistas) em relação à linha oficial como o culpado pelo fracasso em 1964. Não apenas a direção do PCB recusava admitir seus erros como jogava a culpa pelo fracasso no golpe àqueles que denunciavam o “reboquismo” do partido, que foram chamados pejorativamente de “esquerdistas”. Desde então, o PCB passou a enfrentar muitas perdas e cisões nas suas bases, em destaque seu setor estudantil. Em quase todos os Estados, “dissidências” ou “correntes” estudantis comunistas ganhavam vida própria, com orientação política independente e recrutando novos adeptos para si, não ao partido.<sup>33</sup>

De 1966 a 1968, o PCB vai se esvaziando como partido hegemônico das esquerdas, no mesmo compasso em que sua direção central forçava a aprovação de documentos e teses com que poucos, dentro do partido, concordavam. Nestes escritos, como as “Teses” para o VI Congresso do Partido, os “esquerdistas” foram acusados de terem feito o que, na realidade, foi

<sup>31</sup> Jacob Gorender. *op. cit.*, p. 68.

<sup>32</sup> Sebastião Velasco. “Significados da conjuntura de 1968”, in: Maria Alice Vieira e Marco Aurélio Garcia (orgs.). *Rebeldes e contestadores. 1968: Brasil, França e Alemanha*, São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999, pp. 105-110, p. 109.

decidido pelo Comitê Central (a aliança com Jango e o apoio às Reformas de Base). A direção do PCB mantinha também propostas advogadas antes de 1964, ou seja, a aliança com a oposição burguesa e o caminho pacífico para a revolução, única forma de derrotar a ditadura militar.<sup>34</sup> Durante 1967, manobras do Comitê Central acabaram fazendo não apenas que estas teses fossem aprovadas, como também expulsaram do partido Carlos Marighella e vários outros dissidentes: “O PCB já tinha se convertido em Partidão”.<sup>35</sup>

Mesmo antes de 1964, o PCB enfrentava a concorrência de outras organizações de esquerda. Nem todas sobreviveriam ao golpe militar ou aos seus primeiros anos, como as Ligas Camponesas (que Francisco Julião, inspirado pela Revolução Cubana, tentava radicalizar) e a corrente esquerdista do Partido Socialista Brasileiro (liderada pelo nacionalismo radical de Leonel Brizola). Outras organizações persistiram, em destaque o até hoje operante PC do B (Partido Comunista do Brasil, formado em 1962 a partir da dissidência “stalinista” do PCB que se alinharia ao comunismo chinês). Também existiam partidos trotskistas, como o Partido Operário Revolucionário (POR [T]) e a Organização Revolucionária Marxista-Política Operária (ORM-Polop). Finalmente, socialistas cristãos, em destaque a Ação Popular, que se tornaria maoísta e deteve grande influência na UNE nos anos 1960.

Durante o governo Goulart, o PC do B já havia adotado a retórica da violência, colocando como seu objetivo a formação de um governo popular revolucionário, declarando-se contrário aos esforços pelas “reformas de base” e afirmando a necessidade do caminho da violência revolucionária. Em 1964 e 65, num momento de valorização, pois desde 1962 vinha defendendo a luta armada, o PC do B procurou expandir seus quadros, conseguindo a adesão de vários elementos vindos do PCB, das Ligas Camponesas e de organizações estudantis. Se em 1966, a Conferência Nacional do PC do B aprovava uma Resolução com duplicidade de táticas (a frente ampla ou união dos patriotas, na primeira parte, a guerra popular prolongada, na segunda), a Resolução do Comitê Central em 1969 já seria mais direta, com o título “Guerra Popular: caminho da luta armada no Brasil”. O documento reflete ao mesmo tempo o fechamento da ditadura militar e a preparação da luta armada pela direção do PC do B na região do rio Araguaia, sul do Pará (desde 1968 vinha se dedicando a formar este núcleo, em trabalho lento e sigiloso, ignorado até pelo Comitê Central).<sup>36</sup>

---

<sup>33</sup> Jacob Gorender. *op. cit.*

<sup>34</sup> *Ibid.*

<sup>35</sup> *Ibid.*, p. 101.

<sup>36</sup> *Ibid.*

Quanto aos trotskistas, no Brasil, após a dissolução do Partido Socialista Revolucionário, criou-se em 1953 o Partido Operário Revolucionário (POR [T]), filiado à Quarta Internacional e vinculado à facção de J. Posadas (que destacava o papel do Terceiro Mundo na pregada revolução mundial). Mas o trotskismo ortodoxo do POR(T) faria deste partido, junto com o PCB, os únicos entre as esquerdas a não defenderem a luta armada em meados dos anos 1960. Mas outras organizações trotskistas também surgiram no Brasil, oriundas do meio intelectual dos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Tratavam-se de acadêmicos e estudantes contrariados com o “reformismo” do PCB e influenciados por uma leitura não dogmática de Trotski e outros teóricos marxistas, como Rosa Luxemburgo e Bukharin. Eles formariam a Organização Revolucionária Marxista, que editava a revista *Política Operária* (o que faria o grupo se tornar conhecido como Polop). Organizaram três Congressos antes do Golpe Militar de 1964, respaldados principalmente pelos meios universitários (onde o trotskismo “tradicional” não conseguira a mesma penetração). Talvez por suas origens e sua postura, o Polop se desenvolveria, em princípios, mais intelectual e teoricamente que ativamente. A Polop acabaria tendo importante presença no movimento estudantil em 1967 e 1968, fazendo parte da diretoria da UNE eleita em 1967. A Polop se desmantelaria em 1968, dela saindo uma série de organizações que assumiram preferencialmente o caminho da luta armada, aproximando-se, na prática, cada vez mais do “foquismo”. Entre estas organizações, temos o Comando de Libertação Nacional (Colina), a Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (Var-Palmares), a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), a Resistência Democrática (Rede), o Partido Operário Comunista (POC), a Fração Bolchevique da Polop, o Movimento de Emancipação do Proletariado (MEP) e a Organização de Combate Marxista-Leninista Política Operária (OCML-PO).<sup>37</sup>

Quanto aos movimentos camponeses, o líder das Ligas Camponesas, Francisco Julião, voltaria de uma visita a Cuba em 1961 como defensor de uma concepção socialista e coletivizante de reforma agrária, abandonando sua posição legalista. Julião é, no Brasil, um dos primeiros a defender uma idéia chave na esquerda dos anos 1960: o papel primordial dos camponeses na revolução socialista, assim como a defesa da luta de guerrilhas. Julião lançou em 1962 o Movimento Revolucionário Tiradentes, organização da qual afastaram-se médios e pequenos proprietários, com receio da proposta de coletivização. Logo, a liderança de Julião nos meios camponeses perderia força e ele mesmo candidataria-se a deputado federal, sendo

---

<sup>37</sup> *Ibid.*

eleito com dificuldades.<sup>38</sup>

Dentro do Partido Socialista Brasileiro, a corrente nacionalista extremada de Brizola começou a criar grupos de ação armada (os Grupos de 11) ainda durante o governo de Goulart. No primeiro dia do golpe de 1964, 31 de março, Brizola tomou Porto Alegre, enquanto o governador Meneghetti fugia. Mas dezenas de milhares de populares nas ruas esperaram em vão a resistência armada, enquanto Brizola e Goulart fugiam para o Uruguai. Em seu exílio, muitos procuraram Brizola e logo surgiram planos de ação armada, com os quais Brizola nega ter estabelecido compromissos. São as primeiras tentativas de “luta armada” contra o regime militar, de natureza nacionalista/populista, como o Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR) que, agrupando vários militantes a sargentos, cabos e marinheiros excluídos das Forças Armadas, treinados por cubanos, tentaram a frustrada instalação de um foco guerrilheiro na Serra do Caparaó em 1966-67.<sup>39</sup> Outras ações armadas derivadas do nacionalismo radical foram o Movimento Revolucionário 26 de Março (MR-26), o Movimento Revolucionário 21 de Abril (MR-21), o Movimento de Ação Revolucionária (MAR), o Movimento Independência ou Morte (MIM, que mudaria seu nome para Resistência Armada Nacional, Frente de Libertação Nacional e, finalmente, Movimento Nacional Revolucionário). Mas, logo, os ex-militares defensores da luta armada deixariam o nacionalismo radical e participariam de grupos marxistas como o COLINA, VPR e PCBR (Partido Comunista Brasileiro Revolucionário).<sup>40</sup>

A principal diferença entre as organizações de esquerda concorrentes do PCB antes e depois de 1964, talvez, resida na prática da luta armada. Na verdade, a idéia da luta armada já se tornara muito forte entre a esquerda desde a Revolução Cubana, vitoriosa em 1959, e já era defendida até por alguns partidos dissidentes, como o PC do B: “Ao contrário do que muitas vezes tem sido veiculado, a opção pela luta armada não ocorre na esquerda, em 1968 ou em 1969. Nós estávamos pensando nisso muito antes. A rigor, a Revolução Cubana mostrou esse caminho para a esquerda latino-americana já em 1959”.<sup>41</sup> Segundo Gorender, toda a esquerda consideraria o golpe de 64 como prova da falência do caminho pacífico, menos a maioria do Comitê Central do PCB. Tornava-se um axioma da esquerda brasileira a necessidade de usar a luta armada contra o regime dos golpistas. Mas nem isto foi suficiente para unificar a esquerda.

<sup>38</sup> *Ibid.*

<sup>39</sup> *Ibid.*

<sup>40</sup> *O Estado de S. Paulo*, 10/5/1998, p. A8.

<sup>41</sup> Sebastião Velasco. *op. cit.*, p. 109



Outros problemas dividiram as esquerdas em inúmeros partidos, organizações, dissidências, grupos e vanguardas: antecedentes partidários e doutrinários, diferentes influências teóricas, limitações regionais, pressões de países socialistas e as condições de clandestinidade que dificultavam um intercâmbio satisfatório entre os militantes das esquerdas.<sup>42</sup>

Por ocasião do VI Congresso do PCB, dirigentes comunistas estimam que 10 mil membros do partido acompanharam Carlos Marighella na sua cisão (que daria depois origem à Aliança Libertadora Nacional, a ALN), 5 mil acompanharam Jacob Gorender e Mário Alves no Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR) e outros 5 mil se dispersaram em várias outras dissidências.<sup>43</sup> Entre as dissidências ativas no final dos anos 1960 e início dos anos 1970, podem ser citados a M3G (Marx, Mao, Marighela e Guvera) e a Frente de Libertação do Nordeste (FLNE), oriundas da ALN, as Dissidências comunistas universitárias da Guanabara (que daria origem ao Movimento Revolucionário 8 de Outubro, o MR-8), de Niterói, São Paulo e Rio Grande do Sul, a Corrente Revolucionária de Minas Gerais e a Tendência Leninista, (da qual se formaria o Movimento de Libertação Popular, Molipo).<sup>44</sup>

Apesar de algumas ligações evidentes entre velhas e novas esquerdas, como a crescente hegemonia da proposta (e prática) da luta armada (que já era defendida por vários setores antes mesmo da derrocada de 1964), assim como vários outros aspectos ideológicos, retóricos e organizacionais, há uma cisão entre as duas esquerdas no que tange aos principais militantes e líderes. No relato de Aarão Reis Filho e Ferreira de Sá, o golpe de 1964 interrompeu muitos projetos políticos e de vida de membros das esquerdas, e a grande massa dos militantes de esquerda pré-1964 silenciou-se ou ficou desorientada. De um momento ao outro, jovens militantes recém-ingressos nas organizações de esquerda, passaram a assumir importantes papéis: “Os que haviam começado em 1963, 1964, viram-se subitamente com responsabilidades de direção. Nas organizações e partidos da Nova Esquerda a média de idade beirava freqüentemente os 20, 22 anos. Os que tinham 25 anos eram considerados veteranos”.<sup>45</sup> Para Quartim de Moraes, a esquerda que não lutara em 1964 contra o golpe militar “não era a mesma que lutou em 1968”. Exceto por 2 dirigentes saídos do PCB (Marighella e Joaquim Câmara Ferreira), os que decidiram não lutar em 1964 continuaram com a mesma opinião em 1968 (exceto pelo esboço da guerrilha na serra do Caparaó, inspirado por

<sup>42</sup> Jacob Gorender. *op. cit.*

<sup>43</sup> *Folha de S. Paulo*, 30/3/1998, p. 5.3.

<sup>44</sup> *O Estado de S. Paulo*, 10/5/1998, p. A8.

Brizola). Portanto, a maioria dos dirigentes da luta armada não tiveram papel dirigente na esquerda até 1964.<sup>46</sup>

Além de evidentemente jovem, o que reforça o aspecto do “novo” nestas esquerdas dissidentes brasileiras, a nova militância era muitas vezes submetida à alcunha “esquerda festiva”. Uma caricatura da “esquerda festiva” foi feita pelo repórter Antonio Teixeira Jr, em 1968, na revista *Fatos e Fotos*: “Em geral, ela usa minissaia e eles têm barba, só usam calça Lee e camisa de marinheiro, embora detestem os militares e os americanos, esses imperialistas. São insatisfeitos, rebeldes, do contra, auto-suficientes e autores de frases que não raro pertencem a Sartre ou Jean-Luc Godard”.<sup>47</sup> Mas não eram apenas jornalistas politicamente conservadores como Nelson Rodrigues que se divertiam descrevendo esta “esquerda festiva”. Também a “velha esquerda” no Brasil, o PCB, identificou com este rótulo as dissidências e novas organizações de esquerda afiadas com a proposta de luta armada.

Uma das trajetórias mais intrigantes entre as novas esquerdas veio justamente de uma organização que surgiu e cresceu no seio do movimento estudantil, a Ação Popular (AP). Sua origem católica é bem diferente da origem das demais organizações esquerdistas. No início dos anos 1960, cresceram muito a esquerda cristã, principalmente em Minas Gerais. Foi o meio estudantil quem renderia os principais frutos de trabalhos como o de Frei Mateus, que liderava leituras, entre os jovens ativistas católicos, de filósofos cristãos e teólogos como Mounier, Maritain, Lebreton e Teilhard de Chardin, através do método de “ver, julgar e agir” e, segundo Frei Betto, levando-os a concluir que “Cristo é revolução”. Os membros mais politizados da esquerda católica, querendo superar a ligação oficial entre a JUC (Juventude Universitária Católica) e a hierarquia da Igreja, lançaram em 1962, em Belo Horizonte, a Ação Popular. O nome fora retirado de uma revista publicada por jesuítas franceses, a *Revue d'Action Populaire*, divulgada no Brasil pelo padre Henrique de Lima Vaz. Desde 1961, na verdade, já circulava uma publicação destes católicos de esquerda com o título *Ação Popular*, em Belo Horizonte.<sup>48</sup>

Nos primeiros documentos produzidos pela AP, destacou-se a presença do Padre Vaz, que teria redigido a primeira parte do “Documento Base” de 1963. O padre Vaz, que não se

<sup>45</sup> Cit. in. Zuenir Ventura. 1968. *O ano que não terminou. A aventura de uma geração*, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989, p. 44.

<sup>46</sup> João Quartim de Moraes. “A mobilização democrática e o desencadeamento da luta armada no Brasil em 1968: notas historiográficas e observações críticas”, in. *Tempo Social*, Revista de Sociologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, volume 1, número 2, São Paulo, 2º semestre de 1989, pp. 135-158, p. 146.

<sup>47</sup> Cit. in. Zuenir Ventura. *op. cit.*, p. 48.

<sup>48</sup> Giovanni Semeraro. *A primavera dos anos 60. A geração de Betinho*, São Paulo: Loyola/Centro João XXIII, 1994.

tomaria realmente membro da AP, apenas colaborador, defendia uma postura filosófica progressista mas contrária ao marxismo-leninismo. Mas seu socialismo humanista e cristão defendia, o que desejavam estes militantes católicos, o engajamento político dos cristãos para a transformação social. Herbert de Souza, o Betinho, relata que a AP tentou criar um caminho próprio, independente da hierarquia católica, menos dependente dos fundamentos doutrinários católicos. Mas, ainda segundo o Betinho, a aproximação com certas categorias marxistas se fazia ao mesmo tempo que se mantinha o tom anticomunista.<sup>49</sup>

Segundo o “Documento Base” de 1962, a AP tentaria estabelecer um socialismo baseado na realização do “homem”, em termos abstratos e humanistas. Concebia a necessidade de uma “vanguarda” que lideraria a revolução em prol do socialismo humanista: tal vanguarda seria a própria AP. O seu objetivo final seria “garantir a liberdade do desenvolvimento das pessoas, a possibilidade de sua expressão de sua vontade”.<sup>50</sup> Segundo Marialice Foracchi, este documento se fazia influenciar principalmente pelo pensador cristão François Perroux.<sup>51</sup>

Também o “Documento Base” da AP de 1963 possuiria este caráter experimentalista, de composição heterogênea de ideologias, posturas filosóficas e estratégias de ação, fruto da busca de uma doutrina própria. Na sua introdução, dizia o documento:

“Ação Popular é a expressão de uma geração que traduz em ação revolucionária as opções fundamentais que assumiu... Visão, opção e ação traduzem para nós três momentos articulados de um só movimento: o movimento mesmo da nossa presença à história de que não somos espectadores, mas atores conscientes. Movimento que, por sua vez, é luta e só em termos de luta pode ser interpretado... Nosso encontro com a realidade é um duro e implacável corpo-a-corpo com as forças sociais que exploram, aviltam e mutilam o homem... Diante dela nos situamos, com ela nos medimos, nela mergulhamos na aventura, no risco, na gravidade única de um combate pelo homem. Nosso compromisso único é, pois, com o homem. Com o homem brasileiro, antes de tudo... O que vive com o espectro da fome habitando seu teto miserável... O que cresce embrutecido e analfabeto, exilado, longe dos bens da cultura... O que morre de morte animal e anônima... Só na consciência do humilhado nascerá a flama da libertação. As condições concretas de sua existência dão os elementos e a perspectiva da sua

<sup>49</sup> *Ibid.*

<sup>50</sup> “Documento Base” da AP, 1962, cit. In. *Ibid.*, p. 62.

<sup>51</sup> Marialice M. Foracchi. *O estudante e a transformação da sociedade brasileira*, São Paulo: Cia. Editora Nacional, s.d., p. 264.

luta”.<sup>52</sup>

Reflexão filosófica combina-se com ação revolucionária. Idealismo otimista mistura-se com o reconhecimento de uma “dura realidade” opressiva. À invocação do homem universal segue-se logo o compromisso primeiro com um homem concreto, o “homem brasileiro”. À uma visão elitista de que se deveria orientar o homem aviltado pela fome e embrutecido pela falta dos “bens da cultura”, acrescenta-se a esperança de que a revolução se iniciará da “consciência do humilhado”. A mudança a partir da consciência mistura-se com a necessidade de levar em conta “as condições concretas” da “existência”. A AP experimentava e tentava combinar diferentes tradições ideológicas e projetos de transformação social e, se o resultado é heterogêneo e contraditório, também transmite algo muito apropriado aos movimentos juvenis de então: a relação experimental e criativa com as ideologias de esquerda.

O documento segue com quatro partes: 1) uma perspectiva histórica e mundial latino-americana (o capitalismo é tido ao mesmo tempo como “socializador” e alienador da vida humana); 2) uma perspectiva filosófica sobre o homem e sua consciência histórica (em que retomam-se as influências do Padre Vaz); 3) o socialismo (propõe-se um socialismo humanista, critica-se a dependência do Partido Comunista Brasileiro à aliança com a burguesia, procura-se separar seu socialismo do socialismo do “bloco político-militar soviético” e critica-se o que seria a mera transferência do poder do Estado capitalista a uma “ditadura do proletariado”; no fim, até admite a possibilidade do uso da violência na revolução, caso necessário); 4) a evolução da realidade brasileira (a AP estaria preconizando uma “política de preparação revolucionária”, mobilizando o povo em organizações e consciência, “numa luta contra a dupla dominação capitalista [internacional e nacional] e feudal”).<sup>53</sup>

Vemos também no desenvolvimento do documento repetir-se a heterogeneidade, fruto da interferência de várias mãos e da tentativa de conciliar diferentes orientações filosóficas (existencialismo, humanismos cristãos e marxismo) e propostas práticas (conscientização, luta política, organização de massas e luta armada).

No início dos anos 1960, a AP era majoritariamente composta de esquerdistas católicos. Mas também possuía uma vertente protestante, como a ala liderada por Paulo Stuart Wright (um líder da AP), influenciada por protestantes progressistas norte-americanos (como Richard Shaull, então residente no Brasil). Uma terceira vertente da AP não tinha confissão

<sup>52</sup> Giovanni Semeraro. *op. cit.*, p. 157-8.

<sup>53</sup> *Cit. In. Ibid.*, p. 162.

religiosa. Os mais numerosos na AP eram universitários, mas também havia professores, profissionais liberais, artistas e jornalistas. Sempre a AP buscava engajar-se nos meios populares, mas, como já foi dito, destacou-se mais sua atuação no movimento universitário – principalmente na UNE. Entre 1961 e 1963 os presidentes da UNE seriam membros da AP, Aldo Arantes, Vinicius Caldeira Brant e José Serra, liderando diretorias formadas pela aliança entre comunistas e AP. Na opinião de Martins Filho, a AP seria desde 1961 a principal organização estudantil brasileira – mesmo após mudar totalmente sua ideologia, a partir de 1964. Logo a AP teria 3 mil membros e, segundo Betinho, o Golpe de 64 fechou-lhe a possibilidade de se tornar um partido de massa.

O cristianismo progressista parece mesmo um inesperado ator, incentivador, influenciador e fonte de idéias para o complexo cenário ideológico da onda mundial de revoltas. A influência surgiu principalmente dentro do catolicismo, mas também outros cristianismos sofreram processos semelhantes aos que enfrentou a Igreja Católica na segunda metade do século XX. É claro que o esquerdismo cristão foi uma influência menor dentro da onda mundial. Mas não deve ser desprezado, principalmente no Terceiro Mundo, em especial na América Latina. Clero, intelectuais cristãos, grupos leigos, organizações cristãs, Concílios e Conferências foram uma outra variante ideológica presente ou influente nas rebeldias juvenis. Sua atuação seria muitas vezes sutil, como os padres e as ordens religiosas que deram proteção a militantes ameaçados de repressão. Outras vezes, o cristianismo pareceu mais reativo, como a Conferência de Medellín e a Teologia da Libertação, em resposta à agitação sócio-política da América Latina dos anos 1960 e 1970. Mas, também, o cristianismo foi uma presença que teve seus méritos no despertar das rebeliões sociais, como a formação de Comunidades Eclesiais de Base, o Concílio Vaticano II, propostas de maior atuação sócio-política vindas dos mais altos representantes do clero e, inclusive no Brasil, a importância de organizações estudantis católicas.

Entre estas últimas, as organizações estudantis, surgiria um grupo em que a interpretação radicalizante de teologias e filosofias de origem cristã atingiria um ápice criativo – a Ação Popular, no Brasil. Mas a AP seria justamente a organização juvenil brasileira que faria a viragem ideológica mais extrema destes anos – convertendo-se ao maoísmo ortodoxo e dogmático de modo fanático. Certamente, o esquerdismo cristão seria mais um componente herético da onda mundial de revoltas e da nova esquerda dos anos 1960, aumentando ainda mais a riqueza destes fenômenos históricos, assim como, em contrapartida, suas contradições e

desencontros. O esquerdismo cristão seria mais uma via que levou muitos jovens de classe média e estudantes de modo geral à rebeldia nos anos 1960. Seria uma fonte ideológica importante, atraente pelo seu idealismo e até por seu ativismo, mas que não admitiu sem reticências (como o maoísmo e o foquismo faziam) a retórica e a prática da violência. Talvez por isto, como na própria AP, o cristianismo progressista tenha perdido um pouco de sua influência na segunda metade dos anos 1960 entre os jovens rebeldes, ao mesmo tempo que alguns dos cristãos progressistas tenham sido tentados a radicalizar ainda mais sua ação e doutrina, como a própria Teologia da Libertação.

Em julho de 1964, imposto o novo regime, muitos militantes da AP e de outras organizações católicas foram presos, como o Frei Betto, que foi conduzido ao Centro de Informações da Marinha.<sup>54</sup> Enquanto isto, a AP, primeiro, parece atrair-se por teses da POLOP e do foquismo, ao mesmo tempo que alguns membros procuram, sem sucesso, contatos práticos com Brizola. Outros ainda foram fazer treinamento guerrilheiro em Cuba. A Direção Nacional da AP, rearticulada em 1965, redigiu uma Resolução Política que confirmou e defendeu não apenas o socialismo, mas também a luta armada. Foi criada uma Comissão Militar para dar cursos sobre uso de armas e explosivos. Mas após atentados a bomba, perpetrados por um dirigente da AP por sua própria conta, no Recife em julho em 1965 (um deles endereçado ao general Costa e Silva), a Direção Nacional da AP, chocada, dissolveu os comandos armados paralelos. Ao mesmo tempo, afastando-se de Cuba, a cúpula da AP aproximou-se cada vez mais de Pequim, do maoísmo e da proposta da “guerra popular prolongada”.<sup>55</sup> O maoísmo passou a ser melhor aceito internamente a partir de 1967, enquanto que em 1968 foi feita uma adoção mais explícita do comunismo chinês.<sup>56</sup>

Uma discussão especial também é necessária sobre as dissidências comunistas estudantis. Vários dos que seriam líderes do movimento estudantil de 1968 entraram no PCB justamente quando se frustrava a crítica interna à linha adotada pelo partido em 1964. Na verdade, tais jovens militantes entravam em setores estudantis do PCB que já se encaminhavam seriamente para o desligamento do partido. Entre eles, Vladimir Palmeira, convidado a se filiar ao PCB em 1965 por dissidentes que prometiam transformar

<sup>54</sup> Frei Betto. Batismo de sangue. Os dominicanos e a morte de Carlos Marighella, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1985, 7ª ed.

<sup>55</sup> Jacob Gorender. op. cit.

<sup>56</sup> Thimoteo Camacho. Cultura dos trabalhadores e crise política: estudo sobre o Centro Popular de Cultura do Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André, Fundo de Cultura do Município de Santo André: Santo André, 1999, Coleção A Cultura e os Trabalhadores.

internamente o partido: “Não cumpríamos mais as orientações partidárias: o partidão dizia ‘a’, a gente fazia ‘b’ e pronto”. Mas logo Vladimir resolveu formar sua própria dissidência, diante da hesitação dos que o convidaram: seria a Dissidência da Guanabara (que, segundo seu criador, não adotara imediatamente a proposta da luta armada).<sup>57</sup> Algo parecido aconteceu com Sebastião Velasco que, em 1965, depois de ter se tornado um marxista quase que por autodidatismo, entrou no PCB e recebeu as Teses do VI Congresso do Partido Comunista Brasileiro:

“Para mim foi uma experiência exultante: há um ano eu estava completamente só; agora eu entrava para o Partido e já participando de um Congresso Nacional!

Comecei a ler aquelas teses e imediatamente disse para mim: ‘Meu Deus, acabei de entrar e já vou sair... Não posso concordar com nada do que está aqui. São uns reformistas!’. Assim, como vários companheiros que fizeram sua iniciação política nessa época, entrei no Partido Comunista quase que diretamente na dissidência... Descobri que em Niterói havia outros secundaristas e outros universitários que pensavam como eu; formamos então um grupo que veio depois dar origem ao MR-8”.<sup>58</sup>

As dissidências lançariam, em 1968, a candidatura de José Dirceu para a presidência da UNE. Enfrentavam a AP, que detinha então a presidência da UNE, com Luís Travassos: “A disputa era enorme entre os dois grupos e os atritos, freqüentes”.<sup>59</sup>

A cisão no movimento comunista internacional e a fragmentação das esquerdas no início dos anos 1960 pode ter sido prejudicial à esquerda como um todo politicamente, privando-as de “resultados políticos” (vitórias, conquista do poder, marcação de posições diante de forças da “direita” etc.) e até desembocando num ambiente de “vitória” das tendências “direitistas” após 1968. Mas nutriu os movimentos juvenis com uma diversidade de idéias, debates vivos e estratégias. Os movimentos estudantis foram alvo da ação de partidos, cisões ou grupelhos novo-esquerdistas que tentavam agitá-los, mobilizá-los, radicalizá-los e até manipulá-los. A miríade ideológica em que se fragmentou o outrora quase homogêneo pensamento de esquerda (centrado no comunismo soviético), assim como a fragmentação de suas organizações, fermentou e aqueceu ainda mais os movimentos estudantis e os

<sup>57</sup> Cit. in. José Dirceu e Vladimir Palmeira. Abaixo a ditadura, Rio de Janeiro: Espaço e Tempo/Garamond, 1998, p. 52.

<sup>58</sup> Sebastião Velasco. op. cit., p. 107.

<sup>59</sup> José Dirceu & Vladimir Palmeira, op. cit., p. 12.

movimentos de juventude. Antes, é claro, houveram cisões nas esquerdas – e talvez os anarquismos fossem ideologicamente bem mais próximos das tendências gerais dos movimentos de juventude dos anos 1960. Mas estas “velhas” cisões não tinham encontrado ainda o ambiente mais propício para sua difusão – jovens e *campi* universitários.

Por outro lado, não se pode dizer, mesmo no Brasil em que eram tão fortes os grupos da Nova Esquerda estudantil, que os movimentos estudantis foram manipulados pelos novos radicalismos, nem mesmo que expressaram simplesmente idéias e posições destes:

“O movimento estudantil de 1968 não pode ser confundido com os partidos revolucionários e, particularmente, com as ações armadas então desfechadas... O que não quer dizer que óbvias relações não tenham sido estabelecidas entre estudantes e partidos revolucionários. Mas é preciso evitar as interpretações simplistas..., negando a autonomia relativa de cada um”.<sup>60</sup>

A fragmentada esquerda brasileira após 1964 defendeu com cada vez mais ênfase a luta armada e, “no quadro destas concepções, o movimento social dos estudantes era um pião num jogo mais complicado – o da revolução. Como, no entanto, era o mais ativo e articulado, era ali que se recrutavam militantes e dirigentes para os partidos revolucionários”. Ao mesmo tempo que ambicionavam “reger e instrumentalizar os movimentos sociais”, os partidos revolucionários se viram “arrastados pela dinâmica” do movimento estudantil.<sup>61</sup>

Entre 1964 e 1968, muitos grupos esquerdistas se introduziriam no movimento estudantil e na UNE. Se no final dos anos 1950 predominou o PCB e, entre 1961 e 1963, a AP, nos anos seguintes também iriam concorrer, pelo controle do movimento estudantil, várias dissidências estudantis comunistas e até organizações como a trotskista Polop. No início de 1966, estes grupos da Nova Esquerda estudantil discordavam da proposta legalista do PCB. O PCB recomendava que fosse acatado o decreto que desmantelava a UNE e as demais entidades estudantis, trocando-as por novas entidades submetidas ao controle do regime (a Lei Suplicy). Depois de vitoriosos, estes grupos da esquerda estudantil passaram a se digladiar pelo controle da UNE, que foi efetivamente reorganizada em 1966. Era a recuperação da esquerda estudantil após o choque sofrido com o fracasso de 1964. Mas é uma esquerda estudantil mais radicalizada: a AP se aproximava do maoísmo, as dissidências comunistas defendiam a luta

<sup>60</sup> Daniel Aarão Reis Filho. “1968, o curto ano de todos os desejos”, In: Maria Alice Vieira e Marco Aurélio Garcia (orgs.). Rebeldes e contestadores. 1968: Brasil, França e Alemanha, São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999, pp. 61-71, p. 66.

<sup>61</sup> Ibid., p. 68-9.



armada, o Polop se aproximava do foquismo e mesmo o PCBR, que teve participações pontuais no movimento estudantil, se encaminharia para a luta armada. A chapa que venceu as eleições para a UNE, em 1967, era uma composição das três principais tendências da nova esquerda, a AP, as Dissidências e a Polop, que se uniram, por um instante, para marginalizar completamente os defensores da linha oficial do PCB.

Mas, como já se afirmou, as novas esquerdas e a própria esquerda estudantil pareciam encontrar seu único consenso na rejeição à postura adotada pelo PCB em 1964, como se vê neste comentário à Carta Política da UNE de 1967, feito pelo Grêmio de Filosofia da USP (Universidade de São Paulo):

“A Carta Política da UNE expõe o grande número de erros a que foram levados os estudantes, antes do golpe de abril de 1964, pela perspectiva errada que tinham – como aliás, toda a esquerda – do que deveria ser a estratégia e a tática da revolução brasileira e latino-americana. A aliança com a burguesia nacional ‘progressista’, ‘liberal’ e ‘antiimperialista’, era a base de toda a linha política, que estava destinada, como os fatos bem o demonstraram, ao mais formidável fracasso. A tese da existência de ‘profundas contradições’ entre a burguesia nacional, interessada nas reformas de estrutura... e o imperialismo norte-americano... foi derrotada na prática, dando margem a novas e mais corretas interpretações sobre a real correlação de forças políticas e sociais, sobre o verdadeiro conteúdo e direção do processo revolucionário...

A Carta Política da UNE... conduz a uma conclusão: a luta anti-imperialista realmente conseqüente deve ser, antes de tudo, uma luta anti-capitalista... O documento de Vinhedo adquire extrema importância exatamente aqui..., colocando o Movimento Estudantil em seu devido lugar, no processo de transformação social, ou seja, ao lado dos trabalhadores”.<sup>62</sup>

É neste último item, o papel político do movimento estudantil, que se criariam as principais divergências da esquerda estudantil. Oficialmente, todos os grupos concordavam com a postura de enfrentamento violento ao regime, na defesa da perspectiva revolucionária imediata ou a curto prazo. Menos explicitamente, antes de 1968, também se aproximavam da defesa da solução armada e violenta. Mas, ainda em 1967, as diferentes esquerdas estudantis voltaram a entrar em atrito. É claro que havia – talvez principalmente – lutas por influência, espaço político e tentativas de instrumentalizar a UNE e o movimento estudantil. De qualquer

<sup>62</sup> “Análise da Carta Política da UNE”, *Revisão*, Grêmio da Faculdade de Filosofia da USP, n. 5, setembro de 1967, São Paulo, pp. 29-33, p. 29-30.

modo, tais querelas se expressavam ideologicamente na discussão sobre o papel do movimento estudantil na “revolução” popular. A AP tentava criar o MCD, o “Movimento contra a Ditadura” que, no entender das dissidências comunistas, se equivocava ao achar que o movimento estudantil, então a única fonte organizada de oposição, poderia derrubar o regime militar:

“Nós, da Dissidência, argumentávamos: ‘Isso não pode ser assim. O movimento estudantil também é a luta reivindicatória, tem que ser rua e faculdade, luta geral e luta específica!’ Mas não havia jeito... Nossa concepção era de que o movimento estudantil tinha um papel bem delimitado, ao contrário da AP, que o considerava como vanguarda da sociedade para derrubar a ditadura.”<sup>63</sup>

Em 1968, na preparação para o 30º Congresso da UNE, tais posições se firmariam como a 1ª posição (a “linha de massas”, da AP) e a 2ª posição (a “luta específica”, das Dissidências).

### **Movimento estudantil antes de 1968**

Entre as variáveis que se devem considerar para entender a revolta juvenil de 1968 no Brasil, além da derrocada da democracia populista, o regime militar e o surgimento das novas esquerdas, é preciso levar em conta o próprio desenvolvimento do movimento estudantil antes de 1968. Como já foi dito, movimento estudantil e novas esquerdas não se confundem em 1968, muito menos antes. Também, para compreender o movimento estudantil no Brasil, é essencial retomar o histórico da instituição que representa os universitários desde os anos 1930, a União Nacional dos Estudantes (UNE). 1968 pode ser considerado como o auge da confluência da insatisfação da massa estudantil contra o regime, da entidade nacional dos universitários e das novas esquerdas estudantis. Esta confluência envolveu também, o que discutiremos à frente, as insatisfações das novas classes médias urbanas (expressas no radicalismo estudantil) e as transformações no campo das artes e do comportamento.

A comparação do papel da UNE em 1968 com o do Conselho Nacional de Luta mexicano é válida em certos aspectos: ambas eram associações relativamente pluralistas, consideradas de fato como representantes do movimento estudantil, tinham existência extralegal (não reconhecidas oficialmente pelo Estado) e até vários aspectos de semi-clandestinidade. Mas haviam diferenças. Enquanto o CNH nasce, cresce e desaparece junto com o movimento de 1968, a UNE era uma entidade com uma história anterior (e posterior) à

revolta de 1968. A UNE funcionara até 1964 como uma entidade “classista”, sempre com certas ligações com o Estado populista e com relativo caráter institucional e burocrático. Guilhon Albuquerque caracteriza a UNE como um monopólio institucional da representação estudantil, seguindo o modelo dos sindicatos corporativistas do populismo, ou seja, organização vertical com reconhecimento legal. Abaixo da entidade nacional, haviam as Uniões Estaduais dos Estudantes (UEE’s) que, assim como a UNE, tinham antes de março de 1964 parte no orçamento governamental. As Universidades contavam com o Diretório Central dos Estudantes (DCE) que, além de (magras) verbas públicas, tinha direito a timbre com as armas da República. Finalmente, o Centro Acadêmico (CA), órgão oficial dos estudantes de cada faculdade, no qual os estudantes eram automaticamente filiados ao se matricular e cujo presidente tinha assento garantido no Conselho Departamental. Realmente, esta organização vertical, com participação no governo ou nas instâncias decisórias das instituições universitárias, tinha muitas semelhanças com os sindicatos. A UNE foi mesmo uma oficialização do movimento estudantil, podendo proclamar-se como a representante dos 100 mil universitários existentes em 1964. Era pelo controle desta instituição oficial, além dos órgãos subordinados, que se digladiavam, antes e depois de 1964, os diferentes “partidos” estudantis.<sup>64</sup>

É verdade que, após o golpe, a UNE se reorganizou com dificuldades e era mais uma instituição “virtual” que real (não reconhecida pelo Estado, sem sede, sem imprensa própria etc.). Mas, apesar disto, seu caráter institucional foi bem mais forte que o do CNH mexicano.

Mesmo com a constante presença da UNE, não se pode falar tranquilamente de um movimento estudantil brasileiro, nem antes nem durante os anos 1960. No Brasil, em vários momentos, foram mais visíveis “movimentos” estudantis, pouco articulados entre si no tempo e no espaço, divididos regional e ideologicamente e defendendo interesses diversos. Mas nos seus momentos de maior destaque e desenvolvimento, os movimentos estudantis tenderam a se comportar como “ondas” nacionais de revolta, como em 1966 e em 1968. Mesmo nestas ondas de mobilização das massas estudantis, porém, não se pode dizer que a UNE representava exatamente os desejos, interesses e motivações dos que se mobilizavam. Apesar de UNE e movimento estudantil quase se identificarem em 1968, a direção efetiva e cotidiana

<sup>63</sup> Cit. in. José Dirceu & Vladimir Palmeira. *op. cit.*, p. 62 e 98.

<sup>64</sup> J. A. Guilhon Albuquerque. “Movimento estudantil e classe média no Brasil. Estudo comparativo”, in. J. A. Guilhon Albuquerque (coord.). *Classes médias e política no Brasil*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, cap. IV, pp. 117-144.

das revoltas estavam muito mais nas entidades estaduais, diretórios e centros acadêmicos que na própria UNE. Pode-se argumentar que o auge das manifestações de 1968 foi o grande exemplo de confluência, do “encontro”, entre a UNE, esquerdas estudantis e massa universitária. Já o golpe militar de 1964 teria sido o grande momento do desencontro entre eles.

O final de 1968 recriaria o desencontro entre estudantes, esquerdas e UNE, dados o percurso tomado afinal pelas novas esquerdas (rumo à luta armada e à concepção do movimento estudantil como celeiro de militantes da guerrilha) e a crescente repressão do Estado. Para os militantes mais aguerridos, o movimento precisava se tornar um enfrentamento violento e até armado contra o regime, organizado de modo semi-clandestino. Mas a maioria dos estudantes, que foram sensibilizados para a participação política durante os anos 1960 (e, na verdade, antes e depois), queriam mesmo era manter aquela participação “tradicional”, que se resumia a assembléias, debates e protestos públicos.<sup>65</sup>

A história da UNE e do movimento estudantil brasileiro, antes de 1968, contém muitos outros exemplos de desencontros e reencontros entre a militância universitária e a massa dos estudantes. A UNE foi criada em 1937, durante o Primeiro Conselho Nacional dos Estudantes, atrelada à Casa do Estudante do Brasil. No Segundo Conselho, de 1938, a UNE seria reconhecida oficialmente como a entidade nacional dos estudantes, separando-se da Casa do Estudante. Portanto, a UNE em suas origens é mesmo uma espécie de entidade oficial do Estado Novo, da ditadura varguista, para o controle dos universitários. Até 1942, a UNE conservaria um caráter apolítico estritamente vinculado à sua função corporativa junto ao Estado Novo. Mas, neste mesmo ano, a UNE participou e até pôs-se à frente da Campanha “Anti-Eixo”. Em 18 de agosto de 1942, dentro deste espírito anti-fascista (e pró-Aliados), a UNE, junto a outras entidades estudantis, invadiu um clube de imigrantes alemães, no Rio de Janeiro, que havia sido fechado pelo governo, o Clube Germânia. Os invasores decidiram criar aí um “Quartel-General Antifascista”. O Clube Germânia seria, de 1942 a 1964, a sede da UNE. Ainda aqui a UNE continuava seguindo o compasso do Estado Novo, inclusive pelo fato de Getúlio Vargas, afinal, ter decidido apoiar os Aliados na Segunda Guerra Mundial. Mas logo vários militantes estudantis ingressariam na campanha contra o Estado Novo, a partir da “Passeata do Silêncio”, promovida em novembro de 1943 pelo Centro Acadêmico XI de Agosto, da Faculdade de Direito São Francisco em São Paulo. A passeata foi violentamente

reprimida pela polícia e um estudante morreu baleado. Apesar de alguns líderes de entidades estudantis diversas, inclusive da UNE, apresentarem-se como voluntários para lutar na Segunda Guerra, logo a própria UNE se engajaria na crescente mobilização contra o Estado Novo. Em março de 1945, um comício pela anistia dos presos políticos teria a adesão da entidade nacional dos estudantes. Ao mesmo tempo, a UDN (União Democrática Nacional), recém-criado partido destinado a representar elites que se opunham ao Estado Novo, se aproximou da UNE e acabou formando sua diretoria em 1945.<sup>66</sup>

Após o fim do Estado Novo, porém, o governo de Dutra reprimiria com vigor atos de protesto dos estudantes, levando à maioria dos líderes estudantis ingressarem no PSB (Partido Socialista Brasileiro), que teria hegemonia na UNE entre 1947 e 1950.<sup>67</sup> Mas já em 1949 notava-se um avanço de direitistas que tentavam controlar a UNE, fazendo uso de grupos de caráter fascista criados em vários Estados, os CADs (Coligações Acadêmicas Democratas). Entre 1950 e 1956, estudantes direitistas dominaram a UNE, tendo como “eminência parda” Paulo Egydio Martins (futuro ministro de Castelo Branco e governador “biônico” de São Paulo), que se destacara, quando presidente da União Metropolitana dos Estudantes do Rio de Janeiro, por organizar “uma campanha de recrutamento de universitários brasileiros para lutar ao lado das forças armadas norte-americanas na Guerra da Coréia”.<sup>68</sup> Apesar da diretoria direitista, parte importante dos estudantes universitários, à revelia da UNE, participaram da campanha “O Petróleo é Nosso” em 1952, uma campanha nacionalista que culminaria na criação da Petrobrás.

O ano de 1956 é começo de uma nova fase da UNE, quando encerra-se o domínio direitista da entidade. Ao mesmo tempo que se torna mais esquerdista, a UNE torna-se mais autônoma em relação ao Ministério da Educação e Cultura (MEC), mobilizando os estudantes em campanhas nacionalistas (contra empresas estrangeiras e acordos militares com os Estados Unidos) e contra o aumento de preços. A partir de 1957, a UNE destacou-se principalmente nas discussões sobre a Reforma Educacional e Universitária, quando promoveu o I Seminário Nacional de Reforma do Ensino.<sup>69</sup> Para Guilhon Albuquerque, a UNE entrava na fase da “reforma universitária”, que atingiu o auge no Seminário de 1960, na Bahia, que conseguiu

<sup>65</sup> Maria Hermínia Tavares de Almedia e Luiz Weis. *op. cit.*

<sup>66</sup> Artur José Poerner. *O poder jovem. História da participação política dos estudantes brasileiros*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, Col. Retratos do Brasil-vol.68, 1979, 2ª ed. revisada e ampliada (1ª ed. 1968).

<sup>67</sup> *Ibid.*

<sup>68</sup> Thimoteo Camacho. *op. cit.*, p. 43.

<sup>69</sup> *Ibid.*

grande repercussão nacional. As propostas tinham, num primeiro momento, um caráter modernizador: “Adequação da formação profissional e científica por meio da flexibilidade dos programas, renovação do corpo docente e especialização do ensino e pesquisa”, incluindo-se aí a abolição da cátedra, criação de institutos especializados e ênfase no desenvolvimento econômico. Se estas teses poderiam facilmente ser incorporadas em um “projeto tecnocrático”, outras pareciam contradizê-las, por terem um caráter mais politizado, como a co-gestão e o que Guilhon Albuquerque chama de “ideologização” do ensino (na verdade, uma espécie de ano básico com ensino de filosofia e sociologia, além de uma cadeira de Problemas Brasileiros). Se os níveis inferiores de ensino conseguiram rapidamente a aprovação de uma Lei de Diretrizes e Bases da Educação, a campanha pela Reforma Universitária precisaria estender-se mais.<sup>70</sup>

Já em 1961 a UNE anunciava uma participação política de caráter “progressista” para além dos temas universitários. A UNE engajou-se na “Rede da Legalidade”, que procurou garantir que João Goulart assumisse a presidência da República após a renúncia de Jânio Quadros. Antes mesmo da renúncia de Jânio, a UNE emitiu uma nota conclamando a defesa da Constituição e do regime democrático:

“Não podemos aceitar qualquer espécie de golpe, e exigimos que seja cumprida à risca a letra da Constituição. Conclamamos o povo e, particularmente, os estudantes, para que se mantenham vigilantes.

Infelizmente cercada, perseguida, fechada, a UNE nem sempre tem podido furar a censura e o policialismo que domina o Estado da Guanabara. Mas podem crer que não cederemos. A constituição deve ser defendida! Povo e estudantes do Brasil, unidos pela Constituição! Unidos pela Liberdade!”<sup>71</sup>

Diante da ameaçada vinda dos ministros militares de Jânio, o presidente da UNE, Aldo Arantes, juntamente com outros estudantes, como Betinho, dirigiram-se para Porto Alegre: “Foi um momento inesquecível. Havia 100 mil pessoas na praça, defronte da sede do governo. Mais de 70 mil se alistaram para lutar na guerra civil, se necessário. E quando tudo terminou com a instituição do parlamentarismo..., ainda havia gente treinando marcha unida nas ruas da capital gaúcha. Uma experiência emocionante.” O anúncio do acordo parlamentarista “desarticulou todo o esquema armado para a resistência ao golpe... Mesmo assim, milhares de

<sup>70</sup> J. A. Guilhon Albuquerque. *op. cit.*, p. 130.

<sup>71</sup> *Cit. in.* Thimoteo Camacho. *op. cit.*, p. 52.

pessoas saíram às ruas da capital gaúcha aos berros: 'Jango traiu! Jango traiu'... Não deixara de haver o golpe".<sup>72</sup>

Também, no início dos anos 1960, a UNE e os estudantes participaram de várias campanhas e projetos de educação e cultura popular, principalmente no Nordeste. Destacaram-se o Movimento de Cultura Popular, de Paulo Freire, vinculado à Prefeitura de Recife, o Movimento de Educação de Base, criado pelo CNBB (Confederação Nacional dos Bispos do Brasil), a Campanha "De Pé no Chão Também se Aprende a Ler" e os Centros Populares de Cultura (CPC's) da UNE. Em todos estes movimentos, parecia hegemônica uma concepção de cultura popular ao mesmo tempo populista e elitista, em que ela era vista como a "cultura produzida para o povo, visando a sua conscientização política e social. Seu caráter popular residiria na apropriação de formas populares, em benefício da conscientização do povo".<sup>73</sup> Estudantes da esquerda católica se destacaram nas equipes de alfabetização e cultura do Movimento de Educação de Base, em Natal: "Ao lado das atividades de coordenação, treinamento, produção e transmissão de aulas radiofônicas, o Sistema Natal chegou a compor *folhetos de cordel*, como instrumento a ser utilizado na tarefa de conscientização do trabalhador rural".<sup>74</sup> Antes mesmo do golpe de 1964, as campanhas de educação popular foram combatidas pelos que se desagradaram com as primeiras revoltas e greves surgidas nas localidades em que os cursos tiveram sucesso. Após o golpe, estas campanhas foram interrompidas.

Enquanto as demais campanhas se davam no Nordeste, a idéia e a prática do Centro Popular de Cultura se deu no Rio de Janeiro. Segundo Oduvaldo Viana Filho, o Vianinha, militante do PCB, durante uma excursão do Teatro de Arena de São Paulo à capital carioca é que surgiu a idéia de criar um teatro popular para ativar a consciência do povo, o CPC. Para tanto, pensaram seus criadores, era necessário contar com o apoio de um aparelho administrativo com grande poder de mobilização e propaganda. Este aparelho seria exatamente a UNE. O primeiro CPC da UNE foi criado em dezembro de 1961, liderado por Vianinha, o cineasta Leon Hirszman e o sociólogo Carlos Estevão Martins (seguiriam-se as adesões de muitos outros intelectuais e artistas importantes, como Ferreira Gullar, Cacá Diegues, Carlos Lyra, João das Neves etc.).<sup>75</sup>

<sup>72</sup> *Cit. in.*, José Dantas Filho e Francisco Fernando Monteoliva Doratioto. *op. cit.*, p. 50-51

<sup>73</sup> Berlinck, *cit. in.* Justina Iva de A. Silva. *Estudantes e política. estudo de um movimento (RN 1960-1969)*, São Paulo: Cortez, 1989.

<sup>74</sup> *Ibid.*, p. 87.

<sup>75</sup> *Ibid.*

O CPC da UNE ilustra muito bem a integração entre arte, cultura e movimentos estudantis/juvenis. Integração que foi uma das marcas dos anos 1960, em todo o mundo. O CPC indica também que esta integração foi esboçada e tentada antes mesmo, ou sem esperar, as experiências contraculturais, irreverentes ou vanguardistas do Primeiro e Segundo Mundo. Ou seja, também o diálogo entre política juvenil e arte-cultura encontrou pioneiros no Terceiro Mundo, como o Brasil.

Do CPC surgiria o modelo de um novo tipo de artista, tão típico no Brasil dos anos 1960: o artista “revolucionário e conseqüente”, que tentava conscientizar as classes populares. O CPC buscava, apesar das dificuldades, o contato direto com as camadas trabalhadoras que afirmava querer conscientizar:

“Nós tínhamos o teatro de emergência. Saíamos pela cidade encenando peças de 10 a 15 minutos, escritas diariamente. As apresentações tinham que ser muito rápidas pois a polícia de Carlos Lacerda, então governador do Rio de Janeiro, perseguia a equipe por toda a cidade, apesar do apoio do Governo Federal. A receptividade do público era grande, pois usávamos todos os elementos de um teatro popular: a chanchada, a música, o violão, a paródia”.<sup>76</sup>

O CPC da UNE possuía departamentos de teatro, literatura, cinema, música, artes plásticas, alfabetização de adultos e até arquitetura. Promoveu encenações em portas de fábricas, em favelas e sindicatos, realizou filmes (como *Cinco vezes favela*), publicou cadernos de poesia a preços populares, além da coleção *Cadernos do Povo* e a série *Violão de Rua*. Apesar de seus propósitos, vários relatos afirmam que o CPC no Rio de Janeiro não conseguiu muito sucesso entre o público trabalhador. Já o público estudantil foi rapidamente abocanhado pelo CPC, de maneira que um dos principais efeitos imediatos do CPC foi a publicização da própria UNE entre a massa estudantil, principalmente através de *shows* e peças encenadas durante os Congressos da entidade e pelas caravanas da UNE-Volante que, uma vez por ano, percorriam o país divulgando o trabalho do CPC carioca, tentando estimular o público estudantil a criar novos CPC's. Um hino do CPC era cantado por corais de CPC's Brasil afora. Nele percebemos a carga idealista, populista e até elitista da proposta da “cultura popular”:

“Se você ainda não sabe  
que existe uma entidade

<sup>76</sup> Relato de Denoy, integrante do CPC da UNE sobre as atividades do seu grupo na cidade do Rio de Janeiro, entre 1963 e antes do golpe de 1964: *cit. in.* Miriam Favaro. “No território livre da arte” *in.* Cremilda Medina (coord.). *1968-1988. Nos passos da rebeldia*. São Paulo: Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, 1988, São Paulo de Perfil – 3, p. 103.



com sigla CPC  
 venha então nos procurar  
 para juntos trabalhar  
 precisamos de você  
 estudantes, operários  
 que lhe interessa saber?  
 O CPC lhes ensina e deseja  
 Também com você aprender  
 Agora você já sabe  
 Que existe uma entidade  
 Com a sigla CPC.  
 Venha então nos procurar  
 Para juntos trabalhar  
 Precisamos de você.  
 Junto vamos caminhando  
 Horizonte é a Pátria futura  
 Aprendendo e educando  
 No Centro Popular de Cultura”.<sup>77</sup>

Na verdade, alguns CPCs foram fundados fora do Rio de Janeiro, inclusive fora do movimento estudantil, como o Centro Popular de Cultura de Santo André, organizado em torno do Sindicato dos Metalúrgicos, talvez o único, certamente o mais bem sucedido, CPC com participação efetiva dos operários (a proporção de operários no CPC de Santo André parece ter girado em torno de 50%).<sup>78</sup> Também existiram entidades similares ao CPC, inspiradas no seu exemplo, como o Centro de Cultura Popular (CCP), de estudantes de Natal, Rio Grande do Norte.<sup>79</sup>

Um dos grandes destaques do CPC da UNE foram as peças de teatro, principalmente *Eles não usam Black-tie*, de Gianfrancesco Guarnieri. Tal sucesso motivou a UNE a construir seu próprio teatro, finalmente inaugurado na noite de 30 de março de 1964. Por ironia do destino, seria destruído dois dias depois, sem nunca ter sido estreado, pelos mesmos que incendiaram o

<sup>77</sup> *Cit. in.* Thimoteo Camacho. *op. cit.*, p. 130-131.

<sup>78</sup> *Ibid.*

Clube Germânia. O CPC morreria em 1964 como instituição – mas seus componentes, dispersos, levariam idéias e princípios do CPC para outros projetos e práticas.<sup>80</sup>

Enquanto se desenvolviam as atividades do CPC, a UNE e o movimento estudantil também atuavam em prol da Reforma Universitária e se envolviam com as querelas políticas dos últimos anos da democracia populista. Um forte populismo, de caráter às vezes até autoritário, estava presente na UNE, assim como nas demais organizações, partidos e movimentos esquerdistas no último governo populista. A própria postura de criar o CPC continha motivações como aquelas expressas nas “Resoluções do Conselho da UNE”, de 1962, que afirma no mais fiel estilo do populismo paternalista: “O estudante brasileiro, tomando consciência da situação de exploração em que vive o país e o seu povo, é chamado ao papel histórico de conscientização das massas populares”.<sup>81</sup> Pode-se perceber isto também na “Carta do Paraná”, aprovada pela UNE em 1962, além de claras relações com os (também ambíguos) programas da AP (que controlava então a UNE). Nesta “Carta”, a UNE propunha-se a:

“1 – ser a expressão do povo – Daí ser absolutamente predatória ao interesse coletivo uma universidade que discrimine. Critérios econômicos, sociais, políticos ou ideológicos jamais poderão prevalecer na seleção dos candidatos à escola, em qualquer grau de ensino. A universidade revolucionária será aquela que aproveitará as virtualidades de cada um, pondo em comum sua originalidade, distribuindo-a em benefício do todo social. É a única maneira de ser positivamente democrática.

2 – ser por todas as formas antidogmática – Terá sempre em vista sua perspectiva crítica constante, estando aberta a toda reformulação que se processe no dinamismo histórico.

3 – ser uma frente efetiva do processo revolucionário – não admitindo, portanto, qualquer forma de espoliação do homem pelo homem, justificada por razões econômicas e políticas, ideológicas ou sociais. Trata-se da realização de todas as exigências da pessoa, na caminhada histórica, no processo de humanização, no conjunto homem-natureza por que se constrói a sociedade.”<sup>82</sup>

O espírito populista/elitista generalizou-se entre os líderes estudantis, como percebemos na declaração do presidente do Diretório Central dos Estudantes do Rio Grande

<sup>79</sup> Justina Iva de A. Silva. *Op. cit.*

<sup>80</sup> *Ibid.*

<sup>81</sup> *Cit. in.* Marialice M. Foracchi. *O estudante e a transformação da sociedade brasileira, op. cit.*, p. 247.

<sup>82</sup> *Cit. In.* Lia Faria. *Ideologia e utopia nos anos 60. Um olhar feminino*, Rio de Janeiro: EdUERJ, 1997, p. 47.

do Norte, Gileno Fernandes Villar, que afirma que “são os estudantes que, tomando consciência de sua responsabilidade perante o povo, assumem posição de liderança no processo de desenvolvimento”.<sup>83</sup>

Para Guilhon Albuquerque, desde 1961 a UNE havia ingressado na fase de “participação no poder”, com a crise que seguiu-se à renúncia de Jânio Quadros. O governo Goulart, reconhecendo a ajuda da UNE, nomearia seguidos ministros da Educação ligados ao movimento estudantil, enquanto a UNE e outras entidades estudantis tentavam influenciar diversas organizações populares, como o sindicalismo urbano, onde foi menos eficiente (exceto entre comerciários e bancários, dado que muitos eram também universitários), nos movimentos de militares subalterno e no sindicalismo rural.<sup>84</sup>

A grande ação (e frustração) da UNE neste período seria a greve do 1/3, ocorrida em 1962. A greve paralisou 40 universidades no Brasil (23 federais, 14 particulares e 3 estaduais) mas, apesar do sucesso inicial, acabou fracassando e desgastando a UNE. O movimento grevista iniciou-se em São Paulo como solidariedade aos alunos do Mackenzie, que desejam a “federalização” desta universidade. O DCE da Universidade Mackenzie faria publicar em maio de 1962 um “Manifesto à Opinião Pública Brasileira”, recheado de idealismo, entusiasmo e nacionalismo, que afirmava:

“A Universidade Mackenzie parou simplesmente porque não era mais lícito que três mil acadêmicos continuassem a receber a formação que aqui se oferece. Sentiam que o esforço que a nação vai deles exigir é muito grande e que a Universidade Mackenzie não está, absolutamente, em condições de formá-los à altura das exigências nacionais. Titubear um dia mais significava trair o Brasil”.<sup>85</sup>

O movimento estende-se para muitas unidades universitárias do país, enquanto a UNE simplificava as reivindicações na proposta de representação discente na base de 1/3 dos órgãos decisórios das faculdades e universidades. Era também uma maneira de forçar a Reforma Universitária, que não avançava no Poder Legislativo, e praticar algumas das propostas defendidas pelos estudantes. Mais que uma luta entre estudantes e governo federal (que chegou a apoiar as reivindicações, tentando manipular o movimento estudantil), a greve do 1/3 adquiriu ares de um conflito geracional, envolvendo estudantes *versus* professores. Diante das propostas de reforma universitária, professores e autoridades acadêmicas reagiram

<sup>83</sup> *Cit. ibid.*, p. 113.

<sup>84</sup> J. A. Guilhon Albuquerque. *op. cit.*

argumentando que “estudantes precisam é de estudar. Já chegam as concessões e as humilhações dos professores aos alunos”.<sup>86</sup> Diante de um verdadeiro processo de “esforço coletivo de reflexão” dos estudantes, sobre os problemas gerais da Universidade e mesmo da relação da Universidade com o país, um esforço autêntico, ainda que cheio de oscilações e ambigüidades, docentes e autoridades, como o reitor da Universidade de São Paulo definiriam a greve do 1/3 como um “movimento transitório que representa, na melhor das hipóteses, um lamentável equívoco de estudantes sobre a verdadeira finalidade da Universidade”.<sup>87</sup>

Em 1963 e 1964, para Guilhon Albuquerque (um pouco simpático analista do movimento estudantil), a entidade nacional dos universitários entrou na fase da “luta pelo poder”. Segundo Marialice Foracchi, a UNE chegou a ser considerada um “Quarto Poder” no fim do governo Goulart. Nestes anos, a UNE e diversas entidades estudantis desenvolveram mais ainda os movimentos de educação e cultura popular. Mas também se envolveram nas tentativas de organização de sindicatos rurais, principalmente no Nordeste, muitas vezes ao lado da Igreja, como em Pernambuco e Rio Grande do Norte.<sup>88</sup>

Nos últimos atos do governo Goulart e nas derradeiras manifestações em prol das “Reformas de Base”, em 1964, estão presentes a UNE e as esquerdas estudantis. O próprio Comício de 13 de março, na Central do Brasil, Rio de Janeiro, teve a UNE entre as 21 organizações sindicais que assinaram a nota convocatória. Não apenas Jango citou os estudantes e a Reforma Universitária em seu discurso, como o próprio presidente da UNE, José Serra, falou para a multidão.<sup>89</sup>

Mas as posições dos militantes das esquerdas estudantis e dos líderes da UNE não expressavam mais exatamente o espírito da massa dos universitários, muitos deles filhos das classes médias que seguiram as Marchas com Deus pela Liberdade. Segundo Martins Filho, um dos sinais que comprova isto é o fato da principal organização estudantil depois da UNE, a União Metropolitana dos Estudantes da Guanabara, estar desde 1963 nas mãos da “direita estudantil” (mas que Poerner chama de “progressista”, apesar de demonstrar que ela não foi atingida pela repressão que seguiu-se ao golpe militar). Era um dos indícios de que “a massa dos estudantes, o estudante comum, se deixou levar pelo discurso anticomunista e por toda

<sup>85</sup> *Cit. in.* Marialice M. Foracchi. *O estudante e a transformação da sociedade brasileira*, *op. cit.*, p. 253.

<sup>86</sup> Professor da Universidade do Brasil, *cit. in. ibid.*, p. 254.

<sup>87</sup> Publicada em *O Estado de S. Paulo* em 4/8/1962, *cit. in. ibid.*, p. 259.

<sup>88</sup> J. A. Guilhon Albuquerque. *op. cit.*

<sup>89</sup> Justina Iva de A. Silva. *op. cit.*; J. A. Guilhon Albuquerque. *op. cit.*; Artur José Poerner. *op. cit.*

aquele quadro que se criou para justificar o golpe militar”.<sup>90</sup> Posteriormente, o próprio movimento estudantil faria juízo muito severo deste desencontro entre liderança e base estudantil:

“Após 1964 a repressão da Ditadura desmantela o Movimento Estudantil nacional, devido ao seu desligamento das bases e a sua estruturação ligada ao aparelho governamental. As entidades estudantis caminhavam ao lado do MEC (Ministério da Educação e Cultura), o qual sustentava financeiramente o ME, planejando programas conjuntos. Não havia nenhuma organização independente do ME pelas bases”.<sup>91</sup>

Ao chegarem os rumores do golpe da direita, no dia 31 de março, estudantes esquerdistas das Faculdades Nacionais de Direito e Filosofia, no Rio de Janeiro, chegaram a pedir armas ao Governo Federal para a resistência, acreditando em um pretense esquema militar de defesa de Jango. Como as armas não apareceram, estes e outros estudantes decidiram sair às ruas para participar de manifestações anti-golpistas no dia 1 de abril. Mas logo perceberam que a pequena resistência caía inerte, principalmente quando foram alvo de tiros vindos do Clube Militar. Neste mesmo dia, também viram a sede da UNE, o Clube Germânia, ser depredado e incendiado por grupos pára-militares. Enquanto isto, José Serra, presidente da UNE, pedia asilo à Embaixada do Chile.<sup>92</sup> O furor dos golpistas contra os estudantes se estendeu à Universidade de Brasília (UnB), uma das criações mais propaladas da última fase da democracia populista, que teve seu *campus* invadido pela polícia após a deposição de Jango, com a prisão de vários professores e estudantes – em 13 de abril, seria decretada a intervenção na UnB. O movimento estudantil e a direção da UNE, oriundos da última fase da democracia populista, desmantelaram-se rapidamente. Dirigentes se exilaram, pediram asilo em embaixadas, se encontravam foragidos ou foram presos.

Mas as próprias atitudes do governo Castelo Branco beneficiariam, por fim, a radicalização da militância estudantil. O Decreto-lei de novembro de 1964 de autoria do ministro de Educação e Cultura, Flávio Suplicy de Lacerda, complementado pelo presidente Castelo Branco em meados de 1965, previa o fim da UNE e das demais entidades representativas dos estudantes, criando novos órgãos e regulamentos para a representação estudantil no nível superior. Segundo a Revista do DCE da USP de 1966, o ministro Suplicy

<sup>90</sup> João Roberto Martins Filho. “O movimento estudantil na conjuntura do golpe”, in: Caio Navarro de Toledo (org.). 1964: visões críticas do golpe. Democracia e reformas no populismo, Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, s.d., pp. 75-81, p. 80.

<sup>91</sup> “A UNE e o 30º Congresso”, Grêmio da Faculdade de Filosofia da USP, n. 1, 1968, p. 5.

(que declarara à imprensa que “os estudantes não precisam ser ouvidos” a respeito de seu projeto de lei) e o governo acreditavam que os partidos estudantis estavam totalmente vencidos e que não esboçariam qualquer reação contrária. Mas, afirma a Revista, seria justamente esta atitude quem ajudaria a reviver o movimento estudantil.<sup>93</sup>

A UME, cuja direção fizera oposição à esquerda estudantil, acabou reunindo em sua sede, em 24 e 25 de junho de 1964, representantes de doze Uniões Estaduais dos Estudantes, que elegeram uma Junta Governativa e, em julho, uma direção provisória para a UNE. Era a primeira tentativa de recriar a entidade nacional, que procurou não apenas combater o projeto de Suplicy como também recuperar a sede da entidade e organizar para o ano seguinte o 27º Congresso Nacional dos Estudantes, o Congresso da UNE.<sup>94</sup> Neste momento de reorganização do movimento estudantil e da UNE, destacaram-se grupos estudantis da “direita” liberal e o próprio tom da crítica ao regime militar, no período logo após o golpe de 1964, tem um nítido caráter liberal-democrático.

No mesmo ano, os “partidos” da esquerda estudantil recolhiam seus cacos após o desastre de 1964, tentando recriar efetivamente a UNE. No 27º Congresso da UNE, em julho de 1965, participaram 313 das 450 representações acadêmicas do país, elegendo para presidente o estudante paulista Antonio Xavier. Continuava predominando politicamente a AP, que defendia, assim como outras entidades da Nova Esquerda estudantil, a não participação nas eleições convocadas para os Diretórios Acadêmicos e Diretórios Centrais regulamentados segundo a Lei Suplicy – ao contrário do que defendia o PCB.<sup>95</sup>

No seu 27º Congresso, o tema dominante foi justamente a Lei Suplicy, para a qual a UNE resolveu convocar para outubro de 1965 um plebiscito entre os estudantes. Mas, antes disto, a lei seria aprovada pelo Poder Legislativo. Mesmo assim, a UNE resolveu realizar o plebiscito: como resultado, 92,5% dos universitários repudiaram a Lei. Assim, apesar da posição do PCB a favor das novas entidades propostas pela Lei Suplicy, na prática o movimento estudantil em fase de rearticulação acabou fazendo dela “letra morta” – a única entidade que vingou foi o Diretório Estudantil gaúcho, que funcionou até 1979.

Diante da oposição estudantil, o ministro da Educação, Suplicy, afirmaria em agosto de 1965 que encontrara as Universidades “com agitadores e pequenos ladrões transformados em

<sup>92</sup> Artur José Poerner. *op. cit.*

<sup>93</sup> Francisco Rocca. “Luta contra a Lei Suplicy”, in. *Revista DCE USP Livre*, Diretório Central dos Estudantes da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1966, n. 1.

<sup>94</sup> Artur José Poerner. *op. cit.*

líderes” e ordenou que se reprimissem os Diretórios Acadêmicos que se recusava a participar das eleições das novas entidades.<sup>96</sup> Enquanto isto, o ministro da Justiça, General Juraci Magalhães, teve de ouvir a UNE recusar seu convite oportunista de “diálogo” com o movimento estudantil. Segundo a UNE a proposta era uma “tentativa de encobrir a impopularidade de uma ditadura repudiada pelos brasileiros”:

“São os autores da perseguição e da violência que falam hoje em diálogo. Falam de aproximação. Falam de entendimento. O que na verdade propõem é que esqueçamos os gritos de colegas como Rui Guerra, da União Pernambucana dos Estudantes, torturado na prisão. O que na verdade propõem é que esqueçamos os 3 mil universitários presos, expulsos, expatriados, desde o 1º de abril de 1964. Querem que ignoremos a mão esfacelada do colega Ezequias Gomes, ferido na Guanabara. O que na verdade propõem é que abandonemos um director da UNE, Heitor de Laola, preso há meses no Ceará. Propõem anular a juventude. Moldá-la fascista, violenta, corrupta”.<sup>97</sup>

Diante de tal documento, o ministro resolveu encaminhar um processo em prol do fechamento da “insolente” UNE, que, como reação, denunciou o governo Castelo Branco como uma “ditadura militar de traição nacional,... um governo que prende sem crime e condena sem julgamento, que impede o direito de crítica e de protesto, espanca e tortura quando julga necessário”.<sup>98</sup> Ainda em 1965, o presidente Castelo Branco seria vaiado quando se dirigia à Universidade Federal do Rio de Janeiro. No Rio também aconteceria uma pequena passeata contra a decretação do AI-2.<sup>99</sup> Em maio de 1965, uma greve de 7 mil alunos paralisou a Universidade de São Paulo. Em Brasília, professores e alunos fizeram uma greve de um dia na UnB, motivando uma nova invasão da universidade, em 25 de outubro. Como decorrência, quinze professores foram demitidos. Em repúdio, duzentos professores pediram demissão. A UnB desmantelava-se: restavam apenas mais quinze professores em toda a universidade.<sup>100</sup>

Esboços de mobilização estudantil, seguidos por uma truculenta repressão, se dariam também no início de 1966. A relação desmesurada entre ação e repressão acabaria gerando a primeira onda “nacional” de revoltas estudantis após o golpe militar, ainda em 1966. Seria

<sup>95</sup> *Ibid.*

<sup>96</sup> *Cit in. ibid.*, p. 265.

<sup>97</sup> Publicado no *Correio da Manhã*, em 17 /12/1965, *cit in. ibid.*, p. 266.

<sup>98</sup> *Cit in. ibid.*, p. 266.

<sup>99</sup> Daniel Aarão Reis Filho. “O ano mágico”, in: Daniel Aarão Reis Filho e Pedro de Moraes. 1968. *A paixão de uma utopia*, Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998, 2ª ed., pp. 11-53.

<sup>100</sup> Artur José Poemer. *op. cit.*

vencido o descompasso entre a militância esquerdista que controlava a UNE e a massa estudantil, em boa parte graças à repressão e à inabilidade do governo militar em lidar com as questões universitárias.<sup>101</sup> Já no início das aulas, o Diretório Central dos Estudantes da UnB recomendou aos alunos que não pagassem a anuidade instituída a partir deste ano (outra criação do ministro Suplicy), apesar do valor irrisório. Em Belo Horizonte, em março, também no início das aulas, os veteranos determinaram que, como troco, os calouros deveriam desfilar pelas ruas carregando críticas ao regime militar. Mas a “passeata dos calouros” foi atacada violentamente pela polícia, que chegou a invadir a igreja São José, no centro, onde estudantes haviam se refugiado.<sup>102</sup> Em solidariedade aos mineiros, estudantes cariocas e paulistanos realizaram passeatas: no Rio, em 19 e 24 de março (reunindo de 3 a 5 mil participantes); em São Paulo, em 18 de março (com 2 mil estudantes). Também houveram atos de solidariedade no Paraná e Espírito Santo. Como se repetiria em 1968, a população reagiu às passeatas estudantis com aplausos e fazendo chover papel picado do alto dos edifícios.<sup>103</sup> Em 21 de abril de 1968, dia de Tiradentes, feriado, estudantes mineiros colocaram velas em forma de L (de liberdade) em torno do Palácio da Liberdade (sede do governo estadual), liderados pelo presidente do DCE da Universidade Federal de Minas Gerais, José Mateus.<sup>104</sup>

O auge desta primeira onda de mobilização estudantil após o golpe militar seria o mês de setembro de 1966. No meio tempo, se daria o 28º Congresso da UNE, em Belo Horizonte, no mês de julho. O Congresso havia sido proibido pelo governo federal, que já havia declarado a UNE ilegal. Forças policiais ocuparam a sede da UEE de Minas Gerais, onde deveria acontecer o Congresso, e se espalharam por pontos estratégicos de Belo Horizonte, para coibir a chegada dos congressistas. Apesar disso, o Congresso acabou se realizando num dos salões da igreja de São Francisco de Assis, no convento dos franciscanos. 300 delegados – 200 não conseguiram chegar – se dirigiram ao local do encontro após a missa da noite, realizando durante toda a madrugada o Congresso. De manhã, saíram misturados com o povo após o fim da missa das 7 da manhã. Diferentes forças de esquerda compunham a nova diretoria da UNE escolhida no Congresso, tendo José Luís Guedes, da AP, como presidente. Até mesmo

<sup>101</sup> João Roberto Martins Filho. “Os estudantes nas ruas, de Goulart a Collor”, in: João Roberto Martins Filho (org.). *1968 faz 30 anos*, Campinas: Mercado de Letras, São Paulo: Fapesp, São Carlos: Editora da Universidade de São Carlos, 1998, pp. 11-26

<sup>102</sup> Margarida Luiza de Matos Vieira. “68: os estudantes mineiros e o desejo de um novo mundo”, in: João Roberto Martins Filho (org.). *1968 faz 30 anos*, op. cit., pp. 77-93.

<sup>103</sup> Artur José Poerner. op. cit.

<sup>104</sup> Margarida Luiza de Matos Vieira. op. cit.



estudantes norte-americanos compareceram como observadores. Após o governo descobrir que havia sido logrado, fechou-se arbitrariamente o Seminário Franciscano, em represália aos religiosos que abrigaram o Congresso ilegal.

As lutas estudantis de setembro de 1966 foram chamadas de “setembro heróico”. Começaram com a greve estudantil na Faculdade Nacional de Direito, no Rio de Janeiro, e a prisão de 178 estudantes paulistas reunidos em um Congresso clandestino realizado pela UEE de São Paulo, em São Bernardo do Campo. Novas greves estudantis se deram em São Paulo e Rio de Janeiro, assim como passeatas em Minas Gerais. A UNE elegera o dia 22 de setembro como o “Dia Nacional de Luta contra a Ditadura”, que deveria ser o auge dos seus atos de protesto, após decretar a greve geral dos estudantes a partir do dia 18. No dia 22, ocorreram protestos em todo o país, como Porto Alegre, Belém, Goiânia (onde um cabo da polícia militar foi morto durante tiroteio envolvendo policiais e estudantes), Salvador e Recife (nestas duas últimas, houveram feridos nos conflitos com a polícia).<sup>105</sup> Mas o acontecimento que teve maior repercussão ficou conhecido como o “Massacre da Praia Vermelha”, ocorrido na madrugada do dia 23 de setembro na Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Rio de Janeiro, quando a polícia encurralou 600 estudantes (entre os quais, 240 moças) que estavam reunidos em assembléia. A polícia invadiu às 5 da manhã a escola de Medicina, que estava cercada desde o meio da tarde do dia anterior. Entre os estudantes, estava Vladimir Palmeira:

“Apanhamos feito boi ladrão, aquilo nunca havia acontecido antes e de imediato chocou toda a população... Essa história foi tão traumática, bateram tanto nos estudantes – chegaram a enfiar cassetete na vagina das meninas –, foi tanta violência nessa noite que aquele pessoal de 66 nunca mais fez movimento estudantil. Alguns – muito poucos – se tornaram lideranças, viraram socialistas, mas a grande maioria se afastou e foi cuidar da própria vida. Muitos deles só voltaram a aparecer em uma manifestação em 68, na passeata dos Cem Mil”.<sup>106</sup>

O movimento estudantil entraria em refluxo no ano de 1967, principalmente por causa do inesperado grau de repressão que suas manifestações encontraram. Ainda assim houveram lutas de importância em nível regional: em agosto, os estudantes secundaristas que faziam uso do Restaurante Calabouço conquistaram uma importante vitória, recebendo um novo restaurante; em setembro, porém, uma luta contra as anuidades na Guanabara foi derrotada; em Minas Gerais, durante a visita do presidente Costa e Silva a Belo Horizonte, universitários

<sup>105</sup> Artur José Poerner. *op. cit.*

<sup>106</sup> Vladimir Palmeira, José Dirceu e Vladimir Palmeira. *op. cit.*, p. 66 e 68.

entraram em greve e promoveram uma passeata que tomou as escadas da Igreja São José, sem interferência policial.<sup>107</sup> Mais importante em 1967, porém, foram os avanços na “organização” das entidades estudantis autônomas. Não apenas a UNE se reorganizava e se fortalecia, mas também entidades estaduais, DCE’s e CA’s eram reconstruídos à margem do reconhecimento do regime autoritário. Isto seria constatado pelo próprio movimento de 1968, como vemos em um texto do DCE-livre da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, que afirma que a resistência contra a Lei Suplicy e as manifestações de 1966 permitiram que o movimento estudantil criasse “um poder paralelo; uma estrutura de representação estudantil independente das injunções do governo”.<sup>108</sup>

Neste processo de reorganização, destacou-se o 29º Congresso da UNE, realizado em julho de 1967, novamente em caráter clandestino. Reportagem em uma revista publicada pelo Grêmio da Faculdade de Filosofia da USP narrou a preparação deste encontro. O ministro da Justiça, Gama e Silva, tinha vindo a público proibir o Congresso, ameaçando impedir “de qualquer forma” a sua realização. Inicialmente, pensava-se em fazê-lo no Conjunto Residencial da USP (CRUSP), de modo aberto, mas, diante desta ameaça, optou-se pela clandestinidade. A organização foi ampla e sigilosa. Inclusive durante as férias, os militantes conseguiram juntar dinheiro para a realização do Congresso através de bônus da UNE e do jornal “Movimento”, vendidos em pedágios, filas de ônibus, visitas às casas e nas cidades do interior do Estado que tinham escolas superiores. Uma comissão de “segurança” também foi organizada para proteger os que iriam participar do Congresso e àqueles que faziam a arrecadação de recursos. Enquanto isto, afirma a reportagem dos estudantes, declarações de autoridades governamentais prometiam que a polícia prenderia os líderes estudantis antes mesmo do Congresso, que este não se realizaria de modo algum. Mas as lideranças da UNE já haviam optado por um Congresso não aberto, mas não levaram tal decisão a público, mantendo-se todas as evidências de um encontro aberto no CRUSP. Apenas os delegados e poucos membros da Comissão de Segurança sabiam da mudança de planos, e menos gente ainda sabia do verdadeiro local. O Congresso se deu numa fazenda em Vinhedo, em 26 de julho – antes do que havia sido publicamente anunciado – mas sob condições precárias. Apenas no dia 31 de julho, dois dias

<sup>107</sup> Margarida Luiza de Matos Vieira. *op. cit.*

<sup>108</sup> “Como lutar”, *mimeo*, DCE-livre da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2º semestre de 1968.

após o término do encontro, é que a imprensa noticiou que o evento se realizara com sucesso.<sup>109</sup>

A AP continuava ocupando a presidência da UNE, com Luís Travassos, mas a nova diretoria era uma composição de diferentes forças das novas esquerdas. Se o PCB foi marginalizado da UNE neste momento, a própria AP percebeu que ela perdera muito de sua hegemonia dentro da entidade nacional. Eventos, dentro do próprio Congresso e posteriores, demonstraram crescentes intrigas e conflitos dentro da diretoria da UNE, colocando o seu presidente logo numa posição minoritária dentro da organização.

A Carta Política do 29º Congresso da UNE tem, no entanto, muito do espírito da AP, que levava às discussões dentro do movimento estudantil prioritariamente temas políticos gerais, em destaque a crítica à ditadura e ao imperialismo. A constatação de que a categoria dos estudantes era a única que oferecia alguma espécie de oposição marcante contra o regime, nesta Carta, aparece na conclusão de que os estudantes teriam uma função primordial no despertar da “revolução”. Mas esta “revolução” só poderia se dar com a força das classes trabalhadoras: “Mais dia, menos dia, (as elites e o regime militar) serão derrubados como todas as classes dominantes do passado. Não seremos nós que derrubaremos essas classes. Pelo contrário, julgamos que toda nossa força avém do fato de integrarmos na luta dos que trabalham e são explorados, dos que fazem a riqueza da nação e com os quais marcha a história”. Após uma análise do movimento estudantil, da situação internacional e nacional, descreve-se um “Plano de Luta”, que inclui: luta antiimperialista, luta contra a ditadura, luta contra o Acordo MEC-USAID, mais verbas para o ensino e mais vagas, promoção de seminários nacionais e regionais estudantis, integração com movimento secundarista e com professores, integração com movimentos estudantis da América Latina e de todo o mundo e aperfeiçoamento dos instrumentos de ação da UNE.<sup>110</sup>

### **As classes médias**

Um dos mais importantes condicionantes dos movimentos estudantis também foi um dos temas mais discutidos durante os próprios eventos. Trata-se da questão da classe social de origem dos estudantes universitários. Trata-se da questão da “classe média”. Os principais atores do 1968 brasileiro foram os estudantes universitários, “quase todos filhos da classe

<sup>109</sup> “XXIX Congresso da UNE”, *Revisão*, Grêmio da Faculdade de Filosofia da USP, n. 5, São Paulo, setembro de 1967.

média”.<sup>111</sup>

No Brasil, assim como no México, neste tema residiram muitos dos dilemas enfrentados pelos movimentos juvenis. Por um lado, as classes médias eram tratadas tradicionalmente com os pejorativos argumentos que, desde pelo menos Marx, o pensamento de esquerda reservava para a “pequena burguesia”. Basicamente, os indivíduos pequeno burgueses são individualistas e desejam apenas reformas sociais que permitam-nos a “ascensão social”. Viviriam numa constante corda bamba, temerosos da “queda”.

Por outro lado, as classes médias no Brasil, nos anos 1960, foram tratadas também dentro de uma outra temática mais contemporânea, que destacava as novas transformações tecnológicas e seu impacto na estrutura ocupacional da sociedade capitalista. Das novas funções técnicas, gerenciais e especializadas nos domínios que fazem uso das novas tecnologias, assim como no crescente setor de serviços, emergem as “novas classes médias”. No Primeiro Mundo, as velhas classes médias dão lugar às “novas” classes médias. Nos centros urbanos mais importantes do Terceiro Mundo, apesar das muitas limitações e contradições do seu capitalismo subdesenvolvido, as classes médias têm a oportunidade de surgir efetivamente.

O aspecto de “classe” no movimento estudantil foi um dos mais discutidos e estudados de imediato, no calor mesmo dos acontecimentos, no Brasil dos anos 1960. Estes vários estudos e discussões, por parte da academia ou dos próprios “partidos” estudantis, tiveram também um importante impacto na maneira como sociedade, Estado e movimento estudantil se enxergaram e se relacionaram. As interpretações dadas influenciaram a maneira como os atores de 1968 se perceberam, atuando para o bem ou para o mal da mobilização, colaborando ou não para o movimento estudantil conceber melhor suas especificidades e potencialidades.

Muitas das análises comparam dois momentos considerados opostos da participação das classes médias na política brasileira: 1964 e 1968. Para muitos, referendava-se assim a concepção das classes médias como volúveis, apoiando ou fazendo oposição a um regime político ao sabor da situação sócio-econômica ou das oportunidades concedidas de ascensão social. A questão é que muitos estendiam imediatamente esta conclusão para o movimento estudantil – ele também seria frágil, volúvel e inconstante. Não quero negar que os movimentos dos estudantes de classes médias urbanas não possam conter estes limites,

<sup>110</sup> “Carta Política da UNE, aprovada no XXIX Congresso em julho de 1967”, *Revisão*, Grêmios da Faculdade de Filosofia da USP, n. 5, São Paulo, setembro de 1967. p. 18 e 19.

advindos da sua situação de classe. Mas isto não deveria esgotar a discussão sobre os movimentos estudantis, pois ainda não se deu conta de suas especificidades e potencialidades.

Tendo em vista esta observação, é interessante analisar as determinações de classe média presentes nos movimentos estudantis em 1968. É interessante mesmo voltar ao golpe de 1964 e discutir como a massa dos universitários, pertencentes às classes altas e médias, se portaram de modo indiferente ao golpe ou, em muitos casos, até apoiaram-no, obedecendo ao seu “instinto” de classe.

Para Octávio Ianni, em 1964, “a classe média revelou-se a massa mais dócil às soluções autoritárias”. Há tempos, antes do golpe, “já vinha sendo preparada para aderir ao autoritarismo”. Mesmo as formas populistas que foram melhor acolhidas pelas classes médias continham este potencial autoritário, como o ademarismo, o janismo e o lacerdismo (de Ademar de Barros, Jânio Quadros e Carlos Lacerda). Uma ampla campanha de opinião pública preparou a classe média para aceitar a derrubada de Jango, tratando preferencialmente de temas como o combate ao comunismo e à corrupção.<sup>112</sup>

A comprovação do apoio das classes médias ao golpe de 1964 foram as “Marchas da Família com Deus pela Liberdade”. Multidões percorreram ruas centrais de várias cidades do país, rezando e segurando cartazes e faixas com *slogans* anti-comunistas. Assim noticiou um dos jornais que se opunham a Goulart, sobre a marcha que se deu dez dias antes do golpe: “A Capital paulista viveu ontem o maior dia de toda a sua história”, pois havia acontecido a “maior manifestação cívica jamais realizada nos quatrocentos e dez anos de vida da nossa metrópole”.<sup>113</sup> Após o bem sucedido golpe, enquanto que na cidade de São Paulo realizava-se uma nova marcha, com o título de “Marcha da Vitória com Deus pela Liberdade” (em 2 de abril de 1964, com meio milhão de participantes segundo a imprensa), certos setores acadêmicos e até estudantis manifestavam notas de apoio aos golpistas, seguidos pela CNBB e entidades empresariais.

Muitos estudantes de classe média, inclusive alguns que lutariam contra o regime militar em 1968, estiveram presentes nas Marchas e em ações favoráveis ao golpe, em 1964. Como Jean Marc, mais tarde presidente da UNE. Ele apresentou-se no dia do golpe como voluntário no Palácio Guanabara, sede do governador Carlos Lacerda. Sobre isto, diria mais tarde: “Caí, como muitos de minha classe e geração, na propaganda da direita que se dizia democrata e

<sup>111</sup> Daniel Aarão Reis Filho. “1968, o curto ano de todos os desejos”, *op. cit.*, p. 67.

<sup>112</sup> Octavio Ianni. O colapso do populismo no Brasil, *op. cit.*, p. 129.

acusava Jango de golpista”.<sup>114</sup>

Os militantes dos “partidos” estudantis surpreenderam-se não apenas com a eficácia do golpe e com a ineficácia da resistência, mas com os muitos sinais de apoio da massa dos estudantes aos golpistas. José Dirceu, que ainda era estudante secundarista em 1964, sentiu-se perplexo ao ver universitários apoiando o golpe: “O que mais me impactou foi ver os estudantes do Mackenzie descendo eufóricos da Maria Antonia para a Praça da República... Observei de cima do edifício aqueles representantes da classe alta de São Paulo, almofadinhas filhos de rico, comemorando a derrubada de um governo constitucional”.<sup>115</sup> O incêndio da sede da UNE, o edifício Germânia, no Rio de Janeiro em 1 de abril de 1964, por pára-militares foi um dos momentos mais dramáticos da história da UNE e dos movimentos estudantis no Brasil. Enquanto milhares de indivíduos das classes médias, inclusive vários de seus filhos universitários, engrossavam as Marchas de tom reacionário, a representação oficial dos estudantes era violentamente atingida:

“Fomos então para o apartamento não me lembro mais de quem, ali perto, onde havia outras pessoas, igualmente perdidas. De lá continuávamos vendo o incêndio (da sede da UNE), e com ele a euforia da classe média. Essa classe média achava que estava salvando o Brasil do comunismo... Ela nunca esteve tão desinformada sobre o seu próprio papel. Mas ela aderiu ao movimento golpista com tal entusiasmo que tinha gosto de verdade”.<sup>116</sup>

Não demoraria muito para que surgissem nas classes médias insatisfações para com o regime que ajudaram a implantar. Primeiro, não estava sendo construída uma espécie de democracia sem os perigos do populismo radical, algo desejado pelos políticos civis que apoiaram o golpe e por muitos setores das classes médias. Sobre isto, diria Jean Marc: “Não fui o único estudante a apoiar, ingênua e ativamente, o governador Carlos Lacerda e o golpe contra o que pensávamos ser uma ameaça à liberdade. Em dois anos, verificamos – eu e minha classe média – que a democracia já era e que havíamos apoiado a implantação de uma ditadura”.<sup>117</sup> Já em 1965, o afastamento de políticos civis importantes, comprometidos com a

<sup>113</sup> *O Estado de S. Paulo*, cit. in. *ibid.*, p. 130.

<sup>114</sup> Cit. in. Cláudio Novaes Pinto Coelho. *A transformação social em questão: as práticas sociais alternativas durante o regime militar*, tese de doutorado em Sociologia, São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1990, p. 32. Igualmente fora atraído ao palácio o então adolescente, com 13 anos, Alfredo Syrkis, que depois entraria na luta armada.

<sup>115</sup> José Dirceu in. José Dirceu e Vladimir Palmeira. *op. cit.*, p. 13.

<sup>116</sup> Herbert de Souza, o Betinho, cit. in. José Dantas Filho e Francisco Fernando Monteoliva Doratioto. *op. cit.*, p. 79.

<sup>117</sup> Cit. in. João Roberto Martins Filho. “Os estudantes nas ruas, de Goulart a Collor”, *op. cit.*, p. 16

derrubada de Goulart, mas que aspiravam a Presidência da República, gerou insatisfações nas classes médias. Seguidas ações dos governos militares foram implantando definitivamente um regime de exceção, cada vez mais longe do retorno à democracia formal (mas não populista) desejada pela maioria dos civis que participaram das passeatas conservadoras de 1964.

Enquanto a classe média esperava que o golpe garantisse sua participação política, direitos e prerrogativas, assim como o fim da inflação não afetasse seu poder aquisitivo, o regime ia desencantando-a. Também havia um dado inédito: a repressão deixara de ser seletiva, atingindo não apenas a massa dos trabalhadores, mas também indivíduos das classes médias insatisfeitos com o regime. A política econômica dos primeiros governos militares instaurou o arrocho salarial, que não apenas atingia as classes populares, mas ameaçava também os assalariados de classe média.

Há uma significativa presença da classe média intelectualizada nas oposições ao regime militar. Dados da pesquisa “Brasil nunca mais” falam de 4.124 processados durante o regime, sendo 3.698 com ocupação conhecida. Destes, 906 (quase um quarto do total) eram estudantes, 559 eram profissionais liberais com formação superior (16,2%) e 319 professores (8,6%). Do total daqueles processados pelo regime militar por motivos políticos, dos quais se obtiveram informações sobre a escolaridade, 60% tinham curso superior ou estavam cursando-o. Deste modo, pode-se dizer que as oposições ao regime militar, principalmente nos anos 1960, vieram em grande parte das classes médias e, dentre elas, destacadamente as classes médias intelectualizadas. As categorias mais suscetíveis a fazer oposição foram os advogados, os artistas, os jornalistas e os “universitários”. Segundo Tavares e Weis, fazer oposição ao regime militar podia significar várias coisas. De um lado, ações espontâneas e ocasionais de solidariedade a perseguidos pela repressão. De outro, o engajamento em tempo integral na luta armada clandestina. No meio termo, assinar manifestos, participar de assembléias, emprestar a casa para reuniões políticas, guardar ou distribuir panfletos, abrigar militantes, levar à imprensa denúncias de torturas, participar de centros acadêmicos ou associações profissionais etc. Eram ações com riscos pessoais de difícil avaliação, dada uma certa fluidez e indefinição do regime (principalmente até o AI-5). E, na verdade, apenas uma minoria muito restrita fez oposição ao regime em tempo integral.<sup>118</sup>

Como veremos, em 1968, formariam uma espécie de “comunidade de interesses”, ao lado dos estudantes, muitos profissionais liberais, jornalistas, escritores, artistas e religiosos,

também contrários ao regime ou a certos aspectos dele. Eles na verdade já vinham se posicionando desde 1964 contra “excessos” da repressão: “Artigos e colunas nos jornais, filmes e peças de teatro, ‘manifestos à nação’, testemunham um movimento crescente de crítica”.<sup>119</sup>

Em 1968, as insatisfações das classes médias, e não apenas do setor intelectualizado, atingiram o ápice. Estas viram-se representadas principalmente pelo movimento estudantil. É o que podemos concluir não apenas de vários estudos e análises acadêmicas, mas dos relatos dos próprios participantes do movimento e dos textos produzidos pelos “partidos” estudantis. Segundo o líder estudantil de 1968, Vladimir Palmeira: “Nós refletimos todo o caldo de cultura da classe média, que fez o golpe, apoiou o golpe e não encontrou nenhuma solução para os seus problemas. Ela traduzia em nós esse descontentamento”.<sup>120</sup> Para Fernando Gabeira, em 1968, “nascia, progressivamente, um movimento das camadas médias que tinha como vanguarda o setor estudantil”.<sup>121</sup> Para Reis Filhos, “a classe média sentiu-se traída. E sua amargura estimulou a luta e o protesto dos estudantes”.<sup>122</sup> Para Martins Filho, não apenas em 1968, mas antes, entre 1962 e 1964, e depois, em 1977, os estudantes universitários foram “porta-vozes radicais das expectativas das camadas médias brasileiras diante do processo político do país”.<sup>123</sup>

A morte do estudante secundarista Edson Luís, em março de 1968, que deu origem ao movimento de 1968, serviu também para sensibilizar as classes médias contra uma ditadura que estendia a lógica da violência física para além da repressão aos trabalhadores: “Aquele dia trágico ficou marcado por uma frase histórica que todos gritavam: ‘Mataram um estudante, podia ser seu filho’. Era batata. Todo mundo sentiu aquilo realmente como se fosse um caso de família. Edson era um menino de dezesseis anos, um estudante comum... o fato de ser um estudante comum conferia um tom emocional muito peculiar à situação”.<sup>124</sup>

A passeata no dia do enterro de Edson Luís parecia a primeira de uma série de “Marchas com Deus pela Liberdade” em negativo (o ápice seria a Passeata dos 100 Mil). Era, de um certo ponto de vista, uma passeata da classe média insatisfeita, a mesma que anos antes

<sup>118</sup> Maria Hermínia Tavares de Almedia e Luiz Weis. *op. cit.*

<sup>119</sup> Daniel Aarão Reis Filho. “O ano mágico”, *op. cit.*, p. 19.

<sup>120</sup> *Cit. in.* Zuenir Ventura. *op. cit.*, p. 66.

<sup>121</sup> *Cit. in.* Cláudio Novaes Pinto Coelho. *op. cit.*, p. 46.

<sup>122</sup> Daniel Aarão Reis Filho. “O ano mágico”, *op. cit.*, p. 12.

<sup>123</sup> João Roberto Martins Filho. “Os estudantes nas ruas, de Goulart a Collor”, *op. cit.*, p. 14.

<sup>124</sup> Vladimir Palmeira, José Dirceu e Vladimir Palmeira. *op. cit.*, p. 85-6.



pedira a queda da democracia populista: “Mais tarde o Nelson Rodrigues disse que não viu um só negro na multidão e, apesar do exagero, tinha razão. Realmente foi uma manifestação popular com pouca presença do que a gente chama a massa de trabalhadores, mas que cobriu a Cinelândia inteira”.<sup>125</sup>

Nos próprios anos 1960, como já foi dito, o tema das relações entre movimento estudantil e classes médias foi muito importante. Destacam-se os estudos de Marialice Foracchi sobre os universitários. As teses de Foracchi assimilam as duas concepções existentes então sobre a classe média: a pequena burguesia reformista e as novas classes médias. Ao tratar dos estudantes universitários, Foracchi mostra que o ensino superior era tido pelos pais das famílias de classe média como a principal alavanca para a ascensão social de seus filhos. Nesta inter-relação de expectativas, interesses, insatisfações e desencantamento, surgiam as motivações de fundo para os movimentos estudantis. No Brasil, como em vários outros países do mundo, as classes médias ascendem às universidades no início dos anos 1960. As universidades deixam de ser “privilegio quase exclusivo das camadas superiores e tradicionais que se apoiariam em valores educacionais para fazer face à derrocada econômica”. Em seu lugar, surgem as classes médias: “As camadas superiores e tradicionais estão cedendo lugar, na Universidade, à crescente predominância dos estratos médios que, estes sim, utilizam-se de expedientes educacionais para dar seqüência a um projeto de ascensão social”.<sup>126</sup> O ensino superior como aquisição de *status* social também muda seu sentido: tem caráter menos ostentatório e torna-se mais profissionalizante. E era justamente nas escolas profissionais que se concentravam os estudantes dos estratos médios (como Odontologia, Economia, Medicina e Arquitetura). No projeto de ascensão social, os universitários de classe média dificilmente eram explícitos no tocante ao desejo de enriquecimento pessoal. Era mais presente em seus relatos, retoricamente ao menos, o desejo de serem úteis ao país, assim trazendo embutido em suas práticas sociais os valores nacionalistas e desenvolvimentistas. Há ainda a questão de que parte importante deles dependiam economicamente dos pais – ou seja, viam-se como encargo financeiro para a família, família que se dispunha a realizar sacrifícios em prol do filho universitário. No Brasil, nos anos 1960, a condição universitária é vista cada vez mais como um investimento para o futuro e uma responsabilidade: “Uma camada está emergindo socialmente,

<sup>125</sup> *Ibid.*, p. 86-7.

<sup>126</sup> Marialice M. Foracchi. “Frustrações dos jovens e orientação do protesto estudantil”, in: Florestan Fernandes (org.) *Comunidade e sociedade no Brasil leituras básicas de introdução ao estudo macro-sociológico do Brasil*, São Paulo: Cia. Editora Nacional e Editora da Universidade de São Paulo, s.d., pp. 558-571, texto de 1967, p. 559.

trazendo novas exigências, descobrindo novas soluções e desencadeando situações que põem à prova a flexibilidade de decisões e a resistência das camadas tradicionais”. As classes médias “assenhoram-se dos mecanismos tradicionais de atribuição de *status*”, como a universidade, em busca de ascensão social, forçando a uma abertura do sistema sócio-econômico.<sup>127</sup> Florestan Fernandes também atestou esta conclusão: “As categorias sociais que emergiam na cena histórica como forças renovadoras – especialmente as classes médias – ampararam-se nessas tendências (de democratização) para aumentar sua participação efetiva na estrutura de poder e para destruir as antigas formas de acomodação das ‘escolas superiores’ aos interesses sociais e aos valores culturais das velhas elites”.<sup>128</sup>

No choque entre aspirações de profissionalização e as limitações encontradas pelos estudantes nas universidades e, na verdade, na própria estrutura ocupacional da sociedade, emana a principal reivindicação estudantil até 1964: a reforma universitária. As escolas de ensino superior enfrentavam grandes dificuldades para se adaptar ao crescimento quantitativo de alunos – emergindo daí reclamações sobre instalações precárias – e mantinham estilo pedagógico ultrapassado – gerando reclamações sobre falta de aparelhamento técnico, científico e didático e sobre a falta da dimensão prática no ensino. Quando o filho da classe média adentra a universidade, depois de um difícil processo de seleção, começa não só a frustração acima narrada, mas também a percepção de que “a estrutura ocupacional existente não é suficientemente flexível, nem diversificada para absorvê-lo e remunerá-lo como profissional competente”. A “saturação e a rigidez da estrutura ocupacional” somada à “impotência da estrutura universitária” geram entre os estudantes a visão de uma universidade subtilizada e que abdica de “suas funções sociais inovadoras”.<sup>129</sup>

Para Foracchi, a ação radical estudantil contém muito do “empenho das camadas em ascensão de forçarem a ‘abertura’ do sistema às suas aspirações de mobilidade”.<sup>130</sup> O comportamento político dos estudantes no Brasil são um “produto ‘revolucionário’ da frustração das aspirações das classes médias” e uma “polarização ‘revolucionária’ da consciência pequeno-burguesa”. A classe média, segundo Foracchi, não possuía a capacidade real para a transformação social e econômica profunda, mas se acreditava portadora desta capacidade, apostando para tanto no “mito da educação” (a educação como forma de ascensão

<sup>127</sup> *Ibid.*, p. 562.

<sup>128</sup> Florestan Fernandes. “O problema da universidade”, in *A universidade brasileira: reforma ou revolução?*, São Paulo: Alfa-Omega, Biblioteca Alfa-Omega de Ciências Sociais, vol. 3, 1975, cap. 1, pp. 25-31, artigo de 1965.

<sup>129</sup> Marialice M. Foracchi. “Frustrações dos jovens e orientação do protesto estudantil”, *op. cit.*, p. 566.

social). Mas o mito da educação encontra a frustração – e a frustração das classes médias tem melhor se expresso pelo movimento estudantil. O jovem para a classe média era ao mesmo tempo esperança e investimento social da família na busca da ascensão social – base que alimenta o mito da educação. Esperava-se do estudante um comportamento de “renúncia”, dedicando-se sobremaneira aos estudos, assim realizando as perspectivas de ascensão social desejada pela família. Mas nem sempre eram estas as reações, como a “rebeldia sem causa” e a tradicional rebeldia tutelada do movimento estudantil (a dependência do movimento estudantil a populismos como o de Jango).<sup>131</sup> Sobre o movimento estudantil atrelado ao populismo e à luta reivindicatória da Reforma Universitária, afirma Foracchi:

“A *práxis* estudantil seria... a expressão radical da *práxis* pequeno burguesa e sua relativa impotência.... Os limites do projeto de transformação da sociedade contidos na luta pela Reforma Universitária confundem-se com os interesses que a pequena burguesia, conscientemente ou não, defende na sociedade brasileira. Esses limites são traçados pela força das pressões que ela sofre, por um lado, das camadas tradicionais e, por outro, pela debilidade de suas identificações com o proletariado urbano”.<sup>132</sup>

A própria UNE, em 1967, tiraria conclusão semelhante à Foracchi, na Carta Política aprovada em seu 29º Congresso. A Carta criticava a visão predominante na UNE antes do golpe de 64: “Segundo as correntes políticas reformistas, a UNE depositava suas esperanças de transformação social do país nas mãos de uma ‘burguesia nacional progressista’”. A UNE também era “reboquista”, preferia os contatos “de cúpula” em vez da aproximação com as bases e com setores populares e ignorava a necessidade da organização das massas. A causa teria uma “origem de classe”: “Pela sua própria origem de classe, o movimento estudantil não se liberta facilmente dessa tutela ideológica”, desta “presença e o domínio da burguesia nos movimentos de massa – e portanto no movimento estudantil”.<sup>133</sup>

Pouco antes de março de 1968, na verdade, o movimento estudantil havia se reiniciado em torno de uma questão que há anos afligia as universidades – a questão dos excedentes, ou seja, dos estudantes aprovados com a nota mínima nos vestibulares mas que não conseguiram

<sup>130</sup> *Ibid.*, p. 567.

<sup>131</sup> Marialice Mencarini Foracchi. “A juventude e a realidade social”, in: *A participação social dos excluídos*, São Paulo: Hucitec, 1982, p. 33. (Texto publicado originalmente em *Documentos*, n. 3, Centro Acadêmico Visconde de Cairu da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo, 1968).

<sup>132</sup> Marialice Mencarini Foracchi. “Aspectos da vida universitária na sociedade brasileira”, in: *A participação social dos excluídos*, *op. cit.*, p. 40. (Publicado originalmente na *Revista Civilização Brasileira*, em setembro/dezembro de 1968).

<sup>133</sup> “Carta Política da UNE, aprovada no XXIX Congresso em julho de 1967”, *op. cit.*, p. 19.

vaga. No final de 1967 e no início de 1968, segundo José Dirceu, o movimento estudantil reorganizava-se em torno desta questão, nitidamente relacionada com as expectativas de ascensão social das classes médias: “As universidades não tinham vaga para todos e essa incapacidade gerou uma forte crise. Aquela massa de gente – cada vez maior, porque o problema afetava milhares de famílias – começou a denunciar com firmeza a política educacional... Essa luta capitalizou a falta de perspectivas que a classe média sentia em relação ao regime”.<sup>134</sup> Moreira Alves também descreve que, em 1968,

“as primeiras manifestações de protesto foram feitas em busca de uma melhor inserção no mercado de trabalho do país hipercapitalista... O que a maioria dos estudantes reivindicava quando começou a ocupar o pátio do Ministério da Educação, no centro do Rio, em fevereiro, era um pedaço maior do bolo. Sabia que esse pedaço só estaria ao alcance das mãos se conseguisse vaga em alguma faculdade”.<sup>135</sup>

Muitos relatos e opiniões apontam outros limites de classe emprestados pelas camadas médias aos movimentos de seus filhos, como o refúgio na vida privada diante do medo sentido pela ameaça de repressão: “Mesmo não constituindo uma classe social, os estudantes pertenciam a uma. À noite (depois das manifestações e passeatas), voltavam para casa, comiam segundo uma classe, divertiam-se segundo esta classe”. Vários estudantes relatam que, com o AI-5, temeram continuar participando do movimento: “Eu tinha medo. As pessoas desapareciam das reuniões, havia agentes infiltrados em toda a parte. Para mim, foi o fim. Eu apenas queria me formar e ir para um lugar onde a tensão não existisse”.<sup>136</sup>

Os próprios militantes do movimento estudantil, como já vimos, sempre refletiram sobre as heranças de classe média presentes em seu meio. O “Programa para o movimento estudantil”, mimeografado em Curitiba em outubro de 1968, um documento que propõe algo próximo do uso sistemático da violência e até da luta armada, começa pensando sobre a condição social do universitário. Atesta que grande parte dos universitários vinham das classes médias. Mas procura demonstrar que existiam condições de exploração e de dificuldades mesmo para os estudantes destas camadas (muitos trabalhavam e estudavam ao mesmo tempo, não tinham total independência econômica etc.). Ocupavam os estudantes, assim, uma posição “específica” dentro das classes médias, mas ainda mantinham a perspectiva de ascensão social e fortes laços, econômicos e ideológicos, com suas famílias. O documento passa então à análise

<sup>134</sup> José Dirceu e Vladimir Palmeira. *op. cit.*, p. 89.

<sup>135</sup> Márcio Moreira Alves. *op. cit.*

da “pequena burguesia” e sua posição no quadro das lutas do “povo brasileiro”: comportamento político contraditório e vacilante, sem perspectiva própria em relação à sociedade – progressista em situações de crise, conservadora nos bons momentos do capitalismo. Nos dias que corriam, no Brasil, estava tal classe pequeno burguesa em descenso – com o esmagamento da pequena empresa, o menor mercado de trabalho e a educação encarecida, graças aos dois grandes inimigos, o latifúndio e o imperialismo. Tornava-se necessário, então, derrubar tais inimigos e seu serviçal, a ditadura. Isto se faria com a aliança dos operários, camponeses e camadas médias para a instauração de um governo popular revolucionário. É que a pequena burguesia não conteria, em si, a possibilidade de criar uma visão estratégica para superar a crise mas, dado a situação de crise, ela tornou-se contestadora e podia assumir a “saída estratégica” proposta pelas classes “fundamentais” da revolução (o proletariado e o campesinato).

O artigo “Revolução. Nós vamos tomar o poder?” no Jornal da UEE de São Paulo, em julho de 1968, também faz interessantes reflexões de “classe” sobre o papel político do movimento estudantil. São análises bem fundamentadas sobre o “papel” da juventude de classe média, ainda que mais ortodoxas em relação a outras feitas então na Alemanha e Estados Unidos. A questão que dá título ao artigo começa a ser respondida com a evocação, primeiro, da origem social dos estudantes – 70% viriam das chamadas camadas médias, ou seja, “os filhos dos profissionais liberais, dos pequenos proprietários, dos bancários, funcionários públicos. Que trazem para a universidade o pensamento e as aspirações da sua camada de origem”, fundamentalmente, portanto, o desejo de ascensão social, “aproximar-se dos ricos, ‘vencer na vida’”. Tal classe não contesta o sistema portanto, “antes, o defende”. Mas a classe média também teria sido atingida pelo processo de “pauperização” perpetrado pelo regime às classes trabalhadores, em destaque o arrocho, que também estaria atingindo setores assalariados das classes médias. Ao mesmo tempo, estas classes estimulavam a entrada de seus filhos na universidade. Seria, talvez, a única forma que restava para se conquistar a almejada “ascensão”. Mas, “chegando à universidade, o jovem percebe que suas expectativas de ascensão não são também atendidas”, dado o arcaísmo da universidade e a redução do mercado de trabalho. E este encontra, dentro da universidade, com “um movimento mais ou menos organizado lutando dentro das escolas e nas ruas: o movimento estudantil”. A luta dos estudantes, inicialmente, era vista por eles como uma forma de resolver as dificuldades que os

<sup>136</sup> Ana Luísa Astez *et. al.* “Paixão, elo frágil da Revolução”, in: Cremilda Medina (coord.), *op. cit.*, p. 39 e 40.

impediam de ter boas condições de ensino, que impediam a ascensão. Mas, ao mesmo tempo, seria possível que eles começassem a “compreender a vinculação política que essa luta tem com o resto do sistema”. Trata-se do processo de politização e de percepção da necessidade da “mudança estrutural da sociedade”.<sup>137</sup>

Assim, os próprios militantes percebiam que o movimento estudantil poderia romper os limites da classe de origem da massa universitária. Também Foracchi percebeu tendências e práticas que poderiam levar os estudantes para além dos dilemas da classe média, conseguindo firmar posições e propostas para além da Reforma Universitária e desejos latentes de ascensão social. Foracchi faz esta conclusão já em 1968, quando percebe um movimento estudantil que se livrou da posição tutelada de outrora, que se tornara autônomo, mas, em sua opinião, se encaminhava para o isolamento.<sup>138</sup>

A conjuntura sócio-econômica das classes médias após 1968, por outro lado, ajuda a explicar (ainda que não dê conta totalmente) porque as massas estudantis desmobilizaram-se após o AI-5. Para Alfredo Sirkis a geração de 1968 se “trifurcou” após o AI-5: parte foi para a clandestinidade da luta armada, enquanto uma segunda parte

“resolveu ir fundo na questão da contracultura, procurando criar um universo à parte, em que fosse possível viver: foram as comunidades rurais, o uso de drogas, sobretudo das alucinógenas, como o LSD... Foram as pessoas que se tornaram *hippies*. E houve um terceiro segmento daquela geração, que acabou rapidamente se integrando àquilo que o sistema oferecia. Porque ao mesmo tempo que vivíamos sob uma ditadura sanguinária, paradoxalmente, para a classe média intelectualizada, preparada profissionalmente, havia alternativas fantásticas de emprego e ascensão profissional”.<sup>139</sup>

1968 é ao mesmo tempo o ano em que começava o “milagre” econômico. Logo iria ficar claro, para as classes médias, que aumentavam muito as ofertas de emprego e as grandes oportunidades de investimento, de modo que o arrocho ia se tornando uma realidade limitada aos funcionários públicos pouco qualificados e aos operários.<sup>140</sup> Para grande parte das classes médias, ainda que momentaneamente, não parecia mais ser necessário exigir maiores reformas sociais, pois o “milagre” tornava mais próximo da realidade seus projetos de ascensão social. Findava-se uma fase de insatisfações gerais e de desencanto com o sistema sócio-econômico.

<sup>137</sup> “Revolução. Nós vamos tomar o poder?”, *Jornal da UEE*, UEE de São Paulo, julho de 1968.

<sup>138</sup> Marialice Mencarini Foracchi. “Aspectos da vida universitária na sociedade brasileira”, *op. cit.*, p. 47.

<sup>139</sup> Alfredo Sirkis. “Os paradoxos de 1968”, in: Marco Aurélio Garcia e Maria Alice Vieira (orgs.). *op. cit.*, pp. 111-116, p. 112.

O regime político, que se tornava francamente autoritário, tornava-se tolerável, ao menos enquanto durasse a fase do crescimento econômico. Neste momento, as condições de classe não apenas atuaram como limites para a ação “revolucionária” do movimento estudantil, conclusão que invariavelmente os documentos dos “partidos” estudantis apontavam, como colaboraram mesmo para a derrota do movimento de 1968. Mas, acreditar que esta constatação esgote o assunto seria fazer uso excessivo da explicação classista. Apenas alguns aspectos da onda “nacional” estudantil de 1968 são descritas com a análise da “classe social” a que pertenciam seus participantes – outras particularidades necessitam ainda ser levadas em conta.

### Universidade

Os dados gerais sobre os cursos superiores nos anos 1960 nos informam, ao mesmo tempo, a pequenez relativa da categoria universitária e seu crescimento acelerado durante toda a década. Crescimento que atingiria o auge nas décadas seguintes, demonstrando que a “democratização” da universidade nos anos 1960 era apenas o início de um processo de multiplicação das vagas e proliferação de cursos superiores. A questão universitária nos anos 1960, neste sentido, poderia ser interpretada como um interstício entre a universidade elitista e os cursos superiores proliferados, mas de caráter mais técnico. Interstício em que propostas diferenciadas se fizeram ouvir, principalmente por parte dos estudantes, negando o elitismo e exigindo a modernização dos cursos, mas não aceitando necessariamente o tecnicismo estrito, nem a proliferação dos cursos pela ação de particulares. Também, na questão da universidade, temos um dos principais pontos de contato do movimento estudantil brasileiro com seu próprio passado – a Reforma Universitária durante a democracia populista – e com os demais movimentos da onda mundial de revoltas – destacando o momento em que a Polop traz para São Paulo o debate sobre a “universidade crítica”.

Em 1968, os universitários eram cerca de 0,5% da população do país.<sup>141</sup> Ou seja, somente um em cada 500 brasileiros estava matriculado em um curso superior. Em relação à faixa etária de 20 a 24 anos, este número representava apenas 2% (30 anos depois, seriam 12%).<sup>142</sup> Também os cursos secundários haviam penetrado relativamente pouco na população: dos 90 milhões de brasileiros, apenas 4,5 milhões haviam passado do segundo grau. Ao mesmo tempo, porém, desde a década de 1950 vivíamos um processo de “abertura” da Universidade,

<sup>140</sup> Márcio Moreira Alves. *op. cit.*

<sup>141</sup> Daniel Aarão Reis Filho. “1968, o curto ano de todos os desejos”, *op. cit.*, p. 66.

em destaque aos setores sociais médios, como vimos. As matrículas cresceram à taxa média de 12,5% ao ano – de 27.253 estudantes universitários em 1945, teríamos 107.299 em 1962. Seriam 180 mil universitários em 1966 e 278 mil em 1968.<sup>143</sup> Em 1970, o número de universitários saltaria para 425 mil.<sup>144</sup>

Mas um dos limites da atuação dos militantes dos “partidos” estudantis foi a referência quase que exclusiva às universidades públicas, seguida da defesa estrita do ensino público e gratuito – e, na verdade, até hoje a UNE conserva argumentos semelhantes. Enquanto isto, já nos anos 1960, a participação do Estado no ensino superior estava longe de ser exclusiva e caminhava para deixar de ser predominante. Em 1965, o Estado era responsável por 57% das vagas no ensino superior – porcentagem que, na verdade, estava em queda (era de 61% em 1963), demonstrando a tendência das décadas seguintes.<sup>145</sup>

Nos dois principais momentos do movimento estudantil nos anos 1960, nos últimos anos da democracia populista e em 1968, a questão universitária esteve fortemente presente. Em ambos os momentos, ela se entrelaçava, para os militantes, com a questão da transformação social ampla, com a “revolução”. Mas ambas as questões adquiriram diferentes teores em cada um dos momentos.

No início dos anos 1960, a questão universitária foi a principal questão do movimento estudantil e da UNE – através da luta pela Reforma Universitária. Marialice Foracchi considera o ano de 1960 como uma espécie de ponto de partida para a luta pela Reforma da universidade, através, justamente, do contato da UNE com uma proposta que já era amplamente debatida no resto da América Latina. Em 1960 ocorria o 1º Seminário Latino-americano de Reforma e Democratização do Ensino Superior, realizado na Bahia.<sup>146</sup> Uma série de novos encontros e seminários, debatendo o tema, se daria nos anos seguintes. Mas, enquanto a UNE e as entidades estudantis ingressavam na Campanha da Reforma Universitária, o Congresso Nacional discutia e aprovava em 1961 a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB). A LDB foi integralmente condenada pela UNE, na “Carta da Bahia”, escrita em maio de 1961. Além disto, a Carta da Bahia tocava em pontos básicos que seriam repetidos pelo movimento estudantil nos anos seguintes, misturando populismo, nacionalismo e a retórica da alienação com uma certa defesa do tecnicismo (dado a influência de ideais

<sup>142</sup> Maria Hermínia Tavares de Almedia e Luiz Weis. *op. cit.*

<sup>143</sup> Dados em João Roberto Martins Filho. “Os estudantes nas ruas, de Goulart a Collor”, *op. cit.*, p. 14 e 17.

<sup>144</sup> Maria Hermínia Tavares de Almedia e Luiz Weis. *op. cit.*

<sup>145</sup> Emilia Viotti. “Pensamentos de um Atcon”, *in. Jornal da UEE*, gestão Nova UEE, São Paulo, junho de 1968.



desenvolvimentistas): a universidade brasileira era privilégio de poucos; ela falhava na sua missão cultural ao ser mera importadora de modelos inadequados à nossa realidade; ela falhava na sua missão profissional, não formando profissionais competentes; e falhava na sua missão social, “ao formar profissionais individualistas, mantenedores da ideologia do *status quo*”. A Carta afirma a necessidade de se reformar a universidade juntamente com a reforma da sociedade: “Uma universidade ótima só será possível numa sociedade ótima”.<sup>147</sup> A universidade é caracterizada como

“uma superestrutura de uma sociedade alienada isto é, deformada em sua base econômica, porquanto subdesenvolvida, estratificada quanto à distribuição dos benefícios econômicos e sociais, democrática apenas formalmente... A Universidade é um privilégio. Dentro do processo discriminatório do ensino brasileiro, a Universidade se situa em seu topo”.<sup>148</sup>

Ao repudiar a LDB, a UNE dizia que ela não permitia que a educação fosse uma força transformadora e manteria “muitos aspectos negativos do sistema tradicional e obsoleto do ensino, preservando o seu caráter seletivo e antidemocrático”.<sup>149</sup>

Mas a rejeição pela UNE não impediu que a LDB fosse aprovada. A Lei previa até 27 de junho de 1962 que as Faculdades enviassem seus estatutos reformulados ao Conselho Federal da Educação. A UNE procurou ver contemplado nestes estatutos sua proposta do 1/3, ou seja, a participação de 1/3 dos estudantes nos órgãos colegiados das instituições superiores – como vimos, esta reivindicação acabaria gerando a greve geral dos estudantes em 1962.

Os eventos sobre a Reforma Universitária não se deram apenas por iniciativa da UNE e nem apenas nas capitais do Sudeste. Prova disto é o 2º Seminário Estadual de Reforma Universitária, realizado em 1962 em Natal, Rio Grande do Norte, pelas entidades locais. Houveram painéis e discussões com temas como: “Participação do estudante na administração da universidade”, “Papel da universidade na transformação das estruturas nacionais” e “A Universidade do Rio Grande do Norte na atual conjuntura”. Nos relatórios advindos deste encontro em Natal, várias idéias se repetem: a necessária vinculação entre reforma universitária e o conjunto das reformas de base; a universidade como instituição antidemocrática pelo fato

---

<sup>146</sup> Marilice M. Foracchi. “Frustrações dos jovens e orientação do protesto estudantil”, *op. cit.*

<sup>147</sup> *Cit. in.* Justina Iva de A. Silva. *op. cit.*, p. 146-7.

<sup>148</sup> *Cit. in.* Artur José Poerner. *op. cit.*, p. 191.

<sup>149</sup> *Cit. in.* Justina Iva de A. Silva. *op. cit.*, p. 146-7.6-7.

de excluir as classes trabalhadoras; a unilateralidade do currículo da universidade, “impossibilitando a discussão das várias concepções existentes sobre o homem, a sociedade e a natureza”; a universidade como mantenedora do *status quo*, “um instrumento a serviço da classe dominante”; a alienação presente na origem e na condição atual da universidade, devido à importação de conhecimentos estrangeiros e ao não desenvolvimento das questões nacionais.<sup>150</sup>

Entre os dilemas enfrentados nas discussões sobre a universidade, destaca-se aquele que coloca, frente à frente, o ensino “modernizado” (voltado às novas tecnologias e às novas especializações) e ensino “politizado” (voltado às necessidades sociais). Desde as discussões sobre a Reforma Universitária, no início dos anos 1960, sentimos que seus defensores tentaram, nem sempre com sucesso, conciliar as duas concepções. O próprio Florestan Fernandes, em artigo de 1965, refletindo sobre como o golpe de 1964 afetou os projetos de reforma universitária, defendeu a necessidade de que a “tecnologia moderna e a ciência” não sejam sobrepujados pelo controle ideológico:

“Ora, o técnico não terá domínio eficaz das relações entre meios e fins se não tiver o mínimo de autonomia intelectual e moral que seja requerido pelos critérios funcionais com que opere. Do mesmo modo, não haverá conhecimento científico onde os critérios da descoberta, verificação e comunicação da verdade, impostos pela ciência, sejam substituídos por falsos sucedâneos”.

Ao mesmo tempo, porém, argumenta Florestan, é impossível separar este avanço científico e tecnológico de visões intelectuais radicalmente inovadoras e, “por isso, pretender universidades e sufocar o radicalismo intelectual que elas pressupõem vem a ser o mesmo que destruir o doente pela cura”.<sup>151</sup>

Também dentro do movimento estudantil, que se reorganizava em 1965, percebemos esta tentativa de conciliar tecnicismo e missão social da universidade, como nas palavras do então diretor do DCE da USP, Jorge Fagali Neto: “Nossa preocupação não é somente formar técnicos, cientistas ou artistas, mas que eles tenham uma formação integral, com uma função engajada, uma dimensão social, voltada para o progresso de sua pátria, de liberdade para os homens, de humanização para este mundo de todos os homens”.<sup>152</sup>

<sup>150</sup> *Cit. in. ibid.*, p. 114.

<sup>151</sup> Florestan Fernandes. “O problema da universidade”, *op. cit.*, p. 28-9.

<sup>152</sup> Jorge Fagali Neto. “Apresentação”, *Revista DCE USP Livre*, n. 1, São Paulo, 1965, p. 1.

Mas as políticas universitárias desenvolvidas pelos governos militares pareciam caminhar em sentido inverso ao desejado pelos defensores da Reforma Universitária. O desencontro foi forte já no governo de Castelo Branco quando, em grande parte pela inabilidade do ministro da Educação, Flávio Suplicy de Lacerda, o movimento estudantil pôde ressurgir. Durante 1968, o ministro seria o político gaúcho Tarso Dutra, que nada sabia do assunto. Seria seu ministério que, em 30 de janeiro de 1968, distribuiu uma circular às universidades do país exigindo a elaboração de “fichas ideológicas” de professores e funcionários.<sup>153</sup> Na verdade, em cada Estado, oficiais do Exército, seguindo doutrinas anti-comunistas, supervisionados pela nascente comunidade de informações, cuidavam das políticas estaduais de educação.<sup>154</sup>

No tocante à política universitária, os governos militares nos anos 1960 celebrizaram-se pelos “Acordos MEC-USAID”, assinados entre o Ministério da Educação e Cultura e a *United States Agency for International Development* (Agência Norte-americana para o Desenvolvimento Internacional). Tais acordos foram feitos em junho de 1965 mas, apenas no final de 1966 foram obtidos, na Câmara Federal dos Deputados, melhores informações sobre seu conteúdo. Ainda em 1965, Ana Diniz (secretária geral da UNE) dizia que o acordo significaria o “impedimento total da Universidade brasileira se voltar para a realidade de problemas específicos nacionais”, que ele visava fazer da universidade mera formadora de técnicos sob a perspectiva de um país desenvolvido e criaria uma elite dirigente “comprometida com interesses e cultura norte-americanas”, trazendo “um impedimento cada vez maior para a formação de uma autêntica cultura brasileira”.<sup>155</sup> O ano de 1967, nas discussões estudantis, enfatizaria a crítica a este projeto de cunho neoliberal. Já em março de 1967, a UNE tentou realizar um seminário em Niterói para discutir campanhas contra este acordo – mas as fronteiras do Rio de Janeiro foram fechadas para inviabilizar o encontro.<sup>156</sup>

Os acordos com a USAID haviam sido precedidos, no seu cunho neoliberal, pelo Relatório Atcon, de 1958. Um texto do responsável por este relatório, o professor norte-americano Rudolph Atcon, seria publicado mais tarde pelo MEC, com o título “Rumo à transformação estrutural da Universidade brasileira”. Uma crítica de Emilia Viotti a Atcon seria publicado no jornal da UEE de São Paulo em 1968. Atcon defendia a concepção da

<sup>153</sup> Fernando Perrone, *Relato de guerra: Praga, São Paulo, Paris*, São Paulo: Busca Vida, 1988, p. 149.

<sup>154</sup> Márcio Moreira Alves. *op. cit.*

<sup>155</sup> Ana Diniz, “Análise e perspectivas do movimento universitário”, in. *Revista DCE USP Livre*, n. 1, São Paulo, 1965, pp. 3-13, p. 8.

universidade como uma empresa. A “autonomia” universitária, neste sentido, significava a transformação da universidade em uma Fundação sustentada pelo pagamento dos alunos e pelos acordos com empresas, com a supervisão do governo. Seguindo, ao meu ver, claramente a retórica neoliberal, que então vinha se constituindo, Atcon considera a administração pública inoperante, devendo estar sob um “Conselho de Curadores” o controle das verbas e o maior poder de decisão. O Conselho seria uma espécie de corpo dos “patriarcas” da coletividade, ou seja, grandes capitalistas com projeção “social”, não “política”. Segundo Viotti, o espírito de Atcon já penetrava nos documentos do MEC, que consideravam a educação como um meio de produção para o desenvolvimento econômico, os professores como força de trabalho e os alunos como matéria prima ou como “recursos humanos” a se tomarem, quando formados, mercadorias lançadas no mercado de trabalho.<sup>157</sup>

Já UEE de Minas Gerais, também em 1968, descreveu as quatro características que teria a universidade proposta pelo acordo MEC-USAID: elitização (formação de uma “elite” dirigente, criando ou mantendo novas vagas apenas em cursos que formariam a “mão de obra especializada para as grandes empresas”); tecnicismo (“formação de quadros técnicos não voltados para a pesquisa tecnológica, mas para uma tecnologia operacional”); divisão de custos (entre governo, estudantes e empresas) e militarização (a transmissão dos conceitos de Segurança Nacional e valores de “civismo”). Na análise destes estudantes, várias medidas concretas já haviam sido tomadas neste sentido: o corte de verbas para a educação em 1967, a cobrança das anuidades, a proposta de transformar as universidades em fundações, a reorientação dos problemas de vagas (apenas as unidades com capacidade para realocar e racionalizar recursos deveriam aumentar suas vagas), o desmembramento das faculdades de filosofia, a reestruturação das universidades no espírito de Atcon e do acordo com a USAID (já iniciadas, sob pressão do MEC, na USP, na Pontífice Universidade Católica de São Paulo [PUC-SP] e na Universidade Federal da Bahia [UFBA]).<sup>158</sup>

As missões educacionais que chegavam dos Estados Unidos para a realização dos projetos programados pelo acordo traziam pedagogos medíocres e sem conhecimento algum da realidade brasileira e, até mesmo, “espiões internacionais, recém-chegados da Ásia, África”,

<sup>156</sup> Margarida Luiza de Matos Vieira. *op. cit.*

<sup>157</sup> Emilia Viotti. *op. cit.*

<sup>158</sup> “Política educacional”, in. *Perspectiva*, União Estadual dos Estudantes de Minas Gerais, mimeo, Belo Horizonte, n. II, 1968.

segundo Poerner.<sup>159</sup> O paradoxo da interferência da agência norte-americana nos assuntos educacionais brasileiros atingiria o auge em 26 de abril de 1967, quando o Ministro da Educação, Tarso Dutra, diante da Comissão de Educação da Câmara dos Deputados, declarou que ainda não tinha lido os acordos com a USAID: “Não, não li, mas quando ler, se for nocivo ao interesse nacional, eu modifico”.<sup>160</sup> Dias depois o ministro se penitenciou dizendo que decidira manter o acordo definitivamente e que não se importava com a repercussão de seu ato no movimento estudantil.

Além do tema da Reforma Universitária e da denúncia dos acordos MEC-USAID, outra questão, ainda mais imediata, foi muito importante para mobilizar os estudantes na segunda metade dos anos 1960. Foi a questão dos excedentes. Os “excedentes” eram os “estudantes aprovados com nota acima de 5,0 no concurso para a universidade e que ficavam fora dela por ausência de vaga (33,3% do total de estudantes aprovados, em 1962, para 58,3% em 1968)”.<sup>161</sup> Os excedentes se transformaram num problema cada vez maior no final dos anos 1960.. Entre 1964 e 1968, o número de vestibulandos aumentou 120%, enquanto o número de vagas aumentou apenas 56% – em 1968, eram 125 mil os candidatos aprovados que não conseguiram vagas.<sup>162</sup>

No início de 1968, estes estudantes “excedentes”, considerados intelectualmente capacitados para um curso superior, mas sem vaga, engrossavam os protestos estudantis que se dirigiam aos pátios do Ministério da Educação, das Secretarias de Educação ou das faculdades para pedir mais vagas – sendo, muitas vezes, reprimidos pela polícia. Surgia uma questão capaz de mobilizar a classe média, defensora das possibilidades abertas para a “ascensão social” e que facilmente era sensibilizada com *slogans* como: “Fomos aprovados; queremos estudar”.<sup>163</sup> A questão dos excedentes foi mais um dos temas que permitiu certa unidade ao movimento estudantil de 1968, mesmo onde os protestos foram menos radicais, como em Alagoas, onde os excedentes do curso de Medicina compareceram à aula inaugural da UFAL (Universidade Federal de Alagoas) em 4 de março de 1968 com faixas e cartazes dizendo: “O Brasil é um

<sup>159</sup> Artur José Poerner. *op. cit.*, p. 23.

<sup>160</sup> *Jornal do Brasil*, em 30/04/1967, *cit. in.* Artur José Poerner. *op. cit.*, p. 247.

<sup>161</sup> João Roberto Martins Filho. “Os estudantes nas ruas, de Goulart a Collor”, *op. cit.*, p. 17.

<sup>162</sup> Márcio Moreira Alves. *op. cit.*, p. 117-8).

<sup>163</sup> José Dirceu e Vladimir Plameira. *op. cit.*, p. 89.

hospital cheio de doentes sem médicos”; “A mocidade é o futuro do país, juventude ignorante é o país sem futuro”; “Condene-me se estudar for um crime”.<sup>164</sup>

O problema dos excedentes só seria “resolvido” em 1970, quando o regime militar instituiu o vestibular unificado e classificatório. Deixava de haver formalmente a figura do “excedente”, o que não significava que todos os postulantes ao ensino superior, mesmo capacitados, tenham conseguido vagas.<sup>165</sup>

Em 1968, a questão universitária continuaria sendo um dos temas principais. Mas o contexto interno da própria universidade havia se transformado bastante, pelo menos nas unidades de ensino superior em que o movimento estudantil mais se desenvolveu. Por um lado, criara-se um ambiente de politização (de esquerda) entre os estudantes, ao meu ver, ainda mais forte que no início dos anos 1960 – quando já era comum se ouvir dos estudantes frases como: “Na Universidade descobri atividade política, coisa de que eu não tinha a menor idéia quando entrei para a Faculdade”.<sup>166</sup> Por outro lado, as idéias “de esquerda” predominantes entre os militantes estudantis estavam menos atreladas às ideologias populistas e desenvolvimentistas do início da década. É claro que tais ideários não haviam desaparecido mas, junto ao nacionalismo, haviam se deslocado para a defesa de propostas mais radicais de ação política. O tema da luta armada, da guerrilha, da intervenção violenta das massas etc. deixara de ser algo secundário e retórico – tornara-se o tema principal e já se tornava uma prática real de alguns grupos armados. Segundo Bento Prado Jr., professor na Faculdade de Filosofia da USP em 1968:

“Nossos cursos na universidade tornaram-se, muitas vezes, verdadeiras assembléias. Havia muita inocência política, a ilusão de que se poderia fazer frente ao aparato de Estado. No projeto de construir uma ‘universidade crítica’, julgava-se que a universidade era um campo importante da luta política imediata, cujo limite era dado pelo enfrentamento militar do Estado. Hoje é muito fácil identificar, retrospectivamente, o equívoco. Mas na ocasião não se via muita saída. Na época não era objetivamente possível identificar nossa cegueira”.<sup>167</sup>

<sup>164</sup> Cit. in. José Alberto Saldanha de Oliveira. “O movimento estudantil em Alagoas: uma abordagem e algumas reflexões”, in. José Roberto Martins Filho (org.). op. cit., pp. 145-166, p. 149.

<sup>165</sup> Ibid.

<sup>166</sup> Relato de um estudante à pesquisa de Marialice M. Foracchi. O estudante e a transformação da sociedade brasileira, op. cit., p. 223.

<sup>167</sup> Entrevista com Bento Prado Jr., in. “Regras de um método filosófico”, Folha de S. Paulo, Caderno Mais, 25/06/2000, p. 10-11.

Para compreender a transformação da questão da universidade de 1968, em comparação com o início da década, deve-se levar em conta esta nova dimensão da politização dentro das faculdades, ao menos entre os militantes dos “partidos” estudantis. Os documentos estudantis deixavam de considerar a educação como o principal instrumento de transformação social, afastando-se do que Foracchi considerava como a concepção da classe média sobre o papel da universidade. A questão da universidade submette-se às questões das lutas populares contra o regime militar e o imperialismo norte-americano. Ainda assim, haverão duas versões: a AP, defendendo a “luta de massas”, considerava inócua as lutas específicas em torno de reivindicações estudantis, posição defendida pelas Dissidências, que consideravam que cada categoria social devia realizar sua própria luta rumo à revolução que iria, enfim, congregiar todas as lutas. Mesmo assim, ambas as posições concebiam uma universidade nova e ideal – a ser construída, segundo a AP, depois da revolução ou, segundo os dissidentes, durante a luta, aproveitando-se das brechas do sistema.

Acontecimentos no movimento estudantil em São Paulo e Rio de Janeiro comprovam a importância da questão universitária em 1968. Tal debate, segundo diversos relatos, teria sido mais forte em São Paulo. Mas um acontecimento na capital carioca, em 20 de junho, ilustra muito bem a *praxis* estudantil sobre o tema. Neste dia, havia sido programada uma manifestação na reitoria da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) em prol de mais verbas para o ensino superior e reformas curriculares. Após enfrentar por várias vezes a resistência do MEC, o movimento carioca lutaria agora, segundo seu líder Vladimir Palmeira, contra

“uma grande resistência por parte dos professores e da estrutura envelhecida da universidade... Para forçar um debate com o Conselho Universitário, marcamos uma assembléia estudantil na reitoria, à mesma hora em que se daria uma reunião deles... Os estudantes iam entrar em choque com aquele que estava diretamente diante deles, na sala de aula, como opressor. Estariam pondo em risco o seu ano letivo”.<sup>168</sup>

Segundo Vladimir, a estrutura universitária “era uma velharia com postos vitalícios... Ela não estava adaptada talvez nem ao século, quanto mais à década. Queríamos quebrar a dominação dos catedráticos e arejar a universidade”.<sup>169</sup> Primeiro, convidaram os professores a descer para dialogar com os cerca de 1500 alunos reunidos em assembléia no Teatro de Arena.

<sup>168</sup> Vladimir Palmeira *Cit. In.* José Dirceu e Vladimir Palmeira. *op. cit.*, p. 113 e 115.

<sup>169</sup> *Cit. In.* Zuenir Ventura. *op. cit.*, p. 62.

Depois de esperar em vão por muito tempo, os estudantes arrebentaram as portas e invadiram o Conselho. Enquanto pressionavam os professores para irem à Assembléia, um professor sugeria que eles enviassem um “um ofício requerendo diálogo” na secretaria da reitoria para marcar uma data para o encontro – estudantes e professores representavam neste drama, cada qual, os papéis de impetuosos e de formalistas. Para Vladimir, apesar de certo constrangimento exercido contra os professores do Conselho, mas sem ameaça alguma de violência, a ação “representava a quebra de uma autoridade formal absolutamente opressiva”. Professores e estudantes passaram horas debatendo os problemas, discutindo e aprovando uma série de resoluções que nunca se fizeram cumprir, como “o aumento da participação estudantil na gestão da universidade e uma reunião mensal do Conselho com os estudantes, representados pelos presidentes de diretório”.<sup>170</sup> Como retomaremos, encerrada a Assembléia, o local seria cercado pela polícia que acabaria cometendo uma série de brutalidades contra os estudantes.

Em São Paulo, ainda mais que no Rio, segundo José Dirceu, foi muito importante o debate sobre a reforma universitária em 1968. A Polop havia trazido da França um debate sobre a Universidade Crítica.<sup>171</sup> Muitos eventos sobre a questão universitária foram realizados, principalmente na Faculdade de Filosofia da USP, ocupada pelos estudantes. Entre os eventos programados, houve a “Semana de Análise da Política Educacional do Governo”, organizada pela UEE de São Paulo, de 3 a 10 de junho de 1968, com palestras e debates no auditório da Fundação Getúlio Vargas. Entre os palestrantes, críticos da política educacional, como Octavio Ianni e Emilia Viotti, e favoráveis, como Rui Leme.<sup>172</sup> Destacaram-se, na USP, a formação de Comissões Paritárias, reunindo alunos e professores, discutindo e aprovando medidas para a reestruturação de diversos cursos. A PUC-SP também formaria comissões semelhantes. Para José Dirceu, o movimento estudantil de São Paulo esboçou uma revolução que também poderia ser educacional, que poderia ter criado um outro modelo de universidade para o país.<sup>173</sup>

Não apenas em São Paulo e Rio a questão universitária foi importante. Documentos comprovam a preocupação com o tema em diversos outros Estados. Em Curitiba, após os estudantes invadirem a reitoria da Universidade Federal do Paraná, em 14 de maio de 1968, publicaram um panfleto:

<sup>170</sup> Vladimir Palmeira José Dirceu e Vladimir Palmeira. *op. cit.*, p. 113 e 115.

<sup>171</sup> José Dirceu *Cit. In.* José Dirceu e Vladimir Palmeira. *op. cit.*

<sup>172</sup> *Grêmio Informa*, Grêmio da Faculdade de Filosofia da USP, maio de 1968.

<sup>173</sup> José Dirceu *Cit. In.* José Dirceu e Vladimir Palmeira. *op. cit.*



“Alcançou repercussão nacional o espetacular movimento organizado pelos universitários paranaenses, quando tomaram de assalto a reitoria, órgão que representa o poder que quer a transformação do ensino em mercadoria comercial e as universidades em Sociedades Anônimas, que visam o lucro e a dominação. Foi a primeira vez que, neste estado, os estudantes deram PROVAS de sua grande capacidade de luta, pois organizados e lutando por uma causa *justa e comum*, deram um duro golpe na política educacional do governo, fazendo valer sua posição”.<sup>174</sup>

As várias entidades e os “partidos” estudantis convergiram nos seus diagnósticos sobre a situação da universidade e sobre a política educacional do regime. Quase sempre repetiam as críticas já indicadas sobre os acordos MEC-USAID: contra o elitismo, o tecnicismo, a privatização, o militarismo e a dependência às necessidades do capitalismo subdesenvolvido e do imperialismo. Um documento estudantil paranaense caracteriza a universidade brasileira como um “conglomerado de escolas de caráter profissionalista, unidas... em uma universidade elitista, federativa, profissionalista..., estancada, duplicativa, burocrática”. Também afirma que a ditadura preocupava-se com a universidade e elaborara um projeto, em acordo com a USAID, que desejava adequar a universidade aos imperativos ideológicos e à estrutura profissional que ajudariam a manter o Brasil como uma sociedade capitalista subdesenvolvida.<sup>175</sup>

Já o estudante Jean Marc, pertencente a AP, retoma o dilema tecnocracia *versus* politização da universidade. Primeiro, parece reconhecer a necessidade de reformas nas estruturas arcaicas do ensino superior:

“A universidade de hoje é ainda voltada para o ensino acadêmico, desligada do desenvolvimento da sociedade. Permanece até hoje a universidade bacharelesca criada no século passado, voltada quase que totalmente para o fornecimento de diplomas aos filhos dos grandes latifundiários, sem nenhum incentivo para a pesquisa e a técnica, fechada à toda modernização dos currículos”.<sup>176</sup>

Para ele, nem mesmo os interesses do imperialismo no Brasil eram atendidos por esta universidade arcaica, de modo que o imperialismo, através do acordo MEC-USAID, tentava

<sup>174</sup> Informe da União Paranaense de Estudantes, maio de 1968, *cit. in.* Rafael Rosa Hagemeyer. “1968: ano da derrubada do ensino pago no Paraná”, *in.* José Roberto Martins Filho (org.) *op. cit.*, pp. 95-128, p. 121.

<sup>175</sup> “Programa para o movimento estudantil”, *mimeo*, Curitiba, outubro de 1968, p. 4.

<sup>176</sup> Jean Marc *et. al.* “O povo na luta derrota a ditadura e expulsa o imperialismo”, 1968, p. 12.

fazer da universidade uma formadora de técnicos para as indústrias de bens de consumo que se instalavam nos países subdesenvolvidos.<sup>177</sup>

A UEE de Minas Gerais repete os argumentos de Jean Marc: “Hoje, a universidade arcaica continua a ser predominante no quadro educacional brasileiro. A própria ditadura reconhece isso... O movimento estudantil continua a lutar contra essa estrutura arcaica da Universidade, pela melhoria das condições de ensino, por melhores currículos e professores, por participação estudantil nas decisões sobre a vida universitária”.<sup>178</sup> E, assim como Jean Marc, afirma que o movimento estudantil deveria combater também o projeto de reforma universitária do regime militar. Regime este que buscava atender melhor as exigências da “fase do capitalismo monopolista e imperialista”. Portanto

“a estrutura educacional não poderia ficar à margem dessa mudança global. É urgente para o governo que o ensino seja adequado às necessidades do grande capital, das grandes empresas do imperialismo. A universidade arcaica ‘forma’ bacharéis. A Universidade moderna deve formar técnicos, segundo prioridades estabelecidas não face às necessidades do povo, mas para, de acordo com os textos oficiais, ‘voltar a universidade para o desenvolvimento, racionalizar as estruturas...’ e ‘tomar o investimento educacional rentável em termos econômicos’”.<sup>179</sup>

A UEE de São Paulo, dominada pela Dissidência, fazia um diagnóstico idêntico aos dos dois documentos acima:

“Analisando a situação da Universidade brasileira deparamos dois pontos principais:

- a situação caótica da mesma: ausência de corpo docente, currículos ridículos, falta de condições e instalações materiais para o estudo e a pesquisa, além da falta de verbas e anuidades altíssimas.
- a alternativa proposta pelo governo...: (que visa tornar as Universidades em fundações privadas, com ensino pago e com) currículo adaptado às necessidades das indústrias e do desenvolvimento econômico capitalista)”.<sup>180</sup>

<sup>177</sup> *Ibid.*

<sup>178</sup> “Política educacional”, in *Perspectiva, mimeo*, União Estadual dos Estudantes de Minas Gerais, n. II, Belo Horizonte, 1968, pp. 2-3.

<sup>179</sup> *Ibid.*

<sup>180</sup> “Política Educacional do Governo”, in *Jornal da UEE*, São Paulo, União Estadual dos Estudantes de São Paulo, gestão Nova UEE, junho de 1968.

Um documento preparatório ao 30º Congresso da UNE, a favor das “lutas específicas” defendidas pelas Dissidências, afirma que o neocolonialismo pretendia “formar mão de obra especializada para as empresas monopolistas e a doutrinação ideológica”.<sup>181</sup>

Em maio de 1968, durante o Conselho dos diretores da UNE na Bahia, a posição majoritária seria a tese da “luta específica”, também conhecida como “2ª posição” (em resposta à “1ª posição”, ou a “linha de massas”, defendida pela AP e o presidente da UNE, Luís Travassos). Ambas as posições pareciam concordar com a necessidade do emprego da violência nas lutas contra o regime militar, e muitos militantes em ambas as posições cada vez mais defenderiam a tese da luta armada. O ponto de divergência era a questão das lutas pelas reformas no ensino, se bem que a diferença ideológica muitas vezes disfarçava disputas por poder e influência dentro da UNE e do movimento estudantil.

Um dos documentos que expressou a posição da maioria no Conselho da Bahia da UNE, em maio de 68, afirmava que a luta específica proposta por esta posição via como um dado muito positivo a “contestação” ativa dos descaminhos da universidade:

“É nossa tarefa criar inadequações entre aquilo que o regime capitalista exige de uma Universidade e aquilo que a Universidade é. Quanto mais avançar um movimento de contestação ativa, mais a Universidade estará criando na sociedade focos de contestação do regime que apressarão a mudança de toda a Universidade ao mudar a própria estrutura social”.<sup>182</sup>

Contra os argumentos da 1ª posição de que a luta específica afastava os estudantes das questões verdadeiramente políticas, um texto publicado pelo Grêmio da Faculdade de Filosofia da USP responderia: “Dizer que um temário centrado nos problemas da Universidade não é político, é manifestar um desvio grave: é supor que a luta que os estudantes travam contra a Universidade arcaica e contra a Universidade empresarial que o MEC-USAID querem impor não é uma luta política”.<sup>183</sup>

Já os defensores da 1ª posição desejavam o engajamento irrestrito do movimento estudantil às ações de massas contra o regime militar. O “Programa para o movimento estudantil”, de Curitiba, afirma que a reforma universitária só seria possível submetida à luta mais geral do povo brasileiro contra a ditadura, os imperialistas e latifundiários, após se

<sup>181</sup> “O estudante e a universidade”, in: “Por uma nova UNE. XXX Congresso da UNE. Contribuição para um programa 68/69”, mimeo, Grêmio da Faculdade de Filosofia da USP, p. 4.

<sup>182</sup> “A luta dos universitários dentro e fora da universidade”, in: *Revista UNE*, n. 1, em 1968, p. 17.

<sup>183</sup> Edson Soares, “A UNE e o 30º Congresso”, mimeo, n. 1, julho de 1968, p. 11.

instaurar o “governo popular revolucionário”.<sup>184</sup> Outro documento que defende a 1ª posição, de estudantes cariocas, repete estes argumentos, dizendo que era impossível construir uma “nova universidade” mantendo-se o atual regime e que discutir o tipo de universidade que se deseja é útil, mas não deve ser o centro dos debates, pois não se deve perder tempo das “nossas lutas” insistindo nesta discussão secundária, ainda que se defenda “uma nova universidade, de caráter progressista e popular, uma universidade democrática” e “uma cultura popular e antiimperialista”.<sup>185</sup>

Já neste último documento, podemos perceber que as duas linhas, apesar de divergentes na questão das lutas reivindicatórias nas faculdades, aproximam-se de novo quando pensam o modelo ideal desejado para a “nova universidade”, após também terem realizado diagnósticos praticamente idênticos sobre a questão do ensino superior.

Mas, devido à própria concepção da importância da luta dentro da universidade, os defensores da 2ª posição parecem ter ido mais longe na discussão sobre o modelo ideal da nova universidade – principalmente em São Paulo, onde foi introduzido o debate sobre a universidade crítica, como anuncia um jornal da entidade estudantil paulista: “A UEE de São Paulo, no momento, está levando aos estudantes a proposta da Universidade crítica, uma Universidade dirigida pelos alunos e professores em termos paritários. Uma Universidade que discuta e analise a validade do próprio sistema onde está inserida”.<sup>186</sup> A influência da discussão sobre a universidade crítica estaria presente mesmo nos discursos dos líderes estudantis, como o de José Dirceu, no dia 26 de julho, abrindo uma passeata em São Paulo: “Nossa universidade não será tecnicista, será crítica”.<sup>187</sup>

Antes mesmo da introdução desta discussão da “universidade crítica”, trazida pela Polop, percebemos que parte do movimento estudantil brasileiro caminhava neste sentido. No texto que representou a maioria da UNE no Conselho da Bahia, na busca da conciliação entre modernização técnica da universidade e politização, os argumentos utilizados assemelham-se muito às propostas da universidade crítica, principalmente àquelas feitas pelo movimento estudantil alemão, como a concepção da ciência e da prática profissional a serviço das necessidades do povo e do país. Pode-se considerar, também, que tal tendência tinha suas raízes nas tradições populistas e desenvolvimentistas das esquerdas estudantis:

<sup>184</sup> “Programa para o movimento estudantil”, *mimeo*, Curitiba, outubro de 1968, p.4.

<sup>185</sup> João de Paula Monteiro, Ronald Rocha e Nair Y. Kobashi. “Contribuição ao XXX Congresso da UNE. Combate intransigente à ditadura e ao imperialismo yanque”, *mimeo*, 1968.

<sup>186</sup> “Vale a pena mudar esta universidade”, *in. Jornal da UEE*, gestão Nova UEE, agosto de 1968.

“Negamos a universidade arcaica e a universidade modernizada segundo os moldes do imperialismo. Negamos uma universidade que forma arquitetos para construir residências de luxo e não as milhares de casas populares de que se necessita, médicos para o asfalto quando milhões de brasileiros morrem de gripe ou diarreia no interior e nos subúrbios operários, sociólogos para domesticar os trabalhadores e não para planejar o desenvolvimento... Não podemos precisar os detalhes mas uma coisa é certa: a Universidade deve servir ao desenvolvimento das forças produtivas e às necessidades da maioria trabalhadora do nosso povo. Não só deve ser aberta a todos como ainda os elementos por ela formados devem poder ser úteis à coletividade”.<sup>188</sup>

Nos documentos que defendem a 1ª posição, temos a repetição do discurso que rejeita tanto a universidade arcaica quanto a tecnicista. Mas não se consegue definir tão bem os princípios de uma nova universidade, limitando-se a apontar o desejo de construir, após a vitória da revolução, uma “Universidade Popular”.<sup>189</sup> Apesar disto, mesmo esta fração do movimento estudantil de 1968 teve consciência que os problemas da universidade estavam na origem da insatisfação da massa estudantil, a partir do que novas reivindicações e lutas eram esboçadas, num processo de mobilização política dos universitários.

Mas também é necessário ilustrar a participação dos estudantes do nível secundário (hoje o chamado Ensino Médio), os secundaristas, em 1968. Relatos nos permitem dizer que o papel deles foi importante, ainda que não no mesmo grau que no México – apesar de Poerner afirmar que os secundaristas tiveram uma participação “mesmo majoritária” e constituíram uma espécie de “linha dura” do movimento estudantil de 1968.<sup>190</sup> Certamente, no Brasil, assim como no México, a participação dos secundaristas tendeu a ser mais espontânea e mais agressiva em comparação com a massa dos universitários. Mesmo o idealismo dos secundaristas beirou mais a ingenuidade. Segundo o jornal *O Correio da Manhã*, de 28 de março de 1968, Che Guevara havia sido eleito presidente de honra *post mortem* do XX Congresso da UBES (União Brasileira dos Estudantes Secundaristas), que se realizaria entre 21 e 24 de abril.<sup>191</sup>

<sup>187</sup> José Dirceu e Vladimir Palmeira. *op. cit.*, p. 135.

<sup>188</sup> “A luta dos universitários dentro e fora da universidade”, *Revista UNE*, n. 1, 1968, p. 16-7.

<sup>189</sup> Jean Marc *et. al.* “O povo na luta derrota a ditadura e expulsa o imperialismo”, 1968, p. 12; “Programa para o movimento estudantil”, *mimeo*, Curitiba, outubro de 1968.

<sup>190</sup> Artur José Poerner. *op. cit.*, p. 286.

<sup>191</sup> João Quartim de Moraes. *op. cit.*, p. 139.

Além do Rio de Janeiro, caso mais evidente graças aos estudantes que freqüentavam o restaurante Calabouço, os secundaristas também tiveram papel decisivo ao menos em Belo Horizonte, Goiânia, Fortaleza, Vitória, Salvador e Maceió.<sup>192</sup> Em Goiânia, onde talvez tenham havido os mais violentos conflitos entre estudantes e repressão, em 1968, a participação dos secundaristas teria chegado a 90% do total dos manifestantes.<sup>193</sup> No Rio de Janeiro, a Frente Unida dos Estudantes do Calabouço havia conquistado um novo restaurante em setembro de 1967, após o original ter sido demolido em maio. Desde então, estes estudantes, em sua grande parte secundaristas e pobres, muitos migrados ao Rio de Janeiro em busca de oportunidades, fizeram várias manifestações em prol do término das obras do restaurante. Em uma destas, em 28 de março de 1968, a polícia atirou e matou o secundarista Edson Luís – incidente que deu início ao movimento estudantil brasileiro de 1968.

Em geral, durante 1968, os secundaristas agiam em conjunto com os universitários, mas às vezes promoviam ações autônomas. Entre elas, no Rio de Janeiro, os atos dos estudantes do Calabouço e comícios relâmpagos em solidariedade aos grevistas de Osasco em 22 de julho.<sup>194</sup> Em São Paulo, em 23 de maio de 1968, 500 secundaristas fizeram uma manifestação em frente da Secretaria da Educação.<sup>195</sup> Cabe lembrar, finalmente, que também era secundarista um outro estudante cujo assassinato mereceu muito destaque em 1968, Luís Guimarães, alvejado durante a “Guerra da Maria Antonia”, em São Paulo, em 3 de outubro.

É interessante destacar, finalmente, a presença de outra categoria de jovens nos protestos de 1968, mais evidente no Rio de Janeiro. Tratam-se dos *office-boys*, adolescentes empregados em tarefas cotidianas no centro da capital carioca, cuja participação parece ter se iniciado na luta contra a repressão policial na manifestação de 1 de abril e nas chamadas Quarta e Sexta-feira Sangrentas (20 e 22 de junho): “Assim como a massa secundarista sempre era a mais combativa e radical entre os estudantes, os *boys*, talvez por uma questão de idade e posição social, sempre foram os primeiros nas ruas a aderir à nossa luta. A coisa mais comum,

<sup>192</sup> Daniel Aarão Reis Filho. “1968, o curto ano de todos os desejos”, *op. cit.*

<sup>193</sup> Teresinha Duarte. “Entre a realidade e a utopia. Goiânia em 1968”, *in.* José Roberto Martins Filho (org.). *op. cit.*, pp. 129-144.

<sup>194</sup> Fernando Perrone. *op. cit.*, p. 154.

<sup>195</sup> José Alfredo Vidigal Pontes e Maria Lúcia Carneiro. *1968, do sonho ao pesadelo*, São Paulo: O Estado de S. Paulo, 1998.

e se vê muito nas fotos, era vê-los jogando pedras na polícia – dá para reconhecer pela gravatinha, que todos usavam”.<sup>196</sup>

### Os jovens e as artes

Nos anos 1960, no Brasil, uma verdadeira revolução estética e comercial atingiu a produção artística. Revolução que se deu juntamente com a transformação dos comportamentos, com o surgimento das novas esquerdas, com a crescente insatisfação das classes médias intelectualizadas em relação ao regime, com o crescimento da população universitária e com as revoltas estudantis. Tal correlação de processos de transformação e contestação foi mais característico no teatro, no cinema e na música, principalmente pelo fato da população juvenil de classes médias, em destaque os universitários, tornarem-se o principal público – e, de fato, consumidores – da produção cultural “engajada”, ou seja, das artes que traziam mensagens de caráter político, social e cultural.

Também outras artes, como a literatura, a poesia e as artes plásticas, não ficaram alheias a estes processos, ainda que sua correlação com o público universitário nem sempre tenha sido tão evidente. Na literatura dos anos 1960, encontramos romances que se abriram às discussões sociais imediatas ou refletiram questões políticas abertas pelos movimentos de contestação: Antonio Callado em *Quarup* (1967) e *Bar Don Juan* (1971, que discute a “esquerda festiva”), Carlos Heitor Cony de *Pessach – A travessia* (1967), Érico Veríssimo em *Incidente em Antares* (1970), Ignácio de Loyola Brandão com *Zero* (que, censurado no Brasil, só foi lançado na Itália em 1970).<sup>197</sup> Quanto à poesia, primeiro, antigos poemas de caráter político e social foram retomados, como *Operário em construção*, de Vinícius de Moraes, e *A rosa do povo*, de Carlos Drummond de Andrade. No início da década de 1960, os poetas do Centro Popular de Cultura da UNE também lançaram obras que se destacaram principalmente pela correlação entre arte, movimento estudantil e o desejo populista de “encontrar o povo”: em 1962 e 1963, Moacir Félix escreveu os três volumes da série *Violão de rua* (poemas para serem lidos em voz alta em reuniões e assembléias) e Ferreira Gullar (presidente do CPC em 1963) publicou romances de cordel. Em 1965, Thiago de Mello compôs os poemas *Faz escuro mas eu canto* e *Canto do amor armado*, no mesmo ano em que o auto de natal em versos de João Cabral de Melo Neto, *Morte e*

<sup>196</sup> Vladimir Palmeira, cit. in. José Dirceu e Vladimir Palmeira. *op. cit.*, p. 126.

<sup>197</sup> Walnice Nogueira Galvão. “Nas asas de 1968: rimos, ritmos e rimas”, in. Maria Alice Vieira e Marco Aurélio Garcia (orgs.). *op. cit.*, pp. 143-158.

*vida severina*, foi transformado na mais bem sucedida peça teatral destes tempos.<sup>198</sup>

Ainda na poesia, surgiu no início dos anos 1970 a poesia marginal, que refletiria num olhar menos otimista, a *posteriori*, as grandes questões sociais e políticas do final dos anos 1960, assim como os percalços da luta armada e da contracultura. A poesia jovem dos anos 70 “desmentindo o senso comum, foi extremamente atenta às crises político-existenciais da história de seu tempo, e ainda como se empenhou, em verso e prosa, em redefinir a própria maneira de pensar e viver a poesia”.<sup>199</sup> Pois, como afirmava Paulo Leminski, um dos nomes mais importantes desta geração, utilizando letras datilografadas e “portunhol”

“en la lucha de clases  
todas las armas son buenas  
picdras  
noches  
poemas”.<sup>200</sup>

Também foi um poeta desta “geração 1970” Alex Polari, que havia se engajado na luta armada em 1969, na VPR. Detido em 1971, foi condenado à prisão perpétua, sendo liberto com a Lei da Anistia em 1979. Escreveria poemas que refletiram sobre sua passagem do movimento estudantil à luta armada e, finalmente, à prisão:

“nossa geração teve pouco tempo  
começou pelo fim  
mas foi bela nossa procura  
ah! moça, como foi bela a nossa procura  
mesmo com tanta ilusão perdida  
quebrada,  
mesmo com tanto caco de sonho  
onde até hoje  
a gente se corta”.<sup>201</sup>

Em geral, principalmente no início dos anos 1970, as poesias tinham que usar uma

<sup>198</sup> *Ibid.*

<sup>199</sup> Heloísa Buarque de Hollanda e Carlos Alberto Messeder Pereira (sel., notas e estudos). *Poesia Jovem – Anos 70*, Literatura Comentada, s.d., p. 11.

<sup>200</sup> Paulo Leminski *cit in. ibid.*, p. 18.



linguagem pouco clara, como um código cifrado. Era difícil fazer abertamente referências a temas políticos, como a luta armada ou a tortura, num momento de fortes censura e repressão:

“Meu coração  
de mil e novecentos e setenta e dois  
já não palpita fagueiro  
sabe que há morcegos de pesadas olheiras  
que há cabras malignas que há  
cardumes de hienas infiltradas  
no vão da unha na alma  
um porco belicoso de radar  
e que sangra e ri  
e que sangra e ri  
a vida anoitece provisória  
centuriões sentinelas  
do Oiapoque ao Chui”.<sup>202</sup>

As artes plásticas também entraram em um interessante estado de ebulição, a partir do diálogo com os acontecimentos políticos e os movimentos sociais da segunda metade dos anos 1960. Um ponto inicial é o dia 12 de agosto de 1965, abertura da coletiva *Opinião 65*, no Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro – misturava artistas nacionais e internacionais preocupados com a renovação das artes e da sociedade: Antonio Dias, Carlos Vergara, Roberto Magalhães e Hélio Oiticica. Seguiram-se novas mostras coletivas, também no Rio de Janeiro: *Supermercado 66*, *Opinião 66*, *Pare* e *Nova Objetividade Brasileira* (em 1967). Na última, Hélio Oiticica apresentou seu célebre trabalho *Tropicália*, que viria dar nome ao movimento tropicalista. Hélio Oiticica assim expressou os denominadores comuns destas mostras: “Vontade construtiva geral; tendência para o objeto ao ser negado e superado o quadro de cavalete; participação do espectador; tomada de posição em relação a problemas políticos, sociais e éticos; tendência a uma arte coletiva; ressurgimento do problema da antiarte”.<sup>203</sup>

Alguns propuseram mesmo levar a obra de arte para fora das galerias e museus, como

<sup>201</sup> Alex Polari. *Idélica Estudantil – III*, cit in. *ibid.*, p. 12.

<sup>202</sup> Cacao (RJ). Logia e Mitologia cit in. *ibid.*, p. 15.

<sup>203</sup> No catálogo da mostra *Nova objetividade brasileira*, cit in. Franklin Pedroso e Pedro Karp Vasquez. “Questão de ordem. Vanguarda e política na arte brasileira”, in. *Trinta anos de 68, catálogo da exposição*, Rio de Janeiro, 1998.

os paulistas Flávio Motta e Nelson Leimer, que pertenciam ao Grupo Rex: Eles produziram uma série de bandeiras, as primeiras com motivos rurais, as segundas com motivos urbanos, para exposição em plena rua, em fins de 1967. Sob o argumento de que os artistas eram camelôs trabalhando sem alvará, fiscais da Prefeitura proibiram a manifestação e confiscaram suas bandeiras. Motta e Leimer levaram então a proposta ao Rio de Janeiro, convidando vários outros artistas, entre eles Oiticica, a realizarem novas bandeiras. Elas foram expostas, agora sem problemas, na praça General Osório, em fevereiro de 1968. Entre as obras, a bandeira de Tozzi, *Guevara, vivo ou morto*, além da homenagem de Oiticica ao bandido carioca Cara de Cavalo, com a frase *Seja marginal, seja herói* (bandeira que seria reutilizada, provocando forte polêmica, em *show* de Caetano, Gil e Mutantes). Destacou-se nesta tendência o ciclo *Arte no Aterro – um mês de arte pública*, realizada diante do Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro, entre 6 e 28 de julho: era um gigantesco *happening*, e na divulgação foi usada até mesmo a tática da distribuição de panfletos, no clima dos protestos estudantis. Um dos panfletos dizia: “A arte é do povo e para o povo... A arte deve ser levada à rua. Para ser compreendida pelo povo deve ser feita diante dele, sem mistérios. De preferência coletivamente. Qualquer um pode fazer arte. E boa arte. Para tanto deve ver obras de arte. E conversar diretamente com os artistas, críticos e professores”.<sup>204</sup> No mesmo espírito “populista”, se deu a exposição *O artista brasileiro e a iconografia de massa*, em abril de 1968, usando meios industriais de produção e pregando a ideia da arte como parte da vida cotidiana.

Entre os artistas deste período, destacam-se Hélio Oiticica e Lygia Clark. Entre as obras revisitadas pela exposição *Trinta anos de 68*, percebemos influências das manifestações estudantis e de mitos juvenis, como o de Che Guevara, e mesmo o imaginário em torno da guerrilha: lembrando a *pop art*, obras de Antonio Manuel usam quadrinhos e notícias de jornal para denunciar a repressão policial e a censura (*A imagem da violência* e *Sem censura*, de 1968), Cláudio Tozzi coloca rosto do Che e de uma jovem gritando, lembrando o estilo dos quadrinhos (*Guevara*, de 1967, e *O grito*, da série *Revolta*, 1968), Carlos Zito também coloca o desenho do Che alvejado por tiros (*Passos que prosseguem*, 1967) e um rosto dentro de uma marmitta, com a palavra “Lute” no lugar dos lábios (*Lute [Marmitta]*, 1967).<sup>205</sup>

Outra forma de interrelação entre arte e politização no Brasil de então, talvez a “última trincheira”, foi o humorismo político, representado principalmente pelo semanário *O Pasquim*,

<sup>204</sup> Cit. in. Franklin Pedroso e Pedro Karp Vasquez. *op. cit.*

<sup>205</sup> *Trinta anos de 68, catálogo da exposição*, Rio de Janeiro, 1998

criado no Rio em 1969. Aliás, em 1970, toda a redação do *Pasquim* e até um porteiro foram presos pela repressão. O motivo foi uma das várias charges irônicas da revista que desagradou a ditadura, já paranóica também pelas notícias publicadas mundo afora sobre as torturas praticadas contra os presos políticos.

Quanto ao cinema, a crescente preocupação de novos ou “engajados” cineastas com temas políticos e sociais desembocaria no que ficou conhecido como o “cinema novo”. Já no final dos anos 1960, surgiam filmes com temática social que inspirariam esta nova onda, inclusive dirigidos por cineastas que se destacariam no cinema novo: Nelson Pereira dos Santos (*Rio 40 Graus* e *Rio Zona norte*), Roberto Santos (*O grande momento*) e Gláuber Rocha (*O pátio* e *Barravento*). O próprio CPC da UNE iria gastar praticamente todos os seus recursos para produzir o filme coletivo *Cinco vezes favela* em 1962. O ano de 1964 não foi apenas o do golpe militar, mas também o que lançou o termo “cinema novo”, que iria rotular os dois mais importantes filmes lançados neste ano: *Vidas Secas* (de Nelson Pererira dos Santos) e *Deus e o diabo na terra do sol* (Gláuber Rocha) – na verdade, dois dos mais importantes filmes da história do cinema brasileiro. A temática predominante no início do cinema novo era a rural, em torno da miséria do sertão nordestino, como se veria também em *Os fuzis* (Ruy Guerra) e *Cabra marcado para morrer* (de Eduardo Coutinho, iniciado em 1964 mas só completado em 1984). Posteriormente, o cinema novo ingressaria em temas mais urbanos, discutindo as incertezas da classe média: *O desafio* (Paulo C. Sarraceni, 1965), *Terra em Transe* (Gláuber Rocha, 1967), *O bravo guerreiro* (G. Dahl, 1969) e *Macunaíma* (Joaquim P. de Andrade, 1969).

O cinema novo brasileiro também se engajou no espírito “terceiro-mundista” de então, representado pela pregação que Gláuber Rocha fazia da necessidade de se criar um “estilo colonial” ou uma “estética da pobreza”, próprios do cinema brasileiro. O cinema novo fazia a defesa de propostas semi-artesanais, do cinema de autor e do destaque às discussões político-sociais, defesa presente no famoso axioma de Gláuber: “Uma câmara na mão, uma idéia na cabeça”. Ao mesmo tempo, estas propostas aproximavam o cinema novo brasileiro de outros “cinemas novos” produzidos então (na Itália, na França, na Alemanha e até nos Estados Unidos). Graças a esta proximidade, o cinema novo brasileiro também conseguiu repercussão internacional dentro dos ambientes e festivais que cultivavam os filmes de arte, principalmente na Europa.

Por outro lado, as temáticas nacional-populistas e o enfoque novo-esquerdista aproximam o cinema novo do teatro “engajado” que se produziu também nos anos 1960.

Valcriam para os dois, cineastas e dramaturgos “engajados”, a brincadeira que o cronista Sérgio Porto fez sobre as artes brasileiras do início dos anos 1960:

“Cara - Minha peça é uma sátira aos costumes modernos, pois minha intenção era dar um cunho social à trama. A mensagem nela contida é o protesto popular contra as injustiças da sociedade.

Coroa – Autor estreante”.<sup>206</sup>

Sobre o teatro politizado no Brasil nos anos 1960, na verdade, é preciso apenas retomar a sua história, pois pudemos já acompanhar a formação do CPC da UNE. Vimos no CPC um caso forte de inter-relação entre movimento estudantil e arte politizada. Não apenas o teatro se destacaria entre as produções do CPC, mas a herança das propostas do CPC na dramaturgia sobreviveriam com muita força mesmo após a vitória do golpe militar e a destruição do recém-inaugurado teatro da UNE. Convém até retomar um trecho do “Anteprojeto do Manifesto do CPC da UNE”, de março de 1962, em que certa ortodoxia esquerdista mistura-se com populismo, voluntarismo, excesso de confiança e elitismo, mas também com uma abertura para a integração entre arte e política:

“Não ignorando as forças propulsoras que, partindo da base econômica, determinam em larga medida nossas idéias e nossa prática, não podemos ser vítimas das ilusões infundadas que convertem as obras dos artistas brasileiros em dóceis instrumentos da dominação, em lugar de serem, como deveriam ser, as armas espirituais da libertação material e cultural do nosso povo... Os membros do CPC optaram por ser povo, por ser parte integrante do povo, destacamentos de seu exército no *front* cultural”.<sup>207</sup>

Na verdade, à influência do CPC soma-se a continuidade da atividade de dois teatros paulistas politizados, oriundos dos anos 1950, o Oficina e o Arena. O Arena, dirigido por Augusto Boal, adotava um tom mais didático, uma postura brechtiana e era menos inovador nas questões estéticas. Já o Oficina, dirigido por José Celso Martinez Correa, encaminharia-se para um teatro de choque, contundente e profanador.

Nos anos iniciais após o golpe de 1964, destacaram-se também os *shows* do Opinião – mistura de teatro e espetáculo musical –, que reuniram vários dos elementos oriundos do CPC

<sup>206</sup> Com pseudônimo de Stanislaw Ponte Preta, *cit. in.* José Dantas Filho e Francisco Fernando Monteoliva *op. cit.*, p. 71.

<sup>207</sup> *Cit. in.* Cláudio Novaes Pinto Coelho. “A tropicália: cultura e política nos anos 60”, *in.* *Tempo Social*, Revista de Sociologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, vol. 1, n. 2, 2º semestre de 1989, pp. 159-176, p. 161.

da UNE, além da participação de membros do Arcna. Em dezembro de 1964 estreava o *show Opinião* (que daria nome ao próprio grupo), que teria longa permanência em cartaz. Era dirigido por Augusto Boal e interpretado por músicos da MPB (Música Popular Brasileira), como Nara Leão (depois substituída por Maria Bethânia) e sambistas de morro (Zé Keti e João do Vale). Fechado o terreno da política institucional, a classe média intelectualizada que fazia oposição ao regime encontrava nas artes dramáticas e musicais um campo relativamente livre para a contestação. Deste modo, ao contrário das intenções originais e criando um paradoxo que o próprio CPC da UNE enfrentou, o *show Opinião* não foi efetivamente um espetáculo para “educar o povo”, mas na verdade o “primeiro ritual cívico onde artistas e platéia” (ambos das classes médias intelectualizadas) “protestavam contra a ditadura”.<sup>208</sup>

No ano seguinte o Opinião em conjunto com o Arcna produziria outro *show* politizado, *Liberdade, liberdade* (de Millôr Fernandes e Flávio Rangel). Também, o Arcna fazia *Arena conta Zumbi* (de Guarnieri e Boal, musicado por Edu Lobo). Mas o grande destaque do teatro deste ano, a peça que melhor encarnou mesmo o “espírito da época”, foi *Morte e vida Severina*, poema de João Cabral de Melo Neto que foi adaptado ao teatro e encenado por vários grupos universitários, como o TUCA (grupo de teatro da Universidade Católica) de São Paulo e Rio de Janeiro e o TUSP (grupo de teatro da USP). Musicada por Chico Buarque, a interpretação de *Morte e vida Severina* venceu um festival de Teatro Universitário na França e, mais importante, ressaltou a mobilização dos estudantes em direção à arte com temáticas sociais progressistas, fazendo uso das estéticas que se acreditavam mais atuais e inovadoras (sem julgar aqui a questão da qualidade).

Em 1967, novo *show* do Arcna fazia com que um tema histórico musicado se tornasse uma crítica figurada ao regime anti-democrático: *Arena conta Tiradentes* (de Boal e Guarnieri). O Opinião encenava peças de Ferreira Gullar com parceiros: *Se correr o bicho pega, se ficar o bicho come* (1966), *A saída? onde fica a saída?* (1967) e *Dr. Getúlio, sua vida e sua glória* (1968). Mas teriam mais destaque as peças dirigidas por José Celso Martinez Corrêa: *O rei da vela* e *Roda viva*. *O rei da vela* havia sido escrita por Oswald de Andrade há vários anos e era encenada finalmente em 1967, numa montagem que utilizava técnicas para chocar o público que lembravam o “teatro de guerrilha” norte-americano. Quando a peça *Roda viva*, de autoria de Chico Buarque, estreou em janeiro de 1968, o próprio Martinez parodiou Guevara dizendo que “era preciso abrir uma

<sup>208</sup> Maria Helena Simões Paes. *A década de 60. Rebelião, contestação e repressão política*. Ática: São Paulo, 1992, Série Princípios-221, p. 77.

série de Vietnãs na cultura”.<sup>209</sup> Martinez também pregava a “estética da porrada”, fazendo com que um texto relativamente convencional se transformasse numa série de provocações à platéia, ao “público burguês”. O problema é que, como veremos, a extrema-direita, através do CCC, também responderia com “porrada” às provocações, interrompendo a peça e espancando os atores de *Roda viva*. A repressão cultural também atingiria o Arena, cuja última peça, *Primeira feira paulista de opinião*, pesada crítica ao regime, foi proibida após a decretação do AI-5. Boal, diretor do Arena, seria preso e, depois de solto, iria para o exílio.

Na verdade, a influência das teses do CPC se fizeram também na música endereçada às classes médias (que seria logo conhecida como MPB, de Música Popular Brasileira, apesar do seu público predominante vir das camadas médias). Da bossa nova, estilo inicialmente mais propenso a cantar temas amenos, surgiria uma linha “engajada”, graças à influência do CPC da UNE e das tendências do populismo no início dos anos 1960. Logo, surgia desta bossa nova “engajada” a chamada “música de protesto”, que iria vingar principalmente dentro dos *shows* musicados do Opinião e Arena, daí atingindo a indústria fonográfica, programas de televisão (como *O fim da bossa*) e os Festivais de Música Popular. A música de protesto tinha temáticas e postura semelhantes às do teatro engajado e do cinema novo (inclusive, a música de protesto scria trilha sonora de alguns filmes do cinema novo, como *Deus e o Diabo na terra do sol*). As canções tinham letras de conteúdo político e social, buscando ser – como era a proposta da “arte revolucionária” do CPC – instrumento de conscientização das classes populares. Carlos Lyra, Nara Leão, João do Vale, Geraldo Vandré, Chico Buarque, Maria Bethânia, Elis Regina, Gilberto Gil, Edu Lobo, Capinam e vários outros eram os compositores e/ou intérpretes de canções em que o conteúdo politizado era super-valorizado, acompanhando ritmos e melodias que evocavam os estilos populares, sertanejos, rurais ou folclóricos de música.

Apesar de vários momentos de brilhantismo, a música de protesto sofreu com alguns dos limites da concepção da “arte popular revolucionária” do CPC, que pregavam obras simples e sem experimentalismo estético, supostamente a melhor maneira de transmitir às classes populares os temas políticos. Mas, assim como o teatro engajado, a música de protesto foi consumida primordialmente pelas classes médias intelectualizadas, ajudando a satisfazer um pouco aqueles que desejavam contestar de alguma forma o regime e o sistema social vigentes. Havia uma contradição entre a estética simplista e o consumo efetivo deste estilo, o que foi desde logo denunciado por bossa-novistas que criticavam a canção de protesto:

<sup>209</sup> Cit. in., Daniel Aarão Reis Filho. “1968, o curto ano de todos os desejos”, op. cit., p. 69.

“Falar de terra na arcia do Arpoador  
 Quem pelo pobre na vida não faz um favor  
 Falar de morro morando de frente por mar  
 Não vai fazer ninguém melhorar”.<sup>210</sup>

No show *Opinião*, em 1964, a simplicidade desejada esteticamente convivia com um conteúdo supostamente progressista, mas igualmente simplista e ingênuo, influenciado muito pelos valores reformistas do populismo radical vencido no golpe de março:

“quem vê eu batê  
 enxada no chão  
 com força e coragem  
 com satisfação  
 é só me dá terra  
 pra ver como é  
 eu planto feijão  
 arroz e café  
 vai ser bom pra mim  
 e bom pro doutor  
 eu mando feijão  
 ele manda trator  
 vocês vão ver  
 o que é produção”.<sup>211</sup>

Mas da música de protesto também saíram compositores que se tornariam verdadeiros poetas, como Chico Buarque. Chico Buarque foi a principal revelação oriunda do ambiente universitário. Ele era estudante de arquitetura da USP, faculdade que seria o centro dos debates culturais do movimento estudantil paulista em 1968. Contudo, a canção de protesto encontraria em *Pra não dizer que não falei das flores*, de Geraldo Vandré, um momento ímpar. Era 1968 e a música com melodia simples e letra nua, crua e direta contra o regime militar, como nunca se vira antes na música de protesto, conquistava as platéias juvenis do Festival

<sup>210</sup> “A Resposta”, de Marcos e Paulo Sérgio Valle, cit. in. Cláudio Aguiar Almeida. *Cultura e sociedade no Brasil 1940-1968*, São Paulo: Atual, 1996, p. 67.

Internacional da Canção. As platéias exigiam a vitória da música de Vandré, mas o festival premiaria *Sabiá* de Tom Jobim e Chico Buarque, tremendamente (e injustamente) vaiada. Vandré acabaria tendo seus *shows* cerceados pelo regime e a própria “música de protesto” como um todo sucumbiria diante do AI-5. Meses antes do AI-5, no entanto, a música de Vandré era um hino em prol da audácia da juventude e uma conclamação pouco disfarçada à luta armada. Também era uma crítica aos militares assim como àqueles que se aproximavam dos valores da contracultura (como os tropicalistas):

“Caminhando e cantando e seguindo a canção

Somos todos iguais braços dados ou não

Nas escolas nas ruas, campos, construções

Caminhando e cantando e seguindo a canção

Vem, vamos embora que esperar não é saber

Quem sabe faz a hora não espera acontecer

Pelos campos a fome em grandes plantações

Pelas ruas marchando indecisos cordões

Ainda fazem da flor seu mais forte refrão

E acreditam nas flores vencendo o canhão

Há soldados armados, amados ou não

Quase todos perdidos de arma na mão

Nos quartéis lhes ensinam uma antiga lição

De morrer pela pátria e viver sem razão

Nas escolas, nas ruas, campos, construções

Somos todos soldados, armados ou não

Caminhando e cantando e seguindo a canção

Somos todos iguais, braços dados ou não

Os amores na mente, as flores no chão

---

<sup>211</sup> *Sina de Caboco*, de Nara Leão e João do Vale, cit. in *ibid.*, p. 69-70.



A certeza na frente, a História na mão  
 Caminhando e cantando e seguindo a canção  
 Aprendendo e ensinando uma nova lição.”<sup>212</sup>

Outro estilo que mergulharia de maneira ainda mais profunda nas contradições entre arte e política, MPB e movimento estudantil, contestação e repressão, foi o tropicalismo. Um “nascimento” do tropicalismo se deu no III Festival da Música Popular da TV Record, em 1967, quando Caetano Veloso e Gilberto Gil apresentaram músicas inovadoras no contexto da MPB de então. *Alegria, alegria*, de Caetano, e *Domingo no parque*, de Gil, foram apresentadas com o acompanhamento de guitarras, teclados elétricos e bateria, chocando os puristas e antiimperialistas musicais. As letras também fugiam muito das temáticas e do enfoque tradicional da canção de protesto, seja pelo ritmo “cinematográfico” de *Domingo no Parque*, seja pela colcha de retalhos nos versos de *Alegria, alegria* (que também discutia temas como o movimento *hippie* e a liberdade sexual).

Em agosto de 1968 era lançado o disco-manifesto *Tropicália ou Panis et Circensis*, reunindo Caetano, Gil, Gal Costa, Nara Leão, Tom Zé, Torquato Neto, Os Mutantes e Rogério Duprat. O momento em que o tropicalismo atingiria seu auge criativo foi exatamente o mesmo em que o movimento estudantil atingiu seu ponto culminante. O encontro poderia ter ficado marcado pelos temas muito semelhantes das reflexões dos tropicalistas e da prática dos estudantes: a contestação dos valores morais, a busca da liberdade sexual, a ampliação da liberdade no campo dos comportamentos, novas formas de luta, o dilema atraso/modernidade, a conjunção entre arte e política etc. Na verdade, porém, as questões comportamentais debatidas com mais consciência pelo tropicalismo e que faziam parte da *práxis* das massas juvenis de classe média já em 1968, não fizeram parte das discussões e das metas dos líderes do movimento estudantil, nem das novas esquerdas brasileiras. Pelo contrário, nas poucas vezes em que os temas mais profundamente elaborados pela contracultura, como a liberdade sexual, o uso de drogas e o conflito de gerações apareciam nos documentos das esquerdas estudantis, eram considerados até mesmo como um “desvio” em relação ao que era principal, a luta contra a ditadura e/ou o imperialismo. O próprio antiimperialismo das novas esquerdas dificultava, por parte delas, a assimilação de atitudes estéticas “antropofágicas” do tropicalismo, como a adoção de guitarras elétricas.

Deste modo, certamente pela influência das idéias e ideologias das esquerdas estudantis, o encontro entre tropicalismo e movimento estudantil ficou marcado por um incidente. Os universitários formavam grande parte dos festivais de MPB, forçando a adaptação dos vencedores e, logo, de todas as canções apresentadas, aos padrões da música de protesto – politicamente engajada, esteticamente convencional. Ao mesmo tempo, Caetano Veloso parecia desaprovar aquela juventude “que podia pendurar retratos de Che Guevara na parede, mas irresponsavelmente, pois permanecia no fundo dependente dos velhos valores familiares”.<sup>213</sup> Em 15 de setembro de 1968, numa eliminatória do Festival Internacional da Canção de São Paulo, no auditório do TUCA (Teatro da Universidade Católica), o público recebeu agressivamente Caetano e os Mutantes, após vaiar compulsivamente Gilberto Gil e sua *Questão de ordem* (uma sátira ao assembleísmo estudantil, por sinal). Caetano interpretava *É proibido proibir*. Na letra da música, versos evocam o *slogan* e os eventos de Paris em Maio de 68 (“É proibido proibir”, “os automóveis ardem em chamas”), fazem críticas ao *establishment* e aos valores morais tradicionais (“A mãe da virgem diz que não”, “E além da porta há o porteiro”), recusam as restrições sexuais (“Me dê um beijo meu amor”) e, enfim, pregam um certo espírito anárquico (“Derrubar as prateleiras/ as estantes/ as estátuas/ as vidraças/ louças/ livros”). Durante a apresentação, em meio a vaias e todo tipo de coisas atiradas ao palco pelo público, Caetano concluiu, aos berros: “E eu digo é proibido proibir. Fora do tom. Sem melodia”.<sup>214</sup> Em seguida, interrompeu a música e começou um discurso inflamado contra o patrulhamento cultural de certas “esquerdas”, acusando-as de conservadoras no plano estético e comportamental:

“Mas é isso que é a juventude que diz que quer tomar o poder! Vocês têm coragem de aplaudir este ano uma música que vocês não teriam coragem de aplaudir no ano passado! São a mesma juventude que vai sempre, sempre, matar amanhã o velhote inimigo que morreu ontem... Vocês não estão entendendo nada, nada, nada. Absolutamente nada... O problema é o seguinte: estão querendo policiar a música brasileira. Mas eu e o Gil já abrimos o caminho... Não fingimos aqui que desconhecemos o que seja festival, não. Ninguém nunca me ouviu falar assim, entendeu? Só queria dizer isso, *baby*, sabe como é? Nós, eu e ele, tivemos coragem de entrar em todas as estruturas e sair de todas. E vocês? E vocês? Se vocês em política forem

<sup>212</sup> *Pra não dizer que não falei de flores*, de Geraldo Vandré, cit. in. *ibid.*, p. 80.

<sup>213</sup> Cit. in. Luiz Carlos Maciel. *Geração em transe. Memórias do tempo do tropicalismo*, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, s.d., p.200.

<sup>214</sup> Luiz Carlos Maciel. “Ruptura tropicalista”, in. *Ibid.*, pp. 199-204.

como em estética, estamos feitos”.<sup>215</sup>

Mas segundo conta José Dirceu, e atesta o relato de Alex Polari, nem todos os jovens que adotavam idéias de esquerda desprezavam o tropicalismo, e muitos o admiravam – afinal, *Soy loco por ti América* homenageava (com versos em português e espanhol) Che Guevara (“*el hombre muerto*”), *Misere Nobis* tinha um verso que combinava as palavras brasil/fuzil/canhão e *Divino Maravilhoso* aludia aos perigos vividos pelos militantes da guerrilha urbana.<sup>216</sup> Mesmo a tropicália influenciou a politização de alguns futuros membros da luta armada, como atesta o relato de Alex Polari:

“Quando ouvi pela primeira vez o disco *Tropicália* de Caetano Veloso e logo em seguida *Panis et Circenses*, senti que alguma coisa importante estava acontecendo e que essa coisa afinava de uma maneira incrível com a minha sensibilidade... Agora era a minha descoberta dentro de um país confuso, injusto, engraçado. Foi a única vez que me emocionei com esse país, que estive próximo a me sentir produtor de sua história e sua cultura”.<sup>217</sup>

Mas o tropicalismo concebia também outras frentes de luta e manifestação, não apenas discutia a luta armada, mas também a revolução “formal” ou estética (como prova a sua relação com o concretismo e com músicos vanguardistas eruditos, como Rogério Duprat e Júlio Medaglia). Finalmente, como já foi dito, o tropicalismo pregava a contestação no campo dos comportamentos, denunciando instituições repressivas e valores tradicionais em canções como *É proibido proibir*, *Mamãe Coragem* (de Caetano e Torquato Neto) e *Panis et Circenses* (Caetano e Gil). Para Maciel, “a revolução proposta pelos jovens tropicalistas era muito mais abrangente, porque buscava um questionamento existencial”.<sup>218</sup> Segundo Coelho, “a Tropicália compartilhava a posição defendida pela esquerda de que a obra de arte deve ter por objeto a realidade brasileira e estar associada às lutas por mudanças revolucionárias, tendo construído, no entanto, uma versão própria desta posição”, analisando mais complexamente a realidade e com uma noção de Revolução que incorporava a “revolução nos comportamentos individuais às mudanças sociais”.<sup>219</sup>

De qualquer forma, também as autoridades do governo militar combateram o tropicalismo, num crescente de arbitrariedade que vitimava também o movimento estudantil e

<sup>215</sup> Cit. in. Antonio Carlos Brandão e Milton Fernandes Duarte. *Movimentos culturais de juventude*, São Paulo: Moderna, 1990, Col. Polêmica, p. 74.

<sup>216</sup> Cláudio N.P. Coelho. “A tropicália: cultura e política nos anos 60”, *op. cit.*

<sup>217</sup> Cit. in. *ibid.*, p. 169-70.

<sup>218</sup> Luiz Carlos Maciel. *op. cit.*, p. 200.

<sup>219</sup> Cláudio N.P. Coelho. “A tropicália: cultura e política nos anos 60”, *op. cit.*, p. 159.

as outras artes engajadas. Em 13 de outubro de 1968, um promotor público e um delegado tentaram censurar o *show* de Caetano Veloso, Gilberto Gil e Mutantes que se realizaria na boate Sucata, no Rio de Janeiro. Caetano recusou a censura e a denunciou publicamente, de modo que o *show* foi proibido e a boate foi interditada – atraíra a atenção das autoridades a bandeira de Hélio Oiticica que homenageava o bandido Cara de Cavalo, usada no cenário, apesar delas alegarem oficialmente que Caetano faria no *show* uma paródia do Hino Nacional com versos ofensivos às Forças Armadas (o que não era verdade).<sup>220</sup>

Com o AI-5, em dezembro de 1968, Gil e Caetano seriam presos. Depois de libertos, em 1969, os dois foram coagidos a abandonar o país e exilaram-se em Londres. Seguiam também o rumo do exílio, então, outros importantes artistas da produção cultural engajada, como Geraldo Vandré, Augusto Boal, José Celso Martinz Corrêa, Gláuber Rocha e muitos outros.

Sobre o tema da integração entre arte “engajada” e movimento estudantil, em 1968, é necessário destacar os atos de protesto realizados pela classe artística, contra o regime militar e/ou em solidariedade ao movimento estudantil. Nestes protestos, destacaram-se os artistas de teatro que, antes mesmo do início dos grandes protestos juvenis de 1968, já realizavam manifestações contra a falta de liberdade de expressão. Em 12 de fevereiro, artistas de teatro do Rio de Janeiro e São Paulo declararam-se em greve e realizaram vigílias cívicas nas escadarias dos Teatros Municipais das duas cidades, protestando contra a proibição da peça *Um bonde chamado desejo* – os artistas entraram em confronto com a polícia e a atriz Tônia Carrero foi presa.<sup>221</sup>

Quando Edson Luís foi morto pela polícia, em 28 de março de 1968, o dramaturgo Plínio Marcos imediatamente tomou a decisão de convocar uma greve dos artistas de teatro. Com a ajuda dos estudantes, os teatros foram sendo fechados. Primeiro, peças do teatro “engajado” foram sendo paralisadas, mas logo outras peças também, no Rio de Janeiro, foram parando com os estudantes subindo no palco para explicar ao público os motivos do protesto: “Nós comemorávamos cada teatro fechado como uma vitória contra a ditadura. O nosso protesto era um sucesso, e nos sentíamos fortalecidos em cada um deles”.<sup>222</sup> Os artistas ligados ao PCB, no entanto, criticaram duramente a atitude de Plínio Marcos e de outros artistas que o auxiliaram, como Luís Carlos Maciel. Os criticados, que às vezes eram chamados de “esquerda

<sup>220</sup> Pedro Karp Vazquez. “Cronologia”, in: *Trinta anos de 68, catálogo da exposição*, Rio de Janeiro, 1998.

<sup>221</sup> *Ibid.*

porra louca”, reagiram também agressivamente em uma assembléia da classe teatral: “É isso mesmo. Vamos planejar outras ações igualmente eficientes! Vocês estão teorizando em cima do cadáver de um menino”.<sup>223</sup> Uma nova manifestação da classe teatral se deu em junho de 1968, quando enviaram um abaixo-assinado para o chefe do Estado Maior das Forças Armadas, protestando contra a prisão do diretor Flávio Rangel, também humilhado na cadeia (teve a cabeça raspada e foi obrigado a limpar o chão da sua cela com sua língua). No abaixo-assinado, os artistas também declaravam que não mais acatariam as ordens da censura.<sup>224</sup>

Mais importante ainda que a rebelião solidária de parte da classe artística em 1968, foi a relação de quase simbiose entre a arte engajada e seu público, os estudantes. Ou melhor, em 1968 ficou nítido que da massa estudantil saíam os principais protestos contra o regime militar, assim como a platéia que aplaudia e consumia as criações da arte politizada e, finalmente, uma proporção importante da própria produção cultural “engajada”: “Entre artistas e estudantes havia um intercâmbio permanente de energias. Pode-se dizer que se estimulavam reciprocamente em suas buscas, indagações e caminhos. O público estudantil compunha, em sua maioria, a platéia participativa dos festivais de música das peças de teatro, dos filmes e dos *shows*”.<sup>225</sup> Entre os estudantes se formariam cine-clubes e se organizariam festivais de cinema, teatro e música estudantil, seriam impressos jornais e revistas das entidades estudantis.<sup>226</sup> Estudantes, artistas e intelectuais, em 1968, pareciam formar uma única “comunidade de gostos”:

“Distinguiam-se na aparência das roupas..., na preferência pelas cores, na comum hostilidade à rotinização da vida, na procura de novos horizontes musicais, de novas propostas de vida afetiva (a revolução da pílula) e de percepção da vida (o consumo de drogas leves...). Os artistas tiveram aqui um papel de vanguarda. A crítica ao conservadorismo ultrapassava o domínio estrito do discurso político do poder para alcançar as raízes do comportamento, das relações afetivas, da vida cotidiana”.<sup>227</sup>

“A geração de 68 foi um estado de espírito. Embora tenhamos sido derrotados

<sup>222</sup> Luís Carlos Maciel. *op. cit.*, p. 169.

<sup>223</sup> *Ibid.*, p. 171.

<sup>224</sup> Pedro Karp Vazquez. *op. cit.*

<sup>225</sup> Daniel Aarão Reis Filho. “O ano mágico”, *op. cit.*, p. 20.

<sup>226</sup> Os jornais e publicações dos estudantes costumavam ter seções com a programação cultural e críticas de arte. Por exemplo, no jornal *Grêmio Informa*, do Grêmio da Filosofia da USP, em maio de 1968, temos análises de peças de teatro (como *Roda Viva*, elogiada) e de filmes (como *A chinesa*, de Godard, severamente criticado – “o problema todo é que ele não consegue diferenciar política da propaganda comercial”).

<sup>227</sup> Daniel Aarão Reis Filho. “O ano mágico”, *op. cit.*, p. 20.

politicamente – a ditadura continuou firme por muitos anos –, nós mudamos a cara do país. Porque o movimento estudantil também era música, teatro, cinclube... Era cultura, linguagem, propostas inovadoras: não haveria o cinema novo sem o movimento estudantil e seu público, nem o teatro de vanguarda, a música popular, as artes plásticas. Toda a produção cultural e artística do Brasil, tal como a conhecemos hoje, seria outra sem aquela extraordinária explosão de criatividade”.<sup>228</sup>

Certamente, aos relatos de Reis Filho e Dirceu, deve-se acrescentar a observação que mesmo esta integração entre arte, política e comportamento tinha os seus momentos de contradição, como vimos no caso do tropicalismo.

### 1968

Para Quartim de Moraes, as manifestações de 1968 foram o principal movimento social, quanto à amplitude da participação popular, depois das Campanhas pelas “Diretas Já” de 1984, durante o regime militar (1964-1985). Mas 1968 superou 1984 em duração. Enquanto as “Diretas Já” tiveram cerca de quatro meses, o movimento de 1968 durou pelo menos oito meses, entre o assassinato de Edson Luís, no final de março, e o Congresso de Ibiúna, em outubro.<sup>229</sup> Martins Filho identifica dois ápices de 1968. O primeiro teve cerca de 26 grandes passeatas em 15 capitais de Estado, nos sete dias decorridos após 28 de março, dia da morte de Edson Luís. O segundo ápice deu-se na segunda metade de junho, em torno da Passeata dos 100 Mil: além dela, houveram cerca de 16 passeatas em 7 capitais de Estado no mês de junho. Ainda segundo Martins Filho, a partir de julho o movimento estudantil passou a refluir, graças principalmente à repressão implacável e à “dificuldade de ampliar as alianças na campanha contra a ditadura” (apesar dos importantes movimentos grevistas, que não foram suficientes para dar respaldo aos estudantes).<sup>230</sup>

Desde o início do ano, uma série de atos de protesto anunciava os temas e as questões de 1968. Em 9 de janeiro de 1968, na Associação Brasileira de Imprensa (ABI), Rio de Janeiro, foi lançada a Semana de Protesto contra a Censura, divulgando-se um manifesto assinado por 500 artistas e intelectuais de prestígio. Em 15 de janeiro, aconteceu a primeira passeata dos estudantes do Calabouço. Em 12 de fevereiro, protestos de artistas de teatro no Rio de Janeiro

<sup>228</sup> José Dirceu, *cit. in.* José Dirceu e Vladimir Palmeira. *op. cit.*, p. 26.

<sup>229</sup> João Quartim de Moraes. *op. cit.*

<sup>230</sup> João Roberto Martins Filho. “Os estudantes nas ruas, de Goulart a Collor”, *op. cit.*

e São Paulo.<sup>231</sup> Em 19 de janeiro, no Rio de Janeiro, uma passeata de estudantes foi dissolvida pela polícia. No dia seguinte, novas manifestações contra a repressão policial na mesma cidade. Em 23 de janeiro, os estudantes protestaram contra diminuição de vagas na UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro). E, em 27 de janeiro, soldados do Exército e ninhos de metralhadoras foram postados em vários locais da cidade do Rio de Janeiro. Em 8 de fevereiro, estudantes da UFRJ fizeram uma manifestação pedindo mais verbas para a educação e mais vagas nas escolas. Em 20 de fevereiro, aconteceu um comício estudantil na Central do Brasil, em solidariedade aos vietnamitas. Em 13 de março, estudantes fizeram uma passeata em São Paulo, protestando contra a política educacional do governo e os Acordo MEC-USAID. Em 16 de março, foi a vez do Rio de Janeiro fazer uma passeata contra os Acordos MEC-USAID. Em 21 de março, estudantes em São Paulo ocuparam o prédio da Faculdade de Filosofia da USP, pedindo mais vagas. No dia 23 de março, estudantes da UnB, em Brasília, protestaram contra a ditadura e deram vivas a Che Guevara.<sup>232</sup> Neste mesmo dia, como a Filosofia da USP continuava invadida pelos estudantes, sua Congregação decidiu fechar a Faculdade.<sup>233</sup> Em Curitiba, durante março de 1968, o DCE da Universidade Federal do Paraná e a União Paranaense dos Estudantes realizaram com sucesso o boicote ao pagamento da anuidade pelos calouros.<sup>234</sup> No início de 1968, a situação já estava crítica em Goiânia, onde aconteceram dois movimentos: de estudantes do Instituto de Educação de Goiás contra a mudança do nome da escola; dos “excedentes” do curso de medicina em prol da anulação do vestibular.<sup>235</sup> Segundo a UNE, em março os estudantes gaúchos realizaram uma greve geral contra o corte de verbas para o ensino superior.<sup>236</sup>

Portanto, os protestos estudantis já haviam se iniciado. Destacava-se a questão dos excedentes, que mobilizou estudantes aprovados nos vestibulares mas deixados sem vaga em vários Estados do país. Não se pode deixar de lembrar a mobilização nos meios intelectuais e artísticos contra aspectos mais sensíveis do regime, como a censura. Mas estes acontecimentos não faziam prever a amplitude que o movimento tomaria a seguir. Certamente, a irrupção de 1968 deveu-se a um fato imprevisto e à uma repercussão igualmente imprevista – o assassinato de um estudante secundarista no restaurante Calabouço, Rio de Janeiro.

<sup>231</sup> Pedro Karp Vazquez. *op. cit.*

<sup>232</sup> Fernando Perrone, *op. cit.*, p. 149.

<sup>233</sup> José Dirceu e Vladimir Palmeira. *op. cit.*

<sup>234</sup> Rafael Rosa Hagemeyer. *op. cit.*

<sup>235</sup> Teresinha Duarte. *op. cit.*

<sup>236</sup> Revista UNE, número 1, em 1968, preparatória do XXX Congresso da UNE

O Restaurante Calabouço, freqüentado essencialmente por estudantes secundaristas pobres, era um local de grande e radical agitação político-estudantil. A Frente Unida dos Estudantes do Calabouço (FUEC) controlava o acesso ao restaurante, recebia aluguel do comércio local, mantinha cursinhos (supletivos e pré-vestibulares) e uma pequena livraria. Em 28 de março, no final da tarde, os estudantes do Calabouço preparavam uma nova passeata contra o aumento do preço da refeição e reivindicando a conclusão das obras do restaurante. O governo estava ciente da manifestação e, no momento do protesto, em torno das 18h00min, o Calabouço foi cercado pela Polícia Militar, a Polícia Civil e agentes do DOPS (Departamento de Ordem Política e Social). Os policiais receberam vaias e assobios e, por isto, resolveram invadir o restaurante, já com armas na mão, recebendo nova vaia ensurdecedora. Em resposta, os policiais atiraram, matando o secundarista de 18 anos, Edson Luís de Lima Souto, além de ferir outros estudantes com os tiros a esmo e as pancadas dos cassetetes.

Os companheiro de Edson levaram seu corpo até à Assembléia Legislativa, próxima do Restaurante, onde se recusaram a entregar o corpo para autópsia. Um médico teve de fazer ali mesmo a autópsia. Negrão de Lima, o acudado governador da Guanabara, de oposição, demitiu o Secretário de Segurança. Mas nem a polícia estadual obedecia mais ao governador: ela cercou a Assembléia Legislativa, contra as ordens de Negrão de Lima, fez várias prisões e atirou bombas de gás lacrimogêneo. Mas os estudantes resistiram e a polícia acabou desistindo diante de uma multidão cada vez maior afluindo ao local.

Frases de efeito ditas durante o velório, repetidas durante o enterro no dia seguinte, encontram eco nas classes médias do Rio de Janeiro e em estudantes em todo o país, como: “Mataram um estudante. E se fosse um filho seu?”.<sup>237</sup> Do mesmo modo, o juramento que seria uma verdadeira profecia: “Neste luto, começa a luta”.<sup>238</sup> Intelectuais e artistas também mobilizaram-se em solidariedade aos estudantes e em protesto contra o assassinato de Edson Luís. Comentaria Hélio Pellegrino, conhecido psicanalista e verdadeiro representante dos intelectuais no movimento de 1968:

“Edson Luís, varado pela bala assassina que o matou, não teve tempo de ter tempo. O tempo de sua vida, ao qual tinha direito e do qual foi miseravelmente roubado, ergue-se de súbito diante da Nação como uma imensa catedral sagrada, sob cujas abóbadas milhões de vozes deflagraram sua revolta. O tempo de Edson Luís, dilacerado e destruído pela bala

<sup>237</sup> Zuenir Ventura. *op. cit.*, p. 102.



homicida que o cortou, tornou-se de repente tempo histórico, tempo brasileiro, tempo de cólera e consciência, tempo de gritar: BASTA!... Edson Luís, assassinado pela Polícia, explodiu como um paiol de tempo histórico, cujos clarões varreram de ponta a ponta a noite reacionária que o Poder Militar fez desabar sobre o País”.<sup>239</sup>

Até a artista plástica Lygia Clark escreveria sobre a morte de Edson Luís:

“Há outras espécies de pessoas que preparam o que vai acontecer, são outros precursores. A eles a sociedade continua a marginalizar. No Brasil, quando há um tumulto com a polícia e eu vejo um jovem de 17 anos ser assassinado (eu coloquei sua foto na parede do meu *atelier*), tomo consciência de que ele cavou com seu corpo um lugar para as gerações que virão. Esses jovens... lançam processos que não conhecem fim, eles abrem caminho onde a saída é desconhecida. Mas a sociedade é mais forte e os mata”.<sup>240</sup>

Já a imprensa conservadora preferia anunciar, com ironia mordaz, que a esquerda estudantil finalmente encontrara um cadáver: “Um corpo de estudante morto. Agora, o radicalismo estudantil vai exibí-lo ao máximo”.<sup>241</sup>

No dia seguinte, 29 de março, a praça na Cinelândia amanheceu tomada por populares. Nas ruas do Rio de Janeiro, neste dia, marcharam 50 mil pessoas para enterrar Edson Luís. Desde as Marchas pela Vitória no golpe de 1964, era a maior mobilização popular já ocorrida. Em seu cortejo, a passeata foi recebendo a adesão da população, enquanto as luzes em certas ruas não foram acesas, tentando deter a passeata que adentrava a noite. Na saída da Assembléia, um fato significativo: estudantes arrancaram faixas com inscrições do Partido Comunista. Durante a passeata, grupos de estudantes destruíram algumas lâmpadas (dado terem sido apagadas), viraram um carro e queimaram uma bandeira dos Estados Unidos. Também, diante da casa de Carlos Lacerda, gritaram “Abaixo a Frente Ampla”.<sup>242</sup>

Em vários outros Estados do país ocorreram manifestações no dia 29 de junho em luto por Edson Luís. A repercussão do incidente formou uma verdadeira onda estudantil “nacional”. O presidente do DCE da Universidade Federal de Minas Gerais, Jorge Batista, entrevistado por uma rádio de Belo Horizonte, afirmava cruamente que a morte de Edson Luís

<sup>238</sup> Cit. in. Maria Ribeiro do Valle. O diálogo é a violência: movimento estudantil e ditadura militar em 1968, op. cit., p. 13

<sup>239</sup> Cit. in. Maria Ribeiro do Valle. “A morte de Edson Luís e a questão da violência”, in. José Roberto Martins Filho (org.). op. cit., pp. 49-6, p. 49.

<sup>240</sup> Cit. in. Franklin Pedroso e Pedro Karp Vasquez. op. cit.

<sup>241</sup> Cit. in. Maria Ribeiro do Valle. O diálogo é a violência: movimento estudantil e ditadura militar em 1968, op. cit., p. 19.

<sup>242</sup> Maria Ribeiro do Valle. O diálogo é a violência: movimento estudantil e ditadura militar em 1968, op. cit., p.

fazia parte das comemorações do quarto ano do golpe de 1964: “É a comemoração do quarto aniversário do golpe de estado covardemente levado a efeito neste país há quatro anos atrás. É a comemoração pelo sangue, é a comemoração pela violência”. Batista apelou à mobilização solidária: “Devemos nos calar, devemos nos largar em nossas salas de aula? Devemos nos largar nas Universidades, ou em nossas residências, enquanto companheiros nossos, irmãos nossos foram ontem assassinados violentamente na Guanabara, por uma polícia orientada, por um governo orientado, por uma ditadura orientada? Nós achamos que não.” E defendia que se devia “responder concretamente à agressão também de uma forma que há de ser e tem que ser agressiva”.<sup>243</sup> Realmente ocorreu em Belo Horizonte uma passeata estudantil no centro da cidade, no mesmo momento em que no Rio de Janeiro Edson Luís era enterrado. A passeata reuniu uma grande multidão e foi recebida com papel picado atirado do alto dos edifícios. A polícia e o DOPS, por sua vez, tentaram dispersar a passeata com violência.<sup>244</sup>

Em Brasília a passeata em 29 de março também teve cenas de violência. Estudantes, apoiados por populares, incendiaram viaturas e queimaram os palanques onde iria se comemorar o aniversário do golpe no dia 31. Na repressão policial, um estudante foi ferido com um tiro no peito. Em Curitiba, onde as manifestações não foram reprimidas pela polícia, destacou-se a capacidade do seu movimento estudantil relacionar o assassinato de Edson Luís com problemas enfrentados localmente. Havia no Paraná a questão dos estudantes vindos do interior do Estado e de outros locais do país, o “estudante-retirante”, em busca de um custo de vida mais baixo em Curitiba, onde a comida e a moradia eram mais baratas. Nos protestos em 29 de março, bem como nos atos seguintes, os manifestantes relacionaram o luto com a denúncia do corte de verbas dos restaurantes acadêmicos. Ergueram-se várias faixas e cartazes, dizendo: “Edson Luís Souto, Herói da Luta contra a Política Educacional do Governo”; “Satisfeitos agora, burgueses?”; “Colega estudante, junta-te a nós e proclames como herói nacional o estudante morto Edson Souto”.<sup>245</sup>

Em Alagoas, o DCE da Universidade Federal resolveu proclamar uma greve estudantil de 72 horas, com uma assembléia “gigante” e uma missa de sétimo dia em memória do estudante morto. Apesar dos estudantes alagoanos, mais moderados, tentarem evitar confusões e angariar apoio dos mais diversos setores sociais, o diretor da Faculdade de Direito, onde haveria a Assembléia, tentou proibi-la, criando um clima tenso – mas a Assembléia aconteceu

<sup>243</sup> Jorge Batista, em programa da Rádio Itatiaia, de Belo Horizonte, em 29 de março de 1968

<sup>244</sup> Margarida Luiza de Matos Vieira. *op. cit.*

assim mesmo. A missa de sétimo dia se fez na Catedral Metropolitana, não teve sermão por ordem eclesial superior e terminou com os estudantes cantando o Hino Nacional.<sup>246</sup> Em São Paulo aconteceu, também no dia 29, uma “manifestação meio de improviso que convulsionou a cidade”.<sup>247</sup>

Como é notável, o movimento de 1968, desde o início, não se restringiu a São Paulo e Rio de Janeiro. Foi um movimento estudantil nacional. No entanto, quase todos os estudos sobre 1968 foram feitos apenas sobre as duas principais cidades do país, onde também abundam a maioria dos dados. Não é exagero dizer que o movimento de 1968 teve São Paulo e Rio como seus dois principais focos. Mas é incorreto dizer que seja possível entender a dinâmica de 1968 apenas olhando estes dois exemplos, assim como dizer que estas duas capitais eram os “centros” dirigentes do movimento. O movimento de 1968, segundo Quartim de Moraes, foi responsável pela “interiorização” da mobilização social contra o regime militar, não apenas por se dar em muitas capitais estaduais, mas também por ter acontecido no interior de alguns Estados, em destaque o interior de São Paulo (com protestos em São Carlos, Presidente Prudente, Campinas, Piracicaba etc.).<sup>248</sup>

Também, em seu início, o movimento de 1968 ameaçou constituir-se como uma mobilização social para além dos estudantes. Destacaram-se artistas e intelectuais, mas também se formara uma Comissão de Mães. Vladimir Palmeira, presidente da UMES em 1968, narra que uma reunião aconteceu após o enterro de Edson Luís com a presença de representantes dos setores acima citados, além de políticos de oposição e até alguns sindicalistas. Eles acabariam decidindo convocar uma nova passeata, que deveria acontecer três dias depois, em 1 de abril, para “comemorar o aniversário do golpe de 1964”.<sup>249</sup> Entre a morte de Edson Luís e a missa em sua memória, sete dias depois, “a rebeldia estudantil confundiu-se com o repúdio geral do regime militar”.<sup>250</sup> Ao lado dos estudantes e das categorias acima citadas, pareciam entrar neste movimento amplo os sindicatos operários, grupos parlamentares de oposição e até do partido do governo, líderes cassados e dissidentes, setores da Igreja e grande parte da imprensa.

<sup>245</sup> *Cit. in.* Rafael Rosa Hagemeyer. *op. cit.*, p. 109.

<sup>246</sup> José Alberto Saldanha de Oliveira. *op. cit.*

<sup>247</sup> José Dirceu e Vladimir Palmeira. *op. cit.*, p. 90.

<sup>248</sup> João Quartim de Moraes. *op. cit.*

<sup>249</sup> Vladimir Palmeira, *cit. in.* José Dirceu e Vladimir Palmeira. *op. cit.*

<sup>250</sup> José Roberto Martins Filho, *cit. in.* Maria Ribeiro do Valle. *O diálogo é a violência: movimento estudantil e ditadura militar em 1968*, *op. cit.*, p. 39.

Oficialmente, a data da “Revolução de 64” era o dia 31 de março, em cuja noite, nos idos de 1964, tropas miniciras foram mobilizadas. A oposição preferia referir-se ao evento como um “golpe militar” que teria se dado no dia 1 de abril, tradicionalmente o dia da mentira no Brasil. De qualquer forma, o governo federal havia proibido a realização de passeatas no dia 1 de abril de 1968. Apesar disto, várias passeatas aconteceram em todo o país. Algumas delas, registraram cenas de violência, outras não.

A passeata convocada no Rio de Janeiro pela comissão popular formada no dia do enterro de Edson Luís deveria ser, segundo seus líderes, pacífica. Mas, após 40 minutos de normalidade, apesar da presença da polícia, às 17h30min vários estudantes entraram em choque com os policiais. Mais de 5 mil policiais militares agiram, agredindo estudantes e populares. Um trabalhador foi morto, 60 pessoas foram atendidas nos hospitais e foram realizadas 200 prisões. Às 22h30min, a cidade do Rio foi ocupada por tropas do Exército e da Marinha.<sup>251</sup>

Cenas de grande violência e morte repetiram-se em Goiânia. Em 31 de março, o governador do Estado havia assegurado ao arcebispo Dom Fernando G. dos Santos que permitiria a manifestação, enquanto os reitores da Universidade Federal de Goiás e da Universidade Católica suspendiam as aulas para o dia seguinte. Mas, no mesmo dia, o governador voltou atrás, declarando ilegal a passeata e ainda baixou um decreto suspendendo as atividades escolares. A suspensão era uma faca de dois gumes, porque facilitou o trabalho das entidades estudantis. Não se fez necessário nem articular uma greve estudantil para convocar a passeata. No dia 1 de abril, cerca de 5 mil pessoas reuniram-se na praça do Bandeirante, relativamente perto da sede do governo estadual. Logo as ruas de Goiânia viraram um campo de batalha: estudantes, parlamentares do MDB e até o reitor da Universidade Federal foram atacados pela polícia. Segundo Euler Ivo, líder secundarista, haviam ordens para que ele, Euler, fosse assassinado durante o ato. Também segundo seu relato, a repressão policial começou depois que os estudantes impediram o secretário de Segurança Pública de fazer uso da palavra no palanque improvisado na praça. Durante a repressão, foi morto a tiros o lavador de carros Ormalino Cândido da Silva (também estudante secundarista), confundido com Euler Ivo, enquanto vários outros estudantes foram presos. Refugiados na Catedral Metropolitana, os estudantes pediram apoio a Dom Fernando que, negociando com o secretário de Segurança Pública, conseguiu a retirada pacífica dos estudantes. Mas, na tarde do

mesmo dia, a polícia marchou contra a Faculdade de Direito da Universidade Federal, próxima à casa do arcebispo. O arcebispo dirigiu-se para lá, conseguiu acalmar a situação e as tropas foram embora. Uma outra ação violenta, agora por parte dos estudantes, deu-se em Fortaleza, no início de abril, quando o Serviço de Informações dos Estados Unidos, o USIS, foi destruído por manifestantes.<sup>252</sup>

Em São Paulo, a passeata em 1 de abril reuniu milhares de estudantes que percorreram ruidosamente as ruas do centro até o Teatro Municipal, onde fizeram um ato público que contou com a participação de artistas e intelectuais conhecidos. A população apoiou o protesto com aplausos e chuva de papel picado.<sup>253</sup> Enquanto a polícia acompanhava apenas de longe, no final da tarde duas alas de militantes discutiam: um grupo mais radical (ligado a AP e liderado por Catarina Melloni) defendia a continuação da passeata e o enfrentamento com a polícia; um grupo mais moderado, liderado por José Dirceu, defendia a dispersão na chegada da polícia. Em meio à discussão, os estudantes acabaram por se dispersar, perfazendo vitória do grupo de Dirceu.<sup>254</sup> Em Curitiba, também no dia 1, na manifestação os estudantes sentaram-se no asfalto e ouviram discursos difundidos por um improvisado sistema de som em caminhonete da União Paranaense de Estudantes (inventava-se, também em 1968, o “caminhão de som”). A polícia permitiu o carro de som, mas apreendeu os cartazes.

No dia 1 de abril, também aconteceram manifestações nas seguintes capitais de Estado: Recife, Natal, João Pessoa, Porto Alegre e Florianópolis. No Estado de São Paulo, além da capital, aconteceram atos no ABC, Santos, Presidente Prudente, Guaratinguetá, São José do Rio Preto, Catanduva e São Carlos. No dia seguinte, 2 de abril, se dariam novas passeatas em São Paulo (com choques com a polícia), Porto Alegre, João Pessoa, Fortaleza, Natal e Recife.<sup>255</sup>

No dia 4 de abril aconteceria a missa de sétimo dia da morte de Edson Luís, na igreja da Candelária, Rio de Janeiro. As Forças Armadas ainda ocupavam as ruas: “As missas da Candelária foram realizadas debaixo dos roncões dos aviões e sob um clima de extrema tensão”.<sup>256</sup> Canhões, tanques e metralhadoras estavam espalhados pelas ruas principais da cidade, que amanheceu relativamente vazia de populares, pois havia sido decretado ponto

<sup>251</sup> Maria Ribeiro do Valle. *O diálogo é a violência: movimento estudantil e ditadura militar em 1968*, *op. cit.*

<sup>252</sup> Zuenir Ventura. 1968. *op. cit.*, p. 111.

<sup>253</sup> José Dirceu e Vladimir Palmeira. *op. cit.*

<sup>254</sup> José Alfredo Vidigal Pontes e Maria Lúcia Carneiro. *op. cit.*, p. 14-15.

<sup>255</sup> *Ibid.*; Fernando Perrone, *op. cit.*, p. 150.

<sup>256</sup> Jornal *O Metropolitano*, da UME, abril de 1968, *cit. in.* Maria Ribeiro do Valle. “A morte de Edson Luís e a questão da violência”, *op. cit.*, p. 65.

facultativo no Rio de Janeiro. Após as missas, da manhã e da noite, “apesar da cordura com que se comportaram os que foram aos dois atos religiosos, a Polícia Militar e o DOPS investiram contra todos, a patas de cavalo, a chanfradas de sabre e espada, numa fúria selvagem... Era a forra contra a acusação nacional do assassinato covarde do jovem Edson Souto”.<sup>257</sup> Ao final da missa da tarde, após o incidente da missa da manhã, as autoridades haviam garantido que todo mundo podia sair tranquilamente, desde que não fosse em passeata: “Mas naquele fim de tarde a cena era expressiva: centenas de pessoas enfileiradas nas escadarias e calçadas da igreja, tentando pacificamente se afastar dali e sendo atacadas por tropas de cavalaria. Aquilo teve uma repercussão enorme; afinal, o governo havia rompido o acordo que fez com os padres e praticamente invadiu a igreja, distribuindo cacetadas”.<sup>258</sup>

Em Santo André, a manifestação no sétimo dia após morte de Edson Luís teve a participação dos sindicatos operários e do MIA (Movimento Intersindical Antiarrocho) e o apoio de setores da Igreja Católica, e não observou as cenas de violência vistas no Rio. Também houveram atos religiosos em memória de Edson em São Paulo, Belo Horizonte, Curitiba, Porto Alegre, Brasília, Niterói, Recife e São Luís. Mas as rádios e televisões foram proibidas de noticiarem tais eventos em homenagem a Edson Luís, muito menos a chacina na Candelária.<sup>259</sup>

Com os atos em memória de Edson Luís, encerrava-se o primeiro ciclo de grandes manifestações de 1968. Entre abril e a primeira metade de junho, aconteceram novas manifestações, mas prevaleceu a tendência dos estudantes recolherem-se no interior das faculdades e “refazerem as forças”.<sup>260</sup> Enquanto setores das novas esquerdas apoiaram a greve de Contagem e participaram do 1º de Maio em São Paulo, lideranças estudantis defensoras da “luta específica” buscaram reforçar seus movimentos no interior das unidades estudantis – gerando vários dos documentos estudantis contra a política educacional do governo, que antes analisamos. Ainda assim, várias ações estudantis devem ser destacadas.

No período de abril e maio a ação mais destacada se deu no dia do Trabalho, 1º de Maio, na cidade de São Paulo. Ela envolveu uma ação conjunta de militantes do movimento operário e estudantil. O governador Abreu Sodré, aliado do regime militar, havia construído um palanque no centro da cidade para comemorar o 1º de Maio ao lado de líderes do MIA

<sup>257</sup> *Correio da Manhã*, de 5/4/1968, *cit. in. ibid.*, p. 65.

<sup>258</sup> Vladimir Palmeira *cit. in.* José Dirceu e Vladimir Palmeira. *op. cit.*, p. 93.

<sup>259</sup> Fernando Perrone, *op. cit.*, p. 150.

(Movimento Intersindical Antiarrocho, formado por setores mais moderados do sindicalismo de São Paulo). Mas o palanque foi destruído numa ação coordenada pelo movimento estudantil e o Agrupamento Revolucionário de São Paulo (mais tarde, ALN), segundo José Dirceu.<sup>261</sup> Seguiu-se uma série de ações violentas por parte dos manifestantes e confrontos com a polícia. Ainda em São Paulo, em 2 de junho a PUC foi ocupada pelos estudantes. Novas manifestações estudantis se realizaram nos dias 5 e 6 de abril. No dia 7 de junho, a UEE de São Paulo promoveu uma concentração na reitoria da USP. No dia 12, três mil estudantes da USP protestaram contra os acordos MEC-USAID e invadiram a reitoria da Universidade, constringendo o reitor e alguns professores durante mais de uma hora.

Em Curitiba, o reitor da Universidade Federal, Flávio Suplicy de Lacerda, que fora ministro da Educação no governo Castelo Branco, tentou contra-atacar o movimento estudantil paranaense. Propunha ele um curso pago de engenharia, com vestibular a ser realizado em maio. Em assembléia, os estudantes repudiaram a decisão, depois de constatar que 78% dos vestibulandos não tinham condições de pagar este novo curso. Em 1 de maio de 1968, mais de 500 estudantes ocuparam o *campus* do Centro Politécnico, onde aconteceria o vestibular. Dias depois, no domingo, a polícia militar entrou em confronto com os estudantes – era a primeira vez que um confronto sério deste tipo acontecia no Paraná. Os estudantes tinham fogos de artifício, estilingues, rolhas e bolinhas de gude (contra os cavalos da PM) e até coquetéis *molotov*. Seis policiais foram derrubados a pedradas dos cavalos e um deles foi ferido na cabeça. Foi chamado então o Comando de Operações Especiais, que prendeu cerca de cinquenta estudantes. Mais tarde aconteceu uma manifestação pela libertação dos estudantes presos – que foram realmente soltos. Mas, ao libertar os presos, a polícia ostentava uma garrafa de uísque escocês que servira para fazer um coquetel *molotov* – ironizando assim a suposta pobreza dos estudantes. O confronto gerou uma foto célebre, que acabou recebendo o Prêmio Esso de fotografia jornalística do ano: um estudante a pé, com estilingue, enfrenta um cavalarião da PM que galopa em sua direção com o sabre desembainhado. Parecia Davi enfrentando Golias ou, “como num jogo de xadrez, era o cavalo contra o peão”.<sup>262</sup>

Ainda em Curitiba, uma assembléia noturna no DCE da Universidade Federal decidiu convocar uma greve geral, quando seriam realizadas assembléias gerais em todos os cursos para

<sup>260</sup> Marcelo Ridenti. “Breve recapitulação de 1968 no Brasil”, in: Marco Aurélio Garcia e Maria Alice Vieira (orgs.). *op. cit.*, pp. 55-60, p. 150.

<sup>261</sup> José Dirceu e Vladimir Palmeira. *op. cit.*, p. 97.

<sup>262</sup> Rafael Rosa Hagemeyer. *op. cit.*, p. 117.

preparar uma ampla mobilização para o dia 14 de maio. Um agente do DOPS, despiestado pelos estudantes, informou aos seus superiores que a mobilização do dia 14 tentaria impedir o vestibular na Politécnica. Enquanto isto, os estudantes, organizados em grupos de 10, cada qual com um líder a quem foi transmitido o verdadeiro itinerário, “em 2 fileiras disciplinadas... partiram da praça Santos Andrade em direção à reitoria, situada a duas quadras dali”. Cada fileira seguiu por uma rua, tomando o *campus* da reitoria, que ficava em uma quadra no centro da cidade. Ergueram barricadas em todas as esquinas, com apoio dos operários dos prédios em construção, prenderam funcionários e professores em uma sala e tomaram de assalto as telecomunicações (central de telefone, rádio e telex): “Foi a primeira experiência de ocupação estudantil de uma faculdade executada nos moldes da estratégia militar”. As barricadas usaram paralelepípedos, madeira, latas de lixo e carros oficiais com pavio dando no tanque de gasolina. Às 9 da manhã, chegou no local o Comando de Operações Especiais da polícia militar e um tanque do Corpo de Bombeiros. Os estudantes responderam derrubando o busto do reitor Suplicy. O Secretário de Estado abriu o diálogo. Enfim, um acordo: os estudantes conquistaram o compromisso do governo de não se implantar o ensino pago. Em comemoração, ao saírem da reitoria, arrastaram pelas ruas o busto do reitor.<sup>263</sup>

No 1º de maio, em Belo Horizonte, após a cerimônia do Dia do Trabalho, no Auditório da Secretaria da Saúde, uma tentativa de passeata foi abortada pela ação da polícia.<sup>264</sup> Em Belo Horizonte, em 3 de maio de 1968, estudantes de Medicina da Universidade Federal ocuparam o prédio da faculdade e mantiveram presos o diretor e alguns professores. Dois dias depois, a polícia desocuparia a faculdade, prendendo 117 estudantes.<sup>265</sup> Em resposta às ações dos estudantes, instalou-se em Minas Gerais um verdadeiro “clima de terror”. Em 10 de maio foi decretada a prisão preventiva de todos os líderes estudantis do Estado. Quase todos eles, além de outros estudantes, foram presos e muitos foram torturados. Até filhos de autoridades políticas foram presos, incluindo o filho de um deputado da ARENA.<sup>266</sup>

No Rio de Janeiro, em 24 de abril de 1968, estudantes invadiram o restaurante da Faculdade de Arquitetura da UFRJ. Em 4 de maio, aconteceu um conflito entre policiais e estudantes. Em 10 de maio, comícios relâmpagos em vários pontos da capital carioca. Já os estudantes do restaurante Calabouço mantinham protestos ininterruptos desde março,

<sup>263</sup> *Ibid.*, p. 120.

<sup>264</sup> Margarida Luiza de Matos Vieira. *op. cit.*

<sup>265</sup> José Alfredo Vidigal Pontes e Maria Lúcia Carneiro. 1968, do sonho ao pesadelo, São Paulo: O Estado de S. Paulo, 1998).



tentando impedir o fechamento do restaurante. Mas a repressão também contra-atacaria na capital carioca. Vários estudantes foram presos e submetidos à tortura. Em maio, a Casa do Estudante foi invadida pela PM e seus moradores espancados.<sup>267</sup> Em 2 de junho, como que anunciando a segunda onda de manifestações, 16 mil estudantes participaram de uma greve de advertência na UFRJ, com apoio de professores e secundaristas. No dia 5, o DOPS cercaria as faculdades.

Outra greve estudantil se iniciaria em 7 de junho, em Florianópolis, com estudantes da Universidade Federal de Santa Catarina protestando contra os acordos MEC-USAID. Em Salvador, duas bombas foram lançadas na Universidade Federal da Bahia – três dias depois, 8 mil estudantes ocupariam a Universidade, de onde seriam expulsos pela repressão apenas no dia 22. Em 19 de junho, aconteceram protestos estudantis em Belo Horizonte, Juiz de Fora e Fortaleza.

Na segunda metade de junho se deu o segundo ciclo de grandes manifestações de 1968. Na verdade, não apenas manifestações, mas também greves estudantis e ocupações de unidades escolares, algumas deles, como a PUC-SP, desde o início de junho.

Os incidentes mais destacados neste segundo ciclo se deram no Rio de Janeiro, principalmente a “Sexta-feira Sangrenta” e a Passcata dos 100 Mil. Em 11 de junho, uma concentração de estudantes no pátio do MEC tinha sido marcada. Novamente, o ministro Tarso Dutra não recebeu os estudantes (com quem prometera “dialogar” em várias ocasiões) e, devido à repressão policial, o protesto transformou-se numa passeata. No trajeto da passeata, os estudantes realizaram rápidos comícios e atacaram viaturas policiais. Neste mesmo dia, em ameaça à greve da UFRJ, Costa e Silva divulgou uma medida que reprovaria automaticamente todo estudante que não completasse 180 dias de atividades escolares no ano, mesmo com as aulas suspensas ou paralisadas. Por sua vez, novamente o ministro da Educação acenou com a proposta de diálogo. Os estudantes, então, marcaram uma nova concentração no pátio do MEC no dia 19 de junho. Novamente reprimidos, os estudantes reagiram. Marchando pelas ruas centrais, pararam o trânsito, fizeram comícios, atacaram viaturas e apedrejaram vitrinas. O governo federal, alegando que a imprensa cobria excessivamente o movimento estudantil,

---

<sup>266</sup> Maria Ribeiro do Valle. O diálogo é a violência: movimento estudantil e ditadura militar em 1968, op. cit.

<sup>267</sup> Ibid.

ameaçou coibir jornalistas que reportavam as manifestações estudantis, enquanto proibia que fosse divulgado o confronto do dia 19.<sup>268</sup>

No dia 20 de junho, aconteceria o ato que ficou conhecido como a “Quarta-feira Sangrenta”. Novamente, o movimento carioca iria até o MEC. Sabiam que, como nas vezes anteriores, a delegação estudantil não seria recebida. Mas, desta vez, resolveram preparar-se para ocupar o próprio prédio do ministério. Divididos em três colunas, os estudantes tentaram entrar no pátio do MEC. A polícia logo se aproximou e os estudantes, preparados com pedras, cacetes e coquetéis *molotov* atacaram os policiais. Logo as colunas se desorganizaram e foi cada um por si: “Os estudantes caíam, esfarrapados, machucados, sangrando, era uma loucura. E afinal não conseguimos ocupar o MEC”. Então, deslocaram-se para a Avenida Rio Branco e montaram uma barricada na avenida (mudando totalmente as táticas tradicionais, em vez de subir na contramão a avenida): “Naquela quarta-feira nos plantamos ali, no meio da avenida mais importante do Rio de Janeiro, defendendo com paus e pedras nossas posições atrás das barricadas”. Em frente ao antigo prédio do Jornal do Brasil, perto da Avenida Presidente Vargas, quando a tropa de choque estava próxima, Vladimir teria ordenado o ataque aos soldados: “E pela primeira vez partimos para cima da polícia. Jogamos pedras, avançamos batendo. Os soldados saíram correndo, com os estudantes atrás.” Em seguida, foram mandados os cavaleiros contra os estudantes, e muitos cavalos foram derrubados com bolas de gude. Quando um estudante resolveu pôr fogo num caminhão do Exército, a Polícia do Exército resolveu intervir no conflito. Por sua vez, os líderes preferiram decretar a retirada e marcaram a ocupação da universidade para o dia seguinte. Mas até altas horas da noite continuariam havendo conflitos, envolvendo agora populares, em destaque os *office-boys*, contra a polícia.<sup>269</sup>

No dia 21 de junho, ocorreu a já comentada Assembléia na Praia Vermelha, em que os estudantes obrigaram a Congregação da UFRJ a dialogar com eles. No fim da Assembléia, os 2 mil estudantes perceberam que a polícia cercara o local. O reitor tentava negociar a saída dos estudantes, mas era blefado. Ao saberem que a polícia prometera permitir a saída deles só após às 10 da noite (quando não haveriam testemunhas, nem a imprensa poderia noticiar a tempo a repressão), os estudantes entenderam que estavam numa armadilha e decidiram sair de qualquer jeito, naquela mesma hora, improvisando um pelotão de choque. O plano para a fuga

<sup>268</sup> *Ibid.*

<sup>269</sup> Vladimir Palmeira, *cit. in.* José Dirceu e Vladimir Palmeira. *op. cit.*, p. 103-104.

não deu exatamente certo e a última leva, com cerca de 400 estudantes, acabou ficando presa, diante da polícia que começara a atirar com fuzil. Por causa dos tiros, os últimos 400 estudantes se refugiaram no campo do Botafogo, onde foram espancados e humilhados pela polícia, inclusive com violência sexual contra moças. Foram feitas 311 prisões.<sup>270</sup> Prevendo a repressão desta noite, Vladimir e outros líderes estudantis do Rio de Janeiro já haviam convocado uma passeata para a manhã do dia seguinte, dia 21, que seria depois conhecida como a “Sexta-feira Sangrenta”.

Na mesma noite de quinta-feira, por sua vez, a televisão já transmitia as notícias sobre os 400 estudantes presos no campo do Botafogo. Na manhã de Sexta-feira, os jornais traziam estampados fotos e notícias sobre a violência policial. Gerara-se, deste modo, um clima de indignação e revolta em toda a população carioca. Quanto à passeata deste dia, ela tinha sido marcada na praça Tiradentes, com o intuito de despistar a repressão. Apesar de serem apenas 200 pessoas, dadas as condições, horário (8 da manhã) e convocação precários, Vladimir se apressou e iniciou a passeata, que rumou ao MEC. Ao passar por uma construção, recolheram paus, pedras e barras de ferro. O povo nas ruas, em vez de simpatia moderada, desta vez ostentava um forte apoio: “Nesse dia, porém, as ruas abriram alas para nós. Fomos recebidos de fato como representantes do povo; era uma mudança de ânimo extraordinária, da simpatia tímida para uma adesão entusiástica”. Desde bem cedo, aplausos, gente aglomerada nas ruas, gritos e papel picado jogado do alto. Mas a área em torno do MEC estava inteiramente tomada pela polícia. A passeata decidiu ir em direção da Cinelândia e, finalmente, resolvem marchar em direção à Embaixada dos Estados Unidos. Quando a embaixada começou a ser apedrejada, sua segurança respondeu atirando a esmo, fazendo os estudantes dispersarem. Quando se preparavam para continuar a passeata, a polícia chegou atirando, dispersando de vez os estudantes.

Para Vladimir, de qualquer maneira, os estudantes já tinham conseguido seu objetivo, dar um recado contra a repressão no campo do Botafogo. Porém, apesar dos líderes estudantis e da própria massa universitária terem encerrado seu protesto, não terminara ali a manifestação realmente. Em torno das 2 da tarde, já quase sem estudantes nas ruas, recomeçava a violência, com populares decidindo enfrentar a polícia que vinha agindo com brutal arbitrariedade, ao atacar violentamente qualquer concentração humana, mesmo as que se formavam para atravessar os cruzamentos das avenidas. Apenas durante a noite foi “restabelecida a ordem”,

<sup>270</sup> José Dirceu e Vladimir Palmeira. *op. cit.*

com a intervenção da Polícia do Exército. O relato de Alfredo Sirkis comprova que os estudantes não esperavam a reação popular contra a repressão:

“Cansado e meio impressionado com as cenas de tiros e mortes na Rio Branco, deitei para descansar um pouco... liguei o rádio. Falava de ‘clima de guerra’ no centro da cidade. Exagero, pensei.

Segundo o noticiário, prosseguiram os distúrbios no centro. Recebi com uma certa incredulidade a notícia. Como, se já tínhamos todos voltado para casa?”<sup>271</sup>

Vladimir Palmeira, no fim desta tarde se encontrou com outras lideranças, acreditando que tudo terminara, quando alguém avisou que a batalha continuava no centro: “Era incrível, a cidade pegando fogo, as ruas conturbadas, e nós da liderança estudantil – que tínhamos convocado a manifestação – ali sentados, sem saber de nada”.<sup>272</sup>

Na Sexta-feira Sangrenta, um policial fora morto, atingido por um objeto atirado do alto de um edifício. A imprensa descreveu que dezenas de policiais foram hospitalizado – no entanto, a própria imprensa mostrou que em muito casos isto se deu por “problemas morais”, não por ferimentos físicos. A polícia reconheceu apenas um morto entre os civis. Dados falam entre 10 e 20 populares mortos. Mas várias testemunhas afirmam que foram muito mais vítimas, alegando terem visto vários cadáveres estendidos na rua: “Dizem que a ditadura comprou o silêncio das famílias, pagou os enterros e ainda deu algum dinheiro a eles”.<sup>273</sup> Ventura fala que mil pessoas foram levadas presas ao DOPS.<sup>274</sup>

No mesmo dia 22 de junho, a polícia militar invadia todas as faculdades da Universidade Federal da Bahia, fazendo mais de 200 prisões. Também, em Brasília, os estudantes da UnB ocuparam o Congresso Nacional, protestando contra as intervenções policiais no seu *campus*.

No dia 24 de junho, foi a vez da cidade de São Paulo realizar uma manifestação estudantil, que não sofreu interferências da polícia. Na passeata, os estudantes atacaram os prédios da Secretaria da Educação, da Academia Paulista de Letras, do *Citibank* e da Farmácia do Exército. Diante do prédio do jornal O Estado de S. Paulo, franco-atiradores dispararam contra a multidão, que respondeu fazendo explodir dois coquetéis *molotov* na fachada do prédio. Um automóvel com placa oficial foi incendiado por um grupo de estudantes, enquanto

<sup>271</sup> Alfredo Sirkis, *Os carbonários: memórias da guerrilha perdida*, São Paulo: Global, 1984, Col. Passado e presente, 19, 9ª ed., p. 87.

<sup>272</sup> Vladimir Palmeira, *cit. in.* José Dirceu e Vladimir Palmeira. *op. cit.*, p. 126.

<sup>273</sup> José Dirceu e Vladimir Palmeira. *op. cit.*

outro grupo atacava um caminhão com garrafas de Pepsi-Cola. No fim, alguns dos estudantes ocuparam a Faculdade de Direito da USP, no Largo São Francisco. Neste mesmo dia, atos e passeatas se deram em Fortaleza, Belo Horizonte e Porto Alegre, com a polícia reprimindo os estudantes nas duas primeiras cidades. Outras cidades que tiveram importantes ações estudantis na segunda metade de junho foram: Curitiba, Recife, João Pessoa, Florianópolis, Natal, Belém, Vitória e São Luís.<sup>275</sup>

O grande evento deste segundo ciclo, na verdade, de todo o ano de 1968, foi a Passeata dos 100 mil, ocorrida no Rio de Janeiro em 26 de junho. Já no dia 22 de julho, a Sexta-feira Sangrenta, reuniram-se os principais líderes estudantis cariocas. Decidiram marcar uma grande manifestação para o começo da semana seguinte. Seria a passeata dos 100 mil. Centenas de estudantes ajudaram na distribuição de panfletos e na convocação para a grande passeata. Esperava-se um novo confronto com a repressão até que, para surpresa geral, o governador Negrão de Lima anunciou na televisão que a passeata estava permitida, além de decretar ponto facultativo para o dia de sua realização.

A Passeata dos 100 Mil tem várias semelhanças com a Marcha Silenciosa do México (de 13/09/1968). O número impressionante de pessoas reunidas, levando-se em conta a repressão costumeira de ambos os regimes contra as manifestações de oposição. A marcha pacífica (apesar de não se convocar o silêncio no Rio) de uma multidão composta não apenas por estudantes, mas engrossada pela população da metrópole e com o apoio de diferentes categorias sociais, em destaque as classes médias intelectualizadas. No entanto, o silêncio dos manifestantes e líderes da Marcha mexicana contrastaria com a retórica de líderes e militantes na Passeata carioca. Ameaçou-se no Rio, inclusive, partir para a violência na prática, pois setores mais radicalizados propuseram ocupar a rádio Guanabara – o que Vladimir Palmeira e outros líderes não aprovaram.

Falou-se que cem mil pessoas compareceram a esta manifestação: “a manifestação era muito grande, muito maior do que tínhamos imaginado”. Entre os presentes, predominavam os estudantes. Mas, assim como no enterro de Edson Luís, várias categorias sociais completaram o evento, incluindo padres, freiras, artistas e intelectuais (“não faltava ninguém das figuras mais conhecidas”). Notas de solidariedade aos estudantes foram manifestadas também por mães de alunos, professores, jornalistas, servidores, a Ordem dos Advogados do

<sup>274</sup> Zuenir Ventura. *op. cit.*

<sup>275</sup> Marcelo Ridenti. *op. cit.*

Brasil, setores do clero etc.<sup>276</sup> Nelson Rodrigues não deixaria de aproveitar para comentar a respeito daquela multidão composta pela classe média intelectual, distribuindo ironias ao relatar o momento em que Vladimir Palmeira pediu aos presentes que se sentassem na praça, durante o seu discurso:

“Ali, estavam médicos, romancistas, poetas, atores, atrizes, arquitetos, professores, sacerdotes, estudantes, engenheiros (só não víamos um único operário). Como reagiu a elite espiritual do país? Sentando-se no asfalto e no meio-fio. A única que permaneceu de pé e assim ficou foi uma grã-fina, justamente a que lera as orelhas de Marcusc. Estava com um vestido chegado de Paris. E não quis amarrotar a saia. Todos sentados e ela, alta, ereta, numa solidão de Joana D’Arc”<sup>277</sup>.

A passeata consistiu em um ato na praça na Candelária, uma marcha daí até a frente da Assembléia Legislativa, encerrando-se com uma homenagem a Tiradentes, em frente à sua estátua: “Foi tudo muito bonito, pacífico, tranqüilo”<sup>278</sup>.

Mas um jornal estudantil, lançado poucos dias depois da Passeata, tinha opinião muito diferente da de Vladimir. Na opinião de José Roberto Arantes era mistificador falar de uma “passeata pacífica”, pois os líderes estudantis teriam passado seis horas tentando

“educar as massas para a violência, para a necessidade de empregar a força para combater a repressão. Falou-se seguidamente, sob aplausos de todos, da necessidade de criação de um Exército Revolucionário para enfrentar a opressão... A necessidade da violência para transformar o País foi votada nesta assembléia (popular) e aprovada”<sup>279</sup>.

Ou seja, a violência foi o tom dos discursos, inclusive do próprio Vladimir Palmeira, que criticou o uso impensado da força contra a polícia, mas que disse apoiar seu emprego no momento certo quando, “através de um processo longo, chegar a hora de pegar nas armas”<sup>280</sup>. Por sua vez, Luís Travassos, presidente da UNE, afirmou que “arrancamos a legalidade desta manifestação. Mas isto não quer dizer que a luta acaba hoje”<sup>281</sup>. A esquerda estudantil, apesar do desenrolar pacífico da passeata, saturou os presentes com a mensagem da violência revolucionária.

<sup>276</sup> V. Palmeira, *cit. in.* José Dirceu e Vladimir Palmeira. *op. cit.*, p. 142.

<sup>277</sup> *Cit. in.* Zuenir Ventura. *op. cit.*, p. 156.

<sup>278</sup> V. Palmeira, *cit. in.* José Dirceu e Vladimir Palmeira. *op. cit.*, p. 142.

<sup>279</sup> *Cit. In.* Maria Ribeiro do Valle. *O diálogo é a violência: movimento estudantil e ditadura militar em 1968*, *op. cit.*, p. 75.

<sup>280</sup> *Cit. In. ibid.*

<sup>281</sup> *Cit. In. ibid.*, p. 77.

Seria formada uma Comissão Popular após a Passcata, composta por Hélio Pellegrino (representante dos intelectuais), o padre João Batista (do clero), Irene Papp (das mães) e os estudantes Franklin Martins e Marcos Medeiros. O objetivo desta Comissão era reivindicar do governo a libertação dos estudantes presos, a reabertura do restaurante Calabouço, o fim da censura aos teatros e a Reforma da Universidade nos rumos desejados pelo movimento estudantil. Em 2 de julho, a Comissão seria recebida pelo próprio presidente da República, o general Costa e Silva. Mas o diálogo foi um fracasso, com o presidente recusando todas as reivindicações da Comissão.

Dois dias depois da Passeata dos 100 Mil, 28 de junho, uma passeata estudantil em Brasília reuniu 10 mil participantes, sem registro de incidentes. No mesmo dia, em Porto Alegre, uma passeata estudantil acabou entrando em choque com a Brigada Militar, com feridos de ambos os lados. Em 29 de junho, em Recife, a polícia reprimiu uma manifestação estudantil. No mesmo Recife, em 2 de julho, uma nova passeata conseguiu se realizar sem ser reprimida, assim como, no dia seguinte, manifestações estudantis em Porto Alegre e Belo Horizonte.

Seis dias depois da Passeata dos 100 mil, outra passeata enorme se realizou no Rio de Janeiro, ficando conhecida como a Passcata dos “50 Mil”. Ela desfilou do centro até o Campo de Santana, onde ficava o Tribunal Superior Militar, exigindo a libertação de Jean Marc e de outros estudantes presos na “Quarta-feira Sangrenta”. Vladimir conta que, quando alguns comerciantes começaram a descer a porta de suas lojas, diante da chegada da passeata, muitos estudantes gritaram: “Abre, abre, quem quebra é a polícia”:

“A massa estudantil era realmente uma vanguarda social. Imediatamente os comerciantes reabriram as portas e o povo começou a aplaudir a nossa passagem. Uma coisa extraordinária. Também gritávamos: ‘Desce!’ para os que estavam observando nas janelas, e muitos desciam...Chegando ao Tribunal Militar, nós radicalizamos e pichamos o prédio de alto a baixo”.<sup>282</sup>

Mas no dia seguinte à Passeata dos 50 Mil, 5 de julho, o governo federal decretou a proibição de passcatas e manifestações em todo o país. Fechava-se, no âmbito legal, um dos principais meios de expressão dos estudantes em 1968. É claro que a repressão esteve em quase todas as manifestações de rua até então. Mas o fechamento legal definitivo, se não colaborou, ao menos coincidiu com o fim das manifestações de massa em 1968. A partir de

julho, as forças da repressão agiriam com rigor ainda maior tentando impedir qualquer manifestação de rua, como no Recife, em 9 de julho, quando 5 mil soldados tomaram as ruas da cidade para obstruir uma passeata dos estudantes.<sup>283</sup> Mesmo assim, muitas outras passeatas foram realizadas em todo o país. Mas elas tenderam, no segundo semestre, a ter menos manifestantes e ser reprimidas com mais violência.

Também as ocupações de faculdades seriam visadas pelo regime. No dia 14 de julho, em São Paulo, um juiz determinou a devolução do prédio da Faculdade de Direito, ocupado pelos estudantes, sob pena de reintegração com uso da força. Os estudantes anunciaram que iam resistir, fazendo com que vários setores sociais se mobilizassem em seu favor. Esperava-se um sério conflito. Em 17 de julho, a polícia cercou a faculdade. Segundo José Dirceu, presidente da UEE de São Paulo, não seria inteligente resistir à invasão policial. Com certeza, perderiam a batalha “e, depois, porque mais tarde poderíamos voltar a ocupar a qualquer momento – era só querer”.<sup>284</sup> Assim, os estudantes não resistiram à polícia, que entrou na faculdade de madrugada. Os quarenta estudantes apenas hastearam a bandeira nacional e começaram a cantar o Hino Nacional – e continuariam cantando, depois de presos, até chegarem ao DOPS.<sup>285</sup> No dia 23 de julho, seria a vez dos ocupantes da PUC-SP serem desalojados pela polícia.

No Rio de Janeiro, três ações estudantis se realizaram em solidariedade aos metalúrgicos que estavam em greve em Osasco. No dia 18 de julho, uma passeata. No dia 22, seria a vez dos secundaristas cariocas realizarem comícios relâmpagos. No dia 24 de julho, os estudantes invadiram por dez minutos a Delegacia do Ministério do Trabalho. Em São Paulo, uma pequena passeata aconteceu no dia 23 de julho. No dia 26, também na capital paulista, uma série de comícios relâmpagos se deram.

Em 2 de agosto, foi preso no Rio de Janeiro o presidente da UME, Vladimir Palmeira, o líder estudantil que mais vinha se destacando perante a opinião pública. Esboçou-se um pequeno ciclo de manifestação, durante o mês de agosto, em solidariedade a Vladimir, com protestos em Aracaju, Salvador, São Paulo, Porto Alegre e Minas Gerais. Sinal dos tempos, a passeata do Rio de Janeiro em 6 de agosto não pode acontecer: 8 mil homens das Forças Armadas e da polícia ocuparam a cidade com tanques e metralhadoras, para impedir a passeata,

---

<sup>282</sup> José Dirceu e Vladimir Palmeira, *op. cit.*

<sup>283</sup> Fernando Perrone, *op. cit.*, p. 153.

<sup>284</sup> José Dirceu e Vladimir Palmeira, *op. cit.*, p. 144.

<sup>285</sup> *O Estado de S. Paulo*, 19/6/1968, *cit. in. ibid.*



enquanto órgãos de informação prendiam 150 estudantes. A repressão se fez presente também em São Paulo. Nas manifestações de 9 de agosto, os estudantes armaram barricadas e pararam o trânsito, mas a polícia atacou indistintamente estudantes e populares. Novo ato em 16 de agosto, em São Paulo, também se deu debaixo de violenta repressão policial. Em 13 de agosto, em Belo Horizonte, estudantes invadiram a Prefeitura e aí realizaram um comício. Nos dois dias seguintes, ainda em Belo Horizonte, realizaram-se novas passeatas e comícios relâmpagos. Mas no dia 19, a polícia militar ocupou as ruas da capital mineira para impedir novas manifestações.

No dia 14 de agosto, em Fortaleza, ocorreram passeata e comícios relâmpagos. No dia 1, no Rio de Janeiro, DOPS e Polícia Federal invadiram a Faculdade de Letras da UFRJ. Em Goiânia, no dia 19 de agosto, apesar de proibidos, os estudantes realizaram uma nova manifestação. A passeata, que protestava contra a prisão de estudantes, os Acordos MEC-USAID, a ditadura e o imperialismo, durou até às 11 horas da noite, quando foi dispersada pelos policiais, que efetuaram pelo menos 50 prisões (segundo a imprensa; outros relatos falam em cerca de 150 presos).

Em 23 de agosto, em São Paulo, estudantes do Conjunto Residencial da USP (CRUSP), moradia de estudantes da USP, prenderam seis agentes policiais, soltos depois que a polícia militar começou a atacar o CRUSP. Em 27 de agosto, os moradores do CRUSP invadiram a parte administrativa da moradia. No dia seguinte, uma passeata estudantil na cidade de São Paulo foi reprimida pela polícia, com vários feridos e mais de 60 presos. Nova passeata, no dia 28, reunindo também jornalistas, terminou com 500 pessoas detidas.

Um outro momento chave de 1968 foi o dia 29 de agosto, quando a Universidade de Brasília foi violentamente invadida por forças da repressão. Protestando contra a invasão, dias depois, o deputado de oposição Márcio Moreira Alves faria um discurso que seria usado pelo governo federal como argumento para decretar o AI-5 em dezembro. Fala-se mesmo de um plano dos militares da linha dura para provocar uma situação de confronto entre o governo e o Congresso Nacional para forçar o endurecimento do regime. O *campus* foi invadido em uma operação que envolveu a polícia militar, o DOPS, a polícia federal, o SNI e a polícia do Exército, que alegaram estar fazendo buscas de estudantes com prisão preventiva declarada. Salas foram arrombadas e alunos foram espancados dentro das salas de aula, assim como professores e até deputados que tentavam socorrer os estudantes. Um estudante ficou gravemente ferido por um tiro e outro enlouqueceu em consequência das agressões. Os

repressores alegaram que foram recebidos com pedras e disparos e mostraram material “subversivo” encontrado no local – e o próprio reitor da UnB alegou que vinham ocorrendo reuniões de “caráter altamente subversivo” no *campus*. Era a repressão tentando inverter o sentido dos fatos. Segundo relatos de diversos professores, agentes do DOPS haviam se infiltrado entre os estudantes, tentando provocar uma reação violenta dos alunos. Na verdade, a própria polícia federal havia no dia anterior à invasão certificado-se da ausência do reitor na UnB e avisado ao hospital de Brasília que receberia feridos. Vários jornalistas acusaram a linha dura de procurar criar esta situação de indignação geral da sociedade civil e do Congresso e que até as agressões contra os deputados foram premeditadas.<sup>286</sup>

Neste mesmo dia, também a Universidade Federal em Belo Horizonte foi invadida pela polícia, enquanto que, em Porto Alegre, uma passeata estudantil era dissolvida pela polícia. No dia 30 várias manifestações estudantis repudiando a invasão da UnB aconteceram, em destaque a do Rio de Janeiro. Uma passeata que se realizou na própria capital do país teve novos choques entre estudantes e policiais.

Enquanto isto, em Goiás, uma portaria da Secretaria Estadual de Educação determinou o fechamento dos grêmios estudantis e autorizou a expulsão de alunos que não acatassem esta ordem. Em 30 de agosto, um grupo de alunos do Colégio Pedro Gomes abriu à força as portas do seu Grêmio – 24 alunos seriam expulsos em consequência deste ato. Este incidente faria os estudantes de Goiânia recusarem-se a participar dos preparativos do desfile de 7 de Setembro. E, num instante de ousadia, fizeram um “protesto épico” no dia da Independência:

“Logo após o desfile das Forças Armadas, entrariam os estudantes secundaristas na avenida, tendo à frente a espartana fanfarra do Lyceu de Goiânia. Escondíamos faixas, cartazes, panfletos, estilingues, pedras, bolinhas de gude para receber a Polícia Montada, dentro das calças e das camisetas... Entramos em cena na avenida, protestando, gritando palavras de ordem, levantando faixas... A polícia veio em cima... Correria, gritos, pedradas, bombas de gás lacrimogêneo, comícios relâmpagos, viaturas policiais viradas e incendiadas”.<sup>287</sup>

Até populares participaram do confronto com a polícia, com feridos de ambos os lados e dezenas de prisões efetuadas. No mesmo dia, em São Paulo, vários estudantes seriam presos por distribuir panfletos durante os desfiles da independência. No final de setembro, enquanto acontecia a VIII Conferência dos Exércitos Americanos, no Rio de Janeiro, os estudantes

<sup>286</sup> Maria Ribeiro do Valle. O diálogo é a violência: movimento estudantil e ditadura militar em 1968, *op. cit.*

<sup>287</sup> Francisco Sapiciência e Gilvan Neiva, *cit. in.* Teresinha Duarte. *op. cit.*, p. 136-7.

organizaram uma semana de protestos, indignados principalmente com a presença do general norte-americano William Wetmoreland, que comandou tropas no Vietnã.

No início de outubro aconteceriam novas cenas de violência causadas por setores ligados à linha dura do regime, agora em São Paulo. Tratou-se do que ficaria conhecido como a “Guerra da Maria Antonia”, um pretense conflito entre estudantes da Faculdade de Filosofia da USP e da Universidade Mackenzie, vizinhos na rua Maria Antonia. No fim do incidente, o prédio da Faculdade de Filosofia da USP foi destruído (depredado, incendiado e invadido por tropas policiais) com a complacência e talvez para conveniência do governo do Estado, governo federal e até de autoridades universitárias. É o que se pode concluir a partir da documentação oficial produzida pela Congregação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, apurando os fatos ocorridos em 2 e 3 de outubro. Era o chamado “Livro Branco”, cujo original desapareceu, sob o silêncio da reitoria da USP – mas uma cópia havia sido feita pelo relator, Antonio Cândido. O “Livro Branco” parece comprovar que o incidente na rua Maria Antonia foi, na verdade, “um ataque organizado e articulado, paramilitarmente, por integrantes do Comando de Caça aos Comunistas (CCC)”. O CCC era um grupo pára-militar formado por estudantes da extrema direita. Durante 1968 o prédio de Filosofia da Maria Antonia esteve ameaçado de ser invadido pelo CCC várias vezes, o que motivou o movimento estudantil a ocupá-lo desde junho.<sup>288</sup>

Para José Dirceu, o movimento estudantil e a UEE de São Paulo tinham hegemonia até mesmo dentro do Mackenzie, em 1968. O DCE do Mackenzie também era ligado à UEE, assim como quatro dos seus CA's. No entanto, os CA's de Química, Filosofia e Direito do Mackenzie opunham-se à UEE – e muitas das bombas do CCC que incendiaram o prédio da USP vieram dos laboratório de Química do Mackenzie (mas uma foto do arquivo de Antonio Cândido mostra uma bomba incendiária, usada no conflito, de fabricação norte-americana). A assembléia na USP que decidiu ir à “guerra”, não via como “inimigos” os estudantes do Mackenzie, mas sim os membros do CCC.<sup>289</sup>

No dia 18 de outubro, um informativo do CA da Faculdade de Economia da USP contestava a versão, difundida pela imprensa, de que houvera uma espécie de “guerra de gangs” rivais na rua Maria Antonia:

<sup>288</sup> Irene Cardoso. “Maria Antonia: o edifício de n. 294”, in: José Roberto Martins Filho (org.). *op. cit.*, pp. 27-48, p. 33.

<sup>289</sup> José Dirceu e Vladimir Palmeira. *op. cit.*

“Segundo versão oficial, (os confrontos) envolveram estudantes da Filosofia contra os do Mackenzie. A realidade, no entanto, mostrou uma agressão partida de uma organização declaradamente pára-militar de extrema direita (o CCC), que contou de início com a omissão e depois com o apoio policial contra o Movimento Estudantil, representado naquele momento por alunos da Filosofia e Economia da USP, secundaristas e outros, inclusive mackenzistas”.<sup>290</sup>

O conflito se iniciou depois que estudantes do Mackenzie agrediram, em 2 de outubro, secundaristas que faziam pedágio na rua Maria Antonia. Por causa disto, os estudantes da USP fecharam a rua e ergueram barricadas, cobrando pedágio de quem quisesse passar. Criou-se um clima de tensão entre as duas universidades. José Dirceu considerou o fechamento da rua como uma inútil provocação e mandou recuar a barricada para que os carros pudessem entrar. Mas, segundo Dirceu, horas mais tarde “inventaram que não podíamos mais fazer barricadas. Resolvemos ser firmes e não ceder... A tensão foi crescendo e os boatos também. Tínhamos certeza de que seríamos atacados. No fim da tarde começou a batalha, que durou dois dias”. Na manhã do dia 3, estudantes do Mackenzie arrancaram faixas colocadas na Filosofia e agrediram estudantes da USP que tentaram impedi-los. Recomeçou a luta, até ao meio dia com pedras, “depois, rojões, bombas *molotov*, barras de ferro, pedaços de pau, ácido, tiros”.<sup>291</sup> Os estudantes da USP usaram armas deixadas pelo Agrupamento Revolucionário, respondendo aos tiros de carabina de membros do CCC. Mas o Mackenzie ficava em posição mais alta, o que era vantagem do ponto de vista militar. Diante da derrota eminente, os estudantes da USP decidiram desocupar o prédio da Filosofia, no início da noite, e fazer do CRUSP o novo centro do movimento estudantil de São Paulo. Mesmo quando apenas os bombeiros estavam dentro da Filosofia, bombas incendiárias continuavam sendo atiradas do Mackenzie. Durante o conflito, a Guarda Civil e, mais tarde, a Força Pública, com policiamento ostensivo, apenas observaram o conflito, fazendo um cordão de proteção aos prédios do Mackenzie (uma universidade particular, enquanto o prédio público era destruído). Ao fim, quando o prédio da Filosofia já estava vazio e incendiado, os policiais invadiram o prédio. Os policiais aproveitaram para invadir também o prédio da Faculdade de Ciências Econômicas da USP, próximo à Filosofia, com tiroteios na entrada, explosão de bombas no interior e a prisão de

<sup>290</sup> *Vanguarda no Exílio*, Centro Acadêmico, Visconde de Cairu, da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas da USP, mimeo, n. 1, São Paulo, 18/10/1968, p. 1.

<sup>291</sup> José Dirceu, José Dirceu e Vladimir Palmeira. *op. cit.*, p. 151-2.

três professores da Faculdade de Filosofia lá refugiados. Com o fim do conflito, fez-se festa na rua Maria Antonia, em que se ouviram “vivas ao Brasil e ao CCC”.<sup>292</sup>

Nos conflitos do dia 3 morreu um estudante, o secundarista José Guimarães. De posse de sua camisa ensangüentada, José Dirceu discursou em passeata de protesto improvisada. Na passeata que subiu as principais ruas de São Paulo, muitos carros foram virados e queimados, sob a palavra de ordem, “Mataram um estudante, abaixo a ditadura!”. Enfim, chegaram policiais militares que dispersaram a passeata usando gás lacrimogêneo. Os estudantes tentaram marcar um cortejo fúnebre para o dia seguinte, 4 de outubro, querendo repetir o ato popular que marcou o enterro de Edson Luís (e que dera origem ao movimento de 1968). Mas o enterro, marcado para às quatro da tarde, acabou acontecendo bem cedo, acompanhada apenas por amigos e parentes de José Guimarães, depois que a casa do estudante morto foi cercada por duzentos guardas civis. Às duas da tarde começaram a se concentrar os manifestantes, com a presença inclusive de artistas liderados por Cacilda Becker. Até mesmo estudantes do Mackenzie compareceram a este protesto. Resolveram fazer um “enterro simbólico”, usando um caminhão do Serviço Funerário Municipal e dois caixões vazios, um deles usado na passeata: “Com a revolta que tomava conta da cidade, aquela manifestação foi uma das maiores de São Paulo. Havia milhares e milhares de pessoas nas ruas”.<sup>293</sup> Alguns quiseram até roubar o corpo já enterrado no cemitério para enterrá-lo de novo em cerimônia pública, idéia logo abandonada. Na praça da República, fizeram-se ouvir discursos muito radicais, como o de Edson Soares, da UNE, “que propôs logo a criação de um exército revolucionário para derrubar o exército da ditadura”. Em resposta, Dona Luzia Freire, falando em nome da “União das Mães contra a Violência”, disse que “violência gera violência e pediu para a passeata ser pacífica”.<sup>294</sup> Segundo Dirceu, quando ele discursou, havia pelo menos 10 mil pessoas ocupando a Avenida São João. Foi quando a Força Pública interveio, espancando e prendendo muitas pessoas. A violência era tamanha que os estudantes não conseguiam mais utilizar a tática do reagrupamento e a passeata findou.<sup>295</sup>

Em 5 de outubro, a polícia militar invadiu a Faculdade de Filosofia da Universidade Federal, em Belo Horizonte, e prendeu 20 estudantes. No dia seguinte, em São Paulo, os estudantes ocuparam o CRUSP e se armaram, à espera do conflito com o CCC. Uma passeata

<sup>292</sup> Irene Cardoso. *op. cit.*

<sup>293</sup> José Dirceu, *cit. in.* José Dirceu e Vladimir Palmeira. *op. cit.*, p. 156.

<sup>294</sup> *Ibid.*

<sup>295</sup> José Dirceu e Vladimir Palmeira. *op. cit.*

programada para o dia 7, no centro de São Paulo, foi impedida porque a polícia ocupou o centro.<sup>296</sup>

No dia 8 de outubro, ainda em São Paulo, ocorreu uma nova passeata estudantil com o apoio de artistas, mães, professores e membros da Igreja, denunciando a polícia e o CCC. Entraram em prontidão toda a Força Pública, DOPS, polícia civil e II Exército. A polícia usou bombas e cães, fez centenas de prisões (inclusive de 3 jornalistas) e baleou um estudante. Estudantes e grupos de segurança formados para proteger a passeata responderam com rojões, pedras, paus, bolinhas de gude e rolhas de cortiça contra a cavalaria. A reação dos manifestantes, usando pequenos grupos de segurança, havia sido decidida na noite anterior, numa assembléia no CRUSP que contou inclusive com a participação de representantes das mães. Os pequenos grupos armados seriam usados para retardar a ação policial, enquanto a multidão dispersava-se para depois reaglutinar-se em outro local. A população jogou do alto dos prédios objetos contra a polícia, enquanto donos de lojas deram abrigo aos estudantes.<sup>297</sup> O movimento estudantil em São Paulo ainda tentou realizar novas ações. Em 9 de outubro, a polícia impediu uma manifestação, prendendo 82 pessoas e ferindo cinco à bala. No dia seguinte, ao reprimir uma pequena passeata de 500 estudantes, a polícia fez 100 presos, o que ilustra o grau da repressão neste momento – entre os presos, um padre e seis feridos à bala.

No dia 11 de outubro iniciava-se o 30º Congresso da UNE, no município de Ibiúna, interior do Estado de São Paulo, num sítio. Planejava-se fazer um Congresso clandestino, como ocorrera nos anos anteriores. Mas o número de presentes era maior desta vez – previam-se cerca de 800 delegados, além dos observadores. Logo os moradores de Ibiúna se alarmaram com a movimentação anormal de jovens na cidade e nas imediações do sítio. A polícia foi comunicada e, no dia seguinte, quase todos os participantes do Congresso seriam presos.

A preparação do Congresso ficou marcada pela desorganização e a pretensão de ser um simulacro da luta guerrilheira. Quando Vladimir Palmeira chegou ao sítio considerou que “aquilo era uma catástrofe”: chuva torrencial, arquibancadas cavadas no barro, falta de condições para abrigar e disfarçar a presença de oito centenas de pessoas. José Dirceu conta que tiveram de improvisar uma cobertura e as pessoas tinham de dormir em colchõezinhos no barro, enfrentando um frio terrível. Vladimir alega que teria sido melhor fazer mesmo um Congresso aberto ou um encontro clandestino em outro lugar, reunindo cem ou duzentos

<sup>296</sup> José Alfredo Vidigal Pontes e Maria Lúcia Carneiro. *op. cit.*

<sup>297</sup> Maria Ribeiro do Valle. *O diálogo é a violência: movimento estudantil e ditadura militar em 1968, op. cit.*

delegados (como se fizera outras vezes). Segundo Dirceu, a idéia mesmo da clandestinidade parecia ir ao encontro da crescente militarização do movimento estudantil, inclusive entre a Dissidência de São Paulo, que dominava a UEE:

“No fundo, já predominava em boa parte da Dissidência de São Paulo uma visão militarista, que defendia a ida geral para a clandestinidade. O congresso acabou obedecendo a esta linha... Eu não fui verificar antes. Se tivesse ido, não deixaria o congresso ser feito lá, e sim no CRUSP, repetindo o encontro da UEE... São Paulo é enorme, com certeza poderia absorver e dissimular o movimento”.<sup>298</sup>

O primeiro dia do Congresso também se notabilizaria pelo conflito entre os “partidos” estudantis. Vladimir Palmeira e José Dirceu, das Dissidências da Guanabara e São Paulo, formavam uma aliança e sua chapa certamente iria vencer as eleições no Congresso, tendo Dirceu como candidato à presidência da UNE. A outra chapa, que controlava até então a presidência da UNE, com Luís Travassos, era ligada à Ação Popular e trazia Jean Marc como candidato (que acabaria sendo eleito meses depois em pequenos congressos regionais). Em 1968 se verificavam novamente uso de estratégias desonestas na nomeação de delegados:

“Nós criticávamos muito a AP pelo hábito de roubar na representação... No congresso anterior (em 1967), o Travassos havia sido eleito por uma diferença de seis votos, numa aliança com a Polop contra nós. Mais tarde, boa parte daqueles representantes da AP veio fazer vestibular no Rio. Reconhecemos os delegados e vimos que eram secundaristas; tinha havido sacanagem”.<sup>299</sup>

Mas, segundo o mesmo Vladimir, em Ibiúna foi a vez da Dissidência de São Paulo (responsável pela organização do Congresso) tentar introduzir delegados irregularmente credenciados. Assim, quase todo o primeiro dia do Congresso foi gasto na discussão dos pedidos de impugnação de delegados.

Tal era o grau de divisão entre os partidos estudantis que eles não conseguiram entrar em acordo, sobre o que fazer, nem mesmo quando se anunciou uma provável invasão policial. Segundo narram José Dirceu e Vladimir Pereira, logo às cinco da manhã chegara a informação de que a polícia estava se dirigindo ao sítio. Enquanto a AP resistia à idéia de suspender o Congresso, os líderes dissidentes decidiram esperar todos acordarem e tomar o café para depois começar a evacuar o local – achavam que só à tarde a polícia chegaria ao local. Ambos

<sup>298</sup> José Dirceu e Vladimir Palmeira *op. cit.*

<sup>299</sup> V. Palmeira, *cit. in.* José Dirceu e Vladimir Palmeira *op. cit.*, p. 166.

estavam errados: ainda de manhã a polícia chegou atirando, cercou o local e rapidamente prendeu as principais lideranças.<sup>300</sup>

Zuenir Ventura descreve que, quando os soldados se dirigiram a Ibiúna

“foram adestrados para uma operação de grande risco, algo como a tomada de um acampamento de ‘guerrilheiros’. Houveram despedidas dramáticas e até alguns deixaram testamento. O tiroteio da chegada demonstraria que os policiais acreditavam estar indo a uma espécie de guerra. Em lugar de perigosos inimigos, os invasores encontraram jovens abatidos pela fome, pelo frio e pelo desalento”.<sup>301</sup>

Facilmente o sítio foi cercado pela polícia, sem a menor resistência. Na revista, os policiais encontraram poucas armas mas muito material de propaganda – e a imprensa destacaria muito os *posters* de Guevara. Os estudantes foram obrigados a marchar 12 quilômetro pela estrada enlameada, enquanto os policiais militares provocavam: “Vocês não podem reclamar de nada. Isso até que é bom para vocês. É um verdadeiro exercício de guerrilhas”.<sup>302</sup> Já na cidade de Ibiúna, foram colocados em ônibus e caminhões com destino a São Paulo. Eram 720 presos, cerca de 10 jornalistas. Luís Travassos, Vladimir Pereira (recém liberto no Rio) e José Dirceu estavam entre os presos e foram enviados ao DOPS. Os demais estudantes foram conduzidos ao presídio Tiradentes.

Para Dirceu, mais grave que a prisão, dado que quase todo mundo foi liberado dias depois, foi o fato de todos eles terem sido fichados, o que foi um excelente banco de dados de nomes e endereços para o futuro da repressão à luta armada e, mesmo no presente, contra o movimento estudantil.<sup>303</sup>

Entre o movimento estudantil, o desmantelamento do Congresso da UNE foi objeto de amplas discussões e gerou uma pequena onda de protestos em todo o país, protestos que colaboraram na decisão de soltura de quase todos os presos de Ibiúna. O jornal do Grêmio da Filosofia da USP comentou que “a repressão racionalizada da ditadura, prendendo os delegados do Congresso da UNE, provocou um duro golpe no ME” e que o fracasso do Congresso se deveu a “um desvio de ultra-democracia”, pelo fato de se tentar reunir número tão grande de delegados em condições clandestinas. Mas passava logo à conclamação dos estudantes: “Agora, uma pergunta: a UNE foi presa? Ou a UNE somos nós?” O jornal

<sup>300</sup> Zuenir Ventura. *op. cit.*

<sup>301</sup> *Ibid.*, p. 252.

<sup>302</sup> *Jornal da Tarde* de 14/10/1968, *Cit. In.* Maria Ribeiro do Valle. *O diálogo é a violência: movimento estudantil e ditadura militar em 1968*, *op. cit.*, p. 146.



defendia a necessidade da semi-clandestinidade na reorganização do movimento estudantil, ainda em torno das entidades livres, pois novas lideranças seriam criadas no processo de reorganização.<sup>304</sup> Mais otimista ainda seria um documento de militantes estudantis afeiçoados à “luta de massas” do Rio de Janeiro. Eles acreditavam que a prisão dos participantes do Congresso não foi “um golpe demolidor” no movimento estudantil, como queria crer a ditadura, mas apenas retardava a realização da última fase deste Congresso “e o que parecia um êxito da ditadura converteu-se, no mesmo instante, em mais uma de suas contundentes derrotas políticas” pois “com seu ato arbitrário, a ditadura ajudou a despertar e mobilizar novos setores estudantis que se conservavam, até então, indiferentes ou influenciados pelo apolitismo” e, agora, “a bandeira da UNE está, mais do que nunca, nas mãos firmes de milhares e milhares de estudantes”.<sup>305</sup>

Nestes documentos foi usada a mesma frase que esteve nas manifestações em vários locais contra as prisões: “A UNE somos nós”. Ou seja, os manifestantes queriam dizer que toda a massa estudantil era a UNE, não apenas os líderes e delegados presos em Ibiúna. Logo após o fracasso de Ibiúna, houveram manifestações em solidariedade aos presos em Salvador, Recife, Florianópolis, Belém, Maceió, Natal, Fortaleza, Ribeirão Preto, Campinas, Vitória, Belo Horizonte e Brasília, fazendo uso de passeatas e comícios relâmpagos, na sua maioria enfrentando a repressão policial e sendo efetuadas novas prisões. Em Belém do Pará, estudantes ocuparam a rodoviária e denunciaram pelo sistema de som o que ocorrera em Ibiúna. Em São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte, muitas faculdades realizaram um novo tipo de greve, a “grevilha” (fazendo menção ao tão propalado tema da guerrilha). Na grevilha, os estudantes vão às salas de aula e respondem a chamada, mas ficam debatendo problemas do movimento estudantil. Uma comissão de mães dos estudantes presos mobilizava-se em frente ao Presídio Tiradentes, fazendo vigília permanente, levando alimentos, remédios e roupas para os presos, recebendo mães vindas de fora do Estado e ostentando cartazes como: “São Paulo não é campo de concentração”. O I Fórum dos Professores Universitários no Rio de Janeiro, em 15 de Outubro, comemorou o “Dia do Professor” com uma concentração em frente ao MEC, protestando contra as prisões. Florestan Fernandes discursou dizendo que os estudantes eram “os únicos a lutar contra o governo” e pediu que população e os professores lutassem pela reabertura de todas as entidades estudantis. Logo o governador de São Paulo declarou que

<sup>303</sup> José Dirceu e Vladimir Palmeira. *op. cit.*

<sup>304</sup> “A UNE somos nós”, *Jornal do Grêmio da Filo-USP, mimeo*, 1968, p. 4-5.

libertaria todos os estudantes sem prisão preventiva declarada. O DOPS pediria a prisão preventiva de 71 estudantes, sendo os demais, inclusive alguns líderes, libertados. Nove líderes, entre eles Dirceu, Vladimir e Luís Travassos, foram levados para o Forte Itaipu, em Santos.<sup>306</sup>

O combatido movimento estudantil tentaria convocar um “Dia Nacional de Protesto”, em 22 de outubro, realizando manifestações em São Paulo, Fortaleza, Belo Horizonte e Salvador. Mas, além da maior parte da massa estudantil não mais responder aos apelos dos militantes, “a polícia já não hesitava em dissolver à bala as manifestações pacíficas, invadir Igrejas e hospitais. Sua ação provocava desânimo e medo em vez de indignação”. E, segundo vários relatos, a atitude de algumas centenas de militantes de responder à cada violência com atos nas ruas, apenas os conduziam ao isolamento.<sup>307</sup> Estas e outras manifestações no final de outubro protestavam também contra a manutenção dos três principais líderes nacionais, Vladimir, Dirceu e Travassos, na prisão. Em 22 de outubro, dois mil estudantes cariocas, liderados por Elinor Brito (do Calabouço) e Carlos Alberto Moniz (da UME), ocuparam por meia hora a antiga sede da UNE, incendiaram um carro oficial e bloquearam o trânsito para impedir a ação do DOPS. Ainda neste dia, uma nova passeata no Rio foi dispersada pela polícia, sem prisões, mas com um policial ferido com uma pedrada no rosto. No dia 23 de outubro, ocorreram duas passeatas. Numa delas, com estudantes da Faculdade de Ciências Médicas, agentes do DOPS apareceram atirando, matando o estudante Luiz Paulo Cruz Nunes. Os estudantes buscaram refúgio no Hospital das Clínicas, que foi cercado e invadido pela polícia. No dia 24, para protestar contra a morte de Luiz Paulo, realizou-se nova passeata no centro do Rio de Janeiro. A polícia promoveu um tiroteio de 15 minutos, em que foram ouvidas até mesmo rajadas de metralhadoras e pelo menos duas pessoas foram mortas (um escrivão e um operário). Ainda no dia 24, agentes do DOPS invadiram novamente o Hospital das Clínicas para ameaçar médicos e enfermeiros. Os mesmos agentes, junto com membros do CCC, estiveram presentes também no enterro do estudante Luiz Paulo, procurando dificultar o trabalho dos fotógrafos e impedir que o pai do estudante falasse com os presentes.<sup>308</sup>

Em dezembro, enquanto quase cessava o movimento estudantil, extrema direita e forças oficiais de repressão continuavam agindo. Além dos atentados da extrema direita, na

<sup>305</sup> Celso Nunes *et. al.* “Defender a UNE e realizar vigorosas ações de massas”, *mimeo*, 1968 p. 4, 12, 16.

<sup>306</sup> *Jornal da Tarde*, 14/10/1968, *Cit. In.* Maria Ribeiro do Valle. O diálogo é a violência: movimento estudantil e ditadura militar em 1968, *op. cit.*, p. 154-55

<sup>307</sup> Daniel Aarão Reis Filho. “O ano mágico”, *op. cit.*, p. 18.

madrugada do dia 17 de dezembro, o Exército, usando tropas e tanques, invadiu a Cidade Universitária (o *campus* da USP onde também fica o CRUSP).<sup>309</sup>

### Idéias e formas de ação

Publicações das entidades estudantis a partir de 1965 comprovam a multiplicidade de temas debatidos por seus militantes. Mas alguns temas se destacam, como os acordos MEC-USAID, a ilegitimidade do regime militar e o antiimperialismo. Ao aproximar-se do ano de 1968 e durante o próprio movimento de 1968, um tema se tornou cada vez mais central: a questão da violência.<sup>310</sup>

É interessante dar alguns exemplos que demonstram isto. Na *Revista DCE-USP Livre*, de 1965, após a apresentação do diretor do DCE, temos diversos artigos: “Análise e perspectivas do movimento universitário” (de Ana Diniz, secretária geral da UNE), “A luta contra a Lei Suplicy” (Francisco Rocca), “Reforma universitária e acordo MEC-USAID” (Fernando de Azevedo), “Alfabetização, Paulo Freire, a MOVE e você”, “O papel da mulher na sociedade atual” e “Teatro de estudantes – de Hamlet à Morte e Vida Severina”. Ao final, um conto (de autoria de Gilberto de Pierro), seções sobre formação profissional, integração do calouro na universidade e documentos sobre a “Crise na Universidade de Brasília”. Nos temas, vemos preocupações específicas do movimento estudantil de então, com a própria organização estudantil, com a Reforma Universitária, a Lei Suplicy e o acordo MEC-USAID, mas também preocupações com a “cultura popular” (o método de alfabetização de Paulo Freire e o teatro de protesto), além de seções com questões específicas aos estudantes – da integração do calouro à questão profissionalizante.<sup>311</sup>

Na *Revista Revisão*, do Grêmio da Faculdade de Filosofia da USP, de setembro de 1967, o editorial “O governo Costa e Silva” faz uma rápida análise da condição política e econômica do país. O editorial conclui com precisão que “o governo Costa e Silva parece que oscila entre a linha dura das Forças Armadas e as campanhas propagandísticas de ‘liberalização’”. As matérias a seguir, são: “O XXIX Congresso da UNE” (com uma reportagem sobre o

<sup>308</sup> Maria Ribeiro do Valle. *O diálogo é a violência: movimento estudantil e ditadura militar em 1968*, op. cit.

<sup>309</sup> João Roberto Martins Filho, *Rebelião estudantil: 1968 - México, França e Brasil*, Campinas: Mercado de Letras, 1996.

<sup>310</sup> Ver Maria Ribeiro do Valle. *O diálogo é a violência: movimento estudantil e ditadura militar em 1968*, op. cit. A autora, gentilmente, emprestou para esta tese vários dos documentos estudantis que ela possui.

<sup>311</sup> *Revista DCE-USP Livre*, Diretório Central dos estudantes da Universidade de São Paulo “DCE Livre”, n. 1, São Paulo, 1965.

Congresso, a transcrição da Carta Política da UNE e uma análise da Carta), “A guerrilha na Guatemala”, “O caso Debray”, entrevistas com militantes da esquerda argentina e a resenha do livro “Revolução na revolução?” de Régis Debray.<sup>312</sup> Uma comparação entre as duas publicações parece comprovar que um fundo comum de temas continuava sendo preservado (questões estudantis e críticas ao regime militar), assim como se comprova a maior presença da UNE (pelo espaço reservado na revista ao Congresso e à Carta Política da UNE). Mas o espaço que mais crescia visava discutir os temas da luta armada, da guerrilha ou da violência revolucionária. Para discutir a violência, pelo fato de em 1967 ainda não terem entrado em ação as esquerdas armadas no Brasil, a revista *Revisão* precisou reportar-se ao exemplo da Guatemala, ao livro de Régis Debray e a dois esquerdistas argentinos. Ao mesmo tempo, porém, a questão da “luta armada”, neste momento pelo menos, colaborava com a internacionalização do movimento estudantil brasileiro, que dialogava com diversas fontes internacionais, principalmente latino-americanas.

Estas duas publicações ilustram também que os movimentos estudantis de 1968 no Brasil, assim como no México e como em qualquer outro lugar, desenvolveram meios alternativos de informação. Deste modo, os estudantes conseguiram se comunicar entre si e com diversos setores sociais. Em 1968, as dificuldades da ilegalidade e o ritmo frenético dos acontecimentos dificultariam as entidades de realizarem publicações muito elaboradas. Abundam textos e documentos mimeografados, depois de terem sido datilografados apressadamente. No segundo semestre, tais documentos adquirem caráter semi-clandestino, muitas vezes vindo sem as referências de quem, quando ou como foram produzidos. Como o jornal *O Despertador* que, no seu número 5 traz a reportagem “Cresce a resistência popular ao governo”. Nela, é dito que o “governo é odiado pelos patriotas e democratas” e que “ações vigorosas de diversas camadas sociais... em todo o país” ajudam a isolar a ditadura, num otimismo que contrastava com a real queda do movimento estudantil e a crescente opção pela clandestinidade da luta armada. Entre as ações vigorosas, procura identificar intelectuais condenando o “terrorismo intelectual”, ações de camponeses “em vários pontos do país”, “donas de casa” que se “armam contra a carestia da vida” e correntes democráticas inconformadas. Neste final de 1968, ainda que existam realmente muitos setores insatisfeitos, a grande rede de protestos contra o governo parece muito mais uma criação imaginária, fruto da “vontade” de ver luzes no fim do túnel. Na nota “Humorismo” é narrada a discussão entre um

<sup>312</sup> Grêmio da Faculdade de Filosofia da USP, n. 5, São Paulo, setembro de 1967.

estudante e o governador de São Paulo, que findou quando o governador ordenou a prisão do “subversivo”. O artigo “Por que nós...?”, discutido no item sobre as classes médias, pergunta porque, naquele momento, eram os estudantes que estavam à frente da oposição ao regime. Segue-se o artigo “Expandem-se a luta dos povos contra os opressores ianques” (sobre a Guerra do Vietnã e outras lutas antiimperialistas) e uma carta entre “primos” (que relatam as condições deploráveis de um colégio técnico). Em outras notas se fazem várias denúncias, em que se destacam os ideais nacionalistas e antiimperialistas do jornal: a falência de uma empresa brasileira que tentou concorrer contra um truste norte-americano de café solúvel, a Petrobrás a caminho da sua desnacionalização, o Acordo MEC-USAID, a posse de 1/5 do território nacional por empresas e cidadãos norte-americanos, os atentados a D. Hélder Câmara e a defesa do TFP (Tradição, Família e Propriedade, ultra-conservadora agremiação católica) pelo ministro da Justiça. O artigo “Traição” considera que a Revolução Russa estava sendo traída com a invasão da Checoslováquia pelas tropas do Pacto de Varsóvia. Ao fim do jornal, temos notas sobre seminários estudantis e uma seção sobre “frases notáveis” (como “Enquanto o capitalista tira ouro do nariz, o operário passa fome” e “Devemos ser contra tudo aquilo que o nosso inimigo apóia e a favor de tudo aquilo que ele combate” – que indicam uma crescente adesão das esquerdas estudantis à a retórica simplista, intolerante e militarista).<sup>313</sup>

Analisando os panfletos e manifestos publicados pelo movimento estudantil endereçados à sociedade civil, vemos que abundam temas que tentam despertar a indignação moral da população, assim como valores nacionalistas e a defesa do Estado de Direito e da democracia. Durante a Passeata dos 100 Mil, um panfleto da UNE distribuído apelava principalmente para a indignação moral da população:

“Povo da Guanabara... agora sabemos que estamos vivendo numa ditadura que nos sufoca, que nos desacata, e nos impede de progredir.

Os vexames que sentiram as moças, que foram espancadas com socos e pontapés e que sentiram a sanha dos tarados policiais que deram vazão a seus instintos bestiais e selvagens, provocaram em toda a classe estudantil uma revolta sem dimensão”.<sup>314</sup>

Nos vários outros manifestos e panfletos de 1968, recolhidos pelos serviços de informação dos órgãos policiais e militares, podemos notar a presença constante de temas que visam criar indignação pública contra o regime, assim como valores nacionalistas, legalistas e

<sup>313</sup> *O Despertador, mimeo*, São Paulo, n. 5, novembro de 1968.

<sup>314</sup> *Cit. In* Maria Ribeiro do Valle. O diálogo é a violência: movimento estudantil e ditadura militar em 1968, op.

democráticos. Muitas vezes, no mesmo panfleto ou manifesto, estes temas e valores convivem contraditoriamente com a defesa da violência, o anti-parlamentarismo e o desafio à legalidade. Dois panfletos do dia 31 de março, o segundo do Centro dos Estudantes Secundários do Ceará, o primeiro não assinado, afirmam:

“A ditadura comemora mais um aniversário – assassinando estudante”.

“Companheiros.

O governo militar está em desespero. O assassinato de nosso companheiro na Guanabara o demonstra.... Para comemorar o aniversário do golpe militar de 31 de março de 1964, o governo fascista espanca e assassina estudantes...

A luta continuará com a união dos estudantes, operários e camponeses até o poder: os primeiros passos já foram dados.

Só morrem as causas pelas quais ninguém morre”.

Um panfleto feito na Bahia, com a data de 14 de junho e o título “Ao povo e aos trabalhadores da Bahia”, dos Estudantes da Escola Politécnica, anuncia que estavam em greve desde o dia anterior “contra o corte de verbas destinadas à educação feita pela ditadura reacionária entreguista a qual continua a impor ao povo brasileiro, o caminho da fome, da miséria e da opressão”. Um panfleto da UEE de São Paulo (da cisão da AP), denuncia a ditadura e conclama a “Guerra Popular Prolongada”:

“No Brasil inteiro, a Polícia e as Forças Armadas se lançam em massa contra estudantes e populares, espancam e matam. Em São Paulo a covarde repressão de Sodré prende estudantes e professores isoladamente, à porta de suas casas. Mais de 40 estudantes e professores estão presos neste momento. Muitos deles estão sendo torturados e mortos nos cárceres da Polícia Política. Contra a violência das prisões, das torturas e das mortes, só a violência organizada do povo como resposta... Guerra prolongada contra ditadura armada. Contra a violência da ditadura só a violência do povo”.

Inspirados também pelos *shows* e peças dos grupos de teatro politizados, como Arena e Opinião, que escreviam enredos sobre Zumbi e Tiradentes, alguns símbolos nacionalistas mais tradicionais foram às vezes adotados pelos estudantes. Foi o caso de Tiradentes, mártir da luta pela Independência, cuja estátua serviria em Belo Horizonte (em 21 de abril de 1966), Rio de Janeiro (no final da Passeata dos 100 Mil) e Curitiba como ponto de referência para atos de protesto contra o regime que atentava contra as liberdades políticas.

O antiimperialismo, como já tivemos oportunidade de analisar no final do capítulo 2, foi um dos temas mais importantes na retórica da revolta estudantil brasileira. Este tema era essencial para a AP, que fez dele um pilar básico dos manifestos e documentos da UNE. Na Declaração de Princípios do 28º Congresso da UNE, de 1966, podemos ler: “O imperialismo, o latifúndio e a burguesia que se uniram em abril, sob o comando da casta militar, para instalar a tirania no País, são as mesmas forças que assassinam a população do Vietnã; são as mesmas forças que ocupam a República Dominicana; tentam invadir Cuba”.<sup>315</sup>

No mesmo tom era tratado o acordo MEC-USAID que, para Ana Diniz, fazia “parte de uma política global que caracteriza o comprometimento do governo com interesses estrangeiros, e deixa clara a estrutura de dominação a que o povo está submetido”.<sup>316</sup> Saltando para 1968, Jean Marc, da AP e futuro presidente da UNE, afirma em um documento no segundo semestre:

“O imperialismo americano controla a maioria de nossas riquezas naturais e amplia este controle comprando mais terras sob a orientação do levantamento aero-fotográfico realizado pela Força Aérea norte-americana... Assim, atualmente, 1/5 de nosso território está nas mãos de americanos...”

A quase totalidade das indústrias de base no Brasil estão sob controle do imperialismo americano e cada dia ele aumenta este controle...

No campo político, o imperialismo força cada dia uma participação maior nos assuntos do Estado brasileiro. A ditadura é aperfeiçoada para servir os seus interesses...

Paralelamente ao controle do Estado, é montada uma máquina para realizar diretamente as tarefas que a ditadura não está capacitada a cumprir satisfatoriamente” – (ações e agências que vão criando “raízes profundas em todos os campos”, como USAID, USIS etc.).<sup>317</sup>

Em tom didático, claro, direto e, muitas vezes, de modo simplista, radical e dramático, a esquerda estudantil procurava transmitir à massa estudantil, e à população como um todo, as suas verdades sobre a ditadura e o imperialismo. Deste modo, os “partidos” estudantis assumiam facilmente uma postura elitista, que convivía paradoxalmente com a crença de que só cabia às classes trabalhadoras a direção da revolução. Já havia sido notada uma postura

<sup>315</sup> *Cit. in.* Artur José Poerner. *op. cit.*, p. 355-357.

<sup>316</sup> Ana Diniz, “Análise e perspectivas do movimento universitário”, *in.* *Revista DCE USP Livre*, n. 1, São Paulo, 1965, pp. 3-13, p. 8.

<sup>317</sup> Jean Marc. “O movimento estudantil e a luta popular”, *mimeo*, 1968, p. 3.

clitista nas entidades estudantis desde o período populista. O elitismo é, de certo modo, uma herança que o movimento estudantil de 1968 trouxe do populismo, herança que é mesmo reforçada pelo fato de, em 1968, os estudantes aparecerem como a vanguarda da oposição ao regime anti-democrático (“os estudantes têm sido um núcleo em torno do qual está se travando a luta contra a ditadura”).<sup>318</sup>

Em 1965, na apresentação da Revista DCE USP Livre, Jorge Fagali Neto ostentou um elitismo quase absoluto ao analisar o papel dos universitários no processo de transformação social:

“São eles uma pequena parcela privilegiada da juventude, que teve acesso aos meios de informação e conseguiu – graças a múltiplos fatores – chegar a uma Universidade. Esta responsabilidade não é apenas do presente, mas também futura, enquanto seremos os líderes do amanhã em processo de evolução e o próprio instrumento da luta que nos é colocada como desafio... Porém, para serem autênticos, os líderes devem usar plenamente, com acerto, estes instrumentos, isto é, através da capacidade de dialogar com seus liderados (no caso, o diretor refere-se aos jovens)... O líder deve ter pleno conhecimento da realidade, das condições de sua terra, aspirações e, a partir da análise da realidade, propor-lhes soluções cabíveis para a concretização dos ideais”.<sup>319</sup>

Ana Diniz, secretária da UNE em 1965, mistura elitismo com um discurso anti-alienação:

“Os cento e sessenta mil universitários deverão dar ao Brasil parte das perspectivas para tirar o País do atual estágio de subdesenvolvimento, neste século tecnocrata. Isto dá ao movimento universitário uma importância especial, pois somos a elite dirigente em formação e a isto devemos responder com uma tomada de posição, para que deixemos de ter uma função e *status* na elite dominante, a fim de nos identificarmos definitivamente com o povo”.<sup>320</sup>

Esta tendência elitista, ainda forte pela proximidade com o período populista, se diluiria um pouco nos anos seguintes. Mas estaria presente na atitude “pedagógica” dos militantes diante dos leitores dos seus textos e dos ouvintes dos seus discursos. Em vez do elitismo, a retórica estudantil, principalmente em 1968, destacava a necessidade de uma revolução levada a efeito pela mobilização das classes trabalhadoras. Mesmo para a AP, que

<sup>318</sup> “A situação no Brasil e o movimento estudantil”, *mimeo*, p. 2.

<sup>319</sup> *Cit. in. Revista DCE-USP Livre*, Diretório Central dos estudantes da Universidade de São Paulo “DCE Livre”, n. 1, São Paulo, 1965, p. 1.



defendia a transformação do movimento estudantil em um partido anti-ditadura, a concepção de que os estudantes vinham apenas abrir ou mostrar o caminho às classes populares era dominante.

“Todos nós éramos fracos politicamente. Todos nós éramos sem formação teórica, salvo raríssimas exceções... Tínhamos lido muito pouco e não tínhamos conhecimentos de Brasil, da cultura do nosso povo, desprezávamos o Estado Brasileiro... Éramos altamente voluntaristas e triunfalistas”.<sup>321</sup>

Se o elitismo pode ser encarado como uma limitação na constelação ideológica do movimento estudantil brasileiro, a concepção acima citada, de que os estudantes abriam alas para uma revolução popular (e violenta) contra o regime militar, também levou o movimento de 1968 a vários impasses. Não cabe aqui julgar os militantes e as esquerdas estudantis. Mas, mesmo entre os defensores da “luta específica”, a defesa da violência popular revolucionária foi afastando os militantes da massa estudantil. Estrategicamente pode-se demonstrar que houve um equívoco. Como afirma Maria Ribeiro do Valle, a defesa (e a prática, em alguns casos) da violência pela esquerda estudantil serviu para o regime militar justificar, diante de muitos setores sociais, a repressão contra o movimento de 1968, ao mesmo tempo que regime escondia sua própria escalada em direção ao terror.<sup>322</sup> Temos aqui, na verdade, dois temas – a relação do movimento estudantil com as classes populares e a questão da violência – que serão retomados adiante.

O movimento estudantil de 1968 tocou em muitos outros aspectos que eram específicos a uma mobilização tipicamente juvenil. Se alguns foram muito bem destacados, como a questão universitária, nem todos eles foram objeto de reflexão mais profunda por parte dos “partidos estudantis”, como o tema do conflito de gerações. Ainda assim, o reino livre e criativo das faixas ostentou, durante o velório de Edson Luiz, a frase: “Os velhos no poder, os jovens no caixão”.<sup>323</sup> Marialice Foracchi já havia considerado a greve estudantil de 1962 como, no seu aspecto mais profundo, um conflito de gerações, no qual se enfrentaram estudantes e professores. Mas, desde então, questões políticas gerais mais urgentes tomavam quase todo o

<sup>320</sup> Ana Diniz, “Análise e perspectivas do movimento universitário”, in: *Revista DCE USP Livre*, n. 1, São Paulo, 1965, pp. 3-13, p. 4.

<sup>321</sup> Athos Magno, líder do DCE da Universidade Federal de Minas Gerais em 1968 e depois militante do Var-Palmares, participando de seqüestro de avião desviado para Cuba em 1970, cit. In: cit. In: Teresinha Duarte. *op. cit.*, p. 142.

<sup>322</sup> Maria Ribeiro do Valle. *O diálogo é a violência: movimento estudantil e ditadura militar em 1968*, *op. cit.*

<sup>323</sup> Zuenir Ventura. *op. cit.*, p. 102.

espaço de reflexão entre os estudantes, impossibilitando melhores reflexões sobre o caráter “juvenil” do movimento estudantil.

Por sua vez, alguns intelectuais das gerações mais maduras preferiam destacar o ímpeto e a pureza da ação juvenil. Vinicius de Moraes diria em 1968:

“E há os estudantes. São maravilhosos, e dando lição de cultura aos pais e professores. Saem à rua como um fogo que se alastra, fazendo comícios relâmpagos, topando as paradas com a polícia e conseguindo unir todas as camadas da população, com exceção dos milicos. Outro dia nós saímos em passeata cívica, e éramos 100.000 na avenida Rio Branco... Uma beleza. Se alguma coisa de bom tem que sair deste país, vai ser à base do movimento estudantil”.<sup>324</sup>

Para Florestan Fernandes, a mudança nos valores da juventude brasileira, que deixa de descer a maturidade, que pretere a “experiência acumulada” em troca da “capacidade para a experiência nova”, que busca (no âmbito da universidade) a auto-afirmação e o “domínio das técnicas sociais que asseguram eficácia à capacidade de lidar com a ‘experiência nova’”, estava erroneamente sendo encarada como “subversão”:

“Esse raciocínio é monstruoso. O extremo radicalismo do jovem brasileiro parece ser, visto sociologicamente, um produto histórico de sua situação de existência. O desafio não parte da supressão ou da contenção desse radicalismo. Mas de seu aproveitamento útil e normal pela sociedade... Só há um meio para evitar que o radicalismo degenera em problema social: a sua canalização socialmente construtiva.... É preciso não temer-se o jovem; ele não é um perigo social... Contudo, ele poderá tornar-se muito perigoso, se receber uma educação frustrada e alienada socialmente”.<sup>325</sup>

Florestan conclui que para canalizar o ímpeto radical da juventude, era necessário criar um ensino universitário autêntico. Fernando Pedreira caminha para conclusões semelhantes, refletindo principalmente sobre a necessidade de abertura política no país:

“O movimento dos estudantes, que assumiram a vanguarda do processo, é desorientado, afoito. Que fazer? Condená-los simplesmente. Isto equivaleria a jogar pela janela as melhores possibilidades de educação do povo e de progresso.

<sup>324</sup> *Cit. in.* Franklin Pedroso e Pedro Karp Vasquez. *op. cit.*

<sup>325</sup> Florestan Fernandes. *op. cit.*, p. 30-1.

Na verdade, se os verdadeiros democratas assumissem no Brasil uma atitude mais corajosa, mais firme e mais lúcida, é provável que a salutar rebeldia dos jovens encontrasse canais mais ordenados, caminhos mais seguros e eficazes”.<sup>326</sup>

Em outro artigo, diria Pedreira, ainda sobre o radicalismo juvenil:

“Os jovens não seriam jovens, se já soubessem; se não se inclinassem, como se inclinam, para o unilateralismo e o maniqueísmo; se não se deixassem empolgar tanto por ilusões e *slogans* novos e velhos. Mas são exatamente esses ‘defeitos’ da juventude que lhes permitem quebrar barreiras, sacudir a apatia social, precipitar mudanças que já deviam ter vindo e que a força da rotina, o peso dos privilégios, os compromissos dos adultos e o ‘realismo’ dos políticos vão adiando indefinidamente...”

Precisamos deles (os jovens) e de todo o seu inconformismo. A verdade é que, neste ano de 1968, quem devolveu ao quadro político brasileiro o pouco de vitalidade e alento que agora temos, foram exatamente os estudantes”.<sup>327</sup>

Marialice Foracchi, num artigo originalmente escrito para a revista feminina *Cláudia*, descreve o jovem na sociedade moderna como um “ser em transição” que, “embora sensível e criativo, é obrigado a sacrificar a sensibilidade e imaginação à rotina, ao consagrado”. Além disto, a juventude enfrentava um “estado de perplexidade social”, uma “sociedade em crise”. Foracchi, depois de identificar a juventude problema como a “juventude de classe média” e apontar as culpas da estrutura obsoleta da universidade, afirma:

“É normal que os jovens se rebelem e que não aceitem a sociedade. É até inevitável que isso aconteça. Os jovens não têm interesses formados nem compromissos com a ordem social existente. A sociedade poupa-os desses vínculos... O jovem não tendo nenhum compromisso firmado... pode fazer amplas críticas ao mundo em que vive. Mas, ao mesmo tempo, por não estar vinculado a nada, suas críticas não chegam a ameaçar a estabilidade social”.<sup>328</sup>

Segundo Foracchi, a voz sábia da sociedade deveria dizer o seguinte aos jovens: “Por algum tempo, vocês estão dispensados de agir e pensar como adultos. Isto pode ficar para depois. Por enquanto sejam espontâneos, fiéis à sua juventude, críticos, audaciosos e até

<sup>326</sup> Fernando Pedreira. “A santa ignorância”, in. *op. cit.*, pp. 117-119, p. 119 (Artigo de 23/06/1968).

<sup>327</sup> Fernando Pedreira. “Basta o marechal”, in. *op. cit.*, pp. 135-138, p. 136-7 (Artigo de 22/09/1968).

<sup>328</sup> Marialice Mencarini Foracchi. “Você é contra a juventude?”, in. *A participação social dos excluídos*, *op. cit.*, p. 26, 29 e 30. (Publicado na Revista *Cláudia*, São Paulo, Abril, São Paulo, agosto de 1968).

insolentes. Estamos aqui para protegê-los, porque devemos também nos proteger. O protesto é necessário porque denuncia as falhas mais profundas da sociedade”.<sup>329</sup>

José Dirceu, um dos líderes de 1968, diria trinta anos depois, como se quisesse repetir as reflexões mais positivas sobre a juventude feitas por alguns adultos:

“Em 68 eu era um jovem rebelde, o que nessa época fazia parte de um sentimento de mundo. Como eu, havia milhares e milhares nas ruas de São Paulo e de todas as cidades do planeta, e víamos o futuro sem medo algum; pelo contrário, nós éramos o futuro. Vivi num mundo em que as idéias progressistas, de esquerda, predominavam e prometiam grandes mudanças. E os jovens estavam na vanguarda dessas mudanças”.<sup>330</sup>

Apesar dos preconceitos em relação ao tema, a concepção da juventude como agente transformador da sociedade estaria presente também dentro do movimento estudantil. Fagali Neto, na sua já comentada apresentação à revista do DCE da USP, também ostentou claramente esta concepção: “A juventude sempre representou, na História, um papel fundamental na transformação da sociedade, na reformulação de suas estruturas. Esta função de agente renovador se torna mais clara no mundo subdesenvolvido, onde os jovens, desde cedo, são chamados a tomar posições maduras, devido à rapidez com que evolui o processo de transformações”.<sup>331</sup>

Poerner, então com 28 anos e no último ano do curso de Direito, publicou em 1968 um livro sobre a história do movimento estudantil. Na apresentação, Poerner aproxima o conflito de gerações com o nacionalismo progressista, na sua defesa da UNE e dos estudantes:

“O adolescente ainda não sabe o que deseja ser, mas já tem certeza de que não pretende ser, de jeito nenhum, aquele pai ‘quadrado’ e tacaño que tem por Deus o Dinheiro, por Diabo o Comunismo e por Bíblia o vespertino O Globo... O conflito de gerações existe no Brasil, com em quase todo o mundo... Mas, em nosso país deixa de ser simples conflito para se transformar em rebelião social da juventude, quando o ‘velho’ aos olhos do jovem deixa de ser simplesmente um ‘quadrado’ para se transformar num reacionário”.<sup>332</sup>

Assim, algumas vezes o movimento estudantil utilizou a retórica do conflito de gerações e da juventude como revitalizadora da sociedade. Em 1968, diante de mais uma das infelizes declarações do ministro da Educação, Muniz Aragão (“o povo brasileiro deve

<sup>329</sup> *Ibid.*, p. 29-30.

<sup>330</sup> José Dirceu, *cit. in.* José Dirceu e Vladimir Palmeira. *op. cit.*, p. 25.

<sup>331</sup> Jorge Fagali Neto. “Apresentação”, *Revista DCE USP Livre*, n. 1, São Paulo, 1965, p. 1.

<sup>332</sup> Artur José Poerner. *op. cit.*, p. 32.

entender que o ensino universitário é restrito a uma elite”) e também reagindo contra a tentativa de se implantar o pagamento de anuidades em diversas universidades públicas, a União Paranaense dos Estudantes protestou com esta retórica: “Os velhos mais uma vez corrompem a juventude brasileira cerceando-lhe o que seria fundamental para a elevação e realização do povo, o acesso à educação e à cultura, pois sabemos que um país não vale pela extensão territorial de suas terras ou limites geográficos, mas pela qualidade de seu povo”.<sup>333</sup>

Nos documentos mimeografados dos estudantes, de 1968, era possível encontrar textos dizendo: “O que eu espero dos jovens do meu país eles já estão fazendo. Ai daquela nação que possuir seus jovens passivos e conformistas frente a seus problemas”.<sup>334</sup> Ao mesmo tempo, num documento vindo exatamente de Curitiba (onde se fez a declaração citada no parágrafo acima) os autores diziam sentir-se ofendidos com as tentativas de caracterizar o movimento estudantil como uma “luta de gerações” ou como “inconformismo existencial”. Para eles, estas versões tinham o intuito de despolitizar o movimento que, no entender deles, encaixava-se sim no contexto mais geral das lutas populares contra a ditadura e o imperialismo.<sup>335</sup> Luís Travassos, presidente da UNE em 1968, é também taxativo: “É preciso desmistificar essa história de conflito de gerações, poder jovem e outras bobices. O que há – quer a gente queira ou não – é uma luta de classes. Não é de moços contra velhos, mas de oprimidos contra opressores. E os estudantes querem lutar junto com o povo por sua libertação”.<sup>336</sup>

Algumas vezes, porém, os documentos da esquerda estudantil de 1968 combinariam as duas concepções – a revolta juvenil e a luta contra a ditadura. Num deles, logo após ser dito “A violência reacionária e fascista foi deflagrada contra nós; responderemos com a justa violência revolucionária e popular”, conclui-se: “Não podemos deixar de ser hostis à ditadura e de ser jovens rebeldes e insubmissos porque somos brasileiros e amamos a liberdade e a cultura”.<sup>337</sup>

Ao meu ver, muito destas contradições do movimento e das esquerdas estudantis advém mesmo da juvenildade, até exagerada, que o 1968 brasileiro cultivou, apesar disto não ter sido suficientemente refletido e, até mesmo em alguns casos, ter sido rechaçado. A juvenildade gerou, no movimento estudantil brasileiro, em 1968, excessiva confiança, posturas

<sup>333</sup> Cit. In. Rafael Rosa Hagemeyer. *op. cit.*, p. 102-3.

<sup>334</sup> *O Despertador, mimeo*, São Paulo, n. 5, de novembro de 1968, p. 6.

<sup>335</sup> “Programa para o movimento estudantil”, *mimeo*, Curitiba, outubro de 1968, p. 7.

<sup>336</sup> Daniel Aarão Reis Filho. “O ano mágico”, *op. cit.*, p. 98.

<sup>337</sup> Celso Nunes, Roberto Roldan, Luiz D’Avila e Deocléio Novaes, “Defender a UNE e realizar vigorosas ações de massas”, *mimeo*, 1968, p. 11.

elitistas e até a aposta de alguns na saída radical da luta armada: “Nós desprezávamos também a história e a vida começava era conosco. O que tinha passado estava morto. Então éramos assim: os donos da revolução e do destino dos povos, o destino do povo brasileiro que estava de certa forma em nossas mãos. Essa foi a base política, ideológica e psicológica para que nós decidíssemos que íamos fazer a guerra de guerrilha”.<sup>338</sup>

Também a juvenildade liga o movimento brasileiro a outras revoltas juvenis dos anos 1960, permitindo que consideremos todos como uma “onda mundial de revoltas”. Vários fatores interligam o Brasil a esta onda mundial, como as transformações na universidade, o surgimento das novas classes médias, a atuação globalizante dos meios de comunicação de massa e da indústria cultural, o terceiro mundismo, os novos esquerdismos, as transformações nos comportamentos, valores e artes etc. No entanto, o principal denominador comum, o componente capaz de interligar os movimentos foi a juvenildade:

“É difícil reproduzir o que foi o espírito de 68, mas posso dizer que havia uma poderosa força simbólica impulsionando a juventude, representada pela guerra do Vietnã, os Beatles, a revolução sexual, a luta nos Estados Unidos pelos direitos civis, Che Guevara, as guerras de libertação da África. O mundo parecia estar explodindo. Na política, no comportamento, nas artes, na maneira de viver e de encarar a vida, tudo precisava ser virado pelo avesso”.<sup>339</sup>

A geração 1968, para José Dirceu

“É a geração do mundo, da humanidade e não apenas do Brasil. Porque o mundo tal como o conhecemos, a aldeia global, surge depois da Segunda Guerra Mundial. O que era o mundo para nós? Era a guerra do Vietnã e a luta pelos direitos civis nos Estados Unidos, era a invasão da Checoslováquia e o Maio francês, era a revolta contra o totalitarismo na Alemanha e a revolução anti-colonialista. Fazíamos parte desse quadro planetário, acompanhávamos o que estava acontecendo”.<sup>340</sup>

A própria UNE demonstrou em várias ocasiões uma consciência internacionalista, colocando-se como parte de um processo mais geral de revoltas contra o imperialismo e o capitalismo. A Carta Política do 29º Congresso da UNE, de 1967, após fazer uma análise do papel do movimento estudantil, da situação internacional e nacional, descreveu ao final um “Plano de Luta”, que inclui: luta antiimperialista, luta contra a ditadura, luta contra o Acordo

<sup>338</sup> Cit. in. Teresinha Duarte. *op. cit.*, p. 142.

<sup>339</sup> José Dirceu, *cit. in.* José Dirceu e Vladimir Palmeira. *op. cit.*, p. 25.

MEC-USAID, mais verbas para o ensino e mais vagas, promoção de seminários nacionais e regionais estudantis, integração com movimento secundarista e com professores, integração com movimentos estudantis da América Latina e em todo o mundo e aperfeiçoamento dos instrumentos de ação da UNE.<sup>341</sup>

Deve-se lembrar, nesta questão do internacionalismo, também o aspecto internacional das ideologias que animavam as novas esquerdas no Brasil e no mundo (inspiradas pelo foquismo, maoísmo, trotskismo, socialismo cristão etc.), assim como o fato da Polop trazer a questão da “universidade crítica” ao interior do movimento estudantil brasileiro. Também outros movimentos internacionais foram refletidos dentro do Brasil, principalmente o Maio de 1968 na França. O jornal *Grêmio Informa*, dos estudantes da Filosofia da USP, feito ainda no calor dos acontecimentos franceses é quase todo dedicado à análise do Maio de 1968.<sup>342</sup> O título já traz uma pergunta típica daqueles dias: “França. Reforma ou Revolução?” Entre os textos, a análise da preparação de um suposto contragolpe de De Gaulle junto às suas Forças Armadas e a discussão sobre a greve geral, que parecia pôr a França na rota certa da revolução socialista, enquanto o Partido Comunista Francês apostava na via eleitoral e era considerado por Cohn-Bendit como traidor dos operários. Outro texto dedica-se a desqualificar Cohn-Bendit (afinal, era um anarquista sendo analisado por dissidentes comunistas), chamado de “menino raivoso”. Finalmente, considera a divisão dos estudantes franceses em várias correntes como uma “confusão ideológica”. É interessante refletir o fato de que se poderia dizer praticamente o mesmo sobre o movimento estudantil brasileiro, no qual uma miríade de organizações da nova esquerda estudantil disputavam a primazia (ainda que seja necessário ponderar um certo papel de centralização que a UNE conseguiu exercer no Brasil, algo que não se deu na França). Também o jornal da UEE de São Paulo dedicou artigos, em junho, sobre o movimento na França, repetindo várias das informações e análises do jornal da Filosofia.<sup>343</sup> Curiosamente, apesar de animado com a mobilização dos operários na França, o jornal da UEE não parece acreditar que os estudantes franceses pudessem ter algum papel na luta dos operários franceses – tudo é muito curioso, pois os estudantes franceses conseguiram realizar exatamente aquilo que desejavam os brasileiros: colocar em ação o movimento operário de seu país. Em mais um dos paradoxos e impasses do 1968

<sup>340</sup> In. José Dirceu e Vladimir Palmeira, *op. cit.*, p. 32.

<sup>341</sup> “Carta Política da UNE, aprovada no XXIX Congresso em julho de 1967”, *op. cit.*

<sup>342</sup> *Grêmio Informa*, Grêmio da Faculdade de Filosofia da USP, *mimeo*, São Paulo, maio de 1968.

<sup>343</sup> Artigos no *Jornal da UEE*, gestão Nova UEE, *mimeo*, São Paulo, junho de 1968.

brasileiro, os militantes estudantis parecem deslizar por sobre as teses da esquerda ortodoxa que ainda sobreviviam em seu seio, incorrendo, muitas vezes de modo pouco consciente, na desqualificação do seu próprio movimento.

Por outro lado, nas suas irrupções de irreverência e ousadia (típicos da juvenildade), os estudantes pareciam até exagerar. Em maio de 1968, várias declarações do governo federal indicavam preocupações quanto à possibilidade de que aquilo que acontecia na França se repetisse no Brasil. Ao que comentou provocativo um vice-presidente da UNE: “Nossos generais podem ficar tranquilos; o que aconteceu na França não vai se repetir no Brasil. Será muito pior”.<sup>344</sup>

Mas é correta a tese de que o movimento estudantil brasileiro projetou-se antes da maioria das revoltas de 1968, inclusive antes do Maio parisiense. No final de março e começo de abril, como vimos, já acontecia no Brasil o primeiro ciclo das grandes manifestações estudantis de 1968, como atesta Vladimir Palmeira: “Eu sempre digo isso, até parece que é birra: o protesto na França chegou muito tarde. Quando aconteceu, nós já estávamos com o nosso movimento consolidado”.<sup>345</sup> Quartim de Moraes também insiste sobre este ponto, enfatizando as causas específicas do 1968 brasileiro e os aspectos que demonstram sua face autônoma.<sup>346</sup> Ambos estão corretos, o movimento brasileiro começou antes da maioria das demais revoltas de 1968 e teve um forte grau de autonomia em relação a elas. Mas não se deve esperar, nas relações entre as revoltas do Primeiro e do Terceiro Mundo, que apenas o Primeiro Mundo possa influenciar o Terceiro. Na onda mundial de revoltas, inclusive em 1968, o sentido das influências veio muito mais do Terceiro para o Primeiro Mundo, assim como o papel de estopim e exemplo coube muito mais ao Terceiro Mundo. Deste modo, novamente pode-se enfatizar o caráter “mundial” das manifestações estudantis de 1968, incluindo-se aí o Brasil.

### **Luta de massa *versus* luta específica**

Em 1968, as esquerdas estudantis enfrentaram uma verdadeira “guerra” ideológica e política em torno do controle da UNE e do movimento estudantil. Após afastarem o PCB da influência na UNE, as novas esquerdas, a AP, as Dissidências e, com menor presença, a Polop

<sup>344</sup> Cit. in. Teresa Guimarães. “UNE era o canal de expressão da sociedade”, in. *O Estado de S. Paulo*, 10/5/1998, p. A14.

<sup>345</sup> Vladimir Palmeira, in. José Dirceu e Vladimir Palmeira. *op. cit.*, p. 33.

<sup>346</sup> João Quartim de Moraes. *op. cit.*



e o PCBR, passaram a digladiar-se pelo poder na entidade. No final de 1968, segundo alguns relatos, as Dissidências reaproximavam-se do PCB que, caso não tivesse ocorrido o desastre em Ibiúna, poderia voltar a ocupar cargos na diretoria da UNE.

Durante o ano de 1968, as disputas políticas e ideológicas se cristalizaram relativamente em duas posições principais, que representariam também as duas principais esquerdas estudantis, dois programas para a UNE e duas chapas para o 30º Congresso. As esquerdas minoritárias no movimento estudantil tiveram uma postura relativamente fluida em torno destas duas posições, a luta de massas defendida pela AP e a luta específica proposta pelas Dissidências.

A definição destas duas posições dentro das esquerdas estudantis se deu em maio de 1968, no Conselho da UNE em Salvador (quando se reuniram os diretores da UNE e representantes dos DCE's). O programa da luta de massa defendido pelo presidente Luís Travassos, da AP, foi rejeitado pela maioria do Conselho, que aprovou o programa da luta específica. As Dissidências, neste momento, dominavam grande parte das UEE's, DCE's e CA's e, em conjunto com a Polop, conseguiram uma pequena maioria dentro da diretoria da UNE. Também a forma de realização do 30º Congresso da UNE criou fortes discussões: a AP queria fazer um evento aberto e para breve, aproveitando-se do bom momento vivido pelo movimento estudantil, com o intuito de fazer uma demonstração política contra a ditadura; as Dissidências, na versão vencedora, desejavam fazer o Congresso em várias etapas, com o intuito de organizar o movimento estudantil e reforçar o papel institucional da UNE em relação às demais entidades.

A AP não aceitou tranquilamente sua derrota no Conselho de Salvador. Ela levou à público a sua tese da luta de massas, convocou Conselhos não reconhecidos pela maioria da diretoria da UNE e ameaçou realizar um Congresso paralelo. O movimento parecia caminhar para uma cisão ou uma dualidade institucional semelhante à que a UEE de São Paulo vinha enfrentando desde 1967. A AP não aceitara a derrota, em 1967, nas eleições em São Paulo que elegeram José Dirceu como presidente da UEE, alegando fraude, e insistiu na manutenção de Catarina Melloni como presidente da entidade. Como vimos, representantes das duas UEEs em pelo menos uma ocasião brigaram sobre o controle de uma manifestação (em 1 de abril), além de marcarem sempre assembleias ao mesmo tempo. Até que, depois de uma gigantesca assembleia promovida pela UEE de Dirceu no CRUSP, a diretoria rival reconheceu a legitimidade de Dirceu.

Corno resultado das desavenças no Conselho de Salvador, a UNE publicou uma revista que reproduzia textos que defendiam as duas posições que se enfrentaram no Conselho. O primeiro documento apresentava a luta de massas (daí surgindo também o termo “1ª posição”), assinado pelo próprio presidente da UNE, Luís Travassos, e dois vice-presidentes. Nele, é criticado o encaminhamento dado para o 30º Congresso da UNE e defende-se o que chamam de “luta ofensiva” (“a luta do movimento estudantil contra a ditadura e o imperialismo”). Denuncia o que é chamado de travamento de discussões sobre o 30º Congresso no Conselho de Salvador e as intenções de setores do movimento estudantil, “inclusive diretores da UNE, de tentar frear o movimento estudantil” e pregar a “volta às escolas”. Defende “as corretas manifestações de violência dos estudantes” na luta contra a ditadura e recusa qualquer “diálogo” com o regime.<sup>347</sup>

O segundo documento defendia a luta específica, também chamada de “2ª posição”. Tinha o título “O que são as divergências políticas dentro da UNE” e era assinado por um diretor da UNE, Edson Soares, com a data de julho de 1968. O texto critica o fato das divergências internas à diretoria terem sido levadas para fora da entidade, assim como as tentativas de se convocarem Conselhos e Congressos paralelos. Membros, deste modo, estariam apelando ao “divisionismo”, ao não aceitar que sua posição fosse minoritária. Acredita que o documento ajudaria a forçar os diretores dissidentes a voltarem ao “debate ao nível do político e dentro da entidade”. Finalmente, descreve a posição aprovada pelo Conselho, defendendo as lutas específicas, com título “Diálogo”. Segundo esta posição, na situação atual, não aceitar nenhum canal de diálogo com o governo seria uma atitude “isolacionista”, uma demonstração da falta de confiança na própria capacidade de não ser “engabelados” pelas autoridades. E critica o fato dos dissidentes dizerem que um temário baseado nos problemas da Universidade era “apolítico”. Para a 2ª posição, na verdade, as lutas feitas em torno das demandas específicas dos estudantes eram mesmo a “base de nossa atuação política”.<sup>348</sup> Referendando a 2ª posição, o jornal da UEE de São Paulo diria em agosto de 1968: “Muitos estudantes só descobrem que é preciso mudar o sistema depois que lutam por suas reivindicações específicas. É na luta por estas reivindicações específicas... que compreendem a necessidade de mudança do sistema”.<sup>349</sup>

<sup>347</sup> *Revista UNE*, “Preparatória do XXX Congresso da UNE”, n. 1, 1968, p. 9.

<sup>348</sup> *Ibid.*, p. 12

<sup>349</sup> “Vale a pena mudar esta universidade”, in: *Jornal da UEE*, gestão Nova UEE, agosto de 1968.

Segundo José Dirceu, desde 1966 a AP criou a idéia de fazer do movimento estudantil o principal meio de enfrentamento ao regime militar, para o qual criaram inclusive o MCD (Movimento contra a Ditadura)

“e com isso pareciam pretender transformar o movimento estudantil em partido político. Em parte estavam certos, porque na sociedade reinava uma expectativa enorme em relação ao movimento estudantil... O movimento estudantil representava para a sociedade a grande referência política contra a ditadura, e por isso a AP começou a sonhar em derrubá-la com o MCD, a partir da pressão das faculdades. Nós, da Dissidência, argumentávamos: ‘Isso não pode ser assim. O movimento estudantil também é a luta reivindicatória, tem que ser rua e faculdade, luta geral e luta específica!’ Mas não havia jeito”.<sup>350</sup>

A AP sempre fora atraída para os grandes temas políticos do país, desde o seu período de socialismo cristão. A aproximação com o maoísmo faria a AP também destacar muito as questões antiimperialistas, como se percebe claramente na Carta Política da UNE de 1967, muito influenciada pela posição ainda majoritária da AP na entidade nacional. A AP, além de insistir na criação do MCD, procurava realizar eventos com temas internacionalistas, como “Semana contra o FMI”, “Semana contra a OEA (Organização dos Estados Americanos)” e “Semana do Vietnã” o que, na opinião dos defensores da 2ª posição, “era um programa totalmente desvinculado das lutas específicas que estavam sendo desenvolvidas em diversos Estados.”<sup>351</sup>

Como fora proposto pelo Conselho de Salvador, o Congresso da UNE seria precedido por uma ampla discussão entre as entidades estudantis, em torno da 1ª e 2ª posições, a partir do qual seriam enviadas propostas e contribuições para a “Carta Política” a ser criada no 30º Congresso da UNE.

Entre os documentos estudantis produzidos no segundo semestre de 1968, que defendiam a 1ª posição, repetem-se os vários argumentos usados desde o Conselho de Salvador. Entre eles, denúncias incisivas contra o imperialismo, duras críticas aos defensores da 2ª posição, recusa do diálogo com a ditadura, defesa do enfrentamento ao regime militar, defesa das manifestações e ações de massas, integração dos estudantes na luta popular e até a “Guerra Popular Prolongada” (uma das teses maoístas que a AP estava absorvendo):

<sup>350</sup> José Dirceu, *cit. in.* José Dirceu e Vladimir Palmeira. *op. cit.*, p. 62.

<sup>351</sup> “A UNE e o 30º Congresso”, Grêmio da Faculdade de Filosofia da USP, n. 1, 1968, p. 5.

“Recuar das manifestações amplas de rua, frente às proibições da ditadura, substituindo-as pela ação de pequenos grupos de vanguarda, abdicar do 30º Congresso da UNE em prol das reuniões diversificadas, argumentar que a repressão está muito forte, que o golpe vem aí, é cair na defensiva, é agir em função da vontade da ditadura, é paralisar nossas lutas. É supervorizar politicamente as forças do inimigo e descrever das forças do povo”.<sup>352</sup>

“Dialogar com a ditadura é não compreender o caráter da sua dominação e a irreconciliável oposição dos nossos interesses e os dela. É confiar na boa vontade de nossos inimigos e não na força de nossa luta para alcançar o que queremos. É na prática fazer o jogo da ditadura e fortalecê-la, criando ilusões no seio das forças populares”.<sup>353</sup>

(A luta do movimento estudantil e do povo brasileiro) “está necessariamente ligada à luta de libertação de todos os povos contra o imperialismo”.<sup>354</sup>

“O que se faz necessário é travar a luta concreta contra a ditadura em todos os terrenos, desmascará-la com as ações de massas e não lhe dar tréguas até a sua liquidação”.<sup>355</sup>

“Todas as lutas devem convergir para o fortalecimento do combate... à ditadura e a imperialismo ianque... O povo na luta derruba a ditadura e expulsa o imperialismo. Pela integração do estudante na luta do povo”.<sup>356</sup>

“A nossa luta tem três aspectos centrais: uma luta popular, prolongada, contra a ditadura forjada pelo imperialismo, pela construção de um governo de democracia para o povo”.<sup>357</sup>

Quanto à segunda posição, majoritária dentro da UNE, as questões que mais lhe interessavam estão expostas no próprio temário proposto oficialmente pela diretoria da UNE para o 30º Congresso:

“a) O que é a Universidade Brasileira?

Porque devemos lutar? Quais as lutas?

O que quer o Governo? Como ele age?

Porque negar a reforma universitária do governo? O que propor?

b) O que é a política educacional do governo? Como negá-la?

<sup>352</sup> “Ante Projeto de Carta Política para UNE”, *mimeo*, p. 2.

<sup>353</sup> Jean Marc. “O movimento estudantil e a luta popular”, *mimeo*, 1968, p. 15.

<sup>354</sup> *Ibid.*, p. 7.

<sup>355</sup> João de Paula Monteiro, Ronald Rocha e Nair Y. Kobashi. “Contribuição ao XXX Congresso da UNE. Combate intransigente à ditadura e ao imperialismo ianque”, *mimeo*, 1968.

<sup>356</sup> “Ante Projeto de Carta Política para UNE”, *mimeo*, p. 5-6.

<sup>357</sup> Jean Marc. “O movimento estudantil e a luta popular”, *mimeo*, 1968, p. 5.

Porque o governo reprime os estudantes? Que fazer?

c) Quais as formas de luta? Como e quando usá-las?

d) Quais as formas de organização do ME?

Que são as entidades estudantis?...

O que tem sido a UNE?

Como deve ser a nova organização da UNE?<sup>358</sup>

Como demonstra Ribeiro do Valle e Martins Filho, ambas as posições estavam predispostas a apoiar o uso da violência na luta contra o regime militar.<sup>359</sup> Mas houve um desenvolvimento paradoxal nas duas posições. A luta específica parecia menos conivente com a solução violenta, armada ou militarista e, num primeiro momento, colocava esta possibilidade mais para o futuro. A luta de massa parecia defender com mais radicalismo o emprego da violência “popular”, inclusive armada. A UNE publicou um Manifesto após a morte de Edson Luís, em 1 de abril, que ainda manifestava as posições da AP e do seu presidente Luís Travassos e que conclama a violência popular, após relacionar as lutas estudantis com lutas populares e antiimperialistas:

“Povo brasileiro. Um estudante foi assassinado covardemente ao lutar por suas reivindicações... O povo, solidarizando-se com a causa defendida, permanece unido, dando continuidade à nossa luta. Que luta? A luta contra a ditadura fascista, representante interna do imperialismo americano, agressor dos povos, que está sendo derrotado no Vietnã. A luta contra o arrocho, contra a Universidade das elites econômicas, contra a Exploração dos camponeses.

Respondamos à violência com violência... com a violência revolucionária do povo”.<sup>360</sup>

A posição da UNE de Luís Travassos quase contrasta, então, com a posição defendida por Vladimir Palmeira, em uma entrevista:

“As lideranças estudantis convenceram-se de que a derrubada do sistema militar que governa o Brasil deverá ser feita pelas classes populares. Nosso papel nesse esquema é mínimo,

<sup>358</sup> “Nota Oficial da UNE sobre o XXX Congresso Nacional dos Estudantes”, em “A UNE e o 30º Congresso”, Grêmios da Faculdade de Filosofia da USP, n. 1, 1968, p. 8.

<sup>359</sup> Maria Ribeiro do Valle. O diálogo é a violência: movimento estudantil e ditadura militar em 1968, op. cit. Segundo João Roberto Martins Filho, durante 1968 a esquerda estudantil se cindiu: AP (defende “um movimento centrado nas passeatas de rua e denúncia constante da ditadura”) *versus* dissidências do PCB e Polop (defendem “lutas focadas nos problemas educacionais, mas ao mesmo tempo se preparavam para deslocar quadros para a luta armada”). (“Os estudantes nas ruas, de Goulart a Collor”, op. cit., p. 18).

<sup>360</sup> Em 1/04/1968, cit. in. Maria Ribeiro do Valle. O diálogo é a violência: movimento estudantil e ditadura militar em 1968, op. cit., p. 48.

pois os estudantes não têm o peso social suficiente para um movimento de tal envergadura...

Ultrapassada a última fase de manifestações a palavra de ordem é retornar às escolas, promovendo assembleias para o debate político dos acontecimentos e para a estruturação das medidas necessárias ao atendimento das reivindicações específicas das classes estudantis”.<sup>361</sup>

No entanto, no final de 1968, encontramos os defensores da luta específica pregando com vigor a necessidade da luta armada imediata e, na verdade, muitos membros da Dissidência já partiam para a guerrilha, inclusive transformando-se em grupos armados (como a Dissidência de São Paulo e, mais tarde, a Dissidência da Guanabara, que se tornaria o MR-8). Enquanto isto, a AP continuava insistindo mais na necessidade de ações de rua demonstrativas reunindo massas estudantis e operárias (apesar de que, em geral, deixava claro que se tratava do primeiro passo rumo ao Exército Popular Revolucionário).

### **O povo e os operários**

Nas idéias e ideologias que as esquerdas estudantis procuram impregnar no movimento de 1968 destaca-se, tanto na 1ª quanto na 2ª posição, a crença ou o desejo de uma revolução anti-ditadura, antiimperialismo e anti-capitalismo a ser realizada pelas classes exploradas, trabalhadoras ou populares. Deste modo, além dos impasses produzidos pela defesa, em dado momento quase que incondicional, do uso da violência, a retórica da revolução popular tendia a fazer com que o movimento estudantil de 1968 fosse levado a desconsiderar cada vez mais as suas próprias características específicas.

As idéias advindas das esquerdas estudantis produziram muitos dilemas para o movimento de 1968. O principal, no Brasil, como veremos, talvez tenha sido o contraste entre a mobilização das massas juvenis em enormes manifestações de rua *versus* a retórica das esquerdas estudantis, cada vez mais agressiva, defendendo as diversas estratégias de luta armada (do foquismo à Guerra Popular Prolongada). Outro dilema, já observado também no caso do México, tem a ver com as concepções estritamente “classistas” presentes nas ideologias que informavam o movimento estudantil. Como vimos, um documento estudantil chegou a rejeitar a alcunha de “movimento juvenil” à revolta de 1968 – deixando de ver algo que foi fundamental em 1968, ainda que não exclusivo, seu caráter “juvenil”. Tais idéias e ideologias, desde àquelas oriundas do populismo, necessitavam ao menos que as classes

---

<sup>361</sup> Cit. in. Ibid., p. 49.

trabalhadoras (camponeses e operários, principalmente os operários) apoiassem a revolta estudantil.

É claro que esta postura poderia gerar, como gerou muitas vezes, um impulso interessante dos estudantes em direção às classes populares, rompendo o isolamento que a condição urbana, de classe média e universitária gerava nestes jovens. No Rio de Janeiro, segundo Vladimir Palmeira, criou-se uma tradição de que as passeatas estudantis deveriam passar ou terminar na Central do Brasil, terminal ferroviário ligando o centro do Rio aos subúrbios: “A Central se tornara uma tradição para nós, uma espécie de marca registrada, porque em volta da estação se reunia o pessoal mais pobre, a massa de operários indo ou voltando dos subúrbios, e por isso costumávamos terminar lá nossas passeatas”.<sup>362</sup> Mas também surgiam situações inusitadas. Segundo Poerner, em 1968 apenas 5,8% dos universitários brasileiros eram filhos de operários. Talvez exagerando um pouco, Poerner afirma que muitos dos universitários vindos das classes médias tinham vergonha de sua origem social: “Muitos desses universitários chegam a ter vergonha de suas origens abastadas... O universitário procura, desesperadamente, apagar todos os vestígios de sua condição de privilegiado na sociedade brasileira”.<sup>363</sup> Mas também era possível ouvir, em 1968, líderes como Vladimir Palmeira retomarem a aversão ortodoxa à pequena burguesia para contestar as teses da AP: “O pessoal do Travassos, considerando o ME vanguarda revolucionária, só faz transportar para a classe operária as vacilações e as dúvidas da pequena burguesia”.<sup>364</sup>

Para o movimento estudantil, o apoio de camadas populares (não exatamente ou nem sempre os trabalhadores de baixa renda) às primeiras grandes manifestações de 1968 indicavam que o “povo” estava apoiando os estudantes na sua principal causa, a derrubada do regime militar. E a “Sexta-feira Sangrenta”, ao colocar a população, inclusive trabalhadores simples que se encontravam no centro do Rio de Janeiro, numa violenta luta contra as tropas do governo, estaria indicando a disposição do povo de usar até mesmo a violência para “derrubar a ditadura”. A associação era rápida demais: o apoio popular às passeatas significava a disposição dos trabalhadores em ingressarem numa revolução violenta contra o regime e o imperialismo. Principalmente entre os que apoiavam a 1ª posição esta conclusão foi rapidamente tirada, dado que ela parecia provar o acerto das teses da luta de massa:

“O movimento estudantil abala a Ditadura?”

<sup>362</sup> Vladimir Palmeira, *cit. in.* José Dirceu e Vladimir Palmeira. *op. cit.*, pp. 92-3)

<sup>363</sup> Arthur José Poerner. *op. cit.*, p. 31.

Abala, porque existe uma imensa insatisfação no seio do povo, causada pela incapacidade manifesta da Ditadura em resolver até os problemas mais simples. As passeatas estudantis no Rio e São Paulo são saudadas pela população do alto dos edifícios, de onde atiram papel picado para os estudantes e garrafas para as cabeças dos policiais...

E a ditadura teme a hora em que esse apoio passivo se transforme em participação ativa com greves e revolução armada”.<sup>365</sup>

“As mais variadas parcelas do povo saíram da passividade em que se viam e despertaram para a luta. Não se trata de meras explosões passageiras, trata-se de uma ofensiva das forças populares revoltadas..

Nós estudantes temos cumprido inegavelmente um papel inestimável em valor... Não estivemos isolados nessas campanhas: grande foi a simpatia e o apoio popular... Em várias ocasiões, milhares de populares engrossaram nossas fileiras... e combatemos lado a lado”.<sup>366</sup>

Nos meses finais de 1968, no entanto, os setores populares pareciam abandonar as manifestações convocadas pelos estudantes. Os estudantes, em geral, se viram sozinhos diante de uma repressão cada vez mais brutal. Onde estava aquela população que participara, por exemplo, da Passeata dos 100 Mil? Mesmo assim, inclusive depois do fracasso do Congresso em Ibiúna, um documento estudantil, a favor da luta de massas, preferia enxergar o povo unido aos estudantes e a ditadura rumo ao seu colapso inevitável (quando era o oposto o que efetivamente vinha acontecendo):

“O movimento estudantil tem contribuído para despertar a consciência patriótica e democrática do nosso povo, para encorajar os que ainda vacilam a ir à luta, para estimular a unidade de combate das correntes patrióticas e para impulsionar o ascenso das lutas populares. Os estudantes e trabalhadores se aproximam nas suas lutas e avolumam as ondas de protestos, isolando ainda mais a ditadura e aprofundando o seu deterioramento”.<sup>367</sup>

Enquanto a 1ª posição tendia a enxergar teimosamente uma luz no fim do túnel das manifestações de massa, a 2ª posição mantinha a concepção da luta estudantil como “auxiliar” das lutas mais importantes, as populares. De uma outra maneira o movimento estudantil tendia a perder consciência de suas especificidades e pontualidades únicas, ao reingressar nas concepções classistas da esquerda ortodoxa. Num texto que expressa a opinião vencedora no

<sup>364</sup> Cit. in. *Jornal do DCE*, DCE da UFRJ, n. 0, outubro de 1968, p. 3.

<sup>365</sup> “A situação no Brasil e o movimento estudantil”, *mimeo*, 1968, p. 2.

<sup>366</sup> “Ante Projeto de Carta Política para UNE”, *mimeo*, p. 1.

<sup>367</sup> Celso Nunes *et. al.* “Defender a UNE e realizar vigorosas ações de massas”, *mimeo*, 1968, p. 2.



Conselho da UNE em Salvador, afirma-se: “O movimento estudantil cumprirá politicamente o papel de uma oposição pequeno-burguesa radical. Mas ele pode servir justamente para a mobilização e o avanço dos setores revolucionários: os trabalhadores da cidade e do campo”.<sup>368</sup> No jornal da UEE de São Paulo, um artigo afirma que, devido às suas limitações de classe (média), os universitários não poderiam “liderar a transformação da sociedade” e “que essa tarefa pertence à classe operária, a única que, teoricamente, pelo seu papel na produção social, pode ser a vanguarda”. A “espinha dorsal” do movimento revolucionário deveria ser a união entre operários e camponeses, no qual o movimento estudantil deveria ter meramente um papel auxiliar e ser orientado pela frente dos trabalhadores. Mas, dado ainda não existir o “partido” capaz de representar as forças populares, o movimento estudantil, no estágio em que se encontrava, poderia atuar no sentido de levar denúncias contra a ditadura e o imperialismo à população: “Com isso, o movimento estudantil está auxiliando o desenvolvimento das condições subjetivas para a luta do povo”.<sup>369</sup> No final de 1968, porém, esta concepção dos estudantes como “força auxiliar” faria vários dos militantes pró-luta específica apostarem suas fichas na luta armada, em teses próximas do foquismo, em que o “pequeno motor” (a guerrilha dos estudantes) acionaria o “grande motor” (as classes populares).

Há um outro aspecto das lutas sociais de 1968 que não pode ser negligenciado e que, na verdade, ajudou a alimentar os desejos e as ilusões dos militantes estudantis a respeito da “revolução popular”. Tratam-se dos movimentos operários ocorridos em 1968 no Brasil, em destaque as greves de Contagem e Osasco, assim como o já citado 1º de Maio em São Paulo. Os movimentos operários de 1968 foram fenômenos de grande importância, pois indicavam a retomada da mobilização da classe trabalhadora após a repressão generalizada nos primeiros momentos do regime militar<sup>370</sup>, apesar da amplitude relativamente modesta em comparação com movimentos operários anteriores a 1964 e os que se dariam na segunda metade dos anos 1970. Os acontecimentos de 1968, principalmente o 1º de Maio paulistano e a greve de Osasco, indicam também o crescimento das novas esquerdas (inclusive estudantis) no interior do movimento operário. Mas a repressão do regime, crescente no segundo semestre, acabou

<sup>368</sup> “A luta dos universitários dentro e fora da universidade”, *Revista UNE*, n. 1, 1968, p. 1-7.

<sup>369</sup> “Revolução. Nós vamos tomar o poder?”, *Jornal da UEE*, gestão Nova UEE, São Paulo, julho de 1968, pp. 4-5.

<sup>370</sup> Até 1968, o Ministério do Trabalho interveio em 563 sindicatos, destituindo suas diretorias, assim como em quatro das seis confederações de empregados – 70% destas intervenções se fizeram durante o governo Castelo Branco, entre 1964 e 1965 (Jacob Gorender. *op. cit.*). Cerca de 11 mil dirigentes sindicais tiveram seus mandatos cassados entre 1964 e 1968 (Roque Aparecido da Silva. “A greve de 1968 em Osasco”, in: Marco Aurélio Garcia e Maria Alice Vieira [orgs.]. *op. cit.*, pp. 73-82).

logrando maiores vitórias às mobilizações dos trabalhadores. O AI-5 também colocou um ponto final a este esboço de recuperação do movimento operário brasileiro, que precisaria esperar mais alguns anos para se recriar.

Assim, as novas esquerdas estiveram também presentes nas lutas operárias de 1968, contrastando com a ausência do PCB nas lutas de massa (de estudantes ou operários), o que reforça e ao mesmo tempo revela a perda da capacidade do PCB de dirigir os trabalhadores. Destacam-se ainda algumas ações dirigidas pelo MIA (Movimento Sindical Antiarrocho), de sindicalistas moderados, como uma manifestação no Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro, em 16 de fevereiro de 1968, contra o arrocho salarial.<sup>371</sup>

Em janeiro de 1968, houve uma greve de cortadores de cana em Cabo, Pernambuco, a partir de trabalho clandestino da Corrente Revolucionária do PCB e do PCR (Partido Comunista Revolucionário). Em Contagem, Minas Gerais, grupos de esquerda conseguiram assumir o controle do Sindicato dos Metalúrgicos (num esforço que uniu a AP, a Corrente e a Colina). Logo, começariam um movimento grevista, em 16 de abril, a partir de uma reunião com 1200 empregados da Belgo Mineira, na sede do Sindicato dos Metalúrgicos. Rapidamente o número de grevistas em Contagem se elevou a 16 mil, demandando um reajuste salarial. No final, os grevistas tiveram uma vitória parcial, conquistando do governo um abono de 10%.<sup>372</sup> Segundo relatos, setores da esquerda estudantil, em destaque AP, tiveram importante participação no movimento, ajudando a distribuir panfletos e boletins e fornecendo ajuda política e financeira aos operários.

Um dia antes do fim da greve de Contagem, acontecia em São Paulo a comemoração do Dia do Trabalho. O MIA havia convidado o governador Abrcu Sodré para um comício na Praça da Sé. As organizações da Nova Esquerda haviam considerado um insulto a presença do governador no ato. Por isso, encheram ônibus fretados com militantes e simpatizantes dos bairros e das cidades do ABC paulista. Os militantes foram armados de pedras, estilingues, bastões, ovos podres, leite e amoníaco (contra gás lacrimogêneo) para o comício. Na primeira fila e em torno da multidão postaram-se militantes e dirigentes radicais. No palanque, estavam o governador, membros do governo e do MIA e sindicalistas do PCB. Quando o governador foi falar, pouco depois das 9 da manhã, ele e os demais tiveram de fugir por causa de uma chuva de pedras. Tomou seu lugar no palanque um militante da nova esquerda, exibindo um

<sup>371</sup> Fernando Perrone, *op. cit.*, p. 149.

<sup>372</sup> Jacob Gorender, *op. cit.*

retrato de Che Guevara e um cartaz escrito “O abono é tapcação”, sendo ovacionado pela multidão. Líderes da nova esquerda operária e estudantil, como Luís Travassos, discursaram através de um megafone. Em seguida, o palanque oficial foi desmontado e incinerado. Mobilizou-se uma passeata que começou às 10 e meia da manhã que, no caminho, derrubou um cartaz do Ministério do Exército e atacou a sede do *Citibank*, enquanto um cordão de soldados armados com metralhadoras protegia a sede da Polícia Marítima. Na Praça da República, terminou a passeata, onde foram feitos mais alguns discursos até o meio-dia. Para Martins Filho, apesar dos jornais atribuírem a culpa pelo incidente ao movimento estudantil, na verdade, a principal parte da organização coube à Nova Esquerda operária que tentava se consolidar na Grande São Paulo.<sup>373</sup> Segundo José Dirceu, o movimento estudantil ajudou a organizar esta ação em conjunto com o Agrupamento Revolucionário de São Paulo (a futura ALN): “Ali ocorria o primeiro laço mais forte entre o movimento estudantil, a classe operária e os revolucionários”.<sup>374</sup>

Mesmo depois de 30 anos, Dirceu adotaria um tom otimista em relação ao que foi ou poderia ter sido a integração entre movimento estudantil, operário e novas esquerdas. Mas o relato de outro dissidente comunista, Vladimir Palmeira, demonstra as muitas dificuldades desta integração em 1968, quando narra as dificuldades de auto-organização do movimento operário no Rio de Janeiro (o que era natural após os desfalques sofridos por suas organizações nos primeiros anos do regime). O comitê popular formado no dia da morte de Edson Luís teria, como última ação, uma tentativa de organizar uma manifestação no dia 1º de Maio no Rio de Janeiro, reunindo operários e trabalhadores. Diversos sindicatos e grupos de trabalhadores, inclusive o PCBR, prometiam trazer os “seus” operários. “Nós avisamos aos sindicalistas: ‘Pensem bem se vocês querem mesmo fazer o ato em conjunto...Rapaz, isso ainda vai acabar juntando mais estudante do que operário’”. Mas o 1º de Maio coincidia com um jogo entre Vasco e Flamengo e, na praça da Bandeira, local do ato, era possível ouvir os urros da multidão torcendo no Maracanã, que ficava ali perto. “Só havia estudantes, os famosos operários podiam ser contados nos dedos... Eles tiveram até boa vontade (os sindicalistas), mas o movimento operário não existia”.<sup>375</sup>

O momento talvez mais representativo do movimento operário de 1968 se deu em Osasco, em julho de 1968. Primeiro, pela amplitude da greve que, inesperadamente, envolveu

<sup>373</sup> *Ibid.* e João Roberto Martins Filho. Rebelião estudantil: 1968 - México, França e Brasil, *op. cit.*

<sup>374</sup> José Dirceu e Vladimir Palmeira. *op. cit.*, p. 12

diversas categorias de trabalhadores além dos metalúrgicos. De uma forma ou de outra, na verdade, grande parte da população da cidade participou do movimento. Também, pela participação decisiva na preparação e realização da greve das novas esquerdas – formadas, inclusive, por muitos jovens e estudantes secundaristas que também eram operários. Finalmente, apesar do tom combativo assumido pelo movimento, a derrota diante da atuação muito agressiva das forças da repressão do governo.

Já em junho, na Grande São Paulo, ocorreram algumas paralisações breves, espontâneas e à revelia dos sindicatos nas fábricas automobilísticas de São Bernardo. Enquanto isto, segundo Gorender, havia uma articulação geral entre as esquerdas radicais no sentido de realizar uma greve geral de trabalhadores em outubro e novembro de 1968, meses de dissídio de importantes categorias (como metalúrgicos e bancários). Mas em Osasco, as novas esquerdas ligadas aos operários se anteciparam e começaram sua greve em 16 de julho. Um dos representantes das novas esquerdas era presidente dos Sindicatos dos Metalúrgicos de Osasco, José Ibrahim. Ele também era estudante, assim como os principais dirigentes desta greve.<sup>376</sup> Segundo Gorender, Ibrahim pertencia a um grupo informal de Osasco ligado à VPR, que decidira dar início à greve. A diretoria do Sindicato tinha sido aceita pelo Ministério do Trabalho porque ela, exceto por Ibrahim, pertencia a uma organização católica de esquerda.

Gorender cita o estudo de Francisco Weffort sobre as greves de Contagem e Osasco, discordando de sua interpretação, de que teriam sido greves espontâneas diante de sindicatos passivos. Gorender destaca o papel das organizações clandestinas, essenciais para estas greves. A espontaneidade teria somado-se à organização e orientação de grupos de esquerda ramificados nas empresas e dominando os sindicatos de metalúrgicos.<sup>377</sup> No caso de Osasco, por exemplo, a greve havia sido organizada clandestina e cuidadosamente através de comissões de fábrica. Curioso é que, três dias antes do início da greve, um panfleto que avaliava os fatos do seu primeiro dia já estava preparado. É que José Dirceu, que ofereceu a UEE para ajudar o movimento de Osasco, pedira este prazo para que suas gráficas tivessem tempo de preparar o panfleto. Como programado, a paralisação começou na fábrica da Cobrasma, atingindo em seguida a Lonaflex. Mas, desde o primeiro dia, a greve estendeu-se para além do esperado, como a paralisação na fábrica de fósforos Granada, já no primeiro dia. No segundo dia, 17 de

<sup>375</sup> *Ibid.*, p. 96.

<sup>376</sup> Marcelo Ridenti. *op. cit.* Entre os operários-estudantes estava Roque Aparecido da Silva: era em 1968 um dos líderes operários em Osasco. Com 17 anos participara da criação do Movimento Revolucionário de Osasco, reunindo secundaristas e jovens operários, pouco após o golpe de 1964. (Roque Aparecido da Silva. *op. cit.*)

julho, uma indústria de madeira, uma serraria e várias outras sem ligação com o Sindicato dos Metalúrgicos foram parando.<sup>378</sup>

Ainda no dia 16 de julho, em torno das 11 da manhã, realizou-se uma passeata pelas ruas do centro de Osasco em direção ao Sindicato dos Metalúrgicos, onde aconteceu uma assembléia. Logo seriam dez mil grevistas, que reivindicavam 35% de reajuste salarial através de um sindicato que adotava uma postura relativamente cautelosa, declarando-se aberto para negociações. Mas o governo mostrou-se intrasigente, desta vez. Ainda na noite do dia 16 a repressão agiria. A Lonflex foi cercada por tropas de choque da polícia, cavalaria e carros de combate sob comando de um major do Exército. Após um acordo, os operários desocuparam a fábrica e ninguém foi preso. Em seguida, as tropas dirigiram-se à Cobrasma. Mas lá, os trabalhadores aguardaram os repressores no portão de entrada. Enquanto José Campos Barreto (que seria morto com Lamarca em 1971, no sertão da Bahia) fazia um discurso aos soldados, conclamando-os a não obedecer às ordens oficiais, o major, nervoso, ordenou a invasão. Foram feitos feridos dos dois lados nos combates corpo a corpo. Barreto (que ameaçou explodir um tanque de gasolina, para permitir a retirada de um grupo de operários) e outros 60 operários acabaram sendo presos nesta noite (todos soltos, exceto Barreto que ficaria preso por cerca de 100 dias, sofrendo inclusive torturas).

No dia 17, a cidade amanheceu ocupada pela polícia: “Em cada esquina, havia 2 ou 3 soldados com fuzil e baioneta calada”.<sup>379</sup> Apesar de propaganda anti-greve nos jornais, outras fábricas foram parando. Neste dia, também fora decretada a intervenção no Sindicato dos Metalúrgicos, mas os trabalhadores impediram que o interventor fosse “tomar posse” e ele ameaçou voltar com reforço policial. Durante a madrugada, tropa de choque, cavalaria e carros de combate desocuparam a sede do Sindicato e prenderam 80 pessoas, a maioria solta no mesmo dia. A polícia continuaria ocupando todos os locais de encontro e organização, até mesmo igrejas, dificultando a organização do movimento, que ainda conseguiria durar até o dia 19 de julho, quando o Comando Central de Greve decidiu convocar o retorno ao trabalho.<sup>380</sup>

Um dos resultados da derrota em Osasco foi que vários dos dirigentes sindicais da esquerda radical acabaram aderindo as organizações armadas clandestinas.<sup>381</sup> José Ibrahim, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco, que também cairia na clandestinidade

<sup>377</sup> Jacob Gorender. *op. cit.*

<sup>378</sup> Roque Aparecido da Silva. *op. cit.*

<sup>379</sup> *Ibid.*, p. 79.

<sup>380</sup> *Ibid.*

seria preso posteriormente e libertado em setembro de 1969, em troca do embaixador norte-americano seqüestrado pelo MR-8 e ALN.

Osasco recebeu várias manifestações de solidariedade, como da CNBB, dos artistas de teatro (que doaram a metade da arrecadação das sessões de domingo, dia 21, em prol dos operários) e dos estudantes. Em São Paulo, as entidades estudantis participaram de campanhas para arrecadação de alimentos enviados às famílias dos grevistas. Várias manifestações estudantis, como vimos, se fizeram nestes dias em prol dos trabalhadores de Osasco, no Rio de Janeiro, São Paulo e outros locais.

A repressão ao movimento de Osasco evidenciaria a dificuldade dos trabalhadores urbanos em organizar entidades mais combativas. Logo, a erupção radical do movimento operário de 1968 também se desvaneceria. No segundo semestre, falharam as tentativas de greves de bancários e metalúrgicos em São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte, assim como uma segunda greve em Contagem (em 1 de outubro, com 20 mil grevistas). Ainda assim, serviram para um ameaçador recado do ministro do Trabalho, coronel Jarbas Passarinho: “Se uma minoria conseguir empalmar greve por índice salarial acima do índice oficial e não oferecido espontaneamente pelos patrões, ou essa minoria tem um dispositivo militar capaz de levar tudo de roldão ou não tem. Se não o tem, espere para ver o que vai dar”.<sup>382</sup>

Mesmo diante da decadência do movimento operário no segundo semestre de 1968, paralelamente à queda do próprio movimento estudantil, militantes das novas esquerdas acreditavam que tinha chegado a hora da união entre os jovens estudantes e os míticos operários: “Para muitos, Osasco e Contagem tornaram-se palavras mágicas, anunciando enfrentamentos apocalípticos. Algumas assembleias estudantis chegaram a ouvir, eletrizadas, lideranças operárias solicitando apoio. Promoveram-se venda de bônus, distribuição de panfletos em fábricas e pontos de ônibus, passeatas de solidariedade”.<sup>383</sup>

### Formas de ação

Fazendo justiça à parte democrática, legalista e nacionalista de sua retórica, o movimento estudantil aproximou-se de setores sociais mais progressistas, desde a classe média intelectualizada até os sindicatos mais combativos. No entanto, desde logo rejeitou contatos com movimentos legalistas mais moderados, como a Frente Ampla de Carlos Lacerda. Carlos

<sup>381</sup> Marcelo Ridenti. *op. cit.*

<sup>382</sup> *Cit. in.* Daniel Aarão Reis Filho. “O ano mágico”, *op. cit.*, p. 23.

Lacerda, no passado um repressor das entidades estudantis esquerdistas e da UNE, procurou em 1968 o apoio do movimento estudantil e até publicou uma nota apoiando-o, mas foi logo rechaçado em sua sondagem. Também o partido de oposição reconhecido pelo regime, o MDB (Movimento Democrático Brasileiro), foi várias vezes rechaçado e criticado pelo movimento estudantil. Ainda assim, conseguiu certa penetração no movimento, inclusive com a ajuda do PCB e até de certas Dissidências em eleições parlamentares ocorridas antes de 1968.

De qualquer forma, manifestos e declarações de entidades estudantis demonstravam que o movimento não desejava utilizar as vias legais, formais ou permitidas de oposição, alegando que, no fim das contas, o regime poderia fechar as portas com mais facilidade às ameaças desta ordem (o que efetivamente faria com a Frente Ampla e com o MIA). Um “Manifesto Público” assinado pela UEE de São Paulo, de 1968, direcionado a populares, afirma que não eram opções verdadeiras nem o MDB (“falsa oposição”), nem a Frente Ampla (“do assassino de mendigos, Carlos Lacerda”). Outro panfleto assinado pela UEE de São Paulo em abril de 1968, um “Manifesto aos operários”, afirma:

“Os estudantes denunciam... os partidos burocráticos que o governo criou: a ARENA e o MDB. Ambos reúnem os antigos ‘reis’ da corrupção, salafrários, vigaristas e administradores.... Os estudantes denunciam igualmente a Frente Ampla, apoiada no Imperialismo norte-americano... Os estudantes repudiam essas ‘jogadas’ políticas dos velhos ‘raposas’, que nunca hesitaram em governar de acordo com os patrões”.

Durante uma concentração de estudantes, antes do início de uma passeata em 26 de julho, em São Paulo, o deputado Fernando Perrone (que também escreveu um livro sobre 1968) chegou e declarou: “O deputado progressista está com vocês”. Dirceu agradeceu secamente e gritou: “Só há um caminho para derrubar a ditadura: é a violência organizada do povo”.<sup>384</sup>

Deste modo, nas suas formas de organização e ação, os estudantes desenvolveram formas próprias, à margem da legalidade ou das instituições oficiais, algumas retomadas das próprias tradições do movimento estudantil brasileiro, outras criadas ao sabor da necessidade e da criatividade. Em muitos casos, percebemos o uso de formas de ação iguais ou análogas às usadas em outros movimentos juvenis em 1968. Não significa necessariamente que um “copiou” do outro. Muitas vezes, a criação de estratégias semelhantes se dá pela presença de

<sup>383</sup> Daniel Aarão Reis Filho. “1968, o curto ano de todos os desejos”, *op. cit.*, p. 64.

<sup>384</sup> José Dirceu e Vladimir Palmeira. *op. cit.*, p. 135.

ideologias semelhantes ou pela vivência de situações análogas. Outras, certamente, pela inspiração ou recriação de táticas observadas em outros locais. Novamente, no lado nem sempre consciente dos movimentos de 1968, notamos seu caráter transnacional.

Na preparação dos atos de protesto, o movimento estudantil buscava os mais variados, criativos e improvisados recursos para evitar que seus componentes sofressem maiores violências por parte das forças repressoras, como neste relato sobre o movimento mineiro: “Os comícios-relâmpago, a proteção da vitamina C, do álcool e do fósforo contra o gás lacrimogêneo, as bolas de gude e as rolhas de cortiça para deslocar a cavalaria eram também instrumentos de defesa. Advogados ficavam de plantão para o atendimento dos presos”.<sup>385</sup> Em Goiânia, onde a repressão policial sempre foi brutal, quando anunciou-se a morte de Edson Luís, os estudantes passaram toda a noite confeccionando murais para, ao amanhecer, poderem levar aos demais jovens e população a notícia. Também, formou-se “uma rede de informações para a deflagração dos microcomícios na hora do recreio”.<sup>386</sup>

As passeatas, tradicional forma de protesto, sofreram algumas adaptações para que os estudantes não fossem vítimas da violência policial. Entre elas, a passeata na contra-mão: “Ninguém sabe quem inventou a passeata na contra-mão da avenida Rio Branco... O fato é que a idéia foi de uma incrível eficiência. Bastavam 200 ou 300 estudantes subindo a avenida no sentido oposto ao do trânsito para que o centro do Rio de Janeiro ficasse engarrafado durante horas”.<sup>387</sup> Tanto em São Paulo quanto no Rio de Janeiro, pelo menos, criou-se a estratégia de “reunir-dispersar-reunir” para evitar que as manifestações fossem facilmente dissolvidas pela polícia. Segundo Vladimir Palmeira, desde 1966 estas práticas começaram a ser usadas pelo movimento estudantil, que ele chama de “tática da massa organizada”. Ela seria usada em maior escala nas grandes passeatas de 1968:

“A coisa funcionava assim. Dividíamos o pessoal mais próximos a nós – os estudantes mais ativos e politizados – em grupos de cinco, com um coordenador e locais alternativos para se reunir um pouco mais tarde caso houvesse problemas. Quando a polícia chegava, em vez de simplesmente correrem para não ser presos ou espancados, os grupos se dispersavam organizadamente. Meia hora depois a manifestação recomeçava em outro lugar: às vezes até

<sup>385</sup> Margarida Luiza de Matos Vieira. *op. cit.*, p. 87.

<sup>386</sup> *Cit. in.* Teresinha Duarte. *op. cit.*, p. 132.

<sup>387</sup> Márcio Morcira Alves. *op. cit.*, p. 125. Em 1998, a estratégia foi tentada novamente: cerca de 500 estudantes protestaram contra a política educacional do governo Fernando Henrique Cardoso. Alguns deitaram-se no asfalto da avenida Rio Branco e uma foto ilustra os policiais arrancando-os do chão, sob olhares dos populares passivos. (*Folha de S. Paulo*, 28/5/1998 p. 1.1).



fazíamos quatro ou cinco passeatas por dia – quando a polícia dissolvia uma, a gente estava preparado para dar início à seguinte”.<sup>388</sup>

Sobre o movimento em São Paulo, Dirceu descreve a “tática dos chefes de grupo”, usada para “despistar” a repressão na passeata do dia 1 de abril de 1968:

“Somente nós da direção da UEE sabíamos o trajeto a percorrer, que aliás poderia mudar de acordo com as condições do local. Os pontos de encontro determinados para os grupos de seis estudantes eram na Livraria Francesa e na Biblioteca Nacional. O pessoal foi chegando lentamente, muitos com os frasquinhos de solução de amoníaco e água que tínhamos recomendado para suportar as bombas de gás lacrimogêneo. Os chefes de grupo recebiam as informações da direção, juntavam-se com os outros e se dirigiam para o local combinado. De repente, estávamos todos reunidos em frente à biblioteca”.<sup>389</sup>

Outra das estratégias de despistamento da polícia usada em 1968 foram os comícios-relâmpago, tantas vezes aqui já citados: “O ‘cabra’ trepava no poste, chegava lá, fazia uma arenga, três minutos para não dar tempo da polícia chegar. Eram pequenos grupos de estudantes. Fazíamos um, dois, três comícios-relâmpago e nos retirávamos”.<sup>390</sup> Ainda segundo Vladimir, a tática dos comícios-relâmpago foi fazendo o movimento estudantil simplificar sua linguagem política:

“Nós também mudamos a linguagem. Os antigos líderes do pré-64 tinham um estilo muito tradicional. O sujeito ia e fazia uma aventura literária, começava em Camões até acabar em Vinícius de Moraes, era uma desgraça. Fomos vendo que era preciso mudar a linguagem. Eles usavam um linguajar empolado e nós começamos a modernizar a linguagem, falar como se falava no botequim e isso implicava falar simples, falar pouco mas traduzir uma nova forma de comportamento”.<sup>391</sup>

Outra forma de ação que se notabilizou no Brasil em 1968 foram as ocupações das unidades de ensino pelos estudantes. Era uma estratégia em geral criticada pelos defensores da luta de massas, que desejavam ver os estudantes em grandes manifestações públicas ao lado da população. Para os membros da Dissidência, principalmente em São Paulo, tornou-se um interessante recurso para fincar bases mais sólidas ao movimento e garantir uma mobilização constante de grande parte da massa estudantil. Mas em todo o país pudemos observar

<sup>388</sup> José Dirceu e Vladimir Palmeira. *op. cit.*, p. 94.

<sup>389</sup> José Dirceu *cit. in. Ibid.*, p. 91.

<sup>390</sup> Vladimir Palmeira. “Os valores de 1968”, *In. Maria Alice Vicira e Marco Aurélio Garcia (orgs.). op. cit.*, p. 125.

<sup>391</sup> *Ibid.*, p. 126.

ocupações de unidades escolares. Nem todas as ocupações se fizeram durante longos períodos, (como se deu nas Faculdades de Filosofia, Direito e Economia da USP, no CRUSP e na PUC-SP, todas em São Paulo). Às vezes, duravam apenas alguns dias, um dia ou somente durante uma rápida ação de protesto. Quando a violência do Estado chegou a níveis extremos, no final do ano, chegou a ser criada a tática da “grevilha”, que já foi discutida. A ocupação de unidades escolares, neste sentido, visava muitas vezes a criação de espaços públicos novos, onde a liberdade política e de expressão poderia ser exercida, já que os tradicionais espaços públicos estavam barrados pelo regime ditatorial.<sup>392</sup>

No mês de julho, que deveriam ser as férias escolares, muitas das faculdades do Rio de Janeiro e de São Paulo estavam repletas de estudantes. Também a Faculdade de Filosofia da USP, em São Paulo, esteve ocupada em julho de 1968. A faculdade na rua Maria Antonia tinha se tornado uma espécie de quartel-general do movimento de São Paulo. O jornal da UEE de São Paulo anunciava, de acordo com as idéias defendidas pela 2ª posição, que “a ocupação das Faculdades tem um sentido eminentemente político”. Também escreve neste sentido o presidente do Grêmio da Filosofia da USP, Bernardino Figueiredo, que justifica que a ocupação fora feita visando tornar o local um “centro de reunião, discussão política, mobilização e organização” e também para “assumir o controle político da Faculdade, visando a formação de comissões paritárias para dirigir a reestruturação dos cursos”.<sup>393</sup> O jornal divulgava as atividades programadas para o mês de julho, que incluíam lutas pela reformulação dos cursos, discussões políticas, cursos-piloto, conferências e a preparação do Congresso da UNE. Divulgam-se também palestras, debates e mesa-redondas, a serem realizados também nas Faculdades de Economia e Direito e na PUC, com temas como: “Crise na Universidade”, “O golpe de 64 e a política do governo”, “Transporte coletivo e metrô”, “Revolução na América Latina”, “Sindicato, Intervenção e Arrocho”, “Política Internacional”, “Inflação e Salário” e “Lutas estudantis”. Os cursos-piloto anunciados para a unidade da rua Maria Antonia eram, segundo o jornal, “uma tentativa de pôr em prática alguns elementos da reestruturação pensada pelos alunos”. Entre os cursos-piloto para as Ciências Sociais, temas como “Sociedade Industrial no Brasil”, “Universidade e Sociedade”, “O Estado e o Poder Político” e “Problemas da Sociedade Rural no Brasil”, utilizando o seguinte método: “As classes serão divididas em grupos de 10 e cada grupo escolherá o enfoque que achar mais

<sup>392</sup> Cláudio Novaes Pinto Coelho. A transformação social em questão: as práticas sociais alternativas durante o regime militar, op. cit.

interessante para os temas” e o “professor funciona como coordenador do grupo que tem a tarefa de desenvolver as pesquisas e os debates sobre o assunto”. Ou seja, não apenas nos temas, mas na pedagogia proposta, tentava-se criar na prática concreta a universidade nova ou “crítica”. Na Filosofia anunciavam-se cursos-piloto de “Introdução ao Materialismo Histórico”, “Estética”, “Filosofia Geral” (tratando do “filósofo da moda, Herbert Marcuse”) e “Filosofia Política”. Também foram oferecidos cursos-piloto de Literatura e Linguística, ministrados por alunos e professores dos cursos de Letras. No jornal, eram anunciados também uma assembléia geral, um debate com a Congregação da Filosofia, um debate com o elenco da Feira Paulista de Opinião, *shows* musicais, filmes e teatro (inclusive, uma “peça proibidíssima” de Plínio Marcos). Finalmente, o jornal informa que funcionava no prédio da Maria Antonia um Plantão de Informações.<sup>394</sup>

Também foram instaladas, durante a ocupação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, as Comissões Paritárias. Elas eram formadas metade por estudantes, metade por professores, com a finalidade de redefinir os cursos ministrados na unidade da Maria Antonia. Segundo Bento Prado Jr., professor da USP em 1968, era mais um dos frutos advindos da discussão sobre a universidade crítica. Prado Jr., ele próprio, participou de uma das comissões e confirma que, em julho, vários departamentos estavam aceitando, no nível formal, as decisões tomadas pelas comissões paritárias.<sup>395</sup>

Os defensores da 2ª posição tentariam legitimar sua proposta tomando como exemplo as bem sucedidas ocupações em São Paulo:

“Lá os estudantes ocuparam as faculdades. Lutaram e obtiveram as comissões paritárias para reformar a universidade. Promoveram cursos de férias já dentro dos padrões científicos insuportáveis para o academicismo burguês. Fizeram também das escolas ocupadas centros de mobilização política... Não só os cursos eram a contestação ativa da estreiteza de um ensino bitulado pelas necessidades do Capital. Também a atividade concreta dos estudantes foi uma contestação ativa do regime explorador. Os estudantes agiram como força auxiliar dos trabalhadores”.<sup>396</sup>

Nas lembranças de Dirceu, as faculdades ocupadas transformavam-se em verdadeiras “repúblicas livres, onde se fazia política, arte, cultura – e até se estudava”:

<sup>393</sup> *Jornal da UEE*, gestão Nova UEE, São Paulo, julho de 1968, p. 8.

<sup>394</sup> *Ibid.*, p. 7.

<sup>395</sup> Bento Prado Jr. in. “Regras de um método filosófico”, *op. cit.*, p. 11.

<sup>396</sup> “A luta dos universitários dentro e fora da universidade”, *Revista UNE*, n. 1, 1968, p. 17.

“Lá comíamos e bebíamos, fazíamos reuniões, eventos, conferências; lá dormíamos e namorávamos. Milhares de estudantes circulavam pelos pátios e corredores, era uma verdadeira feira, em ebulição permanente. Festivais, aulas paralelas, seminários, exposições, cineclube... Imagine o que era uma universidade ocupada em 68. Parecia que estávamos diante do embrião de uma sociedade diferente, inaugurando novas formas de relacionamento e de cooperação entre as pessoas. Aquilo era uma festa”.<sup>397</sup>

Como discutiremos novamente, as unidades de ensino ocupadas pelos estudantes foram, no Brasil, em 1968, um dos principais pontos de contato entre a rebeldia política e a contestação dos valores e comportamentos – o primeiro, na prática e no discurso; o segundo, mais na prática que na reflexão.

Após o incêndio da Faculdade de Filosofia na Maria Antonia, como também vimos, o centro do movimento de São Paulo transferiu-se para o CRUSP, considerado por Dirceu como “zona livre, a guerrilha, a luta armada”. Em dado momento, o movimento estudantil avisou: “Ninguém mais entra no CRUSP, só entra quem a UEE disser que pode entrar. Agora somos nós que mandamos”.<sup>398</sup> Espaço mais distante do centro de São Paulo, mais isolado, num momento que o movimento e o próprio regime endureciam suas posturas, o CRUSP viveu no segundo semestre de 1968 uma série de ameaças de ocupação pela polícia e de atentados por grupos de extrema direita. Em dezembro, finalmente, o Exército invadiria a Cidade Universitária e a polícia ocuparia a moradia estudantil da USP. Mas o movimento estudantil já estava praticamente findado.

Entretanto, há outros temas e outras posturas nas formas de ação que necessitam ser analisados, apesar de já terem sido anunciados algumas vezes. Primeiro, a contestação dos valores tradicionais no campo dos comportamentos. Segundo, a questão e a prática da violência.

### **Comportamento e valores**

A transformação dos valores, a rebeldia contra os cânones da moral privada tradicional e a revolução sexual, observados nos anos 1960, devem-se em grande parte aos movimentos juvenis, inclusive àqueles, como no Brasil em 1968, que se pensavam eminentemente como revoltas “políticas”. Outras fontes, instituições e processos de transformação social, no

<sup>397</sup> José Dirceu, *cit. in* José Dirceu e Vladimir Palmeira. *op. cit.*, p.120-1.

<sup>398</sup> José Dirceu e Vladimir Palmeira. *op. cit.*, p. 120.

entanto, foram também responsáveis pelas revoluções do e no cotidiano efetuadas nos anos 1960. Mas, mesmo estes, caminharam numa constante inter-relação com os movimentos juvenis. Pode se destacar, deste modo, os novos estilos de vida consumistas e a indústria cultural.

A consolidação mundial de um estilo de vida consumista, tendo o *american way of life* como padrão original, atingia um auge durante os anos 1960, no mundo “ocidental” e nos centros urbanos de várias regiões do Terceiro Mundo. Contribuiu para tanto a já discutida expansão das novas classes médias urbanas. Também, o enorme crescimento da economia capitalista desde o fim da Segunda Guerra e um gigantesco processo de industrialização que criava e recriava bens de consumo privado. Uma maravilhosa crônica de Carlos Drummond de Andrade, em texto publicado em meados dos anos 1960, narra as novas maravilhas oferecidas para o consumo das famílias brasileiras. Drummond trata de uma garotinha que, diante da proximidade do Dia das Mães, sai à procura de um presente para sua mãe. Ela fica em dúvida diante do “radiofôno Hi-Fi de som estereofônico e caixa acústica de 2 alto-falantes, amplificador e transformador”, “uma TV legal de cinescópio multirreacionário, som frontal, antena telescópica embutida”, “um *grill* automático de 6 utilidades, porta de vidro refratário e completo controle visual”, “um serve de copa, dispensa e bar, chapeado de aço tecnicamente subdesenvolvido”, “um conjunto para cozinha de pintura porcelanizada fecho magnético ultra-silencioso puxador de alumínio anodizado”, “um refrigerador de 17 pés cúbicos integralmente utilizáveis, congelador cabendo leitão ou peru inteiro”, “uma máquina de lavar roupa sistema de tambor rotativo”, “um aparelho de ar condicionado de 3 capacidades”, “um liquidificador de 3 velocidades” etc.<sup>399</sup>

Os estilos de vida que valorizam o consumismo entram em contradição com os padrões tradicionais de moralidade e comportamento. Hedonismo praticado no consumo dos bens de uso cotidiano entram em choque com o tradicionalismo vigente nas regras morais que regiam o comportamento, principalmente num campo em que prazer e proibição se encontravam face a face, a sexualidade.

Papel fundamental também teve a indústria cultural. Segundo Coelho, no Brasil nos anos 1960 ela teve em alguns órgãos da imprensa uma verdadeira “vanguarda”, ao tentarem incluir a racionalidade científica na discussão de temas da vida cotidiana. Destaca-se a revista *Realidade*, da Editora Abril, cuja publicação iniciou-se em 1966, que abordava temas como

divórcio, adultério, aborto, educação sexual, juventude e drogas, com abordagens corajosas, contando inclusive com relatos de usuários de drogas e praticantes de aborto, acrescidos com opiniões de cientistas e, às vezes, até com pesquisas elaboradas pela revista com seus leitores. Revistas “modernas” tentavam eleger a ciência como guia para a avaliação dos comportamentos individuais.<sup>400</sup> Lembremo-nos que até a revista *Cláudia*, voltada para o público feminino, publicou uma matéria de Marialice Foracchi em que ela tentava mostrar o que a sociologia tinha a dizer sobre os movimentos juvenis.<sup>401</sup>

A indústria cultural também se aproveitaria das artes “engajadas” para abastecer-se de material criativo para produzir discos, programas de televisão, de rádio, matérias da imprensa etc. Deste modo, a indústria cultural criava públicos juvenis de classe média, ainda que se tivesse um momento de transição, em que as artes faziam um duplo papel: aquele mais evidente, de contestação social e política; e o menos percebido, de contribuição ao surgimento de um mercado de consumo cultural nas novas classes médias. Ao mesmo tempo, porém, a indústria cultural publicizava os novos movimentos artísticos e sociais de contestação, punha em sua pauta as rupturas realizadas e as propostas no campo da sexualidade, das drogas, da moda, da família, do amor, da vida cotidiana, da arte e da política. É claro que normalmente esta publicização era limitada pela censura, auto-censura ou discursos de reprovação. Mesmo assim, as inúmeras práticas de transformação do comportamento penetravam os poros dos veículos das indústrias culturais e se faziam multiplicar ainda mais mundo afora, num ritmo ainda mais acelerado e cosmopolita.

É lógico que, muito rapidamente, as indústrias culturais passaram a se valer das técnicas de adaptação, domesticação e reciclagem do material fornecido ou inspirado pelas “contraculturas”. Rápido, veículos da cultura de massa aprenderam a retirar aspectos mais selvagens, “subversivos” e radicais das novas práticas culturais e apresentar produtos que podiam passar o ar de “modernidade” e “contestação” aos seus consumidores, mas sem despertar a indignação daqueles que temiam mudanças impetuosas no sistema de valores.<sup>402</sup> O 1968 brasileiro viveu um ensaio deste movimento mais geral das indústrias culturais, num

<sup>399</sup> *Cit. in.* p. 72-3, José Dantas Filho e Francisco Fernando Monteoliva Doratioto. *op. cit.*, p. 72-3.

<sup>400</sup> Cláudio Novaes Pinto Coelho. A transformação social em questão: as práticas sociais alternativas durante o regime militar, *op. cit.*

<sup>401</sup> Marialice Mencarini Foracchi. “Você é contra a juventude?”, *op. cit.*

<sup>402</sup> Discuti estes temas em: Luís Antonio Groppo. O rock e a formação do mercado de consumo cultural juvenil, dissertação de mestrado em Sociologia, Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, 1996.

evento retirado das sombras da história por Cláudio Novaes Coelho. Tratou-se do *Momento 68*, um espetáculo “multimídia” que aliava teatro, música, dança e moda. Foi promovido pela Rhodia, durante o lançamento da coleção *Brazilian fashion Foolish*, com patrocínio também da Shell, Ford e Willys. Era “um dos raros momentos em que a burguesia não teme o caráter nihilista de sua própria prática, afirmando sua capacidade de transformar o caos em positividade: isto é, em moda”.<sup>403</sup> Uma propaganda do evento, na revista *Manchete* de junho de 1968, cita a presença no evento de Gilberto Gil, Caetano Veloso (músicos tropicalistas), Raul Cortez e Walmor Chaga (atores), manequins que cantam, *slides*, luz negra e psicodélica, música que mistura rugido de animal, som de metralhadora, com arranjos de Rogério Duprat e texto de Millôr Fernandes.<sup>404</sup>

Nas lembranças sobre 1968, um militante do movimento estudantil narrou a Zuenir Ventura que “foi o ano em que experimentamos todos os limites, em que as moças começaram a tomar pílulas, que sentamos no Rio Branco, que fomos para as portas das fábricas, que redefinimos os padrões de comportamento”.<sup>405</sup> Este relato comprova que os jovens estudantes de 1968, mesmo aqueles que militavam nas novas esquerdas, viveram a rebeldia não apenas no campo da política, mas também no comportamento. Na sua memória, lado a lado se acomodam a Passeata dos 100 mil, a busca do contato com o mundo operário e a liberdade sexual. Na vivência da juventude, uma geração da classe média descobria e inventava uma militância política diferente, ao mesmo tempo que descobria o mundo da sexualidade, que esboçava criar um reino da liberdade no campo dos relacionamentos afetivos e que ultrapassava limites ao experimentar drogas proibidas:

“Queríamos nos libertar individualmente, nos libertar politicamente, enfim, queríamos todas as formas possíveis de libertação e de contestação. Porque, ao mesmo tempo que isso tudo acontecia no plano do combate à ditadura militar, uma série de outras coisas importantíssimas aconteciam nas nossas vidas. Era um momento de descoberta, de mudança completa dos padrões de comportamento”.<sup>406</sup>

Zuenir Ventura, sobre a classe média intelectualizada que se opunha ao regime militar nos anos 1960, incluindo aí os estudantes, relata:

<sup>403</sup> Cláudio Novaes Pinto Coelho. A transformação social em questão: as práticas sociais alternativas durante o regime militar, op. cit., p. 130.

<sup>404</sup> Cit. in. Cláudio Novaes Pinto Coelho. ibid., p. 130-1.

<sup>405</sup> César Augusto Teles, cit. in. Zuenir Ventura. op. cit., p. 30.

“Os que viveram aqueles tempo guardam a impressão que não se fazia outra coisa: mais do que fazer amor, mais do que trabalhar, mais do que ler, fazia-se política. Ou melhor, fazia-se tudo achando-se que se estava fazendo política. A moda era politizar – do sexo a orações, passando pela própria moda, que durante pelo menos uma estação de 68 foi ‘militar’: as roupas mimetizavam a cor e o corte das fardas e das técnicas dos guerrilheiros”.<sup>407</sup>

Assim, o próprio ato de vestir-se transformou-se num ato político, numa aproximação intensa entre comportamento e opinião política, que também teria suas contradições e se resolveria na esquerda armada, em geral, pelo retorno ao ascetismo. Mas a vida estudantil não era só feita de aulas, assembleias e passeatas. Também se constituía de bares perto das faculdades, cinematecas ou cinemas de arte, teatros, *shows* de música e relações amorosas. Tudo parecia ter que se combinar com política, gerando muitos dilemas nas relações amorosas, ora criando atrações, ora causando rejeições. Segundo Ruy Castro, “não só os filmes, peças e canções passavam a ser julgados politicamente, mas até os namoros e as fofocas tinham de passar pelo crivo da ideologia”.<sup>408</sup>

Para Coelho, o golpe de 64 e o regime autoritário tentaram implantar um processo de modernização (a racionalização social, a construção de uma sociedade de indivíduos, não mais de “pessoas”) sem modernidade (o questionamento permanente dos valores). Os movimentos de contestação ao Estado militarizado, de vários modos, combinaram modernização com modernidade – se destacando a contracultura, no início dos anos 1970. Mas houveram duas tentativas anteriores aos *hippies* brasileiros: o tropicalismo (já analisado) e o movimento estudantil. O movimento estudantil juntara a idéia de modernização (luta pela reforma universitária) com a de modernidade (contestação de valores e comportamentos tradicionais e novas práticas durante as ocupações das faculdades), além da luta pela democratização (dado que as manifestações de rua e as ocupações das escolas eram tentativas de se criar espaços públicos autônomos).<sup>409</sup>

Dois dos principais líderes de 1968, Vladimir Palmeira e José Dirceu, consideraram que não eram, simplesmente, líderes de uma luta reivindicatória estudantil que se transformou em revolta estudantil. No próprio comportamento deles havia uma postura que ia além da contestação política:

<sup>406</sup> Alfredo Sirkis. “Os paradoxos de 1968”, *op. cit.*, p. 113.

<sup>407</sup> *Cit. in.* Maria Hermínia Tavares de Almedia e Luiz Weis. *op. cit.*

<sup>408</sup> *Cit. in. Ibid.*, p. 369.



“Tanto eu como o Vladimir representávamos a postura anti-*establishment*, anti-ordem, até no modo de vestir, de falar, de nos comportar. Simbolizávamos a irreverência, a rebeldia e, nesse sentido, éramos mais do que lideranças contra a ditadura, contra a política educacional. Éramos lideranças que se opunham a todo um estado de coisas, à ordem estabelecida, a uma mentalidade que existia e que nós queríamos mudar... Eu era um jovem diferente: quando entrava em algum lugar todo mundo me olhava de lado, porque falava, me vestia e me comportava de um modo totalmente peculiar. Tinha a mania de me sentar em cima da mesa do professor, gostava de botar os pés na carteira, usava uma roupa pouco convencional para a época: calça azul, camiseta de gola canoa e um sapato sem meia”.<sup>410</sup>

“Desde bem jovem eu já usava cabelo grande. A esquerda em geral era toda arrumadinha, o pessoal andava direitinho, muito bem-tratado. Eu era o contrário, andava esculhambado e não prestava atenção nessas coisas. Seguramente vivia mais à vontade do que o pessoal do partidão, sempre mais careta”.<sup>411</sup>

Refletindo sobre como seu grupo ascendeu no interior da PUC de São Paulo, Dirceu cita que foi muito importante a atuação original na “cultura” antes da política, assim como a contestação de regras tradicionais no ensino antes da discussão de temas políticos globais: “Nossa primeira iniciativa foi juntar homens e mulheres nas salas de aula; pedimos, brigamos, exigimos e acabamos conquistando esse direito elementar, tão importante quando se tem vinte anos. Depois derrubamos essa história de precisar nos levantar quando o professor entrava na sala. Eram pequenos passos, mas bastante significativos como manifestações libertárias”.<sup>412</sup>

A constatação de que o movimento estudantil brasileiro se reorganizou em torno de “questões específicas” que envolveram o nível imediato, do cotidiano das faculdades, como as anuidades, os excedentes, as regras hierárquicas dentro das salas de aula etc. aproxima o Brasil de vários outros exemplos de revolta estudantil e juvenil dos anos 1960, como a própria França, cuja rebelião de 1968 começou com questões como o impedimento de que garotos e garotas se visitassem na moradia estudantil em Nanterre. No Brasil, também, a experiência das ocupações das faculdades em 1968 fez com que as questões da remodelação da vida cotidiana nas unidades educacionais entrassem no primeiro plano das rupturas produzidas pelo

<sup>409</sup> Cláudio Novaes Pinto Coelho. A transformação social em questão: as práticas sociais alternativas durante o regime militar, op. cit.

<sup>410</sup> Vladimir Palmeira, cit. in. José Dirceu e Vladimir Palmeira. op. cit., p. 21

<sup>411</sup> José Dirceu, cit. in. José Dirceu e Vladimir Palmeira. op. cit., p. 21.

<sup>412</sup> José Dirceu e Vladimir Palmeira. op. cit., p. 53,

movimento estudantil, juntamente com a rica produção artística e cultural destes dias, as experiências amorosas mais livres, o uso de drogas etc.

No entanto, as experiências comportamentais inovadoras realizadas na prática dos que participavam, mesmo que não intensamente, do movimento estudantil de 1968, não fizeram parte da retórica do movimento brasileiro, ao contrário de, por exemplo, o Maio de 1968 na França. Nenhuma tendência do movimento estudantil assumiu esta relação, estabelecida na prática dos rebeldes juvenis brasileiros, entre revolução político-social e transformação nos comportamentos individuais. Ou seja, havia uma ambigüidade do movimento estudantil no tocante à “modernidade” (contestação dos valores), como se constata na peça *À prova de fogo*, feita ainda em 1968 por Consuelo de Castro, que narra a ocupação dos estudantes da Faculdade de Filosofia na Maria Antonia. Contradiziam-se a moral privada da defesa da liberdade sexual com a moral pública das esquerdas, que considerava questões comportamentais como parte da “ideologia pequeno burguesa”. Na peça, o personagem Zé comenta sobre Júlia, moça que ele engravidara: “Problemas pessoais... Tudo bem. O mundo se arrebrandando. A guerra do Vietnã. Milhões de operários ficaram em greve ontem. Estudantes são presos aos montes. Há imperialismo, analfabetismo, miséria... e a julinha querida cheia de probleminhas pessoais. Vão tomar banho. Que falta de perspectiva histórica!”<sup>413</sup>

Portanto, apesar da prática contestadora, no aspecto retórico ou discursivo, “a questão dos comportamentos individuais não foi colocada no centro da luta pela autonomia do espaço público: as ocupações das faculdades giraram em torno do combate político antiditatorial e da defesa da reforma universitária”, ou seja, não se politizaram questões sobre os comportamentos individuais – as salas de aula da Maria Antonia, transformadas em dormitórios durante a ocupação estudantil, não tinham lugar para casais de namorados.<sup>414</sup>

Mesmo assim 1968 realizava uma verdadeira revolução dos comportamentos: “O movimento estudantil, na minha visão de hoje, foi antes de mais nada uma grande revolução cultural e de comportamento. Mais importante do que a luta contra a ditadura”.<sup>415</sup> Produzia-se, principalmente, uma nova liberdade no campo da sexualidade. Liberdade que já se preparava no interior das classes médias intelectualizadas desde o final dos anos 1950, pelo menos, quando os jovens já se deparavam com o tema do “amor livre” (a questão da fidelidade

<sup>413</sup> *Cit. in.* Cláudio Novaes Pinto Coelho. *A transformação social em questão: as práticas sociais alternativas durante o regime militar*, *op. cit.*, p. 142.

<sup>414</sup> *Cit. in. ibid.*, p. 144.

<sup>415</sup> José Dirceu, *cit. in.* José Dirceu e Vladimir Palmeira. *op. cit.*, p. 32.

conjugal e do sexo antes do casamento) e o questionamento do casamento buguês (visto por muitos como o auge da hipocrisia na relação entre os sexos). Nos anos 1960, tornou-se parte da expressão política das classes médias que contestavam o regime autoritário, também, a contestação da moralidade sexual. A sexualidade estava presente em muitos livros lançados, em matérias da imprensa (inclusive com revistas como *Realidade*) e num debate nacional, em 1968, sobre a educação sexual. Como afirma Ventura, “provavelmente, falava-se e escrevia-se mais do que se fazia sexo”.<sup>416</sup>

Mas, antes de 1968, talvez o dilema tenha sido mais profundo. Fazia parte mesmo da identidade da classe média intelectualizada não apenas a contestação do regime como também a rejeição da moral “burguesa”. Num certo sentido, a política conjugava-se de modo contraditório com a questão comportamental, fazendo com que muitos admitissem apenas retoricamente a nova liberdade, enquanto que outros, através do relato privado (a “fofoca”), desdiziam dos que realmente se libertavam – a questão envolvia principalmente as mulheres: “Éramos mesmo uma geração contraditória: todo mundo se declarava contra a virgindade, mas até 66-67 a maior parte das moças ainda era virgem.... A esquerda sempre foi mais liberal, mas mesmo entre nós sempre havia alguém que dizia, apontando para alguma menina: ‘Já comi aquela’. Era nesse nível”.<sup>417</sup>

Mas, pelo menos, a liberação sexual dos que apenas a ensaiavam no campo da retórica tinha novas possibilidades abertas com o advento da pílula anticoncepcional. Era o ingrediente fornecido pela medicina que, afinal, permitiu um pouco mais de segurança (no tocante à gravidez indesejada) àqueles que desejaram romper realmente com os limites da sexualidade vigente. 1968 iria embora, mas deixaria mais aberto e livre o campo da sexualidade – não necessariamente em todas as categorias sociais, assim como não deixando de manter suas contradições:

“O avanço ocorrera em grande velocidade. E o curioso é que quando o tabu é vencido cada um continua normalmente a sua vida, como se aquilo nunca houvesse existido”.<sup>418</sup>

“Na prática, a liberação sexual veio no bojo do movimento estudantil, e não como uma coisa importada. Rompemos com o bloqueio da sexualidade e superamos as discriminações; encontramos uma série de restrições para as mulheres nas faculdades e acabamos com isso...

<sup>416</sup> Zuenir Ventura. *op. cit.*, p. 34.

<sup>417</sup> Vladimir Palmeira *cit. in.* José Dirceu e Vladimir Palmeira. *op. cit.*, p. 30.

<sup>418</sup> *Ibid.*

Nossas concepções, nossas propostas e nossa maneira de viver eram extremamente ricas e, ao mesmo tempo, contraditórias”.<sup>419</sup>

Outra inovação contida no movimento estudantil foi a importante presença feminina, não apenas na massa das manifestações, mas também na militância das esquerdas estudantis e até na liderança de entidades. Entre elas, Catarina Melloni (presidente da UEE de São Paulo em 1967 e que manteve uma UEE paralela à de José Dirceu em 1968) e presidentes de Centros Acadêmicos como Helenira Resende Nazareth e Iara Iavelberg (mais tarde, guerrilheira e companheira de Carlos Lamarca). Era forte também a presença das mulheres no teatro universitário.<sup>420</sup>

Quanto às drogas, entre os novos comportamentos das classes médias intelectualizadas, em destaque os universitários, na segunda metade dos anos 1960, incluía-se certa incursão ao mundo das drogas, principalmente à maconha (o “baseado”), mas também ao “ácido” (drogas alucinógenas) e à cocaína (o “pó”).

As experiências com as drogas acabariam sendo, ao lado da liberdade sexual, temas fulcrais na Contracultura. Os *hippies* brasileiros só se tornaram um fenômeno destacado depois de 1968. Em 1969 surgiram os primeiros sinais de um movimento *hippie* no Brasil, com uma reportagem da revista *Veja* que falava de uma concentração de *hippies* em Salvador, inclusive já sofrendo repressão policial. Na revista *O Pasquim*, lançada em 1969, artigos de Luiz Carlos Maciel, que se tomaria o principal teórico da Contracultura no Brasil, já discutiam muito as questões dos costumes. Maciel publicaria um “Manifesto *Hippie*” no *Pasquim* em janeiro de 1970, no qual opunha razão e sensibilidade, dando primazia ao segundo. Ainda em 1970, surgiram novas publicações da contracultura: *Flor do Mal*, *Presença* e *Rolling Stone*, além de proliferarem feiras de arte *hippie*. O regime militar ainda encontrava fôlego para reprimir, além da luta armada, também a incipiente contracultura brasileira: a Polícia Federal, em 1970, ordenara a realização de uma rigorosa campanha contra os *hippies*, em todo o país. Feiras *hippies* e festivais de contracultura eram especialmente visadas pela polícia.<sup>421</sup>

Além da droga e da liberdade sexual, a contracultura, dentro do seu intento de supervalorizar a “sensibilidade”, também tematizaria sobre a “loucura” – inclusive, no início dos anos 1970 se generalizaria entre a classe média intelectualizada a moda psicanalítica. Mas,

<sup>419</sup> José Dirceu, cit. in. José Dirceu e Vladimir Palmeira. *op. cit.*, p. 31.

<sup>420</sup> José Dirceu e Vladimir Palmeira. *op. cit.*

<sup>421</sup> Cláudio Novaes Pinto Coelho. *A transformação social em questão: as práticas sociais alternativas durante o regime militar*, *op. cit.*

se um dos temas *hippies* era a valorização da “loucura” (no sentido de estar alheio à realidade social institucionalizada e adotar comportamentos fora do padrão esperado), além da polícia usar como tática repressiva a internação de alguns *hippies* em hospícios, as drogas e algumas intensas experiências sensoriais levaram alguns realmente à loucura. Um dos importantes nomes da contracultura acabaria assim, Torquato Neto, internado num hospício, experiência que relata em *Os Últimos Dias da Paupéria*. Outra solução tentada pela Contracultura, em busca da sensibilidade e da ruptura com as formas institucionalizadas da vida social, foram as “comunidades”, buscando uma sociabilidade inspiradas nos modelos familiares ou marginais, em que ensaiavam projetos (muitas vezes, repletos de contradições) de comunhão de bens, de trabalho comunitário, de ausência de restrições às relações sexuais etc.

A contracultura, na sua contestação comportamental hiperbólica e na sua postura de negar a transformação através da política, seria no início dos anos 1970 um pólo oposto ao da luta armada. Contracultura e movimentos armados tornaram-se mutuamente excludentes. A posição de ambos negava a possibilidade de conjugar política e comportamento, “a possibilidade da articulação entre transformação política e transformação individual não estava mais colocada”.<sup>422</sup> Após 1968, desintegrava-se a frente político/cultural de contestação que marcou o movimento estudantil brasileiro, apesar de vários dilemas.

## A violência

### A repressão e a direita estudantil

O ano de 1968 também foi o ano de uma crise interna entre os detentores do poder, crise que invadiu inclusive o interior das Forças Armadas e colocou em confronto a linha moderada e a linha dura dos militares. Enquanto isto, os setores civis que davam suporte político ao regime expressavam cada vez mais claramente seu descontentamento. A imprensa aumentava suas críticas ao fechamento político e muitos jornais que vinham até então apoiando o regime se colocaram a favor dos estudantes, principalmente no primeiro semestre do ano. Em fevereiro, até o partido de apoio ao governo, a ARENA, expressou descontentamentos. Mas o governo Costa e Silva respondeu com ameaças de mais endurecimento político. Em março fortaleciam-se rumores sobre a decretação do estado de

---

<sup>422</sup> *Ibid.*, p. 147.

sítio ou de um novo Ato Institucional. Estes rumores já haviam começado antes mesmo do início dos grandes protestos estudantis e só se fortaleceram após eles.<sup>423</sup>

A questão estudantil já vinha incomodando o governo militar, na verdade, antes mesmo do primeiro ciclo de manifestação que seguiu-se à morte de Edson Luís. Ainda em 1967, foi promulgado um decreto proibindo greves estudantis, sob pena da perda do ano letivo.<sup>424</sup> Em 11 de janeiro de 1968, foi instalada uma comissão presidida pelo Coronel Meira Mattos, com a finalidade de investigar esta questão. O regime, um híbrido de autoritarismo e desejo de legalidade, decretaria uma lei em 22 de maio de 1968 que demonstrava suas intenções e seu caráter dúbio. A Lei n. 5439 passava a responsabilizar criminalmente menores de 18 anos que viessem a se envolver em ações contra a “Segurança Nacional”. Em 1 de julho de 1968, o Conselho de Segurança Nacional, espécie de comando paralelo do regime, se reuniu para avaliar a situação estudantil. Em 5 de julho de 1968, o ministro da Justiça, Gama e Silva, proibiu passeatas de qualquer tipo no território nacional. Em 11 de julho, Costa e Silva propôs ao Conselho de Segurança Nacional um projeto de estado de sítio a ser aplicado caso continuassem as manifestações estudantis. Em 17 de julho, o Alto Comando do Exército reuniu-se para tomar “providências necessárias à manutenção da ordem em todo o território” e, segundo palavra do presidente da República, para coibir “o estado contra-revolucionário”.<sup>425</sup>

As medidas do governo, até então, flagravam um regime indeciso entre a legalidade e a repressão franca, entre o uso de forças policiais convencionais e formas extremas de combate aos movimentos sociais: “Então, havia brechas. A ditadura era muito forte e muito fraca. Era forte o suficiente para usar a violência e ser criticada, mas era fraca para impedir uma grande ascensão do movimento estudantil, salvo se pagasse um preço muito alto. E ela depois mostrou que estava disposta a pagar e avançar para uma forma de ditadura mais radical”.<sup>426</sup>

Contra o movimento estudantil, setores do governo utilizavam vários argumentos. Os mais comuns, e mais simplistas, retomavam a postura anti-comunista ou os dogmas da Doutrina de Segurança Nacional, que viam em qualquer manifestação de descontentamento social a sombra do comunismo e da ação de “inimigos” internos e externos. Também encontramos a denúncia dos reais e supostos agitadores profissionais (estudantes especializados na “agitação” da massa). É o caso do relato do general Jayme Portella, chefe do

<sup>423</sup> Maria Ribeiro do Valle. *O diálogo é a violência: movimento estudantil e ditadura militar em 1968*, op. cit.

<sup>424</sup> *Perspectiva*, UEE de Minas Gerais, mimeo, Belo Horizonte, 1968.

<sup>425</sup> Elizabeth Fernandes Xavier Ferreira. op. cit., p. 35.

<sup>426</sup> Vladimir Palmeira, “Os valores de 1968”, op. cit., p. 119.

Gabinete Militar, para quem as agitações estudantis eram insufladas pelo “Partido Comunista”, “que usava os seus agentes infiltrados nas universidades – estudantes profissionais – que não tinham o objetivo de promoção nos cursos em que estavam matriculados e muito menos concluí-los”.<sup>427</sup>

Dentro das Forças Armadas crescia um setor de extrema direita que logo começou a fazer uso de atentados terroristas. Eram jovens oficiais do Exército que estavam descontentes, ao mesmo tempo, com as oposições ao regime, com a formação dada nas escolas militares e com o soldo. De certo modo, a insatisfação juvenil também atingiu os quartéis, fazendo com que jovens oficiais sentissem-se descontentes quanto às “questões específicas” enfrentadas dentro das Forças Armadas, descontentamento que, analogamente ao que se dava com os estudantes civis, também se transformou no desejo (e práticas) de intervenção na realidade social (e, em nova analogia com o movimento estudantil, pretendendo usar métodos violentos). Porém, aí pára a comparação. A extrema direita, que também se manifestaria em setores civis, inclusive dentro das universidades, atuava a favor do regime (mas também do seu endurecimento) e contra os movimentos que criticavam o governo (principalmente o movimento estudantil). Entre estes setores extremistas do Exército, surgiria a “Operação Mata-Estudante”. Denunciada por um deputado do MDB em 1 de outubro de 1968, a operação planejava ações muito semelhantes àquelas usadas contra o movimento estudantil mexicano. Nesta operação, segundo o deputado Maurílio Ferreira Lima, militares à paisana promoveriam agitações durante passeatas estudantis, levando populares a depredar o comércio e gerando um tiroteio no meio do tumulto, aproveitando para assassinar (os “irrecuperáveis”) ou seqüestrar (os “recuperáveis”) as principais lideranças estudantis (no que seria usada a unidade Parasar de pára-quedistas, o que fez com que esta denúncia ficasse conhecida como “Caso Parasar”). Outras fontes citam que planejava-se também explodir um gasômetro e um reservatório de água no Rio, atribuindo tais feitos aos comunistas.

A operação frustrada da extrema direita, tratava-se, de certa forma, de uma versão ainda mais radical do que já havia sido efetivamente realizado em 29 de agosto, dia da invasão brutal da Universidade de Brasília. O episódio conseguiria criar a desestabilização política suficiente para legitimar a adoção de um novo Ato Institucional, que faria o país ingressar de vez na ditadura militar.

<sup>427</sup> Cit. in Maria Ribeiro do Valle. “A morte de Edson Luís e a questão da violência”, op. cit., p. 71.

Desde meados de 1968, também como já vimos, as formas de repressão aos protestos públicos dos estudantes, às ocupações de faculdades e às greves operárias tornavam-se cada vez mais incisivas: “O problema é que já no final de 1968 aquilo que inicialmente eram bombas de gás, cassetetes e, de vez em quando, algum tiro de revólver..., se transformou em um tiroteio cerrado. As últimas manifestações no Rio de Janeiro, perto do Hospital Pedro Ernesto, foram dissolvidas a rajada de metralhadoras”.<sup>428</sup>

Antes mesmo do governo divulgar na televisão o AI-5, em 13 de dezembro, em torno das 10 horas da noite, já se faziam milhares de prisões de estudantes, trabalhadores, artistas, intelectuais e políticos. Mesmo assim o governo não sentia-se ainda tranqüilo, inclusive porque fizera o próprio regime entrar num processo de paranóia auto-destrutiva. Desejando enterrar as últimas resistências da UNE e do movimento estudantil, foi promulgado em 26 de fevereiro de 1969 o Decreto n. 477, que estipulava infrações disciplinares a professores, alunos e funcionários do ensino público ou particular. Considerava-se como infração tentar ou fazer greve, atentados contra bens, organizar ou participar de “movimentos subversivos, passeatas, desfiles ou comícios não-autorizados”, fazer, guardar ou distribuir “material subversivo”, seqüestrar ou manter em cárcere privado professor, aluno ou funcionário e usar o recinto escolar para subversão ou “atos contrários à moral e à ordem pública”. As punições eram, no caso de professores e funcionários, demissão, dispensa e proibição de ser nomeado, admitido ou contratado por qualquer outro estabelecimento de ensino por um período de 5 anos, e, no caso dos estudantes, desligamento e proibição de matrícula em qualquer estabelecimento de ensino por um prazo de dez anos, perda do benefício de bolsista por cinco anos e expulsão do país em caso de estudante estrangeiro.<sup>429</sup> Em breve, centenas de professores universitários e de escolas públicas foram aposentados pelo governo, inclusive pela imposição de sanções com efeito retroativo.

Mas, em 1969, a principal preocupação do governo deixava de ser o movimento estudantil. Agora a ameaça vinha dos grupos de luta armada, que o regime e a imprensa chamavam de “terroristas”. Após o afastamento de Costa e Silva, em agosto de 1969, por motivo de doença, formou-se uma Junta Militar composta pelos três ministros militares que impediram que o vice-presidente, Pedro Aleixo, um civil, assumisse a presidência. A Junta tomou para si o controle do governo e baixou uma série de decretos contra os “terroristas”,

<sup>428</sup> Alfredo Sirkis. “Os paradoxos de 1968”, *op. cit.*, p. 112-3.



principalmente após o seqüestro do embaixador norte-americano, Charle Elbrick, em setembro. Logo surgiria a Oban (Organização Bandeirantes), integrando os órgãos de informação das três forças militares e dos órgãos estaduais de repressão. A Oban teve financiamento de empresários nacionais e multinacionais e foi reconhecida de modo apenas oficioso pelas autoridades militares, o que lhe deu maior espectro de ação e garantia de impunidade.

A ação da repressão extra-oficial e dos seus assassinos e torturadores ceifaria ou mutilaria vidas de muitos militantes do movimento estudantil que tinham aderido à luta armada e, inclusive, da UNE, cujos membros também se integraram a grupos armados. Em abril de 1969, a UNE elegeu, na total clandestinidade, Jean Marc para presidente da entidade. Mas ele seria preso já em setembro. Seu substituto, Honcstino Guimarães, seria assassinado em 1973, junto com outros três membros da diretoria. Desta última diretoria da UNE, só não seria preso ou morto uma diretora.<sup>430</sup>

Antes mesmo de 1969 e do combate extralegal ao “terrorismo”, as polícias e órgãos de repressão fizeram uso de práticas violentas e até torturas contra estudantes presos, principalmente quando 1968 foi chegando ao seu final. Após ser detido em Ibiúna, José Dirceu conta que ele e os demais líderes estudais sofreram maus tratos no cárcere, alguns possivelmente até foram torturados. Mas ainda era pouco perto dos métodos que seriam usados pelos agentes da Oban: “Levei chute, tapa no ouvido, cotovelada, humilhação, cusparada – mas isso era tratamento para movimento estudantil, longe do que sofreram depois os presos da luta armada”.<sup>431</sup>

Há ainda um outro registro da repressão contra o movimento estudantil de 1968, além da violência que vinha do Estado e dos quartéis. Trata-se dos grupos pára-militares da extrema direita, muitos com membros vindos do setor estudantil.

Havia, na verdade, antes do golpe de 1964, um importante setor liberal e direitista no movimento estudantil, forte em Estados como Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, principalmente nas universidades particulares. Segundo Reis Filho, esta direita estudantil vai

---

<sup>429</sup> Justina Iva de A. Silva. *op. cit.*, p. 155; Maria Helena Simões Paes. Em nome da segurança nacional. Do golpe de 64 ao início da abertura, *op. cit.*

<sup>430</sup> Maria Ribeiro do Valle. O diálogo é a violência: movimento estudantil e ditadura militar em 1968, *op. cit.*

<sup>431</sup> José Dirceu e Vladimir Palmeira. *op. cit.*, p. 178.

entrando em refluxo até quase desaparecer como força política, “diante da truculência do novo regime e de seu ministro da Educação, Suplicy de Lacerda”.<sup>432</sup>

A nova cara da “direita estudantil” seria, durante o regime militar, mais radical e violenta. Ela já se esboçava antes mesmo do golpe militar e tinha suas raízes nos CADs (Coligações Acadêmicas Democratas), que garantiram ao grupo direitista de Paulo Egydio Martins o controle da UNE entre 1950 e 1956. Segundo Dirceu havia um setor da direita radical estudantil que atuava em 1963 e 1964 de modo violento, dissolvendo reuniões nas faculdades e impedindo eleições estudantis, usando correntes e porretes e promovendo agressões generalizadas. Em 1966, ainda segundo Dirceu, estes radicais de direita tentaram repetir o feito nas eleições das entidades extralegais dos estudantes, mas foram também “recebidos com barras de ferro e correntes”.<sup>433</sup>

Mas em 1968, as atuações da extrema direita e seus conflitos com a esquerda estudantil usariam armas de fogo e bombas incendiárias, como se viu na Batalha da Maria Antonia. Além disto, tais grupos fizeram atentados a escolas, teatros, jornais etc. (o CCC tinha predileção em atacar peças polêmicas e explodir bombas em teatros). Entre estes grupos, aponta-se a participação de membros da Tradição, Família e Propriedade (TFP), originada da ala direita católica. Reais e supostos grupos formados com estudantes eram o Comando de Caça aos Comunistas (CCC, o grupo mais atuante em 1968), o Movimento Anti-Comunista (MAC) e a Falange Anti-Comunista (FAC). Em 1968, também são citados alguns outros grupos da direita reacionária formados para atuar no meio estudantil de alguns Estados, como o Grupo Decisão (no Rio Grande do Sul), a Frente Estudantil Independente (Rio de Janeiro) e a Executiva Estadual dos Estudantes (em São Paulo).<sup>434</sup>

O CCC distribuiu em São Paulo, em 1968, um panfleto assinado por ele e mais duas supostas entidades estudantis, o Comando Revolucionário Estudantil de 31 de Março e o Partido Universitário de Arregimentação (Arcadas). Tinha o título de “Manifesto ao povo paulista”. Nele, já de início, demonstra seu ódio contra o movimento estudantil e aos artistas que vinham revolucionando a arte brasileira nestes tempos: “Os estudantes democratas de São Paulo” diziam-se “profundamente revoltados com a atitude destrutiva dos agitadores, estudantes profissionais e pseudo-artistas”. Considera as manifestações estudantis “na verdade, produto de um esquema nacional de subversão, o qual se subordina a um plano de rebelião

<sup>432</sup> Daniel Aarão Reis Filho. “1968, o curto ano de todos os desejos”, *op. cit.*, p. 66.

<sup>433</sup> José Dirceu e Vladimir Palmeira. *op. cit.*, p. 149.

mundial contra a democracia. Assim começou na França, na Itália, no Uruguai e agora ferve no Brasil”. A irrupção mundial de revoltas em 1968 era visto pela direita, novamente, como um bem executado plano mundial de subversão da ordem, incluindo os comunistas brasileiros que queriam “vender seu próprio país a potências estrangeiras e destruir a liberdade, a família e fragmentar a nação em um mar de sangue”. No panfleto, a direita radical despeja simplificações e deturpações absurdas da realidade vivida em 1968, além de preconceitos hediondos: “Só sabem é deturpar a verdade, aproveitar-se demagogicamente de certas situações que eles mesmos criam, com a cobertura de repórteres comunistas e uma minoria do teatro, importante meio de comunicação às massas, em geral mentalidades deturpadas como internacionalistas, homossexuais e loucos de todo o gênero”. Sobre os líderes estudantis, afirma que eles “lançam criminosamente a juventude contra a polícia” e são “agitadores treinados no exterior em guerrilha urbana, sem escrúpulos e humanismo”. Ao considerar o Exército como “POVO EM ARMAS”, parece profetizar um segundo golpe militar: “se o Exército vier às ruas, será o povo a expurgar o comunismo, numa patriótica obra de saneamento”. Ao final, faz uma ode à violência vingativa, em tom semelhante ao usado em dados momentos pela própria esquerda estudantil (é claro, apontando “inimigos” opostos): “Vamos à luta, colocar um ponto final nesta palhaçada. À insídia vermelha, responderemos com a resistência democrática. A violência será respondida com a violência da pátria indignada e estremecida”.

Vários atentados foram praticados pela extrema direita em 1968. Em 18 de junho, trinta integrantes do CCC invadiram o Teatro Ruth Escobar, em São Paulo, durante a peça *Roda Viva* e espancaram com violência atores e técnicos. Membros do CCC voltariam a atacar novamente os atores da peça em Porto Alegre, ainda no hotel onde o elenco estava hospedado, novamente com grande violência – a curiosa resposta do governo gaúcho foi proibir a exibição da peça no Estado (logo, *Roda Viva* seria proibida em todo o país).<sup>434</sup> Em 28 de junho, em Belo Horizonte, grupos terroristas de direita invadiram e destruíram entidades estudantis. Em 22 de julho, uma bomba explodiu na sede da ABI (Associação Brasileira de Imprensa), Rio de Janeiro, com os autores não se identificando.

Novo atentado não identificado deu-se em agosto, contra o prédio do DOPS em São Paulo. O provável autor deste atentado foi preso em 1 de setembro. Era Aladino Félix, policial

<sup>434</sup> *Perspectiva*, UEE de Minas Gerais, mimeo, Belo Horizonte, 1968.

<sup>435</sup> Pedro Karp Vazquez. *op. cit.*

militar de São Paulo. Ele confessou liderar um grupo de soldados e oficiais da Força Pública que fizera dezenas de atentados e assaltos em São Paulo e acusou o general José Paulo Trajano como mandante, além de envolver também o general Freitas, um subordinado direto da Casa Militar da Presidência (chefiada pelo general Jayme Portela, também secretário geral do Conselho de Segurança Nacional). As investigações pouco frutificaram e Aladino “desapareceu” da cadeia, supostamente graças à distração dos carcereiros.<sup>436</sup>

Ainda em agosto, no dia 2, uma bomba explodiria no Teatro Opinião, no Rio de Janeiro. Em 14 de agosto, explodiram bombas na Universidade Católica de Recife. Em setembro, nova bomba no Colégio Brasil, Rio de Janeiro. Também em setembro, membros do CCC metralharam a casa de Dom Hélder Câmara, no Recife, e invadiram e metralharam a Universidade Federal Rural de Pernambuco.<sup>437</sup>

O CCC, que ameaçou durante todo o ano de 1968 invadir o prédio de Filosofia da USP, travaria no início de outubro, como vimos, uma verdadeira guerra contra a esquerda estudantil alojada na USP. Em 8 de outubro de 1968, extremistas de direita, supostamente do CCC, seqüestraram a atriz Norma Benguel, que foi libertada no dia seguinte no Rio de Janeiro. Em 28 de Outubro, uma bomba explodiu na loja Sears de São Paulo. Ainda em outubro, o CCC ameaçou de morte o governador de São Paulo, por ter mandado soltar os delegados da UNE presos em Ibiúna. Enquanto isto, membros do CCC ao lado de outras entidades da extrema direita invadiram a faculdade de Direito da UFRJ e picharam-na.<sup>438</sup>

Em 1 de novembro, era a vez de uma bomba destruir a Livraria Forense, no Rio de Janeiro (pertencente à editora Civilização Brasileira, que havia publicado vários livros socialistas, incluindo *O Capital* de Karl Marx). Em 7 de novembro, no Rio de Janeiro, bombas explodiram no Consulado da União Soviética e no depósito do Jornal do Brasil. Em 15 de novembro, o CCC depredou o Teatro Opinião no Rio de Janeiro. Em 2 de dezembro, era a vez do mesmo Teatro Opinião receber seu segundo atentado a bomba, impedindo-se uma apresentação de Geraldo Vandré. Em 7 dezembro, bombas explodiram no jornal Correio da Manhã e no Diretório Acadêmico da Faculdade de Ciências Médicas da UFRJ, ambas no Rio de Janeiro.

<sup>436</sup> Daniel Aarão Reis Filho. “O ano mágico”, *op. cit.*

<sup>437</sup> Fernando Perrone. *op. cit.*, p. 156-8..

<sup>438</sup> *Jornal da Tarde*, 14/10/1968, *Cit. In.* Maria Ribeiro do Valle. *O diálogo é a violência: movimento estudantil e ditadura militar em 1968*, *op. cit.*, p. 154-55

As frentes repressivas do regime, usando diretamente suas forças policiais e militares, indiretamente grupos pára-militares, pareciam certificar as esquerdas estudantis de que a única saída era mesmo a violência – fosse a “violência revolucionária popular”, a guerrilha foquista ou a combinação de ambas. Em 1968, as ações violentas do Estado e as respostas agressivas dos estudantes pareciam reforçar-se, culminando, no entanto, numa vitória nítida do governo. No final de 1968, vários militantes do movimento estudantil, convencidos ou levados pela força das circunstâncias, acabaram entrando para uma outra frente de lutas, travando “nas trevas”, como afirma Gorender, uma guerra suja, covarde, cruel e brutal – a luta armada. Contra os “terroristas”, como vimos, o Estado militar costurou uma organização mais racional (a Oban) para administrar as muitas frentes “anti-terroristas” que utilizaria para esta guerra clandestina. Mesmo a extrema direita estudantil parece ter sido convocada para este novo esforço, pois, segundo Cardoso, dados indicam a participação de membros do CCC na criação da Oban em 1969.<sup>439</sup>

### ***Práxis da violência no movimento estudantil***

Segundo Feuer, um nada simpático comentador das revoltas juvenis, um componente básico e permanente da juvenildade é o masoquismo.<sup>440</sup> Não considero muito frutífero buscar características eternas ou essenciais do “espírito” juvenil. Mas é possível perceber em 1968, e não apenas no Brasil, vários dados que comprovam a presença de algo como um “masoquismo juvenil”. Talvez fosse melhor, mesmo que se veja nisto um recurso ao eufemismo, chamar o fenômeno de uma combinação de combatividade, idealismo, elitismo, abnegação, dramaticidade, populismo e solidariedade nas motivações que fizeram os movimentos de 1968 optarem tantas vezes pelas soluções violentas: “Não importa onde e como morrer se sabemos que outros levantarão e tomarão nossos lugares”<sup>441</sup>; “Povo da Guanabara, não queremos matar, não queremos morrer infrutiferamente. Queremos sim viver o engrandecimento e o bem-estar de todo o povo”.<sup>442</sup>

Ao fazer uso da violência, antes ou depois, os estudantes justificavam-se dizendo que a própria intransigência das autoridades os levavam a isto: “Estamos num impasse: não queremos a violência, e já esgotamos os meios pacíficos, sem que a direção da escola nos dê a

<sup>439</sup> Irene Cardoso. *op. cit.*

<sup>440</sup> Lewis S. Feuer. *El cuestionamiento estudiantil del establishment. En los países capitalistas y socialistas*, Buenos Aires: Paidós, 1971.

<sup>441</sup> Declaração da União Paranaense dos Estudantes, *cit. In.* Rafael Rosa Hagemeyer. *op. cit.*, p. 109.

mínima atenção”.<sup>443</sup> Ou então, a justificativa vinha da identificação das próprias arbitrariedades e brutalidades do Estado. Sentimentos como coragem e desejo de vingança<sup>444</sup>, palavras e jargões militares, assim como as ações organizadas e realizadas com certo tino militarizado, começaram a se tomar parte do movimento de 1968, ao menos (e em dado momento, apenas) entre “a vanguarda, os dirigentes”: “O movimento estudantil de São Paulo – ou melhor, a vanguarda, os dirigentes – não tinha medo de tiro. Afinal, sabíamos que estávamos nos encaminhando para a luta armada”.<sup>445</sup>

O Brasil é um dos casos em que é mais evidente o caminho que vai dos movimentos de massa para a luta armada. Tal fenômeno era favorecido pela própria lógica do terror disseminada pela Guerra Fria. Mas também, principalmente no ano de 1968, pela recaída ideológica dos movimentos estudantis ao culto da violência, assim como pelo aumento da repressão política e cultural do Estado. No movimento estudantil brasileiro de 1968 se ilustram mais claramente, e até mais conscientemente, a questão da violência e a passagem da retórica da mobilização social para a retórica da violência.

No Brasil, em 1968, a questão da violência foi gerando muitos dilemas para o movimento estudantil: uma contradição entre o crescimento das manifestações de massa e o predomínio da retórica da luta armada; discursos e intrigas entre lideranças juvenis sobre o papel da violência estudantil, justo em passeatas e atos públicos de massa; as práticas da violência, durante as manifestações, referendam a retórica e a prática da violência tanto para os estudantes quanto para o Estado e a extrema direita; a realização das primeiras ações das guerrilhas urbanas, paralelamente ao movimento estudantil; a crescente repressão do regime militar ao movimento estudantil, inclusive com brutais ocupações de unidades estudantis e a prisão de todos os delegados do Congresso da UNE; finalmente, a decadência das mobilizações de massa redirecionam a ação e o discurso dos estudantes radicais para a luta armada. As fases de mobilização dos estudantes, das manifestações massivas, da crescente retórica da violência, das práticas violentas durante as manifestações e da opção pela luta armada, não se dão sempre nesta ordem, em todos os lugares, em todos os eventos. Mas parece haver uma linha mestra que acabou assim caracterizando os rumos do movimento

<sup>442</sup> José Dirceu & Vladimir Palmeira. *op. cit.*, p. 129.

<sup>443</sup> Kencho Yamada, *cit. In.* Rafael Rosa Hagemeyer. *op. cit.*, p. 119.

<sup>444</sup> As ações repressivas só vem “aumentar o nosso ódio e transformá-lo em raios caindo-lhes sobre as cabeças” (Celso Nunes, Roberto Roldan, Luiz D’Avila e Deocléio Novaes. “Defender a UNE e realizar vigorosas ações de massas”, *mimeo*, 1968, p. 14).

<sup>445</sup> José Dirceu e Vladimir Palmeira. *op. cit.*, p. 110.

estudantil brasileiro. Menos nítida, e ainda mais complexa, esta linha que parte da mobilização criativa em unidades estudantis para um crescente da violência como discurso e prática, pode caracterizar também a onda mundial de revoltas dos anos 1960.

“Éramos dirigentes de um movimento de massa que se alimentava de descontentamentos vários e da ampla rejeição que o comando arbitrário dos militares provocava. Mas tínhamos... uma concepção estratégica que nos levava à outra coisa: à luta armada, pelo socialismo. Nas proposições estratégicas que habitavam a maior parte da esquerda..., não havia espaço muito grande para um movimento de massa urbano com as características do nosso. Havia um descolamento entre a radicalidade do movimento estudantil, que em parte era informada pela ação provocativa, ação incisiva, enfática de suas lideranças, e as concepções mais gerais que essas próprias lideranças tinham a respeito de seu papel e de onde se deveria chegar.”<sup>446</sup>

No início, os defensores da “luta específica” pregavam o uso da violência apenas como “resistência” ou “legítima defesa” diante da agressão policial – neste sentido, a UME no Rio de Janeiro, por exemplo, formaria grupos de defesa das manifestações. Já os defensores da “luta de massas” concordavam com a violência empregada durante os protestos, pois tratava-se de uma violência “justa” contra um regime injusto – ao mesmo tempo, criticavam o “esquema de segurança” desenvolvido pela UME, pois acreditavam que “todos devem estar preparados para o enfrentamento com a polícia”.<sup>447</sup> Na passeata dos 100 Mil, enquanto Luís Travassos defendia com muita veemência a violência popular, Vladimir Palmeira foi mais comedido. Mas ambos discursaram em prol da violência revolucionária e imponderável.

Meses depois, no entanto, após a Batalha da Maria Antonia, uma assembléia dos derrotados no CRUSP discutia a questão da violência, influenciada também pelas notícias do Massacre de Tlatelolco. Este debate já foi apresentado no final do capítulo 3. O que não se comentou ainda é que nele percebemos a inversão das posições na questão da violência. Enquanto a 2ª posição aposta na organização de “milícias estudantis” e “grupos de defesa”, Luís Travassos torna-se moderado (“querer levar armas em passeata, querer fazer guerra agora é idealismo e infantilidade”). Esta inversão, por outro lado, segue a lógica defendida em cada posição. A 2ª posição irá chegar à maior intransigência e à defesa da luta armada justamente pelo caminho da formação mais “técnica” de grupos de segurança. Enquanto isto, a 1ª posição

<sup>446</sup> Sebastião Velasco. op. cit., p. 109.

<sup>447</sup> Cit. In. Ibid., p. 75.

mantinha sua desconfiança para com as ocupações de unidades estudantis e a crítica à profissionalização da violência estudantil ou popular.

O Congresso da UNE, em Ibiúna, era ele mesmo um simulacro de um acampamento guerrilheiro, cercado de preocupações com a clandestinidade, a segurança e o segredo, mas desastrado do ponto de vista logístico e, ao final, facilmente desbaratado pela polícia. O cerco à Ibiúna e, mais tarde, o AI-5, convenceriam muitos dos militantes do movimento estudantil de que a solução dos grupos armados clandestinos era a única que poderia ser eficaz contra o regime.

Fiéis ainda à 1ª posição, alguns militantes, no pós-Ibiúna, propuseram formas de organização semi-clandestina e semi-militarizada adaptadas à sua estratégia da luta de massas. Propuseram a formação, em “cada sala, em cada escola”, de Grupos de Ação para mobilizar estudantes que realizariam várias ações para (re)ativar os movimentos de massa, não apenas pichações e comícios-relâmpago, mas também ações violentas: “Aprendamos a lutar e a utilizar todas as formas de luta, inclusive as ações violentas, no próprio processo dos movimentos de massa. Sejamos destemidos e hábeis em nossas lutas”.<sup>448</sup>

Um documento estudantil clandestino, recolhido pelos serviços de inteligência, não assinado e não datado, redigido após o AI-5, ilustra as tensões enfrentadas para se chegar a esta escolha. Várias formas de ação e organização são aventadas e a própria violência não é absolutizada (“Quando afirmamos a principalidade da violência não dizemos a exclusividade da violência”). Mas não se consegue escapar das conclusões em prol da necessidade da luta armada. Defende que os estudantes realizem lutas específicas nas unidades de ensino contra a política educacional do governo. Mas, diante do estágio de aumento da repressão da ditadura contra os movimentos de massa, era difícil manter a tradicional tática das passcatas massivas. Por isto, propõe formas semi-clandestinas e descentralizadas de organização dentro das universidades, os Grupos de Trabalho, que efetivariam a “violência organizada”. Num momento em que os militantes decidiam entrar ou não para a luta armada, alguns tentaram ao menos imaginar um meio termo, propondo organizações pseudo-guerrilheiras para continuar conduzindo o movimento estudantil.

Percebe-se esboços semelhantes em outro documento clandestino pós-AI-5, com o título “M.E. – estratégia e tática”. Mas este, já em seu título, denuncia que a militarização das

<sup>448</sup> Celso Nunes, Roberto Roldan, Luiz D’Avila e Deocléio Novaes. “Defender a UNE e realizar vigorosas ações de massas”, *mimeo*, 1968, p. 14



novas esquerdas invadia de vez o que restava do movimento estudantil. Nela sentimos que a adesão à luta militarizada também enrijecia a ideologia esquerdista professada, reconduzindo-a à ortodoxia. Afirma-se, mesmo após um ano em que os estudantes realizaram o principal movimento de massa até então contra o regime militar, que “os estudantes, enquanto originários das camadas médias da sociedade, não podem apresentar uma alternativa própria para a solução dos problemas da sociedade capitalista”. Ou seja, a estratégia devia ser dada pelos trabalhadores, de modo que os movimentos estudantis deviam integrar-se “no processo de transformação social sob a direção dos trabalhadores do campo e da cidade”, culminando na instalação de um governo de trabalhadores: “Devemos, portanto, nos preparar para participar da luta longa, árdua e armada dos trabalhadores” – ou seja, a estratégia da luta armada. Nesta, os movimentos estudantis têm a função tática (notem o vocabulário militarizado) de “criação de condições subjetivas à transformação violenta da sociedade nas populações urbanas e apoio à luta dos trabalhadores”. Os estudantes devem realizar uma luta contra a repressão que não será capaz de destruí-la, afirma o documento, mas de desgastá-la, preparando terreno para a “luta armada dos trabalhadores”. Em seguida porém, defende a reaproximação das lideranças estudantis com as massas dos estudantes, num retorno ao dia a dia das salas de aula, um retorno ao trabalho de mobilização para as lutas próprias dos estudantes, no caso, principalmente contra a política educacional do governo. Defende então o uso da “violência organizada” como forma de luta estudantil, nesta etapa de lutas que é o da “defensiva estratégica” (novamente, o jargão militar), usando organizações semi-clandestinas (os “Grupos de Trabalho”) e descentralizadas.

Num outro documento semi-clandestino, “Política de Massas para o ME”, declaradamente a favor do que um dia fora a 1ª posição, a militarização dos termos e das propostas é total. Trata-se da “concepção político-militar do movimento estudantil (CPMME)”, ou seja, “a introdução das ‘leis da guerra’ no movimento estudantil (os fatores Surpresa, Rapidez, Mobilidade, Dissolução, Clandestinidade etc.)”.

Estes estranhos híbridos imaginados, Grupos de Trabalho, Grupos de Ação e concepção político-militar do movimento estudantil, ilustram aqui um breve momento na passagem do movimento de massas estudantis para a luta quase solitária dos guerrilheiros urbanos.

## Rumo à luta armada

Em 1968 pudemos perceber a complexidade das relações entre as esquerdas estudantis e o movimento estudantil. Se incluirmos também as organizações de esquerda que se encaminhavam à luta armada, teremos um quadro ainda mais complexo. Organizações como o PCBR tiveram certa participação nos movimentos de 1968 e alguma penetração dentro das entidades estudantis. A AP encaminharia-se para sua fusão ao PC do B e vários dos seus militantes acabariam participando até mesmo da Guerrilha do Araguaia. As Dissidências estudantis de São Paulo e Rio de Janeiro tentariam transformar-se em grupos guerrilheiros. A Polop, também influente nas esquerdas estudantis, iria cindir-se em vários comandos armados, alguns já atuantes em 1968.

A ALN de Carlos Marighella, outrora dirigente histórico do PCB, convertido a mestre da guerrilha urbana, na ação e na prática (seu *Pequeno Manual do Guerrilheiro Urbano* foi grande sucesso editorial na Europa nos anos 1960), já havia começado suas ações armadas em dezembro de 1967. Sua primeira ação visava “expropriar fundos”: interceptaram um carro transportador de dinheiro na cidade de São Paulo, com atuação do próprio Marighella. Seguiram-se, já em 1968, assaltos a agências bancárias, ao carro pagador da Massey Ferguson, roubo de explosivos em Mogi das Cruzes e o assalto a um trem pagador da estrada de ferro Santos-Jundiaí. As polícias estavam desorientadas diante de uma assustadora elevação dos assaltos a bancos e a transportes de valores, utilizando táticas sofisticadas. A ALN, enquanto isto, recebia a primeira turma treinada em Cuba e planejava implantar focos em pontos estratégicos para sua futura ação político-militar. Mas, em dezembro de 1968, a polícia conseguia, um pouco pelo acaso, prender o motorista de Marighella que, torturado, revelaria a verdadeira causa de tantos assaltos. Marighella tornava-se, a partir de então, o mais procurado “terrorista” pelas forças de repressão. Acabaria sendo morto numa emboscada em dezembro de 1969.<sup>449</sup>

Uma dissidência da Polop, conhecida como Organização, depois Colina (Comando de Libertação Nacional) e a partir de dezembro de 1968 Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), também realizaria em 1968 ações expropriatórias e algumas façanhas, como a invasão do Hospital Militar em São Paulo. Diante disto, o Comandante do 2º Exército desafiou os “terroristas” a atacarem o próprio Quartel General, em recado à imprensa. Em 27 de junho de 1968, a resposta: um automóvel, direcionado ao alojamento dos oficiais do Quartel General,

explodiu perto do alvo, matando um soldado. Também viria das dissidências da Polop o rumoroso atentado que matou o capitão norte-americano e veterano da guerra do Vietnã, Charles Chandler, acusado de ser agente da CIA, em 12 de dezembro. A VPR receberia, no ano seguinte, a adesão do mais conhecido “terrorista” (ao lado de Marighella), Carlos Lamarca (tenente do Exército, que seria morto em 1971).

Assim, ALN, VPR e Colina “já estavam envolvidos na escalada de ações armadas vanguardistas”<sup>450</sup> em 1968 e pouco se relacionaram com o movimento estudantil. No entanto, podemos citar as relações de militantes da futura ALN com o movimento estudantil em São Paulo que, ocupando a Faculdade de Filosofia da USP, teria recebido em algumas ocasiões ajuda na troca de tiros com o CCC (alojado no Mackenzie). Armas emprestadas pela ALN seriam usadas inclusive durante a Batalha da Maria Antonia. Também é possível citar a participação de militantes operários-estudantes, com certas ligações com a VPR, na greve de Osasco. Apesar de ainda relativamente distantes do movimento estudantil, logo estas e outras organizações receberiam – quando já não tinham recebido – a adesão de militantes das esquerdas estudantis. O mesmo aconteceria também com organizações da esquerda revolucionária que aderiram de vez, após o AI-5, à luta armada, como o PCBR, POR (T), PC do B e AP.

Mas os casos mais ilustrativos desta atração irresistível entre esquerdas estudantis e esquerda armada são de “partidos” estudantis que tentaram transformar-se em grupos guerrilheiros. É o caso da Dissidência de São Paulo que, segundo José Dirceu, desde 1967 decidira “aparelhar” a UEE de São Paulo, “quer dizer, fazer a entidade dos estudantes trabalhar em função da organização clandestina”. Dirceu não aceitou a política de seus companheiros, mas acabaram fazendo um acordo: cada um continuaria com o seu cargo na UEE, mas ela não iria se prestar ao serviço de auxiliar uma organização clandestina.<sup>451</sup> Mas, diferente do que aconteceu com a Dissidência de Guanabara, que se transformaria no MR-8, os membros da Dissidência acabaram engajando-se em outras organizações de luta armada. Após ser liberto em setembro de 1969 (era um dos quinze trocados pelo embaixador dos Estados Unidos), Dirceu exilou-se em Cuba e logo dirigiu-se à “casa dos 28” da ALN, onde reencontrou seus principais companheiros da Dissidência. Nesta mesma “casa dos 28” surgiria a Molipo, onde o próprio Dirceu militaria, voltando clandestinamente ao Brasil.

<sup>449</sup> Jacob Gorender. *op. cit.*

<sup>450</sup> *Ibid.*, p. 116.

A Dissidência Estudantil de Niterói, organização também atuante no movimento estudantil de 1968, resolveria também ingressar na luta armada. Decidiu afastar-se das cidades, mesmo perdendo mais da metade dos seus militantes, e foi se alojar em duas fazendas compradas no Paraná – esperavam fazer da região do Foz do Iguaçu a base de seu “foco”.<sup>452</sup> Em abril de 1969, a repressão anunciou que havia desmantelado a Dissidência de Niterói, a quem haviam apelidado de “MR-8” (Movimento Revolucionário 8 de Outubro, dia da morte de Che Guevara), em referência ao jornal editado pela Dissidência.

Já a Dissidência da Guanabara, onde militava o presidente da UME, Vladimir Palmeira, formaria em 1969 um Grupo de Trabalhos Especiais (GTE), uma unidade de guerrilha urbana que fez assaltos a banco, a um carro transportador de dinheiro, um bar e até o apartamento de um deputado federal. Enquanto o GTE planejava seqüestrar o embaixador norte-americano, em setembro de 1969, resolveu rebatizar-se com o apelido dado pela polícia à Dissidência de Niterói, MR-8. Era uma forma não apenas de se disfarçar, mas também de despistar e provocar o regime. Em ação conjunta com a ALN, o MR-8 seqüestrou em 5 de setembro o embaixador e, dois dias depois, conseguiu libertar quinze presos políticos que foram extraditados do país (logo, porém, a repressão localizou e prendeu os seqüestradores).<sup>453</sup> Quando os jornais anunciavam o nome do MR-8 por trás do seqüestro, o blefe foi apenas relativo pois, ainda assim, “ficou patente que as lideranças universitárias de 68 tinham entrado também na luta armada”.<sup>454</sup>

Mas até entre os militantes do movimento secundarista formaram-se grupos para treinamento militar e ações de agitação clandestina. Sirkis narra a formação da COSEC (Comissão ou Comando Secundarista), que tinha o objetivo de unificar várias pequenas vanguardas dos colégios da zona sul do Rio de Janeiro. Tratava-se de uma organização para agitação e enfrentamento da polícia nas manifestações de rua, mas que concederia vários militantes para grupos guerrilheiros, como Sirkis, que se engajou na VPR. O COSEC constituiu um setor armado interno, o SPM (Setor Pára-militar) que compôs seu arsenal com “porretes, correntes, atiradeiras com bilhas, sacos de clorato de potássio, latas de gasolina, vidros de ácido sulfúrico” e “dois preciosos Taurus 32” que

“foram adquiridos, a duras penas, para reforçar o arsenal até então reduzido ao

<sup>451</sup> *Ibid.*, p. 184.

<sup>452</sup> *Ibid.*

<sup>453</sup> *Ibid.*

<sup>454</sup> Alfredo Sirkis, *Os carbonários: memórias da guerrilha perdida*, *op. cit.*, p. 133.

revólver niquelado, de cinco balas, da guerra do Paraguai. Com esse armamento imponente, fomos fazer os nossos treinamentos. Em geral, eram nos fins de semana, no meu sítio ou no do Vic... Crivávamos de balas um boneco de madeira batizado Teo... Aprendíamos a fazer coquetéis molotov com bucha de clorato, bomba termita (incendiária) à base de nitrato de alumínio, bomba C-2; cano simples, roscas, clorato e enxofre”.<sup>455</sup>

Após o AI-5, no conturbado e apossado meio das novas esquerdas, aumentou a pressão pelo engajamento imediato dos seus militantes na luta armada. Segundo Martins Filho, rapidamente centenas de jovens aderiram a organizações de extrema esquerda e chegaram a ser metade de seus partidários.<sup>456</sup> De um certo modo, resolvia-se o dilema enfrentado pelos novo-esquerdistas estudantis em relação ao movimento de massas estudantis. Resolvia-se o paradoxo em que um movimento de massas emergia diante de líderes alimentados pela concepção da luta armada maoísta ou foquista (ou variações): “A conjuntura criou forças políticas que buscaram no movimento estudantil grande parte de seus militantes. Mas o ME não fez opção pela luta armada. Quando as organizações começaram a colocar seus quadros estudantis na clandestinidade, o movimento estudantil perdeu sua capacidade de luta e não suportou a repressão”.<sup>457</sup> Segundo dados de agosto de 1969, publicados originalmente na revista *Veja*, 370 pessoas envolvidas com a luta armada já haviam sido identificadas (200 já detidas). Quase todas tinham entre 20 e 25 anos de idade e quase 40% eram estudantes.<sup>458</sup>

A juventude e a procedência “pequeno burguesa” de grande parte dos militantes dos grupos guerrilheiros no Brasil revela também uma tendência latino-americana e até mundial. Dados citados por Castañeda indicam que entre os mortos oficialmente reconhecidos pela repressão às guerrilhas, entre 1964 e 1978, 64% eram trabalhadores intelectuais (metade destes, estudantes). Os estudantes representavam um quarto do total e, junto com os professores universitários, formaram 35,7% dos que foram reconhecidamente torturados neste mesmo período.<sup>459</sup>

Com exceção das FARCS da Colômbia, as guerrilhas latino-americanas nos anos 1960 e início dos anos 1970 “eram feitas esmagadoramente na área rural do 3º Mundo por jovens

<sup>455</sup> *Ibid.*, p. 116.

<sup>456</sup> João Roberto Martins Filho, *Rebelião estudantil: 1968 - México, França e Brasil*, *op. cit.*

<sup>457</sup> José Dirceu. “O movimento estudantil em São Paulo”, *In.* Maria Alice Vieira e Marco Aurélio Garcia (orgs.). *op. cit.*, pp. 83-93, p. 91.

<sup>458</sup> *Cit. in.* Artur José Poerner. *op. cit.*

<sup>459</sup> Jorge G. Castañeda. *Utopia desarmada. Intrigas, dilemas e promessas da esquerda latino-americana*, São Paulo: Cia. das Letras, 1994.

intelectuais, vindos inicialmente das classes médias estabelecidas de seus países, mais tarde reforçadas pela nova geração de filhos e (mais raramente) filhas estudantes da crescente pequena-burguesia rural. Isso também valeu quando a tática de guerrilha foi transferida do interior rural para as grandes cidades”.<sup>460</sup> Na verdade, as guerrilhas que caracterizam o momento aqui analisado no Brasil, o final dos anos 1960, foram urbanas (houveram várias tentativas de estabelecerem-se focos rurais, mas apenas vingaria, mais tarde, a Guerrilha do Araguaia). Hobsbawn também aponta que grande parte das guerrilhas tentadas na própria Europa e Estados Unidos, na virada dos anos 60 aos 70, se deram nas grandes cidades entre camadas médias e juvenis, predominantemente.<sup>461</sup>

À pergunta, “por que jovens estudantes militantes de partidos da nova esquerda partiram para a luta armada?”, muitos fatores devem ser levados em conta. Fatores que fizeram com que dadas pessoas, atravessadas por certos condicionantes sociais, culturais, étários, políticos etc. sentissem-se tentadas a abraçar a solução extrema da guerrilha. Fernando Gabeira, a ser entrevistado anos depois de 1968 por Daniel Cohn-Bendit, tentou explicar as condições sociais e as questões pessoais que o levaram a abandonar a profissão de jornalista e entrar no MR-8:

“Todos sabíamos que, cada dia, prendiam pessoas por razões políticas, que eram torturadas, mas nós não podíamos dizer nada. E comecei a interrogar-me sobre o meu futuro: queria eu tornar-me um quadro tranqüilo, com o seu Volkswagen e o seu pequeno apartamento confortável, continuando a exercer um pseudo-trabalho de jornalista ao serviço dos militares? Não era possível... E como não havia nenhuma forma de contestação política para além da luta armada, envolvi-me nela, sem, aliás, medir bem os perigos dessa decisão”.<sup>462</sup>

Os riscos eram tão graves que faziam o tempo de vida ativa média de um guerrilheiro urbano ser de apenas um ano (após o qual era preso ou morto, ou morto depois de preso). Além dos perigos, os ex-militantes estudantis que passavam para as organizações de luta armada nem sempre mediam o grau das renúncias pessoais que teriam de fazer, ao submeterem-se às regras da organização de caráter militar e clandestino. No “aparelho de Estado alternativo” (tão ou mais militarizado que o oficial), as ações pessoais externas à organização eram também controladas – Alfredo Sirkis, por se encontrar com velhos amigos

<sup>460</sup> Eric Hobsbawn. *Era dos Extremos: o breve século XX. 1914-1991*, São Paulo: Cia. das Letras, 1995, p. 428.

<sup>461</sup> Segundo Hobsbawn, seriam exceções a esta caracterização os movimento guerrilheiros vindos do “gueto”, como o IRA no Ulster e os “Panteras Negras” nos Estados Unidos (*Ibid.*).

<sup>462</sup> Daniel Cohn-Bendit. *1968: A revolução que tanto amámos*, Lisboa: Dom Quixote, 1988, p.110.

do movimento estudantil não engajados na luta armada, foi acusado de “badalar em áreas de desbundados” (termo para os que não entraram ou abandonaram a militância armada).<sup>463</sup>

O mesmo Sirkis conta que tinha a intenção de passar um mês de férias em Paris e, por isto, foi alvo de severa crítica durante uma sessão de discussão ideológica. Os secundaristas do COSEC também haviam adotado algo como as sessões de crítica e autocrítica que costumavam ser aplicados na China maoísta para “reeducar” aqueles acusados de dissidência. Segundo Sirkis, estas sessões tinham a intenção de

“exorcizar os nossos ranços pequeno-burgueses e nos imbuir da ideologia revolucionária do proletariado. Eram reuniões tensas, intermináveis.

Algumas tinham o aspecto positivo de levantar discussões mais profundas e até heterodoxas na esquerda de então. As pessoas abrindo os seus problemas existenciais tentando analisar a própria formação familiar etc.

No entanto, a maioria se assemelhava, sobremaneira, às práticas religiosas de certos conventos de frades, na sua busca do *mea culpa*, da expiação da origem impura, do pecado original de ser pequeno-burguês”.<sup>464</sup>

Na sua autocrítica, Sirkis reconheceu seus erros “de classe”: “Sim, companheiros, sou um pequeno-burguês! Deixei-me levar pelas minhas deformações de classe e pela família. Fraquejei diante da tenacidade de mim exigida pela Revolução, achando que podia tirar umas férias. Mas o revolucionário não tem férias” e, com lágrimas nos olhos agradeceu.<sup>465</sup> Uma nova contradição parecia se resolver no interior das novas esquerdas estudantis, a do paradoxo em que se adotava a tese da “ditadura do proletariado” e admirava-se a China de Mao Zedong enquanto que o grito nas assembléias e o cotidiano das relações pessoais (ainda que com limites) evocavam a “Liberdade”: “Nós éramos profundamente libertários. O que mais se gritava naquele momento era a palavra de ordem ‘Liberdade’. O curioso, e paradoxal, é que toda essa visão e toda essa prática muito libertárias coexistiam com um discurso ideológico que apontava para outras direções. Todos nós, naquele momento, piamente defendíamos a ditadura do proletariado”.<sup>466</sup>

A luta pela liberdade no campo do comportamento e da sexualidade, algo presente na prática do movimento estudantil, ainda que não tenha sido conscientemente formulado por

<sup>463</sup> Cit. in. Cláudio Novaes Pinto Coelho. A transformação social em questão: as práticas sociais alternativas durante o regime militar, op. cit., p. 92.

<sup>464</sup> Alfredo Sirkis. Os carbonários: memórias da guerrilha perdida, op. cit., p.112-3.

<sup>465</sup> Ibid.

seus líderes, tornaria-se uma questão carregada de grandes tensões, conflitos e ambigüidades no interior das esquerdas armadas. Enquanto o PCB assumia a rígida postura contrária à qualquer positividade presente neste campo, as esquerdas armadas assumiam posturas contraditórias: enquanto também não simpatizam com as travessuras comportamentais de Leila Diniz, sua rejeição dos “valores burgueses” e a vida na clandestinidade acentuavam relações amorosas instáveis. No geral, porém, as esquerdas em luta armada acabavam por neutralizar estas experiências de “liberdade sexual” em prol de uma “ascese revolucionária” (colocando em plano secundário as questões pessoais, reaproximando-se assim do tipo de militância pregado pelo PCB). Outra contradição presente é que, mesmo os homens fazendo também tarefas “domésticas”, ainda assim as decisões essenciais dentro do grupo armado eram feitas pelos homens.<sup>467</sup>

Como vimos, a utilização ao menos eventual de drogas, principalmente da maconha, tornou-se algo relativamente normal entre as classes médias intelectualizadas na segunda metade dos anos 1960. Dado que vinham destas categorias sociais as principais oposições ao regime neste momento, setores da direita civil e militar associaram usuários de drogas e militantes das esquerdas a uma certa “esquerda festiva”. Mas também alguns elementos das organizações armadas associaram a droga a comportamentos políticos considerados negativos, no caso, com o “desbunde” (o abandono da revolução). Na verdade, esta associação não era de todo irreal, dado que na sua fase de “desbunde”, muitos ex-militantes das esquerdas vindos das classes médias ingressaram no mundo da “contracultura”, consumindo drogas, fazendo análises ou ingressando em comunidades alternativas.<sup>468</sup>

Nos anos 1960, em especial no movimento estudantil de 1968, houve uma complementação e ao mesmo tempo um dilema entre revolução comportamental e revolução política. Diante do dilema, a esquerda ortodoxa pregava a necessidade de moldar o comportamento pelas necessidades do engajamento na instituição partidária, adotando-se um modo de vida ascético. Até 1968, a prática das esquerdas estudantis e do movimento estudantil estimulavam respostas diferentes: a simultaneidade da luta no campo dos valores e no campo da política, a integração entre transformações na vida cotidiana e nas estruturas sociais mais amplas. Mas havia uma contradição entre esta prática e as principais ideologias esquerdistas, ainda que heterodoxas, que alimentavam as novas esquerdas. Ao ingressarem na fase da luta

<sup>466</sup> Alfredo Sirkis. “Os paradoxos de 1968”, *op. cit.*, p. 115.

<sup>467</sup> Maria Hermínia Tavares de Almedia e Luiz Weis. *op. cit.*



armada, no entanto, esta contradição tendeu a se resolver pela retomada do modelo ortodoxo de militância. Era uma nova derrota, não percebida, das novas esquerdas em relação às massas juvenis de classe média de onde vinham seus próprios militantes. As novas esquerdas seriam derrotadas no campo militar pelo regime da violência desmedida. No campo do comportamento, seriam ultrapassadas pelas práticas cotidianas, ainda libertárias em muitos sentidos, daquela massa juvenil que outrora fora estimulada a contestar graças à ajuda das próprias novas esquerdas.

Uma breve poesia combina uma palavra, uma letra e um ponto de interrogação alternativos:

“A(R)MAR(?)”<sup>469</sup>

Num mero instante, este poeta brasileiro dos anos 1970 condensa os paradoxos que as rebeldias estudantis precisaram enfrentar: Fazer a guerra ou fazer a paz? Empenhar-se no caminho da luta armada disciplinada e clandestina ou embarcar na Contracultura? Também, um dilema que poderia ser anunciado então como falso, dado que rompia com algo que, em 1968, aparecia como um todo único: rebeldia política ou contestação comportamental? Revolução das estruturas sócio-políticas ou das formas culturais?

### Depois de 1968

A análise de Luciano Martins, feita em 1976, sobre a “Geração AI-5”, marcou muito das concepções sobre a juventude pós-1968, além de referendar *a posteriori* os preconceitos da esquerda armada sobre a Contracultura. Para Martins, os jovens desta geração criada pelo auge repressivo da ditadura, a “Geração AI-5”, abdicaram dos projetos de transformação do indivíduo em sujeito, abandonaram os verdadeiros projetos de emancipação política e social. Em lugar destes, adotaram três outros caminhos: o culto da droga, a desarticulação do discurso (expresso pela Contracultura dos anos 1970) e o modismo psicanalítico. Para Martins, através destas práticas, as juventudes introjetavam em si mesmas a alienação produzida com o AI-5 nas classes médias: “São respostas da incapacidade de uma geração criada na cultura autoritária, marcada pela falta de informação e reflexão críticas: a Geração AI-5”.<sup>470</sup> Drogas, práticas

<sup>468</sup> *Ibid.*

<sup>469</sup> Marcos Silva, *cit. in.* Heloísa Buarque de Hollanda e Carlos Alberto Messeder Pereira (sel., notas e estudos). *op. cit.*, p. 13.

<sup>470</sup> *Cit. in.* Helena Wendel Abramo. Grupos juvenis dos anos 80 em São Paulo. Um estilo de atuação social. dissertação de mestrado em Sociologia, São Paulo, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1992, p. 95.

contraculturais e “psicanálise inconseqüente” transformavam-se em fuga da realidade, na incapacidade ou recusa de se afirmar como sujeito dotado de racionalidade e autonomia – apesar da retórica juvenil dos portadores destas práticas afirmarem o contrário. O autoritarismo assim conseguira invadir mesmo os espaços privados que se pensavam como resquílios da liberdade.

A contundente análise de Martins encerrava um severo julgamento, rotulando como “aliciadas” as gerações juvenis de classe média que seguiram-se àquela que fez o movimento de 1968 e embarcou corajosamente na luta armada. A geração pós-AI-5 viveria à sombra do mito do movimento de 1968, não apenas por ser tenazmente vigiada pelo regime militar, mas também por viver eternamente questionada por não se mobilizar nos moldes de um idealizado passado heróico:

“Formandos: 1976

Debaixo do oiti centenário  
sob um céu nebuloso e frios ventos  
ele  
disse de si para si:

hoje, somos uma geração amargurada, pagando  
prestações de uma dívida que não fizemos”.<sup>471</sup>

O confronto entre o julgamento de Martins e a defesa do poeta, na análise desta geração “AI-5”, demonstra a força depositada no imaginário social pelo movimento estudantil de 1968. A geração de 1968 tornou-se mesmo um referente universal, a servir de medida e comparação para qualquer análise sobre as juventudes – antes ou depois de 1968. Mas não parece ser justo comparar gerações que viveram realidades, condições, contradições e questões diferentes em seu próprio momento, que tiveram instrumentos de auto-mobilização, criação de identidades e valores diferenciados em cada situação. Pelo menos no caso descrito acima, compararam-se jovens de praticamente as mesmas categorias sociais, as classes médias, apesar delas terem vivido, em 1968 e em meados dos anos 1970, duas situações bem diferentes.

<sup>471</sup> André Andries, *cit. in.* Heloísa Buarque de Hollanda e Carlos Alberto Messeder Pereira (sel., notas e estudos). *op. cit.*, p. 21.

Nunca na intenção de “julgar”, é possível analisar as dificuldades e os “descaminhos” de cada geração juvenil apenas a partir das suas próprias potencialidades de ação e criação, assim como dos seus limites ideológicos e comportamentais particulares. Neste sentido é que pode ser válido diagnosticar (nem tanto, talvez, lamentar) a ruptura entre contestação comportamental, revolução artística e rebeldia política que, em dado momento, a geração universitária brasileira que fez o movimento de 1968 conseguiu aglutinar num todo único (ainda que não homogêneo). A ruptura radical nas formas de contestação observada no início dos anos 1970, colocando de um lado as contraculturas, de outro as esquerdas armadas, no entanto, já palpitava antes mesmo de 1968 no interior da frente político-cultural que fez o movimento de 1968. O dilema entre a revolução do comportamento e a ausência deste tema na retórica do movimento estudantil nas ocupações das faculdades, assim como os limites enfrentados pelo tropicalismo em relação ao público universitário, ilustram o problema em 1968. Na verdade, já no final de 1968, com a ajuda, é claro do ingresso do regime militar nos seus “Anos de Chumbo”, a opção das novas esquerdas pela luta armada selaria esta ruptura.

LUÍS ANTONIO GROppo

**UMA ONDA MUNDIAL DE REVOLTAS.**

**Movimentos estudantis nos anos 1960.**

Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas sob a orientação do Prof. Dr. Octavio Ianni.

Este exemplar corresponde à redação final da tese defendida e aprovada pela Comissão Julgadora em 21/11/2000

*Octavio Ianni*  
*exp. 1960*  
*POA*  
*20/11/2000*  
*J. P. ...*

Vol. 2

UNICAMP  
BIBLIOTECA CENTRAL  
SEÇÃO CIRCULANTE

801.100.1007

UNICAMP

## Capítulo 5

# JUVENTUDE E SOCIALISMO

O socialismo e outras variantes “esquerdistas” encontraram acolhida nos movimentos da onda mundial de revoltas dos anos 1960. Uma acolhida com graus e formas os mais variados, entre os extremos da adoção ortodoxa do comunismo oficial soviético ao desenfreado anarquismo ideológico e organizacional, entre a aquisição integral de uma doutrina ou ideologia de esquerda e a colagem de temas, princípios, gurus, heróis e *slogans* de diversas matrizes (inclusive para aquém das esquerdas ou para além da política), entre a prática vinculada às instituições políticas vigentes e a total negação da política enquanto possibilidade. Mas a onda mundial de revoltas teve algumas tendências mais notáveis na sua relação com os “esquerdismos”, que nos afastam da negação de qualquer caracterização possível.

Uma proposta identifica os movimentos juvenis com a “Nova Esquerda”, fazendo dos mais característicos movimentos estudantis dos anos 1960 portadores de projetos, ideologias e práticas “novo esquerdistas”. Trata-se de uma identificação de modo algum forçada, mas que restringe ao mesmo tempo a Nova Esquerda e os movimentos juvenis. Se a análise da relação entre os dois fenômenos demonstra uma grande coincidência de temas, práticas, organizações e participantes, também demonstra que suas características mais importantes não coincidem totalmente.

Em primeiro lugar, nem sempre os grupos da Nova Esquerda adotaram os socialismos e esquerdismos como fizeram caracteristicamente os movimentos estudantis e juvenis, ou seja, estabelecendo uma relação muito experimental, pessoal e mesmo sentimental com suas ideologias. Relação que poderíamos classificar como “juvenilizada”, o que não a torna necessariamente ruim, se bem que seja isto o que Hobsbawm sugere ao afirmar que “ninguém com a mínima experiência das limitações da vida real, ou seja, nenhum adulto, poderia ter idealizado os *slogans* confiantes, mas patentemente absurdos, dos dias parisienses de maio de 1968, nem do ‘outono quente’ de 1969: *‘tutto e subito’*, queremos tudo e já”.<sup>1</sup> Uma relação semelhante à que os *hippies* tinham com os misticismos, exotismos e esoterismos, assim como com as drogas. Relação marcada por oscilações tremendas entre o pacifismo e radicalismo, entre participação e desprezo à política, entre diferentes visões de mundo esquerdistas, entre

individualismo e coletivismo, entre a adoção doutrinária de princípios e a discussão extremamente lúcida e crítica de ideologias, entre idealismo e ativismo (criando-se, sob inspiração de Che Guevara, inclusive um idealismo ativista) etc. Foram justamente estas oscilações que permitiram a expressão de muitos projetos potencialmente ricos e capazes às vezes de mediações criativas entre os “extremos” adotados pelos movimentos juvenis. Frutos de uma contradição criadora, possível num momento em que a abertura para a contestação e a contestação da própria contestação (ou seja, das formas tradicionais ou consagradas de oposição política) se conseguira.

Agora em consonância com a Nova Esquerda, outra característica básica dos movimentos juvenis foi a adoção de modo relativamente autônomo das ideologias socialistas e esquerdistas, ou seja, mais ou menos ou muito à margem dos partidos “oficiais”, contribuindo para uma extrema complexificação do “mapa” das esquerdas, rompendo com a bipolarização ideológica construída na Guerra Fria entre comunismo soviético e capitalismo “democrático” norte-americano. Através da Nova Esquerda, tanto quanto das “contraculturas”, os jovens não apenas contestaram a sociedade, mas contestaram as próprias formas de contestação que lhes eram oferecidas. Não apenas movimentos contestaram o capitalismo sem recorrer ao comunismo ortodoxo, como contestaram os regimes socialistas sem recorrer a ideologias ditas “burguesas”.

O repertório das ideologias, fontes e influências das novas esquerdas e dos movimentos estudantis, mais caracteristicamente, alimentava-se de esquerdismos novos ou recentes (grupos intelectuais europeus e norte-americanos da “Nova Esquerda” surgidos no fim dos anos 1950, foquismo, Revolução Cultural Chinesa, movimento dos negros norte-americanos pelos Direitos Civis, lutas antiimperialistas no Terceiro Mundo etc.). No entanto, também foram recuperadas, em menor ou maior grau, heterodoxias relativamente “velhas” ou eclipsadas pelo comunismo soviético (trotskismo, o próprio maoísmo, a retomada do leninismo, anarquismos, feminismo, pacifismo, nacionalismos, desenvolvimentismo, socialismos cristãos, a Escola de Frankfurt, o existencialismo etc.). Mesmo as lutas do Terceiro Mundo e dos negros tinham já suas tradições. O “novo” que o esquerdismo dos movimentos estudantis possuiu não se referia tanto à idade dos esquerdismos contrapostos, mas a seu caráter combativo, anti-dogmático, aberto, crítico e capaz de servir na expressão das novas

---

<sup>1</sup> Eric Hobsbawm. A era dos extremos. O breve século XX. 1914-1991, São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p.

lutas sociais encabeçadas pelos jovens. O adjetivo “novo” se refere muito mais ao sentido “juvenil” adquirido por esta relação experimental com o esquerdismo. Ou seja, o novo dos esquerdismos juvenis nem sempre coincide com o novo atribuído à Nova Esquerda.

Se alguns analisam o “mapa” ideológico da onda mundial de revoltas do ponto de vista da Nova Esquerda, a partir da qual caracterizam os movimentos juvenis, proponho o sentido inverso. Partindo da relação experimental das rebeldias juvenis com as ideologias de esquerda, busca-se caracterizar um novo aspecto do universo ideológico desta onda mundial de revoltas. É justamente a percepção desta relação “juvenilizada” que permite a aproximação tantas vezes difícil entre grupos “novo esquerdistas” estudantis e práticas contraculturais de jovens, entre movimentos estudantis e movimentos juvenis. Neste ponto de vista, torna-se menos forçada e espantosa a proximidade temporal e espacial entre os movimentos estudantis e as práticas culturais contestadoras, a simultaneidade entre o universo estudantil e as artes alternativas, entre as políticas públicas e as práticas privadas de novos estilos de vida. Proximidade que deixou tantas vezes desconcertados os analistas das revoltas estudantis. Uma proximidade muitas vezes negada por teóricos menos heterodoxos da Nova Esquerda, assim como ignorada por despreocupados *hippies*, mas tantas vezes confirmada pela análise dos movimentos produzidos entre os extremos da política institucional e da rebeldia apolítica.

Por outro lado, enquanto a proximidade com o contexto *hippie* diferencia os movimentos estudantis europeus e norte-americano dos movimentos estudantis do Terceiro Mundo, os temas, práticas e dilemas enfrentados pelos grupos “novo esquerdistas” em ambos os locais interligam seus movimentos. Veremos que os universos políticos estudantis nestes locais se preenchem não apenas com a preocupação para com o Vietnã e outras lutas “terceiro mundistas”, como vimos, mas também com novos temas, heróis, questões e práticas dos socialismos heterodoxos: luta armada, guerrilha, Mao Zedong, Fidel Castro, Che Guevara, esquerdismos cristãos, Revolução Cultural Chinesa, Revolução Cubana, foquismo, Marcuse, universidades críticas, *sit-ins*, passeatas, autogestão, alienação, violência ou pacifismo, espontaneísmo ou organização, individualismo ou comunitarismo, lutas estudantis *versus* lutas de classe etc.

Ainda antes do auge da onda mundial de revoltas, 1968, o socialismo tinha ganho força fora do Primeiro Mundo, sendo adotado e recriado na China, Coréia, Vietnã e Cuba, quando

teve a chance de perder ainda mais o “ranço” ocidentalista e evolucionista de seu caráter – o que, por sua vez, aproxima novamente contracultura e Nova Esquerda na sua crítica do racionalismo tecnicista. Por outro lado, não é tão difícil hoje perceber que em todos os locais onde surgiram, os esquerdismos juvenis se viram acompanhados, quando não foram os próprios criadores, de práticas culturais alternativas, contestadoras ou, de qualquer maneira, fora dos padrões aceitos então (pelo *establishment* ou pela visão cultural da oposição formal), práticas que não se identificavam necessariamente com (e até rejeitavam publicamente) a mais famosa contracultura *hippie*: cinemas novos, músicas de protesto, teatros de vanguarda, literaturas dissidentes, arte gráfica em caricaturas, cartazes e muros etc. Práticas que se aproximam, nesta sua heterodoxia, ao “contra” que adjectiva as contraculturas. Práticas culturais que se aproximam das práticas políticas dos estudantes rebeldes no que se refere aos comportamentos “desviantes” adotados (roupas, cabelos e comportamento sexual), à aproximação entre problemas cotidianos e problemas políticos gerais, à exigência de uma vivência verdadeira, “apaixonada”, da prática política ou cultural (opondo-se tanto à padronização da arte quanto à *realpolitik*), à legitimação da constante reciclagem dos valores (artísticos ou ideológicos) na busca das verdadeiras convicções etc.

A trajetória de Luís Carlos Maciel é um exemplo dos complexos caminhos ideológicos que poderiam ser percorridos por um jovem de classe média no mundo “ocidental” de então. É claro que a lista arrolada por ele não começa nem acaba nos anos 1960, mas ilustra a efervescência ideológica e cultural destes anos: “Minha trajetória intelectual, por exemplo, atravessa vários fascínios: pelo existencialismo, pelo modernismo, pelo *avant-garde* nas artes, pelo marxismo, pelo anarquismo, pela psicanálise, pelo surrealismo, pela contracultura etc.”. Tudo começa com o existencialismo, ainda na adolescência: “li Albert Camus, Jean-Paul Sartre, Martin Heidegger, Sören Kierkegard etc.”. Em seguida, relata o impacto da Revolução Cubana: “O acontecimento político que mais marcou a geração... Foi uma revolução audaciosa, justa, juvenil, romântica – enfim, tudo o que sonhávamos”. Entra em contato com a questão cubana ao viajar aos Estados Unidos em 1960, onde uma esquerda norte-americana pouco influente politicamente, mas muito forte nos meios intelectuais e artísticos, defendia Cuba contra o imperialismo do seu próprio país. Enquanto isto, Sartre fora um entusiasta da revolução cubana e procura aperfeiçoar o marxismo com seu existencialismo, atraindo-o também para os escritos do “jovem” Marx, cuja leitura levava muitos novos esquerdistas a afirmarem-se



marxistas mas não favoráveis ao comunismo soviético e sua ortodoxia. Mais tarde, Maciel aderiu à contracultura (cujo *boom* se dá no Brasil na virada dos anos 1960 aos 1970) em sua versão cética em relação a qualquer tipo de política.<sup>2</sup> Um dos muitos roteiros ideológicos pessoais possíveis, a trajetória de Maciel ilustra uma espécie de novo “politeísmo” político-cultural praticado pelos jovens rebelados nos anos 1960. Tal “politeísmo” retirava as últimas amarras dogmáticas da vivência de uma ideologia política, ao menos em tese, permitindo não apenas uma relação experimental e inconstante com diversas matrizes esquerdistas e terceiro mundistas, mas também uma nova abertura da esfera do político para as questões da cultura e do cotidiano.

Dentro de seu potencial anti-dogmático, uma das principais conquistas dos movimentos juvenis dos anos 1960 foi a superação, ainda que momentânea, da rígida bipolarização da Guerra Fria no terreno da ideologia, conquista que teria algumas regressões nas décadas seguintes. A Guerra Fria apresentava para todos apenas duas opções aparentemente opostas, mas que começaram a soar como estreitas, limitadoras e, para muitos, como fundamentalmente coincidentes ao apostarem no progresso material, na evolução econômica e na modernização tecnológica.

“Na medida em que o conflito ESTADOS UNIDOS X URSS é ideológico e de aniquilação mútua, o mundo teria de se posicionar entre um e outro, formando áreas de influência e blocos diplomáticos. A verdade oficial (proclamada tanto pelo governo norte-americano como pelo governo soviético), que a propaganda incutia em uma ou outra população, era que enquanto uma nação tentava se defender, a outra se expandia, e tudo não passava de uma formidável luta entre a liberdade e a tirania, a defesa da paz contra o expansionismo militarista”.<sup>3</sup>

À certa altura dos anos 1960, dentro da Nova Esquerda e dos movimentos juvenis, houve a perda da hegemonia ideológica soviética. A URSS perdeu o papel proeminente de “exemplo” a ser seguido, substituído por modelos, doutrinas e idéias advindos dos socialismos “heterodoxos” e novos esquerdismos.

“Na verdade é em 1968 que se cria uma mentalidade diferente, de quebrar a velha idéia do monolitismo político. Nós quebramos aquela sensação de que só havia um partido para

---

<sup>2</sup>Luiz Carlos Maciel. Geração em transe. Memórias do tempo do tropicalismo, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, s.d., p. 25 e 31.

fazer política e para defender o socialismo; ou de que ser socialista era defender a União Soviética. Começamos a ter uma visão crítica, ainda que incorreta, mas começamos. Por exemplo, a minha entidade estudantil aprovou um manifesto defendendo os estudantes de Praga – ou seja, contra um aliado da União Soviética. Isso era uma coisa espantosa, se você fizesse isso antes seria um absurdo. Nós criticamos aquela política velha, requentada, da III Internacional, passamos a criticar o próprio bloco socialista, coisa até então vista praticamente como traição.”<sup>4</sup>

Mas os grupos que rompem com o comunismo soviético não eram totalmente heterodoxos, ou seja, nem sempre estabelecem uma relação não dogmática com a ideologia esquerdista professada. Principalmente grupos que seguiram com mais rigor seus dogmas trotskistas, maoístas e, até mesmo, foquistas. Estes grupos quase sempre exerceram tendências de redogmatização das novas esquerdas e de rigidez ideológica dentro dos movimentos juvenis. Seu mérito, é claro, foi a quebra do monolitismo soviético, da hegemonia inquestionável do comunismo cultivado na terra de Stálin dentro das esquerdas. Seus limites foram o de pouco avançar, por si só, no rompimento do dogmatismo (pois várias vezes substituíam um conjunto de dogmas por outro), da intolerância (a certeza de que suas verdades eram “a” verdade), da imitação de um “modelo ideal” (troca-se União Soviética por China, Cuba e, mais tarde, alguém até proporia a Albânia) e da combinação perversa entre *realpolitik* (o fim justifica os meios), pragmatismo, oportunismo, ativismo e utopismo.

Paradoxalmente, porém, a ortodoxia dentro das novas esquerdas levava-as ao caminho que a velha ortodoxia soviética desestimulava em tempos de “convivência pacífica”: o uso da violência, a revolução armada, a insurreição popular. Se estas novas organizações dogmáticas rompem com o imobilismo pregado pela “velha” esquerda, se querem a mudança já, a “revolução”, também colaboram para o fato de muitos jovens e movimentos decidirem tomar o caminho da violência: resistência agressiva à repressão policial, insurreição, luta armada, guerrilha, guerra popular prolongada, foco revolucionário etc.

No final da década de 1960, a tendência foi a de aceitar a legitimidade da violência, não apenas nos movimentos estudantis, mas também em outras agremiações da Nova Esquerda e até nos movimentos étnicos, anti-guerra e feministas. Curiosamente, esta opção, que seria

<sup>3</sup> Edgard Luiz de Barros, A Guerra Fria, São Paulo: Atual, Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1988, p. 5.

marcante no final da onda mundial de revoltas, reaproximaria estas rebeldias das formas ortodoxas de esquerdismo (adotando ideologias de esquerda de modo dogmático) e às vezes do pragmatismo político, inclusive tendendo a considerar os países socialistas como exemplos válidos (tanto a União Soviética como os países socialistas que então desencantavam os mais avisados, China e Cuba). Algumas vezes, a opção pela violência afastou os rebeldes de qualquer forma ideológica ou política plausível (como o terrorismo europeu e algumas guerrilhas urbanas no Brasil). Também por causa disto, não apenas os “velhos esquerdismos”, mas também os “novos esquerdismos” sofreriam um tremendo golpe com a Queda do Muro de Berlim e o fim da União Soviética, anos depois, acontecimentos que, caso os esquerdismos tivessem tomado outros rumos esboçados na onda mundial de revoltas, poderiam até ser vistos como a comprovação do acerto em se buscar a renovação profunda das formas consagradas de oposição ao capitalismo. Com o fim da onda mundial de revoltas, a oposição de esquerda no mundo capitalista perdeu a chance de se reciclar mais profundamente. As esquerdas se veriam pouco à vontade diante das lutas socioculturais que abundariam nos anos 1970 e 80 (de minorias étnicas e sexuais, de mulheres, ecológicas etc.), envolvendo-se nelas de modo muito pulverizado e pouco consciente. A opção, retórica ou real, pela violência ajudou a afastar as esquerdas de uma postura que assumia integralmente as propostas de conjugação entre as lutas por transformações estruturais e do cotidiano, a conjugação profunda entre política e cultura.

Os novos esquerdismos também se fizeram presentes, durante os anos 1960, nos países socialistas. Lá não se desenvolveram tanto quanto no Primeiro e Terceiro Mundos, dada uma repressão ideológica e cultural muito mais severa. Os movimentos estudantis e as novas esquerdas no Bloco Soviético ligaram-se a dissidências intelectuais ou a tentativas de reformas no sistema político e econômico pelos partidos comunistas no poder (na Hungria em 1956 e na Checoslováquia em 1968). Na China, estiveram presentes dentro da Revolução Cultural convocada pelo próprio líder do comunismo, Mao Zedong, gerando um complexo e contraditório processo político e social, que convulsionou o interior da China e influenciou muito as rebeldias juvenis nos anos 1960. Durante 1968, principalmente, algumas revoltas estudantis agiram com certa autonomia no Leste Europeu, como na Iugoslávia e Polônia. Mas, a partir da invasão das tropas russas da Checoslováquia, em 1968, percebia-se que o socialismo “real” deixava escapar a oportunidade para uma abertura e autocrítica ampla, fechamento que

---

<sup>4</sup> Vladimir Palmeira, “Os valores de 1968”, in: Maria Alice Vieira e Marco Aurélio Garcia (orgs.). Rebeldes e

se observou também na assimilação da ortodoxia soviética por Cuba e, na China, com a perseguição dos “ultra-esquerdistas” e o fim da Revolução Cultural.

A perda do vigor criativo e da relação pessoal com a política, observada nas esquerdas a partir dos anos 1970, é concomitante com a perda do radicalismo dos grupos juvenis e organizações estudantis. Juventude e esquerdismo parecem afastar-se reciprocamente após o final da onda mundial de revoltas dos anos 1960. Em vez de nos perguntarmos o porque de os estudantes e jovens de classe média hoje se afastaram dos esquerdismos e, até mesmo, porque são pouco politizados, outra questão parece ser mais importante. Ela é formulada por Eric Hobsbawm: Por que os movimentos estudantis optaram nos anos 1960 pelo radicalismo de esquerda? Mas esta questão deve ser completada: Qual radicalismo de esquerda? De que modo era pensado e exercido na prática este radicalismo?

Antes dos anos 1960 nos países capitalistas ricos, os movimentos estudantis esquerdistas foram minoritários, breves ou de pouca expressão, destacando-se apenas movimentos estudantis na Espanha até a derrota dos esquerdistas na Guerra Civil Espanhola e a participação dos estudantes na breve Revolução Comunista da Baviera, em 1919.<sup>5</sup> Muito mais característica foi a participação dos jovens nos movimentos e regimes nazi-fascistas no período Entre-Guerras – no fascismo italiano, na Ação Francesa e no nazismo alemão. Construiu-se, não sem algumas razões, nas esquerdas do Primeiro Mundo, uma visão negativa sobre a participação dos jovens na política. Visão que só começaria a ser quebrada com a Revolução Cubana, realizada a partir de jovens idealistas e guerrilheiros. Nos anos 1960, redescobriu-se a concepção de Marx sobre os estudantes como vanguarda das revoluções, comentário feito em seus textos sobre a Comuna de Paris de 1871. Esta concepção estaria presente em muitos debates dentro das novas esquerdas, ora incentivando a rebeldia estudantil, ora justificando a necessidade dos estudantes, após agitarem a sociedade, cederem o controle da revolução para a “classe proletária”. Encontramos tal concepção mesmo num texto de Mao Zedong justificando a “primeira fase” da Revolução Cultural Chinesa, baseada na mobilização estudantil: “os intelectuais revolucionários e os jovens estudantes foram os primeiros a tomar consciência, o que corresponde às leis do desenvolvimento da Revolução” – mas logo em

---

contestadores. 1968: Brasil, França e Alemanha, São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999, pp. 117-128, p. 127.

<sup>5</sup> Lewis S. Feuer. *El cuestionamiento estudiantil del establishment. En los países capitalistas y socialistas*, Buenos Aires: Paidós, 1971.

seguida, recomenda que os proletários passem a assumir a direção da Revolução a partir de então.<sup>6</sup>

O radicalismo heterodoxo assumido pelos movimentos estudantis deve ser entendido em conjunção com a luta “terceiro mundista” assumida igualmente por eles e, para além disto, com as “contraculturas” e rebeliões comportamentais adotadas pelos grupos juvenis nos anos 1960. A resposta para a grande rebelião da juventude está na conjugação dos muitos fatores agravantes já discutidos, que vão da Guerra Fria à crise da universidade, passando pela descolonização e a ascensão da economia mundial. Diante das dúvidas, ansiedades, desejos, interesses, desafios e problemas vividos por muitos estudantes ou simplesmente jovens mundo afora, as respostas encontradas pelas vias “oficiais” eram então insatisfatórias. Enquanto a mídia e a indústria cultural ainda estavam por demais massificadas, as ideologias “democráticas” e burguesas ostentavam um discurso por demais tradicionalista e moralizante e os socialismos ortodoxos não apresentavam maiores saídas e, inclusive, desconfiavam dos estudantes. Os jovens insatisfeitos buscaram e encontraram fora das ortodoxias respostas e modelos alternativos. Mas as respostas não vieram apenas dos socialismos heterodoxos e dos novos radicalismos de esquerda. O “radicalismo de esquerda” foi apenas uma das tendências “anti-sistema” adotadas pelas rebeldias juvenis. Ele não pode ser visto como a expressão exclusiva da revolta, nem mesmo como a principal, mas apenas uma das principais ao lado do já comentado “terceiro mundismo” e da “contracultura”. É justamente esta conjunção de expressões heterodoxas que possibilitou a riqueza dos esquerdismos dos anos 1960, riqueza que seria rapidamente perdida com a dispersão destes componentes.

No fim das contas, a riqueza de 1968 é muito menos a de um movimento institucionalizado e bem articulado e muito mais a de um processo social de grupos de diversos tamanhos e graus de organização, com temáticas ideológicas e formas de ação sempre em oscilação, processo constituído por uma convergência de tendências múltiplas e diversas entre si. Deste modo, 1968 é revolucionário, e não como um movimento político organizado ou semi-organizado (apesar de em alguns momentos e locais ter se aproximado da formalização). No fim das contas, as novas esquerdas, suas organizações e formulações político-ideológicas,

---

<sup>6</sup> Documento escrito em julho de 1967 e publicado em forma de cartazes nas ruas de Pequim (*cit. in.* Jean Daubier. História da Revolução Cultural Chinesa. Volume 2, Lisboa: Presença, 1974, p. 200). No mesmo documento, porém, logo Mao alerta: “Os intelectuais sempre foram mais rápidos a entrar na ação do que os operários e camponeses, mas são também mais instáveis e manifestam uma grande tendência para o oportunismo” (*cit. in. ibid.*, p. 202).

foram bem menos revolucionárias que o processo social que ajudaram a alimentar e do qual beberam a fonte de sua juventude, a onda mundial de revoltas juvenis dos anos 1960.

### A heterodoxia

A análise dos movimentos juvenis dos anos 1960 nos levam a refletir sobre o que foi então a crítica às “velhas esquerdas”, assim como as potencialidades e os limite desta crítica, ou melhor, destas críticas, pois não formam um conjunto unitário. Um ponto de partida interessante é o apontado por Wallerstein: os protestos sociais de 1968 têm como alvo, ainda que secundário, as formas de oposição ou de movimentos “anti-sistema” da “velha” esquerda. Caracterizavam-se, depois de 1945, três tipos principais de movimentos anti-sistema: os partidos comunistas (com o poder no Bloco Soviético e nos países comunistas da Ásia), os partidos social-democráticos (com o poder em países da Europa Ocidental) e movimentos nacionalistas (no “Terceiro Mundo”). Os novos líderes dos novos movimentos “anti-sistema”, em 1968, tinham condições de avaliar a “velha” esquerda nas suas práticas de poder, não apenas nas suas promessas e nas suas fases de mobilização original (quando os novos líderes não haviam ainda nascido).<sup>7</sup>

Da ampla definição de esquerda de Wallerstein, como movimentos anti-sistema no aspecto social (contra o conjunto ou aspectos do capitalismo) e nacional (contra colonialismos e imperialismos), podemos passar à consideração de que, ideologicamente ao menos, os dogmas, forma de organização e de ação do comunismo soviético foram os paradigmas dominantes de oposição “anti-sistema” no século XX. Ao menos, em torno do modelo fornecido pelo socialismo oficializado por Moscou se deu a maioria esmagadora dos debates e eventos relativos à “esquerda”, nos anos 1960, entre os movimentos juvenis e estudantis. Contra o modelo soviético se buscaram alternativas, muitas vezes tão ortodoxas quanto o original (trotskismo e maoísmo) ou convergindo para ele de maneira inesperada (Cuba). Contra o modelo soviético, formaram-se discursos, teses e práticas que pensaram em purificá-lo, reformulá-lo ou superá-lo, mas que fugiam de seu escopo menos do que se imaginava.

Nos anos 1960, os movimentos sociais em todo o mundo se viram diante de formas “heterodoxas” de socialismo. Formas que, em relação ao comunismo soviético, apresentavam-se como alternativas e candidatas à nova ortodoxia. Baseavam-se, em grande parte, em

<sup>7</sup> Immanuel Wallerstein. “1968, Revolution in the world-system. Theses and queries”, in *Theory and Society*, 18: 431-449, Holanda: Kluwer Academic Publishers, 1989.

dogmas, máximas ideológicas e preceitos de fé. Vivia-se quase que uma “Reforma” no campo das ideologias anti-capitalistas. Algumas “religiões” tinham longa data e os anos 1960 vinham recuperá-las, como o trotskismo. Outra, de ideologia satélite do stalinismo, tomara-se cada vez mais o “quartel-general” dos anti-revisionistas, pregando uma pureza perdida na dogmática socialista – o maoísmo.

A atuação dos grupos trotskistas dentro da onda mundial de revoltas dos anos 1960 lembra um pouco a dos maoístas: uma tradição de socialismo herético anterior aos anos 1960, a crítica à burocracia soviética, a denúncia do “reformismo” da União Soviética, uma menção quase mitológica às origens do “marxismo-leninismo” na Revolução Russa, assim como em relação a Lenin e ao criador da dissidência (Trotski, no caso), as fortes semelhanças da base doutrinária/ideológica para com o comunismo ortodoxo soviético, o estímulo às ações de massa e violentas (mais que ao foco guerrilheiro propriamente dito), a retórica e a prática de contatar as classes trabalhadoras, um intenso ativismo voltado ao “trabalho com as massas”, a tendência a cisões internas e a fragmentação em pequenos grupos com mínimas diferenças de estratégia ou de perspectiva ideológica e a renovação da militância na segunda metade dos anos 1960 (atraindo principalmente estudantes universitários urbanos de classe média). É claro que são notáveis também as diferenças entre os seguidores de Mao e os admiradores de Trotski, como o fato do maoísmo oficial ter se conservado “stalinista” além de leninista – apesar de alguns grupos maoístas estudantis mais autônomos terem avançado na crítica a Stálin.

A agitação juvenil dos anos 1960 fez renascer o trotskismo, principalmente após a invasão soviética de Praga, quando pareceu enfim que as críticas feitas por Trotski à União Soviética de Stálin, desde os anos 1930, estavam corretas. Na verdade, a crítica de Krushev ao stalinismo, em 1956, já havia colaborado para este renascimento. Outra fonte importante de atração do trotskismo foi sua “perspectiva internacionalista”, além de destacados intelectuais trotskistas influentes nos meios novo esquerdistas, como o economista belga Ernest Mandel.<sup>8</sup>

Os grupos trotskistas tentaram, em vários países, participar intensamente dos movimentos estudantis. Talvez a atuação política direta das organizações filiadas a Trotski tenha sido o seu ponto menos eficaz, apesar do grande esforço e perspicácia de seus militantes. Já os temas, as discussões, os conceitos e as idéias destes grupos, como a crítica feita ao “stalinismo” numa perspectiva esquerdista (e não conservadora) e a postura internacionalista,

tenham sido contribuições ainda maiores para os movimentos juvenis e a Nova Esquerda. De certo modo, esta onda mundial de revoltas, como se viu no caso do cristianismo progressista, permitiu um renascimento do trotskismo ao mesmo tempo que se fortaleceu com este renascimento. É claro, o trotskismo pareceu ter multiplicado ainda mais sua tendência à fragmentação ao entrar em contato com a relação experimental dos movimentos juvenis com as ideologias. Mas, no sentido oposto, o trotskismo muitas vezes foi uma influência que limitou o caráter experimental da relação juvenil com o esquerdismo, colaborando na persistência de visões dogmáticas, assim como reforçando a crescente hegemonia da proposta da luta violenta.

No caso de Cuba e do foquismo, temos uma jornada irregular e contraditória, que parte de uma adesão ao socialismo em grande parte por motivos geopolíticos, passa pela proposição de um novo temário revolucionário para o Terceiro Mundo (a América Latina em especial) e termina com uma crescente “sovietização” da sociedade cubana. Tais formas ainda mantinham o que muitos novo esquerdistas queriam eliminar da *práxis* “anti-capitalista”: a relação dogmática com as idéias político-sociais adotadas. Tal relação dogmática era o que tornava tais heresias, na verdade, em heterodoxias candidatas à nova ortodoxia vigente no campo da oposição política ao sistema capitalista.

No tocante ao anarquismo e ao esquerdismo cristão, esta colocação não seria exata. Em primeiro lugar, enquanto ideologias bem (re) definidas e militância reconhecível, foram heresias esquerdistas menos presentes que as anteriores na onda mundial de revoltas. A segunda, pelo seu pequeno grau de extensão, apesar de ser importante em estágios originais de revoltas juvenis na América Latina, principalmente. O anarquismo teve alguns grupos que manifestaram adesão ou simpatia – como o “grupúsculo” em que militava Daniel Cohn-Bendit, o “22 de Março”. Mas parece que a presença ampla de temas libertários em revoltas políticas e culturais nos anos 1960 foi muito mais uma coincidência que fruto de um trabalho político mais profundo dos militantes do anarquismo. Mas esta sintonia de temas é exemplar de um dos fatos mais importantes destes movimentos dos anos 1960: realidades socioculturais, demandas cotidianas e formas de prática política que haviam sido marginalizadas pelas ortodoxias da “velha” esquerda (junto com ideologias esquerdistas que valorizavam estas

---

<sup>8</sup> Marco Aurélio Garcia. “Em busca de 1968”, in: Marco Aurélio Garcia e Maria Alice Vieira (orgs.). Rebeldes e contestadores. 1968: Brasil, França e Alemanha, São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999, pp. 7-20, p. 14.



dimensões, como o anarquismo), estavam sendo novamente reconhecidas no campo da contestação anti-capitalista.

Contudo, no tocante à influência das principais heterodoxias socialistas às novas esquerdas e aos movimentos juvenis, foi notável um percurso fatal que culminaria na opção pela luta armada. Muitos partiram da heterodoxia para chegar à opção pelas formas violentas de enfrentamento, pelo voluntarismo extremado e pela militarização da contestação social. Este percurso teve nos movimentos juvenis da América Latina momentos de grande dramaticidade. Entre os jovens latino-americanos, não foram poucos os que, inspirados direta ou indiretamente pelo foquismo, foram alçados pelos grupos de luta armada. O foquismo constituiu, para muitos grupos e mesmo para algumas das tendências ideológicas da Nova Esquerda, o ponto final da conversão do marxismo e sua teoria revolucionária em um voluntarismo:

“A introdução na teoria comunista do conceito de estratégia (Stálin), a introdução no conceito de estratégia comunista, das formas de luta (Mao Tse-tung) e enfim, a autonomização da estratégia (que passa a ser considerada como a essência da teoria revolucionária), constituem, em três etapas, a história da crispação voluntarista do bolchevismo ou, mais genericamente, do jacobinismo do século XX”.<sup>9</sup>

Como já foi dito, esta radicalização de muitos grupos da Nova Esquerda, esta adesão à retórica e prática da violência como única forma de redenção social, este voluntarismo extremado que tomava-se cada vez mais dogmático, teve certamente o mérito de auxiliar a quebra do monopólio soviético na contestação anti-capitalista. Mas ficamos na dúvida. Os novos modelos oferecidos como ortodoxia não engendrariam sociedades também imersas no terror? A dúvida reforça-se quando analisamos as contradições dos socialismos “reais” que legitimavam o maoísmo e o foquismo.

Os socialismos heterodoxos de Cuba e China estão à frente também do que poderíamos considerar como uma segunda variante do comunismo do século XX, ao lado do comunismo soviético. Seriam os socialismos “terceiro mundistas”, instalados e/ou propostos em sociedades recém-saídas da dominação colonial ou que lutavam contra o “imperialismo”, assim como distantes dos níveis de desenvolvimento industrial e enraizamento capitalista que o

<sup>9</sup> João Quartim de Moraes. “A mobilização democrática e o desencadeamento da luta armada no Brasil em 1968: notas historiográficas e observações críticas”, *Tempo Social*, Revista de Sociologia da USP, São Paulo, I(2), pp. 135-158, 2º semestre de 1989, p. 155.

marxismo original previa como condição para uma revolução socialista. O que, a bem da verdade, não estava muito distante do caso da Rússia e de alguns dos países do Leste Europeu. Mas China e Cuba, assim como Coreia do Norte, Vietnã, Laos, Camboja, Nicarágua, Moçambique e Angola, eram países cuja traumática luta contra a colonização ou imperialismo foi acompanhada por um processo de instalação do “socialismo”, através de revolução, insurreição, guerrilha, guerra civil ou a conjunção disto tudo. Esta parte do Terceiro Mundo combinou de diferentes formas socialismo e terceiro mundismo, anti-capitalismo e antiimperialismo, retórica da luta de classes e nacionalismo, marxismo e desenvolvimentismo, guerra civil e consolidação do Estado Nacional, estatização da economia e modernização social. Esta interseção de eventos, ideologias, temas e práticas comporia um duplo atrativo aos novos rebeldes, em todo o mundo. Unia dois elementos capazes de encantar muitos dos jovens inconformados dos anos 1960: socialismo herético e terceiro mundismo.

China e Cuba, na verdade, são sociedades que ainda persistem como comunistas, enquanto o Bloco Soviético já se desvaneceu totalmente. Permitem, ao lado de nações socialistas na Ásia e África, uma pálida sobrevivência do socialismo terceiro mundista, enquanto o comunismo soviético torna-se rapidamente uma peça de museu. Mas, se hoje Cuba e China não se preocupam tanto assim com a conversão de admiradores no exterior, outrora faziam questão de ostentar ao resto do mundo uma ideologia ou doutrina que se acreditava purificadora do marxismo, embasada por uma sociedade que estaria a caminho da perfeição. Enquanto isto, nos anos 1960 e 1970, grupos compostos principalmente por jovens, mundo afora, embarcavam em experiências de guerrilha que seriam desagradáveis para si próprios e para suas vítimas, que engendrariam respostas de forças dominantes ainda mais repressivas e violentas, muitas vezes fechando alguns canais abertos de contestação social. Já a sociedade chinesa passaria por um inacreditável reinado do “Grande Timoneiro”, cujas rústicas experiências de alquimia social fariam a China passar por momentos catastróficos. Em Cuba, o discurso radical de incitamento à revolução latino-americana logo iria se contrastar com o processo crescente de “sovietização” da sociedade cubana, com todos os traumas causados pelo planejamento desajeitado da economia, uso da polícia política, vigilância social, censura estrita à cultura e ao comportamento e campos de concentração. Assim como na China, em Cuba jovens em diversos momentos passaram por vagas de agitação social seguidas de repressão e estrita disciplinarização. A Revolução Cubana foi uma revolução de jovens que

gerou um sistema que promoveria a disciplinarização militar de sua juventude. A Revolução Cultural Chinesa daria as armas aos novíssimos Guardas Vermelhos para, depois, enviar o Exército para massacrá-los.

## Revolução Cultural Chinesa

### Comunismos asiáticos

Outros países da Ásia que aderiram ao socialismo, Coréia do Norte, Vietnã, Laos e Camboja, adotaram um modelo semelhante ao da China, apesar de nunca terem formado um Bloco semelhante ao do Leste Europeu, muito pelo contrário. Diferente dos regimes comunistas do Leste Europeu, os comunismos asiáticos surgiram do seu próprio esforço, exceto o primeiro, a Coréia do Norte, ocupada pelos soviéticos em agosto de 1945. Isto deu-lhes, inclusive na Coréia do Norte, capacidade para criarem sistemas políticos independentes entre si, somando ao marxismo-leninismo o seu próprio passado e um forte nacionalismo (com exceção de Laos, dado sua relação de dependência para com o Vietnã). Não houve um “bloco comunista” integrado na Ásia, a não ser nos desejos de Pequim. Ou seja, não houve cooperação econômica estreita entre os regimes ou circulação em grande escala dos quadros comunistas, apesar de tentativas de reduzida escala e pouca duração. A Ásia notabilizou-se por seus comunismos nacionais, inclusive com guerras comunistas no final dos anos 1970 (Vietnã *versus* Camboja e Vietnã *versus* China). Talvez por sua independência política, estes regimes consigam até hoje manter-se no poder.

Segundo Margolin, os regimes comunistas asiáticos ficaram marcados por sua origem guerreira (um pouco menos na Coréia do Norte), o que se prolongou na militarização permanente da sociedade (algo menos forte na China). Nestes regimes, o Exército tem muitas responsabilidades políticas e sociais (além das militares), semelhante ao papel da polícia política na União Soviética.<sup>10</sup> De forma esquemática, com datas diferentes e especificidades, também os demais países socialistas da Ásia viveram fases turbulentas análogas aos da China comunista e uma inesperada reabertura ao mundo capitalista nos anos 1970 e 80. Os principais eventos estão dispersos no tempo, entre 1945 e 1975, mas eles seguem lógicas semelhantes: uma reforma agrária antecedendo em pouco tempo a coletivização rural; partidos comunistas

<sup>10</sup> Jean-Louis Margolin e Pierre Rigoulot. “Comunismos da Ásia: entre ‘reeducação’ e massacre”, in: Stéphane Courtois et al., *O livro negro do comunismo. Crimes, terror e repressão*, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999, pp. 539-766.

mantendo a aparência de “frente unida” durante a luta pelo poder e mesmo algum tempo depois da vitória, logo seguindo-se a repressão contra os adversários e categorias sociais “inimigas”, inclusive dos que eram bem tratados no contexto da frente unida (como intelectuais e capitalistas “nacionais”).<sup>11</sup>

Nos anos 1960, alguns grupos da Nova Esquerda e militantes jovens viram nas sociedades socialistas asiáticas exemplos a serem imitados, modelos a redefinirem as sociedades, inclusive as ocidentais. Mais ainda que em relação à União Soviética e o Leste Europeu, a vida real das sociedades asiáticas sob o regime comunista escondia-se sob espessas camadas de ilusão, fantasia, quimeras e mitos – era uma nova fase do “orientalismo”, a visão desfocada e surreal dos ocidentais sobre o que ocorre no todo fabuloso Oriente. É claro que as ilusões foram muito maiores em relação à China e ao Vietnã do Norte, durante os anos 1960, justamente os países que possuíam uma propaganda externa mais eficiente. Já a Coreia do Norte tornou-se desde logo o mais fechado Estado Nacional contemporâneo, enquanto o Camboja instalou o sanguinário regime dos Khmers Vermelhos nos anos 1970. Laos também nunca empolgou muito os novos esquerdistas.

Todos estes socialismos asiáticos desenvolveram formas, temas e métodos que parecem se inspirar no maoísmo, atravessaram crises, catástrofes, guerras civis e terror semelhantes aos da China. Assim, temos a tomada do poder através de frentes unidas, uso da “guerra popular prolongada”, bases camponesas, reformas agrárias baseadas em execuções de grandes proprietários e “traidores”, desastrosas coletivizações, incitação à participação da população nas campanhas de massa, procedimentos de crítica, autocrítica e “reeducação ideológica”, expurgos sociais e dos quadros políticos, multiplicação dos campos de concentração, formação de uma sociedade de castas e a centralização dos poderes no partido sob a batuta de um líder quase monarca (e a Coreia do Norte criaria o “comunismo dinástico”). É claro que os anos do poderio de Pol Pot no Camboja excedem a tudo que já se fizera em matéria de terror social – não seria incorreto ver neste caso uma total distorção dos princípios maoístas. Mas encontramos práticas maoístas e stalinistas de terror social até mesmo no Vietnã do Norte (que a partir de 1975 se unifica com o Sul), tão admirado pelos jovens de todo o mundo, inclusive do país que fazia guerra contra ele, os Estados Unidos.

---

<sup>11</sup> Ibid.

A China certamente é o principal local do mundo comunista asiático ao qual nossos olhos devem se dirigir, se o assunto é a onda mundial de revoltas juvenis dos anos 1960. Em primeiro lugar, pela influência do maoísmo e da retórica da Revolução Cultural nas novas esquerdas e nos movimentos juvenis. Mas há algo ainda mais importante, que nem sempre é considerado. A China também teve sua rebelião juvenil, certamente a mais *sui generis* dos anos 1960. A Revolução Cultural também foi uma revolta estudantil de largas proporções e dramáticas contradições. Talvez, a mais triste história dentro dos movimentos estudantis da década de 60.

### Interpretações

Uma das muitas obras produzidas no Ocidente na época da Revolução Cultural, a do francês Jean Daubier, é um exemplo de como este evento foi interpretado de maneira idealizada pelos admiradores ocidentais da China e do socialismo. Neste caso, em pleno paroxismo, pois este autor foi uma testemunha ocular do evento. Apesar de ter estado lá, foi incapaz de ser um analista crítico e seu testemunho, em geral, repete as razões de Mao. Por isto mesmo, as contradições dos acontecimentos, dos “rebeldes”, dos “conservadores”, do Grupo da Revolução Cultural e de Mao se tornam também as contradições de seu relato. Enquanto na descrição, sentimos que diversas vezes o autor luta contra sua percepção dos dilemas, sua análise, introdutória, é aplainadora das contradições e vai aos limites da idealização.<sup>12</sup>

Segundo a introdução do livro de Daubier, a Revolução Cultural surgira para atacar sobrevivências do capitalismo e até do feudalismo no socialismo – um regime ainda de transição ao comunismo. Primeiro, ataca-se a divisão entre trabalho intelectual e trabalho manual, bem como a valorização maior do primeiro – isto justifica o fato de ser a universidade e as escolas secundárias ou profissionalizantes os primeiros locais a serem atingidos pela Revolução Cultural, pois os intelectuais, técnicos e especialistas deviam deixar de querer ser uma minoria privilegiada, que buscava ambições individuais em vez da “devoção à coletividade”. Depois, é atingido o meio artístico, no qual muitos artistas estariam ainda produzindo obras afastadas do povo e da “ideologia revolucionária”, preservando hábitos da cultura elitista vigente no capitalismo. Mas a preocupação maior está na relação entre dirigentes e dirigidos, uma contradição que se mantém mesmo no socialismo. Se o Estado é necessário no socialismo para o planejamento e a organização, ele preserva outra desigualdade, entre

<sup>12</sup> Jean Daubier. História da Revolução Cultural Chinesa, 2 volumes, Lisboa: Presença, 1974.

dirigentes e dirigidos – o que torna necessária a dura “luta” no interior mesmo do aparelho de Estado e partido, justamente o que Daubier acredita ter sido a Revolução Cultural Proletária, lançada por Mao Zedong em 1965. Assim como o Grande Salto, o argumento é que se faria a passagem do socialismo ao “comunismo”. Mas enquanto o Grande Salto era basicamente econômico (“infra-estrutural”), a Revolução Cultural visava transformar as relações sociais e políticas (“superestrutural”). A Revolução Cultural propunha a luta contra tradições individualistas e dizia querer fazer a revolução dos costumes e mentalidades, redesenhando as superestruturas administrativas, pedagógicas e culturais. Oficialmente, Mao construiu a versão de que a Revolução Cultural era a luta dos proletários contra a “neo-burguesia” (alojada no Estado e no partido comunista). Valores “contra-revolucionários”, não admitidos publicamente, teriam silenciosamente penetrado nas instâncias de poder – no grupo de Liu Shaoqui (o presidente da China). Também, a Revolução Cultural era uma revolução para a transformação dos hábitos, desejando-se destruir a base ideológica e social dos inimigos de Mao, combatendo o individualismo e criando um espírito coletivista, substituindo os estímulos materiais por morais. Oficialmente, dada a dificuldade de se detectar onde os valores “burgueses” sobreviviam, Mao conclama as massas para examinarem o comportamento dos dirigentes – só a “linha de massas” poderia realizar tal tarefa:

“Embora desapossada do poder, a burguesia tenta corromper as massas e cativá-las por meio do pensamento, da cultura, dos hábitos e dos velhos costumes com vista à sua restauração. O proletariado deve fazer o contrário: opor uma réplica frontal a cada desafio lançado pela burguesia no domínio ideológico e transformar a fisionomia moral de toda a sociedade com o pensamento, a cultura, os hábitos e costumes novos que são próprios do proletariado”.<sup>13</sup>

Outro importante intelectual francês comunista, que aderiu ao maoísmo, Charles Bettelheim, caracterizou a Revolução Cultural como o esforço do Partido Comunista Chinês em convencer as massas, através de intensas discussões e debates, a se rebelar contra elementos, relações sociais, formas culturais, concepções ideológicas, métodos de gestão econômica e formas de divisão de trabalho caracteristicamente “burgueses”, que insistiam em se reproduzir na sociedade chinesa. Deste modo, a Revolução Cultural voltou-se contra membros do partido, formas de organização, relações políticas e concepções existentes dentro do partido dirigente que

---

<sup>13</sup> Jean Daubier. *op. cit.*, p. 184.

dificultavam este “novo passo” rumo ao comunismo – isso através da ação do Exército de Libertação Popular e outras ações das massas, liderados por dirigentes considerados “justos”. A Revolução Cultural Chinesa aparece a Bettelheim como o fato histórico e fonte teórica de uma definitiva superação do economicismo. Economicismo este que iludia a militância e a intelectualidade de esquerda, apresentando o sistema soviético como uma alternativa ao capitalismo – ilusão que se tornou uma importante ajuda ideológica das forças sociais burguesas atuantes na formação de um capitalismo peculiar na União Soviética.<sup>14</sup>

Bettelheim pertenceu a uma corrente intelectual francesa que criou, inspirado na Revolução Cultural, uma versão própria do maoísmo, com certa tendência acadêmica, no final dos anos 1960. Um de seus melhores representantes era justamente Charles Bettelheim, eminente economista que rompera com o Partido Comunista Francês. Seu maoísmo promove o deslocamento de uma objetividade econômica (o chamado “economicismo” do “marxismo” ortodoxo) para uma objetividade calcada nas lutas e relações sociais de classes. Além disto, reconhecia os papéis fundamentais da política e da ideologia dentro dos processos sócio-econômicos – ao lado da não transformação das relações de produção, é a manutenção de valores ideológicos e práticas políticas caracteristicamente “burgueses” quem, segundo sua obra *Lutas de Classes na União Soviética*, explica o fracasso da Revolução Russa na construção do comunismo. A Revolução Cultural Chinesa teria recolocado no posto central do debate das esquerdas, segundo Bettelheim, a questão das lutas de classe durante o socialismo e a necessidade de uma constante revolucionarização das relações sociais durante esta etapa. A Revolução Cultural Chinesa foi um fenômeno que marca sua virada intelectual e transforma-o em um teórico maoísta “independente” e criativo. Bettelheim visitara a China num momento em que a Revolução Cultural abandonara os estabelecimentos de ensino e, pretensamente, ingressava na transformação das relações de produção no interior das fábricas: operários e quadros repetiram para Bettelheim a citação de Mao de que era preciso “colocar a política no posto de comando”. Isto significava romper com o princípio de que a “economia”, ou as necessidades econômicas (desenvolvimento de forças produtivas, lucros etc.), predominavam nas relações fabris. O ponto mais interessante da narrativa do autor sobre as transformações nas relações de produção na China, durante a Revolução Cultural, referem-se às iniciativas da “Tripla União” nos ajustes e transformações técnicas. Despede-se o princípio da competência técnica – que dava papel

decisório exclusivo, nestas questões, a técnicos e engenheiros – e da rentabilidade. As máquinas, inventadas, reiventadas ou ajustadas, respeitam necessidades e potencialidades dos trabalhadores. Estas transformações são, muitas vezes, iniciativas dos próprios trabalhadores, que encontram, através da prática do trabalho, soluções para problemas técnicos e de qualidade do produto. Desprende-se daí o princípio de que todos, principalmente o Partido dirigente, devem valorizar e deixar-se aprender com as iniciativas das “massas”.<sup>15</sup>

O princípio maoísta da valorização das iniciativas das massas leva o autor a desenvolver um esboço de uma “teoria socialista do conhecimento”. Tal teoria baseia-se, notadamente, na supressão da diferença entre trabalho manual e trabalho intelectual – pressuposto, na realidade, fundamental desde Karl Marx. O diferencial de Bettelheim é o registro de resultados positivos observados na prática da Revolução Cultural Chinesa – o respeito às “iniciativas das massas” produzem soluções que, até do ponto de vista da rentabilidade capitalista, podem ser considerados notáveis. Também faz parte das transformações aceleradas pela Revolução Cultural, a luta pela supressão da divisão, fundamental no mundo capitalista, entre campo e cidade. Bettelheim proclama que iniciava-se uma profunda mudança na vida rural na China, com o surgimento de inúmeras pequenas e médias empresas que dão eletricidade às cidades, fundições, aço, adubos, instrumentos agrícolas etc. A China também incentivava a migração de jovens dos grandes centros urbanos para os campos – na verdade, como veremos, obrigava-os –, bem como realizava campanhas para desestimular o êxodo rural. Um ponto que diferencia Bettelheim do maoísmo oficial é a rejeição do stalinismo pelo intelectual francês – usando, para tanto, a sua interpretação de que o socialismo, mais que uma etapa de desenvolvimento das “forças de produção”, precisa fazer a “revolucionarização” das relações de produção através da “luta de classes” nos âmbitos político e ideológico. Na combinação forças produtivas/relações de produção, as segundas é quem desempenham a função dominante. Jamais o desenvolvimento das forças de produção determinam a transformação nas relações de produção, mas sim a luta de classes. Durante a transição socialista, não predominam ainda as novas relações de produção totalmente. Na verdade, durante o socialismo persistem as classes sociais, bem como as lutas de classe, principalmente ideologicamente – deve-se lutar para destruir as relações sociais

---

<sup>14</sup> Charles Bettelheim. A luta de classes na União Soviética: primeiro período (1917-1923), Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

<sup>15</sup> Charles Bettelheim. Revolução cultural e organização industrial na China, Rio de Janeiro: Graal, 1979.



capitalistas, buscando tornar as relações capitalistas subsistentes de dominantes para dominadas no conjunto da formação social.<sup>16</sup>

Apesar de criar uma instigante reflexão teórica, repensando princípios conceituais do marxismo e, ao seu modo, tocando num tema que fora muito importante nas revoltas sociais dos anos 1960, a relação entre política, relações cotidianas e cultura, Bettelheim foi um dos muitos que realizou uma interpretação idealizada da Revolução Cultural. Ilustra os extremos a que se submeteram as Novas Esquerdas e os movimentos sociais que se deixaram influenciar pela efervescência de Mao e dos Guardas Vermelhos nos anos 1960: dos eventos, das diretivas de Mao e das ações dos Guardas Vermelhos, geraram-se conclusões que podiam apontar tanto para reflexões criativas sobre a cultura, a sociedade, o cotidiano e a democracia direta, quanto tendências ao extremismo, o uso desmedido da violência, a intolerância, um radicalismo dogmático, um culto a Mao Zedong e um macaquear de citações de sentido ambíguo do “Grande Timoneiro”. Por outro lado, os que se interessaram pela Revolução Cultural Chinesa, inclusive os que viajaram para o país durante este evento, pouco perceberam sobre as contradições que incitaram esta Revolução. Um reino de fantasias excitantes tomara-se a China. Um livro de fábulas, as ações dos Guardas Vermelhos.

Seria simples, é claro, fantasiar a Revolução Cultural num sentido oposto, transformando-a em uma engenhosa manipulação das massas juvenis urbanas por Mao Zedong:

“O ‘Grande Timoneiro’ sentia que os seguidos fracassos de sua estratégia econômica fortaleciam um setor mais pragmático e menos ortodoxo do Partido Comunista... Mao, para reaquecer o fervor revolucionário e se fortalecer, promoveu uma radicalização de suas teses políticas, inaugurou um intenso culto à sua personalidade e patrocinou uma implacável perseguição aos seus adversários, disfarçando-a de cruzada contra ‘valores feudais e burgueses’”.<sup>17</sup>

Houve realmente um Mao Zedong por trás desta Revolução Cultural, adorado e adotado por todas as facções rivais em conflito, um Mao que procurava manipular o rumo dos acontecimentos – mas nem de mesmo sempre soube o que queria, e suas tentativas de manipulação se chocaram com os mais inesperados efeitos. O evento Revolução Cultural Chinesa não foi visto, principalmente nos anos 1960, em suas contradições, seus dramas, suas

<sup>16</sup> *Ibid.*

<sup>17</sup> Jaime Spitzcovsky. “China acorda e faz o mundo estremecer”, in *Folha de S. Paulo*, 30/12/1999, Caderno Especial, p. 7.

violências físicas, psicológicas e culturais desmesuradas, sua intolerância, terrorismo, tendências de dissolução social e ao mesmo tempo de exagerado autoritarismo. Também não foi devidamente avaliado como contendo um importante movimento juvenil – principalmente de jovens estudantes secundaristas e universitários, mas também de jovens trabalhadores urbanos com estatuto social precário, que se tomaram os “Guardas Vermelhos”.

A Revolução Cultural Chinesa foi muito importante para as revoltas juvenis de 1968, não exatamente pelo que ela foi em realidade, mas pelo que se imaginava ou se dizia oficialmente sobre ela. O que se fez na Europa Ocidental, principalmente, mas também no Japão e na América Latina e outros locais, foi uma “construção intelectual” sobre o que estaria sendo a Revolução Cultural, enfatizando certas questões para construir um novo paradigma socialista, como vimos expresso em Charles Bettelheim.

“Achávamos a Revolução Cultural, e tudo que estava acontecendo naquele momento na China, o máximo. Ninguém tinha idéia do que na verdade era a Revolução Cultural como forma de opressão, de destruição da classe mais intelectualizada, dos artistas, dos pensadores. Acreditávamos que a Revolução Cultural era um ato de grande mobilização popular, que ia fazer com que a China pudesse evitar o destino da União Soviética e construir o verdadeiro socialismo, e não o socialismo burocratizado”.<sup>18</sup>

“Publiquei, trabalhando na *Éditions du Seuil*, o livro de um ex-guarda vermelho, intitulado *Os anos vermelhos*, que conta a sua revolução cultural na China, na província de Cantão... Para ele, 1968 era a data em que milhares de colegas morreram, foram mortos pelo exército na sua cidade. E quando chegou à França, nos anos 70, para ele foi um verdadeiro espanto saber que intelectuais franceses tinham sido maoístas em 1968. Não se espantaria se soubesse que tivessem sido maoístas em 1964, talvez. Mas em 1968, sim...”.<sup>19</sup>

## Eventos

A Revolução Cultural, de 1966 até a morte de Mao em 1976, vitimou entre 400 mil e 1 milhão de indivíduos, pouco em comparação com a reforma agrária e principalmente em relação ao Grande Salto Avante.<sup>20</sup> Mas o movimento impressionou por seu radicalismo, pelo

<sup>18</sup> Alfredo Sirkis, “Os paradoxos de 1968”, in Marco Aurélio Garcia e Maria Alice Vieira (orgs.). *Rebeldes e contestadores. 1968: Brasil, França e Alemanha*, São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999, pp. 111-116, p. 115.

<sup>19</sup> Jean-Claude Guillebaud, “A consolação da Revolução Sexual”, in Marco Aurélio Garcia e Maria Alice Vieira (orgs.). *op. cit.*, pp. 173-179, p. 175.

<sup>20</sup> A Reforma Agrária foi ensaiada antes mesmo da tomada definitiva do poder pelos comunistas, se generalizando principalmente depois de 1946. No processo, camponeses pobres foram mobilizados contra os latifundiários e

extremismo expresso em discursos e alguns atos. Outra novidade no contexto chinês foi ter se dado basicamente nas cidades e concentrado nos meios políticos e intelectuais. Era um evento cheio de contradições. Na Revolução Cultural, mesmo os grupos mais radicais tinham um pé no Estado, pelo menos na referência absoluta a Mao Zedong. Eles criaram uma espécie de “alter ego” do poder oficial (polícia, prisões, tribunais etc.), imitando mesmo as instituições do poder para criticar o próprio poder. Se o Estado é atacado, ao mesmo tempo é defendido o tirano Mao e seu modelo de Estado do terror, com o uso de métodos terroristas. Wei Jingsheng, um Guarda Vermelho que se tornaria um dos líderes do Muro da Democracia de 1979 (movimento de intelectuais chineses favoráveis a uma abertura política do regime), diria sobre a Revolução Cultural: “Essa explosão de cólera revestiu a forma de um culto do tirano e foi canalizada para a via da luta e do sacrifício pela tirania... (Isto) conduziu a essa situação paradoxal, absurda, de um povo que se ergue contra o seu governo para melhor defendê-lo.”<sup>21</sup>

Porém, a Revolução Cultural não foi simplesmente mais uma das “campanhas de massa”, já comuns na China, apesar de ter algumas de suas características. Ela adquiriu contornos mesmos de uma revolução social e, na sua fase mais conhecida, as maiores violências foram resultado de excessos mais ou menos espontâneos e de nível local, não da repressão e terror conduzidos pelo partido-Estado. Foi um movimento multifacetado e variado.<sup>22</sup>

Uma interpretação histórica da Revolução Cultural Chinesa é importante não apenas para avaliar o descompasso entre a realidade desta Revolução e sua absorção pelas Novas Esquerdas e revoltas estudantis, mas principalmente para se perceber que houve aí um importante movimento juvenil. Talvez, tenha sido este movimento juvenil chinês o núcleo mais importante da Revolução, apesar da manipulação sofrida, seu caráter auto-destrutivo e o culto a uma liderança adulta (Mao).<sup>23</sup>

---

milhões destes grandes proprietários foram mortos durante as “campanhas de massa”. O “Grande Salto Avante” foi um programa de coletivização da agricultura e criação de pequenos altos-fornos nas aldeias. Este plano seria responsável, entre 1959 e 1961, pela maior fome da história mundial em números absolutos. Foram ceifadas entre 20 milhões (número semi-oficial da China em 1988) e 43 milhões de vidas. O plano fracassou devido a previsões excessivamente otimistas, uma repentina e total mudança do estilo de vida camponês, falsificação de resultados, uso de técnicas agrícolas totalmente inadequadas, desvio de mão-de-obra agrícola para a indústria e obras de irrigação, incapacidade de admitir os erros ainda no início da fome etc. (Jean-Louis Margolin e Pierre Rigoulot. “Comunismos da Ásia: entre ‘reeducação’ e massacre”, *op. cit.*).

<sup>21</sup> *Cit. in. ibid.*, p. 611.

<sup>22</sup> *Ibid.*

<sup>23</sup> A reconstituição histórica da Revolução Cultural Chinesa é baseada principalmente nos dados de Jean Daubier *op. cit.* e Jean-Louis Margolin. “China: uma longa marcha na noite”, *in.* Stéphane Courtois *et. al.*, *O livro negro do comunismo. Crimes, terror e repressão*, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999, pp. 539-649.

A Revolução Cultural Chinesa pode ser dividida em duas grandes etapas: a Revolução Cultural dos Guardas Vermelhos e a repressão pelas milícias e pelo Exército Popular de Libertação. A primeira etapa, a mais influente, contraditória e de efervescência social e cultural, pode ser compreendida pela seguinte dinâmica básica (que muitas vezes não seguiu exatamente esta ordem): a formação de grupos de Guardas Vermelhos, os conflitos entre Guardas Vermelhos “rebeldes” e “conservadores” e as lutas entre facções “rebeldes” que tomaram governos locais, beirando em certos casos a anarquia social. A segunda etapa caracterizou-se, diferente da violência mais espontânea da primeira, pela repressão e terror coordenados pelo Estado, exercidos por milícias e principalmente pelo Exército, enviados para controlar uma situação social e política que saía fora de qualquer controle.

Um certo contexto político explica o fato de Mao Zedong ter dado início à Revolução Cultural, esta “campanha de massas” que adquiriu contornos de uma revolução social violenta, anarquizante e contraditória. Após o rompimento definitivo entre China e União Soviética, nos primeiros anos da década de 1960, Mao reagiu no âmbito interno tentando manter sua versão do socialismo – mas também para se proteger contra possíveis críticas semelhantes às feitas na União Soviética contra Stálin e, até mesmo, recuperar para si e seus colaboradores o poder decisório, dividido com Liu Shaoqui e seu grupo. Em 1963, Mao lançou o Movimento de Educação Socialista, enviando dirigentes ao campo (tanto para fazer relatórios sobre a situação rural, quanto para sua “reeducação”), publicando textos que defendiam a possibilidade de lançar a revolução pelo meio cultural, transformando a Ópera de Pequim (que passa a veicular temas “revolucionários modernos”), expondo estátuas de argila que retratavam a antiga sociedade para as novas gerações, lançando campanhas contra as “superstições” no campo (como a proibição da venda de objetos “mágicos”) e atacando o cinema e a literatura de então.<sup>24</sup>

Mao rebelava-se contra uma perda de poderes efetivos, após o fracasso de seu Grande Salto. Para recuperar o poder total, parecia esperar uma oportunidade e o encontro com as novas gerações, gerações que viveram desde seu nascimento a China da Era socialista. Mao, que era ainda presidente do partido, apesar de seu grande prestígio temia ser cada vez mais afastado do centro decisório. Diante de si, um Partido controlado por Liu Shaoqui (presidente da China) e o secretário geral Deng Xiaoping (adjunto do presidente). Mas o Exército Popular de Libertação (EPL) era liderado por um vassalo de Mao, Lin Bao – que aos poucos tornou o EPL um centro

---

<sup>24</sup> Jean Daubier *op. cit.*

alternativo do poder, a partir do Movimento de Educação Socialista. Em 1964, Lin Bao forneceu 1/3 dos novos quadros políticos ao partido. A formação militar tornou-se obrigatória a todos os estudantes e, desde 1964, o EPL organizava milícias nas fábricas, bairros e distritos rurais. EPL e Lin Bao foram, segundo as palavras do próprio Mao, foram transformados numa espécie de “Grande Muralha” a proteger o presidente do partido. Também, em torno de Jiang Qing, esposa de Mao, reuniu-se uma pequena equipe de intelectuais e artistas fracassados, com um programa destinado a destruir toda arte e literatura não engajada à linha do partido.

Uma primeira fase da Revolução Cultural teria se dado mais modestamente e no interior dos quadros do partido. 10/11/1965 é a data oficial do início da Revolução Cultural, quando um jornal de Xangai publicou um artigo que criticou a peça de teatro *A destituição de Hai Juei* (de 1962, de autoria de Wu Han, sobre um funcionário na antiga China vítima de um imperador tirânico, uma possível menção à destituição por Mao de Peng Teh-huai, ministro da Guerra que criticara o Grande Salto). A pedido do próprio Mao Zedong, o jovem jornalista Yao Wen-yuan redigira este artigo. Oficialmente, o primeiro alvo dos ataques era Peng Cheng, presidente da Câmara de Pequim, para quem Wu Han colaborava. Curiosamente, Mao entregou o comando da Revolução Cultural inicialmente para seus supostos adversários, pois o próprio Peng Cheng indicou três pessoas para integrar o “Grupo dos 5 Encarregados de Dirigir a Revolução Cultural”, ou “Grupo da Revolução Cultural” (GRC), inclusive Wu Han. Em março de 1966, Mao atacou abertamente Peng Cheng e o primeiro relatório do GRC, lançando durante uma reunião de dirigentes a palavra de ordem “é preciso derrubar o Rei dos Infernos e libertar os diabretes”.<sup>25</sup> Era o primeiro estímulo para que os quadros subordinados criticassem os dirigentes e o Serviço Central de Propaganda (o “Rei dos infernos”). Em abril de 1966 artistas e escritores reunidos em torno da mulher de Mao, Jiang Qing, publicam um documento contra Peng Cheng. O Grupo da Revolução Cultural seria recriado numa reunião do *Bureau* Político do Partido Comunista, em maio de 1966, passando a depender direta e exclusivamente de sua Comissão Permanente (ou seja, de Mao). O GRC passou a ser dominado por maoístas extremistas, como a mulher de Mao, passando a substituir o Comitê Central e o *Bureau* Político como centro principal das decisões na China até 1968.

A partir de então a propaganda veiculava abertamente que se processava uma “Revolução Cultural Proletária”, com diversos artigos em jornais conclamando-a. Uma

---

<sup>25</sup> Cit. in. Jean Daubier *op. cit.*, p. 55

Circular de 16 de Maio, escrita provavelmente por Mao, propõe não apenas a Revolução no meio literário e artístico, mas a luta contra a oposição que se encontrava no interior mesmo do partido: “Já desmascaramos algumas destas pessoas, mas outras ainda não; certos indivíduos do gênero de Krushev beneficiam atualmente de crédito, são educados para nos sucederem e encontram-se entre nós”.<sup>26</sup> Agora, os apelos se dirigem às massas – recria-se a mobilização das massas, tantas vezes já utilizada na China comunista. Os populares são estimulados a criticar dirigentes e quadros. Mas a situação só esquentaria realmente quando os meios estudantis foram agitados, formando-se os primeiros grupos de Guardas Vermelhos.

Mao procurou conquistar a nova geração escolarizada, do grau secundário, dos institutos de formação profissional e das universidades, concentrada nas grandes cidades (1/4 dos habitantes de Xangai estavam nestas escolas). Era a primeira geração totalmente educada depois de 1949, que tinha entre 14 e 22 anos em 1966, além de serem muitos jovens e urbanos para saberem do Grande Salto. Mao louvou e tentou controlar pelo fanatismo esta geração, para qual ele acendeu a chama da revolta: “O mundo vos pertence. O destino da China vos pertence”.<sup>27</sup> Também, era uma geração que aprendera fanaticamente a adotar o partido como “pai”, muitas vezes renegando seu pai biológico por este pertencer a uma categoria “negra” (não “proletária”). Quanto mais jovens, mais os Guarda Vermelhos eram obstinados, violentos e prontos a humilhar suas vítimas. Margolin descreve-os como pequenos “robôs” frustrados por não terem tido ações heróicas como a geração de seus pais – em 1966-68, os Guardas Vermelhos também estariam procurando imitar a Longa Marcha e a guerrilha antijaponesa. Mao e um pouco de Lenin constituíam a base do pobre conhecimento usado pelos Guardas Vermelhos para contestar a monotonia gerada pela institucionalização da Revolução.<sup>28</sup>

Segundo Margolin, não estão corretas nem a lenda dourada que apresenta os Guardas Vermelhos como parentes apenas um pouco mais fanáticos dos revolucionários de 1968, nem a história disseminada na China após a queda do “Bando dos Quatro” que apresentava-os como auxiliares semi-fascistas de um bando de aventureiros. Os Guardas Vermelhos, na verdade, viam-se como bons comunistas maoístas que deviam criar uma espécie de partido comunista clonado. Os Guardas Vermelhos eram fanáticos por Mao, tinham forte ligação com Lin Biao e o GRC de Jiang Qing, e só assumiram o poder em direções municipais e provinciais

<sup>26</sup> *Ibid.*, p. 64.

<sup>27</sup> Mao Zedong, *Cit. in* Jean-Louis Margolin. “China: uma longa marcha na noite”, *op. cit.*, p. 613.

<sup>28</sup> Jean-Louis Margolin. “China: uma longa marcha na noite”, *op. cit.*

que se opuseram às hostilidades promovidas pelo centro maoísta, acabando por se tornar uma força suplementar para ajustes de contas no centro do poder. Deles, os Guardas Vermelhos, uma enorme energia foi liberada mas usada quase que apenas destrutivamente. Em curtos períodos em que estiveram no poder, nada fizeram para alterar os princípios maoístas. Apesar de falarem na Comuna de Paris, suas eleições nada tinham de livres ou abertas, e as decisões eram tomadas por minúsculos grupúsculos auto-proclamados que se alternavam no poder só à custa da força em seus constantes conflitos. Um ex-Guarda Vermelho, com 14 anos em 1967, relatou:

“Éramos jovens. Éramos fanáticos. Acreditávamos que o presidente Mao era grande, que detinha a verdade, que era a verdade. Eu acreditava em tudo o que Mao dizia. E acreditava que havia razões para a Revolução Cultural. Julgávamos ser revolucionários e que, à medida que éramos revolucionários que seguiam o presidente Mao, poderíamos resolver qualquer problema, todos os problemas da sociedade”.<sup>29</sup>

Além dos estudantes, outras categorias que iriam aderir em massa à Revolução Cultural seriam os operários discriminados por motivos políticos (principalmente pelos Grupos de Trabalho, descritos adiante), de todas as idades, e os trabalhadores sazonais, em geral jovens, sem garantia de emprego e sem salário fixo, que formavam a maioria do proletariado das novas fábricas (que queriam melhores salários e contratos permanentes). Nesta “heteróclita coligação de descontentes”, iriam juntar-se alguns tipos de quadros políticos em especial: jovens que esperam ascensão rápida no partido, oportunistas e aqueles que, outrora, foram punidos e desejam vingança.<sup>30</sup> Uma mistura de ódio e desejo de promoção social permeava os integrantes desta coligação que, estimulados por Mao, atacaram todos os poderes sociais e políticos (escola, fábrica, gabinetes etc.). O sucesso deles só foi possível enquanto teve o apoio da direção central do Partido e do EPL, dado representarem apenas 20% da população urbana.

Desde o início da Revolução Cultural, os órgãos centrais de Pequim controlados por Mao convidaram toda a população para fazer a livre crítica dos quadros nos ramos locais. Paradoxalmente porém, em se tratando do maoísmo, os camponeses e o meio rural não foram muito afetados nesta primeira etapa da Revolução Cultural, enquanto os operários mais antigos e com maiores relações com o partido foram mesmo resistentes. Os mais agitados sempre foram os estudantes, que se tornariam os Guardas Vermelhos. Estimulados a fazerem o papel

<sup>29</sup> *Cit. in. ibid.*, p. 634.

de agitadores das massas, eles colavam cartazes, distribuíam panfletos e brochuras, percorriam estradas e ruas em caminhões com alto-falantes, mas, principalmente, promoviam atos públicos de “crítica”, “auto-crítica” e “luta” contra quadros, intelectuais e “contra-revolucionários”. Segundo Daubier, apenas as organizações de “rebeldes” surgidas nas escolas denominam-se “Guardas Vermelhas”. As muitas organizações de massa que logo surgiriam nas fábricas e escritórios eram chamadas de “rebeldes” ou “revolucionários proletários”.<sup>31</sup>

Em 25/05/1966, afixou-se na Universidade de Pequim (chamada coloquialmente de *Bei Da*, abreviação do seu nome chinês) um dos primeiros *dazibaos* da Revolução Cultural, com enorme repercussão. Os *dazibaos* são cartazes com grandes caracteres, a pincel com tinta da China diluída em água, muitos de forma atraente, em grandes folhas de papel de cores variadas, com títulos e subtítulos com traçado não convencional e que reproduzem os nomes dos criticados de modo satírico (caracteres tremidos serpenteando como cobra para os considerados “venenosos”, alongados para sugerir pedantismo etc.). Os *dazibaos* foram a grande e real fermentação artística da Revolução Cultural, aproximando a revolta estudantil chinesa de outros movimentos juvenis mundo afora: em todos, política e criatividade cultural estiveram interligados, com esboços de autonomia, formas inovadoras, conteúdos mordazes, irreverentes e irônicos e atmosfera de idealismo e utopia.

O *dazibao* da Universidade de Pequim era assinado por sete pessoas, destacando-se a assistente de filosofia Nieh Yan-tseu. Fazia violenta crítica ao reitor e aos responsáveis pelos assuntos universitários em Pequim (todos eram ligados a Peng Cheng), que estariam dificultando o andamento da “linha de massas” apregoada pela Revolução Cultural: “Quebrems todos os controles e as maléficas conjuras dos revisionistas, resolutamente, radicalmente, totalmente, completamente! Destruamos todos os monstros, todos os revisionistas do tipo Kruschew”.<sup>32</sup> Mao Zedong pediu que se difundisse o *dazibao* nas rádios e jornais, como um exemplo a imitar em escala nacional. Era um momento de virada: a Revolução Cultural entrou na sua fase de fermentação social que beiraria a anarquia, sob a proteção e o estímulo de Mao.

Em 3/06/1966, o Comitê Central do partido destituiu o reitor da Universidade de Pequim e surgiram os “Grupos de Trabalho”, que deveriam dirigir a Revolução Cultural. O

<sup>30</sup> *Ibid.*, p. 615.

<sup>31</sup> Jean Daubier *op. cit.*

<sup>32</sup> *Cit. in.* Jean-Louis Margolin. “China: uma longa marcha na noite”, *op. cit.*, p. 617.



primeiro foi enviado justamente à Universidade de Pequim. *Bei Da* estava em ebulição, estudantes e Lu Ting-yi exigiam um ensino menos “clássico” e mais “politizado”, em assembleias diárias e *dazibaos* que se multiplicavam. A palavra de ordem era a “política no posto de comando”. Criticavam o sistema de exames, os programas escolares, os métodos de ensino, a falta de contato com o povo e com a prática, o suposto privilégio de filhos de burgueses no acesso à universidade e a formação de letrados em vez de “servidores do povo”. Semelhante às revoltas juvenis em todo o mundo nos anos 1960, a Revolução Cultural Chinesa começou com a crítica às condições da universidade, do conhecimento cultivado, das formas de acesso, dos exames e do distanciamento para com questões práticas e políticas. Até algumas propostas lembram o que seriam as “universidades críticas” no lado ocidental, assim como certos paradoxos das reivindicações para a educação, oscilando entre um ensino mais tecnológico, afinado às necessidades de produção, e uma ciência mais politizada e engajada socialmente.

Mas como já se percebe, desde o início esta revolta dos estudantes chineses era estimulada e, até certo ponto, guiada por Mao e seus colaboradores, muitas vezes servindo como mero instrumento manipulado por dirigentes contra outros dirigentes. A rebelião da juventude estudantil urbana chinesa, entre outras diferenças com a dos demais países, sempre teve dificuldade em ser autônoma – quando ficaria fora do controle dos dirigentes centrais, seria interrompida brutalmente.

Outra diferença em relação às revoltas juvenis no mundo ocidental é a participação massiva de alunos dos “liceus” e cursos profissionalizantes (relativos ao que seria hoje no Brasil o “Ensino Médio”), fazendo da revolta dos estudantes chineses ser mais “adolescente” que “juvenil”. Alunos de liceus, em carta ao Comitê Central, também reclamavam transformações no ensino médio, retomando os temas esboçados na Universidade de Pequim, contra um sistema escolar assentado ainda em bases tradicionais, feudais e elitistas: “O que destruimos não é apenas um sistema de exames; é o jugo cultural que pesa sobre o povo chinês desde há milênios, é o ninho em que desabrocha a aristocracia intelectual e as camadas sociais de salários altos, é o trampolim que conduz ao revisionismo moderno”.<sup>33</sup>

Após conseguir a ebulição do meio estudantil, em 13/06/1966 o Comitê Central do Partido adiou os exames e as inscrições nas escolas por um semestre. Mas as escolas permaneceram cheias: estudantes submetiam os professores e outros estudantes a sessões de

<sup>33</sup> *Cit. in.* Jean Daubier *op. cit.*, Vol. 1, p. 69.

crítica e autocrítica que iriam crescer em violência psicológica e física. As paredes estavam cheias de *daxibaos*, que começaram a invadir também as ruas de muitas das cidades da China.

Esta primeira fase de ebulição social seria marcada também pelos Grupos de Trabalho em Pequim, que agiram em unidades de trabalho e escolares entre junho e julho de 1966. Neste momento, Mao esteve ausente de Pequim, entregando a direção destes Grupos e da Revolução Cultural justamente para aquele que seria depois apontado como o principal inimigo, o presidente Liu Shaoqui, secundado por outro futuro “inimigo”, Deng Xiaoping. Oficialmente, estes Grupos teriam agido negativamente, atacando com severidade intelectuais e quadros menores das instituições, não atingindo os alvos “justos”, ou seja, dirigentes que haviam se desviado da “linha de massas”. O Grupo de Trabalho mais criticado foi justamente aquele dirigido pela mulher de Liu Shaoqui, na Universidade de Tsingua. Os *daxibaos* voltaram-se então contra os dirigentes oficiais da própria Revolução Cultural, os Grupos de Trabalho. As leituras públicas dos *daxibaos* terminavam muitas vezes com insultos recíprocos, pancadarias e com os responsáveis pelas críticas punidos como contra-revolucionários. Alguns dos vitimados chegaram a fazer protestos em forma de greve de fome na Universidade de Tsingua. Formaram-se núcleos de resistência em faculdades e liceus, embriões do que seria depois a afamada Guarda Vermelha. Mas núcleos favoráveis aos Grupos de Trabalho também foram formados, tornando a situação dúbia. Mais tarde, a linha oficial apoiaria os núcleos opositores.

Mao retornou à ativa em 17 de julho, após uma propagandeada travessia no rio Yangtze, façanha atlética que buscava manter aquecido seu culto (afinal, era um homem com mais de 70 anos). Estaria presente na 11ª sessão plenária do Comitê Central do Partido Comunista Chinês, de 1 a 12 de agosto de 1966, quando fez aprovar dois documentos que levariam as agitações sociais ao pico. O “Comunicado da 11ª Sessão” tinha palavras de ordem como: “As massas não precisam receber lições! A revolução exige audácia! É preciso não temer as desordens!”.<sup>34</sup> A “Decisão em 16 pontos” condenou os Grupos de Trabalho (que seriam fechados) por terem atacado os jovens contestadores de maio, em vez dos verdadeiros “contra-revolucionários”. A nova rebeldia é exaltada: “Um grande número de jovens revolucionários, ontem desconhecidos, tomaram-se nela (a Revolução Cultural) pioneiros corajosos. Deram prova de vigor e de saber... Constituem a corrente principal da Grande

---

<sup>34</sup> *Ibid.*, p. 94.

Revolução Cultural Proletária.”<sup>35</sup> O documento dos 16 pontos afirma que jovens revolucionários eram a vanguarda da Revolução Cultural. Além disto, diz que a Revolução Cultural era “uma nova etapa da Revolução Socialista” e deveria “dar primazia à audácia e mobilizar as massas sem reservas”. Aponta que 95% do partido eram realmente de “esquerda” e que os direitistas eram apenas um punhado, mas só as massas em debate poderiam descobrir os mal-afamados 5%. No tocante ao ensino, recomenda que o conceito de educação devia estar a serviço da política do proletariado, que se devia combinar a educação com o trabalho produtivo e fazer com que todos os chineses se transformassem em cultos de consciência proletária. Recomenda também a redução da escolaridade, do programa de estudos e a reforma radical das matérias. O documento recomenda a “luta” em torno dos cientistas, técnicos e especialistas, devendo-se aplicar a política da unidade/crítica/unidade, ajudando-os a reformar-se gradualmente. Finalmente, elege o pensamento de Mao como “nosso guia de ação na Revolução Cultural”, estimulando a leitura de suas obras.<sup>36</sup>

Em 2/10/1966, no dia da Festa Nacional, há um interminável desfile (7 horas) em que 2 milhões de Guardas Vermelhos e “rebeldes” substituíram o tradicional cortejo de carros de flores e exposições artísticas. Neste mês, além de se denunciar que as pessoas acusadas pelos Grupos de Trabalho ainda não haviam sido reabilitadas, a leitura coletiva de um editorial nas escolas e unidades de trabalho propagandeou a existência de duas linhas dentro do partido, ou seja, que haveria uma linha reacionária contra a de Mao. Prenunciava-se uma série de novos expurgos, algo que não era novidade na China. Mas Mao, ao apelar às novas gerações, parecendo não encontrar abrigo seguro dentro do partido, acabou gerando uma radicalização que foi bem além do que se esperava.

Os adolescentes e jovens estudantes defendidos e estimulados por Mao formaram a “Guarda Vermelha”, na verdade “Guardas Vermelhas”, como se verá. Eram organizações de massa oriundas das agitações nas escolas e universidades em maio de 1966 e que funcionaram semi-clandestinamente durante a atuação dos Grupos de Trabalho. Tais grupos iriam generalizar-se, a partir de agosto, para praticamente todos os estabelecimentos urbanos de ensino na China. Os primeiros grupos da Guarda Vermelha admitiam apenas filhos de operários, camponeses e quadros comunistas – grupos que logo se revelariam instrumentos mais dos “conservadores” que dos “rebeldes”, de modo que Mao e seus colaboradores

---

<sup>35</sup> *Cit. in. ibid.*, Vol. 2, p. 184-5.

acabariam incentivando os Guardas Vermelhos oriundos de pais “burgueses”. Curiosamente, numa interessante inversão, a maioria dos grupos “rebeldes”, por um certo momento os mais defendidos por Mao, possuíam importante número de filhos das difamadas classes “negras”. A Revolução Cultural realmente primou pelos paradoxos.

É necessário um comentário sobre a concepção de sociedade que predominava no comunismo chinês então. A sociedade estaria dividida em “Categorias Vermelhas” (operários, camponeses pobres, quadros do partido, militares do Exército Popular de Libertação [EPL] e “mártires revolucionários”) *versus* “Categorias Negras” (proprietários de terras, camponeses ricos, contra-revolucionários, direitistas etc.). Entre eles, temos as “Categorias Neutras” (como intelectuais e capitalistas), mas que foram progressivamente empurrados para os “Negros” – na Revolução Cultural, os intelectuais passariam a ser considerados a “nona categoria negra” ou “fedorenta”. Para Margolin, isto assemelha-se muito a uma sociedade de castas, inclusive porque se levava em conta, antes de tudo, a situação social da família do indivíduo antes de 1949: a classificação do pai da família era estendida automaticamente aos filhos, numa “ossificação social”, levando os “mal nascidos” ao desespero, dado que eram discriminados na vida política e social.<sup>37</sup>

Voltando aos Guardas Vermelhos, eles ficaram conhecidos como os “pequenos generais”, reconhecidos por uma braçadeira de algodão vermelha com três grandes caracteres amarelos (*Hong Wei Bing* – Guarda Vermelha). Outros caracteres menores na braçadeira, nas bordas, indicavam o nome do destacamento e o estabelecimento de ensino a que pertencia o militante. Em cortejo para as reuniões, suas bandeiras vermelhas repetiam tais caracteres. A maioria vestia fato de caqui, outros preferiam fato de algodão azul ou cinzento (que seriam moda entre grupos juvenis rebeldes nos anos 1960). Havia Guardas Vermelhos entre 12 e 30 anos, mas a maioria eram estudantes de liceus, entre 12 e 17 anos. Até em alguns escritórios e fábricas eles apareceram, principalmente entre os alunos de seus centros de aprendizagem. A Guarda Vermelha organiza-se pára-militarmente, em seções, agrupadas em destacamentos e com Quartéis Gerais nos escalões provincial e municipal. Os Guardas Vermelhos nunca tiveram autorização para portar armas – apesar disto, iriam usá-las nos momentos de maior tensão.

<sup>36</sup> *Cit. in. ibid.*, p. 185.

<sup>37</sup> Jean-Louis Margolin. “China: uma longa marcha na noite”, *op. cit.*

As perseguições contra os “contra-revolucionários”, feitas em 1966 pelos Guardas Vermelhos, se tornaram o maior símbolo da Revolução Cultural. Mas, no conjunto, as violências perpetradas neste ano pelo Guardas Vermelhos foram menos mortíferas e nada inovadoras em relação àquelas movidas contra intelectuais nos anos 1950, ainda que desta vez foi usado um pouco mais de sadismo e exaltação juvenil. As ações dos Guardas Vermelhos foram semelhantes em toda a China. Milhões de estudantes estavam mobilizados e logo encontraram nas figuras de seus professores e das autoridades locais os difamados “monstros revisionistas”. Termos fantásticos, desumanizadores e bestializadores foram recuperados ou criados para denominar os inimigos, como “gênios malfeitores”, “fantasmas bovinos” e “espíritos reptilianos”: “A serpente venenosa está inerte, mas ainda não está morta. O tigre de papel Peng Dehuai mata sem pestanejar. É um senhor da guerra. Não se deixem iludir pela sua posição, a de um lagarto imóvel... Derrubem-no e pisoteiem o seu corpo”.<sup>38</sup> A imprensa oficial de Pequim chamou os “antimaoístas” de ratazanas a serem mortas – numa desumanização que retomava os piores momentos da reforma agrária chinesa em 1949. As expressões, que recusavam qualquer tipo de piedade, muitas vezes mobilizaram os Guardas Vermelhos para a morte do denunciado.

Ou seja, não se ficava apenas nas palavras violentas: os “inimigos de classe” eram adornados com cartazes, chapéus e às vezes com roupas ridículas (principalmente as mulheres). Eram forçados a ficar em posturas grotescas e penosas, com rosto sujo de tinta preta. Uns tiveram de ficar “de quatro” e latirem como cachorros. Um professor foi renomeado “cavalo” e obrigado a comer ervas. Alguns foram espancados até a morte. Os algozes foram assim transformados em “animais”, o que justificava sua eliminação. Até o canibalismo vingativo foi recriado: cerca de 137 pessoas no Guangxi, principalmente diretores de colégio, foram comidos, com a participação dos quadros comunistas locais inclusive.

Nesta primeira fase de ebulição social provocada pelos Guardas Vermelhos, os principais alvos foram os intelectuais. O antiintelectualismo sempre esteve presente no comunismo chinês e no maoísmo. A campanha das Cem Flores (1956-57) mostrara também que havia pouco entusiasmo entre os intelectuais não comunistas pelo regime chinês, aumentando a desconfiança que Mao sempre nutrira em relação aos intelectuais.<sup>39</sup> Intelectuais, obras de arte, bibliotecas, museus etc., em 1966, foram presas fáceis dos Guardas Vermelhos,

---

<sup>38</sup> Membro do GRC, Qi Beny, sobre Peng, em julho de 1967, *cit. in. ibid.*, p. 617.

estimulados por Mao e seu grupo de dirigentes. Os Guardas Vermelhos sempre repetiam esta frase de Mao: “A classe capitalista é a pele; os intelectuais são os cabelos que crescem na pele. Quando a pele morre, deixa de haver cabelos?”.<sup>40</sup> O livro de Mao sobre o ensino, que os estudantes receberam no início da Revolução Cultural, contém fortes condenações aos professores que, segundo Mao, “quanto mais aprendem, mais estúpidos se tornam”. O livro defende o encurtamento do ensino, a supressão dos exames e a formação de “vermelhos”, não de peritos, pelas universidades (que devia ser aberta especialmente aos “vermelhos” de nascimento)<sup>41</sup> – instruções repetidas, como vimos, na “Decisão de 16 Pontos”. Cerca de 10% dos professores foram “lutados”, ou seja, passaram pelo crivo das campanhas dos Guardas Vermelhos. Foram de algum modo vitimados 142 mil professores, 53 mil técnicos e cientistas, 2600 artistas e escritores. Xangai, com muitas pessoas nestas categorias, tem dados oficiais de 10 mil mortos.<sup>42</sup> Durante a Revolução Cultural, fechou-se praticamente a educação secundária e superior. Foi suspensa a prática da música clássica e de outras artes ocidentais, inclusive, se necessário, destruindo seus instrumentos. O repertório nacional de teatro e cinema viu-se reduzido a meia dúzia de obras aprovadas politicamente pela esposa de Mao.<sup>43</sup>

Na segunda metade de 1966, os Guardas Vermelhos de outras localidades foram incentivados a ir até Pequim para fazer os *chuan-lien* (trocas de experiências revolucionárias). Durante quatro meses, Pequim recebeu um milhão de visitantes, vindos de várias províncias. Enquanto isto, os Guardas Vermelhos de Pequim iam para as províncias incentivar a crítica dos quadros locais. Era o simulacro da “Longa Marcha”, apesar de muitas vezes o transporte ser fornecido pelo governo. Os Guardas Vermelhos distribuíam textos de Mao, principalmente o “livrinho vermelho”, uma coletânea de citações criada em 1965 para os soldados do EPL. Através de copiográficos portáteis e outros meios, foram impressos centenas de milhões de cópias do “livrinho vermelho”. A ação dos Guardas Vermelhos oscilava, assim, entre o real desejo de transformação social e um *happening* de verão (os próprios comboios pela China tornaram-se, de certa forma, estimulantes viagens turísticas para jovens que nunca haviam saído de sua cidade natal).

<sup>39</sup> Eric Hobsbawn. *op. cit.*

<sup>40</sup> *Cit. in.* Jean-Louis Margolin. “China: uma longa marcha na noite”, *op. cit.*, p. 619.

<sup>41</sup> *Cit. in. ibid.*, p. 620.

<sup>42</sup> *Ibid.*

<sup>43</sup> Eric Hobsbawn. *op. cit.*

Também havia a prudência conformista – não se mostrar revoltado era arriscar-se a ser chamado de revisionista. Afinal, um *slogan* era sempre repetido: “Há sempre razão para nos revoltarmos”.<sup>44</sup> Promoviam-se a cada duas semanas na Praça Tien’anMen (Praça da Paz Celestial) concentrações de 1 milhão de pessoas com a presença de Mao, em que se destacava cada vez mais também Lin Piao (então, o mais próximo de Mao). A primeira destas concentrações ocorreu em 18/08/1966 – quando Mao recebeu uma braçadeira de Guarda Vermelho. Nos encontros coletivos com Mao, provocavam-se lágrimas (obrigatórias para as moças) e demonstrações de fervor religioso. Como já se disse, havia uma proteção oficial às ações violentas perpetradas pelos Guardas Vermelhos, desde que os alvos escolhidos fossem os apontados pela GRC. Mao conclamou, em 18/8/1966: “Não queremos gentileza, queremos a guerra”. O ministro da Segurança, Xie Fuzhi, afirmou em agosto de 1966: “Os Guardas Vermelhos que matam devem ser punidos? A minha opinião é que, se as pessoas são mortas, pois bem, são mortas; o problema não é nosso... Não aprovo o fato de as massas matarem, mas, se as massas odeiam os maus a ponto de não podermos detê-las, então não insistamos”.<sup>45</sup>

Em agosto de 1966, agitados pelo aparelho oficial de propaganda, os Guardas Vermelhos de Pequim saíram do interior das escolas, mudaram os nomes das ruas da cidade que ainda evocavam o período imperial e cobriram de branco as pinturas dos mandarins no Palácio de Verão, querendo denunciar a persistência de influências feudais em pleno socialismo. O vandalismo inicial foi minorado pelo fato das autoridades terem fechado os museus e protegido a maioria dos monumentos neste momento. Mas logo os Guardas Vermelhos começam a invadir as casas de antigos capitalistas e proprietários de terras, confiscando ouro, jóias, cachimbos, ópio, armas e antigos títulos de propriedade – ação amplamente divulgada pela imprensa, procurando provar a permanência da burguesia. Era a “Campanha contra as 4 Velharias” (velhas idéias, cultura, costumes e hábitos), lançada por Lin Biao. Além do antiintelectualismo, expressou-se nesta campanha a xenofobia, a perseguição às religiões e o horror às tradições: templos foram trancados (alguns destruídos), túmulos imperialistas foram saqueados, parte da Grande Muralha foi destruída e seus tijolos usados para construir chiqueiros, cenários e guarda-roupas da Ópera de Pequim foram queimados, práticas cristãs foram praticamente proibidas, impedia-se a criação de criar gatos, aves e flores, demandou-se que o sinal vermelho nos semáforos significasse “avançar”, atacaram-se pessoas

<sup>44</sup> Mao Zedong, em 18/5/1966, *cit. in.* Jean-Louis Margolin. “China: uma longa marcha na noite”, *op. cit.*, p. 618.

com cabelos compridos, calças justas e saltos altos, mudaram-se os nomes das lojas e, em Xangai, abriram-se centenas de “Orientes Vermelhos” (que só vendiam retratos e obras de Mao). Os Guardas Vermelhos selavam portas com retratos de Mao, detinham pedestres e os obrigavam a recitar Mao e revistaram casas à procura de “provas”, em ações de vandalismo, pilhagens, humilhações e insultos. Muitos foram “visitados” várias vezes pelas diversas facções de Guardas Vermelhos. Alguns dados destas visitas: Pequim – 1700 mortos, mais de 33 mil lares visitados e 84 mil “negros” expulsos da cidade; Xangai – 150 mil casas revistadas e 32 toneladas de ouro confiscadas; Wuhan – 21 revistas, com 32 espancamentos mortais e 62 suicídios; no distrito de Daxing – 325 “negros” e membros de suas famílias foram assassinados em 5 dias, inclusive idosos e bebês.

A atmosfera era de violência crescente, de radicalização das formas de crítica e protesto. A “luta” chinesa (processo de crítica e auto-crítica, baseada na pressão psicológica e na doutrinação) tornou-se cada vez mais uma luta física de fato. Mao era ambíguo. Logo após exibir certa moderação, afirmava: “A luta, mesmo violenta, é boa; é assim que as contradições surgem claramente e se torna fácil resolvê-las”.<sup>45</sup> Mais radical ainda, Chu En-lai, então primeiro-ministro, afirmou em cartazes colocado nas ruas de Pequim, em 23/12/1966: “Os problemas amadurecem por meio dos distúrbios”.<sup>47</sup> Por outro lado, a defesa feita por Mao e seus aliados de uma democracia de massas, reforça algumas das teses esboçadas pelas novas esquerdas ou pelas práticas efetivas dos movimentos estudantis em todo o mundo (em suas qualidades e problemas), como a democracia direta e o assembleísmo dos confrontos intermináveis de idéias.

Em fevereiro de 1967, renovou-se a onda de *daxibaos* e caricaturas em muitas cidades da China. Cartazes e *slogans* com enormes caracteres cobriam paredes, vitrines e passeios; expunham-se caricaturas de Liu Shaoqui, Wang Kuan-mei (esposa de Liu) e Deng Xiaping, além de alguns ministros e altos funcionários. Tudo em cores vivas e com grande talento satírico: caricaturas mostram um exame radiológico em Liu Shaoqui (em que raios X revelam seu coração “negro”), uma alta autoridade abrindo loja de seguros para revisionistas e outra vestida com roupas e distintivos dos militares da China feudal, típicos da Ópera de Pequim. Estas caricaturas, em princípio, eram feitas pelos estudantes de Belas Artes. Mas, depois, todos

<sup>45</sup> *Cit. in. ibid.*, p. 619.

<sup>46</sup> *Cit. in. Jean Daubier op. cit.*, p. 119.

<sup>47</sup> *Cit. in. ibid.*, p. 191.



os que quisessem podiam fazê-las. Como atesta com razão Daubier, se “nascia espontaneamente uma nova forma artística” as autoridades pouco fizeram dela publicidade para fora da China<sup>48</sup>. Afinal, eram obras que rompiam bravamente os limites do “realismo socialista” e da arte “stalinista”. Dentro da China, porém, esta nova arte gráfica tinha uma importante função política, pelo menos por enquanto.

Pequim via todo dia cortejos atravessando-a com estudantes e trabalhadores indo a encontros, com bandeiras vermelhas e retratos de Mao Zedong. Faziam-se muitos contatos entre organizações, trocavam-se informações, distribuíam-se comunicados e vendiam-se os jornais produzidos pelos Guardas Vermelhos. Nesta época, em Pequim, eram produzidos regularmente cerca de 200 jornais, sendo que os mais ativos e com mais informações sobre a Revolução Cultural não eram os oficiais, mas sim dos Guardas Vermelhos e das novas organizações operárias. Era uma verdadeira rede de informação paralela que se criara, na qual começara (certamente por recomendação do grupo de Mao) as críticas a Liu e Deng. Nas escolas e empresas, discursos pelos alto-falantes, desfiles ao som de gongos e tambores, painéis com símbolos da felicidade e retratos floridos de Mao. Onde nasciam Comitês Revolucionários, colocavam-se grandes painéis de madeira na fachada, ornamentados com tecido vermelho, flores de muitas cores e enormes lanternas de papel púrpura típicos das festas chinesas. Também, ouviam-se foguetes durante a noite, outro símbolo de festa. Como em outras revoltas juvenis mundo afora, também na China as agitações oscilavam entre a violência e a festa – aqui, porém, com uma instabilidade muito acima do normal. Uma festa-revolução realmente acontecia.

De um modo um tanto esquemático, podemos dizer que a segunda fase da agitação dos Guardas Vermelhos caracterizou-se pelos confrontos entre os Guardas Vermelhos “rebeldes” e “conservadores”. Nesta fase e na seguinte, da guerra entre facções “rebeldes”, os principais vitimados deixariam de ser os intelectuais e passariam a ser principalmente os quadros do Partido Comunista Chinês e do Estado.

Os dirigentes do partido que sentiam-se na eminência de serem atingidos por prováveis novos expurgos apelaram à mesma tática de Mao, levando a Revolução Cultural ao seu impressionante grau de paroxismo e complexidade. Eles se aliaram a Guardas Vermelhos que seriam chamados de “conservadores” oficialmente – mas todos os grupos diziam-se

---

<sup>48</sup> *Cit. in. ibid.*, p. 199.

“rebeldes”. Em Pequim, haviam originalmente dois quartéis-generais de Guardas Vermelhos, que entraram em conflito sobre a questão dos Grupos de Trabalho (sobre a necessidade ou não de uma profunda autocrítica) – mas ambos diziam-se seguidores dogmáticos de Mao, o que aumentava a confusão. Para complicar, em setembro de 1966, surgira em Pequim um terceiro quartel-general, envolvendo principalmente os Guardas Vermelhos da Universidade de Tsinghua, do Instituto de Aeronáutica e do Instituto de Geologia, com a intenção de fazer uma crítica mais profunda contra Liu Shaoqui, Deng e os Grupos de Trabalho. No final de Outubro, elementos dos dois primeiros quartéis-generais enfrentaram os do recém-criado (que teria recebido o apoio de Mao), chegando muito perto da luta armada. Todos os quartéis-generais, através de cartazes que mostravam vítimas das violências, acusavam-se reciprocamente. Mas as lutas repetiram-se na segunda quinzena de novembro.

O estudante que criaria a tese da “hereditariedade de classe”, Tan Li-fu, se tornou dirigente do Comitê de Ação Unida dos Guardas Vermelhos da Capital, ou *Liandong*, composta essencialmente por filhos de altos funcionários. O *Liandong* procurava aglutinar as organizações de Guardas Vermelhos formadas em agosto (até então, só com filhos de camponeses, operários e quadros), opondo-se aos Guardas Vermelhos mais recentes e advindos das classes menos “puras”. O *Liandong* organizara os ataques contra o terceiro quartel-general em Pequim, usando métodos terroristas que logo se generalizariam, como agressões, raptos e até assassinatos. Diante do fato do Grupo da Revolução Cultural ter dado apoio ao terceiro quartel-general, o *Liandong* prefere incluir o GRC na sua lista de contra-revolucionários, espalhando cartazes que criticam-no – mas sempre em nome do maoísmo e de Mao. Altos funcionários do Estado chinês apoiaram e forneceram verbas ao *Liandong*, cujos jovens membros andavam em grandes grupos e, nas suas braçadeiras, os caracteres *Hong Wei Bing* estavam escritos em negro. Foram uma das primeiras organizações a cultivar o manejo de barras de ferro e correntes de bicicleta, utilizadas nos ataques noturnos a escolas e estudantes contrários à sua posição. Ainda em Pequim, parecendo apoiar a corrente “conservadora”, surgiu o “Exército dos Trabalhadores Vermelhos”, com operários advindos principalmente da Fábrica Metalúrgica 1, que criticam também o terceiro quartel-general e o GRC em outubro de 1966.

Em dezembro, o GRC e o terceiro quartel-general contra-atacaram: autoridades ligadas a Mao declararam seu apoio ao GRC e criticaram o *Liandong* e o “Exército dos Trabalhadores

Vermelhos”, que acabaram abandonados por muitos de seus militantes e foram desarmados pela polícia. O terceiro quartel-general engrandeceu-se, organizando concentrações em 16 e 17 de dezembro com a presença de 100 mil pessoas cada uma.

Em Xangai as agitações cresceram em paralelo com Pequim. Desde meados de 1966, Guardas Vermelhos e depois organizações operárias criticaram o presidente do município e o secretário do gabinete do partido – estes teriam organizados Grupos de Trabalho com trajetória semelhante aos de Pequim e não reabilitaram os punidos por estes Grupos. Após serem recebido friamente pelas autoridades de Xangai, os Guardas Vermelhos de Pequim junto com os de Xangai dirigiram-se à Câmara Municipal, em 31/08/1966, tendo recusado pedido de audiência. Depois de ocuparem os acessos dos edifícios, foram atacados por milícias. Os Guardas Vermelhos de Xangai passaram então a afixar *daxibaos* para além dos limites estabelecidos pelas autoridades locais e fizeram contatos com operários perseguidos pelos Grupos de Trabalho. Editoriais da propaganda oficial incitaram Xangai à revolta, criticando seu Comitê Municipal. Estes editoriais foram difundidos em milhões de exemplares, lidos coletivamente e através das rádios, acusando os opositores dos estudantes e dos Guardas Vermelhos de “contra-revolucionários” e seguidores da “linha reacionária burguesa”. Rapidamente cresceu a mobilização na cidade. Em novembro, foi criado o Quartel General da Revolta Revolucionária dos Operários, com várias organizações das fábricas de Xangai que se aliaram aos Guardas Vermelhos. Multiplicaram-se cartazes contra Tchen Pai-sien (Primeiro Secretário do município) e Tsao Ti-sieu (adjunto). Mas os criticados utilizaram as mesmas táticas dos críticos originais, como vinha ocorrendo em Pequim – apareceram grupos operários a favor de Tchen e Tsao (organizados no Destacamento de Defesa Vermelha de Mao Tsé-Tung), que chocaram-se violentamente com seus rivais e bloquearam um comboio que transportava emissários do Quartel General da Revolta Revolucionária para Pequim, em 9/11/1966.

Em janeiro, os criticados Tchen e Tsao reagiram concedendo benefícios materiais a setores operários e incentivando outros a reivindicarem melhorias salariais e até entrarem em greve, para dividir o movimento, de acordo com a versão do Quartel General da Revolta que, junto a outras onze organizações de massa, publicaram em 5/01/1967 uma “Mensagem a toda a população de Xangai” – era a denúncia da “contra-ofensiva economista”. Era um momento de enormes contradições: autoridades tentavam agitar os meios operários, incentivar greves e

promover lutas por benefícios, enquanto os rebeldes insistiam na manutenção da produção. Cartazes afixados pelos rebeldes mostravam operários quebrando uma barricada feita de sacos de ouro dos burocratas, enquanto cartazes manuscritos pediam o fim das greves e uma onda de caricaturas invadiu a cidade (uma das mais célebres tinha Liu Shaoqui e Deng tentando descarrilar o trem da Revolução colocando notas de banco na ferrovia).

Os organismos centrais de Pequim controlados por Mao, ainda em janeiro de 1967, deixaram claro que não apoiavam mais Tche e Tsao, desmobilizando organizações que os sustentavam e findando as greves. Xangai seria o início de um novo momento da Revolução Cultural nas intenções de Mao e seu grupo, a destituição dos supostos responsáveis, dentro do partido, pela linha conservadora, substituídos por dirigentes que instaurariam canais de crítica entre massas e quadros. É o que transparece nos jornais oficiais, como o Diário do Povo de 22/01/1967, em que Mao e Comitê Central apoiam a retirada dos “revisonistas” do poder. Em Xangai, Tche e Tsao foram afastados e instalou-se a “Comuna de Xangai” em 5/2/1967, depois renomeada Comitê Revolucionário da municipalidade de Xangai.

Em 1967, a chamada “contra-corrente” conservadora teria simulado a transferência do poder em cidades como Cantão e em organismos como o Ministério da Agricultura (segundo a versão oficial) e formaram contra-organizações que atacaram verbal e fisicamente os “rebeldes”. Conservadores e rebeldes lutavam pela posse dos selos que validavam os documentos do comitê local do partido, com espancamentos, raptos, seqüestros de dirigentes etc. Em escolas e empresas com Comitês Revolucionários criavam-se duas frações opostas, cada qual tendo ao seu lado pequenas organizações satélites: os que defendiam certos quadros acusados e os que acusavam-nos, defendendo outros que eram considerados revisionistas pelos primeiros – enquanto isto, todos se aclamavam como os reais seguidores de Mao.

Destacou-se em julho e agosto de 1967 o incidente de Wuhan, cidade em que os conservadores eram muito fortes através da organização de massa “O Milhão de Heróis”, opositora de outras organizações mais ligadas aos estudantes. Em 19 de junho, ocorreu um confronto violento entre as organizações rivais na ponte sobre o Yang-tsé, com alguns mortos. Membros do GRC e do governo foram enviados à cidade para administrar a situação, inclusive o primeiro-ministro Chu En-lai. Diante da conclusão dos altos dirigentes (Chu já havia indo embora) contra o apoio do comando local do EPL ao Milhão de Heróis (o próprio comandante militar encontrou-se à frente da luta de 19 de junho), em 19 de julho os chefes do

Milhão de Heróis mobilizaram seus adeptos que, com capacetes, facas, lanças e matracas, em caminhões fornecidos pelo Exército, ocuparam pontos estratégicos da cidade. Grupos percorreram a cidade criticando com gritos e cartazes os enviados pelo GRC, (Sie Fu-tche, ministro da Segurança e presidente do Comitê Revolucionário de Pequim, e Wang Li, membro do GRC). Grande número de “Heróis” cercou a casa onde os dois estavam instalados e invadiram-na, raptando Wang e conservando Sie vigiado. Wang foi espancado violentamente e levado à sede do comando militar, apresentado à multidão com roupas esfarrapadas e rosto ensanguentado. Depois, foi obrigado a passear por vários quilômetros pela cidade, com um letreiro ao pescoço dizendo “Wang Li o revisionista”, injuriado por onde passava – um dos ícones da Revolução Cultural sentia na pele os mesmos métodos que os Guardas Vermelhos aplicavam às suas vítimas.

No mesmo dia, o bairro universitário e o centro siderúrgico foram cercados pelos “Heróis”, locais onde se concentravam membros do Quartel General Operário e organizações estudantis. Os “Heróis” usavam armas automáticas e eram protegidos por blindados, contra simples barricadas que respondiam com coquetéis Molotov. Unidades da Marinha e Aviação desembarcam em Wuhan em 20 de julho, ocupando a Universidade e o complexo metalúrgico, negociaram a retirada dos “Heróis” e soldados dos pontos estratégicos e a libertação dos prisioneiros. Ao final, Mao tomou partido contra os “Heróis”. Pequim receberia Wang e Sie com júbilo, numa concentração com 1 milhão de presentes na Praça Tienan’Men.

Em Cantão, a fração do Exército que ocupou a cidade seria atacada pelos conservadores, em vez de se aliar a eles. Um dos Comitês da cidade, oficialmente tido como “conservador”, assumiu as críticas ao Exército e agitou as massas contra o mesmo, em agosto de 1967. O Exército controlava a província de Kuangtung (onde Cantão é capital) e fechara o Comitê “conservador” de Cantão – alegando questões de segurança nacional, pois à frente da província estava Taiwan. As organizações de massa punidas em Cantão acusaram o principal chefe militar de Cantão (Huan Yong-cheng) de ser o “Tan Chen-lin (ministro da Agricultura acusado de revisionista) de Cantão”. Em agosto, as facções entraram em verdadeira guerra: caminhões cheios de homens armados das várias facções circulavam pela cidade; aconteceram muitas mortes em combates de rua que se iniciavam no final da tarde e invadiam a noite; as patrulhas militares não conseguiam restabelecer a calma e eram inclusive atacadas; vários presos por delito comum fugiram em circunstâncias mal definidas e pilharam uma cidade da

província para sobreviverem (sendo executados sumariamente pela população que se mobilizou para capturá-los).

Os Guardas Vermelhos esbanjaram espontaneidade ao mesmo tempo que alguns dirigentes procuraram manipulá-los em busca de acertos de contas. Se a violência contra os quadros mataria poucos altos dirigentes (Guardas Vermelhos espancaram até a morte o pouco conhecido ministro de Huillères), no entanto 60% dos quadros seriam expurgados (mas muitos retornariam aos seus postos mesmo antes da morte de Mao). Os altos quadros presos, em sua maioria, sobreviveram à prisão. Como vimos, os conflitos se generalizam entre “rebeldes” e municipalidades ou direções de província: estes últimos também tinham criado poderosas organizações de massa, chamadas de “conservadoras” pelos seus inimigos mas difíceis de serem distinguidas dos demais “rebeldes”. Os “rebeldes” propriamente ditos, seriam aqueles reconhecidos pelo GRC, do qual recebiam listas de pessoas a serem “lutadas” e “boas” etiquetas do partido.

Ou seja, rebeldes e “conservadores” eram igualmente partes da mesma máquina estatal. Estavam em acordo quanto ao uso da repressão e até nas críticas aos *laogai*, os campos de concentração (considerados muito amenos...). Usavam estratégias semelhantes em seus conflitos, fundamentalmente o rapto (seguido de interrogatórios e torturas com métodos inventivos), além de rede penitenciária própria em cada escola, fábrica e administração. No “novo sistema” carcerário, atribui-se de modo generalizado o rótulo de direitista a qualquer um e inventam-se novas infâmias, como o de filhos que foram obrigados a terminar a pena do pai morto na prisão. Mesmo grupos mais preocupados com a elaboração teórica, como o *Shengwulian* do Hunan, não se afastaram da referência maoísta. Conservadores e rebeldes utilizavam-se do estoque de citações maoístas uns contra os outros, às vezes a mesma citação, mas atribuindo diferentes interpretações. Eles não desejam afastar-se da propaganda oficial e “macaqueavam” o obscuro e ambíguo linguajar maoísta. Suas “ideologias” igualmente promoviam a “santificação da violência” – segundo um Guarda Vermelho, ao comentar sobre os rebeldes e os conservadores: “Tínhamos uma coisa em comum: a convicção de que ‘a violência resolve todos os problemas’”.<sup>49</sup>

Havia uma diferença na constituição social dos grupos. Os rebeldes estavam mais próximo das categorias intelectuais (os Guardas Vermelhos dos colégios de Cantão tinham

<sup>49</sup> Ling, *Cit. in.* Jean-Louis Margolin. “China: uma longa marcha na noite”, *op. cit.*, p. 628.

45% de filhos de intelectuais) e eram apoiados por operários não especializados e adversários dos quadros políticos. Já os conservadores, em geral, eram filhos das categorias “vermelhas” – em Pequim, 82% eram filhos dos quadros e de operários especializados. Os rebeldes tentavam, então, livrarem-se da “mancha infame nativa”, sua origem “negra” ou próxima disto. Assim como os conservadores, também os rebeldes atacavam os “negros”, muitas vezes torcendo para que seus próprios pais não fossem atacados. Peter Burke conta que, viajando na China recentemente, encontrou-se com um professor que no tempo da Revolução Cultural “era pai de um guarda vermelho que, num belo dia, voltou do colégio e começou a enterrar os livros estrangeiros do pai no jardim”.<sup>50</sup>

Uma contraditória mobilização juvenil urbana misturou conflito de gerações, rancor da “herança social”, sociologismo vulgar, antiintelectualismo, intolerância cultural, xenofobia, fanatismo e ataques às instituições sociais utilizando as mesmas táticas repressivas destas instituições. Isto tudo, jogado num caldeirão fervilhante de radicalismo, geraria a inacreditável tese da “hereditariedade de classe”.

Gorki, bolchevique, foi um precursor desta tese, que transformava o sociologismo em uma espécie de racismo baseado na origem social, quando afirmou: “É minha íntima convicção que o inimigo é efetivamente um ser inferior, um degenerado no plano físico, mas também no ‘moral’”.<sup>51</sup> Gorki fundaria mesmo um Instituto de Medicina Experimental da União Soviética, defendendo inclusive o uso de “centenas de unidades humanas” para experiências científicas.<sup>52</sup>

A tese da hereditariedade de classe atingiu seu auge durante as lutas em Pequim entre o *Liandong* e o terceiro quartel-general dos Guardas Vermelhos. O terceiro quartel-general admitira muitos dos filhos das classes “impuras”. Contra ele eram evocadas palavras de ordem como “Pai revolucionário, filho valente, pai reacionário, filho indigno!”, querendo dizer que os filhos dos quadros eram revolucionários por “nascença”. Esta tese surgiu das escolas especiais para os filhos dos quadros comunistas, mais especificamente de Tan Li-fu, filho de um procurador geral, que publicou um texto em 20/08/1966, muito difundido, que defendia esta tese. Uma marcha dos Guardas Vermelhos “bem nascidos” cantava:

“Se o pai é um bravo, o filho é um herói

Se o pai é um reacionário, o filho é um cuzão

<sup>50</sup> Peter Burke. “China em obras”, *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 16/01/2000, Caderno Mais, p. 15.

<sup>51</sup> Em carta em 1932, *Cit. in.* Stéphane Courtois. “Por quê?”, *in.* Stéphane Courtois *et. al.*, *op. cit.*, pp. 861-896, p. 889.

Se você é um revolucionário, então avança e vem conosco.

Se não é, cresça e apareça

Apareçam todos!

Vamos expulsá-los da merda de seus postos!

Mata! Mata! Mata!”<sup>53</sup>

Uma Guarda Vermelha “bem nascida” afirmava para seus colegas de classe advindos das classes que não eram “vermelhas”: “Nós nascemos vermelhos! O vermelho vem da barriga das nossas mães! E digo-o muito claramente: você nasceu negro! O que é que se há de fazer?” Enquanto isto, obrigava a metade “negra” de sua classe estudar Mao, acrescentando: “Para se salvarem, tinham primeiro de aprender a ver a vergonha de sua horrível origem familiar, bem como a de seus pais, e a odiá-los”.<sup>54</sup>

Mesmo entre os rebeldes houve a penetração das teses da “Hereditariedade de Classe”, levando-os certamente a uma situação constrangedora e ambígua: por um lado, apoiados pelo centro do poder, por outro, difamados por um argumento que encontrava certa legitimidade no maoísmo e na estrutura “de castas” construída pelo regime chinês até então. Durante discussões verbais, o argumento de que a idéia está sendo expressa por um “bem nascido” nunca era contestado. Cinco “vermelhos” sempre eram colocados à frente das manifestações das organizações rebeldes.

A partir de 1967, o GRC incentivou os “rebeldes” a tomarem o poder em províncias, municipalidades e locais dominados por dirigentes apontados como “contra-revolucionários”. Geraram-se, como vimos, choques violentos e verdadeiras guerras civis entre grupos “rebeldes” e “conservadores” em muitos locais, inclusive em Pequim. Mas no exercício do poder pelos “rebeldes”, surgiu um novo complicador: os grupos fragmentaram-se e combateram-se mutuamente, reacendendo mesmo antigas rivalidades dormentes na sociedade chinesa. O centro do poder tentaria chamar as organizações de massa à ordem e a paz, com poucos sucessos. Ao final, apelaria para a ação violenta do Exército.

Após a tomada do poder em Xangai, muitos comitês de partido foram tomados em toda a China pelos “rebeldes”. Seria o momento de “governar” agora, não de criticar. Mas, ao terem em mãos as fichas do poder – mais precisamente os selos oficiais do partido –, os

<sup>52</sup> *Ibid.*

<sup>53</sup> *Cit. in.* Jean-Louis Margolin. “China: uma longa marcha na noite”, *op. cit.*, p. 629

<sup>54</sup> Zhai Zhenhua, *cit. in.* Jean-Louis Margolin. “China: uma longa marcha na noite”, *op. cit.*, p. 629-630.



“rebeldes” se viram em meios às suas próprias contradições e ambigüidades, tendo início terríveis lutas internas, muitas vezes armadas, entre facções que só sabiam ser “contra”. Começa o desastre: tensões entre grupos rebeldes rivais, como entre estudantes e operários, entre operários permanentes e operários temporários etc. Duras confrontações envolveram cidades inteiras, não só com cintos e punhais, mas, como vimos, também com armas de fogo. O clima é de guerra civil: bairros enfrentam bairros em cidades e, mesmo em pequenos povoados, as lutas entre facções reacendem antigas querelas entre clãs. Instalou-se um verdadeiro mercado paralelo de armas para abastecer as facções e até fábricas foram usadas para produzir explosivos e tanques às organizações de massa. Entre quadros e setores populares, eram ajustadas velhas contas dos tempos da ocupação japonesa, da reforma agrária e do Grande Salto. Em Guillin, conservadores expulsos da cidade cercaram-na com a ajuda das milícias camponesas e venceram os rebeldes. Segundo Margolin, as facções em luta em Cantão, em 1967, representavam também antigas sociedades secretas da cidade, deixando entre julho e agosto cerca de 900 mortos.<sup>55</sup>

A partir da tomada de poder em várias municipalidades pelas organizações “rebeldes”, novos e mais complexos problemas surgiram. Os rebeldes, muitas vezes setores populares descontrolados, avançavam muito além do recomendado pelo GRC (apesar que, na maioria das vezes, Mao e seus seguidores pareciam deixar os conflitos se radicalizarem, esperando ver até onde poderiam chegar). Também, os rebeldes, ao assumir poderes, engalfinhavam-se em lutas internas e cisões cada vez mais violentas. Por sua vez, haviam os contra-ataques de organizações “conservadoras”.

No início de 1967, a transferência do poder aos rebeldes (e as confusões que viriam) aconteceu, além de Xangai, em outras cidades importantes como Tsingtao e Xantugn. Em Xangai, ocorrera também a transferência dos poderes nos níveis inferiores da administração e do partido (enquanto se recomendara a troca apenas nos níveis superiores). Tendências defenderam até mesmo o afastamento de todos os quadros, o que, evidentemente, aumentava os problemas de administração, o que logo preocuparia os centros dirigentes e aumentaria a indecisão e a ambigüidade de Mao. Os quadros sofreram humilhações semelhantes às que os intelectuais e outros “negros” haviam sofrido. Perderam os benefícios materiais relacionados à sua função, tinham de comparecer à empresa, onde exerciam tarefas simples de manhã e

---

<sup>55</sup> Ibid.

sessões de autocritica e estudos políticos à tarde, em ambientes de tensão e forte violência verbal, tendo de usar uma boina pontiaguda (símbolo chinês para infâmia política). O próprio Mao interviria e pediu moderação contra os quadros, enquanto as diversas organizações rebeldes chocavam-se no tocante às questões administrativas, principalmente sobre a escolha dos responsáveis pelos Comitês Revolucionários. Surgiram situações inusitadas, em que os pacatos cidadãos montados em bicicletas recusavam-se a obedecer as indicações dos sinaleiros e os jovens patinavam em locais proibidos dos parques – uma total crise da autoridade na China.

Ainda em fevereiro de 1967, uma vasta campanha pela imprensa tentou compensar os excessos “espontaneístas”, recomendando o centralismo democrático, denunciando a divisão em grupúsculos adversários e impondo a cota de apenas 5% dos quadros a serem afastados (esta seria a porcentagem dos “revisionistas” infiltrados, de acordo com o centro do poder maoísta). O GRC propôs a “Grande Aliança”, a união dos organismos de massa, com a intermediação dos soldados do Exército Popular de Libertação. O Exército, controlado pelo aliados de Mao, era encarado como uma “reserva preciosa de quadros” diante da queda da maioria dos quadros oficiais. O EPL enviou seus soldados em equipes de propaganda, cada qual com cerca de 10 soldados desarmados que se dirigiram às escolas e empresas, onde procuravam evitar os confrontos violentos e manter seguras as tarefas básicas de administração. Neste momento, a arma usada pelos soldados era apenas a argumentação, o chamado trabalho ideológico. Quanto aos órgãos centrais, além de proibirem a transferência de poder em ministérios e divisões administrativas, conclamariam a manutenção do trabalho, elogiaram os quadros (com o argumento de que apenas 5% seriam “degenerados”) e instituíram uma nova fórmula, os Comitês Revolucionários de Tripla União (compostos em igual proporção por representantes das massas, quadros do partido e representantes do Exército – estes últimos só nos escalões provincial e municipal).

Os Guardas Vermelhos de Pequim tentaram dar o exemplo da “Grande Aliança”, formando, em 22/2/1967, o Congresso dos Guardas Vermelhos dos Estabelecimentos de Ensino Superior de Pequim, com a união dos três quartéis-generais de Pequim (outrora inimigos) – possível após o fechamento do *Liandong* e a prisão de seus líderes. Em 19/03, foi criada a Conferência dos Camponeses da região de Pequim e, em 22/03, a Conferência dos Empregados e Operários de Pequim. Nesta mesma época, surgiu o Congresso de Guardas

Vermelhos dos Liceus de Pequim (que seguiram a recomendação de voltar às aulas). Mas seria uma aliança breve e forçada – no ano seguinte, a Universidade de Tsingua, berço do terceiro quartel-general dos Guardas Vermelhos, envolveu-se novamente em violentos conflitos entre facções, com o ultra-esquerdista Kuai Ta-fu e seu grupo formando comandos armados que atacaram com granadas e lanças seus rivais, matando muitos (e, deste modo, receberiam também a equipe operária lá enviada em julho de 1968).

Daubier chama a fase que vai de abril a setembro de 1967 como “o grande tumulto”. Ela iniciou-se com o ataque indireto ao presidente Liu Shaoqui, pela primeira vez, na imprensa oficial: Tsi Pen-yu escreveu o artigo “Patriotismo e derrotismo”, em que criticou com detalhes o presidente (sem nominá-lo, o que só seria feito no final de 1968, após o afastamento de Liu pelo Comitê Central). O artigo baseava-se no fato de Liu ter supostamente ajudado a difundir, em 1950, um filme sobre a Revolta dos *Boxers*, chamado *História secreta da corte dos Tsing*. O filme exaltava o papel do imperador na época contra a imperatriz e apresentava negativamente os *Boxers*, que Tsi considerava como uma justa reação contra o imperialismo. O interessante nisto tudo é que o reinício da crítica a uma alta autoridade se faz indiretamente, através da cultura (se em 1965, por uma ópera, agora por um filme). Em Pequim, recomeçaram as críticas mais vorazes nos jornais não oficiais e nos *daqibaos*. Manifestações diárias faziam ecoar “Abaixo Liu-Deng-Tao”. Reaparecem as caricaturas e muitos cartazes atacando a mulher do presidente, com fotos de sua viagem à Indonésia com vestido tradicional chinês justo e aberto dos lados, bebendo champanhe e dançando com Sukarno, o presidente da Indonésia (os Guardas Vermelhos possuíam um forte moralismo, usado aqui de modo claramente desonesto). O filme documentando o passio da mulher de Liu e a *História secreta da corte dos Tsing* foram projetados muitas vezes. Manifestações análogas aconteceram em Xangai, Nanquim, Cahsi, Chantung etc. Em 10 de abril, 200 mil pessoas se concentraram na Universidade de Tsinghua, fazendo críticas a Wang Kuang-mei (mulher do presidente) que estava presente, junto ao ex-ministro da indústria Puo Yi-puo – a reportagem filmada e fotográfica deste encontro seria muito difundida.

Apesar da tentativa de se fazer avançar na Grande Aliança, com a criação do Comitê Revolucionário de Pequim em 20 de abril, em maio e junho o conflito entre frações adentrou o próprio GRC, entre os esquerdistas de mais moderação liderados pelo primeiro-ministro Chu En-lai (que seria depois a fração “escolhida” por Mao) e os ultra-esquerdistas. Os ultra-

esquerdistas eram representados por 4 membros do GRC (Wang Li, Kuang Feng, Tsi Pen-yu e Lin Kie), que possuíam grande celebridade nos meios estudantis e em vários grupos “rebeldes” em 1967, inclusive por serem mais jovens que a média dos demais dirigentes. Eles rejeitavam a política moderada e flexível em relação aos quadros, proposta pelo primeiro-ministro, e organizações sob sua influência passaram a atacar os quadros em universidades e fábricas, defendendo estes quadros outras organizações de massa, recriando os conflitos que pareciam ter diminuído. Chu En-lai era um dos alvos principais das críticas dos “ultra-esquerdistas”, indiretamente atacado nas pessoas dos ministros Chen Yi (ministro dos Negócios Estrangeiros) e Tan Chen-lin (ministro da Agricultura). Em 15 de maio, “rebeldes” ocuparam o Ministério dos Negócios Estrangeiros em Pequim. Nestes dias, grupos com diferentes orientações enfrentaram-se violentamente em Pequim, armados de capacetes, barras de ferro e matracas, brigando nos locais de trabalho e nas ruas. O Exército, que defendia mais moderação, também foi alvo de ataques dos ultra-esquerdistas – seria um erro político que levaria os ultra à desgraça política.

A situação complicava-se em Pequim e o próprio Chu En-lai seria atacado diretamente pelos ultras, que também promoveram uma nova ocupação do ministério dos Negócios Estrangeiros no começo de agosto, além de promoverem uma série de violências contra representações diplomáticas (assaltaram o consulado soviético e queimaram um carro diplomático, em 17 de agosto; jovens chineses agrediram um diplomata mongol numa rua de Pequim em 9 de agosto; atacaram a Legação britânica em 22 de agosto, após uma manifestação em Hong Kong, com o incêndio de edifícios e moléstias ao delegado britânico – policiais e soldados que tentavam evitar o assalto foram atacados e os reforços do Exército chegaram tarde demais). Vários defensores de represálias ao presidente Liu Shaoqui iniciaram uma greve de fome diante do antigo palácio imperial, sede do Comitê Central. Em 5 de agosto, Liu Shaoqui fez uma autocrítica durante uma reunião de órgãos dirigentes. Alto-falantes fora do edifício permitiram ouvi-la, findando a greve de fome. Mas no dia seguinte, os ultra declararam que a autocrítica fora insuficiente, reiniciando os conflitos. Grupos armados se defrontaram em pleno centro, com um tiroteio no mercado de Xitan.

Questões cindiam os Comitês Revolucionários cada vez mais, cada cisão criando grupos especializados de choque para destruir alto-falantes e cartazes dos adversários ou para raptar chefes e quadros defendidos pelos adversários. Novamente, cartazes em Pequim e

fotografias mostram pessoas feridas e locais destruídos. Aumentava a violência e o número de mortos, cujos retratos emoldurados em negro foram expostos, com acusações e ameaças de vingança. Acusados de homicídio tinham suas fotografias expostas com pedidos para que as massas prendessem-nos.

No início de setembro, Mao saiu de uma nova fase de silêncio e proclamou-se favorável a Chu En-lai. Sua autoridade fez com que terminassem as campanhas contra o primeiro-ministro e seus ministros, assim como contra o Exército. Lin, Wnag e Kuang foram expulsos do GRC, enquanto Tsi Pen-yu foi relegado a um papel menor a partir de então. Vasta campanha pela imprensa oficial e cartazes denunciaram os excessos dos ultra-esquerdistas e, suprema ironia, acusaram-nos de, no fundo, serem “direitistas”. Mais tarde, iriam “descobrir” que eles formariam o clandestino Corpo do Exército do 16 de Maio, com a abreviatura 5-16, outra fabulosa criação de Mao (inspirado em grupúsculo de curta vida de Guardas Vermelhos de Pequim), usada para uma feroz perseguição política. Por enquanto, em setembro, Mao buscou desmobilizar as massas, inundando-as de novos temas: a aliança entre as organizações de massa, a criação de Comitês Revolucionários da Tripla União em todos os níveis do aparelho administrativo e a readmissão de muitos quadros após sua autocrítica. Retomou-se a crítica ao presidente Liu Shaoqui, enquanto o primeiro-ministro aparecia em cartazes coloridos ao lado de Mao, Lin Piao, Tchen Po-ta, Jiang Qing e Kang Cheng – era o “Quartel General Proletário”.

Postumamente, Mao e seu “Quartel-General” descobririam que as ações ultra-radicais em 1967 nada mais eram do que táticas direitoistas para desestabilizar o “Grande Timoneiro”. A própria testemunha francesa, Daubier, que tanto se contorceu para elogiar as diferentes ações de Mao, parece confusa diante dos rumos finais da Revolução Cultural. Longe da China, agora, pouco pode dizer sobre a violenta repressão do Exército aos Guardas Vermelhos que insistiam em se amotinar, mas parece desconfiado das novas interpretações oficiais sobre as ações dos ultra, desgostando até mesmo membros do Quartel-general Proletário (Tchen Po-ta e Lin Piao). Daubier também não se sente muito à vontade diante do fato dos ultra-esquerdistas terem recebido tratamento muito mais contundente que os “direitistas” seguidores do presidente Liu Shaoqui.

Se as violências dos anos de 1966 e 1967 caracterizam-se pelo fato de se dirigirem contra intelectuais e quadros políticos, do segundo semestre de 1967 ao primeiro semestre de

1968 abundam os confrontos entre frações dos Guardas Vermelhos. A etapa seguinte, ainda em 1968, seria o da brutal retomada do controle social através da ação do Exército. O IX Congresso do Partido Comunista, realizado em 1969, começa a fase de institucionalização (fracassada) da Revolução Cultural, mas, principalmente, das lutas palacianas que se estenderiam até a morte de Mao Zedong e a desgraça do Bando dos Quatro, em 1976.<sup>56</sup>

1968 seria, portanto, o ano da repressão contra os “rebeldes”, repressão completada nos anos seguintes com a eliminação dos “ultra-esquerdistas” do Partido Comunista. Mao estava num dilema: caos de esquerda ou ordem de direita? Todos estavam à espera da última ordem de Mao. Todos consideravam-se seguidores incondicionais de Mao, apesar de matarem-se mutuamente. Mas reinava a confusão sobre as intenções do Centro, principalmente após os Comitês do Partido terem sido todos postos em causa. O Centro do poder, por sua vez, estava hesitante, enquanto as lutas entre facções assumiam o tom de um confronto entre os que estão no poder contra os que queriam estar lá, ou seja, confrontos entre interesses individuais e de pequenos grupos.<sup>57</sup>

No início de 1968, finalmente, recomeçaram as aulas nas universidades, esboçando-se algumas transformações no ensino, pelo menos de acordo com a propaganda oficial. Mas os conflitos não pararam. Na Universidade de Pequim, houveram lutas entre facções estudantis em torno do ministro da Segurança, Sie Fu-tche – estudantes em março afixaram cartazes contra Sie, tendo à frente um dos membros do Comitê Revolucionário de Pequim, a célebre Nieh Yuan-tseu. Enquanto a organização denominada *Tsingkiangchan* criticava Sie, apoiada por organizações da Escola Normal, do Instituto de Geologia e da Universidade Popular, outros grupos mobilizaram-se para defender Sie. Realizaram, ambos os grupos, desfiles durante o mês de março em Pequim, negando-se reciprocamente. Mao parecia voltar à indecisão e ambigüidade. Os grupos na Universidade de Pequim dividiam-se entre facção “terrestre” (com base nos Guardas Vermelhos do Instituto de Geologia) e facção “celeste” (com base nos Guardas Vermelhos do Instituto de Aeronáutica). As polêmicas renascentes produziram conflitos e lutas físicas: no bairro universitário de Pequim, na parte oeste, ocorreram verdadeiras batalhas campais, com grupos entrincheirando-se em edifícios, tentando lançar ataques a edifícios tomados pelo grupo rival. Alto-falantes de ambos os lados lançavam provocações. Sentinelas observavam dos terraços os movimentos dos adversários. Após

<sup>56</sup> Cit. in. Jean-Louis Margolin. “China: uma longa marcha na noite”, *op. cit.*

períodos de calmaria, logo reacendiam-se os conflitos, que usavam principalmente tijolos, mas também fisgas e telhas – logo, não restaria na Universidade de Pequim um único vidro inteiro nas janelas. Mas, em junho, começaram a ser usadas armas brancas e o que era pitoresco ficou mais violento, com a morte de alguns estudantes.

De março a junho, ocorreram lutas que pareciam não apontar solução viável, um xadrez confuso de grupúsculos e seitas. Além de Pequim, também Kuangtung teve desordens deste tipo. Em certas universidades evocava-se a teoria do “policentrismo”, incentivando-se a existência de grupos em conflito no seio da Revolução Cultural, o que podia ser positivo. Uma facção estudantil chegou a interromper uma linha que carregava suprimentos chineses ao Vietnã – em oposição à própria política de Mao e até reverberando protestos juvenis mundiais contra a Guerra na Indochina. Diante disto, Mao saiu da nova indecisão e convocou trabalhadores para as equipes de controle operário, em junho de 1968, enviados para universidades e serviços administrativos diversos.<sup>58</sup>

O lance mais dramático desta nova agitação estudantil se daria na Universidade de Tsingua, em Pequim, vizinha da Universidade de Pequim. O movimento estudantil havia aí se descontrolado totalmente, e facções rivais usaram até mesmo canhões, tanques e granadas. Em julho de 1968, milhares de operários marcharam ao *campus* pedindo o fim da violência. Eram as equipes de controle operário, constituídas com operários selecionados, uma verdadeira “vanguarda” que, nas escolas, deveriam desarmar as facções, conduzir inquéritos para descobrir quem eram os verdadeiros conservadores, resolver a questão dos quadros e transformar a pedagogia. Mas os estudantes, principalmente os da facção de Kuai Ta-fu, responderam com granadas, pistolas e facas, matando 5 operários, ferindo 731 e capturando 143. Durante vários dias, 30 mil operários cercaram o *campus* tentando convencer estudantes a entregarem as armas (algumas estimativas falam em mais de 100 mil operários).<sup>59</sup> Foi necessária a intervenção pessoal de Mao Zedong para por fim à barricada de estudantes. No fim de julho, Mao convocou cinco dirigentes estudantis, representantes dos principais grupos dos Guardas Vermelhos da capital chinesa, entre eles Kuai Ta-fu e Nieh Yan-tseu, criticando seu ultra-esquerdismo e sectarismo e, segundo testemunhas, entre lágrimas declarou que eles o tinham feito perder.

<sup>57</sup> *Cit. in. Ibid.*

<sup>58</sup> Jean Daubier *op. cit.*

<sup>59</sup> George Katsiaficas. *The Imagination on the New Left. A global analysis of 1968*, Boston: South End Press, 1987.

Em março de 1968, assim como em 1966, as agitações estudantis recomeçavam no interior das universidades e escolas. Mas, agora, o alvo era menos os professores e mais uma facção estudantil rival. Das táticas de “luta política” se passou para uma verdadeira guerra entre grupos fortemente armados que, desta forma, também iriam resistir às equipes de controle operário. E, diferente de 1966, a partir de julho de 1968 Mao Zedong e o centro decisório do partido decidiram-se postar-se contra os Guardas Vermelhos. Um artigo no mesmo mês de julho, de Yao Wn-yuan, com título “A classe operária deve dirigir tudo”, afirma que os “intelectuais” estavam atrasados na Revolução Cultural, denunciando que nas escolas

“algumas pessoas tornaram-se de novo ativas, incitando uma parte das massas a lutar contra a outra parte, procurando travar a Grande Revolução Cultural, impedir a realização da tarefa de luta-crítica e a Tripla União revolucionária, assim com a eliminação dos inimigos de classe e a consolidação das organizações do Partido... As contradições com que os intelectuais perdem tanto tempo sem chegarem a resultados serão imediatamente resolvidas logo que cheguem os operários... Assim, poderá mudar tudo o que é doentio nos locais onde pululam intelectuais; tanto o estilo de trabalho como as idéias”.<sup>60</sup>

Mao e seus aliados, após a apologia dos estudantes, transformam-nos agora em “pequenos burgueses” e atiram neles descargas de antiintelectualismo, inclusive cultivando o antagonismo entre operários e estudantes. A tendência antiintelectualista da Revolução Cultural, tantas vezes empunhada pelos próprios estudantes, volta-se contra eles – a contradição de uma Revolução de caráter antiintelectual dirigida por futuros intelectuais se resolve, e os estudantes de protagonistas tornam-se também vítimas das campanhas de massa. Os estudantes que foram estimulados a agitar os operários e até “educar” as massas, subitamente, pela perda da utilidade ou por avançarem demais, são transformados em elementos a serem reeducados politicamente pelos verdadeiros “guias” da Revolução Cultural, as classes trabalhadoras.

No final de 1968, os projetos estudantis chegaram a mencionar a necessidade de “suprimir os estudantes enquanto fração de uma camada social diferenciada”<sup>61</sup> – a categoria essencial para a Revolução Cultural terminaria não apenas sendo considerada deseducada politicamente, mas indesejada socialmente. Se não se previa nos projetos nenhuma eliminação física (mas sim em fazer os operários e camponeses freqüentarem as universidades, gestão por

<sup>60</sup> *Cit. in. Jean Daubier op. cit.*, Vol. 2, p. 130.



equipes de controle operário etc.), as ações do Exército contra os antigos Guardas Vermelhos levariam muito a sério a ameaça de supressão.

A repressão aos Guardas Vermelhos se dava ao mesmo tempo que o presidente da República, Liu Shaoqui, era desgraçado politicamente. A Sessão Plenária do Comitê Central comunicou em 31/10/68 que Liu Shaoqui era “um renegado e um traidor da classe operária”.<sup>62</sup> Pela primeira vez, um documento oficial apontava tais acusações contra Liu, anunciando sua exclusão do partido e das funções que exercia, assim como seus colaboradores.

O EPL, a mando de Mao, interveio em Pequim em 22/7/1968, sem precisar então disparar um único tiro. As facções estudantis foram dissolvidas em setembro de 1968. Mas, no segundo semestre de 1968, milhões de Guardas Vermelhos (5,5 milhões até 1970) seriam enviados para “estudos” nos campos. De 12 a 20 milhões seriam ruralizados à força até a morte de Mao, 1 milhão deles só de Xangai (18% do total de habitantes da cidade). 3 milhões de quadros, antes suspensos, seriam colocados nas Escolas 7 de Maio (centros de reabilitação). Mas também ocorrem massacres, em alguns *campi* universitários, no momento em que equipes de controle operário invadiram-nos, e em algumas cidades no Sul. A cidade de Wozhou seria atacada com artilharia pesada e *napalm*. Na já citada Guillin, soldados e milícias camponesas realizaram execuções em massa. Campanhas de massas atingiram os eternos bodes expiatórios, os “negros” e antigos membros do *Kuomintang*, principalmente em cidades do Sul, com centenas de milhares de mortos. Em 1968, o Estado chinês recuperou o monopólio da violência legítima, numa ação em que soldados e milícias foram ainda mais violentos que os Guardas Vermelhos. Realizaram-se muitas execuções públicas e o retorno às formas policiais anteriores à Revolução Cultural.

Relatavam-se pela propaganda oficial fantasmagóricas conspirações de setores dos Guardas Vermelhos, resultando em prisões em massa e o mal explicado atentado contra Lin Biao em 1971. Os expurgos atingiram pessoas que estariam reorganizando o Partido do Povo da Mongólia Interior, incorporado ao Partido Comunista Chinês em 1949 (entre fevereiro e maio de 1968, 346 mil foram perseguidos, 3/4 deles mongóis, ilustrando o chauvinismo da operação; 16 mil foram mortos e 87 mil tornaram-se deficientes com as torturas). 14 mil “contra-revolucionários” foram executados na província de Yunan. Mas a já citada conspiração do Regimento de 16 de Maio foi a mais propagandeada. Esta suposta conspiração foi recriada

---

<sup>61</sup> *Ibid.*, p. 131.

pelo Centro dirigente como uma gigantesca rede de “bandidos negros contra-revolucionários”. A campanha repressiva lançada em 1968 só terminaria em 1976, sem conclusão ou processo. Ocorreram comícios de luta, confissões e torturas em todo o país: 600 dos 2 mil funcionários do Ministério da Relações Exteriores foram perseguidos; a Guarda Pessoal de Mao (unidade 8341) adentrou na Universidade de Pequim, descobriu 178 “inimigos” e matou 10 deles; também foram acusados operários como “espiões”; e 13 campeões de pingue-pongue e uma famosa atriz suicidaram-se.

### **Revolução Cultural e a onda mundial de revoltas**

A mobilização juvenil chinesa durante a Revolução Cultural faz parte da onda mundial de revoltas dos anos 1960. Possui características e dinâmicas que lembram outras revoltas juvenis, principalmente as estudantis: idade e condição “estudantil” dos protagonistas, insatisfações quanto ao cotidiano escolar, início das agitações dentro das escolas, propostas de “reforma” educacional com a presença das contradições entre tecnicismo, tradicionalismo e função sócio-política da educação, formação de organizações paralelas às oficiais, a suspensão das aulas para a realização de eventos políticos guiados pelos próprios estudantes (no caso da China, com incentivo de Mao, em outros casos, através de greves e ocupações das unidades escolares por decisão dos próprios estudantes), passagem das mobilizações por temas educacionais para temas sócio-políticos, confrontos contra instituições sedimentadas da política e de gerenciamento do cotidiano, renovação das letras e artes em conjunto com o ativismo político (principalmente a arte gráfica, semelhante à França em 1968, e a imprensa alternativa, como no Leste Europeu), intervenção na esfera dos costumes e da cultura (ainda que com um antiintelectualismo e moralismo mais forte que os de outros movimentos), a idéia e a prática (pregada pelo próprio Mao) de que os estudantes deveriam agitar as classes trabalhadoras (tendo sucesso principalmente com os operários mais jovens e em condições mais precárias, assim como aconteceria na França e Itália), a divisão do movimento social em inúmeras facções em que as fronteiras e as diferenças ideológicas nem sempre eram claras (mas na China, os conflitos entre elas assumiram uma radicalidade que não se viu em nenhum outro lugar) e a violenta repressão por parte do Estado em 1968 (lembrando o que ocorreria também no México).

---

<sup>62</sup> Cit. *ibid.*, p. 134.

Mas as características que afastam a Revolução Cultural das demais revoltas juvenis também são fortes. Muitos analistas apontam como uma grande diferença o fato dos Guardas Vermelhos serem mais novos que os demais protagonistas de revoltas juvenis nos anos 1960. Não era incomum encontrar adolescentes até com menos de 13 anos participando da Revolução Cultural. Apesar de ter se iniciado nas universidades, praticamente todas as escolas secundaristas e profissionalizantes se envolveram no movimento chinês, sendo o número de estudantes secundaristas, é claro, bem maior que os de universitários. Isto explica o caráter mais “adolescente” que “juvenil” da Revolução Cultural.

A Revolução Cultural teve, diferente de outras revoltas juvenis no Primeiro e Terceiro Mundo, mas não tão distante do que ocorreu no Leste Europeu, um ícone supremo, que era mesmo o principal dirigente do país, Mao Zedong. Na Polônia, Iugoslávia e Checoslováquia, adotaram-se comunistas antigos e progressistas menos como totens para um culto fanático, e mais como símbolos a legitimar as revoltas – mesmo quando este símbolo era o principal líder do país, como o reformista Dubcek e o retrato de Tito quando jovem. Já os Guardas Vermelhos da China acreditavam ser os melhores seguidores de Mao, se achavam seus agentes oficiais para um processo de criação do “comunismo”, inclusive aqueles que, na verdade, protegiam autoridades sob a ameaça dos expurgos. Mais próximo das características da onda mundial de revoltas dos anos 1960, principalmente dos movimentos estudantis no Leste Europeu, seria a revolta estudantil chinesa de 1989. E, entre 1966 e 1968, os Guardas Vermelhos mais renovavam que superavam os antigos métodos de administração e política (“campanhas de massa”, sessões de autocrítica, terrorismo, prisões etc.), acreditando-se purificadores do regime comunista e não um movimento para “democratizar” o socialismo (como no Leste Europeu). Já os estudantes chineses em 1989, partindo das mesmas bases originais da Revolução Cultural, as universidades de Pequim, retomaram os temas dos dissidentes chineses que, assim como os dissidentes do Bloco Soviético, exigiam a “democratização” social e política. Em certo sentido, 1989 seria para a China o seu verdadeiro “1968 juvenil”, enquanto movimento social. O Massacre da Praça da Paz Celestial, em 1989, não apenas lembrava a repressão do EPL contra os Guardas Vermelhos, mas também evocava a tragédia de Tlatelolco, no México, ambos em 1968.

Outras diferenças entre a Revolução Cultural Chinesa e os demais movimentos juvenis nos anos 1960 também são importantes. Notamos que a Revolução Cultural teve, como

características presentes mais aí que em outras revoltas, violências desmesuradas, forte intolerância, práticas terroristas, tendências à dissolução social junto a um tremendo autoritarismo. Características que aproximam-na mais dos grupos armados e terroristas que dos movimentos de massa juvenis dos anos 1960. Os Guardas Vermelhos juntaram mesmo ações de massa e terrorismo, sendo uma espécie de movimento terrorista de massas, uma “Guerra Popular Prolongada” exercida nas cidades, misturando luta de classes com racismo de bases sociais e conflito de gerações, misturando anarquia organizacional com manipulação por altos dirigentes do Partido Comunista. Porém, a perspectiva autoritária não esteve ausente dos momentos de maior contradição de algumas revoltas estudantis fora da China, inclusive pela própria influência extremista da Revolução Cultural, principalmente quando vários grupos estudantis aproximaram-se mais da retórica e da prática da luta armada.

Independente do fato da Revolução Cultural ser ou não uma revolta juvenil de natureza semelhante aos demais movimentos dos anos 1960, o fato é que apenas por sua influência ideológica ela já fez parte, ao menos, do imaginário da onda mundial de revoltas. Ela se tornou um dos eventos mais comentados pelos jovens novo esquerdistas nesta época em todo o mundo.

O filme *A chinesa* de Jean-Luc Godard, de 1967, ilustra a visão do polêmico diretor francês sobre a influência do maoísmo e da Revolução Cultural no mundo “ocidental”. Neste filme, um grupo de jovens universitários franceses, em férias, resolve estudar o maoísmo fechados num apartamento. Passam o filme, basicamente, citando de modo dogmático trechos do “livrinho vermelho” de Mao Zedong. Ao final, depois de uma fracassada tentativa de ação terrorista, voltam normalmente às aulas. A severidade de Godard ilustra muito dos descaminhos dogmáticos e extremistas tomados por jovens esquerdistas, fora da Ásia comunista, a partir da inspiração de socialismos heterodoxos e terceiro mundistas como o maoísmo.

É claro que, como vimos, a história da Revolução Cultural Chinesa se diferencia bastante das versões que foram veiculadas no mundo ocidental e que serviram de base para uma renovação e ampliação dos grupos maoístas fora da China. Nelas se idealizaram os Guardas Vermelhos, se abstraíram as inacreditáveis contradições dos movimentos sociais e pouco ou nada se falou sobre a repressão do Exército aos revolucionários de outrora. Enquanto as revoltas estudantis no Leste Europeu foram estruturalmente, enquanto

movimentos sociais, muito mais próximos dos outros movimentos da onda mundial dos anos 1960, ao mesmo tempo que exerceram (infelizmente, ao meu ver) pequena influência “ideológica”, o contrário se deu com os Guardas Vermelhos chineses. Seu movimento social é ímpar na onda mundial dos anos 1960. Mas nenhum movimento juvenil, isolado, exerceu mais influência e fascínio do que a Revolução Cultural nos demais movimentos juvenis.

Desde o cisma definitivo entre China e União Soviética, no início dos anos 1960, foram formados partidos, cisões ou organizações “pró-Pequim”. Muitos partidos comunistas, inclusive no Leste Europeu, sofreram a primeira de uma série de importantes cisões durante os anos 1960, dividindo-se em favoráveis a Moscou e favoráveis a Pequim.

No final dos anos 1960, haveria uma nova onda de conversão ao maoísmo, talvez mais bem sucedida que a primeira onda de cisões pró-Pequim no movimento comunista internacional. Esta nova onda era inspirada pela Revolução Cultural, cujo maoísmo apregoado era ainda mais anti-burocrático e “anti-revisionista” (portanto, mais crítico ainda ao comunismo soviético). Também, era ainda mais ativista e espontaneísta, incitando com mais veemência a livre formação de organizações e, conseqüentemente, a fragmentação dos grupos daqueles que simpatizam com o maoísmo. As imagens idealizadas da Revolução Cultural, transmitidas pela propaganda chinesa ou pela interpretação purificadora dos simpatizantes ocidentais, ajudaram no fato de muitos jovens e estudantes terem sido atraídos pelo maoísmo, enquanto que a primeira onda de cisões atraiu preferencialmente antigos militantes dos partidos comunistas tradicionais. Se nem todos aderiram aos grupos “marxistas-leninistas”, muitos deixaram-se seduzir por suas palavras de ordem, vários vestiram uniformes dos Guardas Vermelhos (comprados em butikues) e todos, mesmo os que discordavam, discutiram o maoísmo. Mao Zedong tomava-se, definitivamente, um dos ícones da onda mundial de revoltas juvenis.

Uma das histórias mais incríveis que ilustram a influência do maoísmo nos movimentos estudantis fora da China, é o da Ação Popular (AP), originalmente uma organização que defendia um “socialismo humanista”, formado a partir da esquerda cristã brasileira. Ela sofreria uma impressionante metamorfose a partir de 1964, quando as estratégias populistas e desenvolvimentistas (muito presentes na AP) se viram logradas pelo Golpe Militar. Como tantos outros estudantes e grupos esquerdistas, a AP deixou-se atrair pelos novos socialismos heterodoxos. Se a maioria, no Brasil, tomava mais Cuba e o foquismo como exemplos, a AP,

uma das principais organizações de esquerda atuantes nos meios estudantis, foi atraída ao maoísmo. A AP acreditava na necessidade de radicalizar mais sua atuação nos movimentos de massa, o que faria principalmente no meio estudantil, pois a AP era o principal grupo que controlava então a União Nacional dos Estudantes (UNE). Ao choque de sua base teórica advinda do esquerdismo cristão com sua atração fatal pela luta armada, a AP procurava novos rumos ideológicos. Após flertar com o nacionalismo armado e com o foquismo, inclusive com atentados terroristas em Recife, entre 1964 e 1965, a AP aproximou-se enfim do maoísmo.

O maoísmo se imporia principalmente a partir de 1967 na AP, enquanto realizava treinamentos político-militares com seus militantes e radicava famílias camponesas, quadros e armas em locais considerados estratégicos no Nordeste e Paraná, preparando uma futura “Guerra Popular Prolongada”. Para Gorender, a passagem do socialismo cristão para o maoísmo foi possível porque, na verdade, a organização e os militantes trocavam uma “fô” por outra, mantendo o mesmo sentimento de abnegação e espírito de sacrifício. Uma amostra disto seria o encaminhamento dos militantes da AP para a integração na produção, sob influência também da Revolução Cultural Chinesa e da idéia de eliminar a distância entre trabalho intelectual e manual. Entre 1967 e 1971, a AP encaminhava todos os seus membros de origem “pequeno-burguesa” para trabalharem como simples operários em fábricas, obrigatoriamente. Para militantes que eram estudantes ou vinham de meios intelectuais, que formaram a maior parte da AP em suas origens, a experiência foi muitas vezes traumática. Betinho conta que sofreu um choque diante da conversão da AP ao maoísmo, mas realizou sua adaptação nos moldes de um sacrifício religioso. Segundo ele, a conversão da AP ao maoísmo começou com o retorno do primeiro grupo enviado à China “e que se submetera não propriamente a um curso, mas a um enlouquecimento ideológico”.<sup>63</sup> Mas o mais traumático fora mesmo a forçada “proletarização” que ele e os antigos estudantes católicos de esquerda foram submetidos:

“Quando eu volto, depois de uma crise geral da direção, a organização está todinha de olhinho apertado, só encontro Mao Zedong, Chu en’Lai, Lin Piao, e todo o mundo se trata de camarada. Começa uma fase terrível, e eu, dada a minha vocação cristã de sofrer no martírio, vou assumir tudo isso, aceito agora em nome da proletarização. Dizem-me que sou um pequeno burguês, que nunca deixei de ser. Então, porque sou um pequeno burguês, tenho de passar por um processo de proletarização, o que significa purgar todas as vestes de pequeno

burguês e tornar-me um operário. Se eu cumprisse isso teria condições de ser um militante revolucionário, um verdadeiro marxista-leninista-maoísta, pronto para me reincorporar na nova organização, no novo partido do operariado que tinha surgido no Brasil. Devia ter chegado para os companheiros e dito: ‘Vocês estão todos loucos, então até logo, vou conversar com gente mais normal’. Mas não consegui fazer isso e fiquei louco, com os loucos”.<sup>64</sup>

Em 1971, a AP proclamou-se um partido com o nome de Ação Popular Marxista Leninista (AP-ML) e propôs no seu Programa juntar esforços com o PC do B (o Partido Comunista do Brasil, a cisão maoísta oficialmente reconhecido por Pequim) e outras facções maoístas para a formação, no futuro, de um único partido. A Ação Popular Marxista-Leninista, afirmaria o seguinte no seu programa básico em março de 1971, numa inacreditável ode ao guia e à doutrina, algo que nem os sonhos mais tresloucados poderiam ter previsto quando a AP surgiu em 1962:

“O camarada Mao Zedong é o líder inconstestável do proletariado do mundo inteiro, é o dirigente mais provado e experiente do movimento comunista internacional dos nossos dias... Ao dirigir lutas de tão grande alcance e complexidade, o camarada Mao Zedong integrou a verdade universal do marxismo-leninismo com a prática concreta da revolução em nosso tempo, herdando, defendendo e desenvolvendo o marxismo-leninismo em todos os domínios e, de maneira genial e criadora, elevando-o a uma etapa completamente nova”.<sup>65</sup>

Em janeiro de 1973 ocorreu oficialmente a dissolução da AP-ML no PC do B, apesar de terem havido oposições, expulsões e alguns tentarem recriar a AP-ML. Na verdade, antes e depois de sua dissolução no PC do B, a AP já havia gerado grupos dissidentes. O primeiro foi o Partido Revolucionário Trabalhista (PRT), com tendência mais cubana e que durou de 1968 a 1973. Outro foi a Ação Popular Socialista, de 1973 a 1974.<sup>66</sup>

O maoísmo e a Revolução Cultural Chinesa foram uma importante influência na decisão, tomada por vários militantes das novas esquerdas e dos movimentos juvenis, de recorrerem mais sistematicamente à violência. Para muitos, o terror, a luta armada e a tomada do poder político tornavam-se novamente os meios e o objetivo da onda mundial de revoltas. Algo que versões mais radicais do terceiro mundismo e da luta pela descolonização já haviam

<sup>63</sup> Cit. in. Márcio Moreira Alves. 68 mudou o mundo. A explosão dos sonhos libertários e a guinada conservadora num ano que valeu por décadas, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 19993, p. 40.

<sup>64</sup> Cit. in. *ibid.*, p. 40-41.

<sup>65</sup> Cit. in. *ibid.*, p. 37.

<sup>66</sup> *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 10/6/1998, p. A8.

indicado, nestes mesmos anos. A influência dos socialismos terceiro mundistas reforçaram muitas contradições nos movimentos dos novos rebeldes, fazendo muitos oscilarem do pacifismo à pregação do terror, da tolerância ao extremismo, do multi-culturalismo à recusa da diversidade cultural (quase tudo era “pequeno burguês”), da concepção de que as sociedades deviam transformar-se em suas bases socioculturais ao objetivo da tomada do poder político, da valorização de novos e criativos meios para se fazer política à *realpolitik*.

Não se pode idealizar os movimentos juvenis, nem considerar que eles foram “pervertidos” no meio do caminho. Na verdade, nos anos 1960, todos eles estiveram em sua grande parte entre os extremos apontados acima, sempre oscilando muito e recompondo a cada momento suas posições. E foi isto, realmente, o que tornou ainda mais ricas as revoltas juvenis, fazendo-as ser imprevisíveis e de constante mutação. Mas, no final dos anos 1960, os diferentes componentes da onda mundial foram se dispersando. Separados, enfraqueceram-se mutuamente e mergulharam em seus limites.

Principalmente para a América Latina, como exemplo e teoria, fornecendo ícones e temas para todo o mundo, a Revolução Cubana e o foquismo encarnado em Che Guevara seriam uma outra modalidade do socialismo terceiro mundista, provavelmente mais influente ainda que o maoísmo enquanto *praxis* revolucionária nos anos 1960.

### **Revolução Cubana e Foquismo**

A juvenildade da Revolução Cubana emanava sinais atraentes a outros jovens mundo afora, principalmente os da América Latina, provocando situações como a passada com dois futuros líderes do 1968 brasileiro, Luís Travassos e José Dirceu. A história é contada pelo segundo. Em 1965 ou 66, Travassos teria perguntado: “Dirceu, vamos para Cuba?”. Seguiu-se este diálogo:

– Vamos, isso aqui está uma droga. Insuportável. Mas, viajar como?

– A gente pega um ônibus, sai do Brasil pedindo ajuda, consegue dinheiro com os estudantes”

– Vamos conhecer o Che Guevara!”<sup>67</sup>

Os dois acabariam indo conhecer Cuba em 1969, numa situação que não haviam imaginado nesta conversa. Trocados por um embaixador seqüestrado por guerrilheiros urbanos, seriam expulsos do país e colocados num avião rumo à terra de Fidel Castro. Este



relato e a conclusão nos levam a refletir sobre um dos vários rumos que tomaram os movimentos estudantis nos anos 1960. Atraídos por um socialismo heterodoxo e terceiro mundista, militantes dos movimentos estudantis realizaram passeatas, comícios, manifestações, greves estudantis, ocupações de faculdades e cursos alternativos, enquanto seus discursos, esperanças e projetos cada vez mais referiam-se à tomada do poder pelo povo via armas ou insurreição. No Brasil, assim como em outros países da América Latina, França, Alemanha, Japão etc., parecia crescer a contradição entre as ações desarmadas de massas estudantis (muitas vezes, em conjunto com setores populares urbanos) e a retórica da violência. Vários iriam resolver a contradição aderindo a grupos que propunham a luta armada ou formando seu próprio grupo. Os anos de 1968 e 1969 observaram em muitos locais a passagem da mobilização da massa estudantil para uma retórica da violência armada e, em alguns casos, a formação de grupos armados.

É certo que o foquismo teve sua influência mais forte na América Latina. Mesmo aqui, porém, outras fontes de heterodoxia mixavam-se à linha cubana: maoísmo, trotskismo e dissidências comunistas. Não se pode esquecer também que o principal sistematizador do foquismo foi um jovem francês que acompanhou Che Guevara na sua derradeira luta na Bolívia, Régis Debray. O exemplo cubano trata-se de mais um ingrediente nas heterodoxias socialistas que fomentaram os ideários das novas esquerdas e os movimentos juvenis. É claro que sua dose na América Latina foi maior do que em qualquer outro lugar – aliás, o seu principal ícone era um argentino de nascimento, Ernesto Guevara. Mas em todos os movimentos juvenis, nos anos 1960, aquele misto de heresia socialista e luta terceiro mundista foi um mito ideal para a fermentação sociocultural internacional.

### **A Revolução Cubana**

Em 1817, Jefferson havia declarado: “se nós conquistarmos Cuba, seremos senhores da América”. O herói nacional de Cuba, José Martí, sabia que precisaria lutar tanto contra a dominação espanhola quanto a possível dominação dos Estados Unidos que, aliás, pretendia estender-se por toda a América Latina: “É um dever meu evitar, mediante a independência de Cuba, que os Estados Unidos se estendam pelas Índias Ocidentais e caiam com maior força sobre outras terras da nossa América. Tudo o que fiz até agora e o que faça de agora em diante

---

<sup>67</sup> José Dirceu e Vladimir Palmeira. *Abaixo a ditadura*, Rio de Janeiro: Espaço e Tempo/Garamond, 1998, p. 9.

tem essa finalidade ... Conheço o monstro porque vivi em suas entranhas e minha única arma é a funda de Davi”.<sup>68</sup>

Em nenhum lugar mais do que em Cuba os conflitos entre o imperialismo norte-americano e os povos latino-americanos assumiram tamanha profundidade. Em Cuba, o intervencionismo de Washington se exerceria desde o primeiro momento em que a ilha do açúcar viu-se independente do colonizador espanhol. Mas aí mesmo, muito perto de sua costa, os Estados Unidos teriam que assistir ao surgimento de um governo socialista e a aliança deste país com a superpotência rival. Desde os anos 1960, os rancores recíprocos entre Washington e Havana se tornaram o mais simbólico confronto entre socialismo terceiro mundista e imperialismo, ao lado da Guerra do Vietnã:

“Muito antes que se tornasse claro que a safra e a tentativa de invasão em Girón haviam obrigado a ilha a estabelecer com a União Soviética laços que limitavam sua soberania, Cuba converteu-se no símbolo da conquista final da independência latino-americana. Cuba desafiou os Estados Unidos e resistiu”.<sup>69</sup>

“Nenhuma revolução poderia ter sido mais bem projetada para atrair a esquerda do hemisfério ocidental e dos países desenvolvidos, no fim de uma década de conservadorismo global; ou para dar à estratégia da guerrilha melhor publicidade. A revolução cubana era tudo: romance, heroísmo nas montanhas, ex-líderes estudantis com a desprendida generosidade de sua juventude..., um povo exultante, um paraíso tropical... E o que era mais: podia ser saudada por toda a esquerda revolucionária”.<sup>70</sup>

No início do século XX, tropas dos Estados Unidos desembarcaram em Cuba no momento que a libertação em relação aos espanhóis iria acontecer. A missão “pacificadora” obrigou à nova constituição cubana a incluir a famosa “Emenda Platt”, dando direitos de intervenção político-militar aos Estados Unidos. A maior parte dos governos cubanos seriam fantoches dos Estados Unidos, que controlavam 90% das minas do país, 50% das terras, 67% das exportações e 75% das importações. Em 1933, o ilegítimo governo de Machado seria derrubado por um movimento popular, mas logo o Exército, principalmente através de Fulgêncio Batista, controlou a situação.

<sup>68</sup> Cit. in. Emir Sader. *Cuba, Chile, Nicarágua. Socialismo na América Latina*, São Paulo: Atual, 1992, p. 7.

<sup>69</sup> Jorge G. Castañeda. *Utopia desarmada. Intrigas, dilemas e promessas da esquerda latino-americana*, São Paulo: Cia. das Letras, 1994, p. 163

<sup>70</sup> Eric Hobsbawn, *op. cit.*, p. 427.

Fulgêncio Batista desde pelo menos 1933, com sua interferência política no papel de chefe do Exército, fez e desfez os presidentes cubanos até que, em 1952, num golpe de Estado, interrompeu o processo democrático e cancelou as eleições que seriam realizadas neste ano. Batista passou a governar com apoio alternado de diversos partidos, inclusive o Partido Comunista Cubano (que tinha o nome de Partido Socialista Popular). Entrou em ação o já conhecido Diretório Estudantil Revolucionário, tendo à frente José Antonio Echeverria, que formaria um grupo armado que atacaria o palácio presidencial em março de 1953 – numa insurreição fracassada, com a morte de Echeverria. Logo, também Fidel Castro formaria um grupo armado com estudantes, que tentaria uma insurreição. Seu movimento não era comunista, talvez nem esquerdista, mas sim uma mescla de liberalismo e nacionalismo com forte carga idealista, contra um governo ilegítimo, como tantos outros movimentos revolucionários que já tinham acontecido e iriam se repetir na América Latina: “A revolução abre caminho ao mérito verdadeiro, aos que têm valor e ideal sincero, aos que expõem o peito aberto e levantam a bandeira. A um partido revolucionário deve corresponder uma direção revolucionária, jovem e de origem popular, que salve Cuba”.<sup>71</sup>

Segundo Hobsbawn, Fidel Castro era uma figura característica na política da América Latina, ou seja, “um jovem forte e carismático de boa família proprietária de terras, de política indefinida, mas que estava decidido a demonstrar bravura pessoal e ser um herói de qualquer causa da liberdade contra a tirania, que se apresentasse no momento certo”.<sup>72</sup> Seus *slogans* não eram exatamente originais, como “Vitória ou morte”, “Pátria ou morte” e “Venceremos”. Era uma figura altamente carismática e seus longos discursos seriam ouvidos atentamente por multidões. O grupo em torno de Fidel Castro era de típicos rebeldes latino-americanos dos anos 1950, recorrendo à retórica dos libertadores históricos (Bolívar e José Martí) e à tradição antiimperialista e social-revolucionária da esquerda pós-1917. Não eram comunistas (com duas exceções) e nem propriamente marxistas. O Partido Comunista Cubano não era simpático a Fidel e só tardiamente alguns quadros comunistas juntaram-se à sua campanha.<sup>73</sup>

Após o cancelamento das eleições por Batista, em 1952, o advogado Fidel Castro apresentou ao Tribunal de Justiça de Cuba uma acusação contra o governo. Sem resposta, resolveu ir às vias de fato. Em 26 de julho de 1953, Fidel e seu grupo tentaram um fracassado

<sup>71</sup> Fidel Castro, *cit. in*. Emir Sader. *op. cit.*, p. 9.

<sup>72</sup> Eric Hobsbawn, *op. cit.*, p. 426.

<sup>73</sup> *Ibid.*

assalto ao quartel de Santiago de Cuba, mais importante cidade da região oriental e a mais politizada do país. A maioria dos participantes foi massacrada depois de presa e desarmada. Em 1955, Fidel Castro e seus companheiros sobreviventes seriam anistiados e, a partir do México, organizaram uma nova insurreição, que se iniciaria com um desembarque militar na região oriental de Cuba. Juntara-se ao grupo o médico argentino Che Guevara. No final de 1956, um grupo de 82 pessoas embarcou em um iate comprado com dinheiro de exilados cubanos. Próximo a Santiago de Cuba, grupos de revolucionários esperavam a chegada deles, preparados para atividades que deviam desviar a atenção das tropas de Batista. Mas o desembarque seria desastroso, e apenas doze sobreviveriam (entre eles Fidel, seu irmão Raul e Guevara).

O “Movimento 26 de Julho”, em memória da primeira insurreição em 1953, começou então uma guerra de guerrilhas rural, buscando apoio direto nos camponeses da região oriental de Cuba, principalmente os da Sierra Maestra. As primeiras ações armadas se deram contra unidades menores do Exército, conquistando armas e certa admiração dos camponeses. Seis meses após o desembarque, já puderam atacar um quartel. Ao mesmo tempo, em todo o país, formavam-se grupos urbanos de resistência. Foi tentada uma greve geral em abril de 1958, mas ela seria fracassada e fortemente reprimida por Batista. Batista lançaria um ataque contra os rebeldes da Sierra Maestra, em maio de 1958, mas seria derrotado. Logo, grandes zonas de “territórios livres” estariam nas mãos das guerrilhas.

A fácil vitória militar dos guerrilheiros, com poucos combates importantes, eclipsou o papel dos outros movimentos contrários a Batista. Para alguns analistas, Batista foi derrotado principalmente ao perder o controle de Havana devido ao terrorismo urbano e o embargo de armas pelos norte-americanos. No dia 31 de dezembro de 1958, a convocação de uma nova greve geral em Havana é que teria feito Batista finalmente se decidir pela fuga do país. Para Gorender, o “pequeno motor”, a guerrilha rural de Fidel Castro, na verdade, não acionara o “grande motor” das revoltas populares e urbanas, pois este já estava em movimento. Destacavam-se os estudantes, cujo Diretório Estudantil mantinha mesmo uma segunda guerrilha rural, na Sierra de Escambray, enquanto a Federação de Estudantes Universitários tentaria um espetacular mas fracassado assalto ao palácio presidencial, em 13 de março de 1958.<sup>74</sup> O mérito dos guerrilheiros da Sierra Maestra foi terem percebido a possibilidade de

<sup>74</sup> Jânio de Freitas. “Cuba: ida e volta”, *Folha de S. Paulo*, Caderno Mais, 23/01/2000, pp. 4-15.

derrubar definitivamente o poder de Batista por meio da guerra de guerrilhas rural. Estas observações nos farão perceber melhor que o foquismo, mais que uma teorização póstuma da estratégia vitoriosa na Revolução Cubana, era uma idealização.

Outra idealização que muitos fizeram dos eventos posteriores à derrubada de Batista, foi de que houve uma evolução “natural” ao socialismo em Cuba, motivada por um amadurecimento ideológico e político interno à sociedade cubana e de seus líderes revolucionários após as primeiras medidas de reforma social. É claro que houve fatores endógenos a esta “via cubana” ao socialismo, mas eles não explicam tudo.

Nos primeiros tempos, nem os Estados Unidos pareciam imaginar que a Revolução Cubana geraria um país socialista. Além de não concederem asilo a Batista, parecem apoiar o novo regime. Cuba e o movimento de Fidel foram empurrados na direção do comunismo, dada uma série de condicionantes, como o longo histórico de intervenções e o macarthismo dos Estados Unidos, a ideologia social-revolucionária do movimento de Fidel, certa atração pelo marxismo de alguns guerrilheiros, a Guerra Fria e a necessidade de Fidel Castro encontrar uma organização sólida para governar o país (o que só tornou-se possível com o Partido Comunista, de modo que os dois acabaram convergindo por necessidade). Já em março de 1960, antes do Fidel “descobrir” que Cuba era socialista, os Estados Unidos já tinham decidido que assim o era – depois que Cuba iniciou um amplo programa de reforma agrária e nacionalização das empresas americanas e os Tribunais Revolucionários mandarem executar antigos colaboradores de Batista. Para Washington, isto significava um descaminho esquerdista, uma possível ameaça a seus interesses, e começou a endurecer sua retórica em relação ao regime cubano, rompendo relações diplomáticas com Cuba em janeiro de 1961. O clímax da tensão aconteceu com a CIA organizando a invasão da Baía dos Porcos (autorizada por Kennedy), feita com cubanos exilados treinados em Miami – uma operação desastrosa que permitiu um fulminante contra-ataque das tropas de Castro.

Resultou do episódio da Baía dos Porcos um incremento das relações entre Cuba e União Soviética. Cuba precisava de um apoio político e econômico diante da ameaça norte-americana. A União Soviética via a oportunidade de conquistar um aliado a poucos quilômetros dos Estados Unidos. Em outubro de 1962, aviões de espionagem dos Estados Unidos detectaram a preparação de mísseis nucleares soviéticos em Cuba. Seguiram-se duas semanas de grande tensão, com a ameaça séria por Kennedy de usar inclusive armas nucleares

– Krushev acabaria recuando e fazendo um acordo com Kennedy. Ainda em outubro de 1962, os Estados Unidos iniciaram um bloqueio econômico e naval a Cuba. Os Estados Unidos pressionam e Cuba foi excluída da OEA (Organização dos Estados Americanos).

Segundo Castañeda, três processos iriam se conjugar na Revolução Cubana e nestes eventos do início dos anos 1960: a vitória de um movimento revolucionário que toma o poder e busca profundas reformas sociais e econômicas (como distribuir terras, expropriar recursos naturais, fazer a reforma urbana e realizar políticas de massas de educação e saúde); a proclamação do regime, a partir de 1961, como “marxista-leninista”, com a adesão geopolítica (mas não ideológica) ao Bloco Soviético, indicando os Estados Unidos como seu principal inimigo; a ambição cubana de ampliar a Revolução para toda a América Latina.<sup>75</sup>

A Revolução Cubana iria atrair muitos intelectuais, progressistas, nacionalistas e defensores do terceiro mundismo. No Brasil, um presidente populista mas conservador, Jânio Quadros, condecoraria o próprio Che Guevara, em 1960. Jean-Paul Sartre seria um dos vários intelectuais que cultivaria um novo sub-estilo dos relatos de viagens de ocidentais aos países socialistas, um livro sobre Cuba. O mesmo faria outro importante influenciador da Nova Esquerda norte-americana, C. Wright Mills.<sup>76</sup>

Mas a principal categoria atingida foi a dos jovens estudantes, em número, extensão e diversidade. O rosto do Che, as frases de Castro e as odes à guerrilha idealista se fizeram ouvir em cidades de todos os continentes, de todas as raças, de todos os sistemas sociais e em todas as variantes do novo esquerdismo juvenil. A Revolução Cubana ajudou a efervescer as rebeldias juvenis nos anos 1960. Quando o novo regime cubano decidiu colaborar direta ou indiretamente na instalação de guerrilhas em toda a América Latina, talvez não fosse sua intenção investir no elemento juvenil do esquerdismo latino-americano, mas foi aí que sua proposta mais encontrou acolhida. Se este fenômeno não foi exatamente previsto, no entanto ele encontra uma causa no próprio interior do movimento que derrubou Fulgêncio Batista. A Revolução Cubana também teve um importante componente juvenil

### **Juvenildade da Revolução Cubana**

O primeiro componente da juvenildade da Revolução Cubana é mais ou menos evidente. Apesar da imagem dos revolucionários se impor como a de barbudos armados com

<sup>75</sup> Jorge G. Castañeda. *op. cit.*

fuzis, havia importante presença de militantes juvenis ou oriundos de movimentos estudantis nos grupos de oposição a Batista. Como vimos, o movimento 26 de Março era originalmente um grupo estudantil armado, como outros que já haviam sido formados em Cuba e em outros países da América Latina. Seu líder, Fidel Castro, era um jovem advogado e ex-líder estudantil. Mas o componente juvenil era muito forte também em vários grupos urbanos que atuaram nas manifestações e greves nas cidades de Cuba, e que foram tão ou mais importantes para desestabilizar o regime quanto a guerrilha rural.

Também, existem dois outros importantes elementos que deram juvenilidade à Revolução Cubana: seu profundo idealismo e sua relação experimental com as ideologias. O idealismo dos setores juvenis dos movimentos de oposição em Cuba inspiraram o idealismo típico do estudante latino-americano. A primeira revolta dos jovens é uma revolta moral, a partir de sua indignação com as injustiças sociais, corrupção política, falta de autonomia da nação etc.

“A outra grande força foi o estudante. Junto a este Fidel não usou o apelo econômico e social, mas o ético e o político. Cuba sempre foi um país dos governos ladrões ... A corrupção era a regra”.<sup>77</sup>

“Desde que era preciso uma revolução, as circunstâncias determinaram que a juventude a levasse a efeito. Só a juventude tinha cólera e angústia suficientes para o empreendimento; pureza suficiente para vencer.”<sup>78</sup>

Como veremos, Debray, ao sistematizar o foquismo, praticamente dispensou a formação ideológica socialista prévia aos militantes do “foco” guerrilheiro. Ele acreditava que a construção das crenças marxistas e a descoberta de como implementar o socialismo se daria no decorrer da luta armada. O foco não criaria apenas as condições “subjetivas” para a revolução em toda a sociedade, mas também construiria a consciência socialista de seus integrantes. Debray estava tentando teorizar o que idealmente teria acontecido com os “barbudos” de Sierra Maestra na sua descoberta da doutrina comunista. Apesar da escolha final ter sido muito mais contingente do que se apregoaria, não é de se dispensar a proposta de um crítico do “castrismo” de que o movimento e o regime liderado por Fidel estavam em busca de uma

<sup>76</sup> Jean-Paul Sartre. Furacão sobre Cuba, Rio de Janeiro: Editora do Autor, 1960; C. Wright Mills. A verdade sobre Cuba, Rio de Janeiro: Zahar, 1961.

<sup>77</sup> Rubem Braga. “Trata-se de uma revolução”, in: Jean-Paul Sartre. Furacão sobre Cuba, op. cit., pp. 189-203, p.195-6.

<sup>78</sup> Jean-Paul Sartre. Furacão sobre Cuba, op. cit., p.113-114.

ideologia.<sup>79</sup> Houve sim uma oscilação de Fidel e de outros revolucionários, depois líderes do comunismo cubano, na definição de uma ideologia ou de uma caracterização para o sistema novo que se desejava, com um pouco de ânsia juvenil, criar. Mesmo depois de se declarar socialista, encontraríamos no regime cubano e no próprio Fidel Castro elementos populistas, nacionalistas, terceiro mundistas, reformistas, social-revolucionários e desenvolvimentistas que acompanhavam a trajetória da Revolução Cubana desde suas origens. Finalmente, a decisão pelo socialismo e, principalmente, a tentativa de fundar uma nova modalidade de socialismo e incentivar a revolução armada no continente latino-americano indicam uma radicalização que também os movimentos juvenis da América Latina (e de outros continentes) repetiriam, inclusive sob o peso do exemplo cubano.

Desde há várias décadas, os estudantes latino-americanos costumavam se revoltar a partir de um misto de indignação moral e luta política. A Revolução Cubana possuía também este componente, ajudando a recriar o “iluminismo” estudantil latino-americano. Mas tanto a construção do novo regime cubano quanto a revolta estudantil latino-americana, dados os acontecimentos após 1959 e os condicionantes geopolíticos, cultivariam uma nova modalidade de heterodoxia socialista. A heresia estudantil latino-americana, nos anos 1960, seria cada vez menos nacionalista, populista e desenvolvimentista, para ser ainda mais esquerdista. Manteve-se o idealismo, mudaram um pouco os objetivos, mas radicalizaram-se os métodos.

“Os estudantes da América Latina são diferentes... Estão aprendendo mais pela história do que pelos estudos formais, que os ideais de sua juventude – patriotismo, vida melhor para todos, dignidade e solidariedade humanas – não são necessariamente ilusões e que se podem tornar objetivos reais de vidas dotadas de significação. E em número cada vez maior, estão aceitando o fato de que isso representa uma atividade revolucionária, com todos os correspondentes perigos e recompensas. É das fileiras desses estudantes que os futuros Fidel Castros e Che Guevaras latino americanos sairão”.<sup>80</sup>

Mas uma contradição pouco discutida pelos jovens rebelados nos anos 1960 se construiria: enquanto a Revolução Cubana contivera uma revolta juvenil e inspirava a rebeldia de jovens em todo o mundo, dentro de Cuba processava-se uma “militarização” dos jovens.

<sup>79</sup> Theodore Drapper. *Castrismo. Teoria e prática*, Rio de Janeiro: GRD, 1966.

<sup>80</sup> Paul M. Sweezy e Leo Huberman. “Notas sobre a América Latina”, in: Paul M. Sweezy et. Alii. *Perspectivas da América Latina*, Rio de Janeiro: Zahar, 1964, p. 26.



Uma militarização que combinava a disciplinarização do *Komsomol* (a organização de massa dos jovens da União Soviética), a prerrogativa do Estado em definir o futuro profissional dos jovens recém-formados (algo também comum no Bloco Soviético) e a mobilização em moldes militares dos diversos setores sociais nos regimes comunistas asiáticos.

No primeiro ano da Revolução, a Campanha de Alfabetização receberia uma grande receptividade entre os estudantes, de forma que até o ano letivo foi cancelado para que centenas de milhares de jovens levassem a alfabetização a todos os cantos do país.<sup>81</sup> Era como uma sobrevida, no âmbito interno, do ímpeto juvenil da Revolução Cubana.

Em 1959, desde seus primeiros pronunciamentos, Fidel Castro parecia dizer que era contra o serviço militar obrigatório (“Ser soldado não deve ser coisa obrigatória”). Mas em 1963, estabeleceu-se uma nova lei, destinada a jovens sem ocupações e “parasitários”, que acabava estabelecendo o serviço militar por um período de 3 anos aos jovens com 17 anos de idade – e Raul Castro justificou o longo período “sob o fundamento de que possibilitaria às forças armadas cortar mais cana e colher mais café”. O serviço vinha dar ao regime uma mão de obra militarizada e barata. Em discurso aos Jovens Comunistas em outubro de 1964, Fidel afirmaria que a revolução tomara as coisas “fáceis demais” aos jovens, que eles haviam perdido a disciplina, e que o meio militar vinha fazendo grandes progressos com os jovens delinquentes forçados ao recrutamento. Castro desejava estender a militarização até mesmo aos estudantes.<sup>82</sup> Encontramos alguns discursos de Che Guevara, quando ainda era ministro em Cuba, incentivando os membros da Juventude Comunista a realizarem nas suas férias e fins de semana trabalhos voluntários. Mas logo estas tarefas seriam estendidas aos jovens de modo pouco voluntário: primeiro aos considerados “delinquentes”, depois a todos os convocados a prestar o serviço militar obrigatório, aos estudantes durante suas férias etc.

Os reservistas militares foram organizados pára-militarmente, em 1967, na Colônia Juvenil do Centenário, que se tornaria em 1973 o Exército Juvenil do Trabalho. Seus jovens trabalham em obras em condições muitas vezes terríveis. Cuba criou também campos de trabalho para receber adolescentes, como o campo Arco-Íris, perto de Santiago de Las Vegas, para 1500 adolescentes. Criaram-se mais tarde outros campos deste tipo em Nueva Vida, na

---

<sup>81</sup> Emir Sader. *op. cit.*

<sup>82</sup> Theodore Drapper. *op. cit.*, p. 164, 165, 167.

zona de Palos (o Capitolo, para crianças com cerca de 10 anos) – aí, inclusive crianças enviadas da Angola ou Etiópia nos anos 1980, cortaram cana e fizeram artesanato.<sup>83</sup>

Este simples fato da militarização da juventude, utilizada como mão de obra gratuita em empreendimentos estatais, já é suficiente para nos fazer perceber que também o comunismo em Cuba logo se viu imerso em contradições profundas. De modo análogo ao que aconteceu com a Revolução Cultural Chinesa, os jovens rebelados em todo o mundo nos anos 1960 não perceberam, graças à eficiente propaganda do novo país comunista, mas principalmente pela interpretação generosa e idealizada que fizeram da heresia cubana, a grande defasagem entre os ideais e lemas que emanavam da ilha do Caribe e a realidade vivida pelos jovens em Cuba.

### O mito do Che

“A morte é, simplesmente, inevitável. Quero morrer como Che Guevara, lutando pela revolução. Morrerei com gosto se minha morte trazer liberdade, amor e felicidade para o povo...” (Reiji Matsumoto, um líder do *Zengarkuren* do Japão).<sup>84</sup>

“Pela minha cuca passou num *flash* a fantasia: de FAL em punho, boina preta com estrelinha, uniforme verde-oliva, cercado de camponeses fervorosos e decididos, atravessando a Serra do Mar para mais uma emboscada” (Alfredo Sirkis, ativista em grupos da luta armada no Brasil, sobre um sonho no *reveillon* de 1970).<sup>85</sup>

Enquanto as contradições da realidade cubana não vinham à tona em toda sua intensidade, a Revolução Cubana construiria mitos e uma ideologia própria. Mitos como a de uma revolução fomentada unicamente a partir do heroísmo de doze guerrilheiros sobreviventes do desembarque em 1956. A ideologia receberia vários nomes (castrismo, guevarismo e foquismo), seria relativamente mutante em seus pareceres mas teria como constante uma ode ao ativismo idealista armado. O Che Guevara seria mesmo uma espécie de síntese dos mitos e do esforço cubano em se tomar uma nova via revolucionária ao socialismo. O mito do Che incluiria as principais funções dos mitos em geral. Seria um relato maravilhoso e simbólico da criação do novo mundo (a Cuba comunista), uma explicação da origem das bases morais do novo homem (o revolucionário idealista) e uma espécie de manual básico de

<sup>83</sup> Pascal Fontaine. “A América Latina e a experiência comunista”, in. Stéphane Courtois *et. al. op. cit.*, pp. 769-807.

<sup>84</sup> *Cit. in.* Andres Garrigó. *La rebeldía universitaria*, Madrid: Guadarrama, 1970, p. 200.

técnicas<sup>86</sup> (o “foco” guerrilheiro). Alguns estudantes norte-americanos acreditaram que a luta de Guevara não devia ser apenas apoiada, mas também suas lições aprendidas e aplicadas em seu país, como o secretário nacional da SDS (Estudantes por uma Sociedade Democrática), dos Estados Unidos, que disse no ano da morte do Che: “A mensagem de Che é aplicável à América do Norte urbana na medida em faz sentido nela a psicologia da guerrilha... O Che vive em nossos corações”.<sup>87</sup>

O mito do Che teria algo de religioso, com a derrota nas selvas bolivianas sendo lida como uma vitória, um sacrifício redentor: “Éramos nós as outras mãos do Che; depois, se nós sofrêssemos a mesma morte infinitamente pura, nada senão o desmedido gozo de partilhar da lenda... A morte derrota na Bolívia foi vivida como uma vitória e sua justificativa, ou uma certeza da inevitabilidade de um futuro vitorioso”.<sup>88</sup> O próprio Che, nos seus últimos escritos, nas selvas bolivianas, ajudaria a criar esta imagem: “Pouco importa o lutar onde a morte nos surpreenda. Que ela seja bem vinda, desde que o nosso grito de guerra alcance um ouvido receptivo e que uma outra mão se estenda para empunhar nossas armas, e que outros homens se levantem para entoar os cantos fúnebres no crepitar das metralhadoras e sob novos gritos de guerra e de vitória”.<sup>89</sup> Em 9/10/1997, 30 anos após a execução de Ernesto Guevara nas selvas da Bolívia, prosseguiram as comemorações em sua homenagem em Cuba e a inauguração de um mausoléu, construído em Santa Clara, para abrigar os recém-descobertos restos mortais do Che. Cidadãos cubanos e estrangeiros de renome iam visitar o que seriam as últimas relíquias ainda com certa aura sagrada do mundo comunista – enquanto os restos de Lenin e de Mao Zedong parecem não mais provocar comoções.

A morte de Guevara, em 1967, não foi vista como uma verdadeira derrota. Mesmo porque em vários países da América Latina e outros locais do Terceiro Mundo prosseguiram guerras de guerrilha. Esta morte acabaria fazendo do Che um mártir, uma lenda, um mito – talvez o mais generalizado e comovedor ícone dos jovens rebeldes dos anos 1960:

<sup>85</sup> Alfredo Sirkis. *op. cit.*, p. 145.

<sup>86</sup> Assim como os mitos sobre as árvores, entre os trobriandeses pesquisados por Mallinowski, que ensinavam aos jovens regras básicas para a construção dos barcos (Bronislaw Mallinowski. *Os argonautas do Pacífico Ocidental*, Coleção Os Pensadores, São Paulo: Abril Cultural, 1973).

<sup>87</sup> Lewis S. Feuer. *op. cit.*, p. 366.

<sup>88</sup> Herbert Daniel. *cit. in.* Cláudio Novaes Pinto Coelho. *A transformação social em questão: as práticas sociais alternativas durante o regime militar*, tese de doutorado em Sociologia, São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1990, p. 51-52.

<sup>89</sup> Ernesto Guevara, *cit. in.* Mário Pedrosa. “Che Guevara, o otimismo revolucionário”, *in.* *Revista Praga*, São Paulo: Boitempo, n. 2, 1997, pp. 109-113, p. 109-110.

“O mito do ‘guerrilheiro heróico’ não seria celebrado apenas pela *agit-prop* cubana, mas a figura carismática de Guevara se tornaria presença obrigatória onde brotasse a contestação, fosse nas ruas de Berlim, em fevereiro de 1968, no *Vietnam Kongress*, fosse nas barricadas de Paris, em maio do mesmo ano, fosse nas marchas dos militantes pacifistas norte-americanos contra o Pentágono”.<sup>90</sup>

Nos seus escritos, Guevara oscilava e tentava compor diferentes elementos: táticas de guerrilha rural expressas em tom militarista, valores humanistas que se crêem verdadeiros fundamentos do marxismo em textos mais idealistas, crença na possibilidade de um “homem novo” cuja motivação para o trabalho seja moral e não econômica etc. Ele mesmo passaria por várias identidades ao longo de sua vida: estudante que decide viajar em uma motocicleta pela América Latina, médico em meio a projetos sociais na Guatemala durante o governo reformista de Árbenz, de médico da campanha planejada por Fidel em 1956 a chefe guerrilheiro, ministro do governo revolucionário e crente nas possibilidades dos estímulos morais em vez das relações mercantis e, de novo, chefe guerrilheiro em campanhas fracassadas na África e América Latina.

Por suas propostas de “socialismo humanista”, termo retomado pelo “socialismo com face humana” de Dubcek, na Primavera de Praga, Guevara era citado ao lado do jovem Marx, Rosa Luxemburgo e José Carlos Mariátegui (peruano, talvez lido por Guevara). Che disse que devemos “considerar sempre os grandes problemas da Humanidade como problemas pessoais”.<sup>91</sup> Oporia-se a uma outra corrente marxista importante nos anos 1960, que desprezava a dimensão ética, dita “pequeno burguesa”, comandada por Althusser e sua interpretação do velho Marx.

Mas a face “humana” do socialismo guevarista deve ter muitas vezes chocado-se com sua prática e sistematização teórica da guerrilha. Assim, também as novas esquerdas e os movimentos juvenis se viram eles próprios num vai e vem de interpretações do marxismo: humanismo ou estruturalismo, nova ética socialista ou realismo materialista. Guevara e o foquismo, como veremos, acabariam sendo uma combinação entre dois elementos sempre presentes nos movimentos sociais dos anos 1960: idealismo e ativismo. Se proposições como o estruturalismo de Althusser pareciam abrir pouco espaço para o idealismo, o mesmo não

<sup>90</sup> Marco Aurélio Garcia. “Pensando uma derrota vinte anos depois”, *op. cit.*, p. 75.

<sup>91</sup> *Cit. in.* Flávio Koutzii e José Corrêa Leite. *Che 20 anos depois. Ensaio e testemunhos*, São Paulo: Busca Vida, p. 108.

acontecida com o “gucvarismo”: “Deixe-me dizer, com o risco de parecer ridículo, que o verdadeiro revolucionário é movido por grandes sentimentos de amor.”<sup>92</sup> Mas, ao final, ambas as interpretações do marxismo pareceram concorrer à defesa da violência revolucionária.

### O Foquismo

As teses de Guevara e Debray, derivadas da guerrilha rural da Sierra Maestra, tinham vários motivos para seduzirem os rebeldes mais jovens, nos anos 1960. Talvez, mesmo não tão conscientemente, algumas destas teses destinavam-se a ter este objetivo sedutor. Uma delas, expressa principalmente por Régis Debray, tentava entender porque a Revolução Cubana e as guerrilhas latino-americanas estavam sendo dirigidas principalmente por jovens, e jovens urbanos, estudantes e das classes médias – exatamente o que era Debray quando escreveu *Revolução na Revolução?*. Mesmo Guevara teve seus dias de jovem estudante idealista e médico recém-formado trabalhando em reformas sociais. A liderança do foco parecia destinada à chamada pequena burguesia (classes médias, urbanas e ilustradas): “Graças a atos decisivos, heróicos e exemplares, estudantes, intelectuais, profissionais liberais e professores iluminariam a consciência das massas empobrecidas e carentes de cidadania, que só esperavam uma vanguarda que as encaminhasse para a ação revolucionária”.<sup>93</sup>

Surgia a fábula do “pequeno motor”. Jovens, grupos estudantis e da Nova Esquerda, mundo afora, quiseram ser este pequeno motor, ainda que nem sempre exatamente nos moldes de uma guerrilha rural revolucionária. A tese do “pequeno motor” renovava sentimentos populistas, idealistas e até elitistas que permeavam as idéias dos estudantes de classe média urbana em quase todos os recantos do mundo. Organizando manifestações, comícios, passeatas, greves, ocupações, distribuindo panfletos, pichando muros, fazendo jornais ou contatando operários, jovens sentiram de alguma forma que seguiam a lição de Guevara, que estavam agindo como um “foco” ou pequeno motor, ou seja, como um pequeno e dedicado grupo de guerrilheiros constituindo um movimento e criando as condições para a vitória de uma revolução popular. O foquismo também reforçava o idealismo ativista ao dar grande peso ao pólo subjetivo da situação revolucionária, o que permitia mesmo que se queimassem as etapas preparatórias requeridas pelas teorias revolucionárias clássicas, economizando longos períodos de maturação política e organizacional das classes oprimidas e

<sup>92</sup> Ernesto Guevara, *cit. in.* Eder Sader (org.). *Che Guevara. Política*, São Paulo: Ática, 1981, Col. Grandes Cientistas Sociais, vol. 19, p. 24.

a preparação social e militar da revolução. É justo no texto de um líder estudantil do SDS alemão que encontramos uma das frases do Che que apontam neste sentido: “Os revolucionários não têm sempre que esperar a formação das condições objetivas da revolução, mas sim através do foco, da vanguarda armada do povo, podem criar as condições objetivas da revolução mediante uma atividade subjetiva”.<sup>94</sup>

Na América Latina, e de certa forma, em outros muitos locais do mundo, as esquerdas passavam a encarar a palavra “revolução” menos como uma utopia distante e cada vez mais como uma possibilidade ao alcance de seu ativismo idealista: “Pela primeira vez pensamos que a revolução era possível em nossos países. Até então, a revolução tinha sido para nós uma idéia romântica e remota, e a tomávamos sobretudo como uma noção acadêmica que nunca poderia se tornar realidade em países como os nossos”.<sup>95</sup> Do reformismo, gradualismo e pessimismo resignado, o pensamento mais vangloriado pelas novas esquerdas passaria a acreditar na possibilidade de uma vitória revolucionária.

As primeiras tentativas de criarem-se “focos” revolucionários, e as aplicações mais “puras” das teses foquistas, se deram na América Latina. Mas de um modo ou de outro, outras lutas armadas ou organizações que advogavam a favor do uso das ações violentas foram influenciadas pelo foquismo: o *Weather Underground* e o *Black Liberation Army* nos Estados Unidos, IRA (Exército Republicano Irlandês), a Fração do Exército Vermelho na Alemanha Ocidental, as Brigadas Vermelhas na Itália, o FLQ (Frente de Libertação do Quebec) no Canadá, o ETA (*Euzkadi Ta Askatasuna*) no País Basco, o Liberdade na Espanha etc.<sup>96</sup> Para além das cisões estudantis comunistas da América Latina que formaram guerrilhas rurais, a influência do foquismo atingiria também cisões não-estudantis e não-comunistas (como os nacionalistas terroristas da Irlanda e do País Basco), assim como guerrilhas urbanas em outros países do Terceiro Mundo e até do Primeiro Mundo, inclusive no pior inimigo dos cubanos, os Estados Unidos.

Dois momentos principais podem ser definidos como o da sistematização da teoria do foco. O texto *Guerra de Guerrilhas*, de Ernesto Guevara, escrito em 1960, e o texto *Revolução na*

<sup>93</sup> Jorge G. Castañeda. *op. cit.*, p. 71.

<sup>94</sup> *Cit. in.* Rudi Dutschke, “Los estudiantes antiautoritarios y las contradicciones del capitalismo tardío”, *in.* Uwe Bergmann et. al. *La rebelión de los estudiantes*, Barcelona: Ariel, 1976, pp. 57-163, p. 122.

<sup>95</sup> *Cit. in.* Jorge G. Castañeda. *op. cit.*, p. 69.

<sup>96</sup> George Katsiaticas. *op. cit.*

*Revolução?*, de Régis Debray, de 1967.<sup>97</sup> No primeiro, Guevara defende três teses básicas que, segundo ele, haviam sido demonstradas pela Revolução Cubana: as forças populares podem vencer um exército regular; o foco insurrecional pode criar as condições para a revolução onde elas ainda não estão dadas; é o campo o terreno principal para as lutas na América subdesenvolvida. Guevara também propõe que as condições estavam amadurecidas para a revolução em todos os países da América Latina. Assim como Lenin esperava uma revolução europeia, logo após a russa, Guevara conclama uma revolução do continente latino-americano, por sobre diferenças nacionais que considerava “secundárias”. Não seriam necessárias etapas preparatórias. Assim como em Cuba, a revolução continental seria “diretamente socialista”. Se Guevara, em 1960, ainda falava que em regimes constitucionais o foquismo seria inviável, “escritos posteriores do próprio Che anularam a ressalva, salientaram o beco sem saída das formas legais de lutas de massas e converteram a guerrilha rural na forma absoluta da ação revolucionária”.<sup>98</sup>

O livro de Régis Debray, diferente dos textos de um Guevara que busca alcançar um socialismo “humanista”, preocupa-se menos com o caráter socialista da revolução armada e mais com a luta em si mesma. Nele é possível presenciar um extremismo, uma ode à violência criadora e até um certo antiintelectualismo (no caso, contra os dirigentes comunistas em confortáveis posições de não-enfrentamento), típicos dos textos da Revolução Cultural Chinesa. Também, Debray, de certo modo, completa a virada do político ao militar – o fator militar torna-se o principal numa revolução e é dele que surge a consciência política, o apoio das massas e a conquista do poder do Estado:

“Hoje, na América Latina, uma linha política que não possa expressar-se efetivamente numa linha militar coerente e precisa, não pode ser tida como revolucionária. Está provado que a experiência da guerrilha popular é mais decisiva que uma experiência política sem contato com a guerrilha para a formação dos quadros revolucionários. Os dirigentes de envergadura na América Latina são hoje homens jovens, sem grande experiência política anterior à sua entrada na guerrilha... A experiência de Cuba, e mais recentemente da Venezuela, Guatemala e outros países, mostra que na guerra de guerrilhas os combatentes se formam

<sup>97</sup> Alguém chegou a dizer que *Revolução na revolução?* seria, para o século XX, o que o *Manifesto Comunista* de Marx e Engels fora para o século XIX. (Georges Rozos. “Régis Debray et la radicalisation de la révolution”, *Les Temps Modernes*, Paris, agosto/setembro de 1968, n. 266-267, pp.441-479).

<sup>98</sup> Jacob Gorender. *op. cit.*, p. 89.

politicamente mais depressa e com maior profundidade do que passando igual tempo numa escola de quadros.”<sup>99</sup>

Ainda segundo Debray, durante as primeiras fases de sua atividade, o foco guerrilheiro devia conquistar o apoio dos camponeses. Mas, esboçando certo rancor antiintelectualista, segundo Debray esta conquista devia ser feita não através dos discursos, mas de ações efetivas que demonstrariam a capacidade do foco derrotar o secular repressor dos camponeses: “A destruição de um caminhão de transporte de tropas ou a execução pública de um policial torturador fazem mais propaganda efetiva entre a população vizinha que duzentos cursos... Depois, o discurso é possível. Poderá ser escutado”.<sup>100</sup>

Os comunistas tradicionais parecem tornar-se “burgueses”, conformistas, “velhos” (inclusive em idade) e oportunistas. O foco armado não deve depender de uma organização partidária não armada: “Situar a guerrilha sob a dependência estratégica e tática de um partido que não transforma radicalmente sua organização normal de tempo de paz, ou situar a guerrilha como uma ramificação da ação do Partido, traz como consequência uma série de erros militares mortais”. Entre estes erros, estaria “a descida para as cidades”, onde os revolucionários costumavam ser encurralados pelas forças da repressão – Debray cita Fidel Castro: “A cidade é um cemitério de revolucionários e recursos”.<sup>101</sup> Apesar de Debray alegar a necessidade de um comando centralizado “político-militar”, ou seja, uma liderança que conduza a luta armada, sua posição parecia prever o que logo se generalizaria entre os movimentos armados: a autonomização da estratégia foquista em relação às condições sociais e a autonomização do grupo armado em relação a qualquer tipo de organização político-partidária. Isto transparece no próprio Debray quando conclama a proliferação de focos revolucionários e critica os comunistas que desejam limitar o ímpeto político-militar dos que desejam lutar. À questão “o que se deve fortalecer hoje: partido ou guerrilha, germe do exército popular?”, Debray recorre a idéias de Fidel Castro, de que “não há revolução sem vanguarda, e... essa vanguarda não é, necessariamente, o Partido marxista-leninista e que, os que realmente desejam fazer a revolução têm o direito e o dever de constituírem-se em vanguarda, independente de tais partidos.”<sup>102</sup>

<sup>99</sup> Régis Debray. Revolução na revolução?, Havana: Casa de las Américas, 1967, p. 8-9 e 63-64.

<sup>100</sup> Ibid., p. 33.

<sup>101</sup> Ibid.

<sup>102</sup> Ibid., p. 68-9.



Com *Revolução na Revolução?* o foquismo sedimentava-se, segundo Gorender, como um “atalho” para ação. O foquismo seria um feliz achado ideológico para as organizações e grupos de esquerda com pouco trabalho político ou sem contato algum com setores populares.<sup>103</sup> Era o incentivo que faltava para se agir, independente da existência ou não de condições favoráveis, da consciência sobre os objetivos da ação e do apoio das classes trabalhadoras que seriam o “grande motor” a acionar. Acreditava-se que, se alguma coisa faltava ainda, o processo da luta armada iria prover, certamente e, aliás, de modo muito mais genuíno e purificado do que os métodos das velhas esquerdas. Com o foquismo, mais até que uma situação revolucionária, estava pronto, principalmente na América Latina, um outro cenário para o confronto entre novas e velhas esquerdas.

Desde o começo da Revolução Cubana em 1956, na verdade, a América Latina ingressou numa fase de incessante luta armada revolucionária. Após a vitória de Fidel e seu incentivo a novas revoluções, surgiram grupos inspirados na Revolução Cubana em táticas, estratégias e teoria, que foram atores importantes nos cenários políticos dos países da América Latina nos anos 60 e início dos anos 70. A contribuição de Cuba aos focos guerrilheiros em toda a América Latina teria sido muito mais importante no seu aspecto ideológico e exemplar do que na ajuda militar. Neste primeiro momento, dinheiro, armas, treinamento e equipamento que Cuba oferecia aos guerrilheiros, em comparação com o estímulo ideológico e mitológico, eram muito mais um adorno que a essência do seu incentivo à luta armada. De qualquer forma ficou forte a marca das tentativas iniciais de uma heróica epopéia, em que cubanos até desembarcaram como guerrilheiros na Venezuela, República Dominicana, Bolívia, Argélia, Congo etc.<sup>104</sup>

Nos anos 1960, Cuba procurou mesmo se afirmar como um terceiro pólo de referência revolucionária, não apenas para a América Latina, mas para todo o Terceiro Mundo (como provariam incursões de cubanos desde já na África, aliás, do próprio Guevara). A tentativa cubana seria marcada pela Conferência Tricontinental, realizada em Havana em janeiro de 1966, e a criação da Organização Latino-Americana da Solidariedade (OLAS), reunida também em Havana em julho e agosto de 1967. A formação do OLAS seria a primeira ampla convocação para comunistas e outros esquerdistas revolucionários independente da União

<sup>103</sup> Jacob Gorender. *op. cit.*

<sup>104</sup> Jorge G. Castañeda. *op. cit.* O primeiro caso de um foco respaldado por Cuba no exterior, segundo Castañeda, se deu em 1962, em Salta, Argentina, dirigido por Ricardo Masetti.

Soviética e da China. O tom agressivo, militarista e provocativo da reunião do OLAS expressou-se em frases como “O dever de todo revolucionário é fazer a revolução” e, citando Guevara, deveriam se criar na América Latina “dois, três, muitos Vietnãs”. Frases como estas parecem ter rendido tanto aliados quanto inimizadas ao regime cubano. Inimizade e desconfiança principalmente por parte dos Estados Unidos, mas, também, dos partidos comunistas tradicionais da América Latina.

Mas Cuba iria se tornar, para esquerdistas da América Latina, um exemplo análogo ao que era a União Soviética para a esquerda de um modo geral. Ou seja, apesar de suas contradições ideológicas, da aproximação com formas ortodoxas de comunismo, da dependência econômica ao Bloco Soviético e dos problemas sociais internos, que se tornaram ou deveriam se tornar mais visíveis nos anos 1970, Cuba parece ter ampliado seu prestígio entre os progressistas da América Latina. Os motivos são semelhantes aos que faziam a União Soviética manter-se como exemplo legítimo para as esquerdas de todo o mundo: tratava-se de um país que desafiara os Estados Unidos, constituíra um sistema alternativo ao capitalismo e ainda reunira forças para ajudar guerrilhas bem sucedidas nos anos 1970 e 1980 (em Angola, Nicarágua e El Salvador – neste último país, a guerrilha só não foi vitoriosa graças à intervenção maciça dos Estados Unidos). “As atividades de Cuba no exterior fizeram da ilha humilhada pela Emenda Platt e pelos prostíbulos de Havana um ator no cenário mundial. Cuba foi denegrida por Washington, ofendida por Moscou, mas respeitada, admirada e reverenciada em todo o Terceiro Mundo”.<sup>105</sup>

Os caminhos engendrados pela onda mundial de revoltas dos anos 1960, como as contraculturas, novos esquerdismos e terceiro mundismos, continuariam polivalentes no fim da década de 1960 e nos anos 1970. Porém, cada vez mais os constituintes “ideológicos” dos movimentos sociais dos anos 1960 iriam se dispersar, perdendo suas inter-relações. Uma das suas bifurcações mais dramáticas foi a defesa da luta armada como única forma de instaurar o socialismo. E dentro desta opção pela violência militarizada, ainda, um descaminho em ritmo de perversão e autodestruição foi o terrorismo, com sua proposta intrigante de violência demonstrativa.

---

<sup>105</sup> *Ibid.*, p. 58.

Enquanto isto, após 1968, a contestação sociocultural parecia descolar-se da rebeldia política. Muitos membros das novas gerações das classes médias urbanas pareciam menos preocupados em contestar que recolher os frutos das lutas precedentes. Também, novos movimentos sociais baseados em múltiplas fontes de identidade – bairro, cor, etnia, gênero, religião, nacionalidade, opção sexual etc. – seriam os herdeiros com maior sucesso e conseqüência da onda de revoltas dos anos 1960.

Por sua vez, a opção pela radicalização violenta se tornava uma infeliz confluência de vários processos. No aspecto geopolítico, um efeito da substituição da política como diplomacia e negociação pela *práxis* do terror e da ameaça de agressão nuclear, ou seja, a Guerra Fria. No tocante aos movimentos juvenis, a lógica da violência foi um desenvolvimento ideológico, discursivo e reativo em direção à militarização dos grupos contestadores e à hegemonia da proposta da resolução violenta dos conflitos. No aspecto interno de muitos governos e elites, de países como Estados Unidos, Alemanha, Brasil e México, a violência dos movimentos foi uma reação à crescente repressão das forças policiais, ao conservadorismo político e ao fechamento sociocultural.

Segundo José Arbex Jr., a Guerra Fria por si só gerou um clima constante de terror, que causou um grande prejuízo ao real diálogo político, colocando em descrédito a verdadeira atividade política. Na verdade, pelo menos desde a Primeira Guerra Mundial, o século XX viu a prática do terror sistematicamente ser empregada e, como novidade, pelo menos no seu aspecto indiscriminado, a violência abateu-se também contra civis. Com a Guerra Fria, o terror tornou-se parte do cotidiano e representou o fracasso da política. No fim, a própria oposição, pouco a pouco, foi empurrada ou deixou-se levar pela recaída ao “terrorismo”. A Guerra Fria praticamente institucionalizou o terror na política e a prática do terror do Estado, eliminando-se sistematicamente opositores políticos e minorias étnicas em muitos locais do mundo. Diante disto, segundo Arbex Jr., se muitos jovens fugiram para as drogas ou experiências místicas, no consumismo ou na liberdade sexual, outros buscaram o caminho da violência.<sup>106</sup>

É claro que a relação entre Guerra Fria e terrorismo juvenil não é tão simples assim. Mas a equação de Arbex Jr. contém certa verdade. Ao final das contas, o mundo poderia acabar a qualquer momento, bastava alguém apertar um botão – apesar da possibilidade real da

<sup>106</sup> José Arbex Jr. *Guerra Fria. Terror de Estado, política e cultura*, São Paulo: Moderna, 1997, Col. Polêmica

Guerra Nuclear ser então pequena, não era isto que as grandes potências propagandavam às suas populações, pelo contrário. Com uma lição assim tão escusa da corrida nuclear e com uma propaganda do apocalipse que se espera a cada dia seguinte, não seriam nada anormais as opções alienadas, consumistas, escapistas ou violentas de muitos jovens, ainda que bem alimentados e bem educados. Mas em cada caso, esta relação entre terror geopolítico e terrorismo juvenil teve suas especificidades.

O tema da violência nos anos 1960 já foi avaliado e continua sendo tema de muitas pesquisas. Por si só, constitui um objeto complexo e multi-facetado. Não se tem aqui a intenção de esgotá-lo. Foram sugeridas apenas algumas interpretações, que apontam com certo pessimismo uma trajetória geral que vai do pacifismo à defesa da violência, das ações de massa às ações armadas, da relação experimental com as ideologias às novas ortodoxias. Também, interpretações que apontaram desenganos e dilemas na relação entre as ideologias emanadas da Revolução Cultural Chinesa e da Revolução Cubana para com a realidade dos movimentos juvenis. Nesta investigação, apontamos a riqueza e ao mesmo tempo as contradições desta relação entre juventudes e socialismos.

No tocante à relação entre juventude e socialismo nos anos 1960, entretanto, a investigação ainda não está completa. É necessário analisar como esta relação se deu em outra região essencial para se entender a onda mundial de revoltas dos anos 1960, o Leste Europeu, em especial o evento denominado “Primavera de Praga”.

## Capítulo 6

# LESTE EUROPEU E PRIMAVERA DE PRAGA

A construção do Muro de Berlim, em agosto de 1961, foi uma das dramáticas demonstrações de que a aparente unidade do Bloco Soviético no Leste Europeu era um artificial “monolitismo” mantido pela força, terror, ameaça, corrupção e dependência econômica a Moscou. A construção deste muro se deu em plena Era Krushev, cinco meses depois da fracassada invasão de Cuba ordenada por Kennedy, um momento de extrema tensão entre as duas superpotências. Milhares de alemães orientais fugiam semanalmente para Berlim Ocidental – principalmente jovens, professores, intelectuais e trabalhadores qualificados, criando um sério prejuízo à economia do país. O muro teria sido uma resposta contra a ameaça de Kennedy de não tolerar um novo bloqueio a Berlim Ocidental, mas se destinava também a controlar o contrabando de moedas e mercadorias vindas do lado ocidental, o que poderia desorganizar totalmente a economia oriental. Também havia a questão política, pois o lado ocidental era grande portão de entrada de espões. Finalmente, tentava-se minorar a desmoralização sofrida pelo Bloco Soviético com êxodo em massa de alemães orientais para o lado ocidental.

O episódio pode revelar algumas das facetas do Leste Europeu, termo que até os anos 1980 foi quase um sinônimo de países satélites de Moscou que compunham o “Bloco Soviético”, o conjunto de oito países que aderiram ao comunismo na Europa sob tutela da União Soviética (Alemanha Oriental, Hungria, Bulgária e Checoslováquia) ou vivendo sob sua sombra (Romênia, Iugoslávia e Albânia). No final dos anos 1980, eram 140 milhões de habitantes “unidos” por um sistema, o socialista, mas com impressionante diversidade cultural e étnica. Desde há pelo menos 150 anos, a região era alvo dos interesses das diversas potências atuantes na Eurásia desde então, fazendo as fronteiras oscilarem tremendamente, jogando etnias e minorias de um lado ao outro. Por causa disto, as diferentes divisões de fronteira sempre estiveram longe de coincidir com a diversidade do Leste Europeu. O eslavo é a língua mais falada, por cerca de 100 milhões ou três quintos dos habitantes. Os povos de língua eslava, porém, são muito diversos, divididos em eslavos ocidentais (poloneses, checos e eslovacos), orientais (rutenos habitando a porção oriental da antiga Checoslováquia, russos, bielorrussos e ucranianos) e meridionais (eslovenos, croatas, sérvios, macedônios e búlgaros). Outras línguas importantes são o albanês, o romeno, o alemão (todas pertencentes ao ramo lingüístico indo-europeu, assim como o eslavo) e o húngaro (do ramo ugro-finês). Apesar da tendência dos Estados comunistas declararem-se ateus e realizarem

diferentes tipos de sanções contra as religiões (chegando ao ápice na Albânia), o Leste Europeu manteve e viu florescer após o fim do Bloco Soviético quatro religiões principais: o catolicismo (entre os católicos predomina o rito latino, praticado por poloneses, checos, eslovacos, húngaros, croatas e eslovenos e, de modo minoritário, por sérvios e alemães; o rito grego ou uniato por romenos, rutenos e minorias húngaras); protestantismo luterano (na antiga Alemanha Oriental e parte da Checoslováquia, Hungria e Romênia); cristianismo ortodoxo (por sérvios, búlgaros, macedônios e romenos); islamismo (importante na Albânia, Bulgária e Bósnia-Herzegovina).<sup>1</sup>

Os regimes comunistas nos países do Leste seriam modelados a partir do sistema original aplicado na União Soviética. O próprio Stálin teria confidenciado, após o fim da Segunda Guerra Mundial: “Todo aquele que ocupe um território deve impor o seu próprio sistema social”.<sup>2</sup> Assim, os regimes do Leste teriam: sistema de partido único (“monopólio do poder econômico e político pelo partido no governo” e “a oligarquia dominante no partido tinha o controle completo do aparato estatal”); domínio do Estado sobre todos os aspectos da vida pública, incluindo o cultural; estatização dos meios de produção, até das menores lojas; o planejamento decidia sobre os mínimos detalhes do que seria produzido e sua distribuição; organização hierárquica da sociedade, através do sistema da *nomenklatura*, que, como numa sociedade pré-moderna, “prescrevia a posição, as obrigações e os privilégios de cada funcionário engajado no processo decisório” e “os mais altos escalões da hierarquia garantiam privilégios e promoções aos inferiores, em troca de absoluta lealdade e obediência”; “a cultura era dominada pela ideologia oficial, que era uma versão muito seletiva, deformada e vulgarizada das idéias de Marx e Lênin”; resolução parcial dos problemas de bem-estar social através da política de pleno emprego e subsídios.<sup>3</sup>

Também incluindo os países socialistas da Ásia, o mundo comunista formava uma espécie de “subuniverso separado e em grande parte auto-suficiente econômica e politicamente”. Os países socialistas tinham escassas relações econômicas com o mundo capitalista: apenas 4% das exportações do mundo capitalista, durante o *boom* capitalista da segunda metade do século XX, iam para o Segundo Mundo; 2/3 do comércio exterior dos países socialistas se fazia dentro do Bloco comunista em 1965. O Segundo Mundo fechara-se ao Primeiro, havendo pouco movimento de pessoas entre estes mundos, com o controle estrito da emigração e das viagens do

<sup>1</sup> Nelson Bacic Olic. A desintegração do Leste. URSS, Iugoslávia, Europa Oriental, São Paulo: Moderna, 1993.

<sup>2</sup> Cit. In. Stéphane Courtois e Jean-Louis Panné. “Revolução mundial, Guerra civil e terror”, in. Stéphane Courtois et al. O livro negro do comunismo. Crimes, terror e repressão, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999, p. 385.

<sup>3</sup> Mihailo Markovic, cit. In. Octávio Ianni. A sociedade global, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1992, p. 16-17.

Segundo ao Primeiro Mundo (às vezes, totalmente impossibilitadas). Se o mundo capitalista havia isolado a União Soviética após 1917 (os Estados Unidos só reconheceriam oficialmente a União Soviética em 1933), levando-a a procurar um desenvolvimento auto-suficiente, a política mundial continuaria mantendo isolado o “campo socialista” após 1945, com a Guerra Fria. Sinais de mudanças nas relações econômicas só surgiriam nos anos 1970 e 80.

Por sua vez, a União Soviética levou seu modelo auto-suficiente para seus satélites: a receita era o “planejamento econômico estatal centralizado, voltado para a construção ultrarápida das indústrias básicas, e infra-estrutura essencial a uma sociedade industrial moderna”.<sup>4</sup> A receita era aparentemente eficaz, permitindo altas taxas de crescimento na União Soviética na década de 1930 e, após a Segunda Guerra Mundial, até os anos 1950 – levando soviéticos como Krushev a acreditar que, se os países socialistas mantivesse tais índices, superariam em breve os capitalistas em produção e eficiência. Exceto por tentativas de “autogestão” na Iugoslávia (mas que não retiram o país deste caso), as economias dos países do Leste Europeu repetiriam os defeitos da União Soviética, caracterizando-se pela extrema centralização e planificação. As decisões eram tomadas por grupos de técnicos e burocratas sem consultas. Os meios de produção estavam nas mãos do Estado. Evitava-se a concorrência, mas também a qualidade dos produtos. A industrialização era expressiva, mas valorizava demais as indústrias de base em detrimento das de bens de consumo, gerando uma falta crônica deles, inclusive de produtos básicos. A agricultura era muito penalizada, com poucos incentivos e atingida pela coletivização forçada das terras, o que tendeu a diminuir a produtividade agrícola. A tese da inexistência das classes sociais, ou de seu breve desaparecimento, escondia que grupos privilegiados usufruíam de regalias por suas posições (geralmente burocratas ligados aos aparelhos administrativos do Estado). Outra característica das economias dos países do Leste era sua dependência à União Soviética, que criaria já em 1949 o Conselho de Assistência Econômica Mútua (Caem ou *Comecom*), cujas diretivas isolaram o Leste do resto da Europa e aumentaram sua servidão à União Soviética.<sup>5</sup>

Acompanhemos as circunstâncias que levaram à formação deste Bloco no Leste Europeu. Se a Segunda Guerra na Europa definiu-se com o suicídio de Hitler, em 30/5/1945, as Conferências entre os líderes dos Estados Unidos, Inglaterra e União Soviética, desde 1943, redefiniam o novo mapa europeu. Em Postdam, Stálin apresentou um fato consumado: o

<sup>4</sup> Eric Hobsbawn. Era dos Extremos. O breve século XX. 1914-1991, São Paulo: Cia. das Letras, 1995, p. 365 e 367.

Exército Vermelho ocupara a região da Europa entre o Báltico e o Mar Negro e não tinha intenção nenhuma de se retirar – era a região que viria a formar justamente o Leste Europeu. A Segunda Guerra Mundial, que fora chamada por Miguel Abensour de a “democratização da morte”, por confundir o extermínio de populações com guerra, afetara profundamente os países do Leste Europeu. Mas o terror continuaria após a chegada do Exército Vermelho e da polícia política soviética, atingindo especialmente países que enviaram tropas contra a União Soviética (Hungria, Romênia e Eslováquia). Nas depurações, “operações-limpeza” de reais ou possíveis opositores aos comunistas, centenas de milhares foram deportados para o *Gulag*, o sistema contracentracionário soviético. Na Hungria, 600 mil pessoas numa população de 9 milhões foram deportados – cerca de 200 mil nunca voltaram. Na Polônia, Eslováquia e Romênia, lutas armadas contra o Exército Vermelho prolongaram de certa forma a guerra até 1947.<sup>6</sup>

O comunismo no Leste Europeu acabou sendo muito mais uma imposição da União Soviética que obra do desenvolvimento histórico de cada país, exceto na Albânia e Iugoslávia. Na Iugoslávia, o Exército Vermelho encontrou uma organização de resistência comunista ao Eixo muito bem estruturada e chefiada pelo marechal Josip Broz, o Tito, que não entregou seu poder a Stálin e iniciou sua própria ditadura, com alto grau de independência em relação a Moscou. Na Albânia ocorreu um processo semelhante, com Nver Hodja organizando um grupo de resistência contra os italianos, assumindo o poder após a retirada destes, mas mantendo uma política de boa vizinhança com Stálin. No caso dos países do Leste Europeu, além de Iugoslávia e Albânia, apenas a Checoslováquia teve, durante a Segunda Guerra, uma resistência de comunistas com papel relativamente importante. Nos demais países, foram forças mais ou menos marginais. Mas, com apoio do Exército Vermelho, todas as forças comunistas de resistência ao invasor nazi-fascista tornaram-se organizações importantes, controlando, nos novos governos de coalizão, ministérios e organismos encarregados da repressão – o que, principalmente a partir de 1946, seria usado contra seus parceiros de governo. Em 1947, Stálin ordenou que os governos do Leste Europeu rejeitassem o Plano *Marshall* e fez criar o *Cominform* (o Departamento de Informação Comunista), em setembro de 1947, para controlar melhor os partidos comunistas no poder.

Outros concorrentes dos comunistas na influência e controle da sociedade civil foram atacados, como corporações, associações, Igrejas, sindicatos, poderes locais e partidos políticos. Em vários dos países do Leste, algumas medidas provisórias beneficiaram largas camadas

---

<sup>6</sup> Nelson Bacic Olic. *op. cit.*



populares. Mas, no processo de soviética das sociedades, camponeses, pequenos proprietários e artesãos ameaçados pela coletivização rural, assim como operários ameaçados de perderem alguns de seus direitos, começaram a se descontentar. Ocorreram greves e manifestações de rua dos operários. Na Checoslováquia, houveram greves em 18 cidades em 1948 e, em 1951, greves em todas as regiões industriais do país acompanhadas de manifestações. Ainda na Checoslováquia, ocorreram greves em junho de 1953 contra a reforma monetária. Também ocorreram revoltas camponesas, como na Romênia em 1950, com violenta repressão. Entre 1949 e 1954, milhões de pessoas foram atingidas pela repressão. Membros das famílias dos que já estavam presos também eram detidos, qualquer descontentamento nas cidades era combatido, lideranças naturais nos povoados que se opõem à coletivização forçada foram vitimados, camponeses, operários e empregados de escritórios foram detidos pelos menores delitos. Para estes, foram criados sistemas de campos de concentração semelhantes ao *Gulag* soviético. Alguns até usaram campos nazi-fascistas abandonados, mas a maioria eram novos campos, localizados em zonas onde o trabalho forçado seria economicamente importante (para construir canais, barragens, fábricas e edifícios, extração de carvão e urânio etc.). Centenas de milhares passaram por estes campos, na Romênia talvez até 1 milhão. Dois extremos da violência destes campos foram a experiência de “reeducação” na Romênia (em que os presos de Pitesti torturavam-se uns aos outros para seu “desmascaramento”, serviço que funcionou apenas dois anos, findado em 1952 ao ser denunciado por rádios ocidentais) e o campo de Lovetch na Bulgária, criado em 1959 e fechado em 1962 (onde os presos eram mortos a pauladas depois de torturados e seus cadáveres eram jogados aos porcos).<sup>7</sup>

Também, no Leste Europeu logo se inauguraria a prática dos julgamentos e expurgos encenados de comunistas locais, nos moldes stalinistas. Ou seja, também no Leste o terror político voltaria-se contra o próprio partido comunista detentor do poder. Quando Tito rompeu com Stálin, em 1948, começou no Leste Europeu uma série de perseguições contra supostos aliados de Tito, como outrora se fizera na União Soviética e mesmo no movimento comunista internacional contra os trotskistas e outros dissidentes. Na Polônia, o próprio secretário geral do partido comunista, Gomulka, seria preso, junto a centenas de quadros – a prisão de Gomulka serviria como um aviso a poloneses e demais comunistas do Leste Europeu sobre a necessidade da total submissão. Mas não parou por aí a perseguição dos “agentes titistas”, inclusive com

<sup>6</sup> Andzej Paczkowski e Karel Bartosek. “A outra Europa vítima do comunismo”, in Stéphan Courtois *et. al.*, *op. cit.*, pp. 427-537.

processos públicos e espetaculares. Na Albânia (cuja direção comunista outrora fora bastante ligada aos iugoslavos), executou-se o veterano da resistência K. Xoxe. A Hungria executou o ministro do Interior L. Rajk, junto a vários “colaboradores”. Na Bulgária, ocorreu um processo contra T. Kostov, antigo secretário geral da Internacional Comunista, numa tentativa de “internacionalizar” o suposto complô de Tito contra a União Soviética. Na Checoslováquia, um conselheiro soviético diria, irritado contra os poucos processos abertos contra os supostos agentes de Tito: “Fui mandado por Stálin, para organizar os processos. Não tenho tempo a perder. Não vim à Checoslováquia para discutir, vim aqui para cortar cabeças. Prefiro torcer 150 pescoços a deixar que o meu seja torcido”.<sup>8</sup> O processo resultaria, em 1951, em uma acusação contra o próprio secretário geral do partido comunista Checo, Slansky, junto com B. Geminder (importante dirigente do *Cominterm*), após acordo de Moscou com o presidente checo K. Gottwald. O processo Slansky seria o mais espetacular desde o Grande Terror, culminando na condenação à morte do próprio Slansky e de mais 10 quadros comunistas (e 3 prisões perpétuas), em que quase todos os acusados tinham origem judaica. Na Checoslováquia, seguiriam-se outros processos derivados deste, chegando a 6 grandes processos em 1954, mesmo com Stálin já morto (no início de cada processo, o secretariado do partido comunista checo estabelecia previamente as atas de acusação e as penas).<sup>9</sup>

Ao antititismo seguiriam-se outras campanhas, como o anti-sionismo e o anti-americanismo, quase todos contando com determinante ingerência de Moscou, cada qual muito relacionado com a situação política internacional de cada época e servindo para Stálin impor a submissão total do movimento comunista internacional e a “satelização” do Leste Europeu. Cada dirigente processado também era transformado em “bode expiatório”, cujos erros explicavam os insucessos do regime. O medo das camadas dirigentes servia para criar obediência absoluta ao Partido e aos soviéticos. A Checoslováquia foi um dos países mais visados por estes processos, numa época em que, além da Guerra da Coréia (1950-51), Stálin previa uma guerra europeia em 1953. A Checoslováquia, um país que tinha uma forte indústria de armamentos, a partir de 1949 passou a ser praticamente obrigado a fornecer armas apenas ao campo soviético, além de ser levado a militarizar totalmente sua economia e sociedade. Também Moscou praticamente pilhou as minas de urânio checoeslovacas.<sup>10</sup> Como podemos ver, quando a

---

<sup>7</sup> Ibid.

<sup>8</sup> Likhatchev, cit. In. Ibid., p. 504.

<sup>9</sup> Ibid.

<sup>10</sup> Ibid.

Checoslováquia foi invadida pelas tropas soviéticas, em agosto de 1968, esta não seria a primeira ingerência de Moscou contra o país.

### Revoltas e cismas

A tendência de Moscou foi de forçar a estrita unidade de seu Bloco no Leste Europeu, da qual tirava proveitos políticos, estratégicos e econômicos. Logo, porém, as tendências cismáticas ou o desejo de uma maior autonomia pulularam no Bloco, em diversos momentos e com vários motivos, incitando respostas também diferentes de Moscou. Nos países em que foi conquistada, a autonomia relativa em relação a Moscou foi construída praticamente “de cima para baixo”, pelas direções dos partidos-Estado. Se a ideologia justificaria as cisões e as oscilações nas relações com Moscou (algo que também ocorria com a China de Mao), as causas sempre estiveram muito mais relacionadas a questões econômicas, políticas e geopolíticas.

A Iugoslávia foi o primeiro país socialista do Leste europeu a afastar-se do domínio completo da União Soviética, a partir de 1948. A Iugoslávia, país cuja unidade nacional sempre foi uma das mais artificiais já conhecidas, que se destroçou após o fim do Bloco Soviético, foi uma criação de França e Inglaterra no fim da Primeira Guerra Mundial. Tinha a função de ser mais um “Estado-tampão” entre a União Soviética e a Europa Ocidental. Reuniram-se em torno da monarquia sérvia os “povos eslavos do sul” (pois Iugoslávia significa “terra dos eslavos do sul”). Desde sempre, o país foi um amálgama irresolvido de povos (sérvios, croatas, eslovenos, bósnios, húngaros, albaneses etc.), religiões (cristão ortodoxos, católicos e muçulmanos), alfabetos (cirílico e latino) e línguas. Durante a Segunda Guerra, os nazistas ocuparam o país, criaram um Estado fantoche com os croatas, mas acabaram expulsos – não pelo Exército Vermelho, mas por guerrilheiros, destacando-se os comunistas liderados por Tito.<sup>11</sup> Na Iugoslávia, uma mistura de guerra civil, étnica e pela libertação, entre as diferentes guerrilhas formadas, durante a Segunda Guerra, produziria um milhão de mortos (numa população de 15,5 milhões).<sup>12</sup>

Tito recusou-se a repartir o poder com antigos representantes da monarquia sérvia, como lhe ordenara Stálin, que então formava governos de coalizão no Leste Europeu. Tito começou a formar um regime socialista à revelia de Stálin. Em 1947, na formação do *Cominform* (o bloco econômico dos países socialistas), Tito se opôs à ingerência soviética excessiva nos assuntos internos dos países do Leste Europeu. O ponto central da discórdia foi a formação de empresas

<sup>11</sup> Jayme Brener. *op. cit.*

<sup>12</sup> Andzej Paczkowski e Karel Bartosek. *op. cit.*

de capital soviético-iugoslavo (que Tito considerava uma forma de controle da economia do país pela União Soviética). Em 1948, a ruptura foi anunciada. Imediatamente, Stálin iniciou uma campanha internacional contra Tito, fazendo-o tentar aproximar-se do Ocidente e dos novos países formados com a descolonização, participando do “Movimento dos Países Não-alinhados”, o terceiro mundismo. Como diferenças em relação ao regime soviético “puro”, na Iugoslávia havia uma certa tolerância às greves que já ocorriam nos anos 1950, além do estabelecimento, nos anos 1960, da autogestão nas fábricas – dando certo papel de participação aos trabalhadores nas decisões das fábricas. Já em 1953, Tito começou a dissolver as comunas rurais, uma outra marca do stalinismo. Tito também arquitetou um sistema federativo, garantindo direitos iguais a todos os povos do país, criando seis repúblicas autônomas e mais duas regiões autônomas nos anos 60, não realizando um análogo da “russificação” das minorias como se fez na União Soviética (copiada pela “bulgarização” e “chequização” em outros países do Leste).<sup>13</sup> Apesar disto, o regime comunista iugoslavo ainda se caracteriza como uma pequena alteração do modelo soviético de economia, sociedade e Estado. Os conflitos com Stálin referem-se menos à questões ideológicas e mais à resistência iugoslava de submeter-se política e economicamente a Moscou.

Em junho de 1948, o *Cominform* condenou a Iugoslávia de Tito e convocou a deposição deste regime. A Iugoslávia desafiou o centro do império comunista, criando uma situação tensa entre os próprios comunistas. Ela fechou totalmente as suas fronteiras, enquanto os tanques soviéticos se postaram diante delas – o país foi levado à miséria e fome piores ainda que aquelas enfrentadas durante a Segunda Guerra Mundial. Faltou pouco para uma guerra em 1948 e 49 entre os dois países. Na Iugoslávia, Tito reprimiu dezenas de milhares de comunistas fiéis ou supostamente fiéis a Moscou, colocando-os em campos de concentração, fazendo uso inclusive dos meios de “reeducação” testados no campo de Pitesti (Romênia). Além das torturas, os presos quebravam o dia todo pedras que, ao final eram jogadas ao mar (imitando campos nazistas). Por outro lado, “agentes titistas” foram perseguidos nos demais países, inclusive com processos públicos espetaculares, como vimos.

Após a morte de Stálin, em 1953, houve a tendência da Iugoslávia reaproximar-se de Moscou, principalmente após o discurso de Krushev no XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética, em 1956. No entanto, o mesmo discurso provocaria novas e ainda mais sérias cisões ou tentativas de maior autonomia dentro do Bloco Soviético. De um lado, partidos-

<sup>13</sup> Jayme Brener. *op. cit.*

Estado e lideranças que temiam a extensão da denúncia do “culto à personalidade”, imputada a Stálin, para os demais “monarcas” dos Estados comunistas – como a Albânia de Enver Hoxha e a China de Mao Zedong. Do outro lado, partidos e, principalmente, populações que esperavam uma real abertura econômica e política com a crítica ao stalinismo, como a Polônia e a Hungria. A Albânia só iria declarar seu rompimento em 1968, não por um movimento democrático interno, mas por opção do líder Enver Hoxha de alinhar-se ao dirigente chinês Mao Zedong. Mas a reação de Brejnev não foi a mesma dispensada à Checoslováquia, talvez porque entre os dois países estava a Iugoslávia, além da menor importância econômica e estratégica da Albânia.<sup>14</sup> A Romênia também foi um caso lento de cisão conduzida de cima para baixo. A Romênia começou a distanciar-se de Moscou em 1965, liderada por Nicolae Ceausescu, que pregava um “socialismo nacionalista”. Em 1968, Ceausescu se recusaria a participar das tropas do Pacto de Varsóvia que invadiram Praga.

Porém, apesar da autonomia relativa conquistada, Iugoslávia, Albânia e Romênia, principalmente os dois últimos, eram internamente regimes comunistas altamente repressivos. Na Romênia, a grave crise econômica nos anos 1970 provocou forte contestação, com amplas greves em 1977, que se repetiram nos anos 1980, sempre com repressão muito dura de Ceausescu que, no dismantelar do Bloco Soviético, teria um trágico fim, executado por rebeldes.<sup>15</sup>

A morte de Ceausescu foi um caso extremo do que ocorreu após a queda dos regimes comunistas no Leste Europeu e na União Soviética. Por muito tempo, na União Soviética e nos seus satélites da Europa Oriental, a maioria das pessoas, mesmo discordando do regime sob o qual viviam, optaram pela tranquilidade e gestos formais de apoio ao sistema em eleições e manifestações: “A grande maioria votava nas falsas eleições para evitar conseqüências desagradáveis, embora não muito sérias; eles participavam das marchas obrigatórias... Os informantes da polícia eram facilmente recrutados, conquistados por privilégios miseráveis, muitas vezes concordando em servir como resultado de uma pressão muito branda”.<sup>16</sup> Mas este apoio formal seria substituído por denúncias furiosas após a queda destes regimes, principalmente em países com linha-dura.

Mas nunca no interior das populações reprimidas deixaram de surgir manifestações diretas ou indiretas de desagrado, resistências passivas e ativas contra o processo de sovietação,

<sup>14</sup> José Arbex Jr. Guerra Fria. Terror de Estado, política e cultura, São Paulo: Moderna, 1997.

<sup>15</sup> Andzej Paczkowski e Karel Bartosek. op. cit.

nem mesmo passetas, atos de protesto, greves, publicações independentes e formação de organizações autônomas. De um pico de revoltas reativas contra o processo de sovietação, no início, junto a uma terrível repressão – em que o exemplo da Polônia é um dos extremos –, os regimes desenvolveram esta concordância formal pela população, numa assimilação frágil e defensiva da doutrina “marxista-leninista” pregada oficialmente. A população era submetida à grande vigilância, que atingiria os extremos na Alemanha Oriental nos anos 1970 e 80. Milícias e organismos repressivos estavam especialmente atentos a setores mais “perigosos” (camponeses, operários, estudantes e intelectuais) e mecanismos de assimilação burocrática podiam funcionar para disciplinar algum movimento ou indivíduo mais dissidente (como tentaria o governo polonês com o sindicato “Solidariedade”). Por outro lado, os regimes passaram ao mundo, durante muito tempo, uma sensação de calma interna (construída pelo terror, nos primeiros tempos, e mantida depois pela vigilância constante), inclusive porque não faziam muita questão de divulgar seus problemas de inquietação social, até pelo contrário (dado a posse estatal da mídia e da informação). Apesar disto, aconteceram sérias revoltas e dissidências dentro do Bloco Soviético. E elas são muito importantes aqui, dado a participação crucial em algumas delas dos estudantes e de jovens gerações de trabalhadores – o que aconteceu também na Revolução Cultural Chinesa.

Como na Checoslováquia em 1968, também na Polônia e Hungria em 1956 a mobilização social começou através de escritores e semanários literários (*Nowa Kultura* e *Irodalmi Ujsag*) em luta contra a censura, pela liberdade artística e exigindo as verdades sobre os “abusos” do stalinismo. Em seguida, os estudantes mobilizaram-se, exigindo liberdade de expressão, de manifestação (autorizada pela Constituição mas proibida pela polícia), organizando discussões e manifestando-se nas ruas. Finalmente, entrava em cena a classe operária que fazia colunas nas ruas, elegia conselhos operários, fazia greves e manifestava-se. Enquanto isto, o aparelho do partido no poder rachava ou voava em pedaços.<sup>17</sup>

Uma das primeiras manifestações registradas na era pós-Stálin aconteceu em junho de 1953. Eram os pedreiros que construíam a Avenida Stálin em Berlim Oriental, revoltados contra uma baixa salarial disfarçada. Em greve, exigiam não apenas melhores condições de vida, mas também a democracia. O movimento foi reprimido violentamente em 17 de junho por ação do Exército Alemão Oriental, coordenada pela KGB (a polícia secreta da União Soviética), com

<sup>16</sup> Leszek Kolakowski, em 1992, *cit. In* Eric Hobsbawn. *op. cit.*, p. 472.

<sup>17</sup> Pierre Broué. *A primavera dos povos começa em Praga*, São Paulo: Kairós, 1979.

cerca de 51 mortos e 13 mil detidos oficialmente.<sup>18</sup>

Três anos depois, um outro evento que prometia certa abertura, o relatório de Krushev, deu início a uma nova onda de revoltas sociais. Primeiro, na Polônia, cuja histórico de relações com a União Soviética já era marcada por tragédias e terror. Em 1920, Lenin mandara o Exército Vermelho avançar sobre Varsóvia, mas este fracassou diante de forte reação nacional polonesa. A paz foi assinada em 1921. Stálin, o responsável pela fracassada operação, além de vingar-se mais tarde dos seus críticos de então (Trotski e Tukhatchevski), faria os poloneses ao seu alcance (soviéticos ou não) sofrerem todas as fases do terror stalinista: eles seriam 10% do total de vítimas do Grande Expurgo (que eliminaria o Partido Comunista Polonês) e 40% do total das vítimas das operações contra as minorias nacionais, em torno da Segunda Guerra Mundial. Por ocasião da ocupação soviética da Polônia, entre 1939 e 1941, cerca de 340 mil indivíduos foram deportados (de acordo com dados da polícia política soviética), pelo menos 30 mil executados e cerca de 100 mil morreram durante os transportes para os campos ou nos campos de concentração, além de outras centenas de milhares de algum modo vitimados pela repressão soviética – cerca de 10% dos poloneses, 1 milhão de indivíduos, sofreram uma ou outra forma deste terror.<sup>19</sup>

Também na Polônia formou-se uma polícia política nos moldes da soviética. Em todas as fases da repressão do Estado comunista polonês à sociedade, sempre a polícia política esteve à disposição do centro de decisão do Partido ou de alguns de seus responsáveis. Numa primeira fase da política polonesa, após a expulsão dos nazistas, os comunistas buscaram constituir seu poder controlando a polícia política e órgãos de repressão, usados para ganhar a totalidade do Estado, reprimindo seus concorrentes e levantes populares em dadas regiões do país (contra os quais se usou até mesmo a deportação, como os ucranianos do Sudeste, 140 mil deles enviados para outras regiões do país). Em 1948, vencidas as principais resistências, o poder comunista partiria à fase de “sovietização” da Polônia. Aliás, em 1948, todos os países do Leste Europeu tiveram seus partidos socialistas absorvidos pelo Partido Comunista nacional, desenvolvendo-se o sistema de partido único, centralizando a gestão da economia, partindo a um modelo de industrialização seguindo “planos quinquenais”, começando a coletivização da agricultura, a luta contra as Igrejas e, segundo muitos analistas, a generalização e banalização do “terror de massa” – buscando submeter a sociedade civil em seu conjunto. Na Polônia, o ministério da Segurança

---

<sup>18</sup> José Arbex Jr. *op. cit.*

<sup>19</sup> Andzej Paczkowski e Karel Bartosek. *op. cit.*

passou a construir uma imensa rede de organizações para o controle da população: Serviços de Proteção (nas empresas), Milícia e Comissão Extraordinária para a Luta contra Abusos e a Sabotagem (contra os que resistiam à coletivização no campo e dentro das cooperativas agrícolas) etc. Em 1953, 1/3 da população adulta polonesa, cerca de 5 milhões de indivíduos, estavam fichados como suspeitos nos arquivos de segurança.<sup>20</sup>

Em 1956, estimulados pela denúncia do stalinismo pelos próprios soviéticos, em junho aconteceu uma grande revolta operária em Poznan, cuja greve e manifestação contou com dezenas de milhares de pessoas que também realizaram ações contra edifícios públicos. Os manifestantes chegaram até a usar armas de fogo. Mas a reação foi ainda mais violenta, inclusive com o uso de tanques do Exército, causando 70 mortes, centenas de prisões e dezenas de processos. Mas os intelectuais e estudantes, em campanhas, mantiveram a agitação social que explodiu novamente em outubro: a imprensa recheou o país com denúncias, jovens em todo o país fizeram poemas de protesto e as manifestações de rua generalizam-se. O partido, rachado, sob ameaça de intervenção das tropas russas no país, aceitou uma das exigências do movimento, libertando Gomulka da prisão e levando-o de volta ao poder no país. Gomulka e o Partido Comunista conseguiram contornar a situação, inclusive propondo a descoletivização da agricultura. Mas, ao lado de novas formas de vigilância e repressão social, o partido polonês teve de reconhecer tacitamente a autonomia e a força cada vez maior de sua classe operária.<sup>21</sup>

Na Hungria, entretanto, o Partido Comunista desejou não apenas contornar as revoltas, mas encaminhar-se para uma verdadeira autonomia do país, motivando a intervenção militar e política da União Soviética, em 1956. A intervenção foi facilitada pelo fato do Exército Vermelho possuir no país tropas estacionadas. A rebelião húngara começou quando o dirigente máximo húngaro, Rakosi (ligado à repressão, principalmente ao processo Rajk), foi substituído por Imre Nagy (que outrora fora marginalizado por críticas à direção do partido e ao modelo de industrialização pesada imposto ao país). Mas as mudanças no Partido Comunista Húngaro levaram à desestabilização não apenas o partido, mas todo o país. Os estudantes húngaros tomaram a iniciativa, quando começaram a abandonar a Liga Comunista da Juventude Operária. Em outubro, estudantes da Universidade de Szeged fundaram uma organização independente, sendo imitados por outros estudantes de todo o país. As primeiras assembléias massivas em Budapeste logo passaram das questões estudantis para as nacionais. Os estudantes fizeram uma

---

<sup>20</sup> Ibid.



manifestação em 23 de outubro em Budapeste, a primeira após muitos anos, e uma multidão de populares aderiu. A polícia atacou os manifestantes e começou a violência, com a multidão chegando a atacar a sede do Partido Comunista e o quartel da polícia secreta (linchando vários) e derrubando a estátua de Stálin. No dia seguinte, se organizou em Budapeste o primeiro Conselho de Trabalhadores, na Fábrica de Lâmpadas Incandescentes, e, dias depois, uma rede de conselhos cobria o país, declarando-se uma greve geral. Decidido a resolver problemas econômicos e aumentar a autonomia do país, o governo de Imre Nagy havia proposto medidas liberalizantes, com amplo apoio popular, como o fim do sistema unipartidário. Mas a pressão popular levou-o também a declarar a retirada do país do Pacto de Varsóvia. Assustada, Moscou enviou suas tropas para pôr fim às manifestações populares, temendo que a desestabilização sócio-política contaminasse todo o Leste Europeu.<sup>22</sup>

A primeira intervenção russa se deu na madrugada de 24 de outubro de 1956, em Budapeste, estendendo-se até o dia 30. A segunda, a partir do dia 3 de novembro, que gerou combates violentos de 6 a 14 de novembro. Novos confrontos armados se deram em dezembro, com manifestações de rua e 131 mortos por disparos de tropas húngaras e soviéticas em Salgotarjan. O total da repressão faria cerca de 3 mil mortes, 2 mil só em Budapeste, além de 15 mil feridos. Do lado soviético, 350 mortes, 37 por fuzilamento vingativo ou linchamento. Seguiu-se a repressão com ativa participação da polícia militar soviética até o início de 1957, atingindo mais de 100 mil pessoas – 200 mil evitaram-na emigrando. Também ocorreu o processo contra Imre Nagy, findado em 1958 com sua execução – Nagy acabaria eleito pelo movimento popular como seu símbolo. Nagy só seria reabilitado em 1989 e, ainda em 1988, a polícia reprimia uma manifestação que comemorava o aniversário de sua execução.<sup>23</sup>

Um fato interessante, e revelador, foi que, diferente do que aconteceria nas próximas crises no Bloco Soviético, os governos do Primeiro Mundo pouco exploraram esta crise, não denunciando a intervenção militar e política de Moscou na Hungria. Demonstrava-se o bom funcionamento, naquele momento, do acordo tácito entre as superpotências sobre os limites da influência de cada uma. Mas, para alguns admiradores do comunismo, o rompimento começava,

<sup>21</sup> Eric Hobsbawn. *op. cit.*; Pierre Broué. *op. cit.*; José Arbex Jr. *op. cit.* e Andzej Paczkowski e Karel Bartosek. *op. cit.*

<sup>22</sup> José Arbex Jr. *op. cit.*; Marco Aurélio Garcia, “Praga – 1968, trinta anos depois”, in. *Sociedades em transformação*, Boletim Trimestral do Centro de Estudos sobre Países Socialistas em Transformação, São Paulo, Universidade de São Paulo, ano IV, n. 4, abril/maio/junho de 1998, pp. 2-5; e Lewis S. Feuer. *El cuestionamiento estudiantil del establishment. En los países capitalistas y socialistas*, Buenos Aires: Paidós, 1971.

<sup>23</sup> Andzej Paczkowski e Karel Bartosek. *op. cit.*

como Jean-Paul Sartre, que chegou a filiar-se ao Partido Comunista Francês no início dos anos 1950. A intervenção na Hungria desencantou-o: “Acreditei pelos anos 50-52 que a União Soviética queria sinceramente a paz. E depois, em 1956, compreendi que eles tinham submetido militarmente e continuavam a submeter os países da Europa central, política e economicamente”. A União Soviética exercia mesmo uma “ditadura imperialista” (o termo deixa de ser exclusivo das potências do mundo capitalista e se refere ao país central do comunismo).<sup>24</sup>

A não-passividade de setores das sociedades submetidas à “ditadura imperialista” soviética reapareceu inclusive dentro da União Soviética. É a *intelligentsia* dissidente, ou dissidência, revelada para o mundo nos primeiros processos públicos na União Soviética pós-Stálin, em fevereiro de 1966, que condenariam à prisão os escritores Andrei Siniavski e Iuri Daniel. Antes, contra a prisão destes escritores, havia sido organizada em 5/12/1965 uma manifestação com 50 pessoas numa praça em Moscou (algo considerável num país saído do terror stalinista). Os dissidentes somariam algumas centenas de intelectuais nos anos 1960 e entre mil e 2 mil nos anos 1970. Eles não negavam as leis do regime, mas, antes, pediam sua estrita obediência, inaugurando um novo modo de contestação dentro do Bloco Soviético. Recusavam a clandestinidade, pregando um movimento transparente, com atos muito públicos, inclusive para atrair a cobertura de jornais estrangeiros. Vários dos grupos dissidentes revelavam, em seus nomes, a intenção de reconstruir o socialismo, a partir de bases mais puras (o “leninismo”) ou mais democráticas: “Grupo de Iniciativa pelos Direitos Humanos”, “Partido dos Verdadeiros Socialistas”; “Organização de Luta pela Justiça Social”; “Grupo Marxista das idéias”, “Leninismo em prática”; “Todo o Poder para os Sovietes”; “União Democrática do Socialismo”; “Partido das Democracias Comunistas” etc. A dissidência conseguiu o apoio da opinião pública mundial, o que foi determinante para seus sucessos, principalmente após aparecer o livro de Alexandre Soljenitsyne, *O arquipélago do Gulag* (em 1973), que motivou a sua expulsão da União Soviética. O tema da dissidência torna-se muito importante na Conferência sobre a Segurança e Cooperação na Europa, realizado em 1973 em Helsinque, e até a União Soviética assinou o ato final. Tal acontecimento reforçou a posição dos dissidentes. Eles, que estavam implantados apenas em poucas cidades, organizaram então os “Comitês de Vigilância dos Acordos de Helsinque”, transmitindo ao mundo os casos de violação dos direitos humanos – na verdade, este trabalho já era feito, mas com muitas dificuldades, desde 1968 através de um boletim clandestino (*Crônica dos*

<sup>24</sup> Sartre, in: Phillippe Gavi, Jean-Paul Sartre e Paul Victor. *Porquê a revolta? Debates*, Lisboa: Sá da Costa, Coleção Utopia, 1975, p. 32-3.

*Eventos Correntes*). Os dissidentes conseguiram, assim, internacionalizar a questão dos direitos humanos na União Soviética, o que acabou sendo um certo freio à repressão policial que, em épocas de relaxamento do interesse internacional pela questão, entretanto, aproveitava para realizar mais prisões (entre 1968 e 1972 e entre 1979 e 1982).<sup>25</sup> Muitos dos condenados, foram submetidos a tratamentos desumanos nos “hospitais psiquiátricos especiais”, além de torturados e chantagados.

Além dos dissidentes intelectuais, Broué mostra a existência de grupos operários de contestação que usavam táticas de protesto e reivindicações semelhante aos dos dissidentes intelectuais, como o “Movimento Democrático da União Soviética”, em Leningrado. Mas seus sete membros, operários, foram condenados a um hospital psiquiátrico. Eles haviam declarado: “Nossa sociedade está doente, é preciso curá-la. É preciso estabelecer uma verdadeira política leninista e construir o comunismo”.<sup>26</sup> Também se formara um sindicato independente pela defesa dos operários, em 1975, por iniciativa de um grupo de operários que se encontrou no salão do *Presidium* do Partido Comunista da União Soviética, em Moscou – contava inicialmente com apenas 38 membros, número que aumentou para mais de 200 em 1978, em sua maioria desempregados, quando decidiram registrar legalmente os estatutos de sua organização. Seus líderes então foram internados em hospitais psiquiátricos.<sup>27</sup>

O movimento de dissidentes intelectuais também se daria em alguns países do Leste Europeu, como na Checoslováquia, inclusive como um reflexo da Primavera de Praga. Em 1977, vários dos expurgados do Partido Comunista elaboraram a “Carta 77” – um programa mínimo de reformas democráticas. O grupo se cindiu, entretanto, e duas cartas diferentes foram publicadas – dos grupos “Dez anos após a Primavera de Praga” (desejosos da recuperação das mudanças políticas de 1968) e “Cem anos de socialismo Checo” (dos que buscavam ir além do que consideraram como o “reformismo” de 1968). Nesta mesma época, na Alemanha Oriental, o governo perseguiu o filósofo Robert Havemann e Rudolf Bahro (condenado pelo livro *A alternativa*). O cantor Wolf Biermann, amigo de Havemann, muito popular entre os jovens, foi expulso do país, causando agitação e repercussão para além dos meios intelectuais, entre os operários e principalmente os jovens. Também funcionavam clandestina ou semi-clandestinamente grupos de estudo do marxismo formados por jovens operários, que também

<sup>25</sup> Nicolas Werth. “Um Estado contra o povo. Violência, repressão e terror na União Soviética”, in: Stéphane Courtois et al., *op. cit.*, pp. 47-318.

<sup>26</sup> Pierre Broué, *op. cit.*, p. 12

<sup>27</sup> Pierre Broué, *op. cit.*

discutiam os problemas políticos e sociais do país. Dentro do próprio Partido Comunista, alguns membros insatisfeitos elaboram um “manifesto dos comunistas democratas” (revelado ao resto do mundo em 1978).<sup>28</sup>

### Movimentos estudantis

Um outro tipo de mobilização social no Leste Europeu, do qual nós já fizemos algumas menções, foram os movimentos estudantis, nosso tema essencial. Em muitos países do Leste Europeu, jovens universitários e até jovens trabalhadores começaram a formar pequenos grupos ou círculos, com diversos objetivos, mas autônomos ou à margem das organizações oficiais. Isto se deu certamente na Polônia, Iugoslávia e Checoslováquia (onde iriam ocorrer movimentos juvenis importantes em 1967 e 1968), mas também na Hungria e até na União Soviética. Eram grupos de estudo do marxismo e de filosofia, grupos para práticas de artes e recreação etc. Alguns deles iriam se politizar bastante, começando a pôr em causa o monopólio do poder e da ideologia nas mãos do partido-Estado. Multiplicaram-se estes círculos nos momentos de efervescência juvenil e social, enquanto outros deram origem a verdadeiros “soviets” estudantis e operários. Após o discurso de Kruschev, em 1956, vários destes grupos na União Soviética propuseram formas alternativas de marxismo, flertando inclusive com o existencialismo. As associações estudantis tinham dificuldades até para conseguir mimeógrafos, mas, apesar disto, circulavam panfletos e revistas produzidas clandestinamente. Em 1956, chegaram a circular pelo menos 5 periódicos estudantis clandestinos, como *Vozes Novas* e *Heresia*. Em 1963, circulou o periódico *O coche fúnebre da arte*, de um grupo de “marxistas-futuristas”.<sup>29</sup> Títulos que evocavam a juvenilidade, formas heterodoxas ou “heréticas” de socialismo e inter-relação política/arte – todos temas e *práxis* presentes nas novas esquerdas e movimentos juvenis em todo o mundo nos anos 1960.

Este parentesco com a Nova Esquerda se observa também nos movimentos estudantis do Leste Europeu. Em geral, eles seguem um modelo que não era exclusivo do Leste Europeu, que já se apresentou nos movimentos do Terceiro Mundo e repetirá-se com os do Primeiro Mundo. Assim, geralmente o movimento começa com questões aparentemente banais, mas que se referem a formas de repressão cultural, tolhimento das liberdades comportamentais ou mesmo problemas de infra-estrutura universitária: uma peça censurada na Polônia, problemas com comida e moradia na Universidade de Belgrado, um número da revista estudantil censurada

<sup>28</sup> *Ibid.*

<sup>29</sup> Lewis S. Feuer. *op. cit.*

pelo governo também em Belgrado, a falta de luz em uma universidade de Praga etc. Em seguida, não é incomum repetir-se esta evolução: da questão cotidiana universitária e/ou cultural, emergem manifestações, protestos ou passeatas estudantis que são reprimidas pelo Estado com força desmesurada; da reflexão sobre a violência estatal e do reforço da revolta estudantil como auto-defesa, emergem questões mais amplas que verbalizam tensões sociais crescentes ou dormentes (no caso do Leste Europeu, temas como unipartidarismo, monopólio do poder, dependência a Moscou, exploração econômica, censura, estrito controle dos comportamentos, denúncias de crimes cometidos no período stalinista, questões étnicas mal resolvidas etc.).

Assim como se vira no mundo “ocidental”, a movimentação política ocorre paralela ou conjuntamente com um renascimento de certas artes e letras – no caso do Leste Europeu, a efervescência literária e a imprensa alternativa se destacam. Outras características dos movimentos estudantis “ocidentais” repetem-se: o “assembleísmo”, a criação de múltiplas organizações autônomas e a busca da integração com os trabalhadores, principalmente com os operários – a conjunção entre movimentos operário e estudantil se verificaria na Hungria e Polônia em 1956, seria dificultada pelo governo (que até tentou jogar o operariado contra os estudantes) na Polônia e Iugoslávia, em 1968, mas seria conseguida de novo na Primavera de Praga.

Mas há especificidades dos movimentos juvenis no Bloco Soviético. Eles têm duas limitações principais. Primeiro, dado o peso gigantesco do aparelho do partido-Estado, os jovens ou não desejam ou têm dificuldades para ficar totalmente à margem ou ignorar este partido-Estado: é para ele que se dirigem as reivindicações, é dele que se espera o diálogo e a abertura, membros progressistas do partido tomavam-se referências e ícones para os movimentos e um número importante de lideranças dos movimentos são membros do partido ou estão a ele ligadas. É claro que a atração ao partido-Estado ou aos seus setores reformistas não era simplesmente uma acomodação. Muitas vezes era uma estratégia necessária para o desenvolvimento e a legitimação do movimento. Por outro lado, como veremos, em alguns momentos uma ruptura mais séria esboçou-se (na Primavera de Praga e Iugoslávia) e até parece ter se efetivado (na Polônia). Outra limitação, ao mesmo tempo uma rica fonte ideológica e de apoio, é o fato das revoltas estudantis, em geral, tomarem como referência o universo temático da dissidência. Estudantes e dissidentes não negam, ao menos oficialmente, o socialismo, e às vezes até pedem sua purificação – invocando um velho exemplo, como Lenin, ou um novo símbolo, como Che Guevara. Se protestam a favor da democratização e contra o

unipartidarismo, a burocratização, a repressão cultural e a censura, no entanto (diferente do que aconteceria na China em 1989) não se invocam os ícones do regime oposto, o capitalismo ou a democracia ocidental, para substituir o socialismo.

Os dados sobre as revoltas estudantis em 1968 e 1969 indicam que ocorreram, neste período, 11 eventos na Polônia, 3 na Iugoslávia, 5 na Checoslováquia e 1 na Alemanha Oriental. Outros dados, no jornal francês *Le Monde*, sobre o último trimestre de 1967 e o primeiro semestre de 1968, indicam 50 atos de protesto estudantil na Polônia, 32 na Checoslováquia, 11 na União Soviética e 14 na Iugoslávia.<sup>30</sup> Ou seja, o ápice da onda mundial de revoltas juvenis também atingiu o Bloco Soviético entre 1967 e 1969, ou melhor, a onda assim fez-se completar e tomar-se ainda mais ampla e consistente. Uma incipiente Nova Esquerda também desenvolveu-se aí nestes anos, como é demonstrado na Hungria, onde estudantes de Lukács começaram a chamar-se de novo esquerdistas, e na União Soviética, onde o meio estudantil viu surgirem palavras familiares à Nova Esquerda “ocidental”, como *kontrkultura* (contracultura), *kippi* (hippie), *kampus* (*campus*), *tich-in* (*teach-in*, termo inglês para aulas alternativas em locais ocupados), *stsiientism* (cientificismo) etc.<sup>31</sup>

Valeria a pena refletir sobre a hipótese de que um mesmo mito “produtivista” e “tecnicista” estava por trás do objeto da ira dos estudantes, em todo o mundo.<sup>32</sup> Também, sobre como se impregnava o cientificismo e a valorização da técnica nas universidades do Bloco Soviético, refazendo as contradições complexas observadas em universidades de todo o mundo, chocando-se o tecnicismo ora com o desejo de uma ciência política e socialmente engajada, ora com estruturas de ensino ultrapassadas. Muitas vezes, a crítica a esta racionalidade instrumentalizadora também se esboçou no mundo juvenil socialista, mesmo que expressa em formas que até poderiam se considerar contrastantes com o objeto da crítica, mas que mesmo assim demonstram o desejo de romper com uma rotina instalada, pouco atraente às novas gerações. Por isto, os jovens no mundo socialista vão invocar Marx, Lenin, vão pregar cartazes do Che em seus comitês, vão invocar os nomes de antigos comunistas caídos em desgraça no stalinismo ou de membros do partido que lhe pareciam mais progressistas. Uma saída “novo esquerdista” reaproxima as revoltas juvenis do Segundo Mundo com as demais, ou seja, o

<sup>30</sup> George Katsiaficas. *The Imagination on the New Left. A global analysis of 1968*, Boston: South End Press, 1987 (mapa na p. 38-39 e dados do jornal *Le Monde* sobre a incidências de protestos estudantis entre os últimos 3 meses de 1967 e junho de 1968 [p. 44-5]).

<sup>31</sup> *Ibid.*

<sup>32</sup> Sol Arguedas, “En torno a la ideología del movimiento estudiantil”, in: Jorge Carrion et. al. *Tres culturas en agonía*, Cidade do México: Nuestro Tiempo, 1969, pp. 108-169, ver p. 136.

protesto se dá no âmbito das ideologias que contestam o sistema capitalista, mas que igualmente evoluem para uma não aceitação da solução proposta pelo comunismo soviético.

Por isto, pelas suas reflexões teóricas e ações efetivas de auto-organização e manifestação, as contribuições dos estudantes do Bloco Soviético deveriam ter sido melhor reconhecidas pelos demais movimentos juvenis e da Nova Esquerda. Contribuições como o engajamento em propostas de “socialismo democrático”, o que faziam em conjunto com o esboço da redemocratização de suas vidas cotidianas e novas formas de manifestação artística e literária. Se muitas vezes adotaram ícones e modelos do bolchevismo “original” (ou do que imaginam ser), os movimentos no Leste enfatizaram muito mais os problemas sociais, econômicos, políticos, culturais e humanos do comunismo soviético posto em prática, denunciando a burocratização, a repressão, a censura, o tolhimento das liberdades individuais, as práticas de terror e a violência estatal. Fora do Bloco Soviético, as principais críticas das novas esquerdas ao comunismo soviético se fizeram contra sua moderação, sua falta de combatitividade e audácia, pensando de modo apenas secundário (pelo menos até antes da invasão da Checoslováquia, em agosto de 1968) o que para os jovens que viviam o “comunismo real” era o mais importante: a falta de liberdade e as más condições de vida.

### **Polônia**

O comunismo na Polônia caracterizou-se por uma grande rede de vigilância e repressão da sociedade, talvez só superada pela da Alemanha Oriental. Ao mesmo tempo, porém, a sociedade civil teimava em mobilizar-se autonomamente. Desde 1956, diversos setores sociais vinham manifestando-se contra o regime. A situação ficaria muito crítica nos anos 1970 e, principalmente, nos anos 1980 (em torno do sindicato independente “Solidariedade”). O “Solidariedade” iria ganhar o apoio de todos os setores sociais que após 1956 haviam se manifestado isoladamente – intelectuais, estudantes e operários. 1968 seria o ano dos estudantes, também na Polônia, destinado a entrar posteriormente na “mitologia” do movimento operário polonês autônomo. Em 1970, em Gdansk, operários em marcha cantaram ao entrar na escola Politécnica: “Nós apologizamos por Março de 68”. O “Solidariedade”, uma década depois, enfocaria não só as revoltas operárias de 1956, 79 e 76, mas também o movimento estudantil de 68, como parte da história polonesa de resistência.<sup>33</sup>

O 1968 estudantil polonês aconteceu apesar da intensa infiltração dos órgãos de

segurança na sociedade civil, apesar da enorme dificuldade de se criar organizações ilegais. Os intelectuais eram intensamente vigiados. Houveram prisões isoladas de intelectuais no início dos anos 1960 (destacando-se a de M. Wankowicz). Vigiados também eram os “heréticos” comunistas, havendo várias prisões de trotskistas e maoístas. Desde 1962, os estudantes poloneses organizavam clubes de discussão informais, como o “Clube dos Pesquisadores de Contradições”, “Clube dos Bebês Revisionistas” e o “Clube Babel”. Muitos destes clubes eram apoiados por professores universitários, como os assistentes de História e Sociologia na Universidade de Varsóvia, K. Modzelewski e Kuron, autores da *Carta Aberta ao Partido Operário Polonês* (eles seriam detidos em março de 1968 e condenados a vários anos de prisão). Em 1963 e 64, o regime fechou revistas literárias independentes e muitos dos clubes de discussão na Universidade de Varsóvia. Em 1966, os dez anos da revolta de 1956 foi ignorado pelo regime, mas celebrado pela Organização Juvenil Socialista da Universidade de Varsóvia, com o comunista Kolakowski sendo o discursante principal da cerimônia. Kolakowski seria expulso do partido no dia seguinte, enquanto seis estudantes foram suspensos das aulas.<sup>34</sup>

Chegou o ano de 1968. O início dos descontentamentos se deu logo em janeiro, quando o governo impediu uma montagem da peça *Os Ancestrais* de Adam Mickiewicz (escrita em 1831, sobre a resistência de poloneses à ocupação russa). Apesar de Mickiewicz ser o “poeta nacional” da Polônia, as autoridades acharam que na nova montagem o anti-czarismo soava anti-soviético demais. Em fevereiro, muitos estudantes protestaram contra a condenação de Janusz Szpotanski a três anos de cadeia, por ter escrito uma ópera satírica. Também se revoltaram estudantes e escritores contra o fechamento da revista independente *Dziady* e do semanário *Po Prostu* (que se destacara em 1956 a favor de mudanças no regime). Em 2 de março, o Primeiro Encontro da União de Escritores de Varsóvia aprovou uma moção que condenava a censura cultural, o que seria repetido pela União de Atores.

Na Universidade de Varsóvia, em 8 de março, uma assembléia com mais de 1500 presentes protestou contra a prisão de estudantes e escritores. A polícia reprimiu violentamente os manifestantes, que gritavam “Vida Longa aos Escritores” e “Vida longa à Checoslováquia” (referência à Primavera de Praga) e levaram as lutas para as ruas da cidade. Em 11 de março, alguns operários juntaram-se aos estudantes e enfrentaram a polícia por oito horas. No dia seguinte, novas lutas ocorreram na Universidade de Varsóvia, onde estudantes faziam um *sit-in*

<sup>33</sup> George Katsiaficas. *op. cit.*, p. 67-68.

<sup>34</sup> *ibid.* e Andzej Paczkowski e Karel Bartosek. *op. cit.*



(tática criada pelo Movimento dos Direitos Civis, dos negros norte-americanos, e imitada mundo afora pelos estudantes). Confrontos entre estudantes e polícia se deram também nas cidades de Poznan, Cracóvia e Katowice. Mais protestos se deram em Lublin, Bliwice, Gdansk, Lodz, Szczecin e Wrocław.

Em 13 de março, estudantes de Varsóvia convocaram uma greve nacional dos estudantil, fazendo 30 demandas que incluíam a democratização da universidade, libertação dos presos, liberdade de imprensa, assembléia e expressão. Segundo Broué, os estudantes poloneses pregavam a “luta contra a censura, a denúncia de todas as práticas correntes que violam a Constituição, reivindicação da liberdade de informação e de discussão, do direito de organização fora dos quadros burocráticos oficiais, apelo aos operários em favor de um combate comum contra a burocracia e pela democracia socialista”.<sup>35</sup> Ocorreram atos com milhares de estudantes, mas a participação da classe operária foi muito cerceada – o que tornou mais fácil ao regime prender milhares de estudantes e evacuar os ocupantes das universidades. Inúmeros operários tentaram ajudar os estudantes, através de delegações de fábricas que distribuíram alimentos e com greves operárias de solidariedade (mas estas eram imediatamente esmagadas). Manifestação operária em Nowa-Huta tiveram centenas de feridos por cães utilizados pela polícia, repressões que também ocorreram em Katowice, Cracóvia, Gdansk e Wrocław. Nos idos de maio, o governo conseguiu fazer com que o movimento estudantil cessasse. 2700 estudantes e intelectuais foram detidos e mil levados a tribunais, dezenas condenados à prisão e centenas requisitados pelo Exército. Também nas universidades, muitos professores e funcionários foram demitidos (vários apenas por seus filhos terem participado das manifestações), o mesmo ocorrendo com os operários grevistas.<sup>36</sup>

A revolta estudantil e intelectual de 1968 na Polônia era também um reflexo, assim como seria na Iugoslávia, da “Primavera de Praga”, ainda que não exclusivamente. As teses do socialismo humanista, da democratização sócio-política e da ampla reabilitação das vítimas políticas também povoaram, em muitas versões e interpretações, é claro, as universidades e a *intelligentsia* dissidente da Polônia. Se os estudantes checoslovacos várias vezes manifestariam solidariedade aos poloneses, a linguagem das assembléias estudantis e dos artistas na Polônia

<sup>35</sup> Pierre Broué, *op. cit.*, p. 209.

<sup>36</sup> George Katsiaficas. *op. cit.*; Daniel Aarão Reis Filho. 1968. *A paixão de uma utopia*, Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998, 2ª ed.; Andzej Paczkowski e Karel Bartosek. *op. cit.*; Fernando Perrone. *Relato de guerra: Praga, São Paulo, Paris*, São Paulo: Busca Vida, 1988; Pierre Broué, *op. cit.*

também lembraria a usada na Primavera de Praga.<sup>37</sup> Como um exemplo dos novos temas, em 1968 o polonês Zigmunt Bauman escreveria em suas “Teses do Programa da Nova Geração”: “O objetivo principal de nossa ação, o que dá sentido e valor a nossas lutas, é a total e real libertação dos humanos, a abolição de todas as formas de escravidão humana (econômica, política, cultural etc.)... Nós lutamos pelo humanismo na prática”.<sup>38</sup>

Apesar da mobilização intelectual e estudantil na Checoslováquia ser ainda anterior à “Primavera”, ela se multiplicaria após as mudanças na cúpula do Partido Comunista e as propostas reformistas de Dubcek. Dubcek teria uma relação com os movimentos que ia do estímulo à busca de canalização dos protestos sociais, sendo levado à repressão apenas depois da intervenção militar soviética. Já na Polônia, a mobilização começou menos como estímulo do Estado e mais contra suas práticas de censura e repressão, apesar de Gomulka ter sido reconduzido ao poder pelo movimento de 1956. Por sua vez, o partido polonês ameaçou cindir-se no tocante à repressão do movimento, mas logo Gomulka encarregou-se de liderá-la.

A repressão na Polônia tomou como base a continuidade de uma sinistra campanha anti-sionista, que se transformara em anti-semitismo, recriando os últimos momentos da paranóia stalinista. A campanha oficial contra o “sionismo” se fazia desde 1967, depois da Guerra dos Seis Dias (entre Israel e países árabes), visando reativar o nacionalismo e o anti-semitismo contra a “velha guarda” do Partido Comunista Polonês (dado que muitos eram judeus). Por ocasião das revoltas estudantis, a ala mais nacionalista dos comunistas, destacando-se o general Moczar, responsabilizou os cerca de 30 mil judeus ainda existentes no país pelas revoltas, uma atitude que visava potencializar politicamente o anti-semitismo para retirar o poder de Wladislaw Gomulka. Mas Gomulka contra-atacou usando a mesma arma, o anti-semitismo, e aprovou o expurgo dos poucos judeus ainda existentes no partido polonês.<sup>39</sup> Levando ao extremo a linguagem do terror e da paranóia contidos no comunismo soviético, o governo polonês chegou a classificar os distúrbios estudantis de um complô “alemão-sionista-imperialista”, ou, ainda, acusou os estudantes de estarem servindo os interesses dos stalinistas e de outros políticos fracassados – era a “juventude das bananas” (que se comiam nas casas dos antigos ricos do país).<sup>40</sup> Como nos momentos mais truculentos de Stálin, os opositores reais e

<sup>37</sup> Pierre Broué, *op. cit.*

<sup>38</sup> *Cit. In.* George Katsiaficas. *op. cit.*, p. 67.

<sup>39</sup> Nelson Ascher. “Explosão do Leste”, *in.* *Folha de S. Paulo*, 10/5/1968, p. 5.7; Andzej Paczkowski e Karel Bartosek. *op. cit.*

<sup>40</sup> Andres Garrigó. *La rebeldia universitaria*, Madrid: Guadarrama, 1970.

potenciais eram enfiados num saco de gatos de categorias velhas e novas, reais ou imaginárias, criadas por um típico sociologismo vulgar.

A mobilização estudantil nunca se repetiria da mesma forma na Polónia, ainda que na greve de seis semanas em 1970-71, nos portos do Báltico, fosse criado um Comitê Estudantil de Solidariedade e surgissem propostas de universidades “selvagens” (a versão polonesa das universidades livres) em todo o país.<sup>41</sup>

## Iugoslávia

Assim como na Checoslováquia e Polónia, o centro das manifestações estudantis em 1968 na Iugoslávia foi a capital do país, Belgrado. Assim como na Polónia, os confrontos entre estudantes e forças repressivas foram muito violentos. E o partido-Estado (inclusive através da imprensa) tentou jogar os operários contra os estudantes e esteve pouco propenso a negociações. No entanto, na Iugoslávia a mobilização só foi sufocada com um ato populista – o líder, Tito, que teve sua foto de juventude adotado como o principal ícone do movimento, interferiu pessoalmente, prometendo acatar as reivindicações, dando fim às agitações. Também intelectuais e estudantes se aproximaram dentro das universidades. Em maio de 1968, ocorreu uma prévia dos temas do movimento de junho em Belgrado. Foi um debate na Faculdade de Direito, com o título “Estudantes e Política”, em que se falou sobre a possibilidade de um engajamento mais humano dentro dos movimentos esquerdistas, “opondo-se à mitologia do *‘welfare state’* com sua democracia burguesa clássica, e também aos partidos de esquerda clássicos – os partidos social democratas..., assim como os partidos comunistas que freqüentemente esqucem-se das idéias originais para as quais lutaram, freqüentemente perdendo a si mesmos em deformações burocráticas”.<sup>42</sup> Também antes de junho, cinco mil estudantes de Belgrado haviam assinado um protesto contra a repressão do movimento estudantil polonês, demonstrando o sentimento internacionalista presente em seu movimento (em agosto, fariam uma manifestação contra a intervenção militar russa na Checoslováquia).

A Iugoslávia já havia conquistado relativa autonomia no mundo socialista, e já tentara realizar importantes mudanças no seu modelo econômico com base na noção de autonomia, rentabilidade e autogestão das empresas. Enquanto encontraremos na Checoslováquia demandas de democratização junto a propostas de reforma econômica, na Iugoslávia, como

<sup>41</sup> Pierre Broué. *op. cit.*

<sup>42</sup> Jornal estudantil *Student*, de 13/5/1968, *cit. in.* George Katsiaficas. *op. cit.*, p. 65.

estas reformas já haviam sido tentadas, o protesto político se mistura às denúncias dos efeitos negativos das reformas. Os estudantes e intelectuais não apenas protestaram contra brutalidades e ilegalidades da polícia e das milícias, ou denunciaram violações da Constituição e mentiras lançadas pelos meios de comunicação, mas também denunciaram que os operários foram a classe mais onerada pela reforma econômica e pelas tentativas de restabelecer empresas capitalistas. Denuncia-se também os privilégios da “burguesia vermelha”, termo criado pela dissidência iugoslava.

A *intelligentsia* e, certamente, um bom número de professores, apoiaram as reivindicações estudantis. A *intelligentsia* aproveitou para denunciar repressões sofridas em 1968, como as que atingiram o movimento dissidente da revista *Praxis*, os “sociólogos da burocracia” (apesar de alguns serem comunistas, como Markovic, V. Korac, L. Tadic e Milovan Djilas) e os críticos da reforma econômica (Gajo Petrovic, Mladen Caldarovic).<sup>43</sup> A *intelligentsia* iugoslava dissidente ou reprimida, ligou-se intencionalmente ou não aos estudantes. A revista *Praxis* era um exemplo de “Nova Esquerda” iugoslava, em que o protesto geracional e o tema da alienação (muito importantes dentro do novo esquerdismo) eram muito valorizados.<sup>44</sup> As análises feitas pelos sociólogos da burocracia, principalmente Milovan Djilas, sobre a “nova classe” economicamente privilegiada dos burocratas comunistas, inspirou o protesto estudantil contra os “burocratas vermelhos”.<sup>45</sup>

Mas o que levou ao início da revolta estudantil, ocupando-se a Universidade de Belgrado durante o mês de junho de 1968, foram problemas que afetavam os estudantes cotidianamente: comida escassa, dormitórios ruins e instrução deficiente em uma universidade com número excessivo de alunos (30 mil). Também se repetiam na Iugoslávia dilemas enfrentados por outros universitários mundo afora: a universidade não se tornava mais uma passagem direta à elite social (no caso, os altos cargos do Estado e do partido), mas sim para ocupações técnicas e secundárias nas empresas e, às vezes, nem isto era possível, obrigando 70 mil iugoslavos graduados a emigrar nos anos 1960.<sup>46</sup> Outro dilema se referia ao principal ícone da revolta, buscado não apenas dentro do socialismo ortodoxo mas dentro do próprio país: “Ao ocupar as universidades, penduraram grandes retratos do marechal Tito quando jovem, querendo com isso sinalizar a necessidade de uma volta à política heterodoxa que o socialismo

<sup>43</sup> Pierre Broué. *op. cit.*

<sup>44</sup> Lewis S. Feuer. *op. cit.*

<sup>45</sup> Nelson Ascher. “Explosão do Leste”. *op. cit.*

<sup>46</sup> Lewis S. Feuer. *op. cit.*

iugoslavo desenvolvera no passado”<sup>47</sup> – política muito questionável do ponto de vista humanista, mas que parecia conter uma audácia que se perdera. Também na Revolução Cultural Chinesa, os “rebeldes” carregaram retratos do dirigente máximo (Mao Zedong) mas, diferente da China, na Iugoslávia o partido (ou uma parte de seus dirigentes) não estimulava este aparente despertar de radicalismo “marxista-leninista”. Quando os estudantes ocuparam a universidade de Belgrado, a rebatizam de “Universidade Vermelha Karl Marx”, e sua aparente ortodoxia misturou-se a reivindicações para a melhoria do cotidiano estudantil e a democratização política e cultural, exigindo “melhor estatuto para os residentes universitários, bolsas de estudos compatíveis, fim da brutalidade policial, demissão de autoridades comprometidas com a vigilância e a censura, abolição dos controles do partido comunista na educação e na cultura”.<sup>48</sup>

Em 2 de junho, iniciou-se um protesto mais ou menos espontâneo a partir de uma performance teatral que rumou em direção ao prédio do governo, no centro de Belgrado. A polícia atacou e prendeu vários estudantes. No dia seguinte, aconteceu uma Assembléia Geral na Universidade de Belgrado. Os temas se ampliaram e os estudantes falaram da estratificação social vigente na sociedade iugoslava, do desemprego, do empobrecimento de parte da classe operária etc. Os discursos eram interrompidos por aplausos e palavras de ordem como “Estudantes com os trabalhadores”, “Somos filhos do povo operário”, “Abaixo com a burguesia socialista” e “Liberdade de imprensa e liberdade de manifestação!”<sup>49</sup> Os debates estenderam-se às salas de aula e até para as ruas de Nova Belgrado (o *campus* universitário). Reivindicava-se a “libertação imediata de todos os estudantes presos, demissão do chefe de polícia, retirada das forças policiais da Cidade Universitária”.<sup>50</sup>

O Estado através da imprensa oficial procurava isolar os estudantes, chamando-os de “filhinhos de papai” e acusando-os de estarem interessados apenas em seu próprio bem-estar material. Numa das várias respostas contra esta campanha da imprensa oficial, a Federação Estudantil Iugoslava proclamara um “Programa de Ação Política” enfatizando objetivos sociais, e declarava em seu jornal:

“O papel revolucionário dos estudantes iugoslavos, em nossa opinião, reside em seu

<sup>47</sup> Marco Aurélio Garcia, “Em busca de 1968”, In. Maria Alice Vieira e Marco Aurélio Garcia (orgs.). Rebeldes e contestadores. 1968: Brasil, França e Alemanha, op. cit., pp. 7-20, p. 15.

<sup>48</sup> Daniel Aarão Reis Filho. op. cit., p. 41.

<sup>49</sup> Cit. In. George Katsiaficas. op. cit., p. 65.

<sup>50</sup> Pierre Broué. op. cit., p. 210.

engajamento para tratar de problemas sociais gerais e contradições... Problemas especiais estudantis, não obstante serem drásticos, não podem ser resolvidos em isolamento, separados dos problemas sociais em geral: a situação material dos estudantes não pode ser separada da situação econômica da sociedade; autogestão dos estudantes não pode ser separada do problema social da autogestão; a situação da Universidade da situação da sociedade”.<sup>51</sup>

Um novo cortejo, com 3 ou 4 mil estudantes, marchou em 4 de junho em direção a Belgrado, mas acabou chocando-se com consideráveis forças policiais. Depois de tentativas de negociação com o presidente do Parlamento e da Liga dos Comunistas da Sérvia, a polícia atirou, fazendo “mais de 60 feridos, entre os quais duas personalidades governamentais”, numa batalha que durou várias horas.<sup>52</sup> Ainda neste dia, mais de 10 mil estudantes reuniram-se em Nova Belgrado e designaram um Comitê de Ação, enquanto várias centenas de estudantes ocuparam a Faculdade de Filosofia e Sociologia no centro de Belgrado. Distribuíram-se panfletos, exigiu-se a demissão de diretores de jornais, rádios e TVs, demandou-se a convocação do parlamento, o emprego para os recém-diplomados na universidade e a solução para as grandes desigualdades sociais. A partir de assembléia geral de professores e estudantes, todas as faculdades foram ocupadas e a Universidade em Nova Belgrado foi rebatizada com o nome de “Universidade Vermelha Karl Marx”, ostentando cartazes como: “Estudantes, operários, camponeses, unamo-nos contra os burocratas”, “Abaixo a burguesia vermelha”, “Mais escolas, menos carros”, “Fraternidade e igualdade para todo o povo iugoslavo”.<sup>53</sup> Na cidade de Nis, milhares de estudantes também se manifestaram.

Em Belgrado, o Comitê municipal da Liga dos Comunistas decidiu fazer o controle de todas as ruas, pediu o fim do contato entre estudantes e a população e recomendou a formação de milícias operárias nas fábricas, para “protegê-las” dos estudantes. Em 5 de junho, a polícia cercou edifícios universitários e ameaçou atacar. Professores, muitos também dirigentes comunistas, contataram os estudantes e ofereceram-se para levar as reivindicações por meio do Partido. Os estudantes redigiram então um programa político, publicado por *Student*, em que conclamam

“medidas para ‘reduzirem as grandes desigualdades sociais em nossa comunidade’, ‘liquidação dos privilégios’, ação ‘contra a acumulação do capital privado’, novo plano da economia ‘com base no direito de trabalho para todos’, garantia de emprego, proibição de

<sup>51</sup> *Smszt*, em 15/5/1968, cit. In. George Katsiaficas. *op. cit.*, p. 65.

<sup>52</sup> Segundo Perrone, teriam morrido nestes choques 38 pessoas (Fernando Perrone. *op. cit.*).

horas extras, ‘destruição das forças burocráticas’, ‘criação rápida de relações de autogestão em toda a sociedade’, ‘democratização completa dos meios de informação’ etc.”<sup>54</sup>

O Comitê Universitário da Liga dos Comunistas Iugoslavos encampou esse programa político e entrou em negociação com o Comitê da cidade. Ainda em 5 de junho, centenas de trabalhadores participaram da Assembléia Geral da Faculdade de Filosofia e vários discursaram, contradizendo as recomendações das autoridades municipais. No dia 6, a partir da notícia de que o jornal *Student* havia sido apreendido, a Assembléia Geral recusou propostas de compromisso apresentadas. 9 de junho foi o auge da crise, quando a polícia cercou definitivamente as faculdades, promovendo vários tumultos e incidentes.<sup>55</sup> As tensões estenderam-se para outras cidades: Zagreb, Skoplie, Saravejo, Liubliana, Novi Sad.<sup>56</sup>

Em 10 de junho, Tito (“chefe nacional e patriarca, [que] sabe que os estudantes se manifestaram levando à frente sua própria fotografia”<sup>57</sup>) finalmente se pronunciou. Mesmo denunciando a influência de “agentes externos”, acabou reconhecendo que o Programa de Ação dos Estudantes era um desafio à Liga e ao Governo, por conclamar a Liga a corrigir seus erros. Tito afirmou que ele mesmo pediria sua demissão se o programa não fosse realmente cumprido... Com isto, os “estudantes saem das faculdades com força redobrada, exultantes, e alegres cortejos percorrem ruas livres das forças policiais. Na realidade, o movimento de massa é desativado”.<sup>58</sup> Mas a Faculdade de Filosofia, sozinha, continuou rebelada e ocupada pelos estudantes, sendo fechada pela polícia apenas em 20 de junho, ao mesmo tempo que o Comitê da Liga desta faculade era excluído da Liga dos Comunistas. Pelo menos dois professores foram obrigados a passar por processos de “autocrítica” (M. Markovic e O. Davico). Por ocasião da invasão russa da Checoslováquia, em 21 de agosto de 1968, Tito procurou canalizar o sentimento anti-russo dos iugoslavos em favor de sua liderança, mas proibiu manifestações públicas. Apesar das advertências, contudo, 200 mil manifestantes se reuniram na Praça Marx e Engels, em Belgrado, contra a agressão de Moscou.<sup>59</sup>

---

<sup>53</sup> Cit. in. Pierre Broué. op. cit., p. 210).

<sup>54</sup> Publicado em *Student*, em 8/06/1968, cit. in. Pierre Broué. op. cit., p. 211.

<sup>55</sup> Pierre Broué. op. cit.

<sup>56</sup> Daniel Aarão Reis Filho. op. cit.

<sup>57</sup> Pierre Broué. op. cit., p. 212.

<sup>58</sup> Ibid.

<sup>59</sup> Ibid.

## A Primavera de Praga

Os movimentos estudantis e de jovens operários na Checoslováquia, antes e durante a “Primavera de Praga”, constituem um outro momento muito importante da “filial” socialista da “onda mundial de revoltas”. A Primavera de Praga, em si, seria um evento de amplas conseqüências para novas e velhas esquerdas em todo o mundo. Merece uma discussão especial, na qual deve se incluir a importante participação dos jovens checoslovacos.

Uma das fotos mais famosas da “Primavera de Praga”, em 1968, foi a de um jovem que na rua da capital da Checoslováquia, jocosamente e desafiador, fazia a saudação nazista a incrédulos soldados russos sobre blindados.<sup>60</sup> A associação era clara: o jovem considerava a intervenção militar dos soviéticos tão ilegítima quanto a invasão alemã da Checoslováquia, pouco antes do início da Segunda Guerra Mundial. Depois do imperialismo norte-americano, a quem intelectuais como Sartre já haviam associado o monolitismo soviético, os comunistas do principal país comunista eram comparados aos nazistas.

É claro que a interpretação do gesto do jovem deve ser mediada, trata-se de uma reação típica de alguém que ouvira na escola os relatos das agressões nazistas, do heroísmo da resistência dos comunistas checoslovacos e da pretensa generosidade do Exército Vermelho. Jovem que durante meses estivera presente ou próximo de uma crescente onda de politização e de debates sobre os rumos do seu país. É claro que a agressão soviética não se comparou com a brutalidade nazista na Segunda Guerra e mesmo com a dos próprios soviéticos em outros tempos e lugares, mas deixou claro o que os próprios intelectuais checoslovacos descreveram então (e que Sarte já havia apontado por ocasião da intervenção na Hungria em 1956): a invasão de Praga condenava o mundo a uma espécie de “congelamento” do bipolarismo. Se a intervenção garantia uma pretensa manutenção do socialismo na Checoslováquia (nos moldes desejados por Moscou), legitimava o direito de intervenção pelos EUA, contra o socialismo, na sua zona de influência: “Se o mundo está dividido em dois blocos e se cada superpotência dispõe do direito de ditar a lei em sua zona de influência, isto significa, na prática, a impossibilidade da revolução pelos países ocidentais e da renovação socialista pelos países do Leste”.<sup>61</sup> Mesmo que os rumos da geopolítica não tenham sido exatamente assim a partir de

<sup>60</sup> Ver *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 10/5/1998. A foto também está em Stéphane Courtois *et al.*, *op. cit.*, p. 270.

<sup>61</sup> *Cit. In.* Juan Goytisolo. “Prague, octobre 1968”, *Les Temps Modernes*, Paris, n. 270, dezembro de 1968, pp. 1096-1105, p. 1103. Na época, diria Mário Pedrosa: “A frente comunista mundial acabou de partir-se em diversos pedaços, de modo irremediável. Quem a destroçou? O inimigo de classe? O imperialismo americano ou alemão? Não; o aparelho (*apparatchiki*) dirigente do Partido Comunista da União Soviética. A burocracia soviética, presa na



então, o temor imediato dos esquerdistas e defensores de novas formas de socialismo era de que os caminhos ficassem muito mais difíceis, pois parecia que as superpotências reafirmavam o acordo de divisão do mundo em zonas de influência, determinando sobre cada zona seu próprio sistema social.

Outro dado não passa despercebido na foto. O desafiador é um jovem (na verdade, tão jovem quanto o soldado russo). Talvez um jovem engajado nas organizações comunistas de juventude, talvez nas associações estudantis independentes e reconhecidas pelo governo de Dubcek. A presença de jovens, estudantes universitários, secundaristas ou operários, nos eventos da Checoslováquia desde 1967, é essencial para se compreender a Primavera de Praga. Num relato sobre as condições da Checoslováquia, em outubro de 1968, um correspondente estrangeiro foi a uma sede da Juventude do Partido Comunista, em que estava exposta (talvez colocada durante a “Primavera”) uma gigantesca fotografia de Che Guevara (mantida apesar de Fidel Castro ter manifestado apoio à invasão das tropas do Pacto de Varsóvia). O relato do jovem operário fala que o movimento não ameaçava o socialismo:

“Nosso movimento se propunha, pelo contrário, restaurar o socialismo, livrando-o de todos os dogmas e de todas as mensagens da burocracia stalinista. Nós quisemos acreditar em um socialismo humano, atraente, suscetível de exercer mesmo uma influência sobre a classe operária dos países ocidentais. Com a intervenção, os soviéticos desferiram um golpe fatal sobre o movimento comunista internacional e todas as forças progressistas e democráticas”.<sup>62</sup>

O golpe soviético na Checoslováquia foi também um golpe em todo os comunistas mundo afora. Na verdade, também contra esquerdistas que ainda admiravam alguma coisa do comunismo soviético:

“A notícia divulgada pelos transistores na manhã de 21 de agosto de 1968 atingiu duramente mais de um militante comunista deste e de outros países, e, desde então, a ocupação da Checoslováquia pelos cinco exércitos aliados do Pacto de Varsóvia não deixou de fazer sentir suas consequências no movimento comunista e operário mundial, na luta de classes, bem como na consciência de cada militante”.<sup>63</sup>

“Quando a União Soviética invadiu a Checoslováquia, senti-me flutuar no ar. Em

---

engrenagem de suas contradições.” (Mário Pedrosa. “Três artigos sobre os anos 60”, in. *Revista Praga*, São Paulo: Boitempo, n. 2, 1997, pp. 107-122, p. 114).

<sup>62</sup> Cit. In. Juan Goytisolo. *op. cit.*, p. 1103-4.

<sup>63</sup> Pierre Broué. *op. cit.*, p. 29.

quem acreditar agora?”<sup>64</sup>

A repercussão em muitos partidos comunistas pró-soviéticos foi variada, mas sempre angustiada. A mais espantosa foi a de Cuba, ou melhor, de Fidel Castro, anunciando em discurso o apoio às Tropas do Pacto de Varsóvia – se bem que houvesse gente que quisesse ver ambigüidades no discurso de Fidel.<sup>65</sup> Certamente, a necessidade do apoio econômico e político da União Soviética, além do fato da Iugoslávia estar bem distante, motivou a posição de Castro, justo ele que havia construído uma imagem de autonomia e idealismo para as novas esquerdas. 1968 seria também o ano de um primeiro desencantamento com Cuba. Por sua vez, o Comitê Central do já desacreditado Partido Comunista Brasileiro, em nota pública, qualificou a Primavera de Praga como contra-revolucionária e apoiou a intervenção. Mesmo fora do Partido Comunista oficial, houve nas novas esquerdas quem quisesse coibir a indignação reinante. Segundo Alfredo Sirkis, alguns diziam que não podia haver contestação nenhuma no interior dos países socialistas, caso contrário “o imperialismo podia se aproveitar”.<sup>66</sup> Contudo, a reação geral dentro das novas esquerdas brasileiras (e das novas esquerdas em todo o mundo) foi o repúdio da intervenção e manifestações de protesto, como afirmou um documento estudantil brasileiro: “Defendemos o princípio da auto-determinação dos povos e por isso condenamos a invasão da Checoslováquia e exigimos a retirada das tropas soviéticas e de seus aliados do Pacto de Varsóvia daquele país”<sup>67</sup>

Alguns dos partidos comunistas no poder, mas livres da estrita dependência política de Moscou, também reprovaram a invasão, casos da Romênia, Iugoslávia e China.<sup>68</sup> O Partido Comunista Francês (PCF) foi muito indeciso, culminando por reprovar a invasão mas mencionando “preocupações” em relação aos rumos tomados pela Primavera de Praga. Porém, dias depois de criticar a intervenção, o PCF emitiu uma nota que apoiava os “acordos” de Moscou (quando os soviéticos impuseram uma série de condições para o retomo de Dubcek ao poder).<sup>69</sup> O Partido Comunista Italiano foi menos ambíguo que o francês

<sup>64</sup> Estudante da Universidade Nacional do México, cit. In. Elena Poniatowska. *La noche de Tlatelolco. Testimonios de historia oral*, Cidade do México: Era, 1987, p. 40.

<sup>65</sup> J.J. Nattiez. “Fidel Castro et l’affaire tchécoslovaque”, in. *Les Temps Modernes*, Paris, n. 268, outubro de 1968, pp. 741-749.

<sup>66</sup> Alfredo Sirkis. *Os carbonários: memórias da guerrilha perdida*, São Paulo: Global, 1984.

<sup>67</sup> “Contribuição ao XX Congresso da UNE. Combate intransigente a ditadura e ao imperialismo yanque”, mimeo, 1968.

<sup>68</sup> Segundo Antonio Carlos Brandão e Milton Fernandes Duarte. *Movimentos culturais de juventude*, São Paulo: Moderna, 1990.

<sup>69</sup> Pierre Broué. *op. cit.*

(tratavam-se dos dois principais partidos comunistas da Europa Ocidental), condenando a invasão e destacando “a emoção e profunda preocupação do movimento operário internacional”.<sup>70</sup>

Mesmo no interior da União Soviética houveram manifestações contra a invasão, um fenômeno similar ao dos jovens norte-americanos que se opuseram (em escala muito maior, é claro) à intervenção dos Estados Unidos no Vietnã. O estivador Analole Martchenko, na União Soviética, autor de um manuscrito sobre os campos de concentração, escreveu uma carta dirigida aos jornais da Checoslováquia, protestando contra a pressão que Moscou fazia em Dubcek: “Se a Checoslováquia conseguir de fato organizar em casa um socialismo democrático, talvez não haja mais justificativa para a ausência de liberdades democráticas em nosso próprio país... Envergonho-me, por meu país, de que novamente se represente no papel infame de polícia da Europa”.<sup>71</sup> Martchenko entregou sua carta na manhã de 29 de julho à embaixada da Checoslováquia em Moscou, sendo preso neste mesmo dia. Exatamente no dia da invasão militar russa, 21 de agosto, Martchenko seria condenado a oito anos de detenção. Outros dissidentes na União Soviética seriam presos por terem criado panfletos denunciando os preparativos da invasão pela tropas do Pacto de Varsóvia. E, em 25 de agosto, dissidentes organizaram um protesto na Praça Vermelha, com faixas como “Viva a Checoslováquia livre e independente”, “Invasores, envergonhem-se!”, “Tirem as patas da Checoslováquia” etc. Entre eles estava Vadim Delone que, condenado a três anos de prisão, declararia: “Por três minutos na Praça Vermelha eu me senti livre. Estou satisfeito pelos 3 anos que vocês me deram por isso”.<sup>72</sup> Nos primeiros dias de ocupação, era visível o mal estar dos soldados e de alguns oficiais russos, inclusive com suicídios e deserções, além de muitos exemplos de hesitação em certas unidades. Também em outros países do Leste Europeu, várias pessoas foram presas e processadas por manifestarem apoio à Checoslováquia. Na Hungria, ocorreram até mesmo greves de apoio e demonstrações de estudantes. A mais impressionante reação popular se deu na Iugoslávia, já citada, com 200 mil pessoas presentes em ato inicialmente desaconselhado pelo governo.

Muitos consideraram, desde os primeiros dias após o fatídico 21 de agosto de 1968 (dia da intervenção em Praga), que se tratava de um auto-golpe do comunismo soviético contra qualquer possibilidade de real transformação. Para alguns, os rumos nas esquerdas em breve

<sup>70</sup> Cit. In. Marco Aurélio Garcia, “Praga – 1968, trinta anos depois”, op. cit., p. 5.

<sup>71</sup> Cit. in. Pierre Broué. op. cit., p. 172.

deveriam findar com a hegemonia ideológica dos comunistas de Moscou:

“No que o aparelho do Partido russo impõe ao mundo comunista, não se encontra apenas um crime, o assassinio de um partido empenhado em fazer brotar do povo um socialismo autêntico porque de livre exame e democracia, mas também a vocação de um suicídio generalizado de toda uma casta anti-histórica, hoje obstáculo fundamental ao renascimento socialista do mundo”.<sup>73</sup>

“É certo que, ao menos a longo prazo, a invasão vai agravar e aprofundar consideravelmente a crise do sistema soviético e do sistema comunista mundial. A União Soviética ainda não havia acabado de pagar, perante a opinião liberal e democrática do mundo inteiro, o crime cometido na Hungria em outubro e novembro de 1956. Por este de agora, pagará um preço ainda mais alto... Boa parte das esquerdas, com efeito, parece já ter entendido que a União Soviética, com seu marxismo-leninismo, não é a mãe-pátria, é apenas uma madrastra”.<sup>74</sup>

Os rumos não foram exatamente, outra vez, os apregoados acima. A burocracia soviética conservaria-se ainda mais de vinte anos no poder, e a União Soviética, pouco alterada em seu monolitismo, ainda se manteria como o lastro da redenção da humanidade para muitos esquerdistas. Segundo Marco Aurélio Garcia, 1968 (e, na verdade, todo o processo de reforma do sistema soviético tentado desde 1956) era a chance de auto-abertura e reforma nos regimes socialistas. Mas a subida de Brejnev e a repressão da Primavera de Praga “frustraram as possibilidades reais de uma autotransformação do socialismo...”. Nos anos 80, Andropov e depois Gorbachov tentaram esta auto-reforma, mas “é possível que em 1968 houvesse sido mais fácil realizar aquilo que nos anos 80 revelou-se impossível”.<sup>75</sup>

Quanto às oposições esquerdistas no mundo capitalista, ainda se manteve o exemplo soviético como hegemônico, ainda que reconhecidamente falho, incompleto e anti-democrático, não mais que um exemplo rústico de que o capitalismo não era o único sistema social possível. Isto se deveu também à derrota das novas esquerdas em construir modelos alternativos de socialismo, novos lastros para o socialismo baseados em outras premissas que não as dos socialismos “realmente existentes”. A invasão de Praga se deu justo no segundo semestre de 1968, quando, como no Brasil, muitos grupos da Nova Esquerda haviam rumado

<sup>72</sup> *cit. In.* Daniel Aarão Reis Filho. *op. cit.*, p. 43.

<sup>73</sup> Mário Pedrosa. “Três artigos sobre os anos 60”, *op. cit.*, p. 117.

<sup>74</sup> Fernando Pedreira. *Brasil política. 1964-1975*, Rio de Janeiro: Difel, 1975, p. 124, 125 e 127.

<sup>75</sup> Marco Aurélio Garcia, “Em busca de 1968”, *op. cit.*, p. 15-16.

ao regresso ortodoxo, em retóricas e práticas de enfrentamento violento e luta armada, sem perceber que seus atos e discursos seriam capazes de provocar brutalidades tão graves quanto à brusca interrupção da Primavera de Praga. O modelo da “violência revolucionária” seria logo derrotado ou deslegitimado no início dos anos 1970, mas a Nova Esquerda oriunda dos anos 1960 seria mais dissolvida que renovada com isto. O fim da União Soviética, em 1991, foi um golpe mais sério que o previsto para as esquerdas porque a maioria de seus membros não conseguira apresentar um modelo alternativo, real ou teórico, de peso em relação ao comunismo soviético.

Assim como em relação à Polónia e Iugoslávia, acredito que a reflexão sobre os rumos dos movimentos sociais da Checoslováquia em 1968, que tiveram nos estudantes importantes agentes, foi muito insuficiente dentro das novas esquerdas. Inclusive porque as informações nem sempre chegavam completas ou isentas ao resto do mundo, ou só eram veiculadas quando os regimes comunistas assim o desejavam. Além disto, tudo aquilo que chegava ao “Ocidente” deveria ainda passar por toda espécie de filtros ideológicos que sobredeterminavam a seleção e a interpretação dos dados, seja pela “direita”, seja pela “esquerda”. Os filtros ideológicos continuavam quando se tratava da digestão das informações que chegavam aos cidadãos comuns. Em geral, o mundo comunista continuava a ser visto fora dele de modo onírico, ou como fantasia ou como pesadelo. E a série de revoltas juvenis dos anos 1960 também tiveram no mundo socialista representantes de grande audácia, audácia que não foi ignorada, mas que infelizmente foi subestimada pelos movimentos estudantis e novo esquerdistas do resto do mundo.

Uma questão poderia até ser formulada: porque os movimentos juvenis no Leste Europeu, justo os que apontavam melhor para um socialismo realmente alternativo e não ortodoxo, ficaram eclipsados em relação à Revolução Cultural Chinesa e seus Guardas Vermelhos? É lógico que a propaganda estatal vetava os primeiros, enquanto que, na China, exaltava (para anos mais tarde criticar) o radicalismo dos Guarda Vermelhos. É claro que a Revolução Cultural não era propagandeada nos seus absurdos e barbarismos, e foi silenciada na sua fase final, em que o Exército Popular reprimiu os “rebeldes”. Mas os efeitos desta seleção arbitrária, que valorizou uma versão idealizada e equivocada da Revolução Cultural e pouco levou em conta as rebeliões das novas gerações do Leste Europeu, prejudicou muito o potencial renovador das novas esquerdas e da onda mundial de revoltas juvenis em seu todo.

## Antes da Primavera

Em 1948 aconteceu o “Golpe de Praga”, quando os comunistas checoslovacos, a partir do controle do Ministério do Interior, afastaram do gabinete os partidários do presidente centro-esquerdista, E. Benes, e, apoiados pelos social-democratas, indicaram Clement Gottwald, líder do Partido Comunista, para o cargo de primeiro-ministro. Mudanças eleitorais introduzidas logo após fizeram que a Frente Nacional, controlada pelo Partido Comunista da Checoslováquia, tivesse 90% dos votos. Logo, Gottwald tomara-se o presidente da República. Gottwald morreria dias depois de Stálin, e isto até colaboraria numa transição mais suave da Checoslováquia ao “pós-stalinismo”, diferente das convulsões enfrentadas pela Hungria e Polônia em 1956. O novo homem forte do país, Novotny, não era um dirigente importante durante o processo que desgraçou o antigo primeiro secretário do Partido Comunista, Slansky. De modo que o país sofreu um abalo relativamente pequeno com o discurso de Krushev. No entanto, o partido-Estado checoslovaco apoiava o novo líder soviético na sua cruzada pela desestalinização mais na retórica que na prática. O partido de Novotny manteve até mesmo contatos com setores do Partido Comunista da União Soviética contrários a Krushev (setores que derrubariam Krushev em 1964).<sup>76</sup>

Outra fonte de tensão no país era a rivalidade latente entre checos e eslovacos, os dois povos que foram obrigados a se justapor, formando um Estado-tampão no fim da Primeira Guerra Mundial (num processo semelhante ao da formação da Iugoslávia). Em rivalidade constante desde o início, os checos (62% da população) e eslovacos (33% da população), sempre viveram com a possibilidade de separação que, durante a Segunda Guerra Mundial, foi conseguida de modo efêmero pelos eslovacos. Com o fim do socialismo, por decisão popular, o país mudaria seu nome para República Checa e Eslovaca e, finalmente, dividiu-se em 1992 entre República Checa (com a capital em Praga) e República da Eslováquia (capital Bratislava).<sup>77</sup> Durante a Primavera de Praga, a proposta de “federalização” foi uma importante bandeira de Dubcek (ele próprio, um eslovaco) no seu projeto reformista.

Também a questão econômica seria um impulsionador da Primavera. Além de conflitos intra-partido, protestos políticos advindos da *intelligentsia* e dos estudantes, 1967 também foi um ano de crise econômica no país, causada pelas condições cada vez piores dos equipamentos industriais e agrícolas, custos crescentes de produção, baixa produtividade

<sup>76</sup> Marco Aurélio Garcia, “Praga – 1968, trinta anos depois”, *in.*, *op. cit.*

<sup>77</sup> Nelson Bacic Olic. *op. cit.*

agrícola, servilidade à União Soviética no seu comércio exterior, administração incompetente das empresas e resistência passiva dos trabalhadores às tentativas de reforma econômica (com temor de que fábricas fossem fechadas). A situação era mais grave na Eslováquia, aumentando o estado de tensão entre as nacionalidades.<sup>78</sup>

O despertar das mobilizações sociais se deu durante o Congresso da União dos Escritores, de 27 a 29 de julho de 1967, quando Pavel Kohout leu, para a tribuna, a carta aberta do escritor soviético Alexandre Soljenitsyn contra a censura, deixando enfurecido o representante do partido no Congresso. Outro importante momento deste evento foi o pronunciamento, por Ludvik Vaculik, de um discurso-programa contra o “regime stalinista” que segundo ele, ainda vigorava na Checoslováquia – cópias datilografadas deste discurso circularam clandestinamente pelo país. Em agosto, um dos escritores comunistas mais conhecidos do país, Ladislav Mnacko, que em algumas de suas obras criticara a corrupção dos comunistas no poder e a campanha do governo contra o sionismo (para ele, mera imitação instintiva de Moscou), abandonou seu país e mudou-se para Israel, após uma declaração pública para um jornal alemão. Também ruidosamente, o governo destituiu-o da cidadania checa. Em setembro, por decisão do Comitê Central, vários escritores foram punidos, como Vaculik (expulso do partido) e Kohout (censurado), além do controle de um popular semanário, o *Literární Novinky*, ter sido retirado da União dos Escritores – nas semanas seguintes, em passiva resistência, escritores deixam de colaborar com a revista e o público de comprá-la.

Logo, as agitações passaram para o lado dos estudantes universitários que, ainda em 1967, aumentaram suas relações com os intelectuais dissidentes. Universitários checoslovacos tentaram criar uma organização independente da “União da Juventude” oficial – mas os chefes do movimento sofreram sanções. No *campus* de Strahov, em 31 de outubro, após três dias de corte de água, aquecimento e luz, os estudantes enraivecidos dirigiram-se ao “Castelo”, a sede da Presidência, e de velas em punho pediram “luz”. Chefes da polícia recomendaram que os estudantes formassem uma delegação, provocando risos e vaias dos estudantes. Após alguns minutos de ameaças policiais, os estudantes deram meia volta para retornar ao *campus* – a polícia aproveitou-se e prendeu três estudantes, reacendendo a manifestação que deslocou-se novamente à cidade mas encontrou as ruas bloqueadas por carros policiais. Finalmente, os

<sup>78</sup> Pierre Broué. A primavera dos povos começa em Praga. São Paulo: Kairós, 1979. A narrativa dos eventos da Primavera de Praga, realizada a seguir, baseia-se principalmente nesta obra.

estudantes decidiram ficar no *campus*, onde permanecem sentados – a polícia apareceu usando gás lacrimogêneo e prendeu 60 pessoas. Pela imprensa, o governo atribuiu a revolta a “provocadores vadios”. Mas os estudantes, desde então, mantiveram seguidas reuniões e assembléias gerais para discutir a violência policial e a reação da imprensa oficial.

No dia 5 de novembro, na Universidade Charles, uma concentração de estudantes de filosofia e filologia, com mais de mil participantes, abordou durante cinco horas questões sociais, sobre o papel dos estudantes e da polícia etc., enviando ao final uma resolução para o Ministro da Educação. Nela, exigiam uma investigação imediata do ocorrido em 31 de outubro, a punição dos policiais acusados, a proibição do uso do gás lacrimogêneo e uma resposta até o dia 20, caso contrário seria feita uma nova manifestação.

Insatisfeitos com o pequeno efeito de sua resolução, os estudantes realizaram a prometida nova concentração, muito numerosa, na Universidade Charles, no dia 20 de novembro. Muitos professores estavam presentes, entre eles o vice-reitor, que tentou convencer os estudantes a serem “razoáveis”. Após longa discussão, aprovou-se uma moção que exigia a representação dos estudantes numa comissão que investigaria os eventos de outubro, o reconhecimento pelas autoridades do direito de manifestação, e o direito de redação, pelos estudantes, de duas páginas no jornal *Mlada Fronta*, além de um debate no rádio entre estudantes e autoridades.

Repetiu-se, de certa forma, o acontecido na Polônia e Hungria, quando o estopim dos movimentos foram os escritores que lutavam contra a censura, seguindo-se manifestações estudantis reprimidas pela polícia que geraram intensa mobilização dos estudantes. Ou seja, na Polônia e Hungria em 1956, assim como na Checoslováquia em 1968, a mobilização estudantil foi um importante agente de fermentação social e de mobilização de amplos setores da população em prol de reformas. Outras histórias se repetiram também: setores do partido no poder apoiaram o movimento, percebendo a necessidade urgente de se alterar os descaminhos que os países do Leste Europeu estavam sendo levados por manterem o modelo soviético estrito; por sua vez, Moscou, legitimado por outros setores do partido local, interfere direta ou indiretamente contra a “indisciplina”.

Na Checoslováquia, logo o partido dividiu-se entre os que apoiavam as reivindicações dos estudantes e intelectuais e aqueles que exigiam uma resposta repressiva dura. A crise explodiu no *Presidium* e depois no Comitê Central do partido, diante das propostas do então presidente e primeiro-secretário do partido, Antonin Novotny, de realizar vários expurgos de



quadros. Contra ele, o secretário do partido comunista eslovaco, Alexander Dubcek, sugeriu uma “modernização” do partido. Em uma sessão a portas fechadas do Comitê Central em 30 e 31 de outubro, Novotny chamou Dubcek de “nacionalista burguês eslovaco”, ameaçando reprimi-lo. Por outro lado, o Comitê discutiu o fato de Novotny acumular os cargos de presidente e primeiro-secretário do partido, o que não ocorria nos outros países socialistas.

### **A Primavera**

Novotny preparou-se para um contra-golpe em janeiro de 1968, contatando inclusive os chefes dos aparelhos repressivos para uma possível ação armada preventiva. Falhou contudo, quando, em 3 de janeiro de 1968, uma comissão do partido pronunciou-se contra a citada acumulação de cargos e aconselhou a demissão de Novotny do cargo de primeiro secretário. Dubcek seria a solução para este momento de transição, assumindo o posto, pois parecia relativamente fraco aos olhos de todos, dado ser eslovaco e relativamente pouco conhecido. O próprio Novotny propôs Dubcek ao posto e o abraçou, durante sessão plenária em 5 de janeiro. Aos olhos dos dirigentes, a ascensão de Dubcek deveria constituir-se apenas numa mudança nominal destinada a conter a crescente oposição. Aos olhos da população como um todo, porém, tratava-se do início de uma série de mudanças mais profundas – o que se tornaria verdadeiro. Os rumos tomados a seguir foram além do previsto pelos dirigentes comunistas. Dubcek e seus partidários foram obrigados a ir cada vez mais longe nas reformas propostas, diante da intensa mobilização social.

Nas primeiras semanas do ano, o novo governo agiu com prudência, criando apenas comissões que preparariam um novo programa de ação do Partido Comunista, propondo basicamente a reforma econômica e a federalização do Estado (beneficiando a Eslováquia). O governo logo se veria na difícil tarefa de se equilibrar entre os partidários de Novotny (temerosos de serem expurgado e prontos para contra-atacar) e os crescentes pedidos para maior agilidade nas reformas, expressos inclusive por muitos intelectuais comunistas. Em 28 de fevereiro, recriou-se o jornal da União dos Escritores com o nome *Literarni Listy*, que teria papel capital em 1968. Mesmo antes, os intelectuais e jornalistas passaram a usar uma linguagem cada vez mais clara, informando o máximo possível. Já os “conservadores”, partidários de Novotny, acusaram em carta pública os intelectuais de serem “burgueses socialistas” em “campanha vil” contra o partido e chamaram os novos dirigentes de “grupo

reacionário”. A atitude dos novotnistas provocou novo alinhamento de forças e aumentou o tom da campanha contra Novotny.

Dubcek, ele próprio, teve de vir a público lutar pelo apoio da sociedade, discursando em praça pública, rádio e TV. Dubcek atacou com uma linguagem diferente do habitual nos meios dirigentes comunistas, num linguajar descrito como fraternal e humano – a chave do “humanismo” scria a sua principal arma política e a fonte de sua popularidade. Começava assim a “Primavera de Praga”.

Os próprios conservadores, ao tentarem usar o grande público para denunciar o novo governo, acabaram fazendo o “feitiço virar contra o feiticeiro”, dado que a partir de então “os debates do partido passam às ruas, e os antigos ‘segredos de Estado’ são debatidos em praça pública”.<sup>79</sup> Rádio e imprensa revelavam ao público o funcionamento da censura, denunciaram a falsidade das eleições e da unidade do partido, ensinaram os princípios da democracia e pediram a reabilitação das vítimas da repressão. Os diferentes meios da imprensa escrita se agitavam. Em Praga, os semanários *Student* (dos universitários), *Reporter* (da União dos Jornalistas) e *Literarni Listy* (da União dos Escritores) eram os mais combativos, secundados pelo *Prace* (dos sindicatos) e o *Mlada Fronta* (da União da Juventude). Até o *Rude Pravo*, na direção de um novotnista, transformou-se. Todos estes órgãos da imprensa traziam debates públicos e muitas cartas dos leitores. A televisão estatal chegou a transmitir, em 9 de março, reuniões e debates da seção do partido na fábrica CKD em Praga. Até a Suprema Corte levou ao público, em 11 de março, denúncias sobre os obstáculos que freavam os processos de reabilitação.

A opinião pública interessava-se principalmente pelo pretense golpe que Novotny iria desferir em janeiro. Em 21 de fevereiro, um artigo no semanário do Exército confirmou os preparativos de um golpe militar. Em janeiro, começaram as fugas para o estrangeiro de supostos golpistas, logo seguidos pelo Ministro do Interior, o Procurador geral, o Presidente do Conselho Nacional Eslovaco, o redator-chefe de *Vecerni Praha*, o Presidente da União da Juventude e o Presidente da Central Sindical. O Vice-ministro da defesa, General Janko, e o juiz Brestansky (responsável pela comissão das reabilitações) suicidaram-se. Preparava-se uma campanha para retirar Novotny também da Presidência do partido.

---

<sup>79</sup> *Cit. in. ibid.*, p. 57.

Além da agitação através dos meios de comunicação, o país se encheu de assembleias de todas as categorias sociais, operários, estudantes, escritores, jornalistas, funcionários públicos etc. Ao chegar em Praga, em 19 de março, o escritor comunista Pierre Daix escreveu:

“Os primeiros amigos que vejo passam-me uma das palavras-chave desta Primavera de Praga: *aktiv*. Assembleias. Há centenas e centenas de assembleias em todo o país, nos ministérios e nas fábricas, nas cooperativas e nos sindicatos, em todas as organizações imagináveis. Assembleias que não somente discutem a situação, mas também resolvem, pedem satisfações, interpelam os responsáveis e, diretamente, os ministros, os dirigentes do partido e o Presidente”.<sup>80</sup>

Um representante de Dubcek, Smrkovsky, compareceu a um encontro com 7 mil jovens – operários, aprendizes e estudantes –, em Praga. Ele foi interrogado, aclamado e até vaiado, e uma nova sessão teve de ser marcada. No dia 20 de março, haviam 16 mil jovens no parque Fucik, amontoados em várias salas numa discussão com Smrkovsky que durou sete horas. No debate, transmitido ao vivo pelo rádio, um dos pontos conflitantes foi a relação com a União Soviética, com Smrkovsky defendendo sua necessidade diante da resistência do auditório. Ele conseguiu também evitar uma moção de solidariedade aos estudantes rebeldes na Polônia. A Polônia era agitada por manifestações e greves estudantis que possuíam a mesma linguagem das assembleias de Praga – apesar desta forçada prudência, logo os estudantes de Praga deixariam mais clara sua solidariedade aos poloneses. Ainda em 20 de março, contudo, foi aprovada uma mensagem exigindo a demissão de Novotny e um manifesto que reconhecia a necessidade do socialismo, mas exigia a democratização da vida pública (fim do monopólio do poder e da informação, fim da censura, revisão das leis eleitorais, reforma do regime de passaportes e reformas econômicas). Diante destes fatos, Zdenek Zboril, da Faculdade de Filosofia, não mediu as palavras: “No momento estamos com Dubcek, mas é possível que amanhã estejamos contra vocês”.<sup>81</sup>

Apesar de ser trocado o presidente da oficial União da Juventude – antes era o burocrata de 36 anos, M. Zavadil, que havia fugido do país e foi substituído pelo Presidente da União Internacional dos Estudantes, Z. Vokrouhlicky – os estudantes criaram organizações independentes. Os pioneiros foram os estudantes de filosofia. No final de fevereiro, o jornal da União da Juventude reivindicava a independência da União em relação ao partido. Na

<sup>80</sup> *Cit. in. ibid.*, p. 63.

<sup>81</sup> *Ibid.*, p. 66.

Assembléia Nacional de Estudantes em 22 e 23 de março, convocada pela União da Juventude, decidiu-se pela criação de organizações estudantis independentes e designaram-se comissões para preparar congressos constitutivos na Boêmia-Morávia e Eslováquia. Mas a tendência foi a decomposição da União da Juventude, com os estudantes paulatinamente ignorando-a. Na capital, criou-se o Parlamento dos Estudantes de Praga. Em 22 de março foi criada a União dos Estudantes, em Praga. Em 24 de março, representantes dos jovens trabalhadores, empregados e técnicos das principais empresas, criaram a União dos Jovens Trabalhadores, de caráter também independente. Mais tarde, os estudantes formariam novas organizações políticas autônomas, como a Associação dos Jovens pelo Socialismo, com vários círculos em Praga.

Ainda em março, os estudantes diretamente se encarregaram de agitar os meios operários. No dia 13 de março, estudantes da Faculdade de Filosofia em Praga publicam a “Carta Aberta aos Operários”, rechaçando as acusações dos conservadores de que eles desejam “restaurar o capitalismo na Checoslováquia, quer dizer, o desemprego, a fome e a pobreza” e apelando aos operários para que, junto com os estudantes, façam “a união das forças progressistas da sociedade”.<sup>82</sup> Nos dias seguintes, foram feitos os primeiros contatos entre fábricas e faculdades. O porta-voz dos metalúrgicos de uma fábrica declarou em uma assembléia estudantil: “Aqueles que são seus inimigos não são os verdadeiros operários, são os parasitas, os burocratas do partido que não sabem nem mesmo manejar uma chave-de-fenda”.<sup>83</sup> Os mais receptivos eram os operários jovens, que levaram a agitação para as fábricas e envolveram os demais operários. As reuniões sindicais passaram a ficar abarrotadas e a base operária exigia que os sindicatos retomem sua função tradicional “de defesa dos interesses materiais e morais da classe e instrumento dos operários”.<sup>84</sup> O presidente e os principais membros do Conselho Central dos Sindicatos renunciaram, mas os operários não ficaram satisfeitos com os substitutos indicados pelo governo. Logo, rebentaram greves por toda parte. Além de serem reivindicados aumentos salariais, debatiam-se toda espécie de questões e em vários locais os diretores de fábricas foram substituídos por iniciativa das assembléias.

O Comitê Central e o novo governo parecem assumir o caminho sem volta das reformas, como se vê em comunicado do *Presidium* no dia 14 de março: “Trata-se da liquidação

<sup>82</sup> *Cit. in. ibid.*, p. 64.

<sup>83</sup> *Cit. in. ibid.*, p. 64-5.

<sup>84</sup> *Cit. in. ibid.*, p. 67.

definitiva das deformações que ameaçaram o sadio desenvolvimento da sociedade socialista. Queremos criar uma sociedade socialista democrática, evoluída, que permita às forças criativas do povo expandirem-se”.<sup>85</sup> A atual direção do partido, diferente das propostas conservadoras de recuo (temerosos diante das forças sociais libertadas, que poderiam ir contra o socialismo), procurava redirecionar o movimento com a plataforma do socialismo democrático. Em 16 de março, Dubcek apresentou o Programa de Ação do Partido, declarando a autonomia entre partido, Estado e Governo, a proibição da acumulação de cargos, a reforma econômica e afirmando que a sociedade já estava madura para democracia socialista, não havendo riscos de retorno ao capitalismo. Dubcek estava numa corda bamba, impossibilitado de desautorizar o movimento que até então o apoiava, mas temeroso em encorajar uma mobilização que poderia questionar a autoridade do partido.

Finalmente, Novotny pediu demissão do cargo de presidente, em 22 de março de 1968. Mas, no Bloco Comunista, os eventos na Checoslováquia causavam apreensão e, antes mesmo da saída de Novotny, Dubcek estava reunido com dirigentes dos partidos comunistas do Leste e do Oeste da Europa, na Alemanha Oriental. Deste modo, Dubcek tinha de se justificar também diante dos temores dos dirigentes comunistas estrangeiros. A “Primavera de Praga” tornava-se um conflito dentro do âmbito internacional do movimento comunista.

Tentando realizar a conciliação, indicou-se em 28 de março para a presidência da Assembléia Nacional, Josef Smokovsky, um antigo comunista, vítima do stalinismo, reabilitado e visto pelos novos movimentos como símbolo progressista dentro do partido. Já para a presidência da República, o indicado foi o General Svoboda, que fora chefe das tropas checoslovacas na União Soviética durante a Segunda Guerra Mundial – um “herói da União Soviética” destinado a inspirar a confiança de Moscou, mas que também não desagradava os movimentos sociais. Enquanto Dubcek esfriava os ânimos, negando a antecipação do XIV Congresso do Partido para abril, o *Presidium* foi remanejado de modo a afastar os principais colaboradores de Novotny, mas não alterando muito suas tendências conservadoras.

Enquanto o regime parecia costurar um acordo entre progressistas e conservadores do Partido Comunista, intelectuais e jornalistas, percebendo isto, fizeram muitas críticas. O escritor Vladimir Blazek, no *Literarni Listy*, colocou em dúvida a capacidade do partido comunista se autoregenerar, de renovar-se por sua própria vontade.

---

<sup>85</sup> Cit. in. *ibid.*, p. 69.

Por sua vez, o Programa de Ação, aprovado pelo Comitê Central do partido, reconheceu a necessidade do país aumentar espaços democráticos e de modernizar sua economia, introduzindo novos mecanismos de gestão, evoluindo tecnológica e administrativamente, deixando de seguir instintivamente programas da União Soviética e restabelecendo o debate dentro do partido. Também defendeu a federalização do país e a reabilitação de vítimas da repressão. As três palavras de ordem eram, então, “democratização, reabilitação, federalização”.<sup>86</sup>

No entanto, o Programa ia longe demais aos olhos dos conservadores, dos dirigentes comunistas estrangeiros e de Moscou, principalmente no aspecto das reabilitações. As cifras oficiais enumeravam pouco mais de 130 mil condenados à prisão, quase 1% da população total da Checoslováquia, dados que não levam em conta detenções sem processo, atribuições de trabalho ou de residência, convocações por períodos indeterminados ao Serviço Militar, exclusões de escolas, rebaixamentos de quadros, demissões, mudanças de posto, desqualificação ou afastamento de operários, deportações administrativas de camponeses durante a coletivização forçada e perseguições por vadiagem de pessoas privadas de seu trabalho. A reabilitação generalizada parecia um perigo a todos os regimes do Bloco Socialista, ameaçando revelar não apenas as responsabilidades de dirigentes comunistas checoslovacos, mas de todos os demais dirigentes do Leste Europeu e da União Soviética. Por exemplo, a proposta de reabilitação do antigo Secretário Geral Rudolf Slansky era um duro golpe contra Novotny e os dirigentes soviéticos que o instruíram – este caso fora, sozinho, responsável por quase 20% das prisões de comunistas nos anos 1950. Uma pequena abertura logo revelou os terrores de outrora aplicados por pessoas ainda no partido e, sem demora, surgiram revelações dos casos mais recentes nas cortes instaladas para as reabilitações. O jornal *Studente* acusou Urvalek, o procurador no caso Slansky de, além de ser ainda membro do partido, possuir o cargo de “pesquisador especializado em delinquência juvenil”. Em resposta, o antigo procurador avisou que não iria arcar sozinho com as denúncias, revelando que as decisões no processo Slansky foram feitas pelos dirigentes do partido de então, sob conselho dos *experts* soviéticos. O filho de Slansky veio a público exigir uma investigação mais ampla, a viúva dele lançou livro com memórias do caso e o Dr. Sommer, acusado de assinar atestados de óbito falsos e de conduzir torturas, enforcou-se. Um antigo ministro do Interior revelou que Stálin é quem exigira o processo na Checoslováquia, envolvendo assim os dirigentes de Moscou,

---

<sup>86</sup> *Ibid.*, p. 85.

inclusive A. Mikoyan, enviado por Stálin em 1951 para instruir os processos. Mikoyan seria depois um dos atores da “desestalinização” ao lado de Krushev.

Por outro lado, o Programa de Ação era modesto demais aos olhos dos comunistas progressistas e dos movimentos sociais despertados na Checoslováquia. Declarações chegaram a sugerir a formação de um partido de oposição e a necessidade de um sistema pluripartidário. Surgiram clubes de não-comunistas, como o *Klub 231*, que exigia a efetivação das reabilitações prometidas pelo regime, formado por ex-membros de partidos desmanchados outrora, como o social-democrata, o socialista-nacionalista e outros ainda menos à esquerda. Além deste, foi formado, por 144 membros de Comitês de Ação, principalmente universitários, o Clube dos Sem Partido Engajados, ou KAN – que afirmou-se defensor da democracia socialista, desejando levar à vida política os que não eram quadros do partido comunista. Também renasceu o Partido Socialista Nacional, principal organização da burguesia antes de 1948, que sobrevivia legalmente, mas de modo fantoche, vigiado – ele obteve a liberdade de se organizar em empresas e pequenas cidades, e pediu a anulação do artigo da Constituição que proclamava o papel dirigente do Partido Comunista. Também foi criado um movimento católico, que realizou na Morávia do Norte um congresso da “Ação para a Renovação Conciliar”, com quase 500 delegados. Mesmo o Partido Social Democrata, que havia sido forçado a fundir-se em 1948 ao Partido Comunista, procurou recriar-se, mas não obteve autorização oficial. Toda uma mobilização social autônoma, em relação ao Estado controlado pelos comunistas, que havia sido reprimida e supostamente enterrada nas décadas anteriores, reapareceu abruptamente ao primeiro sinal de abertura, e mesmo organizações que se acreditavam desaparecidas ganhavam vida.

Os movimentos sociais não paravam, apesar da tentativa de canalização pelo Partido Comunista. Estudantes e acadêmicos revelavam um ímpeto internacionalista, apoiando o movimento análogo na Polônia: professores poloneses licenciados, atingidos pela repressão do governo da Polônia, foram convidados a ensinar em Praga por iniciativa da Faculdade de Filosofia (apesar de, oficialmente, o governo checoslovaco ter demonstrado apoio ao governo polonês), enquanto o Conselho Acadêmico da mesma faculdade autorizava a publicação de 500 exemplares da “Carta aberta ao Partido Operário Polonês”, manifesto que levou à prisão seus autores, J. Kuron e K. Modzelewski. Em 13 de maio, estudantes desta mesma Faculdade de Filosofia, em conjunto com os da Escola Superior de Agricultura, declararam solidariedade aos operários e estudantes franceses rebelados em maio de 1968. Grupos de estudantes,

intelectuais e dissidentes de “Nova Esquerda”, durante Primavera de Praga, buscaram contatos com grupos da Nova Esquerda e movimentos estudantis da Europa Ocidental – Rudi Dutschke, líder do SDS alemão-ocidental, visitou Praga durante a “Primavera”. Recriando os muitos protestos mundo afora contra a Guerra do Vietnã, em 26 e 27 de abril de 1968 os estudantes secundaristas checoslovacos fizeram uma greve pelo mesmo motivo.

Mais preocupante ainda, greves e ameaças de greve continuaram, por todo país, entre operários, ferroviários e outras categorias. Os ferroviários de Praga formaram um sindicato autônomo, dirigido por comunistas ligados estreitamente ao Parlamento Estudantil de Praga. Até 26 de abril, num total de 256 empresas, incluindo as mais importantes do país, assembléias gerais revogaram seus dirigentes e nomearam seus substitutos.

Diante dos ânimos tensos na Checoslováquia, temendo pela contaminação de todo o Bloco Soviético, em 4 de maio Dubcek, Smrkovský e Bílak (membro do *Presidium*) foram convocados a comparecer em Moscou, em conversações que duraram até o dia seguinte. Em 9 de maio, os líderes dos demais regimes comunistas no Leste Europeu também reuniram-se em Moscou, com dirigentes russos. No mesmo dia, a agência soviética *Tass* lançou um violento ataque contra a imprensa checa. O ataque despertou ira na Checoslováquia, com protestos da Associação de Jovens para o Socialismo e trocas de acusações entre a imprensa checa e a soviética. Os encontros entre autoridades checas e soviéticas tornaram-se quase permanentes. Rumores falavam sobre acordos de ajuda econômica soviética em troca de restrições ao processo democratizante. Porém, já em em 30 de maio, chegaram à Checoslováquia unidades do Exército russo para exercícios previstos para junho.

No plano interno, o governo atacou Novotny durante sessão plenária do partido em fim de maio, conseguindo sua suspensão do partido. Ao mesmo tempo, porém, oradores na sessão ressaltaram os perigos da democratização e denunciaram que os operários escapavam do controle do partido. Assim, o Comitê Central publicou um “apelo à população” prevenindo-a contra “o perigo das opiniões anti-socialistas, que poderiam... provocar o risco de sérias consequências para a evolução pacífica do país”.<sup>87</sup> Apesar disto, os movimentos conseguiram uma outra vitória além da suspensão de Novotny, a convocação do Congresso do Partido Comunista para o início de setembro. Esta sessão, e outras medidas tomadas em junho, favoráveis às demandas dos movimentos, criaram internamente uma certa estabilização,

---

<sup>87</sup> Cit. in *ibid.*, p. 108.



tão desejada pelos reformadores comunistas. Mas a União Soviética passaria a exigir de todo modo que o Congresso não se realizasse (culminando na intervenção militar).

A agitação interna seria retomada com a publicação, em 27 de junho, do célebre “Manifesto das Duas Mil Palavras”. Ele foi apresentado com o apoio de uma centena de personalidades de diversos setores sociais da Checoslováquia: artistas, atores, intelectuais, universitários, esportistas etc. Redigido por Ludvik Vaculik, foi publicado nos mais ativos semanários de então. O manifesto faz uma rememoração histórica, recontando o trajeto do comunismo na Checoslováquia – a sociedade confiara no Partido Comunista no pós-guerra, mas este degenerara, pois uma burocracia usurpara o poder: “O comando era exercido em nome dos operários por um grupo de funcionários do partido e do aparelho do Estado, especialmente treinados para isso. Na realidade, eles tomavam o lugar da classe derrubada e tinham-se transformado na nova autoridade”.<sup>88</sup> O processo de redemocratização, iniciado em janeiro de 1968, segundo o manifesto, encerrara esta fase. Mas ressalta-se a necessidade de evitar ilusões e ficar atento contra novos golpes dos adversários da redemocratização. Propõe, para tanto, a luta contra os que abusaram do poder, luta a ser feita não através de métodos ilegais, mas sim através de “críticas públicas, adoção de resoluções, organização de manifestações, greves, coletas para presentear os que partem”.<sup>89</sup> Possivelmente, é o primeiro documento que coloca a questão do poder, não apenas denunciando o problema da burocracia, mas também a necessidade de organizações da sociedade independentes do partido comunista. Sua proposta de fazer coletas para comprar presentes, que seriam dados aos conservadores que abandonassem o país, era de uma irreverência e provocação até irresponsável, lembrando os melhores momentos dos protestos juvenis desta época no mundo “ocidental”. O manifesto causou as reações esperadas, com conservadores comunistas pedindo novamente a repressão, enquanto muitos militantes comunistas aplaudiram, assim como a população, que inundou os jornais com cartas aprovadoras.

Poucos dias depois, foram eleitos os delegados para o Congresso do Partido Comunista da Checoslováquia, em que os candidatos ligados aos conservadores ou perderam ou foram eleitos com dificuldade, abundando progressistas e novos nomes. Um dos mais importantes delegados durante as conferências preparatórias do Congresso foi o representante de Praga, Frantisek Samalik, que propôs como modelo político um “sistema pluripartidário

---

<sup>88</sup> *Cit. in. ibid.*, p. 116.

<sup>89</sup> *Cit. in. ibid.*, p. 117.

com ampla autogestão apoiada em conselhos operários”.<sup>90</sup> Samalik defendia que o papel do Partido Comunista deveria ser o de uma vanguarda dentro do pluralismo político (formulando reivindicações ainda não sistematizadas pelo conjunto da sociedade), conclamava o respeito às minorias políticas e que os organismos eleitos deviam dominar no partido comunista, partido que deveria se modernizar para a execução de suas incumbências. Diante deste programa, apoiado por muitos delegados, que defendia um pluralismo político baseado em conselhos operários e recomendava estatutos anti-burocráticos para o partido, a proposta de Alexandre Dubcek soava moderada demais. Dubcek estava sendo deixado para trás com o progresso do movimento de renovação dentro do seu próprio partido. Apesar de o fazer com mais moderação que o apregoado por Samalik, a Comissão Preparatória de Estudos para os Estatutos do Partido Comunista traduziu de modo claro esta proposta de democracia operária.

Para Moscou e outros dirigentes do Leste Europeu, este exemplo de destruição “legal” da dominação do aparelho e de restauração da democracia soava como um precedente perigoso. Estava chegando a hora da intervenção das forças do Pacto de Varsóvia. Aos poucos, a União Soviética vai se decidindo e convencendo os demais comunistas da Europa sobre a necessidade de intervenção na Checoslováquia. Em 3 de julho, em discurso na presença de Kadar (dirigente húngaro até então com posição conciliadora no tocante à questão checoslovaca), Brejnev afirmou que “nós não podemos ser e não seremos jamais indiferentes em relação ao destino da edificação socialista nas outras nações”.<sup>91</sup> Os devaneios intervencionistas de Moscou reafioravam. A imprensa russa defendeu a permanência das tropas de seu país na Checoslováquia (que deveriam ter saído em 30 de junho, mas acabariam saindo mais tarde, para serem reconduzidas, é verdade, em 21 de agosto). O *Pravda* de 11 de julho atacou as “Duas mil palavras”, conclamando os comunistas e trabalhadores da Checoslováquia a “uma resposta resoluta aos elementos antisocialistas”. O mesmo *Pravda* procurou atacar a fórmula do “socialismo democrático”, chamando-a de “um sistema político completamente diferente e antimarxista”.<sup>92</sup>

Entre 4 e 6 de julho, os regimes do Leste Europeu propuseram-se a “ajudar” os comunistas checoslovacos a conter a agitação social. Os cinco partidos comunistas do Leste Europeu, fora a Checoslováquia, elaboraram então a “Carta dos Cinco”, um apelo duro e simples à restauração do antigo regime e o fim da “Primavera”, publicado em 17 de julho em

---

<sup>90</sup> *Cit. in. ibid.*, p. 123.

<sup>91</sup> *Cit. in. ibid.*, p. 129.

Budapeste. A resposta do *Presidium* do Partido Comunista Checoslovaco à Carta dos Cinco, e a carta em questão, foram transmitidas pelas rádios da Checoslováquia, incentivando outro elemento adormecido na população, o orgulho nacional.

Os soviéticos continuaram pressionando, convocando um grande número de seus reservistas em 23 de julho. Entre 29 de julho e 1 de agosto, aconteceu a conferência entre autoridades checoslovacas e soviéticas, encerrada com um enigmático comunicado e o anúncio de uma conferência com os seis partidos do Leste, realizada em 3 de agosto em Bratislava. Dubcek não cumpriu, entretanto, promessas provavelmente realizadas nestas conferências – temeroso da reação popular e mais confiante depois das visitas de Tito (líder iugoslavo) e Ceausescu (romeno). Brejnev pressionava Dubcek em ligações telefônicas diárias. Em desesperada manobra, Dubcek tentou incluir no projeto para o Congresso do partido a proposta de obediência aos soviéticos. Dubcek tinha a unanimidade nacional, mas não deixava de se denunciar em suas atitudes exageradamente conciliatórias.

Em 1 de agosto, manifestação convocada por jovens reuniu quase três mil pessoas na Velha Praça e Smrkovsky foi vaiado ao tentar dispersá-la. A cena repetiu-se em 8 de agosto diante do Parlamento. Praga agitava-se novamente: “Nas ruas e praças da cidade velha realizam-se, durante a noite, *meetings* quotidianos que abordam todos os problemas políticos e nos quais se exige... a dissolução das milícias populares, apresentando uma petição que se cobre de assinaturas”.<sup>93</sup>

Dubcek está no auge de sua popularidade, mas encaminha-se para um destino semelhante ao de Imre Nagy, o reformador húngaro que, diante da ascensão das massas, acabou tendo de escolher entre servir de instrumento de repressão e o muro de execução (Nagy escolheu o segundo).

### **Intervenção soviética**

A Checoslováquia sofreria a intervenção das tropas do Pacto de Varsóvia na noite de 20 para 21 de agosto de 1968. Na verdade, a parte mais considerável dos contingentes e armamentos era da União Soviética, mas houve a colaboração de outros países do Leste Europeu que apoiaram a invasão. A intervenção foi maciça e meticulosamente planejada, porque, além dos soviéticos não terem bases fixas na Checoslováquia (diferente da Hungria em

---

<sup>92</sup> Cit. in. *ibid.*, p. 131-132.

<sup>93</sup> *Ibid.*, p. 136.

1956), considerava-se o risco de uma resistência armada, causando-se uma guerra local e até européia. Isto levou a União Soviética a fazer uma impressionante mobilização de recursos militares: a ação, que estava sendo preparada desde abril, contou com uma unidade blindada com 165 mil homens e 4600 tanques; cinco dias depois do início da ocupação, o total era de 27 divisões, 6300 tanques e 400 mil homens – contra um país com 14,3 milhões de habitantes. Não houve guerra local e a resistência foi pacífica e desarmada. Apesar disto, os invasores mataram 90 pessoas, a maioria em Praga, feriram gravemente 300 e levemente 500. Apenas 1 soldado búlgaro foi morto pela população, ao que parece.<sup>94</sup>

A gigantesca intervenção militar soviética, bem sucedida no plano armado, no entanto foi muito falha no plano político. Suscitou a resistência passiva das fileiras do Exército checoslovaco, de grande parte das forças policiais e das milícias populares. Até mesmo vários dos conservadores nos postos repressivos opuseram-se aos invasores. Ou seja, não apenas a sociedade manifestou-se contra a invasão, mas até mesmo setores conservadores do partido-Estado checoslovaco ficaram indignados. As rádios ajudaram a criar rapidamente uma corrente, por algumas horas, que mobilizou toda a opinião pública do país. As massas continuaram mobilizadas, destacando-se os estudantes e jovens de maneira geral “que utilizaram, em seus protestos, táticas similares às de seus colegas franceses, como é o caso dos grafites nos muros de Praga: ‘Circo russo na cidade: não alimentem os animais’ ou ‘Grande exposição de armas soviéticas na Praça Venceslau: entrada franca, saída difícil’”.<sup>95</sup> Estudantes e povo procuraram ironizar, desprezar e ser indiferentes aos soldados e tanques invasores, como vemos nestes conselhos distribuídos pela mídia rebelada: “Ignorem os russos, tratem-nos como coisas, beijem e namorem sob seus narizes. Vivam. Mas façam em torno deles barragens invisíveis de ódio. Nenhuma informação. Não lhes vendam nada. Aqui ninguém fala russo. Ninguém os compreende. Vocês não sabem onde ficam as ruas, os números das casas e os banheiros, os táxis e os meios de transporte”.<sup>96</sup> Relatos sobre Praga ilustram o tratamento de ostracismo devotado aos ocupantes russos que se aventuravam a andar pela cidade.<sup>97</sup> A resistência “passiva” desgastou muito os invasores, levando até um soldado suicidar-se na Praça Venceslau; outro foi morto a tiros por seu superior ao se recusar a metralhar

<sup>94</sup> Andzej Paczkowski e Karel Bartosek. *op. cit.*

<sup>95</sup> Antonio Carlos Brandão e Milton Fernandes Duarte. *op. cit.*, p. 56.

<sup>96</sup> *Cit. In. ibid.*, p. 56.

<sup>97</sup> Como o de Juan Goytisolo. *op. cit.*

manifestantes.<sup>98</sup> A intervenção fora um fracasso político e até moral:

“Em Praga, Brno, Bratislava, Kosice etc. as massas foram às ruas, insultaram os ‘salvadores’ e obrigaram-lhes a empregar contra elas uma força oficialmente destinada a protegê-las; ...a oposição unânime do país impôs, enfim... a negociação com a equipe dirigente de ‘revisionistas e traidores’: Dubcek, Cemik, Smrkovsky, sequestrados no início da invasão e depois mantidos em algum lugar da União Soviética, numa quebra total das leis e das convenções internacionais”.<sup>99</sup>

A situação tornara-se sensível demais para o sucesso da instalação de um governo fantoche. Logo os soviéticos teriam que libertar Dubcek e reconduzi-lo ao poder. Os soviéticos transformaram a intervenção em “conversações”, procurando envolver grande número de lideranças checoslovacas. Enquanto isto, tinha sucesso a iniciativa do Comitê do Partido Comunista em Praga que, por rádio, convocou todos os delegados eleitos para o XIV Congresso. As forças russas de segurança esperavam prender os delegados no Comitê da cidade de Praga, mas, pelo rádio novamente, os delegados foram orientados a se dirigir às indústrias da capital, onde militantes os levariam até o local clandestino da reunião. Na usina CKD de Vysocany reniram-se miraculosamente 1026 delegados (num total de 1250 eleitos). O Congresso foi realizado com a proteção dos trabalhadores da usina e das milícias populares de Praga. Tudo estava preparado, caso houvesse uma intervenção armada, para evacuar local e levar os delegados para outro lugar. O Congresso elegeu um novo Comitê Central de 144 membros, eliminando-se todos os que colaboravam ou negociavam com Moscou, enquanto eram reeleitos todos os dirigentes presos ou sob ameaças. Mas, na sua maior parte, o Comitê fi renovado.

Mineiros de Kladno entraram em greve desde o primeiro dia da invasão, imitados pelos demais mineiros do país. Os trabalhadores das ferrovias do país pararam os transportes de materiais vindos da Alemanha Oriental e Rússia destinados às tropas invasoras. Nas cidades operárias houveram incidentes mais violentos, onde formaram-se Comitês Operários para a luta. Gráficos recusaram-se a imprimir as proclamações dos invasores, militantes ameaçados foram escondidos pela população, difundia-se uma impressionante propaganda espontânea para inquietar as forças ocupantes “pelo emprego combinado de demonstrações de força, de

<sup>98</sup> Antonio Carlos Brandão e Milton Fernandes Duarte. *op.cit.*

<sup>99</sup> Juan Goytisolo. *op. cit.*, p. 1097.

argumentação política e de humor; a coragem das manifestações de rua conduzidas sob a mira dos tanques; a engenhosidade organizacional”.<sup>100</sup>

Aos poucos, as autoridades reconhecidas por Moscou retornaram ao país e restabeleceram seu poder. Dubcek foi mantido como primeiro-secretário, esperando retomar a política de moderação anterior às agitações sociais. Aparece o termo “normalização”, a partir daí, em todos os textos e discursos. A “normalização” exigida pelos russos era interpretada como uma volta à firme direção do Partido Comunista. Mas a maioria dos checoslovacos entendiam-na como a evacuação das tropas do Pacto de Varsóvia e o respeito às formas constitucionais de vida política. Dubcek queria as duas coisas, mas teve de ir atendendo as exigências dos soviéticos: invalida o XIV Congresso (chegando mesmo a cooptar alguns de seus membros para seu novo *Presidium*) e realiza depurações, através de uma série de demissões de autoridades relevantes que eram alvo da ira da imprensa soviética. A imprensa, em seu conjunto, autocensurou-se, procurando evitar ser prejudicada com a nova ordem. Mas os órgãos e jornalistas que insistiram em escrever críticas nas entrelinhas das reportagens foram perseguidos, até mesmo jornalistas do órgão oficial, o *Rude Pravo*. As publicações *Reporter* e *Politika* (revista criada pelo XIV Congresso) foram fechadas.

Nos primeiros momentos da “normalização”, os protestos pareceram cessar, mas, diante das más perspectivas e das contradições de Dubcek, aos poucos reapareceram. Em 19 de outubro, quando os acordos de Moscou seriam ratificados pela Assembléia Nacional, uma multidão que compareceu diante do prédio da Assembléia gritava, em vão: “Não assinem!” Duas manifestações em 28 de outubro, uma com 2 mil presentes e a outra com 4 mil, aclamaram os dirigentes e vaiaram os ocupantes soviéticos. A polícia interviu, tentando dispersar as pessoas, sem eficácia. Smrkovsky tentou apaziguar a multidão, mas acabou reconhecendo: “Se eu tivesse a mesma idade, teria agido como vocês”.<sup>101</sup> Em 7 de novembro, novas manifestações aconteceram em Praga, durante o aniversário da Revolução Bolchevique, com sérios choques com a polícia, 167 detenções e processos contra os organizadores.

Os estudantes retomaram a atividade política, com intensas discussões em outubro, eleições para o Parlamento Estudantil da Boêmia e Morávia e um acordo entre a União dos Estudantes, o Comitê de Coordenação das Uniões de Artistas e vários Comitês Operários. Em novembro, os estudantes também iniciaram uma greve geral com a ocupação das faculdades,

---

<sup>100</sup> Pierre Broué. *op. cit.*, p. 152.

<sup>101</sup> *Ibid.*, p. 166.

como os estudantes da Escola Superior de Agricultura, que ocuparam-na a partir de 15 de novembro. Diante do silêncio da imprensa, os líderes estudantis utilizaram a comunicação oral, assim como panfletos, cartazes e boletins mimeografados. Na noite de 17 de novembro, quase todos os estabelecimentos de ensino superior estavam ocupados por seus alunos. Era o dia do aniversário da execução pelos nazistas do estudante Jan Opletal. No dia 18, eram 60 mil os grevistas na Boêmia e Morávia (quase o total de seus estudantes universitários) e 30 mil na Eslováquia. Nesse mesmo dia, a Assembléia dos Estudantes de Praga votou os famosos “Dez Pontos”, um

“programa de reivindicações políticas, afirmação de fidelidade ao Programa de Ação, exigência de informações, limitação da censura..., garantia das liberdades de reunião e organização, de pesquisa científica e de expressão literária e artística, liberdade individual, demissão daqueles dirigentes ‘que perderam a confiança e não foram capazes de defender seus pontos de vista’, criação dos Conselhos Operários nas empresas, declaração de adesão aos princípios da Carta das Nações Unidas e da Declaração Universal dos Direitos do Homem.”<sup>102</sup>

Com este programa, bastante divulgado, renovaram-se os contatos entre trabalhadores e estudantes. Delegações de fábricas foram às faculdades ocupadas para demonstrar solidariedade. O movimento estendeu-se aos estabelecimentos de ensino secundário e, no dia 19 de novembro de 1968, decidiu-se prolongá-lo por mais um dia. No dia 20, o governo solenemente pediu o fim da greve. A decisão pelo encerramento da greve aconteceu nesta mesma noite em uma assembléia geral e, em seguida, os presidentes da União dos Estudantes e do Comitê Universitário de Praga foram recebidos pelos dirigentes do partido.

### **A “normalização”**

Entre dezembro de 1968 e janeiro de 1969, destacou-se uma campanha popular em favor do presidente da Assembléia Nacional, Josef Smorkovsky, o único entre aqueles classificados como progressistas a participar do novo governo de Dubcek. Ele, que só tinha se mantido pelo aval da confiança popular, seria cada vez mais isolado no novo governo, enquanto os russos pressionavam por sua saída. Ao perceber o perigo, Smorkovsky abriu o jogo em conferência de imprensa, com ataques diretos e conclamando uma campanha em seu favor. A resposta foi imediata, em diversos meios, destacando-se os operários e os estudantes. Em 15 de janeiro, uma reunião de quase 3 mil jovens em Praga, convocada pelo Comitê da

Juventude da Boêmia e Morávia, votou uma moção a favor de Smrkovsky e várias resoluções que foram transformadas no “Manifesto de Praga”. O manifesto retomava as reivindicações das últimas semanas: “Abolição da censura, reconhecimento dos conselhos operários, continuação do XIV Congresso”.<sup>103</sup>

Mais dramaticamente, é neste contexto que ocorre o suicídio pelo fogo do estudante Jan Palach, em 16 de janeiro de 1969. Era um estudante de filosofia, de 21 anos, e teria deixado uma carta explicando que aquilo era um protesto contra a intervenção soviética e a política da “normalização”. Sua carta anunciava um novo suicídio para 21 de janeiro, caso não se abolisse a censura, o jornal pró-Rússia *Zpravy* não fosse fechado e a opinião pública não se manifestasse em greve ilimitada. Um comunicado dos estudantes da Faculdade de Filosofia, após o ocorrido, afirma também dramaticamente, no tom típico dos manifestos estudantis:

“Acusamos os dirigentes soviéticos de ter, com sua política, provocado uma nova vítima, que talvez não seja a última, somando-se às de 21 de agosto. Acusamos a direção da Checoslováquia de ter, em nome de um pretenso realismo, levado o povo checoslovaco para essa situação através da estreiteza de sua política e da traição dos ideais que tinham sido proclamados. Acusamos a nós mesmos por não termos até aqui encontrado força em nós para a realização de atos que obriguem a direção política a transformar-se na representante verdadeira da opinião do povo”.<sup>104</sup>

Alguns jovens pintaram em letras vermelhas no pedestal da estátua de Wencelas, local onde Palach ateou fogo a si mesmo, frases que associavam o estudante-mártir Jan Opletal com Palach: “Mais vale morrer em pé do que viver de joelhos... 1939: Jan Opletal fuzilado pelos nazistas – 1969: Jan Palach”.<sup>105</sup> Um solene funeral ocorreu no dia 24 de janeiro, um sábado, sem conflitos, graças ao acordo entre dirigentes da União dos Estudantes e autoridades. Também em resposta a Palach, o Congresso dos Sindicatos lançou a palavra de ordem de greve geral de 5 minutos no dia do enterro, com parada total das grandes cidades. Reavivaram-se manifestações, debates, cartazes manuscritos e até mesmo a mídia cobriu o evento. No funeral, compareceram os principais dirigentes progressistas eliminados em setembro – Dubcek, alegando estar com gripe, faltou. Mas no dia 27 de janeiro, por ordem do ministro do

---

<sup>102</sup> *Ibid.*, p. 169.

<sup>103</sup> *Ibid.*, p. 189-190.

<sup>104</sup> *Cit. In. ibid.*, p. 193.

<sup>105</sup> *Cit. In. ibid.*, p. 194.



Interior, foram retirados da praça Wenceslas os grupos de jovens, velas e cartazes e iniciou-se uma série de acusações contra os jornalistas.

Ainda no início de 1969, cumprindo as ameaças, expurgos foram dirigidos contra meios de informação e imprensa, bem como aos escritores, jornalistas e encarregados dos meios. Os melhores nomes da *intelligentsia* comunista checoslovaca também se viram atingidos (Ludvik Vaulil, Karel Kosik, Frantisek Samalik, Karel Bartosek, Jiri Hochman e outros). A “normalização” procurava destruir qualquer foco futuro de resistência, como o Parlamento Estudantil e organizações operárias autônomas desenvolvidas a partir de março de 1968 (não apenas sindicatos e conselhos operários, mas também organismos de contato entre organizações sindicais e estudantis). Calcula-se o número de meio milhão de membros expurgados do Partido Comunista, no total, entre presos, desempregados e rebaixados de tarefa. Por sua vez, Dubcek seria o secretário-geral só até março de 1969, sendo definitivamente afastado então.

Diante da “normalização”, outros protestaram usando a forma extrema, imitando Palach, ateando fogo em si mesmos: um estudante em fevereiro e um homem de 40 anos em abril (na Morávia). O protesto mais massivo seria também o mais inesperado: meio milhão de pessoas saíram às ruas, em manifestação espontânea, na noite de 28 para 29 de março de 1969, comemorando a vitória da Checoslováquia sobre a União Soviética na decisão do campeonato mundial de hóquei no gelo.

No dia do primeiro aniversário da ocupação soviética, unidades especiais do exército, polícia e milícias populares nas fábricas entraram em choques com manifestantes, a maioria jovens: dois adolescentes foram mortos em Praga em 20 de agosto de 1969, quando tanques e blindados entraram em todas as grandes cidades; mais três manifestantes foram mortos em 21 de agosto e dezenas ficaram gravemente feridos, milhares foram presos e espancados e mais de 1500 condenados. A repressão da normalização se exerceu principalmente contra a população e sutilmente: milhares de pessoas discriminadas profissionalmente, com seus filhos impedidos de acessar o ensino superior; retomada da censura; auto-exílio de dezenas de milhares de checoslovacos (num total de 400 mil da história do comunismo no país, em sua grande maioria com grau superior de formação). Em 1969, ocorreu também a prisão de estudantes que participavam do HRM (Movimento da Juventude Revolucionária), ativos na preparação das comemorações do primeiro aniversário da invasão. Entre eles haviam agentes policiais infiltrados. 16 membros do HRM foram processados em março de 1971, sendo o líder Petr

Uhl condenado a 4 anos de prisão (ele seria novamente condenado a 9 anos de detenção após cumprir a primeira pena).<sup>106</sup>

Nos idos de 1967, em Praga, os universitários que se confrontaram com a polícia deram início aos protestos públicos, à grande mobilização popular que se tomaria constante durante a Primavera de Praga. O protesto estudantil, em outubro de 1967, não poderia ser creditado a agentes externos. Isto até poderia funcionar como justificativa da repressão, mas não iria sanar um mal que se generalizava.

As mobilizações massivas, junto com a formação de um grande número de organizações autônomas, de escritores, artistas, estudantes, operários etc., foram a principal influência para as propostas de reforma do socialismo na Checoslováquia. Propostas que Dubcek tentou canalizar e domesticar com seu conceito de “socialismo humano”. Mas os próprios militantes comunistas, engajados nos novos movimentos sociais, avançariam muito em relação a Dubcek, fazendo com que o anteprojeto para o Congresso do partido soasse ainda mais democratizante e anti-burocratizante, esboçando o fim das decisões centralizadas e as manobras de cúpula, recolocando o partido em uma função de “vanguarda” (racionalizando os anseios populares) etc. Quando Dubcek substituiu Novotny como primeiro secretário, tudo parecia apenas “mais uma dessas pugnas florentinas que, vez por outra, afetavam as cúpulas dos partidos comunistas, sobretudo do leste europeu”, uma simples troca de direção. De certa forma, a idéia original era de, através do partido, realizar uma “auto-transformação controlada do sistema político com o objetivo de evitar uma crise de maiores proporções”. Porém, o conflito de cúpula “irradiou para a sociedade que, uma vez posta em movimento, radicalizou a própria crise partidária e do Estado”.<sup>107</sup>

A intervenção militar soviética fora causada também pelo temor de que aquela pequena abertura na Checoslováquia se transformasse num grande rombo, do qual iria jorrar um mar intranquilo de frustrações, conflitos latentes, denúncias de injustiças sociais e de exploração econômica, gritos enraivecidos das vítimas das constantes vagas repressivas, jovens gerações em busca de auto-expressão cultural e comportamental etc. O Bloco Soviético não quis ou não podia correr este risco. Preferiu-se ou obrigou-se a um novo fechamento, condenando as insatisfações a se calarem. As populações obrigaram-se a aceitar, mais superficialmente ainda

<sup>106</sup> Andzej Paczkowski e Karel Bartosek. *op. cit.*

<sup>107</sup> Marco Aurélio Garcia, “Praga – 1968, trinta anos depois”, *op. cit.*, p. 3.

que antes, o regime e a ideologia oficial que sustentavam sobre uma tênue legitimidade. Quando Gorbachev tentaria uma tardia reforma do sistema, o comunismo de extração soviética perderia seu lastro de repressão, terror e da pressão pela unidade advinda de Moscou. E a tênue legitimidade se “desmancharia no ar”, parodiando Marx, ao mais breve sopro – a queda do Muro de Berlim em 1989.

Podemos tentar repensar a questão antes feita: por que as novas esquerdas e, por conseguinte, os movimentos juvenis do Primeiro e Terceiro Mundo absorveram pouco das mobilizações estudantis da Primavera de Praga, assim como da Iugoslávia e Polônia em 1968? Uma possível resposta está no fato de que as críticas ao comunismo soviético, vindas das próprias esquerdas nos anos 1960, presentes nos movimentos juvenis, eram muito mais contra a sua postura de não-enfrentamento ao capitalismo e acomodação, secundado pela questão da burocratização. Apenas após a invasão de Praga é que a questão do “imperialismo vermelho”, da repressão, dos crimes políticos e sociais passou a contar mais. Diante dos dados e evidências que hoje temos do terror realizado nos países que se disseram comunistas, percebemos o caráter contraditório das críticas ao comunismo ortodoxo nos anos 1960 – inclusive pelo fato da China e o maoísmo muitas vezes terem sido a fonte inspiradora desta crítica à União Soviética. Além disto, na época da intervenção das Tropas do Pacto de Varsóvia, o segundo semestre de 1968, a retórica da violência começava a predominar cada vez mais na onda mundial de revoltas.

As críticas ao comunismo soviético nos anos 1960 poderiam ter resultado numa superação da ortodoxia nas esquerdas (não só da soviética, mas de todas as outras). Contudo, além da crescente retórica da violência, os anos 1960 também observaram o reforço de novas perspectivas comunistas totalizantes e facilmente levadas ao sociologismo vulgar: o maoísmo da Revolução Cultural Chinesa e a teoria de Louis Althusser, um revalidando com suposto novo verniz o stalinismo e o totalitarismo, outro revalidando como “estruturalismo” refinado o economicismo stalinista vulgar. Diante das provas da extensão do número de vítimas e do grau de terrorismo do período stalinista, ficariam hoje bastante debilitadas as explicações para a causa dos “desvios” do comunismo soviético, feitas não apenas pelos socialismos dissidentes e heterodoxos (trotskismos, variantes do maoísmo, iugoslavos, albaneses, cubanos etc.), mas até as explicações das novas esquerdas dos anos 1960. Não quero debater as causas da brutalidade do comunismo soviético – antes, durante e até depois do stalinismo –, mas sim repensar como as críticas ao stalinismo ou ao comunismo soviético influenciaram os rumos da onda mundial

de revoltas.

Jean-Paul Sartre parece ter sido um intelectual que viveu todos os paradoxos das esquerdas na questão do terror comunista – o terror que se devia denunciar, às vezes era parecido com o terror que se propunha e até se realizava rumo ao “verdadeiro” socialismo. Sartre viveu uma tortuosa carreira política, desde quando seu existencialismo procurou estabelecer uma relação criativa com o marxismo – em *Questão de Método*, Sartre dialoga com o marxismo na busca de uma método de pesquisa capaz de levar em conta os projetos individuais e coletivos na “grande História”.<sup>108</sup> Depois, o namoro, a filiação e, logo, o rompimento com o Partido Comunista Francês (quando da intervenção soviética na Hungria). Finalmente, a aproximação com os maoístas franceses e com as práticas de ativismo radical.

Em muitas das palavras e práticas das novas esquerdas e movimentos juvenis nos anos 1960, principalmente nas propostas e efetivações da luta armada e terrorismo, notamos uma retomada da fórmula bolchevique que juntara determinismo histórico e sociológico com subjetivismo, idealismo ativista e paixão revolucionária. Em todo o caso, retorna-se à relação dogmática com a ideologia e a política, substituindo-se o estágio então reinante do comunismo soviético (economicista, moderado, imperialista) pelo seu estágio inaugural ou por modelos análogos que se propõem igualmente combativos, criando uma certeza que só poderá ser alcançada pelo ativismo abnegado e violento. Já conhecemos alguns dos modelos que retomaram o ativismo utópico do “bolchevismo”, que pouco, na verdade, rompiam com o “comunismo soviético” que às vezes pareciam rejeitar, como o maoísmo e o foquismo. Como vimos, sua crescente hegemonia dentro das novas esquerdas encaminhariam-nas para uma relação cada vez menos criativa com as ideologias, uma relação menos pessoal com a política e uma lógica que cada vez menos rejeita a *realpolitik* dos “fins que justificam os meios” – ao mesmo tempo que não percebem a total inadequação de seus meios aos fins verbalizados.

Enquanto isto, as revoltas estudantis no mundo socialista não foram avaliadas devidamente, não deram as contribuições que poderiam dar, deixando de renovar com mais profundidade o caráter dos esquerdismos então vigentes e recuperados nos anos 1960. Ao mesmo tempo, suas lutas parecem ter sido derrotadas política e socioculturalmente no seus países. A mesma derrota política parece ter sido regra nos demais movimentos juvenis dos outros dois mundos. Mas não se pode dizer o mesmo a respeito da questão sociocultural fora

<sup>108</sup> Sartre, Jean-Paul. “Questão de método”, in. *Sartre e Heidegger*, São Paulo: Abril Cultural, Coleção Os Pensadores XLV, 1973, pp. 115-197.

do Bloco Socialista, principalmente, mas não apenas no Primeiro Mundo. No aspecto do comportamento, dos valores, da legitimação de lutas baseadas em injustiças cotidianas, na revolução das artes populares etc., os movimentos juvenis do Primeiro Mundo, ainda que não exclusivamente, tiveram vitórias silenciosas, ao menos resultados muito mais efetivos que no aspecto político. Já o mundo comunista manteria-se cada vez mais fechado a estas transformações socioculturais, o que ajuda a explicar a dramaticidade dos eventos após a Queda do Muro de Berlim e o movimento estudantil chinês de 1989 – principalmente os jovens pareciam desesperados em busca de formas “ocidentais”, democráticas e até “capitalistas” de cultura, arte, formas de comportamento e vida política. Na China, a repressão foi mais forte, enquanto o Leste Europeu desmanchou-se como um castelo de areia.

De qualquer modo, os eventos relativos às juventudes do mundo socialista foram tão ricos e talvez ainda mais complexos que seus similares nos outros dois mundos. Uma espécie de movimento social global, cujas amarras ora parecem subterrâneas, ora “espirituais”, aparenta constituir a verdadeira face da onda de revoltas dos anos 1960. Feixes de influências recíprocas, ainda que permeados de confusão, contradições, interpretações parciais e esquecimentos imperdoáveis (como um certo descaso para com os movimentos do Leste Europeu) explicam a simultaneidade relativa dos eventos juvenis nos três mundos nos anos 1960. Ao mesmo tempo, cada “mundo” parece incentivar um aspecto da “ideologia” básica da onda de revoltas. A análise dos países do Terceiro Mundo, como vimos, nos permitem enfatizar os “terceiro mundismos”. No mundo socialista, tornam-se mais evidentes as formas heréticas de esquerdismo e as críticas ao comunismo ortodoxo – críticas vividas na prática principalmente no Leste Europeu, enquanto as mais famosas Revolução Cultural Chinesa e Revolução Cubana tiveram sérias limitações na crítica à vivência ortodoxa da oposição ao capitalismo.

Ainda resta um terceiro aspecto que parece ser mais evidente no Primeiro Mundo, o que podemos chamar de “contraculturas” (num sentido mais amplo que o de movimento *hippie*). É claro que nos três mundos, em praticamente todas as revoltas estudantis, em diversas formas, tons e ênfases, estiveram sempre presentes o terceiro mundismo, o novo esquerdismo e a contracultura. Não devemos perder de vista que a caracterização dos movimentos juvenis dos anos 1960 como “anti-sistema”, como crítica à modernidade tecnicista, à Guerra Fria e às injustiças do cotidiano, é mais plausível, profunda e conseqüente se concebermos os movimentos de modo geral, se olharmos para eles como um evento global, uma espécie de

síntese e indicador das contradições mais amplas do “sistema-mundo” na segunda metade dos anos 1960. Isolados, os atores deste movimento global anti-sistema, possuem suas especificidades locais, seus roteiros e contradições próprias. Vistos em sub-conjuntos – Primeiro, Segundo ou Terceiro Mundos – os movimentos juvenis parecem assumir questões particulares ao seu “mundo”, ao mesmo tempo que revelam um primeiro nível de interrelação mais geral. Mas as análises particulares ou em setores geopolíticos já revelam que os pontos de contato entre os movimentos são muito mais que curiosidades ou coincidência, principalmente pelas comparações que a todo o tempo é necessário realizar, como vimos. Concebidos como um conjunto, ainda que multifacetado, complexo e permeado de contradições, estes movimentos dos anos 1960 revelam não apenas que se constituíram como um evento “globalizado”, mas que foram, também, uma reação contra os rumos tomados pela incipiente globalização do mundo, uma reação sem centro de comando ou total consciência sobre si mesma. A onda mundial de revoltas é mesmo uma síntese das questões e das preocupações que afetavam as sociedades então, uma espécie de “fato social total” que criou interconexões entre si e com os mais importantes problemas então enfrentados pelas sociedades modernas ou em via de modernização.

## Capítulo 7

# ALEMANHA, FRANÇA E ESTADOS UNIDOS

### Movimentos estudantis no Primeiro Mundo

É nos movimentos juvenis dos países do Primeiro Mundo que se observam, em maior integração, as causas gerais apontadas no capítulo 1 para a irrupção da onda mundial de revoltas dos anos 1960. Enquanto o Terceiro Mundo serviu – não apenas – como exemplo e “estopim”, e o Segundo Mundo ilustrou o colapso do modelo comunista soviético (e a necessidade de novas utopias e ideologias de contestação), os protestos estudantis na Europa Ocidental e nos Estados Unidos foram responsáveis pela integração destas motivações e causalidades. Ao mesmo tempo, foram os movimentos do Primeiro Mundo aqueles que melhor evidenciaram as questões das contraculturas, das artes e dos novos comportamentos. Questões estas que não estão de modo algum ausentes dos eventos no mundo socialista e “subdesenvolvido”, mas que atingem um grau de expressão mais enfático nos chamados “países desenvolvidos”, principalmente nos Estados Unidos e na França. Junto com a Alemanha e Itália, foram os países onde ocorreram os principais movimentos de 1968 no Primeiro Mundo.

A conjunção entre contestação política e comportamental também estará presente na Holanda dos *provos*. Segundo Daniel Cohn-Bendit, as formas espetaculares e irônicas de contestação dos *provos* tomaram-se, na Holanda de hoje, uma espécie de “patrimônio nacional”. Roel Van Duyn narra que a primeira reunião *Provo* aconteceu em uma pequena casa em Amsterdã em 1964. Van Duyn era um dos vários presentes que vinham do movimento anarquista ou eram influenciados por idéias libertárias. Suas táticas de “revolução” fizeram grande sucesso, levando muitos populares nas ruas a rirem junto com eles das gozações que promoviam contra as autoridades. Sempre que eram cercados pela polícia, muito mais gente aparecia para ver o que estava ocorrendo, garantindo-se a publicidade dos *provos*. Os *provos* em suas críticas aos poderes propunham soluções práticas imaginativas e irônicas, como o plano “Bicicletas brancas” (fornecendo gratuitamente bicicletas à população), o plano “Mulheres Livres” (proposta de libertação total das relações sexuais e de independência às mulheres, criando gabinetes de apoio em cada bairro com informação livre e prática sobre a sexualidade), plano “Policiais abertos” (a proposta de transformar os policiais em trabalhadores sociais, com uniforme branco e a disposição do público para fornecer fósforos, preservativos etc.), plano

“Casas abertas” (todos os sábados, era fornecida uma lista das casas desabitadas da cidade, cujas portas eram pintadas de branco para quem quisesse instalar-se nelas), plano “Rainhas abertas” (proposta de abrir o palácio real, assim como os monumentos e palácios oficiais, além da livre assistência a todas as reuniões de autoridades) e o plano “Cidade Aberta” (em que se vislumbra uma Amsterdã futurista, onde todo o trabalho seria feito por máquinas e as pessoas seriam livres para fazerem o que quisessem). Os *provos* fizeram uso de táticas da guerrilha urbana, mas desarmados, provocando o inimigo (ou seja, as autoridades) e desaparecendo, como o dia em que pararam o trânsito de Amsterdã depois de soltarem centenas de galinhas nas ruas. Em julho de 1966, conseguiram entrar no Parlamento Municipal, com 2,4% dos votos.<sup>1</sup>

Os *provos* se dissolveram em 1967, mas o movimento *Kabouter*, em 1970, retomaria seu espírito. Os *kabouters* propunham, sob o princípio supremo da não-violência, um novo tipo de convivência social, uma economia alternativa e a descentralização das decisões políticas. Fazendo uso de grande criatividade em sua propaganda, conseguiram 11% dos votos em eleições municipais. Eleito, Roel Van Duyn leria na Câmara uma declaração que apresentava os *kabouters* como “servidores dos operários, dos camponeses, dos velhos, dos loucos”.<sup>2</sup> Também surgiria o movimento dos *krakers* (“invasores”) que, mesmo contando com a participação dos antigos *provos*, estavam menos preocupados em advogar a não violência. Os *krakers* chegaram a ter mais de 50 mil militantes que, por invadirem imóveis desabitados, travaram duros confrontos com a polícia.<sup>3</sup>

Já em Portugal e Espanha, que viviam regimes autoritários de origem fascista, a dinâmica de seus movimentos foi análoga aos do México, Brasil e até mesmo do Leste Europeu.

Na Espanha, os conflitos dos estudantes com o regime franquista, nos anos 1960, iniciaram-se em torno do oficial Sindicato Espanhol Universitário, no qual os universitários espanhóis eram obrigados a se filiar. Nos protestos, formaram-se muitos grupos dissidentes ilegais, que renasceriam em 1967 e 1968. Na primeira metade dos anos 1960, chegaram a ocorrer conflitos em Madri, Barcelona, Salamanca e Bilbao, em torno da proposta de um sindicato estudantil mais autônomo, como a Federação Universitária Democrática Espanhola (FUDE). A FUDE, de cunho socialista, ajudou a organizar manifestações em março de 1965,

<sup>1</sup> Daniel Cohn-Bendit. 1968: A revolução que tanto amámos, Lisboa: Dom Quixote, 1988.

<sup>2</sup> cit. in. ibid., p. 56.



entre elas o Dia do Estudante Livre, em Madri, reunindo 5 mil estudantes apesar de uma tempestade de neve. O governo acabou cedendo e reconheceu o direito dos estudantes poderem votar nos seus representantes para o Sindicato oficial, além de nomear funcionários que estabeleceriam o requerido diálogo com o movimento estudantil. Mas, em março de 1966, 420 delegados estudantis foram presos ao tentarem celebrar de novo o Dia do Estudante Livre, o que provocou um protesto estudantil nacional sob o grito “Liberdade sim, Ditadura não! Sindicato livre e democrático”.<sup>4</sup> Em 1967, renasceria com mais força o movimento espanhol, a partir de 27 de janeiro, seguindo-se duas semanas de confronto entre estudantes e policiais. Logo, em semelhança ao que se daria na Itália, França e, em parte, no Brasil, operários apoiaram os estudantes: mais de 100 mil operários em Madri mobilizaram-se em resposta à convocação feita pelas associações estudantis e pelos sindicatos independentes contra a ditadura de Franco. Por sua vez, a polícia atacou e prendeu centenas de manifestantes. No dia seguinte, realizaram-se centenas de prisões de estudantes em toda a Espanha e a cafeteria da Universidade de Madri foi atacada com violência por policiais. O estudante Rafael Moreno, ativista em Madri, foi morto pela polícia na casa de seus pais. Tentando formar em Valência um Sindicato Democrático de Estudantes, delegados estudantis vindos de toda a Espanha foram presos e espancados. 60 mil operários e milhares de ferroviários entraram em greve em 30 de janeiro. Em 31/01/1967 foi fechada a Universidade de Madri. Uma semana depois, porém, decretou-se uma greve geral de estudantes. O governo respondeu com a expulsão de cerca de 20 mil estudantes das universidades, mas a revolta estendeu-se às ruas da capital, sendo chamado o Exército para retomar o controle da situação. Uma greve geral convocada para 27 de outubro pelos estudantes recebeu o apoio das Comissões de Trabalhadores, mas cerca de 400 delegados destas Comissões foram presos. Nova espiral de revolta e repressão começaria na semana seguinte, quando os estudantes elegeram delegados para o Sindicato Democrático de Estudantes, considerado ilegal pelo governo. Como os delegados estudantis foram imediatamente presos, 100 mil estudantes (de um total de 147 mil na Espanha) entraram em greve. A polícia respondeu brutalmente e um ativista, Enrique Ruano, foi morto enquanto estava sob custódia da polícia.<sup>5</sup>

Em 1968, recomeçariam logo em janeiro os protestos estudantis e os conflitos com a

---

<sup>3</sup> *Ibid.*

<sup>4</sup> Lewis S. Feuer. *El cuestionamiento estudiantil del establishment. En los países capitalistas y socialistas*, Buenos Aires: Paidós, 1971.

polícia. Em 11 de janeiro, confrontaram-se policiais e estudantes na Universidade Complutense, em Madri, com 30 presos. Em 28 de março novos protestos em Madri causaram a queda do ministro da Educação e o fechamento da Universidade de Madri, que permaneceria fechada até o dia 6 de maio. Em 31 de março foi a vez da Universidade de Valência ser fechada após as manifestações de estudantes em favor dos sindicatos estudantis livres. Apenas no final de maio os conflitos diminuiriam, após o governo propor medidas de reforma universitária. Mas os protestos não eram simplesmente por questões “específicas”, como vimos, e em novembro, dado os retornos dos conflitos, a Universidade de Madri foi novamente fechada.<sup>6</sup> Segundo Katsiaficas, também na Espanha o movimento estudantil e a violenta repressão de um regime ditatorial originariam (como no Brasil e, similarmente, em outros países do Primeiro Mundo) grupos de guerrilha, como o ETA (Terra Basca e Liberdade) no País Basco.

Em Portugal, desde 1956 gerava-se uma certa indisposição entre a ditadura de Salazar e os universitários, quando um decreto proibiu as atividades políticas dos estudantes, decreto recebido com manifestações de oposição em Lisboa e Coimbra. Em 1962, se deram novos choques entre poder e estudantes, quando o governo proibiu a celebração do tradicional Dia do Estudante, culminando com a invasão da Universidade de Lisboa pela polícia. Os estudantes de Lisboa declararam então uma greve que duraria 3 meses, com movimentos estudantis solidários em Coimbra e Porto. Em uma das manifestações, com 5 mil estudantes, 1500 estudantes foram presos. Mais tarde, seriam expulsos da universidade 80 alunos e 50 professores, além de líderes estudantis de Lisboa terem sido presos, o que enfraqueceu o movimento. Em janeiro de 1965, a polícia prenderia mais 27 estudantes para impedir uma tentativa de comemorar o Dia Internacional dos Estudantes. Seguiu-se uma nova greve geral em favor da libertação dos estudantes presos – que eram inclusive submetidos a torturas (até mesmo com mortes).<sup>7</sup> Dada a repressão e a vigilância constante do governo e sua polícia política, os estudantes portugueses não conseguiriam repetir seus próprios protestos do passado no auge da onda mundial de revoltas em 1968: foram apenas três manifestações, segundo dados, uma delas em outubro, em Lisboa, com choques entre policiais e estudantes.<sup>8</sup>

<sup>5</sup> George Katsiaficas. The Imagination on the New Left. A global analysis of 1968, Boston: South End Press, 1987.

<sup>6</sup> Ibid.; *Folha de S. Paulo*, 10/5/1998, p. 5.7.

<sup>7</sup> Lewis S. Feuer. op. cit.

<sup>8</sup> Dados do *Le Monde* (cit. in. George Katsiaficas. op. cit., p. 44-5); Fernando Perrone. Relato de guerra: Praga, São Paulo, Paris, São Paulo: Busca Vida, 1988, p. 156.

Sobre a Inglaterra, alguns relatos confirmam que se esperava bem mais do seu movimento de 1968. Afinal, depois da França, o Reino Unido possuía a maior população universitária da Europa Ocidental. Apesar de sua relativa moderação, os estudantes ingleses esboçaram um movimento em resposta à onda de manifestações estudantis que seguiu-se à Ofensiva do Tet, no início de 1968. Em 16 de março de 1968, ocorreram importantes protestos contra a Guerra do Vietnã, em destaque uma passeata com cerca de 100 mil pessoas em Londres. Outra manifestação, com 30 mil pessoas em frente à Embaixada dos Estados Unidos, entretanto, registraria confrontos com a polícia. Em 15 de abril ocorreu uma manifestação contra o atentado ao líder estudantil alemão Rudi Dutschke. O relativo crescimento do movimento britânico se viu acompanhado pelo crescimento também da liderança mais radical do estudante Tariqu Ali, presidente da União dos Estudantes de Oxford. A *London School of Economics* acabaria sendo ocupada pelos estudantes, no bojo dos protestos contra a guerra do Vietnã.

Juntamente com a França e a Alemanha, os mais importantes movimentos estudantis no final dos anos 1960 aconteceram na Itália. A Itália veria mesmo o apogeu de seu movimento, assim como a tão sonhada integração com os operários, em 1969. Antes deste auge, a Itália, com 476 mil estudantes em 1967, teve duas manifestações estudantis no final de 1967 e quase 60 eventos no primeiro semestre de 1968. Sem contar o Vaticano, que teve dois eventos registrados neste mesmo período.<sup>9</sup>

Em fins de 1967, a Universidade de Turim seria ocupada pelos estudantes, a partir de questões relativas à universidade. Surgiram propostas radicais de autocontrole da universidade pelos estudantes, a partir de profundas críticas da instituição universitária. As assembleias e as reuniões dos comitês dos estudantes alongavam as discussões, para desespero das autoridades que, enfim, ordenaram a invasão policial em Turim. Em dezembro de 1967 também a Universidade de Gênova seria invadida pela polícia, que expulsou os estudantes que a ocupavam. Em janeiro de 1968, seria a vez da ocupação pelos estudantes da Universidade de Veneza. No primeiro semestre de 1968, o centro dos protestos migrou para Roma, onde a repressão faria centenas de presos entre fevereiro e março, além do fechamento da Universidade de Roma em duas ocasiões pela polícia. Em maio, a revolta espalhou-se para os *campi* de Florença, Turim, Pisa, Veneza, Milão, Nápoles, Pádua, Palermo, Bolonha e Bari. A

<sup>9</sup> Jean-Paul e Claudine Bachy. *Les étudiants et la politique*, Paris: Armand Colin, 1973, p. 22; Dados do *Le Monde* (cit. in. George Katsiaficas. *op. cit.*, p. 44-5).

crise estudantil tinha se tomado nacional e colaborou na demissão do primeiro-ministro Aldo Moro, em junho. Em 14 de novembro, os trabalhadores fizeram uma greve de 24 horas a favor da reforma educacional. Em dezembro, ocorreram diversas greves em Roma, Florença, Turim, Bolonha, Nápoles e Gênova.<sup>10</sup>

Na Itália, em 1969, seu movimento estudantil transformou-se em grupos de Nova Esquerda que tentaram mobilizar as lutas dos operários, espelhando-se mesmo no que se conseguiu fazer na França em maio de 1968. Conseguiram colocar, no final do ano, cerca de 2 milhões de trabalhadores em greve. As organizações da Nova Esquerda formavam mesmo um poder dual em relação aos sindicatos. Aos poucos, porém, os sindicatos oficiais conseguiram recuperar o controle através das negociações e a conquista de benefícios aos operários (algo semelhante ao que acontecera na França em 1968). Com a recuperação do controle do movimento operário pelos sindicatos, muitos grupos da Nova Esquerda (como *Potere Operaio*, *Lotta Continua* e grupos que publicaram o *II Manifesto*) tentaram organizar movimentos no interior das comunidades operárias (tentando realizar a conclamada organização nas bases, que seria verbalizada também na França em 1968). O *Lotta Continua* tinha como *slogan* “deixem-nos assaltar a cidade”, tentando persuadir os operários a ocuparem casas abandonadas.<sup>11</sup>

Nos anos 1970, parte desta Nova Esquerda iria compor o grupo terrorista Brigadas Vermelhas, formado depois que o movimento extra-parlamentar do início da década sofreu inúmeros atentados da extrema direita italiana. Entre os participantes das Brigadas Vermelhas estavam Antonio Negri, líder do *Potere Operaio* e Sofri, do *Lotta Continua*. São dois dos vários participantes das Brigadas que se encontram até hoje presos em consequência do assassinato do primeiro-ministro Aldo Moro pelas Brigadas Vermelhas, em 1978.<sup>12</sup>

Nos demais países da Europa Ocidental, também aconteceram protestos estudantis em 1967 e 1968. Na Bélgica teriam havido 21 eventos, destacando-se um conflito que também era étnico na Universidade de Louvain, onde os estudantes flamengos denunciaram o domínio cultural dos valões dentro da instituição. Após uma semana de conflitos entre estudantes e policiais, a Universidade foi fechada, em 20 de janeiro de 1968.<sup>13</sup> Em maio, seria a vez da

<sup>10</sup> Daniel Aarão Reis Filho. “O ano mágico”, in: Daniel Aarão Reis Filho e Pedro de Moraes. 1968. *A paixão de uma utopia*, Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998, 2ª ed., pp. 11-53; “El autoritarismo en la Universidad”, Documento estudantil da Universidade de Gênova, in: *Pensamiento crítico*, Havana, n. 19, 1968, pp. 93; George Katsiaficas. *op. cit.*

<sup>11</sup> George Katsiaficas. *op. cit.*

<sup>12</sup> Antonio Negri. “Por que é difícil esquecer 68?”, in: *Folha de S. Paulo*, 22.2/1998, p. 5.3; Daniel Cohn-Bendit. *1968: A revolução que tanto amámos*, *op. cit.*

<sup>13</sup> Daniel Aarão Reis Filho. “O ano mágico”, *op. cit.*, p. 36; *Folha de S. Paulo*, 10/5/1998, p. 5.7.

invasão da Universidade Livre de Bruxelas pelos estudantes.<sup>14</sup> Zurique, na Suíça, testemunharia um evento com violentos resultados: 10 mil pessoas lutavam pelo estabelecimento de um centro juvenil autônomo, em 29 e 30 de junho de 1968, quando a polícia atacou, hospitalizando 200 jovens e espancando outros 2500 que foram presos (vinte anos depois, novas manifestações conquistaram por algum tempo a instalação deste centro).<sup>15</sup> No mesmo período, final de 1967 e primeiro semestre de 1968, registraram-se 11 eventos na Suíça, 10 eventos na Grécia, 9 na Holanda, 6 na Suécia, 6 na Áustria, 3 em Luxemburgo, 1 na Dinamarca e 1 na Irlanda.<sup>16</sup>

Na Oceania, registram-se três ocorrências de revoltas estudantis na Austrália e uma na Nova Zelândia, entre 1968 e 1969.<sup>17</sup> Já na América do Norte, o Canadá registraria uma série de eventos em 1968, como a ocupação estudantil de várias faculdades, em destaque em Quebec, onde a polícia atacaria com violência os estudantes.<sup>18</sup>

Os três principais movimentos do Primeiro Mundo, ao lado do italiano, observaram-se na Alemanha, França e Estados Unidos. A França deve ser destacada por ter produzido o mais famoso movimento da onda mundial, em Maio de 68 – e, apesar de crucial, a fama deste movimento supera sua importância relativa. O próprio fato dos Estados Unidos terem então a maior população universitária do mundo, assim como a lembrança de que uma proporção considerável dela se mobilizou nestes anos, justifica seu destaque. Já a Alemanha assegura seu destaque pelo seu papel precursor, principalmente ideológico, dentro do Primeiro Mundo. Na Alemanha destaca-se o movimento em Berlim Ocidental e a organização lenta e paulatina da revolta estudantil desde o início da década, a partir de questões relativas ao Terceiro Mundo e das propostas da “universidade crítica”. Na França, temos em Maio de 1968 a eclosão meteórica de um movimento social irresistível que conjugaria protesto estudantil e greve geral dos trabalhadores. Nos Estados Unidos, uma onda heterogênea de mobilizações sociais – estudantes, contestadores culturais, negros, pacifistas e guerrilheiros – onde se verá o ápice da conjunção entre revolução cultural e revolta política e onde os aspectos juvenilizados da nova esquerda assumirão seu estado mais extremo.

---

<sup>14</sup> João Roberto Martins Filho. Rebelião estudantil: 1968 - México, França e Brasil, Campinas: Mercado de Letras, 1996.

<sup>15</sup> George Katsiaficas. op. cit.

<sup>16</sup> Ibid., p. 38-39

<sup>17</sup> Ibid.

<sup>18</sup> João Roberto Martins Filho. op. cit.

## Alemanha Ocidental

O movimento estudantil na Universidade Livre de Berlim Ocidental (que depois se estenderia à toda Alemanha Ocidental) foi uma espécie de “prévia” da onda internacional de 1968, tanto nos temas levantados quanto nas estratégias de rebelião. O movimento berlinense também ilustra com destaque que o objeto geral das revoltas juvenis era o panorama geopolítico irracional criado pela Guerra Fria. A Guerra Fria faria da Alemanha, em particular a cidade de Berlim, vítima de alguns de seus maiores absurdos. Não apenas o país, mas a própria Berlim fora divididos arbitrariamente ao meio por conta da formação dos novos Blocos geopolíticos. A bipolarização do mundo dividiria brutalmente uma nação e uma cidade. O Muro de Berlim, construído em 1961, materializaria esta divisão irracional. Para alguns, a construção do Muro marcou o início do movimento estudantil berlinense, quando estudantes e “partidos” da esquerda estudantil deixaram de se convencer pela doutrina anti-comunista que sustentava a Grande Coalizão (a união entre os dois principais partidos do lado ocidental da Alemanha, o democrata-cristão e o social-democrata). Logo ficou claro que a construção do Muro fazia parte da lógica da bipolarização aceita por ambos os blocos, ou seja, que não se tratava somente de uma imposição unilateral dos comunistas soviéticos.<sup>19</sup>

Para alguns analistas, no movimento alemão há também uma outra dimensão profunda envolvida. Trata-se da negação do passado nazista na Alemanha, ou seja, a proposta e a prática dos adultos alemães, após a Segunda Guerra, de estabelecer um “silêncio discreto” sobre o que cada um fez durante o nazismo. Para Haug, o movimento estudantil alemão foi a quebra deste silêncio, porque, contra os estudantes, adultos conservadores voltaram a verbalizar publicamente seu desejo do retorno aos métodos nazistas de perseguição, extradição e execução. Quebrava-se o “silêncio discreto” imposto ao passado nazista dos alemães maduros.<sup>20</sup> Para Bosc e Bouguereau, um outro ponto de partida para o movimento berlinense e para seu crescente confronto com a sociedade alemã foi a revelação, por um jornal estudantil em 1964, do passado nazista de um professor de medicina. Tal revelação motivou a realização, na Universidade Livre de Berlim, de debates públicos com o tema “A Universidade Alemã e seu Passado Nazista”. Estes debates irritaram profundamente as autoridades e fizeram-nas

<sup>19</sup> Com o muro, “as consciências tornaram-se acessíveis agora às contradições dadas na própria sociedade, assim como nos acontecimentos do Terceiro Mundo” (Bernd Rabehl. “Del movimiento antiautoritario a la oposición socialista”, in: Uwe Bergmann et. al. *La rebelión de los estudiantes*, Barcelona: Ariel, 1976, pp. 265-313, p. 276).

<sup>20</sup> Wolfgang Fritz Haug. “1968 na Alemanha”, in: Marco Aurélio Garcia e Maria Alice Vieira (orgs.). *Rebeldes e contestadores. 1968: Brasil, França e Alemanha*, São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999, pp. 27-33.

tentar barrar ainda mais os canais de debate político livre dentro da instituição.<sup>21</sup> Para a viúva do líder estudantil Rudi Dutschke, foi a Guerra do Vietnã – um dos temas que mais mobilizou os universitários berlinenses nos anos 1960 – que fez com os jovens tirar a questão do passado nazista da sociedade alemã do esquecimento: “Era possível comparar o passado opressor alemão com o novo conflito. É difícil explicar esse sentimento. Precisávamos impedir que fôssemos para o mesmo caminho dos nossos pais”.<sup>22</sup>

Derivado dos desencontros da Guerra Fria, também podemos citar que os estudantes tentavam impedir um retrocesso da Universidade Livre (FU - *Frei Universität*) de Berlim Ocidental – criada como um projeto de liberdade política e acadêmica para evitar o retorno do fenômeno nazi-fascista. Em 1946, no lado berlinense controlado pelos russos, reinstalou-se a tradicional universidade de Berlim. Os estudantes logo ficariam desapontados com o fato do Partido Socialista Unificado da Alemanha obrigar que os docentes declarassem sua fidelidade ao partido. Em 1948, depois que os estudantes organizadores de uma revista estudantil foram expulsos da universidade do lado soviético, mais de mil estudantes se reuniram no Hotel Esplanada, setor oeste de Berlim, em 23 de abril, exigindo uma universidade nova e livre. Vinham ao encontro do desejo do SPD (Partido Social-Democrata da Alemanha), que há tempos queria fundar uma universidade fora do âmbito da influência soviética. A assembléia municipal aprovou a construção de uma nova universidade em Berlim Ocidental e logo os norte-americanos apoiaram este projeto pois, dado o início da Guerra Fria, começaram a achar positivo a promoção de instituições de caráter pró-ocidental. Em 4 de novembro de 1948, inaugurou-se a Universidade Livre.

Dado o passado nazista e a proximidade com o stalinismo, os criadores da Universidade Livre projetaram uma universidade democrática, aberta às discussões políticas, com liberdade de pesquisa científica e baseada numa “comunidade de docentes e discentes”. Os estudantes teriam voz e voto em todos os âmbitos decisórios. Logo, porém, a falta de catedráticos, principalmente na faculdade de Direito, fez com que se recorresse a docentes de outras universidades da Alemanha Ocidental que não funcionavam neste esquema

---

<sup>21</sup> Serge Bosc e Jean-Marceau Bouguereau, “O movimento dos estudantes berlinenses - um precedente?” in. Serge Bosc, J. M. Bouguereau e Philippe Gavi. A crise européia: revolta ou revolução, Rio de Janeiro: Degrau, 1968, pp. 15-78.

<sup>22</sup> Gretchen Dutschke cit. in. *Folha de S. Paulo*, 10/5/1998, p. 5.14.

democrático. A Faculdade de Direito logo começou a anular direitos de participação estudantil nos assuntos administrativos.<sup>23</sup>

Desde 1958, também, começaram a manifestar-se os desencontros entre as idéias e interesses dos estudantes da Universidade Livre com a política oficial da Alemanha Ocidental. Por exemplo, em junho de 1958, o órgão representativo dos estudantes queria fazer um encontro sobre o tema do armamento atômico das Forças Armadas Alemãs, que foi barrado pelas autoridades. Em fevereiro de 1959, a representação estudantil estudava mandar petições ao Parlamento Nacional contra a contratação pelo Estado de juizes, fiscais e médicos que haviam sido nazistas, mas a discussão foi vetada pelo reitor. O reitor também aproveitou para propor a formação de comissões de estudo sobre a liberdade das representações estudantis votarem resoluções de caráter político. Finalmente, o reitor arrancou da comissão jurídica do Senado da Universidade um parecer contrário aos estudantes nesta questão, recomendando que as entidades dos discentes discutissem apenas questões acadêmicas.<sup>24</sup>

Em fevereiro de 1962, pela primeira vez foi imposto pelo reitor um limite à prática política estudantil, barrando a decisão da Convenção Estudantil de fazer uma coleta em benefício de refugiados argelinos. Curiosamente, em junho do mesmo ano, o reitor aprovou uma outra coleta para refugiados, em benefício dos que fugiam da Alemanha Oriental. Os estudantes questionaram a contradição do reitor.<sup>25</sup> Em 1964, o movimento estudantil berlinês tomou a forma de ações, quando o primeiro-ministro do Congo foi visitar a Universidade Livre, gerando um conflito entre policiais e estudantes. Em 1965, para comemorar o 20º aniversário do fim do nazismo, a associação estudantil anunciou a realização de uma mesa redonda com a presença, entre outros, do escritor Erich Kuby. O reitor anulou a autorização do debate alegando que Kuby, no passado, havia difamado a Universidade Livre e estava proibido de falar na instituição. Os estudantes realizaram o evento assim mesmo, na residência estudantil da Universidade Técnica. Mas a censura do reitor iria gerar protestos estudantis.

Convocaram-se reuniões de protestos em 5 e 6 de maio de 1965, que apresentaram uma reivindicação a favor do livre debate dentro da Universidade. Participaram das reuniões representantes estudantis da Faculdade de Filosofia e diversos “partidos” políticos estudantis, que formaram uma heterogênea liga em torno da questão da liberdade cultural, com evangélicos, democrata-cristãos, judeus, liberais, social-democratas e socialistas: LSD (Liga dos

---

<sup>23</sup> Uwe Bergmann. “Historia del movimiento estudiantil” in. Uwe Bergmann et. al. *op. cit.*, pp. 7-56.

<sup>24</sup> *Ibid.*



Estudantes Liberais da Alemanha), SHB (Liga Universitária Social-democrata), SDS (Liga Estudantil Socialista da Alemanha), GS (Comunidade Estudantil Sindical), ES (Comunidade Estudantil Evangélica), DIS (Comunidade Estudantil Germano-Israelita) e HSU (União de Estudantes Humanistas). A petição reivindicava que os estudantes poderiam “ouvir qualquer pessoa, sobre qualquer tema e a qualquer momento, e discutir com ela”.<sup>26</sup> Como a petição foi negada pelo reitor, novos protestos aconteceram na semana seguinte. Um acordo entre o reitor e representantes dos estudantes poria fim aos conflitos, mas só por algum tempo.

Desde o início dos anos 1960, destacou-se entre as organizações da Nova Esquerda alemã e como principal força no movimento de Berlim Ocidental, o SDS (*Sozialistischer Deutscher Studentenbund*, União dos Estudantes Socialistas Alemães). O SDS foi criado logo após a Segunda Guerra como a organização oficial dos estudantes do Partido Social Democrata (SPD). Em meados dos anos 1960, entretanto, o SDS começou a entrar cada vez mais em atrito com o SPD, principalmente a partir de 1956, quando o partido abandonou oficialmente o marxismo como sua ideologia política. Em 1960, o SDS separou-se definitivamente do SPD, constituindo-se como uma organização independente. O SPD até tentou criar uma organização rival, mas esta fracassou. Ainda em 1960, o SPD declarou a incompatibilidade de ser membro do partido e do SDS ao mesmo tempo. Durante os anos 1960, no entanto, apesar de preconizar a necessidade da “revolução”, o SDS teria muitas cisões internas, fruto de sua “combinação única”, reunindo exilados da Alemanha Oriental, cristãos radicais e socialistas libertários. No interior do SDS, também surgiram grupos mais ligados ao protesto “existencial”, grupos de estudo sobre o Terceiro Mundo e os radicais quase-anarquistas da *Kommune I* (ou simplesmente “Comuna”).

Em outubro de 1966, uma moção contra a Guerra do Vietnã encabeçada pelos presidentes da associação estudantil da Universidade Livre, levando também a assinatura de pessoas ligadas ao Partido Comunista de Berlim Ocidental, escandalizou a opinião pública berlinense. Em 5 de fevereiro de 1966 ocorreu uma manifestação em frente à Embaixada dos Estados Unidos em Berlim Ocidental, com agressões policiais aos estudantes, que acabaram atirando seis ovos na Embaixada. Um cartaz afixado pelos estudantes, de uma pretensa “Frente Internacional de Libertação” (em referência à FNL do Vietnã), também recriou a

---

<sup>25</sup> *Ibid.*

<sup>26</sup> *Cit. in. ibid.*, p. 25.

reação negativa da opinião pública – que associava mecânica e erradamente qualquer crítica aos Estados Unidos como se declaração de apoio ao comunismo soviético.<sup>27</sup>

O semestre de inverno, entre 1965 e 1966, já tinha se transformado, na Universidade Livre, no “semestre do Vietnã”. Segundo analistas, as discussões sobre a Guerra do Vietnã, as proibições das autoridades acadêmicas, a reação da opinião pública e a violência policial geraram uma crescente politização e solidariedade entre os estudantes. Desde 1964, o SDS promovia uma campanha para explicar o que acontecia no Vietnã, com filmes, mesas-redondas e o exame das notícias sobre o evento publicadas pela imprensa alemã e internacional. Eventos que a reitoria cada vez mais dificultava, exigindo muitas formalidades, até que a própria cidade de Berlim Ocidental, movida pela sua imprensa conservadora, lançou uma campanha contra as discussões sobre o Vietnã – culminando numa bomba que explodiu em 28 de fevereiro de 1966 na residência da Universidade Técnica, onde acontecia uma discussão sobre o Vietnã. Por sua vez, os estudantes já haviam decidido levar para fora da universidade a discussão sobre o Vietnã, numa espécie de contra-campanha de elucidação pública, realizando a já citada manifestação na Embaixada Norte-americana em Berlim.

Em resposta aos ovos atirados na Embaixada, a imprensa publicou inúmeros artigos contra os manifestantes, enquanto o reitor e outras autoridades acadêmicas da Universidade Livre escreveram cartas pedindo publicamente desculpas ao comando norte-americano da cidade. Finalmente, uma demonstração em desagravo foi realizada em 5 de fevereiro pela CDU (União Democrata-cristã, o partido democrata-cristão alemão) diante da Casa Americana, com cerca de 150 pessoas. Cidadãos que criticaram a contra-manifestação foram espancados por membros do CDU, empurrados até o metrô e obrigados a ir embora. Por sua vez, a administração universitária, em 16 de fevereiro, proibiu qualquer ato político nas instalações da Universidade Livre (apesar da decisão violar um regulamento universitário, advindo das origens democráticas da universidade, que colocava a instituição à disposição dos grupos estudantis para realizarem o trabalho de formação política).

No início do segundo semestre de 1966, a universidade estabeleceu a “extramatricula forçada”. Tratavam-se de medidas que obrigariam os estudantes a terminarem mais depressa seus cursos, dificultando a livre composição dos seus currículos. O reitor negou-se a submeter esta decisão a um plebiscito estudantil. Durante a festa de abertura de matrícula do novo semestre, o presidente da associação estudantil criticou a decisão e, depois do reitor dizer que

---

<sup>27</sup> Serge Bosc e Jean-Marceau Bouguereau. *op. cit.*

elc havia dito falsidades, representantes estudantis e estudantes retiraram-se da celebração em protesto. Em 22 de junho de 1966, 3 mil estudantes tentaram fazer com que uma delegação estudantil negociasse com o reitor e o Senado Acadêmico. Diante da negativa das autoridades, os estudantes invadiram o prédio do Senado Acadêmico e realizaram um *sit-in*. O próprio reitor prometeu aos estudantes retomar com eles o diálogo e pediu para encerrarem o protesto. Até à meia-noite, fez-se um *teach-in*, com a participação de professores e assistentes, quando porta-vozes do Senado comunicaram que a proibição de atos políticos na Universidade havia sido retirada. O *sit-in* terminou com a exigência da formação de comissões paritárias e a apresentação da resolução abaixo, onde vemos claramente motivações e justificativas que apelam aos valores democráticos e à legalidade, num tom dramático, idealista e abnegado típico dos manifestos estudantis:

“Resolução de 22 de junho de 1966, votada pelos estudantes da Universidade Livre de Berlim...

Não lutamos só pelo direito de estudar mais tempo e poder manifestar mais intensamente nossa opinião. Isto é só uma parte da questão. Trata-se além de tudo de que as decisões que afetam aos estudantes sejam tomadas democraticamente e com a intervenção deles.

O que está ocorrendo aqui em Berlim, assim como na sociedade, é um conflito cujo objeto central não é nem um estudo mais longo nem mais férias, mas sim a anulação do domínio oligárquico e a realização da liberdade democrática em todos os âmbitos sociais.

Nos opomos a todos os que desprezam o espírito da constituição por meios diversos, inclusive quando fingem encontrar-se no terreno da constituição mesma”.<sup>28</sup>

A Convenção Estudantil aderiu às reivindicações do *sit-in* e o reitor e o Senado acadêmico aceitaram a formação de comissões para a reforma dos estudos, mas não em base paritária. Ainda assim, a representação estudantil aceitou a formação das comissões.

Mas um novo conflito se daria em 26 de novembro de 1966, quando o reitor participava de um debate com os estudantes sobre os problemas da universidade. Depois de duas horas de sessão, em que o reitor avançava pouco nas questões e diversas vezes disse estar lá como “cidadão”, não como reitor, alguns estudantes começaram a distribuir um panfleto em que diziam que o prognóstico de que nada se tiraria daquela discussão havia se cumprido. O reitor e o presidente da associação estudantil retiraram-se do local quando os estudantes que

distribuíam o panfleto foram ao microfone e leram seu conteúdo direto e agressivo, em que o discurso democrático-legalista adquiria tom provocativo e de enfrentamento. Após arrolar problemas específicos da universidade, o panfleto invocava a mobilização autônoma dos estudantes:

“Há cinco meses nos cansamos da cega arrogância com a qual a administração e o senado passam por alto nossas dificuldades. *Há cinco meses pareceu também claro que o estudantado não pode esperar já a solução de seus problemas mais que de si mesmo. ...*

E agora, ao cabo de cinco meses de colaboração, a Assembléia dos Estudantes nos convoca para esta conversação com o reitor, durante a qual o homem atende cheio de compreensão ao público...

*Nada podemos esperar desta conversação.*

Nada mudará em nossa situação se não se organizarem

aqueles realmente afetados

aqueles que deixam a universidade ou são eliminados dela

aqueles que já não agüentam esta FU

aqueles que não querem mais compromissos com ela

aqueles que se negam conscientemente.

Comitê provisório preparatório de uma auto-organização estudantil

26 de novembro de 1966”.<sup>29</sup>

A Assembléia dos Estudantes renegou a iniciativa destes estudantes que, segundo a imprensa, pertenciam ao SDS e traziam insígnias dos guardas-vermelhos de Mao Zedong, provocando títulos nos jornais como: “Os discípulos de Mao impedem a discussão na FU”. O SDS negou-se a fornecer ao reitor os nomes dos estudantes que distribuíram os panfletos, enquanto a imprensa vendia à opinião pública a versão de que o movimento estudantil não era somente uma infiltração comunista da Alemanha Oriental, mas era organizada pela embaixada chinesa em Berlim Oriental

Em 10 de dezembro de 1966 havia sido marcada uma manifestação em prol do desarmamento e contra a Guerra do Vietnã. O chefe da polícia determinara um itinerário que passava por ruas praticamente desertas, de maneira que grande parte dos 2 mil manifestantes tentaram, sem autorização legal, chegar ao *Kurfürstendamm*, sendo recebidos a golpes de cassetete

<sup>28</sup> Cit. in. Uwe Bergmann *op. cit.*, p. 36.

<sup>29</sup> Cit. in. *Ibid.*, p. 38-39.

pelos policiais. Rechaçados, centenas de manifestantes se reuniram em frente do café *Kranzler* e colocaram uma bandeira dos Estados Unidos numa árvore de Natal, junto com a jocosa inscrição: “Pequenos burgueses de todos os países, uni-vos”. Quando tentavam atear fogo em desenhos das cabeças dos presidentes dos Estados Unidos e da Alemanha Ocidental, apareceu a polícia que, sem avisar, atacou com golpes de cassetete e prendeu mais de 80 pessoas. Em 17 de dezembro, realizou-se uma nova manifestação ao *Kurfürstendamm* que, mais prevenida, utilizou de técnicas de reunião-dispersão, fazendo a polícia sempre atacar apenas o vazio e prender, em sua maior parte, meros transeuntes.

Em janeiro de 1967, o Senado da cidade de Berlim estipulou um preço único para a matrícula nos cursos superiores. O valor da matrícula era maior do que até então era cobrado na FU. Também, haviam instituições superiores que nunca haviam cobrado a matrícula. Era a resposta das autoridades da cidade no terreno parlamentar, que seguia-se à violência policial. Os estudantes encontravam agora também, como inimigos, as autoridades da cidade. Na verdade, a própria opinião pública de Berlim Ocidental voltava-se contra os universitários. O incômodo estudantil pelas arbitrariedades acadêmicas, pela falta de liberdade de discussão, pela acomodação geral aos ditames da Guerra Fria, pelo impacto da Guerra do Vietnã e outras lutas do Terceiro Mundo, adquire também os ares de um conflito geracional: cidadãos adultos (muitos escondendo o passado nazista da sua sociedade, e deles próprios) contra universitários considerados pelos primeiros como subversivos, teleguiados pelos russos, alemães orientais e/ou chineses, dispendo de privilégios impensáveis para quem eram apenas traidores.

Contra a decisão da sanção econômica, os estudantes convocaram três dias de greve e aventaram um possível boicote das matrículas. Em 18 de janeiro de 1967, o golpe das autoridades acadêmicas seria o bloqueio do pagamento destinado às entidades estudantis oficiais da FU. No mesmo dia, o chefe da polícia negava a autorização para uma manifestação contra o preço das matrículas. No dia 26 de janeiro de 1967, 15 funcionários da polícia fizeram uma busca nos escritórios do SDS, sob pretexto de uma queixa por injúria feita por professores da FU (contra o panfleto distribuído no dia 26/11/1966, visto acima, que chamara-os de “idiotas especializados”). Os funcionários aproveitaram para confiscar os fichários com os nomes dos membros do SDS. No dia seguinte, contra a ação policial, reuniram-se espontaneamente 3 mil estudantes na FU, com a presença inclusive de alguns professores.

Em abril de 1967, o vice-presidente dos Estados Unidos, Hubert Humphrey, visitava Berlim Ocidental. Um panfleto da Assembléia dos Estudantes anunciava, ironicamente, que os estudantes faziam questão de lhe oferecer uma recepção conveniente, convocando “as ovações que merece o representante do poder que, de modo tão impressionante e eficaz, defende a liberdade de Berlim no Vietnã e em outros países”.<sup>30</sup> Nas vésperas da chegada de Humphrey, foram detidos vários membros do SDS que preparavam bombas de fumaça, que faziam parte da controvertida “Comuna”. A imprensa de Berlim fez estardalhaço do fato e anunciou em manchete no *Der Abend*: “A embaixada de Mao em Berlim Oriental forneceu as bombas para o atentado contra o vice-presidente Humphrey”.<sup>31</sup> Mais tarde, a SDS expulsaria os seus membros que haviam formado a “Comuna”.

Desde fevereiro de 1966, apareciam no jornal estudantil da FU resenhas feitas pelos estudantes comentando os conteúdos dos cursos e os métodos de ensino dos docentes. Um catedrático de direito político, ofendido com uma resenha contra o curso que ministrou, protestou ao Senado acadêmico. Durante a sessão que discutia a moção deste catedrático, os representantes da Associação dos Estudantes retiraram-se da reunião e promoveram o segundo *sit-in* na FU. Pouco antes da meia-noite, apareceu a polícia que começa a retirar um a um os estudantes, mas acabou desistindo diante da resistência passiva.

Em 26 de maio de 1967, a Convenção dos Estudantes aprovou uma resolução contra a Guerra do Vietnã, condenando “o governo dos Estados Unidos e os governos dependentes dele por crimes contra o povo do Vietnã e contra seus próprios povos”.<sup>32</sup> Em 2 de junho de 1967, manifestantes e curiosos reuniram-se para recepcionar o xá do Irã. Um grupo de iranianos que apoiava o xá atacou com porretes e paus os estudantes. A polícia não interferiu de início, mas depois afastou os iranianos e prendeu os que se manifestavam contra o xá. À noite, vários milhares de estudantes protestaram novamente contra o xá, em frente à Ópera de Berlim. A polícia atacou com violência os estudantes, formando uma barreira que impedia a fuga dos manifestantes e usando homens à paisana. Um estudante, Benno Ohnesorg, foi morto a tiros pelo policial Kurras (mais tarde, declarado inocente).

Na manhã do dia 3 de junho, cerca de 20 mil estudantes (dentre uma população universitária de 30 mil em Berlim Ocidental) formaram uma procissão fúnebre que se dirigiu ao centro da cidade, para enterrar Benno Ohnesorg. Naquela tarde, mais de 6 mil estudantes se

<sup>30</sup> *Cit. in. Ibid.*, p. 45.

<sup>31</sup> *Cit. in. Ibid.*, p. 46.

reuniram no *campus* da FU, com novas ameaças da polícia. Durante uma semana, os eventos violentos e a reação das autoridades, imprensa e opinião pública foram discutidas por estudantes e vários professores. Nesta, o funcionamento da FU praticamente esteve entregue às mãos dos estudantes que começaram a pensar mais seriamente na possibilidade de fundarem uma instituição educacional sob controle total deles: seria a “Universidade Crítica” de Berlim Ocidental. Uma assembléia geral dos estudantes logo iria aprovar a Universidade Crítica, que chegou a funcionar com mais de 30 círculos de estudos em 1967 e 1968.

Além da reconstituição da FU como uma “Universidade Crítica”, milhares de universitários passaram a se envolver também com uma recém-constituída APO (Oposição Extraparlamentar): “A ‘oposição extraparlamentar’ é a primeira manifestação coerente contra a esfera política considerada como um todo (maioria e oposição), a serviço do Estado e do capital”.<sup>33</sup>

Enquanto isto, a imprensa de Berlim Ocidental, liderada pelo grupo *Springer* (truste que controlava 80% da imprensa da Alemanha Ocidental), aparecia à frente como contra-ofensiva conservadora anti-estudantil. No editorial do jornal *Der Abend*, o principal órgão do *Springer*, em 7 de fevereiro de 1968, os estudantes são transformados em fantasmagóricos agentes do mais sinistro comunismo, e o pedido feito às autoridades mal esconde um tom de ameaça:

“Nós, em Berlim, sabemos de onde vêm esses manifestantes, e quem os controla. Os representantes da força americana de proteção também o sabem... Mas os outros países do mundo, para quem Berlim é o símbolo glorioso, o saberão? Não terão receio de que um dos pontos avançados do mundo livre comece a vacilar?... Se eles (os estudantes) houvessem expressado sua opinião de um modo que correspondesse ao estilo político de uma democracia, não haveria nada a ser dito. Mas eles o fizeram de uma forma que suja não apenas o crédito de 2,2 milhões de berlinenses ocidentais, mas que também se dirigiu contra nossa liberdade e nossos mais elementares interesses vitais.... A superioridade que temos sobre os adversários não deve conduzir-nos a uma generosidade perigosa. O senado de Berlim... não deveria deixar que subsistisse qualquer dúvida a esse respeito”.<sup>34</sup>

A ampliação do movimento estudantil à toda a Alemanha Ocidental, em 1968, motivou não apenas medidas coercitivas em Berlim Ocidental, mas também o Parlamento Nacional a impor leis de emergência para garantir o “controle social”. Estas leis permitiam a decretação de

<sup>32</sup> Cit. in. *Ibid.*, p. 50.

<sup>33</sup> Serge Bosc e Jean-Marceau Bouguereau. *op. cit.*, p. 20.

um estado de emergência no caso de desordens sociais, no qual os direitos individuais não seriam garantidos. Na Alemanha Ocidental, o movimento estudantil e a truculenta reação das autoridades, da sociedade adulta e dos principais partidos (tanto o social-democrata quanto o democrata-cristão, que formavam então uma “Grande Coalizão” que controlava o governo) demonstravam o estabelecimento de um conflito ideológico, institucional (tanto no combate estudantil contra as autoridades universitárias quanto na formação de uma oposição extra-parlamentar) e geracional.

Levando-se em conta o passado nazista que se desejava manter escondido, o aspecto geracional do conflito na Alemanha em 1967-68 atinge as profundidades desta sociedade. Talvez isto explique parte da tão dramática resposta da sociedade adulta alemã ao movimento de suas novas gerações universitárias. Reação violenta que se veria nos países que não vivam um regime democrático e, por motivos análogos, também nos Estados Unidos – onde os protestos juvenis denunciavam o cerne racista e belicista dos valores da América branca. É claro que tanto na Alemanha Ocidental quanto nos Estados Unidos, aspectos insuspeitos da Guerra Fria e dos conflitos ideológicos foram fundamentais. Mas o aspecto geracional parece ser algo certamente não desprezível na explicação das respostas dadas pelas sociedades ao seu desafiante juvenil.

Em 1968, como já se disse, o movimento saiu da Universidade Livre de Berlim e estendeu-se a quase todas as universidades alemãs ocidentais, esboçando criar ainda um movimento secundarista, despertar intelectuais de esquerda e mobilizar até mesmo um certo número de jovens trabalhadores. Mesmo entre setores juvenis ligados ao partido social-democrata, que fazia parte da coalizão do governo, houveram manifestações de solidariedade ao movimento juvenil.<sup>35</sup> Na Alemanha Ocidental (fora Berlim) de 6 protestos estudantis no final de 1967, teríamos 76 só no primeiro semestre de 1968.<sup>36</sup> Já em 18 de janeiro, um jovem morreu durante um conflito entre policiais e estudantes em Bremen. No dia 2 de fevereiro, começou um movimento estudantil em Bonn, com a ocupação da universidade pelos alunos nos dias seguintes.

Em fevereiro de 1968, os estudantes de Berlim esforçavam-se para organizar o Congresso Internacional de Solidariedade com a Revolução Vietnamita, que iria acontecer nos dias 17 e 18. Mas as autoridades da cidade proibiram o evento. Resistindo, os estudantes

---

<sup>34</sup> *Cit. in. ibid.*, p. 54.

<sup>35</sup> *Ibid.*



conseguiram que o reitor da Universidade Técnica cedesse espaço para o Congresso, entraram com processos judiciais contra as proibições e fizeram muitas assembléias em preparação. Crescia a tensão, com a imprensa preparando a opinião pública para a repressão.

Apesar das ameaças, o Congresso aconteceu. No dia 17 de fevereiro, apresentaram-se muitos delegados da Alemanha e estrangeiros. As discussões se fizeram durante 11 horas, com 5 mil estudantes amontoados no anfiteatro. Dois norte-americanos, durante os debates, queimaram seus cartões de convocação para as Forças Armadas diante da assembléia. No dia 18, 20 mil manifestantes desfilaram durante várias horas no *Kursürstendamm*, levando bandeiras vermelhas e da FNL do Vietnã, retratos de Ho Chi Minh, Guevara, Libknecht, Rosa Luxemburgo e Lenin. Os únicos problemas foram alguns choques com direitistas e provocadores que apareceram agitando uma bandeira dos Estados Unidos.

No dia 21 de fevereiro, autoridades da cidade, de partidos e representante dos sindicatos de Berlim convocaram uma contra-manifestação, levando às ruas dezenas de milhares de pessoas numa atmosfera anti-estudantil. Durante a manifestação conservadora, estudantes, barbudos e um jovem que simplesmente se parecia com o principal líder dos universitários, Rudi Dutschke, foram espancados. As campanhas pela imprensa e perseguições das autoridades continuariam por mais algumas semanas.<sup>37</sup> Até que, em 11 de abril, o próprio Rudi Dutschke, dirigente do SDS e tido pela imprensa como o principal culpado pelas agitações, foi baleado por um jovem operário da extrema direita, tendo sido ferido gravemente na cabeça. Dutschke sobreviveria, mas nunca se recuperaria totalmente e morreria em 1980 de epilepsia, um resquício deste atentado.

O atentado a Dutschke ampliou espetacularmente o movimento, levando-o de vez a todo o país. No dia seguinte, ocorreram inúmeras manifestações em toda a Alemanha Ocidental, que, em geral, culminavam com ataques aos jornais do grupo *Springer* e eram reprimidas com violência pela polícia. Os conflitos mais violentos, que já reuniam muitos secundaristas e jovens trabalhadores, se deram em Berlim Ocidental, Hamburgo, Munique e Hanôver. Manifestações de solidariedade aconteceram, nos dias seguintes, em vários outros locais do mundo, como em Londres, Roma, Oslo, Viena, Amsterdã, Bruxelas, Toronto e Paris.<sup>38</sup>

---

<sup>36</sup> Dados do *Le Monde* (*cit. in.* George Katsiaficas. *op. cit.*, p. 44-5).

<sup>37</sup> Serge Bosc e Jean-Marceau Bouguereau. *op. cit.*

<sup>38</sup> *Ibid.*

No dia 14 de abril, a APO (a oposição extra-parlamentar) conseguiu levar 300 mil pessoas na Marcha da Páscoa pelo Desarmamento graças à comoção causada pelo atentado. Enquanto a APO mobilizava dezenas de milhares de estudantes secundaristas contra as leis de controle social aprovadas pelo parlamento, Berlim Ocidental vivia num permanente *teach-in*, com a FU sendo ocupada em maio pelos estudantes. Em Bochum, formou-se um centro de coordenação que convocou uma greve geral de trabalhadores marcada para o dia 29 de maio (tentando repetir o sucesso alcançado pela greve geral na França neste mesmo mês): endossaram a greve 50 mil operários da IG Metall de Munique, 120 mil operários em Colônia e 10 mil operários em Frankfurt. Continuaram sendo promovidas outras greves e manifestações de massa contra as novas leis, que acabaram mesmo assim sendo aprovadas em 20 de maio, o que motivou ações da APO de bloqueio do trânsito nos centros de Berlim, Colônia, Hamburgo e Hannover. 100 mil manifestantes marcharam em Berlim Ocidental e 20 mil trabalhadores sindicalizados mobilizaram-se em Dortmund, também contra as novas leis de controle social.<sup>39</sup>

O movimento estudantil alemão ainda sobreviveria até o final do ano, registrando, por exemplo, violentos conflitos de rua entre estudantes e policiais em Berlim Ocidental em 4 de novembro. Mas o movimento esvaziava-se diante da repressão e perseguição policial, das leis restritivas de emergência aprovadas sob os auspícios da “Grande Coalizão” e da própria opção dos principais militantes dos “partidos estudantis” de radicalizarem seu protesto. De modo revelador, o desenvolvimento da revolta alemã, principalmente a do lado ocidental de Berlim, lembra muito o movimento estudantil brasileiro: uma longa fase de preparação, organização inicial, crescente radicalização, momento de auge em 1968, insuficiente (mas de modo algum nulo) apoio do movimento operário, decadência da participação das massas estudantis, isolamento dos militantes estudantis dados a dificuldade de contato com a massa (graças à repressão estatal) e à sua própria radicalização. Finalmente, a opção de vários militantes pelo caminho da violência.

Segundo Katsiaficas, o fato do movimento extra-parlamentar de 1968 não ter conseguido impedir a aprovação da legislação emergencial de controle social, apesar da grande mobilização social conseguida, colaborou na própria dissolução da Nova Esquerda alemã em grupos de guerrilha, na afirmação de tendências maoístas dogmáticas dentro do SDS e em outras inúmeras clivagens internas. Os mais radicais partiriam à guerrilha, transformada na

---

<sup>39</sup> *Ibid.*

sinistra história do terrorismo europeu nos anos 70 e 80. Ainda em 1968, Andreas Baader e Ulrike Meinhof fundaram o grupo guerrilheiro Fração do Exército Vermelho, que realizaria durante os anos 1970, seqüestros, assassinatos e atentados – ações que mataram mais de 50 pessoas. Outro grupo formado foi o Movimento 2 de Julho. Em sua maioria, os membros destes grupos, em fenômeno similar à luta armada na América Latina e na Itália, vinham de filhos de famílias de classe média e/ou oriundos do movimento estudantil.

### **França**

O movimento de Maio de 68, na França, foi o evento da onda mundial de revoltas juvenis dos anos 1960 mais estudado, analisado e interpretado, o que mais provocou polêmicas e mais gerou livros, artigos, debates, mesas-redondas e ensaios fotográficos. É o que mais guarda fama entre as revoltas de 1968, que faz o mês de maio, principalmente nos anos terminados em 8, ser motivo de lembranças (comemorativas ou não), matérias na imprensa, publicação de artigos acadêmicos, novos livros baseados nas memórias de seus participantes ou meras testemunhas, programas de televisão etc. Ao meu ver, Maio de 68 foi o evento mais esquadrinhado e afamado da onda mundial, mas nem por isso perdeu seu ar de mistério, seu caráter inesperado e inexplicável, sua capacidade de ainda hoje causar surpresa, espanto, inveja ou indignação.

Assim como a Revolução Cultural Chinesa, Maio de 68 tornou-se também um mito dos anos 1960, graças à sua superexposição midiática e ao seu caráter ideológico enigmático. Mas, diferente dos Guardas Vermelhos de Pequim, os jovens franceses rebelados em 1968 (nas universidades, liceus e fábricas) tiveram um papel menos de servir como fonte ideológica e temática (ainda que tenham também desempenhado esta função) e mais como uma espécie de síntese geral da onda mundial. Maio de 68 foi a principal demonstração do potencial da onda mundial juvenil de criar um amplo movimento social e de colocar todo um sistema social em suspenso, através de uma contestação feita nas ruas no âmbito da cultura, dos comportamentos e valores. Maio de 68, em relação aos demais movimentos juvenis do mundo, ao contrário do que muitas vezes se coloca sem reflexão, foi menos uma fonte de influências e mais um “líquidificador” que sintetizou a maioria dos elementos que o terceiro mundismo, as novas esquerdas e as contraculturas cederam às revoltas juvenis dos anos 1960.

Diante de nossos olhos, Maio de 68 poderia assim deixar de ser concebido como o grande irradiador das revoltas em 1968 (o que não significa que ele não tenha sido um

irradiador, muito pelo contrário) e poderia passar a ser visto como uma grande síntese das rebeldias juvenis da década de 60, como um grande ensaio geral dos pré-projetos, esboços, propostas, práticas e modos de ser alternativos, em meio ao beco sem saída ideológico da Guerra Fria e da pretensa inexorabilidade da Revolução Tecnológica e da nascente globalização.

Em Maio de 68, também, houve uma síntese dramática de recentes questões nacionais francesas: a ascensão do general de Gaulle em 1958, da qual o poder executivo pareceu sair exageradamente fortalecido em torno de um regime personalista; a traumática solução das questões coloniais francesas, com o fim da Guerra da Argélia e uma passiva posição em relação ao início da Guerra do Vietnã; o avanço de outro bastião do poder político e social na França, o Partido Comunista Francês (PCF), que preparava junto às demais forças da esquerda tradicional a conquista do poder nas eleições de 1972.<sup>40</sup> Maio de 68 vinha dar cabo de uma situação política que parecia estagnada: um imenso vazio entre os extremos do gaullismo e o poderoso PCF, duas máquinas políticas burocráticas nas quais, como dariam a entender os jovens em 1968, pareciam girar em falso as propostas de verdadeira renovação social. Foi um encontro tragicômico entre velhos e novos personagens da política francesa: de Gaulle, o Partido Comunista Francês (PCF), as centrais sindicais, a classe operária organizada, os jovens trabalhadores, diversas categorias de trabalhadores, estudantes universitários e secundaristas e novas esquerdas.

Maio de 68 foi principalmente um produto dos universitários, evidenciando também o crescimento explosivo desta categoria social na França, acompanhando o que se observou em todo o mundo. De 207 mil universitários em 1956, a França saltaria para 505 mil alunos em 1967, num aumento de 143%.<sup>41</sup> Semelhante ao Brasil, no movimento francês houve uma entidade nacional dos estudantes que desempenhou um papel muito mais simbólico que real de unidade no tocante aos estudantes. Esta entidade era a UNEF (União Nacional dos Estudantes Franceses). Semelhante à UNE brasileira, a UNEF também era palco de disputas entre diferentes “partidos” estudantis de esquerda nos anos 1960. Diferente da UNE brasileira, contudo, a UNEF era uma entidade legal em 1968 e não se apresentou nunca sozinha à frente dos eventos. Sempre a UNEF surgia ao lado de outros partidos estudantis de esquerda muito

---

<sup>40</sup> João Roberto Martins Filho. *op. cit.*

<sup>41</sup> Jean-Paul e Claudine Bachy. *op. cit.*, p. 22.

ativos em 1968 (jocosamente chamados de grupúsculos pelos seus detratores da direita e da esquerda tradicional).

A UNEF foi criada no início do século XX mas só tornou-se uma espécie de “sindicato estudantil” após o fim da Segunda Guerra Mundial, inclusive definindo o estudante universitário como um “jovem trabalhador intelectual” e já querendo participar de discussões políticas gerais. Desde o fim dos anos 1960, começou a ser controlada por “partidos” estudantis de esquerda independentes do PCF. No início dos anos 1960, a UNEF atingiu o seu auge devido ao seu engajamento contra a Guerra da Argélia. A questão argelina criaria na França um movimento estudantil a partir da mobilização da UNEF contra a guerra, principalmente após 1960, quando os crimes de guerra causaram na juventude universitária francesa uma “profunda revolta moral”.<sup>42</sup>

Os protestos dos estudantes contra a Guerra da Argélia estabeleceram no início dos anos 1960 um potencial conflito de gerações na França. De um lado, o nacionalismo dos adultos e, de modo direto ou velado, também dos partidos tradicionais, dos direitistas aos comunistas. Do outro, os jovens universitários, cuja revolta moral transformava-se em franco antiimperialismo, apoio aos terceiros mundismos e um primeiro sentimento de ligação internacional com o antiimperialismo de outros povos e estudantes em todo o mundo.

Depois de 1962, a UNEF, agora sob o controle dos comunistas, voltaria a se dedicar mais aos temas “sindicais” dos estudantes. Mas enquanto o PCF recomendava que as questões levantadas resumissem-se à qualidade do ensino, a União dos Estudantes Comunistas (UEC) desejava ir além. Surgiam também na França dissidências estudantis comunistas. Em 1965 e 1966, três correntes divergentes na UEC, simpatizantes do comunismo italiano, trotskistas e maoístas, foram expulsos da UNEF. Formaram a trotskista Juventude Comunista Revolucionária (JCR) e a maoísta União da Juventude Comunista (UJC).<sup>43</sup>

Paulatinamente, a extrema esquerda, em destaque os filiados ao PSU (Partido Socialista Unificado), foi tomando o controle da UNEF. Após seu segundo ápice, em Maio de 68, entretanto, a UNEF se esfacelaria em duas: a UNEF dirigida pela extrema esquerda (que acabaria controlada e servindo de aparelho para os trotskistas da Aliança dos Jovens para o

---

<sup>42</sup> Nicole Abboud e Serge Bosc. *cit. in.* Jean-Paul e Claudine Bachy. *op. cit.*, p. 133-34.

<sup>43</sup> João Roberto Martins Filho. *op. cit.*

Socialismo) e a UNEF-Renovada, controlada por comunistas e outros partidos reformistas que desejavam que a entidade mantivesse seu caráter sindical reivindicatório.<sup>44</sup>

Mas o grupo estudantil que seria considerado o estopim do movimento de 1968 surgiu em Nanterre, na periferia de Paris. Iria se chamar depois 22 de Março e congregava originalmente anarquistas e outros esquerdistas independentes, como Daniel Cohn-Bendit. Daniel Cohn-Bendit conta que em 1967 a unidade universitária de Nanterre não enviara representantes à Assembléia Nacional da UNEF. Cohn-Bendit compareceu, por sua própria conta, à Assembléia e, à revelia dos organizadores, passou a criticar o falatório dos principais líderes e narrar sobre as ofensas que os estudantes sentiam no seu dia a dia, na sua vida dentro da instituição universitária, principalmente o tolhimento sexual nos dormitórios estudantis em Nanterre. Até então, a assembléia ouvira silenciosa, mas cairia em gargalhadas quando Cohn-Bendit profetizou a ocupação das moradias no ano seguinte.<sup>45</sup> Mal se podia prever, nem mesmo na principal entidade estudantil, os acontecimentos do ano seguinte, muito menos que eles começariam justo em Nanterre em torno de questões relativas ao cotidiano universitário.

O grupo de Cohn-Bendit mobilizou os estudantes de Nanterre em protesto contra a segregação sexual na moradia estudantil, contra a proibição de moços visitarem os dormitórios das moças e vice-versa. No dia 8 de janeiro de 1968, o ministro da Juventude, Missoffe, iria inaugurar a piscina de Nanterre. Cohn-Bendit provocou-o, perguntando o porquê do livro do ministro sobre os jovens não tocar no assunto dos problemas sexuais da juventude. Usando de uma ironia jurássica, o ministro respondeu que, para resolver seus problemas sexuais, Cohn-Bendit deveria mergulhar três vezes na piscina.<sup>46</sup>

Direita e esquerda, mesmo a nova esquerda estudantil, pareciam na França ter dificuldades semelhantes para lidar com a questão do comportamento e da sexualidade: um ministro sugere a natação sublimadora; a audiência da esquerda radical acha engraçado alguém prever que um movimento sério poderia surgir de uma questão como a repressão sexual na moradia estudantil.

Tais limites parecem ilustrar mesmo a necessidade e a importância para a irrupção de Maio de 68 de um grupo como o 22 de Março, movido por alguns ideais anarquistas, ironia, preocupação com questões comportamentais e com uma vedete em potencial, Daniel Cohn-

<sup>44</sup> Jean-Paul e Claudine Bachy. *op. cit.*

<sup>45</sup> Daniel Cohn-Bendit. *O grande bazar. As revoltas de 1968. Conversas com Michel Lévy, Jean-Marc Salmon e Maren Sell*, São Paulo: Brasiliense, 1988.

<sup>46</sup> *Ibid.*

Bendit, estudante de Sociologia, com 23 anos de idade. Em entrevista com Jean-Pierre Duteuil, Daniel Cohn-Bendit revelou que desde 1966 participava de encontros e atos de anarquistas. Ele, junto com outros estudantes de Nanterre, formariam em 1968 o grupo 22 de Março, advogando algumas idéias anarquistas e uma forma diferente de política estudantil. Seriam, sem querer, o estopim do movimento francês de Maio de 1968.

A presença de grupos anarquistas dentro dos movimentos juvenis dos anos 1960 foi a menos importante entre todas as heterodoxias esquerdistas atuantes então. Talvez, limitem-se ao francês 22 de Março e aos “*provos*” holandeses, que tiveram atuação decisiva nas revoltas juvenis em seus países, mas que não eram exatamente anarquistas. Mas duas grafitagens nos muros de Paris, durante Maio de 1968, intrigam. Eram citações do anarquista Bakunin: “A liberdade do outro amplia a minha ao infinito” (no Liceu Condorcet) e “A paixão da destruição é uma alegria criadora” (na Sorbonne).<sup>47</sup> As citações tratam de dois temas essenciais em 1968: o espírito libertário e a retórica da violência. Algumas vezes de forma consciente, mas em geral inconsciente, foi muito forte a ligação dos movimentos juvenis dos anos 1960 com ideais dos anarquismos, ideologias surgidas nos meios operários no século XIX e eclipsadas após a Revolução Bolchevique.

Para Hobsbawn, os valores de Maio de 1968, na França, estiveram mais próximos do anarquismo dos que das outras ideologias marxistas evocadas conscientemente. Tratava-se de uma recusa a qualquer tipo de autoridade, fosse ela política ou social, cotidiana, cultural ou universitária. O espírito libertário que recusa o Estado ao mesmo tempo que recusa as leis e os valores tradicionais que restringem a liberdade comportamental, sexual e até o uso de drogas seria mesmo um renascimento dos anarquismos.<sup>48</sup> Se nas formas de atuação política – assembleísmo, espontaneísmo, democracia direta etc. – os movimentos retomaram propostas do “anarcossindicalismo”, sua defesa de uma liberdade individual ampla e irrestrita (que, para Hobsbawn, era o verdadeiro fundo de motivações do 1968 francês) lembrava o anarcoindividualismo.

Não foi posterior a 1968, pelos analistas, a constatação desta relação entre os movimentos juvenis e o anarquismo. Mesmo em 1968, militantes das “velhas” esquerdas tentaram mostrar esta relação como sinal de que os movimentos juvenis tomavam um “mau caminho”. Num artigo publicado logo após o Maio de 1968, o autor aponta que, assim como

<sup>47</sup> Olgária C.F. Matos. *Paris 1968. As barricadas do desejo*, São Paulo: Brasiliense, Col. Tudo é História, 9, 1981, p. 47 e 69.

os líderes estudantis da revolta francesa, também os anarquistas (cujas idéias haviam sido “superadas” pelas “melhores” propostas do comunismo) confiavam na “espontaneidade das massas”, defendiam a prática da “greve geral”, preconizavam que na “ação direta” das massas é que surgiriam os objetivos do protesto (e não previamente à ação), propunham um uso menos comedido e pouco organizado da “violência e agressividade em resposta à repressão do Estado”, defendiam a “democracia direta” e recusavam toda mediação parlamentar (“anti-parlamentarismo”). Rebeldes em Maio de 1968 e anarquistas fizeram igualmente propostas e práticas de autogestão (recuperando a idéias desenvolvidas por Proudhon), preocuparam-se sobretudo em contestar o caráter autoritário do Estado e da sociedade, valorizaram a criatividade das massas (em vez de se preocupar em direcioná-las com palavras de ordem e um partido de “vanguarda”) e valorizaram mais a transformação das “superestruturas” que da infra-estrutura (revalorizando questões sobre a ética individual e apostando no valor ético da luta).<sup>49</sup> O que poderia ser interpretado como uma recuperação criativa de boas idéias dos anarquismos foi visto, muitas vezes, como algo a lastimar, por aqueles que acreditavam que toda e qualquer idéia anarquista devia ser relegada aos museus da história da contestação. Assim faria Elena de la Souchere, lamentando o fato de um movimento que aparentava ser renovador, que contestava também as formas de contestação existentes, se baseasse no que ela chama de doutrinas anacrônicas, não científicas, fundamentadas em análises superficiais da realidade e até mesmo com algumas tonalidades “pré-modernas”.<sup>50</sup>

Renascia a repulsa entre os esquerdistas por uma das ideologias que se acreditavam superadas, o anarquismo. Certamente, os demais socialismos heterodoxos, compartilhando dos mesmos princípios do comunismo soviético, renovaram a execração de idéias e posturas “pequeno-burguesas” que acreditavam fundamentar os anarquismos. Provavelmente, isto deve ter prejudicado uma opção mais consciente de muitos jovens rebeldes a siglas e grupos anarquistas, ao mesmo tempo que na prática (para o horror de muitos esquerdistas ortodoxos) os movimentos juvenis pareciam, muitas vezes, serem mais anarquistas que socialistas.

Mas havia um outro tema que aproximou anarquismo e movimentos juvenis – a violência. Ao meu ver, menos incentivando a relação experimental com as ideologias, menos esboçando formas realmente alternativas de socialismo ou de práticas “anti-capitalistas”, a

<sup>48</sup> Eric Hobsbawm. *Era dos Extremos. O breve século XX. 1914-1991*, São Paulo, Cia. das Letras, 1995.

<sup>49</sup> Jacques Julliard. “Syndicalisme et Revolution”, in *Esprit*, Paris, n. 372, junho/julho de 1968, pp. 1037-1045.

<sup>50</sup> Elena de la Souchere. “Le retour du drapeau noir”, in *Esprit*, Paris, n. 373, agosto/setembro de 1968, pp. 121-132.



violência incondicional pregada muitas vezes pelo anarquismo seria um outro estímulo à “redogmatização” dos esquerdismos (esta tendência paralela e contraditória que a Nova Esquerda desenvolveu nos anos 1960). Algumas vezes, grupos guerrilheiros negavam a violência incondicional e diziam não estarem decaindo na santificação do terror que, pretensamente, havia sido feito apenas pelos anarquismos – ao mesmo tempo que era exatamente isto que suas práticas realizavam.

Voltando a Nanterre, desde o início de 1968, aumentava o número de protestos e também de manifestantes demandando não apenas a liberalização das regras nas moradias estudantis, mas também reformas nos currículos e nos métodos de ensino e fazendo críticas aos Estados Unidos e ao autoritarismo. No dia 22 de março de 1968, quatro militantes do grupo de Cohn-Bendit que pregavam cartazes foram presos. Depois da mobilização que se seguiu, com a invasão por cerca de 150 estudantes da sede administrativa da universidade, o grupo foi batizado com a data deste protesto, 22 de Março, um simbólico início do movimento em Nanterre. Em 2 de maio, depois de uma nova manifestação em Nanterre, o reitor mandou fechar a universidade. O fechamento, na verdade, apenas ajudaria a levar o centro do movimento para o coração do mundo universitário francês, a Sorbonne.

O 22 de Março apareceria na origem de 1968 quando entrou em contato com a UNEF (liderada por Jacques Sauvageot, formado em Direito e História e com 25 anos de idade) e o Sindicato Nacional dos Docentes Universitários (SNESup, liderado por Alain Geismar, doutor em Física e com 29 anos de idade), em busca de unidade e ação comum. Seriam as três principais entidades do movimento estudantil. Destacou-se também a Esquerda Proletária, com o líder Serge July. Ao lado destes, no entanto, deve-se destacar também a atuação de vários outros militantes estudantis maoístas e trotskistas, em grupos como a JCR, o Comitê de Ligação dos Estudantes Revolucionários, a Federação dos Estudantes Revolucionários, a União dos Comunistas Marxistas-Leninistas, a Guarda Vermelha, o grupo Servir o Povo etc.

O movimento de Maio de 1968 teve dois estágios de mobilização social, segundo Hobsbawn. O primeiro, entre 3 e 11 de maio, em que

“graças à falta de previsão, complacência e estupidez do governo, um movimento de ativistas de um *campus* de subúrbio foi transformado em um movimento de massas que incluía praticamente todos os estudantes de Paris, desfrutando de amplo apoio da opinião pública – nesse estágio, 61% dos parisienses simpatizavam com os estudantes e somente 16% eram

claramente hostis – e daí transformado em uma espécie de insurreição simbólica do *Quartier Latin*”.

A segunda fase se deu entre 14 e 27 de maio: foi a propagação de uma greve geral espontânea, “a maior da história da França e talvez do mundo, e culminou na rejeição por parte dos grevistas do acordo negociado em seu nome pelos líderes sindicais oficiais e o governo”.<sup>51</sup> O movimento popular manteve-se na iniciativa até 29 de maio. No dia seguinte, foi a vez do contragolpe do presidente de Gaulle e da opinião conservadora e moderada que engrossou uma manifestação a favor do governo.

Os dados sobre os eventos reunindo estudantes confirmam a espiral sugerida por Hobsbawn. No último quarto de 1967, ocorreram 30 manifestações de estudantes na França. No primeiro quarto de 1968, 79 eventos. No segundo quarto de 1968, um impressionante número de 1205 eventos, sendo 41 eventos entre 1 de abril e 2 de maio, 971 entre 3 de maio e 18 de junho e 193 entre 18 e 30 de junho.

Para Katsiaficas, durante cerca de 30 dias, o que era até então usual na França deixou de ser. Eram cerca de 10 milhões de trabalhadores em greve e dezenas de milhares de estudantes revoltados em Paris, lutando contra a polícia pelo controle das ruas da cidade, lutando não apenas por questões específicas à educação e ao trabalho, mas sobre o modo de vida como um todo.<sup>52</sup>

Espantoso é constatar que apesar da seriedade do movimento em 1968, o Estado francês não repetiu a violência no mesmo grau de truculência observado nos países do Terceiro Mundo (principalmente no México, mas também no Brasil) e até em países “democráticos” como Itália e Alemanha. Poderia-se argumentar sobre a tradição democrática arraigada na sociedade francesa ou que o Estado francês soube comportar-se moderada, cautelosa e sabiamente diante da efervescência daqueles dias. A verdade porém é que não faltou muito para que o governo francês recorresse a formas mais extremas, como alguns fatos comprovarão. E o Estado, em dados momentos, chegou a girar perigosamente em falso, gerando um imprevisível vácuo de poder. Finalmente, viram-se muitas cenas de truculência policial contra os estudantes (entretanto, não se usou armas de fogo em maio), além da ação intempestiva em dados locais dos Comitês de Ação Cívica de De Gaulle no período de decadência das greves dos trabalhadores e estudantes. Com tudo isto, deve surpreender o

<sup>51</sup> Eric Hobsbawn. “Maio de 1968”, in *Revolucionários. Ensaios contemporâneos*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, pp. 235-244, p. 236 (texto escrito em 1969).

número pequeno de mortos em 1968, assim como as circunstâncias das mortes. Foram 4 mortos: um comissário de polícia em Lyon, um ginásiano que morreu afogado no rio Sena, em Flins (tentando fugir da polícia), um manifestante morto com um tiro num protesto em Montbéliard em 11 de junho e uma quarta morte, revelada apenas em 1998, de um jovem encontrado ferido depois das lutas nas barricadas de Paris em 24 de maio, que acabou morrendo no hospital por ferimentos causados por explosões de granadas (não se conseguiu concluir então se ele recebera ou tentara lançar a granada; o jovem, entretanto era ligado a organizações de direita e sua família pediu para guardar segredo da morte).<sup>53</sup>

Sobre as inúmeras análises a respeito de Maio de 1968, emerge a reclamação de Edgar Morin contra a vedetização, feita pela mídia e pelas grandes instituições sociais (Estado, partidos e centrais sindicais), de determinados personagens (Cohn-Bendit, Geismar, Sauvageot, Séguy, Pompidou, Mendés France), determinados locais (Sorbonne e Nanterre para os estudantes, Renault-Billancourt e Flins para os operários, Paris em detrimento das províncias) e determinadas classes (universitários e operários). Deixou-se quase no desconhecido outros aspectos tão importantes quanto aqueles que foram vedetizados, como os estudantes secundaristas, os jovens recém-graduados, outras categorias de trabalhadores além do operariado e as agitações nas províncias que fizeram de maio um movimento nacional, descentralizado em sua essência.<sup>54</sup> Deve-se destacar as manifestações estudantis nas províncias, principalmente em Estrasburgo, Lyon, Nantes, Bordeaux, Toulon e Rennes. Em Estrasburgo criou-se a primeira universidade livre francesa, antes mesmo da ocupação estudantil da Sorbonne: “Os estudantes proclamaram o poder estudantil, ocuparam os prédios e passaram a administrá-los”.<sup>55</sup>

Além do Estado e do movimento estudantil (constituído pela maioria dos universitários e importante número de estudantes dos liceus, de 15 a 18 anos), outros personagens cruciais em Maio de 1968 foram os comunistas. O PCF e a central sindical dominada pelos comunistas, a Central Geral do Trabalho (CGT), se num primeiro momento ignoraram o movimento, passaram depois a tentar redirecioná-lo à proposta de um “governo popular” e, finalmente, viram por algumas semanas esvaír-se suas bases que recusaram os acordos de Grenelle.<sup>56</sup>

<sup>52</sup>George Katsiaficas. *op. cit.*

<sup>53</sup> *Jornal da Tarde*, Caderno de Sábado, 2/5/1998, p. 4.

<sup>54</sup> Edgar Morin. *Cultura de massas no século XX. O Espírito do Tempo - 2. Necrose*, (com a colaboração de Irene Nahoum), Rio de Janeiro: Forense Universitária, Rio de Janeiro, 1986.

<sup>55</sup> Daniel Aarão Reis Filho. “O ano mágico”, *op. cit.*, p. 38.

<sup>56</sup> *Esprit*. “Chronologie”, Paris, n, 373, agosto/setembro de 1968, pp. 971-986.

O papel da CGT e do próprio PCF foi decisivo, na opinião de muitos analistas, para o esvaziamento do movimento de Maio e a recuperação do gaullismo. Segundo Roszac, os comunistas alinhados a Moscou faziam o mesmo jogo dos adultos nesta nova luta geracional na França, e legitimavam a atitude dos operários de retornarem à normalidade do trabalho:

“Na França, os aguerridos estudantes da rebelião de maio de 1968 foram obrigados a assistir ao conluio entre a amolecida CGT e o PC, que passaram a agir como órgãos de confiança do Presidente De Gaulle na manutenção do governo responsável e ordeiro. Se os estudantes rebeldes marcham aos milhares para as barricadas, seus pais cautelosos marcham às dezenas de milhares em defesa do *status quo* e votam aos milhões pela manutenção da elite gerencial... Até mesmo os operários, que engrossaram aos milhões as fileiras dos estudantes durante as primeiras fases da Greve Geral de maio de 1968, parecem haver chegado à conclusão de que a essência da revolução consiste num envelope de pagamento mais polpudo”.<sup>57</sup>

O PCF e o CGT, no início do movimento e após sua derrocada, venderiam junto com os conservadores a visão de que 1968 fora simplesmente uma revolta geracional pouco importante, uma expressão inconseqüente do fútil idealismo romântico juvenil e pequeno-burguês. Na verdade, aqueles estudantes, além de travarem realmente uma revolta geracional (mas não apenas), também ameaçavam os planos do PCF para as eleições de 1972. Além de tudo, documentos secretos publicados posteriormente pelo *Nouvel Observateur* mostraram que o embaixador soviético na França manteve constante diálogo com o PCF, durante os eventos de Maio, insistindo muito que era preciso parar o perigoso movimento, no que o PCF colaboraria, obediente de novo às diretivas de Moscou<sup>58</sup>: “O PCF, através da CGT, conteve os trabalhadores, fechou os bairros operários aos estudantes, apoiou o banimento das organizações e dos líderes rebeldes”.<sup>59</sup> Afinal, além de ser uma revolta geracional e atrapalhar os planos eleitoreiros, o movimento era visto por Moscou como uma ameaça de ruptura da ordem geopolítica da Guerra Fria. Os estudantes inconformados, não apenas na França, mas também na Itália e Alemanha Ocidental, ameaçavam quebrar o tácito mas tenso acordo de divisão do mundo em esferas de influência entre as duas superpotências. Era preciso pará-los, em nome dos interesses geopolíticos de Moscou.

<sup>57</sup> Theodore Roszac. *A Contracultura. Reflexões sobre a sociedade tecnocrática e a oposição juvenil*, Petrópolis: Vozes, 1972, p.17.

<sup>58</sup> Tariq Ali in. *O Estado de S. Paulo*, 17/5/1998, p. D2.

<sup>59</sup> Cit. in. Fernando Pedreira. *Brasil política. 1964-1975*, São Paulo: Difel, 1975, p. 122.

Desde o início, a maioria dos estudantes que participavam do movimento estudantil viram os velhos comunistas como inimigos e, apesar dos acordos entre CGT e entidades representativas dos universitários para uma manifestação conjunta em 13 de maio, os dois lados sempre foram efetivamente adversários. Não é à toa que os muros de Paris abrigaram também, em Maio, a sentença impiedosa: “A humanidade nunca será feliz até o último capitalista ser enforcado nas tripas do último burocrata”.<sup>60</sup>

No dia 29 de maio, o próprio jornal oficial de Moscou, o *Pravda* publicou notícias contra os líderes do movimento juvenil. O *Pravda* teria qualificado o Maio de 68 como “anarquista”, pois era liderado por “anarquistas” (como Cohn-Bendit) que, na verdade, eram agentes da CIA “interessados na queda do General (De Gaulle) e no fim de sua política externa independente”.<sup>61</sup> Enquanto De Gaulle acusaria os comunistas de estarem por trás do movimento estudantil, Moscou acusaria a CIA!

Foram vários os ataques de comunistas do PCF e CGT aos estudantes. George Séguy, líder da CGT, ao criticar Cohn-Bendit e os intelectuais que participavam de Maio de 68 disse que “os trabalhadores franceses são maiores de idade; não precisam de tutores”, enquanto o jornal comunista *Humanité* chamou os manifestantes de “pequenos bandos de trotskistas, maoístas e anarquistas, dirigidas por ‘filhos de papai’ provenientes da alta classe média”.<sup>62</sup> Era a combinação do antiintelectualismo com a retórica depreciativa das esquerdas heterodoxas e da “pequena burguesia”. Mas os comunistas franceses chegariam, no início, a combinar também a xenofobia contra o judeu e alemão de nascença Cohn-Bendit, chamado, depois dos primeiros eventos de Maio de 68, de “o anarquista alemão” que, com o seu e outros “grupúsculos irresponsáveis” produziram inúteis agitações, injúrias, violências e provocações, levando a massa estudantil ao “aventurismo político”.<sup>63</sup>

Várias vezes os comunistas deixaram escapar que, na verdade, defendiam arraigadamente suas posições conquistadas na ordem social e política: “Não podemos admitir de forma alguma que se leve os trabalhadores a apoiar idéias que no fundo denigrem e insultam as mais poderosas organizações operárias, tentando substituí-las na direção das lutas

<sup>60</sup> *Folha de S. Paulo*, 2/05/1999, p. 1.10.

<sup>61</sup> *Jornal da União Estadual dos Estudantes de São Paulo*, Gestão Nova UEE, mimeo, São Paulo, junho de 1968.

<sup>62</sup> *The New York Times*, 14/05/1968, cit. in. Lewis S. Feuer. *op. cit.*, p. 43.

<sup>63</sup> Georges Marchais e Georges Bouvard, no *Humanité* e *Le Peuple* (jornal do CGT) em 3 e 4 de maio, Cit. in., Michael Johan. “La CGT et le mouvement de mai”, in. *Les Temps Modernes*, Paris, n. 266-267, agosto/setembro de 1968, pp. 326-374, p. 327.

operárias”.<sup>64</sup> Tal defesa levaria os comunistas ao limite de se afirmarem como o partido da ordem: “A opinião pública perturbou-se com as confusões e as violências, desorientada pelas posições equivocadas e o abandono do Estado, de modo que a CGT, a grande força tranqüila, é quem veio restabelecer a ordem ao organizar a retomada geral do trabalho”.<sup>65</sup>

Apesar de seu papel decepcionante, a CGT havia organizado em 1 de maio de 1968, pela primeira vez depois de 14 anos, uma manifestação de trabalhadores pelas ruas de Paris no Dia do Trabalho. Conforme narra Cohn-Bendit, membros anarquistas do 22 de Março tentaram entrar à força na manifestação, mas tiveram suas bandeiras negras arrancadas pelos membros da CGT – o 22 de Março iria à desforra em 13 de maio, como veremos.<sup>66</sup>

Em 3 de maio de 1968, após o fechamento da Universidade de Nanterre, o 22 de Março, junto a outros estudantes de Nanterre, ocuparam o anfiteatro da Sorbonne. Era uma assembléia de protesto com cerca de 600 pessoas. Mas o reitor Roche solicitou à polícia que evacuasse a Sorbonne. Enquanto a polícia se demorava para colocar nos seus carros os quase 600 detidos, uma pequena multidão do lado de fora, indignada, cercou os carros de polícia. Os policiais, que não esperavam a reação das ruas, reagiram brutalmente usando seus cassetetes e atirando gás lacrimogêneo. A multidão, em sua maioria jovens estudantes, encheu-se de fúria, atirando pedras na polícia e tombando carros. Estava iniciado o Maio de 68.

O ministro da Educação, Alain Peyrefitte, decidiu manter fechada a Sorbonne – era a segunda vez nos sete séculos de história da famosa instituição que isto acontecia, excetuando-se o período do domínio nazista. Nos dias 4 e 5, um grande contingente policial postou-se ao redor da Sorbonne, enquanto as aulas eram suspensas e três estudantes e um confeitiro eram condenados, num processo relâmpago, a um mês de detenção por terem participado dos conflitos da noite anterior.

No dia 6, a UNEF conclamou uma greve geral dos estudantes, como resposta. De manhã, Cohn-Bendit era esperado com outros estudantes para comparecer ao Comitê Disciplinar da Universidade de Paris (já que Nanterre fazia parte desta instituição), que ficava na Sorbonne. Apesar de 1500 policiais ocuparem os arredores, um ato público reuniu cerca de 5 mil estudantes. Enquanto ocorria o depoimento, os manifestantes se aglomeraram diante da Sorbonne, com a polícia dispersando-os. Mas, uma hora depois, os estudantes se reagrupariam

<sup>64</sup> Benoît Frachon em *Humanité*, em maio de 1968, cit. in. Daniel Cohn-Bendit. *O grande bazar*, op. cit., p. 81.

<sup>65</sup> Georges Séguy, secretário geral do CGT, em relatório de reunião de 13 e 14 de junho, cit. in. Jean-Marie Domenach. “L’idéologie du mouvement”, in. *Esprit*, Paris, n. 373, agosto/setembro de 1968, pp. 35-51, p. 35.

<sup>66</sup> Daniel Cohn-Bendit. *O grande bazar*. op. cit.

c, após longa marcha pela cidade (uma verdadeira ação de propaganda e agitação da opinião pública), rumaram em direção à Sorbonne. Foram recebidos com brutalidade pelos policiais. Os estudantes reagiram atirando as pedras do calçamento, usadas para atacar os policiais e para formar as suas primeiras barricadas. Às 18 horas, os conflitos cessaram no Quartier Latin. Cerca de seis mil estudantes saíram então em passeata até o Boulevard Saint-Germain, entrando em novo choque com a polícia. Durante a noite, ergueram-se barricadas, até que os policiais atacaram a massa e dissolveram finalmente esta manifestação, que teve um total de 945 feridos (sendo 345 policiais) e 422 prisões. Todas as universidades em Paris também foram fechadas neste dia. As cenas da brutalidade policial, transmitidas pela mídia a todo o país, comoveram a opinião pública, projetando greves de solidariedade na maioria das universidades de província. Em diversos liceus da região de Paris, greves e comícios de protesto se deram também.

No dia 7 de maio, os estudantes organizaram nova manifestação que, a partir das 18h30min, com autorização oficial, percorreu as ruas de Paris, em direção ao Arco do Triunfo. Reuniu entre 30 e 50 mil participantes. No Arco, segundo relatos, trotskistas conseguiram impedir que anarquistas urinassem sobre a chama do monumento, mas não evitaram que as bandeiras tricolores fossem arrancadas e trocadas por bandeiras vermelhas. A manifestação dirigiu-se outra vez à Sorbonne, onde ocorreram confrontos com a polícia em torno das 23h00min.

Em 8 de maio, alguns sindicatos e partidos de esquerda anunciaram seu apoio ao movimento, a reboque da opinião pública, favorável então aos estudantes. Mesmo o tom do jornal *Humanité* (órgão do PCF) começou a mudar. Foram registradas também manifestações de estudantes em Brest, Nantes, Rennes e várias outras cidades. Em muitas delas, trabalhadores já apareciam ao lado dos estudantes.

Em 9 de maio, o ministro da Educação anunciou a decisão de reabrir progressivamente as universidades e declarou-se pronto para o diálogo. A UNEF e o SNESup, porém, afirmaram que só negociariam depois da libertação e anistia dos manifestantes condenados, a abertura total das faculdades e a retirada das forças policiais. Enquanto isto, aumentavam as passeatas e as greves estudantis nas províncias e, em diversas faculdades de província, os estudantes reivindicavam a formação de comissões com os professores para discutirem as questões universitárias. No dia 9 de maio, em Paris haveria um novo choque entre estudantes e

policiais. Enquanto isto, protestos bem sucedidos se deram em Nantes, Estrasburgo, Rennes e Toulouse. Em Lyon e Dijon, as manifestações reuniram estudantes e operários.

Chegou o dia 10 de maio, o primeiro ápice do Maio de 68. Enquanto os estudantes ocupavam a Faculdade de Nanterre, o ministro Peyrefeitte recusou-se a reabrir a Sorbonne. Assim, uma manifestação com cerca de 20 mil universitários e secundaristas marchou em direção ao Quartier Latin com o objetivo de ocupar a Sorbonne. Os estudantes começaram de novo a construir barricadas, estimulados por Cohn-Bendit que lançara a palavra de ordem “Vamos cercar a polícia”: “Todos faziam alguma coisa, ainda que não soubessem exatamente o que e para que. Na Rua Gay Lussac foram construídas dez barricadas, uma atrás da outra. Isso não tinha nenhum significado militar, apenas tínhamos vontade de fazer barricadas”.<sup>67</sup> Uma foto mostra estudantes usando escudos, capacetes e roupas retiradas do Teatro Odeon, para enfrentar a polícia no Boulevard Saint-Michel. Fotos mostram como os jovens mais afoitos armavam-se para as batalhas com a polícia: um deles usa capacete e óculos iguais aos dos motociclistas da polícia, lenço no rosto, longo estilete no cinto e uma pequena picareta na mão; outra foto mostra jovens usando atiradeiras para lançar pedras contra a polícia, numa nova edição do Davi que quer derrubar o terrível Golias.<sup>68</sup>

O reitor Roche, através da Rádio Luxemburgo, rogou por uma negociação emergencial, que se realizou em vão. Atrás das barricadas, os jovens festejavam sua pretensa tomada do Quartier Latin. Várias fotos mostram casais de jovens abraçados ou trocando beijos atrás das barricadas. Outra foto mostra um campeonato de pingue-pongue realizado atrás das barricadas. Mas as ordens do governo foram para que todas as barricadas fossem derrubadas. As forças policiais, a partir das 2 da madrugada, fizeram um assalto fulminante, usando cassetetes, carros-pipa, gás lacrimogêneo e granadas de cloro contra paus, pedras, ferros e fogo nos carros estacionados. A batalha estendeu-se terminou apenas às 6 horas da manhã do dia 11. Haviã 367 feridos, 460 presos e 180 carros destruídos. Uma foto mostra a rua Gay-Lussac, na manhã do dia 11, com inúmeros carros tombados e o asfalto destruído pelo fogo colocado nos carros. Terminava assim a famosa “Noite das Barricadas”.

Às cinco horas da manhã, durante a Noite das Barricadas, Cohn-Bendit se retirou para a casa de um amigo e teria dado a idéia da greve geral: “Naquele momento eu queria fazer alguma coisa. Telefonei a uma emissora de rádio e disse que após tudo o que acontecera

---

<sup>67</sup> *Ibid.*, p. 41.

<sup>68</sup> *Folha de S. Paulo*. 10/05/1998; Fernando Perrone. *op. cit.*



naquela noite, se os sindicatos não convocassem uma greve geral, é porque não estavam mais do lado correto. Tratava-se de um pedido sincero”.<sup>69</sup> Se os eventos seguintes se deram graças à iniciativa de Cohn-Bendit ou não, de qualquer forma seu relato ilustra o desejo crescente em todos os militantes de que outras classes sociais, principalmente os míticos operários e suas organizações sindicais, juntassem-se ao movimento estudantil. Na manhã do dia 11, sob forte impacto das cenas da noite anterior na opinião pública, líderes das centrais sindicais – a CFDT (Central Operária Socialista) e a CGT – encontraram-se com os líderes do movimento estudantil para uma tensa reunião. CGT ameaçava impor como condição que Cohn-Bendit não participasse da primeira linha da passeata, mas desistiu. Finalmente, foi marcado para a manhã de 13 de maio um ato conjunto de protesto e a decretação, neste dia, de uma greve geral de 24 horas em todo o país.

Por sua vez, ainda no dia 11, já que os estudantes não tinham conseguido recuperar a Sorbonne, resolveram ocupar o Teatro Odéon. Na parede fora do histórico Teatro escreveu-se a mais famosa frase de maio de 68, que também entraria para a História: “A imaginação no poder”. A própria UNEF desaprovou a invasão, o que mostra, assim como a Noite das Barricadas, que as ações mais ousadas e criativas do movimento vinham cada vez mais de iniciativas autônomas da multidão, mesmo quando inspiradas por militantes dos pequenos grupos da extrema esquerda estudantil.

Na manhã do dia 13 de maio aconteceu a Jornada Nacional de Protesto contra as arbitrariedades perpetradas aos estudantes, reunindo o movimento estudantil e as centrais sindicais. Entre 700 e 800 mil manifestantes, trabalhadores e estudantes, foram às ruas de Paris. Na primeira fileira marcharam lado a lado os líderes estudantis, docentes e da CGT. Também estiveram presentes François Mitterrand (presidente do Partido Socialista) e Georges Marchais (líder dos comunistas). Na hora da saída, a CGT tentou expulsar anarquistas com bandeiras negras. Cohn-Bendit parou e perguntou aos membros da CGT se “é essa a concepção de união que vocês têm?”. Segundo o líder estudantil, “foi essa a primeira vez na França, depois de muitos anos, que a CGT foi obrigada a aceitar a bandeira negra”.<sup>70</sup> Em certo momento, a passeata dividiu-se em duas: a CGT tentava a dispersão, encerrando o ato; os esquerdistas desejavam, primeiro, marchar aos Campos Elíseos, mas, por causa da presença da polícia, resolveram organizar um comício no Campo de Marte. A CGT formou barreiras para impedir

<sup>69</sup> Daniel Cohn-Bendit. *O grande bazar*. *op. cit.*, p. 45.

<sup>70</sup> *Ibid.*, p. 47.

a passagem dos manifestantes e gritava palavras de ordem de dispersão. Mesmo assim, os líderes estudantis conseguiram juntar dez mil pessoas que, após o comício, rumaram a Sorbonne, já sem a polícia, e a ocuparam. Já na Sorbonne, Cohn-Bendit, furioso com o comportamento da CGT, declarou: “Estou contente de ter desfilado com os crápulas stalinistas na ribeira”.<sup>71</sup> Na Sorbonne reaberta os estudantes promoveram uma festa, com orquestra de jazz, filmes de Godard e a realização de cursos por intelectuais e artistas.

O que era para ser uma greve de 24 horas acabaria se estendendo muito mais que o esperado. Logo, inúmeras fábricas iriam parar, muitas ocupadas pelos seus operários, principalmente nas províncias. A primeira ocupação se deu no dia 14 de maio, na fábrica estatal *Sud-Aviation*, em Bouguenais, próximo a Nantes, em que os operários também seqüestraram seus diretores. A greve também foi decretada pelos sindicatos de ensino e dos funcionários da educação. A maioria dos liceus foi fechada ou ocupada. Em vários locais foram estabelecidas as “comissões paritárias” para a reforma dos cursos e da pedagogia. Nas faculdades de Medicina, na Escola de Belas Artes e em quase todas as escolas e institutos profissionais, propostas de reforma do ensino começaram a ser elaboradas, com a participação em conjunto de estudantes, funcionários e professores. Mas a mesma integração já não se deu nos departamentos de Humanidades e em Nanterre, onde os professores não participaram das comissões. No mesmo dia 14, o presidente De Gaulle foi em viagem oficial à Romênia e pareceu iniciar-se um vácuo de poder que se manteria até o final do mês.

No dia 15 de maio, é a vez dos jovens operários da fábrica Renault entrarem em greve. Começou também uma crise na ORTF (televisão estatal francesa), onde os jornalistas criaram um comitê para discutir a objetividade da informação. Em 16 de maio, enquanto a CFDT afirmou ter simpatia pelo movimento estudantil, a CGT expôs as suas principais reivindicações: aumento do salário, pleno emprego, aumento das liberdades sindicais etc. Foi anunciada uma manifestação pela UNEF e SNESup em direção à ORTF, taxada como provocação pelo CGT e PCF. Os organizadores anularam esta manifestação e decidiram fazer uma outra em direção à fábrica Renault em Billancourt, mas a CGT, que controlava o movimento de ocupação desta fábrica, impediu a entrada dos manifestantes. Os estudantes conseguiram conversar com os operários apenas através das grades.

Enquanto a CGT recusava-se a lançar a palavra de ordem de greve geral, esta ia se firmando à sua revelia. Eram 200 mil os grevistas em 17 de maio. Os transportes públicos

---

<sup>71</sup> Ibid., p. 49.

começaram a se paralisar. Jornalistas da ORTF decidiam não mais submeterem-se às diretivas do governo.

No dia 18, eram 1 milhão de grevistas e 50 fábricas ocupadas. Os aeroportos, táxis, metrô, rádios, televisões, jornais, correios, telefone e setores do comércio começaram a parar também. De Gaulle voltou mais cedo da Romênia, afirmou que a França parecia “um bordel por toda a parte”<sup>72</sup> e ordenou a retomada do Teatro Odéon pela polícia. Graças à cautela do chefe da polícia de Paris, Grimaud, isto não foi feito, evitando-se uma provável tragédia, pois os estudantes preparavam-se para resistir. Na Assembléia Nacional, o Partido Socialista propôs uma moção de censura ao governo e quase conseguiu sua aprovação.

No dia 20, haviam 6 milhões de grevistas: faltava transporte, combustíveis e até escasseavam alimentos nos supermercados. O Banco de França aderiu à greve e “tudo estava parado”, inclusive hotéis de luxo e o famoso festival de cinema de Cannes. A sede da Citroën em Paris foi tomada. Sucederam-se debates na Sorbonne ocupada, onde compareceram Sartre, o escritor Jean Genet, o Prêmio Nobel de medicina Jacques Monod e outros, falando para grandes auditórios sempre lotados.<sup>73</sup>

Nestes dias, as centrais sindicais tentavam controlar a greve geral, apoiando-a mas evitando a paralisação dos serviços essenciais do Estado. As esquerdas não comunistas aventaram a idéia de colocar o socialista Mendés France, ex-primeiro ministro, no cargo de Presidente da República. Por sua vez, o governo gaullista esperava que, com o país paralisado, o movimento estudantil cometesse seus erros, enxergando o perigo apenas nos comunistas e nos operários, com quem começou a negociar. No dia 20 de maio se deram contatos sigilosos entre o governo e os comunistas. CGT e PCF procuravam arrancar antigas reivindicações, cujo ganho poderia ser usado para as eleições de 1972 e, em último caso, proporia a formação imediata de um governo popular.

No dia 22, a greve é quase absoluta no país, exceto em parte das siderúrgicas e em boa parte das administrações públicas. No dia 22 de maio, com 8 milhões de trabalhadores em greve, as centrais sindicais propuseram negociações imediatas com o governo.

No dia 23 de maio, eram 9 milhões de grevistas. O ministério do Interior comunicou que Cohn-Bendit (em viagem a outros países da Europa, dando declarações polêmicas) perdera seu visto de residência e não poderia voltar à França. Os líderes estudantis marcaram para o dia

<sup>72</sup> João Roberto Martins Filho. *op. cit.*

<sup>73</sup> *Ibid.*

24 um grande ato de protesto. Mas um grande número de jovens não quis esperar e, ainda na noite de 23 de maio, saíram às ruas, ergueram novas barricadas e enfrentaram a polícia até altas horas da madrugada. A UNEF criticou com veemência estes manifestantes, chamando-os de provocadores... Manifestações violentas também se deram, entre os dias 23 e 24, em Nantes, Bourdeaux e Estrasburgo.

No dia 24, De Gaulle faz uma declaração na televisão às 8 da noite, propondo ordem, reforma e um *referendum* para confirmar o apoio dos franceses a ele. Os estudantes se reuniam na Estação de Lyon e, após a declaração do presidente, saíram cantando “Adeus de Gaulle” mas a polícia proibiu que se dirigissem até a Praça da Bastilha. Os manifestantes ameaçaram avançar, com pedras e até serras elétricas nas mãos. Os policiais atacaram e esvaziaram a Estação de Lyon às 23 horas. Mas as lutas continuariam em vários pontos diferentes da cidade. Os estudantes, acudados pela polícia, atacaram o Prédio da Bolsa de Valores, derrubaram suas portas e atearam fogo nos móveis. Os manifestantes esboçaram atacar o Palácio do Elysée, mas a polícia liberou a passagem para o Quartier Latin, onde formaram-se novas barricadas e travaram-se novos combates com os policiais.

Na manhã do dia 25, ensaiaram-se novos tumultos quando a polícia protegia a área em torno do Quartier Latin para que o entulho produzido no conflito da madrugada fosse retirada. Jovens tiravam fotos sobre uma barricada destruída, registrando sua real ou pretensa participação no conflito.<sup>74</sup> Com centenas de feridos, um morto e inúmeros carros incendiados, terminava a segunda “Noite das Barricadas”. Ela indicava mesmo o início da queda do movimento estudantil, enquanto a quase incontrolável greve geral continuava. Mas, ao mesmo tempo, centrais sindicais, governo e representantes dos patrões entravam em negociações, apesar de, no dia 24, a CGT ter realizado uma manifestação com um enorme número de presentes sob a palavra de ordem “Governo Popular”.

Cohn-Bendit, disfarçado, voltou a Paris e apareceu sem avisos na Sorbone, onde acontecia uma assembléia. Imprensa e estudantes acorreram à Sorbonne, que ficou lotada. Conservadores e gaullistas indignaram-se com a notícia do retorno de Cohn-Bendit, o que os estimulou a marcar um ato público, no dia 30, “em desagravo à pátria e à ordem republicana”.<sup>75</sup>

<sup>74</sup> Documentário *Maião de 68. A luta continua*, do fotógrafo Willian Klein, França, 1968.

<sup>75</sup> João Roberto Martins Filho. *op. cit.*, p. 105.

No dia 27 de maio, anunciaram-se as “conquistas” para os trabalhadores em greve: 35% de aumento salarial, diminuição da semana de trabalho, mais direitos sindicais, pagamento normal pelos dias parados etc. Mas, surpreendentemente, os operários em greve rejeitaram em sua maioria os resultados das negociações. Georges Séguy (secretário geral da CGT) e Benoît Frachon (presidente da CGT) foram vaiados em uma assembléia, com 25 mil operários, na fábrica da Renault em Boulogne-Billancourt, durante os discursos que anunciaram as “conquistas”.<sup>76</sup>

No dia 27, a maior parte dos trabalhadores recusavam-se a aceitar os acordos, mantendo-se em greve em todo país. A UNEF declarou que não participaria de qualquer negociação com o governo e organizou uma passeata em direção ao estádio Charléty, periferia de Paris, onde ocorreria um comício das esquerdas não-comunistas e das novas esquerdas. A CFDT aceitou participar, enquanto a CGT convocou comícios paralelos em outros pontos de Paris. 50 mil pessoas se reuniram no estádio Charléty, em sua maioria estudantes. Mas também haviam trabalhadores, inclusive alguns ligados à CGT e dirigentes da central comunista que declararam seu rompimento com ela. Durante a passeata a Charléty, os estudantes cantaram a Internacional e outras palavras de ordem já entoadas antes, como “O poder aos trabalhadores”. Mas há um novo *slogan*, “Unidade na base”, ou seja, que os trabalhadores não seguissem mais as diretivas dos sindicatos. Diante de uma fábrica ocupada, gritaram: “Estamos com vocês”. Seguiram-se vários discursos no estádio. Sauvageot afirmou que não seria a violência, naquele momento, eficaz. Barjonet, que rompera com a CGT, declarou que “estamos em presença de um movimento revolucionário”, após criticar a CGT e Séguy (a pronúncia do seu nome causou estrondosa vaia no estádio). Vários outros discursos repetiram a idéia da revolução e da organização na “base” dos trabalhadores.<sup>77</sup>

Nos dias seguintes, a greve geral manteve-se com força. No dia 28, o ministro da Educação, Peyrefitte, pediu demissão. François Mitterrand lançou na Assembléia uma proposta de declarar vacante o governo e formar um governo provisório presidido por Mendés France, até nova e breve eleição presidencial. Pierre Mendes France afirmou que não recusaria liderar uma união das esquerdas, incluindo o PCF – mas PCF declarou-se contra sua candidatura.

No dia 29, De Gaulle deixou Paris e durante seis horas ninguém sabia informar onde estava o presidente. Na verdade, ele fora à Alemanha para se encontrar com generais da base

---

<sup>76</sup> George Katsiaficas. *op. cit.*

<sup>77</sup> *Maio de 68. A luta continua.*

francesa na Alemanha, fazendo contatos inclusive com páramilitares ligados ao Exército. De Gaulle preparava-se para usar até mesmo as Forças Armadas. A CGT organizou uma manifestação reunindo 500 mil participantes em Paris e falou novamente a favor da formação de um “governo popular”.

No dia 30 de maio, até os funcionários públicos aderiam à greve, enquanto o poder parecia diluir-se também nas províncias e a manchete do *Le Nouvel Observateur* dizia: “O poder gaulista não existe mais”. Mas o contra-golpe seria certo: De Gaulle pronunciou um discurso pela rádio (pois tinha o boicote dos funcionários da televisão estatal), em torno das 16h30min, com tom de comando e veemência. No discurso, dissolvia a Assembléia Nacional e fazia um apelo para a participação dos franceses no ato cívico contra a ameaça do “comunismo totalitário”. Os deputados de oposição comemoraram na Assembléia. Os partidos da esquerda tradicional acreditavam que iriam tomar o poder nas eleições marcadas para o dia 23 de junho. Contudo, momentos depois do discurso, começava a manifestação convocada pelos conservadores de Paris. Centenas de milhares de pessoas – entre 400 e 700 mil – desfilaram em apoio ao governo. Eram “jovens burgueses, políticos de renome, gordas camponesas, pára-quedistas da Argélia vestidos com uniforme de combate”, com muitas bandeiras tricolores e palavras de ordem como: “O comunismo não passará”, “Cohn-Bendit para Dachau”, “De Gaulle não está só”.<sup>78</sup> Era um fenômeno semelhante às “Marchas com Deus pela Família” (no Brasil, em 1964). Uma interessante avaliação do chefe de polícia de Paris na época dos conflitos em maio de 1968, Maurice Grimaud, resume a importância deste ato pró-de Gaulle:

“Maio de 68 foi parecido com as guerras da China antiga. Dispúnhamos tropas e designávamos um árbitro para dizer quem tinha ganhado, antes mesmo de lutar... A vitória era avaliada pelo número de combatentes. A unidade de valor, em 1968, era cem mil. Em 13 de maio, os estudantes conseguiram reunir cem mil pessoas; em 29, o PCF e CGT, 200 mil; enfim, em 30, os gaullistas mobilizaram mais de 400 mil nos Champs Elysées. De Gaulle tinha ganhado essa batalha”.<sup>79</sup>

Já em 31 de maio surgiram os primeiros sintomas do retorno geral ao trabalho e à normalidade em todo o país. Novas manifestações a favor de De Gaulle ocorreram nas províncias.

<sup>78</sup> João Roberto Martins Filho. *op. cit.*, p. 106.

<sup>79</sup> *Jornal da Tarde*, Caderno de Sábado, 2/5/1998, p. 4.

O movimento estudantil lutava contra o revés. Em 1 de junho, 30 mil manifestantes, convocados pela UNEF, desfilaram em Paris. Fizeram uma assembléia em Halle aux Vins para formar um movimento revolucionário, enquanto continuavam na província a se dar manifestações de apoio ao presidente francês. Cohn-Bendit, no Anfiteatro da Sorbonne no início de junho, criticava os que queriam substituir a ordem atual, em que a classe trabalhadora estaria tomando em suas mãos os meios de produção, pela “ordem burguesa das eleições”, e criticou “as organizações que estão prestes a abandonar a luta para deixar que as eleições burguesas ocorram em ordem”.<sup>80</sup> Apesar dos apelos e das tentativas frustradas de contato direto com as “bases” operárias, a greve foi refluindo pouco a pouco. Em locais onde a resistência dos trabalhadores persistia, tropas da polícia, Comitês de Ação Cívica e até forças do Exército foram usadas: em 3 de junho as instalações técnicas da ORTF foram ocupadas pelo exército; no dia 5 de junho foram expulsos à força os grevistas que ocupavam a ORTF; em 7 de junho, a polícia entrou em conflito contra os que ocupavam a entrada da usina Renault em Flins e contra os grevistas, que eram ajudados por estudantes; em 11 de junho, nas fábricas Peugeot, em Sochaux, operários enfrentaram forças repressivas.

Em 4 de junho, vários pais promoveram manifestações em favor da reabertura dos liceus. Também aconteceu, em Paris, uma manifestação dos jovens gaullistas e conflitos na Faculdade de Letras de Lyon, atacada por gaullistas e fascistas. Entre 7 e 11 de junho, deu-se o retorno às aulas nas escolas primárias e secundárias. Serviços públicos estratégicos já seriam retomados em 6 e 7 de junho. Em 10 e 11 de junho, se deram as últimas importantes manifestações, que tentaram erguer algumas barricadas mas foram vencidas pela repressão policial. Terminava a greve em locais que eram símbolos da revolta, Flins e Sochaux, em 11 e 12 de junho. 600 mil grevistas ainda mantinham-se parados em 13 de junho. Mas, uma semana depois, seriam apenas metade.

O governo proibiu as manifestações de rua, expulsou do país 150 estrangeiros que teriam participado dos conflitos e decretou o fechamento de onze organizações de esquerda, como o 22 de Março e as demais entidades da extrema esquerda estudantil. Cohn-Bendit retirou-se para a Alemanha. A polícia desocupou o Teatro Odéon em 14 de junho e a Sorbonne no dia 16. Nas eleições, os gaullistas conseguiram uma vitória esmagadora, obtendo quase 44% do total de votos. No segundo turno, partidos do centro e da direita conquistavam 358 das 485 cadeiras – a esperança das velhas esquerdas ~~formarem~~ um novo governo

<sup>80</sup> *Maio de 68. A luta continua*

transformava-se numa flagrante derrota eleitoral: “A revolução parecia ter escorrido por entre os dedos. Esfumara-se no ar”.<sup>81</sup>

Em 24 de agosto de 1968, a França explodiu sua primeira bomba de hidrogênio no Oceano Pacífico. No dia 10 de outubro, a Assembléia Nacional Francesa aprovou por unanimidade, inclusive com apoio dos socialistas e comunistas, um projeto do governo de reforma educacional. Mas em 27 de abril de 1969, o eleitorado francês pela primeira vez rejeitou um *referendum* gaullista. Seria, finalmente, a queda do Presidente De Gaulle.

### Estados Unidos

Os movimentos estudantis nos Estados Unidos nos anos 1960 ficaram imersos em outros movimentos sociais de enorme importância, principalmente o movimento contra a Guerra do Vietnã, os movimentos dos negros e o movimento *hippie*. Também se conjugaram, em parte, mais no final da década de 60, as nascentes movimentos pelo respeito à diferença, como o feminismo e o movimento *gay*.

Os Estados Unidos nos anos 1960 ilustraram em seus movimentos sociais as contradições sociais do seu país, advindas de sua heterogeneidade sociocultural, apesar da aparente unidade sob o “estilo de vida americano”. Contradições que surgiam das desigualdades e conflitos raciais, apesar do crescimento econômico ininterrupto da nação. Também, o absurdo de um país que advogava a democracia política e a liberdade de expressão enquanto promovia uma política internacional agressiva e truculenta. A própria repressão política e a contra-mobilização conservadora vitimando os movimentos sociais dos seus jovens e negros ilustram os limites internos dos valores democrático-liberais apregoados.

É difícil entender os movimentos universitários nos Estados Unidos em separado dos demais movimentos sociais, como os dos jovens *hippies*, dos manifestantes anti-guerra ou das minorias étnicas. Deste modo, os movimentos dos estudantes norte-americanos encontrariam a mais avançada conjugação entre revolta política e contestação cultural, conjugação que mais do que em qualquer outro local foi mais consciente no discurso dos militantes juvenis (em destaque os *yippies*). As contraculturas encontraram nos Estados Unidos seu principal terreno de desenvolvimento e aplicação, tendo certamente o movimento juvenil mais influente no terreno dos valores, comportamentos e artes da onda mundial de revoltas.

Também nos Estados Unidos, os limites desta ampla conjugação sociocultural de

---

<sup>81</sup> Daniel Aarão Reis Filho. “O ano mágico”, *op. cit.*, p. 39.



revoltas e objetivos se evidenciaria, não apenas pela crescente dificuldade dos diferentes setores radicalizados se mobilizarem em conjunto, mas pela retórica (e prática) da violência igualmente ter se tomado hegemônica. Paradoxalmente, no final dos anos 1960, a retórica da violência seria cada vez mais uma constante nos diferentes movimentos, ao mesmo tempo que eles já não conseguiam mais mobilizarem unitariamente. Apesar disto, em 1970, uma greve nacional universitária faria renascer num breve e intenso momento os ideais da onda mundial juvenil, recuperando instantaneamente os ideais, formas de ação e os dilemas das revoltas do passado recente.

Bem no interior dos EUA, a onda mundial de revoltas teria um dos seus ápices. Justamente a onda de revoltas que tinha no sistema social e no panorama geo-político referendados pelo Estado norte-americano os seus principais inimigos. Muito se pensou e escreveu para tentar entender como as jovens gerações de negros e brancos das classe médias, nos Estados Unidos, puderam se revoltar com tamanha força contra as bases sociais e políticas legitimadas pelo seu próprio país. Além dos fatores já citados no primeiro capítulo, devemos lembrar que a geração dos universitários norte-americanos na segunda metade dos anos 1960 era aquela nascida no famoso *baby boom*, uma enorme população que veio ao mundo logo após o final da Segunda Guerra e que vivera a infância sob uma constante ameaça psicológica da guerra nuclear, inadvertidamente educada para sentir a história como irracional e o futuro como impossível.<sup>82</sup> Era contra o próprio processo de significação da vida reservada aos norte-americanos que se levantava a geração *baby boom*.

Não podemos nos esquecer de citar também a radical reestruturação do sistema educacional dos Estados Unidos, com o objetivo de absorver sua explosão populacional. Dos 4,6 milhões de universitários e *colleges* em 1963, os Estados Unidos saltariam para 9,6 milhões em 1973.<sup>83</sup> Para Timothy Leary houve ainda um momento especial no despertar comum das consciências desta geração, o assassinato do presidente Kennedy: “Foi uma perda repentina da inocência... Tratava-se da primeira referência concreta... de que o mundo não era aquele lugar bacana e seguro para o qual os nossos pais haviam nos preparado”.<sup>84</sup>

Como já vimos no capítulo 2, os protestos contra a Guerra do Vietnã colocaram os jovens norte-americanos, principalmente os brancos, de classe média e universitários, contra

<sup>82</sup> Lawrence Grossberg. “The media economy of rock culture: cinema, postmodernity and authenticity”, in: Simon Frith, Andrew Goodwin e Laurence Grossberg (orgs.). *Sound and Vision. The Music Video Reader*, Londres e Nova York: Routledge, 1993., pp. 185-209.

<sup>83</sup> David R. Farber. *Chicago '68*, Chicago: The University of Chicago Press, 1994.

aquele “sistema” que enviava seus jovens para morrer e matar numa guerra suja e injusta contra um povo que lutava pela autodeterminação. Tal assertiva levava alguns deles a afirmar dramaticamente, como Jerry Rubin, controvertido líder juvenil, que: “Nós somos um país perigoso, uma terra neurótica possuidora de poder mortífero”. O Mobe (*National Mobilization to End the War in Vietnam*, Mobilização Nacional para o Fim da Guerra do Vietnã), consórcio de organizações pacifistas contrárias a Guerra do Vietnã, iria radicalizar cada vez mais seu discurso anti-guerra. Dizia em 1967: “Nós vivemos em uma sociedade que treina seus filhos para serem assassinos e que destina sua imensa fortuna para o negócio de suprir homens corajosos de Detroit ao Vietnã, contra um povo que luta pelo simples direito humano de controlar suas próprias vidas e destinos”. Em agosto de 1968, pouco antes da trágica Convenção Democrata em Chicago, o Mobe diria no seu jornal, com agressividade: “O governo dos Estados Unidos é uma instituição fora-da-lei sob o controle de criminosos de guerra”.<sup>85</sup>

Mais e mais os militantes estudantis e os *hippies* foram participando das manifestações contra a Guerra do Vietnã. Um dos ápices dos protestos seria a manifestação no Pentágono, em 1967. Muitos também organizaram nas universidades rituais para a queima dos seus certificados de alistamento, publicamente. Grande número de pessoas, para fugir da prisão por não terem atendido à convocação, exilaram-se no Canadá, Suécia e México. A greve estudantil de maio de 1970 foi causada sobretudo pela ampliação do conflito na Indochina. Os protestos contra a Guerra do Vietnã contribuíram bastante para que os Estados Unidos se retirasse do conflito em 1973. Não seria exagerado dizer que foi, ao lado das conquistas legais dos negros, a principal vitória dos movimentos sociais formados nos anos 1960 nos Estados Unidos. Ainda que o perdão oficial aos desertores da Guerra do Vietnã só tenha vindo em 1977, durante o governo Carter.<sup>86</sup>

Tão ou mais importantes que os protestos anti-guerra, foram os movimentos dos negros norte-americanos nos anos 1960. Continuariam a tradição de lutas seculares dos negros pelo reconhecimento dos seus direitos civis, tendo como precursor um movimento liderado pelo pastor batista Martin Luther King, no Alabama. Luther King comandou o boicote não

<sup>84</sup> Timothy Leary. *Flashbacks “Surfando no caos”: uma autobiografia*, São Paulo: Beca, 1999, p. 246.

<sup>85</sup> Cit. In. David R. Farber. *op. cit.*, p. 10, 58 e 114.

<sup>86</sup> Marco A Pamplona. *Revendendo o sonho americano: 1890-1972*, São Paulo: Atual, 1995, Coleção Discutindo a História.

violento da linha de ônibus a Montgomery, em 1955, onde os negros eram obrigados a ceder o lugar a passageiros brancos. O movimento foi vitorioso, com a Corte Suprema declarando inconstitucional a lei no Alabama que decretava a segregação racial nos ônibus.

O movimento de desobediência civil dos negros contra as leis discriminatórias recomeçariam em 1960, em parte espontaneamente, depois que quatro estudantes negros tentaram ser servidos em restaurantes reservados aos brancos na Carolina do Norte, iniciando uma reação em cadeia que mobilizou os estudantes das universidades para negros em todo o país. Os estudantes fizeram *sit-ins* e adentraram em locais segregados, nunca reagindo com violência, apesar de ameaçados e atacados pela polícia e civis.<sup>87</sup> Tentando organizar esta nova onda do protesto dos negros, surgiu ainda em 1960 o SNCC (*Student Nonviolent Coordinating Committee*, Comitê de Coordenação Estudantil Não-Violento). Em 1961, foi criado o CORE (*Congress of Racial Equality*, Congresso pela Igualdade Racial). Estas duas organizações, contando inicialmente com brancos ao lado dos negros, encorajavam a resistência não-violenta, organizavam protestos de desobediência civil e realizaram diversos programas de educação ao cidadão – como parte delas, militantes viajavam aos Estados do Sul, onde o racismo era mais forte, para conhecer suas realidades e ao mesmo tempo participarem de programas sociais (eram as *freedom rides*). Martin Luther King liderava a *Southern Christian Leadership Conference* (Conferência das Lideranças Cristãs do Sul), que organizou uma grande manifestação em Birmingham, Alabama, em abril de 1963, que terminou com brutal violência depois que o governador ordenou que a polícia atacasse o protesto pacífico usando cães de guarda e cassetetes – como tudo foi televisionado, as lutas dos negros passaram a tornar-se uma questão de grande comoção pública. A violência policial também crescia, apesar das manifestações serem pacíficas. Mesmo antigas entidades de defesa dos negros tentaram engajar-se na nova fase de lutas, mas igualmente sofreram violências, como Medgar Evers, líder da NAACP (*National Association for the Advancement of the Colored People*, Associação Nacional pelo Progresso do Povo de Cor), brutalmente assassinado no Mississippi em 1963. Em agosto de 1963, Martin Luther King liderou uma passeata com 250 mil pessoas em Washington, no Lincoln Memorial, quando fez o famoso discurso em que todos os parágrafos começavam com “*I have a dream...*” (“Eu tive um sonho...”): “Sonho com o dia em que, no Alabama profundo, onde vivem os racistas mais agressivos, onde saem da boca do governador palavras de ódio e destruição,

---

<sup>87</sup> Lewis S. Feuer. *op. cit.*

sonho com o dia em que, no Alabama, crianças brancas dando a mão a crianças negras marchem lado a lado como irmãos e irmãs. Tive hoje este sonho”.<sup>88</sup>

Em 1964 foi promovido o “Verão da Liberdade”, quando os militantes pelos direitos civis aumentaram as manifestações públicas no Mississippi para incentivar a população negra a exercer o direito de voto. No entanto, três líderes do movimento foram assassinados pela polícia local. Em março de 1965, depois de uma grande manifestação para o incentivo do voto, em Selma, Alabama, liderada por Martin Luther King, racistas extremistas assassinaram dois brancos da cidade que haviam participado da manifestação. Ainda no Mississippi, três militantes (dois deles universitários de Nova York) foram torturados e mortos a tiros em Meridian – seus assassinos, mesmo com identidade conhecida, ficaram impunes.

Contudo, os protestos alcançam muitos dos seus objetivos: ainda em 1965, o Presidente Lyndon Johnson faz aprovar a Lei dos Direitos Civis, garantindo proteção federal para o negro poder votar.

A segunda metade dos anos 1960 também veria o crescimento de outros movimentos de minorias étnicas, como os chicanos, os porto-riquenhos e os índios e até um esboço da integração de seus movimentos, em maio de 1968, na “Marcha do povo pobre em Washington”. Era um projeto de Martin Luther King, morto no mês anterior, que conseguiu com sucesso reunir “os deserdados da sociedade norte-americana, vítimas da discriminação no emprego, na habitação, na educação: negros, chicanos, proto-riquenhos, índios”.<sup>89</sup>

Apesar dos militantes negros que advogavam a mobilização não-violenta continuarem muito atuantes, como Martin Luther King, na segunda metade dos anos 1960 cresceu dentro do movimento dos negros uma tendência pró-violência. Vários motivos ajudam a explicar esta mudança: um sentimento da parcialidade das conquistas meramente legais, um crescente desejo de uma “nação negra” (em vez da integração racial), a repressão violenta por parte de autoridades e de brancos conservadores e a influência dos terceiros mundismos e socialismos heterodoxos, que defendiam o uso da violência e dos métodos revolucionários (influência que não deve ser absolutizada, inclusive porque o sentido contrário, a influência da luta violenta dos negros norte-americanos para legitimar estas ideologias, foi ainda mais forte).

Em 1965 o SNCC abandonou o pacifismo de Luther King e aderiu às idéias de Frantz Fanon e Malcom X (líder de facção de negros muçulmanos, assassinado neste mesmo ano),

---

<sup>88</sup> Daniel Cohn-Bendit. 1968. *A revolução que tanto amámos*, op. cit., p.47

<sup>89</sup> Daniel Aarão Reis Filho. “O ano mágico”, op. cit.

que defendiam a necessidade de se usar a violência contra o opressor. Em 1966, somou-se ao radicalismo do SNCC um crescente “nacionalismo negro”, quando foram expulsos da entidade todos os seus membros brancos (argumentando-se que estes deveriam organizar-se por si mesmo e lutar contra racismo dentro das comunidades brancas). Ao mesmo tempo, o SNCC adotava o ideal anti-guerra, participando de vários protestos contra a Guerra do Vietnã. Formaram instituições como cooperativas, uniões de crédito e partidos políticos independentes. Entre eles, destacou-se cada vez mais o Partido dos Panteras Negras, fundado em Oakland, Califórnia, em 1966. Os Panteras Negras falavam em autodeterminação do povo negro e defendiam a realização de um plebiscito em que os negros decidiriam se iriam continuar fazendo parte dos Estados Unidos ou se formariam uma nação independente no território norte-americano. Em 18 de fevereiro de 1968, o SNCC formalmente emergiu dentro dos Panteras Negras.

Stokely Carmichael, líder do SNCC, criador da expressão “Poder Negro”, declararia depois da morte de Martin Luther King: “A América Branca declarou guerra ao povo negro... hoje a solução final está chegando... e o povo negro está indo encontrar meios para sobreviver. O único meio para sobreviver é pegar algumas... [armas]”.<sup>90</sup> O item 6 da plataforma de 10 pontos do Partido dos Panteras Negras afirmava: “Nós protegeremos a nós mesmos diante da força e violência da polícia racista e dos militares racistas através dos meios necessários”.<sup>91</sup> Em março de 68, realizou-se uma Convenção para a fundação da “República da Nova África”, em Detroit. Cerca de 200 delegados negros assinaram uma declaração em que prometiam fazer todos os afro-americanos independentes e que iniciariam ações para organizar uma nação negra no que é hoje Carolina do Sul, Geórgia, Alabama, Mississippi e Louisiana. Os delegados também rejeitaram o reformismo de Luther King e o Movimento pelos Direitos Civis.<sup>92</sup>

Depois de também o CORE romper com os líderes negros que apoiavam os métodos não-violentos de Martin Luther King, o movimento negro entrou de vez numa espiral crescente de radicalização. Em 14 de março de 1968, Carmichael, propôs a formação de guerrilhas negras em um comício em Cleveland. Em 19 de agosto, Eldridge Cleaver era lançado como candidato a presidente dos Estados Unidos pelo Partido dos Panteras Negras. Brancos intelectuais e universitários em todo o mundo viam com admiração a radicalização dos Panteras Negras, como a revista *Les Temps Modernes*: “Contra o imperialismo norte-

<sup>90</sup> Em um jornal do movimento, em 5/04/1968, cit. In. David R. Farber. *op. cit.*, p. 234.

<sup>91</sup> Cit. In. David R. Farber. *op. cit.*, p. 234

americano, Che Guevara reivindicou que outros Vietnãs se criassem em diversos lugares do mundo. A partir de agora existe um no interior mesmo da América: o movimento *Black Power*.<sup>93</sup>

Ao mesmo tempo surgia entre os americanos-mexicanos (os chicanos) os *Brown Berets* (Boinas Morenas), organização similar a dos Panteras Negras. Outros grupos étnicos emigrados do Terceiro Mundo também começaram a se agitar neste período (porto-riquenhos, asiáticos-americanos, filipinos e outros). Logo seria retomado o movimento pela independência de Porto Rico, com ações conjuntas entre Panteras Negras e os *Young Lords* (formados por membros de gangs de rua porto-riquenhas). Em 1968 também foi fundado o AIM (*American Indian Movement*, Movimento dos Índios Americanos).<sup>94</sup>

O principal – e trágico – acontecimento de 1968 envolvendo as lutas étnicas nos Estados Unidos seria o assassinato de Martin Luther King, em Memphis, em 4 de abril. Rebeliões dos negros explodiram, durante uma semana, em 168 cidades do país, em geral com os negros saqueando lojas e colocando fogo nos quarteirões dos seus próprios bairros. O fogo chegaria a apenas seis quarteirões da Casa Branca, em Washington. Em Chicago, mais de vinte quarteirões do gueto de West Side ficaram em chamas, com 9 negros mortos nos choques com a polícia – o prefeito furioso ordenara que a polícia deveria matar qualquer incendiário.<sup>95</sup> Pela primeira vez, desde a Guerra Civil, tropas federais foram convocadas para proteger prédios federais e armamentos pesados foram expostos na frente do Capitólio e da Casa Branca. Guetos em revolta foram ocupados por forças combinadas da polícia, Exército e Guarda Nacional. Ao final das revoltas, haviam cerca de 46 mortos, 21 mil feridos e 20 mil presos – só na capital nacional, foram 7600 presos numa operação que usou 13500 soldados federais (em todo o país, no total, foram usados 50 mil soldados de tropas federais).

A reação conservadora foi rápida também na política. No mesmo dia em que 150 mil pessoas compareciam ao funeral de Luther King em Atlanta, o Congresso aprovou cortes nos fundos anti-pobreza e o *New York Times* publicou um editorial contra os “criminosos negros”.<sup>96</sup> O único ponto da plataforma do governador do Alabama, George Wallace, candidato a presidência do país em 1968, tornaria-se “*keeping the niggers down*”. Líderes dos Panteras Negras, como Carmichael, Huey Newton e Bobby Seale foram presos.<sup>97</sup> Sinistras formas de repressão

<sup>92</sup> George Katsiaficas. *op. cit.*

<sup>93</sup> *Les Temps Modernes*, Paris, n. 264, maio/junho de 1968, p. 2038.

<sup>94</sup> George Katsiaficas. *op. cit.*

<sup>95</sup> David R. Farber. *op. cit.*

<sup>96</sup> George Katsiaficas. *op. cit.*

<sup>97</sup> David R. Farber. *op. cit.*, p. 234.

contra os movimentos sociais eram orquestradas nos departamentos secretos de polícia e inteligência, principalmente contra os negros. Entre elas, a operação COINTELPRO, do FBI, que entrou em toda operação contra a Nova Esquerda nos EUA em 10 de maio de 1968, bem como a operação CHAOS, da CIA – ambas promoveram ataques aos escritórios dos Panteras Negras em todo o país, matando cerca de 28 membros do partido. Em 1969, Fred Hampton, líder do partido dos Panteras Negras em Chicago e fundador da Coalizão Arco-Íris, seria assassinado enquanto dormia sedado por droga administrada por um informante do FBI.<sup>98</sup>

Mais próximas ainda dos movimentos estudantis, estiveram as organizações da Nova Esquerda. Um interessante dado demonstra a irrupção de uma Nova Esquerda nos Estados Unidos no início dos anos 1960. No fim da década de 1950, os leitores de jornais esquerdistas eram um pequeno número, quase todos de meia-idade. Uma rele minoria deles eram jovens ou universitários. No início da década de 1960, houve um súbito despertar. Em 1962, contabilizavam-se, no mínimo, 29 novos periódicos políticos esquerdistas entre os estudantes.<sup>99</sup> Segundo Cantor, estes jovens radicais não vinham de más condições econômicas. Eram em sua maioria brancos, com boa formação escolar, vivendo nos subúrbios das classes médias, com pais, em geral, de opinião política de centro-esquerda. Contudo, a radicalização destes jovens não se deu em casa, mas sim no *campus* universitário. A Nova Esquerda “é um genuíno movimento juvenil, maioritariamente de brancos graduandos”.<sup>100</sup>

A Nova Esquerda que emergia dos meios estudantis era bastante heterogênea ideologicamente. Entretanto, nos Estados Unidos, pareceu assumir algumas posições típicas: não tinham fé na Revolução de Outubro, combinaram vários sistemas radicais com um vago utopismo, inclinavam-se mais ao intuitivo e ao emocional, tinham intensa subjetividade e preocupação com questões privadas, tinham certa repulsão à teoria, atração pelo misticismo e apelavam mais para a solidariedade geracional.<sup>101</sup> Os grupos das novas esquerdas norte-americanas testaram novas formas de “populismo”: tentaram relacionar-se diretamente com populações dos bairros pobres sem a mediação do movimento operário, colocaram a questão de organizar os pobres de raça branca, tentaram identificar-se com o “lupemproletariado”, participaram do protestos dos negros e dos projetos sociais do Movimento pelos Direitos Civis

<sup>98</sup> George Katsiaficas. *op. cit.*

<sup>99</sup> Lewis S. Feuer. *op. cit.*

<sup>100</sup> Milton Cantor. *The divided left. American radicalism, 1900-1975*, Nova York: Hill and Wang, Toronto: McGraw-Hill, American Century Series, 1978, p. 185.

etc. Em outros momentos, afastaram-se do populismo e pregaram até um elitismo estudantil mais puro. Na opinião de Tom Hayden, um líder do SDS, o “movimento” (denominação genérica para as organizações da Nova Esquerda estudantil) deveria buscar aliados para construir a revolução onde estes se apresentavam, e não onde a teoria, o “dogma”, dizia haver. O pragmatismo apresentado pelas novas esquerdas dos Estados Unidos, influência, aliás, das próprias tradições culturais norte-americanas, fizeram-nas abandonar logo a teoria das lutas de classe tão cara ao marxismo das velhas esquerdas. Um abandono consciente que não se viu na mesma medida em outras novas esquerdas do mundo.<sup>102</sup>

A Nova Esquerda norte-americana, na verdade, até por seu pragmatismo ideológico (que reforça ainda mais a relação experimental com a ideologia), foi uma das mais múltiplas e inclusivas dos anos 1960:

“A inclusividade da Nova Esquerda é uma de mais extraordinárias características dela. Ela poderia compreender anarquistas, estudantes anti-guerra, resistentes à convocação, dissidentes das Forças Armadas, intelectuais de inclinação radical, liberais, libertários, socialistas, jovens profissionais, católicos apóstatas, sindicalistas, discípulos de R. D. Laing, indivíduos em busca de personalismo, a primeira geração de mulheres liberadas, desertores da escola secundária, brilhantes estudantes graduados e um crescente número de nacionalistas negros. Poderia engajar o SDS, SNCC, grupos *ad hoc* como o *Free Speech Movement* (FSM) e o sucessor *Vietnam Day Committee* (VDC), o *Mississippi Freedom Democratic Party* (MFDP), bem como idealistas sociais de Vista e corporações pela paz. Poderia atrair nihilistas do *campus* da Universidade de Colúmbia, saídos de organizações religiosas anti-guerra ou radicais como a *National Mobilization*, *Vietnam Summer* (1967), o *Moratorium* (1969), *Clergymen Concerned*, e *Women's Strike for Peace*. Esta coalizão esquerdista-liberal era bem vinda em faculdades, escolas secundárias e colegiais, e em candidatos a doutorado. Alguns eram pouco sofisticados, incapazes de distinguir entre um maoísta e um liberal; outros eram vozes corrosivas agradáveis como Mills e Paul Goodman, escrevendo em *Studies on the Left*. Outros ainda, incluindo discípulos de Adlai Stevenson e Jovens Democratas, procuravam apenas a reforma do *campus*; enquanto outros rejeitam Stevenson, devido a sua defesa da Baía dos Porcos”.<sup>103</sup>

Em alguns momentos, o experimentalismo pragmático das Novas Esquerdas criou ações e discursos anti-teóricos e anti-intelectuais, como num relato durante a Conferência do

<sup>101</sup> *Ibid.*

<sup>102</sup> David R. Farber. *op. cit.*



SDS em dezembro de 1965: “Nós temos *slogans* que tomam o lugar do pensamento: ‘Há uma mudança acontecendo’ é o nosso substituto da teoria social... Para que precisamos das respostas dadas pela sociologia, psicologia, história?”<sup>104</sup> Em Berkeley, durante 1964, surgiu um grupo de ativistas que se denominaram “radicais não-ideológicos”, grupo que também fazia parte do SDS. Eles recusavam-se a adotar qualquer ideologia e a sistematizar sua visão político-social. No máximo, identificavam suas opiniões em meio a termos como direitos civis e Vietnã.<sup>105</sup>

Neste terreno relativamente livre para as novas ideologias, muitas experiências e propostas seriam feitas. Entre elas, os *yippies*, manifestações ampliadas contra a Guerra do Vietnã, radicalização e elogio da violência e até estratégias de crescimento da “velha esquerda” no interior da Nova Esquerda estudantil. Na verdade, grupos estudantis representando instituições da velha esquerda norte-americana, como o Partido Comunista e o *Progressive Labor* (Trabalhismo Progressista), tiveram atuação importante no interior mesmo das novas esquerdas. O *Du Bois Club*, organização dos estudantes filiados ao Partido Comunista, mesmo recusando a liberalidade sexual, o misticismo e o uso de drogas (melhor aceitos pelas novas esquerdas), aceitaram a diretiva dos comunistas que recomendava unir-se sempre que possível às lutas das novas esquerdas. Mais importantes foram os estudantes filiados ao *Progressive Labor*, jovens que aceitavam a teoria da luta de classes marxista, filiavam-se às lutas por demandas imediatas das classes trabalhadoras mas criticavam os comunistas como “revisionistas”. Bem vestidos, opostos aos comportamentos libertários e críticos da contracultura, acabariam controlando a direção nacional e parte do SDS em 1969, quando já haviam se aproximado bastante do maoísmo dogmático. Outros dois grupos marxistas, pequenos e pouco influentes, foram o *Young People's Socialist League* (de comunistas independentes) e a YSA (*Young Socialist Alliance*), filiada ao trotskista SWP (*Socialists Workers Party*).<sup>106</sup>

O mais influente grupo da Nova Esquerda dos Estados Unidos foi o SDS (*Students for a Democratic Society*, Estudantes por uma Sociedade Democrática). O SDS viveria todas as fases de ascensão e decadência dos movimentos estudantis dos anos 1960, mas seria incapaz de acompanhar a greve estudantil de 1970. Ele viveria todas as intensas experimentações ideológicas, comportamentais e práticas das novas esquerdas durante os anos 1960, mas,

<sup>103</sup> Milton Cantor. *op. cit.*, p.193.

<sup>104</sup> *Cit in.* Milton Cantor. *op. cit.*, p. 196.

<sup>105</sup> Hal Draper. *Berkeley: The new student revolt*, New York: Grove/ Black Cat, 1965.

<sup>106</sup> Milton Cantor. *op. cit.*

depois de advogar cada vez mais o recurso à violência, viu-se controlado pelos jovens ortodoxos do *Progressive Labor*.

O SDS foi uma renomeação do SLID (*Student League for Industrial Democracy*, Liga Estudantil por uma Democracia Industrial) que, por sua vez, descendia da ISS (*Intercollegiate Socialist Society*, Sociedade Socialista Intercolegial), organizadas pela LID (*League for Industrial Democracy*, Liga por uma Democracia Industrial), de tendência social-democrata. Em 1962, o SDS era apenas um dos “grupúsculos” da Nova Esquerda em ascensão e, apenas em 1965, depois de organizar a primeira passeata importante contra a Guerra do Vietnã, tornou-se destacada.

Mas já em 1962, o SDS começava a romper com o LID, que censurou seu manifesto de “Port Huron”. A principal desavença ficou por conta da rejeição do SDS ao anti-comunismo incondicional do LID. Mas apenas em 1965 o SDS oficialmente se desligaria da LID.<sup>107</sup> O Manifesto de Port Harum é considerado por alguns como um verdadeiro documento da “fundação” da Nova Esquerda norte-americana. Um dos principais redatores deste documento foi Tom Hayden, recém-formado jornalista. Muito influenciado por C. Wright Mills, critica fortemente a sociedade norte-americana, mas não se dirige nem à classe operária, nem aos pobres, mas sim aos estudantes universitários, brancos e de classe média. Não trata da pobreza em si ou da exploração econômica, mas sim da apatia social: “A América repousa em um impasse nacional, com seus objetivos ambíguos... e seu sistema democrático apático... A América está sem comunidade”. O manifesto fala também de racismo, Guerra Fria, grandes negócios e sindicatos. Sempre sugere respostas. Algumas eram simples reformismo, como a expansão do sistema de bem estar social. Outras nem tanto, como a proposta de refundação da prática democrática:

“Nós buscamos o estabelecimento de uma democracia de participação individual, governada por dois objetivos: que a participação individual naquelas decisões sociais determine a qualidade e direção de sua vida; que a sociedade seja organizada para encorajar a independência nos homens (e proporcionar a participação comunitária na mídia). Numa democracia participativa, a vida política deveria se basear em alguns princípios chave: que o processo de tomada de decisões que terão conseqüências sociais seja coletivo e público; que a política seja vista positivamente, como a arte de criar coletivamente um padrão aceitável de relações sociais; que a política tenha a função de tirar as pessoas do isolamento e levá-las a

viver em comunidade”.<sup>108</sup>

Essencialmente, o documento fundava uma concepção de democracia participativa e/ou direta que seria essencial para a Nova Esquerda nos anos 1960, não apenas nos Estados Unidos. Além disto, era idealista, pregava um forte senso de responsabilidade moral, valores anti-burocráticos, anti-elitistas, românticos, comunitaristas e pacifistas. Em 1968, o SDS era sem dúvida o maior e mais organizado movimento da Nova Esquerda estudantil, com cerca de 50 mil membros ativos em 350 seções, estando presente em todos os principais *campi* do país.<sup>109</sup>

Apesar do sucesso de suas manifestações contra a guerra e sua participação ativa nos movimentos estudantis, o SDS tornaria-se cada vez mais fracionado. Em seu interior abrigava um amplo leque de atitudes e grupos, que ia do esquerdismo ortodoxo aos “radicais não-ideológicos”, incluindo até mesmo grupelhos propensos à guerrilha. Recebeu múltiplas influências que o fizeram aproximar da defesa da violência, como o foquismo, o mito de Che Guevara e Frantz Fanon. Ao mesmo tempo, o *Progressive Labor* infiltrara-se cada vez mais no SDS e procurava impor o maoísmo estrito, cabelos curtos, mentalidade anti-droga e a proposta da revolução proletária. Na mesma medida, o SDS oscilava na eleição do grupo revolucionário predominante: massa estudantil, movimento negro, pobres, operários, povos do Terceiro Mundo ou indecisas combinações entre todos eles. Com o passar do tempo, cada grupelho no interior da entidade identificaria seu próprio setor revolucionário, cada qual tentando constituir a partir de si mesmo uma esquerda mais organizada. Em junho de 1968, o SDS pareceu desintegrar-se, quando os Panteras Negras impuseram como condição, para formar uma coalizão com o SDS, que os militantes do *Progressive Labor* fossem expulsos. No entanto, em 1969, era justamente o *Progressive Labor* quem detinha a maioria dos delegados na Convenção Nacional do SDS. O *Progressive Labor* era exatamente o “partido” estudantil que condenava a contracultura juvenil e a tese do “poder estudantil”, que considerava os movimentos nacionalistas, do Terceiro Mundo, das feministas e dos negros como “racionários”... Acabaram-se formando mesmo dois SDS – aquele controlado pelo *Progressive Labor* e aquele controlado pelo *Revolutionary Youth Movement* (Movimento Revolucionário Juvenil, defendendo a integração entre as diversas lutas sociais e a dos estudantes).<sup>110</sup> A guerra entre as facções do

<sup>107</sup> *Ibid.*

<sup>108</sup> *Cit in.* David R. Farber. *op. cit.*, p. 76, 77.

<sup>109</sup> *Ibid.*

<sup>110</sup> Milton Cantor. *op. cit.*

SDS faria com que uma greve estudantil convocada ainda em 1969, pelo próprio SDS, fracassasse e a própria entidade perdesse toda a sua força.<sup>111</sup>

Os movimentos estudantis nos Estados Unidos tiveram alguns momentos que podem ser destacados: as revoltas em Berkeley (em 1964, 1965 e 1969, principalmente), a Marcha sobre o Pentágono em 1967 (que não foi apenas uma manifestação estudantil), a ocupação da Universidade de Columbia em 1968, os conflitos durante a Convenção Democrata em Chicago, em 1968 (outra manifestação com bases amplas), e a greve geral estudantil em maio de 1970.

No *campus* de Berkeley, unidade que era também a sede da administração da Universidade da Califórnia, os estudantes organizaram em 1964 um movimento em prol da liberdade de expressão no *campus*, movimento que conjugou com esta demanda específica, demandas em prol de reformas no ensino, fortes relações com o Movimentos pelos Direitos Cívicos e protestos contra a Guerra do Vietnã.

No final de 1963, a administração de Berkeley proibiu que os comunistas fizessem discursos no *campus*. Em setembro de 1964, a proibição seria estendida a quaisquer outras correntes esquerdistas e mesmo a ativistas dos movimentos anti-guerra e pelos direitos civis — com quem os estudantes tinham certa relação, desde quando participaram de atos de desobediência civil do CORE em lanchonetes e supermercados em São Francisco em 1963. De cara podemos perceber a semelhança entre o início desta revolta em Berkeley com a de Berlim Ocidental: a combinação do protesto contra a limitação da liberdade política dentro da universidade com questões de caráter nacional e internacional.

Em setembro de 1964, os diversos grupos ou clubes políticos estudantis em Berkeley se uniram em prol da liberdade da palavra, cuja proibição afetava, na verdade, todos eles, fossem de direita ou esquerda, cristãos ou liberais, comunistas ortodoxos ou heterodoxos, novos ou velhos esquerdistas. Eram: Juventude Universitária Democrata, Juventude Universitária Republicana, CORE, *California Students for Goldwater*, União pelas Liberdades Cívicas no *Campus*, Aliança dos Jovens Socialistas, Clube Socialista Independente, *WEB Du Bois Club*, Clube dos Jovens Democratas de Berkeley, SDS, Amigos do SNCC, *Women for Peace* etc. Vários membros destes grupos ajudaram a criar, em outubro de 1964, o *Free Speech Movement* (FSM, Movimento pela Livre Palavra). O FSM exibiria um forte ativismo, não tinha um líder formal e

---

<sup>111</sup> George Katsiaficas. *op. cit.*

agia de modo descentralizado em unidades de trabalho (com “centrais” de Imprensa, de Informação, de Correspondência, de Arquivos e até uma “Central Central”). Entre setembro e dezembro de 1964, o FSM participaria de uma verdadeira “guerra entre estudantes e administração do *campus*”.<sup>112</sup>

O FSM reunia também os não-estudantes que viviam em torno de Berkeley, outra categoria muito importante nos movimentos estudantis norte-americanos. Os não-estudantes viviam aos milhares perto de Berkeley, criando uma espécie de bairro “livre” onde a contracultura também iria prosperar, com casas de música e livrarias e uma interessante proximidade com o *campus*, onde podiam participar de conferências, *shows* musicais, peças de teatro etc. Segundo Feuer, que desprezava os rebeldes estudantis e odiava profundamente os não-estudantes, os segundos formavam uma “comunidade oculta” que foi essencial para o sucesso da revolta em Berkeley.<sup>113</sup>

Logo em setembro, manifestantes invadiram uma assembléia universitária com cartazes de protesto. Também invadiram o edifício da administração. Em 29 de setembro, quase houve um conflito entre militantes estudantis e a polícia. Depois de várias negociações, a administração fez uma nova proposta que não satisfez os estudantes. Em 20 de novembro, milhares de estudantes se concentraram na praça do *campus* para ouvir Joan Baez, importante cantora *folk* (a música de protesto norte-americana) e marcharam cantando “*We shall overcome*” (“Venceremos”) em direção ao prédio onde estavam reunidos os regentes da universidade que, pressionados, decidiram em favor do desejo dos manifestantes.

No início de dezembro, recomeçou a revolta, quando quatro líderes estudantis foram intimados a comparecer ao Comitê Professoral de Assuntos Estudantis para responder uma acusação de atos de violência cometidos no início de outubro (entre eles Mario Savio, que teria mordido um policial). Em 1 de dezembro, os estudantes ocuparam o Sproul Hall, onde fundaram simbolicamente a “Universidade Livre da Califórnia”, anunciando para breve cursos de música dados por Joan Baez e outros temas exóticos, como a “Natureza de Deus e Espiral Logarítmica”, além de espanhol, artes e ofícios e preparação de manifestações. Cantando “*We shall overcome*” e com Joan Baez à frente novamente, os estudantes ocuparam a administração de Berkeley.

<sup>112</sup> Hal Draper. *op. cit.*, p. 13.

<sup>113</sup> Lewis S. Feuer. *op. cit.*

Por ordem do governador, à noite a polícia começou a desalojar os 814 manifestantes, numa operação que durou 12 horas – apesar de não terem havido maiores violências, o incidente provocou um forte efeito na opinião pública. Em 3 de dezembro os estudantes declararam greve e armaram piquetes em frente aos edifícios que mantinham as aulas. Em 7 de dezembro, o presidente da Universidade, Clark Kerr, debateu com 18 mil estudantes no Teatro Grego, prometendo acatar as demandas dos estudantes, sancionadas no dia seguinte pelo Senado acadêmico.

Em 1965 seria formado o Comitê do Dia do Vietnã em Berkeley, quando universitários, aí e em todos os Estados Unidos, ingressavam na campanha contra a Guerra do Vietnã. O Comitê formou-se depois da organização de um “Vietnã *teach-in*”, colóquio sobre a guerra, evento que se aproveitava das liberdades políticas no *campus* conquistadas no ano anterior. O Comitê do Dia do Vietnã era bastante radical, entrando em confronto com as tropas dos trens que transportavam soldados recrutados para a Guerra do Vietnã. Outras atitudes pouco simpáticas chamam a atenção da mídia, como um frasco de sangue atirado por Jerry Rubin (futuro líder *yippie*) no carro do General Maxwell Taylor (principal consultor militar do presidente Johnson).

O auge dos protestos juvenis contra a Guerra do Vietnã se daria em 21 e 22 de outubro de 1967, quando a Mobe promoveu assembléias no Lincoln Memorial e uma famosa passeata até o Pentágono, em Washington, capital dos Estados Unidos. O Mobe encenava sua primeira tentativa de uma estratégia “multitática”, acatando a participação de todos os estilos de protesto. 100 mil pessoas ouviram no Lincoln Memorial oradores anti-guerra mais velhos e moderados (como o Dr. Benjamin Spock, médico infantil mundialmente famoso) e fizeram um minuto de silêncio em memória de Che Guevara. No final do comício, no dia 21, vários grupos moderados se dispersaram, mas uma grande multidão marchou em direção ao Pentágono. Chegando ao “quartel general” das Forças Armadas norte-americanas, alguns estudantes do SDS e o “Contingente Revolucionário” (uma copla de minúsculas organizações) avançaram e ficaram face a face com as tropas alinhadas com baionetas. Muitos outros manifestantes foram juntar-se a eles, alguns colocando flores no cano das armas dos soldados, outros tentando dialogar com as tropas. Alguns manifestantes que tentaram escalar o muro do Pentágono, furando o bloqueio dos soldados, foram presos por policiais federais (às vezes com uso de violência). Um contingente *hippie* procurou fazer uma corrente espiritual com o objetivo de

1967 10 21

LIBRARY OF CONGRESS

levitar o Pentágono e exorcizar os maus espíritos. Muitos se mantiveram em frente ao Pentágono mas, durante a noite, os policiais federais atacaram com gás lacrimogêneo para dispersá-los. Mesmo assim, outras milhares de pessoas retornaram no dia seguinte ao Pentágono. No total, mais de 800 foram presas. Era a primeira vez que uma expressiva manifestação contra a guerra confrontava diretamente com os seus algozes.<sup>114</sup>

Os anos entre 1967 e 1970 foram muito importantes para os protestos anti-guerra e os movimentos estudantis nos Estados Unidos. Houveram, segundo estimativas conservadoras, 136 confrontações em *campi* no ano letivo de 1967-68, 272 em 1968-69, 388 entre setembro de 1969 e abril de 1970 e 508 apenas no mês de maio de 1970. O FBI listou um total de 1785 manifestações estudantis no ano letivo de 1969-70, incluindo ocupação de 313 prédios.<sup>115</sup>

No final de abril de 1968, houveram manifestações contra a Guerra do Vietnã, em consequência do impacto da Ofensiva do Tet, em cerca de dezessete cidades, destacando-se uma passeata com 100 mil pessoas em Nova York e uma assembléia com 20 mil presentes em São Francisco no dia 27. Mais de mil universidades e *high schools* participam da greve estudantil nacional de 26 de abril, com cerca de 1 milhão de estudantes não indo às aulas. Em Chicago, um ato organizado pelo Conselho pela Paz de Chicago teve que entrar na justiça para conseguir o direito de fazer uma passeata no dia 27 – mas a polícia, com cerca de 500 homens, obrigava a passeata de 6 a 8 mil participantes a parar nas esquinas para não atrapalhar o trânsito até que, por um motivo banal, atacou os manifestantes, dispersou a passeata e mesmo assim continuou espancando os manifestantes que fugiam. Em Nova York, no dia 24, cerca de 60 mil manifestantes protestaram no Central Park, em Nova York, pelo fim da Guerra do Vietnã. Uma foto deste evento mostra vários jovens nus, observados pela multidão (todos homens): um deles, ao centro, segura mastro com a bandeira dos EUA virada ao contrário.<sup>116</sup> Os valores e os símbolos do patriotismo norte-americano estavam sendo profanados pela irreverência de jovens que também desejavam exibir publicamente seus corpos.

Em Cornell, Boston, Ohio, Berkeley e Columbia, os estudantes também ocuparam as universidades em abril. Destacou-se a ocupação da Universidade de Columbia, em Nova York, chegando a fazer Tom Hayden, militante do SDS e líder do Mobe, afirmar o desejo de criar “duas, três, muitas Columbias” (plagiando Che Guevara). Estado, movimentos dos negros, movimentos anti-guerra e, agora, o movimento estudantil observavam cada vez mais os seus

---

<sup>114</sup> David R. Farber. *op. cit.*

<sup>115</sup> George Katsiaficas. *op. cit.*

líderes evocando a retórica da violência. Também, antes do Maio de 68 francês, muitas táticas estudantis que ficariam famosas por causa de Paris já eram pensadas e praticadas nos Estados Unidos:

“Columbia abriu um novo estágio tático no movimento de resistência, da ocupação noturna de prédios para a ocupação permanente, dos *mill-ins* (ocupação de fábricas) à criação de comitês revolucionários, da desobediência civil simbólica para a resistência pela barricada... No futuro, é concebível que os estudantes usem como a ameaça a destruição de prédios como um último dissuasivo ao ataque policial”.<sup>117</sup>

Em 23 de abril, os estudantes ocuparam cinco edifícios da Universidade de Columbia. O reitor foi mantido por algum tempo como refém junto com os invasores, que firmaram sede nos escritórios do presidente da universidade. Protestavam contra os vínculos mantidos entre a universidade e uma instituição militar, o Instituto para Análise da Defesa. Também havia uma questão racial envolvida. Construía-se um ginásio em Morningside Park em que os moradores da comunidade negra do Harlem, vizinha do ginásio, foram relegados a espaços marginais, reservando-se melhores espaços para os alunos da universidade. O movimento estudantil aderiu às reclamações de jovens extremistas da comunidade negra e opôs-se à prática de segregação. Assim, os estudantes procuravam integrar questões específicas e questões globais: colaboração da universidade com uma entidade militar e Guerra do Vietnã, segregação racial num ginásio da vizinhança e a questão negra nos Estados Unidos. Do mesmo modo, as táticas guerrilheiras afamadas cada vez mais pelas esquerdas revolucionárias, pelos terceiro mundismos e pelo movimento *Black Power* pareciam estar sendo aplicadas na ocupação militarizada dos prédios da universidade, em grande parte informada por um cada vez mais radicalizado SDS.

Num dos prédios ocupados, colocou-se um cartaz: “Zona liberada – atreva-se e junte-se a nós”.<sup>118</sup> Também haviam cartazes com retratos de Che Guevara e Mao Zedong. Jocosamente, um repórter descreveu carícias trocadas por casais de namorados num dos prédios ocupados e, para ele, a “rebelião tinha o aspecto de um bar universitários às 2 da manhã”.<sup>119</sup> Assim como nas faculdades ocupadas em São Paulo, na Sorbonne e até no mundo socialista, havia um clima de festa apesar da tensão diante de uma possível invasão policial. Na

<sup>116</sup> *Folha de S. Paulo*, 10/5/1998, p. 5.7.

<sup>117</sup> Tom Hayden *cit. in.* David R. Farber. *op. cit.*, p. 97.

<sup>118</sup> Lewis S. Feuer. *op. cit.*, p. 376.

<sup>119</sup> *Cit. in. Ibid.*, p. 37.



noite de 30 de abril, depois de uma semana de ocupação, mil policiais invadiram a universidade a pedido das autoridades acadêmicas. Num dos prédios, houve confronto com grande violência, 109 feridos (17 deles policiais) e 20 pessoas presas. No dia seguinte, os estudantes convocaram uma greve. Logo, tanques do Departamento de Polícia de Nova Iorque cercaram o *campus* e os estudantes responderam agressivamente. Ao final do confronto, que durou algumas horas, 150 pessoas estavam seriamente feridas e 700 foram presas. O “espetáculo” de violência havia sido transmitido pela televisão. Em solidariedade e sob inspiração de Columbia, na Universidade de Ohio, dias depois, os estudantes repetiriam a estratégia de ocupação e conservaram quatro membros da direção universitária como reféns. Estava lançado oficialmente a tática da ocupação das unidades estudantis, amplamente repetida nos meses seguintes mundo afora.

A Convenção Democrata em Chicago, em agosto de 1968, que iria decidir o próximo candidato do partido às eleições presidenciais, parecia a ocasião ideal para os militantes dos movimentos estudantis e juvenis, como o Mobe e os *yippies*, de fazer com que os movimentos sociais em ebulição interferissem diretamente nos rumos da política norte-americana, tentando atrapalhar os planos de reeleição de Lyndon Johnson (que insistia em manter os Estados Unidos no conflito do Vietnã). Também o SDS aumentava seu desejo de interferir, inclusive com ações de massa violentas, mas não declarou apoio à manifestação programada pelo Mobe e *yippies* durante a Convenção em Chicago (mesmo assim, vários dos seus militantes tomariam parte nos acontecimentos). Apesar de Lyndon Johnson ter retirado sua candidatura, de haverem dois candidatos pró-pacifistas (Eugene McCarthy e Robert Kennedy) e das sérias ameaças de repressão em Chicago, os organizadores não desistiram do evento. Timothy Leary que havia tentado fazer os organizadores do protesto desistirem dele, afirmaria anos depois que “todo mundo estava tomado pela fascinação mórbida de produzir uma catástrofe”.<sup>120</sup> Outros acontecimentos durante o ano de 1968 reforçariam a disposição dos organizadores dos protestos: assassinatos de Martin Luther King e Robert Kennedy (em 5 de junho) e crescente apoio à indicação de Hubert Humphrey (favorável à continuação da guerra) à candidatura democrata.

Mobe e *yippies* sabiam que estavam entrando em perigosa rota de confrontação. Havia perdido todos os recursos na justiça e os protestos aconteceriam sem permissão legal. Logo

começaram os problemas: em 22 de agosto, perto do Lincoln Park, policiais mataram um jovem que sacara uma arma e tentara atirar contra os policiais. Um pequeno ato se deu durante o funeral do jovem. Em seguida, os *yippies* ocuparam o Lincoln Park e estabeleceram um “centro de comunicações” que distribuía panfletos mimeografados. No Parque, alguns *yippies* promoveram uma “convenção presidencial” que lançou a candidatura de um porco, Pegasus, para a presidência, caminhando com ele até a praça do Centro Cívico e sendo presos pela polícia. A polícia, aliás, montara um posto de comando bem perto do centro de comunicação *yippie*. Também estavam já mobilizados 5600 guardas nacionais, que haviam realizado exercícios publicamente dias antes, que aguardavam armados com rifles M-1, carabinas, gás lacrimogêneo, máscaras de gás e 25 jipes protegidos frontalmente. Algumas centenas de agentes do FBI também estavam presentes, além de inúmeros agentes secretos militares.

Nos dias anteriores à Convenção, 25 e 26 de agosto, no Lincoln Park, aconteceram diversas escaramuças e conflitos entre *yippies* e policiais: uma sessão de treinamento dos seguranças do protesto em frente à polícia, com caratê, dança da cobra e táticas de proteção da multidão; organizadores do SDS levaram várias centenas de pessoas através das ruas da Cidade Velha, parando o trânsito por alguns minutos, cantando “Paz Agora!” e berrando “Parem a Convenção Democrata”; realização do festival *yippie* com alguns milhares de pessoas, comida grátis, balões nas árvores, uso de drogas e o famoso (e breve) *show* do grupo de rock MC-5, que iniciou sua primeira canção cantando agressivamente “*Kick out the Jams, Motherfuckers*” no chão (já que não fora permitido pelas autoridades municipais o uso de um caminhão como palco); a multidão, nervosa diante da intransigência dos policiais, que não liberaram a entrada do caminhão, cercou os policiais e gritou obscenidades: “*Pigs eat shit!... Get the fuck out of town... go back, where you came from, fags... Pragat Praga!*”; à noite, depois de novos conflitos, a polícia atacou e espancou todos os que pôde, deixando inúmeros feridos e fazendo muitos presos.

Na manhã do dia 27, o Mobe tentou organizar uma passeata, que juntou milhares de jovens cabeludos, *yippies*, membros do SDS e apoiadores de McCarthy, com muitos repórteres, policiais e simples espectadores vendo a multidão caminhar em direção ao posto policial no Lincoln Park rogando pela libertação de alguns dos líderes presos na noite anterior. A marcha desviou-se para próximo do Conrad Hilton Hotel, onde hospedavam-se vários delegados da Convenção, enquanto um grupo escalou a estátua de John Logan, general herói da Guerra

---

<sup>120</sup> Timothy Leary. *op. cit.*, p. 356.

Civil. A polícia avançou e rapidamente evacuou o local, distribuindo alguns golpes de cassetete e quebrando o braço de um adolescente que não queria sair da estátua.

Na noite e madrugada do dia 27, novas brutalidades policiais aconteceram no Lincoln Park: menina e mulheres molestadas sexualmente por cassetetes dos policiais, ofensas, humilhações, casal atirado na lagoa, pastor com crânio fraturado por golpe, ataques a repórteres e fotógrafos que registravam a violência, prisão de um jornalista negro, pelo menos 80 pessoas com sérios ferimentos na cabeça e cerca de 70 presos. Após o final do combate, um grupo de uma dúzia de policiais passaram a atirar, quebrar janelas e quebrar automóveis (muitos com adesivos pró McCarthy) no bairro próximo ao parque.

No dia seguinte, vários órgãos da imprensa e mídia protestaram contra a brutalidade policial e o tratamento dado aos jornalistas. Pequenos grupos durante o dia realizaram diversas ações, como um piquete no consulado da Polônia (em protesto contra invasão da Checoslováquia) e uma passeata pacifista com o título “Caminhada e Vigília de Luto”, com 200 *quakers* e outros. À noite, 2 ou 3 mil pessoas reuniram-se no Lincoln Park e ouviram Bobby Sale, presidente dos Panteras Negras, dar uma mensagem simples e direta: a estrutura de poder usa a força para se manter a si e o racismo; para acabar com isto deve-se também usar a força. Novas ações durante à noite: centenas de jovens tentaram agitar trabalhadores negros no terminal de ônibus; outros fizeram passeatas e uma festa de “anti-aniversário” para o presidente Johnson. No Coliseu reuniram-se cerca de 4 mil manifestantes, inclusive vários jovens trabalhadores pró-McCarthy, num ambiente “carnavalesco” com grupos musicais locais tocando e falando contra Johnson, o racismo e a guerra; a turba respondia gritando “*Fuck LBJ*” e “*Hell no, we won't go*”. No Lincoln Park, a polícia novamente avançou para impor o toque de recolher contra os cerca de 2 mil manifestantes que se mantinham lá, usando granadas de gás e cassetetes, respondidas com pedras e garrafas – ao final, cerca de 100 presos e 60 feridos (sendo 7 policiais).

No dia 29, quatro mil manifestantes reuniram-se ao meio-dia em frente ao Conrad Hilton, filmados por várias câmaras de televisão. Nesta multidão, entretanto, predominavam em número os voluntários de McCarthy, e haviam mesmo muitos delegados pró-McCarthy e Kennedy – o que levou a um intelectual esquerdista afirmar que estavam desaparecendo as diferenças entre o movimento e os liberais democratas. Por muitas horas, pelos alto-falantes falaram com os manifestantes vários oradores, ora defendendo a ação violenta, ora defendendo a reforma no interior do sistema. Centenas de policiais protegiam o hotel e estavam preparados

para confrontação. Logo chegaram reforços de 600 policiais da Guarda Nacional e um caminhão com soldados do Exército com baionetas nas armas e máscaras de gás. A Guarda postou-se a frente da polícia e, em linha, com as baionetas, obrigaram os manifestantes a recuar para outro lado da Avenida Michigan. O general responsável pela operação não conseguiu falar com a multidão, que gritava “pigs” e “motherfuckers” e cantava “Sieg Heil, Sieg Heil”, enquanto os alto-falantes tocavam uma canção de Peter, Paul and Mary. Mesmo assim, o general não ordenou um novo ataque e permitiu que a multidão se mantivesse no Grand Parque.

Às três da tarde, entre 10 a 15 mil pessoas se reuniram no Grand Parque. A multidão continha muitos dos membros dos grupos mais moderados do movimento anti-guerra, que tinham chegado à Chicago apenas para a manifestação deste dia. Também estavam presentes um grande número apoiadores de McCarthy. Vários dos que haviam participado dos conflitos anteriores vieram armados de pedras, pedaços de concreto, sacos com urina ou outros líquidos cáusticos, mas apenas alguns poucos trouxeram bandeiras vermelhas ou do Vietcong. Alguns dos discursos foram muito violentos, como o de Jerry Rubin, conclamando e esperando novos conflitos noturnos com a polícia. Às 15h30min, um adolescente escalou o mastro e começou a arriar a bandeira norte-americana. Por causa disto, a polícia entrou no meio da multidão e prendeu e espancou o garoto, enquanto os oficiais eram atacados com pedras, comida, sacos de urina etc. Enquanto isto, um grupo de jovens retirou a bandeira e colocou no seu lugar uma camisa vermelha. Novamente, os policiais entraram no meio da multidão. Enquanto o sistema de som pedia calma, seguranças dos manifestantes se postaram entre o mastro e a polícia, mas a polícia rompeu a linha de segurança, espancou o líder Rennie Davis e atacou dezenas de manifestantes com seus cassetetes, simplesmente por estarem perto do mastro. A polícia retraiu-se e foi atacada de novo com pedras, comida e outros objetos. Líderes digladiavam-se pelo controle da multidão, incitando o ataque ou pedindo calma. Os discursos que se seguiram foram violentos e vingativos:

“Nós já vimos isto em Saigon, nós já vimos isto na Bolívia, no Peru, na África do Sul, nós precisamos não mais ter ilusões agora. Há uma luta acontecendo... Nós entendemos que nada menos que uma luta pode garantir nossa sobrevivência”.<sup>121</sup>

“A cidade e a máquina militar está decidida a não nos deixar protestar.... Portanto nós devemos nos mover para fora do parque em grupos através da cidade e jogar contra ela própria

esta excitada e superaquecida máquina militar. Deixemos claro que se o sangue irá correr ele deve correr por toda a cidade. Se o gás está sendo usado, deixe o gás atingir toda a Chicago e não apenas aquelas áreas ao redor do parque. Se a polícia está correndo selvagemmente, deixemos ela correr selvagemmente por toda a cidade e não apenas contra nós. Se nós vamos ser interrompidos e violados, deixe toda a fedorenta cidade ser interrompida e violada... Não caiam na cilada de uma grande e organizada marcha que pode ser cercada. Comece a encontrar sua própria forma fora daqui. Eu verei vocês nas ruas”.<sup>122</sup>

Apesar de outros discursos pedirem a moderação, de repente a Guarda Nacional adentrou o local da manifestação, armada de rifles, granadas, gás, baionetas e 30 armas de alto calibre. A polícia se espalhou pelos quarteirões. Logo, os cerca de 6 mil manifestantes se viram cercados por todos os lados. Em seguida, a polícia avançou contra eles, fracassando breves negociações para a retirada pacífica. A polícia, depois de anunciar que os manifestantes estavam em situação de prisão, fez a mesma ameaça aos repórteres que registravam o evento. Finalmente, a polícia avançou e a multidão começou a dispersar-se. Em seguida, reinou a confusão. Centenas e milhares de pessoas corriam em direção a ponte Balbo, quase todas querendo simplesmente abandonar o lugar, mas encontraram alguns guardas nacionais, armados pesadamente, e uma linha de policiais, que não sabiam o que estava acontecendo: eles usaram baionetas para parar a multidão, além de jogarem fortes doses de gás contra eles. Um carro com uma senhora, que queria socorrer dois manifestantes atingidos pelo gás, tentou passar lentamente pela linha da guarda, mas, sob foco da TV, os guardas furaram os pneus do carro e atiram uma granada de gás dentro dele. Várias multidões desesperadas tomaram outras rotas de fuga, muitos deles vomitando, cegos temporariamente ou em agonia.

Às 19h30min, cerca de 7 mil pessoas procuravam reunir-se em massa em frente ao Hilton Hotel e ficar ao alcance das câmaras de TV, cantando “*Dump the Hump*”, “*Fuck the Pigs*”, “*Fuck you LBJ*”, “*Hell no, we won't go*”, “*Peace now*” e “*Ho Ho Ho Chi Mihn*”. Alguns atiraram objetos nos oficiais. Foi dada a ordem de evacuar as ruas. Por alguns instantes muitos manifestantes começam a retirar-se pacificamente, mas alguns policiais perderam o controle e, em alguns minutos, centenas de pessoas – muitos apenas espectadores ou manifestantes pacifistas – logo estavam feridas e ensangüentadas. Os policiais haviam saído do controle dos seus próprios chefes e alguns policiais também se viram cercados por manifestantes e feridos

<sup>121</sup> Carl Oglesby (ex-presidente do SDS) *cit. in.* David R. Farber. *op. cit.*, p. 196.

<sup>122</sup> *cit. in. ibid.*, p. 196-7.

com objetos atirados. Cada policial atacado enfurecia ainda mais os seus colegas. Tudo era filmado pelas câmaras de televisão, inclusive o ataque a pessoas que assistiam o conflito fora da linha da confusão, até mesmo os repórteres. A repressão chegou a invadir a Convenção Democrata, com alguns jornalistas arrancados à força dela. As lutas continuaram ainda durante algumas horas nas ruas do Loop, graças a grupos de manifestantes que caminhavam enraivecidos, parando o trânsito, jogando pedras e garrafas e às vezes atacando policiais. Foi necessário a presença da Guarda Nacional e só em torno da meia-noite é que o Loop foi evacuado dos manifestantes.

Enquanto isto, McCarthy perdia na Convenção para Hubert Humphrey, o candidato pró-guerra. Ainda haveriam alguns manifestos, inclusive com a participação de delegados anti-guerra frustrados na Convenção. Dentro da militância juvenil universitária e anti-guerra, a derrota nas ruas e na Convenção seria lida de outro modo, como a vitória da opção pela organização mais apurada para novos enfrentamentos contra as forças da repressão. Estava legitimado o caminho da violência, que seria tão necessário quanto correto: “O que nós ganhamos aqui é o crescimento na fruição de uma vanguarda de pessoas que estão experimentando a luta pela sua sobrevivência sob condições militares”.<sup>123</sup>

Nas semanas seguintes à Convenção, todo o país debateu sobre os conflitos em Chicago, que foram assistidos por quase 90 milhões de norte-americanos na noite do dia 29 de agosto. No ano seguinte, autoridades de Chicago, inspiradas por Nixon (o presidente republicano eleito) e informadas por J. Edgar Hoover, do FBI, acusaram os líderes da Mobe, dos *yippies* e dos Panteras Negras de terem feito uma conspiração e promoverem tumultos: Rennie Davis, Tom Hayden, David Dellinger, Bobby Seale, Abbie Hoffman, Jerry Rubin, Mob Lee Weiner e John Froines. Seriam condenados a 5 anos de cadeia, num julgamento que motivaria novas mobilizações sociais em 1969.

A violência em Chicago e a verbalização de que os manifestantes dispunham-se a lutar de modo ainda mais enfático, ajudaram a promover uma guinada conservadora na opinião da sociedade norte-americana, agudizando os conflitos étnicos, a repressão aos movimentos sociais e os conflitos geracionais. A guinada conservadora se consolidou a partir da vitória de Richard Nixon, candidato republicano cuja plataforma girava em torno do “restabelecimento da ordem”, nas eleições presidenciais em novembro de 1968.

A reação conservadora se faria compreender também em 15 de maio de 1969, a “Quinta-feira Sangrenta”, dia em que a Guarda Nacional, convocada pelo Governador da Califórnia, Ronald Reagan, invadiu o Parque do Povo em Berkeley. No início do ano, estudantes e voluntários haviam ocupado um terreno abandonado da Universidade de Berkeley e transformado-o em um parque público, “com jardins, *playgrounds*, fontes d’água e concertos de rock”. Chamaram-no de “Parque do Povo”.<sup>124</sup> Durante a invasão policial, os jovens tentaram resistir com paus e pedras. Um jovem foi morto e 128 tiveram que ser hospitalizados, em sua maioria feridos à bala. O Parque foi arrasado e transformado em estacionamento. Em poucos momentos como este ficou mais evidente o abismo que separava os melhores desejos dos rebeldes dos anos 1960 e as motivações mais atrozes dos reacionários, como se atesta num manifesto distribuído pelos jovens de Berkeley:

“Parque do Povo de Berkeley

Poder para a imaginação – todo poder para povo

Item 2 – criaremos nossa Revolução Cultural por toda parte!

Todo mundo deveria poder se expressar e se desenvolver através da arte, do artesanato, trabalho, dança, escultura, jardinagem e todos os meios abertos à imaginação. O material será colocado à disposição de todas as pessoas. Desafiaremos todas as restrições puritanas contrárias à cultura e ao sexo. Contaremos com meios de comunicação – jornais, cartazes e panfletos, rádio, televisão, filmes e anúncios de fumaça no céu – para divulgar nossa comunidade revolucionária. Cessaremos com a poluição da Terra; nossa relação com a natureza será guiada pela razão e pela beleza muito mais do que pelo lucro. A civilização de concreto e plástico será derrubada e as coisas naturais respeitadas. Fundaremos comunas urbanas e rurais onde as pessoas possam encontrar expressão e comunicação”.<sup>125</sup>

Em 16 de maio de 1969, em Burlington, Carolina do Norte, a patrulha rodoviária estadual e a guarda nacional atacaram uma greve estudantil em um colégio de negros, com tiros, fazendo um morto, muitos feridos e cerca de 200 presos.<sup>126</sup>

Em 1970, uma nova leva de estudantes universitários faria ouvir o último grande ato da onda mundial de revoltas juvenis. Em números absolutos, na verdade, parece ter sido a maior mobilização de jovens na história desta onda mundial: mais de 4 milhões de estudantes

<sup>123</sup> *cit. in. ibid.*, p. 202.

<sup>124</sup> Roberto Muggiati. *História do rock*, vol. 3: Os anos rebeldes, *Samtrês*, São Paulo: Três, 1984, p. 138.

<sup>125</sup> *Cit. in. ibid.*, p. 138-9.

<sup>126</sup> George Katsiaficas. *op. cit.*

universitários e secundaristas realizaram uma greve geral em maio. Katsiaficas indica que se repetiria novamente o “efeito eros”, observado pela primeira vez depois da Ofensiva do Tet, no início de 1968. A causa do efeito agora foi a invasão dos Estados Unidos ao Camboja, evento que demonstrava a não-disposição do governo norte-americano em sair do confronto e, pior, ampliava a dimensão da Guerra no Sudeste Asiático. Mas, enquanto a Ofensiva Tet colocou em ação um ciclo das revoltas juvenis em todo o mundo, o impacto da invasão do Camboja limitou-se aos Estados Unidos. Geravam-se os últimos e fulgurantes frutos da rebelião juvenil, justamente naquele país tido como o grande inimigo pelos terceiro mundismos e novas esquerdas. Na esteira da violência no Vietnã, a repressão às ocupações de unidades escolares e às manifestações nesta greve geral foram incisivas. Foram muitos os confrontos e as violências nos *campi*, especialmente em Kent State e Jackson State, onde seis estudantes foram mortos dentro das universidades.

A greve de 1970 uniu aqueles que, em primeiro lugar, recusavam-se a servir as Forças Armadas no Vietnã, que se irmanaram também com militantes pela libertação negra e receberiam grande ajuda de docentes e funcionários das unidades estudantis. Aconteceriam também algumas greves de trabalhadores, estimulou-se o crescimento do movimento feminista, de movimentos de minorias étnicas e até de sulistas rurais. O movimento indicou também o decréscimo das lideranças da Nova Esquerda norte-americana, como os esvaziados SDS e Mobe. Apenas os Panteras Negras pareciam ainda na ofensiva, mesmo sob intensa perseguição. Depois do exílio de Eldridge Cleaver e a prisão de Huey Newton e Bobby Seale, restava apenas David Hilliard como importante líder dos Panteras Negras em ação. Mas ele seria preso em abril de 1970. A demanda pela sua libertação e a de outros Panteras Negras também faria parte dos objetivos da greve geral no mês seguinte. De certa maneira, e a irrupção da greve prova isto, o movimento em 1970 foi em boa parte espontânea e não contou com líderes nacionais – inclusive pelo eclipse das principais esquerdas estudantis dos anos 1960.

Em metade de maio já haviam cerca de 500 *colleges* e universidades em greve. No fim do mês, cerca de um terço dos 2827 institutos de educação superior dos Estados Unidos estavam em greve. Em 80% destes houveram ao menos protestos. Cerca de metade dos 8 milhões de estudantes participaram das greves. Durante o mês de maio, mais de 11 mil cartões de convocação foram devolvidos ao Serviço de Seleção das Forças Armadas. Também agiram comandos terroristas de militantes saídos das novas esquerdas. Foram queimados ou alvejados



com bombas trinta prédios do ROTC (*Reserve Officer Training Corps*, Corpos de Treinamento para Oficiais de Reserva, instalados em muitos dos *campi* dos Estados Unidos, com a finalidade de dar instrução militar como parte corrente dos currículos). Cerca de 27 bombas incendiárias também explodiram na Universidade de Wisconsin, em Madison. Outros 169 incidentes deste tipo foram registrados no país neste ano, 95 apenas dentro dos *campi* no mês de maio.

Cerca de 100 pessoas foram mortas ou feridas por armas das forças de repressão. Em Kent State, em 4 de maio, 4 estudantes foram mortos e 10 feridos. Em 14 de maio, na Jackson State, 2 estudantes foram mortos e 10 feridos. Num confronto em Augusta, Geórgia, 6 negros foram mortos e 20 feridos. 11 estudantes foram feridos à baioneta na Universidade do Novo México, 20 pessoas feridas à bala em Ohio State e 12 estudantes feridos em Buffalo. Cerca de 2 mil pessoas foram presas nas duas primeiras semanas de maio por causa destas manifestações. Os governos de Ohio, Kentucky e Carolina do Sul declararam estado de emergência em todos os seus *campi*. A Guarda nacional agiu em 24 ocasiões, em 21 universidades de 16 Estados. Entre 15 de abril e 19 de maio, mais de 35 mil guardas nacionais foram envolvidos e pela primeira vez eles ocuparam universidades.

Finalmente, a greve de maio de 1970 gerou um último e interessante suspiro dos projetos de integração das diferentes lutas sociais travadas desde os anos 1970. Os Panteras Negras convocaram em setembro a “Convenção Constitucional dos Povos Revolucionários”, na Filadélfia, reunindo 10 mil pessoas. Além de militantes e simpatizantes negros, compareceram vários estudantes e jovens brancos, inclusive recebendo-se bem representantes do emergente movimento pela liberação *gay*. Criou-se uma “Constituição Internacionalista” que afirmava em seu prefácio:

“Nós, o povo da Babilônia, criamos uma Declaração Internacional de Direitos: que todas as pessoas tenham garantido o direito a vida, liberdade e da perseguição da felicidade, que todas as pessoas do mundo sejam livres da desumanização e intervenção em seus assuntos internos por um poder estrangeiro... Reparações devem ser feitas para os povos oprimidos através do mundo e nós prometemos que nós mesmos tomaremos a riqueza desta nação e faremos a reparação”.<sup>127</sup>

Esta Constituição continha relatos similares para grupos de trabalhadores, moradores de rua, mulheres, *gays*, crianças, presos, estudantes, artistas, trabalhadores da saúde etc. Era curioso que um movimento como os Panteras Negras abrigassem um evento como este, dado

que o movimento *Black Power* partira para uma radicalização cada vez maior e o próprio partido cindia-se em inúmeros grupos militarizados reunidos em torno de suas lideranças. Logo, porém, resolveu-se o paradoxo e, num Congresso dois meses depois, os Panteras Negras aprovaram o recuo das suas demandas, limitando-se aos temas relativos à comunidade negra e ao envolvimento com a política eleitoral. Logo, porém, os Panteras Negras se desagregariam. Da quebra do seu movimento, surgiram milhares de “*black street people*”, que adotaram tradicionais estilos de rua marginais, como o gangsterismo.<sup>128</sup>

Perfazendo o caráter amplamente heterogêneo da onda de revoltas nos Estados Unidos, ainda é necessário citar outras variantes surgidas no final dos anos 1960 e no início dos anos 1970. Algumas delas usaram amplamente a violência como forma de protesto, como as revoltas nas penitenciárias, que atingiram um primeiro ápice em 1968, nas penitenciárias de Oregon, Raleigh, Ohio, Columbia e Atlanta. Os presidiários capturavam reféns e bloqueavam os pavilhões para chamar a atenção da opinião pública e denunciar os maus tratos.<sup>129</sup> No início dos anos 1970, a situação nos presídios ficaria explosiva, com a ajuda inclusive de militantes dos movimentos terroristas advindos da Nova Esquerda, como San Melville, que morreu durante as grandes revoltas dos prisioneiros negros na prisão de Attica.<sup>130</sup>

Os grupos de ação armada formados por militantes brancos das novas esquerdas visavam principalmente alvos relacionados com a Guerra do Vietnã. Os atentados contra estes alvos inspiravam-se em diversas ações perpetradas no passado, como as do Comitê do Dia do Vietnã de Berkeley (mas estas que tinham caráter irreverente e demonstrativo, não apelando para a resistência violenta). Outra fonte foram as propostas e práticas de ações de massa nas ruas, durante as manifestações anti-guerra, que promoveriam distúrbios e atacariam a polícia, como vimos ensaiadas em Chicago em agosto de 1968. Numa destas ações, em 25 de setembro de 1968, manifestantes contra a guerra do Vietnã invadiram e incendiaram um posto de alistamento em Milwaukee.<sup>131</sup> Dentro do SDS formaram-se alguns grupos que resolveriam partir para ações terroristas demonstrativas, com o objetivo de chamar a atenção da opinião pública contra a guerra. Num deles tomaram parte Sam Melville Jane Alpert, que realizaram diversos atentados a bomba em 1969 e 1970 contra empresas que fabricavam material de

---

<sup>127</sup> Cit. In. *ibid.*, p. 134.

<sup>128</sup> *Ibid.*

<sup>129</sup> Daniel Aarão Reis Filho. *op. cit.*

<sup>130</sup> Daniel Cohn-Bendit. *1968: A revolução que tanto amámos*, *op. cit.*

guerra.<sup>132</sup> O mais conhecido destes grupos foi os *Weathermen* (“Meteorologistas”), cujo nome se inspirava em versos de Bob Dylan, que diziam: “Você não precisa de um meteorologista para saber de que lado está soprando o vento”.<sup>133</sup> Acreditavam ser uma espécie de esquadrão suicida cujas ações deveriam colaborar com os terroristas negros, considerados a verdadeira vanguarda revolucionária. Logo, os *Weathermen* adotaram uma postura de terrorismo demonstrativo, acreditando que suas ações poderiam fazer vir à tona a “consciência revolucionária” da população. Promoveram, em outubro de 1969, uma série de ataques terroristas contra pessoas e propriedades.<sup>134</sup>

Mais eficiente parece ter sido a revolta dentro dos meios militares contra a participação na Guerra do Vietnã, que desde pelo menos 1967 criaria dissidências, faria motins, *sit-ins*, passeatas anti-guerra e publicaria jornais radicais em seu meio, principalmente entre os soldados da infantaria. Muitos veteranos envolveram-se, a partir de 1970, nos movimentos anti-guerra, ajudando as greves estudantis e participando na própria organização dos protestos. Após as mortes dos estudantes em Kent State, companhias inteiras de soldados dos Estados Unidos postadas no Vietnã recusaram-se a entrar no Camboja, muitos desertaram e alguns até passaram para o lado inimigo.<sup>135</sup> Realizaram-se diversas ações nos meios militares, inclusive ajudando soldados que desejavam desertar, e organizou-se o RITA (*Resistors Within the Army*), congregando grupos anti-guerra formados por combatentes no Vietnã. No dia das Forças Armadas, 16 de maio de 1970, durante a greve estudantil, aconteceram passeatas, comícios e festivais de rock político em 28 locais nos Estados Unidos (cinco deles em instalações militares), com a participação de 43 diferentes grupos anti-guerra de soldados e ex-combatentes.<sup>136</sup>

Em 1970 e 1971, os protestos anti-guerra também mobilizaram porto-riquenhos e chicanos. Em Los Angeles, organizou-se o movimento *Chicano Anti-War Moratorium* (Moratória Chicana Anti-Guerra). Este movimento de chicanos realizou um protesto com 30 mil manifestantes, em 29 de agosto de 1970, que foi atacada pela polícia, que matou três pessoas (inclusive o jornalista Reuben Salazar), feriu 60 e prendeu mais de 200, com as lutas nas ruas

---

<sup>131</sup> Fernando Perrone. *op. cit.*, p. 156.

<sup>132</sup> Daniel Cohn-Bendit. *1968: A revolução que tanto amámos*, *op. cit.*

<sup>133</sup> *Cit. in* Roberto Muggiati. *op. cit.*, p. 134.

<sup>134</sup> Milton Cantor. *op. cit.*

<sup>135</sup> O filme *Apocalypse Now*, dirigido por Francis Ford Copolla (Estados Unidos, 1979), registra uma das ofensivas da campanha ultra-secreta contra os desertores no Vietnã.

<sup>136</sup> George Katsiaficas. *op. cit.*

prosseguindo através da noite. Uma nova morte aconteceria em outra manifestação da Moratória Chicana em 31 de janeiro de 1971, além de 19 feridos.<sup>137</sup>

Também devem ser citados os grupos feministas nos Estados Unidos. Desde 1967 formaram-se a partir das Novas Esquerdas, grupos femininos autônomos e, desde 1968, apareceram muitos jornais defendendo causas feministas. De início, as feministas ligaram-se a movimentos como o SDS e o SNCC, mas logo sentiram-se (com certa razão) insatisfeitas com o encaminhamento das suas questões e a relativa falta de abertura para a participação das mulheres, mesmo nestes movimentos sociais. O movimento feminista autônomo parece renascer em 7 de setembro de 1968, quando centenas de mulheres reuniram-se em Atlantic City para protestar contra o concurso *Miss América*, considerado uma forma de exploração comercial do corpo da mulher. Dois meses depois, organizou-se a Primeira Convenção Nacional pela Liberação da Mulher, em Chicago. Destacava-se a Organização Nacional pelas Mulheres (NOW), de caráter mais “reformista”, enfocando questões como o controle da natalidade e igualdade de direitos, representando principalmente as necessidades das mulheres que entravam em cada número cada vez maior no mercado de trabalho. Mas haviam grupos mais afinados com as contraculturas, além de grupos de feministas radicais como *The Feminists*, SCUM (*Society for Cutting up Men*, cuja fundadora, Valerie Solanas, atirou em Andy Warhol em 1969) e as Feministas Radicais de Nova York. Formaram-se grupos feministas ativos em todas as grandes cidades dos Estados Unidos e em muitas pequenas cidades. Em 1970, só em Nova York haviam 200 pequenos grupos. Vários destes grupos participaram da organizações de campanhas culturais e de instituições alternativas em favor das mulheres, como clínicas de saúde especializadas e centros contra o estupro.<sup>138</sup>

Resta ainda discutir outro evento central na onda mundial de revoltas, essencial para se compreender melhor a conjunção entre luta política e revolta cultural/comportamental, que se deu com vigor nos Estados Unidos. Tratam-se das contraculturas e, no seu interior, o movimento *hippie*.

---

<sup>137</sup> Ibid.

<sup>138</sup> Ibid.

## Capítulo 8

# CONTRACULTURAS E MOVIMENTOS ESTUDANTIS

As contraculturas tiveram seu desenvolvimento mais evidente no Primeiro Mundo, principalmente nos Estados Unidos. Mas seus valores, criações e movimentos espalharam-se logo pela Europa e Terceiro Mundo, inclusive no Brasil, não necessariamente em conjunção com os produtos mais bem disciplinados criados pela indústria cultural.

Concebe-se aqui contraculturas num sentido mais amplo que o de movimento *hippie*. Os *hippies* inserem-se também nesta modalidade de movimento sociocultural. Mas dentro das contraculturas podem ser consideradas uma série de outras experiências comportamentais de indivíduos e grupos, movimentos artísticos e culturais de vanguarda, novas modalidades filosóficas, religiosas e místicas, experimentações com drogas e estados alterados da consciência, discussões e contestações cotidianas a respeito de valores, normas e tradições etc.

As contraculturas, apesar de seu caráter muito amplo e heterogêneo, foi a outra grande fonte de influências para os movimentos juvenis dos anos 1960, ao lado dos terceiros mundismos e das novas esquerdas. Na verdade, muitas das contraculturas eram mesmo parte integrante destes movimentos juvenis, seja em movimentos específicos, como os *hippies*, seja na integração de suas propostas às práticas realizadas no dia a dia de muitos dos jovens rebelados. Quase todos os movimentos da onda mundial têm em comum uma aspiração à libertação dos comportamentos. Sobre os movimentos estudantis de 1968, Henri Weber considera que um dos seus pontos em comum

“é uma aspiração hedonista, mas também comunitária: uma aspiração ao direito ao prazer, à liberação do desejo. Uma recusa em reprimir o desejo... É um movimento dirigido contra o puritanismo repressivo de sociedades ainda muito marcadas pela moral tradicional, resultante de um mundo rural e de culturas católicas, protestantes, judaicas, que justamente reprimem o desejo e o culpabilizam”.<sup>1</sup>

Uma exceção ao espírito libertário no campo dos comportamentos parece ter sido a Revolução Cultural Chinesa, justamente aquela que pregava uma revolução nas relações sociais. Trata-se de uma nova dimensão contraditória daquela que foi uma das mais influentes

---

<sup>1</sup> Henri Weber. “Um balanço de 1968”, in: Marco Aurélio Garcia e Maria Alice Vieira (orgs.). Rebeldes e contestadores. 1968: Brasil, França e Alemanha, São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999, pp. 21-26, p. 22.

mobilizações juvenis nos anos 1960. Mas ela denuncia também uma contradição mais geral na onda mundial de revoltas, a convivência tensa entre libertação dos valores e ideologias esquerdistas por vezes dogmáticas.

Roszac descreveu a Contracultura como uma espécie de cruzada medieval, uma procissão vagarosa e heterogênea, na qual seus participantes juntavam-se a ela e abandonavam-na no meio do caminho. Mas um dos fulcros das contraculturas, justamente a sua principal referência positiva para o questionamento sociocultural, foi a denúncia dos limites da racionalidade. A Contracultura trazia escancarada, para os que a conseguiram enxergar com mais acuidade, a mensagem de que era imprescindível realizar a subversão da cosmovisão científica e da concepção de consciência cerebral e egocêntrica: “Em seu lugar é preciso que surja uma nova cultura na qual as capacidades não-intelectivas da personalidade – aquelas capacidades acionadas pelo esplendor visionário e pela experiência da comunhão humana – tomem-se os árbitros do bem, da verdade e da beleza”.<sup>2</sup> É claro, desde a origem da sociedade moderna foram inúmeros os pensadores que questionaram os seus rumos. Mas, para Roszak, muitos dos melhores destes pensadores acabaram rendendo-se às instituições “tecnocráticas” justamente por partirem de premissas igualmente tecnocráticas em relação ao ser humano, a sociedade e a natureza. A Contracultura continha a possibilidade de escapar desta assimilação ao racionalismo tecnocrático, dadas as suas premissas anti-racionalistas.

Certamente, a Contracultura não era o primeiro movimento de contestação anti-racionalista do mundo moderno. Mas, como afirma Roszak, nunca esteve um protesto deste tipo tão perto do núcleo da civilização moderna: os membros das contraculturas eram justamente os jovens de classe média. Eram inúmeros os pensadores, tradições e movimentos de natureza crítica, experimentalista, artística, anti-racional, irracional, mística, esotérica, religiosa ou psicodélica que informavam os jovens membros das contraculturas. Foram vários os caminhos apresentados: arte vanguardista, música jovem autônoma, misticismos, prazer sexual, drogas psicodélicas etc.

Potencialmente, para Roszak, a Contracultura poderia transcender de forma conseqüente a cultura “tecnocrática” dominante, ao agredir a realidade do ego como unidade isolada e apenas cerebral. Mas, o que lamenta este autor, o que poderia ser positivo transformara-se em grande parte numa arriscada jornada em que jovens mal preparados se

---

<sup>2</sup> Theodore Roszak. *A Contracultura. Reflexões sobre a sociedade tecnocrática e a oposição juvenil*, Petrópolis: Vozes, 1972, p. 62.

afundavam no vício, no egocentrismo e na inconsistência: “Como garantir que a exploração dos poderes não-intelectuais não degenerará num niilismo maníaco?” As críticas que Roszac faz aos desvios da Contracultura – como a adoção irrefletida dos misticismos e das drogas – não o faz perder de vista seu potencial contestatório construtivo: “A exploração dos poderes não-intelectivos adquire sua maior importância não quando o projeto transforma-se num valeduto de eufórico dinamismo, e sim quando se torna uma crítica da cosmovisão científica que sustenta a cidadela da tecnocracia e que esconde muitos dos mais refulgentes esplendores de nossa experiência”.<sup>3</sup>

Estavam contidos projetos de reforma ou superação da racionalidade moderna nas contraculturas que, pelo contato consciente ou não, estenderam-se às novas esquerdas e aos movimentos estudantis. Muitos lamentam os descaminhos dos jovens *hippies*, a derrocada das experiências psicodélicas em vício e tráfico de drogas, a absorção das inovações artísticas e culturais pela indústria cultural e pela “sociedade de consumo” etc. Outros, ao mesmo tempo que reconhecem isto, ainda afirmam que, ao menos, a Contracultura foi hostil ao *ethos* dominante de consumismo, materialismo e sucesso pessoal, que foi “um repúdio do dinheiro, trabalho, carreira, casamento”.<sup>4</sup> Outros até a glorificam: “Para o bem, para o melhor possível, a Contracultura dos anos 60 provavelmente abriu mais mentes e elevou mais cérebros a dimensões espirituais do que qualquer outras instituições da história”.<sup>5</sup>

Quando tentamos identificar os locais onde teriam se desenvolvido as contraculturas e as novas esquerdas, encontramos em larga escala uma sobreposição. Sobreposição esta que revela a própria dificuldade de traçar uma linha separatória entre os dois fenômenos. Tal dificuldade aparece principalmente nos Estados Unidos e quando se trata de identificar as criações culturais e ideológicas alternativas nos *campi* universitários.

Nos Estados Unidos, outros territórios, além dos *campi*, serviram de sede para as contraculturas, ou, como preferem alguns, da “cultura crítica” dos anos 1960. Já durante os anos 1950 surgiram territórios repletos de experiências culturais alternativas, no interior de bairros de baixa renda das grandes cidades, territórios “capazes de incubar livrarias, estúdios de arte e grupos de dança modernos, teatros experimentais, espaços para *jazz*, música popular e performance e também aqueles clubes, cafés, lojas de música e cabarés surrados que

<sup>3</sup> *Ibid.*, p. 83-84, 91.

<sup>4</sup> Milton Cantor. *The divided left. American radicalism, 1900-1975*, Nova York: Hill and Wang, Toronto: McGraw-Hill, American Century Series, 1978, p.184.

<sup>5</sup> Timothy Leary. *Flashbacks “Surfando no caos”: uma autobiografia*, São Paulo: Beca, 1999, p. 505.

alimentaram Lenny Bruce, Nichols May, Woody Allen e Bob Dylan”. No final dos anos 1950, estes bairros e “territórios experimentais” receberam cada vez mais jovens, em todo os Estados Unidos: “No final dos anos 50, elas começaram a fervilhar de jovens vindos de todas as áreas metropolitanas, os quais podiam ler as revistas e as brochuras da Grover Press nas livrarias, bater perna nas ruas e tocar suas guitarras nos parques... Estas pessoas transformaram ruas velhas, muitas vezes modorrentas, em vibrantes espaços públicos que nunca pareciam dormir”.<sup>6</sup> No final dos anos 1950, pulularam nestes locais artes e criações culturais como o movimento *beat*, a *folk music*, a *Pop Art*, sub-culturas de diversas matizes e, logo, os primeiros *hippies*.

Somando-se a espaços como o West e East Village, em Nova York, muitos outros “territórios livres” ocupados pelas contraculturas e esquerdas juvenis iriam surgir nos anos 1960, como o bairro Haight-Ashbury de São Francisco, Madison e Cambridge nos Estados Unidos, além de Amsterdã no período dos *provos*, Nottign Hill em Londres, Kreuzberg em Berlim, Nanterre em Paris, além de inúmeras escolas livres, comunas, casas de café coletivas, livrarias radicais etc.<sup>7</sup>

Apesar de terem um aspecto relativamente secundário no desenvolvimento das contraculturas, não se poderia deixar ao menos de citar a influência de certos esportes praticados pelas juventudes que constituíram também “territórios livres”. O principal, desde os anos 1950, nos Estados Unidos, certamente foi o *surf*. De uma espécie de ritual religioso dos nativos do Haváí, o *surf* logo caiu no gosto dos jovens norte-americanos, que o transformaram em esporte e o trouxeram para a costa do Pacífico do seu país e, logo, para todo o mundo. O *surf* criou uma espécie de cultura juvenil própria, dela surgindo fenômenos interessantes como a *surf music* na primeira metade dos anos 1960. Mais importante, porém, é que os jovens surfistas ocuparam diversos territórios nas margens da civilização urbana, justamente as praias e seus arredores – antecipando ou mostrando um caminho para os *hippies* e suas comunidades rurais. Fenômeno semelhante também se daria com o *skate*. Mas, neste, os jovens ocupam o coração da própria civilização urbana, reapropriando as ruas de uma maneira diferente, fazendo delas o palco para novos estilos de vida juvenis.

Voltando às contraculturas, o principal centro irradiador e criador ou, pelo menos, sintetizador das suas fontes foi os Estados Unidos. Em primeiro lugar, pelo fato dos Estados

<sup>6</sup> Marshall Berman. “Nostalgia dos anos 60”, in: *Folha de S. Paulo, Caderno Mais*, 2/07/2000, p. 17.



Unidos terem já nos anos 1950 aproximado perigosamente as juventudes, as artes e a contestação cultural, através do fenômeno do *rock and roll*. Ao lado da música *rock and roll*, foram produzidos filmes “B” para a juventude (estrelados pelos primeiros ídolos genuinamente juvenis da cultura de massa, como James Dean e Marlo Brando), realizados grandes bailes e *shows* para o público juvenil e apresentados programas de rádio e até de televisão com os novos ídolos da música juvenil. Era um esboço de uma cultura juvenil autônoma e de um comportamento mais liberado em relação aos valores e à sexualidade. Foi um ensaio tímido e ao mesmo tempo uma revelação da relação entre juventude, arte e comportamento, desde já mostrando a oscilação da cultura da juventude entre os pólos da contestação e da indústria cultural.

A cultura juvenil dos anos 1950 influenciou também a juventude da classe trabalhadora inglesa, além de ter certa presença entre outros jovens da Europa Ocidental. Na Inglaterra, nos anos 1950 e 1960, gangs juvenis formadas entre os jovens operários imitavam certos elementos da nova cultura juvenil norte-americana. Entre eles, os *teddy-boys*, surgidos nos subúrbios de Londres em torno de 1953, usando ternos iguais aos dos aristocratas ingleses (daí o termo “*teddy*”, apelido do príncipe Edward) junto com gravatas semelhantes aos dos *cowboys* norte-americanos e camisa de cores berrantes, freqüentando bares onde podiam ouvir no *jukebox* o *rock and roll* dos Estados Unidos. Depois deles, outras gangs e estilos surgiram na Inglaterra, entre os jovens filhos da classe operária, como os *mods*, *rockers*, *skinheads* etc. Na França, um grupo similar foi os “blusões negros”. Em outros países da Europa se viram também alguns grupos análogos, adotando sempre o *rock and roll*.

O *rock and roll*, oriundo de uma aglutinação de estilos de música negra (*rhythm and blues*) e caipira (*country and western*), fora adotado um tanto que espontaneamente por jovens de classe média e trabalhadora nos Estados Unidos e Europa, desde pelo menos 1953. Logo porém, nos Estados Unidos, seria adaptado por setores independentes da indústria cultural, de pequenas gravadoras e promotores de *shows*, programas de rádios e filmes “B”. Na Europa, os jovens proletários tinham que importar, sob dificuldades, discos de *rock and roll* e *rhythm and blues*. O *rhythm and blues* era um *blues* eletrificado, de negros norte-americanos, que viria dar origem ao *skiffle*, fenômeno de bandas de jovens proletários ingleses que recriariam, com instrumentos precários e improvisados, a música dos negros e o *rock and roll*.

---

<sup>7</sup> George Katsiaficas. *The Imagination on the New Left. A global analysis of 1968*, Boston: South End Press, 1987.

No início dos anos 1960, no entanto, a indústria cultural imporia uma música jovem mais disciplinada, adaptando o *rock and roll* para artistas bem comportados como Neil Sedaka e Paul Anka, ou inventando novas “modas” musicais para os jovens.

Na Inglaterra, entretanto, renasceria a música juvenil mais autêntica, desde então simplesmente conhecida como rock. Os grupos ingleses mais importantes no início dos anos 1960 eram formados por jovens estudantes vindos das classes trabalhadoras das grandes cidades, como os *Beatles*, os *Rolling Stones* e *The Who*. Do iê-iê-iê romântico da primeira fase dos *Beatles* à música mais visceral dos *Rolling Stones*, o rock renascia como um fenômeno das juventudes incomodadas com os rumos nem sempre compreendidos do mundo que os adultos lhes preparavam. Pelo menos é o que a ingênua mas ainda assim agressiva canção *My Generation* (*Minha Geração*), do *The Who*, tentava transmitir em 1965:

“Para as pessoas não valemos nada  
 Só porque estamos com tudo.  
 A barra anda muito pesada.  
 Antes morrer do que ficar velho.  
 Esta é a minha geração, *baby*.  
 Por que vocês todos não desaparecem?  
 Não tentem dar sentido para tudo o que dissermos.  
 Não estou tentando fazer sensação,  
 Estou só falando da minha geração”.<sup>8</sup>

Em 1965, também, surgiram nos Estados Unidos novos estilos de rock, ligados intimamente com as contraculturas e até com os movimentos estudantis, como o rock psicodélico. Principalmente em São Francisco, onde, à certa altura da segunda metade dos anos 1960, mil grupos de rock tocavam na cidade. Criaram-se rádios independentes e revistas que divulgavam o *San Francisco Sound*, fenômeno que logo espalharia-se para muitas outras cidades dos Estados Unidos. Festivais de rock em São Francisco, com bandas locais, reuniam desde 1965 dezenas de milhares de pessoas. Em junho de 1967, foi organizado nesta cidade o Festival de Monterrey, que esperava reunir 7 mil pessoas. Mas acabaram vindo 50 mil jovens, a maioria *hippies* e sem ingresso, para ouvir, além de grupos ingleses, os conjuntos da Califórnia, como *Jefferson Airplane*, *Mamas and Papas*, *Canned Heat*, *Country Joe and the Fish*, Janis Joplin e Jimi

<sup>8</sup> *Cit. in.* Antonio Carlos Brandão e Milton Fernandes Duarte. *Movimentos culturais de juventude*, São Paulo: Modema, Col. Polêmica, 1990, p. 48.

Hendrix, além do músico indiano Ravi Shankar, apresentando-se com cítara e instrumentos hindus.

Surgira nestes anos também o *art rock*, uma proposta de um rock mais conceituado artisticamente, com nomes ingleses e norte-americanos, como *Pink Floyd*, *Procol Harum*, *Soft Machine*, *Moddy Blues* e Frank Zappa.

Um outro marco da música jovem dos anos 1960 também se deu em 1967, o lançamento do disco *Sergeant Pepper's Lonely Hearts Club Band*, dos *Beatles*. Era ao mesmo tempo a inclusão dos *Beatles* na onda musical psicodélica e uma antecipação, pelos músicos ingleses, da entrada dos novos estilos de rock na grande indústria cultural. A inventividade dos *Beatles* atingia seu auge: nota que só cachorros podiam ouvir, som de órgão a vapor vitoriano, turbilhões de sons misturados, badalada de sinos, sons de platéia de circo, estilos musicais de todos os tipos, cítaras orientais, cordas ocidentais, guitarras do rock, sons pré-fabricados em estúdio, brincadeiras com sons e palavras ouvidos de trás para frente etc. Na capa do disco, os *Beatles* aparecem duas vezes: vestidos como integrantes de banda do Exército da Salvação psicodélico (reais) e como estátuas de cera do seu tempo do iê-iê-iê, envoltos por uma montagem de fotos de celebridades como Marilyn Monroe, Marlon Brando, Bob Dylan, Jung, Fellini, Oscar Wilde, Edgar Allan Poe, Karl Marx, Lawrence da Arábia etc.

Finalmente, o festival de Woodstock, nos Estados Unidos em 1969, marcou o auge do rock dos anos 1960 e do movimento *hippie*, reunindo centenas de milhares de pessoas durante três dias de *shows*. No filme *Woodstock*, diria Mike Lang, organizador do evento, que “nunca a música teve um envolvimento social como o que tem hoje”.<sup>9</sup> Tão marcante quanto a presença e a criatividade da massa de jovens em Woodstock, talvez tenha sido apenas a interpretação do hino dos Estados Unidos (*The Star-Spangled Banner*) por Jimi Hendrix: da sua guitarra e amplificadores saíram ruídos que evocaram explosões das bombas, granadas, metralhadoras, sons de jato e helicópteros que faziam a Guerra do Vietnã.

Ainda no terreno da música, destacou-se a *folk music* nos Estados Unidos. Surgiu no final dos anos 1950 a partir da recuperação das propostas de artistas esquerdistas que realizaram canções “*folk*” nas décadas anteriores, como Woody Guthrie e Pete Seeger. Destacaram-se Peter, Paul and Mary, Joan Baez e Bob Dylan. O auge da *folk music* se deu no início dos anos 1960. Enquanto Baez participava ativamente do movimento estudantil de Berkeley, em 1964, Bob Dylan ainda compunha canções onde se destacavam as letras com

conteúdos politizados, cantadas sobre ritmos simples e populares, com instrumentos acústicos – numa proposta análoga ao da canção de protesto brasileira, da mesma época:

Quantos caminhos deve um homem percorrer

Antes que seja chamado homem?

Sim, e quantos mares uma pomba branca tem de navegar

Antes de repousar na areia?

Sim, e quantas vezes as balas de canhão têm de voar

Antes que sejam banidas para sempre?

A resposta, meu amigo, está soprando no vento,

A resposta está soprando no vento”.<sup>10</sup>

Tão ou mais importante que o rock e a *folk music* para as contraculturas foi o movimento *beat*. Porém, os poetas *beats*, exceto por Allen Ginsberg, não participaram ativamente das contraculturas na segunda metade dos anos 1960. Suas principais influências e mensagens se formaram nos anos 1950. Apenas no final dos anos 1950 é que a mídia e o público juvenil descobriram a geração *beat*, aqueles jovens escritores e poetas que se envolveram com o Zen, drogas e viajaram para o Oriente em busca de experiências místicas, religiosas e de expansão da realidade aparente. No início dos anos 1960, surgiram várias revistas literárias identificadas com as propostas dos *beats*, em destaque a *Nugget* e a *Evergreen Review*, que garantiram assim a ligação entre os escritores *beats* e as contraculturas dos anos 1960.<sup>11</sup>

Os *beats* eram ativos ao mesmo tempo literária e comportalmente, dizendo buscar a purificação espiritual, a “beatitude” (daí, em parte, o termo “*beat*”), influenciados por religiões e esoterismos orientais (como o Budismo e o Zen), com um estilo de vida aventureira e nômade que se desejava oposto ao estilo de vida americano. Suas obras citam a vida das minorias marginais, raciais e culturais e têm certa influência do ritmo *be bop* e *cool jazz*, bem como das suas próprias experiências com drogas alucinógenas. Os *beats* também pregavam (e praticavam) a liberdade sexual, rejeitavam qualquer padrão literário e introduziram modos informais de poesia e prosa, criando uma literatura intuitiva e que relatava suas experiências pessoais. Nel Cassady é considerado o principal inspirador do movimento *beat*: desde adolescente vivia “on

<sup>9</sup> Cit. in. Roberto Muggiati. *História do rock, vol. 3: Os anos rebeldes, Somtrês*, São Paulo: Três, 1984, p. 101.

<sup>10</sup> *Blowin' in the wind*, canção de 1963 de Bob Dylan, cit. in. *ibid.*, p. 44.

<sup>11</sup> Dóris Lieth Nunes Peçanha. *Movimento Beat. Abordagem literária, sócio-histórica e psicanalítica*, Petrópolis: Vozes, 1988.

*the road*’ e buscava desenfreadamente novas experiências por meio de drogas psicotrópicas e álcool junto com Jack Kerouac, e acabaria morrendo de frio em uma ferrovia do México em 1968. Jack Kerouac escreveu o romance mais famoso dos beats, *On the road*, em 1957, uma espécie de bíblia do movimento *beat* onde descreve suas aventuras junto a Neal Cassady. William Burroughs realizou muitas viagens pelo mundo experimentando drogas psicoativas; escreveu em 1953 um romance sobre o submundo (*Junky, o drogado*) e, em 1959, *Almoçando nu*, que o deixaria famoso com sua técnica do *cut-up* literário (criação de textos através da combinação de recortes de jornais, citações literárias e manuscritos do autor). Allen Ginsberg, que seria nos anos 1960 uma liderança na Contracultura norte-americana, realizou nos anos 1950 o mais famoso poema beat, *Howl (Uivo)*, que retoma o deus Moloch (um deus semita cuja estátua era uma fornalha alimentada por crianças sacrificadas) como um símbolo da modernidade avassaladora, da sociedade de consumo e do materialismo.

“Moloch! Moloch! Apartamentos de robôs! subúrbios invisíveis! Tesouros de esqueletos! cegas capitais! indústrias demoníacas! nações espectrais! manicômios invencíveis! líderes de granito!

Eles são esmagados ao alçar Moloch ao Paraíso! Calçamentos, árvores, rádios, toneladas! içando a cidade ao Paraíso que existe e está em toda parte sobre nós(...)

Moloch que cedo entrou em minh’alma! Moloch no qual sou uma consciência sem corpo! Moloch que me aterrorizou, tirando-me de meu êxtase natural! Moloch que eu abandono! Reviver em Moloch! Luz que emana do céu!”<sup>12</sup>

Já o poema “América”, do mesmo Allen Ginsberg, tematiza diretamente a insatisfação sentida diante do medíocre estilo de vida moderno:

“América eu lhe dei tudo e agora não sou nada  
América dois dólares 27 centavos 17 de janeiro  
1956 (...)

Eu estou falando com você  
Você vai deixar que sua vida emocional  
Seja conduzida pelo Time Magazine?  
Estou obcecado pelo Time Magazine.

<sup>12</sup> Cit. in. Marshall Berman. Tudo que é sólido desmancha no ar. A aventura da modernidade, São Paulo: Cia. das Letras, 1996, p. 294.

Leio-o toda semana.  
 Sua capa me encara toda vez que passo  
 Furtivamente pela confeitaria da esquina.  
 Leio-o no porão da Biblioteca Pública  
 De Berkeley.  
 Está sempre me falando  
 De responsabilidades. Os homens de negócio  
 São sérios. Os produtores de cinema são sérios.  
 Todo mundo é sério menos eu  
 Passa pela minha cabeça  
 Que eu sou a América.  
 Estou de novo falando sozinho”.<sup>13</sup>

Ainda próximo das contraculturas dos anos 1960, surgiram, a partir dos Estados Unidos, grupos teatrais que realizavam performances fazendo uso de temas cotidianos, politizados, de maneira provocativa e até absurda, muitas vezes em locais inusitados, tentando chamar a atenção da multidão que, muitas vezes, não sabia que se tratava apenas de uma encenação. Em 1962, membros da *San Francisco Mime Troupe* criaram o que chamaram de “teatro do absurdo”, apresentando obras político-pornográficas. Já o “teatro de guerrilha” teria sido criado por uma comunidade de artistas-*hippies*, os *Diggers*, remanescentes dos *Pranksters*, comunidade *hippie* nômade formada em torno de Ken Kesey (romancista norte-americano que foi considerado por muitos como o “pai” do movimento *hippie*). Os *Diggers* inspirariam polêmicas incursões ao público das ruas para denunciar a Guerra do Vietnã ou o materialismo e a alienação promovidos pelo “sistema”:

“Dinheiro é o sistema; rejeite-o. Dê tudo o que você tem aos pobres e faça o que precisa. Riqueza, sucesso, segurança, luxúria, conforto, certeza: todos estes são objetivos orientados pelo sistema. Isto é aquilo que o sistema usa para recompensar seus sujeitos... O sistema tem adicionado em você necessidades artificiais. Jogue tudo fora. Chute fora o hábito. Seja o que você é. Faça o que pensa ser o correto. Desta forma tudo é permitido”.<sup>14</sup>

Um destes grupos de teatro de guerrilha, no início de 1967, tendo entre eles o futuro líder *yippie* Abbie Hoffman, juntaram-se anonimamente a um grupo de turistas que visitava a

<sup>13</sup> *Cit. in.* Antonio Carlos Brandão e Milton Fernandes Duarte. *op. cit.*, p. 27

<sup>14</sup> *Diggers*, em 1966, *cit. In.* George Katsiaficas. *op. cit.*, p. 146.

Bolsa de Valores de Nova York. Em dado momento, jogaram centenas de notas de um dólar na massa dos corretores, criando um pandemônio de cinco minutos na luta pelas notas. Em outra oportunidade, Hoffman e outro futuro líder *yippie*, Jerry Rubin, queimaram cédulas de dinheiro na mesma Bolsa de Valores, para horror das testemunhas.<sup>15</sup>

Nas artes plásticas dos anos 1960, destacaram-se como vanguarda os artistas da Arte *Pop*, em Londres e Nova York. Em Londres, em 1961, artistas, críticos de cinema, escritores e sociólogos realizaram conferências sobre a cultura de massas produzida pela televisão e o cinema. Nos Estados Unidos artistas de vanguarda, como John Cage desenvolviam, desde os anos 1950, eventos culturais em que se integravam diversas artes, os *happenings* e *environments*. Nestes eventos, precursores da arte *pop*, criavam-se espaços lúdicos e de curta duração em que se queria fazer a arte tomar-se parte integrante da própria vida. Esta proposta de aproximar vida cotidiana e arte, assim como o uso dos elementos da cultura de massa (histórias em quadrinhos, cartazes publicitários, rostos dos astros do cinema, televisão e rock, mercadorias e embalagens de consumo etc.) transformaram-se nos motivos para as sofisticadas obras da Arte *Pop*. Isto se deu principalmente em Nova York, onde a Arte *Pop* consolidou-se como uma nova corrente artística.

Os principais nomes desta corrente foram Andy Warhol e Roy Lichtenstein. Andy Warhol produziu quadros de ícones famosos da indústria cultural, em que suas figuras eram deformados pelo acréscimo de variações cromáticas. Com certo tom de ironia, a nova iconografia construída pela cultura de massas era reinterpretada por estes artistas de vanguarda. Warhol também realizou uma série de quadros sobre as latas de sopa *Campbell* e outros bens de consumo cotidianos. Em 1962, abriu a *Factory*, escritório onde um grande número de colaboradores trabalhava com Warhol. Roy Lichtenstein ficou conhecido por seus quadros de histórias em quadrinhos com cores brilhantes, protagonizadas por personagens da Walt Disney e outros. Outros artistas, como Rosenquist, Wesselman e Hamilton, utilizaram de modo burlesco a cultura gráfica publicitária.

Já o cinema vivia desde os anos 1950 a efervescência estética e política de diversos cinemas novos europeus e, logo, também no Brasil e até nos Estados Unidos, com a proposta de um cinema com temáticas sociais, politização esquerdista, produções independentes etc. Entre eles, a *Nouvelle Vague* francesa, inspirada nas teorias e análises da famosa revista de André Bazin, os *Cahiers du Cinéma*, buscando realizar filmes pessoais ou um “cinema de autor”, com

<sup>15</sup> David R. Farber. *Chicago '68*, Chicago: The University of Chicago Press, 1988.

baixo orçamento e autoprodução. Um líder foi François Truffaut, que escreveu o que é considerado o manifesto deste movimento, *Uma certa tendência do cinema francês*, em 1954. Muitas vezes, os filmes da *Nouvelle Vague* usaram a improvisação, cenários naturais, som direto e atores não profissionais.

No final dos anos 1960, também o cinema norte-americano produziu uma série de filmes que tinham em comum motociclistas e trilha sonora rock, discutindo de maneira otimista ou pessimista, temas das revoltas juvenis e das contraculturas, em destaque *Easy Rider* (*Sem Destino*). Por sua vez, os cineastas também fizeram seu Maio de 1968, durante o Festival de Cannes. Enquanto acontecia a revolta em Paris, vários cineastas importantes (Louis Malle, François Truffaut, Roman Polanski, Alain Resnais e Milos Forman) retiravam seus filmes da competição oficial em apoio aos estudantes. Finalmente, vários diretores, atores e técnicos invadiram a sala de projeção e o Festival de Cannes foi suspenso, em 18 de maio de 1968.<sup>16</sup>

### Movimento hippie

É difícil apontar exatamente quando a ebulição de juventudes em busca de novas formas de comportamento, de cultura e de experiências sensoriais passou da fase mais restrita dos que foram chamados de “beatniks” ao movimento mais ampliado dos “hippies”. Talvez o local onde esta transição tenha se dado de modo mais forte, apesar de um certo folclorismo, foi o bairro de Haight-Ashbury, em São Francisco. Haight-Ashbury era um velho gueto negro que jovens artistas e artesãos invasores transformaram em um bairro *hippie*, no início dos anos 1960, redecorando-o “com cores psicodélicas, incenso e patchuli, roupas e jóias orientais, sexo e rock”.<sup>17</sup>

Tribos *hippies* multiplicavam-se e esboçaram uma organização. Em janeiro de 1967, *hippies* de São Francisco organizaram uma “Reunião de Tribos” no Golden Gate Park, para o *World’s First Human Be-In*, reunindo vários gurus da Contracultura e “vinte mil ciganos brancos cantando, dançando, cobertos de flores, de colares e pulseiras de contas”.<sup>18</sup> Era a preparação do Verão do Amor em São Francisco, para o qual uma canção foi composta por Scott McKenzie, *San Francisco (Wear some flowers in your hair)*, que recomendava que não se esquecessem de colocar flores nos cabelos. 100 mil jovens reuniram-se em São Francisco neste

<sup>16</sup> *Folha de S. Paulo*, 10/5/1998, p. 5.9

<sup>17</sup> Roberto Muggiati. *op. cit.*, p. 104.

<sup>18</sup> *Cit. in. ibid.*, p. 130.



Verão do Amor. Várias áreas do bairro Haight-Ashbury foram liberadas para os sacos de dormir e tomadas pelos jovens *hippies*.

O Verão do Amor, em janeiro de 1967, fora planejado pelo artista ativista Michael Bowen e organizado junto a outras figuras importantes da cena *hippie* de São Francisco, como os *Diggers*, *Mime Troup*, *High Wizard Chet Helms*, *Communication Company*, *Grateful Dead* (um grupo de rock), Billy Graham e *Hells Angels* (a famosa gang de motociclistas). Leary criticou, no dia em que compareceu ao evento, uma certa disputa pelo controle do palco secundário pelas lideranças *hippies*, que realizavam muitos discursos irrelevantes. Para ele, porém, o mais importante eram as dezenas de milhares de pessoas, no gramado do Golden Gate Park, “comendo, dançando, fumando, tocando instrumentos musicais” e eventualmente ouvindo bandas locais tocando.<sup>19</sup> A partir de então, São Francisco ganhava fama internacional como capital mundial dos *hippies*.

Uma imprensa alternativa *hippie* crescia na Califórnia, destacando-se revistas como *Berkeley Barb* (editado por Max Scheer), *Los Angeles Free Press* (editado por Arthur Kunkin), *San Francisco Oracle* e *Rolling Stone* (de Jann Wenner). Anúncios nestes semanários *underground* demonstram também o crescimento de uma economia *hip* local, com novas mercadorias “contraculturais” como: roupas, espetáculos luminosos, música de rock, luzes eletrônicas, jóias, botões de lapela, guizos, colares de conta, óculos para luz negra, cachimbos para drogas etc. Para Roszac, temáticas *hippies* e um mercado alternativo emergente se irmanavam nos temas das revistas: drogas, misticismos, esoterismos, pornografia etc.<sup>20</sup> Dados sobre os Estados Unidos indicam que de cinco jornais com cerca de 50 mil leitores, em 1966, o número saltaria para duzentos jornais (representados pelo Sindicato de Imprensa *Underground*) com 6 milhões de leitores no verão de 1970. Dentro das *high schools*, mais de 500 jornais *underground* eram produzidos. Também seria criado o *Liberation News Service*, que espalharia informações sobre as contraculturas para todo o mundo e, em 1969, chegou a distribuir 30 mil cópias de uma publicação dos Panteras Negras.<sup>21</sup>

Também a grande mídia logo descobriu este fenômeno juvenil e, paradoxalmente, ajudou a espalhar o estilo *hippie* pelos Estados Unidos e pelo mundo, ao mesmo tempo que transformava-o em algo mais exótico. A revista *Time* publicaria uma reportagem de capa sobre

<sup>19</sup> Timothy Leary. *op.cit.*, p. 340.

<sup>20</sup> Theodore Roszac. *op.cit.*

<sup>21</sup> George Katsiaficas. *op. cit.*

os *hippies* em julho de 1967, no estilo das revistas que utilizavam a voz de especialistas e cientistas para racionalizarem sobre a vida social:

“Um sociólogo os chama de ‘proletariado freudiano’. Outro observador os vê como ‘expatriados vivendo em nossas praias, mas além da nossa sociedade’. O historiador Arnold Toynbee os descreve como um ‘sinal vermelho para o *American way of life*’. Para o bispo James Pike, da Califórnia, eles evocam os primeiros cristãos... Para os seus pais profundamente preocupados por todo o país, eles mais parecem párias sociais perigosamente iludidos, candidatos a uma boa surra e a um curso intensivo de moral e civismo”.<sup>22</sup>

Enquanto isto, os *hippies* originais de Haight-Ashbury viram o seu território ser invadido, depois do Verão do Amor, por “*hippies* de butique” e jovens drogados. O bairro teria uma alta de aluguéis que expulsaria os jovens errantes e os drogados. Mas muitos dos *hippies* primitivos já tinham aderido a outras práticas *hippies*: o nomadismo e a formação de comunidades (urbanas ou rurais). O Verão do Amor e a própria grande mídia ajudaram a espalhar a idéia de formar comunidades *hippies* a jovens de todo os Estados Unidos e até do mundo: “O mapa de sua ‘civilização’ tem que ser revisado a cada dia, pintando cidades e bairros que são trocados por outros lugares surpreendentes: uma praia, um monte, um bairro elegante, um gueto”.<sup>23</sup> Ao lado das comunas em cidades e regiões rurais, experimentavam-se novas formas de vida e ensino com escolas livres, cooperativas de alimentos, livrarias coletivas e a imprensa *underground*.

Algumas comunidades propunham uma vida sem paredes ou fechaduras, em que todos eram bem vindos e, sem a necessidade de recepção formal, poderiam chegar e desfrutar de um espaço para dormir, de comida e até drogas. Podiam participar de orgias episódicas, de meditações que levavam longas horas ou simplesmente ouvir música. Sem chefes, lideranças ou funções formais, este tipo de comuna se perpetuava porque havia sempre alguém que propunha dar seqüência a ela. Outros se cansavam da excessiva visibilidade da vida cotidiana e podiam até engajar-se em outros tipos de comunidades menos parecidas com uma horda desregrada e mais com uma família, que tentavam sobreviver com uma pequena agricultura ou alguma outra espécie de trabalho coletivo. Em muitas comunas, a situação era de pobreza e até miséria.<sup>24</sup>

Em 1970, haviam cerca de 2 mil comunidades rurais nos Estados Unidos, além de

<sup>22</sup> Cit. in. Roberto Muggiati. *op. cit.*, p. 132.

<sup>23</sup> Andres Garrigó. *La rebeldia universitaria*, Madri: Guadarrama, 1970, p. 111.

várias comunidades urbanas. Na Grã-Bretanha, haviam cerca de 50 comunidades mais sedimentadas. Também, haviam já comunidades na maioria das grandes cidades do resto da Europa, em destaque Berlim. O movimento das comunas foi mais forte entre 1965 e 1975.<sup>25</sup> Nos Estados Unidos, a experiência sobreviveria na forma, principalmente, de cooperativas rurais – na verdade, as cooperativas já eram uma tradição norte-americana e não indicam necessariamente uma vida comunitária e igualitária.

Uma dupla realidade da contestação juvenil parecia desenhar-se no Primeiro Mundo, então, principalmente nos Estados Unidos: *hippies* levemente politizados ou apolíticos *versus* novas esquerdas estudantis. Curiosamente, nos *campi* estudantis estas duas modalidades se encontravam, enquanto as ideologias novo esquerdistas adentravam os territórios “livres” da cultura crítica norte-americana. Um encontro quase espontâneo demonstraria uma unidade de fundo nestas duas modalidades, não apenas pelo fato de ambas rejeitarem a Guerra no Vietnã, unidade mais evidente e superficial, mas porque eram as mesmas categorias juvenis que adotavam, em diferentes níveis e combinações, as duas formas de protestos – unindo, na prática, revolução dos comportamentos e revolta política. O grande momento deste encontro se daria em 21 de outubro de 1967, quando se realizou a já comentada Marcha ao Pentágono, em Washington. O fato mais inesperado e marcante desta manifestação, mais até que as flores nos canos das armas e os choques com forças de segurança, foi o momento em que curiosas figuras *hippies* tomaram à iniciativa de tentar levar o Pentágono:

“O Pentágono viu-se sitiado por um exército de heterogêneos manifestantes antibelicistas. A maioria dos cinquenta mil manifestantes era constituída de acadêmicos e estudantes ativistas, homens de letras..., ideólogos pacifistas e da Nova Esquerda, donas de casa, médicos... Mas... à passeata compareceram também contingentes de ‘feiticeiros, bruxos, necromantes, santos, videntes, profetas, místicos, beatos, xamãs, trovadores, menéstreis, bardos, andarilhos e loucos’ presentes para realizar a ‘revolução mística’. Houve piquetes, demonstrações passivas, discursos e marchas, como em toda manifestação de protesto político. Mas o acontecimento magno do dia foi uma contribuição dos ‘super-humanos’: a exorcização

<sup>24</sup> *Ibid.*

<sup>25</sup> Colen Webster. “Communes”, in: Stuart Hall and Tony Jefferson (eds.). *Resistance through rituals. Youth subcultures in post-war Britain*, Londres: Hutchinson, Center for Contemporary Cultural Studies, University of Birmingham, 1982, pp. 127-134.

do Pentágono por bruxos de longas cabeleiras que ‘lançaram palavras poderosas de alva luz contra a estrutura demoníaca’, na esperança de fazer levitar aquele medonho zigurato.

Não tiveram êxito... em fazer flutuar o Pentágono. Mas conseguiram marcar sua geração com um estilo político de originalidade tão autêntica que raia o extravagante”.<sup>26</sup>

Diferente da maior parte das Novas Esquerdas, os *hippies* não eram populistas, ou seja, não sentiam a necessidade de fomentar uma revolução proletária ou de serem reconhecidos pelas classes populares. O principal tema político que adotaram foi o da alienação e da crítica ao “sistema”, ou seja, contra forças impessoais que controlavam suas vidas.<sup>27</sup> O movimento *hippie* operou uma fissura entre revolução cultural e a concepção clássica das lutas de classe. Deste modo, apesar do seu engajamento em protestos anti-guerras, a colaboração em *sit-ins*, o tom levemente esquerdista dos seus *love-ins* e festivais de rock, o movimento *hippie* foi considerado apolítico por muitos analistas, inclusive pelas esquerdas estudantis. Certamente, a despolitização dos *hippies* iria aumentar bastante com o próprio crescimento do número de jovens que aderiram aos seus estilos de vida. O afastamento se daria também graças à crescente opção das novas esquerdas, do movimento estudantil e dos movimento étnicos pela violência.

No Brasil, como vimos, a oposição entre Contracultura e Novas Esquerda foi máxima no início dos anos 1970, com a opção da segunda pela luta armada e com o teor extremamente apolitizado da primeira. No Brasil, a dissociação entre Contracultura e movimento estudantil ocorreu pelos seguintes motivos: chegada “atrasada” da Contracultura “internacional” ao país, por fontes que não eram exatamente a irradiação espontânea da contestação juvenil (mas sim a indústria fonográfica, cinema, revistas oficiais ou *underground* etc.); a rejeição, em geral, do tropicalismo pelas lideranças e militantes do movimento estudantil – o tropicalismo teria aceitação bem melhor pelos *hippies* brasileiros, que se multiplicaram após 1968; a derrota política dos movimentos estudantis com o AI-5 e a opção de muitos militantes pela luta armada; e o próprio endurecimento (em grande parte vitorioso) do regime militar, sufocando projetos sociais ou culturais alternativos que se enveredassem à contestação política (a própria Contracultura teve certa repressão policial, se bem que não na mesma proporção do movimento estudantil ou da “luta armada”). A repressão aos “cabeludos” levou a própria Contracultura brasileira nos anos 1970 a uma espécie de marginalidade, aos “subterrâneos” culturais, mais que à uma visibilidade alternativa. Na própria poesia advinda destes meios, nos

<sup>26</sup> Theodore Roszac. *op.cit.*, p.131.

<sup>27</sup> Milton Cantor. *op. cit.*

anos 1970, multiplicaram-se as menções ao subterrâneo, ao marginal, ao externo, ao “cair fora” e ao *underground*.

Ao meu ver, entretanto, o movimento *hippie* e as contraculturas de modo geral continham um potencial de politização diferente daquela esboçada pelas outras tendências da onda mundial de revoltas. Sua politização, mais do que qualquer outra, girava em torno de formas pacíficas e cotidianas da desconstrução das relações sociais dadas, substituídas por constantes experiências e sincretismos, que envolviam novas formas de organização social (comunidades e nomadismo), novos tipos de relações interpessoais e sexuais, experimentação constante e eclética de drogas, misticismos, religiosidades, esoterismos, filosofias e ideologias. Continha, entretanto, riscos potenciais que foram desenvolvidos em larga escala também. Entre eles, não apenas o risco da despolitização, mas também a prática de comportamentos totalmente fechados no indivíduo e na busca de prazeres e estímulos intensos e imediatos. Riscos como a mendicância, marginalidade, o vício, as doenças venéreas, a fome, a fuga errante pelo país e pelo “Oriente”, a prisão, etc.

“Alguns se tornam vagabundos, perambulando pelas zonas boêmias dos EUA e da Europa com dinheiro recebido de casa; outros simplesmente deixam tudo. Segundo o FBI, em 1966 foram presos mais de 90.000 fugitivos juvenis; a maioria dos que fogem de lares abastados da classe média são apanhados aos milhares nos bairros boêmios das grandes cidades, lutando contra a fome e as doenças venéreas. Os departamentos de imigração da Europa registram a cada ano mais ou menos 10.000 *hippies* desgrenhados (na maioria americanos, ingleses, alemães e escandinavos) que se dirigem para o Oriente Próximo e a Índia em direção a Katmandu (onde as drogas são baratas e legais), topando com toda espécie de vicissitudes no caminho”.<sup>28</sup>

Num dos extremos atingidos pelos *hippies*, apesar de seu claro caráter de exceção, Charlie Manson, delinqüente que queria ser um guru, tornou-se líder de um grupo de *hippies* fanatizados. Em ações que foram então amplamente divulgadas pela mídia, em que o grupo abandonou totalmente a tradição pacifista dos *hippies*, o grupo de Manson promoveu em 1969 uma chacina na casa da atriz Sharon Tate e assassinou o casal La Binc. Segundo Manson, eles haviam se inspirado em canções dos *Beatles* (*Pigs* e *Helter Skelter*), o que os motivou a pintarem com sangue nas paredes as inscrições “porcos”, “morte aos porcos” e *Helter Skelter*

---

<sup>28</sup> Theodore Roszac. *op.cit.*, p. 43-44.

(“Confusão”). Manson, misturando *Beatles* e Bíblia, apesar de racista, acreditava assim poder dar início à guerra entre brancos e negros, mostrando o caminho aos negros.<sup>29</sup>

### As drogas

A demanda pelo uso livre e aberto de drogas para a “libertação do espírito” trata-se do mais polêmico componente das contraculturas. Alguns, como Leary, defendiam o uso de drogas psicodélicas como uma forma da humanidade superar mais uma de suas fronteiras evolutivas: “Alimentos e drogas psicoativos são tão necessários para nutrir o cérebro quanto o ar, a água e as comidas são necessários para o corpo. Neurotransmissores químicos são códigos de informação que nos permitem ativar e elevar os circuitos dos nossos cérebros. Adultos jovens devem ser ensinados a usar essas informações químicas para navegarem em seus cérebros”.<sup>30</sup> Mas, enquanto uma grande parte dos jovens ligados às contraculturas usaram as drogas apenas como diversão, curtidão ou até mesmo moda, severas autoridades públicas criminalizaram e reprimiram veementemente o uso das drogas usadas pelos que buscavam as viagens psicodélicas.

De modo algum as contraculturas inventaram as drogas que experimentaram. Tanto quanto nas artes, comportamentos, filosofias e religiosidade, foi oferecido aos jovens ou eles mesmo encontraram “uma antiga e ilustre tradição de exploração da consciência” mas, que, até então era conhecida por poucas pessoas.<sup>31</sup> Sub-culturas marginais de usuários e viciados em drogas não eram um fenômeno inédito, assim como casos individuais de profunda dependência a substâncias químicas (sem contar as drogas legalizadas, como o álcool e a nicotina). Mas a dimensão social tomada pela experimentação de drogas pelos jovens, a partir dos anos 1960, era algo inédito. Principalmente, porque os movimentos advogaram a liberação das substâncias utilizadas e discutiram publicamente os efeitos e os objetivos destas práticas, através de suas revistas, jornais, manifestos, canções, protestos e uso aberto de drogas ilegais durante reuniões de massa.

As drogas mais experimentadas pelas contraculturas nos anos 1960 eram aquelas que podem ser classificadas na categoria de droga psicodélica ou alucinógena, cujo principal efeito é o de provocar alterações na percepção da realidade e na consciência. A droga mais usada foi

---

<sup>29</sup> Roberto Muggiati. *op. cit.*

<sup>30</sup> Timothy Leary. *op.cit.*, p. 511.

<sup>31</sup> *Ibid.*, p. 169.

a maconha. A mais famosa – e poderosa – foi o LSD. Outras drogas psicodélicas usadas então foram a mescalina, a psicobilina (alcalóide derivado de cogumelo mexicano) e o peiote.

Pode-se dizer que a “cultura das drogas”, a partir dos anos 1960, foi, em certo sentido, um fenômeno social que coroou a “descoberta”, pelo mundo ocidental, de drogas psicotrópicas já utilizadas – em geral, com motivos religiosos e místicos – na Ásia, África, América Latina e até mesmo entre populações marginalizadas dentro do Primeiro Mundo, como os índios norte-americanos. Foi assim com a maconha e suas variantes, como o haxixe, redescoberto pelos europeus no século XIX, quando o psiquiatra francês Jean-Jacques Moreau fundou o Clube do Haxixe em Paris. Moreau trouxera a droga do Oriente Médio, que seria usada com objetivos estéticos e recreativos no clube. Mas a maconha logo criou má fama no sisudo mundo ocidental. Em 1937, os Estados Unidos tornariam ilegal o seu uso (numa lei considerada pela própria Corte Suprema, em 1968, como inconstitucional). Apesar da proibição, a maconha seria amplamente usada nos anos 1960 pelos jovens nas contraculturas. A luta por sua liberação total movimentou até hoje variados grupos. Jerry Rubin, em seu livro *Do it!*, faria uma verdadeira pregação sobre a maconha:

“Maconha transforma cada pessoa em Deus... Maconha transforma o entorno. Todas as barreiras que nós construímos para proteger nós mesmos dos outros desaparecem... Maconha é o teatro de rua da mente. Maconha está destruindo as escolas. Educação é condicionante. Maconha descondiciona. Escolha nos torna cínicos. Maconha nos torna sonhadores. Educação polariza nossa inteligência em sujeitos, categorias, divisões, conceitos. Maconha eleva lentamente nossa mente e apresenta tudo como uma perfeita desordem... Maconha é um soro da verdade... ‘Por que morrer na Montanha Hamburgo?’, pergunta o soldado americano fumante de maconha, enquanto aponta sua arma na cabeça do capitão que ordena para que ele tome uma montanha que só o Vietcong quer”.<sup>32</sup>

Outras drogas psicodélicas eram usadas milenarmente por religiões, seitas e místicos, nos países não-ocidentais e, logo, também no mundo ocidental. Em geral, no entanto, seu uso era restrito aos iniciados e às escondidas. Entre os indígenas norte-americanos, seria fundada a Igreja Nativa Americana, reconhecida legalmente, onde se fazia uso do peiote (espécie de cacto que tem mescalina). O peiote foi também usada por Aldous Huxley (que registra a experiência em *As portas da percepção*) e Alleng Ginsberg (que trata dele em *Birth*, de 1960).

---

<sup>32</sup> Cit. In. David R. Farber. *op.cit.*, p. 221.

A mesma institucionalização da Igreja Nativa foi tentada por Arthr Kleps, que nos anos 1960 fundou a Igreja Neo-Americana, em Miami. Em vez do peiote, seus discípulos, que não eram indígenas, usariam o LSD (chamado por Kleps de o “Hóspede Verdadeiro”) para entrarem em êxtase religioso.

No passado, outros “gurus” ocidentais faziam experiências sobre os êxtases místicos induzidos por drogas, como Georges I. Gurdjieff (1877-1949) que, nascido na Armênia, estudou sufismo e viajou pelo Oriente Médio para aprender técnicas desta seita. Na Rússia, antes da Primeira Guerra, além de criar um sistema de conhecimento interior e produzir performances de dança e música, Gurdjieff escreveu livros relatando as experiências em busca da sabedoria e sobre métodos para a expansão das realidades, inclusive com o uso de drogas. Outro nome polêmico foi Aleister Crowley (1876-1946) que, depois de participar da renascença literária irlandesa e da Ordem Hermética do Golden Dawn, formaria seu próprio círculo místico e viajaria ao Oriente para estudar ioga e esoterismo. Em 1904, alegou ter conseguido estabelecer uma comunicação telepática com uma inteligência superior, a partir do que previu o começo de uma “Nova Era” e escreveu aforismos como “Fazes o que quiseres; esta é toda a lei” e “Todo homem e toda mulher é uma estrela”. Crowley também experimentou todas as drogas disponíveis em busca da “transcendência” e distribuía extrato de peiote para o público de suas palestras na Inglaterra. Além de inventar um novo tarô, criar uma versão condensada do *I Ching* e escrever muitos trabalhos sobre ocultismo, Crowley defendeu a idéia de que a proibição de drogas, além de inútil, só aumentaria o seu mau uso.<sup>33</sup> Nesta tradição esotérica, podemos colocar também Carlos Castañeda. Como pós-graduando em antropologia em Los Angeles, foi ao México para estudar com xamãs que usavam plantas alucinógenas, publicando em 1968 o livro *Os ensinamentos de Don Juan*, sobre o uso de peiote e psilocibina. Outros livros viriam mais tarde, baseados nos ensinamentos de um mágico indígena, como *Uma estranha realidade*.

Vários outros intelectuais que fizeram, antes e durante os anos 1960, experiências com drogas psicodélicas, alertaram também sobre o uso místico-religioso delas. Destaca-se Allan Watts, um inglês de nascença, que foi pastor anglicano, professor, editor e autor de livros sobre religião oriental e psicologia da consciência. Seu primeiro livro, com 20 anos de idade, foi *O espírito do Zen*, onde expôs fundamentos do budismo. Sobre as religiões orientais, fez também muitos programas de rádio e palestras. Tornou-se, enfim, adepto do uso de drogas



psicotrópicas para fins espirituais. Seu livro *The Joyous Cosmology* descreve o misticismo induzido pelas drogas: “Há uma fome espiritual, religiosa ou mesmo metafísica, entre os jovens a quem as religiões padronizadas e definidas simplesmente não satisfazem... (religiões que)... não transformam seu modo de sentir, seu modo de vivenciar sua própria existência ou sua própria identidade”.<sup>34</sup>

Também Timothy Leary apontou o potencial das drogas psicotrópicas permitirem a experiência mística, experiência que, ao seu ver, quebrava o dogma judaico-cristão de um deus único e permitira a criação de uma religião secularizada: “As drogas que expandiam a mente para realidades múltiplas levariam inevitavelmente a uma visão politeísta do universo. Percebemos que o tempo para uma nova religião humanista, baseada num pluralismo e paganismo científicos bem intencionados e inteligentes, havia chegado”.<sup>35</sup> Apesar disto, quando Leary realizava experiências em Harvard com a psicobilina, foi procurado por alguns acadêmicos religiosos da própria universidade que aplicaram a droga em dezenas de jovens estudantes numa capela, na sexta-feira santa de 1962, pesquisando a relação dela com os êxtases místicos. Os resultados pareciam favoráveis, mas a reação de Faculdade de Teologia em Harvard e de praticamente todos os religiosos e teólogos do país foi muito negativa.<sup>36</sup>

Além dos místicos, uma longa tradição de intelectuais e cientistas pareceu preparar a onda psicodélica dos anos 1960. Entre eles, Paolo Mantegazza (1831-1910), italiano, que publicou o primeiro ensaio na Europa sobre os diferentes usos da cocaína. Mantegazza afirmaria no seu livro *Human ecstasy* que “com os recursos da medicina é impossível distinguir o êxtase induzido por substâncias químicas do êxtase místico”.<sup>37</sup> O psicólogo norte-americano William James (1842-1920) foi o primeiro pesquisador renomado de drogas para o cérebro nos Estados Unidos, fazendo pesquisas em Harvard com o uso peiote e óxido nitroso. Segundo Leary, “sua hipótese de que ‘esculpimos’ nossas realidades a partir da ‘continuidade desarticulada do espaço’ tomou-se o princípio básico da cultura das drogas da década de 60”. Outro nome importante foi Robert Wasson, banqueiro que se tornou experimentador pioneiro dos “cogumelos sagrados” no México e escreveu livros sobre experiências com drogas e a relação entre religião e drogas. Wasson se iniciou com Maria Sabina, feiticeira mexicana, que,

---

<sup>33</sup> Timothy Leary. *op.cit.*

<sup>34</sup> *Cit. In.* John Cashman. *LSD*, São Paulo: Perspectiva, 1980, p. 86.

<sup>35</sup> Timothy Leary. *op.cit.*, p. 139.

<sup>36</sup> *Ibid.*

<sup>37</sup> *Ibid.*, p. 374.

depois de Wasson foi procurada por muitos jovens e acabaria sendo molestada durante vários anos pela polícia do seu país.<sup>38</sup>

Aldous Huxley (1894-1963) foi talvez o precursor mais famoso da cultura das drogas. Huxley, nos anos 1920, escreveu romances ironizando a decadência da vida intelectual européia. Mudou-se para a Califórnia em 1935 e passou o resto da vida escrevendo sobre filosofia transcendental, futurismo e inteligência, como *As portas da percepção*, *Céu e inferno*, *A ilha*, quase sempre “iluminado” pelos efeitos das drogas psicodélicas, das quais foi o mais conhecido defensor em sua época. Ken Kesey, romancista norte-americano, considerado “pai” do movimento *hippie*, foi, assim como Huxley, um voluntário de pesquisas patrocinadas pela CIA com o LSD nos anos 1950. Na área da literatura, também os *beats* foram experimentadores de drogas psicoativas em conjunção com novas experiências literárias, novos estilos de vida, misticismos e zen-budismo.

Foi o cientista norte-americano Albert Hofmann que, estudando a ergotamina, substância vinda de um fungo de centeio, produziu um derivado do ácido lisérgico, a dietilamina do ácido lisérgico, o LSD-25, que testou em ratos em 1938. Em 1943, descobriria seus efeitos psicodélicos no homem. Em 1958, sintetizou a psilocibina, substância ativa do cogumelo mágico mexicano. Outro parceiro oculto e sinistro neste desenvolvimento foi a CIA, que patrocinou nos anos 1950 uma série de experiências secretas, intermediadas por universidades e cientistas, sobre drogas psicotrópicas, inclusive o LSD – as drogas seriam usadas em interrogatórios, lavagens cerebrais e outras iniciativas militares clandestinas: “A CIA patrocinou dezenas de experiências com drogas, inundando centros de pesquisa conservadores com milhões de doses de LSD”.<sup>39</sup>

Mas as experiências que mais alarde criaram foram aquelas realizadas por Timothy Leary e outros colaboradores em Harvard, no início dos anos 1960. As experiências de Leary e, talvez até mais, o alarde provocado na mídia e opinião pública, colaboraram muito para a conexão das experiências ocultas e discretas do passado com o uso generalizado pelos jovens das drogas nos anos 1960. Outro pesquisador, fazendo algo semelhante a Leary entre 1954 e 1970, mas sem atrair a imprensa, foi Oscar Janinger, que ministrou LSD em várias pessoas famosas e influentes, inclusive importantes nomes do cinema, como Cary Grant, que se tornou um entusiasta do LSD.

---

<sup>38</sup> *Ibid.*, p. 21.

<sup>39</sup> *Ibid.*, p. 79.

Leary e outros psicólogos de Harvard, como Ralph Metzner, Frank Barron e Robert Alpert, criaram um setor de pesquisa de drogas psicodélicas na universidade em 1960. Leary tomou esta iniciativa depois de embarcar em sua primeira “viagem” com uma droga psicotrópica, ingerindo os famosos cogumelos sagrados mexicanos. Leary, ainda um respeitável professor de Psicologia em Harvard, conta que esta experiência teria sido para ele o ponto de fundação de suas idéias a respeito das realidades existentes para além do superficial e do aparente, de suas concepção sobre a imensidão dos recursos mentais.

“Eu ri novamente da minha pompa diária, da arrogância tacanha dos acadêmicos, da presunção do racionalismo, da impotência aseada das palavras em contraposição à riqueza bruta e dinâmica dos panoramas que inundavam meu cérebro...

Cedi ao prazer da mesma maneira que os místicos fizeram por séculos, quando olhavam pelas cortinas e descobriam que este mundo – tão obviamente real – era na verdade um pequeno palco construído pela mente. Havia um mundo de possibilidades lá fora (lá dentro?), outras realidades, uma série infinita de programas para outros futuros...

Tudo o que aceitamos como sendo realidade é apenas uma construção social...

Aprendi que a consciência normal é uma gota em um oceano de inteligência”.<sup>40</sup>

Em 1961, Leary e sua equipe já tinham feito experiências usando a psicobilina (princípio ativo dos cogumelos que ingeriu no México) com 100 pessoas em Harvard, em geral pós-graduandos da universidade e artistas (como os poetas *beat* e Huxley). Em todas as sessões, os professores também tomavam a droga junto com os pesquisados. Leary acreditava ter encontrado a “pedra filosofal” para a inteligência superior e que centros de pesquisa com drogas, como o seu, poderiam se instalar em qualquer faculdade e departamento: “Mais um ano ou dois, qualquer indivíduo com ambições filosóficas e um desejo sincero de aperfeiçoar a inteligência poderia aprender como usar as drogas efetivamente”.<sup>41</sup>

Em 1961, realizaram uma experiência com 35 detentos, conseguindo diminuir bastante a taxa de reincidência ao crime entre os que usaram a droga – mas os resultados foram contestados, pois, quando libertos, os ex-detentos recebiam também acompanhamento e outros auxílios dos pesquisadores.

Enfim, Leary descobriu o que para muitos jovens seria o motivo principal para o uso das drogas, o prazer: “Nossas drogas filosóficas e censuradas poderiam finalmente ser usadas

---

<sup>40</sup> *Ibid.*, p. 41, 42, 43.

<sup>41</sup> *Ibid.*, p. 90.

para fins prazerosos”. Seja o prazer em si das “viagens”, seja a administração de drogas durante relações sexuais. As drogas psicotrópicas eram, além de “um instrumento para a revelação filosófica, unidade mística e *insights* evolucionários”, poderosos afrodisíacos.<sup>42</sup>

Em 1962, finalmente, Michael Hollingshead trouxe para a equipe de Leary doses de LSD. Os efeitos causados pelo LSD atingem praticamente apenas a mente humana, alterando a percepção de sons e imagens, imobilizando o tempo, fazendo jorrar pensamentos e visões, dissolvendo o ego em uma viagem profunda ao interior psíquico. Uma pequena dose pode fazer os efeitos durarem entre 6 e 14 horas. Para Leary e outros “papas” do LSD, a droga era uma revelação de realidades escondidas e de potencialidades do espírito adormecidas:

“Nunca mais fui capaz de levar tão a sério a minha mente, o mundo social à minha volta ou eu mesmo. Desde aquele tempo, tenho a consciência aguda de que tudo o que percebo e sinto, tudo o que está dentro de mim ou ao meu redor é uma criação da minha própria consciência. Desde aquele dia nunca mais deixei de me sentir como um ator, cercado de personagens, representações, cenários para a tragicomédia que está sendo escrita em meu cérebro”.<sup>43</sup>

A imprensa e a mídia também descobriram o LSD, depois que os jovens, principalmente nos *campi* universitários, trocaram a moda da maconha pela do LSD, ajudando a espalhar um verdadeiro pânico social e institucional, pois o LSD era uma droga muito potente, sem efeitos secundários aparentes e de fácil fabricação. Três sub-comissões foram formadas no Senado dos Estados Unidos para investigar os efeitos desta droga. Em 1966, o governo federal dos Estados Unidos proibiu a venda e a distribuição não-médica desta droga. O único produtor e distribuidor legal do LSD para pesquisas médicas, nos Estados Unidos, retirou a droga do mercado experimental alegando reação imprevista da sociedade. Para Cashman, a ilegalidade do LSD tornou ainda mais “emocionante” e atrativo o seu uso pelas comunidades contraculturais.<sup>44</sup>

Além dos jovens universitários e *hippies*, o LSD espalhou-se pela comunidade cinematográfica de Los Angeles. Outro cenário de drogas era Nova York, em torno da Arte *Pop*. Além dos vanguardistas de Nova York, personalidades do esporte, entretenimento, moda e da alta sociedade cultivavam o uso de drogas, de preferência aquelas com efeitos mais

---

<sup>42</sup> *Ibid.*, p. 146.

<sup>43</sup> *Ibid.* p. 151.

<sup>44</sup> John Cashman. *op. cit.*

relaxantes, como as anfetaminas e tranqüilizantes prescritas por médicos conhecidos como “*feel-good*”.

Leary também desenvolveu algumas “ferramentas” psicodélicas que podiam ser utilizadas durante o uso de drogas ou de forma independente: uma “máquina de escrever” que identificaria os níveis de consciência atingidos pelos pacientes nas sessões com drogas; uma série de sons (batidas de coração, fluxo sanguíneo em vasos capilares, revoltas populares em 24 idiomas, fogos de artifício, gemidos eróticos etc.) que identificavam os níveis atingidos na “viagem”; uma “Câmara do Tempo”, com entrada secreta, paredes e teto com desenhos hindus, chão com almofadas de veludo vermelho e estátua de Buda – para se esquecer, durante uso de drogas, o lugar onde se estava; publica uma versão psicodélica de “O livro tibetano dos mortos”, com o título *The psychedelic experience* (“A experiência psicodélica”); publica um livro de poesias psicodélicas baseado no *Tao te ching*, realiza experiências com *show* de luzes estimuladoras do cérebro, tentando repetir os efeitos do LSD sem o uso da droga, contatando artistas da iluminação – uma enxurrada de cores atingia áreas do cérebro nunca ativadas antes deste modo; *show* junto a equipe de efeitos especiais para produzir performances teatrais dos grandes mitos religiosos, científicos e filosóficos, com uso de técnicas psicodélicas – era a Liga para a Descoberta Espiritual, fundada em Nova York.

Leary decide desligar-se de Harvard, em 1965, para formar uma nova organização: IFIF (trocadilho com “se, se”, Fundação Internacional para a Liberdade Interior). Tinha a intenção de fundar centros de pesquisa em todos os Estados Unidos. Cada equipe teria consultores médicos, psicólogos e jurídicos, e aceitaria de bom grado artistas, escritores, religiosos e pessoas em busca de sentido para a vida. Uma sede nacional faria a publicação de um periódico (o *Psychedelic Review*, editado por Ralph Metzner), procuraria drogas de boa qualidade e faria *workshops* de verão no México, pesquisando drogas que ainda eram legais então, como a psilocibina, mescalina e LSD. Havia um projeto do próprio IFIF começar a fabricar estas drogas, prevendo que em cinco anos seriam os maiores fabricantes de drogas do mundo. Num artigo no jornal dos estudantes de Harvard, escreveu empolgado Leary: “Em vinte anos, todas as instituições sociais terão sido transformadas por novas percepções fornecidas pelas experiências da consciência expandida. Muitas instituições sociais novas terão sido criadas para lidar com a expressão do sistema nervoso potencializado”.<sup>45</sup>

---

<sup>45</sup> Timothy Leary. *op.cit.*, p. 205.

Outra experiência similar foi organizada por John Griggs, a IAE (Irmandade do Amor Eterno). O IAE abriu uma loja de artigos para *hippies* (*Mystic Arts World*), que vendia livros sobre religião, genética, psicologia, misticismo, psicofarmacologia etc., tinha uma seção de comida natural, sala de meditação, galeria de arte, boutique com roupas afegãs, sandálias de couro e roupas de artesãos locais. A loja também era usada como lavagem de dinheiro dos lucros obtidos com o comércio de maconha e LSD. Griggs tinha, em 1967, 30 anos, era profundamente religioso e formou o IAE com dez outras famílias, além da sua, com o lema “Mantenha-se viajando e ame a Deus”: “A Irmandade sintetizava o breve momento, no início do comércio de drogas, em que florescera os ideais utópicos”. O IAE tornou-se uma lenda mundial e desapareceu silenciosamente depois da morte de Griggs em 1968 (após tomar uma dose de psilocibina adulterada contendo estricnina).<sup>46</sup>

Em 1968, Leary, já considerado um dos “papas” das drogas pelas contraculturas, decidiu se candidatar a governador da Califórnia. Procurou o contato e o apoio da imprensa alternativa da Califórnia, fez uma trilha sonora da campanha em que Jimi Hendrix e sua banda faziam um fundo musical para a recitação de poemas neurológicos de ficção científica (“Você pode ser quem quiser nesse tempo que se aproxima”, “O que você liga quando você se liga?”, “Dei a volta ao mundo dentro do meu cérebro, evolui e não doeu nada”) e pediu para John Lennon fazer uma canção para a campanha (seria a primeira versão de *Come together*). Um cartaz de campanha mostra o rosto de Leary em torno de letras e desenhos de chamas e cogumelos em estilo psicodélico.<sup>47</sup>

Mas as coisas não seriam tão boas para Leary, que seria demitido de Harvard junto com Alpert, veria fechado seu centro de verão no México, seria expulso de vários países da América Central (em busca de um lugar para abrigar o novo centro) e veria a polícia cercar e invadir sua Fundação Castália, uma casa na Califórnia. Leary acabaria preso e condenado pelo porte de uma pequena quantidade de maconha, em 1970.

Nos anos 1960, maconha e LSD generalizam-se entre os jovens de classe média norte-americanos, são adotados por muitos jovens na Europa Ocidental e tomam-se parte cada vez mais essencial dos estilos de vida adotados pelos *hippies* e outros membros das contraculturas. Uma série de gírias espalhou-se entre a juventude para se referir ao LSD. O LSD se tomava o “ácido”, a experiência com o LSD era a “viagem” (*trip*), o usuário era o “cabeça ácida” (*acid*

<sup>46</sup> *Ibid.*, p. 349.

<sup>47</sup> *Ibid.*, p. 366.

*head*), o efeito na mente era a “evasão” (*flip-out*), o experimentado era o “guru”, aquele que não tomava a droga durante as sessões, para impedir acidentes, era o “controle de terra” (*ground-control*), o fornecedor era o “agente de viagens”, um grupo de usuários era o “Clube de Exploradores” e uma festa com ácido no ponche era o “Teste Ácido”.<sup>48</sup>

A imprensa *underground* assumia de forma exponencial o culto às drogas, como na revista *Oracle* de outubro de 1967: a matéria principal era uma entrevista com Timothy Leary, um artigo de um ecologista aludia também sobre as drogas, uma entrevista com um músico de rock que também fala de drogas, o artigo “Vida e êxtase” era sobre experiências com LSD e dava dicas sobre como montar em casa objetos que aumentam os efeitos psicodélicos e uma seção científica ensinava como não contrair hepatite ao compartilhar agulhadas de anfetaminas. Em outros semanários *hippies* igualmente “encontra-se a mesma obsessão pelos problemas das drogas. As colunas de cartas estão cheias de novos preparados caseiros, alguns de arrepiar os cabelos. Os editoriais transformam as leis sobre narcóticos e as maneiras de burlar as autoridades fiscalizadoras no alfa e ômega da política”.<sup>49</sup>

Para os papas da Contracultura, a atração dos jovens continha um fator positivo – a maior abertura da juventude para novas experiências. Leary observou que os mais maduros tendiam a resistir mais aos efeitos das drogas psicotrópicas, tentando controlar a consciência, minorando os efeitos. Deste modo, “juventude tornava-se um fator determinante em nossa pesquisa. Quanto mais velha a pessoa, maior o medo da experiência visionária”.<sup>50</sup> Para Alan Watts, a busca das drogas revela uma revolta dos jovens contra o mundo construído pelos adultos, contra a realidade aparente alienadora e insensata:

“Uma porção de jovens não querem continuar a fazer como seus pais fizeram: vender seguros, trabalhar em bancos, vender ações etc. A relação é simplesmente que essas atividades não parecem ter qualquer relação com a vida... Sinto que o desenvolvimento de um novo senso de identidade está por trás do fascínio pelo LSD, pela marijuana e pelos psicodélicos, porque eles ajudam a deixar tombar os véus e as barreiras com as quais construímos nosso sentido de individualidade isolado e peculiar”.<sup>51</sup>

A opinião defendida por Leary era, entretanto, diferente de uma simples liberalização das drogas psicodélicas. Defendia um controle do comércio e consumo destas drogas, algo

<sup>48</sup> John Cashman. *op. cit.*

<sup>49</sup> Theodore Roszak. *op. cit.*, p.168.

<sup>50</sup> Timothy Leary. *op.cit.*, p. 88.

<sup>51</sup> *Cit. in.* John Cashman. *op. cit.*, p. 106.

necessário para evitar que seu consumo transformasse-se em alienação e fuga da realidade, em vez de evolução mental espiritual:

“As drogas serão sempre um fato, independentemente do que o governo faça, especialmente entre a geração de jovens... As drogas farão parte permanente da cultura americana. Os garotos estão adquirindo habilidades que os adultos não podem controlar... A habilidade de mudar o que pensam. O governo não deveria deixar as drogas se tornarem um monopólio dos jovens”.<sup>52</sup>

Também Alan Watts recomendava a administração do LSD somente após preparação espiritual e cultural do usuário, como parte de uma busca conseqüente da expansão da consciência.

Theodore Roszac, por sua vez, criticaria tenazmente os rumos enfim tomados pelas contraculturas e o movimento *hippie*, ao tornar a experiência psicodélica com drogas a principal e, em muitos casos, a única forma de exploração da consciência e da busca de novos compartimentos do espírito. Deste modo, grande parcela dos jovens nas contraculturas rumava para a alienação e auto-destruição: “A experiência psicodélica é um elemento importante da rejeição radical da sociedade adulta por parte dos jovens. Contudo, é essa busca frenética da panacéia farmacológica que tende a desviar muitos jovens de tudo quanto sua rebelião tem de mais valioso e que ameaça destruir suas sensibilidades mais promissoras”.<sup>53</sup> Roszac aponta também, já no início dos anos 1970, uma aproximação fatal entre as contraculturas e a criminalidade e o tráfico de substâncias ilegais – a transformação da busca pela nova consciência em um mercado dominado por interesses comerciais insensíveis e “uma desalentadora dependência de drogas”.<sup>54</sup>

Já no final dos anos 60, os *hippies* e muitos outros jovens tornaram-se usuários de outras drogas com efeitos diferentes, como a euforizante cocaína que, diferente da maioria dos drogas alucinógenas, vicia perigosamente o usuário. O uso de novas drogas com efeitos euforizantes ou “relaxantes” pelas contraculturas indicam o encerramento de uma época em que o consumo de drogas era menos um vício ou uma fuga, e sim uma experiência a mais de vida. A cocaína torna-se então a droga dos anos 1970 – anos da desmobilização política das juventudes de classe média no Primeiro Mundo e do fim da era *hippie*, época de imersão no individualismo consumista, das crises de petróleo, do aumento do desemprego e do

<sup>52</sup> Timothy Leary. *op.cit.*, p. 254.

<sup>53</sup> Theodore Roszak. *op.cit.*, p. 161.



sucateamento e comercialização da cultura jovem. A cocaína efetua em seu usuário uma sensação (diferente do LSD) de poder e hedonismo absoluto, ao mesmo tempo que radicaliza as características dos estilos de vida consumistas e hedonistas das sociedades contemporâneas. Também, acaba sendo uma fuga individual e desesperada deste mesmo mundo que tende a ocultar a criatividade e a expansividade dos indivíduos.

### **Místicos e esotéricos**

As contraculturas, assim como fizeram em relação às drogas, trouxeram à tona uma variedade inesperada de tradições religiosas, místicas, esotéricas, filosóficas e culturais que, nas sociedades racionalistas construídas pela Revolução Industrial, se acreditavam eliminadas ou delimitadas ao “Oriente” simbólico.

Desde o início do século XX, a cultura ocidental parecia se abrir a estas práticas “sobreviventes” da era pré-moderna ou trazidas dos mundos intocados pela ocidentalização. Para além de algumas seitas ocultistas e outras experiências consideradas “exóticas”, como as de Gurdjieff, Crowley, Madame Blavatsky (fundadora do movimento teosófico no fim do século XIX) e Annie Besant (professora de misticismo hindu e doutrinas secretas), a astrologia se recriou nos anos 1930. Para tanto, a astrologia moderna teve que sair do mistério, perdeu seu fundamento cosmológico, “pretende até se reconciliar com a ciência”, se democratizou, se massificou e ofereceu-se como um produto para a orientação do indivíduo.<sup>55</sup>

As contraculturas, em certo sentido, radicalizaram vários dos questionamentos e desconfortos, sentidos durante todo o século XX, dentro das camadas integradas à cultura ocidental. Para Hobsbawm, “nenhum período da história foi mais penetrado pelas ciências naturais nem mais dependente delas do que o século XX. Contudo, nenhum período, desde a retratação de Galileu, se sentiu menos à vontade com elas”. Isto se deu principalmente na segunda metade do século XX, justamente quando as relações entre ciência, tecnologia e aplicação prática mais se estreitaram.<sup>56</sup> Foram vários os frutos deste desconforto diante da tecnologia e desta desconfiança em relação às ciências. Ciências e tecnologia que eram cada vez mais incompreensíveis, que pareciam ter conseqüências sociais imprevisíveis e interferir arbitrariamente na ordem natural do universo. Entre estes frutos, a ficção científica se tornava mais sombria e pessimista em relação ao futuro da condição humana e muitos dos leigos

---

<sup>54</sup> *Ibid.*, p.168.

<sup>55</sup> Edgar Morin. *Cultura de massas no século XX. O espírito do tempo – 2. Necrose*, com a colaboração de Irene Nahoum, Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1986, p. 117.

passaram a procurar fatos inexplicáveis pela ciência, como forma de se oporem a ela e devolverem um pouco de mistério e encantamento ao mundo dessacralizado pelos profissionais do conhecimento. Primeiro nos Estados Unidos, depois na Inglaterra e, enfim, em todo mundo, cada vez mais pessoas passaram a ver “discos voadores” – um tema que não estaria ausente das contraculturas.

No início dos anos 1960, com o desenvolvimento das contraculturas, surgiu uma nova “terra de ninguém” cultural, um território ausente ainda de dogmatismos e instituições internas de censura. Para Morin era o solo ideal onde iria prosperar a “Nova Gnose”, onde nem mesmo aquela “limpeza” que se fizera com a astrologia moderna seria necessária. Até a cultura de massas adotou rapidamente a “Nova Gnose”. Morin cita a revista *Planète* como uma operadora desta renascença de esoterismos e misticismos ocultos, que convivem com outros saberes nas margens da explicação científica e concepções filosóficas que valorizam o espiritual:

“Se encontram lado a lado o zen, Huxley, Krishnamurti, os ‘extraterrestres’, Teilhard de Chardin. Na ‘nova gnose’ se reúnem e se misturam, de maneira sincrética, temas saídos das crenças ou das filosofias mais diversas, não apenas as concepções até então atiradas no antigo *underground* da cultura ocidental, mas também germes do Extremo Oriente, panteísmos ou pancientismos evolucionistas que anunciam um homem do futuro, informações ou sugestões colhidas nas fronteiras da ciência e que evocam a antimatéria ou os astros invisíveis. Todas estas contribuições são imersas em um banho de religiosidade, de mistério, de misticismo difuso”.<sup>57</sup>

Nos seminários *hippies* também se realiza o sincretismo religioso, místico e esotérico: imagens de Cristo e profetas, matérias sobre Zen, sufismo, hinduísmo, xamanismo, teosofia, Tantra Canhoto, satanistas, neognósticos, pretensos *swamis*, desenhos de pílulas de LSD junto a um colar de signos indianos etc.<sup>58</sup> Na Contracultura, aliás, o sincretismo vai além do estritamente “espiritual”, pois as mesmas revistas tratavam de rock, festivais, eventos, drogas, sexualidade, pornografia, comportamento, valores e formação de comunidades, continham publicidade de um emergente mercado *hippie* e até discussões políticas. Um exemplo é o semanário *underground The Berkeley Barb*: na introdução, um “sermão esquerdista” contra o governo; as páginas centrais são dedicadas a “uma louca mandala em honra as *iojis* locais”; nas

<sup>56</sup> Eric Hobsbawm. *Era dos Extremos. O breve século XX. 1914-1991*, São Paulo: Cia. das Letras, 1995, p. 504.

<sup>57</sup> Edgar Morin. *op. cit.*, p. 121.

páginas finais, anúncios dos “Servos da Consciência”, que ostentam 136 símbolos diferentes em uma meditação, e do “o oráculo de São Francisco” com fotografias de Madonas nuas que têm flores nos cabelos e amamentam bebês. Para Roszac, os jovens colocavam de lado, desta forma, a tradição intelectualista secular e cética da ciência ocidental.<sup>59</sup>

Para Roszac, tal ecletismo místico-mágico de caráter profanador e provocativo originara-se dos *beats*. Já era então uma aventura visionária de imanência, não de transcendência, nem escapista nem ascética, mas mundana. Muito marcante entre os *beats* foi a experiência Zen, no começo dos anos 1950. Mas, para Roszac, logo o Zen foi usado pelos *beats* de forma vulgarizada, de maneira a legitimar sua atração pela incoerência e paradoxo e, logo, para a liciosidade sexual. Os jovens teriam, como os *beats* fizeram com o Zen, adotado também esta maneira simplificada e prazerosa das formas esotéricas. Aliás, o Zen foi rapidamente incorporado pelos *hippies*. Também os *beats*, através de Ginsbergh, ajudaram a levar o hinduísmo ao movimento *hippie*. “Seguindo Gingsberg, os jovens pregam guizos nas roupas, metem flores atrás das orelhas e escutam enlevados os cânticos”.<sup>60</sup> Logo, as contraculturas partiram para o intenso sincretismo que vimos acima que, na opinião de Roszac, tratava de modo leviano as diversas “tradições religiosas”: “Os jovens de modo geral não entendem estas tradições. Ninguém se apropria da sabedoria das eras atirando aqui e ali algumas frases exóticas, nem aprende o que quer que seja sobre o folclore ou a religião de um povo apenas por utilizar alguns talismãs e consumir LSD”.<sup>61</sup> Assim como se deu com as drogas, as contraculturas desviavam-se, para Roszac, das potencialidades de enriquecimento cultural no contato com tradições diferentes do secularismo ocidental.

Heranças das experiências sincréticas das contraculturas se vêem ainda hoje, principalmente no que é chamado de “Nova Era”, a proposta da busca alternativa de autoconhecimento e autodesenvolvimento espiritual a partir de uma série de doutrinas esotéricas, ritos tribais e filosofia orientais, através de variadas práticas, com certo caráter individualista e sincrético. A “Nova Era” teve origem nos anos 1960, através de movimentos da Contracultura como as comunidades *hippies* dos Estados Unidos e grupos britânicos da “igreja da luz” (que faziam discussões religiosas): “Os jargões dessas comunidades ainda hoje norteiam a Nova Era: ‘abrir a mente’ e ‘toda a experiência vale a pena.’” Ioga e meditação

---

<sup>58</sup> Theodore Roszak. *op. cit.*

<sup>59</sup> *Ibid.*

<sup>60</sup> *Ibid.*, p.143.

<sup>61</sup> *Ibid.*

viraram moda no fim dos anos 1960, e o início dos anos 1970 assistiu a uma maior importação ainda de religiosidades asiáticas, o *boom* de escolas de arte marciais e os grupos de estudo de filosofias orientais.<sup>62</sup>

Assim, de qualquer forma, as contraculturas ajudaram a abrir novas portas de contato com o que havia de diferente em relação à cultura desencantada e racionalista. Porém, retornava o perigo de tratar o diferente como exótico, como curiosidade, como entretenimento em que, dentro do território cultural de um “Outro”, todos os impulsos ao mistério, místico, sensorial e sensual são permitidos levemente. Mas não apenas o “Outro” foi revirado à distância em suas tradições místicas, religiosas e psicodélicas. A tradição dos pensadores inconformistas, como os *beats* e os “papas” da Contracultura, viajarem à Índia, ao Oriente Médio ou a outros recônditos misteriosos do Leste, foi transferida também para uma crescente massa de jovens *hippies* interessados em experiências místicas mais autênticas ou, simplesmente, drogas baratas e liberalizadas. Até mesmo os *Beatles* aderiram à crescente nova onda de buscar o “Outro” fisicamente, chegando de surpresa à Índia, para seguir o guru Maharishi. Estava aberta de vez a porta para o “Oriente” místico: “Aos 4 besouros cabeludos, seguiram-se milhares de franceses, norte-americanos, ingleses e alemães, cobiçosos de ‘narcose química e religiosa e de poderes sobrenaturais’. Em pouco tempo, tal corrida à ‘pedra filosofal’ legou à Índia uma bizarra população flutuante ilegal de *hippies* mendicantes e uma inédita fauna local de ‘sacerdotes fundamentalistas caçadores de butim, barões da droga e homens santos de mantos cor de açafreão que negociam armas’”.<sup>63</sup>

O turismo místico/psicodélico começaria a fazer parte dos hábitos de integrantes mais ousados das classes média e alta do Ocidente, gerando até uma interessante proposta do controvertido Timothy Leary: “Sempre senti que a viagem ao Oriente deveria fazer parte do programa do colegial, uma espécie de acampamento de verão educativo”.<sup>64</sup> No rastro do novo orientalismo, as tradições culturais variada e riquíssimas dos mundos fora da Europa Ocidental e dos Estados Unidos transformavam-se em num breve turismo “educativo”, para ser consumido fugazmente pelos ocidentais sedentos de exotismo.

<sup>62</sup> Thales de Menezes. “A ‘religião’ do indivíduo”, *Folha de S. Paulo*, Especial 16, 26/12/1999.

<sup>63</sup> Alvaro Machado. “Gita Mehta retrata ocidentalização da Índia”, *Folha de S. Paulo*, 25/12/1999, p. 4.4.

<sup>64</sup> Timothy Leary. *op.cit.*, p. 505.

## Sexualidade

Há ainda um outro setor polêmico dos comportamentos humanos que foi revirado pelas contraculturas nos anos 1960, a sexualidade. Novamente, as contraculturas pareceram seguir criativamente os rastros deixados por importantes estudiosos da sexualidade, principalmente Wilhelm Reich (1897-1956). Reich participara do grupo de psicanalistas freudianos de Viena, de onde seria expulso. Suas teorias sobre corpo e sexualidade, desenvolvidas em tratados clássicos como *A revolução sexual* e *A função do orgasmo*, escritas no início da década de 1930, tornaram-se base para diversas terapias, como a bioenergética e a Gestalt. Já nos Estados Unidos, acabou preso por vender gabinetes de “orgone”, que ele projetou, onde a pessoa podia sentar-se e absorver energias curativas. Reich morreria na prisão. Nestes dias, agentes federais norte-americanos confiscaram e queimaram seus livros que, mais tarde, seriam consagrados. Em seu livro, *O combate sexual da juventude*, adiantava tenazmente um dos principais temas das contraculturas:

“A família e a escola são, do ponto de vista político, oficinas para produzir pessoas obedientes à ordem burguesa... A falta de espírito crítico, a proibição de protestar, a ausência de opinião pessoal caracterizam a relação das crianças fiéis à família, do mesmo modo como os empregados e funcionários se submetem ao Estado e os operários sem consciência de classe se submetem aos patrões... A repressão das tensões e dos desejos sexuais exige uma grande energia física de cada indivíduo. Isto inibe e lesa o desenvolvimento da capacidade de raciocinar criticamente. Pelo contrário, quanto mais a sexualidade se expande de maneira sadia e vigorosa, tanto mais nos tomamos livre e ativos, críticos de nosso comportamento em geral. Mas isso não é tolerado pelo capitalismo, que defende a autoridade e a tradição”.<sup>65</sup>

Apesar de Reich não ser exatamente um defensor da liberalidade sexual, suas concepções sobre a repressão sexual como forma do “sistema” absorver as energias vitais dos indivíduos foram muito influentes. Na prática das experiências sexuais liberadas, *hippies* e outros jovens nos anos 1960 realizaram a rebelião que Reich, em certo sentido, preconizara. Acreditava-se que a livre sexualidade quebraria as amarras da autoridade, solaparia a legitimidade do poder, da tradição e da repressão realizada pelas instituições que tolhiam as energias criativas do ser humano. Enquanto a maioria dos jovens engajados nos movimentos sociais dos anos 1960 desobedeciam, nas suas práticas cotidianas, tabus como os da virgindade, outros, como os *hippies*, realizaram em vários casos experiências sexuais extremas.

<sup>65</sup> Cit. in. Mario Furley Schmidt. *Nova história crítica*, São Paulo: Nova Geração, 1999, vol. IV, p. 256.

Outro autor relativamente influente no questionamento da sexualidade nos anos 1960 foi Herbert Marcuse, citado por suas idéias a respeito do “sistema” (que chama de “sociedade unidimensional”) e da “alienação” (que trata como “sublimação repressiva”). Na sua tentativa de unir psicanálise e marxismo, Freud e Marx, e de relacionar a dominação ideológica na sociedade industrial com o tolhimento da verdadeira energia libidônica, Marcuse colaborou, pelo menos entre os mais esclarecidos dentro das contraculturas e das novas esquerdas, para a aproximação na teoria do que os jovens já faziam na prática: a união entre revolução comportamental e revolta política.<sup>66</sup>

De qualquer forma, os anos 1960 foram os da “Revolução Sexual”, certamente, complementando o processo de transformação da sexualidade ocidental que, para Giddens, iniciou-se no final do século XVIII. A direção principal deste processo reside no fato das mulheres, no que se refere à sexualidade, exigirem igualdade em relação aos homens e demandarem o “relacionamento puro”. Um primeiro passo nesta direção se deu com a ascensão do “amor romântico”, desde o final do século XVIII, concebendo a possibilidade (e o desejo) de estabelecer-se um vínculo emocional durável entre os parceiros. Outro processo também tem origem no final do século XVIII, com a Revolução Industrial e a urbanização, que logo exigiram a limitação do tamanho da família. Trata-se da emergência da “sexualidade plástica”, ou seja, das relações sexuais liberadas das necessidades reprodutivas. A sexualidade plástica terá um grande desenvolvimento graças aos anticoncepcionais modernos, principalmente a pílula anticoncepcional, inventada justamente nos anos 1960.<sup>67</sup> Giddens não deixa claro sua opinião, mas parece patente que os anos 1960 realizaram uma verdadeira “revolução sexual”, em muito graças à pílula, que permitiu transformações radicais na sexualidade ocidental.

Pesquisas nos Estados Unidos ilustram uma grande defasagem entre as gerações que ficaram maduras antes dos anos 1960 e as que ficaram depois. Nas gerações anteriores à década de 60, há uma maior tendência de se valorizar a virgindade, o casamento tradicional e as relações sexuais segundo velhos códigos de conduta (em que o marido é o lado dominante da relação). Nas gerações mais novas, principalmente entre as mulheres, há uma crescente desvalorização da virgindade, a defesa do direito das mulheres terem relações quando acharem apropriado, o estabelecimento de uniões não garantidamente duradouras mas em que a

<sup>66</sup> Herbert Marcuse. Eros e civilização. Uma crítica filosófica ao pensamento de Freud, Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

<sup>67</sup> Anthony Giddens. A transformação da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas, São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993.

linguagem do romance é empregada, o aumento das experiências sexuais em quantidade e diversidade, a quebra do papel dominante masculino na relação sexual e uma maior publicização do homossexualismo. A falha no controle sexual dos homens sobre as mulheres e a emancipação sexual das mulheres trazem duas possibilidades: o aumento do abismo emocional entre os sexos *versus* as transformações radicalizadoras da sexualidade e da democratização da intimidade.<sup>68</sup> O que importa reter aqui é o amplo papel transformador desempenhado pela onda mundial de revoltas, no tocante à sexualidade, realizando ou legitimando novas liberdades no campo dos prazeres e dos relacionamentos, abrindo caminho mesmo para os movimentos feministas e homossexuais, tão fortes a partir dos anos 1970.

### Yippies, cultura e política

Abbie Hoffman e Jerry Rubin, que haviam escandalizado a opinião pública com seu teatro de guerrilha em plena Bolsa de Valores de Nova York, fundariam um outro grupo contracultural: os *yippies*. De certa forma, não combinava muito com o estilo das contraculturas a criação intencional de um movimento ou organização. Mas era isto que tentaram fazer estes dois norte-americanos, que já haviam participado de movimentos estudantis e anti-guerra e tinham muitos contatos com grupos *hippies*, a imprensa *underground* e a cultura das drogas. Celebrando o ano novo de 1968, no apartamento de Hoffman em Nova York, ele, Rubin, suas companheiras e Paul Krassner (editor da revista *Realist*), um pouco na brincadeira, aventaram a formação de um Partido Internacional da Juventude, com as iniciais YIP em inglês (*Youth International Party*). O YIP, cujos membros seriam os “*yippies*”, teria a incumbência de organizar um festival de rock em Chicago durante a Convenção Democrata em agosto de 1968, como uma alternativa aos protestos organizados pela Mobe, considerados demasiadamente convencionais para os já experientes criadores do YIP (que tinham idade em torno de 30 anos).<sup>69</sup>

Planejando criar um festival juvenil “da vida”, em confronto com o festival “da morte” (ou seja, a Convenção Democrata), decidiram criar um novo “partido” ao qual os jovens deveriam aderir em prejuízo ao Partido Democrata. Os *yippies* tentariam levar os jovens *hippies* para a mobilização política, mas sem perder as características de irreverência, ousadia cultural, experiências artísticas e comportamentais do movimento *hippie*. Um tema que logo seria problemático, no entanto, foi o da violência. A princípio, o *ethos hippie* é pacifista. Mas, diante

<sup>68</sup> *Ibid.*

<sup>69</sup> David R. Farber. *op. cit.*

da violência da repressão crescente, a própria liderança *yippie* iria cindir-se no tocante à resistência diante das investidas policiais em Chicago, investidas que foram descritas no capítulo anterior.

Os *yippies*, depois de entrarem em contato com diversas personalidades da cena contracultural norte-americana, publicaram seu primeiro manifesto em 16 de janeiro de 1968, distribuído pelo *Liberation News Service* e bem recebido na imprensa *underground*. O manifesto era assinado por 25 nomes, entre eles proeminentes músicos como Phil Ochs, Country Joe McDonald, Arlo Guthrie e *Ed Sander's Fugs*, assim como o *Bread and Puppet Theatre* e os *Paegent Players*, além de Allen Ginsberg, Timothy Leary e os escritores Marvin e Barbara Garson:

“Juntem-se a nós em Chicago em agosto para um festival internacional de música e teatro jovem... Venham todos vocês rebeldes. Espíritos jovens, cantores de rock, inquiridores da verdade, *freaks* pavões, poetas, saltadores de barricadas, dançarinos, apaixonados e artistas. É verão. É o último final de semana em agosto e o encontro do PARTIDO NACIONAL DA MORTE para abençoar Johnson. Nós estaremos lá! Serão 500 mil de nós dançando nas ruas, palpitando com amplificadores e harmonia. Nós faremos amor nos parques. Nós estaremos lendo, cantando, rindo, editando jornais, perambulando e fazendo uma convenção cômica e celebrando o nascimento da AMÉRICA LIVRE em nosso próprio tempo. Novas tribos irão reunir-se em Chicago. Nós estaremos completamente abertos, todos estaremos livres. Traga cobertores, barracas, cartões de alistamento.... a vaca do Sr. Leary, comida, música... e felicidade. O teatro de LBJ, Prefeito Daley e J. Edgar *Freak* não nos deterão. Nós estamos chegando! Nós estamos vindo de todos os cantos do mundo! A vida do espírito da América está sendo rompido em pedaços pelas forças da violência, decadência e o *napalm*, amigo do câncer. Nós lutamos através da política do êxtase. Nós somos os delicados rabiscos de uma nova fúria que irá transformar a América. E nós não aceitaremos o falso teatro da Convenção da Morte. Nós estaremos em Chicago. Comecem os preparativos agora! Chicago é nossa! Façam!”<sup>70</sup>

Os *yippies* distribuem broches, panfletos e *posters* pelo país, usando motivos psicodélicos. Um *poster* foi concebido com cerca de 300 palavras-chave das quais emanariam o “espírito” do festival, contendo os nomes dos músicos Arlo Guthrie e Country Joe e do poeta beat Allen Ginsberg, além das palavras cor, prazer, felicidade, liberdade, tribos, experiência, poesia, venceremos, luzes, viagem e sim. Um outro *poster*, em quatro cores, mostrava um



quebra-cabeças do mapa dos Estados Unidos, tentando passar o sentimento de um país em desintegração.

Hoffman, num artigo em julho, escreveu o que seriam os quatro principais objetivos dos *yippies*: “a mistura de maconha e política”, a criação de um “façamos juntos” nacional, o “desenvolvimento de um modelo para uma sociedade alternativa” e “a necessidade de fazer algo afirmativo, especialmente em termos do teatro-ação revolucionário, sobre LBJ, o Partido Democrata, política eleitoral e o estado da nação”.<sup>71</sup> Rubin enfocava, em seus artigos na imprensa alternativa, também o tema de uma sociedade livre baseada na alegria e no prazer, mas, mais do que Hoffman, enfatizava conexões com os objetivos da Nova Esquerda e táticas de manifestação como a mobilidade constante (a tática da reunião-dispersão tão usada no 1968 brasileiro). Rubin também destaca mais o papel da violência e do enfrentamento com a repressão, justamente durante um Congresso do Partido Socialista dos Trabalhadores, intrigando os velhos esquerdistas:

“Chicago está em pânico. O Festival da Juventude Americana trará 500 mil jovens a Chicago para acamparem, fumarem maconha, dançarem música selvagem, queimarem cartões de convocação e rugirem como bandos selvagens através das ruas, forçando o presidente a tirar do Vietnã as tropas e enviá-las para casa para manter a ordem na cidade, enquanto ele é nomeado, debaixo da proteção de gás lacrimogêneo e baionetas... A repressão transforma protestos em guerras. Atores em heróis. Massas de indivíduos em uma comunidade. Repressão elimina o espectador, o observador neutro, o teórico. Força todos a tomar um lado. Um movimento não pode crescer sem repressão. A esquerda necessita de um ataque vindo da direita e do centro. A esquerda é teatro e nós somos como guerrilhas atacando os santuários da autoridade, os sacerdotes e o santo dólar para os dois partidos do sistema. Zapeando as mentes das pessoas e fazendo-as mudar dentro das ações nas quais todos estão emocionalmente envolvidos. A rua é o estágio. Você é aí a estrela do *show*”.<sup>72</sup>

Logo se formaram pequenos grupos que identificaram-se como *yippies*, em Washington D.C., Filadélfia, Boston, Berkeley, San Francisco, Los Angeles e Chicago. O primeiro evento formal do YIP foi o *Yip-In*, no dia 22 de março de 1968, na Estação Central em Nova York. Depois que duas pessoas escalaram o relógio da Estação e removeram seus ponteiros, 50 policiais atacariam a multidão do até então tranquilo evento, fazendo 57 presos e ferindo cerca

<sup>70</sup> Cit. In. *Ibid.*, p. 17.

<sup>71</sup> Abbie Hoffman. cit. in. *ibid.*, p. 45.

de 20 pessoas. Os *yippies* teriam novos problemas com a polícia durante os seus eventos em Chicago, antes e principalmente durante a Convenção Democrata. Já Rubin e Hoffman seriam presos durante a revolta na Universidade de Columbia em abril de 1968. Rubin seria preso novamente em junho, depois da polícia revistar seu apartamento e encontrar uma pequena quantidade de maconha.

Hoffman distribuiu para a imprensa a programação prevista para o festival em Chicago, com o sarcástico título “Planos altamente secretos *yippies* para o Lincoln Park”. Entre as propostas, nem todas realizadas, vemos todo o caráter sincrético, culturalista e de irreverência política que os *yippies* tentavam impingir. Ao mesmo tempo, juntavam-se à “política do êxtase” uma clara preocupação com a defesa diante da eminente repressão e a questão da violência. A programação propunha: treinos de dança, caratê e defesa pessoal de 20 a 24 de agosto; “boas vindas” às delegações nos hotéis e festival de música no dia 25; *workshops* sobre drogas, comunicação *underground*, teatro de guerrilha, autodefesa e comunidades, seguidos de “festa e amor” no dia 26; mantras poéticos, cerimônias religiosas, mostras de filmes, mistura de mídias, concerto no Coliseu e nomeação do porco Pigassus como candidato, no dia 27; poesia, cantos *folk*, Olimpíadas *Yip*, *Miss Yippie* e comício da Mobe no dia 28. Hoffman ainda distribuiu uma lista com 18 demandas, incluindo a legalização da maconha, o fim do imperialismo interno e externo, a abolição do dinheiro, o encorajamento da vida rural, emprego a todos, uso livre e aberto da mídia, programação na TV por *referendum* e conduzida por voto através do telefone etc. A última opção estava em branco que, segundo Hoffman, “você pode preencher com o que você quiser”.<sup>73</sup>

Os *yippies* tentaram resolver uma questão ainda pendente na Contracultura norte-americana: como conjugar *hippies* e movimentos de ação política mais imediata (de negros, dos pacifistas, dos estudantes e das novas esquerdas)? Tal questão nos leva imediatamente àquela mais geral, sobre a duplicidade da onda mundial de revoltas, onda que era ao mesmo tempo cultural e política. Nem mesmo no interior da organização *yippie*, no entanto, o dilema desapareceu, como se percebe nas diferenças crescentes entre seus dois líderes, Rubin (mais “politizado” e preconizando a organização de ações de massa violentas) e Hoffman (mais voltado às questões culturais e comportamentais). As relações entre as contraculturas e os militantes das novas esquerdas foram muito tensas nos anos 1960, não apenas no Primeiro

<sup>72</sup> Cit. in. *ibid.*, p. 20-21.

<sup>73</sup> Cit. in. *ibid.*, p. 55.

Mundo, mas também em outros lugares onde se desenvolveram movimento afinados à Contracultura, como no Brasil.

Muitos analistas, críticos ou não dos movimentos juvenis, identificaram, no entanto, uma grande continuidade entre Contracultura e Nova Esquerda. Roszak identifica dois pólos no protesto juvenil da classe média nos anos 1960, a “boêmia descuidada” dos *hippies* (cuja tradição remontava aos *beats* Ginsberg e Kerouac) e o ativismo político exacerbado da Nova Esquerda estudantil (cujo patrono teria sido C. Wright Mills). Apesar da tensão entre estes pólos, havia um tema que os harmonizava, o tema da alienação – fazendo com que ambos substituíssem a questão da consciência de classe pelo da “consciência da consciência”. Revela tal harmonia a fácil transposição de jovens praticantes de uma ala à outra da revolta. Roszak cita a tendência das “universidades livres” ou “críticas”, criadas por iniciativa da Nova Esquerda, tornarem-se cada vez mais “*hippies*”, tanto nos temas (típicos das contraculturas de então) quanto nos métodos. Outro exemplo que cita é do músico Bob Dylan que, nos anos 1960, transpôs a barreira entre a música *folk* (mais ligada às esquerdas estudantis) e o rock (mais ligado ao movimento *hippie*), passando também da temática política para letras “surrealistas”,<sup>74</sup> apesar de enfrentar inicialmente certa resistência do público universitário (numa antecipação do conflito que os tropicalistas também iriam enfrentar em 1968 diante do tradicional público da “música de protesto”).

Entre algumas lideranças dos movimentos juvenis esta continuidade foi também reconhecida, como se viu na tentativa de fundar um movimento que integrasse os dois pólos de protesto juvenil – o YIP. Em geral, porém, os líderes e militantes mais ativos das novas esquerdas foram muito críticos às contraculturas, como se vê num informe da SDS norte-americana sobre o movimento *hippie*. O SDS, assim como os críticos conservadores, logo associou o movimento *hippie* apenas ao consumo de drogas que, para estes militantes estudantis, levariam os jovens ainda mais à passividade e ao individualismo. Há também um certo rancor contra os concorrentes deste “mercado rebelde”: “(Os *hippies*) Rechaçam a cultura dominante, porém, em sua maior parte parecem consumidores passivos da cultura... Apesar de todo seu discurso sobre comunitarismo, o nexo de suas relações entre si parece consistir apenas nas drogas e num dialeto comum... Este movimento tem servido para que muitos dos nossos se retirem para um culto de consumo personalista e passivo”.<sup>75</sup>

---

<sup>74</sup> Theodore Roszak. *op. cit.*

<sup>75</sup> *Cit. In.* Andres Garrigó. *op. cit.*, p. 127..

Enquanto isto, as contraculturas sempre se desenvolveram menos como organizações com lideranças, e mais como uma “anárquica” reunião de tribos em torno de algumas personalidades ou “papas” – que não tinham papel de liderança muito eficiente. Já os jovens, em geral, como apontou Roszac, transitavam na prática e nas idéias professadas entre os dois pólos da contestação. Na “teoria”, as teses principais das duas alas se contradiziam em vários aspectos. Na prática, porém, as massas juvenis mobilizadas construía uma unidade:

“Pode-se... discernir entre os jovens um *continuum* de pensamento e experiência que liga a sociologia da Nova Esquerda de Mills, o marxismo freudiano de Herbert Marcuse, o anarquismo gestáltico de Paulo Goodman, o apocalíptico misticismo corporal de Norman Brown, a psicoterapia Zen de Allan Watts e, finalmente, o narcisismo impenetravelmente oculto de Timothy Leary”.<sup>76</sup>

### **Arte, cotidiano e comportamento nos movimentos estudantis**

Para muitos analistas das revoltas juvenis, principalmente sobre 1968, seu principal efeito se fez na vida cotidiana e nos valores. Mesmo os movimentos estudantis de 1968 teriam sido muito mais revoluções culturais do que revoltas políticas:

“68 questionou todas as normas da vida social, inclusive as do Estado, mas fundamentalmente as da família, a moral tradicional, os tabus e as proibições em voga. Tratou-se, mais do que tudo, de uma revolução subjetiva e religiosa, no sentido do sagrado, moral, cujas conseqüências políticas, muito mais suaves, consistiram em negociar os espaços do individual e do político”.<sup>77</sup>

“*Revolução* talvez fosse a palavra-chave, a ligar os vários movimentos que buscavam mudanças. O conceito ia além dos aspectos táticos e estratégicos da guerra ou da política, significando também mudanças na cultura, na vida das pessoas. Neste sentido, os efeitos dos movimentos de 1968 podem ter sido limitados quanto ao quadro político ou econômico, mas foram extensos nos trinta anos subseqüentes quanto aos aspectos sociais e a novas construções culturais”.<sup>78</sup>

<sup>76</sup> Theodore Roszac. *op. cit.*, p. 73.

<sup>77</sup> Julia Kristeva in *Folha de S. Paulo*, 10/05/1968, p. 5-13.

<sup>78</sup> Margarida Luiza de Matos Vieira, “68: os estudantes mineiros e o desejo de um novo mundo”, In: José Roberto Martins Filho (org.). *1968 faz 30 anos*, Campinas: Mercado de Letras, São Carlos: Editora da Universidade Federal de São Carlos, pp. 77-93, p. 89.

“Afinal, aqueles jovens que pretendiam fazer a ‘Grande Revolução’, acabaram derrotados politicamente, mas vitoriosos culturalmente. Suas pequenas revoluções nos costumes e no comportamento, na arte e no sexo se fazem sentir até hoje”.<sup>79</sup>

Os próprios jovens, às vezes, verbalizaram nos seus movimentos esta duplicidade. Um dos Comitês de Ação formados na França, em Maio de 68, evocava no seu próprio nome o caráter duplo dos seus objetivos: “Comitê de Ação Freud-Guevara”. Em um panfleto, depois de convocar a unidade de “todos aqueles que estão esmagados ou excluídos por um sistema inumano”, afirmava este Comitê: “A luta deve ter como seu objetivo final o estabelecimento de um sistema socialista no qual, através da destruição de barreiras, a criatividade de cada indivíduo seja liberta. Este objetivo implica uma revolução não apenas nas relações de produção, mas no modo de vida, nas maneiras de pensar, nas relações humanas, no conceito da vida sexual como um todo”.<sup>80</sup>

As pequenas ações dos estudantes no aspecto cultural e artístico, feitas muitas vezes à margem do que os líderes consideravam como os aspectos centrais dos movimentos, acabaram sendo talvez as mais marcantes. Constituem a ponte de ligação prática com as contraculturas. Permitem caracterizar os próprios movimentos estudantis como “contraculturas”.

Mesmo a consciência “ecológica” emergiu do interior dos movimentos estudantis, convocando uma nova relação entre os seres humanos e a natureza. Em Maio de 68, uma das grafites nos muros de Paris dizia: “A floresta precede o homem, o deserto o procede”. Dentro das assembléias, apareceram demandas que incluíam até mesmo a libertação dos animais do zoológico.<sup>81</sup>

Entre inesperadas heranças, um “incremento” da linguagem admitida publicamente. Nos Estados Unidos, a palavra “*fuck*” usada em público era vista como um terrível escândalo e levou alguns estudantes à prisão – hoje, por exemplo, é a palavra mais usada em vários filmes norte-americanos. Em Berkeley, em 1965, um dos muitos grupos juvenis e irreverentes criados advogava o uso da palavra “*fuck*” livremente – eram os *Wordmongers*. O grupo se formou depois que um jovem, vindo de fora de Berkeley, pichou no *campus* a palavra e acabou preso. Nove

<sup>79</sup> Zuenir Ventura. “A nostalgia do não vivido”, in. Marco Aurélio Garcia e Maria Alice Vieira (orgs.). Rebeldes e contestadores. 1968: Brasil, França e Alemanha, op. cit., pp. 129-134, p. 134.

<sup>80</sup> Cit. in. George Katsiaficas. op. cit., p. 99-100.

<sup>81</sup> George Katsiaficas. op. cit.

estudantes, em protesto contra esta prisão, seriam também presos por repetirem em público a palavra.<sup>82</sup>

Este incidente revela o que seria um dos principais temas dos movimentos estudantis, mesmo quando, como no Brasil, ele ficou ausente dos discursos. Já em Maio de 68, havia uma pregação aberta da revolução sexual, nem sempre nas retórica dos militantes, mas certamente nas canções de protesto cheias de erotismo<sup>83</sup> e nas grafites desconcertantes, que evocavam a libertação dos desejos e um certo anarquismo, expressos outrora em vanguardas modernistas como o surrealismo e o Dada:

“Quanto mais faço amor, mais quero fazer a revolução e quanto mais faço a revolução mais quero fazer amor”

“Amai-vos uns sobre os outros”.<sup>84</sup>

“O sexo da noite sorriu ao olho unânime da revolução”.<sup>85</sup>

Em sua própria origem, o movimento francês conteve essencialmente uma demanda relacionada à liberdade sexual. Em Nanterre, os protestos que dariam início ao Maio de 68 continham uma questão muito importante para jovens universitários em busca da liberdade sexual: o fim da proibição das visitas entre os moradores dos alojamentos estudantis femininos e masculino.

Na manifestação no Central Park de Nova York, em 24 de abril de 1968, como vimos, alguns jovens acharam que sua nudez poderia ajudar a tornar ainda mais incisivo o protesto contra a Guerra do Vietnã. Voltando a Paris, uma foto clássica sobre Maio de 68 mostra três jovens atrás das barricadas. O jovem que está no centro tem um capacete de proteção e segura uma bandeira vermelha com o mesmo braço que envolve e beija sua namorada, enquanto coloca sua outra mão no ombro do colega que tem o rosto coberto por um lenço. Já havia sido decretado pelos estudantes, em Paris, segundo uma grafite, o “estado de felicidade permanente”, que era ao mesmo tempo uma resposta do movimento à ameaça do governo de decretar um estado de sítio. A libertação dos desejos e a busca do prazer transformavam-se em

<sup>82</sup> Hal Draper. Berkeley: The new student revolt, Nova York: Grove, Black Cat, 1965; Lewis S. Feuer. El cuestionamiento estudiantil del establishment. En los países capitalistas y socialistas, Buenos Aires: Paidós, 1971.

<sup>83</sup> Helena Singer. República das crianças. Uma investigação sobre experiências escolares de resistência, São Paulo: HUCITEC, 1997.

<sup>84</sup> Cit. In. Olgária Chain Féres Matos. “Tardes de maio”, in. Marco Aurélio Garcia e Maria Alice Vieira (orgs.). Rebeldes e contestadores. 1968: Brasil, França e Alemanha, op. cit., pp. 181-192, p. 183.

<sup>85</sup> Cit. In. Olgária Chain Féres Matos, Paris 1968. As barricadas do desejo, São Paulo: Brasiliense, Col. Tudo é História, 9, 1981, p. 64.

objetivos políticos, conforme outra grafite em Paris: “Acredito que meus desejos são realidade porque acredito na realidade dos meus desejos”.

Em Berkeley, um “Comitê Unido pelos Direitos Sexuais”, em 1965, defendia a promiscuidade sexual e as orgias coletivas em revistas estudantis e afirmava que “ver os outros copulando pode ser muito instrutivo”. Estudantes, ativistas não-estudantes e até alguns professores radicais usavam ou insinuavam a obscenidade e a linguagem pornográfica em seus discursos e escritos. Mario Savio, um dos principais líderes estudantis, misturava o elogio da violência com a linguagem obscena em seus discursos.<sup>86</sup> Na Alemanha Ocidental, a crítica ao tabu da virgindade e ao casamento “burguês” criou um curioso *slogan* que associava a sexualidade convencional com conservadorismo político: “Quem transa duas vezes com a mesma pessoa, já pertence ao *establishment*”.<sup>87</sup>

Os cabelos longos já eram usados por muitos jovens na França em Maio de 68. Na Alemanha, com a ajuda da imprensa conservadora, as lideranças do movimento estudantil foram tachadas de “macacos de cabelo comprido”: “Foi assim que toda uma nação rotulou a sua elite jovem, as melhores cabeças entre 18 e 30 anos”.<sup>88</sup> Assim como os *hippies*, o corpo e o aspecto externo dos jovens passavam a trazer um “estilo”, uma identidade, uma forma de rebeldia contra os padrões considerados “normais”. A liberdade requerida pelos movimentos estudantis tem cada vez mais a ver também com a liberação do uso dos seus corpos, mentes e desejos. Em resposta à uma proibição de colar cartazes nos muros de Paris, uma lei de 29 de julho de 1881, os estudantes ironizaram numa célebre grafite: “É proibido proibir, Lei de 10 de maio de 1968”.<sup>89</sup> O sentido deste veto às proibições, entretanto, ia muito além da mera questão dos cartazes colados. Tinha a ver, certamente, com a própria queda dos tabus que limitavam as liberdades cotidianas.

Na opinião de Katsiáficas, tais idéias de 1968 projetavam algo como a transformação do auto-interesse em interesse universal.<sup>90</sup> Nos melhores momentos dos cartazes, das pichações, dos cantos e palavras de ordem irônicas e pornográficas em Maio de 68, propunha-se uma revolução na vida cotidiana, que exigia a felicidade imediata em vez de “conceitos revolucionários”: “A felicidade e a liberdade deveriam ser os critérios últimos de valor.

<sup>86</sup> *Cit. in.* Lewis S. Feuer. *op. cit.*, p. 331.

<sup>87</sup> Wolfgang Fritz Haug. “1968 na Alemanha”, *in.* Marco Aurélio Garcia e Maria Alice Vieira (orgs.). *Rebeldes e contestadores. 1968: Brasil, França e Alemanha*, *op. cit.*, pp. 27-33, p. 30.

<sup>88</sup> *Ibid.*, p. 29.

<sup>89</sup> *Cit. In.* Olgária Chain Féres Matos, *Paris 1968. As barricadas do desejo*, *op. cit.*, p. 63.

<sup>90</sup> George Katsiáficas. *op. cit.*

Objetivos que não poderiam ser atingidos com mudanças no modo de produção ou nas estruturas de poder. Era preciso libertar a imaginação. A revolta apresentava-se simultaneamente política, moral e subjetiva”.<sup>91</sup> Maio de 68 foi capaz de produzir ou reproduzir incríveis *slogans*, que incidiam diretamente na questão do cotidiano e mesmo na contestação dos sonhos de ascensão das classes médias: “Não mude de emprego, mude o emprego de sua vida”.<sup>92</sup>

Na greve de Maio de 1970, nos Estados Unidos, retomou-se a proposta de integrar revolta cotidiana, sexual e política, como um documento estudantil produzido em Berkeley:

“A reconstituição da universidade nada significará sem a mudança nas relações em nossas próprias vidas. Estas relações estendem-se ao nosso trabalho e em nossa política, bem como em nossos lares. A forma típica mais comum de relacionamentos na sociedade americana é a do patrão-trabalhador (senhor-escravo)... Nossa submissão como subordinados faz de nós responsáveis assim como os que decidem a política que sustenta a guerra (‘Eu estava apenas seguindo ordens’) a não ser que nós, como aqueles que recusam a convocação, digamos ‘NÃO’”.<sup>93</sup>

Segundo Lefebvre, uma verdadeira revolução tem sempre entre seus efeitos imediatos o abalo do cotidiano. E o término da revolução sempre é sinalizado pelo restabelecimento do cotidiano. Contudo, em Maio de 68, o principal objeto da revolta não era apenas a contestação das autoridades paternalistas, mas o próprio cotidiano. Para restabelecer a ordem após as revoltas de Maio, mais do que nunca foi eficiente a estratégia de reorganizar o cotidiano por um instante suspenso, o que garantiu a retomada da ordem social: “A suspensão do cotidiano se definia pela soma das ausências: sem correio, sem gasolina, sem transportes etc. Voltando com suas redes e circuitos, o que trazia de volta a gasolina, o correio, os trens, os cheques postais e bancários, não era apenas alguns meios de viver que voltavam, era muito mais: era a quotidianidade inteira”.<sup>94</sup>

Em diversos movimentos estudantis no Primeiro Mundo, o tema da “sociedade de consumo” e sua rejeição através de palavras de ordem e demonstrações foi muito importante.

<sup>91</sup> Helena Singer. *op. cit.*, p. 149.

<sup>92</sup> *Cit. in. ibid.*, p. 62.

<sup>93</sup> *Cit. in.* George Katsiaficas. *op. cit.*, p. 147.

<sup>94</sup> Henri Lefebvre. “A irrupção. De Nanterre ao auge” *in.* Henri Lefebvre *et. al.* *A irrupção. A revolta dos jovens na sociedade industrial: causas e efeitos*, *L'homme et la société*, Revista Internacional de Pesquisas e Sínteses Sociológicas, São Paulo: Documentos, 1968, , pp. 72-169.



“Nem robô, nem escravo”, dizia um poema feito em Paris em Maio de 68.<sup>95</sup> Outro *slogan* na mesma Paris negava a vida cômoda em meio a objetos de consumo alienantes – protestava-se contra a confusão entre felicidade e abundância: “Recusamos um mundo em que a certeza de não morrer de fome se converte no risco de perecer de aborrecimento”.<sup>96</sup> Maio de 68 teria atacado o capitalismo menos por sua incapacidade de realizar a justiça social, mais por sua tática de “seduzir os homens com seu projeto inumano de bem-estar quantitativo”.<sup>97</sup> Um curioso *slogan* poderia ser interpretado ao mesmo tempo como protesto vegetariano e como denúncia de uma sociedade simultaneamente consumista e violenta: “As mamadeiras de borracha tomam a sociedade carnívora”.<sup>98</sup>

Nos movimentos estudantis, assim como nas contraculturas, esta rejeição da sociedade de consumo não se traduzia necessariamente em propostas de uma vida despojada dos prazeres propiciados pela abundância material. Ao contrário, muitas práticas tentaram fazer do cotidiano uma festa. Sobre Maio de 68, Dumazedier fala em *quermesse*<sup>99</sup> e Morin em *potlach* e carnaval: “O maio de 68 não foi também uma gigantesca festa da juventude, erupção súbita em uma sociedade burguesa que havia sufocado as manifestações de alegria sob a alternância trabalho-lazer, de uma necessidade cada vez mais de carnaval, carnaval-*potlach* selvagem de destruição-criação?”<sup>100</sup> Teria havido um inesperado encontro entre a abundância da sociedade tecnológica e os rituais pródigos das sociedades “primitivas” ou das festas populares tradicionais.

No movimento italiano de 1968, ao mesmo tempo que foi organizado “o bloqueio de todos os grandes magazines e *shoppings* das cidades – em Pádua, Mestre e Veneza” durante o Natal (com a polícia agindo rudemente e até causando mortes),<sup>101</sup> os estudantes promoveram uma grande festa no *Reveillon* de 1968 na Universidade de Pádua, abrindo a universidade para qualquer um que desejasse participar.<sup>102</sup> Para Daniel Cohn-Bendit, a “Noite das Barricadas”,

<sup>95</sup> Cit. in. Jean-Marie Domenach. “L’ideologie du mouvement”, in. *Esprit*, Paris, n. 373, agosto/setembro de 1968, pp. 35-51, p. 45.

<sup>96</sup> Cit. in. Carlos Barbáchano. *El cine, arte e industria*, Barcelona: Salvat, 1974, p. 136.

<sup>97</sup> Paul Ricœur. “Reforme et révolution dans l’Université”, in. *Esprit*, Paris, n. 373, agosto/setembro de 1968, pp. 987-1002, p. 987.

<sup>98</sup> Cit. in. Olgária Chain Féres Matos. *Paris 1968. As barricadas do desejo*, p. 60.

<sup>99</sup> Jofre Dumazedier. “A un étudiant révolutionnaire”, in. *Esprit*, Paris, n. 373, agosto/setembro de 1968, pp. 61-80.

<sup>100</sup> Edgar Morin. *Cultura de massas no século XX. O Espírito do Tempo - 2. Necrose*, op. cit., p. 42.

<sup>101</sup> Antonio Negri. “Primavera e aulas para homens vivos”, *Folha de S. Paulo*, 10/5/1998, p. 5.3.

<sup>102</sup> Ibid.

em Paris, 10 de maio de 1968, foi uma verdadeira festa, no sentido de um encontro alegre e inesperado de companheiros em barricadas que cercavam a polícia:

“Era uma festa, um verdadeiro desrecalque. Eu me sentia à vontade. A atmosfera das barricadas permanece na minha memória como algo inesquecível. A atividade coletiva se concretizava ao arrancarmos os paralelepípedos e a construção das barricadas servia de suporte ao nascimento de novas relações afetivas. A sociedade das barricadas foi a irrupção de um futuro no presente... Observem as fotos da noite: poderão notar que grande número de pessoas estava surpresa de se encontrar lá... Tendo vivido essa experiência, não consigo mais imaginar que as coisas sejam impossíveis”.<sup>103</sup>

As revoltas estudantis, especialmente Maio de 68, esboçaram uma nova forma de revolução. Além de conjugar cotidiano, comportamento e política nos temas de seu protesto, as próprias ações conjugaram formas tradicionais de protesto com novas práticas imediatas da construção de um cotidiano alternativo. Um outro intrigante *slogan* em Paris reafirma a impressão de Cohn-Bendit sobre a Noite das Barricadas: “Em baixo do calçamento está a praia”.<sup>104</sup> Era uma bela imagem poética que nos lembra que este movimento retirava os paralelepípedos das ruas para fazer barricadas e atacar a polícia. Ao mesmo tempo, retirava-se a muralha simbólica que separava os rebeldes da liberdade, da felicidade e da natureza. Unia-se, como só a poesia consegue fazer, a violência revolucionária e a utopia da subversão da vida cotidiana. Em junho de 1968, em Veneza, após uma batalha em que estudantes e operários enfrentaram a polícia, durante a manhã, 50 mil operários e estudantes marcharam de Mestre à Veneza, em direção à Praça São Marcos “e ali dançaram até a madrugada”.<sup>105</sup> O que 1968 realizou na prática foi, em grande parte, proposto pelo grupo “Internacional Situacionista”, formado com estudantes de Estrasburgo que desejavam, antes de tudo, uma revolução na vida cotidiana e proclamavam a revolta como festa, não como política tradicional. Na publicação “Sobre a miséria do meio estudantil”, afirmam: “As revoluções proletárias serão festas ou não serão revoluções, pois a vida que elas anunciam será ela mesma criada sob o signo da festa. O lúdico é a racionalidade última desta festa, viver sem horas mortas e desfrutá-las sem entraves, eis as únicas regras que ela poderá conhecer”.<sup>106</sup> Os situacionistas evocavam propostas anarquistas e de vanguardas modernistas como o surrealismo, na forma revolucionária que

<sup>103</sup> Daniel Cohn-Bendit, O grande bazar. As revoltas de 1968, Conversas com Michel Lévy, Jean-Marc Salmon e Maren Sell, São Paulo: Brasiliense, São Paulo, 1988, p.42.

<sup>104</sup> Cit. In. Olgária Chain Féres Matos, Paris 1968. As barricadas do desejo, p. 59.

<sup>105</sup> Antonio Negri. “Primavera e aulas para homens vivos”, *op. cit.*

propunham e na ode ao tempo livre e lúdico. Retomavam um pouco do que André Breton afirmara no “Manifesto Surrealista”: “De nada vale estar vivo se somos obrigados a trabalhar”.<sup>107</sup>

Novas frases grafitadas em Paris enfatizavam estas concepções presentes em 1968:

“A Felicidade é uma idéia nova na Escola de Ciência Política”.

“Levemos a revolução a sério, mas não nos levemos a sério”.<sup>108</sup>

Singer afirma que em Maio de 68, esboçara-se a prática de substituir as instituições pelas artes, nos locais ocupados pelos estudantes, como as universidades, os liceus e no Teatro Odéon.<sup>109</sup> Os estudantes de Paris, significativamente, invadiram o Teatro Odéon, o templo da arte dramática e da alta cultura francesa, enquanto suas passeatas, mesmo quando passavam em frente ao prédio da Assembléia Nacional, simplesmente ignoravam o templo do parlamentarismo. O Comitê de Ação Revolucionária que ocupou o Teatro Odéon teria afirmado que seu objetivo era “a sabotagem sistemática da indústria cultural, em particular do espetáculo, a fim de deixar livre espaço a uma verdadeira criação coletiva”.<sup>110</sup> Para Dumazedier, a ocupação do teatro foi o símbolo do significado cultural deste movimento, numa revolta que atingia não apenas a Universidade, mas todas as demais instituições culturais, como os liceus, bibliotecas, teatros, museus, cinema, médicos, imprensa, rádio e televisão (a própria ORTF declarou-se em greve).<sup>111</sup> No Teatro Odéon tiveram vez verdadeiros psicodramas coletivos. Pessoas comuns, jovens e adultos, podiam subir no palco e expor livremente seus pensamentos e experiências. Aplausos, apupos e reações da platéia faziam parte de uma verdadeira terapia de grupo. Um jovem contou que, num certo dia, correria desesperadamente com seu carro para não perder um filme: “Depois pensei: ‘Você é um tonto. Poderia ter dito que não queria ir ao cinema. Arriscou-se na estrada para ver um filme’. É isso que nos impingem, coisas que os embrutecem. Querem nos transformar em robôs”.<sup>112</sup>

Os estudantes italianos tiveram uma experiência semelhante, quando ocuparam a Academia de Belas Artes de Veneza e planejaram sabotar a Bienal de Arte, para a qual já vinham chegando artistas de todo o mundo. Na Academia, promoveram muitos debates sobre

<sup>106</sup> Olgária Chain Féres Matos. “Tardes de maio”, *op. cit.*, p. 182.

<sup>107</sup> *Cit. In. Folha de S. Paulo*, 12/09/1999, p. 2.2.

<sup>108</sup> *Cit. In. Olgária Chain Féres Matos, Paris 1968. As barricadas do desejo*, p. 65.

<sup>109</sup> Helena Singer. *op. cit.*

<sup>110</sup> *Cit. in. Jofre Dumazedier. op. cit.*, p. 64.

<sup>111</sup> *Cit. in. Ibid.*

<sup>112</sup> Filme *Maio de 68. A luta continua*, do fotógrafo Willian Klein, França, 1968.

arte, cultura e política, e até o profeta da anti-psiquiatria, Franco Basaglia (que já vinha realizando experiências de libertação dos doentes mentais) participou dos debates: “Do saber ao salário, da arte à psique, a libertação passava onde quer que fosse”.<sup>113</sup>

Semelhante aos jovens que colocaram flores nos canos das armas dos soldados, na Marcha ao Pentágono em 1967, os estudantes franceses também jogaram flores para os policiais nas ruas, em 1968. Em maio de 1970, nos Estados Unidos, os estudantes inventaram um “tanque da paz” para atacar o prédio da ROTC na Universidade de Cornell. O tanque atirava flores e doces. Na Universidade Connecticut, os estudantes ocuparam o prédio da ROTC, onde desenharam flores, *cartoons* e símbolos da paz. No Michigan Tech, cadetes da ROTC juntaram-se a mil estudantes para criar um parque livre, num protesto simbólico. Na Universidade de Denver, estudantes armaram uma “cidade” livre com tendas, chamando-a de *Woodstock West: Peace and Freedom Community* (“Woodstock Oeste: Comunidade Paz e Liberdade”). Na Filadélfia, um tanque da Guarda Nacional foi cercado por estudantes, que o pintaram com flores e com a frase “Libertem Bobby Seale”. Bandeiras de Estados Unidos, do Canadá e da Frente de Libertação Nacional do Vietnã do Sul foram hasteadas num concerto de rock com 250 mil pessoas na fronteira dos Estados Unidos e Canadá. Centenas de *hippies* tomaram a ilha de Tom Sawyer na Disneylândia e lutaram com a polícia que os expulsaram.<sup>114</sup>

Além dos movimentos estudantis do Terceiro Mundo também terem usado com profundidade a arte em seus protestos, é de lá que surgiu uma das mais significativas criações artísticas que invocavam este fenômeno. Trata-se da canção *Enquanto seu Lobo não vem*, do tropicalismo brasileiro, composta por Caetano Veloso. O ritmo da música imita o andamento de uma passeata. Instrumentos de metal evocam o Hino Nacional e o Hino da Internacional Comunista:

“Vamos passear na floresta escondida, meu amor

Vamos passear na avenida

Vamos passar nas veredas do alto, meu amor

Há uma cordilheira sob o asfalto...

Vamos passear nos Estados Unidos do Brasil

Vamos passar escondidos

Vamos desfilar pela rua onde Mangueira passou

<sup>113</sup> Antonio Negri. “Primavera e aulas para homens vivos”, *op. cit.*

<sup>114</sup> George Katsiaficas. *op. cit.*

Vamos por debaixo das ruas  
 Debaixo das bombas, das bandeiras, das botas  
 Debaixo das rosas dos jardins  
 Debaixo da lama  
 Debaixo da cama”.

O conto do Chapeuzinho Vermelho é reapropriado: a floresta torna-se a cidade, o Lobo é a repressão e o alegre passeio do Chapeuzinho Vermelho é a passeata dos estudantes. O ambiente é simultaneamente a rua e os esconderijos dos militantes. A cama que serve para se esconder é ao mesmo tempo uma evocação da liberdade sexual, lembrando que, ao mesmo tempo, fazia-se amor e política. Também está fortemente presente o imaginário da guerrilha: cordilheira, lama, esconderijos, bombas e botas.

A música teria um papel crucial no movimento estudantil de Berkeley em 1964. Como vimos, a própria Joan Baez, musa da canção *folk*, liderou a multidão que invadiu o prédio da administração da universidade, cantando *We shall overcome*. Ainda em Berkeley, em dezembro de 1964, após os professores terem aprovado as demandas estudantis pela liberdade de expressão política dentro do *campus*, uma manifestação reuniu-se em frente à administração e comemorou cantando *Yellow Submarine* (“Submarino Amarelo”), dos *Beatles*. Um panfleto distribuído pelos estudantes, em 6 de dezembro, comentava sobre o evento:

“Uma comunidade que parecia submergida se manifestou novamente... O ‘Submarino Amarelo’ foi proposto pela primeira vez pelos *Beatles*... Foi colocado pelos pacifistas em um porto de Nova York, e ali dirigiu logo um desfile pela paz de 10 mil pessoas... E assim tomamos uma resolução que se converteu em canção; e adotamos hoje esse inesperado símbolo de nossa confiança no futuro, de nosso desejo de encontrar um lugar adequado onde todos possamos viver. Pedimos que afixem este folheto, especialmente onde está proibido. Amamos vocês”.<sup>115</sup>

De maneira semelhante, o teatro também foi usado pelos movimentos estudantis. Em certa ocasião, nos Estados Unidos, fez-se uma encenação típica do “teatro de guerrilha”, em que um estudante passou mal em frente a uma clínica para estudantes de medicina, onde havia falta de pessoal e material – alguns dias depois, a clínica seria totalmente reequipada.<sup>116</sup> Em 1970, ainda nos Estados Unidos, uma peça foi encenada por estudantes no *McComb Country*

<sup>115</sup> Cit. in. Lewis S. Feuer. *op. cit.*, p. 350.

<sup>116</sup> Andres Garrigó. *op. cit.*

*Community College*, em Michigan. Na peça, um júri condenava um negro, um *hippie* e um estudante como “não-americanos”. Em seguida, os três eram crucificados.<sup>117</sup> Na Alemanha, em 1968, a Oposição Anti-Parlamentar realizou *go-ins* durante apresentações de teatro em Berlim, Munique, Bremen, Bonn, Frankfurt, Hamburg, Göttingen e Aachen, interrompendo peças para fazerem discursos contra as leis de “emergência” que seriam aprovadas pelo Parlamento alemão. No caso do Teatro Frankfurt, foram os próprios atores que pararam a peça e conclamaram a platéia contra as leis. Também, o grupo de cabaré *Floh de Cologne* convocou todos os artistas e trabalhadores de cabaré contra as leis.<sup>118</sup>

O teatro apareceria até mesmo durante os conflitos com a polícia. Num conflito entre estudantes e policiais na Praça São Michel, em Paris no início de junho de 1968, enquanto os policiais formavam uma barreira que impedia o prosseguimento da passeata, três jovens fantasiados de músicos trovadores dançavam provocativa e irreverentemente diante das fileiras policiais.<sup>119</sup> Foi também em Paris que se deu a principal conjugação entre revolta juvenil e artes gráficas, ao lado da Revolução Cultural Chinesa. Tratam-se dos cartazes produzidos pelo Ateliê Popular, durante Maio de 1968, um “anárquico instrumento de propaganda dos manifestantes”. O Ateliê Popular foi criado depois que jovens artistas (principalmente de arquitetura) e outros manifestantes invadiram a Escola de Belas Artes de Paris. Uma das salas abrigou a produção de cartazes para o movimento.<sup>120</sup> Quase todos os cartazes continham uma frase de efeito e desenhos monocromáticos simples, nos quais frase e desenho combinavam-se para criar sentidos inesperados e bem humorados:

“A beleza está na rua” (mocinha, desenhada em vermelho, joga paralelepípedo).

“Seja jovem e se cale” (em que a silhueta do General De Gaulle tapa a boca de um jovem).

“Será ele um desempregado?” (a frase envolve um bebê).

“A *détente* se anuncia” (em que o pé de um soldado está sobre uma fábrica).

“A desordem é ele” (representando um barrigudo De Gaulle, ironizando sua declaração de que as manifestações eram vulgares desordens).

<sup>117</sup> George Katsiaficas. *op. cit.*

<sup>118</sup> *Ibid.*

<sup>119</sup> *Maio de 68. A luta contínua*

<sup>120</sup> Plínio Fraga. “Paris leiloa humor de 68”, in. *Folha de S. Paulo*, 19/5/1968, p. 4.1.

“Sou marxista, tendência Groucho” (trata-se de Groucho Marx, um dos membros do grupo de comediantes Irmãos Marx – brinca-se até com as próprias multiplicidades ideológicas dos esquerdistas).<sup>121</sup>

“Menor de 21 anos: eis sua cédula de votação” (frase escrita sobre um paralelepípedo).

“Revolução cultural contra uma sociedade de robôs” (com desenho de mecanismos para dar corda numa cabeça).

“Nós somos todos indesejáveis” (sob uma foto de Daniel Cohn-Bendit rindo na cara de um policial, ironizando a expulsão de Cohn-Bendit do país).

“Informação livre” (com um desenho de um radialista com uma venda nos olhos diante de um microfone com um nó no fio).

“Retorno ao normal” (no desenho, avança um grupo de cabras).

“Reformas: clorofórmio” (um braço leva pano com clorofórmio a um rosto).

“A ordem reina” (corpo levado numa maca).<sup>122</sup>

No Ateliê Popular, qualquer um que se interessasse poderia participar e a grande maioria dos cartazes, segundo testemunhos, foram feitos realmente por “pessoas anônimas, que passavam por lá”. Usava-se um método simples de execução e impressão, a serigrafia, permitindo que qualquer um rapidamente aprendesse esta arte. O material foi improvisado: papel obtido do final das bobinas de papel dos jornais (que não tinham mais utilidade para as gráficas dos jornais), tinta comprada a partir de doação de dinheiro e até de algumas empresas. Estima-se que foram produzidos cerca de 1 milhão de cartazes durante um mês. O Ateliê acabou sendo fechado quando a polícia invadiu e desocupou a Escola, mas a linguagem econômica, simples, direta e inteligente dos cartazes seria absorvida pela publicidade.<sup>123</sup>

## Universidade

Na verdade, a proposta juvenil de transformação da vida cotidiana começava pelas próprias demandas de transformação da universidade e, por conseqüência, de toda a educação, da ciência e da tecnologia. Allen Ginsberg, que fora aluno da Universidade de Columbia registrou um pouco das concepções dos jovens rebeldes a respeito da universidade em seu poema *Lion for Real*. No poema, o leão, símbolo da universidade de Columbia, invade sua sala de aula e, apesar do desafio de Ginsberg (“coma-me ou morra”), o leão vai-se embora, mas

<sup>121</sup> *Ibid.*

<sup>122</sup> *Folha de S. Paulo*, 10/05/1998, p. 5.5 a 5.12.

ameaça voltar:

“Leão que come minha mente há uma década  
 conhecendo somente sua fome  
 Não a felicidade da satisfação Ó! Rugidor  
 do Universo como fui escolhido  
 Nesta vida sempre ouço sua promessa  
 estou pronto para morrer eu já servi  
 Sua faminta e velha Presença Ó! Senhor  
 Espera em minha sala por sua compaixão”.<sup>124</sup>

Na crítica ao ensino universitário, os jovens rebeldes tentaram desvelar os próprios mitos da ciência neutra e do razão instrumental. Seriam mera ideologia, a esconder um sistema de dominação que faz uso das ciências, dos cientistas e dos especialistas disciplinados. Um participante da ocupação estudantil da Universidade de Turim, em 1968, considerou que a “ciência e a racionalidade tecnológica” eram uma forma de sustentação sobre a qual “o aparato de poder de nossa sociedade se apoia para perpetuar e subtrair a crítica política do sistema de decisões, mediante o qual se realiza o domínio tanto na universidade como na fábrica, bem como na sociedade civil em geral”. A investigação científica teria se transformado num “trabalho dividido de rotina realizado por um exército de pessoas que trabalham dentro de gigantescas organizações administrativas”.<sup>125</sup> Finalmente, a universidade e o poder acadêmico eram, antes de tudo, formas de disciplinarização do jovem, preparando-o para adentrar nas demais instituições burocráticas e tecnocráticas do sistema capitalista:

“Para a maioria dos estudantes a submissão ao poder acadêmico não é mais que a antecipação de sua condição socialmente subordinada dentro das organizações produtivas nas quais está destinado a entrar... Para a maioria dos estudantes, apesar de sua condição social e econômica privilegiada em relação à classe operária, a universidade funciona como instrumento de manobra ideológica e política que tende a infundir-lhes um espírito de subordinação com respeito ao poder (qualquer que este seja) e a anular, na estrutura psíquica e mental de cada um deles, a dimensão coletiva das necessidades pessoais e a capacidade de ter relações com o próximo que não sejam puramente de caráter competitivo”.<sup>126</sup>

<sup>123</sup> Plínio Fraga. “Paris leiloa humor de 68”, *op. cit.*

<sup>124</sup> *Cit. in.* Dóris Lieth Nunes Peçanha. *op. cit.*, p. 25.

<sup>125</sup> Guido Viale. “Contra la universidade”, *in.* *Pensamiento crítico*, Havana, n. 19, 1969, pp. 3-47, p. 30-1.

<sup>126</sup> *Ibid.*, p. 3.



Ainda em 1964, um panfleto do *Free Speech Movement*, em Berkeley, sedimentava a visão da Universidade de Berkeley como uma fábrica: “Em nossa luta pela Liberdade da Palavra nós dissemos à ‘máquina’ que ela deve parar. Nós dissemos que nossos corpos foram colocados na linha, na maquinaria, nas rodas e engrenagens, da ‘fábrica de conhecimento’... Os nervos e a carne humana são transmutados debaixo da pressão e da tensão da rotina universitária”.<sup>127</sup> O panfleto inspira-se em Paul Goodman para afirmar que os estudantes eram, naqueles dias, a “classe” mais explorada nos Estados Unidos, preparados para a submissão numa universidade burocratizada, industrializada, fria, impessoal e formadora de mão-de-obra intelectual.<sup>128</sup> Lembrando muito o que se expressou em Berkeley, um livro de Jerry Farber nos anos 1960 também inspirava-se em Paul Goodman já em seu título (*O estudante como negro*) e repetia a visão da universidade como uma instituição baseada na hierarquia, disciplina e linha de produção, como uma fábrica a construir profissionais eficientes e dóceis: “Os estudantes são coagidos pelos professores, que executam as ordens dos administradores, que cumprem as ordens dos firmes partidários do *status quo* do conselho de administração ou de curadores. As escolas petrificam a sociedade porque os estudantes, por meio delas, aprendem a se ajustar sem nenhum questionamento às instituições”.<sup>129</sup> Um dos *slogans* do movimento estudantil de Berkeley em 1964 era: “Você é um estudante ou uma máquina IBM?”.<sup>130</sup>

A Universidade tecnocrática necessitava, mais do que nunca, de formas autoritárias de ensino, reproduzindo o próprio autoritarismo reinante na sociedade e preparando o jovem para submeter-se a instituições igualmente tecnocráticas e autoritárias:

“Para o professor, a Universidade é um feudo, para o estudante é só um aparato repressivo, onde cotidianamente se exerce uma forma de violência que é tanto mais injusta quanto mais mascarada está debaixo de roupagens da necessidade de aprender e de formar-se profissionalmente. Os exames, as lições, a perda de tempo, o doutrinação, as medidas disciplinares, a imposição da ciência e da cultura pelos de cima, todas são formas de controle e de violência exercidas sobre o estudante”.<sup>131</sup>

“O que se aprende na Universidade só se poderá ensinar novamente de forma autoritária (ou seja, com os mesmos métodos com que foi aprendido) e só se poderá utilizar

<sup>127</sup> Panfleto do *Free Speech Movement*, “We want a university”, in. Hal Draper. *op. cit.*, p. 191, 192.

<sup>128</sup> *Ibid.*

<sup>129</sup> *Cit. in.* Barbara Ehrenreich. *O medo da queda*, Página Aberta, 1994, p. 79.

<sup>130</sup> *Cit. in.* Lewis S. Feuer. *op. cit.*, p. 411.

<sup>131</sup> Documento produzido pela Comitê de Agitação dos estudantes que ocuparam a Universidade de Turim “Didattica e repressione”, *cit. in.* Guido Viale. *op. cit.*, p. 35.

em uma organização administrativa e burocrática que aceite empregá-lo, mediante a divisão e a coordenação do trabalho especializado, do qual não se reconhecem as finalidades. Nossa preparação profissional é um capital social que não nos pertence, porque só se pode utilizar em uma organização administrativo-burocrática que não estamos nem política nem profissionalmente preparados para controlar”.<sup>132</sup>

“O sistema das relações pedagógicas que submete o estudante a um catedrático onipotente colocado no cimo da pirâmide acadêmica deve ser compreendido como um rito de iniciação, no qual o estudante (a partir do seu interesse pelas ciências) é compelido a se conformar com as estruturas sociais que se apropriam, reproduzem e produzem a ciência”.<sup>133</sup>

“A miséria da universidade é a miséria dos que têm que estudar nela.

A situação da FU (Universidade Livre de Berlim Ocidental) é insuportável para nós, os estudantes.

Temos más condições de trabalho, com míseras lições magistrais, com seminários estúpidos e com absurdas normas de exame. Se nos negamos a que uns professores idiotas especializados façam de nós mais idiotas especializados, pagamos o atrevimento com o perigo de ter que deixar os estudos sem concluí-los.”<sup>134</sup>

“Os professores e os estudantes – ambos distribuidores e consumidores desumanizados do bem de consumo da ciência – se convertem eles mesmos em bens de consumo; algo para ser comprado e vendido na oficina de colocação da Universidade”.<sup>135</sup>

Para estes movimentos, a universidade afastava os jovens das discussões realmente urgentes e essenciais. O que seria realmente importante aprender estava não apenas fora das universidades como também era desconsiderado pelos professores: “A psicanálise, Vietnã, o desenvolvimento econômico, a escola italiana, a difusão social e política da pesquisa filosófica etc.”.<sup>136</sup> Para tanto, na ocupação da Universidade de Turim, em 1968, os estudantes formaram comissões para a preparação de uma Carta de reivindicações para a reforma universitária e grupos de discussão e estudo, principalmente daquilo que era excluído da academia e que os

<sup>132</sup> Comitê de Agitação, Universidade de Turim “Le comissioni di studio come strumento di contestazione del potere accademico”, *cit. in.* Guido Viale. *op. cit.*, p. 18.

<sup>133</sup> Resolução universitária do SDS alemão, setembro de 1967, *cit. in.* Serge Bosc e Jean-Marceau Bouguereau, “O movimento dos estudantes berlinenses - um precedente?”, *in.* Serge Bosc, J. M. Bouguereau e Philippe Gavi. *A crise européia: revolta ou revolução*, Rio de Janeiro: Degrau, 1968, pp. 15-78, p. 37.

<sup>134</sup> Comitê provisório preparatório de uma auto-organização estudantil, 26 de novembro de 1966, *cit. in.* Uwe Bergmann *et. al.* *La rebelión de los estudiantes*, Barcelona: Ariel, 1976, p. 38-39.

<sup>135</sup> Carl Davidson, *cit. in.* Andres Garrigó. *op. cit.*, p. 32-3.

<sup>136</sup> Comitê de Agitação, Universidade de Turim “Didattica e repressione”, *cit. in.* Guido Viale. *op. cit.*, p. 24.

estudantes viam como essencial na realidade que viviam. Citemos algumas das comissões: “Psicanálise e Repressão”, “Funções e tarefas da filosofia”, “Vietnã”, “América Latina”, “Escola e Sociedade” e “Sociologia da investigação científica”. Segundo a fonte, estas comissões de estudo, na prática, acabaram recriando os métodos de ensino-aprendizado, pois logo abandonaram idéia de ler os livros “acadêmicos” e tentaram criar novos métodos que valorizam a discussão de experiências diretas próprias e alheias: entrevistam profissionais de psicanálise e psicologia para analisar o uso político da teoria psicanalítica; estudantes analisam suas próprias experiências na comissão de psicanálise; mimeografam e discutem vários documentos da FLN do Vietnã do Sul e do governo do Vietnã do Norte; debatem com estudantes norte-americanos que organizavam a resistência contra a convocação militar para o Vietnã; discutem, a partir dos que já tiveram experiência como professores, a questão do papel dos docentes. Tentava-se evitar o risco da contaminação destas comissões pela mesma burocratização tecnocrática que combatiam: “Nosso principal problema era auto-educarmos na livre discussão, subtrairmo-nos da vassalagem cultural dos professores e aprender a autodirigir nosso movimento e nossa agitação com a participação de todos e sem delegar os problemas de direção, tanto política como de elaboração, a um reduzido grupo mais ou menos burocrático”.<sup>137</sup>

Os movimentos estudantis eram concebidos por seus protagonistas como uma revolta contra o “sistema” que, na suas vidas cotidianas, assumia a forma da burocracia universitária e da cultura do conformismo:

“O que há de mais excitante na América hoje são os movimentos para transformar a América. A América está se tomando para sempre a utopia do contentamento automatizado e esterilizado. O ‘futuro’ e as ‘carreiras’ para os quais os estudantes americanos agora se preparam são em sua maior parte desperdícios morais e intelectuais. O paraíso cromoplatinado do consumidor deveria fazer com que nos tornássemos crianças bem comportadas. Mas uma importante minoria de homens e mulheres têm hoje se mostrado disposto a morrer do que se tornarem estandarizados, peças de reposição ou irrelevantes”.<sup>138</sup>

Mesmo na Espanha e entre estudantes de medicina, se evidenciou a preocupação com a ciência e a prática profissional voltadas à transformação social. Num boletim informativo de estudantes de medicina de Salamanca, em fevereiro de 68, até o médico-guerrilheiro Ernesto

<sup>137</sup> Guido Viale. *op. cit.*, p. 29.

<sup>138</sup> Mario Savio, líder estudantil em Berkeley em 1964, “An end to History”, in Hal Draper. *op. cit.*, p. 182.

Guevara é citado:

“Nos falamos de ‘tratamento etiológico’. Nos falamos de ‘profissionalismo asséptico’. São termos incompatíveis...

É necessário, como médicos, que nos politizemos. É necessário que velemos pela SAÚDE DE TODOS OS HOMENS, não só dos que vão aos consultórios particulares e clínicas de luxo...

O doutor Guevara não era um ‘profissional asséptico’.”<sup>139</sup>

Na sua tentativa de remodelar a vida cotidiana e contestar as instituições, os estudantes também criaram ou participaram de diversos projetos alternativos de universidade: universidades críticas, livres ou anti-universidades. Um dos primeiros exemplos foi a declaração, em Berkeley, da intenção de criar uma “Universidade Livre da Califórnia”, ainda em 1964, no já citado panfleto “*We want a university*”.<sup>140</sup>

A *Midepeninsula Free University*, em Palo Alto, Califórnia, fundara-se em 1966 por iniciativa de seus estudantes. Dizia a declaração dos princípios desta “universidade livre”:

“A liberdade de investigação é a pedra angular da educação”.

“Cada indivíduo deve gerar suas próprias e mais vitais questões e programar sua própria educação”.

“O caráter classista da idade em nossa sociedade subverte a educação; os jovens não são demasiado jovens para ensinar nem os velhos demasiado velhos para aprender”.

“A educação não é um produto e não deve ser medida em unidades, notas e graus”.

“A educação visa ao geral mais que a especialização, e deve oferecer o aglutinante que cimenta em unidade nossas vidas fragmentadas”.

“A educação que não tem conseqüências para a ação social ou para o desenvolvimento pessoal é vazia”.

“A ação que não eleva nosso nível de consciência é estéril”.

“O estado natural do homem é a contemplação extática”.

“Nós não podemos nos contentar com pouco”.<sup>141</sup>

Uma experiência conseqüente se deu também em Berlim Ocidental, cuja Universidade já se denominava oficialmente “Livre”. Por isto, em 1967, após uma série de conflitos com a administração, o movimento berlinense partiu para a criação de uma “Universidade Crítica”

<sup>139</sup> Cit. in. Andres Garrigó. op. cit., p. 122.

<sup>140</sup> Cit. in. Hal Draper. op. cit., p. 191, 192.

(*Kritisge Universität*). Dois documentos de fundação da Universidade Crítica de Berlim foram publicados em outubro de 1967. O primeiro, “Ciência politizada”, afirma que a neutralidade política da ciência era algo radicalmente enganador. A única chance da ciência recuperar sua autonomia era voltar a se fundamentar “nos homens reais e ativos”. O homem da ciência deveria abandonar a concepção positivista de ser “simplesmente instrumento registrador” e a crença de que a ciência era realmente neutra e apolítica: “Os sábios burgueses são oportunistas e neutros apenas em face dos poderes que garantem sua posição privilegiada, o que significa que a ciência burguesa é explicitamente política: é contra-revolucionária”. Duas tarefas se impunham ao movimento estudantil:

“1ª – Desmascarar e criticar radicalmente a característica elitizante, cínica e anti-racional da ciência burguesa.

2ª – Lançar as bases de uma discussão permanente, científica e prática dos objetivos políticos compatíveis com a razão e que, por este motivo, podem tornar-se objetivos da ciência.”

Não sendo a instituição universitária atual capaz disto, fazia-se necessário criar uma nova, a “Universidade Crítica”.<sup>142</sup> No segundo documento, “Objetivos e organização da universidade”, colocam-se as principais intenções e métodos desta nova universidade: “Reflexão crítica e análise científica para uma prática democrática e política” (declarando-se o apoio à Oposição Extraparlamentar, buscando, assim, uma conexão entre teoria crítica, ciência e prática); “Reforma democrática dos estudos e crítica ao ensino superior” e “Política democrática em matéria de formação científica e profissional”.<sup>143</sup> Na nova forma educacional, incentiva-se a formação de grupos autônomos de estudo e ação: no início do semestre de inverno de 1967-68, formaram-se mais de 30 destes grupos ou círculos de estudantes.<sup>144</sup>

No início de 1968, era inaugurada a Anti-universidade de Londres, uma versão britânica das universidades livres norte-americanas. Assim como suas análogas dos Estados Unidos, a anti-universidade também se viu penetrada pelos novos saberes, esoterismos e místicas trazidos pelas contraculturas, depois de partirem de uma origem mais próxima aos temas politizados das novas esquerdas. Em Londres, haviam cursos dedicados a “anticulturas”,

<sup>141</sup> Cit. In. Andres Garrigó. *op. cit.*, p. 70-71.

<sup>142</sup> “Programa da Universidade Crítica”, editado por P. Maikowski e pela Associação dos Estudantes da Universidade Livre de Berlim, 20 de outubro de 1967, in. Serge Bosc, J. M. Bouguereau e Philippe Gavi, *A crise europeia: revolta ou revolução*, *op. cit.*, p. 108-113.

<sup>143</sup> “Objetivos e organização da universidade”, *ibid.*, pp. 114-116.

<sup>144</sup> Uwe Bergmann. *op. cit.*

“antipoesia” e “contra-instituições”, com títulos como: “Da história em quadrinhos à dança da Silva: Amnésia espiritual e Fisiologia da Auto-alienação”. Repetia-se o sincretismo contracultural observado no movimento *hippie* nestes projetos alternativos. Juvenildade, experimentação, multiplicidade e métodos “anarquistas” de ensino teriam redundado, certamente, em muitas dificuldades, enganos e insucessos: “Com muita freqüência, tal esforço intelectual dirigido por instrutores mal saídos da adolescência degenera numa louvação semi-articulada e indiscriminada de tudo que seja novo, estranho e barulhento”.<sup>145</sup>

Mas, apesar de confusas e em geral malsucedidas, estas experiências indicam o potencial criativo das iniciativas contestadoras dos jovens estudantes, o inconformismo diante dos processos que faziam da sua vida cotidiana universitária adquirir um tom tecnocrático, acrítico, autoritário e hierárquico. Processos que fariam deles, estudantes, meros especialistas e técnicos em instituições burocráticas e impessoais. Processo nos quais a ciência perdia seu potencial transformador e conscientizador, tomando-se mero suporte do desenvolvimento capitalista e da tecnologia em benefício de minorias. Os anos 1960 tornaram mais visível o fenômeno de transformação da universidade em um celeiro de novos profissionais, local de passagem obrigatório aos indivíduos que aspiravam tornar-se membros da nova classe média, através de uma longa preparação para o exercício de uma profissão reconhecida: “Até as faculdades de elite estavam começando a se considerar menos como parques de diversões para os filhos dos ricos e mais como bases sólidas para futuros profissionais”. Segundo Kenneth Keniston, a maior parte dos estudantes “precisa se esforçar muito mais na faculdade do que seus pais sequer cogitaram”. Ou, “posto de outra forma, as exigências de educação e aprendizado de longa duração transformam a juventude de classe média num tipo de classe inferior interna”.<sup>146</sup>

E. P. Thompson, analisando a resistência dos trabalhadores no século XVIII e no início do século XIX, havia descrito que uma espécie de “consciência de classe” surgira antes da formação da própria classe operária. Não poderia se ver nestes movimentos estudantis, como uma revolta da nova classe “proletária” intelectual, antes mesmo de sua constituição, ou melhor, justamente contra o processo de sua constituição?

“Os estudantes que se revoltam, já não são mais os ‘filhinhos de papai’ das velhas burguesias dominantes, já se tratava de um novo proletariado. Eles são a antecipação da nova

<sup>145</sup> Theodore Roszac. *op. cit.*, p. 57, 58

<sup>146</sup> Barbara Ehrenreich. *op. cit.*, p. 77-78.

força-trabalho imaterial, fortemente intelectualizada, que, nos 30 anos que se seguiram, observamos se impondo na produção...

(68) registrava socialmente e antecipava politicamente um novo regime de produção...

O movimento de 68 é um movimento precursor, cuja força de renovação não se esgotou, e que revela um novo protagonista do processo de liberação da exploração, um protagonista intelectual, porque é assim que o trabalho se tornou”.<sup>147</sup>

Mesmo no período mais próximo a 1968, isto foi demonstrado, ainda que de modo ambíguo e confuso, pelos próprios participantes dos movimentos estudantis.

“A sociedade nos é apresentada como uma espécie de sistema de castas em que nós, estudantes, temos que nos considerar uma elite privilegiada, homens burocráticos canalizados em direção ao nicho burocrático apropriado”.<sup>148</sup>

“Em sua imensa maioria, os estudantes não são mais destinados às funções dirigentes, o que era provável esperar da Universidade elitista da primeira metade do século XX. Exceto pelos futuros tecnocratas, grupo reduzido selecionado em grande parte do circuito separado das grandes escolas, os 700 mil inscritos no ensino superior francês formarão o essencial dos quadros subalternos e dos técnicos do neo-capitalismo. Eles pertencem por antecipação a este grupo social, assim como os trinta mil estudantes de 1900 pertenciam à burguesia”.<sup>149</sup>

### **Mídia, sociedade e Contracultura**

Desde os anos 1960 definiu-se uma questão muito polêmica a respeito do papel da mídia e da indústria cultural em relação aos movimentos juvenis de contestação. Alguns, em sua maior parte conservadores, denunciavam que a grande mídia tinha culpa no fenômeno da multiplicação das revoltas. Outros, como os *yippies*, influenciados por Marshall McLuhan, discutiam a possibilidade de utilizar a mídia em favor da contestação, e as representações polêmicas do “teatro de guerrilha”, assim como o festival durante a Convenção de Chicago, tinham esta intenção. Quanto aos pensadores progressistas ou afiados às esquerdas, em sua grande parte, principalmente depois dos anos 1960, passaram a ilustrar que a mídia e a indústria cultural foram muito importantes para a “domesticação” das rebeliões juvenis – através de diversos processos ou combinando-os, como a adaptação a clichês padronizados, a

<sup>147</sup> Antonio Negri “Por que é difícil esquecer 68?”, in. *Folha de S. Paulo*, 22/02/1998, p. 5.3.

<sup>148</sup> Carl Davidson, cit. in. Andres Garrigó. *op. cit.*, p. 33.

<sup>149</sup> Frédéric Bom e Michel-Antoine Burnier, em 1971, cit. in. Jean-Paul et Claudine Bachy. *Les étudiants et la politique*, Paris: Armand Colin, 1973, p. 208-9.

apropriação de formas e conteúdos e a criação de produtos culturais baseados nos valores da juventude rebelde (constituindo assim um novo mercado juvenil).

O que se percebe é que as relações entre a mídia e a onda mundial de revoltas foi complexa e repleta de fenômenos contraditórios e surpreendentes. Mídia e juventudes em revolta se fizeram transformar nos anos 1960 – num processo que, em muitos sentidos, continuou o que se observara desde o *rock and roll* nos anos 1950. Ou seja, nenhum dos dois, juventude rebelde e indústria cultural, saíram “ilesos” ao fim deste entrelaçamento inesperado, brutal mas inevitável entre duas grandes forças transformadoras da contemporaneidade. Cada aspecto apontado pelos que viram na mídia a redenção ou a perdição das rebeliões juvenis tem que ser levado em conta, pois revela uma face a mais deste encontro marcante para a vida cultural desde então.

Não é à toa que os anos 1960 trouxeram à tona o filósofo canadense Marshall McLuhan (1911-1980). Em 1964, era lançado seu livro *Understanding Media*, apregoando polemicamente que era a própria natureza humana quem seria transformada pelo advento das mídias eletrônicas. No rastro de McLuhan, Meyrowitz parece nos demonstrar que, em certo sentido, a própria mídia eletrônica foi a criadora da geração que iria promover uma onda de revoltas nos anos 1960. No seu estudo, Meyrowitz afirma que a mídia eletrônica, principalmente a televisão, criara uma nova relação entre as gerações do pós-guerra, ao socializar de uma nova forma as crianças a partir de então. A mídia eletrônica rompia o anterior quase-monopólio familiar do acesso às informações e superava a forma paulatina e seriada, usada pelas instituições escolares, para transmitir o conhecimento. Se na escola a criança aprendia antes os mitos e depois a realidade social, confrontando-os de modo gradativo e linear, a mídia eletrônica coloca as crianças desde logo em contato com as contradições dos mitos e ideais sociais passados pela escola, família e tradição.<sup>150</sup> Algo a nos fazer refletir: a forma unilinear de pensamento, incentivada pela mídia eletrônica, não teria ajudado a levar àquelas crianças, mais tarde, a se revoltar contra o próprio mito da razão técnica, mito no qual se edificara a legitimidade dos sistemas industriais (capitalismo e socialismo)?

Os *yippies*, por sua vez, representam uma das muitas leituras de McLuhan feitas pelos agentes sociais de então. Abbie Hoffman acreditava ser a percepção da realidade uma criação da mídia, assim como a relação com a realidade. Dizia que as pessoas com mais de 50 anos,



por causa do rádio, tinham que ouvir para acreditar, enquanto que as pessoas entre 30 e 50 anos, por causa da televisão, tinham que ver para acreditar. Já as pessoas com menos de 30 anos, ao se tornar *hippies*, passaram a contestar a manipulação das imagens pela televisão. Para acreditarem em algo, precisavam mais do que ver ou ouvir – ou seja, não bastava o simples argumento racionalista e demonstrativo. Os jovens “tinham que sentir para acreditar”. Era necessário criar meios que permitissem o envolvimento e a participação deles, possibilitando que os jovens participassem da construção da sua própria percepção da realidade.<sup>151</sup> Nas utopias e nas práticas das contraculturas, como vimos, muitas vezes tentou-se criar estes “meios” que geravam a imanência em vez da passividade, formas novas que conseguiriam até mesmo submeter os demais meios.<sup>152</sup> Tratam-se dos grafites em Maio de 68, os cartazes em diversas revoltas juvenis, o teatro de guerrilha, os *sit-ins*, *love-ins*, *teach-ins*, festivais *hippies*, festivais de rock, experiências coletivas com drogas, experiências místicas, *show* de luzes psicodélicas, *shows* multimídias, imprensa *underground*, psicodramas coletivos em instituições ocupadas, arte gráfica, canções provocativas nas manifestações etc. Formas em que a participação, além de real, deveria ultrapassar as barreiras do convencional, do racional e do “audiovisual”: deveria ser uma participação emotiva, prazerosa, “espiritual” e “profunda”.

Quanto à mídia então existente, alguns saudaram entusiasmados seu impensado estímulo à rebelião contra a sociedade que a mídia devia proteger, como em Maio de 68: “Os mecanismos do sistema de informação voltaram-se contra seus autores. O gosto pelo sensacional, pelo sangue, que desvia habitualmente o leitor, o ouvinte ou o espectador da política, tornou-se em maio um fator de mobilização”.<sup>153</sup> Em compensação, ao mesmo tempo, os estudantes berlinenses tiveram no traste de jornais *Springer* um dos seus principais inimigos. Quanto aos que desejavam preservar a “ordem” social, o risco viria justamente do livre mercado dos meios de comunicação. Na concorrência pelo público e audiência, produzira-se uma insensata adulação da juventude e das suas formas rebeldes. André Philip destaca que, em Maio de 68, a imprensa teve um forte papel negativo, graças ao seu sensacionalismo. Rádios e

<sup>150</sup> Joshua Meyrowitz. “The blurring of childhood and adulthood. A case study in changing role transitions”, in No sense of place. The impact of electronic media on social behavior, Nova York e Oxford: Oxford University Press, 1985, cap. 13, pp. 226-267.

<sup>151</sup> David R. Farber. op. cit.

<sup>152</sup> Michael Bowen, ao organizar o Verão do Amor, em 1967, teria dito: “Os aparelho eletrônicos vão nos conectar. *Shows* mundiais de TV... O planeta inteiro está pedindo para ser ligado”. (cit. in Timothy Leary. op. cit., p. 339).

<sup>153</sup> Frédéric Bon in Henri Lefebvre et al. op. cit., p. 29.

imprensa escrita dedicavam-se a exaltar o extremismo estudantil e, através da dramatização sensacionalista, aumentavam o teor dos fatos.<sup>154</sup> Num tom semelhante, diria um político:

“Os jovens, que dispõem de um poder aquisitivo cada vez mais elevado, constituem uma presa tentadora para os comerciantes pouco preocupados para tratar de problemas éticos. Na medida em que, por razões profundas, as jovens gerações experimentam a necessidade de afirmar-se contra as gerações mais velhas, a publicidade comercial utiliza e reforça esta motivação para desenvolver um mercado... É um aspecto negativo de nossa sociedade de consumo ao qual os governantes deveriam dedicar-se com prioridade”.<sup>155</sup>

Outros foram mais ambíguos na descrição do perigo fomentado pela conjunção entre mídia e revolta estudantil, como Andres Garrigó. A conjunção, mais que prejudicar ou suscitar a rebelião, parecia sim consolidar ainda mais as características negativas da sociedade materialista e consumista: contraculturas transformadas em venda de discos, revistas, vestidos de moda, tráfico de drogas e pornografia; conflitos entre manifestantes e policiais fazem crescer a venda de armas e de serviços de segurança particulares por empresas temerosas de que a violência policial não fosse suficiente para deter os manifestantes; transformação da imprensa *underground* em um crescente novo mercado nos Estados Unidos; incremento na indústria de livros com a demanda por obras de Marx, Lenin, Trotsky, Mao e de novos pensadores radicais como Fanon, Reich, Goodman, Wright Mills, Marcuse e Debray – além do assédio a Cohn Bendit e Dutschke para a edição de seus pensamentos; adoção de novas gírias e a linguagem juvenil na publicidade; o público da imprensa, ao exigir cada vez mais sensacionalismo, sem perceber ia aumentando a radicalização e fomentando “a constante renovação de mitos e ‘vedetes’”; a queda de tabus relativos à sexualidade transformaram-se em uma grande nova fonte de lucro, gerando verdadeiros complexos industriais em torno de revistas pornográficas etc.<sup>156</sup>

Na defesa da rebelião, Roszac vê a conjunção mídia-contraculturas como um fator extremamente negativo para o verdadeiro sentido que uma revolta contra a “sociedade tecnocrática” deveria tomar. A mídia ajuda na perversão das contraculturas, rumo à sua folclorização, rumo a modelos deturpados e estereotipados do exótico e excêntrico:

<sup>154</sup> André Philip. *Mai 68 et la foi démocratique*, França: Aubier-Montaigne, 1968.

<sup>155</sup> M. Borel, em setembro de 1968 na Assembléia Consultiva do Conselho da Europa, *Cit. In.* Andres Garrigó. *op. cit.*, p. 189.

<sup>156</sup> Andres Garrigó. *op. cit.*, p. 187.

“Os chamados *beatniks* e *hippies*, sejam o que forem, nada têm a ver com aquilo em que os transformaram o *Time*, *Esquire*, *Cheeta*, a televisão, as comédias da Broadway e Hollywood. A imprensa decidiu que a rebelião ‘vende’ bem. Mas o máximo que consegue fazer é isolar as aberrações mais insólitas e, conseqüentemente, atrair para o movimento muitos *poseurs* extrovertidos... O problema é novo e difícil: uma espécie de cínica asfixia da rebeldia através da publicidade contínua, e começa a parecer que para o Sistema esta arma é muito mais eficaz do que a supressão pura e simples”.<sup>157</sup>

As contradições no confronto entre contraculturas, meios de comunicação, indústria cultural e o mercado de bens de consumo talvez tenham ganhado visibilidade extrema em dois eventos de 1969. Foram dois festivais de rock e Contracultura que reuniram centenas de milhares de jovens nos Estados Unidos: Woodstock e Altamont. Em Woodstock, numa fazenda no estado de Nova York, em agosto de 1969, com o *slogan* “3 dias de paz e amor”, foram reunidos quase todos os principais nomes do rock de então, como *The Who*, Jimi Hendrix, Janis Joplin, Crosby, Stills, Nash & Young, Joan Baez, Santana etc. O festival seria transformado em discos com altas vendagens e um filme de Hollywood com grande sucesso. Mais importante, porém, foi ter conseguido reunir um público entre 500 e 600 mil pessoas: “uma demonstração convincente do poder de massa da geração *Baby Bom*. Meio milhão de pessoas se juntaram para passar um final de semana, formando a terceira maior cidade do estado de Nova York. Uma metrópole instantânea! Cem mil viagens de LSD. Dois nascimentos e três mortes, nenhuma causada por drogas”.<sup>158</sup> Mas, no palco, promotores e líderes da Contracultura brigavam pelo controle do evento e “não tinham idéia de que a estrela maior desse *show* seria a multidão”.<sup>159</sup> Enquanto isto o promotor do evento, Bill Graham, era flagrado pelas câmaras que fizeram o filme *Woodstock*, xingando os garotos que invadiam o festival sem pagar, chamando-os de “escória de merda” e comparando-os a formigas da América do Sul que só podiam ser detidas com trincheiras e fogo.

Três meses depois acontecia o festival de Altamont, num autódromo perto de Oakland. O som no palco ao longe nem era muito ouvido pela multidão mais afastada, que aproveitava para exercitar sua própria música, com sons de gaitas, violões e instrumentos portáteis. Responsável pela segurança do festival, a gang dos *Hells Angels* apenas ajudou a fazer confusão, atacando até mesmo o cantor, em pleno palco, do grupo de rock *Jefferson Airplane*. Quando os

<sup>157</sup> Theodore Roszac. *op. cit.*, p. 47.

<sup>158</sup> Timothy Leary. *op. cit.*, p. 368.

*Rolling Stones*, a atração esperada por todos, começou a tocar, os *Hells Angels* ajudaram a patrocinar um empurra-empurra, distribuindo golpes nos que estavam mais à frente. Talvez para se defender, um jovem *hippie* e negro de 18 anos sacou uma arma e os motoqueiros reagiram matando-o a facadas, golpes com barras e pontapés. O palco foi invadido e o *show* dos *Rolling Stones* foi interrompido.<sup>160</sup> É claro que toda a grande mídia cobriu exageradamente o evento desastrado, criticando veementemente tudo o que se referia à Contracultura e às revoltas juvenis. Apesar disto, junto com o caso das chacinas patrocinadas por Charles Manson, Altamont demonstra que mesmo dentro dos sonhos *hippies*, violência e agressividade faziam uma secreta morada. Outra coisa demonstrada, na opinião de Leary, é que construíra-se uma grande distância dos grandes ídolos, produtores e até os líderes da Contracultura em relação à massa dos jovens: “Uma coisa ficou clara com relação a Woodstock e Altamont. Nenhuma das estrelas do rock ou de seus produtores tinha idéia do que estava acontecendo no planeta. A coletividade genérica estava à frente de seus líderes e porta-vozes”.<sup>161</sup>

Outros fatos ilustram outros aspectos destas contradições. Em 1967, os *Beatles* compuseram a música *All you need is love* (“Tudo o que você precisa é amor”) e a apresentaram num especial de televisão que foi transmitido via satélite para uma audiência de 200 milhões de pessoas. A música era uma clara mensagem pacifista, tipicamente *hippie*, cantada pelos *Beatles* adornados de flores e cores típicas da Contracultura. Ao mesmo tempo, era uma das primeiras vezes na história que se fazia uma transmissão via satélite, simultaneamente, para vários países do mundo. A Contracultura e o rock antecipavam-se ao *show* mega-histórico da chegada do homem à Lua.

Outro fato curioso, mas intenso e exemplar, foi o *boom* de livros sobre Maio de 1968, na França, ainda em 1968 (e, em alguns casos, ainda em maio!):

“Provavelmente, jamais houve outro movimento revolucionário com maior porcentagem de pessoas que lêem e escrevem livros; por conseguinte, não é de surpreender que a indústria editorial francesa tivesse corrido a satisfazer uma demanda aparentemente ilimitada. Ao final de 1968, pelo menos cinquenta e dois livros sobre os acontecimentos de maio haviam surgido e o fluxo continua”.<sup>162</sup>

<sup>159</sup> *Ibid.*, p. 369.

<sup>160</sup> Thales de Menezes. “Stones mataram sonho *hippie* há 30 anos”, *Folha de S. Paulo*, 6/12/ 1999, p. 6.5.

<sup>161</sup> Timothy Leary. *op. cit.*, p. 371.

<sup>162</sup> Eric J. Hobsbawm. “Maio de 1968”, in *Revolucionários. Ensaios contemporâneos*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, pp. 235-244, p. 235 (texto escrito em 1969).

Como vimos, Morin havia criticado as vedetizações realizadas durante Maio de 68. Não devemos esquecer que o próprio Maio de 68 francês foi vedetizado. Sua evidência exagerada ofuscou, até certo ponto, o caráter mundial da revolta e a profundidade conseguida por muitos outros movimentos. Mas, completando a análise de Morin, devemos situar a análise do sempre corrosivo Baudrillard. Baudrillard opõe-se àquela interpretação vinda de dentro dos próprios rebeldes de 1968 (inclusive entre os *yippies*, citados pelo autor) de que a revolta teria se aproveitado da própria publicização da mídia para se espalhar e radicalizar ainda mais. Na versão de diversos governos, a excessiva cobertura da mídia teria amplificado desmesuradamente 1968. A opinião do semiólogo francês alinha-se àqueles que criticam o papel da mídia no enfraquecimento da rebelião: “Eu diria, pelo contrário, que os *media* nunca desempenharam tão bem o seu papel e que, na sua função de controle social habitual, estiveram à altura dos acontecimentos”. A própria “vedetização” faz parte essencial deste processo de “domesticação” da revolta pela mídia: “A transgressão e a subversão... não passam sobre as ondas sem serem sutilmente negadas enquanto tais: transformadas em modelos, neutralizadas em signos, são esvaziadas do seu sentido”. Basicamente, argumenta Baudrillard, a mídia, apesar de transmitir os conteúdos das revoltas juvenis, manteve suas formas intocadas, de modo que os conteúdos se viram anulados: “Ao difundir o acontecimento na universalidade abstrata da opinião pública, impuseram-lhe um desenvolvimento repentino e, através desta extensão forçada e antecipada, despojaram o movimento original do seu ritmo próprio e do seu sentido – numa palavra: fizeram-lhes curto-circuito”. A rebeldia original dos estudantes era simbólica, ou seja, de tradução ou redução a modelos pré-existentes impossível em si mesma – mas sua transposição às mídias e, também, sua adaptação ao modelo já conhecido da “greve”, retiraram a força simbólica da revolta.<sup>163</sup>

Para Baudrillard, a força verdadeira da revolta residia na sua dimensão simbólica, expressada antes da sua fase “midiatizada”. Nesta fase “midiatizada”, Maio de 68 transformou-se numa greve geral de imensas proporções. No entanto, tendia a seguir padrões formalizados de comportamento político. A verdadeira revolução esteve nas manifestações livres e espontâneas nas ruas, uma carga de rebelião que não se reduzia a modelos consagrados e rígidos:

---

<sup>163</sup> Jean Baudrillard. “Requiem pelos ‘media’”, in: Para uma crítica da Economia Política do signo, São Paulo: Martins Fontes, 1972, p. 221-222.

“O verdadeiro médium revolucionário em Maio são as paredes e a sua palavra, as serigrafias ou os cartazes na mão, a rua onde a palavra se toma e se troca – tudo o que é inscrição imediate, dado e retribuído, falado e respondido, móvel, num mesmo tempo e num mesmo lugar, recíproco e antagônico... A rua é o espaço aberto da troca simbólica da palavra, efêmera e mortal”.<sup>164</sup>

Baudrillard é um dos que avalia Maio de 68 sem o critério da eficácia política, sem o critério da “conquista do poder”. E, na verdade, é justamente na sua potencialidade de superar esta prática política estabelecida, baseada no poder, na força, nos rituais formalistas e na representatividade, que se encontra muito da riqueza de 1968. Contudo, é claro, nem mesmo entre os líderes de 1968, na França e no mundo, a concepção tradicional de poder e política esteve superada, pelo contrário. Não é à toa que os movimentos da onda mundial dos anos 1960 em sua maioria escaparam do estrito controle dos seus “líderes”.

No entanto, já não era a mesma mídia e a mesma sociedade que surgiam desta acomodação entre os símbolos da revolta e os signos redutores da comunicação de massa. Sedimenta-se mais e mais o estilo de vida consumista, mais independente de valores tradicionais que limitavam o hedonismo no consumo. Neste sentido podemos encarar as conclusões do *Center for Contemporary Cultural Studies* sobre as contraculturas. Na descrição das diferenças entre valores da classe média tradicional e da Contracultura, temos uma interessante descrição do conflito entre a perspectiva “oficial” da classe média e a perspectiva das sub-culturas juvenis que aderiam às contraculturas. No fim, os autores irão considerar a revolta juvenil e a Contracultura como meros desvios momentâneos, expressões de um instante em que a cultura da classe média vivia as contradições da sua adaptação à nova sociedade capitalista formada no Pós-guerra. Antes disto, os autores fazem interessantes exercícios teóricos e empíricos para mostrar a relação entre a lógica da classe social e a lógica etária na formação de sub-culturas juvenis, mas sempre retornam às explicações reducionistas, em que predomina a lógica da classe e a própria consideração ortodoxa de que só da classe trabalhadora podem sair formas efetivas de oposição social. Mas deixam um sugestivo repertório das diferenças entre Contracultura e cultura da classe média tradicional: estilo contra *status*, comunidade contra a família nuclear, anti-capitalismo e anti-sindicalismo contra o pró-capitalismo, nomadismo contra a valorização do lar, “enclaves” em vez da área residencial, *work-is-play* (“trabalho como lazer”) em vez da dicotomia lazer/trabalho, participação direta em vez da representação

---

<sup>164</sup> *Ibid.*, p. 226.

formal, ausência de liderança contra o elitismo, o público como pessoal contra a oposição cívico/privado, escolas livres ou *de-schooling* (desescolarização) contra o sistema privado-público tradicional, “cena” *versus* clube, ideal da “vida é arte” contra a alta cultura, “butique” contra a alta moda, anti-consumo *versus* alto consumo, anti-materialismo contra materialismo, “liberdade” contra hábitos reservados, postura libertária contra a sobriedade, proposta de transcender os papéis em vez de se adaptar aos papéis, quebra dos papéis de gênero contra a oposição masculino/feminino (e domínio do masculino), individualismo fraternal contra individualismo possessivo.<sup>165</sup>

Na verdade, com estas contradições a Contracultura revelaria de modo hiperbólico o que o próprio capitalismo avançado exigia das classes médias: consumo em vez de sacrifícios puritanos, satisfação imediata das necessidades em vez de gratificações póstumas, aquisição de bens de consumo instantâneo em vez de bens duráveis, estilos de vida mais livres em vez de seriedade e sobriedade.<sup>166</sup>

Para outros, a crise dos anos 1960 e a Contracultura foram lidos como um “momento capital da passagem do modernismo ao pós-modernismo”:

“É ao longo dos anos 60 que o pós-modernismo revela suas principais características, com seu radicalismo cultural e político, seu hedonismo exacerbado, revolta estudantil, Contracultura, onda da maconha e do LSD, liberação sexual e ainda filmes e publicações pomopop, acréscimo da violência e da crueldade nos espetáculos. A cultura comum adere à liberação, ao prazer e ao sexo”.<sup>167</sup>

Ou seja, mais que uma adaptação não-revolucionária e destinada à acomodação sob as mesmas bases sócio-econômicas de outrora, “1968” é um verdadeiro marco de uma nova civilização, de uma nova era da história ocidental. Para Lipovetsky, há uma continuidade entre 68 e o pós-68, no sentido de que em 68 também se fazia a defesa do individualismo e do hedonismo, mas, devido às últimas sobrevivências dos valores tradicionais, tal defesa tinha que ser tensa e radical. Após 68, o pós-modernismo teria um clima mais *cool*, sendo 68 o momento *hot* de um mesmo processo. 68 é o fim do modernismo e “a última manifestação da ofensiva lançada contra os valores puritanos e utilitaristas... mas eles são, também, o começo de uma

<sup>165</sup> John Clarke, Stuart Hall and Tony Jefferson. “Subcultures, cultures and class”, in. Stuart Hall and Tony Jefferson (eds.). *op. cit.*, pp. 9-74.

<sup>166</sup> *Ibid.*

<sup>167</sup> G. Lipovetsky, *cit. In.* Luc Ferry e Alain Renaut. Pensamento 68. Ensaio sobre o anti-humanismo contemporâneo, São Paulo: Ensaio, 1988, p. 76.

cultura pós-moderna, isto é, sem inovação e audácia verdadeira, que se contenta em democratizar a lógica hedonista”.<sup>168</sup>

Qual seria o sentido profundo de 1968? Ou melhor, quais teriam sido os efeitos da onda mundial de revoltas dos anos 1960 no campo dos valores e das relações sociais? Em direção semelhante ao autor acima citado, estão os comentários de Baudrillard sobre os *hippies*. Os *hippies*, apesar de retoricamente elegerem a “sociedade de consumo” como seu grande inimigo, como o estilo oposto da vida àquele que decidiram se dedicar, faziam, no fundo, apenas o papel de uma imagem refletida no espelho. Como tudo o que acontece no mundo contemporâneo, para Baudrillard, nada escapa à lógica imperdoável do sistema:

“A questão é a seguinte: constituirão os ‘*hippies*’ e a sua comunidade a verdadeira alternativa para os processos de crescimento e de consumo? Não serão antes a sua imagem inversa e complementar? Formarão eles uma ‘anti-sociedade’ capaz de abalar toda a ordem social ou não passarão de florão decadente – ou até simplesmente de um ou dos múltiplos avatares das seitas epifânicas que, em todas as épocas, se afastaram do mundo para forçar o advento do paraíso sobre a terra? Também aqui é preciso não tomar por subversão de uma ordem o que se limita a ser simples metamorfose...”

Os ‘*hippies*’ depressa entretiveram a crônica do mundo ocidental. Gulosa de sociedades primitivas, a sociedade de consumo imediatamente os recuperou para o seu folclore, como flora estranha e inofensiva. Sob o ponto de vista sociológico, limitar-se-ão a ser simples produto de luxo das sociedades ricas? Com a sua espiritualidade orientalizante, o seu psicodelismo sarapintado, não serão apenas marginais, que exacerbam ainda mais determinados traços da sua sociedade?...

São ou permanecem condicionados pelos mecanismos fundamentais desta sociedade... o ‘Humano’, acossado pela sociedade produtivista e pela obsessão do *standing* festeja nos ‘*hippies*’ a sua *ressurreição sentimental*, na qual, por detrás da aparente anomia integral, persistem todos os traços estruturais dominantes da sociedade modal”.<sup>169</sup>

Os pós-modernistas descrevem que a nova sociedade baseia-se numa ampla classe média flexível em idéias e costumes, conformista, sem ideais coletivos e fragmentada na mídia, que busca espetáculos e bens em vez do poder ou, no máximo, participa de pequenas causas do cotidiano. Corrói-se a cidadania, a consciência de classe e a política como busca de

<sup>168</sup> *Ibid.*

<sup>169</sup> Jean Baudrillard. *A sociedade de consumo*, Lisboa: Edições 70, 1991, p. 191-2.



mudanças sociais. A participação social orienta-se, sim, para pequenos objetivos em pequenos espaços do cotidiano: *hobbies*, esportes, ecologia, feminismo, direitos do consumidor, macrobiótica. Enquanto a juventude (de classe média) é insatisfeita com a situação social, ao mesmo tempo ela é descrente ou não se interessa pela participação política; ela busca o autoconhecimento individual, mas despolitiza-se; erige-se uma “eutopia”, declina-se a busca de “utopias”.<sup>170</sup>

Alguns comentários podem ser feitos sobre esta típica proposição pós-modernista, relacionando-a ao tema da onda mundial de revoltas dos anos 1960. Esta busca de autoconhecimento, este olhar para o subjetivo, o individual, também foram marcas dos movimentos juvenis nos anos 60. No entanto, esta busca aconteceu justamente ou conjuntamente no terreno do político, do real, das relações sociais, do cotidiano. O que explica esta dissociação? Teria sido um produto da atuação da indústria cultural em favor da exacerbação da procura pelo “pessoal”? A indústria cultural, a partir de um novo impulso da sociedade de consumo (agora em fase de “flexibilização”), retirou esta procura do “autêntico” do terreno social e político e jogou-a no campo do consumo?

Nos valores apregoados ao “pós-moderno”, há uma *práxis* da liberdade individual, um incentivo para que se viva o momento presente. Há uma valorização de grupos minoritários, das relações afetivas, de causas concretas, da concepção do corpo como comunicação, o respeito aos misticismos e a busca da “felicidade”. Ao meu ver, no entanto, tais valores apontados como “pós-modernos” constituíram parte importante dos ideais expressos ou sub-expressos nos movimentos juvenis do anos 1960. Constituíram parte de projetos incipientes “anti-modernos”, mas que não continham potencialmente apenas o resultado niilista, egoísta, alienado e apolítico supostamente construído. Em 1968 houve uma forma política e “semi-institucional” (ou alternativa às instituições modernas) de expressão da individualidade, do subjetivismo, das diferenças e da busca da felicidade individual. Expressão esta que se realizava ainda no mundo social “real”, que trabalhava em direção às instituições sedimentadas da política, cultura e sociedade (para sua conquista, reforma, substituição ou completa destruição...). Os “perigos” do cotidiano (desemprego, alienação, exploração no trabalho, Guerras nucleares, Guerra do Vietnã etc.) que ameaçavam os jovens não levaram, neste caso, a uma fuga do cotidiano – buscou-se mesmo, em vários momentos, a transcendência deste

---

<sup>170</sup> Dalcides Biscalquin. *A sociedade da imagem, paper*, São Paulo, Simpósio da Universidade Salesiana de São Paulo, agosto de 1999.

cotidiano. Mesmo, como se viu nas novas esquerdas, com discursos, propostas, termos e ideologias plenamente “modernos” – mas todos visavam, conscientemente ou não, superar as inseguranças do cotidiano, destruir os limites à felicidade individual e contestar as amarras da subjetividade.

Impulsos e valores “pós-modernos”, no sentido que apontam os seus teóricos, estavam já no centro das revoltas juvenis dos anos 1960. Mas aí encontraram uma forma política e socialmente ativa de manifestação (e não virtual ou mediada pela comunicação de massa). Manifestação que chegou a níveis extremos de “desvio” social (liberdade sexual e uso de drogas) e de ativismo (propostas e práticas de luta armada, guerrilha, terrorismo e ação direta). Estes novos anseios e valores revelados então apenas começavam a se encontrar com o consumismo. A fase da “flexibilização” da sociedade de consumo, que começaria com a crise mundial na década de 1970, parece ter encaixado melhor novos valores e hábitos de consumo dentro da “normalidade” do sistema capitalista.

1968 é também um desencanto em relação às instituições sociais e políticas modernas (inclusive um desencanto em relação às formas institucionalizadas de oposição política). Desencanto que se manifesta muitas vezes nos moldes tradicionais da contestação, seja no tipo e nos temas de discurso, seja nas ideologias de fundo e nas práticas de protesto. Contudo, são formas híbridas de política, pois reúnem “tradições” políticas e ideológicas junto a propostas totalmente novas ou que, mesmo sendo questões essenciais, foram marginalizadas no passado. Gerou-se, enfim, um novo produto altamente contestador. Os projetos anti-modernos dos anos 60, em sua prática, são muito diferentes da sociedade que vem se constituindo, ainda que tenham partido dos mesmos princípios proclamados.

O desenlace da “Revolução” juvenil dos anos 1960 tem semelhanças com a Revolução Francesa, não tanto no conteúdo, mas nas formas. Em ambas, tivemos muitas promessas sendo feitas, enorme energia humana dispendida, grande carga emocional acumulada e mobilizações sociais maciças. Em ambas, concretizações bem mais modestas em relação às suas potencialidades, mas que, mesmo assim (e apesar das “contra-revoluções” e “restaurações”), transformaram completamente o mundo ocidental (e, por extensão, influenciaram o mundo todo, mais rápida e notavelmente em 1968). Talvez pudesse dizer, para ser mais justo, que ambas as Revoluções foram, simultaneamente, transformação social e manifestação da transformação social. Nenhuma revolução é simplesmente transformação: ela é também uma manifestação da transformação, uma busca de sua aceleração ou ainda, o desejo

de que a transformação seja feita através da intervenção consciente dos indivíduos e grupos envolvidos.



## CONCLUSÃO

Nos anos 1970, na preocupação das ciências sociais e políticas, a onda mundial de revoltas juvenis cederia seu posto a diversos outros movimentos sociais. O conceito de movimentos sociais referia-se a mobilizações contestadoras e reivindicatórias de diversas índoles, a partir da busca ou da consolidação de identidades socioculturais mais localizadas e não baseadas necessariamente na classe social: movimentos de bairro, favelas, de gênero, étnicos, de minorias nacionais, regionais e raciais, de homossexuais, ecologismos etc. Uma relação histórica entre estes dois fenômenos de mobilização social pode ser verificada. A onda mundial de revoltas juvenis dos anos 1960 pode ser vista como um “ponto de partida” para estes movimentos heterogêneos, de diversas matizes sociais e culturais.

Em primeiro lugar, porque suas revoltas conseguiram, já nos anos 1960, legitimarem-se como movimentos mais ou menos independentes das determinações de classe social. É claro, apesar de muitos limites e contradições, foram vistos como movimentos de juventude ou de estudantes, não mais simplesmente como uma movimento “de classe social”.

Em segundo lugar, os movimentos juvenis conquistaram esta legitimidade contando com propostas diferenciadas (ainda com muitos limites e dificuldades, em vários casos) em relação àquelas oferecidas pela rígida bipolarização ideológica da Guerra Fria. Desta forma, os movimentos estudantis, usando um termo famoso na análise do Maio de 68, abriram “brechas” para a legitimação de lutas e reivindicações há muito silenciadas ou deslegitimadas no seio dos movimentos tradicionais de oposição. Menos teoricamente, muito mais nas suas práticas efetivas, os movimentos juvenis dos anos 1960 abriram a possibilidade da legitimação de múltiplos movimentos sociais para além ou aquém da lógica das lutas de classe ou da bipolarização ideológica.

Porém, os movimentos estudantis tiveram características próprias em relação aos movimentos sociais que os procederam. A mais notável é justamente o caráter mundial de sua conflagração. Os movimentos estudantis não foram exclusivos dos países “desenvolvidos”, nem se pode dizer que tenham se iniciado aí ou que aí foram mais longe. Não apenas manifestava-se um movimento mundial baseando-se em incipientes redes da globalização e da mundialização cultural (interligação entre universidades, amplitude da mídia e indústria cultural, telecomunicações, propaganda impressa etc.). Também havia uma espécie de “atmosfera” que “contaminou” ao mesmo tempo muitos jovens em todo o mundo, um efeito “eros”. Também,

esta onda mundial de revoltas tinha em potencial uma “mundialização alternativa”, um ímpeto internacionalizante diferente do que se constataria na globalização hoje imperante.

Graças ao seu caráter mundial, a onda mundial de revoltas teve uma diversidade nacional, étnica e política. Em seu aspecto homogeneizador, pode-se dizer que conteve principalmente movimentos da juventude universitária com origem nas classes médias das grandes cidades. Nos seus temas comuns, uma forte crítica ao “imperialismo” norte-americano (inclusive dentro dos Estados Unidos), crítica à acomodação soviética para com o imperialismo americano e sua tese da “convivência pacífica”, temas da democracia radical na sociedade e na universidade, elogios e solidariedade aos movimentos antiimperialistas de libertação nacional, elogios e influência de socialismos do “Terceiro Mundo” ou heterodoxos, propostas de reestruturação e transformação da vida cotidiana e da cultura em conjunto com a transformação política e econômica, e não depois. Neste último aspecto, um comentário demonstra o caráter complexo do fenômeno. A proposta de revolução da vida cotidiana vinha de movimentos sociais tão antagônicos ideologicamente quanto a Revolução Cultural Chinesa e o movimento *hippie*. A diversidade das revoltas juvenis permitiram sua integração a movimentos terceiro mundistas e operários, guerrilheiros e pacifistas, étnicos e feministas, reformistas e ecológicos etc. Permitiu que as formas artísticas usadas por elas passassem por uma outra revolução: rock, música popular, psicodelismo, contraculturas, artes gráficas, *dazibaos*, caricaturas etc.

Diante de modelos e respostas insatisfatórias aos seus dilemas particulares, muitos jovens estudantes buscaram alternativas fora da mídia e da indústria cultural massificados, fora do discurso de fundo moralizante e tradicionalista do mundo “democrático”, fora da visão ortodoxa e até refratária aos estudantes do comunismo soviético. Entre as alternativas que foram submetidas a uma relação experimental com as rebeldias juvenis, tivemos Che Guevara e Cuba, Mao e China, Vietnã e lutas dos povos oprimidos nos países do Terceiro Mundo, intelectuais e novas organizações de esquerda que criticavam o comunismo soviético (Marcuse e Escola de Frankfurt, novas revistas e organizações de Nova Esquerda na Europa, grupos de discussão e ação estudantil, Paul Goodman, Wright Mills, o Existencialismo de Sartre, redescobertas do anarquismo e trotskismo etc.) e contraculturas (músicas de protesto, cinemas novos, poesia *beat*, Revolução Sexual, drogas psicodélicas, movimento *hippie*, misticismos e esoterismos, teatro de guerrilha, teatro político etc.).

A diversidade das fontes e mesmo a complexidade das causas das revoltas juvenis explicam a igual diversidade e complexidade dos movimentos, o que levou muitos a negarem qualquer tipo de ligação entre eles. Os que negam a unidade da onda mundial de revoltas apontam para a fragilidade das juventudes, seja no sentido da maturidade, do desenvolvimento intelectual ou da ação de hormônios. Ou então, apontam para a falsidade e a manipulação por trás de movimentos não constituídos com base na consciência de classe social. De qualquer modo, ambas as posições colaboraram para com o esvaziamento e até mesmo a derrota desta onda mundial de revoltas, muito menos, é claro, do que a repressão advinda das forças conservadoras de “direita” (dos regimes militares da América Latina ao governo “democrático” norte-americano) e da “esquerda” (da invasão das tropas russas na Checoslováquia à falta de apoio dos partidos comunistas oficiais), ou do que a domesticação das revoltas contraculturais dentro da mídia e indústria cultural.

Para Octavio Ianni, a globalização vem nos lembrar que o mundo é muito mais diverso e heterogêneo do que concebem as doutrinas que legitimam o Estado e a Nação, doutrinas que hoje se encontram em crise. A globalização revela o mundo como um surpreendente caleidoscópio, que se justapõe aos caleidoscópios locais, nacionais e regionais. Ao mesmo tempo que se promovem processos de integração e homogeneização (nos quais se agridem, mutilam e até destróem diversidades), a multiplicidade do local, do particular e do alternativo reagem, em processos de mobilização e enriquecimento cultural. A globalização acaba gerando ainda mais diferenciação e fragmentação: enquanto suprime certas heterogeneidades, revela outras que se acreditavam perdidas, recorda a existência de outras que se acreditavam esquecidas, fortalece várias que apontam para o passado ou para um futuro alternativo.<sup>1</sup> Como uma espécie de precursor desta dialética da globalização, a onda mundial de revoltas juvenis conteve uma miríade de ideologias e teorias que apontavam para o passado, resgatando padrões não-globais, ao mesmo tempo que foi um caleidoscópio de combinações que planejavam usos diversos da tecnologia, ciência e conhecimento no futuro.

A onda mundial de revoltas, principalmente as contraculturas, contiveram fortes críticas aos mitos da memória nacional. Em geral, as revoltas produziram novos mitos ou adotaram mitos alternativos para esta memória nacional: o populismo radical do CPC no Brasil, mitos do “povo” realimentados pelos socialismos heterodoxos, o mito do “camponês”

aliado ao foco guerrilheiro no foquismo e maoísmo, a retomada de heróis populares da Revolução Mexicana na revolta de 1968 na Cidade do México, sentimentos nacionalistas fortes nos movimentos dos negros, dos estudantes e contraculturas dos Estados Unidos etc. Ao mesmo tempo, porém, muitos elementos dos ideários e iconografias das revoltas continham o internacionalismo e um sentimento mundial: terceiro mundismos adotados por jovens do Primeiro Mundo ou suscitando a imagem de uma “Revolução” mundial para todos os rebelados, busca de orientalismos por parte das contraculturas, sentimento de se formar um único movimento global em muitos militantes em 1968, caráter internacionalista de ideologias das novas esquerdas ou pelo menos de aspectos importantes delas etc. Em todos estes casos, mesmo nos seus símbolos nacionalistas alternativos, as revoltas juvenis ajudaram a pôr em causa a mitologia tradicional das nações. E, paradoxalmente, também as revoltas cederam à nascente memória internacional-popular, à cultura mundializada, muitos dos atuais símbolos mundiais que evocam a juvenildade, como o rock, guitarras, *hippies*, *jeans*, mini-saias, liberdade, estilo, identidade e novidade.<sup>2</sup>

O próprio local onde se davam estas revoltas juvenis, as grandes cidades, permitiram que seus símbolos e valores adquirissem dimensão poderosa e mundial. Na onda mundial de revoltas dos anos 1960, todos os movimentos tiveram origem nas grandes cidades e, exceto pelas contraculturas, em especial os *hippies*, foi aí que estes movimentos cresceram e findaram. A onda mundial se deu justamente nas grandes cidades em vias de globalização:

“A grande cidade tem sido e continua a ser cada vez mais um laboratório excepcional... Aí se imaginam, concretizam ou evaporam idéias de todos os tipos, sobre os mais diferentes aspectos da vida social.... aí também florescem a arte, a ciência e a filosofia. É na grande cidade que se desenvolve a arquitetura, o urbanismo e o planejamento, assim como aí surgem o partido político, o sindicato, o movimento social, a corrente de opinião pública e o próprio estado”.<sup>3</sup>

Dentro da lógica dialética do capitalismo como processo civilizatório, a onda capitalista global não apenas produz alienação, criando ou recriando formas de exploração econômica, erupção social e dominação cultural, mas permite o surgimento de formas de sociabilidade

<sup>1</sup> Octavio Ianni. A era do globalismo, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

<sup>2</sup> Renato Ortiz. Mundialização e cultura, São Paulo: Brasiliense, 1994; Rafael J. Santos. A publicidade e a representação da juventude. Um estudo sobre os mecanismos da produção publicitária, Dissertação de mestrado em Sociologia, Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Campinas, 1992.

<sup>3</sup> Octavio Ianni. Cidade e modernidade, São Paulo: Serviço Social do Comércio, Conselho Regional de Serviço Social, 12/11/1996, p. 5 e 6.



“realmente inovadoras, liberadoras ou deslumbrantes. Abrem novas possibilidades de emancipação individual e coletiva, permitindo outras formas de criação também individuais e coletivas. Florescem idéias filosóficas, científicas e artísticas, ao mesmo tempo em que se criam distintas condições sociais de individualização, mobilidade social, organização de movimentos sociais e correntes de opinião pública. Também os movimentos artísticos podem dispor de outras condições de emergência, desenvolvimento e generalização. A multiplicação dos meios de comunicação e as possibilidades de circulação das coisas, gentes e idéias, em âmbitos nacional, regional e mundial, abrem outros horizontes para indivíduos e coletividades.”<sup>4</sup>

A onda mundial de revoltas (contraculturas, movimentos estudantis e rebeldias juvenis) foi um fenômeno surgido nos anos 1960 que pode ser analisado dentro desta dialética do globalismo, ao mesmo tempo que pode ser concebido como uma das primeiras manifestações da mundialização da cultura e um movimento contrário ao sentido que o globalismo consolidaria nas décadas seguintes: “Uma questão que me intriga é a unidade do mundo que se parecia preparar, num plano diferente do atual: qual o nexos entre as explosões da Revolução Cultural Chinesa, de Berkeley, Paris, Praga, as capitais brasileiras etc.? Essa ligação sem fio e tão cheia de promessas era ilusória?”<sup>5</sup>

A onda mundial de revoltas juntava num todo heterogêneo aspectos “pré-capitalistas” (“primitivos”, exóticos, místicos, comunitários), alternativos ou marginais (ideologias heterodoxas superadas ou mantidas nas sombras), práticas comportamentais censuradas (drogas e sexualidade livre), propostas de uso das novas tecnologias (da farmacologia psicodélica, da música eletrônica, cinema, ondas eletromagnéticas) e novas formas de relação social e política (sempre vivendo entre propostas antagonistas, muitas vezes conjugadas, da democracia aberta à luta armada, do individualismo extremo ao comunitarismo, da tecnologia psicodélica às comunas pastorais). Apontavam-se novas combinações, superando aspectos tradicionais, regionais ou nacionais. Avançava-se para uma rebelião que combinava categoria etária (os jovens), geração (nascidos no pós-Segunda Guerra), urbanidade, classe social (as “novas classes médias”) e locais ao menos tocados por valores ocidentalizantes (que geravam *práxis* afins a partir do atrito ou combinação do “ocidental” com o “oriental”, primitivo, místico, marginal ou alternativo).

<sup>4</sup> Octávio Ianni. *Teorias da globalização*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1985, p. 159.

<sup>5</sup> Roberto Schwarz. *cit. in. Folha de S. Paulo*, 10/5/1968, p. 5.10.

O globalismo abre assim novos horizontes de historicidade e temporalidade, coloca potencialmente, diante dos olhos dos agentes sociais, o passado, o presente e o futuro, bem como sociabilidades tradicionais, modernas e virtuais, em novas formas possíveis de combinação e recriação. O processo que dissolve fronteiras também modifica as noções de espaço e tempo, faz ressurgir fatos e noções desaparecidas, revela novas realidades e faz história e geografia moverem-se “espetacularmente”. Potencialmente, a imaginação é liberta pelas tecnologias que unificam o mundo e fazem do tempo um instantâneo, enquanto desterritorializam o espaço e dissolvem as temporalidades. Simultaneamente, porém, uma gama principal de forças deste capitalismo global tenta forçar que a linha mestra seja mantida: reforço das estruturas de poder globais, das transnacionais, das tecnocracias, do racionalismo tecnicista ou razão instrumental, do uso da ciência e da tecnologia em técnicas de controle, do predomínio do princípio da quantidade sobre o da qualidade, da concepção de liberdade como liberdade de consumo, enriquecimento do consumo de virtualidades e aparências (em vez de experiências reais do diferente), da mídia, da indústria cultural, da cultura de massas, da lógica de mercado, do inglês pragmático como o idioma da globalização etc. A mundialização do capitalismo coloca possibilidades de abertura da imaginação e da liberdade, mas ao mesmo tempo institui um processo de socialização em que predominam os princípios da mercantilização universal (da economia à cultura), da tecnificação das condições de vida, da alienação no processo de trabalho e da quantificação generalizada.<sup>6</sup>

A onda mundial de revoltas foi ao mesmo tempo um movimento eclético possível pelas transformações advindas com o globalismo e uma reação contra o sentido predominante delineado por esta “civilização global”. Rebelava-se certamente contra a ideologia dominante, da globalização, que ainda se esboçava. Os movimentos propunham uma miríade de outros valores, práticas, idéias e ideologias advindas das mais diversas fontes, de vários tempos e espaços (aglutinados no que considerou-se aqui como terceiro mundismos, novas esquerdas e contraculturas). Conquistaram vitórias no campo dos comportamentos, principalmente, que foram somatizadas em certo sentido pelas instituições do capitalismo e do mercado. Mesmo “derrotada”, a onda mundial deixou severas marcas na civilização que continuaria a se construir. Ela colaborou, em certo sentido, para uma “limpeza” de valores tradicionais que, no seio da nova civilização esboçada, emperravam o estilo de vida consumista, a lógica da razão instrumental e os controles das tecnocracias. Mas não se resumiu a isto. Procurara ir além do

---

<sup>6</sup> Octávio Ianni. Teorias da globalização, op. cit.

que o globalismo dominante propunha: qualidade em vez de quantidade, novos estados de consciência e de racionalidade em vez do racionalismo prático, experiências reais do alternativo em vez do contentamento com simulacros seguros, heterodoxias em vez da rígida bipolarização ideológica da Guerra Fria, liberdade ampla de comportamento e criação em vez da liberdade de consumo e da cultura de massas produzida pela grande mídia etc. Ao mesmo tempo, porém, esta onda mundial continha em seu próprio seio flagrantes limites, dilemas e contradições que ajudaram a gestar a sua própria dispersão – limites que eram ao mesmo tempo a sua riqueza, como a heterogeneidade, o idealismo, o ativismo resolutivo, a juvenildade e a relação experimental para com a realidade.

O que foi o primeiro grande movimento em prol de uma “globalização” alternativa, teria alguns de seus ideais retomados por movimentos posteriores, muitos iniciados já nos anos 1960, como o ecologismo. Também ilustra a possibilidade de novos movimentos futuros em reação contra os rumos tomados pela civilização mundial. Não é o caso nem de julgar a “derrota” da juvenildade radical dos anos 1960, nem de usar a combatividade daquele momento como critério de avaliação dos movimentos (ou silêncios) das gerações posteriores e futuras. Cada “geração” vive nas possibilidades do seu tempo – copiar respostas do passado, simplesmente, pode ser forçado e frágil. Na verdade, pode-se ver a onda mundial juvenil como exemplo de que propostas alternativas aos rumos tomados pela “civilização global” são possíveis, plausíveis e, ao meu ver, desejáveis e necessárias. Também, a rebeldia dos anos 1960 aponta a possibilidade destas propostas alternativas engajarem-se numa nova futura onda de contestação criativa.

## Bibliografia

- Abramo, Helena Wendel Grupos juvenis dos anos 80 em São Paulo. Um estilo de atuação social, dissertação de mestrado em Sociologia, São Paulo: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1992.
- Adorno, Theodor. “Educação após Auschwitz”, in: Gabriel Cohn (org). Adorno, São Paulo: Ática, Coleção Grandes Cientistas Sociais, 1982, pp. 33-45.
- Albuquerque, J. A. Guilhon. Movimento estudantil e consciência social na América Latina, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- Albuquerque, J. A. Guilhon (coord.). Classes médias e política no Brasil, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- Almeida, Cláudio Aguiar. Cultura e sociedade no Brasil. 1940-1968, São Paulo: Atual, 1996.
- Almeida, Maria Hermínia Tavares de, e Luís Weis. “Carro zero e pau-de-arara: o cotidiano da oposição de classe média ao regime militar”, in: Lília Moritz Schwarcz (org.). História da vida privada no Brasil – 4. Contrastes da intimidade contemporânea, São Paulo: Cia. das Letras, 1998, pp. 319-410, cap. 5.
- Alves, Márcio Moreira. 68 mudou o mundo. A explosão dos sonhos libertários e a guinada conservadora num ano que valeu por décadas, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.
- Arbex Jr., José Guerra Fria. Terror de Estado, política e cultura, São Paulo: Moderna, 1997.
- Ariés, Phillip. História social da criança e da família, Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- Bachy, Claudine e Jean-Paul. Les étudiants et la politique, Paris: Armand Colin, 1973.
- Barros, Edgard Luiz de. A Guerra Fria, São Paulo: Atual, Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1988.
- Bartra, Armando. Los herederos de Zapata. Movimientos campesinos posrevolucionarios en México. 1920-1980, Cidade do México: Era, s.d.
- Baudrillard, Jean. Para uma crítica da Economia Política do signo, São Paulo: Martins Fontes, 1972.
- Baudrillard, Jean. A sociedade de consumo, Lisboa: Edições 70, 1991.
- Bazant, Jan. “Tres Revoluciones mexicanas”, in: Historia Mexicana, Cidade do México: Colégio de México, outubro/dezembro de 1960.

- Beck, Ulrich; Anthony Giddens e Scott Lash. Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna, São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1997.
- Benes, Jan. “La liberté ne se promène pas en rouge”, in. *Esprit*, Paris, n. 374, outubro de 1968, pp. 259-268.
- Bergmann, Uwe et. al. La rebelión de los estudiantes, Barcelona: Ariel, 1976.
- Berman, Marshall. Tudo que é sólido desmancha no ar. A aventura da modernidade, São Paulo: Cia. das Letras, 1996.
- Berutti, Flávio Costa, Ricardo de Moura Faria e Adhemar Martins Marques. História, Belo Horizonte: Lê, 1989.
- Betto, Frei. Batismo de sangue. Os dominicanos e a morte de Carlos Marighella, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1985.
- Bettelheim, Charles. A luta de classes na União Soviética: primeiro período (1917-1923), Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- Bettelheim, Charles Revolução cultural e organização industrial na China, Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- Biscalquin, Dalcides A sociedade da imagem, paper, São Paulo, Simpósio da Universidade Salesiana de São Paulo, agosto de 1999.
- Boahen, Albert Adu. “O legado do colonialismo”. in. *O Correio da Unesco*, Rio de Janeiro, julho de 1984, ano 12, n. 7, pp. 32-38.
- Bobbio, Luigi e Guido Viale. “La estrategia del movimiento”, in. *Pensamiento crítico*, Havana, n. 19, 1969, pp. 69-85.
- Boggs, James et. al. “Black Power”, in. *Les Temps Modernes*, Paris, n. 264, maio/junho de 1968.
- Bogue, D. (orgs.). Contributions to Urban Sociology, Chicago e Londres: The Universidad of Chicago Press, 1964.
- Bosc, Serge; Bouguereau, J. M e Gavi, Philippe. A crise européia: revolta ou revolução, Rio de Janeiro: Degrau, 1968.
- Brandão, Antonio Carlos e Duarte, Milton Fernandes. Movimentos culturais de juventude, São Paulo: Moderna, Coleção Polêmica, 1990.
- Brener, Jayne. O mundo pós-guerra fria, São Paulo: Scipione, 1994.
- Brito, Sulamita (org.). Sociologia da juventude, 4 volumes, Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

- Broué, Pierre. A primavera dos povos começa em Praga, São Paulo: Kairós, 1979.
- Camacho, Thimoteo. Cultura dos trabalhadores e crise política. Estudo sobre o Centro Popular de Cultura do Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André, Santo André: Fundo de Cultura do Município de Santo André, Coleção A Cultura e os Trabalhadores, 1999.
- Canêdo, Leticia Bicalho A descolonização da Ásia e da África, São Paulo: Atual, Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1986.
- Cantor, Milton The divided left. American radicalism, 1900-1975, New York: Hill and Wang, Toronto: McGraw-Hill, American Century Series, 1978.
- Cappellano, Luiz Carlos. "Nudez e pacifismo nos anos da contra-cultura", in. *Simpro Cultura*, Caderno de Cultura do Sindicato dos Professores de Campinas e Região, Campinas, ano VII, n. 44, agosto de 2000.
- Cardoso, Irene de Arruda Ribeiro. "A dimensão trágica de 68", in. *Teoria & Debate*, Revista Trimestral do Partido dos Trabalhadores, São Paulo, n. 22, setembro/ outubro/ novembro de 1993, pp. 59-64.
- Carneiro, Maria Lúcia e José Alfredo Vidigal Pontes. 1968, do sonho ao pesadelo, São Paulo: O Estado de S. Paulo, 1998.
- Carrion, Jorge et. al. Tres culturas en agonía, Cidade do México: Nuestro Tiempo, 1969,
- Casanova, Pablo González. "Mexico: The dynamics of an agrarian and 'semicapitalist' Revolution", in. James Petras e Maurice Zeitlin. Latin America. Reform or Revolution?, Greenwich: Fawcett, s.d., pp. 467-485.
- Castañeda, Jorge G. Utopia desarmada. Intrigas, dilemas e promessas da esquerda latino-americana, São Paulo: Cia. das Letras, 1994.
- Castro, Josué de, John Gerassi e Irving Louis Horowitz (orgs.). Latin american radicalism. A documentary report on left and nationalist movements, New York: Vintage Books/ Random House, 1969, pp. 366-389.
- Certeau, Michel De. "Savoir et société. Une 'inquietude nouvelle', de Marcuse á mai 68", in. *Esprit*, Paris, n. 374, outubro de 1968, pp. 292-312.
- Chavarría, Jesús. "A Communication on University reform", in. *Latin American Research Review*, Nova Iork, volume III, n. 3, 1968, pp. 192-195.
- Coelho, Cláudio Novaes Pinto. "A tropicália: cultura e política nos anos 60", in. *Tempo Social*, Revista de Sociologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, vol. 1, n. 2, 2º semestre de 1989, pp. 159-176.

- Coelho, Cláudio Novaes Pinto. A transformação social em questão: as práticas sociais alternativas durante o regime militar, tese de doutorado em Sociologia, São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1990.
- Cohn-Bendit, Daniel et. al. A revolta estudantil, Rio de Janeiro: Laudes, 1968.
- Cohn-Bendit, Daniel. 1968: A revolução que tanto amámos, Lisboa: Dom Quixote, 1988.
- Cohn-Bendit, Daniel. O grande bazar. As revoltas de 1968, Conversas com Michel Lévy, Jean-Marc Salmon e Maren Sell, São Paulo: Brasiliense, 1988.
- Courtois, Stéphane et. al. O livro negro do comunismo. Crimes, terror e repressão, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.
- Dantas, Filho José e Doratioto, Francisco Fernando Monteoliva. A república bossa-nova. A democracia populista (1954-1964), São Paulo: Atual, História em documentos, 1991.
- Daubier, Jean. História da Revolução Cultural Chinesa, 2 volumes, Lisboa: Presença, 1974.
- Davis, Diane E. "The dialectic of autonomy. State, class and economic crisis in Mexico, 1958-1982", in. *Latin American Perspectives*, Newbury Park: Sage Periodicals Press, vol. 20, n. 3, 1993, pp. 46-75.
- Debray, Régis. Revolução na revolução?, Havana: Casa de las Américas, 1967.
- Delumeau, Jean. A civilização do Renascimento, Vol. II, Lisboa: Estampa, Imprensa Universitária, 1984.
- Detrez, Conrad. "Pour une stratégie de la contestation", in. *Esprit*, n. 373, Paris, agosto/setembro de 1968, pp. 53-60.
- Dirceu, José & Palmeira, Vladimir. Abaixo a ditadura, Rio de Janeiro: Espaço e Tempo/Garamond, 1998.
- Domenach, Jean-Marie. "L'ancien et le nouveau", in. *Esprit*, Paris, n. 372, junho/julho de 1968, pp. 1023-1030.
- Domenach, Jean-Marie. "L'ideologie du mouvement", in. *Esprit* Paris, n. 373, agosto/setembro de 1968, pp. 35-51.
- Donghi, Tulio Halperin. Historia de la Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires: Eudeba, s.d.
- Draper, Hal. Berkeley: The new student revolt, New York: Grove, Black Cat, 1965;
- Draper, Theodore. Castrismo. Teoria e prática, Rio de Janeiro: GRD, 1966.

- Dumazedier, Jofre. "A un étudiant révolutionnaire, *in. Esprit* agosto/setembro de 1968, n. 373, pp. 61-80.
- Dunn, John. Modern revolutions. An introduction to the analysis of a political phenomenon, Cambridge: Cambridge University Press, s.d.
- Ehrenreich, Barbara. O medo da queda, Página Aberta, 1994.
- Eisenstadt, S. N.. De geração a geração, São Paulo: Perspectiva, 1976.
- Enzensberger, Hans Magnus. Com raiva e paciência. Ensaio sobre literatura, política e colonialismo, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- Esprit*. "Mai 68", Paris, n. 372, junho/julho de 1968, pp. 961-986.
- Esprit*. "Origine et sens du Mouvement (table-ronde)", Paris, n. 372, junho/julho de 1968, pp. 1046-1078.
- Esprit*. "Histoire et leçons d'une grève", Paris, n. 373, agosto/setembro de 1968, pp. 97-120.
- L'Express*. "Dossier: Mai 68, les archives secrètes de la police", Paris, 19/03/1998, p. 44-63.
- Farber, David R. Chicago '68, Chicago: The University of Chicago Press, 1994.
- Faria, Lia. Ideologia e utopia nos anos 60. Um olhar feminino, Rio de Janeiro: Editora da Universidade Estadual do Ri de Janeiro, 1997.
- Favry, Roger. "La libération pédagogique", *in. Esprit*, Paris, n. 374, outubro de 1968, pp. 346-359.
- Fernandes, Florestan (org.) Comunidade e sociedade no Brasil leituras básicas de introdução ao estudo macro-sociológico do Brasil, São Paulo: Cia. Editora Nacional e Editora da Universidade de São Paulo, s.d.
- Fernandes, Florestan. A universidade brasileira: reforma ou revolução?, São Paulo: Alfa-Omega, Biblioteca Alfa-Omega de Ciências Sociais, vol. 3, 1975.
- Ferreira, Elizabeth Fernandes Xavier. Mulheres, militância e memória. Histórias de Vida, Histórias de sobrevivência, Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, s.d.
- Ferry, Luc e Renaut, Alain. Pensamento 68. Ensaio sobre o anti-humanismo contemporâneo, São Paulo: Ensaio, 1988.
- Feuer, Lewis S. El cuestionamiento estudiantil del establishment. En los países capitalistas y socialistas, Buenos Aires: Paidós, 1971.
- Fichelet, Monique, Raymond Fichelet e Jean-Michel Fourcade. "Mai 68 chez les élèves architects", *in. Esprit*, Paris, n. 374, outubro de 1968, pp. 378-389.



- Foracchi, Marialice M.. O estudante e a transformação da sociedade brasileira, São Paulo: Cia. Editora Nacional, s.d.
- Foracchi, Marialice M. A juventude na sociedade moderna, São Paulo, Livraria Pioneira/ Editora da Universidade de São Paulo, 1972.
- Foracchi, Marialice Mencarini. A participação social dos excluídos, São Paulo: Hucitec, 1982.
- Foracchi, Marialice M. (org.), Mannheim, São Paulo: Ática, Coleção Grandes Cientistas Sociais, n. 25, 1982.
- Foot-White, Willian. La sociedad de las esquinas, México: Diana, 1971.
- Frith, Simon; Andrew Goodwin e Laurence Grossberg (orgs.). Sound and Vision. The Music Video Reader, Londres e Nova York: Routledge, 1993.
- Galbraith, John Kenneth. O novo Estado Industrial, São Paulo: Pioneira, 1977.
- Garcia, Marco Aurélio. “Praga – 1968, trinta anos depois”, in. Sociedades em transformação, Boletim Trimestral do Centro de Estudos sobre Países Socialistas em Transformação, São Paulo: Universidade de São Paulo, ano IV, n. 4, abril/maio/junho de 1998, pp. 2-5.
- Garcia, Marco Aurélio e Maria Alice Vieira (orgs.). Rebeldes e contestadores. 1968: Brasil, França e Alemanha, São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.
- Garrigó, Andres. La rebeldía universitaria, Madrid: Guadarrama, 1970.
- Gavi, Philippe. “Contre-Révolution en Indonésie”, in. Les Temps Modernes, Paris, n. 271, janeiro de 1969, pp. 1153-1212.
- Gavi, Phillipe, Jean-Paul Sartre e Paul Victor. Porquê a revolta? Debates, Lisboa: Sá da Costa, Coleção Utopia, 1975.
- Giddens, Anthony. A transformação da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas, São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993.
- Gillis, Anthony. Youth and History. Tradition and Change in European age relations. 1770-present, Nova York e Londres: Academic Press, Expanded Student Edition, 1981.
- Goodman, Paul Problemas de la juventude en la sociedade organizada, Barcelona: Península, 1971.
- Gorender, Jacob. Combate nas trevas, São Paulo: Ática, 1998, 5ª ed. Revisada e ampliada.
- Gorz, André. “Limites et potentialités du mouvement de mai”, in. Les Temps Modernes, Paris, n. 266-267, agosto/setembro de 1968, pp. 231-264.

- Goytisolo, Juan. "Prague, outubro 1968", in. *Les Temps Modernes*, Paris, n. 270, dezembro de 1968, pp. 1096-1105.
- Groppo, Luís Antonio O rock e a formação do mercado de consumo cultural juvenil, dissertação de mestrado em Sociologia, Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, 1996.
- Groppo, Luís Antonio. Juventude. Ensaio sobre sociologia e história das juventudes modernas, Rio de Janeiro: Difel, 2000.
- Gurza, Francisco Arce. "Examen de libros", in *Revista Historia Mexicana*, Cidade do México: Colégio de México, n. 129, 1982, pp. 170-175.
- Habermas, Jurgen. Técnica e ciência como ideologia, Lisboa: Edições 70, s.d.
- Hall, Stuart and Jefferson, Tony (eds.). Resistance through rituals. Youth subcultures in post-war Britain, Londres: Hutchinson, Center for Contemporary Cultural Studies, University of Birmingham, 1982.
- Harvey, David. Condição pós-moderna, São Paulo: Loyola, 1993.
- Henfil. Henfil na China (antes da Coca-Cola), Rio de Janeiro: Codecri, Col. Edições do Pasquim, vol. 80, 1981.
- Hinton, Harold C. A China comunista na política mundial, Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1967.
- Hobsbawn, Eric. Era dos Extremos. O breve século XX. 1914-1991, São Paulo: Cia. das Letras, 1995.
- Hobsbawn, Eric J. Revolucionários. Ensaio contemporâneo, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982,
- Hobsbawn, Eric. A era das revoluções. 1789-1848, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1991.
- Hollanda, Heloísa Buarque de e Carlos Alberto Messeder Pereira (sel., notas e estudos). Poesia Jovem – Anos 70, Literatura Comentada, s.d.
- Horkheimer, Max e Theodor W. Adorno. "A indústria cultural. O iluminismo como mistificação de massas", in. Luiz Costa Lima (org.). Teoria da cultura de massa, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978, pp. 157-204.
- Humphries, Stephen. Hooligans or rebels? An oral history of working-class childhood and youth. 1889-1939, Oxford and New York, Basil Blackwell, 1984.
- Ianni, Octavio. O colapso do populismo no Brasil, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, s.d., 4ª ed..
- Ianni, Octavio. A sociedade global, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1992.

- Ianni, Octavio. Teorias da Globalização, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1995.
- Ianni, Octavio. Cidade e modernidade, São Paulo: Serviço Social do Comércio, 1996.
- Ianni, Octavio. A era do globalismo, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.
- Ianni, Octavio. Globalização e transculturação, Primeira Versão, n. 69, Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, abril de 1997.
- Jameson, Fredric. Pós-modernismo. A lógica cultural do capitalismo tardio, São Paulo: Ática, 1996.
- Jelen, Christian. “Mexique: le sens d’une révolte”, *in. Les Temps Modernes*, Paris, n. 270, dezembro de 1968, pp. 1080-1095.
- Johan, Michael. “La CGT et le mouvement de mai”, *in. Les Temps Modernes*, Paris, n. 266-267, agosto/setembro de 1968, pp. 326-374.
- Julliard, Jacques. “Syndicalisme et Revolution”, *in. Esprit*, Paris, junho/julho de 1968, n. 372, pp. 1037-1045.
- Kaiser, Rolf-Ulrich. El mundo de la musica pop, Barcelona: Barral, 1974.
- Katsiaficas, George. The Imagination on the New Left. A global analysis of 1968, Boston: South End Press, 1987.
- Koutzii, Flávio e Leite, José Corrêa. Che 20 anos depois. Ensaio e testemunhos, São Paulo: Busca Vida, 1987.
- Leary, Timothy. Flashbacks “Surfando no caos”: uma autobiografia, São Paulo: Beca, 1999.
- Ledo, Porfirio Muñoz. “La educación superior”, *in. Mexico. Cincuenta años de Revolucion, vol. IV, La Cultura*, Cidade do México: Fondo de Cultura Económica, s.d.
- Lefebvre, Henri et al. A irrupção. A revolta dos jovens na sociedade industrial: causas e efeitos, *L’homme et la société*, Revista Internacional de Pesquisas e Sínteses Sociológicas, São Paulo: Documentos, 1968.
- Lenin, V. I. Acerca de la juventude, Moscou: Progreso, 1976.
- Lerner, Victoria. “Historia de la Reforma Educativa”, *in. Historia Mexicana*, Centro de Estudios Históricos de El Colegio de México, vol. XXIX, n. 1, pp. 91-132, julho/setembro de 1979.
- Levi, Giovanni e Schmitt, Jean-Claude (orgs.). História dos jovens-2. A época contemporânea, São Paulo: Cia. das Letras, 1996.

- Maciel, Luiz Carlos. Geração em transe. Memórias do tempo do tropicalismo, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, s.d.
- Mallinowski, Bronislaw. Os argonautas do Pacífico Ocidental, Coleção Os Pensadores, São Paulo: Abril Cultural, 1973
- Mandel, Ernest. “Leçons de Mai 1968”, in. *Les Temps Modernes*, Paris, n. 266-267, agosto/setembro de 1968, pp. 296-325.
- Marcuse, Herbert. One-dimensional man. Studies in the ideology of advanced industrial society, Boston: Beacon Press, 1968.
- Marcuse, Herbert. Eros e civilização. Uma crítica filosófica ao pensamento de Freud, Rio de Janeiro: Zahar, 1968.
- Martín, Juan Luis. “Youth and the Cuban Revolution. Notes on the road traversed and its perspectives”, in. *Latin American Perspectives*, Newbury Park: Sabe Publications, vol. 18, n. 2, 1991, pp. 95-100.
- Martins Filho, José Roberto (org.). 1968 faz 30 anos, Campinas: Mercado de Letras, São Carlos: Editora da Universidade Federal de São Carlos.
- Martins Filho, João Roberto Rebelião estudantil: 1968 - México, França e Brasil, Campinas: Mercado de Letras, 1996.
- Marx, Karl. O capital, Livro I, São Paulo: Difel, 1982.
- Marx, Karl. A ideologia alemã (Fuerbach), São Paulo: Hucitec, 1984.
- Marx, Karl. Manifesto do Partido Comunista, Petrópolis: Vozes, 1988.
- Matos, Olgária Chain Féres. Paris 1968. As barricadas do desejo, São Paulo: Brasiliense, Coleção Tudo é História, n. 9, 1981.
- Mays, John Barrow Growning up in the city: a study of juvenile delinquency in an urban neighbour, Liverpool: Liverpool University Press, 1956.
- McLuhan, Marshall. A galáxia de Gutemberg. A formação do homem tipográfico, São Paulo: Cia. Editora Nacional e Editora da Universidade de São Paulo, 1972.
- McLuhan, Marshall. Os meios de comunicação como extensões do homem, São Paulo: Cultrix, s.d.
- Medina, Cremilda (coord.). 1968-1988. Nos passos da rebeldia, São Paulo: Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, 1988, São Paulo de Perfil – 3.

- Meyer, Lorenzo. "El Estado mexicano contemporâneo", in *Revista Historia Mexicana*, Cidade do México: Colégio de México, abril-junho de 1974, número 4, vol. XXIII, pp. 722-752.
- Merchant, Luis Anaya "La memoria y la revisión de la revolución", in *Revista Historia Mexicana*, Cidade do México: Colégio de México, abril-junho de 1995, número 4, vol. XLIV, pp. 525-536.
- Meyrowitz, Joshua No sense of place. The impact of eletronic media on social behavior, Nova York/ Oxford: Oxford University Press, 1985.
- Millon, Robert P. Zapata. The ideology of a peasant revolutionary, Nova York: International Publishers, s.d.
- Mills, C. Wright. A verdade sobre Cuba, Rio de Janeiro: Zahar, 1961.
- Mills, C. Wright. A nova classe média (White Collar), Rio de Janeiro: Zahar, 1969.
- Moraes, João Quartim de. "A mobilização democrática e o desencadeamento da luta armada no Brasil em 1968: notas historiográficas e observações críticas", *Tempo Social*, Revista de Sociologia da USP, São Paulo, I(2), pp. 135-158, 2º semestre de 1989.
- Morais, Pedro de e Reis Filho, Daniel Aarão . 1968. A paixão de uma utopia, Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2ª ed., 1998.
- Morin, Edgar. Cultura de massas no século XX. O espírito do tempo 1. Neurose, Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.
- Morin, Edgar. Cultura de massas no século XX. O espírito do tempo – 2. Necrose, com a colaboração de Irene Nahoum, Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1986.
- Muggiati, Roberto. História do rock, vol. 3: Os anos rebeldes, Somtrês, São Paulo: Três, 1984.
- Nadai, Elza e Joana Neves. História Geral, São Paulo: Saraiva, 1993.
- Naravane, Vishwanath S. "Como um grande rio". in. *O Correio da Unesco*, Rio de Janeiro, ano 17, n. 4, abril de 1989, pp. 4-9.
- Nattliez, J.J. "Fidel Castro et l'affaire tchécoslovaque", in. *Les Temps Modernes*, Paris, n. 268, outubro de 1968, pp. 741-749.
- Olic, Nelson Bacic. A desintegração do Leste. URSS, Iugoslávia, Europa Oriental, São Paulo: Modema, 1993.
- Ortiz, Renato. Cultura Brasileira e Identidade Nacional, São Paulo: Brasiliense, 1985.
- Ortiz, Renato Mundialização e cultura, São Paulo: Brasiliense, 1994.

- Oury, Fernand e Aínda Vasquez. “Problèmes de L’Éducation dans les pays du Tiers Monde”, *in. Les Temps Modernes*, Paris, n. 264, maio/junho de 1968, pp. 1961-1976.
- Paes, Maria Helena Simões Em nome da segurança nacional. Do golpe de 64 ao início da abertura, São Paulo: Atual, Coleção História em documentos, 1995.
- Paes, Maria Helena Simões. A década de 60. Rebeldia, contestação e repressão política, Ática, São Paulo, Série Princípios-221, 1992.
- Pamplona, Marco. A. Revendo o sonho americano: 1890-1972, São Paulo: Atual, Coleção Discutindo a História, 1995.
- Paz, Octávio. O labirinto da solidão e Post-Scriptum, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984, 3ª ed.
- Parker, Geoffrey (ed.). Atlas da história do mundo, Folha de S. Paulo, São Paulo: Folha da Manhã, 1995.
- Pellicciotta, Mirza Maria Baffi. “Cultura e política no movimento estudantil do pós-1968”, *in. Simpro Cultura*, Caderno de Cultura do Sindicato dos Professores de Campinas e Região, Campinas, ano VII, n. 43, maio de 2000, pp. 11-14.
- Peçanha, Dóris Lieth Nunes. Movimento Beat. Abordagem literária, sócio-histórica e psicanalítica, Petrópolis: Vozes, 1988.
- Pedreira, Fernando. Brasil política. 1964-1975, São Paulo: Difel, 1975.
- Pedrosa, Mário. “Três artigos sobre os anos 60”, *in. Revista Praga*, São Paulo: Boitempo, n. 2, 1997, pp. 107-122.
- Pedroso, Franklin e Vasquez, Pedro Karp. “Questão de ordem. Vanguarda e política na arte brasileira”, *in. Trinta anos de 68, catálogo da exposição*, Rio de Janeiro, 1998.
- Pensamiento Crítico*, “Documentos”, Havana, n. 39, abril de 1970, pp. 5-98.
- Perrone, Fernando. Relato de guerra: Praga, São Paulo, Paris, São Paulo: Busca Vida, 1988.
- Petras, James. “Revolution and guerrilla movements in Latin America: Venezuela, Colombia, Guatemala, and Peru”, *in. James Petras e Maurice Zeitlin (org.). Latin America. Reform or Revolution?*, Greenwich: Fawcett, s.d., pp. 329-369.
- Philip, André. Mai 68 et la foi democratique, France: Aubier-Montaigne, 1968.
- Pitts, Jesse R. “Les étudiants et la contre-méritocratie”, *in. Esprit*, Paris, n. 373, agosto/setembro de 1968, pp. 89-96.
- Poerner, Artur José. O poder jovem. História da participação política dos estudantes brasileiros, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, Col. Retratos do Brasil-vol.68, 1979, 2ª ed. revisada e ampliada, (1ª ed. 1968).

- Poniatowska, Artur José. La noche de Tlatelolco. Testimonios de historia oral, Cidade do México: Era, 1987.
- Pontes, José Alfredo Vidigal e Maria Lúcia Carneiro. 1968, do sonho ao pesadelo, São Paulo: O Estado de S. Paulo, 1968.
- Rader, Dotson. "The new revolutionaries", in. *Partisan Review*, New Brunswick, vol. XXXVII, n. 1, 1970, pp. 59-73.
- Reis Filho, Daniel Aarão. 1968. A paixão de uma utopia, Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998, 2ª ed.
- Rezende, Cláudia Barcellos "Identidade. O que é ser jovem?", *Tempo e Presença*, CEDI, n. 240, 1989, pp. 4-5.
- Ricœur, Paul. "Reforme et révolution dans l'Université", in. *Esprit*, Paris, agosto/setembro de 1968, n. 373, pp. 987-1002.
- Ridenti, Marcelo. Em busca do povo brasileiro. Artistas da revolução, do CPC à era da TV, Rio de Janeiro: Record, 2000.
- Rieser, Vittorio. "Universidad y sociedad", in. *Pensamiento crítico*, Havana, n. 19, 1969, pp. 48-68.
- Riesman, David, R. Denney e N. Glazer. A multidão solitária. Um estudo da mudança do caráter americano, São Paulo: Perspectiva, 1971.
- Rodrigues, Leôncio Martins. "O PCB: os dirigentes e a organização", in. Boris Fausto (org.). História Geral da Civilização Brasileira, São Paulo: Difel, 1981, tomo III, vol. 10, pp. 362-443.
- Ross, Stanley R. (ed.). Is the Mexican Revolution dead?, Nova York: Alfred A. Knopf, Borzoi Books on Latin America, s.d.
- Rossanda, Rossana. "Les étudiants comme sujet politique", in. *Les Temps Modernes*, Paris, n. 266-267, agosto/setembro de 1968, pp. 206-230.
- Roszac, Theodore A Contracultura. Reflexões sobre a sociedade tecnocrática e a oposição juvenil, Petrópolis: Vozes, 1972.
- Rouede, Andre. "La révolte des licéens", in. *Esprit*, Paris, n. 372, junho/julho de 1968, pp. 1003-1014.
- Rozos, Georges. "Régis Debray et la radicalisation de la révolution", in. *Les Temps Modernes*, Paris, agosto/setembro de 1968, n. 266-267, pp.441-479.
- Sader, Emir. Cuba, Chile, Nicarágua. Socialismo na América Latina, São Paulo, Atual, 1992.

- Sader, Eder (org.). Che Guevara. Política, São Paulo: Ática, Col. Grandes Cientistas Sociais, vol. 19, 1981.
- Said, Edward W. Orientalismo. O Oriente como invenção do Ocidente, São Paulo: Cia. das Letras, 1990.
- São Paulo (Estado) Secretaria da Educação. Coletânea de documentos de história da América para o 2º Grau, São Paulo: SE/CENP, 1985, p. 87.
- Sartre, Jean-Paul Edward W. Furacão sobre Cuba, Rio de Janeiro: Editora do Autor, 1960.
- Sartre, Jean-Paul. “Questão de método”, in. Sartre e Heidegger, São Paulo: Abril Cultural, Coleção Os Pensadores XLV, 1973, pp. 115-197.
- Scalzone, Oreste. “Sur l’occupation de la Faculté des Lettres a L’Université de Rome”, in. Les Temps Modernes, Paris, n. 264, maio/junho de 1968, pp. 1996-2001.
- Schmidt, Mario Furley. Nova história crítica, vol. IV, São Paulo: Nova Geração, 1999.
- Semeraro, Giovanni. A primavera dos anos 60. A geração de Betinho, São Paulo: Loyola/Centro João XXIII, 1994.
- Silva, Justina Iva de A. Estudantes e política. estudo de um movimento (RN 1960-1969), São Paulo: Cortez, 1989.
- Simon, Alfred. “Le Festival des enragés”, in. Esprit, Paris, n. 375, novembro de 1968, pp. 550-562.
- Singer, Helena República das crianças. Uma investigação sobre experiências escolares de resistência, São Paulo: HUCITEC, 1997.
- Sirkis, Alfredo. Os carbonários: memórias da guerrilha perdida, São Paulo: Global, 1984.
- Souchere, Elena de la. “Le retour du drapeu noir”, in. Esprit, Paris, agosto/setembro de 1968, n. 266-267, pp. 121-132.
- Sousa, Janice Tirelli Ponte de. Reinvenções da utopia. A militância política de jovens nos anos 90, São Paulo: Hacker, 1999.
- Sweezy, Paul M. et. al. Perspectivas da América Latina, Rio de Janeiro: Zahar, 1964.
- Tappan, Paul W. Juvenile Delinquency, Mc Graw Hill Book Cia., 1949.
- Toledo, Caio Navarro de (org.). 1964: visões críticas do golpe. Democracia e reformas no populismo, Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, s.d.



- Tobler, Hans Werner. "La burguesía revolucionaria en México: su origem y su papel, 1915-1935", in. *Revista Historia Mexicana*, Cidade do México: Colégio de México, n. 134, 1983, pp. 213-237.
- Valle, Maria Ribeiro do. O diálogo é a violência: movimento estudantil e ditadura militar em 1968, Dissertação de mestrado em Educação, Faculdade de Educação, Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 1997.
- Vargas, Berilo. "Yuppies: o jovem materialismo urbano", in. *Revista Humanidades*, Brasília: Universidade de Brasília, 1988, pp. 24-27.
- Ventura, Zuenir. 1968. O ano que não terminou. A aventura de uma geração, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989.
- Viale, Guido. "Contra la Universidad", in. *Pensamiento crítico*, Havana, n. 19, 1969, pp. 3-47.
- Vieira, Luiz Renato. "A ideologia do corpo", in. *Revista Humanidades*, Brasília: Universidade de Brasília, 1988, pp. 22-23.
- Villoro, Luis. *Revista Historia Mexicana*, Cidade do México: Colégio de México, vol. X, n. 2, outubro/dezembro de 1960, pp. 196-219.
- Vincent, Jean-Marie. "Pour continuer Mai 1968", in. *Les Temps Modernes*, Paris, n. 266-267, agosto/setembro de 1968, pp. 265-295.
- Wallerstein, Immanuel. "1968. Revolution in the world-system. Theses and queries". In. *Theory and Society*, Holanda: Kluwer Academic Press, n. 18, 1989, pp. 431-449.
- Winock, Michel. "Les lycéens", in. *Esprit*, Paris, n. 375, novembro de 1968, pp. 488-505.
- Weber, Max. "A 'objetividade' do conhecimento nas ciências sociais", in. Gabriel Cohn (org.). Weber, Coleção Grandes Cientistas Sociais, n. 13, São Paulo: Ática, 1979, pp. 79-127.
- Weffort, Francisco C. A crise do populismo, São Paulo: Abril, 1977.

## Jornais

### *Estado de S. Paulo, O*

- 4/08/1997, Carlos Haag. "Morre William Burrougus, pai da geração beat", p. D1.
- 4/09/1997, Renato Ortiz. "Identidade nacional e mundialização", p. A2.
- 5/09/1997, José Eduardo Faria. "Globalização X democracia", p. A2.
- 6/09/1997, Tânia Monteiro. "FHC indeniza famílias de 43 desaparecidos", p. A11.
- 8/10/1998, "Trinta anos depois, 'Che' vira santo em Cuba", p. A15.
- 9/10/1997, "Viúva de Mitterrand participa de festa a 'Che'", p. A16.
- 23/12/1997, Renato Ortiz. "Política e mundo contemporâneo", p. A2.
- 1/02/1998, "Historiador faz painel de luta por direitos civis", p. D2.
- 1/02/1998, Ian Traynor. "Neonazismo expande-se no leste da Alemanha", p. A18.

- 23/02/1998, "CIA admite fracasso por invasão de Cuba em 61", p. A13.  
 19/04/1998, "Danny, o verde", p. D1 e D3.  
 3/05/1998, Bryan Appleyard. "Cultura ocidental sobreviveu a maio de 1968", p. A-18.  
 10/05/1998, Maria Inês Nassif. "PT funciona como espelho de velhas divergências", p. A-8.  
 17/05/1998, Eliane Azevedo. "O ano em que se viveu entre a paixão e o medo", p. A20.  
 17/05/1998, p. D12.  
 18/10/1997, p. A-15.  
 4/01/1998, Carlos Alberto Montaner. "O México entre a matança e a corrupção", p. A-2.  
 10/5/1998, p. A-8.  
 10/5/1998, Teresa Guimarães. "UNE era o canal de expressão da sociedade", p. A-14.  
 17/5/1998, p. D-1 e 2.  
 10/6/1998, p. A-8.

*Folha de S. Paulo:*

- 03/05/1993, "25 anos atrás", p. 6-1.  
 2/11/1997, Caderno Especial, "Globalização. Entenda o que está acontecendo no mundo".  
 2/05/1998, Rodrigo Amaral. "França avalia o conformismo pós-maio de 1968", p. 1.10.  
 22/02/1998, Antonio Negri. "Por que é difícil esquecer 68?", p. 5.3  
 6/03/1998, Anna Lee. "'Memória da Subversão' olha para 68", p. 4.15.  
 26/03/1998, Cassiano Elek Machado. "Escritores discutem 30 anos de 1968", p. 5.12.  
 30/03/1998, p. 5.3. e p. 6.5.  
 30/03/1998, Fernando Gabeira. "O século pergunta mais do que 68 pode responder", p. 5.9.  
 21/04/1998, Ilustrada, "Octavio Paz morre aos 84".  
 21/04/1998, "Fração do Exército Vermelho anuncia a sua desmobilização", p. 1.18.  
 23/04/1998, p. 2.14.  
 2/05/1998, Carlos Heitor Cony. "1968", p. 1.2.  
 3/05/1998, Caderno Mais, "A vida secreta das guerrilheiras".  
 05/05/1998, p. 2.12.  
 7/05/1998, Carlos Heitor Cony. "1968, outra vez", p. 1.2.  
 8/05/1998, p. 1.1  
 10/05/1998, Caderno Mais, "A última utopia".  
 19/05/1998, Rodrigo Amaral. "Paris leiloe humor de 68", p. 4.1.  
 14/05/1998, Otavio Frias Filho, "Meia-oito", p. 1.2.  
 28/05/1998, p. 1.1.  
 07/06/1998, José Saramago. "Chiapas, nome de dor e de esperança", p. 1.25.  
 7/06/1998, Ferreira Gullar. "Os exílios de Gullar", p. 5.8.  
 7/06/1998, p. 5.4 e 5.  
 7/10/1998, Renato Ortiz. "Globalização, poder e medo", p. 1.3.  
 9/08/1998, Gilles Châtelet. "Reler Marcuse para não viver como porcos", p. 5.5.  
 06/12/1998, Mario César Carvalho. "Há 30 anos, país virava ditadura sem pudor", p. 1.12-13.  
 23/01/1999, p. 1.8.  
 1/02/1999, Bóris Fausto. "Decepções do século", p. 1.2.  
 7/02/1999, Alfredo Sirkis. "O rebelde volta a Paris", p. 5.7.  
 26/04/1998, p. 1.12.  
 02/05/1999, p. 1.10.  
 23/05/1999, Robert Kurz. "A virtualização da economia – mercados financeiros transnacionais e a crise da regulação", p. 1.14.  
 3/07/1999, p. 4.6.

- 13/07/1999, p. 1.1 e 1.10.  
 14/07/1999, p. 1.9 e 1.8.  
 15/07/1999, p. 1.12.  
 16/07/1999, p. 1.11.  
 18/07/1999, Jürgen Habermas. “Nos limites do Estado”, p. 5.4-5.  
 8/08/1999, Clóvis Rossi. “América Latina. A esquerda e o desafio das urnas”, p. 1.17.  
 19/08/1999, Otavio Frias Filho. “Nova classe”, p. 1.2.  
 23/08/1999, Folha Teen, p. 7.1, 5-6.  
 23/08/1999, “Anistiados políticos chegam ao poder”, p. 1.7.  
 24/08/1999, p. 1.10.  
 26/08/1999, p. 1.16.  
 28/08/1999, p. 1.2 e 8.  
 3/09/1999, Frederico Vasconcelos. “Sem medo nem rancor”, p. 1.8.  
 10/09/1999, p. 1.8.  
 26/09/1999, Gilberto Vasconcellos. “O filósofo tesudo de Frankfurt”, p. 5.10.  
 26/09/1999, Milton Santos. “A normalidade da crise”, p. 5.3.  
 11/10/1999, “Protesto de estudantes na França mobiliza 100 mil”, p. 7.6.  
 17/10/1999, Marcio Aith. “Nixon tinha menosprezo por latinos”, p. 1.24.  
 18/10/1999, p. 1.12.  
 24/10/1999, Glenda Mezarobba. “Segredos da Stasi”, p. 5.11.  
 4/11/1999, Caderno Especial, “O futuro da Alemanha”.  
 5/11/1999, p. 1.14.  
 15/11/1999, Silvia Ruiz. “UNE pode perder monopólio em SP”, p. 7.3.  
 1/12/1999, “Manifestantes fazem protesto contra o novo ‘Grande Satã’”, p. 2.4.  
 1/12/1999, Clóvis Rossi. “Memórias do Vietnã”, p. 1.2.  
 2/12/1999, Clóvis Rossi. “Surdos ou impotentes?” e “Protestos forçam autocritica na OMC”, p. 1.2 e 2.6.  
 06/12/1999, Thales de Menezes. “Stones mataram sonho *hippie* há 30 anos”, p. 6.5.  
 9/12/1999, Especial, “O século da imagem”.  
 9/12/1999, entrevista com Eric Hobsbawm, “O mais violento dos séculos”, Caderno Mais, p. 30-31.  
 25/12/1999, Alvaro Machado. “Gita Mehta retrata ocidentalização da Índia”, p. 4.4.  
 26/12/1999, Thales de Menezes. “A ‘religião’ do indivíduo”, Especial, p. 16.  
 30/12/1999, Jaime Spitzcovsky. “China acorda e faz o mundo estremecer”, Especial, p. 7.  
 16/01/2000, Peter Burke. “China em obras”, Caderno Mais, p. 15.  
 23/01/2000, Jânio de Freitas. “Cuba: ida e volta”, Caderno Mais, pp. 4-15.  
 11/04/2000, “ONGs planejam impedir reunião do FMI e Bird em Washington”, p. 2.10.  
 11/04/2000, Alcino Leite Neto. “Os novos rebeldes”, p. 1.2.  
 12/04/2000, “Polícia cria aparato para garantir reunião”, p. 2.12.  
 17/04/2000, “Protesto inferniza a reunião do FMI”, p. 3.1-4.  
 29/04/2000, p. 1.11.  
 30/04/2000, Malu Gaspar, “Vietnã ainda motiva reflexão nos EUA”, p. 1.18.  
 2/05/2000, “Globalização vira tema do 1º de Maio”, p. 2.10-11.  
 21/05/2000, p. A-6.  
 23/05/2000, Luiza Damé. “Câmara recupera ata de sessão histórica”, p. A6.  
 2/06/2000, Mário Magalhães S. Torres. “Rock vigiado”, p. E1 e 5.  
 11/06/2000, Mário Magalhães. “Cuba treinou 202 brasileiros, diz Exército”, p. A-16.  
 18/06/2000, Leyla Perrone-Moisés. “Em defesa da literatura”, Caderno Mais, pp. 11-13.

25/06/2000, Entrevista com Bento Prado Jr., “Regras de um método filosófico”, Caderno Mais, p. 10-11.  
 1/07/2000, p. A12.  
 2/07/2000, p. A18 a 20.  
 02/07/2000, Caderno Mais, p. 17.  
 20/07/2000, Especial, “O impasse da academia”.

*Jornal da Tarde*

2/05/1998, Caderno de Sábado, “Maio 1968”.  
 9/05/1998, Caderno de Sábado, p. 2, Benedicto Ferri de Barros. “A tragicômica revolução estudantil”

*Mundo. Geografia e Política Internacional* (Pangea, São Paulo, Rio de Janeiro).

Março de 1995, ano 3, n. 1.  
 Maio de 1995, ano 3, n. 3.

### Documentos Estudantis

“Ante Projeto de Carta Política para UNE”, *mimeo*, 1968.

Avila, Luiz de et. al.. “Defender a UNE e realizar vigorosas ações de massas”, *mimeo*, 1968.

Batista, Jorge. Transcrição de entrevista na Rádio Itatiaia, Belo Horizonte, 29 de março de 1968.

“Carta Política da UNE”, in. *Revisão*, São Paulo, Grêmio da Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo, n. 5, setembro de 1967, pp. 18-28, p. 22-24.

Centro Acadêmico “Visconde de Cairu”. *Vanguarda*, Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas da USP, *mimeo*, n. 27, São Paulo, 5/09/1968.

Centro Acadêmico “Visconde de Cairu”. *Vanguarda no Exílio*, Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas da USP, *mimeo*, n. 1, São Paulo, 18/10/1968.

Centro dos Estudantes Secundários do Ceará. “Companheiros”, panfleto, Fortaleza, 31 de março de 1968.

Centro dos Estudantes Secundários do Ceará. “Nota à imprensa”, panfleto, 1968.

Comando Revolucionário Estudantil de 31 de Março, Comando de Caça aos Comunistas e Partido Universitário de Arregimentação. “Manifesto ao povo paulista”, panfleto, 1968.

“Contribuição ao XX Congresso da UNE. Combate intransigente a ditadura e ao imperialismo ianque”, *mimeo*, 1968.

Diretório Central Estudantil Livre da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. “Como lutar”, *mimeo*, 2º semestre de 1968.

*Despertador*, O. *mimeo*, São Paulo, ano II, n. 5, novembro de 1968.

*Grêmio Informa*, Grêmio da Faculdade de Filosofia da USP, *mimeo*, São Paulo, maio de 1968.

Grêmio da Faculdade de Filosofia da USP. “A UNE e o 30º Congresso”, n. 1, 1968, p. 5.

Grêmio da Faculdade de Filosofia da USP. “A UNE somos nós”, *mimeo*, 1968.

Grêmio da Faculdade de Filosofia da USP. “Por uma nova UNE. XXX Congresso da UNE. Contribuição para um programa 68/69”, *mimeo*, 1968.

*Jornal da UEE*, Gestão Nova UEE, *mimeo*, São Paulo, junho de 1968.

*Jornal da UEE*, Gestão Nova UEE, *mimeo*, São Paulo, julho de 1968.

*Jornal da UEE*, Gestão Nova UEE, *mimeo*, São Paulo, agosto de 1968.

*Jornal do DCE*, Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal do Rio de Janeiro, n. 0, outubro de 1968.

Kobashi, Nair Y., João de Paula Monteiro e Ronald Rocha. “Contribuição ao XXX Congresso da UNE. Combate intransigente à ditadura e ao imperialismo yanque”, *mimeo*, 1968.

Marc, Jean *et. al.* “O povo na luta derrota a ditadura e expulsa o imperialismo”, *mimeo*, 1968.

Marc, Jean. “O movimento estudantil e a luta popular”, *mimeo*, 1968, p. 3.

“ME – estratégia e tática”, *mimeo*, 1968.

*Metropolitano*, O. Órgão oficial da União Metropolitana de Estudantes, Rio de Janeiro, n. 7, abril de 1968.

Monteiro, João de Paula, Ronald Rocha e Nair Y. Kobashi. “Contribuição ao XXX Congresso da UNE. Combate intransigente à ditadura e ao imperialismo yanque”, *mimeo*, 1968.

Nunes, Celso *et. al.* “Defender a UNE e realizar vigorosas ações de massas”, *mimeo*, 1968.

*Perspectiva*, União Estadual dos Estudantes de Minas Gerais, n. I, *mimeo*, Belo Horizonte, agosto de 1968.

*Perspectiva*, União Estadual dos Estudantes de Minas Gerais, n. II, *mimeo*, Belo Horizonte, setembro de 1968.

*Perspectiva*, União Estadual dos Estudantes de Minas Gerais, n. IV, *mimeo*, Belo Horizonte, novembro de 1968.

“O papel do movimento estudantil no processo revolucionário”, *mimeo*, 1968.

“O papel do movimento estudantil no processo revolucionário da sociedade brasileira”, *mimeo*, 1968.

“Política de massas para o ME”, *mimeo*, 1968.

“O povo na luta derrota a ditadura e expulsa a ditadura”, *mimeo*, 1968, p. 2, 17 e 18.

“Programa para o movimento estudantil”, *mimeo*, Curitiba, outubro de 1968.

*Revisão*, Revista do Grêmio da Faculdade de Filosofia da USP, n. 5, Setembro de 1967, São Paulo.

*Revista DCE-USP Livre*, Diretório Central dos Estudantes da Universidade de São Paulo “DCE Livre”, São Paulo, n. 1, 1965

“A situação no Brasil e o movimento estudantil”, *mimeo*, p. 2.

Soares, Edson. “A UNE e o 30º Congresso”, *mimeo*, n. 1, julho de 1968.

Travassos, Luís. “Evitemos o golpismo no XXX Congresso da UNE”, *mimeo*, 1968.

“A situação no Brasil e o movimento estudantil”, documento preparatório ao 30º Congresso da UNE, *mimeo*.

*Revista da UNE*, Rio de Janeiro, n. 1, 1968.

Travassos, Vladimir. Discurso no enterro de Edson Luís, *mimeo*, 1968.

União Estadual dos Estudantes de São Paulo. “Invasão de teatros em São Paulo”, panfleto, 19 de julho de 1968.

União Estadual dos Estudantes de São Paulo. “Manifesto Público”, panfleto, 1968.

União Estadual dos Estudantes de São Paulo. “Manifesto aos Operários”, panfleto, abril de 1968.

União Estadual dos Estudantes de São Paulo. “UEE convoca”, panfleto, 1968.

### Filmes

*Apocalypse Now*, ficção, direção de Francis Ford Coppola, Estados Unidos, 1979.

*Mai de 68. A luta continua*, documentário, direção de Willian Klein, França, 1968.

*Se...*, ficção, Inglaterra, 1968.